



ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

TERMINAL DE USO PRIVATIVO DA BRASKEM BAIA DE ARATU - BAHIA

Processo IBAMA nº 02006.001827/99-74

Porto Alegre, Janeiro de 2016

TOMO VI e TOMO VII de VII

Braskem



BOURSCHEID
ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S.A.

SUMÁRIO

8	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	685
8.3	Meio Socioeconômico	685
8.3.1	Metodologia Aplicada	686
8.3.1.1	Dados Secundários para Área de Influência Indireta (AII)	689
8.3.1.2	Dados Primários para Área de Influência Direta (AID) e Diretamente Afetada (ADA).....	689
8.3.2	Caracterização Demográfica	722
8.3.2.1	Breve Histórico de Ocupação e Desenvolvimento Econômico	722
8.3.2.2	Demografia AII.....	740
8.3.3	Infraestrutura, Equipamentos Urbanos e Serviços Públicos.....	769
8.3.3.1	Saúde.....	769
8.3.3.2	Educação	796
8.3.3.3	Segurança Pública	824
8.3.3.4	Transporte e Vias Urbanas	839
8.3.3.5	Energia Elétrica.....	849
8.3.3.6	Comunicação	854
8.3.3.7	Abastecimento de água.....	858
8.3.3.8	Coleta e Tratamento de Esgoto.....	866
8.3.3.9	Coleta e disposição de Resíduo	871
8.3.3.10	Habitação	873
8.3.3.11	Indicadores Sociais	899
8.3.4	Fluxos e Redes de Transporte	903
8.3.5	Caracterização Econômica	911
8.3.5.1	Área de Influência Direta – AID	933
8.3.6	Mão de Obra	967
8.3.7	Turismo.....	982
8.3.8	Caracterização de Atividade Pesqueira.....	1004
8.3.8.1	Atividade Pesqueira Artesanal	1004
8.3.8.2	Comunidades Pesqueiras Artesanais	1067
8.3.9	Uso e Ocupação do Solo.....	1356
8.3.9.1	Simões Filho	1360
8.3.9.2	Candeias	1363
8.3.9.3	Salvador.....	1371

8.3.10	Arranjos Institucionais.....	1374
8.3.11	Comunidades Tradicionais.....	1459
8.3.11.1	Comunidades Quilombolas de Bananeiras, Porto dos Cavalos, Praia Grande, Ponta Grossa e Martelo – Ilha de Maré, Salvador.	1463
8.3.11.2	Comunidade Quilombola de Alto do Tororó, Salvador.	1475
8.3.11.3	Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos.....	1477
8.3.11.4	Outras Comunidades Tradicionais.....	1510
8.3.12	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico.....	1510
8.3.12.1	Patrimônio Cultural	1510
8.3.12.2	Patrimônio Arqueológico e Etnohistórico	1541
8.3.13	Considerações Finais	1557
8.4	Análise Integrada do Diagnóstico.....	1563
8.4.1	Síntese do Diagnóstico	1563
8.4.2	Análise da Sensibilidade	1567
8.4.2.1	Metodologia Aplicada.....	1567
8.4.2.2	Resultados	1568

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 8.3-1. Aplicação de questionários nas comunidades da AID, fotos de “a” a “f” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	691
Figura 8.3-2. Questionário utilizado nas comunidades pesqueiras.....	713
Figura 8.3-3. Entrevistas na AID, fotos de “a” a “f” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	715
Figura 8.3-4. Roteiro de entrevistas qualificadas.....	720
Figura 8.3-5. Lista de Presença de Entrevista com Pescadores da Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014).....	721
Figura 8.3-6. Região Metropolitana de Salvador – RMS (Fonte: SEI, 2007).....	727
Figura 8.3-7. Perímetro urbanizado de Caboto (UTM 554184 / 8590169), Candeias/BA (Fonte: Google Earth Pro, 2011).....	729
Figura 8.3-8. Comunidade de Caboto, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	730
Figura 8.3-9. Distrito de Passé (UTM 551498 / 8592616) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).....	730
Figura 8.3-10. Comunidade de Passé, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	732
Figura 8.3-11. Distrito de Passagem dos Teixeiras (UTM 560451 / 8591976) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).....	734
Figura 8.3-12. Comunidade de Passagem dos Teixeiras, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	735
Figura 8.3-13. Distrito de Ilha de Maré, fotos de “a” a “f” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	736
Figura 8.3-14. Subdistrito da Ilha de Maré, em vermelho, com coordenadas UTM 551023 / 8587854 (Fonte: Google Earth Pro, 2011).....	737
Figura 8.3-15. Comunidade de Mapele, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	738
Figura 8.3-16. Comunidade de Mapele em Simões Filho (UTM: 560261 / 8587561) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).....	738
Figura 8.3-17. Comunidade de Boca do Rio, fotos de “a” a “c” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	739
Figura 8.3-18. Comunidade da Boca do Rio ou Ponta da Lage (área em laranja) inserida na área do Porto de Aratu/Candeias (UTM: 555194 / 8586720) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).....	740
Figura 8.3-19. Comparativo da taxa de crescimento anual entre os anos de 1991, 2000 e 2010 entre os municípios das áreas de influência, Estado e Brasil (Fonte: IBGE, 2013).....	744
Figura 8.3-20. Pirâmide etária do Estado da Bahia com base no Censo 2000 (Fonte: IBGE, 2000)....	746
Figura 8.3-21. Pirâmide etária do Estado da Bahia com base no Censo 2010 (Fonte: IBGE, 2000)....	746
Figura 8.3-22. Pirâmide etária de Camaçari com base no Censo 2000 (Fonte: IBGE, 2000).....	747
Figura 8.3-23. Pirâmide etária de Camaçari com base no Censo 2010 (Fonte: IBGE, 2010).....	747
Figura 8.3-24. Pirâmide etária de Simões Filho com base no Censo 2000 (Fonte: IBGE, 2000).....	748
Figura 8.3-25. Pirâmide etária de Simões Filho com base no Censo 2010 (Fonte: IBGE, 2010).....	748

Figura 8.3-26. Pirâmide etária de Candeias com base no Censo 2000 (Fonte: IBGE, 2000).	749
Figura 8.3-27. Pirâmide etária de Candeias com base no Censo 2010 (Fonte: IBGE, 2010).	749
Figura 8.3-28. Pirâmide etária de Salvador com base no Censo 2000 (Fonte: IBGE, 2010).	750
Figura 8.3-29. Pirâmide etária de Salvador com base no Censo 2010 (Fonte: IBGE, 2010).	750
Figura 8.3-30. Simulação de crescimento para o Estado da Bahia e os municípios da AII (Fonte: Bourscheid, 2013).	753
Figura 8.3-31. População residente por faixa etária em Caboto (%) (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).	754
Figura 8.3-32. População residente por faixa etária em Passé (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).	755
Figura 8.3-33. População residente por faixa etária em Passagem dos Teixeiras (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).	755
Figura 8.3-34. População residente por faixa etária em Ilha de Maré (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).	756
Figura 8.3-35. População residente por faixa etária em Mapele (Fonte: IBGE, 2010).	756
Figura 8.3-36. População residente por faixa etária em Boca do Rio (Fonte: IBGE, 2010).	757
Figura 8.3-37. Distribuição de gênero e setor dos municípios da área de influência e do Estado da Bahia (%) (Fonte: Compilação com base nos dados do Censo IBGE, 2010).	758
Figura 8.3-38. Percentual de residentes nos municípios.	760
Figura 8.3-39. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	761
Figura 8.3-40. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	761
Figura 8.3-41. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	762
Figura 8.3-42. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	762
Figura 8.3-43. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	763
Figura 8.3-44. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	763
Figura 8.3-45. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	764
Figura 8.3-46. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	764
Figura 8.3-47. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	765

Figura 8.3-48. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	765
Figura 8.3-49. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	765
Figura 8.3-50. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	766
Figura 8.3-51. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	766
Figura 8.3-52. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	767
Figura 8.3-53. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	767
Figura 8.3-54. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	767
Figura 8.3-55. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	768
Figura 8.3-56. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	768
Figura 8.3-57. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	769
Figura 8.3-58. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	769
Figura 8.3-59. Distribuição de leitos por especialidade na rede de saúde dos municípios da AI, em % (Fonte: DATASUS, 2011 & CODEBA, 2012).	771
Figura 8.3-60. Unidades de saúde na AID em Passé, Caboto e Mapele, fotos de “a” a “e” (Fonte: Bourscheid, 2014).	777
Figura 8.3-61. Estrutura de saúde em Passé.	779
Figura 8.3-62. Estrutura de saúde em Passagem dos Teixeiras.	781
Figura 8.3-63. Estrutura de saúde em Madeira.	783
Figura 8.3-64. Estrutura de saúde em Mapele.	785
Figura 8.3-65. Estrutura de saúde em Ilha de Maré.	787
Figura 8.3-66. Distribuição Percentual das Mortalidades na Área de Influência por Tipo de Causa (Fonte: SESAB/SUVISA/DIS/SIM, 2010 & CODEBA, 2012).	789
Figura 8.3-67. Taxa de analfabetismo nos municípios da AI entre os anos de 2000-2010 (Fonte: IBGE, 2010).	796
Figura 8.3-68. Distribuição da escolaridade da população de 15 anos ou mais na área de influência (Fonte: IBGE, 2010).	798

Figura 8.3-69. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	799
Figura 8.3-70. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	800
Figura 8.3-71. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	800
Figura 8.3-72. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	801
Figura 8.3-73. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	801
Figura 8.3-74. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	802
Figura 8.3-75. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	802
Figura 8.3-76. Se membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	803
Figura 8.3-77. Tempo que frequentou a escola para aqueles com menos de 21 anos que pararam de estudar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	803
Figura 8.3-78. Razão pela qual parou de estudar para os menos de 21 anos (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	804
Figura 8.3-79. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	804
Figura 8.3-80. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	805
Figura 8.3-81. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	805
Figura 8.3-82. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	806
Figura 8.3-83. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	806
Figura 8.3-84. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	807
Figura 8.3-85. Tempo que frequentou a escola para aqueles com menos de 21 anos que pararam de estudar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	807
Figura 8.3-86. Média de Horas-Aula nos Municípios da AII por Rede e Grau de Escolaridade em 2010 (INEP, 2013).	810
Figura 8.3-87. Média de Alunos por Turma nos Municípios da AII por Rede e Grau de Escolaridade em 2010.	812

Figura 8.3-88. Pessoas com pelo menos nível superior de graduação concluído, por nível de instrução mais elevado concluído, segundo o sexo na AII (Fonte: Censo 2010, IBGE).	813
Figura 8.3-89. Distribuição do número de estabelecimentos, matrículas e docentes na AII, em percentual no ensino infantil (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).	815
Figura 8.3-90. Distribuição do número de estabelecimentos, matrículas e docentes na área de influência, em percentual, na educação fundamental (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2009 & CODEBA, 2012).	817
Figura 8.3-91. Distribuição do número de estabelecimentos, matrículas e docentes na área de influência em percentual no ensino médio (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).	819
Figura 8.3-92. Alunos de Ilha de Maré retornando da Escola em Passé/Candeias (Fonte: Bourscheid, 2014).	820
Figura 8.3-93. Unidades escolares na AID em Passé (UTM 550851/8592529), em Caboto (UTM 554106/8590287), em Passagem dos Teixeiras (UTM 559789/8591912 – 559972 / 8591517), em Mapele (UTM 560204 / 8587614) e em Ilha de Maré (UTM 550700/8591176), fotos de “a” a “h”.	822
Figura 8.3-94. Taxa de Homicídios por Área na Bahia entre 1980 e 2010 (Fonte: Mapa da Violência, 2012).	825
Figura 8.3-95. Crescimento % Total da Taxa de Homicídios por Área na Bahia entre 1980 e 2010 (Fonte: Mapa da Violência, 2012).	825
Figura 8.3-96. Gráfico das Taxa de Homicídios por Área na Bahia entre 1980 e 2010 (Fonte: Mapa da Violência, 2012).	826
Figura 8.3-97. Taxas de Homicídio (em 100 mil habitantes) por Tamanho do Município na Bahia entre 2000 a 2010 (Fonte: Mapa da Violência, 2012).	827
Figura 8.3-98. Mapa das Taxas de Homicídio (em 100 mil habitantes) por Município na Bahia em 2010 (Fonte: Mapa da Violência, 2012).	828
Figura 8.3-99. Ocorrências policiais nos municípios da área de influência em percentual para o ano de 2010 (Fonte: SSP-BA, 2014).	829
Figura 8.3-100. Ocorrências policiais em Camaçari em 2012 (Fonte: SSP-BA, 2014).	830
Figura 8.3-101. Ocorrências policiais em Candeias em 2012 (Fonte: SSP-BA, 2014).	830
Figura 8.3-102. Ocorrências policiais em Simões Filho em 2012 (Fonte: SSP-BA, 2014).	831
Figura 8.3-103. Ocorrências policiais em Salvador em 2012 (Fonte: SSP-BA, 2014).	831
Figura 8.3-104. Principais problemas da comunidade de Caboto segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	832
Figura 8.3-105. Principais problemas da comunidade de Passagem dos Teixeiras segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	833
Figura 8.3-106. Principais problemas da comunidade de Mapele segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	834

Figura 8.3-107. Principais problemas da comunidade de Passé segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	835
Figura 8.3-108. Principais problemas da comunidade de Ilha de Maré segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	836
Figura 8.3-109. Infraestrutura de Transporte Rodoviário usado na AID, fotos “a” a “d”.	842
Figura 8.3-110. Malha rodoviária na área de influência (Fonte: DERBA, 2013).....	844
Figura 8.3-111. Embarcações típicas usadas no transporte de passageiros na AID, fotos “a” e “b”..	845
Figura 8.3-112. Rotas de navegação na BTS e na Baía de Aratu (Fonte: Petrobras, 2011).....	845
Figura 8.3-113. Rotas marítimas e fluviais para embarcações de pequeno porte na AII do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: PDDU de Candeias, 2006).....	846
Figura 8.3-114. Vista para o píer na localidade de Passé, “a” (UTM 551032 / 8591781); “b” píer na localidade de Caboto (UTM 554089 / 8590324) (Fonte: Bourscheid, 2014).	847
Figura 8.3-115. Vista para o píer na localidade de Botelho, pertencente a Ilha de Maré, “a” (UTM 552709/8586805); “b” píer na localidade de Porto dos Cavalos, pertencente a Ilha de Maré (UTM 550657/8591296) (Fonte: Bourscheid, 2014).....	847
Figura 8.3-116. Diagrama simplificado da regional Camaçari (Fonte: EPE, 2006).	850
Figura 8.3-117. Consumidores por classe nos municípios da área de influência (Fonte: SEI, 2010). .	850
Figura 8.3-118. Percentual do consumo por classe e Município na AII (Fonte: SEI, 2010).	851
Figura 8.3-119. Autossuficiência de energia no estado da Bahia em (2003-2009) em mil tep (Fonte: CARNEIRO, 2011).	852
Figura 8.3-120. Percentual de domicílios com existência de energia elétrica na AII (Fonte: Censo 2010, IBGE).....	853
Figura 8.3-121. Percentual de Domicílios particulares permanentes na AID por existência de energia elétrica (Fonte: Microdados do Censo 2010 do IBGE e Bourscheid, 2014).	853
Figura 8.3-122. Agência comunitária em Passé, distrito de Candeias (Fonte: Bourscheid, 2014).....	856
Figura 8.3-123. Número de linhas de telefone na AID por mês, em 2014 (Fonte: ANATEL, 2015).....	858
Figura 8.3-124. Mapa esquemático do atual sistema de abastecimento da RMS (Fonte: ANA, 2014).	859
Figura 8.3-125. Modalidade de abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes em Candeias, entre os anos de 2000-2010, em percentual (Fonte: IBGE, 2010).	861
Figura 8.3-126. Modalidade de abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes em Camaçari entre os anos de 2000-2010, em percentual (Fonte: IBGE, 2010).....	862
Figura 8.3-127. Modalidade de abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes em Salvador, entre os anos de 2000-2010, em percentual (Fonte: IBGE, 2010).....	863
Figura 8.3-128. Modalidade de abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes em Simões Filho, entre os anos de 2000-2010, em percentual (Fonte: IBGE, 2010).	863

Figura 8.3-129. Percentual de Domicílios particulares permanentes na AID por tipo de abastecimento de água (Fonte: Microdados do Censo 2010 do IBGE e Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	864
Figura 8.3-130. Disposição do esgotamento sanitário em Ilha de Maré.	869
Figura 8.3-131. Disposição do esgotamento sanitário em Passé.....	870
Figura 8.3-132. Percentual de domicílios particulares permanentes na AID por modalidade de esgotamento sanitário (Fonte: Microdados do Censo 2010 do IBGE e Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	870
Figura 8.3-133. Disposição dos resíduos sólidos na AID e coleta dos resíduos na Ilha de Maré, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).	872
Figura 8.3-134. Percentual de Domicílios Particulares Permanentes na AID por Tipo de Destino de Lixo (Fonte: Micro dados do Censo 2010 do IBGE e Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	873
Figura 8.3-135. Domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio e número de moradores em Camaçari em Percentual (Fonte: IBGE, 2010).	874
Figura 8.3-136. Domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio e número de moradores em Candeias em Percentual (Fonte: IBGE, 2010).	875
Figura 8.3-137. Domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio e número de moradores em Salvador em Percentual (Fonte: IBGE, 2010).....	876
Figura 8.3-138. Domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio e número de moradores em Simões Filho em Percentual (Fonte: IBGE, 2010).	876
Figura 8.3-139. Aglomerados subnormais do município de Candeias. Sarandi (Laranja), Fonte do Mato (Vermelho), Bairro da Paz (Amarelo) e Caroba (Roxo) (Fonte: IBGE, 2010 e Google Earth Pro, 2011).	880
Figura 8.3-140. Aglomerados subnormais do município de Simões Filho (Amarelo) (Fonte: IBGE, 2010 e Google Earth Pro, 2011).	880
Figura 8.3-141. Aglomerados subnormais do município de Camaçari – vermelho (Fonte: IBGE, 2010 e Google Earth Pro, 2011).	881
Figura 8.3-142. Aglomerados subnormais do município de Salvador , em vermelho (Fonte: IBGE, 2010 e Google Earth Pro, 2011).	882
Figura 8.3-143. Déficit Habitacional da RMS (Fonte: Fundação João Pinheiro, 2014).	883
Figura 8.3-144. Déficit Habitacional no Município de Candeias (Fonte: Fundação José Pinheiro, 2014).	883
Figura 8.3-145. Déficit Habitacional no Município de Simões Filho (Fonte: Fundação José Pinheiro, 2014).	884
Figura 8.3-146. Déficit Habitacional no Município de Salvador (Fonte: Fundação José Pinheiro, 2014).	884
Figura 8.3-147. Déficit Habitacional no Município de Camaçari (Fonte: Fundação José Pinheiro, 2014).	885

Figura 8.3-148. Tipologia de residências na AID, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).	886
Figura 8.3-149. Ocupações Irregulares na AID, foto de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	886
Figura 8.3-150. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	887
Figura 8.3-151. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	887
Figura 8.3-152. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	888
Figura 8.3-153. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	888
Figura 8.3-154. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	889
Figura 8.3-155. Quantidade de pavimentos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	889
Figura 8.3-156. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	890
Figura 8.3-157. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	890
Figura 8.3-158. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	890
Figura 8.3-159. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	891
Figura 8.3-160. Quanto a Situação da Residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	891
Figura 8.3-161. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	892
Figura 8.3-162. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	892
Figura 8.3-163. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	893
Figura 8.3-164. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	893
Figura 8.3-165. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	894
Figura 8.3-166. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	894
Figura 8.3-167. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	894
Figura 8.3-168. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	895
Figura 8.3-169. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	895
Figura 8.3-170. Quantidade de pavimentos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	895
Figura 8.3-171. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	896
Figura 8.3-172. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	896
Figura 8.3-173. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	897
Figura 8.3-174. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	897

Figura 8.3-175. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014)...	897
Figura 8.3-176. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	898
Figura 8.3-177. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	898
Figura 8.3-178. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014)...	899
Figura 8.3-179. Evolução do Índice Gini na AII (Fonte: DATASUS, 2014).....	900
Figura 8.3-180. Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária na AII (Fonte: MDS, 2014).....	901
Figura 8.3-181. Percentual de domicílios particulares permanente por classes de rendimento nominal mensal per capita - municípios da área de influência indireta (Fonte: Censo 2010 IBGE)..	902
Figura 8.3-182. Classes de rendimento dos responsáveis por domicílios na AID (Fonte: Microdados do Censo 2010 do IBGE e Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	903
Figura 8.3-183. Acesso a ADA via modal rodoviário. área laranja (Salvador), área amarela (Camaçari), área branca (Simões Filho), área verde (Candeias), BA-093 (linha amarela), BA-324 (linha vermelha), BA-524 (linha laranja) e BA-522 (linha verde) (Fonte: Google Earth Pro, 2014 e Derba, 2014).	904
Figura 8.3-184. Estrada de Cotegipe para Mapele. Fonte: Bourscheid, 2014	904
Figura 8.3-185. Estrada de Pitinga (Candeias –Passé) Foto: Gilmar de Oliveira, 2015	905
Figura 8.3-186. Acesso a ADA via modal náutico. área laranja (Passé), área amarela (Caboto), área branca (Passagem dos Teixeiras), área verde (Mapele), área vermelha (Ilha de Maré) (Fonte: Google Earth Pro, 2014 e Bourscheid, 2014).....	905
Figura 8.3-187. Vista para o único acesso a ADA para veículos através de estrada irregular ao lado do Porto da Ford – UTM 555217/8586577 (Fonte: Bourscheid, 2015).....	907
Figura 8.3-188. Vista para o único acesso a ADA para veículos através de estrada irregular ao lado do Porto da Ford – UTM 555217/8586577 (Fonte: Bourscheid, 2015).....	907
Figura 8.3-189. Vista para o acesso irregular a ADA utilizada pelos pedestres – UTM 555097/8586542 (Fonte: Bourscheid, 2015).	908
Figura 8.3-190. Vista para o acesso irregular a ADA utilizada pelos pedestres – UTM 555097/8586542 (Fonte: Bourscheid, 2015).	908
Figura 8.3-191. Vista para o acesso irregular a ADA utilizada pelos pedestres – UTM 555097/8586542 (Fonte: Bourscheid, 2015).	909
Figura 8.3-192. Vista para o acesso irregular a ADA utilizada pelos pedestres – UTM 555097/8586542 (Fonte: Bourscheid, 2015).	909
Figura 8.3-193. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Aratu (Fonte: CODEBA, 2013).	910
Figura 8.3-194. Participação dos setores econômicos nos municípios da área de influência (Fonte: SEI e IBGE, 2010).....	911

Figura 8.3-195. Refinaria Landulpho Alves Mataripe em São Francisco do Conde (UTM 546640 / 85955303) (Fonte: Bourscheid, 2014).....	913
Figura 8.3-196. Distribuição dos principais rebanhos nos municípios na área de influência (Fonte: SEI, 2010 & CODEBA, 2012).	915
Figura 8.3-197. Efetivo dos principais rebanhos no município de Camaçari (Fonte: SEI, 2010 & CODEBA, 2012).....	915
Figura 8.3-198. Efetivo dos principais rebanhos no município de Candeias (Fonte: SEI, 2010 & CODEBA, 2012).....	916
Figura 8.3-199. Efetivo dos principais rebanhos no município de Simões Filho (Fonte: SEI, 2010 & CODEBA, 2012).....	916
Figura 8.3-200. Moinho Dias Branco na Baía de Aratu (UTM 557110 / 8586280), fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	919
Figura 8.3-201. Porto de Aratu Candeias (UTM 554689 / 8587046), fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).	920
Figura 8.3-202. Porto da Dow Química em Candeias (UTM 556742 / 8586969), fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).	920
Figura 8.3-203. Sede da Belov Engenharia em Simões Filho (UTM 560057 / 8588296), fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	920
Figura 8.3-204. Porto da Ford em Candeias (UTM 555522 / 8586373), foto “a”; área da Base Naval na Baía de Aratu (UTM 555003 / 8585605), foto “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).	921
Figura 8.3-205. Estabelecimentos comerciais na AID, fotos de “a” a “d”	922
Figura 8.3-206. Doce de Banana Típico (esquerda) e Pescador Artesanal da Ilha de Maré (direita)..	923
Figura 8.3-207. Pesca artesanal e comércio de frutas e verduras em Passagem dos Teixeiras e Mapele, fotos de “a” a “d”	924
Figura 8.3-208. População Economicamente Ativa – PEA na AII (Fonte: IBGE, 2010).	926
Figura 8.3-209. População Economicamente Ativa do gênero masculino na área de influência indireta (Fonte: IBGE, 2010).	927
Figura 8.3-210. População Economicamente Ativa do gênero feminino na AI (Fonte: IBGE, 2010)...	927
Figura 8.3-211. População Economicamente Ativa por faixa etária na AID (Fonte: IBGE, 2010).	928
Figura 8.3-212. Distribuição Percentual do número de empregos formais por atividade e gênero na área de influência, em 31 de dezembro de 2012 (Fonte: MTE, 2014).....	931
Figura 8.3-213. Remuneração dos empregos formais em 31 de dezembro de 2012, por atividade e gênero na AII (Fonte: MTE, 2013).	931
Figura 8.3-214. Composição do mercado de trabalho no Brasil entre formalidade e informalidade (Fonte: IPEA, 2010).....	932
Figura 8.3-215. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	936

Figura 8.3-216. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	937
Figura 8.3-217. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	938
Figura 8.3-218. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	939
Figura 8.3-219. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	940
Figura 8.3-220. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	940
Figura 8.3-221. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	941
Figura 8.3-222. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	941
Figura 8.3-223. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	942
Figura 8.3-224. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	942
Figura 8.3-225. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	943
Figura 8.3-226. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	944
Figura 8.3-227. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	945
Figura 8.3-228. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	945
Figura 8.3-229. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	946
Figura 8.3-230. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	946
Figura 8.3-231. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	947
Figura 8.3-232. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	947
Figura 8.3-233. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	948
Figura 8.3-234. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	949

Figura 8.3-235. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	950
Figura 8.3-236. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	950
Figura 8.3-237. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	951
Figura 8.3-238. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	951
Figura 8.3-239. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	952
Figura 8.3-240. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	953
Figura 8.3-241. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	954
Figura 8.3-242. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	954
Figura 8.3-243. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	955
Figura 8.3-244. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	955
Figura 8.3-245. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	956
Figura 8.3-246. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	956
Figura 8.3-247. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	957
Figura 8.3-248. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	958
Figura 8.3-249. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	959
Figura 8.3-250. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	960
Figura 8.3-251. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	960
Figura 8.3-252. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	961
Figura 8.3-253. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	961

Figura 8.3-254. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	962
Figura 8.3-255. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	962
Figura 8.3-256. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	963
Figura 8.3-257. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	964
Figura 8.3-258. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	965
Figura 8.3-259. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	965
Figura 8.3-260. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	965
Figura 8.3-261. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	966
Figura 8.3-262. Evolução das matrículas na educação profissional na Bahia entre 2007-2013 (Fonte: SEC, Bahia, 2014).	968
Figura 8.3-263. Evolução da rede estadual de educação profissional do estado da Bahia entre 2006-2013 (Fonte: SEC-BA, 2014).	969
Figura 8.3-264. Matrículas por Eixos tecnológicos (Fonte: SEC-BA, 2014).	971
Figura 8.3-265. Cronograma de mão de obra (empregos diretos) na fase de implantação do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Braskem, 2014).	973
Figura 8.3-266. Cronograma de mão de obra (empregos indiretos) na fase de implantação do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Braskem, 2014).	974
Figura 8.3-267. Profissão dos membros familiares dos Pescadores de Passé em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	975
Figura 8.3-268. Profissão dos membros familiares dos Pescadores de Caboto em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	976
Figura 8.3-269. Profissão dos membros familiares dos Pescadores de Passagem dos Teixeiras em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	977
Figura 8.3-270. Profissão dos membros familiares dos Pescadores de Boca do Rio em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	978
Figura 8.3-271. Profissão dos membros familiares dos Pescadores em Ilha de Maré em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	979
Figura 8.3-272. Profissão dos membros familiares dos Pescadores em Mapele em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	980

Figura 8.3-273. Estaleiro da Belov Engenharia em Mapele – Simões Filho-BA (Fonte: Nilton Souza, 2014).	981
Figura 8.3-274. Píer na localidade de Caboto (Fonte: Bourscheid, 2014).	983
Figura 8.3-275. Píer na localidade de Passé (Fonte: Bourscheid, 2014).	983
Figura 8.3-276. Vista para o píer na localidade de Botelho, pertencente a Ilha de Maré – Coordenada UTM Datum WGS84 552709/8586805 (Fonte: Bourscheid, 2014).	985
Figura 8.3-277. Motivo das viagens das linhas do Terminal de São Tome de Paripe para Ilha de Maré (Fonte SEINFRA, 2013).	987
Figura 8.3-278. Aratu late Clube localizado no distrito Ilha de São João em Simões Filho – Coordenada UTM Datum WGS84 558501/8583399 (Fonte: Aratu late Clube,2015).	989
Figura 8.3-279. Aratu late Clube localizado no distrito Ilha de São João em Simões Filho – Coordenada UTM Datum WGS84 558501/8583399 (Fonte: Aratu late Clube,2015).	989
Figura 8.3-280. Marina Aratu em Simões Filho – Coordenada UTM Dataum WGS84 559133/8585070 (Fonte: Página do Facebook do da Marina Aratu, 2015).	990
Figura 8.3-281. Marina Aratu em Simões Filho – Coordenada UTM Dataum WGS84 559133/8585070 (Fonte: Página do Facebook do da Marina Aratu, 2015).	990
Figura 8.3-282. Engenho Freguesia ou Museu Wanderley de Pinho na AID de Candeias-BA (Fonte: Bourscheid, 2014).	992
Figura 8.3-283. Engenho Freguesia ou Museu Wanderley de Pinho na AID de Candeias-BA (Fonte: Bourscheid, 2014).	992
Figura 8.3-284. Vista para o píer desativado do Museu foto Museu Wanderley de Pinho na AID de Candeias-BA (Fonte: Bourscheid, 2014).	993
Figura 8.3-285. Participação dos setores econômicos nos municípios da área de influência (Fonte: SEI e IBGE, 2010).	994
Figura 8.3-286. Utilização da ADA como área de lazer por moradores da região, fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).	995
Figura 8.3-287. Utilização da ADA como área de lazer por moradores da região, fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).	996
Figura 8.3-288. Lixo produzido pelos visitantes na ADA.	997
Figura 8.3-289. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	998
Figura 8.3-290. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	998
Figura 8.3-291. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	999
Figura 8.3-292. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	999
Figura 8.3-293. Lazer em Comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1000
Figura 8.3-294. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1000
Figura 8.3-295. Lazer em outra comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1001

Figura 8.3-296. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1001
Figura 8.3-297. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1002
Figura 8.3-298. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1002
Figura 8.3-299. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1003
Figura 8.3-300. Municípios onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	1003
Figura 8.3-301. Outra comunidade onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1003
Figura 8.3-302. Entrevistas com Representantes da Associação de Moradores e da Associações de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho (Fonte: Bourscheid, 2014).	1006
Figura 8.3-303. Entrevista com Representantes da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Candeias (Fonte: Bourscheid, 2014).	1007
Figura 8.3-304. Entrevista com Presidente da Colônia de Pescadores Z-54 de Candeias (Fonte: Bourscheid, 2014).	1007
Figura 8.3-305. Entrevista com Representantes da Colônia de Pescadores Z-4 em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014).	1007
Figura 8.3-306. Entrevista com participantes do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014).	1008
Figura 8.3-307. Pesca artesanal praticada na AII (Fonte: Bourscheid, 2014).	1009
Figura 8.3-308. Pesca artesanal praticada na AII (Fonte: Bourscheid, 2014).	1009
Figura 8.3-309. Mapa da Baía de Todos os Santos com a indicação aproximada do número de comunidades pesqueiras por município (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).	1010
Figura 8.3-310. Processo de mariscagem (Fonte: Bourscheid, 2014).	1013
Figura 8.3-311. Processo de mariscagem (Fonte: Bourscheid, 2014).	1014
Figura 8.3-312. Processo de mariscagem (Fonte: Bourscheid, 2014).	1014
Figura 8.3-313. Caranguejo coletado na AID (Fonte: Bourscheid, 2014).	1016
Figura 8.3-314. Sururu coletado na AID (Fonte: Bourscheid, 2014).	1017
Figura 8.3-315. Colônias, associações, sindicatos e cooperativas de pescadores por município no estado da Bahia em 2010 (Fonte: Projeto Geografar, 2010 (UFBA).	1018
Figura 8.3-316. É filiado a colônia de pescadores? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1020
Figura 8.3-317. Se Sim, Qual a Colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1020
Figura 8.3-318. É filiado a colônia de pescadores? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1021
Figura 8.3-319. Se Sim, qual a colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1021
Figura 8.3-320. É filiado a colônia de pescadores? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1022
Figura 8.3-321. Se sim, qual a colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1022
Figura 8.3-322. É filiado a colônia de pescadores? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1023

Figura 8.3-323. Se sim, qual a colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1023
Figura 8.3-324. É filiado a colônia de pescadores? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1024
Figura 8.3-325. Se sim, qual a colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1024
Figura 8.3-326. É filiado a Colônia de Pescadores? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1025
Figura 8.3-327. Modelo de ficha de cadastro de associados e controle do pagamento de mensalidades existente nas colônias de pescadores (Fonte: Bourscheid, 2011).	1026
Figura 8.3-328. Modelo de ficha de cadastro de associados e controle do pagamento de mensalidades existente nas colônias de pescadores (Fonte: Bourscheid, 2011).	1027
Figura 8.3-329. Contribui com a Mensalidade da Colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1027
Figura 8.3-330. Se Sim, Qual o Valor em Reais (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1028
Figura 8.3-331. Contribui com a mensalidade da colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1028
Figura 8.3-332. Se Sim, qual o valor em reais (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1029
Figura 8.3-333. Contribui com a mensalidade da colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1029
Figura 8.3-334. Se sim, qual o valor em reais (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1030
Figura 8.3-335. Contribui com a mensalidade da colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1030
Figura 8.3-336. Contribui com a mensalidade da colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1031
Figura 8.3-337. Se Sim, qual o valor em reais (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1031
Figura 8.3-338. Contribui com a mensalidade da colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1032
Figura 8.3-339. Se sim, qual o valor em reais (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1032
Figura 8.3-340. Colônia de pescadores Z-54 em Candeias – UTM 550958/8592800, fotos “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1035
Figura 8.3-341. Colônia de pescadores Z-4 em Ilha de Maré – UTM 550726/8585868, fotos “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1036
Figura 8.3-342. Associação de Pescadores e Marisqueiras de Mapele – UTM 550726/8585868, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1036
Figura 8.3-343. Como classifica o trabalho da colônia de pescadores a qual é filiado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1037
Figura 8.3-344. Como classifica o trabalho da colônia de pescadores a qual é filiado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1038

Figura 8.3-345. Como classifica o trabalho da colônia de pescadores a qual é filiado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1038
Figura 8.3-346. Como classifica o trabalho da colônia de pescadores a qual é filiado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1039
Figura 8.3-347. Como classifica o trabalho da colônia de pescadores a qual é filiado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1039
Figura 8.3-348. Embarcações típicas na Área de Influência, fotos “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).	1040
Figura 8.3-349. Se o entrevistado em Mapele possui embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1043
Figura 8.3-350. Se o entrevistado em Passé possui Embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1043
Figura 8.3-351. Se o entrevistado em Caboto possui embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1044
Figura 8.3-352. Se o entrevistado em Passagem dos Teixeiras possui embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1044
Figura 8.3-353. Se o entrevistado em Ilha de Maré possui embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1044
Figura 8.3-354. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Mapele (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1046
Figura 8.3-355. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Boca do Rio (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1046
Figura 8.3-356. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Passé (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1047
Figura 8.3-357. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Caboto (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1047
Figura 8.3-358. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Ilha de Maré (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1047
Figura 8.3-359. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Passagem dos Teixeiras (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1048
Figura 8.3-360. Apetrechos de Pesca na AID, fotos “a” a “f” (Fonte: Bourscheid, 2014).	1051
Figura 8.3-361. Produção extrativa de pescados marinhos na BTS, entre 2002 e 2006 (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).	1053
Figura 8.3-362. Produção extrativa de peixes, moluscos e crustáceos na BTS, entre 2002 e 2006 (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).	1054
Figura 8.3-363. Produção total de peixes nos municípios da BTS com média e desvios-padrão (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).	1055

Figura 8.3-364. Produção total de crustáceos nos municípios da BTS com média e desvios-padrão (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).	1055
Figura 8.3-365. Produção total de moluscos nos municípios da BTS com média e desvios-padrão (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).	1056
Figura 8.3-366. Beneficiamento de mariscos na AID, fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).	1058
Figura 8.3-367. Locais da pesca artesanal segundo membros da associação de pescadores, marisqueiras e marisqueiros de Simões Filho em Mapele (Fonte: Bourscheid, 2013).....	1060
Figura 8.3-368. Locais da pesca artesanal segundo pescadores e marisqueiras em reunião na Colônia Z-54 em Passé (Fonte: Bourscheid, 2013).....	1061
Figura 8.3-369. Locais da pesca artesanal segundo pescadores em reunião na Colônia Z-4 em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014).	1062
Figura 8.3-370. Comunidade de Mapele, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).	1069
Figura 8.3-371. Comunidade de Mapele em Simões Filho (UTM: 560261 / 8587561) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).	1069
Figura 8.3-372. Situação do entrevistado frente ao chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1070
Figura 8.3-373. Quanto ao sexo do entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1070
Figura 8.3-374. Sexo do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1071
Figura 8.3-375. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1071
Figura 8.3-376. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1072
Figura 8.3-377. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1072
Figura 8.3-378. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1073
Figura 8.3-379. Há quanto tempo o (a) senhor(a) pesca (marisca)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1073
Figura 8.3-380. Quantos Dias Pesca por Semana (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1074
Figura 8.3-381. Qual o turno preferido para a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014)..	1074
Figura 8.3-382. Quantas horas por dia calcula que desenvolva a atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1074
Figura 8.3-383. Que período do ano desenvolve mais a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1075
Figura 8.3-384. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Mapele (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1075

Figura 8.3-385. Qual a distância percorrida para pescar / mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1076
Figura 8.3-386. Como faz esse deslocamento? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1076
Figura 8.3-387. Costuma ter gasto para ir pescar/mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1077
Figura 8.3-388. Se sim, qual o valor gasto em reais? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1077
Figura 8.3-389. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no Inverno? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1078
Figura 8.3-390. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no verão? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1079
Figura 8.3-391. Qual é a espécie que o Sr.(a) não costuma pescar/mariscar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1080
Figura 8.3-392. Com base na frequência em que pesca/marisca, quantos quilos consegue em 1 mês de	1083
Figura 8.3-393. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em Mapele (Fonte: Bourscheid, 2014).	1085
Figura 8.3-394. Principais Locais da Pesca (por Município) segundo o Entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1086
Figura 8.3-395. Principais locais de pesca em Salvador em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1086
Figura 8.3-396. Principais locais de pesca em Candeias em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1087
Figura 8.3-397. Principais locais de pesca em Simões Filho em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1088
Figura 8.3-398. Possui o registro geral da pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1089
Figura 8.3-399. Recebe auxílio-defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1089
Figura 8.3-400. Para os que recebem o auxílio-defeso, durante esse período, realiza outra atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1090
Figura 8.3-401. Se sim, qual é (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1091
Figura 8.3-402. Quais as opções de lazer existentes na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1091
Figura 8.3-403. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1092
Figura 8.3-404. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1092
Figura 8.3-405. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1093
Figura 8.3-406. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1093

Figura 8.3-407. Disposição quanto ao grau de parentesco dos integrantes da família frente ao chefe em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1094
Figura 8.3-408. Estado Civil dos Membros da Família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014)..	1094
Figura 8.3-409. Situação Ocupacional dos Membros da Família em Percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1095
Figura 8.3-410. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1096
Figura 8.3-411. Profissão dos Membros Familiares em Percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1097
Figura 8.3-412. Ocupação Exercida Atualmente em Percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1097
Figura 8.3-413. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1098
Figura 8.3-414. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1099
Figura 8.3-415. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1099
Figura 8.3-416. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1099
Figura 8.3-417. Estrutura de saúde em Mapele.	1103
Figura 8.3-418. Se o entrevistado fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1104
Figura 8.3-419. Incidência de doenças nos últimos 12 meses por gênero (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1105
Figura 8.3-420. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1106
Figura 8.3-421. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1107
Figura 8.3-422. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1107
Figura 8.3-423. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1108
Figura 8.3-424. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1108
Figura 8.3-425. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1109
Figura 8.3-426. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1109
Figura 8.3-427. Quantidade de sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1110

Figura 8.3-428. Localização dos sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1110
Figura 8.3-429. Modalidade de energia elétrica da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1111
Figura 8.3-430. Tipo de abastecimento de água (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1111
Figura 8.3-431. Quanto a regularidade do abastecimento de água via rede pública (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1112
Figura 8.3-432. Tipo de armazenamento de água na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1112
Figura 8.3-433. quanto à disposição do lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1113
Figura 8.3-434. Frequência da coleta de lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1113
Figura 8.3-435. Disposição do esgotamento sanitário em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1113
Figura 8.3-436. Características da rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1114
Figura 8.3-437. Quanto à existência de drenagem na rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1114
Figura 8.3-438. Condição da rua onde o entrevistado reside após chuva (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1115
Figura 8.3-439. Possui embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1116
Figura 8.3-440. Se sim, qual o tipo? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1117
Figura 8.3-441. Comprimento da embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1117
Figura 8.3-442. Qual o Material do Casco? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1117
Figura 8.3-443. Pratica algum tipo de conservação do pescado? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1118
Figura 8.3-444. qual a modalidade de conservação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1118
Figura 8.3-445. Onde a conservação é feita? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1119
Figura 8.3-446. Possui algum tipo de incentivo para atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1120
Figura 8.3-447. Qual o Destino do Pescado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1120
Figura 8.3-448. Com quem pesca/marisca com frequência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1121
Figura 8.3-449. Existe alguma remuneração para essas pessoas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1121
Figura 8.3-450. Se Sim, qual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1121
Figura 8.3-451. Comunidade de Boca do Rio, fotos de “a” a “c” (Fonte: Bourscheid, 2014).	1122

Figura 8.3-452. Comunidade da Boca do Rio ou Ponta da Lage (área em laranja) inserida na área do Porto de Aratu/Candeias (UTM: 555194 / 8586720) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).....	1123
Figura 8.3-453. Quanto ao sexo do entrevistado em Boca do Rio (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1124
Figura 8.3-454. Quantos dias pesca por semana (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1125
Figura 8.3-455. Qual o turno preferido para a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014)..	1125
Figura 8.3-456. Que período do ano desenvolve mais a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1125
Figura 8.3-457. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Boca do Rio (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1126
Figura 8.3-458. Como faz esse deslocamento? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1126
Figura 8.3-459. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no Inverno? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1127
Figura 8.3-460. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no verão? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1127
Figura 8.3-461. Preços Médios de Espécies Coletadas pelos Entrevistados em Boca do Rio (Fonte: Bourscheid, 2014).	1128
Figura 8.3-462. Principais locais da pesca (por município) segundo o entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1129
Figura 8.3-463. Possui o registro geral da pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1129
Figura 8.3-464. Recebe auxílio-defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1130
Figura 8.3-465. Quais as opções de lazer existentes na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1131
Figura 8.3-466. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1131
Figura 8.3-467. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1132
Figura 8.3-468. Disposição quanto ao grau de parentesco dos integrantes da família frente ao chefe em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1132
Figura 8.3-469. Estado civil dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	1133
Figura 8.3-470. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1133
Figura 8.3-471. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1134
Figura 8.3-472. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1135

Figura 8.3-473. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1135
Figura 8.3-474. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1136
Figura 8.3-475. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1136
Figura 8.3-476. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1137
Figura 8.3-477. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1138
Figura 8.3-478. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1138
Figura 8.3-479. Incidência de doenças nos últimos 12 meses por gênero (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1139
Figura 8.3-480. Se o entrevistado fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1139
Figura 8.3-481. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1140
Figura 8.3-482. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1140
Figura 8.3-483. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1141
Figura 8.3-484. Disposição do esgotamento sanitário em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1142
Figura 8.3-485. Com quem pesca/marisca com frequência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1144
Figura 8.3-486. Existe alguma remuneração para essas pessoas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1144
Figura 8.3-487. Distrito de Passé (UTM 551498 / 8592616) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).	1145
Figura 8.3-488. Comunidade de Passé, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).	1148
Figura 8.3-489. Situação do entrevistado frente ao chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1149
Figura 8.3-490. Quanto ao sexo do entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1149
Figura 8.3-491. Sexo do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1149
Figura 8.3-492. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1150
Figura 8.3-493. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1150

Figura 8.3-494. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1151
Figura 8.3-495. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1151
Figura 8.3-496. Há quanto tempo o (a) senhor (a) pesca (marisca)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1152
Figura 8.3-497. Quantos dias pesca por semana (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1152
Figura 8.3-498. Qual o turno preferido para a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014)..	1153
Figura 8.3-499. Quantas horas por dia calcula que desenvolva a atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1153
Figura 8.3-500. Que período do ano desenvolve mais a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1154
Figura 8.3-501. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Passé (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1154
Figura 8.3-502. Qual a distância percorrida para pescar / mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1155
Figura 8.3-503. Como faz esse deslocamento? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1155
Figura 8.3-504. Costuma ter gasto para ir pescar/mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1156
Figura 8.3-505. Se sim, qual o valor gasto em reais? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014)....	1156
Figura 8.3-506. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no Inverno em percentual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1157
Figura 8.3-507. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no verão em percentual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1158
Figura 8.3-508. Qual é a espécie que o Sr.(a) não Costuma Pescar/Mariscar em pescar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1159
Figura 8.3-509. Com base na frequência em que pesca/marisca, quantos quilos consegue em 1 mês de trabalho (verão e inverno) (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1163
Figura 8.3-510. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em Passé (Fonte: Bourscheid, 2014).	1164
Figura 8.3-511. Principais locais da pesca (por município) segundo o entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1164
Figura 8.3-512. Principais locais de pesca em Salvador em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1165
Figura 8.3-513. Principais locais de pesca em São Francisco do Conde em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1165

Figura 8.3-514. Principais locais de pesca em Madre de Deus em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1166
Figura 8.3-515. Principais locais de pesca em Candeias em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1167
Figura 8.3-516. Possui o registro geral da pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1168
Figura 8.3-517. Recebe auxílio-defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1168
Figura 8.3-518. Se realiza outra atividade enquanto recebe o auxílio-defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1169
Figura 8.3-519. Se sim, qual é (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1169
Figura 8.3-520. Quais as opções de lazer existentes na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1170
Figura 8.3-521. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1170
Figura 8.3-522. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1171
Figura 8.3-523. Lazer em Comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1171
Figura 8.3-524. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1172
Figura 8.3-525. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1172
Figura 8.3-526. Disposição quanto ao grau de parentesco dos integrantes da família frente ao chefe em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1173
Figura 8.3-527. Estado civil dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1173
Figura 8.3-528. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1174
Figura 8.3-529. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1174
Figura 8.3-530. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1175
Figura 8.3-531. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1176
Figura 8.3-532. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1177
Figura 8.3-533. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1177
Figura 8.3-534. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1178
Figura 8.3-535. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1178

Figura 8.3-536. Estrutura de saúde em Passé.	1180
Figura 8.3-537. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1182
Figura 8.3-538. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1182
Figura 8.3-539. Tempo que frequentou a escola para aqueles com menos de 21 anos que pararam de estudar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1183
Figura 8.3-540. Incidência de doenças nos últimos 12 meses por gênero (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1183
Figura 8.3-541. Se o entrevistado fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1184
Figura 8.3-542. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1185
Figura 8.3-543. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1185
Figura 8.3-544. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1185
Figura 8.3-545. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1186
Figura 8.3-546. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1186
Figura 8.3-547. Quantidade de pavimentos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1187
Figura 8.3-548. Quantidade de sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1187
Figura 8.3-549. Localização dos sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1187
Figura 8.3-550. Modalidade de energia elétrica da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1188
Figura 8.3-551. Tipo de abastecimento de água (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1189
Figura 8.3-552. Quanto a regularidade do abastecimento de água via rede pública (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1189
Figura 8.3-553. Tipo de armazenamento de água na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1189
Figura 8.3-554. Quanto a disposição do lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1190
Figura 8.3-555. Frequência da coleta de lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1190
Figura 8.3-556. Disposição do esgotamento sanitário em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1191
Figura 8.3-557. Características da rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1191

Figura 8.3-558. Quanto à existência de drenagem na rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1192
Figura 8.3-559. Condição da rua onde o entrevistado reside após chuva (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1192
Figura 8.3-560. Possui Embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1194
Figura 8.3-561. Se sim, qual o tipo? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1194
Figura 8.3-562. Comprimento da Embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1194
Figura 8.3-563. Qual o material do casco? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1195
Figura 8.3-564. Potência do motor da embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1195
Figura 8.3-565. Pratica algum tipo de conservação do pescado? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1196
Figura 8.3-566. Qual a modalidade de conservação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ...	1196
Figura 8.3-567. Onde a conservação é feita? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1196
Figura 8.3-568. Possui algum tipo de incentivo para atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1197
Figura 8.3-569. Se sim, quais são? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1197
Figura 8.3-570. Qual o destino do pescado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1198
Figura 8.3-571. Com quem pesca/marisca com frequência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1199
Figura 8.3-572. Existe alguma remuneração para essas pessoas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1199
Figura 8.3-573. Se sim, qual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1200
Figura 8.3-574. Perímetro urbanizado de Caboto (UTM 554184 / 8590169),	1201
Figura 8.3-575. Comunidade de Caboto, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).	1202
Figura 8.3-576. Situação do entrevistado frente ao chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1202
Figura 8.3-577. Quanto ao sexo do entrevistado em Caboto (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1203
Figura 8.3-578. Sexo do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1203
Figura 8.3-579. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1204
Figura 8.3-580. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1204
Figura 8.3-581. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1205

Figura 8.3-582. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1205
Figura 8.3-583. Há quanto tempo o (a) senhor(a) pesca (marisca)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1206
Figura 8.3-584. Quantos dias pesca por semana (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1206
Figura 8.3-585. Qual o turno preferido para a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014)..	1207
Figura 8.3-586. Quantas horas por dia calcula que desenvolva a atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1207
Figura 8.3-587. Que período do ano desenvolve mais a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1208
Figura 8.3-588. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Caboto (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1208
Figura 8.3-589. Qual a distância percorrida para pescar / mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1209
Figura 8.3-590. Como faz esse deslocamento? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1209
Figura 8.3-591. Costuma ter gasto para ir pescar/mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1210
Figura 8.3-592. Se sim, qual o valor gasto em reais? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014)...	1210
Figura 8.3-593. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no Inverno (em percentual)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1211
Figura 8.3-594. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no Verão (em percentual)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1213
Figura 8.3-595. Qual é a espécie que o Sr.(a) não costuma pescar/mariscar em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1213
Figura 8.3-596. Com base na frequência em que pesca/marisca, quantos quilos consegue em 1 mês de trabalho (verão e inverno) (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1217
Figura 8.3-597. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em caboto (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1218
Figura 8.3-598. Principais locais da pesca (por município) segundo o entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1219
Figura 8.3-599. Principais locais de pesca em salvador em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1219
Figura 8.3-600. Principais locais de pesca em candeias em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1220
Figura 8.3-601. Possui o registro geral da pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1221
Figura 8.3-602. Recebe auxílio-defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1221

Figura 8.3-603. Durante o defeso, realiza outra atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1222
Figura 8.3-604. Se sim, qual é? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1223
Figura 8.3-605. Quais as opções de lazer existentes na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1223
Figura 8.3-606. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1224
Figura 8.3-607. Lazer em outra comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1224
Figura 8.3-608. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1225
Figura 8.3-609. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1225
Figura 8.3-610. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1226
Figura 8.3-611. Disposição quanto ao grau de parentesco dos integrantes da família frente ao chefe em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1226
Figura 8.3-612. Estado civil dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	1227
Figura 8.3-613. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1227
Figura 8.3-614. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1228
Figura 8.3-615. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1229
Figura 8.3-616. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1230
Figura 8.3-617. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1231
Figura 8.3-618. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1231
Figura 8.3-619. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1232
Figura 8.3-620. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1232
Figura 8.3-621. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1234
Figura 8.3-622. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1235
Figura 8.3-623. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1235

Figura 8.3-624. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1235
Figura 8.3-625. Estrutura de saúde em Madeira.....	1237
Figura 8.3-626. Incidência de doenças nos últimos 12 meses por gênero (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1238
Figura 8.3-627. Se o entrevistado fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1238
Figura 8.3-628. Quanto ao Uso da Habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1239
Figura 8.3-629. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1239
Figura 8.3-630. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1240
Figura 8.3-631. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1240
Figura 8.3-632. Quantidade de sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1241
Figura 8.3-633. Localização dos sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1241
Figura 8.3-634. Modalidade de energia elétrica da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1242
Figura 8.3-635. Tipo de abastecimento de água (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1242
Figura 8.3-636. Quanto a regularidade do abastecimento de água via rede pública (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1243
Figura 8.3-637. Tipo de armazenamento de água na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1243
Figura 8.3-638. Frequência da coleta de lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1244
Figura 8.3-639. Disposição do esgotamento sanitário em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1244
Figura 8.3-640. Características da rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1245
Figura 8.3-641. Condição da rua onde o entrevistado reside após chuva (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1245
Figura 8.3-642. Possui embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1246
Figura 8.3-643. Se sim, qual o tipo? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1247
Figura 8.3-644. Qual o material do casco? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1247
Figura 8.3-645. Qual a modalidade de conservação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1248

Figura 8.3-646. Possui algum tipo de incentivo para atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1249
Figura 8.3-647. Se sim, quais são? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1249
Figura 8.3-648. Qual o destino do pescado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1250
Figura 8.3-649. Com quem pesca/marisca com frequência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1250
Figura 8.3-650. Existe alguma remuneração para essas pessoas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1251
Figura 8.3-651. Se sim, qual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1251
Figura 8.3-652. Distrito de Ilha de Maré, fotos de “a” a “f” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1252
Figura 8.3-653. Subdistrito da Ilha de Maré, em vermelho, com coordenadas UTM 551023 / 8587854 (Fonte: Google Earth Pro, 2011).	1253
Figura 8.3-654. Situação do entrevistado frente ao chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1254
Figura 8.3-655. Quanto ao sexo do entrevistado em Ilha de Maré (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1254
Figura 8.3-656. Sexo do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1254
Figura 8.3-657. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1255
Figura 8.3-658. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1255
Figura 8.3-659. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1256
Figura 8.3-660. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de Moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1256
Figura 8.3-661. Há quanto tempo o(a) senhor(a) pesca (marisca)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1257
Figura 8.3-662. Quantos dias pesca por semana (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1257
Figura 8.3-663. Qual o turno preferido para a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1258
Figura 8.3-664. Quantas horas por dia calcula que desenvolva a atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1258
Figura 8.3-665. Que período do ano desenvolve mais a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1259
Figura 8.3-666. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Ilha de Maré (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1259
Figura 8.3-667. Qual a distância percorrida para pescar / mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1260

Figura 8.3-668. Como faz esse deslocamento? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1260
Figura 8.3-669. Costuma ter gasto para ir pescar/mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1261
Figura 8.3-670. Se sim, qual o valor gasto em reais? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014)....	1261
Figura 8.3-671. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no inverno em percentual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1263
Figura 8.3-672. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no verão em percentual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1263
Figura 8.3-673. Qual é a espécie que o Sr.(a) não costuma pescar/mariscar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1264
Figura 8.3-674. Com base na frequência em que pesca/marisca, quantos quilos consegue em 1 mês de trabalho, verão e inverno (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1267
Figura 8.3-675. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014).	1268
Figura 8.3-676. Principais locais da pesca (por município) segundo o entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1269
Figura 8.3-677. Principais locais de pesca em Salvador em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1270
Figura 8.3-678. Principais locais de pesca em Candeias em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1271
Figura 8.3-679. Principais locais de pesca em São Francisco do Conde (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1272
Figura 8.3-680. Principais locais de pesca em Simões Filho (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1272
Figura 8.3-681. Principais locais de pesca em Madre De Deus (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1272
Figura 8.3-682. Possui o registro geral da pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1273
Figura 8.3-683. Recebe auxílio-defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1273
Figura 8.3-684. Para os que recebem o auxílio-defeso, durante esse período, realiza outra atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1274
Figura 8.3-685. Se sim, qual é a atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1275
Figura 8.3-686. Quais as opções de lazer existentes na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1276
Figura 8.3-687. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1276
Figura 8.3-688. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1277
Figura 8.3-689. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1277

Figura 8.3-690. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1278
Figura 8.3-691. Disposição quanto ao grau de parentesco dos integrantes da família frente ao chefe em percentual: (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1278
Figura 8.3-692. Estado civil dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1279
Figura 8.3-693. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1279
Figura 8.3-694. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1280
Figura 8.3-695. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1281
Figura 8.3-696. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1282
Figura 8.3-697. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1283
Figura 8.3-698. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1283
Figura 8.3-699. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1284
Figura 8.3-700. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1284
Figura 8.3-701. Estrutura de saúde em Ilha de Maré.	1288
Figura 8.3-702. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1289
Figura 8.3-703. Se Membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1289
Figura 8.3-704. Tempo que frequentou a escola para aqueles com menos de 21 anos que pararam de estudar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1290
Figura 8.3-705. Razão pela qual parou de estudar para os menos de 21 anos (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1290
Figura 8.3-706. Incidência de doenças nos últimos 12 meses por gênero (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1291
Figura 8.3-707. Se o entrevistado fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1292
Figura 8.3-708. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1293
Figura 8.3-709. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1293

Figura 8.3-710. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1293
Figura 8.3-711. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1294
Figura 8.3-712. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1294
Figura 8.3-713. Quantidade de sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1295
Figura 8.3-714. Localização dos sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1295
Figura 8.3-715. Modalidade de energia elétrica da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1296
Figura 8.3-716. Tipo de abastecimento de água (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1296
Figura 8.3-717. Quanto a regularidade do abastecimento de água via rede pública (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1297
Figura 8.3-718. Tipo de armazenamento de água na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1297
Figura 8.3-719. Quanto à disposição do lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1298
Figura 8.3-720. Frequência da coleta de lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1298
Figura 8.3-721. Disposição do esgotamento sanitário em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1299
Figura 8.3-722. Características da rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1299
Figura 8.3-723. Quanto à existência de drenagem na rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1300
Figura 8.3-724. Condição da rua onde o entrevistado reside após chuva (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1300
Figura 8.3-725. Possui embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1302
Figura 8.3-726. Se sim, qual o tipo? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1302
Figura 8.3-727. Comprimento da embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1303
Figura 8.3-728. Qual o material do casco? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1303
Figura 8.3-729. Pratica algum tipo de conservação do pescado? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1304
Figura 8.3-730. Onde a conservação é feita? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1304
Figura 8.3-731. Possui algum tipo de incentivo para atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1305
Figura 8.3-732. Se sim, quais são? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1305

Figura 8.3-733. Qual o destino do pescado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1306
Figura 8.3-734. Com quem pesca/marisca com frequência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1306
Figura 8.3-735. Existe alguma remuneração para essas pessoas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1307
Figura 8.3-736. Se sim, qual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1307
Figura 8.3-737. Distrito de Passagem dos Teixeiras (UTM 560451 / 8591976) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).....	1308
Figura 8.3-738. Comunidade de Passagem dos Teixeiras, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).	1309
Figura 8.3-739. Situação do entrevistado frente ao chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1309
Figura 8.3-740. Quanto ao sexo do entrevistado em Passagem dos Teixeiras (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1310
Figura 8.3-741. Sexo do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1310
Figura 8.3-742. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1311
Figura 8.3-743. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1311
Figura 8.3-744. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1312
Figura 8.3-745. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1312
Figura 8.3-746. Há quanto tempo o (a) senhor(a) pesca (marisca)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1313
Figura 8.3-747. Quantos dias pesca por semana (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1313
Figura 8.3-748. Qual o turno preferido para a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1314
Figura 8.3-749. Quantas horas por dia calcula que desenvolva a atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1314
Figura 8.3-750. Que período do ano desenvolve mais a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1315
Figura 8.3-751. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Passagem dos Teixeiras (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1315
Figura 8.3-752. Qual a distância percorrida para pescar / mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1316
Figura 8.3-753. Como faz esse deslocamento? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1316

Figura 8.3-754. Costuma ter gasto para ir pescar/mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1317
Figura 8.3-755. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no inverno em percentual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1318
Figura 8.3-756. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no verão em percentual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1319
Figura 8.3-757. Qual é a espécie que o Sr.(a) não costuma pescar/mariscar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1320
Figura 8.3-758. Com base na frequência em que pesca/marisca, quantos quilos consegue em 1 mês de trabalho (verão e inverno) (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1322
Figura 8.3-759. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em Passagem dos Teixeiras (Fonte: Bourscheid, 2014).	1323
Figura 8.3-760. Principais locais da pesca (por município) segundo o entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1323
Figura 8.3-761. principais locais de pesca em Salvador e Simões Filho (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1323
Figura 8.3-762. Principais locais de pesca em candeias em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1324
Figura 8.3-763. Possui o Registro Geral da Pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1325
Figura 8.3-764. Recebe Auxílio-Defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1325
Figura 8.3-765. Durante o defeso, realiza outra atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1326
Figura 8.3-766. Se sim, qual é (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1327
Figura 8.3-767. Quais as opções de lazer existentes na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1327
Figura 8.3-768. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1328
Figura 8.3-769. Municípios onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	1328
Figura 8.3-770. Outra comunidade onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1329
Figura 8.3-771. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1329
Figura 8.3-772. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1330
Figura 8.3-773. Disposição quanto ao grau de parentesco dos integrantes da família frente ao chefe em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1330
Figura 8.3-774. Estado civil dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014). ..	1331

Figura 8.3-775. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1331
Figura 8.3-776. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1332
Figura 8.3-777. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1333
Figura 8.3-778. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1333
Figura 8.3-779. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1334
Figura 8.3-780. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1334
Figura 8.3-781. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1335
Figura 8.3-782. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1335
Figura 8.3-783. Estrutura de saúde em Passagem dos Teixeiras.	1338
Figura 8.3-784. Incidência de doenças nos últimos 12 meses por gênero (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1339
Figura 8.3-785. Se o entrevistado fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1339
Figura 8.3-786. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1341
Figura 8.3-787. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1341
Figura 8.3-788. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1342
Figura 8.3-789. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1342
Figura 8.3-790. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1343
Figura 8.3-791. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1343
Figura 8.3-792. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1344
Figura 8.3-793. Quantidade de pavimentos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1344
Figura 8.3-794. Quantidade de sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1345

Figura 8.3-795. Localização dos sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1345
Figura 8.3-796. Modalidade de energia elétrica da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1346
Figura 8.3-797. Tipo de abastecimento de água (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1346
Figura 8.3-798. Quanto a regularidade do abastecimento de água via rede pública (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1347
Figura 8.3-799. Tipo de armazenamento de água na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1347
Figura 8.3-800. Quanto à disposição do lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1348
Figura 8.3-801. Frequência da coleta de lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1348
Figura 8.3-802. Disposição do esgotamento sanitário em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1349
Figura 8.3-803. Características da rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1349
Figura 8.3-804. Condição da rua onde o entrevistado reside após chuva (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1350
Figura 8.3-805. Possui embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1351
Figura 8.3-806. Se sim, qual o tipo? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1351
Figura 8.3-807. Comprimento da embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1352
Figura 8.3-808. Qual o material do casco? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1352
Figura 8.3-809. Pratica algum tipo de conservação do pescado? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1353
Figura 8.3-810. Onde a conservação é feita? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1353
Figura 8.3-811. Possui algum tipo de incentivo para atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1354
Figura 8.3-812. Qual o destino do pescado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1354
Figura 8.3-813. Com quem pesca/marisca com frequência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1355
Figura 8.3-814. Existe alguma remuneração para essas pessoas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1355
Figura 8.3-815. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Aratu (Fonte: CODEBA, 2013).	1358
Figura 8.3-816. Área de Influência do Centro Industrial de Aratu – Área Verde (Fonte: SUDIC, 2013).	1359

Figura 8.3-817. Áreas de manguezal na Baía de Aratu pertencente ao município de Simões Filho, fotos “a” e “b”(Fonte: Bourscheid, 2014).....	1360
Figura 8.3-818. Mapa com as zonas urbanísticas do município de Simões Filho. Em destaque a ZECE (linha verde) (Fonte: PDMU de Simões Filho, 2014).	1362
Figura 8.3-819. Unidades ambientais do município de Candeias (Fonte: Plano Diretor de Candeias, 2006 - Polis Designer).	1365
Figura 8.3-820. Mapa do município de Candeias com identificação das principais aglomerações (Fonte: PDDU de Candeias, 2006).....	1366
Figura 8.3-821. Unidade de Planejamento Territorial de Passé segundo o PDDU de Candeias (Fonte: Polis Designer, 2006).	1368
Figura 8.3-822. Unidade de Planejamento Territorial de Caboto e Passagem dos Teixeiras segundo o PDDU de Candeias (Fonte: Polis Designer, 2006).	1370
Figura 8.3-823. Ocupações irregulares no entorno da Baía de Aratu, fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1371
Figura 8.3-824. Macrozoneamento da Ilha de Maré/Salvador (Fonte: PDDU – Salvador, 2008).	1373
Figura 8.3-825. Entrevistas com Representantes da Associação de Moradores e da Associações de Pescadores e Marisqueiras de Mapele (Fonte: Bourscheid, 2014)	1376
Figura 8.3-826. Entrevista com Representante da Associação Comunitária Amigos de Caboto (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1376
Figura 8.3-827. Entrevista com Representantes da Associação Beneficente de Passé (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1376
Figura 8.3-828. Entrevista com Representantes da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Candeias (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1376
Figura 8.3-829. Entrevista com Representantes da Associação Beneficente de Passé (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1376
Figura 8.3-830. Entrevista com participantes do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014)	1376
Figura 8.3-831. Entrevista com Representantes da Colônia de Pescadores Z-4 em Ilha de Maré ...	1377
Figura 8.3-832. Conhece alguma organização comunitária onde você mora? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1383
Figura 8.3-833. Se sim, qual o nome? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1384
Figura 8.3-834. Você ou alguém da sua família participa de alguma delas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1384
Figura 8.3-835. Forma de participação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1384
Figura 8.3-836. Conhece alguma organização comunitária onde você mora? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1385
Figura 8.3-837. Se sim, qual o nome? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1385

Figura 8.3-838. Você ou alguém da sua família participa de alguma delas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1386
Figura 8.3-839. Forma de participação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1386
Figura 8.3-840. Conhece alguma organização comunitária onde você mora? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1387
Figura 8.3-841. Se sim, qual o nome (em percentual) (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1387
Figura 8.3-842. Você ou alguém da sua família participa de alguma delas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1387
Figura 8.3-843. Forma de participação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1388
Figura 8.3-844. Conhece alguma organização comunitária onde você mora? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1388
Figura 8.3-845. Se Sim, qual o nome (em percentual) (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1389
Figura 8.3-846. Você ou alguém da sua família participa de alguma delas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1389
Figura 8.3-847. Forma de participação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1389
Figura 8.3-848. Conhece alguma organização comunitária onde você mora? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1390
Figura 8.3-849. Você ou alguém da sua família participa de alguma delas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1390
Figura 8.3-850. Forma de participação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1391
Figura 8.3-851. Se o Entrevistado Considera que há Algum Problema Ambiental na Comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1395
Figura 8.3-852. Em caso positivo, quais os principais problemas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1395
Figura 8.3-853. Principais problemas da comunidade segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1396
Figura 8.3-854. Se o Entrevistado tem conhecimento da existência de projetos que visem a melhoria de sua comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1397
Figura 8.3-855. Você tem conhecimento da existência de alguma empresa privada que apoie ações na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1398
Figura 8.3-856. Se Sim, qual ou quais empresas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1398
Figura 8.3-857. Que atividades realiza? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1398
Figura 8.3-858. Em caso positivo, quais os principais problemas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1399
Figura 8.3-859. Principais problemas da comunidade segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1400

Figura 8.3-860. Se o entrevistado considera que há algum problema ambiental na comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1401
Figura 8.3-861. Em caso positivo, quais os principais problemas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1401
Figura 8.3-862. Principais problemas da comunidade segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1403
Figura 8.3-863. Se o Entrevistado tem conhecimento da existência de projetos que visem a melhoria de sua comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1404
Figura 8.3-864. Qual julga ser mais importante? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1404
Figura 8.3-865. Você tem conhecimento da existência de alguma empresa privada que apoie ações na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1405
Figura 8.3-866. Que atividades realiza? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1405
Figura 8.3-867. Se o Entrevistado considera que há algum problema ambiental na comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1406
Figura 8.3-868. Em caso positivo, quais os principais problemas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1406
Figura 8.3-869. Principais problemas da comunidade segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1407
Figura 8.3-870. Se o Entrevistado tem conhecimento da existência de projetos que visem a melhoria de sua comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1408
Figura 8.3-871. Qual julga ser mais importante? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1408
Figura 8.3-872. Você tem conhecimento da existência de alguma empresa privada que apoie ações na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1409
Figura 8.3-873. Se Sim, qual ou quais empresas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1409
Figura 8.3-874. Que atividades realiza? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1409
Figura 8.3-875. Se o entrevistado considera que há algum problema ambiental na comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1410
Figura 8.3-876. Em caso positivo, quais os principais problemas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1411
Figura 8.3-877. Principais problemas da comunidade segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1412
Figura 8.3-878. Se o entrevistado tem conhecimento da existência de projetos que visem a melhoria de sua comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1413
Figura 8.3-879. Qual julga ser mais importante? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1414
Figura 8.3-880. Você tem conhecimento da existência de alguma empresa privada que apoie ações na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1414

Figura 8.3-881. Se o entrevistado considera que há algum problema ambiental na comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1415
Figura 8.3-882. Em caso positivo, quais os principais problemas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1415
Figura 8.3-883. Principais problemas da comunidade segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1416
Figura 8.3-884. Cartilha desenvolvida para o movimento dos pescadores e pescadoras artesanais – MPP (Fonte: Companhia Pastoral da Pesca).....	1419
Figura 8.3-885. Se o entrevistado de Mapele já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade de pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1427
Figura 8.3-886. Se sim, qual foi? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1427
Figura 8.3-887. Houve solução para o conflito? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1427
Figura 8.3-888. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1428
Figura 8.3-889. Havendo algum problema ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1428
Figura 8.3-890. Se o entrevistado de Boca do Rio já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade de pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1429
Figura 8.3-891. Se sim, qual foi? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1429
Figura 8.3-892. Havendo algum problema ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1429
Figura 8.3-893. Se o entrevistado de Passé já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade de pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1430
Figura 8.3-894. Se sim, qual foi? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1430
Figura 8.3-895. Houve solução para o conflito? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1431
Figura 8.3-896. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1431
Figura 8.3-897. Havendo algum problema ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1431
Figura 8.3-898. Se o entrevistado de Caboto já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade de pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1432
Figura 8.3-899. Se sim, qual foi? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1433
Figura 8.3-900. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1433
Figura 8.3-901. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1433

Figura 8.3-902. Havendo algum problem ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1434
Figura 8.3-903. Se o entrevistado de Ilha de Maré já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade de pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1435
Figura 8.3-904. Se sim, qual foi? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1435
Figura 8.3-905. Houve solução para o conflito? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1435
Figura 8.3-906. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1436
Figura 8.3-907. Havendo algum problema ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1436
Figura 8.3-908. Já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1437
Figura 8.3-909. Se sim, qual foi? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1437
Figura 8.3-910. Houve solução para o conflito? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1437
Figura 8.3-911. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).....	1438
Figura 8.3-912. Havendo algum problema ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).	1438
Figura 8.3-913. Fluxograma do Processo de Reconhecimento e Delimitação de Território das Comunidades Quilombolas (Fonte. INCRA, 2015).	1461
Figura 8.3-914. Localização das Comunidades Quilombolas na área de influência do Terminal de Uso Privativo da Braskem em um raio de 8 km (Fonte: Fundação Cultural Palmares,2014, e Google Earth Pro, 2014).	1462
Figura 8.3-915. Comunidade Quilombola de Bananeiras – coordenada Datum UTM WGS 84 -552299 / 8589826 (Fonte: Google Earth, 2014).	1464
Figura 8.3-916. Comunidade Quilombola de Martelo – coordenada Datum UTM WGS 84 -550104 / 8590545 (Fonte: Google Earth,(2014).	1464
Figura 8.3-917. Comunidade Quilombola de Ponta Grossa – coordenada Datum UTM WGS 84 - 551667 / 8590377 (Fonte: Google Earth, 2014).	1465
Figura 8.3-918. Comunidade Quilombola de Porto dos Cavalos – coordenada Datum UTM WGS 84 - 550690 / 8591186 (Fonte: Google Earth, 2014).	1465
Figura 8.3-919. Comunidade Quilombola de Praia Grande – coordenada Datum UTM WGS 84 - 550889 / 8587300 (Fonte: Google Earth, 2014).	1466
Figura 8.3-920. Unidade de Saúde na Comunidade Quilombola de Praia Grande (Fonte: Bourscheid, 2014).	1467
Figura 8.3-921. Detalhamento do Posto de Saúde na Comunidade Quilombola de Praia Grande (Fonte: CNES, 2014).	1469

Figura 8.3-922. Escola em Bananeiras (Fonte: Bourscheid, 2014).	1473
Figura 8.3-923. Escola em Porto dos Cavalos (Fonte: Bourscheid, 2014).	1473
Figura 8.3-924. Comunidade Quilombola ao Alto do Tororó – coordenada Datum UTM WGS 84 - 555994/8583274 (Fonte: Google Earth, 2014).	1476
Figura 8.3-925. Tulipa da Barragem do Rio dos Macacos (2011).	1480
Figura 8.3-926. Acessos a Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos (em vermelho). Em azul, a BA-528 (Oeste), a Avenida Periférica (Norte) e Via Periférica II (Leste). (Fonte: Google Earth, 2014).	1481
Figura 8.3-927. Via Principal da Vila Naval da Marinha (acima) e Rua da Prefeitura da Vila (abaixo) (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1482
Figura 8.3-928. Moradias localizadas no interior da área da Marinha. Na foto à direita banheiro improvisado (Fonte: Zagatto Consultoria, 2011).	1483
Figura 8.3-929. Rio Barroso fazendo a divisão entre as fazendas Meireles e Macacos (rosa). Em verde, o rio da Prata. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1485
Figura 8.3-930. Antigo documento emitido pela Base Naval de Aratu nos anos 70 confirmando a presença de um morador na antiga Fazenda Meireles e próximo à Vila Naval (Fonte: Zagatto Consultoria).	1486
Figura 8.3-931. Trecho de Documento emitido pela Base Naval em favor de um morador de Rio dos Macacos por Serviços Prestados. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1487
Figura 8.3-932. Fotos de propriedade de Dona Maria Souza de Oliveira da década de 80. A direita família do Sargento Sarmento que foi padrinho da neta de Dona Maria. À direita, Olinda e Souza Oliveira carregando o bebê do Sargento. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1487
Figura 8.3-933. Configuração Territorial da Comunidade Rio dos Macacos antes da sua delimitação pelo INCRA. (Fonte: INCRA, 2012).	1489
Figura 8.3-934. Uso do Solo no Território Quilombola da Comunidade Rio dos Macacos (Fonte: INCRA, 2012).	1490
Figura 8.3-935. Ocupação de Alto dos Macacos. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012)	1491
Figura 8.3-936. Acima, casas no Tombo da Barragem de Rio dos Macacos. Abaixo à esquerda, galinheiro, segundo os moradores, derrubado pela Marinha. Abaixo à direita, casa que ruiu pela não possibilidade de manutenção pela proibição da Marinha. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1492
Figura 8.3-937. Comunidade Encantada ao sul da propriedade da Marinha (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1493
Figura 8.3-938. Ocupação Cidade de Plástico. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1494
Figura 8.3-939. Ocupação Por do Sol ao lado da Fábrica Bahia Jato. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012)	1494
Figura 8.3-940. Território da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos segundo o INCRA (2012).	1496

Figura 8.3-941. Antigas áreas agricultáveis na área da Marinha (2012) (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).....	1498
Figura 8.3-942. À esquerda, moedor de mandioca de uma antiga casa de farinha no sítio de um morador da comunidade. À direita, forno de torrar farinha no mesmo local (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).....	1498
Figura 8.3-943. À esquerda, produção de banana na comunidade. À direita, Mangueiras e Jaqueiras (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).....	1499
Figura 8.3-944. Lagoa Salu e a Oiti que alimentava o Rio Barroso (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1500
Figura 8.3-945. À esquerda, marisqueira próximo à antiga Usina Aratu. À direita, atracadouro da Marina Aratu. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1500
Figura 8.3-946. Galinheiro na residência de um morador de Rio dos Macacos (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).....	1501
Figura 8.3-947. Processo de fabricação do azeite de dendê em Rio dos Macacos (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).....	1502
Figura 8.3-948. Adobe utilizado para construção de casas na comunidade de Rio dos Macacos (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1502
Figura 8.3-949. Morador da Comunidade fabricando colher de pau para venda na Feira de São Joaquim em Salvador (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1503
Figura 8.3-950. Proposta de zoneamento de 2006 do PDM de Simões Filho consultado pela Zagatto Consultoria (2012).	1504
Figura 8.3-951. Projeto de Lei de 2007/2008 consultado pela Zagatto Consultoria e que não foi aprovado (2012)	1505
Figura 8.3-952. Rio dos Macacos passando pela Vila Naval da Barragem, bastante poluído (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1506
Figura 8.3-953. Placa de Referência do Terreiro próximo a Marinha (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).....	1507
Figura 8.3-954. Entidades, movimentos sociais, representantes da Fundação Cultural Palmares, Inbra, entre outros, em visita a comunidade (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1508
Figura 8.3-955. Área de pesca e mariscagem utilizada pelos moradores de Rio do Macacos (em vermelho) (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).	1509
Figura 8.3-956. Comunidade de Caboto, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).	1512
Figura 8.3-957. Comunidade de Passé, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1513
Figura 8.3-958. Comunidade de Passagem dos Teixeiras, fotos de “a” a “d” (Bourscheid, 2014). ..	1514
Figura 8.3-959. Distrito de Ilha de Maré, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).	1515
Figura 8.3-960. Comunidade de Mapele, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1515
Figura 8.3-961. Festejos do 2 de Julho em Salvador (Fonte: Atarde On Line, 2014).	1518

Figura 8.3-962. Festejos do 2 de Julho em Salvador (Fonte: Atarde On Line, 2014).	1518
Figura 8.3-963. Festa de Bom Jesus dos Navegantes (Fonte: Site Globo.com, 2014).....	1519
Figura 8.3-964. Festa de Bom Jesus dos Navegantes (Fonte: Site Amigos Navegantes Blogspot, 2014).	1519
Figura 8.3-965. Festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia (Fonte: Site Bahia Negocios, 2014).	1520
Figura 8.3-966. Festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia (Fonte: Globo.com, 2014).....	1520
Figura 8.3-967. Festa da Lavagem do Bonfim (Fonte: Site Irdeb, 2014).	1521
Figura 8.3-968. Festa da Lavagem do Bonfim (Fonte: Site Ibahia.com, 2014).	1521
Figura 8.3-969. Festa do Rio Vermelho Iemanjá - 1917 (Fonte: Site Ibahia.com, 2014).....	1523
Figura 8.3-970. Festa do Rio Vermelho Iemanjá (Fonte: Site Ibahia.com, 2014).....	1523
Figura 8.3-971. Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá (Fonte: Site Aratu Online, 2014).	1525
Figura 8.3-972. Terreiro do Gantois (Fonte: Site Atarde Online, 2014).	1525
Figura 8.3-973. Terreiro do Bate Folha (Fonte: Site Tatakiretaua, 2014).....	1525
Figura 8.3-974. Terreiro de Ilê Axé Oyá Tolá em Passagem dos Teixeiras (Fonte: Site Oyatola Blogspot, 2014).	1525
Figura 8.3-975. Reisado (Fonte: Site da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2014).....	1526
Figura 8.3-976. Samba de Roda (Fonte: http://portal.iphan.gov.br , 2014).	1527
Figura 8.3-977. Samba de Roda (Fonte: Site Acc Memoria Social Blogspot, 2014).	1527
Figura 8.3-978. Capoeira (Fonte: Site Tribuna da Bahia, 2014).....	1528
Figura 8.3-979. Maculelê (Fonte: Site Gincana Black Blogspot, 2014).....	1529
Figura 8.3-980. Dança Umbigada (Fonte: http://arodadosbrincantes.blogspot.com.br).	1530
Figura 8.3-981. Igreja Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia (Fonte: Site Globo.com, 2014).	1532
Figura 8.3-982. Igreja do Bonfim (Fonte: Site Globo.com, 2014).....	1533
Figura 8.3-983. Igreja da Vitória (Fonte: Site da Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, 2014)..	1535
Figura 8.3-984. Igreja da Vitória (Fonte: Site da Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, 2014)..	1536
Figura 8.3-985. Igreja de Santo Antônio Além do Carmo (Fonte: Site Igrejas-Bahia.com, 2014).	1537
Figura 8.3-986. Igreja de Nossa Senhora das Neves (Fonte: Site Brisa Viagens Blogspot.com, 2014).	1538
Figura 8.3-987. Igreja e Convento de São Francisco (Fonte: Site Viaje Aqui, 2014).....	1539
Figura 8.3-988. Catedral Basílica de São Salvador (Fonte: Site Arquidiocese Salvador, 2014).	1540
Figura 8.3-989. Sítios indígenas localizados por Calderón (Fonte: Calderón p.142, 1974).....	1542

Figura 8.3-990. Urnas funerárias da tradição Aratu resgatadas por Calderón (Fonte: CALDERÓN, 1969, p. 196 apud SOARES, 2012, p. 26).	1544
Figura 8.3-991. Urna funerária da tradição Aratu da cidade de Almadina/BA (Fonte: http://www.uesc.br).....	1544
Figura 8.3-992. Recipiente Tupiguarani do tipo assador, com elementos em vermelho e preto sobre fundo creme-esbranquiçado (Fonte: http://arqueologiaeimagem.blogspot.com.br).	1545
Figura 8.3-993. Mapa histórico do recôncavo baiano (Fonte: Google imagens).	1552
Figura 8.3-994. Ilustração da localização dos naufrágios registrados na Baía de Todos os Santos/BA (Fonte: Bourscheid, 2014).	1556
Figura 8.3-995. Unidades Ambientais do município de Candeias (Fonte: Plano Diretor de Candeias, 2006 - Polis Designer).	1559
Figura 8.3-996. Pontos de pesca na AID. (Fonte: Bourscheid, 2014).	1561
Figura 8.4-1. Sensibilidade dos temas do meio físico para AID e AII do empreendimento.	1568
Figura 8.4-2. Sensibilidades para os temas do meio biótico.	1569
Figura 8.4-3. Sensibilidades identificadas para o meio socioeconômico.	1570
Figura 8.4-4. Sensibilidade ambiental para os três meios avaliados na AID e ADA do empreendimento.	1571

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 8.3-1. Área, densidade demográfica, quantidade de domicílios particulares permanentes, média de moradores por domicílio, população urbana e rural e taxa de crescimento geométrico anual para o estado da Bahia e municípios da área de influência (Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010).	743
Tabela 8.3-2. População na AID segundo Censo 2010 do IBGE.	751
Tabela 8.3-3. Simulação de crescimento para o Estado da Bahia e os municípios da AI (Fonte: Bourscheid, 2013).	752
Tabela 8.3-4. Simulação de crescimento para as comunidades na AID (Fonte: Bourscheid, 2014).	753
Tabela 8.3-5. População urbana e rural por gênero para o estado e municípios da área de influência (Fonte: IBGE, 2010).	757
Tabela 8.3-6. Pessoas que residiam há menos de 10 anos ininterruptos no município da Área de Influência (Fonte: IBGE, 2010).	759
Tabela 8.3-7. Número de hospitais e leitos dos municípios na AI (Fonte: DATASUS, 2011 & CODEBA, 2012).	770
Tabela 8.3-8. Leitos por mil habitantes nos municípios da AI (Fonte: DATASUS, 2011 & CODEBA, 2012).	771
Tabela 8.3-9. Profissionais da área de saúde, segundo ocupação na área de influência (Fonte: Ministério da Saúde, 2011 & CODEBA, 2012).	773
Tabela 8.3-10. Profissionais da área de saúde segundo nível de formação (Fonte: Ministério da Saúde, 2011 & CODEBA, 2012).	774
Tabela 8.3-11. Índices de mortalidade na área de influência (Fonte: SESAB/SUVISA/DIS/SIM, 2010 & CODEBA, 2012).	788
Tabela 8.3-12. Indicadores de mortalidade na área de influência (Fonte: SIM/SINASC, 2010 & CODEBA, 2012).	790
Tabela 8.3-13. Casos notificados (número e coeficiente de incidência por 100.000 hab.) de algumas doenças em Camaçari – BA (Fonte: SESAB/SUVISA/DIS/SINAN & CODEBA, 2012).	792
Tabela 8.3-14. Casos notificados (número e coeficiente de incidência por 100.000 hab.) de algumas doenças em Simões Filho – BA (Fonte: SESAB/SUVISA/DIS/SINAN & CODEBA, 2012).	793
Tabela 8.3-15. Casos notificados (número e coeficiente de incidência por 100.000 hab.) de algumas doenças em Candeias – BA (Fonte: SESAB/SUVISA/DIS/SINAN & CODEBA, 2012).	794
Tabela 8.3-16. Casos notificados (número e coeficiente de incidência por 100.000 hab.) de algumas doenças em Salvador – BA (Fonte: SESAB/SUVISA/DIS/SINAN & CODEBA, 2012).	795
Tabela 8.3-17. Taxa de analfabetismo da população de 10 anos, e mais na AID (Fonte: Microdados do IBGE, 2010 e Bourscheid, 2014).	798
Tabela 8.3-18. Taxas de aprovação, reprovação, abandono, no Estado da Bahia e Municípios da AI para o Ensino Fundamental e Médio (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).	808

Tabela 8.3-19. Pessoas da AII que Frequentavam Níveis Superiores de Educação (Fonte: Censo 2010 (IBGE)).....	814
Tabela 8.3-20. Distribuição do número de estabelecimentos, matrículas e docentes na AI no Ensino Infantil (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2009, 2011).....	815
Tabela 8.3-21. Distribuição do número de estabelecimentos por dependência administrativa no ensino infantil (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).	816
Tabela 8.3-22. Distribuição do número de estabelecimentos, matrículas e docentes na área de influência no ensino fundamental (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).	817
Tabela 8.3-23. Número de estabelecimentos de ensino fundamental, localização e dependência administrativa. (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).	818
Tabela 8.3-24. Distribuição do número de estabelecimentos, matrículas e docentes na AI no ensino médio (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).	818
Tabela 8.3-25. Número de estabelecimentos no ensino médio e classes de alfabetização por município, localização e dependência administrativa (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).	819
Tabela 8.3-26. Escolas na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Data Escola Brasil, 2014).....	823
Tabela 8.3-27. Taxas de Homicídios para Municípios da AII e Posicionamento Nacional e Estadual para 2010 (Fonte: Mapa da Violência, 2012).	827
Tabela 8.3-28. Consumo por classe em MHW para 2010 nos municípios da área de influência (Fonte: SEI, 2010).	851
Tabela 8.3-29. Cobertura por telefonia fixa na Área de Influência em 2011 (Fonte: ANATEL, 2011 & CODEBA, 2012).	854
Tabela 8.3-30. Forma de abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).	860
Tabela 8.3-31. Esgotamento sanitário nos municípios da área de influência entre 2000-2010 (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).	868
Tabela 8.3-32. Alcance da coleta dos resíduos nos domicílios da área de influência (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).	871
Tabela 8.3-33. Domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio e número de moradores na AII (Fonte: IBGE, 2010).	877
Tabela 8.3-34. Valor adicionado dos setores econômicos, Produto Interno Bruto e PIB per Capita dos municípios da área de influência (Fonte: SEI, 2010).	911
Tabela 8.3-35. Produção das lavouras permanentes, área colhida e quantidade produzida em 2008 e 2009 na área de influência (Fonte: IBGE, 2008 e 2009).	914
Tabela 8.3-36. Número de empregos formais por setor de atividade na AI (Fonte: MTE, 2013).	928
Tabela 8.3-37. Informações Linhas em São Tome de Paripe e Ilha de Maré	985
Tabela 8.3-38. Resultado da pesquisa sobre a qualidade desses atracadouros feitos pela SEINFRA (2013).	986

Tabela 8.3-39 Empregos formais na área de turismo e navegação na Área de Influência Indireta. . .	994
Tabela 8.3-40. Município, Comunidades, Número de pescadores na área de influência com base no Registro Geral da Pesca e de Informações Obtidas junto a Colônias e Associações de Pesca e Entrevistas Realizadas nas Comunidades Pesqueiras (Fonte: Bourscheid, 2014).	1005
Tabela 8.3-41. Quantitativo de embarcações na área de influência indireta (Fonte: IBAMA, 2006).	1041
Tabela 8.3-42. Município, Comunidades da AID, Número de Questionários Aplicados nas Comunidades e Possuidores de Embarcações de acordo com os questionários (Fonte: Bourscheid, 2014).	1042
Tabela 8.3-43. Percentual do tipo de armadilha utilizado para pesca na área de influência (Fonte HATJE & ANDRADE, 2009).....	1052
Tabela 8.3-44. Proporção de peixes, crustáceos e moluscos total na BTS entre 2002 a 2006 (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).....	1054
Tabela 8.3-45. Produção e o seu valor nos municípios da área de influência em relação a BTS e ao Estado da Bahia (Fonte: IBAMA, 2008).	1058
Tabela 8.3-46. Municípios da Área de Influência, Comunidades da AID, Distância das Comunidades para o TUP em Linha Reta e por Mar (Fonte: Bourscheid, 2014).	1067
Tabela 8.3-47. Entidade representativa dos pescadores na AID por endereço da sede, área de atuação e número de pescadores inscritos. (Fonte: Bourscheid, 2014).	1067
Tabela 8.3-48. Espécies coletadas por período e tipo de apetrecho segundo os pescadores de Mapele.	1081
Tabela 8.3-49. Famílias que vivem exclusivamente da pesca e as que tem a atividade como secundária de acordo com a aplicação dos questionários. (Fonte: Bourscheid, 2014).	1090
Tabela 8.3-50. Escolas na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Data Escola Brasil, 2014).	1101
Tabela 8.3-51. Espécies coletadas por período e tipo de apetrecho segundo os pescadores de Boca do Rio (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1128
Tabela 8.3-52. Famílias que vivem exclusivamente da pesca e as que tem a atividade como secundária de acordo com a aplicação dos questionários. Fonte: Bourscheid, 2014	1130
Tabela 8.3-53. Espécies coletadas por período e tipo de apetrecho segundo os pescadores de Passé.	1161
Tabela 8.3-54. Famílias que vivem exclusivamente da pesca e as que tem a atividade como secundária de acordo com a aplicação dos questionários. (Fonte: Bourscheid, 2014)	1168
Tabela 8.3-55. Escolas na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Data Escola Brasil, 2014).	1181

Tabela 8.3-56. Espécies mais capturadas e o uso de equipamentos pelos pescadores e pescadoras artesanais de Caboto.....	1215
Tabela 8.3-57. Famílias que vivem exclusivamente da pesca e as que tem a atividade como secundária de acordo com a aplicação dos questionários. (Fonte: Bourscheid, 2014).	1222
Tabela 8.3-58. Escolas na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Data Escola Brasil, 2014).....	1233
Tabela 8.3-59. Espécies mais capturadas e o uso de equipamentos pelos pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré.	1265
Tabela 8.3-60. Famílias que vivem exclusivamente da pesca e as que tem a atividade como secundária de acordo com a aplicação dos questionários. (Fonte: Bourscheid, 2014).	1274
Tabela 8.3-61. Escolas na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Data Escola Brasil, 2014).....	1286
Tabela 8.3-62. Espécies mais capturadas e o uso de equipamentos pelos pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras.....	1321
Tabela 8.3-63. Famílias que vivem exclusivamente da pesca e as que tem a atividade como secundária de acordo com a aplicação dos questionários. (Fonte: Bourscheid, 2014.)	1326
Tabela 8.3-64. Escolas na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Data Escola Brasil, 2014).....	1340
Tabela 8.3-65. Organizações sociais em atuação na AID. Fonte: Prefeitura de Candeias, 2014.....	1380
Tabela 8.3-66. Caracterização das Unidades Escolares nas Comunidades Quilombolas de Ilha de Maré (Fonte: Data Escola Brasil do INEP, 2014).	1471
Tabela 8.3-67. Relação dos sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN, nos município de Candeias, Camaçari e Simões Filho.....	1546
Tabela 8.3-68. Naufrágios registrados na Baía de Todos os Santos.....	1555

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 8.3-1. Área de influência do meio socioeconômico.....	688
Quadro 8.3-2. Quadro resumo contendo os municípios, comunidades, número de domicílios, número de habitantes e número de pescadores na AID (Fonte: Bourscheid, 2014).....	693
Quadro 8.3-3. Número de questionários aplicados na AID com os pescadores e pescadoras artesanais.	694
Quadro 8.3-4. Questionários aplicados em Passagem dos Teixeiras com coordenadas UTM (Datum WGS84, fuso 24L).	694
Quadro 8.3-5. Questionários aplicados em Passé com coordenadas UTM (Datum WGS84, fuso 24L).	695
Quadro 8.3-6. Questionários aplicados em Caboto com coordenadas UTM (Datum WGS84, fuso 24L).	697
Quadro 8.3-7. Questionários aplicados em Boca do Rio com coordenadas UTM (Datum WGS84, fuso 24L).	699
Quadro 8.3-8. Questionários aplicados em Ilha de Maré com coordenadas.	699
Quadro 8.3-9. Questionários aplicados em Mapele com coordenadas UTM (Datum WGS84, fuso 24L).	703
Quadro 8.3-10. Rádios existentes na AII (Fonte: Anatel e Pesquisa Direta, 2014).	855
Quadro 8.3-11. Quantidade de agências e serviços postais na AII (Fonte: SEI, 2014).	855
Quadro 8.3-12. Município, comunidades, número de domicílios, número de habitantes e número de pescadores na AID (Fonte: Bourscheid, 2014).	934
Quadro 8.3-13. Número de questionários aplicados na AID com os pescadores e pescadoras artesanais (Fonte: Bourscheid, 2014).	935
Quadro 8.3-14. Organizações sociais ligadas a pesca em atuação na AID/AII.	1019
Quadro 8.3-15. Espécies por Período no Calendário Anual da Pesca na Bahia (Fonte: Bourscheid, 2014).	1045
Quadro 8.3-16 - Principais Locais de Pesca e os Respectivos Municípios citados pelos Entrevistados durante a Aplicação dos Questionários.....	1063
Quadro 8.3-17. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em mapele.	1083
Quadro 8.3-18. Preços Médios de Espécies Coletadas pelos Entrevistados em Boca do Rio (Fonte: Bourscheid, 2014).	1128
Quadro 8.3-19. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em Passé (Fonte: Bourscheid, 2014).	1163
Quadro 8.3-20. Preços Médios de Espécies Coletadas pelos Entrevistados em Caboto.	1218

Quadro 8.3-21. Preços Médios de Espécies Coletadas pelos Entrevistados em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014).	1267
Quadro 8.3-22. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em Passagem dos Teixeiras (Fonte: Bourscheid, 2014).....	1322
Quadro 8.3-23. Questionários Aplicados por Comunidade na AID e Entrevistas Realizadas com Instituições sobre Pesca. Fonte: Bourscheid, 2014	1375
Quadro 8.3-24. Percepção dos Entrevistados. (Fonte: Bourscheid, 2014)	1442

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice 8.25 – Mapa Localização das Áreas Urbanizadas e Comunidades

Apêndice 8.26 – Mapa de Cobertura Telefônica

Apêndice 8.27 – Mapa das Vias de Acesso na AII

Apêndice 8.28 – Mapa dos Vetores de Crescimento

Apêndice 8.29 – Mapa das Principais Rotas de Transporte Nautico de Passageiros na AID

Apêndice 8.30 - Mapa de Praias

Apêndice 8.31 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo

Apêndice 8.32 - Mapa das Rotas dos Pescadores

Apêndice 8.33 – Mapa dos Locais de Pesca, Áreas Urbanas e Comunidades

Apêndice 8.34 – Mapa das Principais Concentrações de Atividades Pesqueiras

Apêndice 8.35 – Mapa da Comunidade de Mapele

Apêndice 8.36 – Mapa da Comunidade de Caboto e Boca do Rio

Apêndice 8.37 – Mapa do Distrito de Passé

Apêndice 8.38 – Mapa do Subdistrito de Ilha de Maré

Apêndice 8.39 – Mapa do Distrito de Passagem dos Teixeiras

Apêndice 8.40 – Projeto de Diagnóstico Arqueológico Interventivo

Apêndice 8.41 – Mapa de Sensibilidade Ambiental do Meio Físico

Apêndice 8.42 – Mapa de Sensibilidade Ambiental do Meio Biótico

Apêndice 8.43 – Mapa de Sensibilidade Ambiental do Meio Socioeconômico

Apêndice 8.44 – Mapa de Sensibilidade Ambiental

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 8.13 – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Município de Candeias/BA

Anexo 8.14 - Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Município de Simões Filho/BA

Anexo 8.15 - Plano de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador/BA

Anexo 8.16 – Carta da Fundação Cultural Palmares em Resposta ao OF. 02001.010929/2013

8 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

8.3 Meio Socioeconômico

Os estudos ambientais para análise socioambiental da proposta de instalação do Terminal de Uso Privativo da Braskem no município de Candeias no Estado da Bahia, composto por obras marinhas (píer e dragagem) obedecem ao Termo de Referência – TR emitido pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Em linhas gerais, sem perder de vista o contexto mais amplo, aponta para a necessidade de um enfoque mais acentuado nas comunidades pesqueiras de Caboto, Mapele, Passagem dos Teixeiras, Passé, Boca do Rio e na Comunidade Quilombola de Ilha de Maré, esta última pertencente ao município de Salvador. É na zona portuária já consolidada através do Porto de Aratu-Candeias onde serão concentradas as atividades do futuro píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem (TUPBK). Portanto, é nessa área e em seu entorno onde ocorrerão as maiores demandas de recursos socioambientais.

Em relação à ocupação e uso do solo, um aspecto merece destaque: nenhum dos equipamentos do píer do TUPBK interfere de forma direta em terras indígenas e quilombolas, mas podem trazer possíveis impactos a pesca artesanal, principalmente por haver a implantação do píer e de um processo de dragagem, procedimentos que historicamente sempre são geradores de conflitos junto à classe pesqueira.

Contudo, como será descrito no item relativo à ocupação e uso do solo, essas áreas estão plenamente zoneadas, isto é, existem diretrizes de ocupação e uso para as mesmas.

A pré-leitura da interação sócio espacial do conjunto de equipamentos necessários à instalação e operação do píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem (TUPBK), aponta para demandas e interações sócio espaciais específicas. O píer, dada a sua localização em área portuária, restringe as possibilidades de maiores impactos socioambientais à fase de instalação, pois no entorno imediato da área, conforme Plano Diretor Municipal de Candeias, dificilmente o equipamento poderá, por exemplo, imprimir novas formas de uso do solo.

Como área de influência indireta (AII) para todos os equipamentos componentes do píer do Terminal foi definida o território dos municípios de Simões Filho, Salvador, Candeias e Camaçari. A razão pela presença destes municípios no estudo vincula-se a possibilidade de atração populacional com a obra e a própria existência da Braskem no Polo Petroquímico de Camaçari. Como área de influência direta

(AID), os distritos de Passé, Passagem dos Teixeiras, Mapele, Caboto, a comunidade de Boca do Rio e o subdistrito de Salvador, Ilha de Maré.

A inclusão das áreas urbanizadas de Passé, Ilha de Maré, Boca do Rio, Passagem dos Teixeiras, Mapele e Caboto é justificada pela presença histórica de membros das comunidades ligados a pesca que vêm testemunhando mudanças nas condições relativas à realização de suas atividades. No contexto do empreendimento em estudo, a inserção do píer e a realização da dragagem são atividades que poderão, de forma independente de outras, trazer possíveis implicações sobre a atividade pesqueira, gerar interpretações sociais conflitantes por parte do setor em relação ao empreendimento. A priorização da contratação de mão de obra local, assim como de produtos e insumos, visa desde logo a diminuição de impactos socioambientais.

8.3.1 Metodologia Aplicada

Antes de dar início ao desenvolvimento do diagnóstico ambiental, faz-se necessário descrever os métodos utilizados, para que dessa forma, o atendimento ao Termo de Referência (TR) expedido pelo IBAMA seja plenamente atendido, visto que o mesmo pede que: “a utilização de dados secundários deverá ser destinada, preponderantemente, à caracterização da Área de Influência Indireta – AII. No levantamento de dados secundários, podem ser utilizados os distritos ou municípios como unidade de análise. A base de dados primários, acrescida de dados secundários atualizados, deverá ser utilizada na caracterização da Área de Influência Direta – AID e Área Diretamente Afetada – ADA.”

O método de trabalho, em linhas gerais, adotado para a realização do diagnóstico e posterior análise de impactos, utiliza-se de procedimentos conhecidos de levantamento de dados diretos e indiretos.

Para GIL (1991 apud UNISC 2015¹) as pesquisas podem se dividir em exploratórias, descritivas e explicativas. A escolha do tipo a ser desenvolvido dependerá do tema estudado, do quão já se conhece sobre ele e da facilidade de se estabelecer hipóteses a seu respeito. Assim os tipos são definidos como seguem:

Pesquisas exploratórias: têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, com vistas à formulação de problemas ou hipóteses pesquisáveis. Apresentam menor rigidez no planejamento.

Pesquisas descritivas: têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

¹ UNISC. Métodos e Técnicas de Pesquisa. P. 270-308. Disponível em <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_e_tecnicas_de_pesquisa.pdf>. Acessado em 20 de Novembro de 2015

Pesquisas explicativas: têm como objetivo identificar fatores que determinam a ocorrência de fenômenos. Podem se valer de método experimental para uma abordagem dos fenômenos relacionados às ciências naturais e de método observacional para as ciências sociais.

As pesquisas descritiva e exploratória são as que habitualmente mais se demanda aos pesquisadores sociais, quer seja pela solicitação de instituições educacionais, de empresas comerciais, de partidos políticos e etc (GIL, 1991).

Segundo BARROS e LEHFELD 1986 apud UNISC 2015) a importância da observação é extremamente relevante como procedimento investigativo. A observação, todavia, deve ser exata, completa, sucessiva e metódica, e sobretudo imparcial, podendo ser classificada como:

- *Observação assistemática (ou não estruturada)*: sem controle anteriormente elaborado e sem instrumental apropriado.
- *Observação sistemática (ou planejada)*: requer um planejamento prévio para seu desenvolvimento. É estruturada e realizada em condições controladas, com objetivos e propósitos previamente definidos.

Já para LAKATOS e MARCONI (1991 apud UNISC 2015), o método de abordagem se caracterizara por um enfoque amplo, nível elevado de abstração, dos fenômenos da natureza e da sociedade. Desta forma incluindo:

- *Método indutivo*: que parte sai do particular para o geral, indo das constatações específicas e chegando às leis e teorias gerais, em conexão ascendente.
- *Método dedutivo*: que caminha do geral, partindo das leis e teorias e prevê comportamentos de fenômenos particulares, em conexão descendente.
- *Método hipotético-dedutivo*: parte da percepção de uma lacuna de conhecimentos, formula-se uma hipótese e, pelo processo dedutivo, testa a predição da ocorrência de fenômenos.
- *Método dialético*: invade o mundo dos fatos através de ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Tomando como base os conceitos formulados por LAKATOS e MARCONI (1991), GIL (1991) e BARROS e LEHFELD (1986) define-se para o levantamento primário direto dos dados, o tipo de pesquisa como *descritiva*, a observação como *sistemática*, o método de abordagem como método *indutivo*, e as técnicas utilizadas são de *questionário* e da *análise de conteúdo* conforme explicado a seguir.

Estabeleceu-se um questionário estruturado, escolheu-se o público-alvo para sua aplicação, usou-se questões abertas e questões para caracterização sócio-econômica da população amostrada, além da aplicação de entrevista filmada com líderes comunitários locais.

O diagnóstico é composto por um conjunto de temáticas, que vão dos aspectos demográficos a populações tradicionais. Assim, o método de trabalho a seguir descrito serve como um guia geral dos procedimentos adotados para a realização do diagnóstico.

Os resultados do diagnóstico foram organizados de forma a permitir, primeiro uma visão do contexto regional no qual o projeto se insere, e na sequência, são apresentados resultados para as diferentes temáticas incluídas no TR. Em relação aos aspectos relativos a formação histórica das áreas de influência, os mesmos foram trabalhados conjuntamente com a temática relativa ao Patrimônio Histórico e Arqueológico.

Por se tratar de uma área cujos impactos e atividades encontram-se consolidados, visto que o Porto de Aratu-Candeias está estabelecido na região há quase quatro décadas, além da existência de outros portos adjacentes, foram utilizados, também, estudos recentes que envolveram os municípios caracterizados, dentre eles: o EIA-RIMA do Terminal de Regaseificação da Bahia elaborado em 2011 pela Bourscheid Engenharia para a Petrobras e o Plano de Controle Ambiental (PCA) do Porto Organizado de Aratu-Candeias para CODEBA elaborado pela Universidade Federal da Bahia em 2012.

Para as áreas de influência, o

Quadro 8.3-1 detalha as áreas utilizadas como referência que permearam as análises desse diagnóstico. No Apêndice 7.1 – Capítulo Caracterização do Empreendimento é apresentado o mapa das áreas de influências para melhor visualização.

Quadro 8.3-1. Área de influência do meio socioeconômico.

Área de Influência	Terminal de Uso Privativo da Braskem
ADA	Prainha (empreendimento)
AID	Distrito de Passé, Subdistrito de Ilha de Maré, Comunidade da Boca do Rio, Distrito de Passagem dos Teixeira, Comunidade de Mapele e Distrito de Caboto
AII	Município de Salvador
	Município de Candeias
	Município de Camaçari
	Município de Simões Filho

Os estudos para a caracterização das áreas de influência foram realizados com base nos seguintes procedimentos:

- Reunião prévia da equipe técnica;
- Elaboração dos instrumentos de coleta de informação;
- Visita de campo;

- Definição das áreas de influência;
- Levantamento de dados primários e secundários.

8.3.1.1 Dados Secundários para Área de Influência Indireta (AII)

O levantamento de secundários foi realizado tanto em documentos, quanto em sites de internet disponíveis para consulta, e quando necessário, visitas as prefeituras situadas na área de influência. As bases consultadas e as respectivas fontes produtoras como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), DATASUS, Superintendência de Estudos Socioeconômicos do Estado da Bahia (SEI), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), entre outras instituições, são citadas ao longo do texto.

Com essas informações analisou-se temáticas como demografia, condições sanitárias, saúde, escolaridade da população, etc. Ou seja, de forma geral, esses dados foram usados essencialmente para caracterizar os municípios da Área de Influência Indireta (AII). Sob a ótica do TR, espera-se que dessa forma, tenham sido atendidos os itens 8.3.1, 8.3.2, 8.3.4, 8.3.5, 8.3.7.1 e 8.3.7.2. Na impossibilidade de cobertura total de análise desses itens a partir dos dados secundários, foram utilizados dados primários, principalmente para a Área de Influência Direta (AID).

Também foram levantados e registrados, com a utilização do aparelho receptor de sinais de GPS, os pontos notáveis e possíveis interferências do píer em relação as comunidades. O trabalho de campo para esse diagnóstico foi realizado nas seguintes datas: 02, 03, 04, 07, 08, 28, 29, 30/04, 2 e 3/05 de 2014.

Conjuntamente com os dados estatísticos foram utilizados dados cartográficos e de imagens sempre que estavam disponíveis em sites como IBGE. Isso possibilitou a construção de mapas temáticos com o objetivo de enriquecer as análises envolvendo a dinâmica dos municípios, localizar estruturas e relevar as comunidades nesse contexto.

8.3.1.2 Dados Primários para Área de Influência Direta (AID) e Diretamente Afetada (ADA)

O Termo de Referência do IBAMA faz menção ao levantamento de dados primários principalmente junto a AID/ADA. A partir disso, tem-se uma redução no espaço de pesquisa como forma de gerar produtos que não são possíveis de serem obtidos mediante estatísticas de instituições de grande porte.

A obtenção dos dados primários está, portanto, intrinsecamente ligado as caracterizações das comunidades da AID e seus respectivos representantes e /ou moradores. A escolha das comunidades para compor essa escala de área de influência teve como principais critérios:

- Uma relação histórica com as transformações da Baía de Aratu;
- A presença de pessoas que possuem na pesca artesanal uma forma de sustento;
- Serem esses lugares espaços territoriais pertencentes aos municípios da Área de Influência Indireta;
- A presença de instituições com vistas a atuar junto a públicos diversos, principalmente na visão da consultora, dos pescadores artesanais, sendo este considerado, o mais propenso a recepção de impactos frente a empreendimentos com essa tipologia;
- Serem reconhecidas, por meio de instrumentos jurídicos internacionais e tratados, remanescentes de quilombos, como é o caso da Ilha de Maré;

Para a obtenção dos dados primários, o Termo de Referência do IBAMA coloca que:

Para a coleta de dados primários, utilizar metodologia de pesquisa social que viabilize análise qualitativa e quantitativa do meio socioeconômico, apontando: universo pesquisado, amostra, intervalo de confiança/ erro amostral, critérios de escolha dos informantes e variáveis que foram pesquisadas.

Para os grupos sociais indicados abaixo, além da compilação e análise de dados secundários atualizados disponíveis e outros levantamentos primários, deverão ser realizadas entrevistas qualificadas (com questionários semiestruturados) com:

- pescadores e marisqueiros que atuem ou que utilizem como rota/área de pesca a AID e ADA aquática do empreendimento;
- grupos sociais que explorem atividades de lazer, turismo e transporte de passageiros na ADA e AID;
- coletores ou extrativistas da ADA terrestre, caso pertinente;
- atores sociais relevantes (lideranças comunitárias, entre outros);
- outros grupos sociais potencialmente afetados identificados pelos estudos ambientais ou por vistoria técnica (exemplo: usuários de acessos);
- localidades da AID consideradas como merecedoras de detalhamento em função de seus modos de vida dependentes dos recursos naturais a serem afetados diretamente”.

De forma a otimizar o desenvolvimento do diagnóstico socioeconômico, principalmente junto ao público que a consultora entendeu ser o mais sensível aos possíveis impactos do empreendimento, pescadores artesanais, ao mesmo tempo, cumprir com o atendimento do Termo de Referência que solicitou o levantamento de condições específicas sobre esse público, foram aplicados questionários estruturados a partir de itens solicitados pelo IBAMA(Figura 8.3-1).



Figura 8.3-1. Aplicação de questionários nas comunidades da AID, fotos de “a” a “f” (Fonte: Bourscheid, 2014).

O questionário é considerado uma entrevista estruturada de acordo com as metodologias das ciências sociais. Segundo GIL (1999), desenvolve-se a entrevista estruturada, a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariável para todos os entrevistados. Por possibilitar o tratamento quantitativo de dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequada para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

Entre as principais vantagens das entrevistas estruturadas estão a sua rapidez e o fato de não exigirem exaustiva preparação dos pesquisadores, o que implica custos relativamente baixos. Outra

vantagem é possibilitar a análise estatística dos dados, já que as respostas são padronizadas. Em contrapartida, estas entrevistas não possibilitam a análise dos fatos com maior profundidade.

Uma das dificuldades iniciais em relação a aplicação dos questionários junto aos pescadores artesanais é a sua identificação imediata. Outra, é conhecer o tamanho do universo para que, assim, seja possível calcular uma amostra de quantas pessoas seriam entrevistadas.

Para solução desse problema, inicialmente, a equipe de campo manteve contato com representantes das instituições ligadas a pesca, como as Colônias Z-4 (Ilha de Maré), Z-54 (Candeias) e Associação de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho. Importante relatar que no caso de Simões Filho, a colônia de pescadores não estava em funcionamento, cabendo a Associação, sob direção do Sr. Raimundo Nascimento, também conhecido pelo apelido de Birro, o papel de representante desse grupo e, portanto, um dos líderes mais atuantes na comunidade de Mapele.

Uma vez detalhadas, a natureza e objetivo do trabalho, tais instituições indicaram pessoas, que foram remuneradas para auxiliar na aplicação dos questionários e com suas experiências e convivências locais junto a essas comunidades, identificar, pescadores e marisqueiras aptas a responder aos questionários.

Essa metodologia, além de bastante útil, mostrou-se eficaz pelo fato de que o universo de pescadores é impreciso. As bases de dados das colônias apresentam defasagem ao longo do tempo em relação àqueles que são associados a essas instituições. Segundo os representantes dos movimentos de pescadores, em alguns momentos, a insuficiência de manutenção das mensalidades a serem pagas pode ser considerada um fator de desatualização do cadastro, por exemplo. Os cadastros contam, ainda, com pessoas que já não fazem da pesca sua atividade principal de vida.

A utilização do banco de dados Federal do Ministério da Pesca, também, seria inconsistente para delimitação do universo, pois a quantidade de pescadores cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP) é relativamente pequena, considerando os municípios de Candeias e Simões Filho, de acordo com o acesso realizado em novembro de 2015, que totalizou apenas 837 registros. Além disso, existem pescadores e/ou pescadoras artesanais que não possuem o registro e, portanto, seriam desconsiderados no trabalho de campo. Em outros casos, para o município de Salvador, os dados são compostos por associados de colônias fora da AID, resultando em um universo muito elevado.

Um dos problemas do Registro Geral da Pesca é que a sua implementação, apesar do avanço no acesso aos benefícios das políticas públicas voltadas para essa classe, não depende mais de vínculo com associações e, principalmente, Colônias de Pescadores. Essas entidades não precisam mais atuar como intermediários para que o pescador ou pescadora artesanal possa obter o RGP. Isso cria,

portanto, dificuldades para que as entidades da pesca consigam obter um controle de quantos pescadores possuem o registro.

Outra limitação, caso a pesquisa estivesse restrita somente aqueles que estão inscritos no Registro Geral da Pesca do Governo Federal, é que os resultados só incidiriam junto a um público específico, e por isso, o Termo de Referência não poderia ser atendido quanto ao item da Caracterização da Atividade Pesqueira, quando solicita quantos pescadores possuem o registro.

Já os números fornecidos pelas Associações e Colônias de Pescadores, também, são deficientes, pois não existe uma política e atualização dos dados. Durante o trabalho de campo, o Quadro 8.3-2 a seguir foi compilado, a partir das informações fornecidas, como um comparativo entre população das comunidades, domicílios e número de pescadores.

Quadro 8.3-2. Quadro resumo contendo os municípios, comunidades, número de domicílios, número de habitantes e número de pescadores na AID (Fonte: Bourscheid, 2014).

Município	Comunidades	Habitantes	Domicílios	Nº de pescadores	
(AII)	(AID)	AID	AID	RGP	Nº de Associados fornecidos pela Colônia
Candeias	Passé	3.008	890	769*	660*
	Caboto	1.844	554		47*
	Passagem dos Teixeiras	3.256	1.020		42*
	Boca do Rio	9	18		3*
Salvador	Ilha de Maré	6.434	1.871	1.150**	3.000
Simões Filho	Mapele	4.595	1.663	68*	250
Total		19.155	6.007	1.987	4.002

*Dados atualizados para Novembro/2015. ** Dados fornecidos pela Colônia de Ilha de Maré em 2014

Dessa forma, para o cálculo amostral, partiu-se do número de domicílios existentes nas comunidades selecionadas para compor a AID. Teve como base os setores censitários do IBGE (para delimitação da Comunidade de Mapele), cuja malha foi disponibilizada em novembro de 2011, e os dados dos distritos disponibilizados pelo Censo 2010. De acordo essas informações, a área de estudo da AID possuía um total de 6.007 domicílios, assim distribuídos: Passé, 890 residências; Ilha de Maré, 1.871 residências; Boca do Rio, 9 residências; Passagem dos Teixeiras, 1.020 residências; Caboto, 554 residências; e Mapele, 1.663 residências.

A delimitação da amostra simples, ou seja, o número de questionários aplicados junto as residências dos pescadores teve seu resultado alcançado através de cálculos estatísticos com base na fórmula abaixo ilustrada, onde n – amostra calculada, N – população, Z – variável normal padronizada associada ao nível de confiança, p – verdadeira probabilidade do evento e e – erro amostral.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Utilizando-se um erro amostral de 5%, nível de confiança de 95% (índices muito utilizados em pesquisas para projetos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal) e considerando a população total de 6.007 domicílios, foi possível chegar ao número de 362 questionários. O resultado final alcançado foi de 355 questionários aplicados nas residências de pescadores e pescadoras artesanais, assim divididos de acordo com o Quadro 8.3-3.

Quadro 8.3-3. Número de questionários aplicados na AID com os pescadores e pescadoras artesanais.

Comunidade / Distrito	Número de Questionários
Caboto	36
Mapele	101
Passé	56
Passagem dos Teixeiras	31
Boca do Rio	3
Ilha de Maré	128

Caso os valores, do universo considerado, fossem as bases do Registro Geral da Pesca (1.987) e do número de associados fornecidos pelas entidades de pesca (4.002), o quantitativo de questionários que deveriam ser aplicado junto a esse público seria de 323 e 351, respectivamente. Como o número final alcançado foi de 355, entende-se que o trabalho de campo extrapolou tais valores e, portanto, foi bastante positivo.

Do Quadro 8.3-4 ao Quadro 8.3-9 constam as coordenadas UTM Datum WGS84, fuso 24L, de alguns dos questionários que foram aplicados durante o trabalho de campo nas residências dos pescadores e pescadoras artesanais.

Quadro 8.3-4. Questionários aplicados em Passagem dos Teixeiras com coordenadas UTM (Datum WGS84, fuso 24L).

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
Passagem dos Teixeiras	127	0560107/8591740
	128	0560194/8591724
	129	0560488/8592152
	130	0560515/8592164
	131	0560452/8591348
	132	0560467/8591348

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
	133	0560412/8591362
	134	0560412/8591362
	135	0559697/8591850
	136	0559747/8591774
	137	0559924/8591520
	138	0559853/8591618
	139	0559580/8592078
	140	0559782/8591762
	141	0560552/8591222
	142	0560412/8591362
	143	0560430/8592028
	144	0560491/8591320
	145	0560255/8591599
	146	0560255/8591599
	147	0560255/8591599
	148	0560042/8591857
	149	0560272/8591193
	150	0560440/8592037
	151	0560511/8591309
	152	0560251/8591178
	153	0560513/859138
	154	0560521/8591381
	155	0560051/8591524
	156	0559723/8591954

Quadro 8.3-5. Questionários aplicados em Passé com coordenadas UTM (Datum WGS84, fuso 24L).

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
Passé	1	0551112/8593040
	2	0551011/8593046
	3	0551053/8592940

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
	4	0551068/8592944
	5	0550992/8592910
	6	-
	7	0550954/8592660
	8	0550969/8592624
	9	0550845/8592622
	10	0550839/8592652
	11	0552232/8592006
	12	0552302/8592012
	13	0552401/8592020
	14	0552730/8592128
	15	0552949/8592152
	16	-
	17	055146/8593442
	18	0551412/8593130
	19	0551075/8593041
	20	0551024/8593006
	21	0551053/8592939
	22	0551059/8592935
	23	0550947/8592783
	24	0550949/8592686
	25	0550855/8592633
	26	0550850/8592644
	27	0552199/8591998
	28	0552351/8592019
	29	0552424/8592018
	30	0552437/8592010
	31	0552931/8592151
	32	0552881/8592146
	33	0551560/8593430

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
	34	0551483/8593372
	35	0551406/8593118
	36	0551033/8592936
	37	0551038/8593063
	38	0551068/8592930
	39	0551062/8593054
	40	0551982/8591828
	41	0552556/8592022
	42	-
	43	0552964/8592153
	44	0551542/8593415
	45	0551419/8593133
	52	0550975/8592865
	53	0550940/8592711
	54	0550961/8592602
	101	0550951/8592798
	102	0551098/8592950
	103	0550973/8592846
	104	0551028/8592930
	105	0550943/8592704
	106	0550914/8592636
	107	0551322/8592640
	108	0550860/8592658

Quadro 8.3-6. Questionários aplicados em Caboto com coordenadas UTM (Datum WGS84, fuso 24L).

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
Caboto	64	0554172-8590250
	65	0554196-8590308
	66	0554308-8590318
	67	0554413-8590338

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
	68	0554462-8590250
	69	0554543-8590232
	70	0554551-8590210
	71	0554548-8590184
	72	0554760-8590260
	73	0554660-8590288
	74	0554711-8590302
	75	0555053-8590418
	76	0555068-8590418
	77	0554596-8590302
	78	0554392-8589996
	79	0555065-8590408
	80	0555012-8590428
	81	0554197-8590309
	82	0554197-8590309
	83	0554467-8590244
	84	0554523-8590236
	85	0554460-8590233
	86	0554615-8590305
	87	0554637-8590324
	88	0554654-8590324
	89	0554520-8590200
	90	-
	91	0554719-8590348
	92	0554674-8590328
	93	0554655-8590316
	94	-
	95	0554205-8590088
	96	-
	97	0554241-8590094

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
	98	0554391-8590019
	99	0554298-8590093

Quadro 8.3-7. Questionários aplicados em Boca do Rio com coordenadas UTM (Datum WGS84, fuso 24L).

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
Boca do Rio	46	0555227/8586667
	48	0555226/8586776
	47	0555228/8586783

Quadro 8.3-8. Questionários aplicados em Ilha de Maré com coordenadas.

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
Ilha de Maré	260	0552318/8589879
	261	0552145/8589973
	262	-
	263	-
	264	0551742/8590257
	265	0552318/8589884
	266	0552743/8590244
	267	0552129/8590093
	268	0551740/8590246
	269	0552201/8589784
	270	0552142/8589972
	271	-
	272	0552317/8589854
	273	0552226/8589837
	274	0552123/8590082
	275	550651/8591185
	276	551022/8590928
277	550135/8590617	
278	0550110/8590561	
279	0550749/8591085	

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
	280	-
	281	0550753/8591086
	282	0552551/8590016
	283	0552105/8590196
	284	0552092/8590178
	285	0552202/8589840
	286	0551696/8590340
	287	0550352/8590963
	288	0552333/8589885
	289	0551672/8590358
	290	0550352/8590963
	291	0552266/8589758
	292	0552208/8589756
	293	0552226/8589820
	294	0550559/8591176
	295	0550277/8590775
	296	0551029/8590904
	297	0550352/8590963
	298	0550744/8591072
	299	0552155/8589924
	300	0550628/8591168
	301	0551084/8590544
	302	0552277/8589800
	303	0551033/8590866
	304	0551094/8590500
	305	0552168/8589908
	306	0550112/8590572
	307	0552324/8589877
	308	0551051/8590758
	309	0550230/8590768

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
	310	0550127/8590613
	311	0550207/8990755
	312	0550682/8591179
	313	-
	55	-
	56	-
	57	-
	58	-
	59	-
	60	-
	61	-
	62	-
	63	-
	109	-
	110	-
	111	-
	112	-
	113	-
	114	-
	115	-
	116	-
	117	-
	118	-
	119	-
	120	-
	121	-
	122	-
	123	-
	124	-
	125	-

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
	126	-
	211	-
	214	-
	256	-
	258	-
	259	-
	314	550275-8590784
	315	550275-8590784
	316	550742-8591064
	317	0551084-8590544
	318	550275-8590784
	319	550275-8590784
	320	550714-8591116
	321	550275-8590772
	322	550275-8590772
	323	550627-8591191
	324	550707-891133
	325	551023-8590921
	326	550275-8590772
	327	0551632-8590394
	328	0552136-8590100
	329	0552160-8589874
	330	05521711-8589760
	331	0552116-8589970
	332	0552247-8589782
	333	0552328-8589898
	334	0552136-8590072
	335	0551644-8590386
	336	0552319-8589880
	337	0552259-8589792

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
	338	0552211-8589840
	339	0552130-8590088
	340	0552190-8589876

Quadro 8.3-9. Questionários aplicados em Mapele com coordenadas UTM (Datum WGS84, fuso 24L).

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
Mapele	233	0560405/8585484
	178	0560511/8586719
	204	0560221/8587704
	236	0560188/8585773
	225	0560588/8584980
	224	0560613/8585016
	240	0560236/8585664
	191	0560139/8587845
	181	0559995/8587580
	244	0560326/8587802
	189	0560153/8587897
	246	0560015/8587854
	172	0560335/8587846
	165	0559831/8587322
	242	0560157/8587924
	243	0560235/8587950
	174	0560167/8588014
	241	0560251/8585608
	221	0560598/8584982
	250	0560229/8585884
217	0560128/8587683	
188	0560163/8587951	
186	0559825/8587330	
185	0559838/8587324	

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
	235	-
	49	0560218/8587708
	184	0559821/8587316
	190	0566194/8587912
	253	0560689/8585104
	216	-
	254	0560328/8587824
	213	0560462/8587838
	166	-
	229	-
	237	0560176/8585772
	167	0560106/8587604
	162	0560524/8586678
	167	0559989/8587560
	206	0560152/8587911
	220	0560638/8585142
	227	0560612/8585082
	203	-
	196	0560042/8587439
	182	-
	208	0560185/8585927
	160	0560416/8586706
	158	0560416/8586646
	161	0560354/8586788
	179	0560470/8586756
	173	0560162/8587970
	219	0560385/8587784
	222	0560498/8587904
	199	0559928/8587522
	171	0560182/8587956

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
	228	0560611/8585010
	238	0560081/8585846
	230	0560567/8585150
	218	0560351/8587895
	170	6559837/8587316
	159	0560363/8586634
	247	-
	183	0560079/8587654
	176	0560355/8586644
	180	0560740/8586756
	175	0560387/8586690
	225	0560249/8587516
	210	0560549/8587928
	177	0560419/8586657
	205	0560216/8587952
	212	0560692/8585084
	209	0560698/8585071
	51	0560191/8585782
	168	0559835/8587338
	165	0559974/8587582
	248	0560578/8585126
	234	0560029/8585064
	197	0560097/8587610
	195	0560301/8586728
	202	0560193/8587905
	207	0560153/8587918
	252	-
	257	-
	100	0560210/8585771
	223	0560631/8585148

Comunidade / Distrito	Número do Questionário	Coordenada
	200	0559839/8587360
	50	0560400/8585470
	201	0560157/8587924
	198	-
	245	0560617/8585027
	232	0560659/8585148
	249	-
	193	0560278/8586483
	215	0560658/8585153
	194	0560494/8586706
	226	-
	251	0560525/8585164
	187	0560165/8587940
	231	0560636/8585034
	192	-
	163	0560042/8587430
	239	0560236/8585656

Após a tabulação, as análises desses questionários foram incorporadas ao diagnóstico ambiental. De forma a dar maior confiabilidade ao trabalho de campo, os questionários aplicados junto às residências escolhidas foram registrados através de coordenadas UTM-Datum WGS84, fuso 24L para melhor apreciação através de mapa temático usando imagens de satélite. Na Figura 8.3-2 apresenta-se o modelo do questionário utilizado.

PESQUISA SOCIOECONOMICA

COMUNIDADE/MUNICÍPIO:		Nº do Questionário:
BLOCO A – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO		
1. Entrevistado (se tiver apelido, escrever ao lado):		2. Sexo 1. () Masculino 2. () Feminino
3. Coordenada Geográfica:		
4. Situação do entrevistado na família: 1. () Chefe de família 2. () Esposo/a, Companheiro/a 3. () Filho/a 4. () Parente 5. () Agregado 6. () Recusou-se a responder 7. () Outro _____		5. Sexo do Chefe de Família: 1. () Masculino 2. () Feminino
6. A unidade é () própria () alugada () cedida () Invadida		
7. Tempo de moradia no local - Chefe 1. () Menos de 01 ano 2. () 01 a 03 anos 3. () 04 a 06 anos 4. () 07 a 10 anos 5. () 10 a 19 anos 6. () acima de 20 anos		8. Último Local de Moradia: Chefe 1. () Outro Estado 2. () Outro Município 3. () Outro distrito/povoado do município _____ 4. () Sempre morou no local
9. Motivo da mudança para a comunidade - Chefe 1. () Tem parentes no local 2. () Constituiu família 3. () Busca de trabalho 4. () Não se aplica 5. () Outros		
BLOCO B – DADOS DE MORADIA		
10. Condição da Habitação: 1. () Residencial Unifamiliar 2. () Residencial Multifamiliar 3. () Mista (Comércio e Residência) 4. () Outros		11. Situação do Imóvel: 1. Nº de Pavimentos: _____ 2. Nº de Cômodos: _____ 3. Nº de Quartos: _____ 4. Nº de Sanitários: _____ 4.1 () dentro () fora de casa
12. Possui energia elétrica: 1. () Ligado à rede 2. () Não tem 3. () Gato		13. Características Físicas: 1. () Alvenaria com reboco 2. () Alvenaria sem reboco 3. () Madeira 4. () Taipa 5. () Restos de madeira 6. () Adobe 7. () Outros
14. DISPOSIÇÃO ESGOTO SANITÁRIO: 1. () Ligado à rede e funcionando 2. () Ligado à rede e sem funcionar 3. () Fossa séptica 4. () Fossa artesanal 5. () Canal fechado 6. () Canal a céu aberto 7. () A céu aberto na rua 8. () Balão 9. () Outros		15. ABASTECIMENTO DE ÁGUA - Modo de Fornecimento: 1. () Ligado à rede 2. () Poço artesiano 3. () Cisterna 4. () Cedida 5. () Nascente 6. () Gato 7. () Outros
17. ARMAZENAMENTO DA ÁGUA: 1. () Tanque/Caixa d' água 2. () Tonel ou baldes com tampa 3. () Tonel ou baldes sem tampa 4. () Ligação direta da rua 5. () Não armazena		16. ABASTECIMENTO DE ÁGUA - REGULARIDADE: 1. () Diária, o dia todo 2. () Diária, uma vez por dia 3. () De 02 a 03 vezes por semana 4. () 01 vez por semana 5. () 01 vez a cada 15 dias 6. () 01 vez por mês 7. () Outros
19. LIXO – FREQUÊNCIA DA COLETA 1. () Não há coleta 2. () Todos os dias 3. () 04 a 06 dias por semana 4. () 02 a 03 vezes por semana 5. () 01 vez por semana 6. () 01 vez a cada 15 dias 7. () 01 vez por mês 8. () Outros		18. LIXO - Disposição: (múltipla) 1. () Coleta na porta. 6 () Enterra 2. () Queima 3. () Lança na rua 7. () Terreno vazio 4. () Joga nas encostas/córregos 8. () Outros 5. () Separa recicláveis para vender 9. () Container
		20. Características da Rua 1. () Asfalto 2. () Paralelepípedos 3. () Terra batida 4. () Outras
		21. DRENAGEM – Dispositivo 1. () Rede de drenagem 2. () Nenhum dispositivo 22. APÓS A CHUVA: 1. () Rua limpa 2. () Rua alagada 3. () Presença de poças

BLOCO C – DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS E EDUCAÇÃO

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L Para menores de 21 anos que pararam os estudos	M
Nome	Sexo (1)Feminino (2)Masculino	Grau de Parentesco 1. Chefe de família 2. Esposo/a, companheiro/a 3. Filho/a 4. Enteado 5. Pai/mãe 6. Parente 7. Agregado 8. Nora/genro 9. Sem parentesco 10. Outro	Estado Civil 1. Solteira 2. Casado/a 3. Amigado/a 4. Viúvo/a 5. Divorciado/a 6. Separado/a judicialmente	Situação Ocupacional 1. Empreg. c/ carteira assinada 2. Empreg. s/ carteira assinada 3. Autônomo 4. Ambulante 5. Atividade não remunerada 6. Aposentado/Pensionista 7. Não se aplica 8. Desempregado 9. Não trabalha 10. Dona de casa 11. Biscate 12. Conta própria irregular	No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? 1. No próprio domicílio 2. Atendimento a domicílio 3. Na rua 4. Na própria residência 5. Não se aplica 6. Outro	Onde você trabalha? 1. Empresa pública 2. Empresa privada 3. Serviço comunitário 4. Na própria residência 5. Cooperativa 6. Particulares 7. Outros 8. Não se aplica	Outra fonte de renda? 1. Não tem 2. Pensão 3. Bolsa Família 4. PETI 5. Aluguel 6. BPC - Benefício de Prestação Continuada 7. Seguro desemprego 8. Outros	Escolaridade 1. Sem idade escolar 2. Não alfabetizado 3. Alfabetizado 4. Nível médio incompleto 5. Nível fundamental incompleto 6. Nível fundamental completo 7. Nível médio completo 8. Nível técnico 9. Superior incompleto 10. Superior completo 11. Pós graduação	Está estudando? 1. Sim 2. Não 3. Não se aplica	1. Até 1 a 2 anos 2. 3 a 4 anos 3. Mais de 04 anos 4. Não se aplica	1. Tinha que trabalhar 2. Não podia pagar transporte 3. Constituiu família 4. Não encontrou vaga 5. Toma conta dos irmãos menores 6. Não quis continuar 7. Portador de deficiência física ou mental 8. Acha que não vale a pena estudar 9. Problemas de saúde 10. Porque a escola é ruim 11. Outros 12. Não se aplica

Nº	1. Chefe de Família 2. Cônjuge	B	IDA DE	C	D	E	F	PROFISSÃO	(OCUPAÇÃO) Atividade exercida atualmente	RENDA (R\$)	G	H	I	RENDA I (Valor em R\$)	J	L	M	N
	A																	
01																		
02																		
03																		
04																		
05																		
06																		
07																		

 Diagnóstico Socioeconômico da Atividade
 Pesqueira

 EIA-RIMA – Terminal de Matérias Primas da
 Braskem

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L Para menores de 21 anos que pararam os estudos	M
Nome	Sexo (1)Feminino (2).Masculino	Grau de Parentesco 1. Chefe de família 2. Esposo/a, companheiro/a 3. Filho/a 4. Enteadado 5. Pai/mãe 6. Parente 7. Agregado 8. Nora/genro 9. Sem parentesco 10. Outro	Estado Civil 1. Solteira 2. Casado/a 3. Amigado/a 4. Viúvo/a 5. Divorciado/a 6. Separado/a judicialmente	Situação Ocupacional 1. Empreg. c/ carteira assinada 2. Empreg. s/ carteira assinada 3. Autônomo 4. Ambulante 5. Atividade não remunerada 6. Aposentado/Pensionista 7. Não se aplica 8. Desempregado 9. Não trabalha 10. Dona de casa 11. Biscate 12. Conta própria irregular	No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? 1. No próprio domicílio 2. Atendimento a domicílio 3. Na rua 4. Na rua 5. Não se aplica 6. Outro	Onde você trabalha? 1. Empresa pública 2. Empresa privada 3. Serviço comunitário 4. Na própria residência 5. Cooperativa 6. Particulares 7. Outros 8. Não se aplica	Outra fonte de renda? 1. Não tem 2. Pensão 3. Bolsa Família 4. PETI 5. Aluguel 6. BPC - Benefício de Prestação Continuada 7. Seguro desemprego 8. Outros	Escolaridade 1. Sem idade escolar 2. Não alfabetizado 3. Alfabetizado 4. Nível médio incompleto 5. Nível fundamental incompleto 6. Nível fundamental completo 7. Nível médio completo 8. Nível técnico 9. Superior incompleto 10. Superior completo 11. Pós graduação	Está estudando? 1. Sim 2. Não 3. Não se aplica	1. Até 1 a 2 anos 2. 3 a 4 anos 3. Mais de 04 anos 4. Não se aplica	1. Tinha que trabalhar 2. Não podia pagar transporte 3. Constituiu família 4. Não encontrou vaga 5. Toma conta dos irmãos menores 6. Não quis continuar 7. Portador de deficiência física ou mental 8. Acha que não vale a pena estudar 9. Problemas de saúde 10. Porque a escola é ruim 11. Outros 12. Não se aplica

Nº	1. Chefe de Família 2. Cônjuge	B	IDA DE	C	D	E	F	PROFISSÃO	(OCUPAÇÃO) Atividade exercida atualmente	RENDA (R\$)	G	H	I	RENDA I (Valor em R\$)	J	L	M	N
	A																	
08																		
09																		
10																		
11																		
12																		
13																		
14																		

Diagnostico Socioeconômico da Atividade
Pesqueira

EIA-RIMA – Terminal de Matérias Primas da
Braskem

BLOCO D – SAÚDE E MEIO AMBIENTE

23. INCIDÊNCIA DE DOENÇAS: Nos últimos 12 meses							
N.	DOENÇA	SEXO 1. M 2. F	Fez exame preventivo no último ano [1. Sim 2. Não 3. NSA]	N.	DOENÇA	SEXO 1. M 2. F	Fez exame preventivo no último ano [1. Sim 2. Não 3.NSA]

24. Você acha que existe algum problema de meio ambiente onde você mora? 1. () Não 2. () Sim	25. Em caso positivo, quais problemas você acha que há? (múltipla) 1. () Depósito do lixo em áreas inadequadas 2. () Esgoto a céu aberto 3. () Poluição do ar 4. () Poluição da água 5. () Pesca predatória 6. () Presença de roedores e insetos 7. () Poluição sonora 8. () Outros _____
---	--

BLOCO D – ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA / LAZER

26. Conhece alguma organização comunitária onde você mora (associações, cooperativas, grupos comunitários, etc)? 1. () Não 2. () Sim Se sim, qual conhece? _____ _____	27. Você ou alguém da sua família participa de alguma delas? 1. () Não 2. () Sim
28) Forma de participação: 1. () Assiste reuniões freqüentemente 2. () Assiste reuniões de vez em quando 3. () Faz parte da diretoria 4. () Atua como voluntário em ações esporádicas 5. () Não se aplica 6. () Outro _____	29) Você tem conhecimento da existência de projetos que visem a melhoria de sua comunidade? 1. () Sim 2. () Não
30) Qual (is) julga ser mais importante? _____ _____	31) Você tem conhecimento da existência de alguma empresa privada que apoie ações na comunidade? 1. () Sim 2. () Não
32) Se sim, Quais? 1. 2. 3.	33) O que faz? 1. 2. 3.

<p>34) Aponte os principais problemas da sua comunidade? (pode marcar mais de uma opção)</p> <p>1. () Falta de saneamento (esgoto e coleta de lixo) 2. () Disposição inadequada do lixo 3. () Poluição do ar 4. () Falta de rede de drenagem 5. () Falta de água 6. () Falta equipamento de esporte e lazer 7. () Exploração sexual de crianças e jovens 1. () M 2. () F 8. () Envolvimento com drogas 1. () Adulto 2. () Jovem 9. () Gravidez na adolescência 10. () Desemprego 11. () Alcoolismo 1. () Adulto 2. () Jovem 12. () Violência contra a criança e o adolescente 13. () Jovens sem ocupação 14. () Violência contra a mulher 15. () Violência entre vizinhos 16. () Outros _____</p>	<p>35. Quais as opções de lazer que costuma praticar?</p> <p>1. () Futebol 2. () Festas comunitárias 3. () Visita a parentes e amigos 4. () Assiste TV 5. () Vai a eventos religiosos 6. () Frequenta bares e clubes 7. () Praia</p> <p>36. Onde o lazer é praticado?</p> <p>1. () Na Comunidade 2. () Em Outra Comunidade (citar o nome) _____ 3. () Em Outro Município (citar o nome) _____</p>
BLOCO E – ATIVIDADE PESQUEIRA	
<p>37. Há quanto tempo o(a) senhor(a) pesca (marisca)?</p> <p>1. () Menos de 2 anos 5. () De 11 a 15 anos 2. () De 3 a 5 anos 6. () De 16 a 20 anos 3. () De 6 a 8 anos 7. () Mais de 20 anos 4. () De 8 a 10 anos</p>	<p>38. Quantos dias por semana pesca:</p> <p>1. () 1 vez por semana 3. () De 4 a 6 vezes por semana 2. () De 2 a 3 vezes por semana 4. () Todos os Dias</p>
<p>39. Qual o turno preferido para pesca</p> <p>1. () Manhã 3. () Noite 2. () Tarde 4. () Sem preferência</p>	<p>40. Quantas horas por dia calcula que desenvolva a atividade?</p> <p>1. () Até 4 horas 3. () De 8 a 10 horas 2. () De 5 a 7 horas 4. () Mais de 10 horas</p>
<p>41. Que período do ano desenvolve mais a pesca?</p> <p>1. () Verão 2. () Inverno</p>	<p>42. Qual o mês ou meses que mais pesca?</p> <p>1. () Janeiro 7. () Julho 2. () Fevereiro 8. () Agosto 3. () Março 9. () Setembro 4. () Abril 10. () Outubro 5. () Maio 11. () Novembro 6. () Junho 12. () Dezembro</p>
<p>43. Qual a distância percorrida para pescar / mariscar?</p> <p>1. () Menos de 1km 3. () De 4 a 6 Km 2. () De 1 a 3 km 4. () Mais de 6km</p>	<p>44. Como faz esse deslocamento?</p> <p>1. () A pé 3. () Moto 5. () Bicicleta 2. () Carro 4. () Ônibus</p>
<p>45. Costuma ter gasto para ir pescar/mariscar?</p> <p>1. () Sim 2. () Não</p>	<p>46. Se sim, qual o valor gasto:</p> <p>_____</p>
<p>47. Possui embarcação?</p> <p>1. () Sim 2. () Não</p>	<p>48. Se sim, qual o tipo:</p> <p>1. () Canoa de Remo 3. () Barco a Motor 2. () Canoa com Motor 4. () Lancha 5. () Outro: _____</p>
<p>49. Comprimento</p> <p>1. () menor que 4,3 m = menor que 14' 2. () 4,3 a 5 m = 14', 15' e 16' 3. () 5,1 a 6 m = 17', 18' e 19' 4. () maior que 6 m = maior que 19'</p>	<p>50. Qual o material do casco?</p> <p>1. () Madeira 3. () Fibra 2. () Alumínio</p>

<p>51. Potência do Motor: 1. () Até 15 HP 3. () 35 a 60 HP 2. () 20 a 30 HP 4. () Mais de 60 Hp</p>	<p>52. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no verão? (DEZ/JAN/FEV)? 1. _____ 2. _____ 3. _____ 4. _____</p>																																	
<p>53. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar no inverno? (JUN/JUL/AGO)? 1. _____ 2. _____ 3. _____ 4. _____</p>	<p>54. Qual é a espécie que o Sr.(a) NÃO costuma pescar/mariscar? 1. _____ 2. _____ 3. _____ 4. _____</p>																																	
<p>55. Quais meios de captura utiliza? Relacione a espécie alvo e época do ano.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Apetrecho</th> <th>Época</th> <th>Espécie</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>() Arpão;</td> <td>() Verão () Inverno</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>() Espinhel</td> <td>() Verão () Inverno</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>() Faca</td> <td>() Verão () Inverno</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>() Grozeira;</td> <td>() Verão () Inverno</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>() Rede de Arrasto;</td> <td>() Verão () Inverno</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>() Redes de espera</td> <td>() Verão () Inverno</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>() Mergulho</td> <td>() Verão () Inverno</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>() Tarrafa;</td> <td>() Verão () Inverno</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>() Vara</td> <td>() Verão () Inverno</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>() Outro _____</td> <td>() Verão () Inverno</td> <td>_____</td> </tr> </tbody> </table>		Apetrecho	Época	Espécie	() Arpão;	() Verão () Inverno	_____	() Espinhel	() Verão () Inverno	_____	() Faca	() Verão () Inverno	_____	() Grozeira;	() Verão () Inverno	_____	() Rede de Arrasto;	() Verão () Inverno	_____	() Redes de espera	() Verão () Inverno	_____	() Mergulho	() Verão () Inverno	_____	() Tarrafa;	() Verão () Inverno	_____	() Vara	() Verão () Inverno	_____	() Outro _____	() Verão () Inverno	_____
Apetrecho	Época	Espécie																																
() Arpão;	() Verão () Inverno	_____																																
() Espinhel	() Verão () Inverno	_____																																
() Faca	() Verão () Inverno	_____																																
() Grozeira;	() Verão () Inverno	_____																																
() Rede de Arrasto;	() Verão () Inverno	_____																																
() Redes de espera	() Verão () Inverno	_____																																
() Mergulho	() Verão () Inverno	_____																																
() Tarrafa;	() Verão () Inverno	_____																																
() Vara	() Verão () Inverno	_____																																
() Outro _____	() Verão () Inverno	_____																																
<p>56. Pratica algum tipo de conservação do pescado? 1. () Sim 2. () Não</p>	<p>57. Se sim, qual é? 1. () Salga 3. () Defuma 2. () Congela 4. () Outro: _____</p>																																	
<p>58. Onde a conservação é feita? 1. () Barco 3. () Residência 2. () Colônia 4. () Outro: _____</p>	<p>59. É filiado a Colônia de Pescadores? 1. () Sim 2. () Não</p>																																	
<p>60. Se Sim, qual a colônia? 1. () Candeias 3. () Simões Filho 2. () Salvador 4. () Outro: _____</p>	<p>60. Contribui com a mensalidade da Colônia? 1. () Sim 2. () Não</p>																																	
<p>61. Se Sim, qual o valor: R\$ _____</p>	<p>62. Possui algum tipo de incentivo para atividade? 1. () Sim 2. () Não</p>																																	
<p>63. Se Sim, marque a ou as opções: 1. () Aquisição de Gelo 3. () Compra de Combustível 2. () Aquisição de Sal 4. () Manutenção de Embarcação 5. () Compra de Embarcação</p>	<p>64. Qual o Destino do Pescado: 1. () Colônia de Pescadores 3. () Feira Livre 2. () Peixaria 4. () Empresas 5. () Outros Municípios () Consumo Próprio</p>																																	
<p>65. Com quem pesca/marisca com frequência: 1. () Sozinho 3. () Amigos 2. () Familiares 4. () Colônia de Pescadores</p>	<p>66. Existe alguma remuneração para essas pessoas? 1. () Sim 2. () Não</p>																																	
<p>67. Se Sim, qual: 1. () Partilha do Pescado 3. () Troca de Favor 2. () Remuneração 4. () Outro: _____</p>	<p>69. Com base na frequência em que pesca/marisca, quantos kg consegue em 1 mês de trabalho: Verão (Kg) _____ Inverno (Kg) _____</p>																																	

70. Qual o valor pago pelas espécie que pesca/marisca em Kg: Espécie: _____ R\$ _____ Espécie: _____ R\$ _____ Espécie: _____ R\$ _____ Espécie: _____ R\$ _____ Espécie: _____ R\$ _____ Espécie: _____ R\$ _____ Espécie: _____ R\$ _____ Espécie: _____ R\$ _____	
71. Cite até 5 lugares mais frequentes onde você mais pesca / marisca (informar em qual município o lugar pertence) Local: _____ Município: () Salvador () Candeias () Simões Filho () SFC () Madre de Deus Local: _____ Município: () Salvador () Candeias () Simões Filho () SFC () Madre de Deus Local: _____ Município: () Salvador () Candeias () Simões Filho () SFC () Madre de Deus Local: _____ Município: () Salvador () Candeias () Simões Filho () SFC () Madre de Deus Local: _____ Município: () Salvador () Candeias () Simões Filho () SFC () Madre de Deus	
72. Possui o Registro Geral da Pesca? 1. () Sim 2. () Não	73. Recebe auxílio-defeso: 1. () Sim 2. () Não
74. Durante o defeso, realiza outra atividade? 1. () Sim 2. () Não	75. Se sim, qual é: _____ _____
76. Já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade? 1. () Sim 2. () Não	77. Se sim, qual foi? 1. () Restrição a Pesca 3. () Danos ao Material de Pesca 2. () Morte do Pescado 4. () Outro: _____ _____
78. Houve Solução para o Conflito? 1. () Sim 2. () Não	79. Havendo algum problema ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato: 1. () Colônia 3. () INEMA 5. () Outro _____ 2. () IBAMA 4. () Prefeitura
80. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade: 1. () Ótima 3. () Regular 5. () Indiferente 2. () Boa 4. () Péssima	81. Como classifica o trabalho da Colônia de Pescadores a qual é filiado: 1. () Ótima 3. () Regular 5. () Indiferente 2. () Boa 4. () Péssima
82. Faz parte de algum Fórum, Conselho ou Movimento Social Organizado? 1. () Sim 2. () Não	83. Se sim, qual é: _____ _____ Que trabalho desenvolve: _____ _____ _____ _____

Figura 8.3-2. Questionário utilizado nas comunidades pesqueiras.

A consultoria entende, também, que a aplicação dos questionários junto a esse público, permite o conhecimento de outros componentes que formam o contexto das comunidades da AID quanto a

infraestrutura de transporte, moradia, os principais problemas existentes, o acesso aos serviços públicos, entre outros aspectos, e que são vivenciados pelos demais moradores.

Como se verá adiante, no item 8.3.8, Caracterização da Atividade Pesqueira, o município de Camaçari não foi incluída nessa análise, pois não existem comunidades inseridas na AID pertencentes ao município. Mais do que isso, Camaçari, sob a ótica territorial, não faz interface com a Baía de Aratu como pode ser observado no Apêndice 7.1:

Para os demais grupos sociais ou representantes locais, a equipe de campo optou pelo uso de entrevistas. As entrevistas, ou técnicas semiestruturadas de obtenção de dados, é uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1999).

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (GIL *apud* SELLTIZ, 1967, p.273).

O procedimento de entrevistas, após a definição da localização do empreendimento, foi realizado com base em um roteiro temático e objetivou, entre outros aspectos, diagnosticar o modo de vida, o grau de informação da população residente na AID sobre o projeto e identificar quais eram e como se estruturam as expectativas socioambientais desses moradores em relação ao projeto. Foram entrevistados principalmente, presidentes de colônias e associações de pescadores atuantes na AID. Entretanto, representantes de associações de moradores, locais de alguns dos distritos, também, puderam fornecer informações importantes sobre o cotidiano local (Figura 8.3-3).





Figura 8.3-3. Entrevistas na AID, fotos de “a” a “f” (Fonte: Bourscheid, 2014).

A escolha desses representantes se deu pela importância da atuação dessas entidades junto aos seus respectivos lugares. É com essa escolha que se buscou uma percepção sobre as questões que permeiam o licenciamento desse empreendimento.

De acordo com FAGGIONATO (2009), a percepção é intrínseca ao ser humano, que reage, percebe e, portanto, atua de maneiras diferentes seja por relações interpessoais como as aquelas junto ao meio em que vivem. De acordo com OKAMOTO (2002) e RIBEIRO (2003), são os valores existentes nas manifestações sobre cultura, história, religião, meio ambiente, etc., que explicam que pessoas atuantes nos grupos sociais possuam pensamentos distintos.

Outra metodologia importante utilizada, a partir das entrevistas combinadas com os questionários aplicados, é conhecida como triangulação. A triangulação pode combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos (entrevistas, questionários, observação e notas de campo, documentos, além de outras), assim como diferentes métodos de análise dos dados: análise de conteúdo, análise de discurso, métodos e técnicas estatísticas descritivas e/ou inferenciais, etc. Seu objetivo é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas, também, enriquecer a nossa compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas

dimensões. Ela contribui para estimular a criação de métodos inventivos, novas maneiras de capturar um problema para equilibrar com os métodos convencionais de coleta de dados (AZEVEDO, OLIVEIRA, GONZALEZ e ABDALLA, 2013). Tal metodologia foi importante para reunir informações sobre a perspectiva de inserção do píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem na região.

Sempre que possível, as entrevistas foram realizadas simultaneamente com mais de um participante. Com a permissão dos entrevistados, os encontros foram filmados, o que resultou em um material audiovisual com cerca de 7 horas de duração. Devido a sua extensão, à medida em que o diagnóstico foi sendo construído, as opiniões dos entrevistados eram transcritas e inseridas ao longo das passagens sobre os temas solicitados pelo IBAMA através do seu Termo de Referência. Os encontros junto as lideranças locais e representantes de associações atuantes na AID tiveram como base o seguinte roteiro (Figura 8.3-4):

Diagnóstico Socioambiental Roteiro para Grupo Focal Comunidades

IDENTIFICAÇÃO	
Localidade:	
Município:	
Local:	Data:
Entrevistadores:	

MAPEAMENTO/DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

TEMA PERGUNTA OBJETIVO		
Identificação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nome de cada participante e tempo em que mora na localidade; 2. Qual organização/comunidade você representa? 	Identificar os participantes da atividade.
História de Ocupação da localidade	<ol style="list-style-type: none"> 3. Por que localidade tem esse nome? 4. Como surgiu a localidade? 5. Quais foram os primeiros moradores locais? 	Identificar o processo de ocupação na localidade.
Mudanças na localidade	<ol style="list-style-type: none"> 6. Como era a localidade há 30 anos? E como é hoje? Quais foram as principais mudanças de infraestrutura que ocorreram na localidade? 7. Quais foram os principais fatores que ocasionaram essas mudanças? 	Investigar a percepção dos moradores em relação às mudanças ocorridas na localidade.

Diagnóstico Socioambiental Roteiro para Grupo Focal Comunidades

TEMA	PERGUNTA	OBJETIVO
Infraestrutura	<p>9. Como vocês avaliam a infraestrutura da localidade em relação à:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Abastecimento de Água; - Sistema de Esgotamento Sanitário; - Sistema de Limpeza Urbana; - Pavimentação; - Iluminação Pública. - Sistema de Drenagem das águas pluviais 	Caracterização da infraestrutura existente na localidade
Meio Ambiente	<p>10. O que vocês entendem por meio ambiente?</p> <p>11. Quais as principais características ambientais de sua comunidade?</p> <p>12. Vocês percebem algum problema ambiental na localidade? Qual?</p> <p>13. Quais são os principais elementos do patrimônio natural do município?</p> <p>14. Existem associações/ONGs/órgão ambientais atuando na localidade? Quais ações desenvolvem?</p>	Identificar os aspectos ambientais da localidade, percepção sobre meio ambiente e mapeamento de atividades/ações de educação ambiental desenvolvida na localidade.
Educação	<p>15. Na localidade existem escolas de quais níveis de ensino?</p> <p>16. Na falta de ensino médio na localidade para onde os estudantes se deslocam? Qual a escola?</p> <p>17. Existe transporte escolar para alunos que estudam em outras localidades?</p>	Caracterizar a Educação Formal.

Diagnóstico Socioambiental Roteiro para Grupo Focal Comunidades

TEMA	PERGUNTA	OBJETIVO
Saúde	18. Como é o funcionamento do Posto/Unidade de Saúde? 19. Qual o tipo de atendimento prestado à população? 20. O Posto/Unidade de Saúde atende a procura (demanda)? 21. Quando a complexidade do atendimento extrapola a capacidade da unidade de saúde os pacientes são encaminhados para outras unidades? 22. Como vocês avaliam o atendimento do Posto/Unidade de Saúde na localidade? 23. Existem Agentes Comunitários de Saúde que atuam na localidade? 24. Quais são os programas de Saúde Oferecidos à comunidade?	Identificar os Serviços de Saúde e acessibilidade à saúde.
Aspectos econômicos	25. Qual a principal atividade econômica da população local? 26. O que a comunidade produz? 27. A maioria da população trabalha em que atividade?	Identificar as principais atividades econômicas da população.
Aspectos culturais, religiosos e de lazer	28. Quais são as principais datas comemoradas no município? 29. Quais são as manifestações culturais locais? (capoeira, samba de roda, etc)? 30. Como eram as manifestações culturais antigamente? E como são hoje? Houve mudanças? Por que mudaram? 31. Quais são as instituições religiosas presentes na localidade? 32. Como estas instituições atuam junto à comunidade? 33. O que as pessoas que moram aqui fazem para se divertir? 34. Quais são as principais áreas de lazer e de encontro da comunidade?	Identificar as principais características culturais e religiosas da comunidade. Verificar a relação desses aspectos culturais e religiosos com a vida cotidiana. Identificar as principais atividades e espaços de lazer existentes na comunidade.

Diagnóstico Socioambiental Roteiro para Grupo Focal Comunidades

TEMA	PERGUNTA	OBJETIVO
Organização Social /Política	35. Existem associações de na localidade? Como atuam? Qual o tempo de existência? São legalizadas? 36. As associações locais possuem parcerias /convênios com outras instituições? 37. Quem são as pessoas mais atuantes na localidade? 38. Além das associações, existem outras organizações sociais como, ONGs e grupos ambientalistas? Quais atividades desempenham? 39. Existe algum representante da localidade na Câmara de Vereadores?	Identificar a organização social e política da localidade.
Expectativas para implantação do empreendimento	40. O que vocês acham da implantação/ampliação do empreendimento frente a sua localidade? 41. O que vocês acham que vai mudar na vida de vocês com a implantação/ampliação do empreendimento ?	Identificar as expectativas da população local em relação ao empreendimento.

Figura 8.3-4. Roteiro de entrevistas qualificadas..

Foram entrevistadas as seguintes lideranças comunitárias durante o trabalho de campo:

- Colônia de Pescadores Z-4 (Ilha de Maré - Salvador);
- Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho (Mapele – Simões Filho);
- Associação dos Moradores de Mapele (Mapele – Simões Filho);
- Associação Beneficente dos Moradores do Distrito de Passé (Passé – Candeias);
- Associação Beneficente dos Moradores de Caboto (Caboto – Candeias);
- Associação de Pescadores e Marisqueiras Semelhante de Candeias (Passé – Candeias);
- Colônia de Pescadores Z-54 (Passé – Candeias);

Também foram entrevistados pescadores do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) residentes na Ilha de Maré em um encontro na comunidade de Maracanã (ver Figura 8.3-5)

LISTA DE PRESENÇA	
GRUPO FOCAL (ILHA DE MARÉ)	DATA: 10/04/2014 (Quinta-Feira)
1-	NATANAEL S. Pedro
2-	Jislane dos Santos Araújo
3-	Vânia dos Santos Simões
4-	Maria Yessi Portinus das neerguns
5-	Vanessa Camargo Simões
6-	Edda Patela das neerguns
7-	M. Bina de lez abriola
8-	Valdir Soares da Silva
9-	Erivaldo dos Santos
10-	Marcelo Xavier de Almeida
11-	
12-	
13-	
14-	
15-	
16-	
17-	
18-	
19-	

Figura 8.3-5. Lista de Presença de Entrevista com Pescadores da Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014).

A junção das respostas dos questionários com as entrevistas qualificadas construiu um relato bastante significativo sobre as condições de vida e mudanças no entorno da Baía de Aratu junto a essas comunidades e, portanto, na visão da empresa consultora, numa ótima percepção ambiental sobre o empreendimento na região.

Sobre os grupos sociais que atuam nas atividades de lazer e turismo, seja na AID ou na ADA, estes não o fazem de forma profissional. Ou seja, não existem empresas explorando o serviço de forma comercial, estruturada e sustentável. A exceção é a ligação entre Ilha de Maré e a capital, Salvador, partindo do bairro de São Tomé de Paripe, cujo ordenamento pertence a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia (AGERBA). Portanto, essa rota, oficialmente mapeada e cujas embarcações estão sob fiscalização, também, da Capitania dos Portos da Bahia, é a única reconhecida na AID para as questões do turismo. Maiores detalhes sobre a temática estarão sendo discutidas no item 8.3.7 desse diagnóstico, inclusive com informações georreferenciadas.

8.3.2 Caracterização Demográfica

Para a descrição histórica dos processos socioeconômicos formadores dos quatro municípios da AII do Terminal de Uso Privativo da Braskem, optou-se por fazer uma descrição inicial da região econômica com a qual, atualmente, esses municípios estabelecem um conjunto de interações socioeconômicas. Nesse sentido, busca-se ressaltar os ciclos econômicos e suas transformações mais recentes.

8.3.2.1 Breve Histórico de Ocupação e Desenvolvimento Econômico

- **Salvador, Simões Filho, Candeias e Camaçari (AII)**

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) tem como núcleo central a capital do Estado da Bahia e como núcleos periféricos os municípios circunvizinhos, mantendo uma relação estreita de dependência, formando uma divisão específica de funções urbanas. No entanto, apesar de Salvador ter sido desde a sua formação uma metrópole, a área que é hoje sua região metropolitana nem sempre teve essa importância, no entanto, Salvador desde a sua fundação até meados do século XIX, foi à região conhecida como Recôncavo (que engloba municípios hoje pertencentes a diferentes Regiões Econômicas, tais como Recôncavo Sul, Litoral Norte e a própria RMS).

Assim que os portugueses vieram com suas primeiras expedições exploratórias, com a intenção de identificar portos e estuários onde pudessem estabelecer feitorias e com interesse no intercâmbio comercial com os nativos levou-se algum tempo para perceber sua importância estratégica, situada a

meio da costa que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, cabia aos portugueses. A baía, portanto, era um excelente fundeadouro para navios de grande porte, bem abrigado dos ventos, abundante em água e com clima ameno, e excelente para o cultivo.

Em 1534, Portugal começa a implantar o sistema de povoamento, através das Capitânicas Hereditárias, com Francisco Pereira Coutinho, donatário da Capitania da Bahia de Todos os Santos, escolhe o atual Porto da Barra, para fundar casas fortes e engenhos de cana-de-açúcar, planta trazida em 1521 de Cabo Verde, onde estava sendo cultivada pelos portugueses com grande sucesso comercial.

A exceção de São Vicente e Pernambuco, a resistência indígena era geral nas capitânicas já estabelecidas, os povos nativos criaram grandes dificuldades para o estabelecimento definitivo dos portugueses. Em 1549, uma esquadra portuguesa vem à Baía de Todos os Santos, para fundar a sede do governo geral da colônia, a fim de coordenar os esforços dos donatários e seus colonos, sendo que o governador geral, Tomé de Sousa, trouxe estratégias de povoamento a serem adotadas. O povoamento na região voltou-se então para o recortado litoral da baía e do que hoje chamamos Baixo Sul (da foz do rio Jaguaripe até o arquipélago de Tinharé, incluindo a baía de Camamu).

Na virada do século XVI para o século XVII, dois fatores modificam a dinâmica regional, a unificação ibérica (possessões portuguesas e espanholas) sob uma mesma coroa em 1580, e as invasões holandesas, que ameaçam as feitorias e colônias ibéricas no Atlântico e no Índico. Os holandeses tomam Salvador uma vez, são expulsos e mais tarde tomam Pernambuco, de onde partem novamente para tentar conquistar a Bahia. São repelidos na cidade, mas vencem na Ponta das Baleias em Itaparica, de onde se organizam para destruir os engenhos de açúcar do Recôncavo e tentam bloquear o porto de Salvador, no que falham, uma vez que o embarque de mercadorias e o desembarque de escravos são desviados para a enseada de Tatuapara, atual Praia do Forte.

No entanto, veem-se na dependência do fumo da Bahia para concretizar suas próprias compras de escravos na África, são obrigados, portanto, a permitir o comércio baiano de escravos nas imediações do Castelo da Mina em troca de um imposto pago em fumo.

Reforçando as características de centro político e militar de Salvador em torno da qual se organizou a resistência ao invasor. Além disso, as negociações acerca do comércio escravista na Costa da Mina resultaram em uma maior autonomia e enriquecimento dos comerciantes radicados em Salvador, já que os navios foram liberados pela Coroa portuguesa para ir e vir diretamente, sem passar por Portugal, o que reforçou o perfil comercial e portuário da cidade. Essas duas características eram a marca da centralidade de Salvador em relação às povoações circunvizinhas, que passaram ademais, com o refluxo da cana-de-açúcar ao longo do século XVII, a se especializar e a consolidar uma relação

de dependência em relação à capital da colônia, a cana continuava a ser a principal atividade ao redor de Santo Amaro, que congregava a produção de açúcar e a despachava para Salvador, de onde era reexportada.

Cachoeira tornou-se o centro de uma região fumageira, peça fundamental na reprodução do sistema escravista através do comércio com a Costa da Mina; Nazaré centralizou a produção hortifrutigranjeira, a de farinha mandioca e a de utensílios de cerâmica, que abasteciam os outros centros do Recôncavo, e mesmo Salvador, que contava, entretanto, com suas próprias áreas produtoras de mantimentos.

No Litoral Norte e no Recôncavo Norte não floresceram centros urbanos: o primeiro fornecia para a cidade o gado, o couro e o óleo de baleia; o segundo fornecia madeira para a construção civil e naval. Por terra, nas estradas que surgiam no passo das boiadas, Salvador ligava-se ao sertão do São Francisco através da Feira Velha, atual Dias D'Ávila, e com a Chapada Diamantina, onde o povoamento prosperou após a descoberta de ouro em Jacobina, já no século XVIII, através de São Félix.

O século XIX é marcado pela estagnação econômica da Cidade da Bahia e dos velhos centros do Recôncavo, entrecortada por surtos industriais, expressos na implantação da indústria de charutos no Recôncavo fumageiro, na nova maquinaria que transformaria engenhos em usinas, e na implantação da rede ferroviária, que reforçou a especialização dos portos fluvio-marítimos, visto que as linhas não eram interligadas, mas serviam a uma zona limitada. Na zona açucareira, que inclui boa parte do território do que viria a ser a RMS, a mecanização propiciou o aumento da concentração fundiária, o que incentivou a migração rural em direção às cidades. Ao mesmo tempo, verifica-se uma perturbação social e política, a segunda revolução industrial na Europa promove mudanças de tarifas comerciais e de atitudes em relação à escravidão, a Cidade da Bahia e seu entorno abrem seus portos coloniais à Inglaterra, uma série de revoltas escravas, revoltas liberais, a própria luta pela Independência, epidemias propiciadas pelas precárias condições de higiene facilitadas pela estrutura sanitária das cidades, e, por fim, o lento processo de abolição da escravatura.

Salvador se tornara uma cidade socialmente complexa, que crescia segundo ritmos próprios e diferenciava seus espaços internos ao tempo em que os aglutinava em uma só mancha urbana. Mudanças assim ganhavam maior expressão no século XX, principalmente a partir dos anos 1940, com a construção das estradas de rodagem ligando Salvador ao eixo sul-sudeste, já configurado como região industrial. A preponderância do caminhão sobre o trem desarticulou o complexo ferroviário e, por tabela, o transporte fluvio-marítimo na Baía de Todos os Santos, os portos de Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, perderam importância para novas cidades às margens das

rodovias, cujo traçado poderia reforçar a centralidade de algumas antigas estações de trem como, Cruz das Almas, que se tornou, ao lado de Santo Antônio de Jesus, um relevante centro urbano no Recôncavo. Mas a principal mudança na rede urbana está ligada ao papel de Feira de Santana, que desde meados do século XIX experimentava um marcante crescimento, a ponto de já ser, no alvorecer do século XX, a mais importante feira de gado do País. Ponto essencial da moderna malha rodoviária baiana, Feira de Santana rapidamente especializou-se em uma série de atividades ligadas ao transporte e ao abastecimento, provocando forte deslocamento da hierarquia urbana a seu favor, contra as cidades históricas do Recôncavo que se desligaram cada vez mais acentuadamente da capital do Estado, à exceção de Nazaré, que continuava a ser o eixo de ligação de Salvador com o Baixo Sul.

Em Salvador, uma industrialização incipiente começava a tomar corpo, na península Itapagipana e na zona de expansão urbana ao longo dos trilhos do Leste Brasileiro. Acelera-se esse processo na década seguinte com a construção, no município de Candeias, da primeira refinaria de petróleo do País, a Landolfo Alves. A zona de exploração petrolífera coincidia com a tradicional zona canaveira, com parte do Recôncavo Norte, área de pecuária e lenha, e com as águas e ilhas do leste da baía. Nessa região, o impacto sobre a organização urbana e social foi tremendo. A falta de uma política clara sobre os direitos dos donos de terras onde se explorava o petróleo deu lugar a um êxodo em direção às cidades. A importação de mão de obra qualificada, a injeção de recursos e a demanda de serviços e produtos representada por esse contingente aumentaram a concentração urbana e transformaram pequenos povoados em municípios (como Madre de Deus e Milagres).

De modo mais amplo, pode-se dizer que a exploração petrolífera contribuiu para a nova organização da rede urbana e de transportes do Recôncavo na medida em que estimulou a consolidação do transporte rodoviário e privilegiou uma industrialização, cujo foco foi deslocado para o Recôncavo Norte, muitas vezes nas margens das rodovias, com a instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA) na década de 1960 e do Complexo Petroquímico de Camaçari, nos anos 1970. Essa reorganização espacial é responsável pelo advento da Região Metropolitana de Salvador enquanto unidade econômica e administrativa. Tal processo favorece o crescimento de Candeias, São Francisco do Conde, Simões Filho e Camaçari, a consolidação de novos bairros em Salvador, como os do Subúrbio Ferroviário e a Pituba, por exemplo, além do movimento em direção à conturbação com os núcleos adjacentes, como Simões Filho e Lauro de Freitas e, ainda, a confirmação de Feira de Santana como nova metrópole regional do Recôncavo. O sistema de transporte ferry-boat e a Ponte do Funil, ligando a ilha de Itaparica a Salvador e ao continente, do lado oposto, e a BR-101, contornando o Recôncavo pelos seus limites interiores e se estendendo por toda a costa leste brasileira, completam o quadro da nova articulação inter e intra-regional.

Neste mesmo período, verifica-se em Salvador uma série de alterações na rede viária, em especial a criação das avenidas de vale, que possibilitou a abertura de novos bairros, residenciais e comerciais, e implicou no deslocamento do centro urbano para o eixo Iguatemi-Pituba. No âmbito desse mesmo movimento, a orla atlântica foi priorizada enquanto frente de expansão urbana. Por outro lado, a forte atração demográfica exercida pela cidade sobre todo o território estadual, e especialmente sobre o antigo Recôncavo, gerou uma configuração urbana baseada na convivência mais ou menos conflituosa entre bairros bem estruturados, em geral na faixa litorânea, e ocupações informais onde vive a maior parte da população, concentradas na orla oeste da cidade e no chamado “miolo”, região delimitada pela Avenida Paralela e a BR-324, respectivamente a leste e a oeste, e o terminal rodoviário, ao sul.

O mais recente planejamento governamental para a Região Metropolitana de Salvador insiste na industrialização, mas vem priorizando de modo marcante a atividade turística. Assim, ensaia-se uma reaproximação da RMS com o Recôncavo, tendo como elemento articulador a Baía de Todos os Santos, marco de referência de um turismo que pretende se basear tanto no atrativo natural quanto no cultural e histórico. Da mesma maneira, a RMS estende-se em direção ao Litoral Norte, movimento que ganhou impulso principalmente a partir da construção da Linha Verde, em 1992.

Os quatro municípios da área de influência do empreendimento estão inseridos na Região Metropolitana de Salvador (RMS), os quais fazem parte também os municípios de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.

A Região Metropolitana de Salvador situa-se no entorno da Baía de Todos os Santos fazendo fronteira ao norte com a Região do Litoral Norte, com os municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João, ao Sul e Leste com o oceano atlântico, e a oeste com os municípios de Jaguaripe, Salinas das Margaridas, Saubara e Santo Amaro, que integram a Região do Recôncavo Sul (Figura 8.3-6).

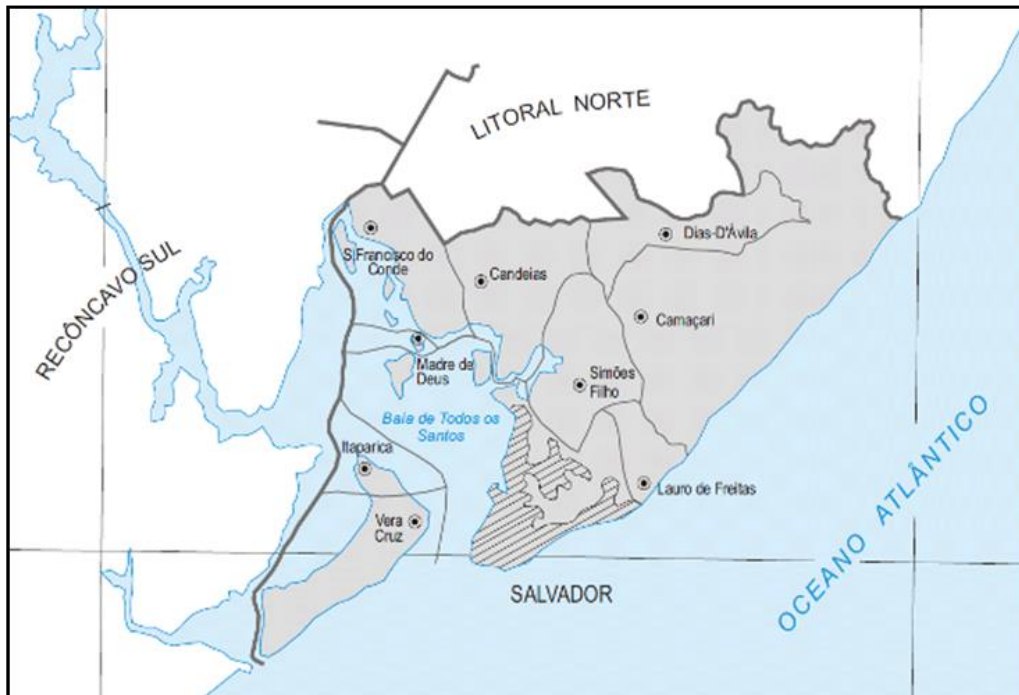


Figura 8.3-6. Região Metropolitana de Salvador – RMS (Fonte: SEI, 2007).

Na formação original da Região Metropolitana de Salvador – RMS, esta era composta por oito municípios, mas após a emancipação de Madre de Deus, distrito de Salvador até 1990, e de Dias d'Ávila, passou a ter dez municípios. Já em 17 de dezembro de 2007, foi aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia e sancionada pelo Governo do Estado em 3 de janeiro de 2008 a Lei Complementar Estadual nº 30, que inclui Mata de São João e São Sebastião do Passé na RMS, e em 22 de janeiro do ano seguinte, a inclusão de Pojuca foi sancionada pelo governador Jaques Wagner, através da Lei Complementar Estadual nº 32, ou seja, atualmente a região metropolitana possui 13 municípios: Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Dias D'Ávila, Vera Cruz, São Francisco do Conde, Itaparica, Madre de Deus, Mata de São João, São Sebastião do Passé e Pojuca. Todos esses municípios foram sendo desmembrados, ao longo da história, da área originalmente pertencente a Salvador.

O primeiro a ser desmembrado foi São Francisco do Conde, criado pela Carta Régia de 1693, Camaçari através do Alvará Régio de 1758 e Itaparica por Decreto Imperial de 1831. Os desmembramentos dos municípios de Candeias (1958), Simões Filho (1961) e Lauro de Freitas foi instituído pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973. Madre de Deus (1989), a partir de Salvador, assim como o de Vera Cruz (1962), a partir do município de Itaparica e o de Dias D'Ávila (1985), a partir do município de Camaçari, estão mais relacionados com o desenvolvimento industrial e urbano na região, na segunda metade do Século XX (cf. SEI & UFBA, 1999).

- **Caboto, Passé, Passagem dos Teixeiras, Ilha de Maré, Boca do Rio e Mapele (AID)**

Na AID, as comunidades existentes e que serão detalhadas em tópicos específicos são fruto de processos anteriores ao desenvolvimento da industrialização nesses municípios e que ocupavam ou ainda ocupam partes dos territórios cuja condição de vida estava estabelecida pelo usufruto de recursos naturais como a pesca e a agricultura.

A medida em que as atividades industriais começaram a incorporar parte desses territórios para o desenvolvimento econômico do Estado através de políticas públicas, o crescimento dos modais ferroviários e terrestres sustentados por rodovias e estradas de ferro que fazem as conexões com as sedes municipais e principalmente a capital, geraram a expansão dessas comunidades que passaram a abrigar uma parte dos trabalhadores das empresas em atuação principalmente em Candeias e Simões Filho. Ainda assim, uma quantidade substancial das pessoas presentes nessas comunidades não foram incorporadas ao desenvolvimento econômico devido a fatores de restrições históricas de formação educacional, exigindo dessa maneira, que parte da mão de obra migrasse da capital gerando um elevado movimento pendular.

Caboto

O início da colonização da área que mais tarde daria origem ao município de Candeias, em meados do século XVI, deu-se a partir das terras conhecidas como Matoim, sesmaria que abrigava os Engenhos de Caboto e Freguesia, oriundos das terras dos Engenhos Pitanga e da Freguesia de Nossa Senhora de Encarnação do Passé.

Essas localidades marcaram de forma significativa a época do ciclo da cana-de-açúcar, etapa fundamental da formação do Recôncavo e determinante na estruturação étnico-cultural da população local, como também de suas características socioeconômicas.

Próximo ao engenho Freguesia desenvolveu-se a povoação denominada de Caboto, cujas atividades principais estavam centradas no transporte de açúcar para a capital, pequeno comércio e a pesca (Figura 8.3-7). Os engenhos Freguesia e Caboto marcaram o florescimento da economia açucareira no recôncavo, funcionando em todo o período colonial, tendo se destacado na década de 1560.



Figura 8.3-7. Perímetro urbanizado de Caboto (UTM 554184 / 8590169), Candeias/BA (Fonte: Google Earth Pro, 2011).

A comunidade de Caboto (Figura 8.3-8) passou por processo histórico de adaptação ecológica às condições históricas de existência na referida área, tendo sido formada importante comunidade de pescadores e pequenos agricultores de subsistência, conformado pelas relações com o modo exterior através de visitantes, veranistas e com o poder público, através do desempenho de poucas funções públicas disponíveis na localidade (CODEBA, 2012).



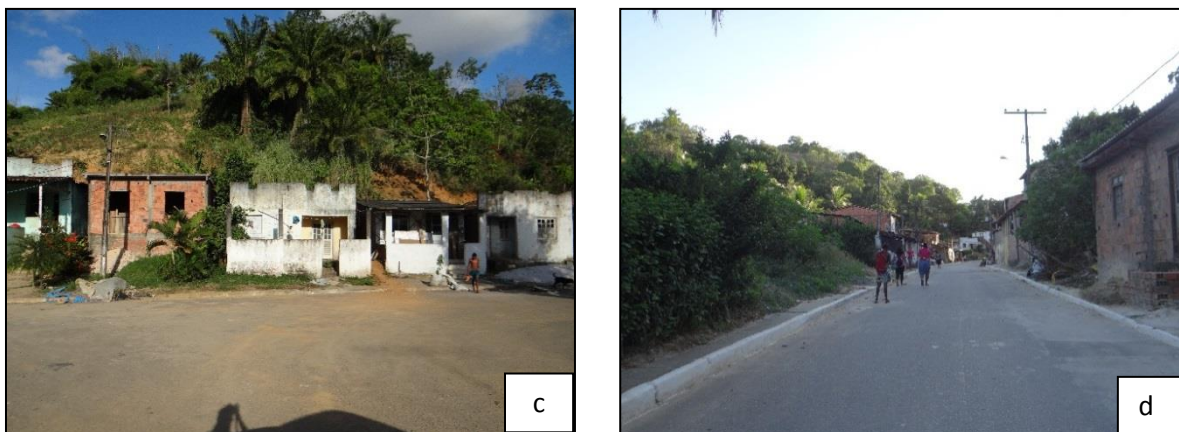


Figura 8.3-8. Comunidade de Caboto, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Passé

Relatos históricos revelam que antes da chegada e ocupação da região por parte dos portugueses à região atualmente ocupada pela localidade de Passé (Figura 8.3-9), pertencente ao município de Candeias, esse território era terra dos Índios Tupinambás.

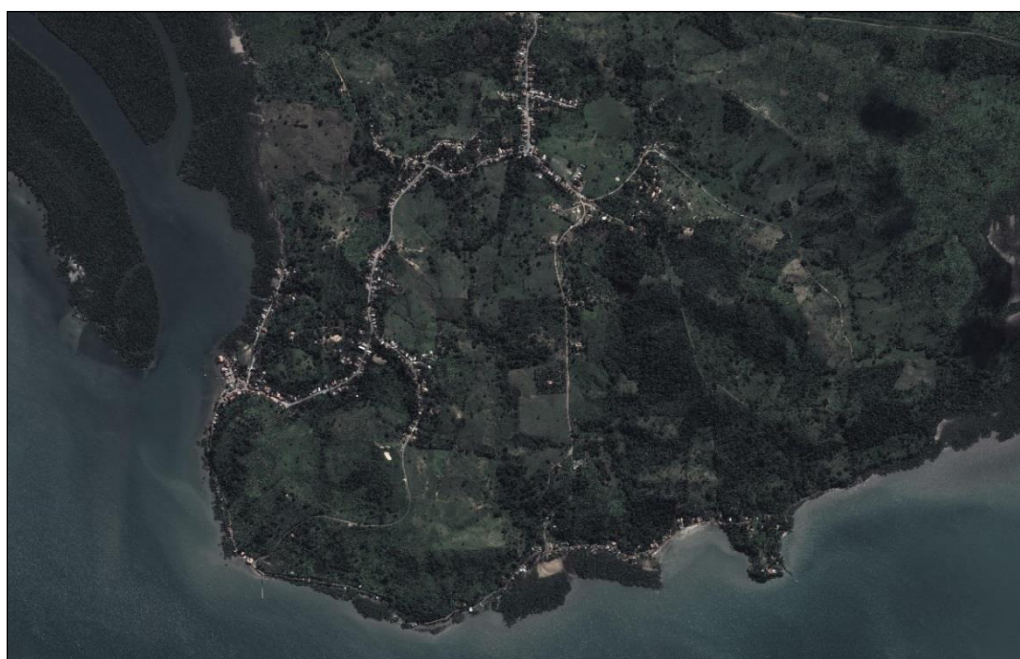


Figura 8.3-9. Distrito de Passé (UTM 551498 / 8592616) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).

O surgimento dos povoados dessa região litorânea e em especial o distrito de Passé estão intrinsecamente relacionados ao tráfico de escravos advindos da África e ao desenvolvimento da atividade açucareira, que tinha na mão de obra destes, elemento fundamental.

Na segunda metade do Século XVI, mais precisamente na década de 60 do referido século, padres Jesuítas que desenvolviam atividades na região do Recôncavo Baiano foram agraciados com grandes lotes de terras (sesmarias), o que propiciou, juntamente com a vinda de negros africanos, as condições para o desenvolvimento de cultivos de cana-de-açúcar e posterior implantação de engenhos, atividade que serviu de esteio ao crescimento econômico da área.

Assim, a localidade de Passé contava com pequenas aglomerações humanas, notadamente em áreas de cumeadas (mais altas) e bem como na região litorânea, notadamente aqueles que dependiam da pesca para a sobrevivência.

Aqui era um local que pertencia a Salvador, e Passé continua muito em prol do desenvolvimento de Salvador, porque aqui nós tínhamos olarias, e essas olarias é que produziam tijolos e esses tijolos eram pra ser exportados pra Salvador. Então, tinha as embarcações na época (...) que transportava tijolos, como também as produções do campo, tomate e mais... Então, Passé tinha essa história... (Crispim, Associado da ABENDIP).

Passé é uma das mais antigas colonizações do recôncavo. É uma das mais antigas colonizações da região. Eh, nós temos história, nós temos cultura, nós temos um marco colocado por Tomé de Souza onde faz a divisão do município de Salvador. Passé é um distrito que comandava todo o recôncavo porque nós tínhamos o porto, onde as matérias primas vinham de embarcação e daqui seguia de mula para todo o recôncavo. Inclusive nós temos a segunda igreja mais antiga do Estado da Bahia, que está em ruínas, que é a de Nossa Senhora da Encarnação de Passé, que foi construída por ordem de Dona Maria, ainda então, Rainha do Brasil (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABENDIP).

Está em ruínas. Tem uns encontros nela, mesmo sem o telhado. Hoje mesmo a missa é lá na comunidade. E como o colega falou aqui relacionado a Passé, diante de todas essas riquezas de Passé, muitos desses municípios do Recôncavo, foram construídos, mas hoje nós nos vemos numa situação degradante, necessitando de bastante ajuda (Jorge da Cruz Silva, Secretário Geral da ABENDIP).

A fraca atividade econômica advinda da tímida inserção brasileira no mercado internacional e da Bahia no contexto nacional, revelada por atividades de cunho eminentemente agrícola voltada para a subsistência e produtos agrícolas exportáveis, a exemplo do açúcar e cacau, só foi alavancada com o advento da descoberta de petróleo em áreas do Recôncavo, bem vizinhas à região em estudo.

A implantação das bases da infraestrutura de prospecção, transporte e refino do petróleo em meados do século passado geraram oportunidades de crescimento e, sobretudo de inserção de parte

da população local no mercado de trabalho formal, inclusive com ganhos acima da média da região. Eram os “novos ricos” ou simplesmente, Petroleiros.

Tal movimento impulsionou a aquisição de terras nessas localidades, voltadas para a implantação de pequenas fazendas e sítios de veraneio, fomentando a atividade econômica baseada na agricultura e pesca (Figura 8.3-10).



Figura 8.3-10. Comunidade de Passé, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

A existência desse mercado consumidor, de certa forma contribuiu para o aumento da exploração dos recursos naturais, em especial da pesca que ainda de forma artesanal e tradicional, constituiu-se no esteio da economia local, seja como importante atividade de subsistência ou produtora de pequenos excedentes supridores das necessidades da população dos centros urbanos circunvizinhos, inclusive a capital, Salvador (CODEBA, 2012).

Com certeza, pois antigamente não tinha luz, energia né? Hoje tem. Passé melhorou bastante, porque mais de 20 anos atrás, nós aqui não tínhamos nem estrada, tudo começou com a estrada, pavimentação, energia também veio depois, telefone veio em seguida, água... . As escolas de 1º e 2º grau, que antes era só o primário aqui, então evoluiu muito (Carlos Augusto, Presidente da Colônia de Pescadores de Candeias).

A trinta anos atrás era muita casa de taipa, casa de pau a pique... Transporte era 3 vezes por dia, um ônibus que o pessoal chamava de arabaca (...) mas as pessoas iam pra Candeias de pé (...) Em relação ao que melhorou quanto a infraestrutura foi transporte, carro pra você se locomover pra Candeias, pra Salvador... Mas a comunidade em si, mesmo com as casas de taipa ou de bloco, a comunidade se mantém como se fosse a trinta anos atrás. Só cresceu o número de residências (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé).

Praticamente era a mesma coisa que você está vendo hoje. Poucas coisas mudaram. Somente a população que aumentou, mas continuam, a maioria, em estado de pobreza, a maioria das pessoas em estado de miséria. Temos um povo ócio. Nós temos uma comunidade muito carente. E nós somos um povo excluído de todos os direitos constitucionais. Porque nós não temos nada que a constituição prevê para o cidadão. Nós somos excluídos de transporte público, nós somos excluídos de tudo que você possa imaginar. De saneamento básico. Nós temos aqui, as nascentes e os olhos d'água, que despeja nos nossos canais, são todos poluídos, porque a poluição que vem de Candeias, como de nossa comunidade é despejada ao céu aberto dentro do nosso manguezal, que é uma riqueza natural que nós temos. Um estuário riquíssimo, mas que é agredido por toda poluição, além das empresas, das indústrias que também poluem... (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABENDIP).

Passagem dos Teixeiras

O distrito de Passagem dos Teixeiras está a cerca de 20 km da futura área do Terminal de Uso Privativo da Braskem e localizadas as margens da BR-324 (Figura 8.3-11).



Figura 8.3-11. Distrito de Passagem dos Teixeiras (UTM 560451 / 8591976) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).

Existe pouca informação sobre o distrito, mas histórias sobre a região e entrevistados afirmam que a criação do distrito se deu com o refúgio de escravos que habitavam em torno da Baía de Aratu devido a presença de moinhos de cana de açúcar (Figura 8.3-12).





Figura 8.3-12. Comunidade de Passagem dos Teixeiras, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

A Comunidade Pesqueira e Quilombola de Ilha de Maré torna-se uma das principais comunidades com potenciais para sofrer os possíveis impactos da operação do empreendimento. Além da própria relação com a atividade pesqueira, o subdistrito (Figura 8.3-13) encontra-se próximo ao local estudado para implantação do píer, além do seu histórico conflituoso frente às operações do Porto de Aratu e que resultaram em uma Ação Civil Pública movida junto ao Ministério Público Estadual da Bahia (Figura 8.3-14).





Figura 8.3-13. Distrito de Ilha de Maré, fotos de “a” a “f” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Acredita-se que o povoamento da ilha se deu ainda no século XVI onde alguns registros apontam para a construção da Igreja de Nossa Senhora das Neves em meados de 1552.

Quando nascemos já existia este nome pelo antepassado, não sei como chegaram aqui mas chegaram de navio, foram jogados ao mar, por algum estar doente, veio exportado para trabalho, amarrados de corrente e em canga para não fugir. Ai foi jogado um doente com uma penca de santo, por que com um doente aquela fila já não prestava e daí alguém conseguiu ganhar o costeiro e ai foi se espalhando e deixou o nome de Maracanã (povoado de Ilha de Maré), criaram e registraram este nome que está no Cartório. Já desde a época dos avós, escravidão, a história do Maracanã é esta. O povo sabe que é Maracanã, mora em maracanã, trabalha aqui e ninguém quer sair daqui por quantidade de dinheiro que seja (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré, 53 anos).



Figura 8.3-14. Subdistrito da Ilha de Maré, em vermelho, com coordenadas UTM 551023 / 8587854 (Fonte: Google Earth Pro, 2011).

Atualmente, existem 9 áreas urbanizadas na Ilha de Maré. São elas: Botelho, Bananeiras, Porto dos Cavalos, Martelo, Ponta Grossa, Praia Grande, Santana, Praia das Neves e Itamoabo.

Mapele

O surgimento dessa comunidade não se afasta do povoamento que aconteceu no interior da Baía de Aratu (Figura 8.3-15). Uma das primeiras iniciativas que fomentaram o crescimento de Mapele se deu ainda no século XVIII através da exploração de Cana de Açúcar pelo fazendeiro Gordilho Fonseca, cuja produção era destinada a outros engenhos que estavam localizados no que hoje é conhecido como distrito de Cotegipe (Figura 8.3-16).

Eu não tenho aqui muito esse conhecimento, mas ouvi os mais antigos falar que aqui havia uma indústria de pele, e aí se tornou, também tinha um marisco que se chamava semelhante e aí eles somaram e deram esse nome, Mapele (...) já existia atividade pesqueira, moinho, usinas... (Manoel de Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele).



Figura 8.3-15. Comunidade de Mapele, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

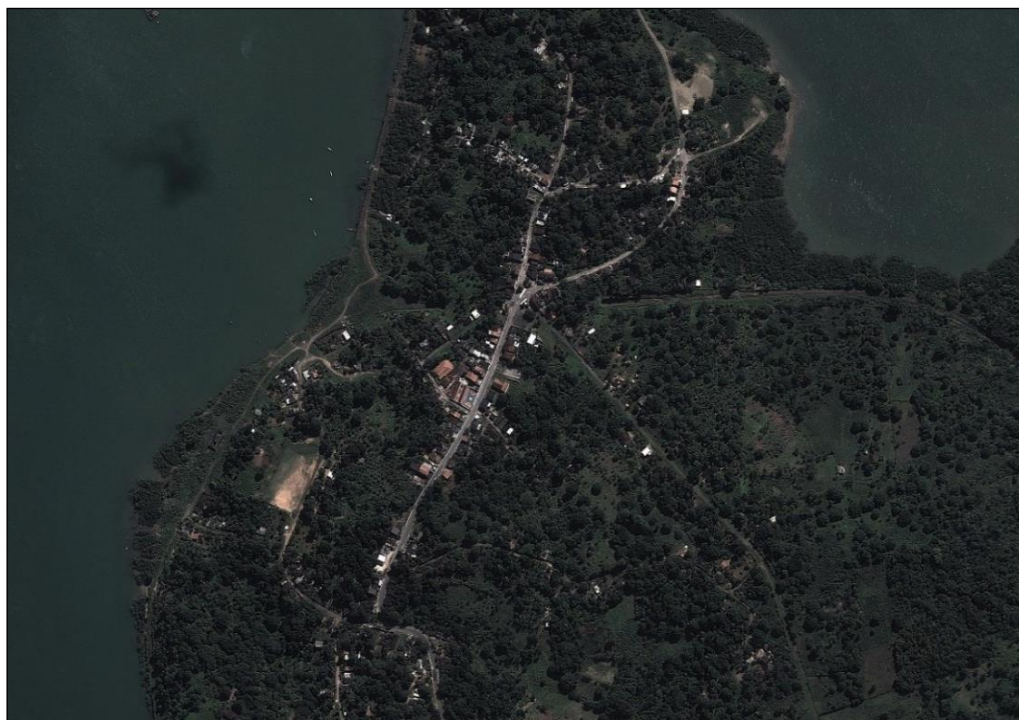


Figura 8.3-16. Comunidade de Mapele em Simões Filho (UTM: 560261 / 8587561) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).

Comunidade Boca do Rio

Remanescentes das fazendas desapropriadas para implantação do Porto de Aratu-Candeias (Figura 8.3-17), a comunidade de Boca do Rio conta com nove domicílios, onde se distribuem seis unidades familiares, provenientes de um mesmo clã. Verifica-se que as unidades domiciliares são utilizadas tanto para moradia permanente quanto para veraneio, essa última função em menor escala.



Figura 8.3-17. Comunidade de Boca do Rio, fotos de “a” a “c” (Fonte: Bourscheid, 2014).

A comunidade, que está situada dentro da área do Porto, é habitada por 17 pessoas (Figura 8.3-18). Segundo moradores, estão lá há mais de 100 anos. Ainda segundo moradores, algumas famílias que moravam lá foram indenizadas e deixaram a localidade, sendo que alguns expropriados no período de implantação do Porto de Aratu-Candeias, outros quando da implantação, mais recente, da Braskem, unidade industrial que faz limite com a comunidade. Entretanto, alguns, os que permanecem, não concordaram com a indenização e continuam residindo na área (CODEBA, 2012).



Figura 8.3-18. Comunidade da Boca do Rio ou Ponta da Lage (área em laranja) inserida na área do Porto de Aratu/Candeias (UTM: 555194 / 8586720) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).

No Apêndice 8.25 é apresentado o mapa com a localização das comunidades citadas acima, bem como as suas distâncias em relação ao empreendimento, estimativa por terra e mar.

8.3.2.2 Demografia All

A demografia tem como objetivo analisar componentes populacionais que servem de base para políticas públicas. Deixa e planejamento visando o apoio as necessidades como educação, saúde, transporte, investimentos entre outros aspectos.

Dentre os fatores naturais que mais contribuem para estruturação demográfica, estão as taxas de natalidade e mortalidade. Dentre os fatores socioeconômicos que mais influenciam na dinâmica demográfica regional, estão as disparidades econômicas entre regiões. Diferenças de condições e oportunidades de trabalho influenciam nos fluxos migratórios.

No Brasil, como vem sendo amplamente divulgado na imprensa nacional, a tendência demográfica atual, por conta dos ciclos constantes de baixas nas taxas de natalidade e aumento nas taxas de expectativa de vida, de um lado vem diminuindo as taxas de crescimento populacional natural e de outro aumentando o tempo de vida. Regionalmente as estruturas demográficas, também, são determinadas por fluxos migratórios.

Uma breve noção do que já foi colocado no parágrafo anterior, segundo o estudo “Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período de 1980-2050 - Revisão 2004” do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o contingente populacional do Brasil poderá alcançar 259,8 milhões de habitantes, em 2050. Portanto, entre 2000 e 2050 a população aumentará aproximadamente 90 milhões de pessoas. Para 2050, 46,3 milhões serão menores de 15 anos de idade, 164,5 milhões estarão em idade potencialmente ativa, e 48,9 milhões com 65 anos ou mais de idade. Segundo a projeção, o Brasil continuará galgando anos de vida média de sua população, passando de 70,4 anos, em 2000, para 81,3 anos, em 2050. Em relação à fecundidade, o número médio de filhos por mulher diminuirá de 2,4 para 1,85, entre 2000 e 2050. Os sistemas de saúde e de educação, o mercado de trabalho e muitas outras estruturas sociais deverão se adaptar a estas transformações (SCHKOLNIK, 1998). Com estas transformações da estrutura etária, diminuirá relativamente à demanda de atenção correspondente às crianças e jovens e aumentará a de serviços e recursos para adultos e idosos.

Para os aspectos demográficos, foram utilizados dados entre os anos de 1991 e 2010 do Censo IBGE. Para fins de comparação, os dados aqui analisados envolvem também o Estado da Bahia.

De acordo com o IBGE (1991, 2000 e 2010), o Estado da Bahia (Tabela 8.3-1), com uma área de 567.295,67 Km², apresentou em 1991 uma população total de 11.867.991 habitantes. Em 2000, essa população ultrapassa os 13 milhões de habitantes. Nesse período intercensitário, o crescimento anual foi da ordem de 1,08%. Em 2010, a população atingia um total de 14.016.906 pessoas distribuídas em 5.064.370 domicílios. Sua densidade demográfica atingiu um patamar de 24,71 habitantes por Km², mostrando, portanto, uma baixa ocupação do território como um todo. A média de moradores por domicílio era da ordem de 2,77. Entre os anos de 2000 e 2010, a taxa de crescimento anual do Estado acentua o seu declínio e registra 0,7% ao ano.

É interessante notar os efeitos da urbanização no Estado da Bahia entre os anos de comparação. A população urbana em 2000 que era de 8.772.348 habitantes eleva-se para 10.102.476 habitantes em 2010. O caminho inverso ocorre com a população rural, com decréscimo significativo de mais de 380 mil pessoas. Em 1991, a taxa de urbanização era de 59,1% enquanto em 2010 atinge 72,1%.

O processo que se nota no Estado também é possível de ser percebido nos municípios da Área de Influência, embora com algumas observações sobre a população total. A urbanização também se acentua nos municípios, onde em Camaçari no ano 2000, a população de 161.727 pessoas passa a ter crescimento em 2010 com 242.970 habitantes.

Camaçari apresentou em 2010 uma densidade demográfica bastante elevada em relação ao Estado da Bahia com 309,63 hab./km². A população está distribuída em 73.991 domicílios particulares, fornecendo uma média de 3,28 habitantes por domicílio segundo o IBGE em 2010. Entre os anos de referência, o crescimento do município é positivo com uma taxa de 4,15% da sua população.

Simões Filho apresenta quadro contrastante em relação à realidade estadual, com o crescimento da população como um todo passando de 94.066 em 2000 para 118.047 habitantes em 2010. A urbanização assume conotação importante com a passagem entre os anos 2000 e 2010 de 76.905 para 105.811 habitantes. A população rural, ao contrário, cai entre os anos. Sua densidade demográfica é bastante elevada, sendo a maior da área de influência com taxa de 586,71 hab./km². A população desse município residia em um total de 35.000 domicílios particulares, resultando em uma média de 3,37 pessoas por residência. Considerando os anos intercensos, o crescimento de Simões Filho no período é positivo com uma taxa de crescimento geométrico médio anual de 2,3%.

Candeias apresentou em 2010 uma densidade demográfica também elevada em relação ao Estado da Bahia com 314,11 hab./km². A população está distribuída em 30.024 domicílios particulares, fornecendo uma média de 2,77 habitantes por domicílio segundo o IBGE em 2010. Entre os anos de referência, o crescimento do município é positivo com uma taxa de 0,8% da sua população.

Tabela 8.3-1. Área, densidade demográfica, quantidade de domicílios particulares permanentes, média de moradores por domicílio, população urbana e rural e taxa de crescimento geométrico anual para o estado da Bahia e municípios da área de influência (Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010).

Estado Município	Área (km ²)	Densidade demogr. (hab/km ²)	Domicílios particulares permanentes	Média moradores por domicílio	População Urbana e Rural									Tx de Cres. Geom. Médio Anual	
					1991			2000			2010			1991 2000	2000 2010
					2010	2010	2010	2010	2010	Tx. de Urbanização	Rural	Urbana	Tx. de Urbanização		
Bahia	567.295,67	24,71	5.064.370	2,77	7.016.770	59,1	4.851.221	8.772.348	67,1	4.297.902	10.102.476	72,1	3.914.430	1,08	0,7
Camaçari	784,7	309,63	73.991	3,28	108.232	95,2	5.407	154.402	95,4	7.325	231.973	95,4	10.997	4,00	4,15
Candeias	264,48	314,11	30.024	2,77	61.438	90,4	6.503	61.438	90,03	6.503	75.994	91,4%	7.164	1,37	0,8
Salvador	693.276	3.859,44	858.496	3,12	2.073.510	99,92	1.763	2.442.102	99,96	1.005	2.675.656	99,97	733	1,83	0,91
Simões Filho	201,02	586,71	35.000	3,37	44.419	61,2	28.107	76.905	81,7	17.161	105.811	89,6	12.236	2,93	2,3

Segundo os dados do Censo 2010 do IBGE, a maior cidade e capital do Estado, Salvador possuía uma densidade demográfica elevada com 3.859,44 habitantes por km², e com 858.496 domicílios particulares permanentes ocupados por uma taxa média de 3,12 moradores por unidade.

Na Figura 8.3-19 a seguir, é possível ver essa relação do crescimento populacional entre o Município, Estado e o Brasil.

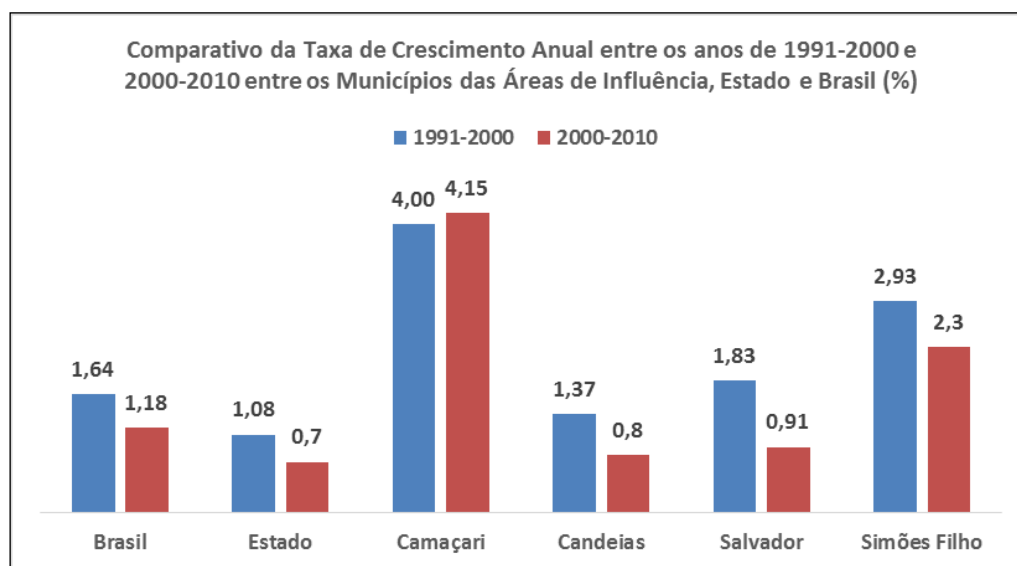


Figura 8.3-19. Comparativo da taxa de crescimento anual entre os anos de 1991, 2000 e 2010 entre os municípios das áreas de influência, Estado e Brasil (Fonte: IBGE, 2013).

Faz-se importante salientar que, segundo a SEI (1998), taxas de crescimento acima de 2% a.a. caracterizam ganho populacional devido a fluxos migratórios; taxas entre 1,5% e 2% indicam reposição do crescimento vegetativo; municípios com taxas positivas inferiores a 1,49% sofrem perdas líquidas; e, taxas negativas caracterizam perda absoluta de população. Desta forma, compreende-se o crescimento populacional como a mudança de densidade populacional resultante da ação combinada de natalidade, mortalidade e migrações, como explicitado em estudo de Muricy (2003) para a SEI:

É importante lembrar que o crescimento de uma população aberta, isto é, sujeita à entrada e saída de pessoas, expressa o resultado líquido do jogo de influências multidirecionais entre quatro mecanismos demográficos – fecundidade, mortalidade, imigração e emigração – que, juntos, constituem os determinantes básicos tanto do ritmo quanto da forma de um determinado padrão de reprodução demográfica. Os dois primeiros componentes definem o processo de sucessão das gerações ou a dinâmica endógena da reprodução demográfica cuja velocidade de desdobramento é captada pelo conceito de crescimento vegetativo, resultante do jogo conjugado entre fecundidade e mortalidade; quanto aos componentes

exógenos, estes definem o saldo migratório, resultante líquido dos movimentos de imigração (chegada de pessoas) e emigração (saída de pessoas), que interferem no crescimento da população, contribuindo para uma maior ou menor expansão (MURICY, 2003).

A urbanização é um fenômeno crescente no Brasil. Uma das razões se deve a centralização das melhorias econômicas geradas nas cidades quanto a itens como educação, saúde, trocas comerciais, etc. Isso termina por atrair ainda uma quantidade significativa de pessoas que desejam melhor qualidade de vida e acesso a possíveis oportunidades.

No Estado da Bahia, a urbanização que em 2000 era de 67,1% passou a ser de 72% em 2010. Dos municípios da área de influência, o que apresentou maior crescimento de urbanização foi Simões Filho, saindo de uma taxa de 81,7% em 2000 para 89,4% em 2010. Esse processo não foi verificado no município de Camaçari. Em 2000, o município que detinha uma taxa de urbanização de 95,4%, passou a registrar o mesmo índice em 2010. A explicação para o fato diz respeito ao crescimento em patamares semelhantes tanto para o setor urbano como para o rural. Em Candeias, há também o aumento tanto da população rural como a urbana. Entretanto, esse aumento ocorre de forma desequilibrada, ou seja, com taxas mais pujantes no setor urbano. Dessa forma, a taxa de urbanização que no ano 2000 era de 81,7%, eleva-se até 89,6% em 2010, segundo o IBGE.

A capital do Estado, Salvador, em 1991 já era o município com maior taxa de urbanização, ultrapassando 99% do total da população. A existência de serviços mais qualificados, disponibilidade de instituições educacionais e de saúde para os graus mais elevados de situação, colaboraram para que nas últimas 4 décadas a cidade crescesse significativamente. Percentualmente, essa taxa de crescimento da população entre 1991 a 2010 foi de 28,9%.

Para os aspectos da faixa etária e gênero, os dados mostram um processo ainda lento de envelhecimento da população quando se compara as pirâmides etárias entre os anos 2000 e 2010 do Estado da Bahia (Figura 8.3-20 e Figura 8.3-21).

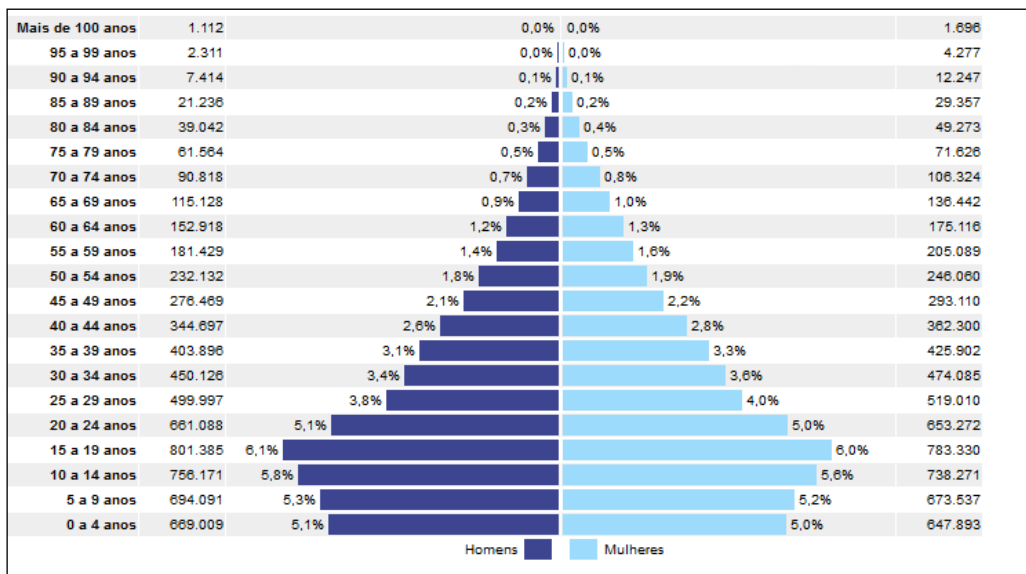


Figura 8.3-20. Pirâmide etária do Estado da Bahia com base no Censo 2000 (Fonte: IBGE, 2000).

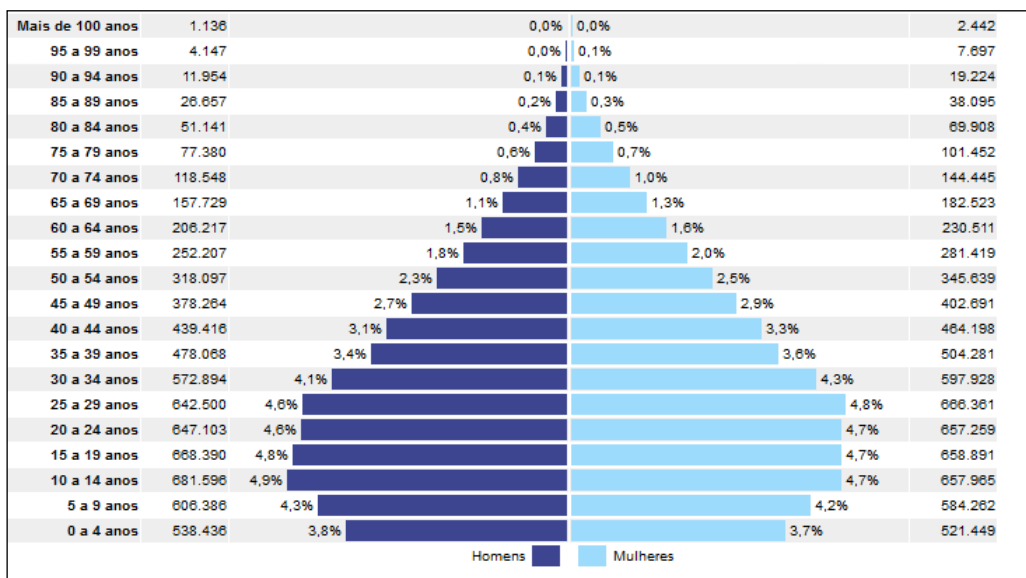


Figura 8.3-21. Pirâmide etária do Estado da Bahia com base no Censo 2010 (Fonte: IBGE, 2000).

Esse envelhecimento populacional traz à tona alguns problemas, sejam eles presentes ou futuros. Com o envelhecimento, o número de pessoas que alcançam cada vez mais taxas elevadas de expectativas de vida, termina por necessitar de políticas específicas para esse nicho da população principalmente no setor de saúde.

Há uma concentração da população entre os 10 até os 29 anos. A esse quadro, os investimentos em educação de qualidade se fazem necessário para que as demandas voltadas para formação de mão de obra e educação possam ser supridas. Ao mesmo tempo, essas pessoas irão criar enorme pressão com expectativas de empregos e que só pode ser atendida com expansão contínua da atividade econômica. Outro fator interessante ao se examinar as pirâmides etárias entre os anos 2000 e 2010,

é que o estreitamento da base também pode ser uma consequência da ampliação dos serviços públicos a nível municipal e informações trabalhadas para um planejamento familiar e controle de natalidade via políticas públicas, ainda que seja abaixo do ideal (Figura 8.3-22 a Figura 8.3-29).

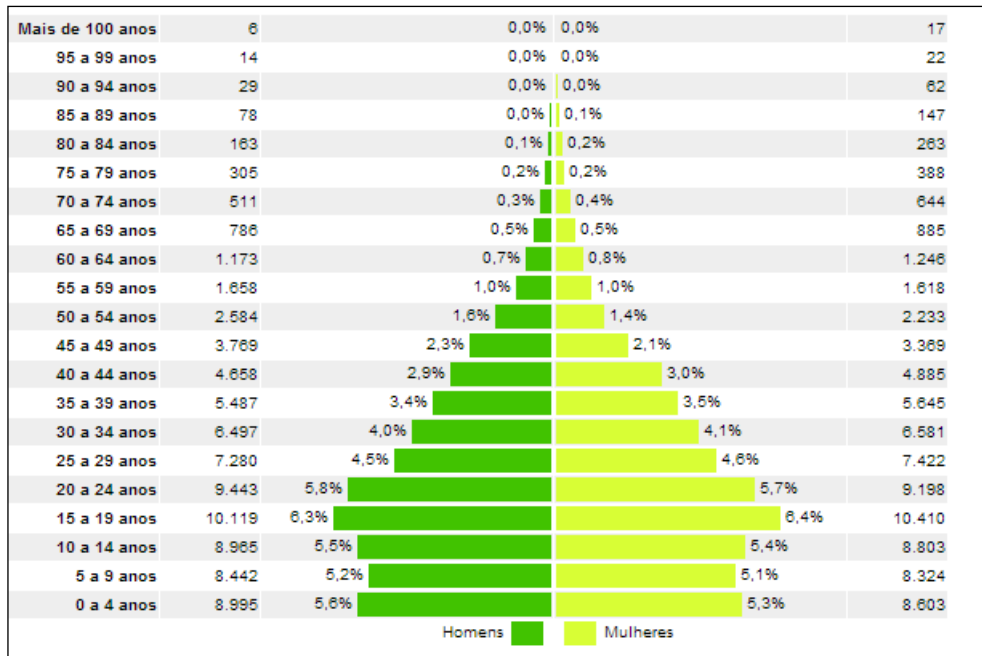


Figura 8.3-22. Pirâmide etária de Camaçari com base no Censo 2000 (Fonte: IBGE, 2000).

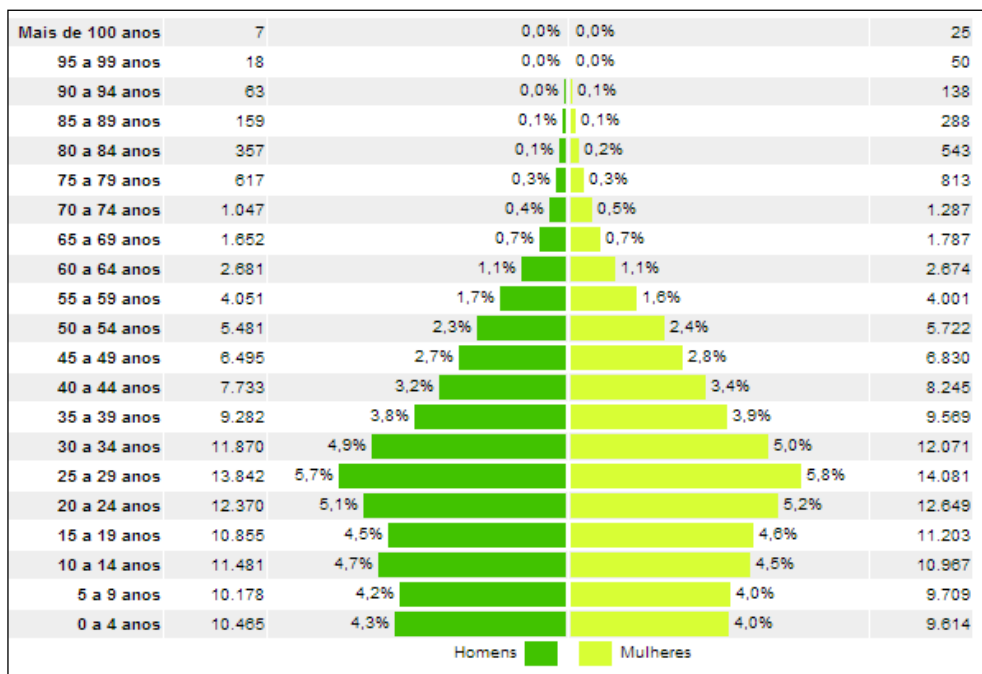


Figura 8.3-23. Pirâmide etária de Camaçari com base no Censo 2010 (Fonte: IBGE, 2010).

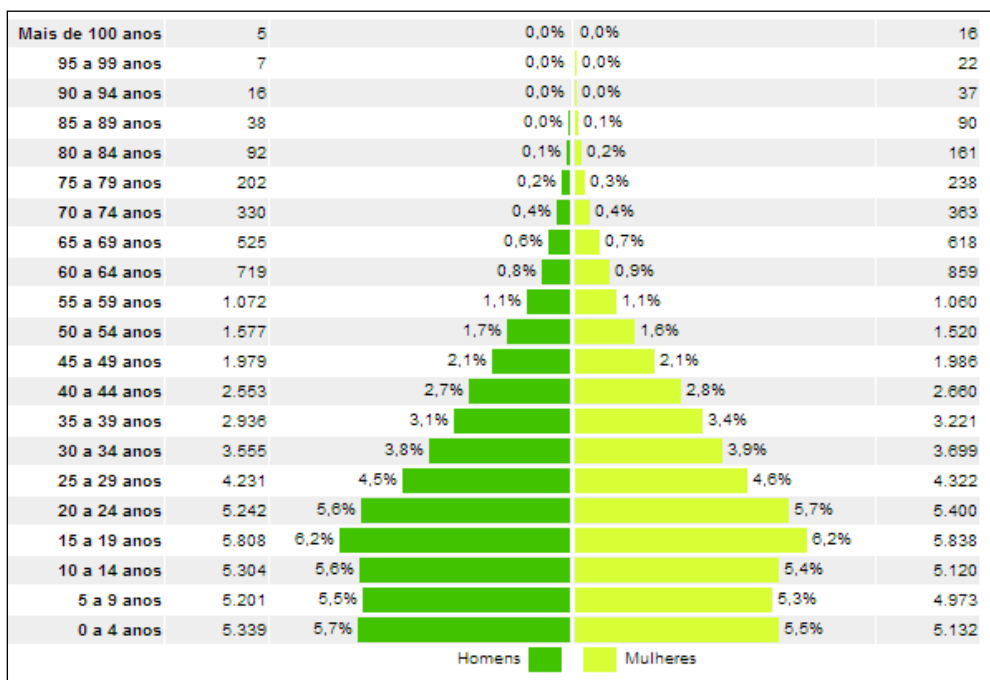


Figura 8.3-24. Pirâmide etária de Simões Filho com base no Censo 2000 (Fonte: IBGE, 2000).

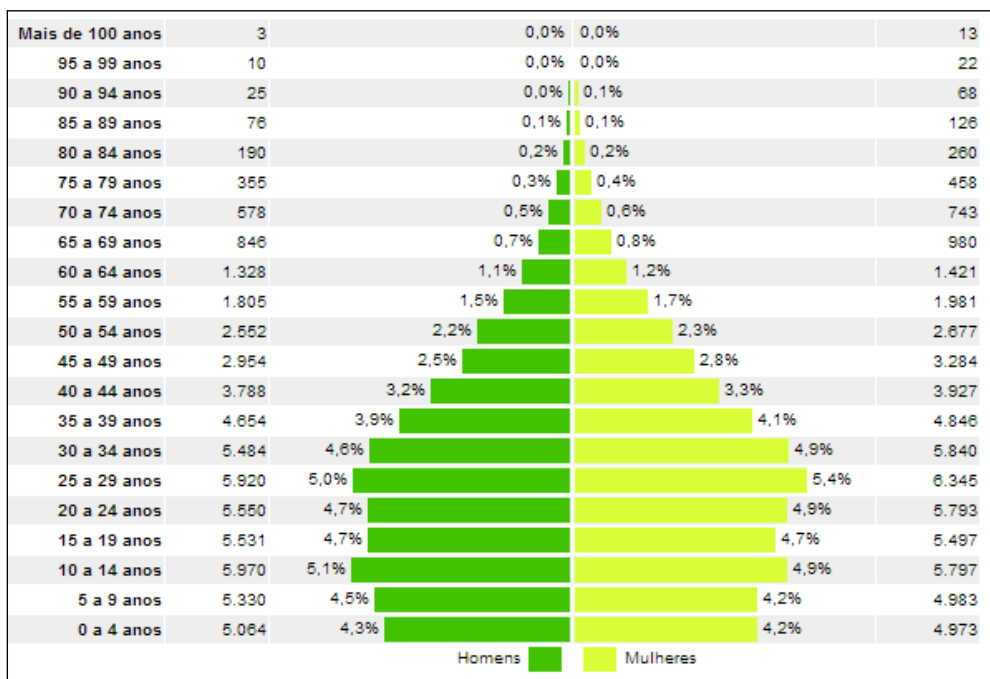


Figura 8.3-25. Pirâmide etária de Simões Filho com base no Censo 2010 (Fonte: IBGE, 2010).

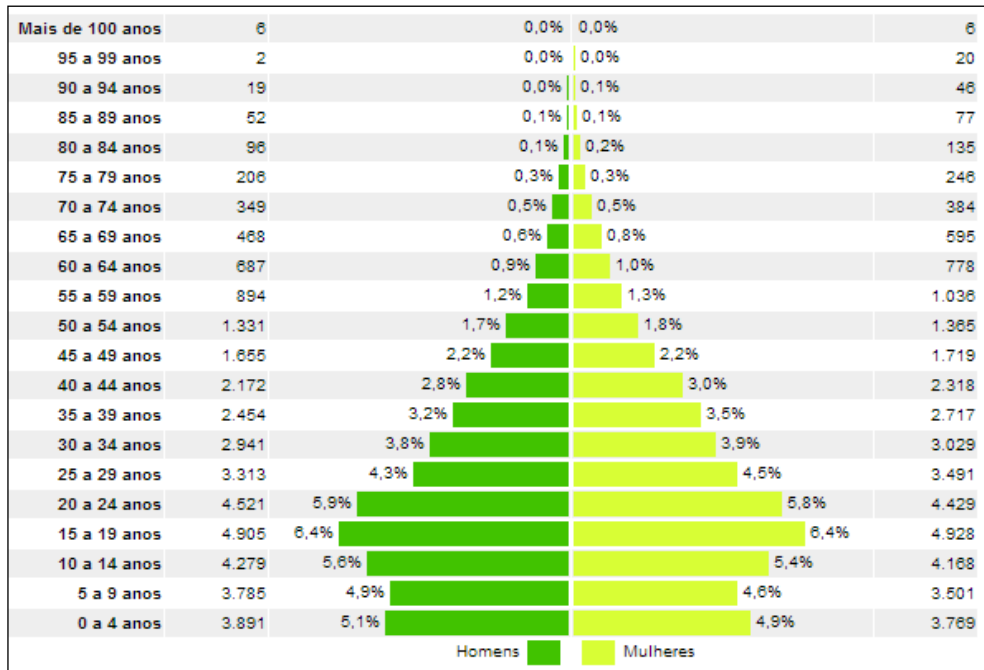


Figura 8.3-26. Pirâmide etária de Candeias com base no Censo 2000 (Fonte: IBGE, 2000).

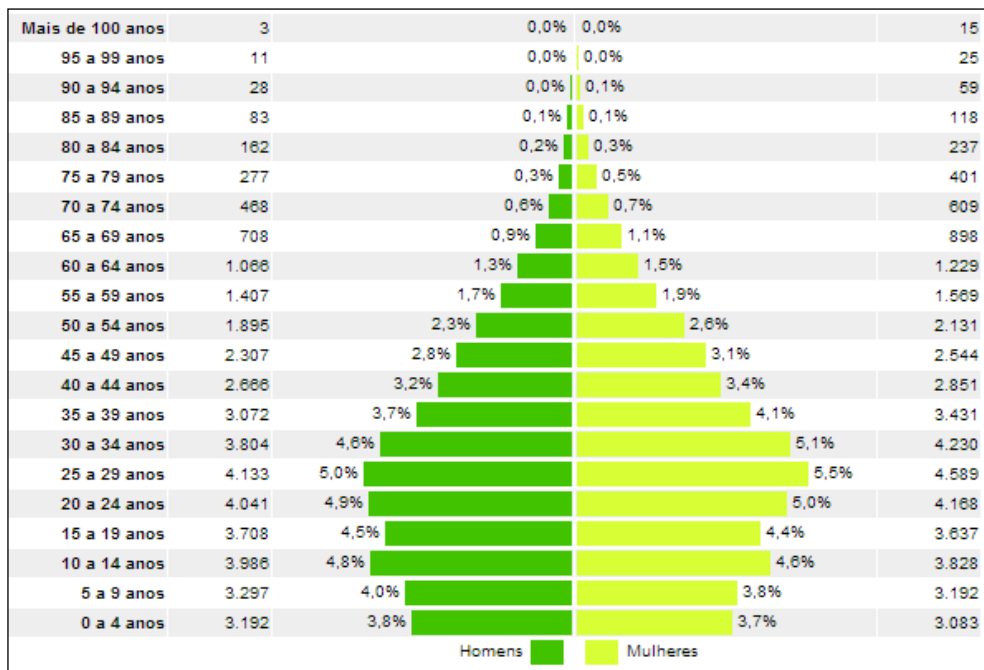


Figura 8.3-27. Pirâmide etária de Candeias com base no Censo 2010 (Fonte: IBGE, 2010).

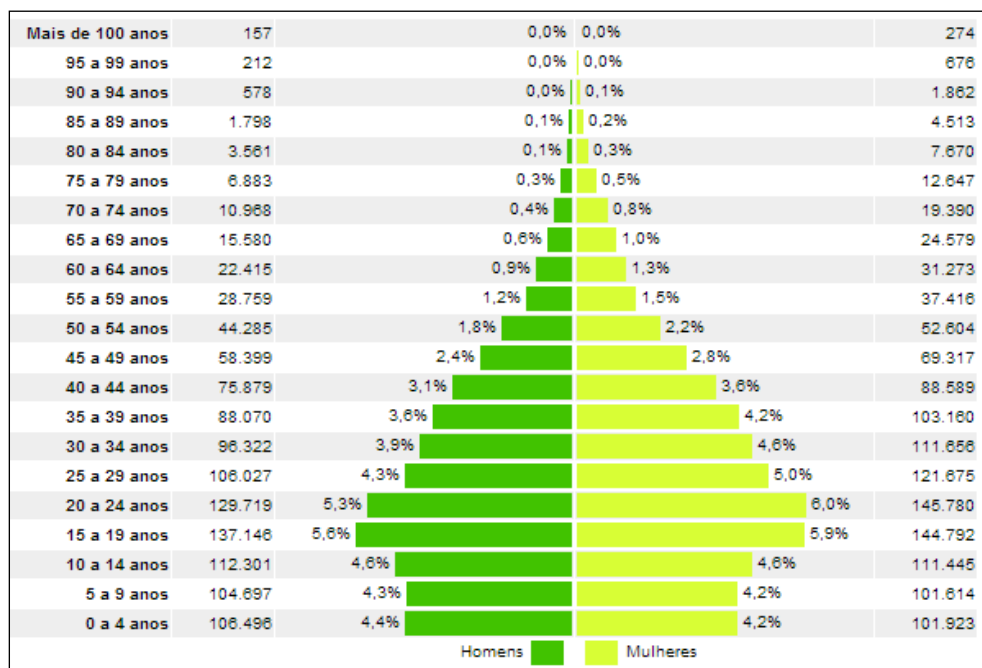


Figura 8.3-28. Pirâmide etária de Salvador com base no Censo 2000 (Fonte: IBGE, 2010).

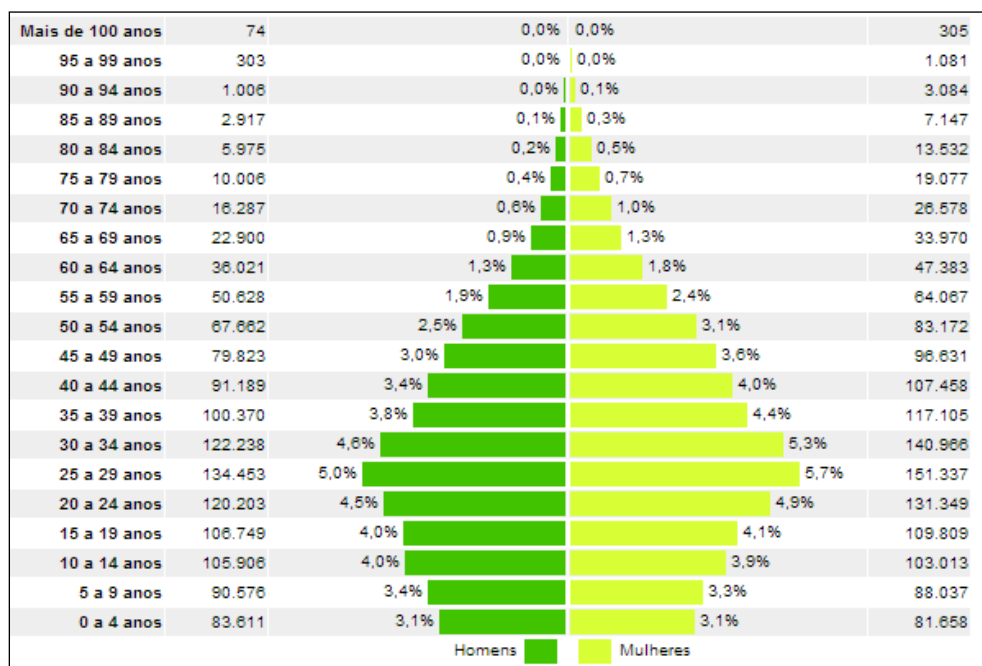


Figura 8.3-29. Pirâmide etária de Salvador com base no Censo 2010 (Fonte: IBGE, 2010).

Para os que estão acima dos 60 anos, o outro impacto se dá sobre os recursos previdenciários, onde, segundo GIAMBIAGI (2010), mostra que despesas com benefícios do INSS seguem de forma crescente e as contribuições apresentam certa irregularidade.

Essa situação sob a ótica demográfica cujos países com população mais envelhecida, também é conhecida como bônus demográfico. Em síntese, trata-se de um período no qual a população

economicamente ativa supera largamente a de dependentes, composta por idosos e crianças. É uma condição propícia ao desenvolvimento de uma economia. O Brasil do início do século 21 passa por uma combinação entre uma estrutura demográfica e uma estrutura social que realçam uma proporção da população em idade em que o retorno social e econômico das pessoas é maior.

O país chegou ao bônus demográfico porque a taxa de natalidade caiu fortemente a partir do fim dos anos 70, em uma velocidade maior do que diminuiu a taxa de mortalidade. Ou seja, com o passar dos anos, a soma de idosos e crianças se tornou bem menor do que o total de pessoas na ativa.

Na AID, a Tabela 8.3-2 mostra a distribuição da população das principais comunidades pesquisadas para o diagnóstico:

Tabela 8.3-2. População na AID segundo Censo 2010 do IBGE.

Distrito/Subdistrito/Comunidade	População			
	Total	Homens	Mulheres	Município
Caboto	1.844	920	924	Candeias
Ilha de Maré	6.434	3.298	3.136	Salvador
Passagem dos Teixeiras	3.256	1.610	1.646	Candeias
Passé	3.008	1.428	1.480	Candeias
Boca do Rio	18	10	8	Candeias
Mapele*	4.595	2.376	2.219	Simões Filho
Total	15.895	7.256	7.186	

*Os seguintes setores censitários foram utilizados para delimitar a comunidade: 293070905000095, 293070905000096, 293070905000097, 293070905000098 e 293070905000101.

A AID registrava um total de 15.985 moradores. A maior população residia na Ilha de Maré, considerada um subdistrito de Salvador, com 6.434 habitantes. O segundo maior distrito era Passagem dos Teixeiras, pertencente ao município de Candeias e que contava com 3.256 habitantes. Exceto Ilha de Maré, todas essas comunidades foram produtos de ocupações humanas as margens da Baía de Aratu e que foram paulatinamente crescendo com as modificações econômicas da região e como solução para moradias mais baratas do que as das sedes municipais.

No distrito de Caboto, o Censo 2010 do IBGE revelou um quantitativo populacional de 1.844 moradores, sendo 920 do sexo masculino e 924 do gênero feminino (Tabela 8.3-3). O Censo 2010 do IBGE apurou que o distrito de Passé contava com um maior quantitativo de indivíduos do gênero feminino, 1.528. Os habitantes do distrito do gênero feminino somaram 1.480 pessoas (Tabela 8.3-2).

Em Passagem dos Teixeiras, o gênero feminino apresentava predominância com cerca de 1.649 pessoas, enquanto o gênero masculino totalizava 1.610 moradores (Tabela 8.3-2). De acordo com os dados do IBGE, o subdistrito de Salvador, Ilha de Maré, tinha na composição da sua população, um

público masculino, com 3.298 pessoas, que representava 51,2% do total. O gênero feminino totalizou 48,8% do contingente populacional, ou 3.136 pessoas (Tabela 8.3-2). A comunidade de Mapele, de acordo com os setores censitários do IBGE que compõe a sua delimitação, a população total era de 4.595 pessoas, sendo composta por 2.376 homens e 2.219 mulheres (Tabela 8.3-2). Por fim, na comunidade da Boca do Rio eram 8 mulheres e 10 homens.

As projeções demográficas são importantes indicadores não apenas para a ocupação da população no território, mas permitem gerar subsídios importantes para a montagem de estratégias de médio e longo prazo quanto às questões ligadas a saúde, educação, transporte, trabalho, entre outros itens.

Para o quadro específico do píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem, a projeção demográfica aqui simulada, é um importante indicativo quanto aos processos que podem vir a ser estabelecidos no futuro na medida em que novas dinâmicas econômicas regionais podem provocar aumento ou diminuição da população do município.

A simulação demonstrada na Tabela 8.3-3 e na Figura 8.3-30 tem por base as taxas indicativas estabelecidas pelo IBGE de acordo com os resultados intercensos da última década. Antes de se analisar essas projeções, é importante ressaltar que os resultados podem ser modificados ao longo do tempo quando da ocorrência de fatores não previstos na esfera municipal ou regional.

Tabela 8.3-3. Simulação de crescimento para o Estado da Bahia e os municípios da AII (Fonte: Bourscheid, 2013).

Estado/Município	Ano			
	2015	2020	2025	2030
Bahia	14.680.928	15.376.407	16.104.834	16.867.768
Camaçari	297.748	364.876	447.138	547.946
Candeias	86.025	89.079	92.240	95.514
Salvador	2.800.401	2.930.159	3.065.930	3.207.992
Simões Filho	132.261	148.147	166.031	186.023

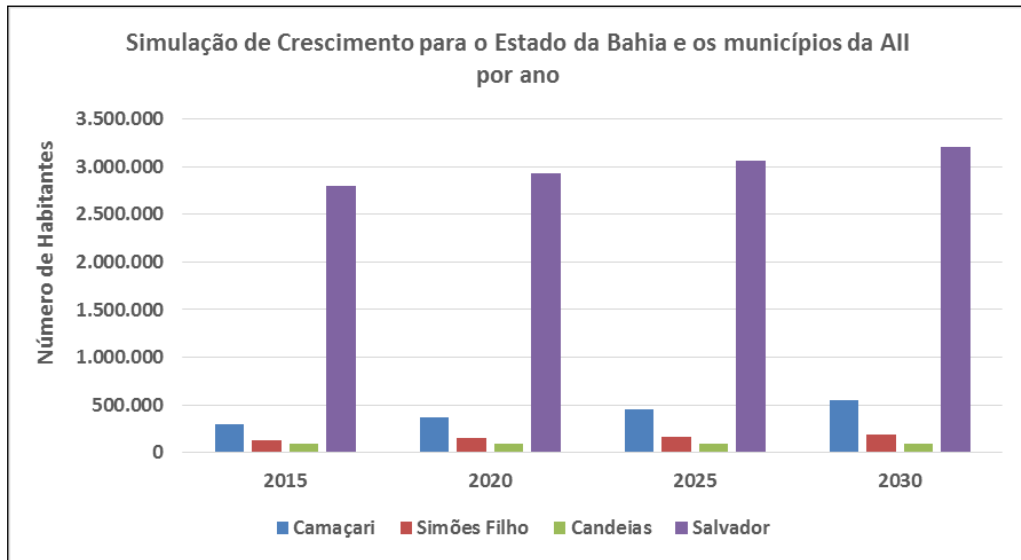


Figura 8.3-30. Simulação de crescimento para o Estado da Bahia e os municípios da AII (Fonte: Bourscheid, 2013).

As projeções levaram em consideração um horizonte de até 20 anos para o Estado, e para os municípios da área de influência. O Estado da Bahia, no ano de 2030, utilizando uma taxa de 0,7% alcançaria uma população de 16.867.768 habitantes. O município de Camaçari atingiria uma população total de 364.876 no ano de 2020, 447.138 em 2025 e de 547.946 habitantes em 2030, com a taxa de 4,15% de crescimento ao ano. Simões Filho em 2030 registraria uma população de 186.023, ou seja, um crescimento mais baixo frente aos números do município de Camaçari. O município de Candeias também registraria crescimento nos anos simulados, mas em velocidade menor. Em 2015, a população atingiria um total de 86.025 pessoas, chegando a 95.514 pessoas em 2030. Salvador, em 2030, segundo as projeções atingiria uma população de mais de 3,2 milhões de pessoas.

Adotando as mesmas taxas de crescimento dos respectivos municípios aos quais pertencem, a projeção demográfica das comunidades da AID teria a seguinte simulação segundo a Tabela 8.3-4:

Tabela 8.3-4. Simulação de crescimento para as comunidades na AID (Fonte: Bourscheid, 2014).

Estado / Município	Ano			
	2015	2020	2025	2030
Caboto	1.918	1.996	2.078	2.162
Ilha de Maré	6.732	7.044	7.370	7.711
Passagem dos Teixeiras	3.388	3.526	3.669	3.818
Passé	3.130	3.257	3.389	3.527
Mapele	5.148	5.768	6.462	7.240

A comunidade da Boca do Rio não foi considerada devido às sérias limitações a seus moradores por se encontrarem vizinhos a área industrial do Porto de Aratu. Ao contrário, a comunidade já apresentou declínio devido aos processos de desapropriação, restando apenas uma parcela pequena do mesmo clã. Os municípios da área de influência apresentam uma formação da pirâmide etária muito semelhante ao quadro da Bahia entre os anos de 2000 e 2010.

Para a distribuição de idade e sexo, os conceitos demográficos caracterizam que a estrutura de uma população está expressa por esses fatores. A denominada população aberta é influenciada não somente por esses fatores como também as condições de migração e emigração. Entretanto, dificilmente é possível perceber em grande escala a contribuição dos fluxos migratórios, estando às taxas de mortalidade e fecundidades mais presentes na influência da composição populacional:

É que os níveis de fecundidade estabelecem o tamanho das novas gerações que vão se formando e os níveis de mortalidade demarcam as possibilidades de sobrevivência dos indivíduos de diferentes gerações, até idades mais avançadas. Os movimentos de imigração ou de emigração, por seu turno, costumam acentuar ou arrefecer a influência de tais fatores tanto sobre o ritmo de crescimento, quanto sobre a composição por idade e sexo (CODEBA, 2012).

Utilizando os micro dados do Censo 2010 do IBGE, a distribuição por faixa etária em Caboto mostrava que a composição populacional do distrito por faixa etária mostra a predominância de duas classes de idade com 10,7% em ambos os casos: 10 a 14 anos e 25 a 29 anos. A soma das quatro primeiras faixas, entre 00 até 19 anos, representa porção significativa do contingente da população de Caboto: 37,1%. O segmento da população classificado como idoso já representava segundo os dados do censo, 7,7% da população (Figura 8.3-31).

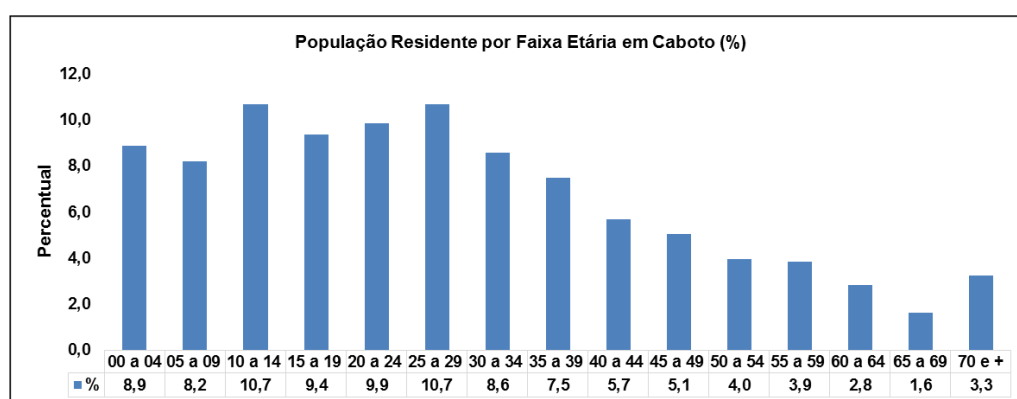


Figura 8.3-31. População residente por faixa etária em Caboto (%) (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).

A Figura 8.3-32 mostra que os setores etários da população do distrito ainda são compostos por mais de 1/3 de jovens, ou seja, aqueles que estão inseridos entre as faixas de zero até 19 anos. É nesse

segmento onde foi contabilizada pelo Censo do IBGE a faixa etária com maior participação na população, ou seja, a faixa etária de 10 a 14 anos com 10,8%.

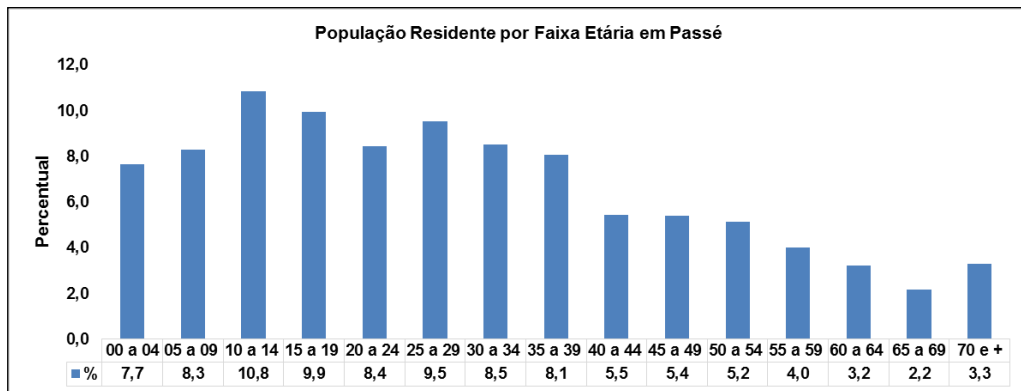


Figura 8.3-32. População residente por faixa etária em Passé (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).

A população acima de 60 anos de idade no distrito de Passé, representou 8,7% do total de moradores.

Na Figura 8.3-33 a seguir, a composição populacional do distrito por faixa etária mostra a predominância de duas classes de idade, uma com 10,23% (20 a 24 anos) e outra com 11,09% (25 a 29 anos). A soma das quatro primeiras faixas, entre zero até 19 anos, representa porção significativa do contingente da população de Passagem dos Teixeiras de 34,95%. O segmento da população classificado como idoso já representava segundo os dados do censo, 8,39% da população.

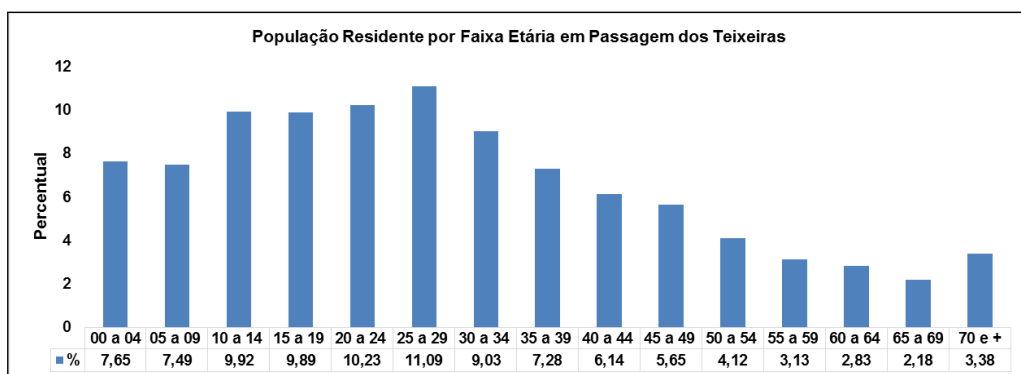


Figura 8.3-33. População residente por faixa etária em Passagem dos Teixeiras (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).

A formação etária da população no Subdistrito da Ilha de Maré mostra que diferente das demais comunidades analisadas de Candeias, a base daqueles que estão entre zero até 19 anos, representavam 31,98% do total de habitantes (Figura 8.3-34).

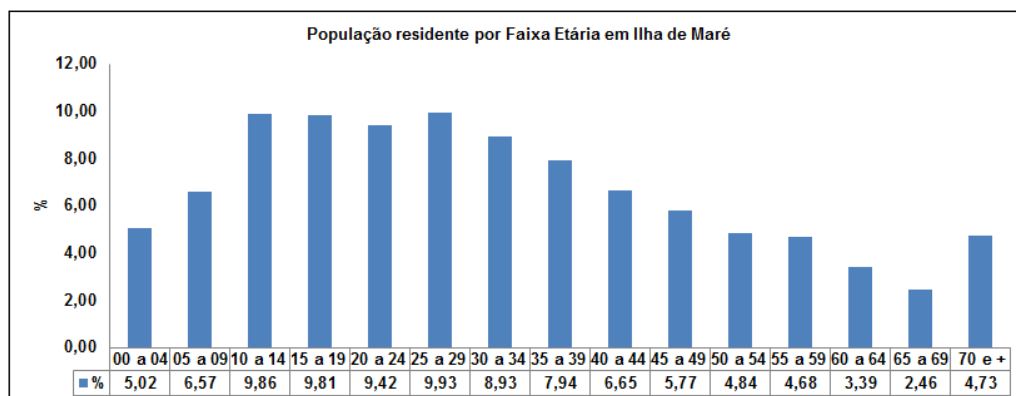


Figura 8.3-34. População residente por faixa etária em Ilha de Maré (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).

A faixa etária mais representativa na composição da população era representada por aqueles com 25 a 29 anos de idade: 9,93%. A população acima de 60 anos de idade em Ilha de Maré, representou 10,58% do total de moradores da área analisada, ou seja, percentual mais elevado dentre todas as comunidades. Considerando as faixas de 0 até 19 anos, Mapele possuía sob a ótica demográfica, uma das maiores bases, cuja população representava segundo o Censo 2010 do IBGE, 40,5% do total.

Em Mapele, a maior concentração da população estava inserida na faixa etária de 10 a 14 anos (11,2%). As maiores faixas etária da população do distrito – a partir dos 60 anos ou mais – representaram 7,4% do total da população (Figura 8.3-35).

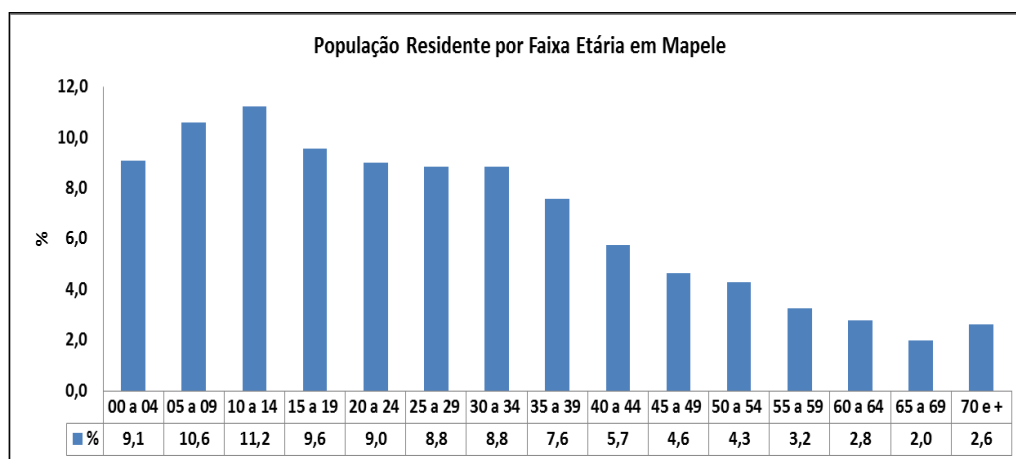


Figura 8.3-35. População residente por faixa etária em Mapele (Fonte: IBGE, 2010).

Em Boca do Rio, a maior concentração da população estava inserida na faixa etária de 30 a 34 anos (27,78%). As maiores faixas etária da população da comunidade – a partir dos 60 anos ou mais – representaram 5,6% do total da população (Figura 8.3-36).

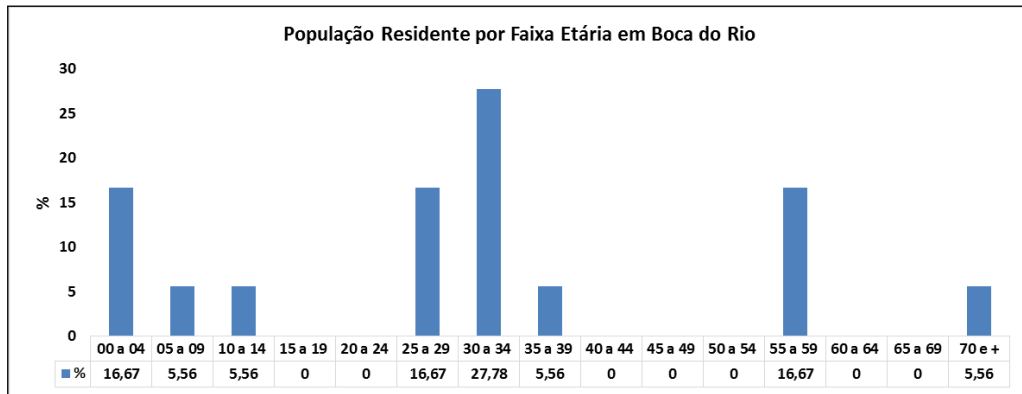


Figura 8.3-36. População residente por faixa etária em Boca do Rio (Fonte: IBGE, 2010).

De acordo com os dados do IBGE (2010), há um predomínio do gênero feminino no Estado da Bahia. A população masculina no Estado no setor urbano é de 4.840.611 contra 5.261.185 mulheres. Na zona rural no Estado ocorre a inversão do fenômeno, onde há um total de 1.876.775 mulheres, enquanto a população masculina alcança 2.037.665 pessoas. De acordo com a Tabela 8.3-5, tal situação permanece nos municípios da área de influência indireta.

Tabela 8.3-5. População urbana e rural por gênero para o estado e municípios da área de influência (Fonte: IBGE, 2010).

Estado/Município	População Urbana e Rural			
	Homem		Mulher	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Bahia	4.840.611	2.037.665	5.261.185	1.876.775
Camaçari	114.874	5.830	117.099	5.167
Candeias	36.606	3.708	39.388	3.456
Salvador	1.248.513	384	1.426.410	349
Simões Filho	51.624	6.389	54.187	5.847

Em Camaçari, há um predomínio da população urbana feminina (117.099 mulheres), enquanto na zona rural o gênero masculino se destaca com 5.830 pessoas contra 5.167 de mulheres. Em Candeias, a população feminina é representada com 39.388 indivíduos na zona urbana, contra 36.606 indivíduos do gênero masculino. No setor rural, há uma predominância do número de homens em relação às mulheres. O município de Simões Filho não difere desse processo, onde a população de homens na zona urbana e rural é de respectivamente 51.624 e 6.389 pessoas, enquanto a população de mulheres alcançava 54.187 pessoas no quadro urbano e 5.847 indivíduos no quadro rural. O território rural do município de Salvador praticamente esgotou-se ao longo dos anos com o crescimento da população, e por isso, a sua participação no contexto geral é ínfima. O destaque

quanto a divisão de gênero é a diferença de quase 200 mil mulheres frente ao número total de moradores do sexo masculino que totaliza segundo o Censo 2010 do IBGE, 1.248.513 pessoas.

Na Figura 8.3-37, é possível avaliar as dimensões dessa distribuição quanto ao gênero e localização frente ao total do município e para o Estado da Bahia em percentual.

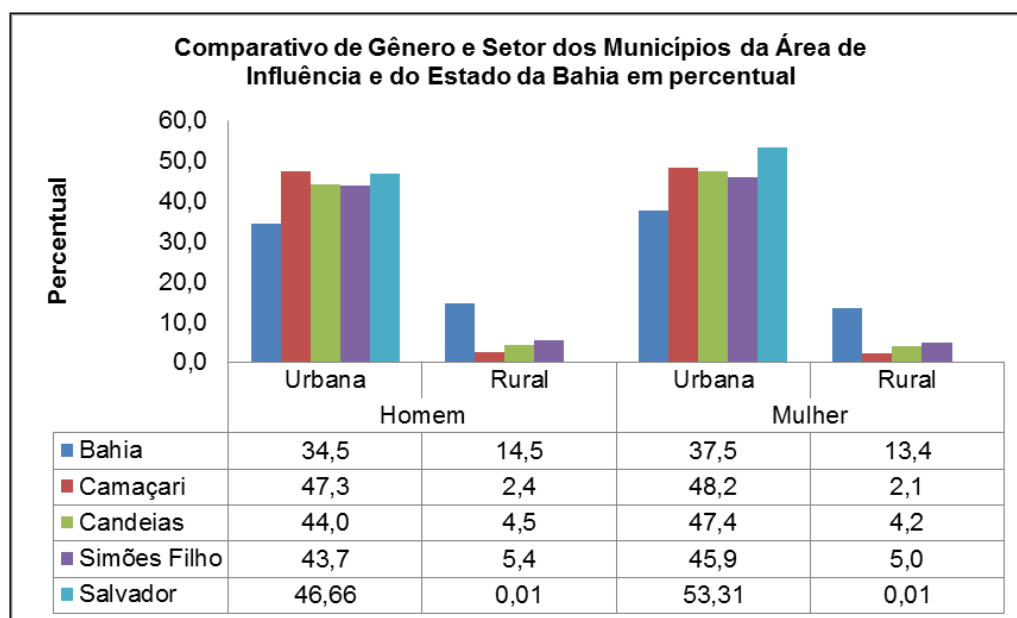


Figura 8.3-37. Distribuição de gênero e setor dos municípios da área de influência e do Estado da Bahia (%) (Fonte: Compilação com base nos dados do Censo IBGE, 2010).

Conforme se nota na figura acima, o gênero masculino da zona urbana em Camaçari representa um total de 47,3% da sua população. Já o gênero feminino, 48,2%. Em Simões Filho, o gênero masculino na zona urbana representava 43,7% da sua população, enquanto o gênero feminino, 45,9%. No setor rural, o quantitativo de homens predominava com 5,4% frente ao universo feminino neste mesmo setor que contava com 5,0%. No município de Candeias, o gênero masculino representava 49,1% da população, sendo que 43,7% estava localizado no setor urbano. O total de mulheres em Candeias equivalia a 50,9% da população geral, e assim como o gênero masculino, é no setor urbano que predomina a maior concentração com 45,9%. Em Salvador, os gêneros masculinos e femininos no setor rural não alcançam 0,5% do total de habitantes do município.

Outro fator contributivo para dinâmica populacional de um lugar pode estar associado quanto ao fluxo migratório. As causas para o seu acontecimento podem estar associadas a inúmeros fatores, mas ultimamente, parte desse fenômeno na história da área de influência ocorre com novas dinâmicas econômicas municipais ao longo dos últimos anos principalmente com a introdução de grandes empreendimentos, como a instalação do Polo Petroquímico na década de 70 e a fábrica da Ford Motor Company LTDA em Camaçari a partir do ano 2000, e mais antigamente, a presença do

Centro Industrial de Aratu (CIA) em Simões Filho. Ou seja, o desenvolvimento industrial que passou a ocupar os espaços fora da metrópole principal do Estado. Por outro lado, o crescimento de Salvador decorre da atração de uma população interiorana com vistas a oportunidades de serviços no setor terciário e das próprias condições quanto a disponibilidade da infraestrutura de saúde, educação, etc.

Dados recentes do Censo 2010 do IBGE mostram que havia um total de 190.016 pessoas que residiam de forma distribuída nos municípios da área de influência indireta de maneira ininterrupta a menos de 10 anos, conforme a Tabela 8.3-6 demonstra:

Tabela 8.3-6. Pessoas que residiam há menos de 10 anos ininterruptos no município da Área de Influência (Fonte: IBGE, 2010).

Municípios	Pessoas que residiam há menos de 10 anos ininterruptos no município				
	Total	Tempo ininterrupto de residência no município (anos)			
		< de 1	1 a 2	3 a 5	6 a 9
Camaçari	70 640	10 861	18 213	21 439	20 127
Candeias	9.736	1.537	2.946	2.809	2.444
Salvador	83.623	12.857	20.147	26.812	23.807
Simões Filho	26 017	3 372	6 587	8 666	7 391

Salvador registrou o maior contingente de pessoas nessa situação, representando cerca de 44%% do total. O município de Candeias registrou uma quantidade total de 9.736 pessoas que residiam na localidade de forma ininterrupta em menos de 10 anos representando 5,1%% do total (Figura 8.3-38). Camaçari talvez seja o município que chama mais atenção quanto ao efeito da migração, pois o contingente de pessoas alcança patamares tão alto quanto os de Salvador (37,1% do total), impulsionando dessa forma, as elevadas taxas de crescimento nas últimas décadas com mais de 4% ao ano. Essa tendência deverá permanecer, pois novos projetos na área química e automobilística estão previstos para serem implantados no município.

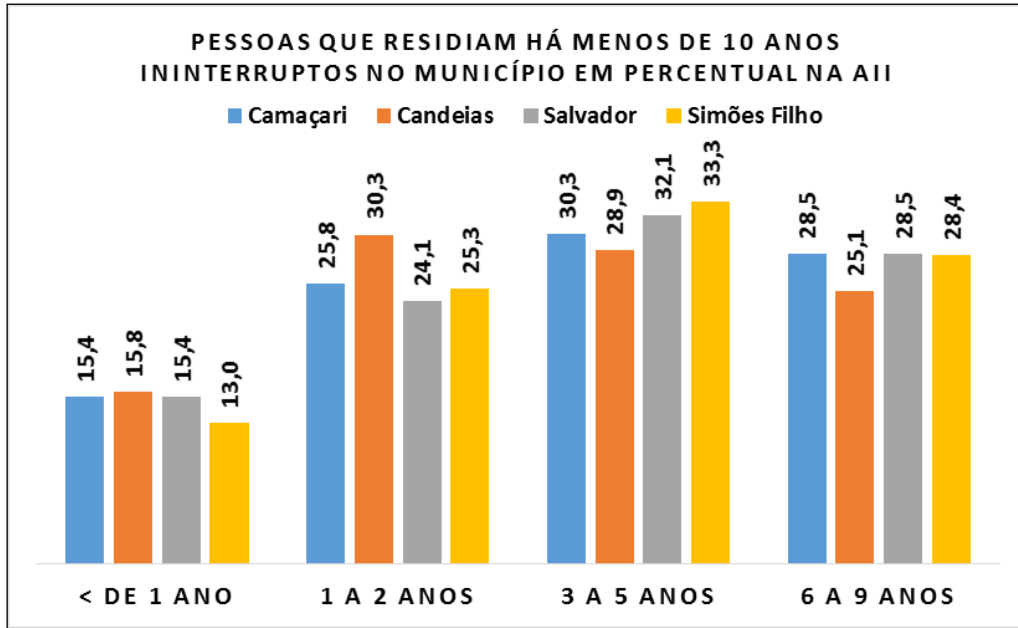


Figura 8.3-38. Percentual de residentes nos municípios.

Para a AID, serão considerados aqueles dados relativos à aplicação dos questionários junto à população de pescadores e pescadoras artesanais:

Mapele

Sobre os aspectos de migração ou moradia na referida comunidade, o levantamento mostrou que 75% dos chefes de família já residiam na localidade a mais de 20 anos, 8% reside na comunidade de 1 a 3 anos. Percentual semelhante foi registrado para aqueles que moram em Mapele (8%) entre 4 a 6 anos. Aqueles que já moram na comunidade entre 7 até 19 anos totalizaram 9% (Figura 8.3-39). O processo de imigração registrado junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Mapele demonstram que 23% dos chefes de família eram originários de outro município (Figura 8.3-40), enquanto 75% sempre moraram no local. Apenas 2% deles vieram de outra parte do município de Simões Filho ou de outro Estado.

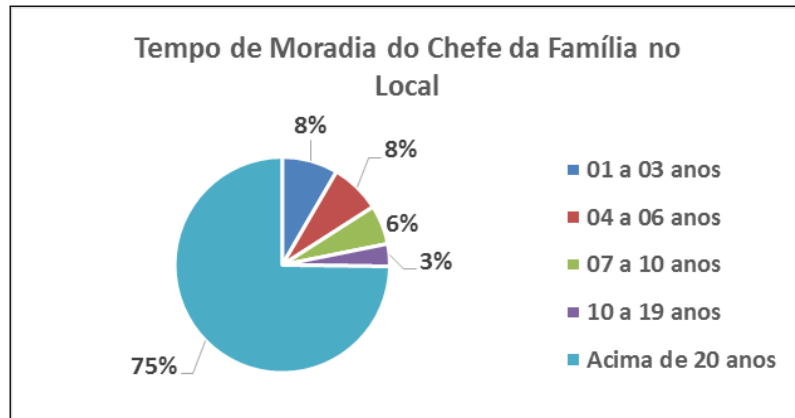


Figura 8.3-39. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

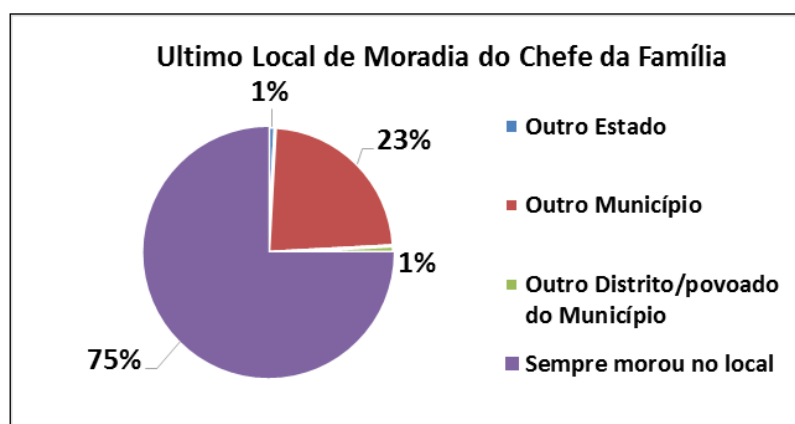


Figura 8.3-40. Ultimo local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aqueles que não eram originários da comunidade, uma quantidade significativa dessas pessoas migrou de outros bairros de Salvador, geograficamente localizados nas áreas periféricas, destacando-se o bairro de Periperi em Salvador com 17% e o bairro de Plataforma, também em Salvador, com o mesmo percentual. Do total dos chefes de família, 8% vieram da Ilha de Maré, 8% do município de Candeias e 8% vieram de outro Estado, Sergipe (Figura 8.3-41).

A relação com parentes locais foi o principal motivador para a migração para Mapele, segundo 36% dos chefes de família. A busca de trabalho e a constituição de família somaram 50% das razões para a mudança do Chefe de Família (Figura 8.3-42).

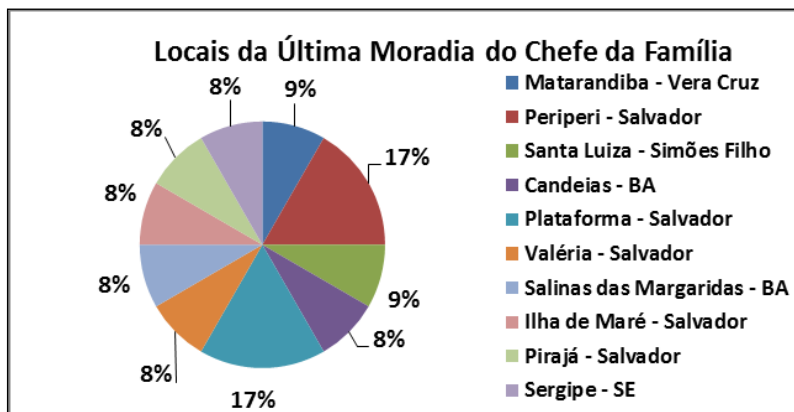


Figura 8.3-41. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

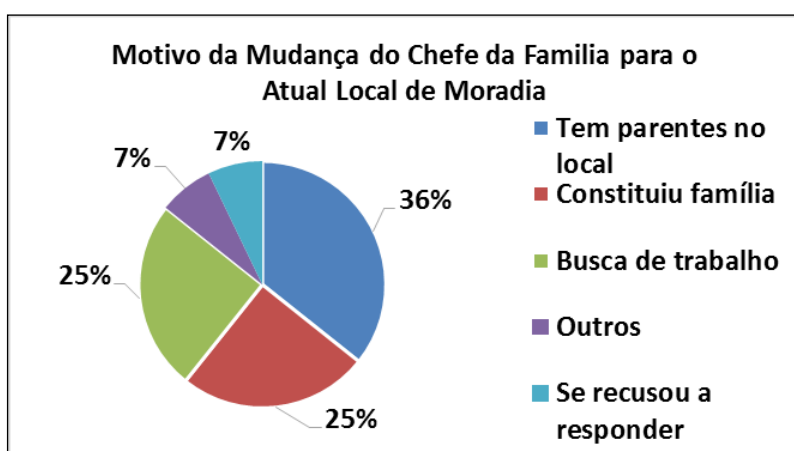


Figura 8.3-42. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passé

O levantamento mostrou que 72% dos chefes de família já residiam na localidade a mais de 20 anos, 2% residiam na comunidade entre 1 a 3 anos. Percentual de 3% foi registrado para aqueles que moram em Passé entre 4 a 6 anos. Aqueles que já moram na comunidade entre 7 até 19 anos totalizaram 21% (Figura 8.3-43). O processo de migração registrado junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Passé demonstram que 28% dos chefes de família eram originários de outro município (Figura 8.3-44).

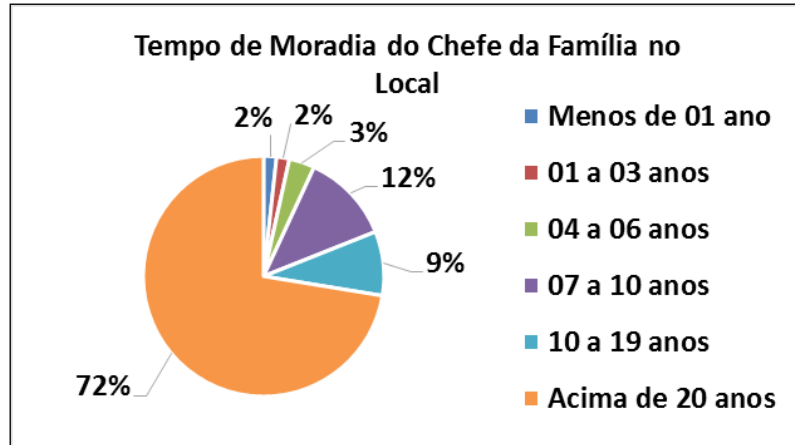


Figura 8.3-43. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

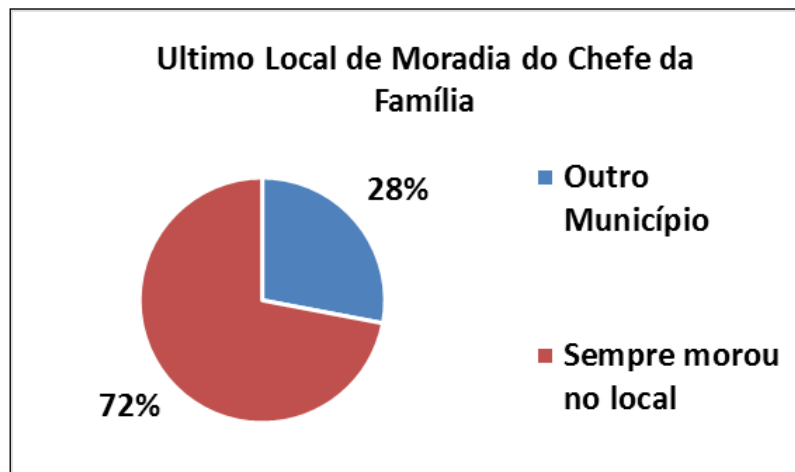


Figura 8.3-44. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quantidade significativa das pessoas são originárias de Salvador, ou seja, 80% (Figura 8.3-45). A relação com parentes locais foi o principal motivador para a migração para Passé, segundo 34% dos chefes de família. A constituição de família representou 33% das razões para a mudança do Chefe de Família (Figura 8.3-46).

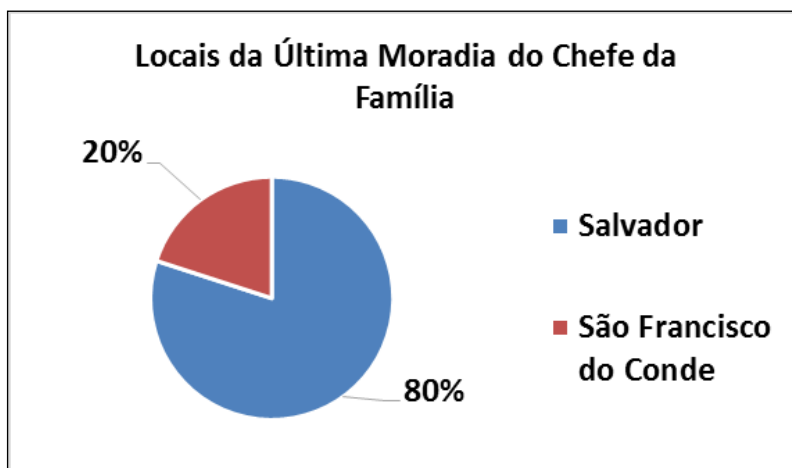


Figura 8.3-45. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

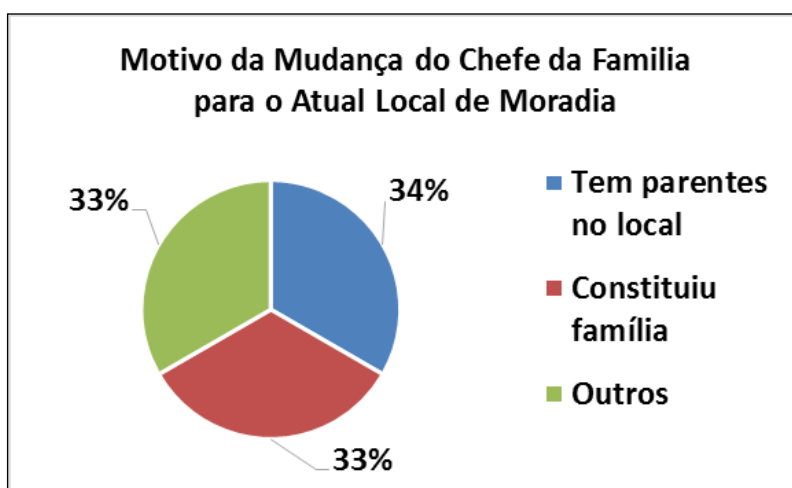


Figura 8.3-46. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Caboto

Sobre os aspectos de migração ou moradia na referida comunidade, o levantamento mostrou que 72% dos chefes de família já residiam na localidade a mais de 20 anos, 6% residem na comunidade de 1 a 3 anos. Percentual semelhante foi registrado para aqueles que moram em Caboto (6%) entre 7 a 10 anos. Aqueles que já moram na comunidade entre 7 até 19 anos totalizaram 14% (Figura 8.3-47). O processo de migração registrado junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Caboto demonstram que 14% dos chefes de família eram originários de outro município (Figura 8.3-48).

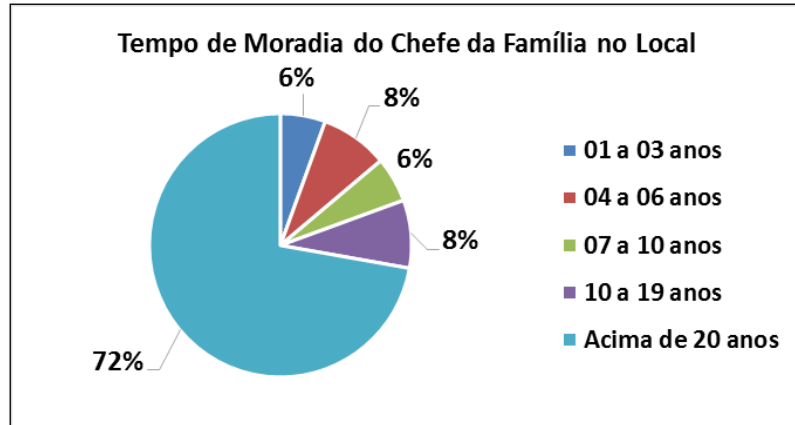


Figura 8.3-47. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

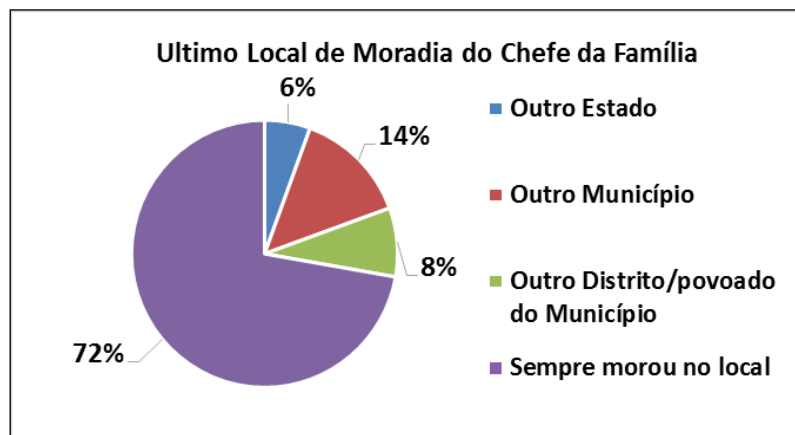


Figura 8.3-48. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Do total dos chefes de família que não são originários da comunidade, 29% vieram de Alagoas, 29% de Salvador e 14% de São Roque do Paraguaçu (Figura 8.3-49). A relação com parentes locais e a busca por trabalho foram os principais motivadores para a migração para Caboto, segundo 80% dos chefes de família (Figura 8.3-50).

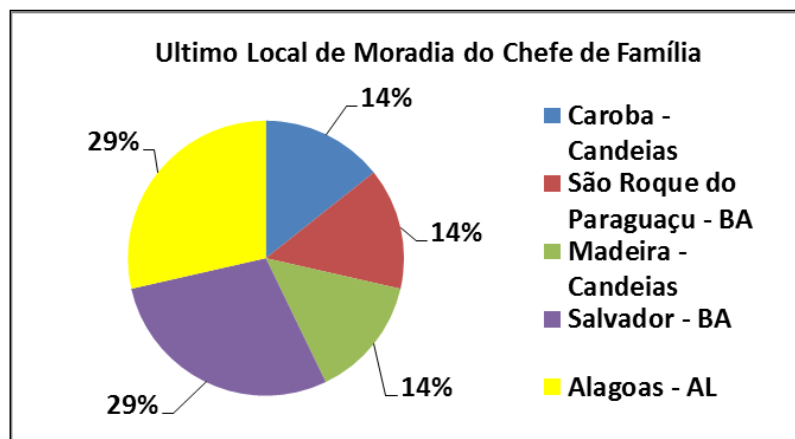


Figura 8.3-49. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

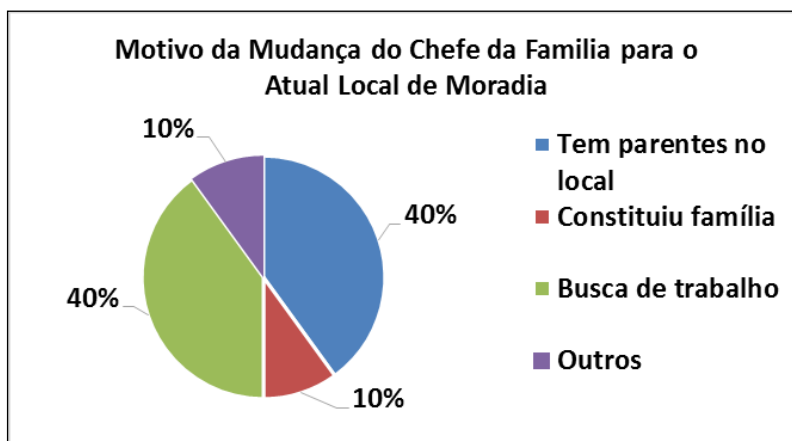


Figura 8.3-50. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

Sobre os aspectos de migração ou moradia na referida comunidade, o levantamento mostrou que 97% dos chefes de família já residiam na localidade a mais de 20 anos, 3% residiam na comunidade de 10 a 19 anos (Figura 8.3-51). O processo de migração registrado junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré demonstram que apenas 1% deles vieram de outro município (Figura 8.3-52).

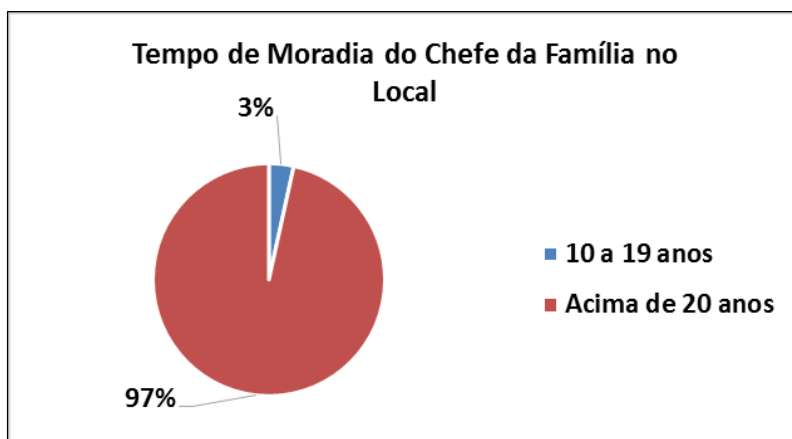


Figura 8.3-51. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

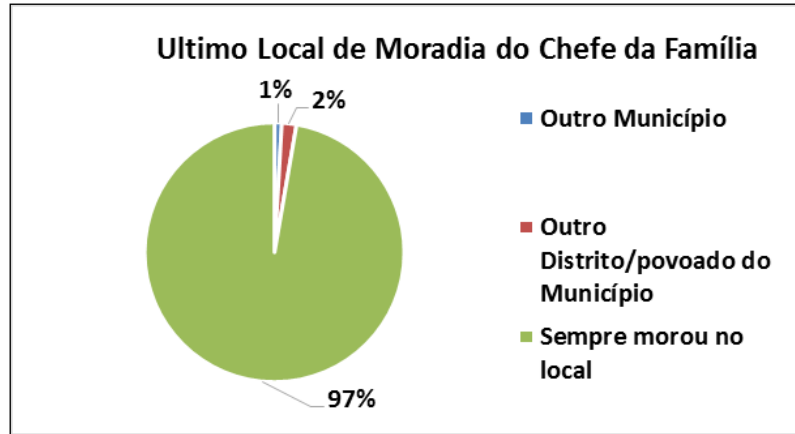


Figura 8.3-52. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A relação com parentes locais foi o principal motivador para aqueles que não são originários da Ilha de Maré, segundo 34% dos chefes de família (Figura 8.3-53). A busca de trabalho e a constituição de família somaram 66% das razões para a mudança do Chefe de Família (Figura 8.3-54).

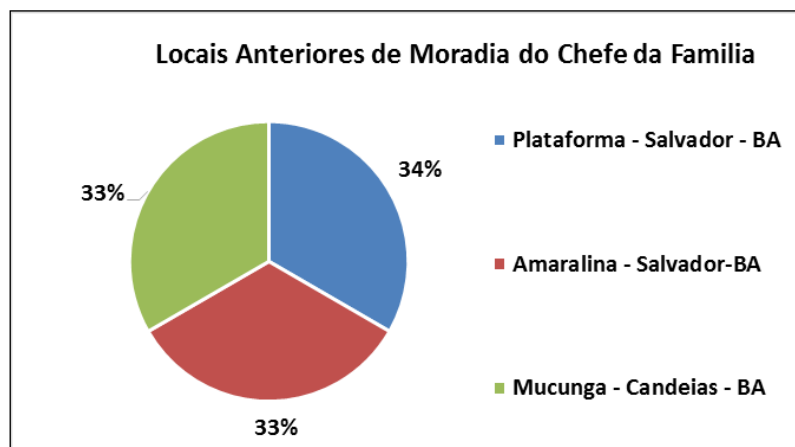


Figura 8.3-53. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

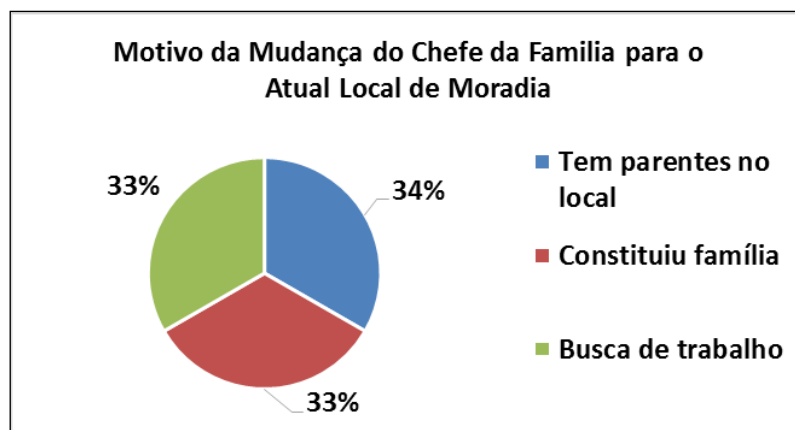


Figura 8.3-54. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passagem dos Teixeiras

Sobre os aspectos de migração ou moradia na referida comunidade, o levantamento mostrou que 59% dos chefes de família já residiam na localidade a mais de 20 anos e 3% residiam na comunidade entre 1 a 3 anos. O percentual de 8% foi registrado para aqueles que moram em Passagem dos Teixeiras entre 4 a 6 anos. Aqueles que já moram na comunidade entre 7 até 19 anos totalizaram 28% (Figura 8.3-55). O processo de migração registrado junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras demonstra que 10% dos chefes de família eram originários de outro município (Figura 8.3-56). Apenas 3% deles vieram de outra parte do município de Candeias.

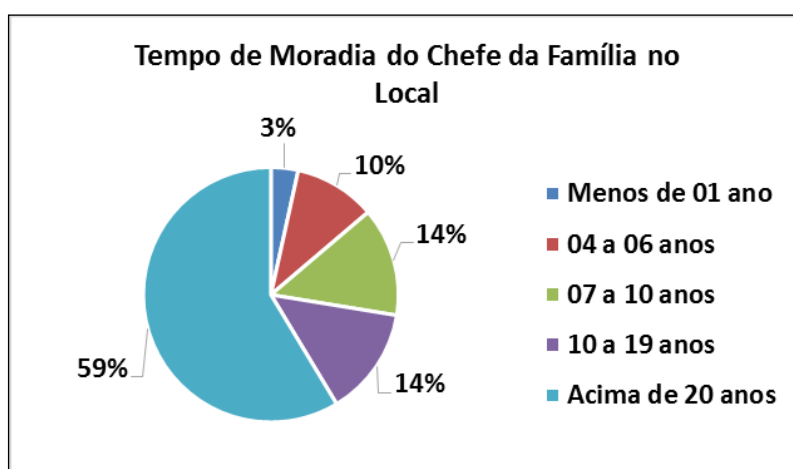


Figura 8.3-55. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

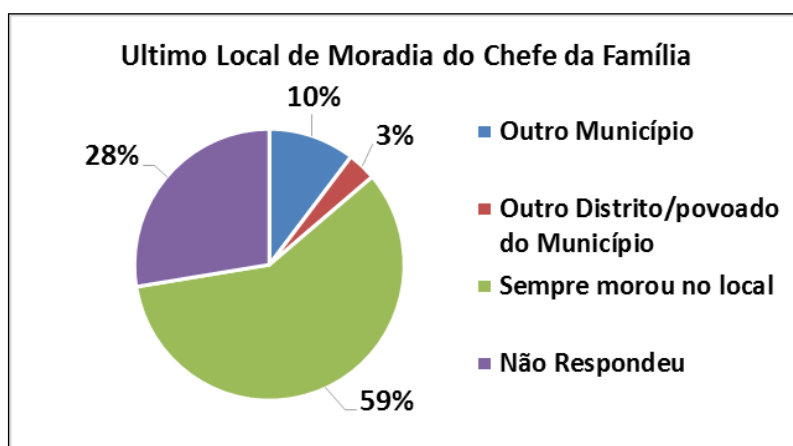


Figura 8.3-56. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Do total dos chefes de família que migraram de outros lugares, 75% vieram do município de Simões Filho, enquanto 25% da localidade de Menino de Jesus (Distrito de Candeias) (Figura 8.3-57). A relação com parentes locais foi o principal motivador para a migração para Passagem dos Teixeiras, segundo 50% dos chefes de família. A busca de trabalho e a constituição de família somaram 33% das razões para a mudança do Chefe de Família (Figura 8.3-58).

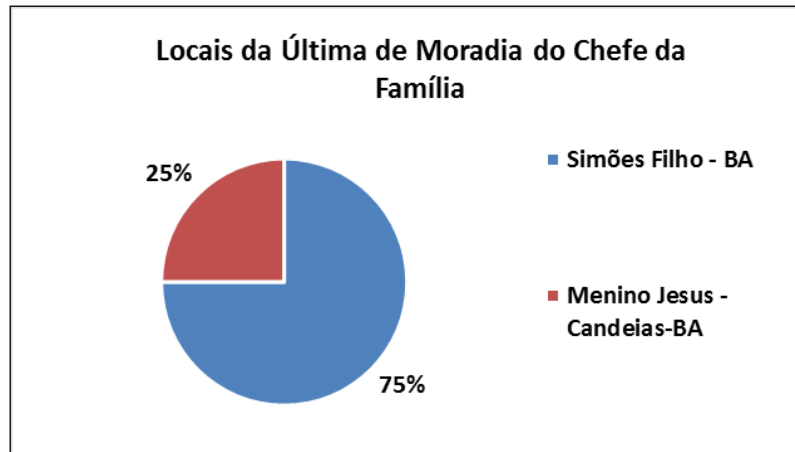


Figura 8.3-57. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

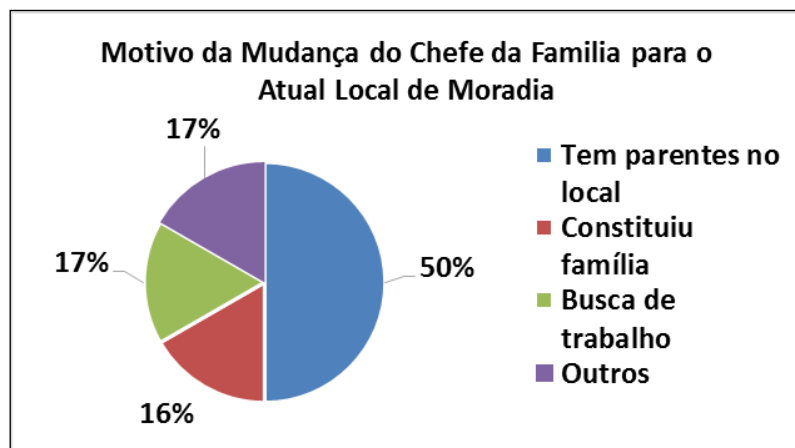


Figura 8.3-58. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Boca do Rio

Na comunidade da Boca do Rio, todos os entrevistados eram nascidos no local, por isso, as condições de migração não são reproduzidas aqui.

8.3.3 Infraestrutura, Equipamentos Urbanos e Serviços Públicos

8.3.3.1 Saúde

O sistema de saúde público na área de influência, assim como nos demais municípios em território nacional, está estruturado com base no Sistema Único de Saúde – SUS. No atual sistema existem prestadores públicos e privados, sendo que os privados, através de contratos específicos, são também prestadores de serviços ao sistema público de saúde.

A divisão das responsabilidades quanto ao gerenciamento das questões de saúde tem na União a sua maior entidade, pois cabe a ela, o repasse das verbas para os Estados e Municípios de acordo com critérios específicos para cada uma das regiões.

O atendimento para as diferentes modalidades de tratamento ou de realidades de uma região precisa ser elaborado ou planejado levando-se em considerações demandas com estruturas específicas e que podem não estar disponíveis através da rede municipal.

A Constituição Brasileira em vigor e as Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90 instituíram o Sistema Único de Saúde, transferindo aos governos estaduais e municipais as funções de gestão e execução das ações de saúde, cabendo ao governo federal o financiamento e a normatização do funcionamento dos serviços de saúde, inclusive do atendimento básico e a vigilância sanitária epidemiológica.

Os municípios que compõem a área de influência do Terminal de Uso Privativo da Braskem estão inseridos na área de maior infraestrutura hospitalar do Estado da Bahia, notadamente pela participação do município de Salvador, capital do Estado. Dessa forma, grande parte dos atendimentos de alta complexidade termina por serem direcionados para a capital.

Segundo estudo recente realizado pela CODEBA para regularização ambiental do Porto de Aratu (2012), a área de influência possuía um total de 54 hospitais (Tabela 8.3-7), sendo que 4 deles, ou 7,4%, estavam localizados em Camaçari e 87% (47 hospitais) em Salvador. Os dados utilizados foram compilados a partir da base do DATASUS. O município de Candeias detinha dois hospitais e Simões Filho apenas uma unidade.

Tabela 8.3-7. Número de hospitais e leitos dos municípios na AI (Fonte: DATASUS, 2011 & CODEBA, 2012).

Leitos/Hospitais	Camaçari	Candeias	Simões Filho	Salvador
Hospitais	4	2	1	47
Leitos	289	67	68	7.738
Cirúrgicos	130	10	14	2.623
Obstétricos	48	22	16	774
Clínica Médica	81	17	26	1.913
Pediatria	28	8	12	860
Hospital dia	2	9	-	424
Outras especialidades	-	1	-	1.144

Os hospitais na área de influência disponibilizam um total de 8.162 leitos entre as mais diversas especialidades (Tabela 8.3-7). Cabia ao município de Salvador a maior quantidade de leitos com 7.738 unidades. Candeias disponibilizava apenas 67 leitos e Simões Filho, 68. Pela sua posição no contexto da área de influência, cabe a Salvador o papel de grande polo de Saúde dentro da sua região metropolitana.

A Figura 8.3-59 mostra como se dava distribuição desses leitos dentro da infraestrutura de atendimento dos municípios através da rede de saúde.

Salvador era o único município a oferecer, segundo dados do DATASUS para o ano de 2011, todas as modalidades de leitos. De acordo com a distribuição, nota-se que a sua rede de saúde está alicerçada no atendimento cirúrgico e clínica médica. O percentual de leitos nessas áreas era de respectivamente 33,9% e 24,7%.

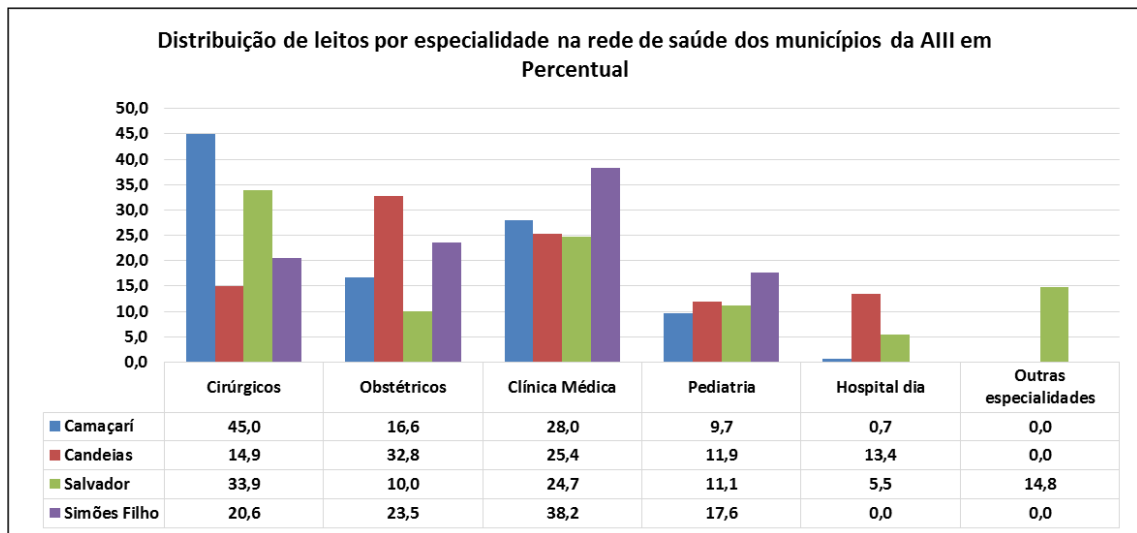


Figura 8.3-59. Distribuição de leitos por especialidade na rede de saúde dos municípios da AI, em % (Fonte: DATASUS, 2011 & CODEBA, 2012).

Dos 289 leitos existentes em Camaçari, 45% ou 130 deles eram voltados para a especialidade do tipo cirúrgica, 16,6% para obstétrica e 28% para clínica médica. Os leitos classificados como pediátricos representaram 9,7% da rede do município.

O município de Simões Filho apresentava um perfil de distribuição dos leitos da sua rede pública de saúde mais concentrada na especialidade do tipo Clínica Médica com 38,2%. Os leitos cirúrgicos e obstétricos representavam 20,6% e 23,5% da sua rede. A modalidade de pediatria representava 17,6% dos leitos de Simões Filho.

A Tabela 8.3-8 a seguir, mostra a distribuição de leitos por mil habitantes nos municípios.

Tabela 8.3-8. Leitos por mil habitantes nos municípios da AI (Fonte: DATASUS, 2011 & CODEBA, 2012).

Categoria	Camaçari	Candeias	Simões Filho	Salvador
Cirúrgicos	0,54	0,12	0,12	0,98
Obstétricos	0,20	0,26	0,14	0,28
Clínica médica	0,33	0,20	0,22	0,71
Pediatria	0,12	0,10	0,10	0,32
Hospital dia	0,01	0,11	-	0,15
Outras especialidades	-	0,01	-	0,42

É importante citar que apesar da sua constatação estatística, não existe um padrão internacional para as taxas de proporção frente ao número de habitantes. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPA, 2003), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) não recomendam nem estabelecem taxas ideais de número de leitos por habitante a serem seguidas e cumpridas por seus países-membros. Tampouco definem e recomendam o número desejável de médicos, enfermeiros e dentistas por habitante.

Não existe, ainda, orientação sobre a duração ideal das consultas médicas ou um número desejável de pacientes atendidos por hora. A definição de índices, como número de leitos ou médicos por habitantes depende de fatores regionais, socioeconômicos, culturais e epidemiológicos, entre outros, que diferem de região para região, país para país. Isso torna impossível, além de pouco válido, o estabelecimento de uma “cifra ideal” a ser aplicada de maneira generalizada por todos os países do planeta.

O Brasil, país de dimensões continentais, ilustra bem o problema: o número ideal de médicos e leitos para uma população rural na Região Norte, onde um dos principais problemas de saúde é a malária, não pode ser o mesmo que o exigido na Região Metropolitana de São Paulo, que tem alta concentração de população urbana e cuja demanda por assistência médica e internação hospitalar têm como causas principais as doenças crônicas (ex.: câncer e diabetes) e fatores externos (ex.: acidentes de trânsito, homicídios e violência) (OPA, 2003).

Camaçari revelou uma taxa de 0,54 leitos cirúrgicos por mil habitantes, número inclusive, bastante superior aos municípios de Candeias e Simões Filho que tinham uma taxa de 0,12 leitos por mil habitantes. Essa taxa em Salvador era de 0,98 leitos para cada mil habitantes.

Para os leitos obstétricos a taxa por mil habitantes era a segunda maior no município de Candeias, com 0,26. Os classificados como clínica médica alcançaram uma taxa por mil habitantes no município de Camaçari, com 0,33 leitos. A modalidade pediatria registrou valores muito semelhantes entre os municípios de Candeias, Simões Filho e Camaçari. A taxa mais alta era encontrada na capital com 0,32 leitos dessa modalidade para cada mil habitantes.

Em relação à mão de obra atuante no sistema público de saúde da área de influência, totalizava 53.574 profissionais nas mais diversas especialidades, conforme a Tabela 8.3-9 a seguir.

Tabela 8.3-9. Profissionais da área de saúde, segundo ocupação na área de influência (Fonte: Ministério da Saúde, 2011 & CODEBA, 2012).

Ocupação	Camaçari	Candeias	Simões Filho	Salvador
Anestesiastas	31	5	6	864
Assistente Social	62	7	11	772
Bioquímico/Farmacêutico	60	6	3	967
Cirurgião Geral	33	7	7	1.388
Clínico Geral	199	47	57	2.375
Enfermeiro	195	43	34	4.012
Fisioterapeuta	97	12	18	1.561
Fonoaudiólogo	22	4	3	276
Ginecologista Obstetra	96	24	37	1.602
Médico de família	42	14	15	164
Nutricionista	26	6	6	527
Odontólogo	189	68	36	2.231
Pediatra	52	16	29	1.515
Psicólogo	32	6	7	645
Psiquiatra	3	1	5	241
Radiologista	62	7	5	1.068
Sanitarista	-	-	-	21
Outras especialidade médicas	328	74	54	8.918
Outras Ocupações Nível Superior relacionado à Saúde Superior relacionado à Saúde	6	2	3	261
Auxiliar de Enfermagem	245	40	47	7.125
Fiscal Sanitário	1	-	-	20
Técnico de Enfermagem	396	94	132	3.784
Técnico e Auxiliar de Farmácia	-	-	-	25
Técnico e Auxiliar de Laboratório	104	6	17	1.480
Técnico em Nutrição e Dietética	-	-	-	5
Técnico e Auxiliar Fisioterapia e Reabilitação	-	-	-	62
Técnico e Auxiliar em Saúde Oral	30	11	20	220
Técnico e Auxiliar em Equip. Médicos e Hospitalares	-	-	-	7
Técnico e Auxiliar em Radiologia Médica	59	7	13	1.000
Técnico e Auxiliar em Hematologia e Hemoterapia	-	-	-	6
Ocupação de Nível Técnico e Auxiliar em saúde	10	3	-	168
Agentes Comunitários de saúde	290	101	249	2.670
Agente de saúde pública	191	52	-	1.590

Ocupação	Camaçari	Candeias	Simões Filho	Salvador
Atendente de enfermagem/Aux Oper Serv	69	7	4	64
Outras Ocupações Nível Elementar em Saúde	-	-	-	339
Pessoal Administrativo	191	10	3	1.691
Não Classificada	31	12	12	1.226
Total	3.152	692	833	48.897

Em acordo com as classificações do Ministério da Saúde quanto à ocupação, predominava na região os profissionais de nível superior (Tabela 8.3-10) totalizando 31.628 ocupações, sendo Salvador o município com maior disponibilidade dessas atuações com 29.408. Candeias e Simões Filho apresentaram números muito próximos, com respectivamente 345 e 336 profissionais. Ao todo os profissionais de nível superior representaram 48,7% do contingente de atuantes no sistema público de saúde de Camaçari, 50,43 de Candeias e 40,34% de Simões Filho (Tabela 8.3-10).

A segunda ocupação com maior destaque, ou seja, aquelas de nível técnico, através dos serviços de saúde na área de influência totalizaram de 15.137 profissionais. Em Camaçari o quantitativo predominante era de 845 pessoas ou 26,81% do total do município de acordo com a Tabela 8.3-10. Candeias era o município da área de influência com menor disponibilidade desses profissionais, com apenas 161 atuantes, que representavam 23,27% do seu contingente. Em Simões Filho, 27,49% dos profissionais em atuação eram de nível técnico. A capital do Estado contava com 13.902 profissionais.

Nota-se pelos dados levantados através do estudo da CODEBA (2012) que de forma geral a área de influência carece de profissionais que atuem como sanitaristas, técnicos vinculados as atividades farmacêuticas, e principalmente, atuantes na área nutricional principalmente nos municípios de Camaçari, Candeias e Simões Filho.

Tabela 8.3-10. Profissionais da área de saúde segundo nível de formação (Fonte: Ministério da Saúde, 2011 & CODEBA, 2012).

Ocupação	Camaçari	%	Candeias	%	Simões Filho	%	Salvador	%
Nível Superior	1.535	48,7	349	50,43	336	40,34	29.408	60,8
Nível Técnico	845	26,81	161	23,27	229	27,49	13.902	28,7
Qualificação Elementar	550	17,45	160	23,12	253	30,37	2.067	4,2
Pessoal Administrativo	191	6,06	10	1,45	3	0,36	1.691	3,5
Não Classificada	31	0,98	12	1,73	12	1,44	1.226	2,5
Total	3.152	100,00	692	100,00	833	100,00	48.294	100,00

As qualificações elementares ainda tinham índice bastante elevado, principalmente em Candeias (23,12%) e em Simões Filho (30,37%). Essa modalidade de profissional representou 17,45% do contingente em atuação no município de Camaçari e em Salvador, 30,37%.

A área de influência direta apresenta infraestrutura deficitária dentro do universo da rede pública de saúde municipal. Uma análise geral sobre tais condições, mostram que as comunidades/distritos sob influência do empreendimento possuem uma assistência essencialmente básica de primeiros socorros (Figura 8.3-60) cuja necessidade de atendimentos mais complexos se dá em um primeiro momento na sede municipal, mas invariavelmente as demandas são transferidas para capital gerando dessa forma, sobrecarga na rede estadual de saúde no município de Salvador.

A estrutura disponível para população na AID estava baseada predominantemente em unidades básicas de saúde ou em unidades de Saúde da Família (Figura 8.3-60). As avaliações quanto ao seu atendimento, apesar da evolução das condições ainda são bastante negativas:

A saúde, nós temos os postos familiar colocado pela prefeitura... Nós temos 1 posto e 2 anexos que andam fechados. Para a quantidade de moradores que temos, eu acho muito pouco. Nós temos uma carência muito grande. Nós temos que ter um posto mais avançado, com tecnologia mais avançada, com equipamento apropriado, porque daqui que se chegue ao Ouro Negro (Hospital Municipal de Candeias) muitas coisas acontecem. Nós temos, basicamente, quase 20 quilômetros daqui até o centro administrativo do nosso município que é lá no Ouro Negro e inclusive nós não temos transporte para nos conduzir até o centro administrativo do nosso município (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABENDIP, Passé).

O que precisa melhorar mesmo em Passé são os atendimentos em geral. Nós aqui não temos segurança, a saúde, como já relatou é muito precária, muito difícil (...) não temos plano de saúde aqui, não temos nada. O atendimento é muito pequeno, porque a nossa comunidade é muito grande. Passé se desloca pro Querém, Mucunga, Gamboa e Rio do Cunha, então fica muito difícil atender a comunidade um médico com poucos dias de assistência (Carlos Augusto, Presidente da Colônia de Pescadores de Candeias).

As autoridades falam e com isso já incutiu (inseriu) na cabeça do povo que saúde é problema nacional quando a gente sabe que não deveria ser assim. E eu falo, principalmente nessa região, que dizem que é rica, metropolitana, Madre de Deus, São Sebastião do Passé, um trabalho de parceria entre prefeitura e empresa, poderia dar uma assistência melhor a comunidade. Aqui tem 3 postos de saúde, sendo que 1 funciona em regime de PSF, né? E tem um na comunidade

de Mucunga e outro aqui em Roça Grande. E a saúde aqui (...) tem suas deficiências e a comunidade aprendeu a sobreviver no meio dessas turbulências... Aqui quando a pessoa tem um problema sério a pessoa vai pra UPA (Unidade de Pronto Atendimento) que fica no Ouro Negro, depois pro Ouro Negro (Hospital lá de Candeias), e se for gravíssimo, a gente vai pro famoso setor de regulação do Estado, esperando a bendita vaga (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador, Passé).

Péssimo, vai buscar atendimento em Candeias, Quando chega a hora do parto, se tiver uma canoa ai pega a canoa, esta aqui mesmo teve o filho dentro da canoa, até parteira aqui antigamente tinha um monte, agora não tem mais. Não tem posto de Saúde, seria Salvador, mas não faz nada, se fosse de ter atendido é em Praia Grande, mas é longe até lá já morreu, e não pode ir andando. Não tem médico e só atende até 15h, a demanda é grande. Se não fosse Candeias a gente estava morto, somos Salvador só no nome. Ai dá para pegar uma folha fazer um chá ai melhora e pronto. Tem agente comunitário, não na própria comunidade, mas tem em bananeira e próximo que atuam aqui, indiretamente. Ilha de maré toda só tem um posto médico que fica em praia grande (Natanael Farias, Vania dos Santos e Ubiracira Alves, Pescador e Marisqueiras de Ilha de Maré).

Às vezes, com esse temporal todo que está duvido que ele esteja ai, ficam com medo de atravessar com temporal. Emergência não tem mesmo, ai vai para Candeias, primeiramente Passé. Médico lá também é difícil, mas tem uma ambulância que leva a gente para Candeias, vai para o Ouro Negro ou uma emergência que tem lá, a UPA, tá fechada agora para reforma (Vania dos Santos e Natanael Farias, Marisqueira e Pescador da Ilha de Maré).

O posto de saúde de aqui de Mapele nesses últimos dois anos melhorou muito, melhorou! Nós temos duas equipes aqui no posto de saúde, uma médica e uma enfermeira, duas equipes! O tipo de atendimento é laboratorial, é a questão da prevenção, então nós temos médico ginecologista, tem médico clínico, médico pediatra. Esse posto atende todo distrito de Mapele.

Normalmente aqui o nosso destino é o Hospital Municipal de Simões Filho. O objetivo é ... (ir para o hospital), mas como nós estamos aqui numa área que fica bem próximo de Salvador, aí às vezes a gente vai pro Hospital do Subúrbio que é mais próximo também, o Hospital também de alta complexidade, tem uma estrutura melhor. Então “nóis” fica aqui, entre Salvador e Simões Filho.

O posto de saúde, eu não posso dizer que ele é bom, porque se fosse bom eu não precisava de ajustes, mas ele é um posto que tá... Serve, serve a comunidade,

mas pode “melhorar mais” (Manoel de Santana, Presidente da Associação de Moradores de Mapele).



Figura 8.3-60. Unidades de saúde na AID em Passé, Caboto e Mapele, fotos de “a” a “e” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Levantamento junto ao DATASUS, mostra os tipos de serviços prestados por essas unidades de saúde através das Figura 8.3-61 a Figura 8.3-65:

Passé

Identificação				
CADASTRADO NO CNES EM: 15/8/2005 ULTIMA ATUALIZAÇÃO EM: 8/5/2014				
Nome:		CNES:	CNPJ:	
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA PASSE		3504794		
Nome Empresarial:		CPF:	Personalidade:	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS		--	JURÍDICA	
Logradouro:		Número:		
RUA RIO DO CUNHA		S/N		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:	UF:
	DISTRITO DE PASSE	43806200	CANDEIAS	BA
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Esfera Administrativa:		Gestão:
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA		MUNICIPAL		MUNICIPAL
Natureza da Organização:			Dependência:	
ADMINISTRACAO DIRETA DA SAUDE (MS,SES e SMS)			MANTIDA	
PROFISSIONAIS SUS				
Médicos		1		
Outros		12		
PROFISSIONAIS NÃO SUS				
Total		0		
Atendimento Prestado				
Tipo de Atendimento:		Convênio:		
AMBULATORIAL		SUS		
Fluxo de Clientela:				
ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA				
Leitos				
Estabelecimento não possui Leitos Cadastrados				
Equipamentos				
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	
AMALGAMADOR	1	1	SIM	
CANETA DE ALTA ROTACAO	1	1	SIM	
CANETA DE BAIXA ROTACAO	1	1	SIM	
COMPRESSOR ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
FOTOPOLIMERIZADOR	1	1	SIM	
Resíduos/Rejeitos				
Coleta Seletiva de Rejeito:				
RESIDUOS COMUNS				

Instalações Físicas para Assistência						
AMBULATORIAL						
Instalação:	Qtde./ Consultório:	Leitos/ Equipos:				
CLINICAS BASICAS	1	0				
ODONTOLOGIA	1	0				
OUTROS CONSULTORIOS NAO MEDICOS	1	0				
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	1	0				
SALA DE IMUNIZACAO	1	0				
Serviços de Apoio						
Serviço:	Característica:					
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)	PROPRIO					
SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	PROPRIO					
Serviços Especializados						
Cod.:	Serviço:	Característica:	Ambulatorial:		Hospitalar:	
			Amb.:	SUS:	Hosp.:	SUS:
101	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
111	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
112	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
141	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Serviços e Classificação						
Codigo:	Serviço:	Classificação:	Terceiro:		CNES:	
101 - 002	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE BUCAL MI	NÃO		NAO INFORMADO	
111 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	DIAGNOSTICO E TRATAMENTO	NÃO		NAO INFORMADO	
112 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE RISCO HABITUAL	NÃO		NAO INFORMADO	
141 - 001	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	NÃO		NAO INFORMADO	

Figura 8.3-61. Estrutura de saúde em Passé.

Passagem dos Teixeiras

Identificação				
CADASTRADO NO CNES EM: 15/8/2005 ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO EM: 10/4/2014				
Nome:		CNES:	CNPJ:	
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA PASSAGEM DOS TEIXEIRAS		3517136		
Nome Empresarial:		CPF:	Personalidade:	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS		--	JURÍDICA	
Logradouro:		Número:		
RUA DA CACHOEIRA		S/N		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:	UF:
	PASS DOS TEIXEIRAS	43813300	CANDEIAS	BA
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Esfera Administrativa:	Gestão:	
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA		MUNICIPAL	MUNICIPAL	
Natureza da Organização:			Dependência:	
ADMINISTRACAO DIRETA DA SAUDE (MS,SES e SMS)			MANTIDA	
PROFISSIONAIS SUS				
Médicos		1		
Outros		12		
PROFISSIONAIS NÃO SUS				
Total		0		
Atendimento Prestado				
Tipo de Atendimento:		Convênio:		
AMBULATORIAL		SUS		
Fluxo de Clientela:				
ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA				
Leitos				
Estabelecimento não possui Leitos Cadastrados				
Equipamentos				
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
Resíduos/Rejeitos				
Coleta Seletiva de Rejeito:				
RESIDUOS BIOLOGICOS				
Instalações Físicas para Assistência				
AMBULATORIAL				
Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:		

CLINICAS BASICAS	1	0	
ODONTOLOGIA	1	0	
OUTROS CONSULTORIOS NAO MEDICOS	1	0	
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	1	0	
SALA DE IMUNIZACAO	1	0	
Serviços de Apoio			
Serviço:	Característica:		
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)	PROPRIO		
SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	TERCEIRIZADO		
Serviços Especializados			
		Ambulatorial:	Hospitalar:
Cod.:	Serviço:	Característica:	Amb.: SUS: Hosp.: SUS:
101	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	PROPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
111	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	PROPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
112	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PROPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
141	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	PROPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
Serviços e Classificação			
Codigo:	Serviço:	Classificação:	Terceiro: CNES:
101 - 002	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE BUCAL MI	NÃO NAO INFORMADO
111 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	DIAGNOSTICO E TRATAMENTO	NÃO NAO INFORMADO
112 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE RISCO HABITUAL	NÃO NAO INFORMADO
141 - 001	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	NÃO NAO INFORMADO

Figura 8.3-62. Estrutura de saúde em Passagem dos Teixeiras.

Caboto

A comunidade de Caboto possui apenas 1 posto de saúde, que funciona como uma extensão da Unidade Saúde da Família localizada no distrito de Madeira, localizado a cerca de 8 km da comunidade, o que gera ainda mais dificuldades para os seus residentes. A estrutura da unidade de saúde de Madeira encontra-se logo a seguir, na Figura 8.3-63.

Identificação				
CADASTRADO NO CNES EM: 15/8/2005 ULTIMA ATUALIZAÇÃO EM: 3/4/2014				
Nome:		CNES:	CNPJ:	
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DO MADEIRA		3504743		
Nome Empresarial:		CPF:	Personalidade:	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS		--	JURÍDICA	
Logradouro:		Número:		
VIA MATOIM		S/N		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:	UF:
	MADEIRA	43813000	CANDEIAS	BA
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Esfera Administrativa:	Gestão:	
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA		MUNICIPAL	MUNICIPAL	
Natureza da Organização:			Dependência:	
ADMINISTRACAO DIRETA DA SAUDE (MS,SES e SMS)			MANTIDA	
PROFISSIONAIS SUS				
Médicos		1		
Outros		12		
PROFISSIONAIS NÃO SUS				
Total		0		
Atendimento Prestado				
Tipo de Atendimento:		Convênio:		
AMBULATORIAL		SUS		
Fluxo de Clientela:				
ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA				
Leitos				
Estabelecimento não possui Leitos Cadastrados				
Equipamentos				
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	
AMALGAMADOR	1	1	SIM	
APARELHO DE PROFILAXIA C/ JATO DE BICARBONATO	1	1	SIM	
CANETA DE ALTA ROTACAO	1	1	SIM	
CANETA DE BAIXA ROTACAO	1	1	SIM	
COMPRESSOR ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
FOTOPOLIMERIZADOR	1	1	SIM	
Resíduos/Rejeitos				

Coleta Seletiva de Rejeito:						
RESIDUOS COMUNS						
Instalações Físicas para Assistência						
AMBULATORIAL						
Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:				
CLINICAS BASICAS	1	0				
ODONTOLOGIA	1	0				
OUTROS CONSULTORIOS NAO MEDICOS	1	0				
SALA DE CURATIVO	1	0				
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	1	0				
SALA DE IMUNIZACAO	1	0				
SALA DE NEBULIZACAO	1	0				
Serviços de Apoio						
Serviço:	Característica:					
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)	PROPRIO					
SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	TERCEIRIZADO					
Serviços Especializados						
Cod.:	Serviço:	Característica:	Ambulatorial:		Hospitalar:	
			Amb.:	SUS:	Hosp.:	SUS:
101	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
111	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
112	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
141	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Serviços e Classificação						
Codigo:	Serviço:	Classificação:			Terceiro: CNES:	
101 - 002	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE BUCAL MI			NÃO	NAO INFORMADO
111 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	DIAGNOSTICO E TRATAMENTO			NÃO	NAO INFORMADO
112 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE RISCO HABITUAL			NÃO	NAO INFORMADO
141 - 001	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA			NÃO	NAO INFORMADO

Figura 8.3-63. Estrutura de saúde em Madeira.

Mapele

Identificação				
CADASTRADO NO CNES EM: 25/7/2003 ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO EM: 30/4/2014				
Nome:		CNES:	CNPJ:	
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MAPELE		2533030		
Nome Empresarial:		CPF:	Personalidade:	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIMOES FILHO		--	JURÍDICA	
Logradouro:		Número:		
RUA MAPELE DE CIMA		S/N		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:	UF:
	MAPELE	43700000	SIMOES FILHO	BA
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Esfera Administrativa:	Gestão:	
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA		MUNICIPAL	MUNICIPAL	
Natureza da Organização:		Dependência:		
ADMINISTRACAO INDIRETA - EMPRESA PUBLICA		MANTIDA		
PROFISSIONAIS SUS				
Médicos		3		
Outros		16		
PROFISSIONAIS NÃO SUS				
Total		0		
Atendimento Prestado				
Tipo de Atendimento:		Convênio:		
AMBULATORIAL		SUS		
Fluxo de Clientela:				
ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA E REFERENCIADA				
Leitos				
Estabelecimento não possui Leitos Cadastrados				
Equipamentos				
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
Resíduos/Rejeitos				
Coleta Seletiva de Rejeito:				
RESIDUOS COMUNS				
Instalações Físicas para Assistência				
AMBULATORIAL				
Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:		

CLINICAS BASICAS	2	0	
ODONTOLOGIA	1	0	
SALA DE CURATIVO	1	0	
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	2	0	
SALA DE IMUNIZACAO	1	0	
Serviços de Apoio			
Serviço:	Característica:		
FARMACIA	PROPRIO		
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)	PROPRIO		
Serviços Especializados			
		Ambulatorial:	Hospitalar:
Cod.:	Serviço:	Característica:	Amb.: SUS: Hosp.: SUS:
101	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	PROPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
111	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	PROPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
112	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PROPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
160	TELECONSULTORIA	PROPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
Serviços e Classificação			
Codigo:	Serviço:	Classificação:	Terceiro: CNES:
101 - 001	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE DA FAMILIA	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
101 - 002	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE BUCAL MI	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
111 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	DIAGNOSTICO E TRATAMENTO	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
112 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE RISCO HABITUAL	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
160 - 001	TELECONSULTORIA	TELECONSULTORIA ASSINCRONA	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
160 - 002	TELECONSULTORIA	TELECONSULTORIA SINCRONA	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
160 - 003	TELECONSULTORIA	SEGUNDA OPINIAO FORMATIVA	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>

Figura 8.3-64. Estrutura de saúde em Mapele.

Ilha de Maré

Identificação				
CADASTRADO NO CNES EM: 24/11/2009 ULTIMA ATUALIZAÇÃO EM: 1/5/2014				
Nome:		CNES:	CNPJ:	
USF ILHA DE MARE		6386482		
Nome Empresarial:		CPF:	Personalidade:	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SALVADOR		--	JURÍDICA	
Logradouro:		Número:		
RUA DA CAEIRA		S/N		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:	UF:
	PRAIA GRANDE	42500000	SALVADOR	BA
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Esfera Administrativa:		Gestão:
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA		MUNICIPAL		MUNICIPAL
Natureza da Organização:		Dependência:		
ADMINISTRACAO DIRETA DA SAUDE (MS,SES e SMS)		MANTIDA		
PROFISSIONAIS SUS				
Médicos		2		
Outros		18		
PROFISSIONAIS NÃO SUS				
Total		0		
Atendimento Prestado				
Tipo de Atendimento:		Convênio:		
AMBULATORIAL		SUS		
SADT		SUS		
Fluxo de Clientela:				
ATENDIMENTO DE DEMANDA REFERENCIADA				
Leitos				
Estabelecimento não possui Leitos Cadastrados				
Equipamentos				
EQUIPAMENTOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	
RAIO X DENTARIO	1	1	SIM	
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	
CANETA DE ALTA ROTACAO	1	1	SIM	
COMPRESSOR ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
EQUIPAMENTOS PARA MANUTENCAO DA VIDA				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	

REANIMADOR PULMONAR/AMBU	3	3	SIM
Resíduos/Rejeitos			
Coleta Seletiva de Rejeito:			
RESIDUOS COMUNS			
Instalações Físicas para Assistência			
AMBULATORIAL			
Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:	
ODONTOLOGIA	1	0	
SALA DE CURATIVO	1	0	
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	3	0	
SALA DE IMUNIZACAO	1	0	
Serviços de Apoio			
Serviço:	Característica:		
CENTRAL DE ESTERILIZACAO DE MATERIAIS	PROPRIO		
FARMACIA	PROPRIO		
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)	PROPRIO		
SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	TERCEIRIZADO		
Serviços Especializados			
		Ambulatorial:	Hospitalar:
Cod.:	Serviço:	Característica:	Amb.: SUS: Hosp.: SUS:
101	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	PROPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
112	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PROPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
141	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	PROPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
144	SERVICO POSTO DE COLETA DE MATERIAIS BIOLOGICOS	PROPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
Serviços e Classificação			
Codigo:	Serviço:	Classificação:	Terceiro: CNES:
101 - 002	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE BUCAL MI	NÃO NAO INFORMADO
112 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE RISCO HABITUAL	NÃO NAO INFORMADO
141 - 001	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	NÃO NAO INFORMADO
144 - 001	SERVICO POSTO DE COLETA DE MATERIAIS BIOLOGICOS	COLETA REALIZADA FORA DA ESTRUTURA LABORATORIAL	NÃO NAO INFORMADO

Figura 8.3-65. Estrutura de saúde em Ilha de Maré.

Quanto aos índices de mortalidade, a área de influência para o ano de 2010 segundo dados da SESAB registrou um total de 17.835 óbitos, sendo que 1.087 dessas mortalidades ou 6% ocorreram no município de Camaçari, 446 ou 2,5% em Candeias e 679 ou 3,8% em Simões Filho (Tabela 8.3-11).

Tabela 8.3-11. Índices de mortalidade na área de influência (Fonte: SESAB/SUVISA/DIS/SIM, 2010 & CODEBA,2012).

Doenças	Camaçari	Candeias	Salvador	Simões Filho	Total
Infecciosas e Parasitárias	57	35	867	40	999
Neoplasias	136	56	2.511	98	2.801
Doenças do Sangue	9	1	135	4	149
Endócrinas, Nutricionais e Metabólicas	86	38	846	54	1.024
Doenças do Sistema Nervoso	16	3	302	12	333
Transtornos mentais e comportamentais	12	1	137	6	156
Aparelho Circulatório	243	128	3.355	137	3.863
Aparelho Respiratório	73	24	1.500	41	1.638
Aparelho Digestivo	64	26	840	31	961
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	5	1	71	2	79
Doenças Sist Osteomusc e Tecido conjuntivo	4	2	250	-	256
Aparelho Geniturinário	13	8	304	10	335
Gravidez, Parto, Puerpério	2	2	30	-	34
Afecções origin no Período Perinatal	41	11	386	19	457
Malf. Confên, Deform e Anormal Cromossômica	14	2	149	13	178
Mal Definidas	80	34	1.173	58	1.345
Causas Externas de Morbidade e Mortalidade	232	74	2.767	154	3.227
Total	1.087	446	15.623	679	17.835

Em Camaçari as principais razões de óbitos estão atreladas ao aparelho circulatório (243 registros), seguido pelas causas externas de morbidade e mortalidade (232 registros) e pelas neoplasias (136 registros). Em Candeias, assim como em Camaçari, foram às doenças do aparelho circulatório a principal razão de óbito com 128 casos, seguidas pelas causas externas de morbidade e mortalidade com 74 casos. O município de Simões Filho cujo registro de óbitos para aquele ano foi de 679, teve como principal causa de mortalidade as causas externas de morbidade e mortalidade com 154 registros. As doenças do aparelho circulatório e as neoplasias, juntas, foram responsáveis por 235 óbitos.

O município de Salvador apresentava como principal razão dos óbitos as doenças de aparelho circulatório que alcançaram 3.355 mortes, seguidas pelas causas externas de morbidade e mortalidade com 2.767 óbitos.

Na Figura 8.3-66 é possível observar o comparativo dos óbitos por municípios da AI.

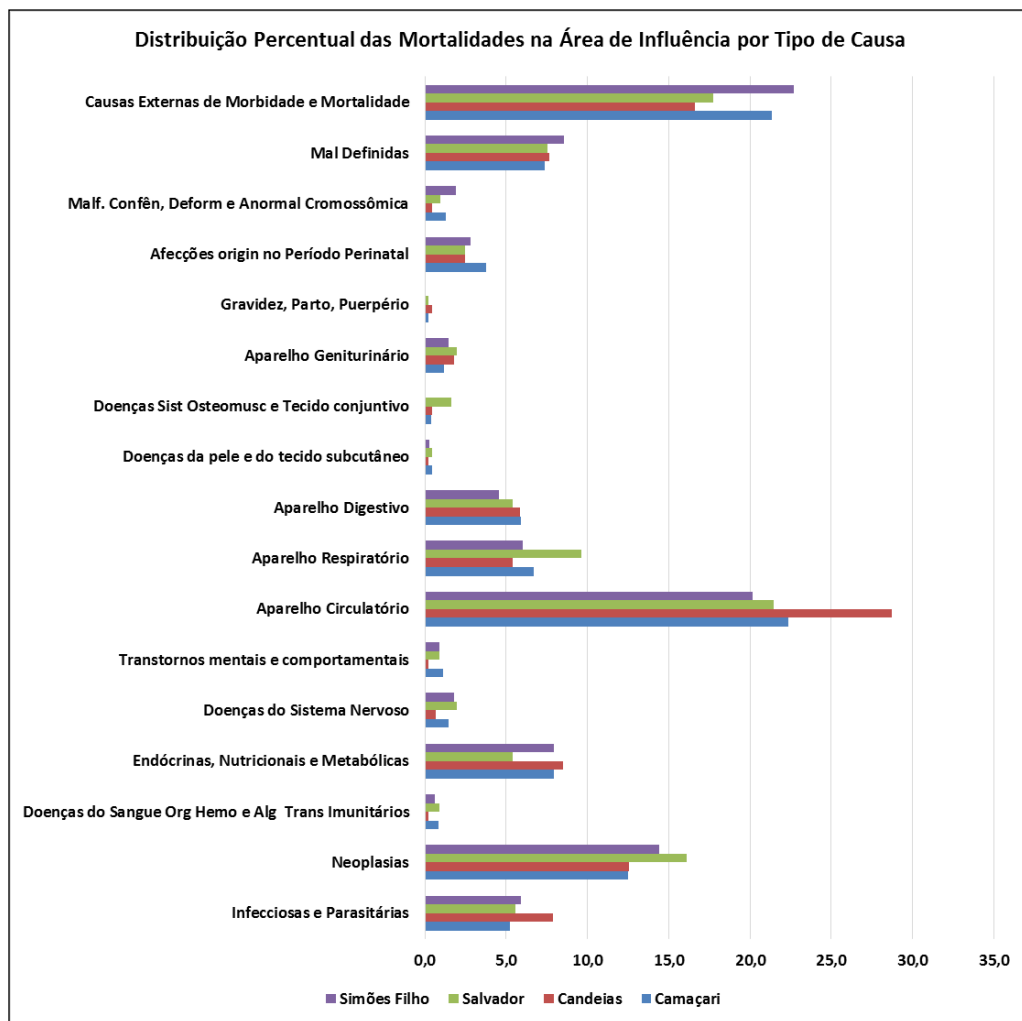


Figura 8.3-66. Distribuição Percentual das Mortalidades na Área de Influência por Tipo de Causa (Fonte: SESAB/SUVISA/DIS/SIM, 2010 & CODEBA, 2012).

Foram levantados também os indicadores de mortalidade tanto por mil habitantes da população em geral, como também para o público infantil, segundo dados do Sistema de Informações Municipais para o ano de 2010 e dados provenientes do estudo da CODEBA realizado em 2012 (Tabela 8.3-12).

Tabela 8.3-12. Indicadores de mortalidade na área de influência (Fonte: SIM/SINASC, 2010 & CODEBA, 2012).

Indicadores de Mortalidade	Camaçari	Candeias	Simões Filho	Salvador
Total de óbitos	1.087	446	679	15.623
Nº de óbitos por 1.000 Habitantes	4,5	5,4	5,8	6
% óbitos por causas mal definidas	7,4	7,6	8,5	7,5
Total de óbitos infantis	66	14	34	616
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	3	-	2	20
% de óbitos infantis no total de óbitos*	6,1	3,1	5	3,9
% de óbitos infantis por causas mal definidas	4,5	-	5,9	3,2
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos*	15,8	11,6	17,3	16,9

*Coeficiente de mortalidade infantil proporcional / **considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC.

A taxa de óbitos por mil habitantes teve o maior valor no município de Salvador com 6, seguido por Simões Filho com uma taxa de 5,8. Camaçari apresentou a taxa mais baixa, 4,5 óbitos por mil habitantes. O percentual mais alto de óbitos por causas mal definidas foi registrado também em Simões Filho, com 8,5%.

Excluindo Salvador, o município de Camaçari foi o que registrou o maior número de óbitos no ano de referência, com 66 mortes. O valor ficou acima de Simões Filho com 34 e bastante elevado frente ao município de Candeias, com apenas 14 óbitos.

Para a mortalidade infantil, o município de Simões Filho foi o que apresentou as taxas mais elevadas para esse item com 17,3 óbitos para cada mil nascidos vivos, estando inclusive acima da taxa brasileira segundo dados do IBGE. Candeias registrou a taxa mais baixa, com 11,6 óbitos para cada mil nascidos vivos.

Por fim, são demonstrados nas tabelas abaixo (Tabela 8.3-13 a Tabela 8.3-16) algumas doenças de notificação obrigatória e seus respectivos coeficientes para cada 100.000 habitantes considerando os anos 2009 e 2010. Para os casos de AIDS, Tuberculose, Hanseníase e Leishmaniose Tegumentar Americana são referentes a casos confirmados.

No município de Camaçari, de acordo com a Tabela 8.3-13, algumas doenças destacaram-se negativamente por apresentar elevação substancial em relação aos casos notificados entre os anos de 2009 e 2010. Os atendimentos antirrâbicos cresceram ainda mais no período, passando de 853 casos para 913, registrando assim, em 2010, um coeficiente de 389,2 casos para cada 100.000 habitantes. A hanseníase também registrou aumento de casos no município. Em 2009 foram 80 casos e em 2010, 377. Isso fez com que o coeficiente saltasse de 3,4 para 15,5 casos para cada 10 mil habitantes. Ou seja, um crescimento de 356%. A dengue, uma doença muito associada as condições sanitárias, teve número significativo em 2009, atingindo 742 notificações. Em 2010, essa mesma doença sofreu uma queda considerável, embora ainda permanecesse com taxas elevadas para o ano de 2010 registrando 406 casos.

O número de notificações referentes a AIDS caiu entre os anos pesquisados no município de Camaçari. Em 2009, foram notificados 23 casos resultando em um coeficiente de mortalidade de 9,8 casos para cada 100 mil habitantes. No ano subsequente (2010) foram 14 casos, ou 39,1% de redução. Algumas doenças que foram notificadas em 2009 não ocorreram no ano seguinte, como doenças de chagas, gestantes com HIV+, influenza e malária.

Em Simões Filho, assim como em Camaçari, nota-se o crescimento das notificações para o tratamento antirrâbico. Em 2009, o município registrou um total de 415 casos. Já em 2010, foram registradas um total de 505 notificações, ou seja, um aumento de 21,6%. O coeficiente para cada 100.000 habitantes chegou a 427,8 casos em 2010 (Tabela 8.3-14).

Os casos de AIDS em Simões Filho seguiram tendência contrária em relação ao município de Candeias com elevação nos números notificados. Em 2009 foram notificados 9 casos, e em 2010, 15 casos, fazendo com que o município registrasse um coeficiente de 15,2 notificações para cada 100.000 habitantes. A dengue também apresentou elevação nos casos confirmados, atingindo 368 notificações. Em 2010 esse crescimento foi de 31,8% frente ao ano anterior.

A doença de chagas manteve o mesmo número de casos no período acima, com 2 notificações. A tuberculose apresentou queda entre os anos de 2000 a 2010, registrando neste último, 60 casos ou uma taxa de 50,8 para cada 100 mil habitantes. As sífilis em adultos e em gestantes que em 2009 não tiveram registro de notificações apresentaram um total de 10 casos.

Em Candeias os casos de AIDS permaneceram estáveis entre os anos de 2009 a 2010, sendo registrado um total de sete casos em cada um dos anos. O destaque no município quanto as notificações, segundo os dados da SESAB para o ano de 2009 e 2010, estavam relacionados com o Atendimento Antirrâbico Humano, que apesar da queda, registrou 334 casos e gerando um coeficiente de 401,6 notificações para cada 100.000 habitantes (Tabela 8.3-15).

As notificações de dengue também registraram queda entre os anos de 2009 a 2010 com um número de casos total de 57 para o último ano. As doenças sexuais como as Sífilis em adultos e em gestantes, apesar do número baixo, tiveram presença no ano de 2010. Já a tuberculose que em 2009 com 47 notificações alcançou um coeficiente de 51,4 casos para cada 100.000 habitantes, em 2010, registrou 37 notificações.

Tabela 8.3-13. Casos notificados (número e coeficiente de incidência por 100.000 hab.) de algumas doenças em Camaçari – BA (Fonte: SESAB/SUVISA/DIS/SINAN & CODEBA, 2012).

Agravado	2009		2010	
	Nº	COEF.	Nº	COEF.
AIDS	23	9,8	14	5,8
Acidente por animais peçonhentos	53	22,6	73	30
Acidente Material Biológico	2	0,9	-	-
Acidente de Trabalho Grave	9	3,8	12	4,9
Atendimento Antirrábico	853	363,7	913	389,2
Condiloma Acuminado (verrugas anogenitais)	-	-	42	17,3
Coqueluche	-	-	3	1,2
Dengue	742	316,3	406	167,1
Doenças de Chagas Aguda	1	0,4	-	-
Doenças Exantemáticas	57	24,3	82	33,7
Gestantes HIV +	4	1,71	-	-
Hanseníase (1)	80	3,4	377	15,5
Hepatite Viral	93	39,6	73	30
Herpes Genital	-	-	13	5,4
Influenza	3	1,3	-	-
Intoxicação Exógena	82	35	66	27,2
Leishmaniose Tegumentar	1	0,4	4	1,6
Leishmaniose Visceral	12	5,1	9	3,7
Ler Dort	8	3,4	62	25,5
Leptospirose	5	2,1	7	2,9
Malária	1	0,4	-	-
Meningite	96	40,9	66	27,2
Sífilis Congênita	8	3,4	9	3,7
Sífilis em Adulto	-	-	52	21,4
Sífilis em Gestante	1	0,4	6	2,5
Tétano Acidental	1	0,4	1	0,4
Tuberculose	135	57,6	106	43,6

Tabela 8.3-14. Casos notificados (número e coeficiente de incidência por 100.000 hab.) de algumas doenças em Simões Filho – BA (Fonte: SESAB/SUVISA/DIS/SINAN & CODEBA, 2012).

Agravado	2009		2010	
	Nº	COEF	Nº	COEF.
AIDS	9	7,7	15	12,7
Acidente por Animais Peçonhentos	10	8,6	18	15,2
Atendimento Antirrábico humano	415	355,7	505	427,8
Condiloma Acuminado (verrugas anogenitais)	-	-	27	22,9
Dengue	279	239,2	368	311,7
Doenças Exantemáticas	13	11,1	15	12,7
Doenças de chagas	2	1,7	2	1,7
Esquistossomose	-	-	1	0,8
Gestante HIV+ e Crianças Expostas	7	-	-	-
Hanseníase (1)	29	2,5	34	2,9
Hepatite Viral	24	20,6	28	23,7
Herpes Genital	-	-	1	0,8
Leishmaniose Tegumentar	4	3,4	-	-
Leptospirose	9	7,7	10	8,5
Malária	2	1,7	1	0,8
Meningite	48	41,1	37	31,3
Poliomielite /Paralisia Flácida Aguda	-	-	1	0,8
Sífilis Congênita	2	1,7	4	3,4
Sífilis em Adulto	-	-	7	5,9
Sífilis em Gestante	-	-	3	2,5
Síndrome da Rubéola	2	1,7	-	-
Tétano Acidental	-	-	1	0,8
Tuberculose	75	64,3	60	50,8

Tabela 8.3-15. Casos notificados (número e coeficiente de incidência por 100.000 hab.) de algumas doenças em Candeias – BA (Fonte: SESAB/SUVISA/DIS/SINAN & CODEBA, 2012).

Agravado	2009		2010	
	Nº	COEF.	Nº	COEF.
AIDS	3	8,6	7	8,4
Acidente por Animais Peçonhentos	30	36,7	16	19,2
Atendimento Antirrábico humano	446	545,9	334	401,6
Condiloma Acuminado (verrugas anogenitais)	-	-	2	2,4
Coqueluche	1	1,2	-	-
Dengue	62	75,9	57	68,5
Doenças de Chagas Aguda	1	1,2	-	-
Doenças Exantemáticas	3	3,7	2	2,4
Gestante HIV+ e Crianças Expostas	1	1,2	-	-
Hanseníase (1)	12	1,5	9	1,1
Hepatite Viral	14	17,1	8	9,6
Influenza	3	3,7	-	-
Intoxicação Exógena	9	11	-	-
Leishmaniose Visceral	1	1,2	-	-
Leptospirose	2	2,4	7	8,4
Malária	-	-	2	
Meningite	35	42,8	33	39,7
Sífilis Congênita	1	1,2	4	4,8
Sífilis em Adulto	-	-	4	
Sífilis em Gestante	5	6,1	10	12
Tétano Acidental	1	1,2	-	-
Tuberculose	42	51,4	37	44,5

Em Salvador (Tabela 8.3-16), houve queda no número de casos notificados de AIDS entre os anos de 2009 e 2010, embora o coeficiente tenha sido elevado. Os atendimentos antirrábicos alcançaram um total de 10.248 casos ou um coeficiente de 382,9 casos para cada 100 mil habitantes.

Os dados mostram que o número de casos de dengue teve um aumento de aproximadamente 13% entre os anos de referência. Apesar de um coeficiente baixo, as hepatites também registraram aumento quanto a sua incidência na população de Salvador. A Tuberculose apresentou queda significativa no ano de 2010, comparando com o ano anterior, registrando 2.044 casos totais. Em 2009, a doença provocou um número de notificações de 2.897 casos.

Tabela 8.3-16. Casos notificados (número e coeficiente de incidência por 100.000 hab.) de algumas doenças em Salvador – BA (Fonte: SESAB/SUVISA/DIS/SINAN & CODEBA, 2012).

Agravado	2009		2010	
	N ^a	COEF.	N ^o	COEF.
AIDS	437	14,58	426	15,92
Acidente por Animais Peçonhentos	332	11,1	309	11,5
Atendimento Antirrábico	10.142	338,3	10.248	382,9
Condiloma Acuminado (verrugas anogenitais)	1.365	45,5	1.368	51,1
Coqueluche	15	0,5	12	0,4
Dengue	7.567	252,4	8.541	321
Difteria	2	0,1	1	0
Doenças de Chagas	6	0,2	3	0,1
Doenças Exantemáticas	138	4,6	140	5,2
Esquistossomose	11	0,4	8	0,3
Eventos Adversos Pós-Vacina	1	0	-	-
Febre Tifóide	19	0,6	23	0,9
Gestantes HIV +	6	0,2	-	-
Hanseníase (1)	412	1,4	377	1,4
Hantavíruses	1	0	-	-
Hepatite Viral	371	12,4	548	20,5
Herpes Genital	166	5,5	199	7,4
Influenza	166	5,5	-	-
Intoxicação Exógena	37	1,2	-	-
Leishmaniose Tegumentar americana	7	0,2	4	0,6
Leishmaniose Visceral	12	0,4	16	0,6
Leptospirose	169	5,6	206	7,7
Malária	21	0,7	15	0,6
Meningite	1.182	39,4	1.087	40,6
Paralisia a facial aguda /poliomielite	1	0	4	0,1
Raiva Humana	2	0,1	-	-
Sífilis Congênita	62	2,1	93	3,5
Sífilis em Adulto	-	-	404	15,1
Sífilis em Gestante	115	3,8	131	4,9
Síndrome da Rubéola Congênita	-	-	-	-
Tétano Acidental	4	0,1	6	0,2
Tuberculose	2.897	96,6	2.044	76,4

De forma geral a infraestrutura de saúde pública na AID/AII funciona de forma precária. Mas tal realidade é notada em diversas partes do país. Obviamente que a situação pode ser agravada a partir

da implantação de empreendimentos com forte atração populacional, motivando as pessoas ligadas a obra a uma maior frequência aos estabelecimentos públicos de saúde, fazendo com que a qualidade atual da assistência dessa rede caia ainda mais.

De forma a não sobrecarregar essa estrutura, mas de maneira mais ampla, a AID como um todo, a priorização da mão de obra junto a residentes das comunidades pesquisadas irá contribuir para que os efeitos negativos de uso excessivo junto aos serviços de saúde nessas unidades sejam atenuados. Além disso, devido a quantidade de trabalhadores e as legislações que regem a segurança e saúde do trabalhador, o canteiro da BELOV Engenharia LTDA possui instalações para atendimento médico e veículo específico para destinação a necessidades mais graves junto aos prestadores de atendimento privado de saúde, evitando ainda mais a necessidade de uso da infraestrutura pública. A medida em que o cronograma da obra vai sendo cumprido, os riscos de possibilidade de que os serviços públicos de saúde sejam utilizados pelos operários, cai significativamente.

8.3.3.2 Educação

Quanto aos processos educacionais, a área de influência ainda possui um significativo baixo índice de formação em níveis superiores e que muitas vezes é uma das exigências do mercado de trabalho. De acordo com a Figura 8.3-67, as taxas e analfabetismo vêm caindo desde o ano 2000, sem considerar aqui as condições de qualidade do ensino. O acesso às oportunidades de estudo, através da disseminação das políticas públicas, vem auxiliando para que em muitas regiões do país haja maior oferta de vagas e condições para que parte significativa da população possa ter acesso à educação formal.

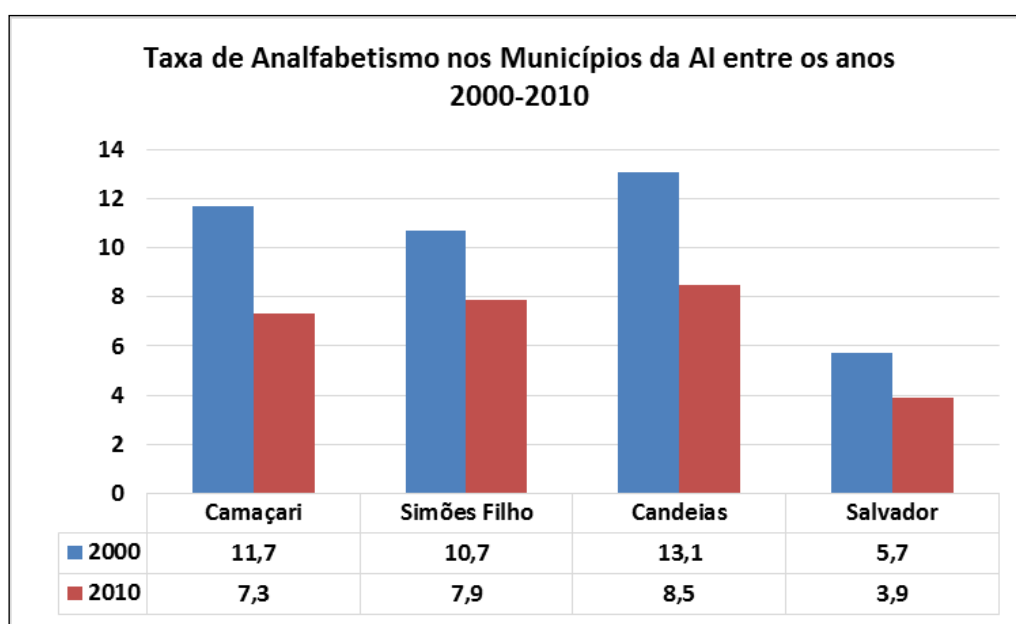


Figura 8.3-67. Taxa de analfabetismo nos municípios da AI entre os anos de 2000-2010 (Fonte: IBGE, 2010).

O município de Camaçari apresentou queda nas taxas de analfabetismo, segundo os dados do Censo do IBGE para os anos 2000 e 2010, de 11,7% para 7,3%. Em Simões Filho também registrou-se queda com a redução de 10,7% da sua população para 7,9%. Já em Candeias, a taxa de analfabetismo sofreu a maior redução dentre os municípios da área de influência, com uma queda de 4,6% entre os anos de 2000 e 2010. Nos anos mencionados, a taxa de analfabetismo em Salvador já estava bastante abaixo dos demais municípios. Em 2010, a taxa atingiu um patamar ainda mais baixo sendo registrado 3,9% de analfabetos na sua população.

Na Área de Influência Direta (AID) as taxas de analfabetismos alcançavam valores mais elevados que a média dos municípios em que esses distritos/comunidades eram atrelados. A Tabela 8.3-17 mostra que o percentual de pessoas analfabetas era maior em Ilha de Maré, cuja taxa registrada era de 13,5% das pessoas a partir dos 10 anos de idade. O menor índice foi detectado, segundo os microdados do Censo 2010 do IBGE, em Passagem dos Teixeiras com 8,32%, valor esse mais baixo que o município de Candeias.

Tabela 8.3-17. Taxa de analfabetismo da população de 10 anos, e mais na AID (Fonte: Microdados do IBGE, 2010 e Bourscheid, 2014).

Distritos / Comunidades	População de 10 anos e mais		Taxa de analfabetismo (%)
	Total	Analfabeta	
Caboto	1.529	181	11,84
Passé	2.529	327	12,93
Passagem dos Teixeiras	2.763	230	8,32
Ilha de Maré	5.424	737	13,5
Boca do Rio*	12	3	25%
Mapele	3.691	904	9,1

*Dados obtidos através da aplicação de questionários na AID.

A distribuição da população quanto ao grau de escolaridade tem por base o levantamento do último Censo realizado pelo IBGE. A Figura 8.3-68 registra essa distribuição para a população a partir dos 15 anos de idade ou mais. Diferenciando-se do Censo 2000, os parâmetros de classificação foram modificados para as seguintes categorias: Sem instrução/1º ciclo fundamental incompleto, 1º ciclo fundamental completo/2º ciclo incompleto, 2º ciclo fundamental completo ou mais e não determinada.

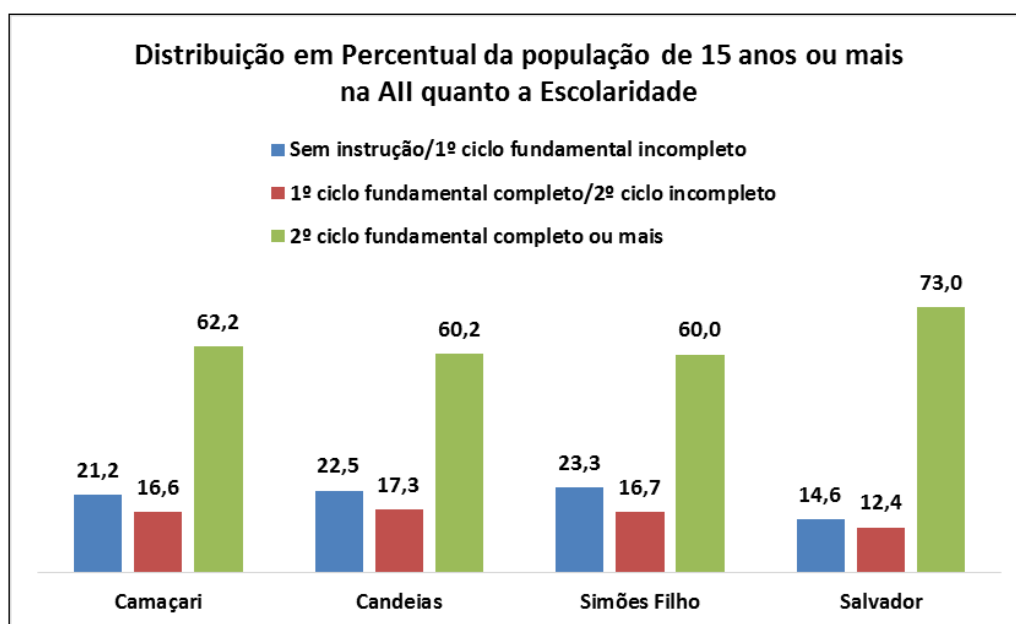


Figura 8.3-68. Distribuição da escolaridade da população de 15 anos ou mais na área de influência (Fonte: IBGE, 2010).

Em todos os municípios da área de influência, o 2º ciclo fundamental completo ou mais congrega a maior parte da população a partir dos 15 anos de idade. Em Camaçari, esse percentual alcança 62,2%, em Simões Filho 60,0%, e em Candeias 60,2%. Salvador registrava o maior valor com 73%.

Apesar do avanço desses índices pela disseminação das políticas públicas voltadas para a Educação, é possível observar que uma considerável parte da população ainda possui baixo grau de escolaridade, oscilando entre a ausência de instrução e apenas o 1º ciclo fundamental incompleto.

No município de Simões Filho, 23,3% da população a partir dos 15 anos de idade ou mais estava classificada nessa condição. Apesar de mais baixo, o quantitativo populacional nessa mesma faixa de escolaridade em Camaçari era de 21,2% do total. Em Candeias, o percentual da população que era classificada como sem instrução ou apenas o 1º ciclo fundamental incompleto atingia 22,25% da população a partir dos 15 anos, enquanto em Salvador era de 14,6%.

No tocante a Área de Influência Direta (AID), a tabulação dos dados após pesquisa de campo identificou o seguinte quadro para os graus de escolaridade da população potencialmente afetada:

Mapele

Quanto aos aspectos educacionais, a pesquisa com os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade de Mapele e seus familiares mostra um quadro de bastante deficiência (Figura 8.3-69). A Figura 8.3-70, produto dos questionários aplicados, apresenta um quadro de taxa de analfabetismo de 13% no total da amostra. O grau de escolaridade mais elevado era o nível médio completo, onde apenas uma parte, 11%, estava nessa categoria. O nível de escolaridade mais representativo na amostra era o nível fundamental incompleto, com 31% do total, seguido do nível médio incompleto com 28%.

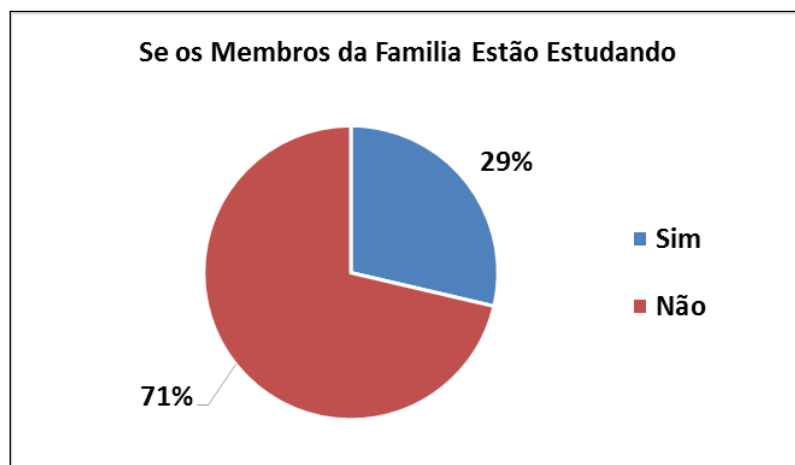


Figura 8.3-69. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

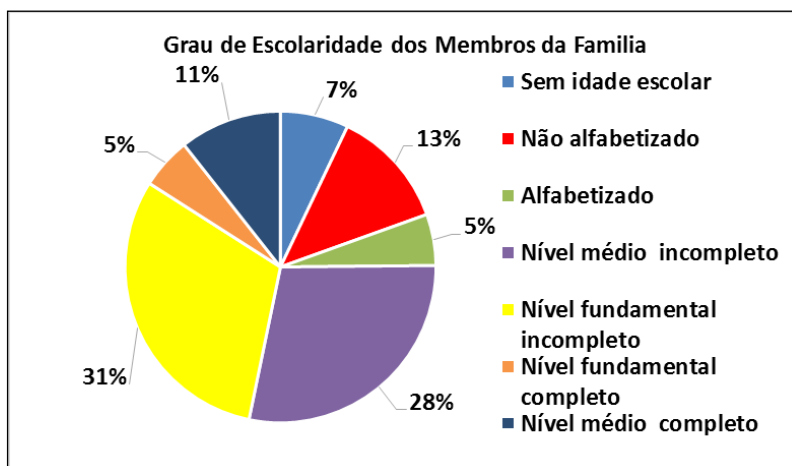


Figura 8.3-70. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A pesquisa averiguou qual o percentual de pessoas que constituem a família dos pescadores e pescadoras artesanais de Mapele, que ainda estão estudando. Do total, apenas 28% ainda encontram-se com frequência escolar. Um elevado percentual da amostra, 69%, não frequentava mais a escola (Figura 8.3-69). A pesquisa direta também diagnosticou que apenas 1 caso entre aqueles com menos de 21 anos decidiu parar o estudo pois não encontrou estímulo para seguir em frente com a formação.

Caboto

Quanto aos aspectos educacionais, a pesquisa com os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade de Caboto e seus familiares mostra um quadro aquém do ideal. Na Figura 8.3-71, o grau de escolaridade mais elevado era o superior incompleto, onde apenas 1%, estava nessa categoria. O nível de escolaridade mais representativo na amostra era o nível fundamental incompleto, com 29% do total, seguido do nível médio incompleto com 28%.

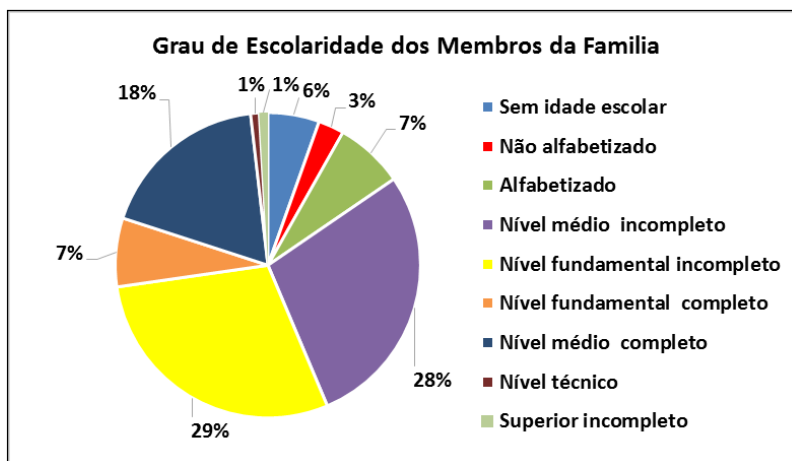


Figura 8.3-71. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A pesquisa averiguou qual o percentual de pessoas que constituem a família dos pescadores e pescadoras artesanais de Caboto, que ainda estão estudando. Do total, apenas 47% ainda encontram-se com frequência escolar. Um elevado percentual da amostra, 53%, não frequentava mais a escola (Figura 8.3-72). A pesquisa direta também diagnosticou que entre aqueles com menos de 21 anos que decidiram parar o estudo, 50% frequentou a escola até 2 anos e 50% até 4 anos. Os argumentos com índices mais elevados estavam relacionados a necessidade de trabalho e a constituição de família (Figura 8.3-73 e Figura 8.3-74).

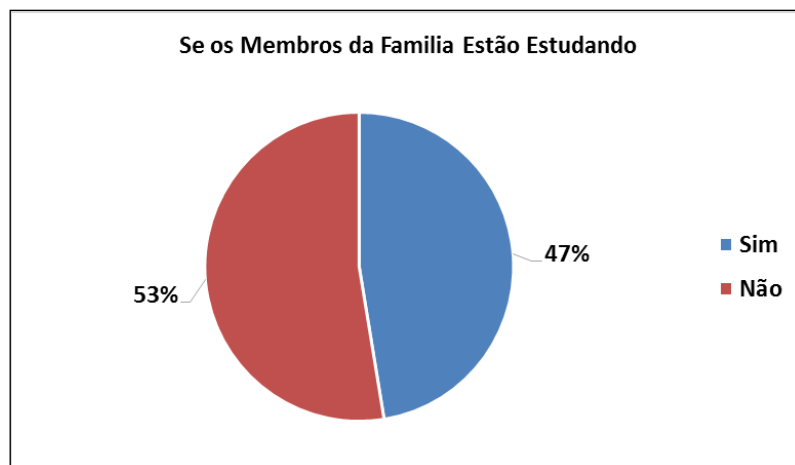


Figura 8.3-72. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

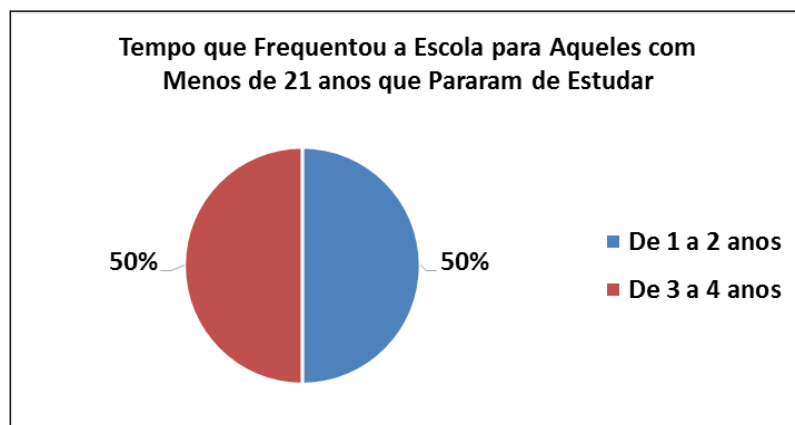


Figura 8.3-73. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

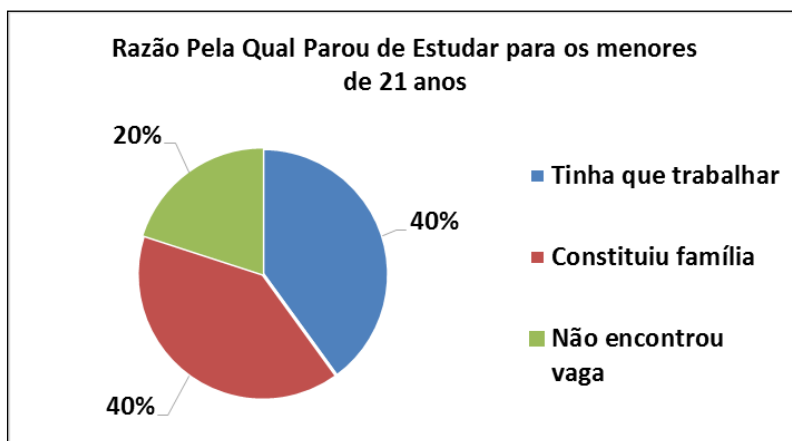


Figura 8.3-74. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

Quanto aos aspectos educacionais, a pesquisa com os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade de Ilha de Maré e seus familiares mostra que a taxa de analfabetismo de 5% no total da amostra (Figura 8.3-75). O grau de escolaridade mais elevado era o nível médio completo, onde apenas uma parte, 16%, estava nessa categoria. O nível de escolaridade mais representativo na amostra era o nível médio incompleto, com 29% do total, seguido do nível fundamental incompleto com 27%.

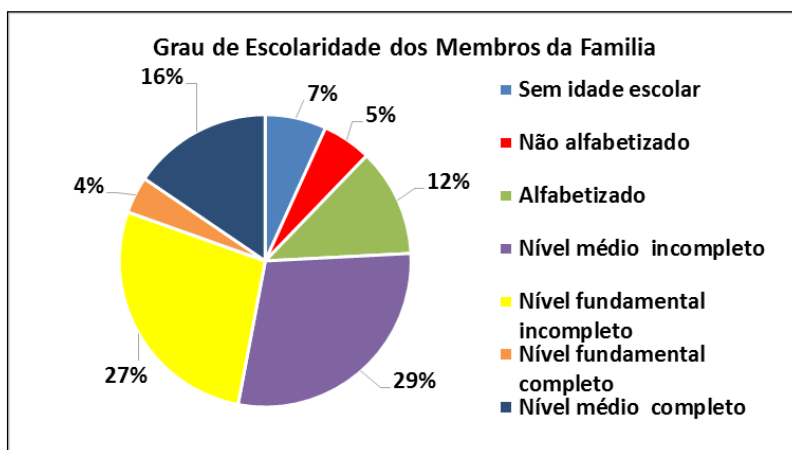


Figura 8.3-75. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

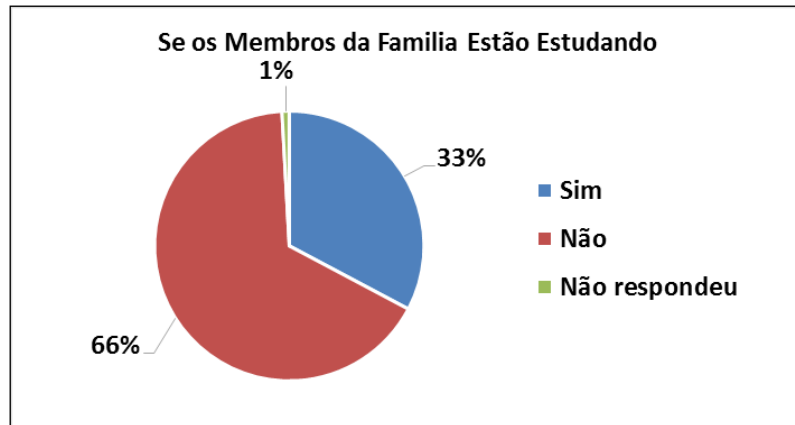


Figura 8.3-76. Se membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A pesquisa averiguou qual o percentual de pessoas que constituem a família dos pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré e que ainda estão estudando. Do total, apenas 33% ainda encontram-se com frequência escolar. Um elevado percentual da amostra, 66%, não frequentava mais a escola (Figura 8.3-76). A pesquisa direta também diagnosticou que entre aqueles com menos de 21 anos que abandonaram a escola, 33% frequentou a mesma por mais de 4 anos. Entre as razões, prevaleceu a constituição de famílias com 30% das respostas (Figura 8.3-77 e Figura 8.3-78).

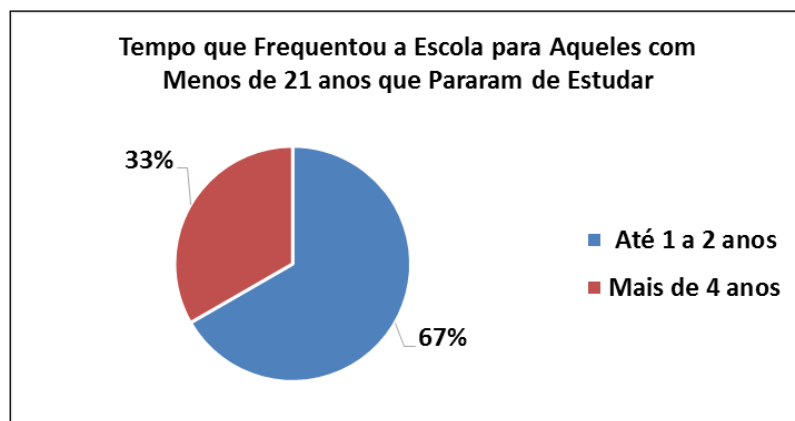


Figura 8.3-77. Tempo que frequentou a escola para aqueles com menos de 21 anos que pararam de estudar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

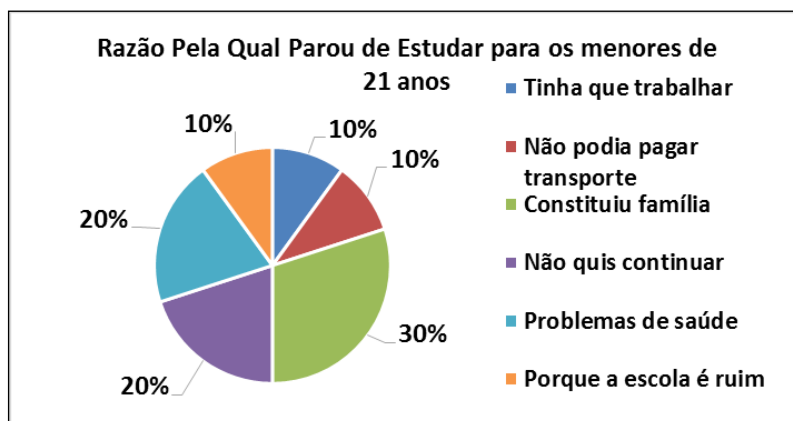


Figura 8.3-78. Razão pela qual parou de estudar para os menos de 21 anos (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passagem dos Teixeiras

Quanto aos aspectos educacionais, a pesquisa com os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade de Passagem dos Teixeiras e seus familiares mostra um quadro de bastante deficiência. A Figura 8.3-79, produto dos questionários aplicados, apresenta um quadro de taxa de analfabetismo de 7% no total da amostra. O grau de escolaridade mais elevado era o nível médio completo, onde apenas uma parte, 12%, estava nessa categoria. O nível de escolaridade mais representativo na amostra era o nível fundamental incompleto, com 33% do total, seguido do nível médio incompleto com 23%.

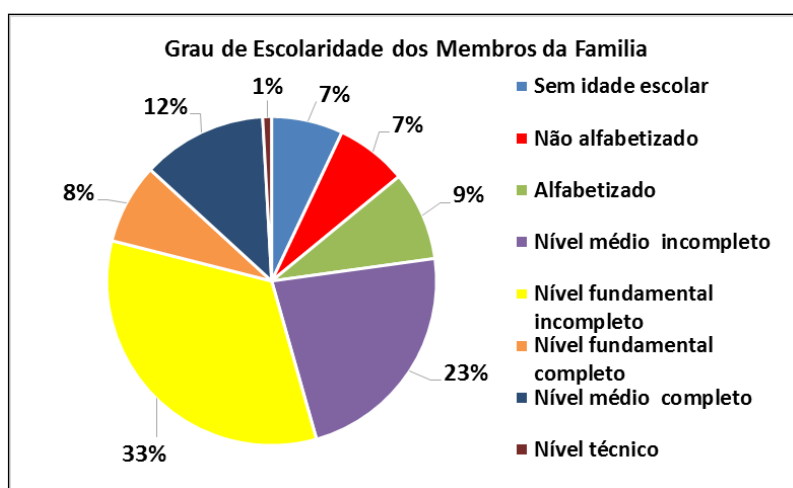


Figura 8.3-79. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A pesquisa averiguou qual o percentual de pessoas que constituem a família dos pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras, que ainda estão estudando. Do total, 46% ainda encontram-se com frequência escolar (Figura 8.3-80).

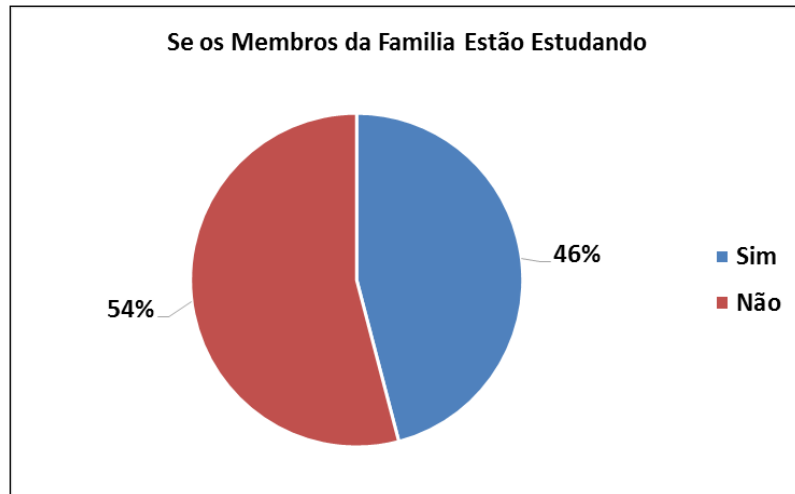


Figura 8.3-80. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Comunidade Boca do Rio

Quanto aos aspectos educacionais, a pesquisa com os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade de Boca do Rio e seus familiares mostra um quadro de pouca escolaridade. A Figura 8.3-81, produto dos questionários aplicados, apresenta um quadro de taxa de analfabetismo de 7% no total de pessoas. O grau de escolaridade mais elevado era o nível médio completo, onde apenas uma parte, 29%, estava nessa categoria.

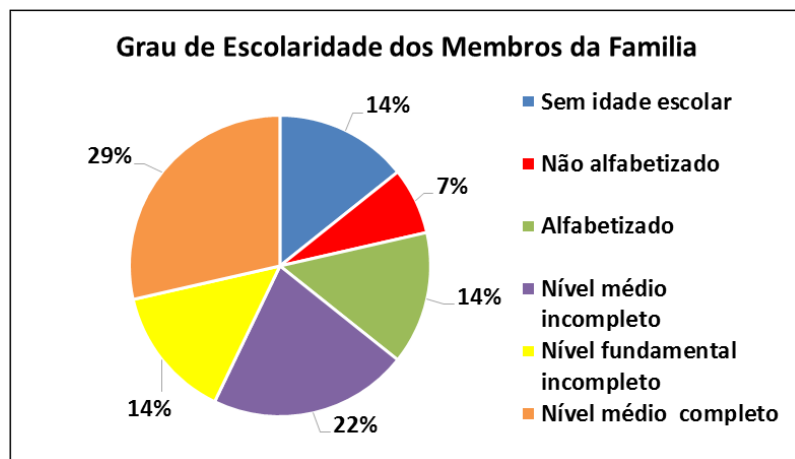


Figura 8.3-81. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A pesquisa averiguou qual o percentual de pessoas que constituem a família dos pescadores e pescadoras artesanais de Boca do Rio, que ainda estão estudando. Do total, apenas 25% ainda encontram-se com frequência escolar. Um elevado percentual da amostra, 75%, não frequentava mais a escola (Figura 8.3-82).

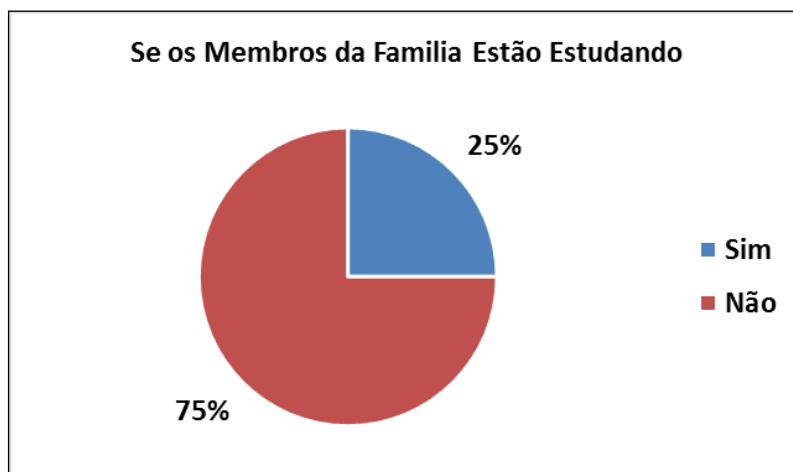


Figura 8.3-82. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passé

Quanto aos aspectos educacionais, a pesquisa com os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade de Passé e seus familiares, na Figura 8.3-83, produto dos questionários aplicados, apresenta uma taxa de analfabetismo de 6% no total da amostra. O grau de escolaridade mais elevado era o nível médio completo, onde uma parte, 31%, estava nessa categoria.

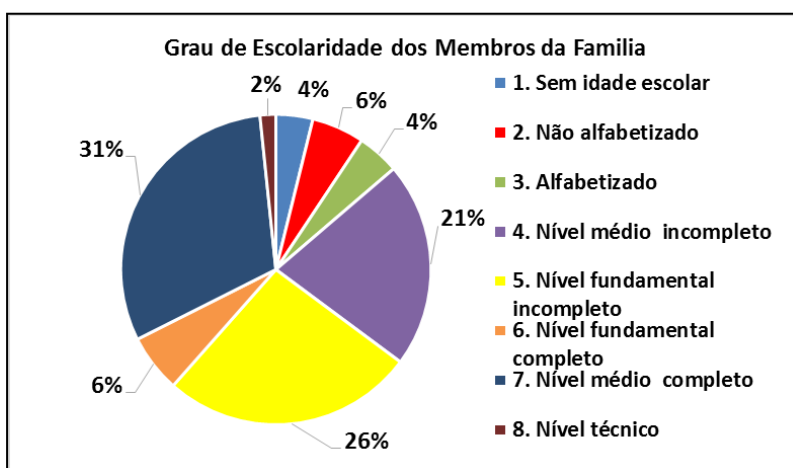


Figura 8.3-83. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A pesquisa averiguou qual o percentual de pessoas que constituem a família dos pescadores e pescadoras artesanais de Passé, que ainda estão estudando. Do total, apenas 33% ainda encontram-se com frequência escolar. Um elevado percentual da amostra, 67%, não frequentava mais a escola (Figura 8.3-84). A pesquisa direta também diagnosticou que dentre aqueles menos de 21 anos que decidiram parar o estudo, 60% frequentou a escola por 2 anos e 40% entre 3 a 4 anos (Figura 8.3-85).

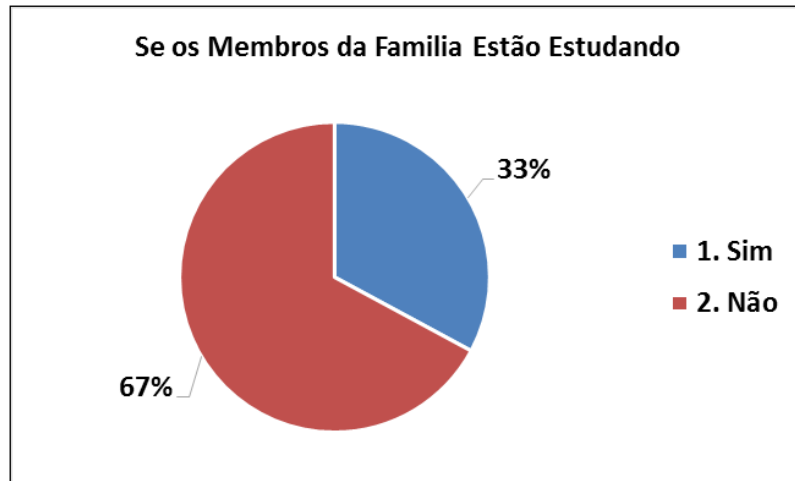


Figura 8.3-84. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

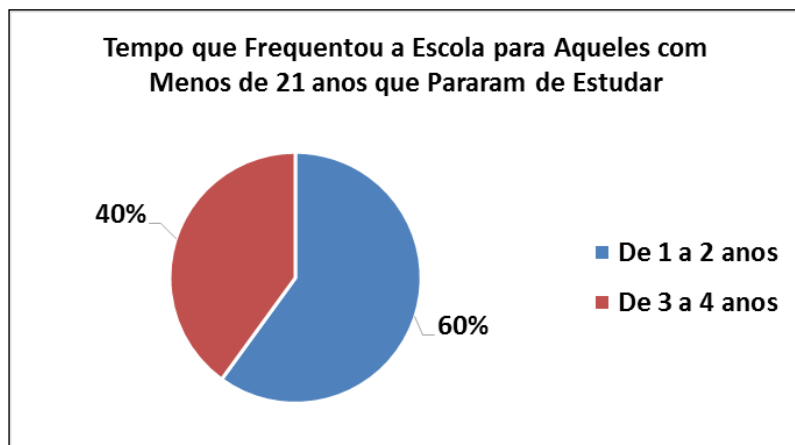


Figura 8.3-85. Tempo que frequentou a escola para aqueles com menos de 21 anos que pararam de estudar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto à taxa de aprovação no ensino fundamental no Estado da Bahia em 2011 foi de 79,5%, enquanto as de reprovação chegaram a 15% e as de abandono, 5,5%. Essas apresentam melhores quadros do que em relação ao ensino médio, exceto quanto à reprovação (Tabela 8.3-18). Em Candeias ocorre o maior nível de aprovação no ensino fundamental em toda a área de influência, com 84,4%. A taxa de reprovação no município para esse grau de ensino foi de 10,6%, a mais baixa da AII. A taxa de abandono chegou a 5,0%. Em Camaçari, a taxa de aprovação em 2011, segundo a SEC, foi de 82,0%, ou seja, valores acima do Estado. A taxa de reprovação foi a mais baixa com 4,5%, enquanto a taxa de abandono foi de 4,5%. O município de Salvador registrou o maior índice de reprovação com 20,5%, enquanto Simões Filho a maior taxa de abandono no ensino fundamental, com 5,3%.

Tabela 8.3-18. Taxas de aprovação, reprovação, abandono, no Estado da Bahia e Municípios da AI para o Ensino Fundamental e Médio (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).

Estado /Município	Grau de Escolaridade					
	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Aprovação	Taxas reprovação	Abandono	Aprovação	Taxas reprovação	Abandono
Bahia	79,5	15,0	5,5	72,6	14,9	12,5
Camaçari	82,0	13,5	4,5	67,9	19,3	12,8
Candeias	84,4	10,6	5,0	77,3	14,1	8,6
Salvador	74,6	20,5	4,9	63,5	22,3	14,2
Simões Filho	76,4	18,3	5,3	63,3	23,4	13,3

A evasão escolar, segundo QUEIROZ (2012), é o que ocorre quando um aluno deixa de frequentar a escola e fica caracterizado o abandono escolar, e historicamente é um dos tópicos que fazem parte dos debates e análises sobre a educação pública. Vários fatores podem ocasionar a evasão escolar, dentre eles, ensino mal aplicado por meio de metodologias inadequadas, professores mal preparados, problemas sociais, descaso por parte do governo. O debate sobre a origem do problema varia conforme o ponto de vista dos debatedores. Pode partir tanto do papel da família quanto do Estado e da escola em relação à vida escolar da criança. Para o ensino médio, o abandono da escola pode estar associado também à necessidade de se buscar emprego com maior rapidez, o que se reflete no longo prazo, em piores condições de trabalho ou salariais.

Para o ensino médio, o Estado da Bahia em 2011, registrava taxas de piores condições quando se compara com o ensino fundamental, atingindo 72,6%. O que mais chama atenção tem sido a taxa de abandono, de cerca de 12,5%. Em Candeias, a taxa de aprovação foi a mais alta dentre todos os municípios da Área de Influência, 77,3%. A taxa de reprovação, 8,6%, foi inclusive mais baixa que a do Estado da Bahia. Em relação a taxa de evasão para o ensino médio, Salvador registrou o maior índice na AI com 14,2%.

O município de Camaçari teve uma taxa de aprovação de 67,9% de acordo com os dados da SEC (2011). A taxa de reprovação apresentou com 19,3%, enquanto a taxa de abandono foi de 12,8%. O último município da AI, Simões Filho, registrou uma taxa de aprovação de 63,3%. A taxa de reprovação foi de 23,4%, sendo, portanto, a maior entre os municípios da AI e acima também da registrada pelo Estado da Bahia.

Com relação ao número de horas de aula por município, a Figura 8.3-86 mostra os dados para os diversos níveis de rede e grau de escolaridade nos municípios da AI. A educação em tempo integral ainda não é aplicada em muitos municípios do país. Tal iniciativa tem sido objeto de debate através do Plano Nacional de Educação que deverá fornecer as diretrizes educacionais até o ano de 2020. O

objetivo dessa modalidade é o aumento da jornada escolar em até 7 horas por dia. Embora isso não signifique qualidade, já que as unidades escolares e a formação dos professores no país carecem de melhorias significativas. A educação integral pode ser entendida como um ensino que possibilita uma formação mais completa para o aluno.

Em Camaçari, o ensino médio na rede privada registrou o maior número de horas aula dentre todos os setores com 6,6 horas-aula. Para o ensino fundamental, a rede estadual em Simões Filho e Salvador teve cerca de pouco mais 5 horas-aula em média, a frente da rede privada e municipal. A maior quantidade de média de horas-aula em Candeias estava concentrada na rede privada no ensino médio com 4,6 horas.

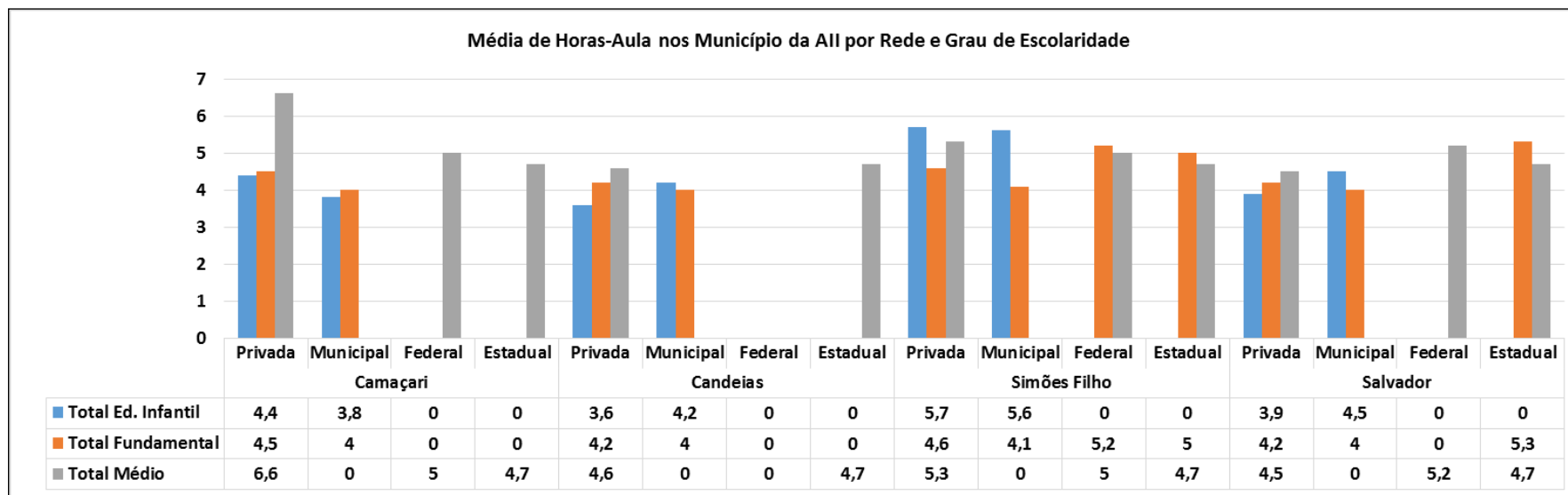


Figura 8.3-86. Média de Horas-Aula nos Municípios da AII por Rede e Grau de Escolaridade em 2010 (INEP, 2013).

Na Figura 8.3-87, têm-se as condições quanto a quantidade de alunos por turma nos municípios da área de influência. Uma quantidade maior de alunos por sala pode causar, teoricamente, prejuízos ao aprendizado dos alunos. Não existe uma definição legal pelo Ministério da Educação (MEC), por isso, a análise desse dado dependeria de outras variáveis, principalmente de ordem de infraestrutura da escola.

No município de Candeias, o total de alunos por turma na educação infantil na rede municipal foi de 15,5 alunos enquanto na rede privada era de apenas 11,1. No ensino fundamental, esse número passa para 23,1 nas unidades escolares do município, enquanto na rede privada era levemente mais baixo com 22,7. A rede estadual de Salvador, para o ensino fundamental, registrou o maior número de aluno por sala com 32,2.

Em Camaçari, as maiores taxas de alunos por sala estavam presentes nas redes federal e privada do ensino médio com 35,7 e 32,3 respectivamente. O ensino fundamental, segundo dados para o ano de 2010 através do INEP, registrou a maior diferença entre a rede pública e privada de alunos por sala com uma diferença de 12,4 alunos.

O município de Simões Filho apresentava no ensino médio a maior taxa de alunos por sala dentre todos os municípios da All com 37,3 alunos por sala. No ensino fundamental, esses números para as redes estadual, municipal e privada, alcançavam respectivamente 31,5, 26 e 18,2 alunos por sala.

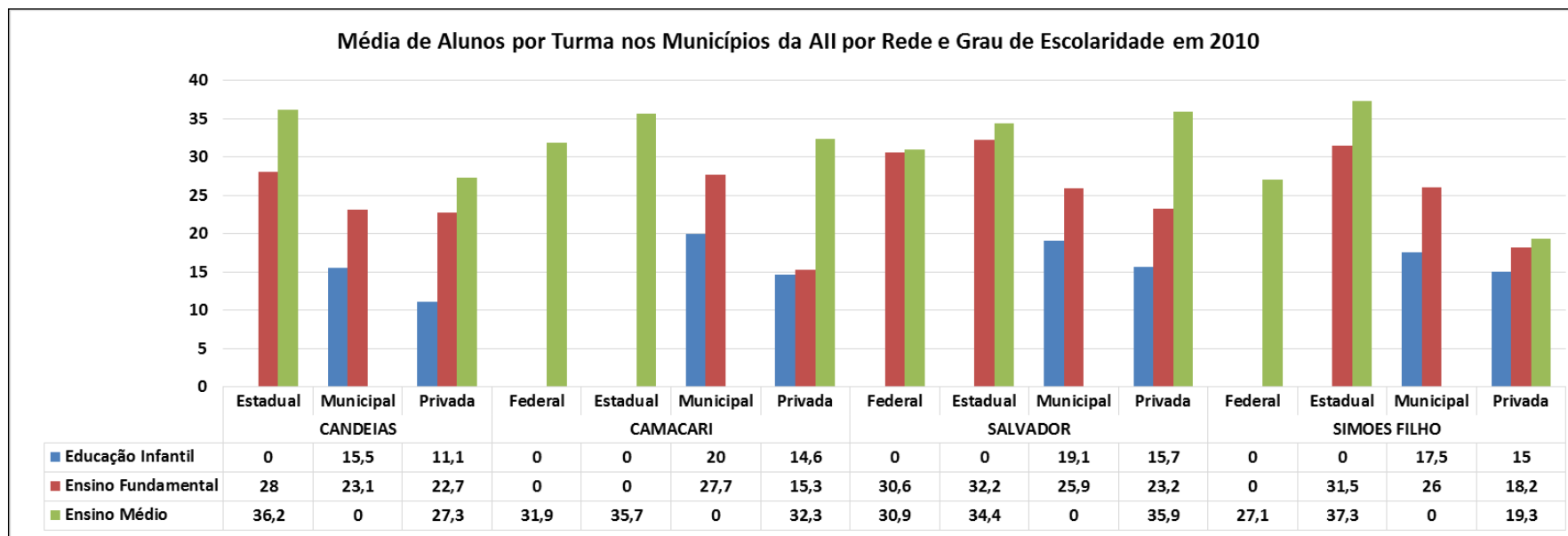


Figura 8.3-87. Média de Alunos por Turma nos Municípios da All por Rede e Grau de Escolaridade em 2010.

Quanto ao nível superior de educação, a área de influência, principalmente pela presença de Salvador, concentra as maiores instituições do Estado, sejam elas públicas ou privadas. Para o caso específico da capital, a existência dos maiores campi da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) são grandes polos de atração de alunos anualmente para os diversos cursos. Os incentivos dos demais municípios da AII como Camaçari, Simões Filho e Candeias na promoção de apoio logístico aos alunos que se deslocam para a capital também fortalece esse quadro.

De maneira geral, excetuando-se Salvador, os outros municípios aqui avaliados possuem poucas instituições em atuação nas suas sedes. Notadamente essas unidades são privadas e oferecem baixas opções de cursos.

Os dados mais atuais em relação à questão do nível superior nos municípios disponíveis através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) encontram-se com certo grau de defasagem, pois, o último ano de referência é de 2009. Assim, foram utilizados dados do Censo 2010 do IBGE que levantou as seguintes variáveis: pessoas que frequentavam níveis superiores de educação e pessoas que já tinham concluído nível superior. Segundo esses dados, a AII contava com 267.033 pessoas com nível superior, o que representaria 8,5% do total da população ou seja, níveis considerados baixos (Figura 8.3-88).

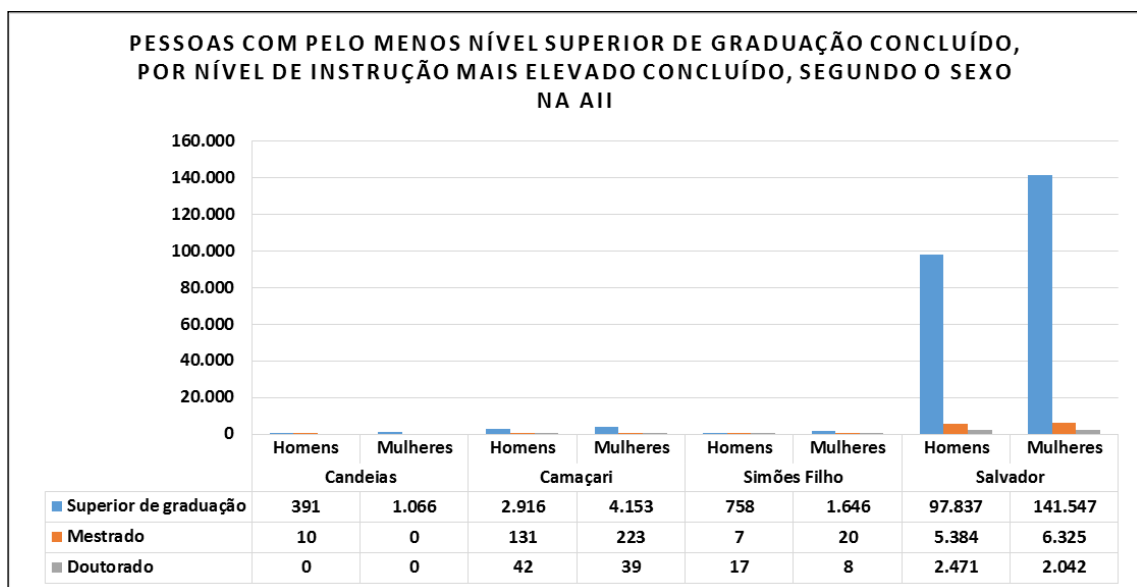


Figura 8.3-88. Pessoas com pelo menos nível superior de graduação concluído, por nível de instrução mais elevado concluído, segundo o sexo na AII (Fonte: Censo 2010, IBGE).

As mulheres apresentavam maior participação quanto a essa variável em todos os municípios. Em algumas situações como em Simões Filho e Candeias, a proporção de mulheres com nível superior

frente aos homens alcançava mais de 100% de diferença. Os graus mais elevados como o mestrado e o doutorado ainda atingiam condições ínfimas frente ao número de pessoas da graduação. Comparativamente, as condições desiguais daqueles que já detinham nível superior dos municípios de Candeias, Camaçari e Simões Filho frente a capital termina por gerar um quadro de ausência de opções de mão de obra mais qualificadas a serem ocupadas nas empresas locais. Apesar da redução desse processo, ainda cabe a Salvador a maior fatia de provimento da mão de obra especializada.

Segundo o Censo 2010 do IBGE, o contingente de pessoas que estavam frequentando os níveis superiores de educação somou 147.456 pessoas (Tabela 8.3-19).

Tabela 8.3-19. Pessoas da All que Frequentavam Níveis Superiores de Educação (Fonte: Censo 2010 (IBGE)).

Níveis Superiores de Educação	Candeias		Camaçari		Simões Filho		Salvador	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Superior de graduação	204	593	2.016	3.255	706	1.383	53.245	66.962
Especialização de nível superior	10	15	176	233	72	69	4.798	8.093
Mestrado	-	18	46	99	35	28	1.748	2.182
Doutorado	-	-	-	13			734	723
Total	214	626	2.238	3.600	813	1.480	60.525	77.960

Em Candeias, apenas 840 pessoas estavam frequentando níveis superiores de educação, em Camaçari o contingente era de 5.838, em Simões Filho, 2.293 e por fim, em Salvador, 138.485. Frente a capital, o número de pessoas que frequentavam os níveis superiores de educação representava apenas 6,4%. Novamente destaca-se o papel feminino na questão, sendo predominante o número de mulheres a cursarem os níveis superiores de educação em todos os municípios.

O total de pessoas que frequentavam os níveis superiores de educação representavam 4,7% da população total dos municípios da Área de Influência Indireta.

Para educação infantil, na área de influência havia um total de 184 escolas. (Tabela 8.3-20 e Figura 8.3-89). A maior parte delas estava concentrada, pela sua dimensão, em Salvador. Em Simões Filho foram registradas 63 escolas de ensino infantil. Candeias detinha um total de 47 unidades escolares para o ensino infantil.

Tabela 8.3-20. Distribuição do número de estabelecimentos, matrículas e docentes na AI no Ensino Infantil (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2009, 2011)

Municípios	Estabelecimentos	%	Matrícula	%	Docentes*	%
Camaçari	93	11,7	5.776	10,6	192	6,4
Candeias	45	5,6	2.628	4,8	167	5,5
Salvador	602	75,5	41.453	76,4	2.431	80,8
Simões Filho	57	7,2	4.390	8,1	220	7,3
Total	797	100,0	54.247	100,0	3.010	100,0

*Dados disponíveis apenas para o ano de 2009.

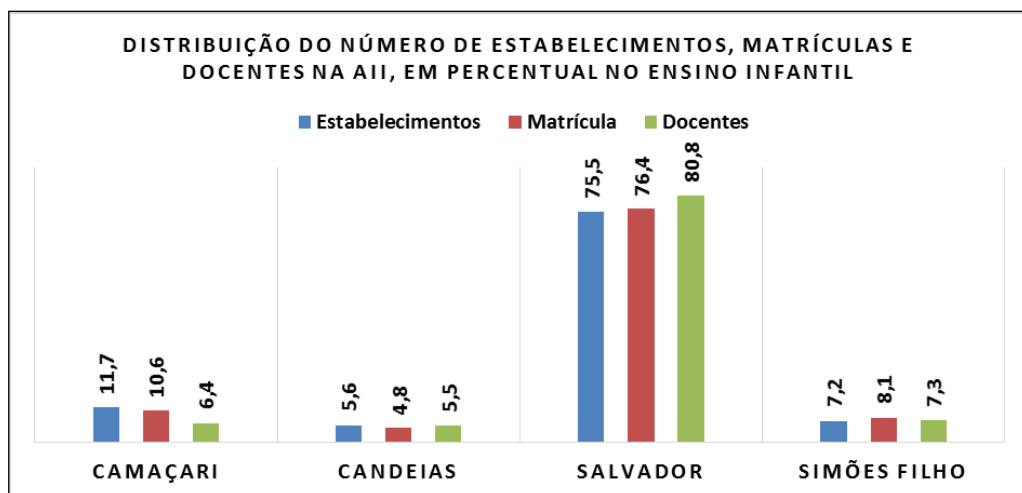


Figura 8.3-89. Distribuição do número de estabelecimentos, matrículas e docentes na AII, em percentual no ensino infantil (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).

Quanto ao número de docentes em atuação na educação infantil, os dados da SEC para o ano de 2009 mostraram um total de 3.010 professores ao todo. Camaçari contava com 192 profissionais ou 6,4% do total, Candeias com 167 (5,5%) e Simões Filho, contava com 220. A capital do Estado registrou segundo o Censo Escolar de 2010 um total de 2.431 docentes ou o equivalente a 80,8% da AII.

Na área de influência as matrículas somaram 54.247 registros. Os dados da SEC para o ano de 2011 mostram que em Camaçari ocorreram 5.776 matrículas no ensino infantil, representando assim, 10,6% do total de matrículas na área de influência. O município de Candeias registrou um total de 2.628 matrículas no ensino infantil em 2011 ou 4,8% da área de influência. Em Simões Filho foram totalizadas 4.724 matrículas segundo a SEC do Estado da Bahia. As matrículas para o ensino infantil em Salvador totalizaram 76,4% da AII.

Na área de influência havia um total de 724 escolas na zona urbana e 73 na zona rural (Tabela 8.3-21). A maior parte delas estava concentrada em Salvador. Em Candeias foram registradas 45 escolas de ensino infantil, sendo que 21 delas na zona urbana. Apenas 6 escolas do setor privado estavam em atuação no ensino infantil. Simões Filho detinha um total de 57 unidades escolares para o ensino infantil. Salvador contava com 602 escolares, sendo que 98,1% estavam na zona urbana.

No ensino fundamental na área de influência havia 249 estabelecimentos de ensino. Camaçari contava com 99 unidades, Candeias possuía 65 escolas, segundo dados da SEC, e em Simões Filho, a rede escolar para o ensino fundamental totalizou 85 estabelecimentos.

Tabela 8.3-21. Distribuição do número de estabelecimentos por dependência administrativa no ensino infantil (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).

Municípios	Localização	Dependência Administrativa			
		Total	Particular	Estadual	Municipal
Camaçari	Rural	16	3	-	13
	Urbana	77	47	-	30
Candeias	Rural	24	2	-	22
	Urbana	21	4	-	17
Simões Filho	Rural	22	-	-	22
	Urbana	35	7	-	28
Salvador	Rural	11	2	-	9
	Urbana	591	325	-	266
Total	Rural	73	7	-	66
	Urbana	724	383	-	341
Total		797	390	-	407

Havia um total de 15.080 docentes na rede pública de educação voltada para o ensino fundamental na área de influência (Tabela 8.3-22). Camaçari contava com um total de 1.227 (8,1%) docentes atuando nos estabelecimentos voltados para o ensino fundamental. O município de Candeias registrou um total de 553 docentes (3,7%), enquanto em Simões Filho, havia cerca de 737 profissionais (4,9%). Mais de 80% dos professores da área de influência indireta estavam concentrados em Salvador (Figura 8.3-90).

Tabela 8.3-22. Distribuição do número de estabelecimentos, matrículas e docentes na área de influência no ensino fundamental (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).

Municípios	Estabelecimentos	%	Matrícula	%	Docentes*	%
Camaçari	119	11,4	34.812	9,4	1.227	8,1
Candeias	65	6,2	12.390	3,4	553	3,7
Salvador	777	74,6	300.890	81,6	12.563	83,3
Simões Filho	80	7,7	20.635	5,6	737	4,9
Total	1.041	100,00	368.727	100,00	15.080	100,00

Em relação às matrículas no nível fundamental, o anuário da SEC-BA informa que os municípios da área de influência registraram 368.727 matrículas. O município de Camaçari, segundo o anuário da SEC-BA, matriculou um total de 34.812 estudantes no ensino fundamental (9,4%). Em Simões Filho ocorreram 20.635 (5,6%) matrículas e em Candeias um total de 12.390 matrículas (3,4%). O total de matrículas no ensino fundamental representava 81,6% em Salvador.

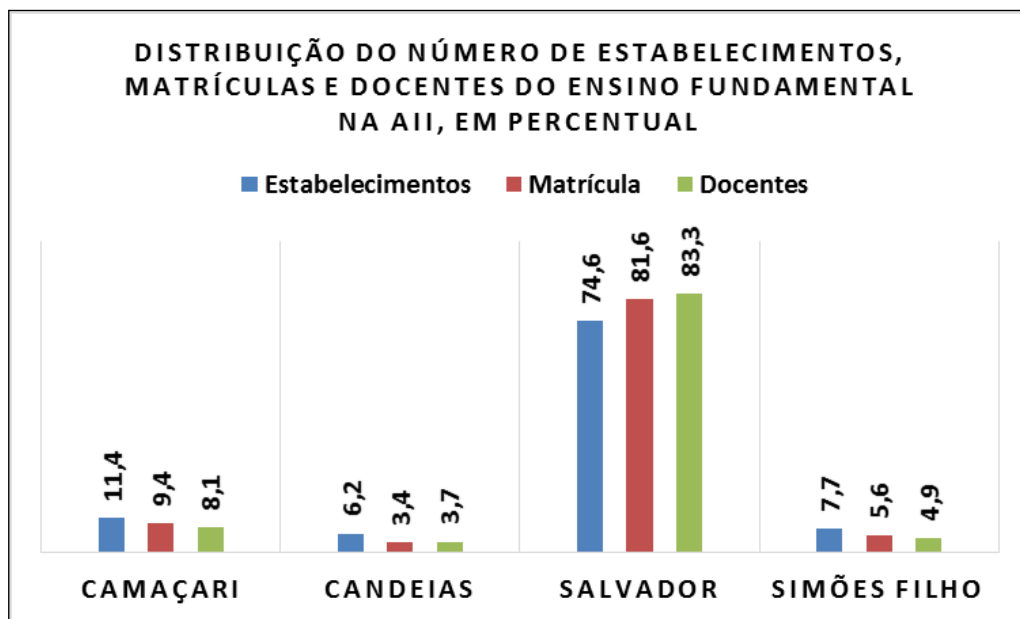


Figura 8.3-90. Distribuição do número de estabelecimentos, matrículas e docentes na área de influência, em percentual, na educação fundamental (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2009 & CODEBA, 2012).

Na área de influência havia um total de 993 escolas na zona urbana e 53 na zona rural (Tabela 8.3-23). A maior parte delas estava concentrada em Salvador. Em Candeias foram registradas 65 escolas de ensino fundamental, sendo que 40 delas na zona urbana. Apenas 8 escolas do setor privado estavam em atuação no ensino fundamental em Candeias. Simões Filho detinha um total de 85 unidades escolares para o ensino fundamental. A rede pública de ensino de Camaçari contava

com 119 escolas, predominantemente alocadas na zona urbana, sendo que a maior parte desses estabelecimentos tinham como dependência administrativa o setor privado.

Tabela 8.3-23. Número de estabelecimentos de ensino fundamental, localização e dependência administrativa. (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).

Municípios	Localização	Dependência Administrativa				
		Total	Particular	Estadual	Municipal	Federal
Camaçari	Rural	15	-	-	15	-
	Urbana	104	63	-	41	-
Candeias	Rural	25	1	-	24	-
	Urbana	40	7	3	30	-
Simões Filho	Rural	2	-	-	2	-
	Urbana	83	6	8	69	1
Salvador	Rural	11	1	1	9	-
	Urbana	766	226	198	341	-
Total	Rural	53	2	1	50	0
	Urbana	993	302	209	481	1
Total		1046	304	210	531	1

Torna-se importante salientar que o ensino fundamental absorve grande parte das necessidades escolares relativos às vagas e infraestrutura. Com o passar do tempo, deverá ocorrer aumento na pressão pela demanda através do ensino médio, caso haja uma continuidade nos estudos por parte dos alunos.

O ensino médio, de maneira geral, apresenta uma infraestrutura de atendimento em menor escala frente à quantidade de alunos que estão no ensino fundamental, conforme diagnóstico da SEC para o ano de 2011. A área de influência contava com um total de 267 escolas, sendo que, 9 em Candeias, 10 em Simões Filho e 14 em Camaçari (Tabela 8.3-24 e Figura 8.3-91).

Tabela 8.3-24. Distribuição do número de estabelecimentos, matrículas e docentes na AI no ensino médio (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).

Municípios	Estabelecimentos	%	Matrícula	%	Docentes	%
Camaçari	14	5,2	11.486	8,8	472	6,8
Candeias	9	3,4	3.153	2,4	118	1,7
Simões Filho	10	3,7	5.459	4,2	234	3,3
Salvador	234	87,6	110.757	84,6	6.163	88,2
Total	267	100,00	130.855	100,00	6.987	100,00

No ensino médio na área de influência, segundo dados da SEC de 2011, foram realizadas 130.855 matrículas, cabendo a Salvador o maior montante desse número, com 110.757 registros ou 84,6% do total (Figura 8.3-91). Candeias teve a menor quantidade de matrículas, com 3.153 registros.

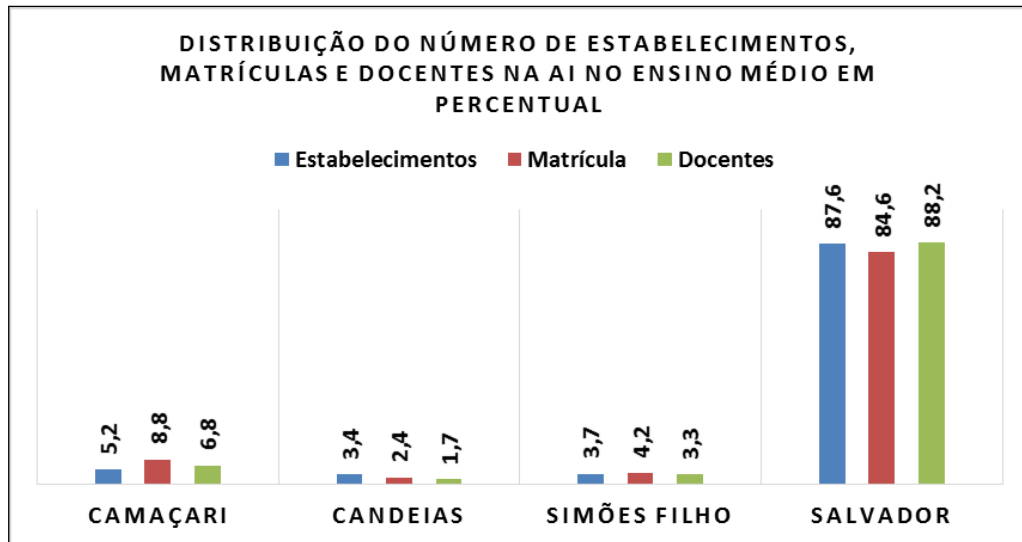


Figura 8.3-91. Distribuição do número de estabelecimentos, matrículas e docentes na área de influência em percentual no ensino médio (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).

Em nenhum município da AI há registros de escolas para o ensino médio no setor rural. Em Candeias (Tabela 8.3-25) no setor urbano, foram registradas cerca de 9 escolas, sendo 3 particulares e seis estaduais. Em Simões Filho na zona urbana, as unidades somaram 9 ao total, sendo 1 de caráter federal. No município de Camaçari, as escolas de ensino médio somaram ao todo 14 unidades. Todas as escolas estavam presentes no setor urbano, sendo 3 particulares, 10 estaduais e uma federal. Por fim, Salvador registrava 147 unidades escolares voltadas para o ensino médio cuja dependência administrativa era Estadual.

Tabela 8.3-25. Número de estabelecimentos no ensino médio e classes de alfabetização por município, localização e dependência administrativa (Fonte: MEC/INEP/SEC, 2011).

Municípios	Localização	Dependência Administrativa				
		Total	Particular	Estadual	Municipal	Federal
Camaçari	Urbana	14	3	10	-	1
Candeias	Urbana	9	3	6	-	-
Simões Filho	Urbana	9	-	8	-	1
Salvador	Urbana	234	85	147	-	2
Total	Rural	-	-	-	-	-
	Urbana	266	91	171	-	4
Total		266	91	171	-	4

Assim como outros itens de infraestrutura, a AID também é assistida por equipamentos educacionais que atendem minimamente as necessidades. São na sua maioria, unidades escolares voltadas para o ensino infantil e ensino fundamental incompleto. Eventualmente algumas dessas comunidades/distritos pesquisados para o diagnóstico ambiental possuem suporte ao ensino fundamental completo. A partir desse ponto, os alunos dirigem-se as sedes municipais através de transporte escolar para as unidades estaduais onde estão concentrados os ensinos a nível de 2º grau.

O distrito de Ilha de Maré, e que pertence a capital do Estado, é o que apresenta pior situação considerando a morfologia de ocupação do território. A dependência do clima e de embarcações para que os alunos tenham acesso as unidades escolares dificultam ainda mais o quadro (Figura 8.3-92 e Figura 8.3-93). Além da precariedade pelo número reduzido de escolas, muitos alunos tem a sua demanda atendida pelo município de Candeias através do Distrito de Passé.



Figura 8.3-92. Alunos de Ilha de Maré retornando da Escola em Passé/Candeias (Fonte: Bourscheid, 2014).

A lama que os meninos enfrentam quando vem da escola é terrível. A gente também quando vem de Salvador com peso (...) Aqui a escola é até quarta-série. Depois vai tudo pra Passé(...) Em Praia Grande e Santana vai tudo pra São Tomé de Paripe (...) Sem contar que nessa travessia, quando tem temporal, para os barcos pequenos atravessar, molha(...) E quando chega do outro lado, é cerca de 1 km até Roça Grande de Passé e não tem transporte para os alunos. Tem que ir andando(...) Só tem o barco aqui(...) E com muita luta é que a prefeitura colocou(...) E só carrega os alunos da quarta-série(...) (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré).

Por ser Passé, o ponto mais próximo do continente pra Ilha de Maré, nós temos aqui, pra você ter uma ideia, 60% dos alunos aqui de Passé são moradores da Ilha

de Maré. O pessoal da Ilha de Maré utiliza mais o nosso distrito como fonte de renda, do que Salvador. As fontes de construção saem todas daqui para Ilha de Maré (Jorge da Cruz Silva, Secretário Geral da ABENDIP).

A estrutura educacional nas comunidades da AID podem ser vista algumas nas figuras a seguir (Figura 8.3-93) e são listadas na Tabela 8.3-26.





Figura 8.3-93. Unidades escolares na AID em Passé (UTM 550851/8592529), em Caboto (UTM 554106/8590287), em Passagem dos Teixeiras (UTM 559789/8591912 – 559972 / 8591517), em Mapele (UTM 560204 / 8587614) e em Ilha de Maré (UTM 550700/8591176), fotos de “a” a “h”.

Tabela 8.3-26. Escolas na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Data Escola Brasil, 2014).

Comunidade/ Distrito	Tipo de Estabelecimento	Nome da Escola	Educação Infantil	Educação Fundamental	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos	Alunos no Transporte Escolar
Caboto	Público	Escola de Educacao Infantil Professor Eliodoro de Jesus	133	-	-	-	8
Caboto	Público	Escola Municipal Thyeres Novaes Cerqueira Lima	-	59	-	-	-
Passé	Público	Escola de Educacao Infantil Professora Palmira do Nascimento Garcez	82	-	-	-	8
Passé	Público	Escola Municipal Albertina Dias Coelho	-	289	-	53	93
Passé	Público	Escola Municipal Antonio Cristino dos Santos	18	31	-	-	6
Passé	Público	Escola Municipal Castro Alves	39	93	-	13	-
Passé	Público	Escola Municipal Monteiro Lobato	32	27	-	17	35
Passagem dos Teixeiras	Público	Escola Municipal Alda Adriana Silva Carnauba	133	-	-	-	-
Passagem dos Teixeiras	Público	Escola Municipal Ivonice Costa Sotero	-	216	-	85	10
Passagem dos Teixeiras	Público	Escola Municipal Pe Manoel da Nobrega	-	145	-	22	2
Passagem dos Teixeiras	Privada	Escolinha Turma da Monica	27	-	-	-	-
Mapele	Público	Escola Afonso Valido da Conceicao	63	66	-	-	43
Mapele	Público	Escola Municipal Castelo Branco	38	131	-	-	13
Mapele	Público	Escola Municipal Eraldo Tinoco	37	124	-	-	-
Mapele	Público	Escola Vereador Edulindo R Monteiro	-	291	-	81	372
Ilha de Maré	Público	Escola Municipal de Praia Grande	31	61	-	-	-
Ilha de Maré	Público	Escola Municipal de Santana	32	36	-	-	-
Ilha de Maré	Público	Escola Municipal Nossa Senhora das Candeias	63	105	-	-	-
Ilha de Maré	Público	Escola Municipal Nossa Senhora de Fatima	20	26	-	-	-

8.3.3.3 Segurança Pública

A relação entre segurança pública e aspectos socioambientais, ao contrário de outras temáticas, é a que apresenta, do ponto de vista metodológico, as maiores dificuldades para a escolha de indicadores capazes de permitir o estabelecimento de correlações objetivas entre as atividades de um empreendimento, em suas diferentes fases, e os aspectos relativos à segurança de uma dada comunidade. Pois na questão da segurança, ao contrário de outras temáticas, aspectos subjetivos que determinam a forma como determinadas sociedades reagem e formalizam ou não ocorrências que produzem um determinado grau de vitimização, mas que não necessariamente acarreta dano físico ou material, nem sempre chegam aos registros oficiais. Assim é possível que ações de violência simbólica, como maus tratos, desmoralização, coerção moral e física no ambiente familiar e do trabalho, não apareçam nos registros oficiais sobre as condições de segurança. No geral a noção de segurança/insegurança que prevalece é aquela relacionada às causas externas e com resultados físicos visíveis.

As tabelas e gráficos a seguir permitem verificar que o estado da Bahia experimentou ao longo de sua história recente, grandes oscilações na evolução de suas taxas de homicídio, oscilações que em alguns casos, como as quedas em sua capital entre 1997 e 1999, nos fizeram indicar em mapas anteriores, possíveis problemas com os dados referentes ao estado. De toda forma vemos durante a década de 80 uma situação de relativa tranquilidade que se complica já em inícios da década de 90 com fortes incrementos no nível de homicídios no estado. Com isto, podemos delinear quatro grandes períodos:

- Primeiro período: 1980/1991. As taxas do estado da Bahia permanecem quase constantes, passam de 3,3 para 4,9 homicídios em 100 mil habitantes, crescimento de 3,6% ao ano, menor que o do país: 5,4% ao ano. Durante toda essa fase, as taxas do estado foram sempre inferiores às do país e, pelo diferencial de ritmos, foi se distanciando progressivamente. Praticamente a região metropolitana e o interior evoluíram com ritmo semelhante, exceto as oscilações da primeira (Figura 8.3-94 a Figura 8.3-96).

ANO	BRASIL				ANO	BRASIL			
		UF	CAPITAL+RM	INTERIOR			UF	CAPITAL+RM	INTERIOR
1980	11,7	3,3	1,9	3,7	1996	24,8	15,0	35,4	9,2
1981	12,6	3,3	2,1	3,5	1997	25,4	15,5	38,0	9,1
1982	12,6	5,0	8,8	4,1	1998	25,9	9,7	15,3	8,1
1983	13,8	3,7	2,2	4,1	1999	26,2	6,8	7,2	6,8
1984	15,3	5,0	6,4	4,6	2000	26,7	9,4	11,6	9,2
1985	15,0	5,1	6,5	4,8	2001	27,8	11,9	19,2	10,9
1986	15,3	5,0	3,4	5,5	2002	28,5	13,0	21,9	10,7
1987	16,9	6,1	7,5	5,7	2003	28,9	16,0	29,4	12,8
1988	16,8	7,4	12,3	6,1	2004	27,0	16,6	29,7	13,4
1989	20,3	9,5	19,8	6,7	2005	25,8	20,4	40,0	14,9
1990	22,2	7,5	11,5	6,4	2006	26,3	23,5	45,2	17,2
1991	20,8	4,9	1,7	5,8	2007	25,2	25,7	50,4	18,0
1992	19,1	6,9	8,9	6,3	2008	26,4	32,9	63,3	22,7
1993	20,2	12,2	30,3	7,2	2009	27,0	37,7	67,9	27,6
1994	21,2	14,0	35,7	7,9	2010*	26,2	37,7	60,1	30,5
1995	23,8	12,1	26,6	8,1					

Fonte: SIM/SVS/MS *2010: Dados Preliminares

Figura 8.3-94. Taxa de Homicídios por Área na Bahia entre 1980 e 2010 (Fonte: Mapa da Violência, 2012).

- Segundo Período: 1991/1997. Íngreme incremento das taxas do estado, cujo crescimento de 21,1% ao ano resulta muitas vezes superior ao experimentado pelo país, que nesse lapso de tempo foi de 3,4% ao ano. A quase exclusiva concentração, tanto das quedas anteriores quanto desses aumentos, na sua região metropolitana (RM) e a intensidade pouco explicável do ritmo dessas oscilações, abre lugar a dúvidas sobre a confiabilidade dos dados disponibilizados pelo estado.

ÁREA	1980-1991		1991-1997		1997-1999		1999-2010*	
	% TOTAL	% AO ANO	% TOTAL	% AO ANO	% TOTAL	% AO ANO	% TOTAL	% AO ANO
BRASIL	78,1	5,4	21,9	3,4	3,2	1,6	0,0	0,0
UF	47,7	3,6	214,7	21,1	-55,9	-33,6	450,8	16,8
CAPITAL+RM	-12,2	-1,2	2168,1	68,2	-81,2	-56,6	739,4	21,3
INTERIOR	58,3	4,3	55,8	7,7	-25,6	-13,8	346,1	14,6

Figura 8.3-95. Crescimento % Total da Taxa de Homicídios por Área na Bahia entre 1980 e 2010 (Fonte: Mapa da Violência, 2012).

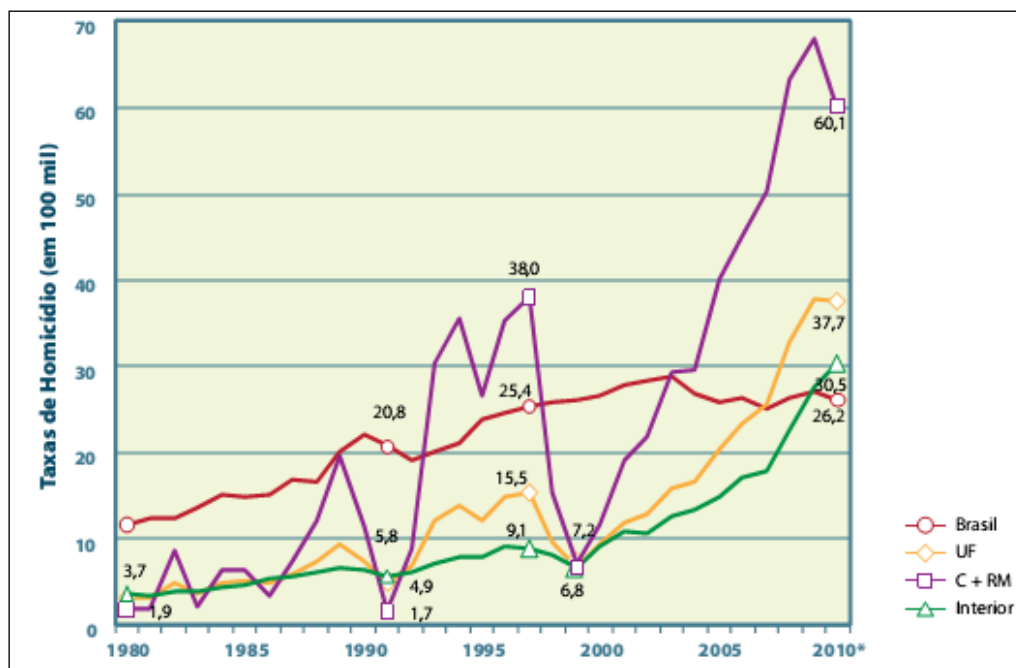


Figura 8.3-96. Gráfico das Taxa de Homicídios por Área na Bahia entre 1980 e 2010 (Fonte: Mapa da Violência, 2012).

- Terceiro Período. 1997-1999. Novamente aqui a intensidade das quedas e sua exclusiva atuação na RM de Salvador abrem dúvidas sobre a qualidade da informação.
- Quarto Período. 1999-2010*. Período de forte crescimento das taxas do estado, tanto da capital quanto do interior, como uma continuidade do segundo período. De qualquer modo, tanto na capital quanto no interior crescem drasticamente o estado a figurar em 2010 no sétimo lugar, no ordenamento da violência nacional.

Na Figura 8.3-97 é possível notar a representação das taxas de homicídio em 100 mil habitantes por tamanho do município no Estado entre 2000-2010. Os municípios da área de influência, que estão concentrados nas faixas com as localidades cuja população varia de 50 a mais de 500 mil habitantes demonstraram números diferentes. Nota-se uma tendência de elevação dos homicídios à medida que o tamanho da cidade aumenta, principalmente em 2010. O crescimento das taxas de violência variou entre 262,4 a 314% em comparação ao ano 2000.

TAMANHO DO MUNICÍPIO	HOMICÍDIOS 2000			HOMICÍDIOS 2010*			Δ % TAXAS	N. MUNICÍPIOS
	N	TAXAS	%	N	TAXAS	%		
ATÉ 5 MIL HABITANTES	1	2,7	0,1	0	0,0	0,0	-	9
DE 5 A -10 MIL	25	5,0	2,0	74	15,6	1,4	211,1	60
DE 10 A -20 MIL	98	3,9	8,0	317	12,5	6,0	224,1	179
DE 20 A -50 MIL	198	5,7	16,2	753	20,7	14,2	262,4	126
DE 50 A -100 MIL	107	6,8	8,7	574	32,4	10,9	378,3	27
DE 100 A -200 MIL	242	17,3	19,8	1.145	73,0	21,7	321,4	11
DE 200 A -500 MIL	153	24,6	12,5	598	79,3	11,3	221,6	3
500 ML E MAIS.	399	13,6	32,6	1.826	56,5	34,5	314,0	2
TOTAL	1223	9,4	100,0	5.287	37,7	100,0	303,1	417

Figura 8.3-97. Taxas de Homicídio (em 100 mil habitantes) por Tamanho do Município na Bahia entre 2000 a 2010 (Fonte: Mapa da Violência, 2012).

Com base em dados colhidos pelo estudo Mapa da Violência (2012), os municípios da Área de Influência têm as seguintes realidades para a taxa de homicídios (Tabela 8.3-27):

Tabela 8.3-27. Taxas de Homicídios para Municípios da AI e Posicionamento Nacional e Estadual para 2010 (Fonte: Mapa da Violência, 2012).

Município	População	Homicídios			Taxa	Posição	
	Média.	2008	2009	2010*	Média	Nac.	Est.
Camaçari	235.463	138	124	123	54,5	122	18
Candeias	82.232	43	33	39	46,6	198	31
Salvador	2.812.195	1.771	1.883	1.484	60,9	86	11
Simões Filho	116.348	175	153	183	146,4	1	1

A taxa média apresenta números mais elevados em Simões Filho. Naquele ano, 2012, o município era considerado o mais violento dos pais e do Estado da Bahia. A capital, Salvador, ocupava a posição número 86° em nível nacional e a 11° posição no Estado. Candeias ocupava a posição número 198° no contexto nacional e a posição 31° no Estado.

Na Figura 8.3-98 é apresentado o Mapa da Violência 2012 elaborado por Julio Jacobs:

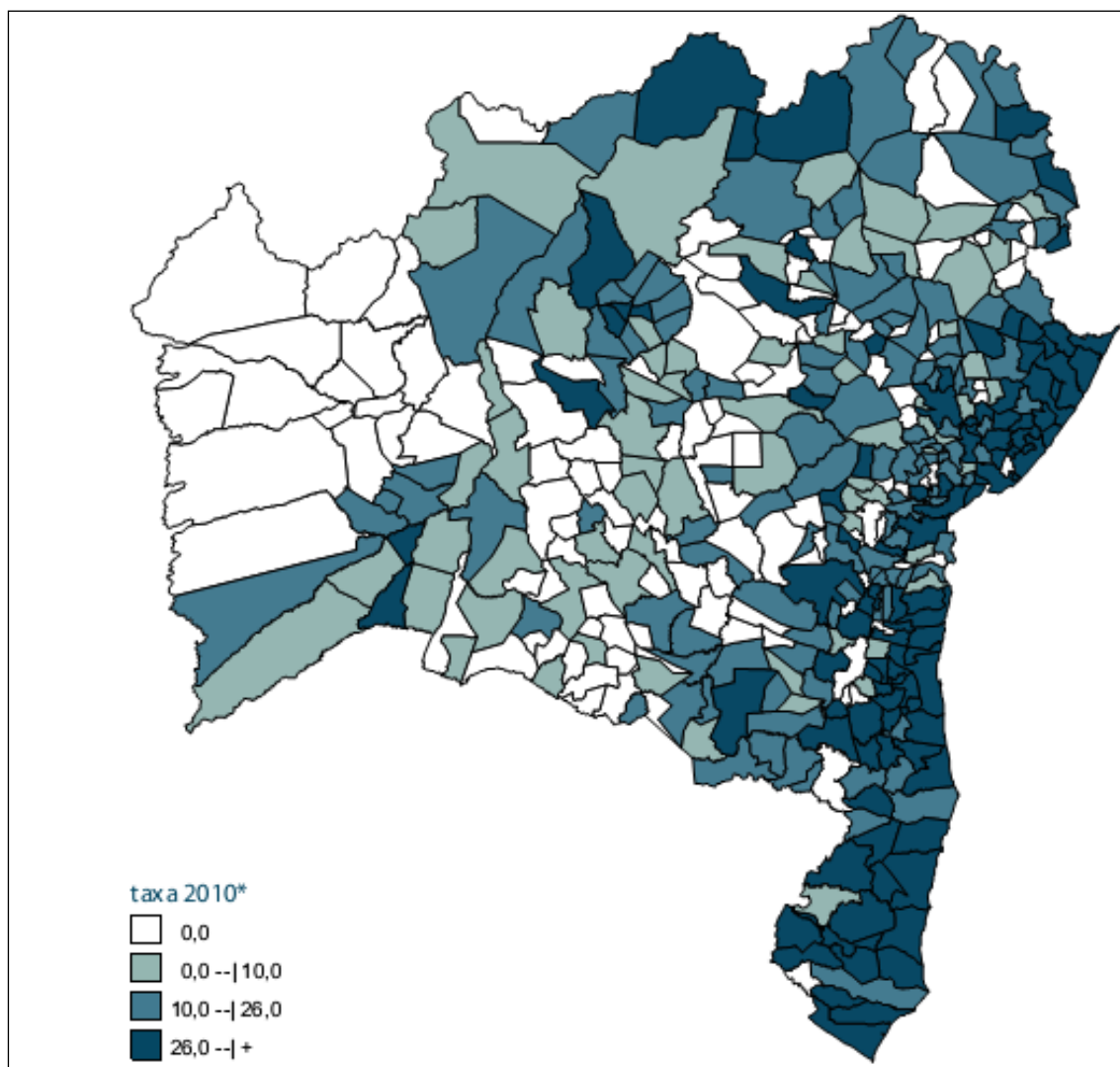


Figura 8.3-98. Mapa das Taxas de Homicídio (em 100 mil habitantes) por Município na Bahia em 2010 (Fonte: Mapa da Violência, 2012).

Dados mais específicos quanto à violência no Estado da Bahia estão disponíveis quanto a sua classificação através da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. Tais dados tem por base o ano de 2012. Segundo a SSP-BA, os municípios de Candeias, Simões Filho, Camaçari e Salvador registraram um total de 16.301 ocorrências. Na Figura 8.3-99 é possível ver a distribuição dessas ocorrências por município:

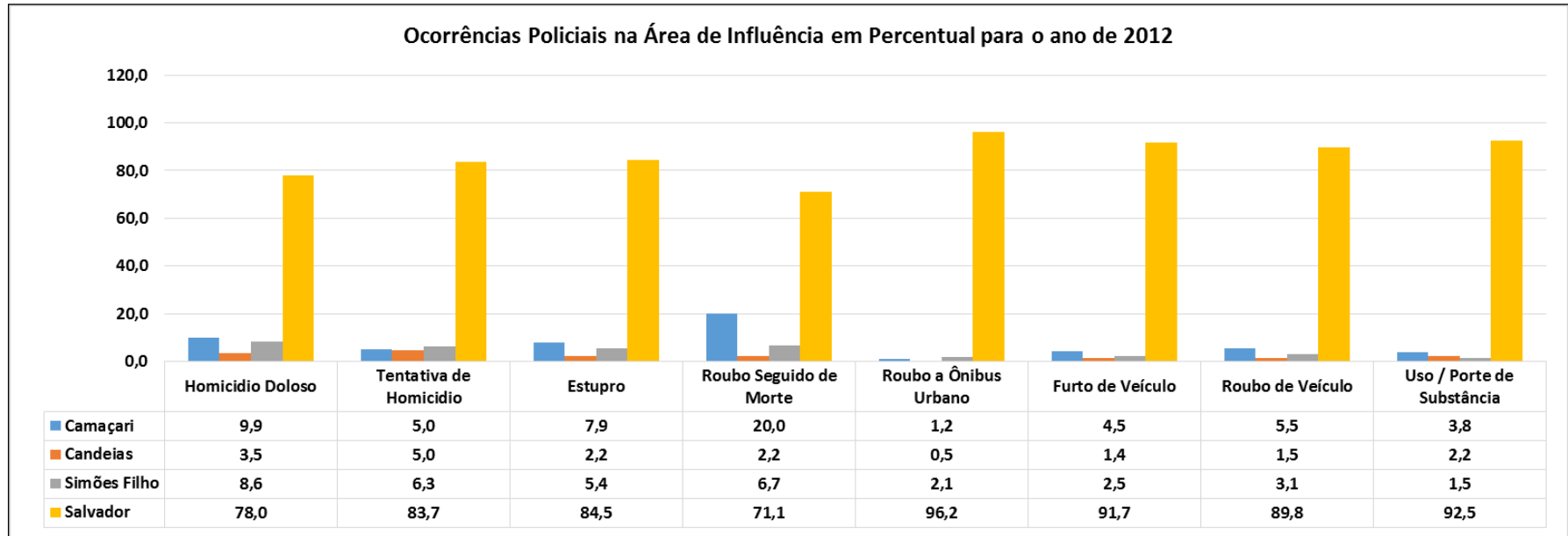


Figura 8.3-99. Ocorrências policiais nos municípios da área de influência em percentual para o ano de 2010 (Fonte: SSP-BA, 2014).

No município de Camaçari destacaram-se para o ano de 2012 os roubos seguidos por morte correspondendo a 20% das ocorrências na AII. Os roubos a ônibus urbano eram a modalidade de crime com a taxa mais baixa, 1,2% dentre os municípios pesquisador. Por outro lado, Salvador destacava-se negativamente nesse aspecto ao possuir 96,2% das ocorrências para essa modalidade. Os homicídios dolosos em Candeias representaram 3,5% das ocorrências da AII, enquanto Camaçari e Simões Filho contabilizaram segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, taxas de 9,9% e 8,6% respectivamente.

Nas Figura 8.3-100 a Figura 8.3-103 a seguir é possível observar as principais ocorrências por município individualmente:

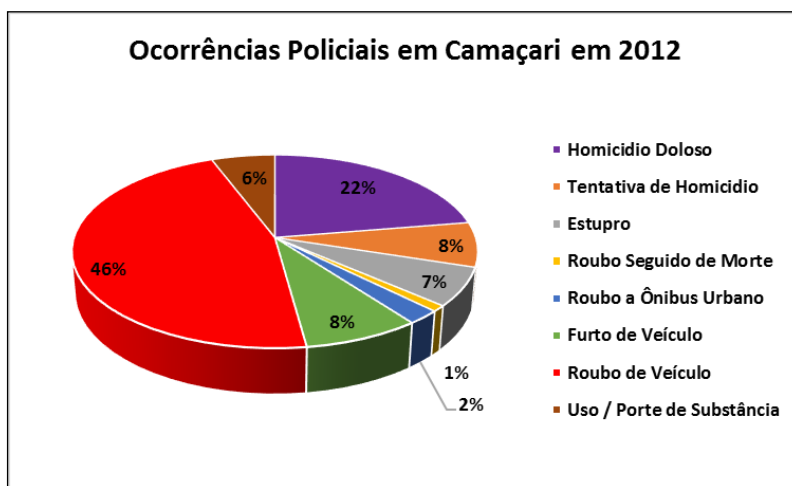


Figura 8.3-100. Ocorrências policiais em Camaçari em 2012 (Fonte: SSP-BA, 2014).

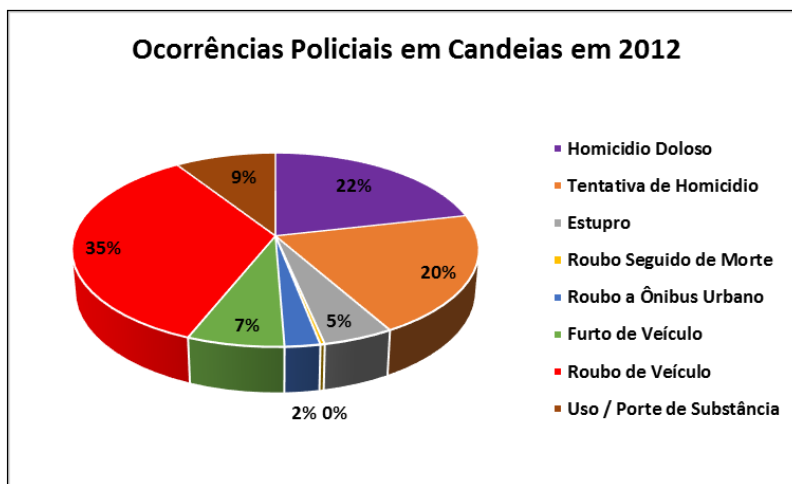


Figura 8.3-101. Ocorrências policiais em Candeias em 2012 (Fonte: SSP-BA, 2014).

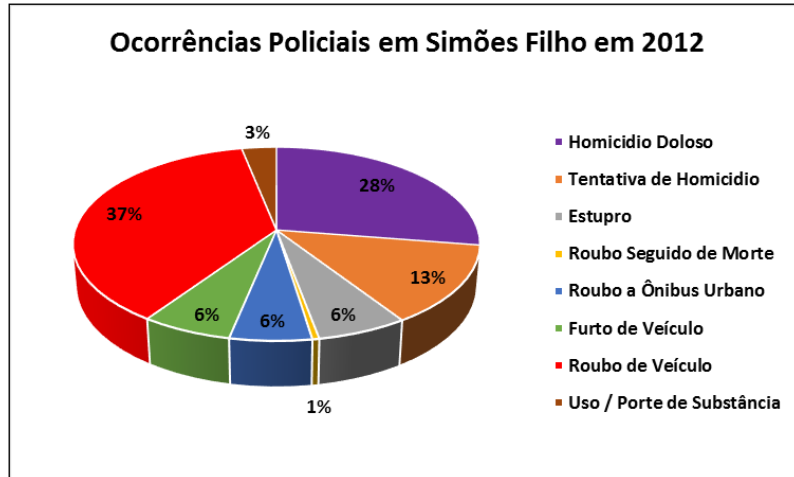


Figura 8.3-102. Ocorrências policiais em Simões Filho em 2012 (Fonte: SSP-BA, 2014).

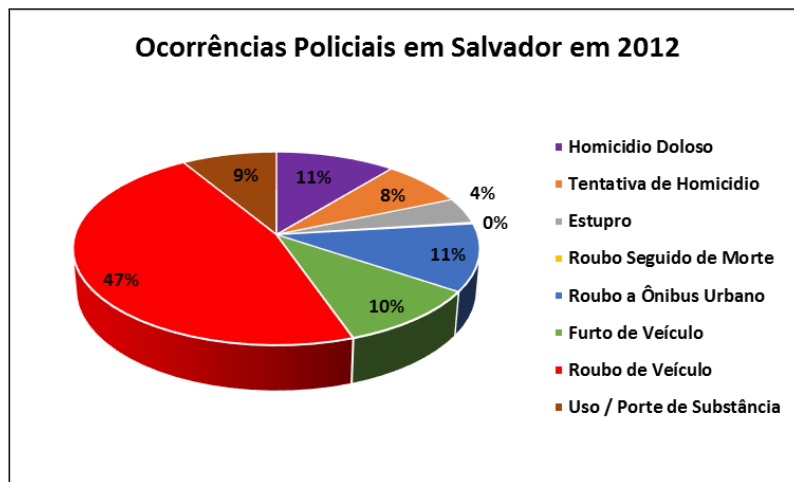


Figura 8.3-103. Ocorrências policiais em Salvador em 2012 (Fonte: SSP-BA, 2014).

Para a Área de Influência Direta (AID) a percepção sobre a segurança pública teve como base as respostas obtidas a partir da aplicação dos questionários junto aos pescadores e pescadoras artesanais, e que residem nas comunidades pesquisadas, quanto aos principais problemas locais. Em paralelo, obteve-se dados junto as instituições responsáveis pela segurança pública atuantes na AID.

Caboto apontou o envolvimento com drogas, 19,6% (Figura 8.3-104), como o principal problema da comunidade, por exemplo. Esse mesmo problema representou 12,7% das opiniões de Passagem dos Teixeiras (Figura 8.3-105), enquanto em Mapele, 13,8% (Figura 8.3-106). Na comunidade de Passé, o envolvimento com drogas foi um dos principais problemas ligados a violência citados pelos entrevistados atingindo 13,8%. Outros problemas como Exploração Sexual de Crianças e Jovens e a violência contra a mulher representaram um total de 2% das opiniões (Figura 8.3-107). Em Ilha de Maré, as violências contra a mulher, contra a criança e os adolescentes e as drogas, somaram 9,8% das opiniões (Figura 8.3-108).



Figura 8.3-104. Principais problemas da comunidade de Caboto segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-105. Principais problemas da comunidade de Passagem dos Teixeiras segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

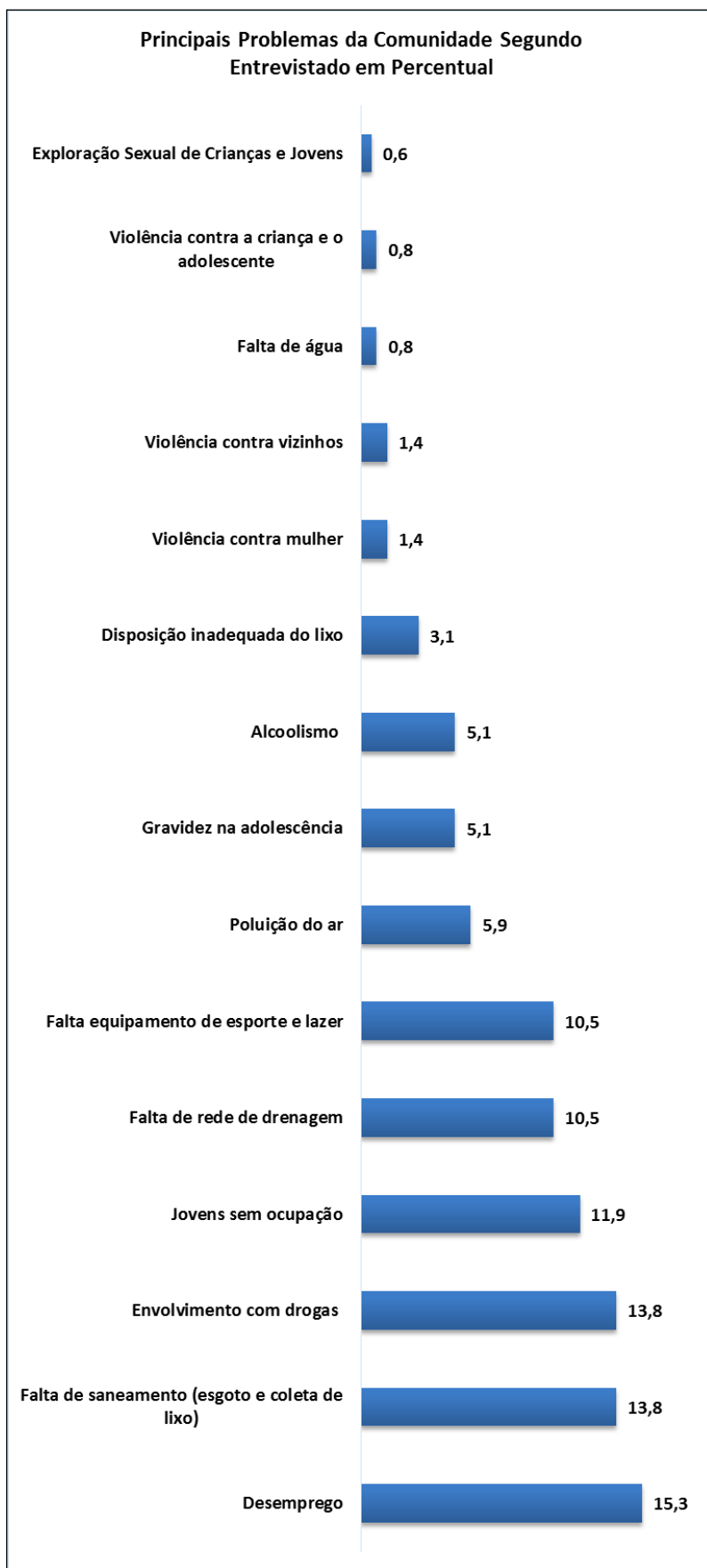


Figura 8.3-106. Principais problemas da comunidade de Mapele segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

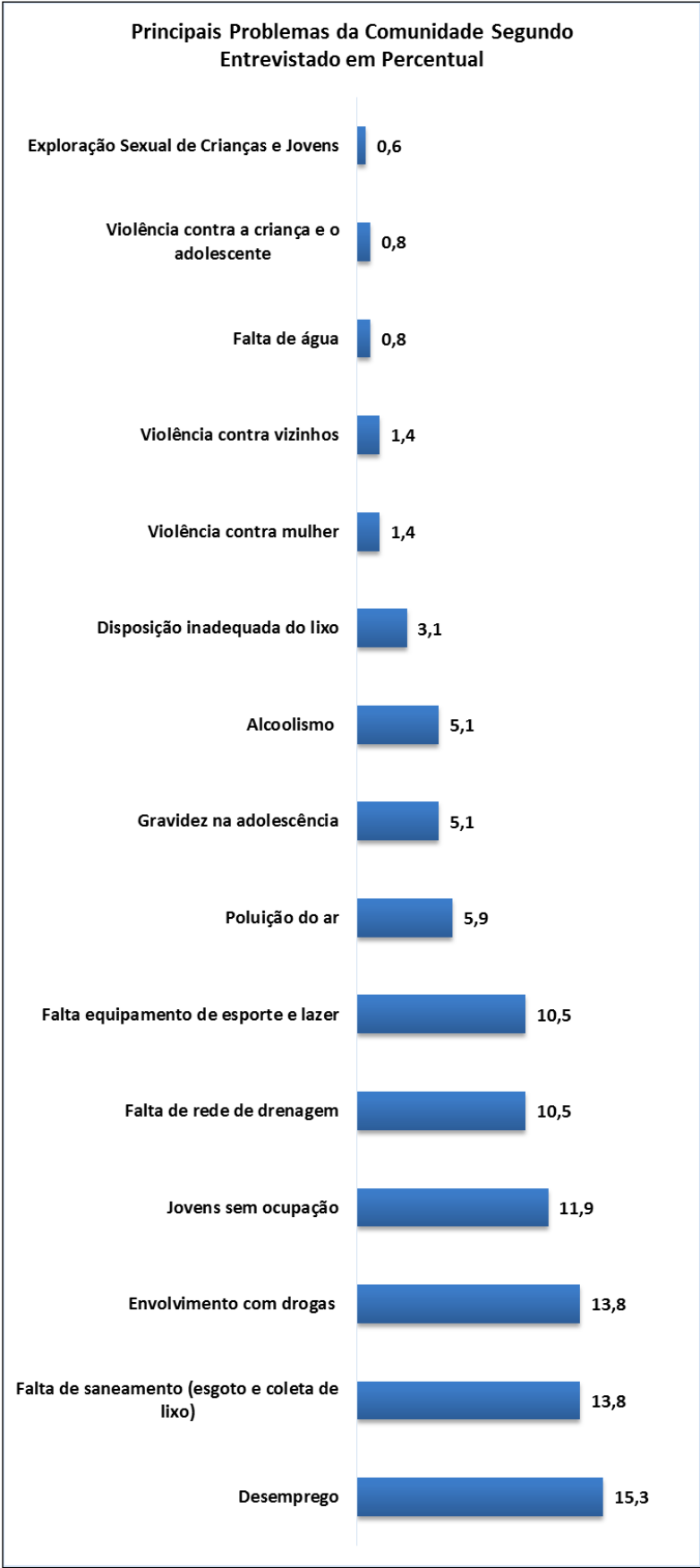


Figura 8.3-107. Principais problemas da comunidade de Passé segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-108. Principais problemas da comunidade de Ilha de Maré segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A comunidade de Boca do Rio foi a única localidade que segundo os pescadores entrevistados não destacou nenhum problema relacionado a violência. Tal interpretação pode estar associada a dois fatores: o primeiro quanto a estabilidade comunitária onde não são identificados crescimentos populacionais e principalmente, por esta se localizar na área interna do Porto de Aratu, ou seja, uma área federal sob administração da CODEBA e que conta com seguranças e viaturas próprias.

As localidades pesquisadas não possuem estrutura adequada de policiamento. A concentração desses aparatos tende a seguir planejamentos regionais estabelecidos pelas companhias estaduais de segurança pública a cargo do Estado da Bahia, portanto, reforçando os meios urbanos das sedes dos municípios da AII. O município de Candeias é atendido pela 20ª delegacia territorial, enquanto Simões Filho e Camaçari, pelas 22ª e 18ª respectivamente. Esses municípios também são atendidos pelos 10º, 12º e 22º Companhias Independente da Polícia Militar, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. Especificamente para Ilha de Maré, as questões de segurança pública na comunidade são de responsabilidade das instituições que pertencem a Área Integrada de Segurança Pública (AISP) Baía de Todos os Santos de Periperi. Não existem também parâmetros que possa definir a relação ideal entre população e número de policiais, por exemplo.

Para o caso de Candeias, município onde o Terminal de Uso Privativo da Braskem pode vir a ser inserido, a 10ª Companhia Independente da Polícia Militar também dá suporte aos municípios de São Francisco do Conde, Madre de Deus e São Sebastião do Passé. Essa companhia, sob comando do Major Almeida, atualmente conta com cerca de 350 homens.

Das comunidades pesquisadas pertencentes a Candeias, ou seja, Passagem dos Teixeiras, Caboto, Passé e Boca do Rio, apenas a primeira possui uma estrutura policial com uma guarnição de 2 homens em regime de 24 horas e uma viatura à disposição. Uma das razões é a presença da praça do pedágio da BR-324 localizada a alguns quilômetros dessa comunidade, onde eventualmente ocorrem roubos e dessa forma, Passagem dos Teixeiras tem a função de ser uma saída para os que praticaram o delito. Na visão dos policiais, essa comunidade seria considerada uma das mais violentas na AID.

As demais comunidades têm a sua demanda sobre a segurança pública a partir do atendimento do contingente existente na sede municipal de Candeias. Segundo depoimentos obtidos junto a oficiais da companhia, as maiores ocorrências acontecem nos finais de semana, sendo principalmente os furtos. As comunidades de Passé e Caboto, segundo os agentes públicos de segurança em Candeias, estão sujeitos também as questões de furto cujos praticantes seriam originários da Ilha de Maré. As ações ocorrem principalmente junto aos veículos de passageiros entre as comunidades e a sede.

Após a ocorrência, os que cometeram o delito encontram na rota aquática em direção à Ilha de Maré uma forma de saída.

Foram solicitados, de forma a complementar a análise, dados estatísticos envolvendo ocorrências das comunidades, de Passé, Caboto e Passagem dos Teixeiras para todo o ano de 2014. É importante citar que em visita a 20ª DT de Candeias, foi informado que não há disponibilidade de dados sobre Boca do Rio pois tal localidade não é reconhecida pela segurança pública atuante em Candeias. Para o ano de 2014, foram registradas 22 ocorrências em Passé, 8 em Caboto e 25 em Passagem dos Teixeiras. Não existe policiamento na Ilha de Maré. Esse tem sido um dos grandes problemas da comunidade e que se agravam com a inexistência de equipamentos para melhor patrulhamento. Dados de ocorrência sobre a localidade são computados na 5ª delegacia de Periperi em Salvador. A deficiência de atendimento policial vem se refletindo na percepção dos moradores quanto ao aumento da criminalidade, notadamente quanto ao aumento da circulação e uso de drogas. Apesar disso, segundo o titular da 5ª delegacia de Periperi em Salvador, Delegado Nilton Borba, o número de ocorrências na ilha é baixo, registrando um total de 3 por mês. Tais casos são caracterizados principalmente como furtos cometidos junto a pessoas que visitam a Ilha. Na avaliação do mesmo, a Ilha de Maré ainda é considerado um lugar tranquilo. De qualquer forma, como atendimento ao pleito das comunidades, segundo o Delegado, deverá ser implementado a partir de 2016 um posto policial na Ilha de Maré.

Em 2013, a Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilha de Maré da Prefeitura Municipal de Salvador, através do uso da metodologia de mapa de colaborativo, já havia levantado que para a segurança pública, destacavam-se os seguintes pedidos: Melhoria da iluminação pública; Criação de Base Comunitária; Ronda de polícia montada; Monitoramento por Vídeo; Criação de Guarnição da Guarda Municipal; Ampliação da Equipe Salvamar (Salva-Vidas) para atendimento em outras localidades durante o verão; e Melhoria da iluminação pública do acesso de Praia Grande a Santana.

Para o caso de Mapele, local do canteiro principal para construção do píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem, informações obtidas junto ao comando do Major Roberto Carlos Fera Almada, mediante ofício, responsável pelo 22º CIPM, não existe estrutura fixa para o atendimento policial na comunidade (postos). As rondas são realizadas por viaturas com até 4 policiais, sendo que estas acontecem 3 vezes por semana. Segundo dados fornecidos pelo comando, a comunidade de Mapele tem o registro de até 5 ocorrências mensais, o que pode ser considerado baixo.

A preocupação quanto a abordagem da segurança pública no licenciamento ambiental torna-se pertinente no meio socioeconômico principalmente quando as análises recaem sobre empreendimentos que irão exigir quantidade significativa de mão de obra e cuja estrutura necessária

ainda deverá ser montada para tal, pois esse contingente que não pertence ao lugar pode ocasionar demandas onde o aparato da instituição de segurança não consegue acompanhar, necessitando assim, de novo planejamento por parte do Estado.

Especificamente para o licenciamento do Terminal de Uso Privativo da Braskem, alguns fatores colaboram para que esse impacto seja minimizado. O tempo de obra, estimado em cerca de 12 meses, e o número de pessoas a serem contratadas (pico de 216 empregos diretos e indiretos) são considerados baixos no âmbito geral, mas não menos importante. Na fase da Licença de Operação, esse número diminui ainda mais.

Outro fator fundamental para que não haja demanda ou pressão sobre a segurança pública na AID é a contratação de moradores locais para muitas das vagas que irão compor a necessidade da construção do empreendimento durante a fase de LI (ver item 8.3.6). Isso diminui a instabilidade social junto as comunidades pois evita-se a circulação de pessoas que não tem relação com aquele espaço, principalmente se não houvesse mão de obra disponível na região. O suporte de transporte em carro próprio a ser oferecido pela Braskem durante a fase de deverá também mitigar possíveis ocorrências de violência como as que foram relatadas para os trabalhadores.

Os programas de Educação Ambiental e Comunicação Social que podem vir a ser implantados a partir da avaliação do IBAMA irão contribuir para que haja a disseminação de informações e monitoramento das questões de violência. Os trabalhadores da obra também estarão sujeitos a regras previstas em código de conduta e em legislações trabalhistas e cíveis a partir da inserção dos mesmos nas atividades do canteiro da BELOV Engenharia LTDA, e que deverá ser responsável pela construção do píer.

A área de instalação/operação do empreendimento (ADA) também estará sujeita a regras de segurança implantadas pela Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) e que devem ser seguidas por todas as empresas, por se tratar ali, de uma área federal, sendo constituída inclusive de corpo de segurança próprio. Essa condição característica da área já se reflete na opinião dos moradores da Comunidade de Boca do Rio, onde nenhum dos entrevistados apontou casos de violência local.

8.3.3.4 Transporte e Vias Urbanas

O sistema modal da área de influência é constituído basicamente pelas condições onde predominam acesso náutico, ferroviário, mas principalmente o sistema rodoviário.

Apesar da existência de diferentes modais, tanto o náutico como o ferroviário não são necessariamente transportes utilizados pela população em geral. O modal ferroviário serve ao uso de

cargas para o deslocamento de matérias primas entre o Nordeste e o Sudeste. Já a modalidade náutica é de fato difundida para o deslocamento entre as comunidades mais próximas das faixas litorâneas e tem relação com a atividade pesqueira na Baía de Aratu. Sua contribuição para o acesso aos serviços oferecidos às sedes municipais é baixa, mas relevante principalmente para os moradores de Ilha de Maré.

De forma ampla, a relação dos principais distritos da área de influência as suas respectivas sedes municipais são caracterizadas por serviços de transportes precários, dificultando em muitas ocasiões esse deslocamento.

O transporte é outra situação que eu não falei, nós não tínhamos. A 20 anos atrás ou mais, nós tínhamos apenas 1 micro ônibus que fazia Passé-Candeias com poucos horários. Muitas vezes ele ia até Mucunga, mas não tinha uma rotatividade de pessoas. (...) Depois vieram as kombis, depois vieram as topics, depois veio esse carro que faz Calçada-Passé, são 4 horários... 6 horários. Três de manhã aqui e três de manhã Salvador. Mas não atende o pessoal, sobretudo o pessoal da Mucunga pois lá não tem uma boa estrada. Então, o pessoal que mora no Querém, realmente salta próximo as suas casas (...) Mas quem mora na Mucunga tem maior dificuldade de se deslocar de fazer suas compras, fazer compras em Candeias na feira livre (...) E aqui atende muito o pessoal da Ilha de Maré (...) (Carlos Augusto, Presidente da Colônia de Pescadores de Passé).

O transporte aos domingos não ajuda. O transporte alternativo não ajuda aos visitantes. Muita gente quer vir aqui passar o domingo, quem tem transporte está à disposição dele. Quem não tem, depende do alternativo (Crispim, Associado da ABENDIP).

Nós não temos linhas. Nós só temos um sistema de transporte arcaico. Empurraram goela abaixo, pois quem manda no município são eles. Aqui o horário se não tiver lotação (passageiros) ele não sai. Não tem acessibilidade, não tem direito do idoso, não tem deficiência, ninguém tem direito aqui, é pagar, pagar, pagar (...) O nosso município precisa fazer um Termo de Ajuste de Conduta. Nós precisamos mudar a nossa realidade. Nós somos a pior cidade da Região Metropolitana.

Nós dependemos da qualidade do nosso transporte e assim mesmo, até o horário que o os “topiqueiros” (motoristas de transporte alternativo) acha que deva circular porque se não tiver passageiro, não circula. Aqui hoje só temos um carro que sai do Distrito de Passé é 7:30 da manhã, porque eles acham que não tem passageiro, mas o direito de vir da comunidade é excluído (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABENDIP).

Vai pra Salvador, tem vez que vai pra Calçada (Bairro em Salvador), pra Irmã Dulce (Hospital em Salvador), pro Manoel Vitorino (Hospital em Salvador), se dirige até o centro de Salvador, quando se torna difícil a chegada até o Ouro Negro. Porque nós temos aqui um carro que sai direto pra Calçada, ele tem 3 horários: 5 horas da manhã, 9:20 e as 15 horas. De lá pra cá, 7:30, 12 horas e 17:30. São as únicas opções que temos pra chegar de Salvador (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABENDIP).

Nós temos a passagem mais cara do Recôncavo. Porque a passagem daqui é mais cara do que intermunicipal. Daqui para Simões Filho custa R\$ 2,30 e daqui pra Candeias, R\$ 2,40 (Jorge da Cruz Silva, Secretário Geral da ABENDIP).

É precário. Aqui é assim, tem dias que os carros não suporta a quantia de pessoa (...) E a população fica no ponto esperando carro. Já tem reclamação, já tem abaixo assinado (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador).

Por outro lado, a existência de estradas federais e estaduais em boas condições fortalecem a busca por serviços mais especializados na área de saúde, educação, comércio principalmente na capital. É o que ocorre principalmente com o distrito de Passé (Candeias) e com a comunidade de Mapele (Simões Filho), devido a existência de ônibus ligando esses locais a capital.

A integração rodoviária entre os municípios da área de influência ocorre através de linhas de ônibus coletivo que partem dos terminais existentes (Figura 8.3-109). Levantamento realizado pelo estudo da regularização ambiental do Porto de Aratu sob responsabilidade da CODEBA, encontrou o seguinte quadro:

Além das linhas alocadas no terminal rodoviário local, verifica-se que os ônibus que fazem o roteiro entre a cidade Madre de Deus, Pituba e Terminal da França passam pelo terminal rodoviário de Candeias, fato que acontece, também, com a linha que interliga o distrito de Passé à estação da Calçada. Verifica-se que os veículos provenientes de Mataripe, Madre de Deus e São Francisco do Conde e se destinam ao Terminal Rodoviário de Salvador têm parada obrigatória na rodoviária de Candeias.

Observa-se ainda que as linhas de transporte coletivo que operam no município têm frequência regular, também, para Madre de Deus, Simões Filho, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé, dada à importância do comércio de Candeias para estas cidades e, no caso de Madre Deus, devido à praia que a cidade oferece, bem como os serviços educacionais.

Com menor frequência, observa-se a existência de linhas de ônibus para Camaçari, Feira de Santana, Santo Amaro, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas e Alagoinhas, com passagem pelas cidades de Pojuca e Mata de São João (CODEBA, 2012).

Outras localidades como Feira de Santana são também contempladas através de linhas, mas com menor frequência de horário em relação as localidades como Salvador, Madre de Deus, São Francisco do Conde, etc. Ou seja, observa-se um movimento já consolidado de deslocamento regional.

O serviço público de transporte entre os municípios da área de influência e demais localidades é reforçado através do uso dos transportes alternativos.



Figura 8.3-109. Infraestrutura de Transporte Rodoviário usado na AID, fotos “a” a “d”.

São também encontrados para utilização inframunicipal, taxis e moto táxis. Apesar dessas opções as queixas frente à qualidade dos transportes locais pelos moradores da área de influência é uma constante. Ocorre também a própria limitação de horário quanto ao seu uso, gerando ainda mais dificuldades para o deslocamento noturno.

O transporte interurbano, de acordo com informações prestadas pela população local, é considerado deficiente, sendo utilizados os transportes alternativos para a ligação entre os bairros, os distritos e a sede e poucos ônibus, em estado precário e com horários deficitários.

Há a presença também de moto taxistas que fazem os percursos menores, principalmente entre os bairros do Distrito Sede, como também para as localidades do Porto de Aratu-Candeias, ainda que com menor frequência, e de taxistas, estes com pontos no centro da cidade de Candeias, em especial nas proximidades da Praça Dr. Gualberto Dantas Fontes e Rodoviária (CODEBA, 2012, p. 58).

Algumas dessas conexões rodoviárias também são amplamente utilizadas pelos transportes de cargas no eixo Polo Petroquímico de Camaçari – Porto de Aratu Candeias, assim como outras cargas originárias da Refinaria Landulpho Alves da Petrobras em São Francisco do Conde e do Centro Industrial de Aratu através da estrada BA-524 ou Canal de Tráfego e da BA-093.

As principais rodovias na área de influência são:

- BR-324 – é o principal deixo de ligação dos municípios da área de influência com a capital do Estado. Além de acesso a Salvador, a presença da BR-324 possibilita o deslocamento até a segunda maior cidade do Estado (Feira de Santana) possibilitando também o acesso a rodovia BR-101 ligando o Nordeste ao Sul do país;
- BA-093 – essa estrada que liga o município de Simões Filho com a BR-324 e também possibilita o acesso a BR-101. Consequentemente possibilita o acesso as áreas industriais do município como o Centro Industrial de Aratu;
- BA-522 – Faz a conexão entre os municípios de Candeias, Camaçari, Simões Filho e São Francisco do Conde através da BA-523 e a BR-324;
- BA-524 – Conhecida também por Canal de Tráfego. É a via que liga o Polo Petroquímico em Camaçari e o Porto de Aratu - Candeias. É voltada para o acesso primordial das cargas que ali transitam, mas pode ser utilizada eventualmente por veículos particulares ou trabalhadores que estão vinculados as empresas que atuam nesses espaços industriais.

A Figura 8.3-110 mostra a infraestrutura rodoviária na área de influência, englobando as rodovias citadas.



Figura 8.3-110. Malha rodoviária na área de influência (Fonte: DERBA, 2013).

No modal ferroviário, opera a Ferrovia Centro Atlântica, atualmente sob controle da empresa Vale. A linha férrea tem como seu ponto inicial Salvador, passando pelo município de Simões Filho, chegando até o Porto de Aratu-Candeias e próximo ao futuro Terminal de Uso Privativo da Braskem. Está voltada primordialmente para o transporte de cargas (Figura 8.3-111).

O último modal analisado, náutico, apresenta alguns terminais marítimos conforme citado, pelo transporte de pessoas ligadas a atividade pesqueira ou que trabalham em algumas das empresas da região, dentre elas, principalmente o Porto de Aratu – Candeias (Figura 8.3-112), ou para o acesso aos serviços nas sedes municipais, destacando-se, Candeias. Além das pequenas embarcações pesqueiras, são encontradas outras modalidades de embarcações utilizadas por frequentadores da

Baía de Todos os Santos – BTS e consequentemente da Baía de Aratu por clubes náutico em Aratu (distrito de Simões Filho) e para exploração turística fora da AII.

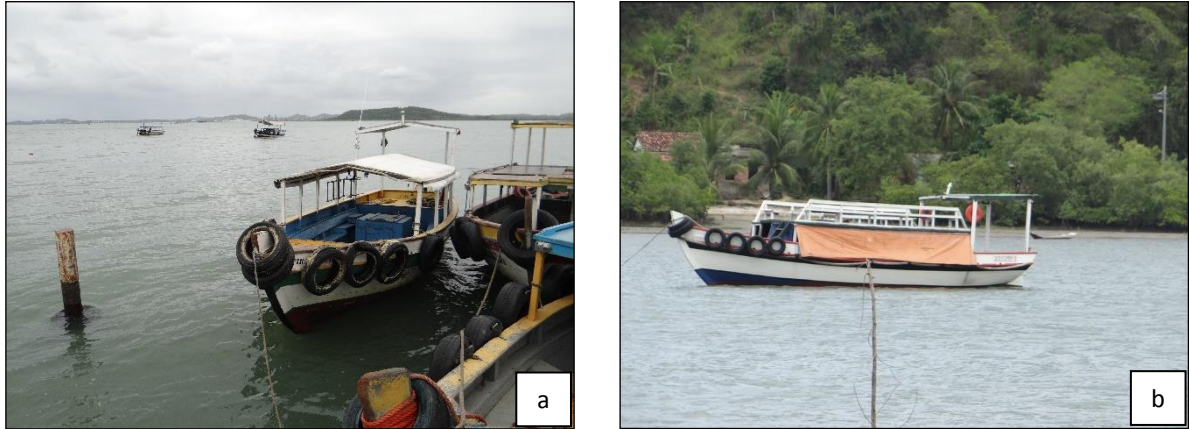


Figura 8.3-111. Embarcações típicas usadas no transporte de passageiros na AID, fotos “a” e “b”.

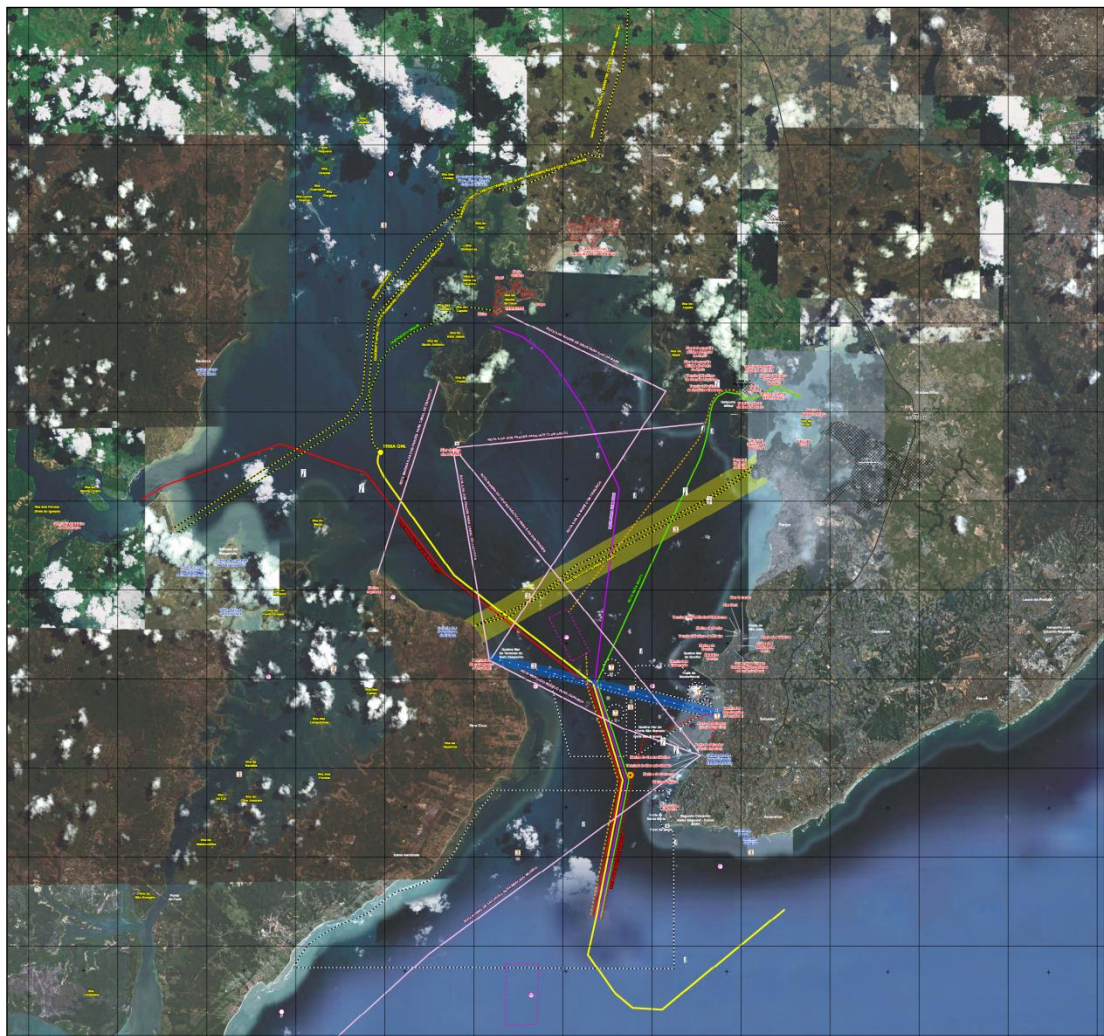


Figura 8.3-112. Rotas de navegação na BTS e na Baía de Aratu (Fonte: Petrobras, 2011).

O local analisado para instalação do Terminal de Uso Privativo da Braskem também é rota de navios de grande porte que se deslocam através do Canal de Cotegipe (porção mais interior da Baía de Aratu) para o acesso de outros terminais como o Miguel de Oliveira (Ford Motor Company), Dow Química e Dias Branco. É importante citar que a localização do futuro Terminal de Uso Privativo da Braskem deverá ser instalada em Zona Portuária, estando, portanto, em conformidade com o Plano Diretor do Município de Candeias.

A Figura 8.3-113 ilustra as rotas de navegação dentro da Baía de Todos os Santos e na Baía de Aratu pelos navios de grande porte e de passeio. Na Figura 8.3-113 é possível observar em uma imagem retirada do planejamento territorial do município de Candeias, as rotas de navegação dos circuitos marítimos e fluviais para embarcações de menor porte (linhas tracejadas em azul).



Figura 8.3-113. Rotas marítimas e fluviais para embarcações de pequeno porte na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: PDDU de Candeias, 2006).

O trabalho de campo revelou que o acesso a essas comunidades da AID através de barcos conta com alguns terminais marítimos, e muitas vezes estão em péssima condição. Em alguns casos, os píeres são utilizados apenas em condições específicas da maré, dificultando a aproximação das embarcações (Figura 8.3-114).

O pessoal costuma fazer passeio interno, dentro da nossa região, dentro da nossa Baía, pois estamos na Baía de Aratu. Os mais próximos são Ilha de Maré, Madre de Deus, até porque, a maioria das pessoas usam canoas. Não são embarcações que tenham condição de ir para mar aberto (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABENDIP).



Figura 8.3-114. Vista para o píer na localidade de Passé, “a” (UTM 551032 / 8591781); “b” píer na localidade de Caboto (UTM 554089 / 8590324) (Fonte: Bourscheid, 2014).

Pelo seu apelo turístico e de maior proximidade com as operações da Petrobras na região através da influência da refinaria Landulpho Alves em São Francisco do Conde, os melhores equipamentos para embarque e desembarque localizam-se na Ilha de Maré (Figura 8.3-115). Nela são encontrados píeres de atracação e terminais marítimos nas localidades de Santana, Porto dos Cavalos, Praia Grande e Botelho. NA AID em Candeias, também são encontrados píeres em Caboto e Passé.



Figura 8.3-115. Vista para o píer na localidade de Botelho, pertencente a Ilha de Maré, “a” (UTM 552709/8586805); “b” píer na localidade de Porto dos Cavalos, pertencente a Ilha de Maré (UTM 550657/8591296) (Fonte: Bourscheid, 2014).

Na Ilha de Maré, o principal meio de transporte para acesso à ilha e deslocamento entre as localidades litorâneas corresponde aos barcos motorizados, canoas e veleiros. No interior da Ilha de Maré observa-se a utilização de animais, principalmente cavalos e jegues, para transporte de material de construção e pessoas. Os carrinhos de mão são utilizados para transporte de malas até o setor de embarcação, nos píeres existentes nas localidades de Ilha de Maré.

Segundo os moradores os horários de travessia não são regulares, e muitas vezes obedecem à lotação das embarcações. Os deslocamentos são feitos a partir do Terminal Marítimo de São Tomé de Paripe para Santana/Praia Grande, trecho cuja passagem custa R\$ 3,00. Para Itamoabo custa R\$ 2,50 e Botelho R\$ 2,80. Aos domingos e feriados o custo da passagem aumenta, sendo cobrado R\$ 4,00 para qualquer um desses destinos.

As localidades de Santana e Praia Grande, na contra costa, e Itamoabo, Neves e Botelho tem uma maior ligação com o município de Salvador, através do Terminal de São Tomé de Paripe. Já os moradores das localidades de Bananeira, Porto do Cavalo e Amêndoa, estabelecem, também, vínculos com o município de Candeias a partir de deslocamentos de barco até a localidade de Caboto ou Passé, a partir de onde se deslocam para a sede municipal de Candeias.

Observa-se que a localidade de Botelho conta com um terminal marítimo, construído pela AGERBA e administrado pelo Sr. Alberico, proprietário de embarcações utilizadas na travessia entre Salvador e a Ilha de Maré e que tem uma empresa com seis embarcações e emprega, segundo o mesmo, 15 pessoas (CODEBA, 2012).

Em Caboto, o acesso à localidade é feito por estrada ou pelo mar, que é frequentemente utilizado pelos moradores da Ilha de Maré para se deslocarem até Candeias. A estrada que dá acesso à localidade encontra-se em péssimo estado de conservação. Os veículos utilizados nos transportes coletivos que fazem o roteiro de Caboto para Candeias cobram R\$ 2,50.

Na Comunidade de Passé, o acesso também é feito por mar através de pequenas embarcações ou por linhas de ônibus que ligam o distrito a sede municipal. Diferente de Caboto e Passagem dos Teixeiras, para se chegar até Passé por via terrestre é preciso adentrar a sede municipal de Candeias.

No distrito de Passagem dos Teixeiras o deslocamento é realizado predominantemente através das linhas de ônibus municipais de Candeias. Apesar de uma parte do seu território ter ligação com a Baía de Aratu, as configurações ambientais quanto a maré e o nível elevado de preservação da faixa de mangue não permite um deslocamento de embarcações para o trânsito de pessoas, exceto pequenas canoas para aqueles que exercem a atividade pesqueira.

Na comunidade Boca do Rio, a questão do deslocamento é extremamente limitada. Os moradores não tem acesso a um transporte regular visto que por se tratar de uma área portuária federal não

pode haver o trânsito de linhas de ônibus concedidas para o transporte de passageiros. Essa condição tem sido suprida pelo arranjo de caronas dos moradores junto a veículos de trabalhadores ou prestadores de serviços do Porto Aratu-Candeias ou do Terminal Portuário da Ford.

A última comunidade da AID, Mapele usufrui de linhas de ônibus metropolitano que possibilitam o deslocamento dos moradores até a maior estação de transbordo da capital, a Lapa. Além disso a estrutura de transportes alternativos também completam esse deslocamento.

8.3.3.5 Energia Elétrica

O atendimento ao mercado de energia elétrica do Estado da Bahia é realizado através de três concessionárias, COELBA, CELPE, CHESF e SULGIPE e da permissionária Braskem, que atua no Polo Petroquímico de Camaçari. A COELBA detém a concessão para distribuição de energia em 415 dos 417 municípios do Estado, com uma área de concessão que abrange cerca de 99% do estado (565 mil km²), atendendo a uma população de mais de 13,8 milhões de habitantes (EPE, 2006).

CHESF atende à maioria dos consumidores industriais em 230 kV, enquanto a Braskem, que também é consumidora da CHESF, distribui energia para 27 empresas do Polo Petroquímico. Sistema Elétrico – COELBA. O sistema elétrico da COELBA é dividido em 19 regionais: Regional Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Camaçari, Catu, Cícero Dantas, Cotegipe, Eunápolis, Funil, Governador Mangabeira, Irecê, Jacaracanga, Juazeiro, Matatu, Mulungu, Narandiba, Pituáçu, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Zebu, descritos com maior detalhe a seguir (EPE, 2006).

É importante frisar que a ampliação de oferta de energia elétrica na Região Metropolitana de Salvador através dos empreendimentos de interligação com o sistema nacional e a instalação de termelétricas em Camaçari, possibilitou a atração de indústrias para a AII.

Regional Camaçari

O sistema Camaçari atende basicamente às cargas industriais do Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC), na tensão de 230 kV através SE Camaçari II da CHESF, e da SE COPEC I e SE Camaçari III, pertencentes à COELBA, nas tensões 69 kV, 34,5 kV e 13,8kV, sendo supridos em 230 kV dois consumidores especiais: Ford e Continental e na tensão de 69kV três consumidores especiais: Bahia Pulp, White Martins e Firestone. Parte das cargas em 13,8 kV do COPEC é atendida pela SE Camaçari III e SE Camaçari I (COELBA), derivada do sistema Cotegipe (Figura 8.3-116).

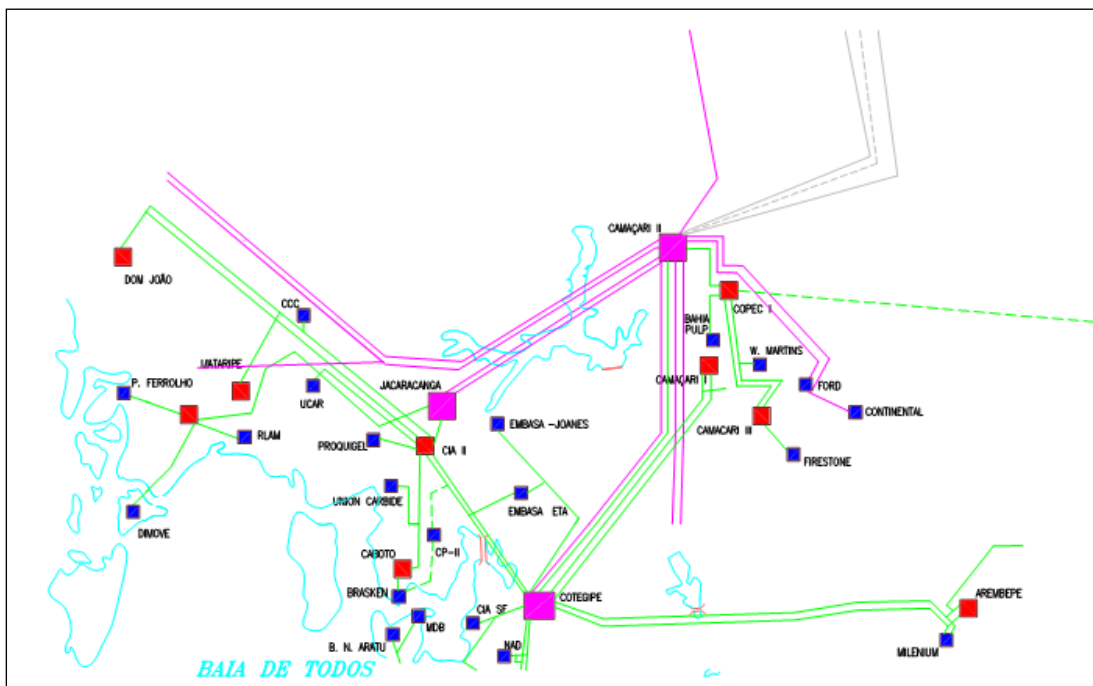


Figura 8.3-116. Diagrama simplificado da regional Camaçari (Fonte: EPE, 2006).

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, havia um total de 169.284 consumidores na área de influência, aqui considerando tanto os que eram classificados como residencial, como industrial, comercial, rural, entre outros. A Figura 8.3-117 mostra a distribuição interna quanto ao número de consumidores por categoria nos municípios pesquisados, segundo dados da SEI para o ano de 2010.

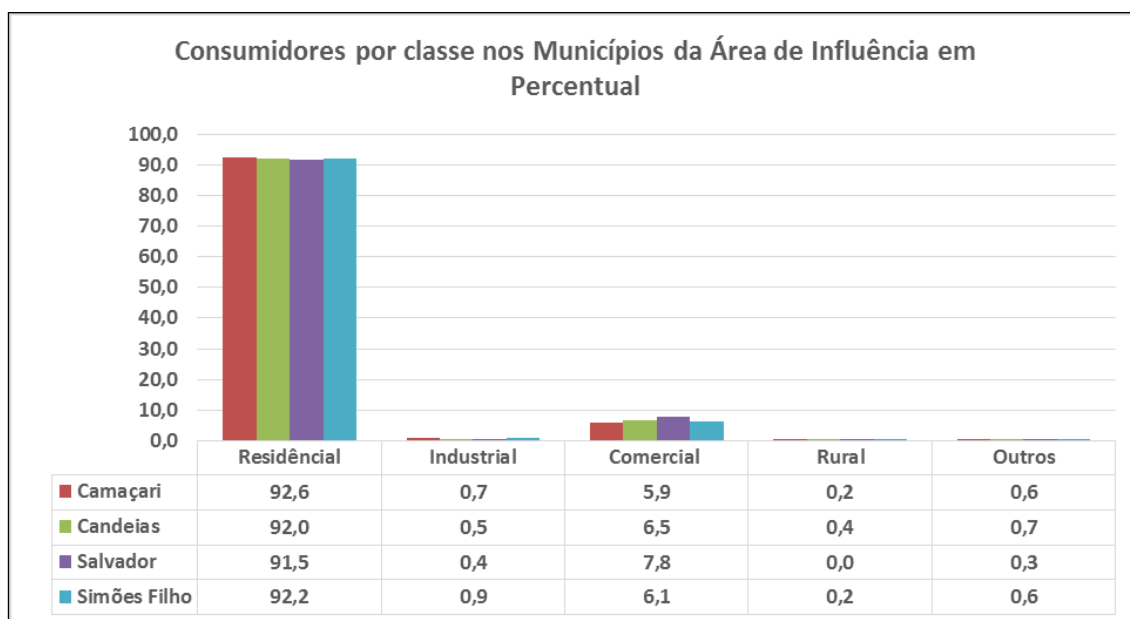


Figura 8.3-117. Consumidores por classe nos municípios da área de influência (Fonte: SEI, 2010).

Os dados apontam que no universo dos consumidores nos municípios da área de influência, mais de 90% dos consumidores eram residenciais. Os consumidores de classe comercial representavam entre 5,9% a 7,8% nos municípios. O setor industrial apresentava baixo quantitativo de consumidores, o que não significa que sejam necessariamente baixo demandantes de energia.

A Região Metropolitana de Salvador está caracterizada pela presença de elevada necessidade de energia por se encontrar nos municípios da área de influência importantes segmentos econômicos, ligados ao setor petroquímico, como o Polo Petroquímico de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu, em Simões Filho. Apesar de não estar sendo estudado aqui, um município constituinte da RMS, São Francisco do Conde também contempla em seu território, a presença da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) da Petrobras. Segundos os dados da SEI (Tabela 8.3-28), foram consumidos um total de 5.467.873 MHW no ano de 2010. A Figura 8.3-118 a seguir mostra a realidade quanto ao consumo por MHW e por classe em percentual.

Tabela 8.3-28. Consumo por classe em MHW para 2010 nos municípios da área de influência (Fonte: SEI, 2010).

Município	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
Camaçari	1.076.174	132.229	831.354	59.231	1.301	52.059
Candeias	335.521	33.395	221.141	20.479	987	59.519
Simões Filho	336.991	45.331	245.472	31.848	470	13.870
Salvador	3.719.187	1.642.172	249.554	1.319.502	3315	504.644
Total	5.467.873	1.853.127	1.547.521	1.431.060	6.073	630.092

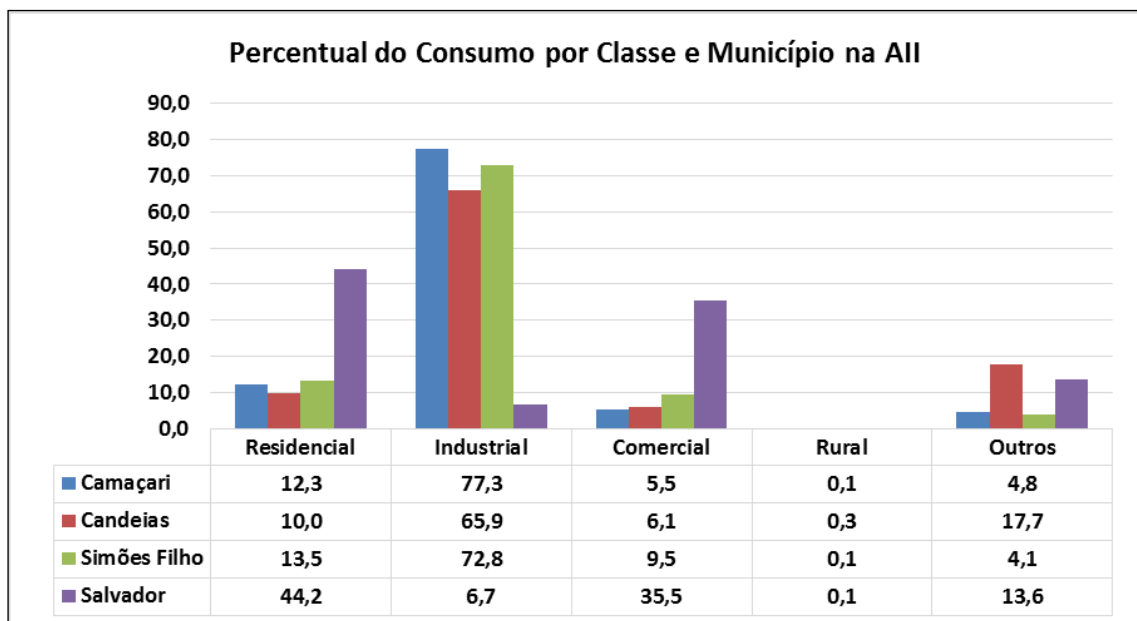


Figura 8.3-118. Percentual do consumo por classe e Município na AII (Fonte: SEI, 2010).

O consumo industrial é elevado em todos os municípios, principalmente em Camaçari e Simões Filho, representando mais de 77% do município. Em Candeias, o consumo industrial também é bastante representativo, embora alcance taxas menores em relação às outras localidades. O menor consumo pela classe residencial foi estabelecido no município de Candeias, representando 10% dos seus consumidores. Salvador registrou o maior valor de consumo para o setor comercial entre todos os municípios da área de influência, e que representa 35% do que foi consumido em 2010.

Um olhar mais apurado frente a esses dados mostra o quadro econômico que se desenhou para a Região Metropolitana de Salvador ao longo das últimas décadas, situando os grandes parques industriais para fora da capital e modificando as vertentes econômicas que passaram a concentrar o setor terciário como grande diferencial em relação aos demais municípios.

Quanto as condições de suporte energético a sustentação econômica da RMS, o quadro no geral do próprio Estado da Bahia já apresenta indicativos de escassez, necessitando de ampliação de geração de energia. O Estado que era exportador de energia passou a ser importador desse insumo. De acordo com Carneiro (2011), para a Bahia, os dados coletados demonstram que a autossuficiência caiu em mais de 10 pontos percentuais entre 1993 e 2009 (Figura 8.3-119).

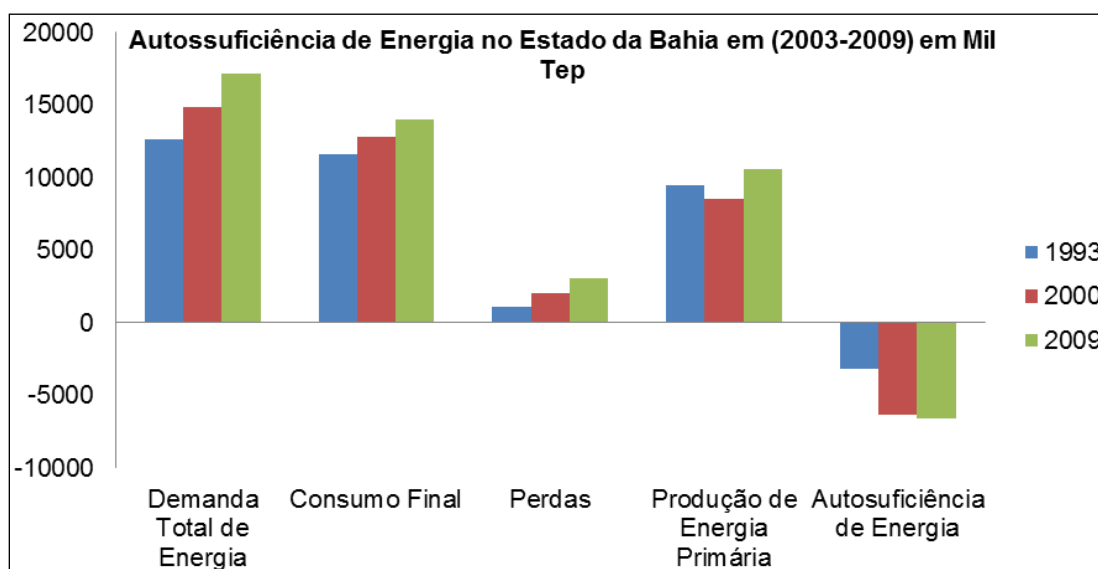


Figura 8.3-119. Autossuficiência de energia no estado da Bahia em (2003-2009) em mil tep (Fonte: CARNEIRO, 2011).

No tocante ao consumo, este também teve como principal ponto para mudança no quadro baiano, a industrialização desencadeada a partir dos 70. O incremento de setores metalúrgicos, petroquímicos, papel e celulose, provocou alterações na estrutura energética estadual e condicionou a busca pela oferta de novas fontes de energia.

Segundo o Censo 2010 do IBGE, o acesso à energia elétrica estava praticamente universalizado nos domicílios da AII (Figura 8.3-120). O percentual de domicílios sem acesso a energia não ultrapassa a

taxa de 2%, como por exemplo, em Camaçari, principalmente no setor rural. Apenas 0,2% dos domicílios em Salvador no meio urbano não contava com energia elétrica.

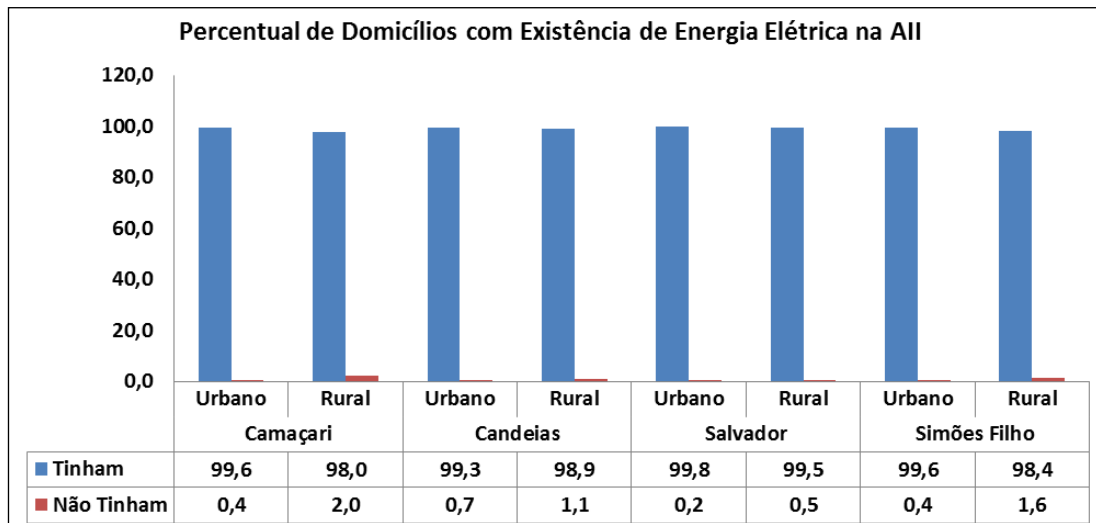


Figura 8.3-120. Percentual de domicílios com existência de energia elétrica na AII (Fonte: Censo 2010, IBGE).

O acesso à energia elétrica também já se encontra bastante difundido entre as residências da AID. Os distritos e as respectivas comunidades possuem elevado índice de unidades ligadas a rede pública. De acordo com os dados do micro dados do Censo 2010 do IBGE e a pesquisa direta da Bourscheid junto as residências dos pescadores e pescadoras artesanais em Boca do Rio e Mapele, o quadro de acesso à energia dos moradores na AID estava estruturado da seguinte forma (Figura 8.3-121):

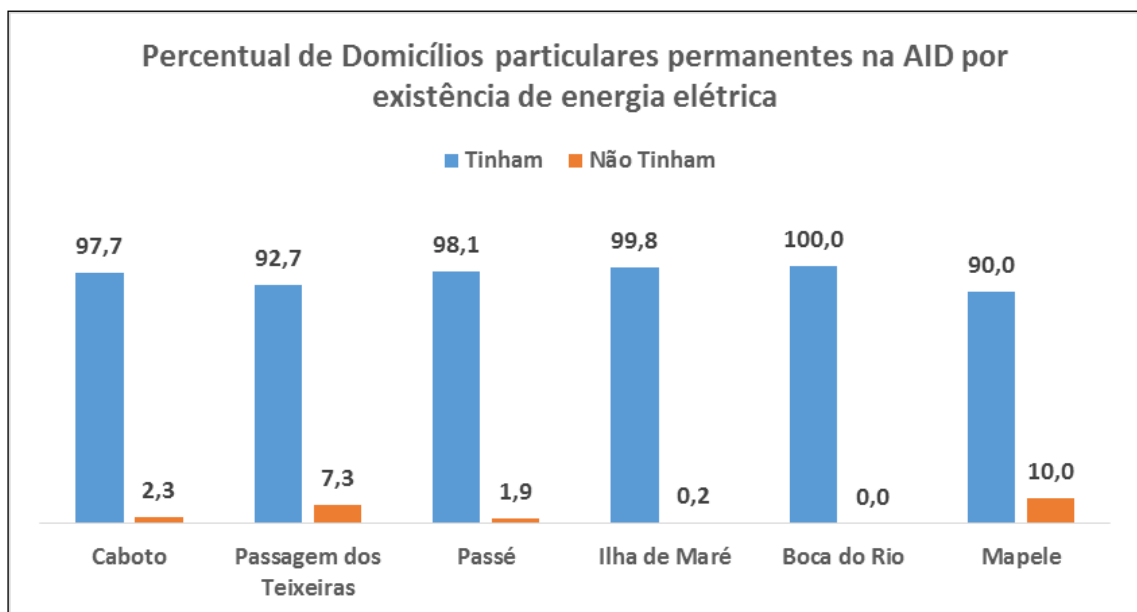


Figura 8.3-121. Percentual de Domicílios particulares permanentes na AID por existência de energia elétrica (Fonte: Microdados do Censo 2010 do IBGE e Bourscheid, 2014).

8.3.3.6 Comunicação

Um sistema de telecomunicações é fundamental para que haja atendimento tanto as necessidades do empreendedor para a operação da atividade, como suporte as ações que possam envolver direta ou indiretamente, comunidades que estarão sob influência do projeto através dos Programas Ambientais, além da própria necessidade da comunicação. Após a privatização do sistema Telebrás em 1997, houve expressiva elevação de atendimento (sem aqui avaliar sua qualidade) dos serviços de comunicação móvel e fixa. Obviamente, que apesar dessa expansão, os melhores serviços estão concentrados nas capitais ou polos regionais.

A Região Metropolitana de Salvador, portanto, configura-se como a principal área do Estado da Bahia seja como mercado consumidor seja como atração de melhores tecnologias para comunicação, principalmente em relação a capital.

Os dados da Anatel para o ano de 2011 e o estudo da CODEBA (2012) identificaram (Tabela 8.3-29) um total de 957.200 telefones instalados na área de influência do Terminal de Uso Privativo da Braskem.

Tabela 8.3-29. Cobertura por telefonia fixa na Área de Influência em 2011 (Fonte: ANATEL, 2011 & CODEBA, 2012).

Localidades	Telefones Públicos	%	Telefones Particulares	%	Telefones em Serviços	%	Telefones Instalados	%
Camaçari	1.769	9,7	35.237	5,9	36.906	6,0	51.076	5,3
Candeias	432	2,4	12.480	2,1	12.916	2,1	15.988	1,7
Simões Filho	610	3,3	16.107	2,7	16.717	2,7	23.465	2,5
Salvador	15.450	84,6	530.279	89,3	545.729	89,1	866.671	90,5
Total	18.261	100,0	594.103	100,0	612.268	100,0	957.200	100,0

Camaçari representava 5,3% do total de linhas existentes na área de influência, enquanto Candeias e Simões Filho, 1,7% e 2,5%, respectivamente. Os telefones particulares totalizaram 594.103 linhas na área de influência.

Tomando-se como referência os dados demográficos do Censo 2010 do IBGE, para os telefones públicos, Camaçari dispõe de 7,28 telefones públicos para cada mil habitantes. Em Candeias, 5,19 para cada mil habitantes. Simões Filho, essa relação é de 5,16 telefones públicos para cada mil habitantes. Já Salvador, a relação era de 5,77 para cada mil habitantes. As linhas fixas ou telefones particulares em Camaçari, Candeias, Simões Filho e Salvador tinham a seguinte relação para cada mil habitantes: 145,02, 150,07, 136,44 e 222,10, respectivamente.

Quanto a presença de rádios na AII, Salvador destaca-se como principal concentração de empresas radio difusoras, com programação local e nacional. As programações dessas rádios da capital também alcançam os demais municípios da AII, ampliando assim, o acesso a informação. No quadro abaixo, um total de 16 rádios estão em atuação na Área de Influência Indireta (Quadro 8.3-10).

Quadro 8.3-10. Rádios existentes na AII (Fonte: Anatel e Pesquisa Direta, 2014).

Município	Rádio	Frequência
Salvador	Sociedade	AM
Salvador	Excelsior	AM
Salvador	Bahia FM	FM
Salvador	Globo FM	FM
Salvador	CNB Salvador	FM
Salvador	Piatã	FM
Salvador	Itapoan	FM
Salvador	Transamérica	FM
Salvador	Metrópole	FM
Salvador	Tudo	FM
Salvador	A tarde	FM
Candeias	Baiana	FM
Camaçari	Lider	FM
Camaçari	Sucesso FM	FM
Simões Filho	Simões Filho	FM
Candeias	Baiana	FM

As agências de correio estão presentes em todos os municípios da AII. Considerando não só as agências propriamente ditas, mas as que são consideradas franqueadas, ao todo são 56 unidades atendendo aos serviços de correspondência da população (Quadro 8.3-11). A capital concentra 85,7% de todas essas modalidades, ou seja, 48 unidades.

Quadro 8.3-11. Quantidade de agências e serviços postais na AII (Fonte: SEI, 2014).

Município	Tipo de Unidade	Ano	Quantidade (Und)
Candeias	Agência de Correio	2012	1
Candeias	Caixa de Coleta	2012	1
Salvador	Agência de Correio	2012	35
Salvador	Agência de Correio Comunitária	2012	11
Salvador	Agência de Correio Franqueada	2012	16
Salvador	Caixa de Coleta	2012	198
Salvador	Outros	2012	33
Salvador	Posto de Venda de Selo	2012	6
Simões Filho	Agência de Correio	2012	1

Município	Tipo de Unidade	Ano	Quantidade (Und)
Simões Filho	Agência de Correio Franqueada	2012	1
Simões Filho	Caixa de Coleta	2012	1
Simões Filho	Outros	2012	1
Camaçari	Agência de Correio	2012	1
Camaçari	Agência de Correio Comunitária	2012	3
Camaçari	Agência de Correio Franqueada	2012	1
Camaçari	Caixa de Coleta	2012	1
Camaçari	Outros	2012	1

Por outro lado, essa estrutura ainda é simples para os anseios da população da AID. A distância dos distritos/comunidade frente as sedes municipais tornam a tarefa de acesso aos serviços postais restrito para serviços mais complexos. O alcance é limitado fazendo com que grande parte da população precise se deslocar até o centro do município, conforme depoimento do Presidente da Associação de Moradores de Passé (Figura 8.3-122).

Nós temos quase 12 mil habitantes, nós não temos lugar para pagar conta, nós não temos agência dos correios, nós não temos um banco, uma casa lotérica, não temos nada. Todo serviço nós temos que ir pra Candeias. Agora é que nós estamos conseguindo fazer um convênio com a Prefeitura e o Correio, e a ABENDIP cedeu o espaço para trazer as correspondências do distrito de Passé. Nem os correios vem aqui (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABENDIP).



Figura 8.3-122. Agência comunitária em Passé, distrito de Candeias (Fonte: Bourscheid, 2014).

Entretanto, essa realidade sofreu melhorias, com a Agência Comunitária dos Correios em Passé sendo oficialmente inaugurada em outubro de 2014, prestando serviços básicos de postagem. No distrito de Passagem dos Teixeiras, também na AID, há uma Agência Comunitária inaugurada no mesmo ano. O mesmo equipamento também foi inaugurado em Caboto, disponibilizando acesso mais facilitado aos moradores locais.

Outra importante estratégia de comunicação junto as comunidades é o uso de carros de som para divulgação de eventos locais ou nas sedes dos respectivos municípios, principalmente para as comunidades no continente. Para Ilha de Maré a comunicação se desenvolve além dos celulares, da interface com as demais comunidades aqui estudadas entre seus moradores. A divulgação de informações precisa fazer uso de outras estratégias, considerando que não existem veículos na Ilha, a partir, por exemplo, de estruturas como postos de saúde, sede da colônia de pescadores, igrejas e escolas.

A Região Metropolitana de Salvador goza de relativa boa cobertura de telefonia móvel. Isso se reflete, teoricamente, na AID (ver Apêndice 26 – Mapa de Cobertura de Telefonia Móvel). É possível observar a presença das principais operadoras nacionais em atuação na área como a TIM, Vivo, Oi e Claro, apesar da irregularidade do sinal a depender da localização do usuário nas comunidades. Há um avanço no acesso à internet nas zonas urbanas da AII. Nas comunidades da AID esse acesso limita-se notadamente através da telefonia móvel em sistemas pré-pagos.

A partir do número de pessoas alocadas na obra, a comunicação como um todo não deverá sofrer pressões. São esperadas a contratação de um total de 202 funcionários diretos e que deverão prioritariamente pertencer a região. Além disso, esses funcionários estarão concentrados no canteiro de obra da empresa BELOV Engenharia LTDA localizado em Mapele, distrito de Simões Filho. O canteiro de obras onde deverá ocorrer a construção das estruturas principais é servido atualmente de linhas fixas de telefone e de sinal de telefonia móvel, bem como acesso à internet.

Tanto a AII, como principalmente a AID, possui cobertura móvel de telefonia das principais operadoras. As linhas fixas de telefonia não são habitualmente utilizadas na região, devido ao seu custeio (manutenção) frente as condições econômicas da população. Na Figura 8.3-123, observa-se a variação de linhas para 4 das 6 comunidades da AID ao longo do ano de 2014, extraídos da base de dados da ANATEL. Não foi possível obter os dados da comunidade Boca do Rio devido a sua restrição local e da comunidade de Mapele por não se encontrar discriminada com outras localidades que compõem o município de Simões Filho. No ano de 2014, o total de linhas na AID era de apenas 786 linhas. A própria mudança no comportamento dos usuários de telefonia nos dias atuais, vem

desenvolvendo um perfil em que se prioriza notadamente a base móvel, a partir do crescimento das linhas de telefones celulares.

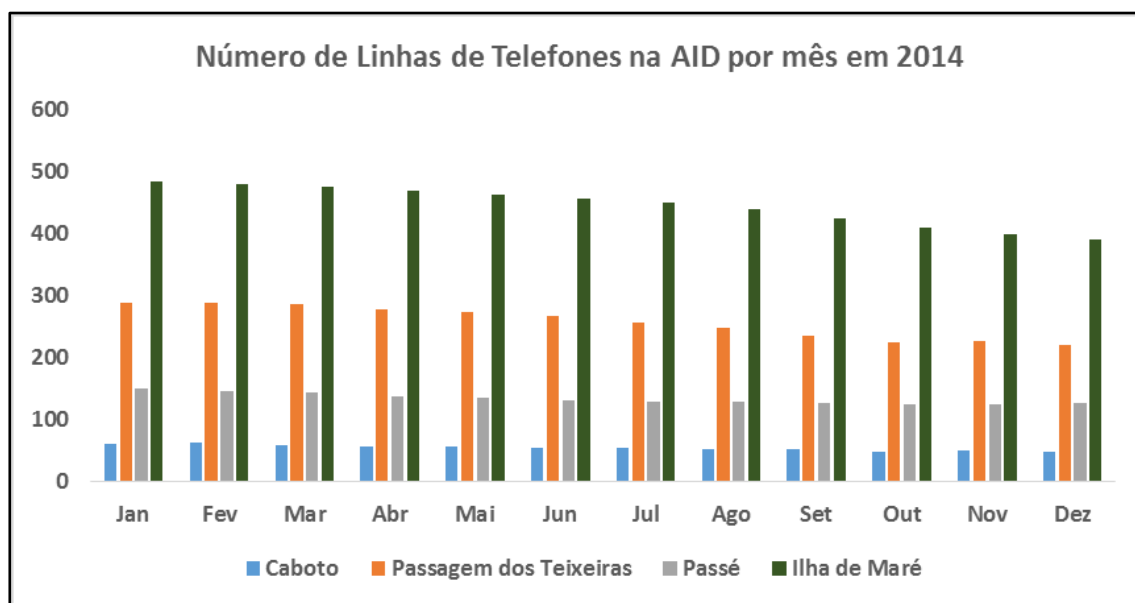


Figura 8.3-123. Número de linhas de telefone na AID por mês, em 2014 (Fonte: ANATEL, 2015).

A interface entre o empreendimento e os moradores da área de influência terá a sua disposição números disponibilizados pela Braskem em um formato de 0800 para informações sobre a obra, e sua divulgação, bem como o monitoramento dessa comunicação ficará a cargo do Programa de Comunicação Social e de Educação Ambiental.

8.3.3.7 Abastecimento de água

A Empresa Baiana de Saneamento – Embasa é a responsável pela operação e manutenção do sistema de abastecimento de água potável, o que inclui manter a qualidade da água produzida e distribuída, assim como tornar acessível às informações quanto à utilização correta do uso da água de maneira eficiente.

A Região Metropolitana (RM) de Salvador é abastecida prioritariamente por sistemas integrados, sendo o principal deles formado pela barragem Pedra do Cavalo, no rio Paraguaçu, responsável por 70% da vazão tratada. O Sistema Integrado Salvador/Lauro de Freitas possui dois grandes centros de produção de água tratada: ETA Principal, com 10 m³/s, e Parque Bolandeira, composto por duas estações de tratamento com capacidade de 5,0 m³/s (ANA, 2014). Através da Figura 8.3-124, é possível observar como é constituído o sistema de abastecimento de água da AII.

Diagnóstico da Agência Nacional de Água através do seu Atlas com base no cenário de 2015, demonstra que a RM de Salvador está classificada em uma área onde há necessidade de ampliação do sistema de abastecimento. As soluções propostas pela ANA para a região seriam:

- a) ampliar a adutora de água tratada que liga a ETA Principal ao centro de reservação de Cabula;
- b) ampliar o Sistema Santa Helena/Joanes II, com a implantação de elevatória e adutoras para aumentar a vazão disponível na Barragem Joanes II;
- c) ampliar e adequar unidades da ETA Principal;
- d) duplicação do sistema adutor de água tratada para Candeias;
- e) implantar novo sistema para São Francisco do Conde;
- f) ampliar os sistemas de poços de Camaçari, Dias d'Ávila, Mata de São João e São Sebastião do Passé. O total de investimentos previstos para RM Salvador é de R\$ 217 milhões.

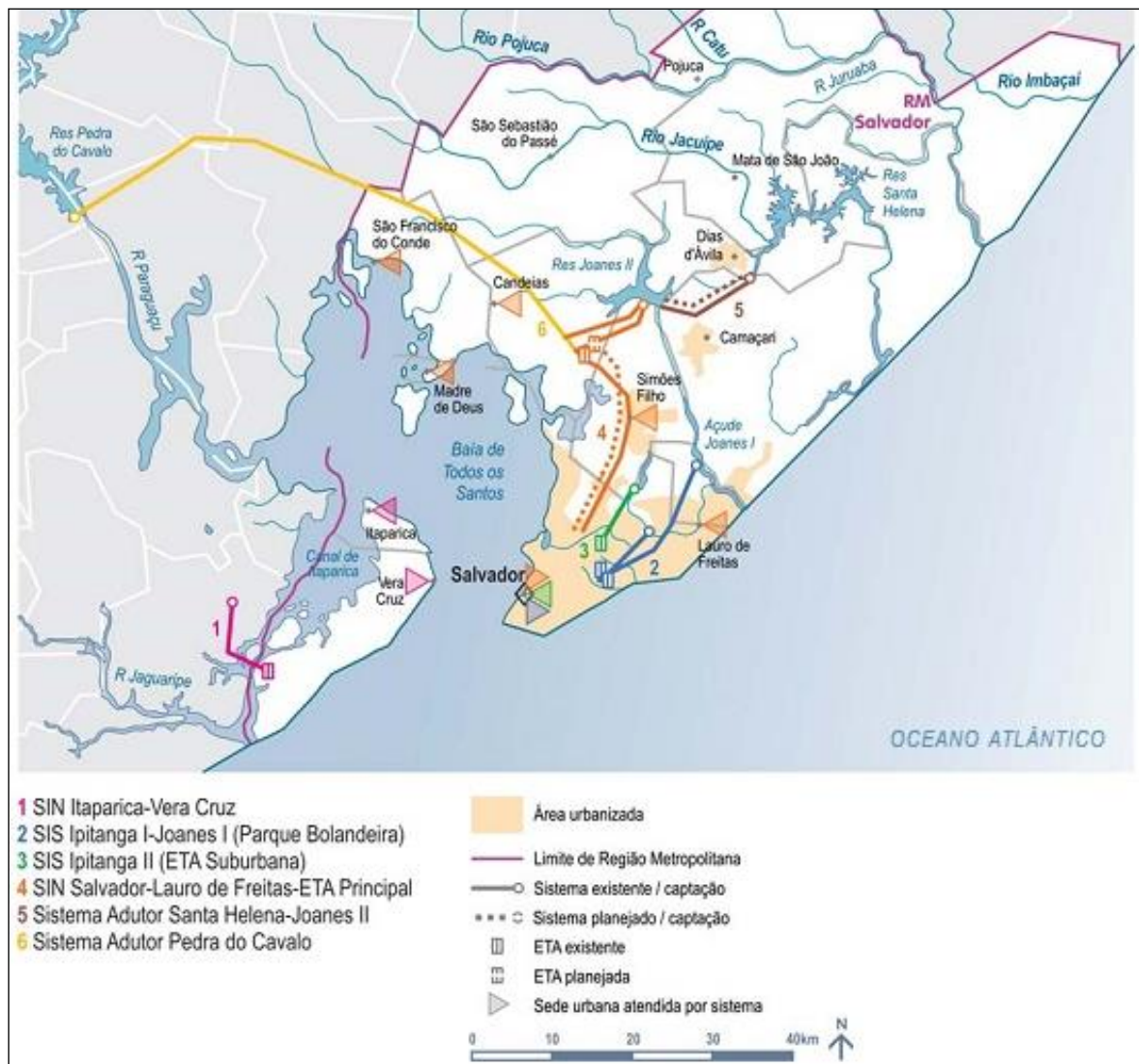


Figura 8.3-124. Mapa esquemático do atual sistema de abastecimento da RMS (Fonte: ANA, 2014).

A Tabela 8.3-30 mostra que na área de influência para o Terminal de Uso Privativo da Braskem, o alcance da rede geral de abastecimento de água que já apresentava índices acima de 80% de atendimento, prosseguiu o movimento de ampliação de disponibilidade do serviço junto aos domicílios permanentes, segundo os dados do IBGE através do Censo 2010.

Tabela 8.3-30. Forma de abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).

Município	Ano	N° domicílios	Rede Geral		Poço ou Nascente		Outras Formas	
			Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Camaçari	2010	73.991	69.095	93,3	2.281	3,1	2.615	3,5
	2000	41.206	36.615	88,9	2.350	5,7	2.206	5,4
Candeias	2010	24.892	23.289	93,6	593	2,4	1.010	4,1
	2000	18.779	15.602	83,1	1.636	8,7	1.541	8,2
Simões Filho	2010	35.000	32.408	92,6	986	2,8	1.606	4,6
	2000	23.121	19.427	84,0	1.217	5,3	2.477	10,7
Salvador	2010	858.887	849.268	98,88	2.604	0,3	7.015	0,82
	2000	651.293	628.854	96,55	5.618	0,86	16.821	2,58
Total	2010	992.770	974.060	98,1	6.464	0,7	12.246	1,2
	2000	734.399	681.071	92,7	10.821	1,5	20.568	2,8

No âmbito geral, o abastecimento de água via rede geral dos domicílios particulares permanentes apresentou evolução entre os anos de 2000 a 2010 na área de influência, cuja taxa de atendimento saltou de 92,7% para 98,1% no último censo. A utilização de poços ou nascentes para abastecimento de água que era de 1,5% em 2000, sofre uma queda para 0,7% em 2010.

O município de Candeias apresentou o maior crescimento de domicílios ligados à rede geral como forma de abastecimento (Figura 8.3-125). Em 2000, o número de domicílios que utilizavam a rede geral que era de 83,1% no ano de 2010 percentual já alcançava 93,6% do total de residências.

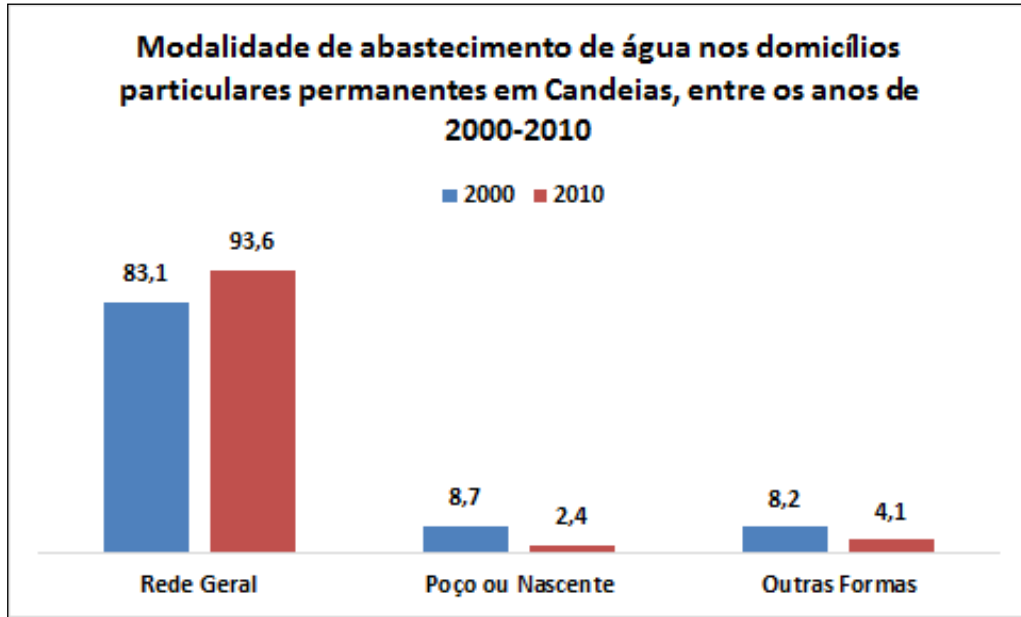


Figura 8.3-125. Modalidade de abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes em Candeias, entre os anos de 2000-2010, em percentual (Fonte: IBGE, 2010).

Com a ampliação da oferta de serviço via rede geral as demais condições de abastecimento decaem consideravelmente, principalmente aquela caracterizada como poço ou nascente, registrando em 2010 apenas 2,4% de uso pelos domicílios.

Em Camaçari, o abastecimento através da rede geral no ano 2000 já era o segundo maior entre os municípios da área de influência. Em 2010, o índice atingia 93,3% das residências (Figura 8.3-126). A utilização dos poços ou nascentes pelos domicílios particulares permanentes que era a principal forma de acesso à água potável por 5,7% das unidades residenciais no ano 2000, em 2010, os dados do IBGE apontavam que essa modalidade só estava presente em 3,1% dos domicílios.

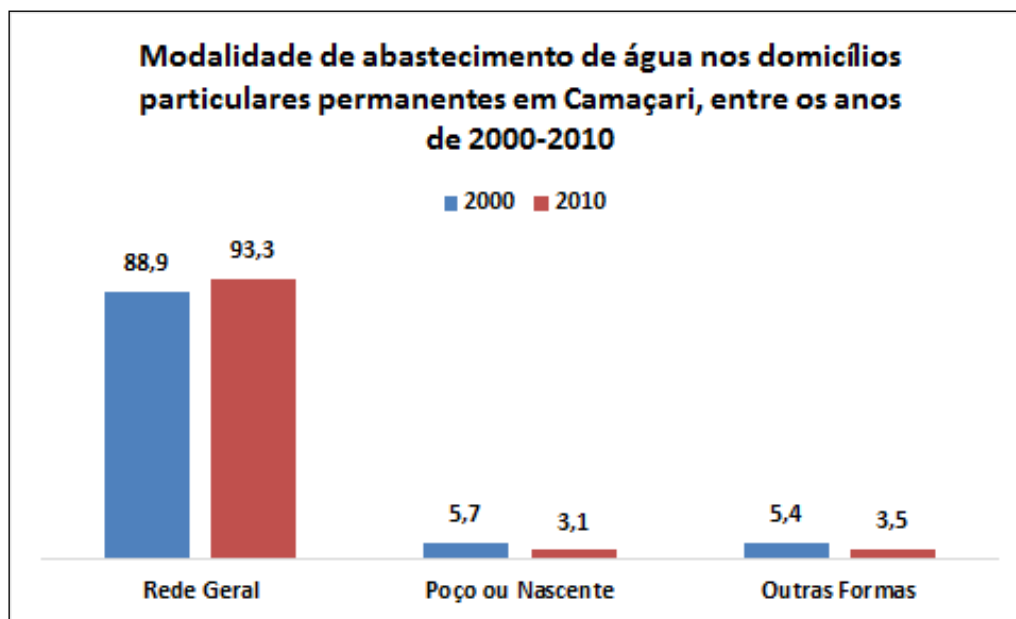


Figura 8.3-126. Modalidade de abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes em Camaçari entre os anos de 2000-2010, em percentual (Fonte: IBGE, 2010).

Salvador já registrava o maior índice de atendimento à população quanto ao abastecimento de água através da rede geral no ano 2000 (Figura 8.3-127). Essa taxa continuou a apresentar crescimento segundo os dados do Censo 2010 do IBGE, mas em menor proporção frente aos outros municípios da Área de Influência Indireta. Entretanto é observado o aumento de outras formas de abastecimento no período mencionado. Esse indicador pode estar relacionado a uma possível irregularidade na condição do serviço em áreas periurbanas, motivando assim, captações de água não adequadas para o seu uso.

O último município que integra a área de influência do futuro empreendimento, Simões Filho, registrou um percentual de 92,6% dos domicílios cujo abastecimento era através da rede geral (Figura 8.3-128). A utilização de poços ou nascentes como principal modalidade era utilizada por 2,8% dos domicílios. O município de Simões Filho registrou a maior queda nas taxas caracterizadas como Outras Formas na condição de abastecimento entre os anos 2000-2010 na área de influência.

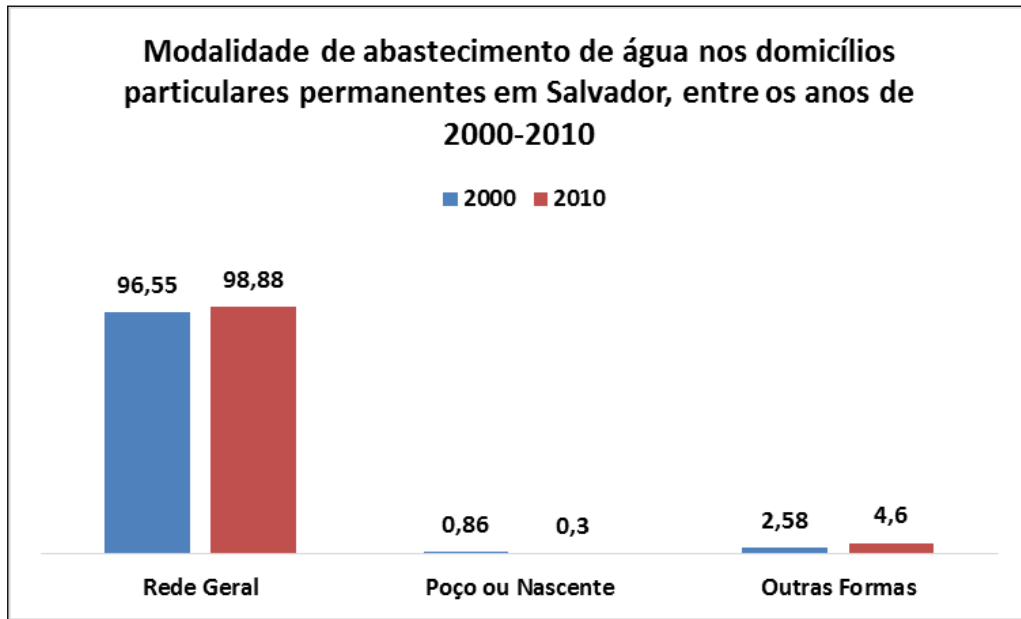


Figura 8.3-127. Modalidade de abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes em Salvador, entre os anos de 2000-2010, em percentual (Fonte: IBGE, 2010).

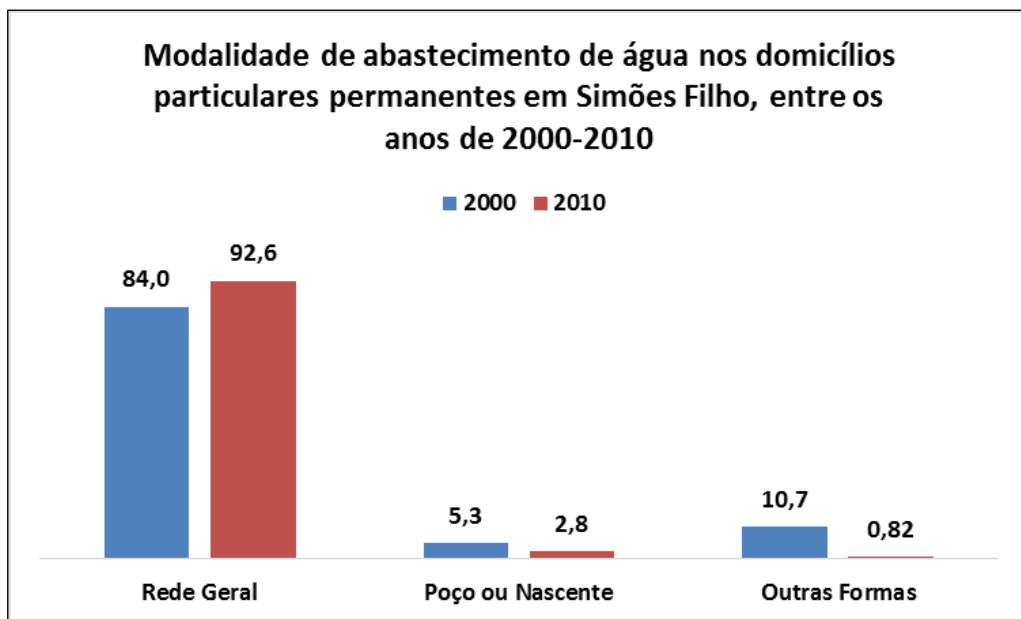


Figura 8.3-128. Modalidade de abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes em Simões Filho, entre os anos de 2000-2010, em percentual (Fonte: IBGE, 2010).

O abastecimento de água via rede pública também apresentava níveis elevados de atendimento na Área de Influência Direta (Figura 8.3-129). Entretanto, é bastante comum a queixa dos moradores dos distritos/comunidade quanto a qualidade da água ou mesmo a irregularidade do abastecimento:

Água encanada, EMBASA. O sistema é regular. Falta água, se você não tiver reservatório, você fica 8 dias sem água, as vezes até mais. E as vezes cai água

inconstante, dia sim, dia não... (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé).

Péssimo. Horrível. Só tem uma vez na semana e olhe lá. E quando vem, quem tem casa no alto a água não sobe. (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABENDIP).

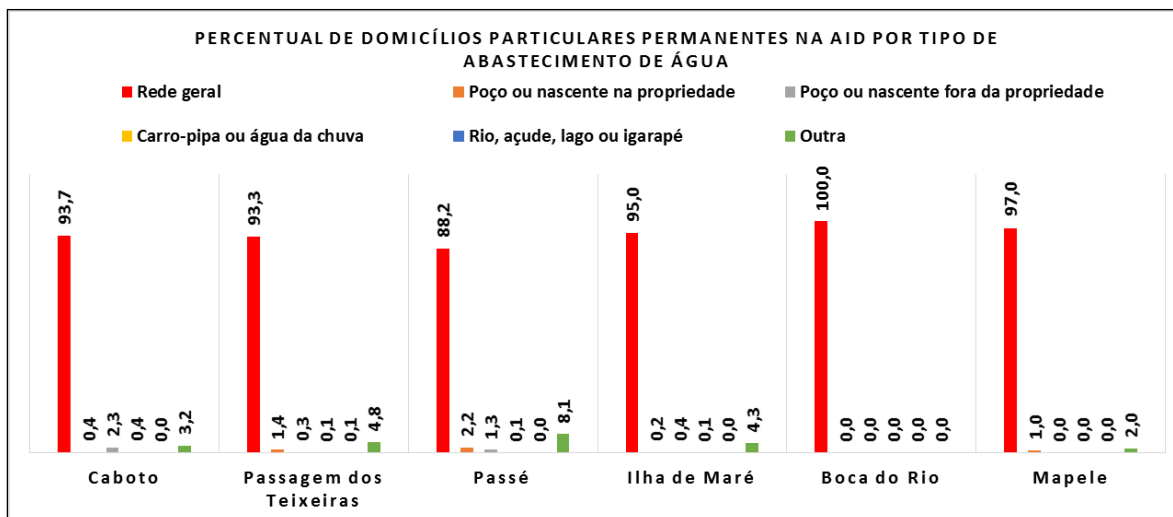


Figura 8.3-129. Percentual de Domicílios particulares permanentes na aid por tipo de abastecimento de água (Fonte: Microdados do Censo 2010 do IBGE e Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Já nas comunidades de Ilha de Maré e Mapele, as entrevistas qualificadas retrataram uma situação oposta, como informa o pescador Natanael Farias Pedro e o Presidente da Associação de Moradores de Mapele, Manoel Santana:

O sistema é bom (...). Antes a água era fraquinha, hoje é forte é bastante forte. Hoje todo mundo tem acesso (Natanael Farias Pedro, Pescador Ilha de Maré)

Rapaz eu digo uma coisa pra você, pra mim o abastecimento de agua aqui em Mapele hoje eu dou a nota de 8, a gente não tem problema com falta de agua. Saneamento? Agua tratada, tem agua até demais... (Manoel de Santana, Presidente da Associação de Moradores de Mapele).

A presença de grandes contingentes de pessoas em uma região pode causar desequilíbrio no sistema de abastecimento de água, pois em se tratando de uma obra, as atividades inerentes ao processo de construção terminam por exigir maior disponibilidade desse recurso natural. Em um empreendimento com elevado número de mão de obra, seria preciso um redimensionamento do sistema que atende o município.

No caso da fase de construção (e que coincide com a Licença de Instalação) do píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem, a mão de obra irá se concentrar no canteiro da Belov Engenharia LTDA na comunidade de Mapele (Simões Filho) localizada na AID. Assim, é nessa comunidade onde reside a

maior preocupação quanto as condições de abastecimento de água sem comprometer a capacidade do sistema no atendimento aos que residem ali.

O foco da análise no município de Simões Filho, para o atendimento do TR do IBAMA, parte da condição de que a obra desse empreendimento, não irá exigir uma quantidade significativa de pessoas durante a fase de construção (pico de 202 pessoas) durante os 12 meses de obra civil. Esse número, corresponde a 50% da capacidade do canteiro da BELOV Engenharia Ltda em Mapele, que conta com licença ambiental do órgão ambiental do Estado da Bahia, INEMA.

Outro importante fator já ressaltado é que os levantamentos de informações primárias junto aos pescadores e seus familiares na região pela equipe de campo, mostram que existe a disponibilidade de pessoas com formação técnica para atuar na obra. Ou seja, a contratação de moradores locais não implica, portanto, em aumento de consumo ou necessidade de redimensionamento da rede (ver item sobre Mão de Obra).

Os dados apresentados para o sistema de Simões Filho como um todo têm como base relatórios de fiscalização da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (AGERSA) para o ano de 2015 e do Plano Municipal de Saneamento Básico de Salvador do ano de 2010 com horizonte previsto até o ano de 2030 cujo sistema de abastecimento, também, atende a Simões Filho.

A Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA é uma autarquia em regime especial criada pela Lei Estadual nº 12.602, de 29 de novembro de 2012, vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS e sujeita ao regime jurídico-administrativo próprio das entidades de regulação e fiscalização de serviços públicos de saneamento básico, conforme previsto na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

O Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Simões Filho faz parte do SIAA de Salvador sendo abastecido por três alimentações de água tratada: → ETA Suburbana (abastecida pela Barragem de Ipitanga); → Derivação da ETA Principal por meio da Adutora Principal e; → Reservatório 21. Este sistema também receberá água tratada das estações elevatórias existentes nas ETAs Principal e Suburbana. Após ampliação do sistema, o SIAA aumentará a oferta da sede municipal de Simões Filho e as localidades de Santa Luzia, Cotegipe, Mapele, Distrito de Góes Calmon, Palmares, Pitanga de Palmares, Bico Doce e Palestina.

De acordo com o Descritivo Sumário do Projeto SIAA Simões Filho e outras localidades estão previstos ampliação do sistema com instalações de Booster em três Zonas ou localidades (Sede ZA-01, Sede ZA-02 e Góes Calmon), bem como implantação 30.563,66m de adutora de água tratada, além de reservatórios na sede de Simões Filho e nas localidades de Palmares, Pitanga dos Palmares, Cotegipe, Santa Luzia e Mapele (AGERSA, 2015).

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério das Cidades, para o ano de 2013, foram produzidos um total de 9.470,61m³ de água no município de Simões Filho, mas consumido apenas 4.007,35m³. A previsão é que durante os 12 meses de obra civil, sejam consumidos um total de 2.400m³ do recurso natural, cujo montante não é significativo para gerar problemas para o abastecimento na AID.

Informações do Plano Municipal de Saneamento Básico de Salvador, afirma que a Estação de Tratamento de Água principal alimenta a Adutora Principal, responsável pelo abastecimento de água dos municípios de Lauro de Freitas, Candeias, Simões Filho e 60% da oferta de água do Município do Salvador. Abastece também o Sistema Integrado do Recôncavo. Apesar de atualmente, estar dimensionada para operar com uma vazão nominal de 10m³/s, o canal de chegada da ETA encontra-se trabalhando em seu nível máximo limitando a vazão atual em 8,8 m³/seg. Ou seja, o sistema ainda permite crescimento da sua demanda e, portanto, não deverá afetar as atuais condições de abastecimento da AID. Os canteiros que serão instalados junto a ADA para fiscalização e montagem final da obra no mar serão abastecidos pela mesma rede pública que atualmente serve a Braskem no Porto de Aratu e não deverá impactar na condição do serviço atual da região também.

Conforme informações da Braskem, a operação do Terminal de Uso Privativo exigirá uma mão de obra total de 6 pessoas. O uso da água nessa fase, portanto, será apenas para necessidade dos funcionários, e contará com a rede de abastecimento público existente nas dependências do Porto de Aratu, dado que o terminal, não terá nenhum processo de fabricação.

8.3.3.8 Coleta e Tratamento de Esgoto

O panorama da situação do saneamento básico na Bahia é um dos principais desafios enfrentados pelos gestores municipais do Estado da Bahia. Atender aos objetivos e metas atribuídos pela política do estado significa dispor um sistema de abastecimento de água, disposição do esgoto e a gestão de resíduos sólidos (coleta, tratamento e disposição final).

A Empresa Baiana de Saneamento – Embasa é a responsável pela operação e manutenção do sistema de abastecimento de água potável, o que inclui manter a qualidade da água produzida e distribuída, assim como tornar acessível às informações quanto à utilização correta do uso da água de maneira eficiente.

De acordo com a Tabela 8.3-31 apresenta a seguir, é possível observar que de maneira geral, o atendimento de esgotamento sanitário evolui em todos os municípios da área de influência. Entretanto, apesar da modalidade de rede geral ter crescido entre os anos de 2000 e 2010, segundo os dados do IBGE, ainda faltam uma maior universalização quanto ao seu atendimento.

Examinando os dados gerais, a área de influência teve um aumento de 35,1% no surgimento de novas residências entre os anos de 2000 e 2010 segundo o IBGE. As formas de tratamento e coleta de esgotamento sanitário subiram de 96,6% para 99,4% no período. A rede geral, no período, na área de influência, subiu de 71,1% para 86,1% de participação. Ou seja, uma elevação de 20%, inferior ao quantitativo de novas casas. A utilização da fossa séptica decresce segundo o levantamento do IBGE, em mais de 63% no período. Observa-se que o quantitativo de casas que fazem uso dessa modalidade de esgotamento sanitário é o que apresentou o menor crescimento de surgimento de moradias.

Dentre os municípios, coube a Salvador o maior crescimento entre os anos de 2000 e 2010 no uso das redes gerais, passando de 74,7% para 90,8% dos domicílios. Já Camaçari registrou o maior decréscimo na utilização de fossas sépticas como destinação do esgoto sanitário, mesmo com o crescimento do número de casas adeptas a essa modalidade de destinação. O percentual de domicílios que chegou a 23,5% em 2000, em 2010 segundo dados do Censo do IBGE e CODEBA (2012), caiu para 13,4%.

Tabela 8.3-31. Esgotamento sanitário nos municípios da área de influência entre 2000-2010 (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).

Municípios	Ano	Nº Domicílios	Rede geral	% da modalidade frente ao nº de domicílios	Fossa séptica	% da modalidade frente ao nº de domicílios	Outros	% da modalidade frente ao nº de domicílios	Total	% de atendimento em geral
Camaçari	2010	73.991	38.416	51,9	9.921	13,4	24.469	33,1	72.806	98,4
	2000	41.206	16.719	40,6	9.664	23,5	11.239	27,3	37.622	91,3
Candeias	2010	24.892	16.110	64,7	2.421	9,7	5.962	24	24.393	98,0
	2000	18.779	9.584	51,0	2.939	15,7	3.946	21	16.469	88,0
Simões Filho	2010	35.000	20.071	57,3	2.762	7,9	11.466	32,8	34.299	98,0
	2000	23.121	9.705	42,0	1.650	7,1	9.163	39,6	20.518	88,7
Salvador	2010	858.887	779.788	90,8	19.905	2,6	55.490	6,5	855.183	99,6
	2000	651.293	486.199	74,7	56.916	11,7	92.065	14,1	635.180	97,5
Total	2010	992.770	854.385	86,1	35.009	3,5	97.387	9,8	986.681	99,4
	2000	734.399	522.207	71,1	71.169	9,7	116.413	15,9	709.789	96,6

As condições de esgotamento sanitário na AID, notadamente zonas rurais, segundo os dados do IBGE e da pesquisa direta da Bourscheid, são consideradas bastante inadequadas. Apesar de serem registradas, as redes gerais apenas transportam o efluente para outro local sem o devido tratamento (Figura 8.3-130 e Figura 8.3-131). Na Ilha de Maré, algumas localidades como Bananeiras e Ponta Grossa, a situação do esgotamento sanitário contribui enormemente para queda da na qualidade de vida da população e do meio ambiente local.

Tudo vai para o Manguezal. Tudo vai atingindo a área de proteção permanente. Toda a rede de esgoto de Passé e de Candeias que desce pelos rios vai para os nossos manguezais (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABENDIP).

Isso ai não existe. Aqui cada um faz sua fossa no seu quintal e joga direto no mangue (...) Tudo é a céu aberto (Natanael Farias Pedro, Pescador de Ilha de Maré)

Não, não temos esgoto, é ligação direta não... O pessoal faz suas fossas, aqui é fossa, ou então joga.... É ligação direta... Não temos central... (Manoel de Santana, Presidente da Associação de Moradores de Mapele).

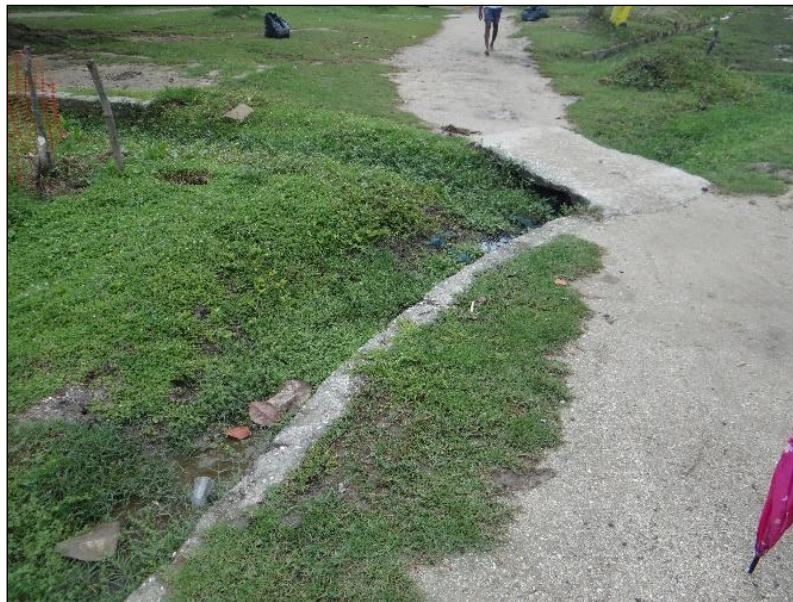


Figura 8.3-130. Disposição do esgotamento sanitário em Ilha de Maré.



Figura 8.3-131. Disposição do esgotamento sanitário em Passé.

A disposição do efluente sanitário nas residências da Comunidade de Mapele estava concentrada principalmente na modalidade da fossa artesanal. Ela foi registrada em 47,6% das residências dos pescadores e pescadoras artesanais visitadas durante a pesquisa de campo. O canal a céu aberto foi registrado em 14,3% (Figura 8.3-132). Apesar da informação de que o esgoto sanitário era ligado à rede em 11,1% das moradias, o que se observa é que a existência dessa rede apenas transfere o efluente para locais mais distantes da residência ou em muitas vezes, esse mecanismo está ligado as redes pluviais.

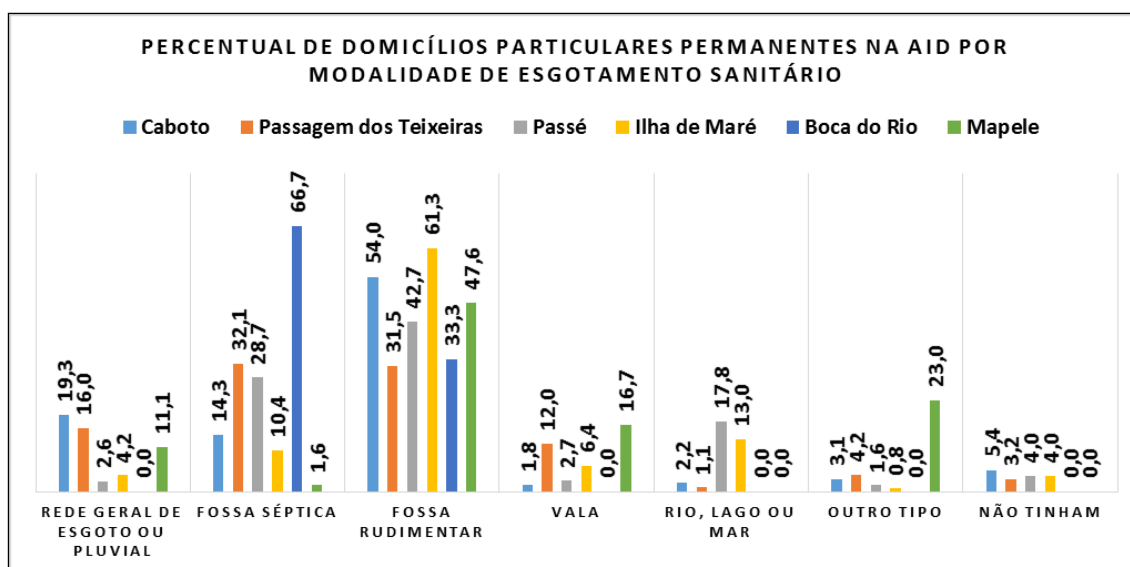


Figura 8.3-132. Percentual de domicílios particulares permanentes na AID por modalidade de esgotamento sanitário (Fonte: Microdados do Censo 2010 do IBGE e Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Na comunidade de Boca do Rio, predominava a Fossa Séptica com 66,7%. No distrito de Passé, a Fossa Rudimentar era a modalidade mais utilizada com 42,7%, seguida pela Fossa Séptica com 28,7%. Quadro semelhante pode ser observado em Ilha de Maré, onde 61,3% das residências faziam uso da Fossa Rudimentar como principal destino do esgoto produzido.

8.3.3.9 Coleta e disposição de Resíduo

A limpeza urbana é um componente do saneamento básico que normalmente está sob a responsabilidade do município e, portanto, na maioria das vezes, desvinculado das entidades convencionais de prestação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A ausência do serviço de coleta implica em condições ambientais desfavoráveis principalmente com aumento de doenças relacionadas e na poluição dos recursos hídricos subterrâneos.

Verifica-se através da Tabela 8.3-32 a ampliação ao atendimento de coleta na área de influência, onde a abrangência do serviço foi elevada de 91,3% em 2000 para 95,8% em 2010.

Tabela 8.3-32. Alcance da coleta dos resíduos nos domicílios da área de influência (Fonte: IBGE, 2010 & CODEBA, 2012).

Municípios	Ano	Nº de Domicílios	Coleta Direta	%	Coleta indireta	%	Total	%
Camaçari	2010	73.991	65.833	88,9	3.538	4,8	69.371	93,8
	2000	41.206	31.169	75,6	3.820	9,3	34.989	84,9
Candeias	2010	24.892	17.404	69,9	4.426	17,8	21.830	87,7
	2000	18.779	7.923	42,2	3.841	20,5	11.764	62,6
Simões Filho	2010	35.000	21.669	61,9	7.776	22,2	29.445	84,1
	2000	23.121	12.037	52,1	3.551	15,4	15.588	67,4
Salvador	2010	858.887	525.851	61,22	304.226	35,42	830.077	96,65
	2000	651.293	436.868	67,08	171.545	26,34	608.413	93,42
Total	2010	992.770	630.757	63,5	319.966	32,2	950.723	95,8
	2000	734.399	487.997	66,4	182.757	24,9	670.754	91,3

Salvador era o município com maior atendimento a prestação do serviço de coleta de resíduos com 96,65% em 2010, embora tenha sido Candeias, o município onde esse atendimento mais sofreu elevação passando de 62,6% para 87,7%. Simões Filho também apresentou aumento na oferta de coleta de lixo junto aos domicílios entre os anos 2000 e 2010, passando de 67,4% para 84,1%.

A coleta direta era mais significativa no município de Camaçari onde em 2010 segundo dados do IBGE & CODEBA (2012), o serviço alcançava 88,9% dos domicílios. Salvador era o que apresentava valor mais baixo nessa modalidade atendimento com 61,2%, entretanto, o município de Simões Filho

era aquele que predominava o maior percentual de domicílios que não detinha ainda o serviço de coleta a sua disposição com 15,9%.

Quanto a situação da coleta de lixo na AID, a Figura 8.3-133 mostra que apenas em Caboto e Ilha de Maré os índices de coleta alcançavam acima de 90%. Em Passagem dos Teixeiras e Passé, as taxas de residências cobertas pela coleta atingiram respectivamente 74,2% e 75,8%.



Figura 8.3-133. Disposição dos resíduos sólidos na AID e coleta dos resíduos na Ilha de Maré, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

A disposição dos resíduos sólidos nas residências dos pescadores artesanais de Mapele, encontra quadro igualmente insatisfatórios nas suas condições.

Agora tá melhorando de 5 meses pra cá, mas tava também precária (...) É terça, quarta, quinta e sexta. Nos finais de semana estão nos locais com população maior pois suja mais (...) A coleta de lixo antes dormia nos pontos, os cachorros lascavam, os cavalos comendo, e depois que fizemos uma reclamação melhorou. Armazena em Bananeira, em quantidade, depois leva pra Salvador. Aqui antes não tinha, vinha com 3 meses, 1 mês, depois de tanto reclamar, denunciou, eles melhoraram (...) (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré).

A coleta do lixo passa na rua principal... É ela passa na rua principal... 3 vezes na semana, terça... o horário é sempre depois a partir das 12 horas, de 11h30 a 12 horas, os horários... Mas é terça, quinta e sábado. E tem melhorado! As outras ruas as pessoas que moram próxima trás e joga na rua principal. Algumas pessoas que levam e jogam, e aqueles que sabem a importância de descartar o lixo no local correto. E alguns jogam no fundo de quintal queima, alguns jogam no terreno baldio ou até jogam no mar, se você vê tiver beirando o mar.... (Manoel de Santana, Presidente da Associação de Moradores de Mapele).

A coleta alcançava, segundo a pesquisa, apenas 34% das residências. A queima era a principal forma de disposição do lixo para 40% dos entrevistados. A utilização de encostas e córregos próximos a essas residências era o destino final em 10% do total da amostra (Figura 8.3-134). Na comunidade da Boca do Rio, o isolamento produziu condições inadequadas para acesso aos serviços públicos relativos a coleta. Questionário aplicado em caráter amostral, demonstra que 100% das residências pratica a queima dos resíduos.

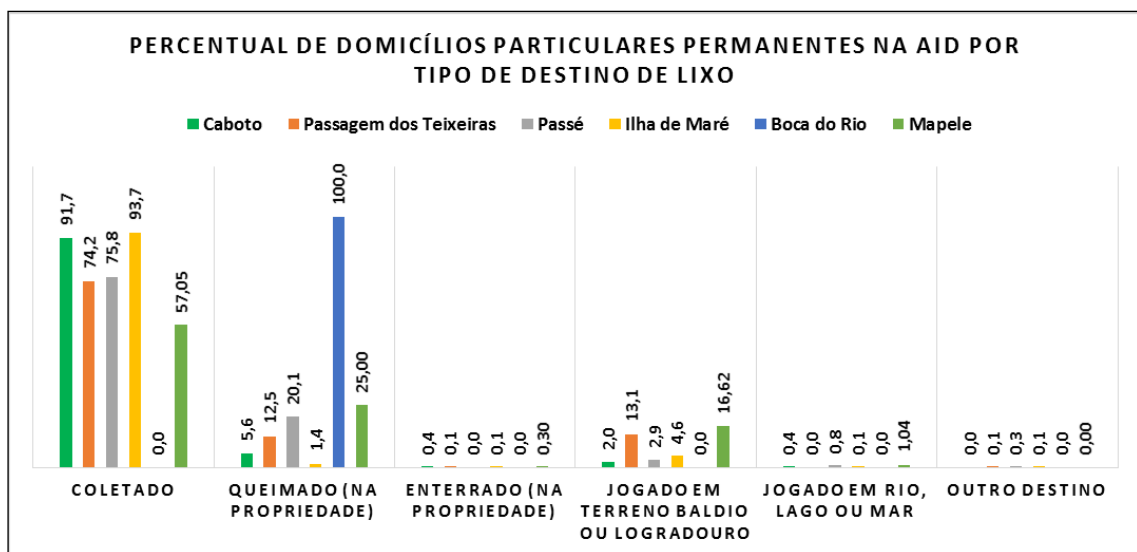


Figura 8.3-134. Percentual de Domicílios Particulares Permanentes na AID por Tipo de Destino de Lixo (Fonte: Micro dados do Censo 2010 do IBGE e Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

8.3.3.10 Habitação

A habitação no Brasil é abordada como política social, direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Com agravamento do déficit habitacional no país, aliado a condições de precariedade das moradias e das pressões de movimentos sociais, as políticas habitacionais ganharam espaço de destaque nas discussões dos gestores públicos com relevantes aportes de investimentos, principalmente para o desenvolvimento da chamada habitação popular.

A questão torna-se mais complexa, pois envolve dimensões qualitativas que são as mais difíceis de serem avaliadas. Além disso, são valorizadas de formas diversas, envolvendo aspectos como o conforto, a satisfação, o esforço despendido pelas famílias ou a segurança associada às suas formas de ocupação. Segundo Lorenzetti (2001):

A moradia pode ser considerada uma necessidade básica, como a alimentação e a vestimenta, um bem de raiz que tem a particularidade de necessitar da terra como suporte. No Brasil, o acesso à moradia confunde-se, tradicionalmente, com o acesso à propriedade, considerada importante do ponto de vista da segurança familiar (a casa própria deixa as pessoas menos vulneráveis em caso de desemprego, por exemplo) e também como símbolo de ascensão social. Vista como uma mercadoria a ser comprada ou um patrimônio a ser conquistado por esforço pessoal, a terra e, conseqüentemente, a habitação, passa a depender da capacidade de pagamento de cada um.

O cenário habitacional dos municípios inseridos na AII demonstra uma predominância da modalidade de casas com 752.644 unidades domiciliares, o que equivalia a 75,8% do total de domicílios. As casas de vilas ou em condomínio representavam 2,1% do total de unidades domiciliares. Já as habitações em casa de cômodo, cortiço ou cabeça de porco totalizaram 6.408 domicílios, sendo que 86% dessas formas de residência estavam concentradas em Salvador (Figura 8.3-135).

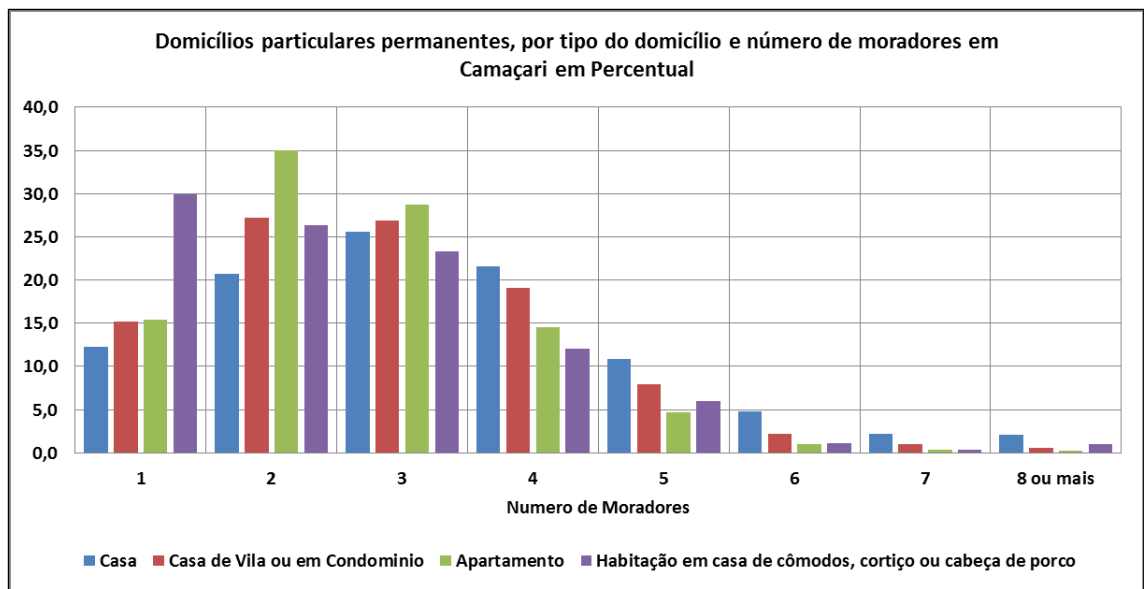


Figura 8.3-135. Domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio e número de moradores em Camaçari em Percentual (Fonte: IBGE, 2010).

Em relação ao número de moradores por residência, na modalidade casa em Camaçari, a maior proporção dessas unidades concentrava entre 2 até 4 moradores (67,8%). Para a casa de vila ou

condomínio o percentual é ampliado, considerando a mesma faixa de moradores, para 73,2%. No referido município, destacava-se para os apartamentos, a maior taxa percentual de 35% para aquelas unidades com 2 moradores. De forma geral, em Camaçari, 25,7% dos domicílios eram ocupados por até 3 pessoas (Figura 8.3-136).

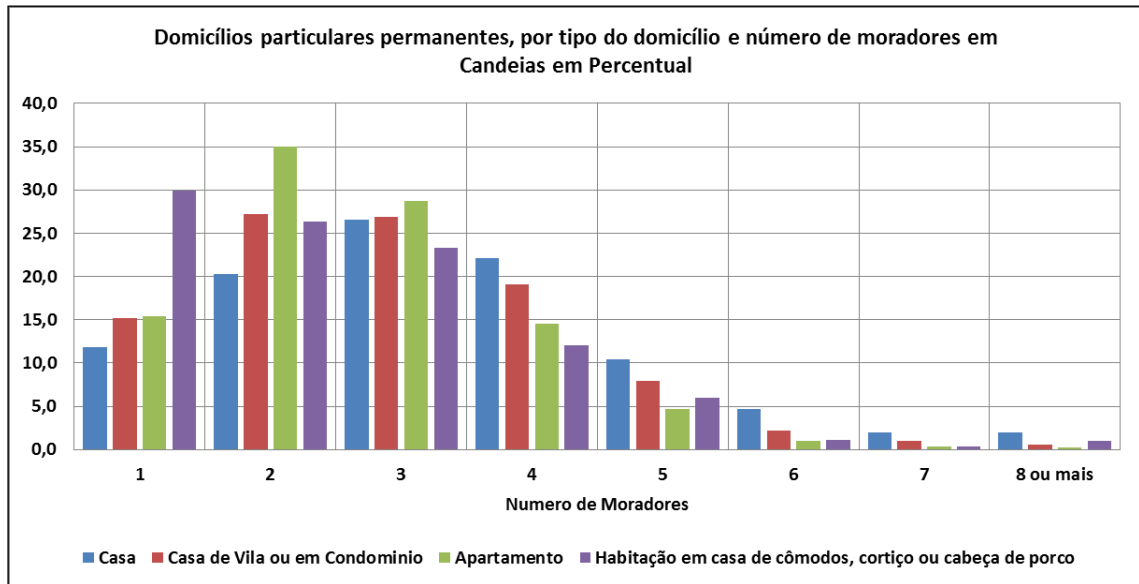


Figura 8.3-136. Domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio e número de moradores em Candeias em Percentual (Fonte: IBGE, 2010).

No município de Candeias do total de 24.892 domicílios segundo o Censo 2010 do IBGE, a maior proporção de moradores por unidade residencial era aquela cujo número alcançava 3 pessoas por domicílios representando 26,7% do total. Essa mesma faixa de moradores representava 26,6% daqueles que residiam em casa, 34,3% em casa de vila ou condomínio e 30,2% em apartamentos (Figura 8.3-137).

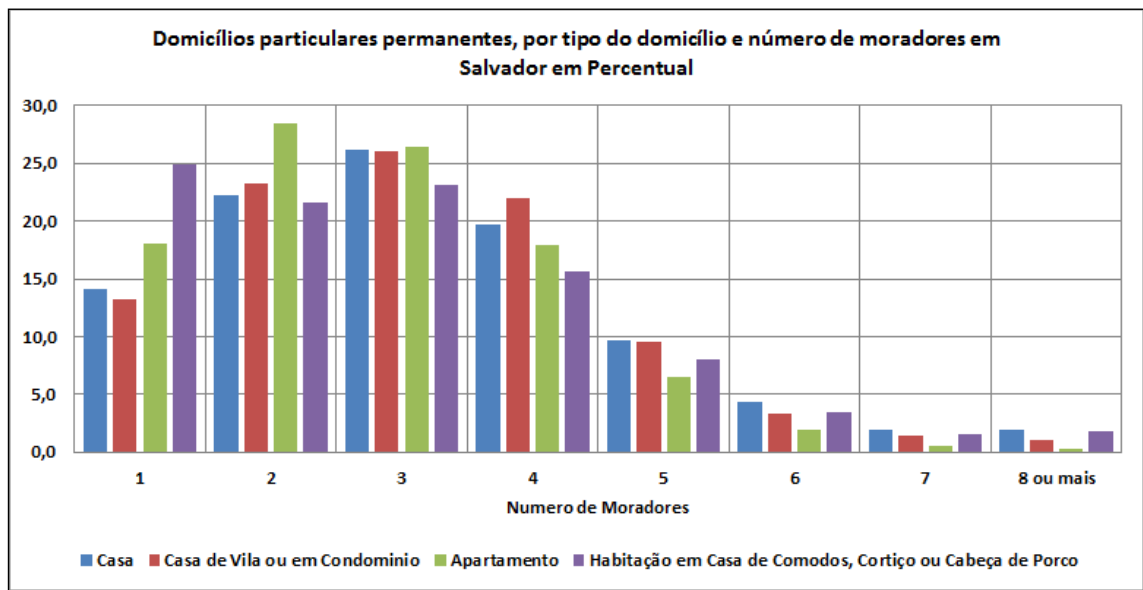


Figura 8.3-137. Domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio e número de moradores em Salvador em Percentual (Fonte: IBGE, 2010).

A capital do Estado, Salvador, segundo o IBGE, contabilizava uma taxa de 73,3% de domicílios na modalidade casa ou 630.185 unidades residenciais. As habitações em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco representaram 0,6% do universo de domicílios no município (Figura 8.3-138).

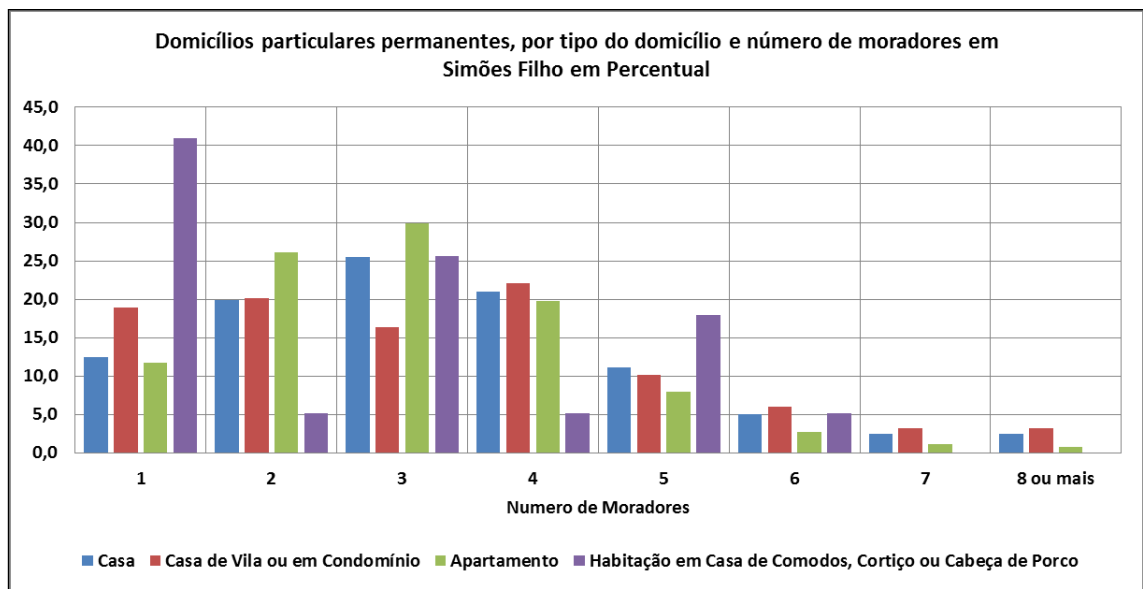


Figura 8.3-138. Domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio e número de moradores em Simões Filho em Percentual (Fonte: IBGE, 2010).

A Tabela 8.3-33 mostra as quantidades de domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio e número de moradores na All.

Tabela 8.3-33. Domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio e número de moradores na AII (Fonte: IBGE, 2010).

Municípios	Número de moradores	Domicílios	%	Casa	%	Casa de vila ou em condomínio	%	Apartamento	%	Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco	%	Oca ou maloca	%
Camaçari	Total	73.991	100,0	66.641	100,0	2.861	100,0	3.699	100,0	790	100,0	-	0,0
	1	9.433	12,7	8.193	12,3	433	15,1	571	15,4	236	29,9	-	-
	2	16.094	21,8	13.816	20,7	777	27,2	1.293	35,0	208	26,3	-	-
	3	19.047	25,7	17.029	25,6	770	26,9	1.064	28,8	184	23,3	-	-
	4	15.526	21,0	14.347	21,5	546	19,1	538	14,5	95	12,0	-	-
	5	7.655	10,3	7.206	10,8	228	8,0	174	4,7	47	5,9	-	-
	6	3.290	4,4	3.182	4,8	64	2,2	35	0,9	9	1,1	-	-
	7	1.523	2,1	1.479	2,2	27	0,9	14	0,4	3	0,4	-	-
	8 ou mais	1.423	1,9	1.389	2,1	16	0,6	10	0,3	8	1,0	-	-
Candeias	Total	24.892	100,0	24.108	100,0	67	100,0	650	100,0	67	100,0	-	0,0
	1	2.925	11,8	2.845	11,8	5	7,5	60	9,2	15	22,4	-	-
	2	5.095	20,5	4.894	20,3	11	16,4	176	27,1	14	20,9	-	-
	3	6.648	26,7	6.415	26,6	23	34,3	196	30,2	14	20,9	-	-
	4	5.502	22,1	5.341	22,2	17	25,4	133	20,5	11	16,4	-	-
	5	2.579	10,4	2.509	10,4	6	9,0	58	8,9	6	9,0	-	-
	6	1.151	4,6	1.132	4,7	2	3,0	14	2,2	3	4,5	-	-
	7	499	2,0	484	2,0	3	4,5	11	1,7	1	1,5	-	-
	8 ou mais	493	2,0	488	2,0	-	0,0	2	0,3	3	4,5	-	-
Salvador	Total	858.634	100,0	630.185	100,0	18.277	100,0	204.660	100,0	5.512	100,0	-	0,0
	1	129.569	15,1	88.907	14,1	2.424	13,3	36.864	18,0	1.374	24,9	-	-
	2	203.475	23,7	139.858	22,2	4.247	23,2	58.178	28,4	1.192	21,6	-	-
	3	225.126	26,2	165.030	26,2	4.762	26,1	54.059	26,4	1.275	23,1	-	-

Municípios	Número de moradores	Domicílios	%	Casa	%	Casa de vila ou em condomínio	%	Apartamento	%	Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco	%	Oca ou maloca	%
	4	165.370	19,3	123.830	19,6	4.028	22,0	36.651	17,9	861	15,6	-	-
	5	76.229	8,9	60.791	9,6	1.748	9,6	13.247	6,5	443	8,0	-	-
	6	31.685	3,7	27.021	4,3	613	3,4	3.864	1,9	187	3,4	-	-
	7	13.779	1,6	12.278	1,9	260	1,4	1.157	0,6	84	1,5	-	-
	8 ou mais	13.401	1,6	12.470	2,0	195	1,1	640	0,3	96	1,7	-	-
	Total	35.000	100,0	31.710	100,0	317	100,0	2.934	100,0	39	100,0	-	0,0
Simões Filho	1	4.376	12,5	3.955	12,5	60	18,9	345	11,8	16	41,0	-	-
	2	7.137	20,4	6.304	19,9	64	20,2	767	26,1	2	5,1	-	-
	3	9.035	25,8	8.097	25,5	52	16,4	876	29,9	10	25,6	-	-
	4	7.310	20,9	6.659	21,0	70	22,1	579	19,7	2	5,1	-	-
	5	3.809	10,9	3.538	11,2	32	10,1	232	7,9	7	17,9	-	-
	6	1.707	4,9	1.605	5,1	19	6,0	81	2,8	2	5,1	-	-
	7	821	2,3	779	2,5	10	3,2	32	1,1	-	0,0	-	-
	8 ou mais	805	2,3	773	2,4	10	3,2	22	0,7	-	0,0	-	-

No último município da All, Simões Filho, 25,8% dos domicílios eram ocupados majoritariamente por 3 moradores. O quantitativo das residências classificadas como casas representavam 90,6% do total de unidades domiciliares. Mais de 75% do total de domicílios considerados como apartamentos eram ocupados por 2 até 4 moradores. Assim como os demais municípios da All, não foram registrados, segundo o Censo 2010 do IBGE, nenhuma modalidade tipo oca.

A forma histórica de ocupação das áreas mais próximas as sedes municipais, desenvolveu problemas habitacionais consideráveis em determinadas partes do território dos municípios. Na RMS esse problema é ainda mais grave, pois, muitas dessas áreas são ocupadas por uma parte significativa da população atual sem políticas de planejamento, podendo culminar em problemas ambientais, de saúde, segurança, e demais aspectos.

Um Aglomerado subnormal é um termo utilizado pelo IBGE para designar um conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais. De acordo com o IBGE, "os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente."

O último Censo Demográfico do IBGE em 2010 disponibilizou algumas dessas áreas consideradas pertinentes a área de influência indireta. Em Candeias, destaca-se os bairros de Sarandi (2.248 habitantes), Fonte do Mato (230 habitantes), Bairro da Paz (1.398 habitantes) e Caroba (2.898 habitantes) (Figura 8.3-139).

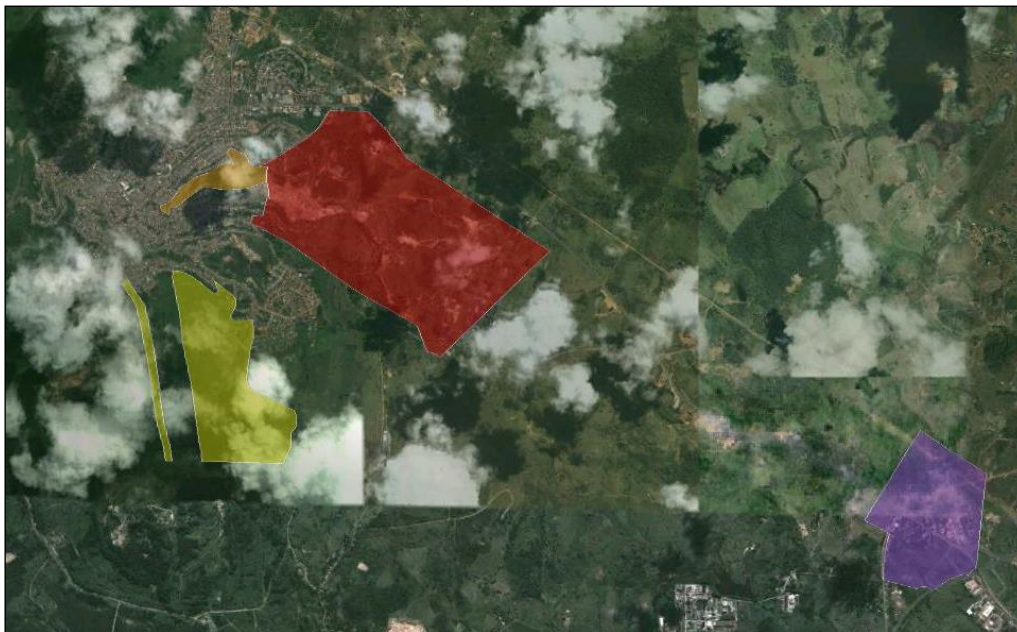


Figura 8.3-139. Aglomerados subnormais do município de Candeias. Sarandi (Laranja), Fonte do Mato (Vermelho), Bairro da Paz (Amarelo) e Caroba (Roxo) (Fonte: IBGE, 2010 e Google Earth Pro, 2011).

Segundo o IBGE, em Simões Filho, destaca-se como aglomerado subnormal a área conhecida como Portelinha. Essa parte do território que contava com uma população estimada de 1.540 pessoas, apresentava 461 domicílios (Figura 8.3-140).



Figura 8.3-140. Aglomerados subnormais do município de Simões Filho (Amarelo) (Fonte: IBGE, 2010 e Google Earth Pro, 2011).

No município de Camaçari, 21 setores censitários que formam 6 áreas foram reconhecidas como aglomerados subnormais pelo IBGE (Figura 8.3-141). Neles estão 4.988 domicílios onde residem 16.583 pessoas. Foram identificadas áreas como Malvinas, Senhor dos Passos, Bela Vista, Nova Abrantes, Baixada de Pojuca, entre outras



Figura 8.3-141. Aglomerados subnormais do município de Camaçari – vermelho (Fonte: IBGE, 2010 e Google Earth Pro, 2011).

Pela sua dimensão, concentra-se em Salvador, o maior número de aglomerados subnormais na All. Os dados do IBGE no último Censo realizado em 2010, diagnosticaram uma situação onde essas áreas hoje são ocupadas por uma população total de 882.204 pessoas. O número de domicílios alcançava 275.593 unidades habitacionais (Figura 8.3-142).



Figura 8.3-142. Aglomerados subnormais do município de Salvador , em vermelho (Fonte: IBGE, 2010 e Google Earth Pro, 2011).

Dentre os indicadores utilizados na política habitacional, o déficit habitacional é aquele que informa à sociedade e aos gestores públicos sobre a necessidade de reposição do estoque de moradias existentes (que são incapazes de atender dignamente aos moradores, em razão de sua precariedade ou do desgaste trazido pelo uso ao longo do tempo), bem como sobre a necessidade de incrementar o estoque de moradias, especialmente para atender famílias que estão em situação de coabitação forçada, isto é, compartilhando uma unidade habitacional sem que isto seja seu desejo. O objetivo do indicador do déficit habitacional é, portanto, orientar os agentes públicos responsáveis pela política habitacional na construção de diversos programas que sejam capazes de suprir essas necessidades nas esferas de governo dos municípios, do Distrito Federal, dos estados e da União.

O conceito de déficit habitacional, adotado pelo Ministério das Cidades como indicador para acompanhamento da política nacional de habitação, vem sendo construído no Brasil pela Fundação João Pinheiro (FJP). A Fundação desenvolveu, a partir da década de 1990, metodologia que se utiliza de dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a qual vem sendo atualizada e revisada sucessivamente. (IPEA, 2014)

De acordo com a Fundação João Pinheiro, novo estudo baseado no Censo 2010, identificou que o déficit habitacional para a RMS era de 137.554 habitações. A Figura 8.3-143, mostra que o déficit alcança principalmente a população de baixa renda, cuja remuneração está entre 0 a 6 salários mínimos.

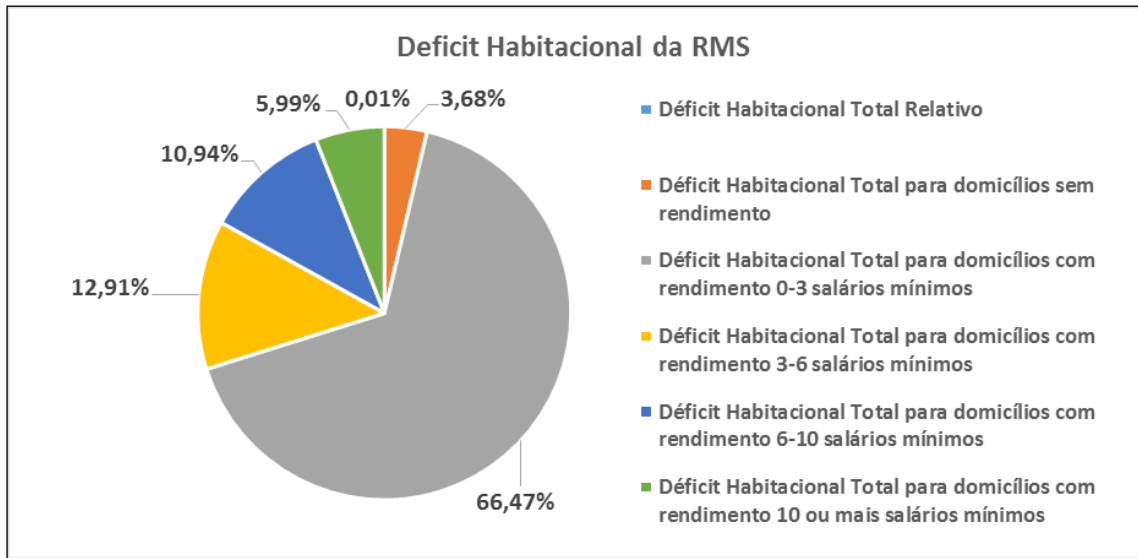


Figura 8.3-143. Déficit Habitacional da RMS (Fonte: Fundação João Pinheiro, 2014).

Especificamente para a AI, o déficit total era de 123.863 residências, o que representaria 90% da Região Metropolitana. Salvador contribuía com um déficit de 106.414 residências, Candeias, com 2.739, Simões Filho com 4.044 e Camaçari com 10.665. A distribuição desses déficits habitacionais pode ser vista nas Figura 8.3-144 a Figura 8.3-147.

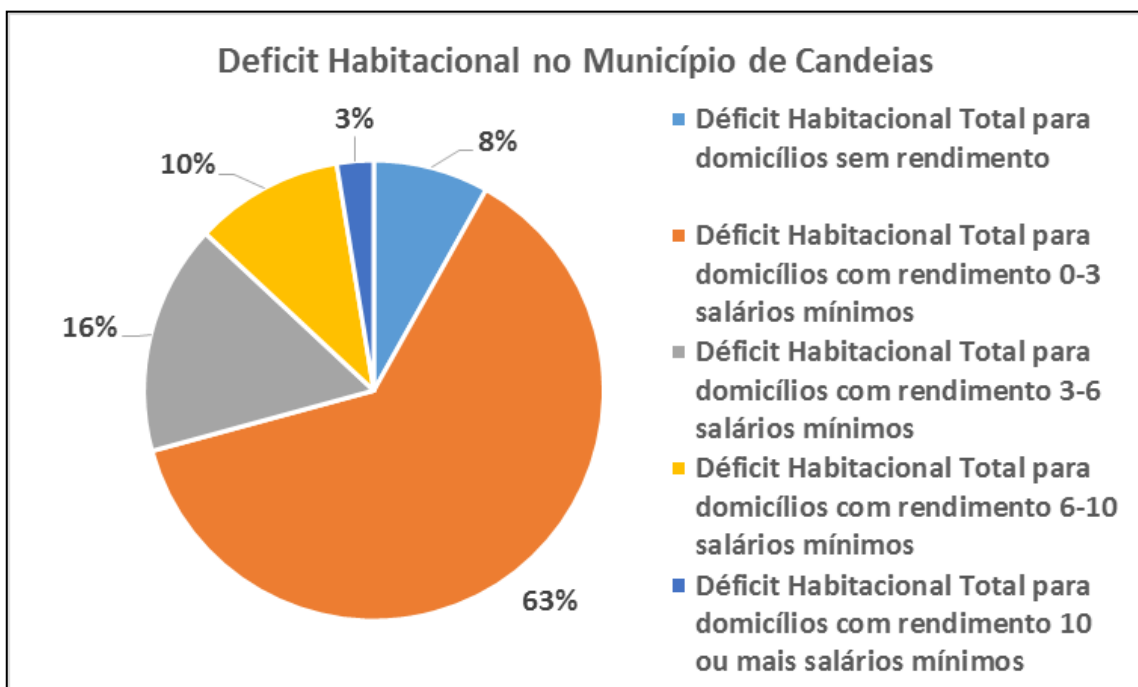


Figura 8.3-144. Déficit Habitacional no Município de Candeias (Fonte: Fundação José Pinheiro, 2014).

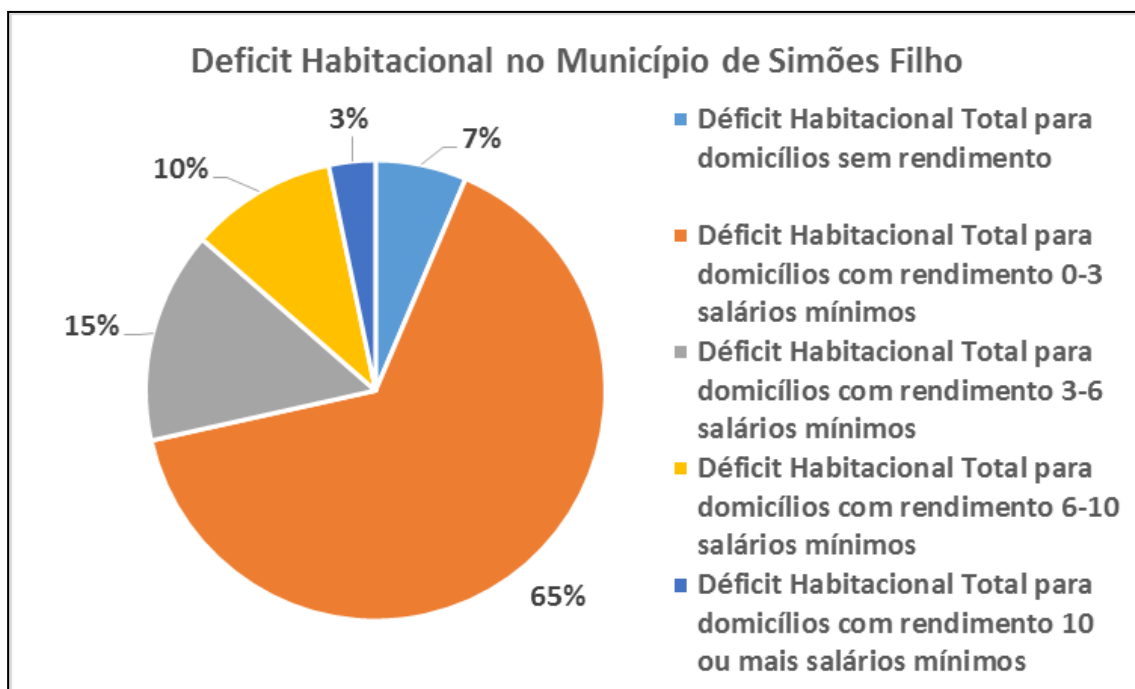


Figura 8.3-145. Déficit Habitacional no Município de Simões Filho (Fonte: Fundação José Pinheiro, 2014).

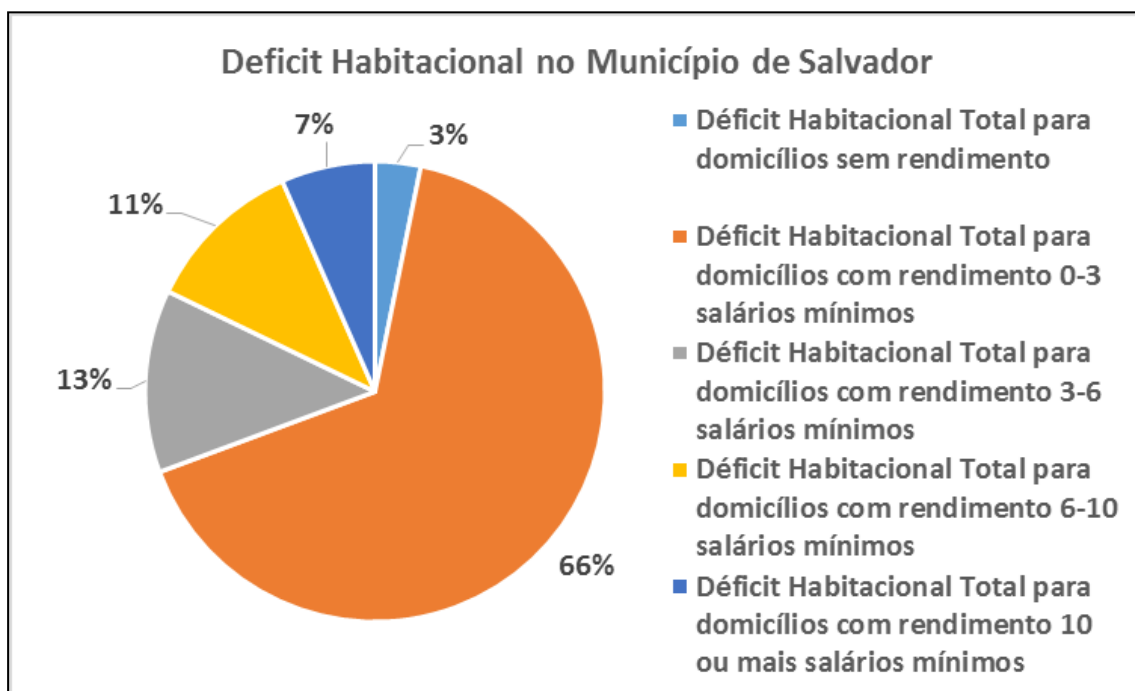


Figura 8.3-146. Déficit Habitacional no Município de Salvador (Fonte: Fundação José Pinheiro, 2014).

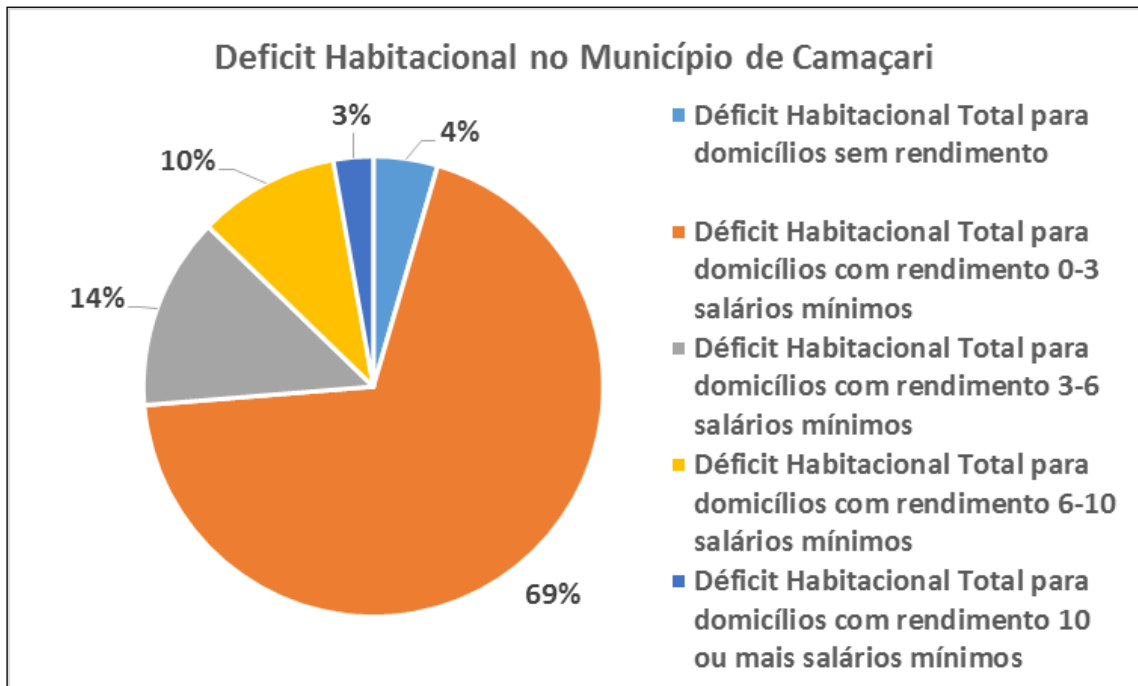


Figura 8.3-147. Déficit Habitacional no Município de Camaçari (Fonte: Fundação José Pinheiro, 2014).

Trabalho de campo da Bourscheid mostrou que 100% das residências pesquisadas eram da modalidade casa na AID. A sua dimensão e qualidade variava também do local em que estas estavam estabelecidas no território dos distritos.

De maneira geral, essas residências ocupam muitas vezes áreas inadequadas. A pesquisa de campo mostrou que as áreas de manguezal, também consideradas Áreas de Proteção Permanente, são sempre alvo de novas moradias impactando dessa forma, na própria subsistência de quem vive da atividade pesqueira (Figura 8.3-148 e Figura 8.3-149).

As casas estavam sendo construídas em locais inadequados no manguezal, provocando a degradação do meio ambiente. Então essas casas deveriam sair dali. Então muitos foram avisados que a qualquer momento, seja daqui a 50 anos, vai vir alguém aqui e vai retirar eles. Ao invés de diminuir, aumentou o número de pessoas no mangue (...) (Jorge da Cruz Silva, Secretário Geral da ABENDIP)

Eu tenho mais medo da natureza quando ela vir cobrar. É essa orientação que estamos tentando dar, que é a área de risco. A preocupação que eu tenho mais é com a comunidade, com o povo. Porque as crianças que nascem não têm conhecimento. (...) E que hoje aqui são bastantes, porque a secretaria de meio ambiente do município é inoperante. (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABENDIP)



Figura 8.3-148. Tipologia de residências na AID, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-149. Ocupações Irregulares na AID, foto de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Os dados apresentados a seguir sobre habitações nas comunidades estudadas são resultados das compilações dos questionários aplicados juntos as comunidades de Passé, Mapele, Boca do Rio, Ilha de Maré, Caboto e Passagem dos Teixeiras.

Passé

Para os aspectos de moradia, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Passé, identificou que 95% das residências dos entrevistados eram próprias. As residências classificadas como cedidas, 5% (Figura 8.3-150).

As residências eram praticamente unifamiliares, conforme 95% dos registros (Figura 8.3-151). Quanto às características físicas das residências, a pesquisa junto aos pescadores artesanais de Passé, diagnosticou que 82% delas eram de alvenaria com reboco, e 18% de alvenaria sem reboco (Figura 8.3-152).

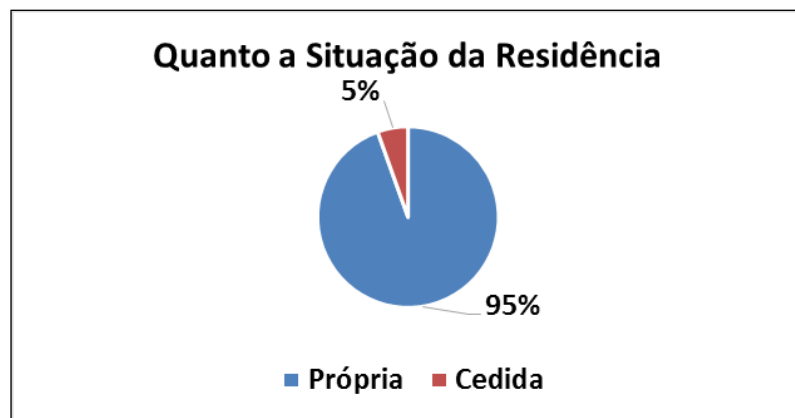


Figura 8.3-150. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

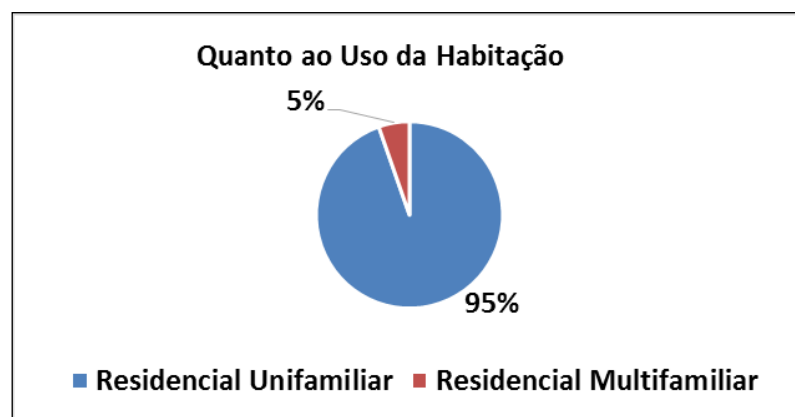


Figura 8.3-151. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

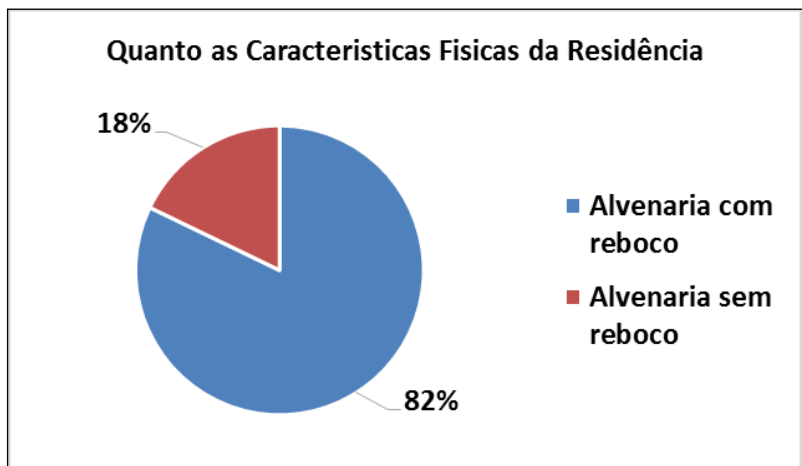


Figura 8.3-152. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O número predominante de cômodos nessas residências era de 2 ao todo, segundo a pesquisa, com um registro de 31% da amostra. As casas com apenas 3 cômodos registraram 13%, enquanto aquelas com apenas 1 cômodo totalizaram 5% do total (Figura 8.3-153). Do total de residências de pescadores artesanais visitadas em Passé, 54% contavam com 2 quartos. As casas com apenas 1 quarto alcançaram a taxa de 5% (Figura 8.3-154 e Figura 8.3-155).

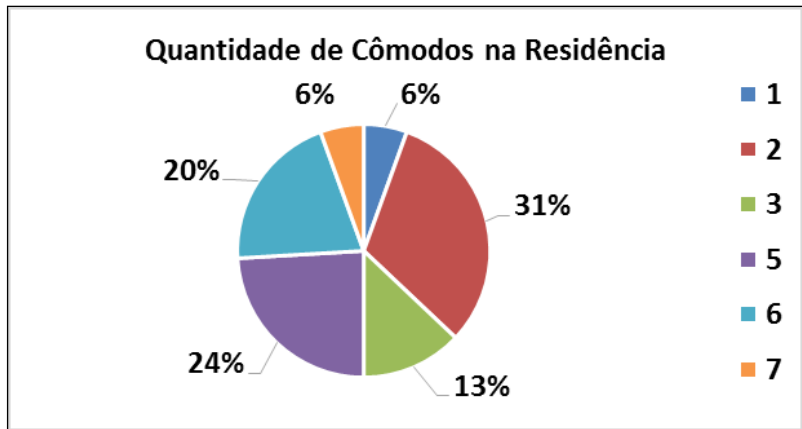


Figura 8.3-153. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

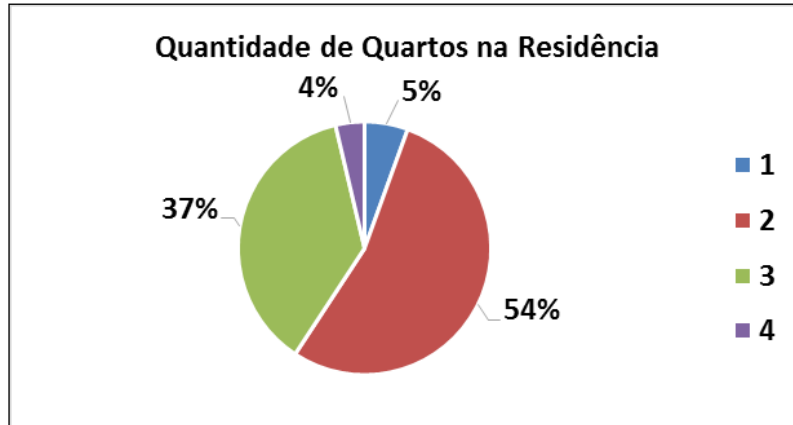


Figura 8.3-154. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

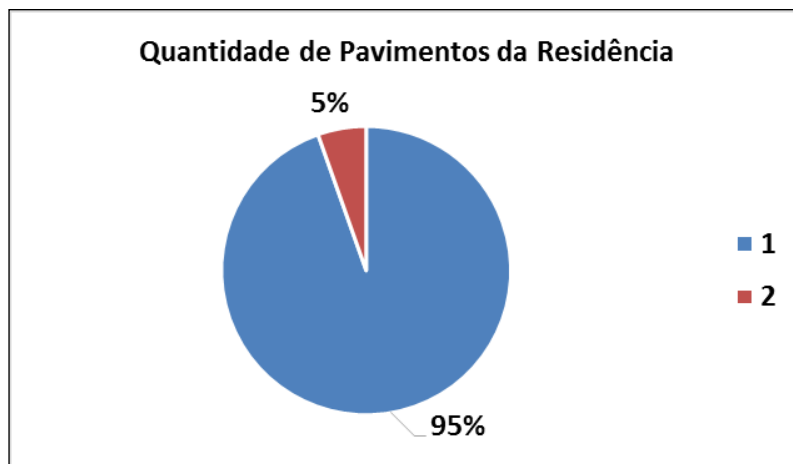


Figura 8.3-155. Quantidade de pavimentos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Caboto

Para os aspectos de moradia, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Caboto, identificou que 100% das residências dos entrevistados eram próprias. As residências eram praticamente unifamiliares, com 97% dos registros (Figura 8.3-156). Quanto as características físicas da residência, a pesquisa junto aos pescadores artesanais de Caboto, identificou que 78% delas eram de alvenaria com reboco, e 13% de alvenaria sem reboco. As casas de taipa representaram 5% das residências pesquisadas (Figura 8.3-157).

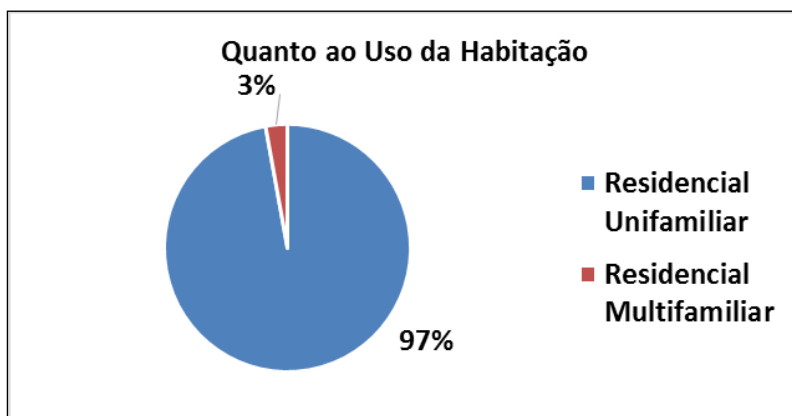


Figura 8.3-156. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

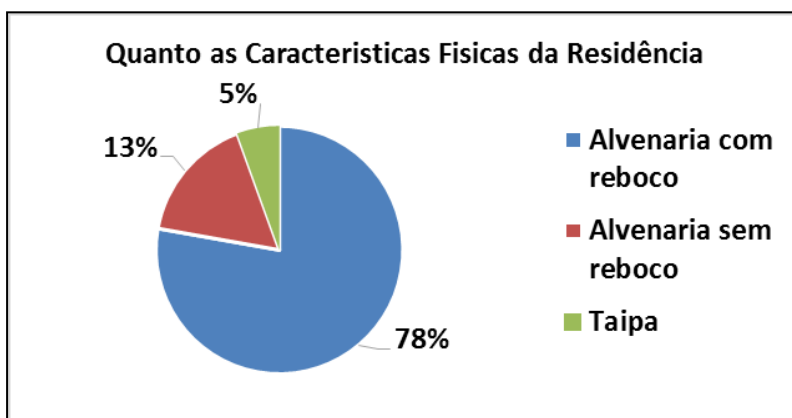


Figura 8.3-157. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O número predominante de cômodos nessas residências era de 2 cômodos, segundo a pesquisa, com um registro de 31% do total. Aquelas com apenas 1 cômodo totalizaram 6% (Figura 8.3-158). Do total de residências de pescadores artesanais visitadas em Caboto, 60% contavam com 2 quartos. As casas com apenas 1 quarto alcançaram a taxa de 26% da pesquisa (Figura 8.3-159).

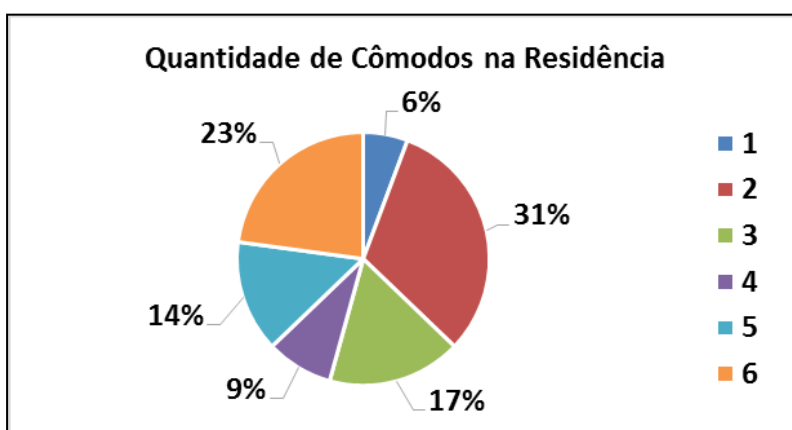


Figura 8.3-158. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

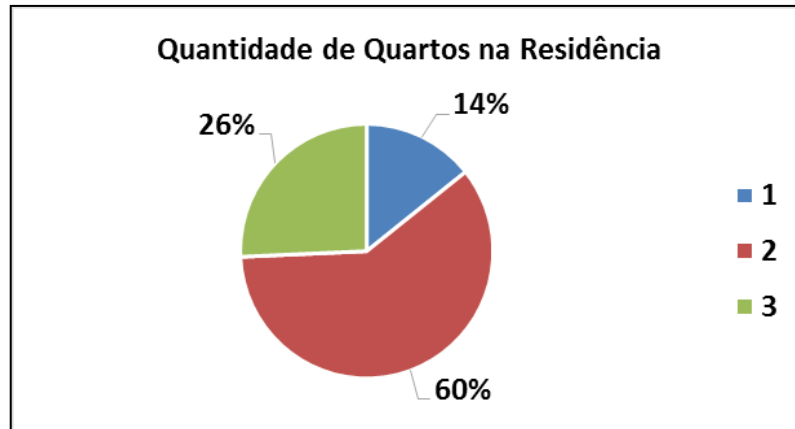


Figura 8.3-159. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

Para os aspectos de moradia, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré, identificou que 95% das residências dos entrevistados eram próprias. As residências alugadas representaram 1% do total, enquanto aquelas classificadas como cedidas, 2% (Figura 8.3-160).

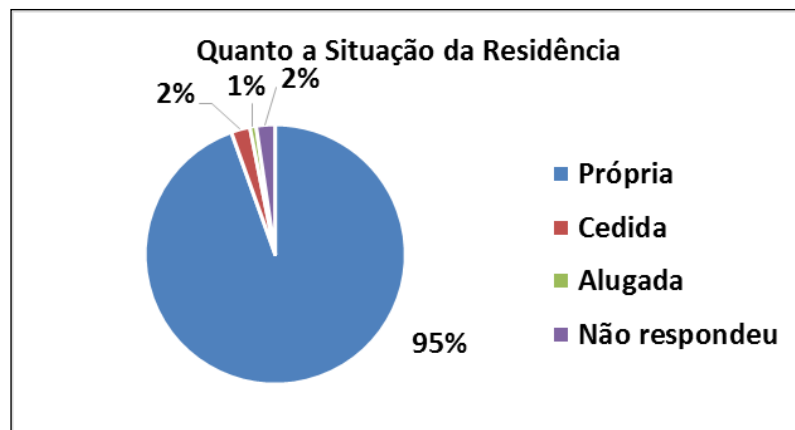


Figura 8.3-160. Quanto a Situação da Residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

As residências eram praticamente unifamiliares, ou seja, 97% (Figura 8.3-161). Quanto às características físicas das residências, a pesquisa junto aos pescadores artesanais de Ilha de Maré, identificou que 66% delas eram de alvenaria com reboco e 30% de alvenaria sem reboco. As casas de taipa representaram 4% da amostra (Figura 8.3-162).

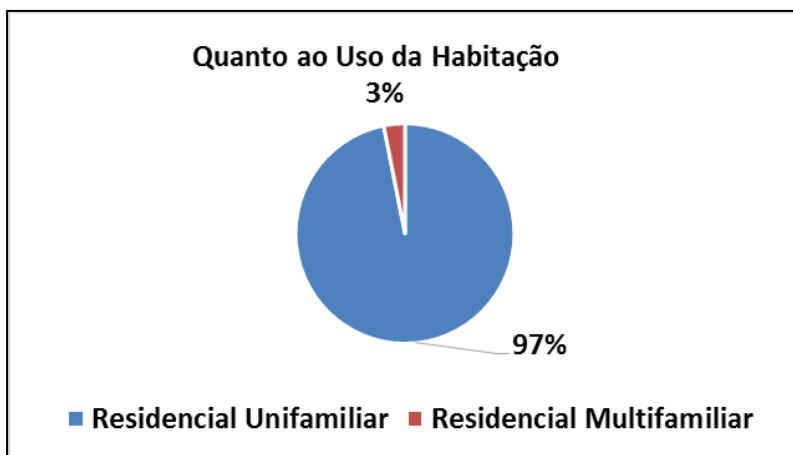


Figura 8.3-161. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

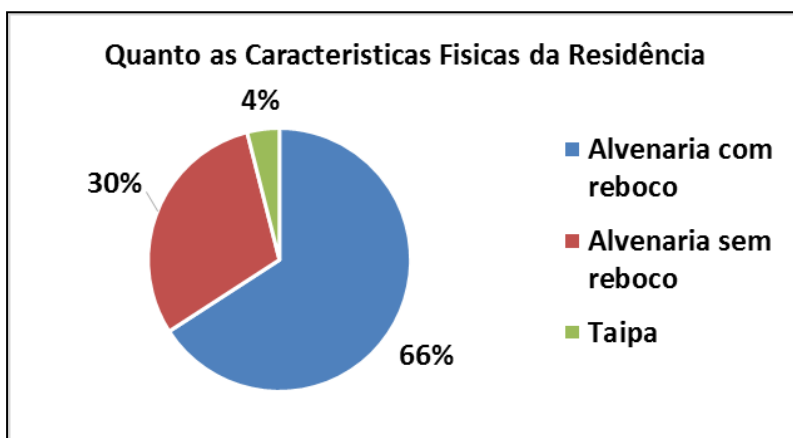


Figura 8.3-162. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O número predominante de cômodos nessas residências era de 5 ao todo, segundo a pesquisa, com um registro de 68% da amostra. As casas com apenas com apenas 1 cômodo totalizaram 1% do total (Figura 8.3-163). Do total de residências de pescadores artesanais visitadas em Ilha de Maré, 71% contavam com 2 quartos. As casas com apenas 1 quarto alcançaram a taxa de 9% (Figura 8.3-164).

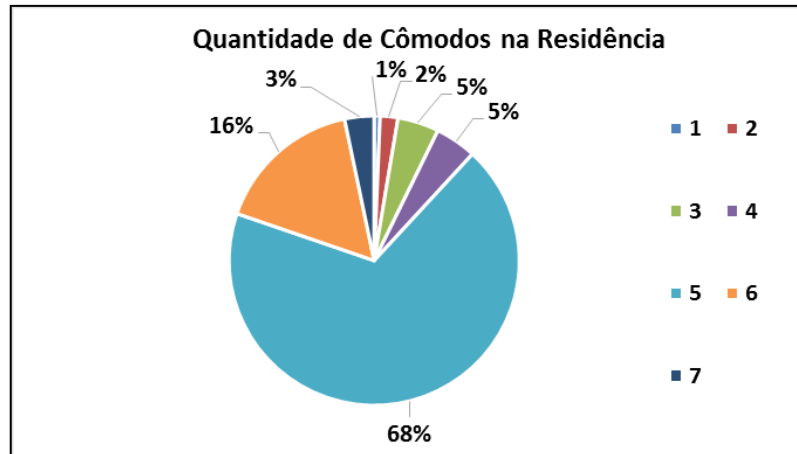


Figura 8.3-163. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

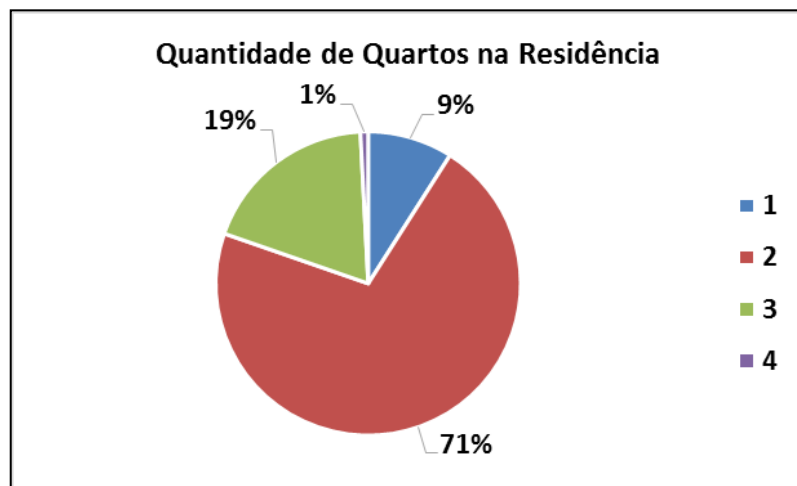


Figura 8.3-164. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passagem dos Teixeiras

Para os aspectos de moradia, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras, identificou que 90% das residências dos entrevistados eram próprias. As residências cedidas representaram 10% do total (Figura 8.3-165).

As residências eram praticamente unifamiliares, ou seja, 97% do total (Figura 8.3-166). Quanto as características físicas das residências, a pesquisa junto aos pescadores artesanais de Passagem dos Teixeiras, encontrou que 77% delas eram de alvenaria com reboco, e 13% de alvenaria sem reboco. As casas de taipa representaram 3% da amostra (Figura 8.3-167).

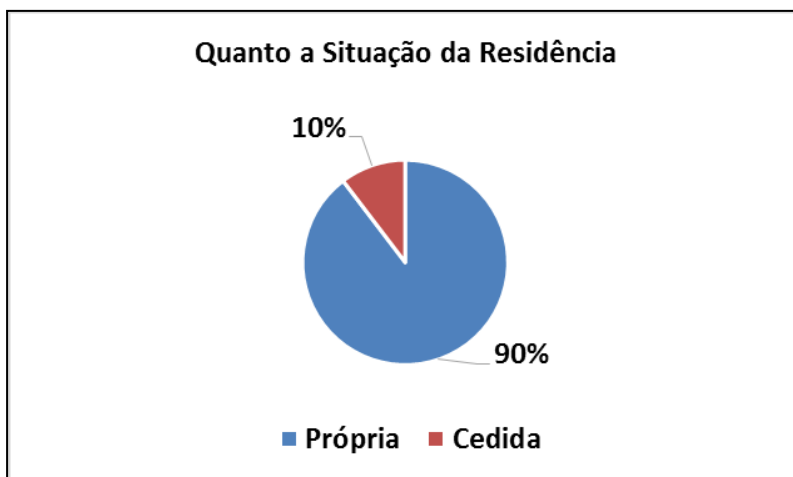


Figura 8.3-165. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

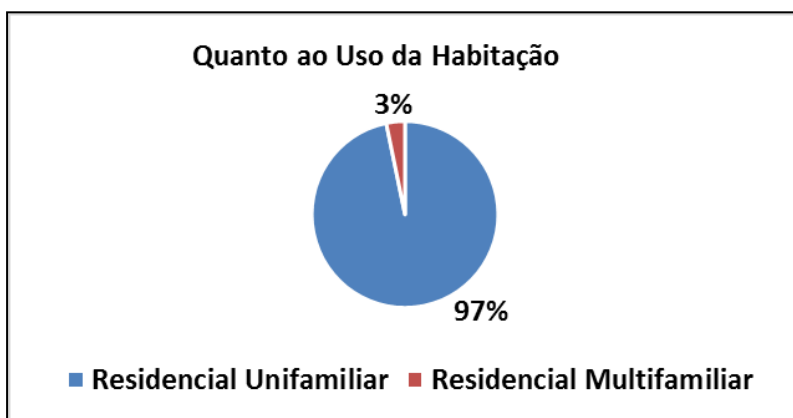


Figura 8.3-166. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

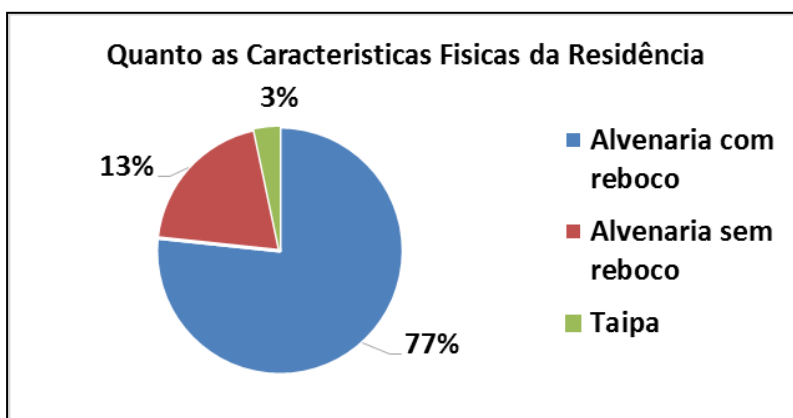


Figura 8.3-167. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O número predominante de cômodos nessas residências era de 5 ao todo, segundo a pesquisa, com um registro de 47% da amostra. As casas com apenas 2 cômodos registraram 3%, enquanto aquelas

com apenas 1 cômodo totalizaram 3% do total (Figura 8.3-168). Do total de residências de pescadores artesanais visitadas em Passagem dos Teixeiras, 73% contavam com 2 quartos. As casas com apenas 1 quarto alcançaram a taxa de 10% (Figura 8.3-169) e com apenas 1 pavimento alcançou 94% (Figura 8.3-170).

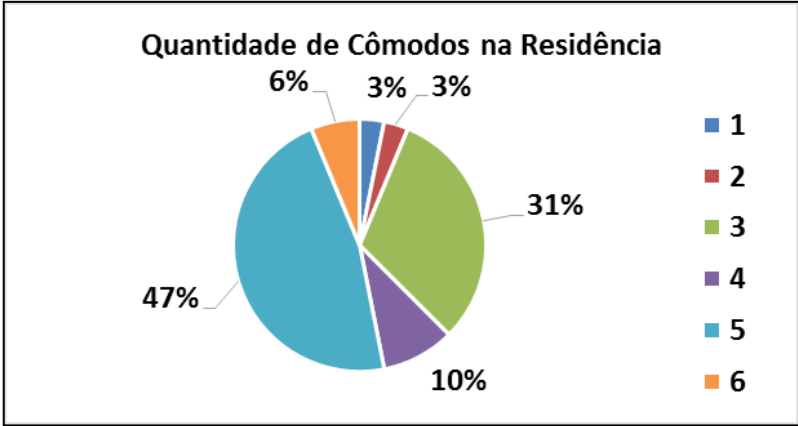


Figura 8.3-168. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

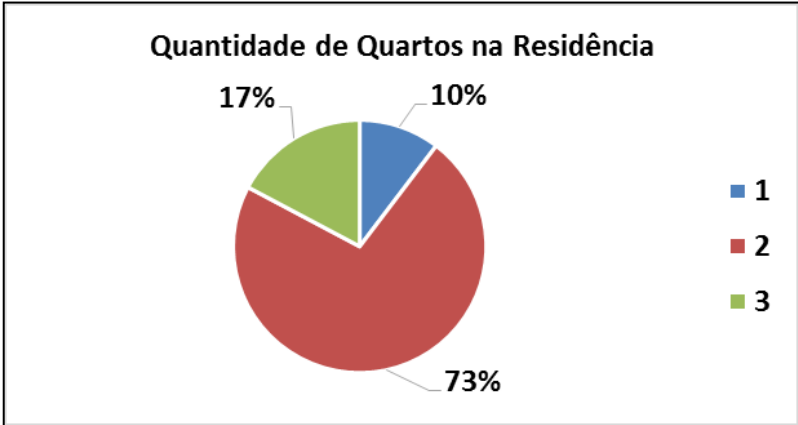


Figura 8.3-169. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

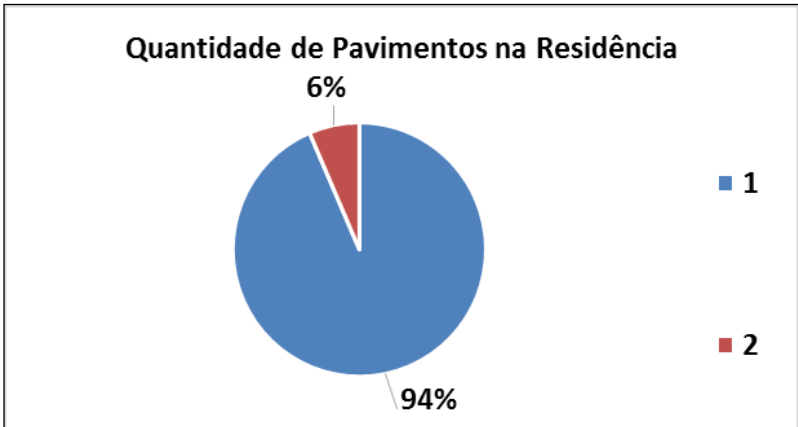


Figura 8.3-170. Quantidade de pavimentos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Mapele

Para os aspectos de moradia, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Mapele, identificou que 91% das residências dos entrevistados eram próprias. As residências alugadas representaram 4% do total, assim como aquelas classificadas como cedidas, 4% (Figura 8.3-171).

As residências eram praticamente unifamiliares, 99% dos registros (Figura 8.3-172). Quanto as características físicas da residência, a pesquisa junto aos pescadores artesanais de Mapele, encontrou que 78% delas eram de alvenaria com reboco, e 13% de alvenaria sem reboco. As casas de taipa representaram 3% da amostra, enquanto as que eram constituídas por restos de madeira, 1% (Figura 8.3-173).

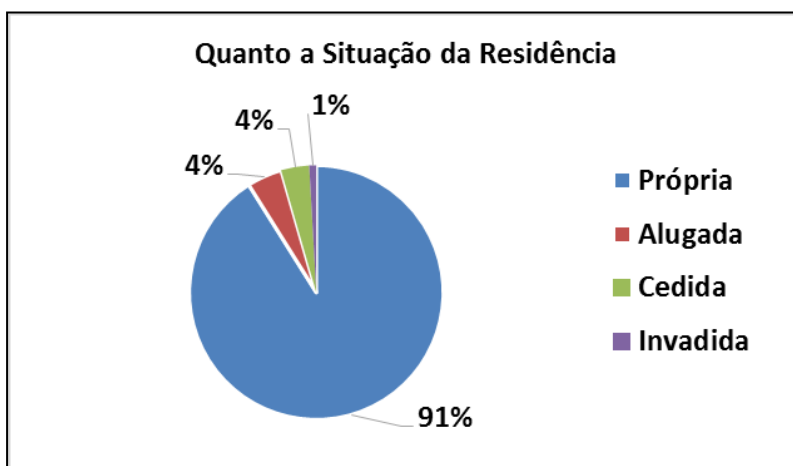


Figura 8.3-171. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

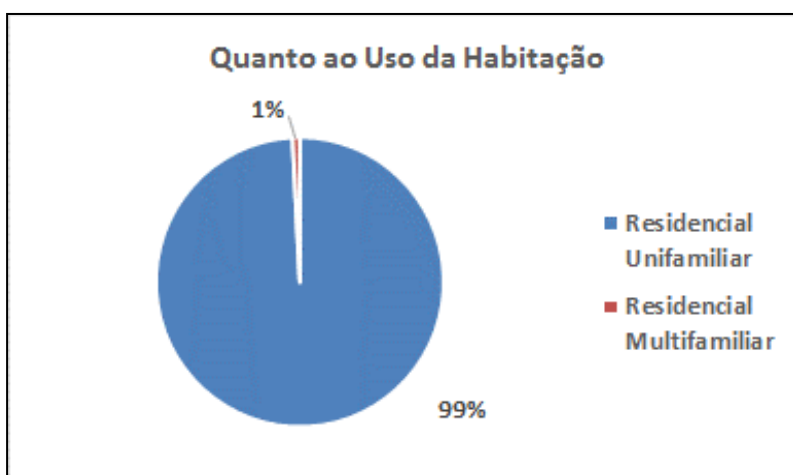


Figura 8.3-172. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

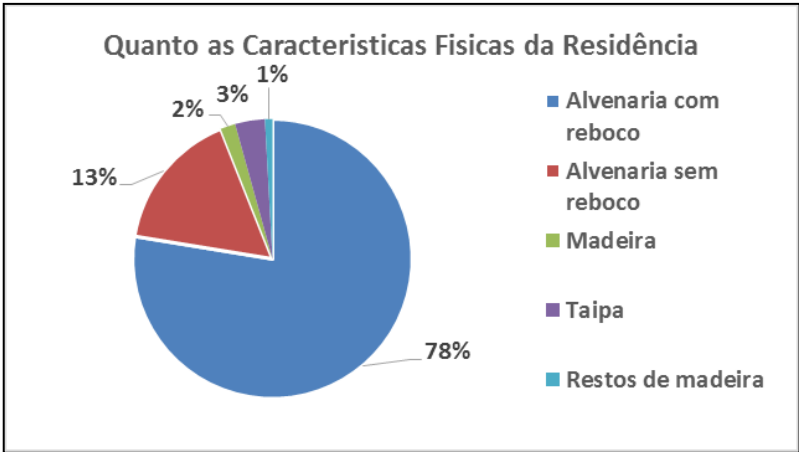


Figura 8.3-173. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O número predominante de cômodos nessas residências era de 5 ao todo, segundo a pesquisa, com um registro de 37% da amostra. As casas com apenas 2 cômodos registraram 31%, enquanto aquelas com apenas 1 cômodo totalizaram 10% do total (Figura 8.3-174). Do total de residências de pescadores artesanais visitadas em Mapele, 56% contavam com 2 quartos. As casas com apenas 1 quarto alcançaram a taxa de 32% (Figura 8.3-175).

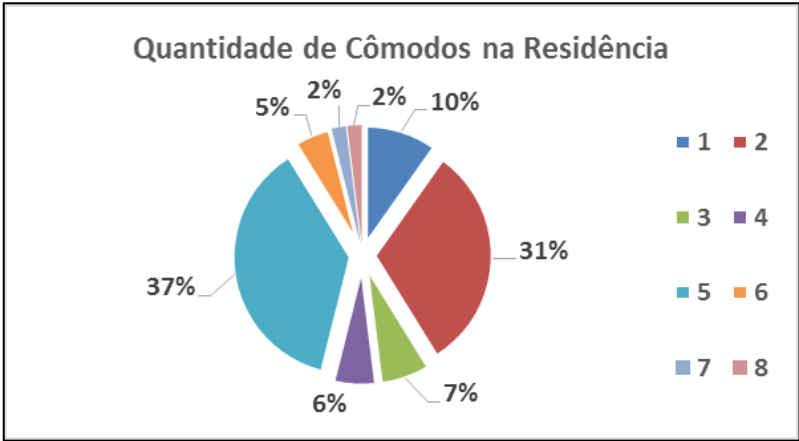


Figura 8.3-174. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

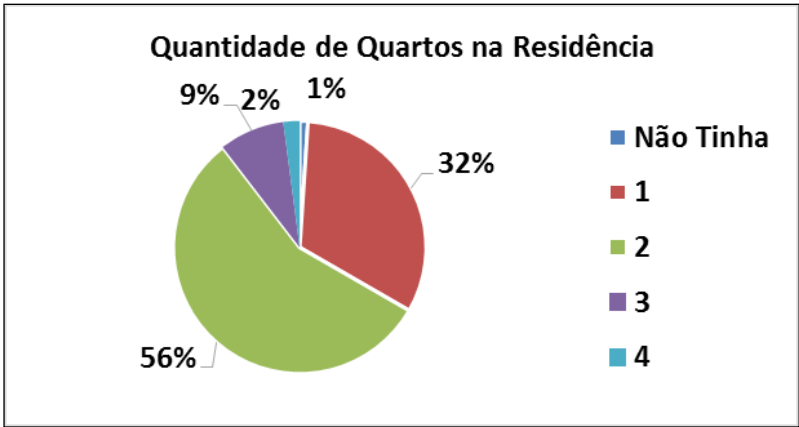


Figura 8.3-175. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Boca do Rio

Quanto as questões sobre o tema moradia, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Boca do Rio, identificou que 100% das residências dos entrevistados eram próprias. As residências eram todas unifamiliares. Sobre as características físicas das residências, a pesquisa junto aos pescadores artesanais de Boca do Rio, encontrou que 67% delas eram constituídas de alvenaria com reboco e 33% de madeira (Figura 8.3-176).

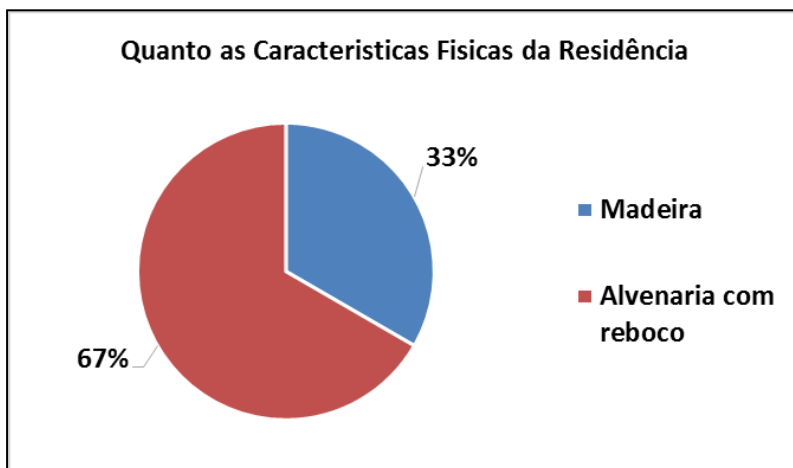


Figura 8.3-176. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O número predominante de cômodos nessas residências era de 5 ao todo, segundo a pesquisa, com um registro de 34% da amostra. As casas com mais de 5 cômodos totalizaram 66% (Figura 8.3-177). Do total de residências de pescadores artesanais visitadas em Boca do Rio, 67% contavam com 3 quartos (Figura 8.3-178).

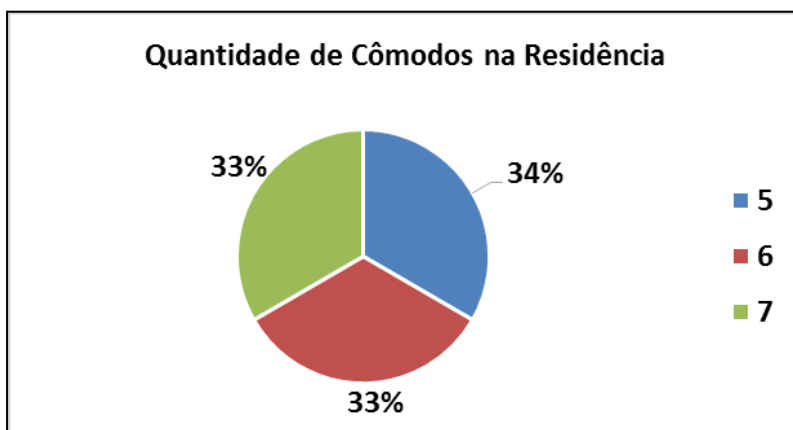


Figura 8.3-177. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

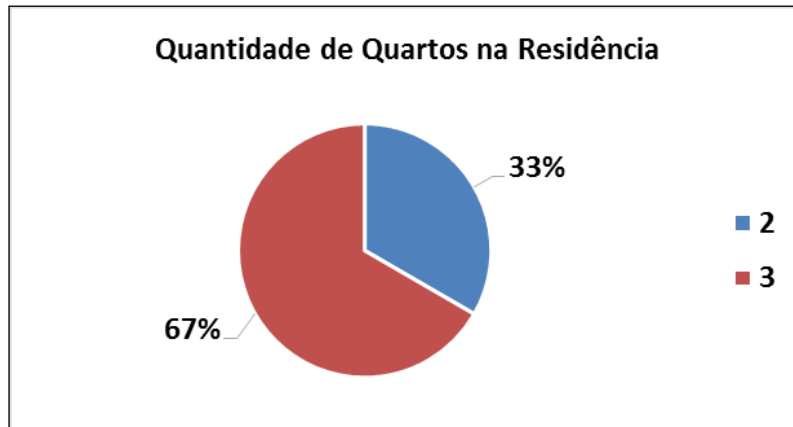


Figura 8.3-178. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

8.3.3.11 Indicadores Sociais

Os indicadores sociais são medidas de ordem estatística que são frequentemente utilizadas para traduzir de forma quantitativa um conceito social quanto a sua realidade. Para esse estudo, conforme orientações do Termo de Referências, o diagnóstico será pautado basicamente por 2 desses indicadores: o Índice GINI e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), este último, recentemente atualizado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas com base no Censo Demográfico do IBGE de 2010. De forma a complementar as informações quanto a desigualdade, serão demonstrados também algumas análises com base no banco de dados do Ministério do Desenvolvimento Social.

A investigação sobre a distribuição de renda da população leva a questões ligadas à mensuração de quanta desigualdade há em uma sociedade e quais os problemas que surgem na mensuração.

O Brasil atingiu em 2011, pela PNAD, seu menor nível de desigualdade de renda desde os registros nacionais iniciados em 1960. Na verdade, a desigualdade no Brasil permanece entre as 15 maiores do mundo, e levaria pelo menos 20 anos no atual ritmo de crescimento para atingir níveis dos Estados Unidos, que não são uma sociedade igualitária. Porém, isso significa que existem consideráveis reservas de crescimento pró-pobre, que só começaram a ser exploradas na década passada.

A inédita redução da desigualdade observada na década passada pode ser decomposta pelas diversas fontes de renda captadas pela PNAD e retrabalhadas da seguinte forma: Trabalho (58%), Previdência (19%), Bolsa Família (13%), Benefício de Prestação Continuada (BPC 4%) e Outras Rendas (6%) como aluguéis e juros. Ou seja, a maior parte da queda da desigualdade se deveu ao efeito da expansão trabalhista observada, o que confere sustentabilidade ao processo redistributivo assumido. Sem as políticas redistributivas patrocinadas pelo Estado brasileiro, a desigualdade teria caído 36% menos na década (IPEA, 2012).

Estabelecer e entender os indicadores de avaliação da desigualdade tem sido objeto de trabalho de estudiosos de diversas áreas. O Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicada no documento “Variabilità e Mutabilità” em 1912. Esse índice é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras.

Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). A construção do coeficiente de Gini é baseado na “Curva de Lorenz”.

A utilização do Gini, entretanto já está um pouco defasada frente a realidade dos municípios da AI. A fonte dessa informação está disponível no site do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A Figura 8.3-179 ilustra os valores existentes entre anos de referências: 1991, 2000 e 2010.

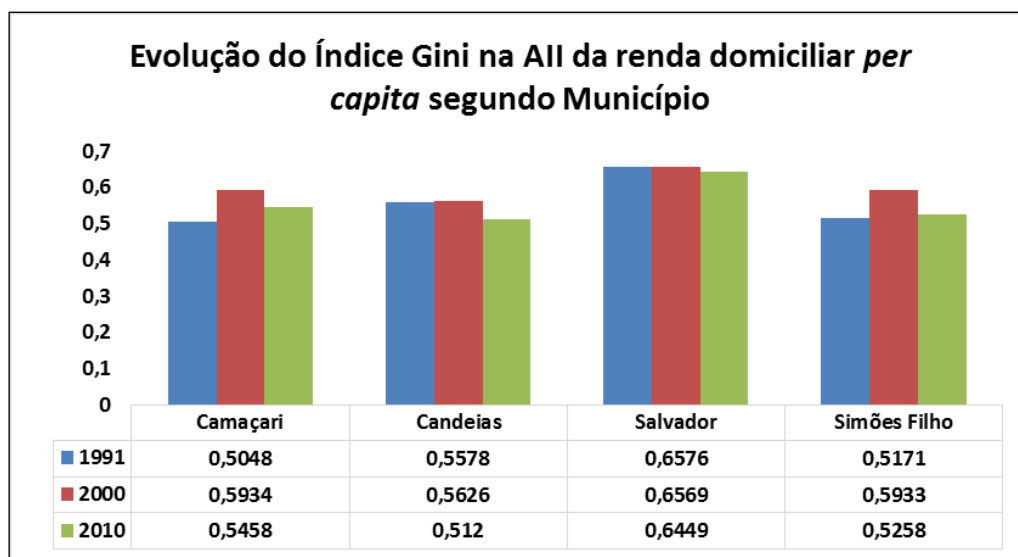


Figura 8.3-179. Evolução do Índice Gini na AII (Fonte: DATASUS, 2014).

Na Figura 8.3-179 mostra que houve um decréscimo em todos os municípios exceto em Camaçari, o que resulta de forma positiva, pois quanto mais próximo ao valor ‘0’ menor é a desigualdade. Chama a atenção que na passagem do século XX para XXI, todos os municípios mostraram elevação no índice, o que pode ser resultado de crises econômicas enfrentadas pela sociedade e que certamente pesaram sobre a qualidade de vida da população. Posteriormente, na primeira década dos anos 2000, as políticas de distribuição de renda e inclusão e o novo dinamismo no país com a emergência de uma nova classe consumidora ajudou a melhorar a questão dos aspectos de renda e trabalho.

Em relação aos aspectos de pobreza, o Censo IBGE de 2010 mensurou que em Camaçari, 18.139 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de

R\$ 70,00. Isto significa que 7,5% da população municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 1.883 (10,4%) viviam no meio rural e 16.256 (89,6%) no meio urbano.

Em Candeias, 7.443 encontravam-se em situação de extrema pobreza, representando assim 9% da população municipal. Desse total, 89% ou 6.622 viviam no setor urbano. No município de Salvador, o contingente de pessoas vivendo em extrema pobreza equivalia a 5,2% da população da capital. Isso significava 138.607 pessoas. Por fim, em Simões Filho, era o município da AII com maior índice de pessoas extremamente pobres, com uma taxa de 9,6% da população total, segundo o Censo 2010 do IBGE ou 11.327, sendo que 18% residiam no setor rural (MDS, 2014).

A distribuição desse contingente de pessoas vivendo em extrema pobreza, pode ser verificado na Figura 8.3-180 a seguir:

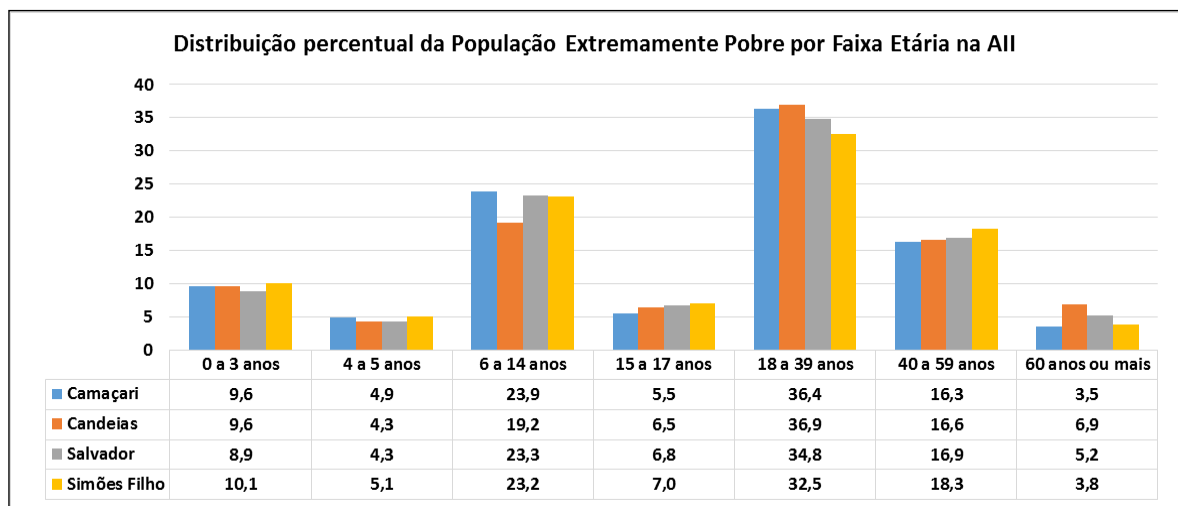


Figura 8.3-180. Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária na AII (Fonte: MDS, 2014).

O Censo 2010 do IBGE também revelaram as condições de renda para os domicílios particulares permanentes per capita na AII (Figura 8.3-181):

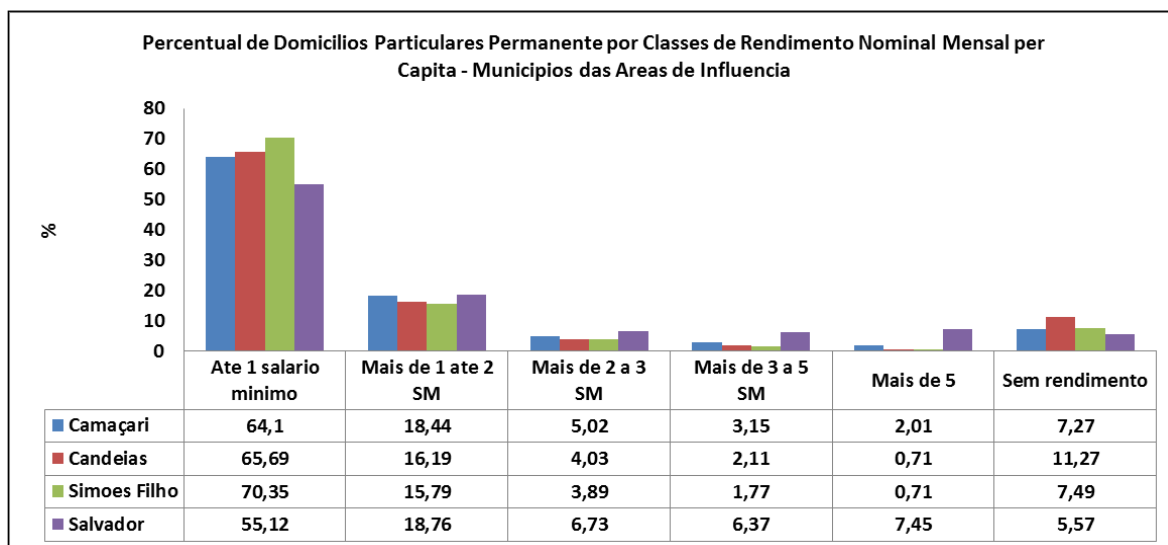


Figura 8.3-181. Percentual de domicílios particulares permanente por classes de rendimento nominal mensal per capita - municípios da área de influência indireta (Fonte: Censo 2010 IBGE).

Notadamente no município de Simões Filho encontra-se o maior percentual de Domicílios Permanente com Rendimento Mensal Per Capita mais baixa, ou seja, até 1 salário mínimo. Tal classe representa segundo dados do Censo 2010 do IBGE, 70,35%. Já no município de Candeias, 11,27% desses domicílios não possuam rendimento. Portanto, há uma forte concentração das classes mais baixas de rendimento per capita nos municípios da área de influência, demonstrando também uma elevada concentração de renda e que caracteriza não só tais localidades, mas um problema de ordem nacional.

Na área de influência direta, os microdados do Censo 2010 do IBGE e a pesquisa direta pela equipe de consultores, demonstram que grande parte dos rendimentos não ultrapassam 2 salários mínimos (Figura 8.3-182). Simultaneamente, verifica-se a existência de responsáveis pelas residências que não possuíam rendimento.

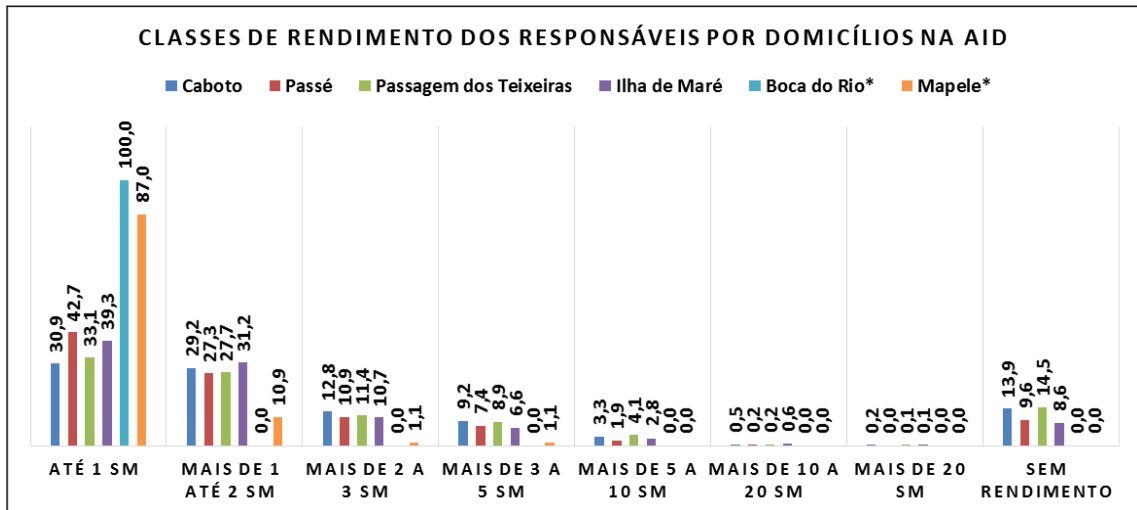


Figura 8.3-182. Classes de rendimento dos responsáveis por domicílios na AID (Fonte: Microdados do Censo 2010 do IBGE e Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

*Os valores de Mapele e Boca do Rio estão baseados na aplicação de questionários na AID quanto a ocupação principal

8.3.4 Fluxos e Redes de Transporte

Para a Área Diretamente Afetada (ADA), localizada no interior do Porto de Aratu-Candeias, o futuro acesso para os trabalhadores poderia se dar por via náutica ou por rodovias, considerando a fase de instalação, mediante suporte do empreendedor. Não existem linhas regulares exploradas por prestadores de serviços em atuação junto ao local.

Trabalhadores oriundos das sedes dos municípios da Área de Influência Indireta, essencialmente fariam uso das rodovias BR-324 (Salvador e Simões Filho), BA-524 (Salvador, Camaçari, Candeias e Simões Filho), BA-093 (Simões Filho) e a BA-522 (Candeias, Camaçari e Simões Filho), conforme a Figura 8.3-183 demonstra a seguir e no mapa presente no Apêndice 27 (Ver Mapa das Vias de Acesso na AII).

Para a área diretamente afetada (ADA), o futuro acesso para os trabalhadores se daria por via náutica ou por rodovias. Trabalhadores oriundos dos demais municípios da área de influência indireta, essencialmente fariam uso das rodovias BR-324 (Salvador e Simões Filho), BA-524 (Salvador, Camaçari, Candeias e Simões Filho), BA-093 (Simões Filho) e a BA-522 (Candeias, Camaçari e Simões Filho), conforme a demonstra a seguir:



Figura 8.3-183. Acesso a ADA via modal rodoviário. área laranja (Salvador), área amarela (Camaçari), área branca (Simões Filho), área verde (Candeias), BA-093 (linha amarela), BA-324 (linha vermelha), BA-524 (linha laranja) e BA-522 (linha verde) (Fonte: Google Earth Pro, 2014 e Derba, 2014).

Essas rodovias são os principais troncos que ligam as sedes municipais até o Porto de Aratu-Candeias. São elas também que fazem as conexões com estradas vicinais que ligam as comunidades da AID, que de maneira geral apresentam condição irregular na sua conservação e não tem capacidade de suporte de volume significativo de veículos, principalmente de grande porte (Figura 8.3-184 e Figura 8.3-185)



Figura 8.3-184. Estrada de Cotegipe para Mapele. Fonte: Bourscheid, 2014



Figura 8.3-185. Estrada de Pitinga (Candeias –Passé) Foto: Gilmar de Oliveira, 2015

Por via náutica, as principais comunidades a serem contempladas na hipótese do aproveitamento da mão de obra seriam Caboto e Ilha de Maré, Passé e Mapele (Figura 8.3-186). Essas comunidades apresentam melhores condições de desembarque e embarque de pessoas, ainda que não existam píeres em Mapele e Caboto. Para Passagem dos Teixeiras, o seu acesso por via náutica mostra-se impossibilitado devido ao acesso através do manguezal entre a comunidade e a Baía de Aratu, dessa forma, deverá ser priorizado o transporte rodoviário. Apesar de contar com a opção de transporte marinho, acredita-se que o transporte rodoviário também seja mais prático de ser utilizado nas comunidades de Caboto, Mapele e Passé.

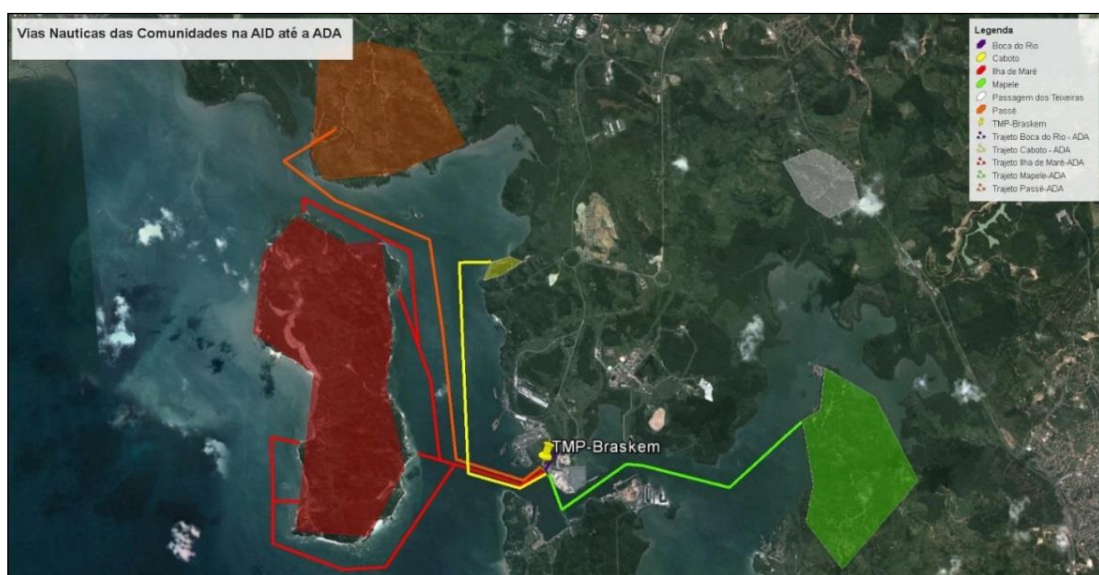


Figura 8.3-186. Acesso a ADA via modal náutico. área laranja (Passé), área amarela (Caboto), área branca (Passagem dos Teixeiras), área verde (Mapele), área vermelha (Ilha de Maré) (Fonte: Google Earth Pro, 2014 e Bourscheid, 2014).

Uma das preocupações levantadas pelo IBAMA no Parecer de Vistoria 6351/2013/COPAH refere-se aos acessos utilizados pelos moradores da região e/ou principalmente aqueles que desenvolvem a atividade pesqueira. O citado documento, a partir de uma reunião realizada na Colônia de Pescadores de Candeias (Z-54), no distrito de Passé no dia 19 de Abril de 2013, relatou que:

Os participantes relataram que tradicionalmente utilizam passagem do continente para a praia ("prainha"), indicando que há dificuldades crescentes para a manutenção destas passagens. Um participante afirmou que não está tendo acesso a áreas de mariscagem devido a impedimento na portaria do Porto de Aratu. Moradores que residem em área atrás do Porto e Braskem afirmam que é necessário manter a passagem existente, e se possível recuperar as passagens anteriores no porto, para possibilitar a continuidade de atividades de pesca, mariscagem, saídas de pequenas embarcações ao mar, além de lazer. O Ibama indicou que a manutenção de acessos seguros é relevante principalmente para os moradores e marisqueiros da área denominada Ponta da Laje, devendo ter abordagem no estudo a ser realizado (IBAMA, 2013, p. 3)

Antes de aprofundar as análises sobre os acessos, é preciso esclarecer que a área conhecida como Ponta da Laje se confunde em algumas observações de pescadores e pescadoras artesanais no tocante a sua dimensão. Entretanto, tal denominação ficou conhecida como a área da CODEBA onde hoje encontra-se o Terminal Portuário Privativo Miguel de Oliveira ou Porto da Ford. Essa área, antes da nova função, era utilizada pela construtora Mendes Junior para fabricação de plataformas de petróleo anos 70. Motivos diversos fizeram com que a atividade cessasse e a área fosse devolvida a CODEBA. Com o abandono da área e conseqüentemente, a ausência de atividades econômicas, permitiam que a época, pescadores artesanais e moradores da comunidade da Boca do Rio utilizassem a área para a prática da pesca. A inserção do Porto da Ford e da estrutura marítima (píer) do empreendimento em 2004 culminou na restrição de acesso e na proibição da pesca. Assim, o local conhecido como Ponta da Laje não é uma comunidade.

Apesar do reconhecimento desse conflito, se faz necessário afirmar que a prainha (ADA) é área integrante do Porto de Aratu-Candeias. Após a implantação do Porto de Aratu, a ADA não possui acesso terrestre regular, seja para pedestres ou para veículos (verFigura 8.3-187 e Figura 8.3-188).



Figura 8.3-187. Vista para o único acesso a ADA para veículos através de estrada irregular ao lado do Porto da Ford – UTM 555217/8586577 (Fonte: Bourscheid, 2015).



Figura 8.3-188. Vista para o único acesso a ADA para veículos através de estrada irregular ao lado do Porto da Ford – UTM 555217/8586577 (Fonte: Bourscheid, 2015).

Uma das razões decorre da área portuária, administrada pela CODEBA, ser vinculada a instância federal e por isso, ser obrigada a cumprir requisitos de segurança baseados no Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias, também conhecido como ISPS CODE em inglês. A aplicabilidade desses parâmetros é uma obrigação legal assumida pelo país o qual é signatário por tratados internacionais e aplicada em diversos equipamentos portuários ao redor do globo.

Uma das proibições, a partir da implantação desse protocolo de segurança no Porto de Aratu, é não permitir a entrada e circulação de pessoas que não estejam vinculadas as atividades inerentes as empresas do porto organizado e terminais privativos. Essas pessoas precisam, inclusive, estarem

cadastradas nos sistemas de identificação. A exceção a esse quadro, são os habitantes da comunidade Boca do Rio que por residirem na área do Porto Aratu-Candeias, pois são remanescentes dos processos de desapropriação para instalação do mesmo (próximo ao atual local onde deve ser instalado o Terminal de Uso Privativo da Braskem) que conseguem acessar a ADA (Figura 8.3-189 a Figura 8.3-192). São esses acessos que provavelmente ficarão mais restritivos durante a fase das obras marinhas, pela possibilidade de transporte de materiais e de veículos, necessitando dessa forma, atenção com a comunidade Boca do Rio.



Figura 8.3-189. Vista para o acesso irregular a ADA utilizada pelos pedestres – UTM 555097/8586542 (Fonte: Bourscheid, 2015).



Figura 8.3-190. Vista para o acesso irregular a ADA utilizada pelos pedestres – UTM 555097/8586542 (Fonte: Bourscheid, 2015).



Figura 8.3-191. Vista para o acesso irregular a ADA utilizada pelos pedestres – UTM 555097/8586542 (Fonte: Bourscheid, 2015).



Figura 8.3-192. Vista para o acesso irregular a ADA utilizada pelos pedestres – UTM 555097/8586542 (Fonte: Bourscheid, 2015).

Apenas por meio de embarcações, o acesso a Prainha ocorre de eventualmente, mas em caráter informal, pois a mesma não é suportada por linhas de transporte náutico reconhecidas. Entretanto, essa situação também não é considerada adequada e/ou recomendada, por potencializar a ocorrência de acidentes envolvendo os navios que aportam nos berços de atracação do Porto de Aratu ou que utilizam o canal de Cotegipe em direção a outros terminais na região.

A expansão portuária legal dentro do zoneamento do Porto de Aratu-Candeias vem restringindo a possibilidade de novas aberturas de acesso para a comunidade (Figura 8.3-193). Atualmente

somente um acesso está disponível para que os habitantes da Boca do Rio possam acessar o mar. É compreensível que o pleito de manutenção do atual acesso e de novos caminhos sejam construídos. Contudo, dado os protocolos internacionais de segurança, e o Porto de Aratu-Candeias ser essencialmente um ambiente com alto risco devido as cargas químicas que são transportadas, torna-se limitante que o pleito seja atendido. O próprio Terminal de Uso Privativo da Braskem irá operar com esse tipo de carga. Além do mais, o zoneamento a partir do PDDU de Candeias indica que não deveria existir habitações naquele espaço, conforme Figura 8.3-193 apresentada abaixo e no Anexo 8.13.

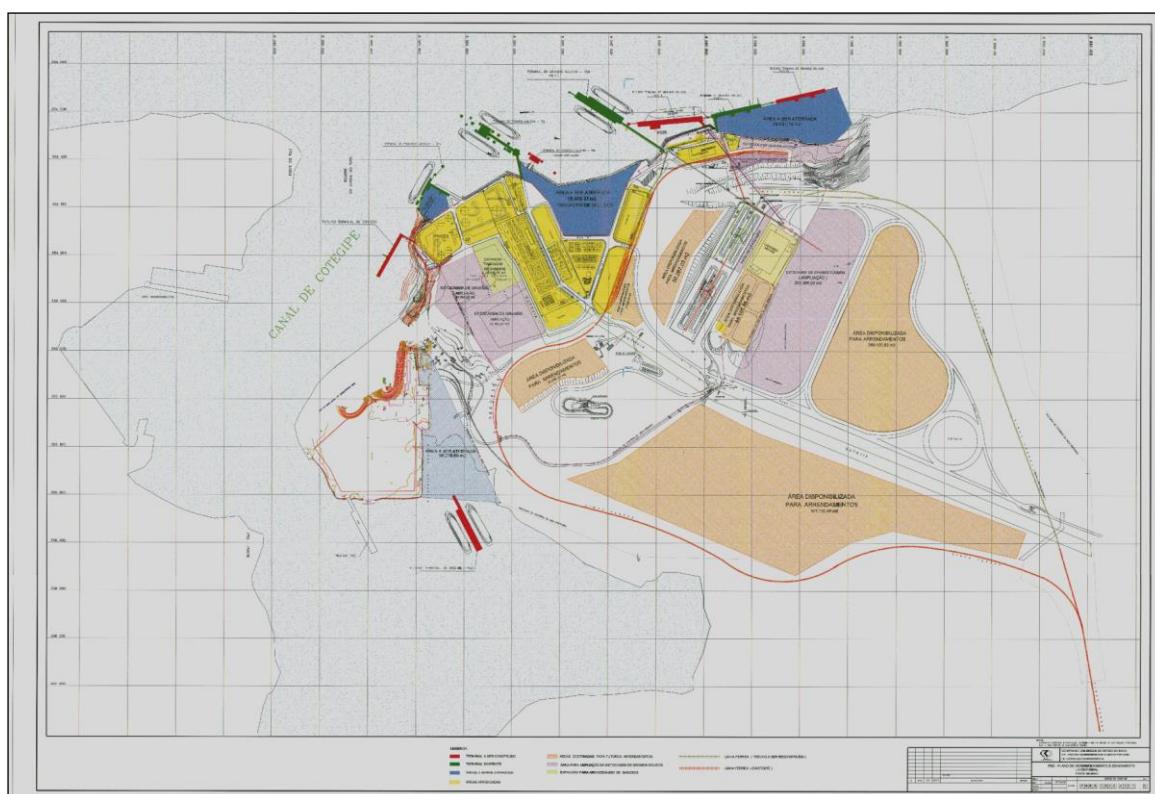


Figura 8.3-193. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Aratu (Fonte: CODEBA, 2013).

O atual acesso a ADA provavelmente deverá ser limitado aos futuros prestadores de serviço do Terminal de Uso Privativo da Braskem. Durante a fase de operação, os trabalhadores serão dirigidos para a sala do Centro de Controle do empreendimento, estrutura essa já existente no terminal de granéis líquidos e gasosos localizado no interior do porto organizado, cujo acesso se dá pela via interna regular da CODEBA.

8.3.5 Caracterização Econômica

A economia da área de influência possui grande atividade baseada no setor industrial e no setor terciário. Graças às implantações do Polo Petroquímico em Camaçari (assim como o surgimento da indústria automobilística a partir de 1999 no mesmo município), e do Centro Industrial de Aratu em Candeias, instalou-se uma mudança histórica no contexto da região nos últimos 40 anos. Isso também modificou o quadro da capital, Salvador, onde os setores industriais foram paulatinamente sendo retirados da sede municipal e sendo deslocadas para esses municípios. Restou a Salvador, portanto, o desenvolvimento dos serviços para a população.

Os municípios da área de influência ainda são polarizadores de geração de renda e emprego no setor industrial e no setor terciário. A Tabela 8.3-34 e a Figura 8.3-194 mostram o quanto tais setores são importantes economicamente para região.

Tabela 8.3-34. Valor adicionado dos setores econômicos, Produto Interno Bruto e PIB per Capita dos municípios da área de influência (Fonte: SEI, 2010).

Município	Valor Adicionado (R\$)			PIB (R\$)	PIB (Per capita)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		
Camaçari	9.916.388,00	8.225.370.919,00	3.245.454.008,00	13.379.553.997,00	55.063,52
Candeias	6.224.363,00	1.379.610.157,00	1.180.070.679,00	4.204.817.321,00	50.613,49
Salvador	17.458.000,00	5.678.987.000,00	25.020.211.000,00	36.480.991.000,00	13.634,00
Simões Filho	4.030.389,00	1.358.284.870,00	1.659.844.868,00	3.690.063.261,00	31.266,42

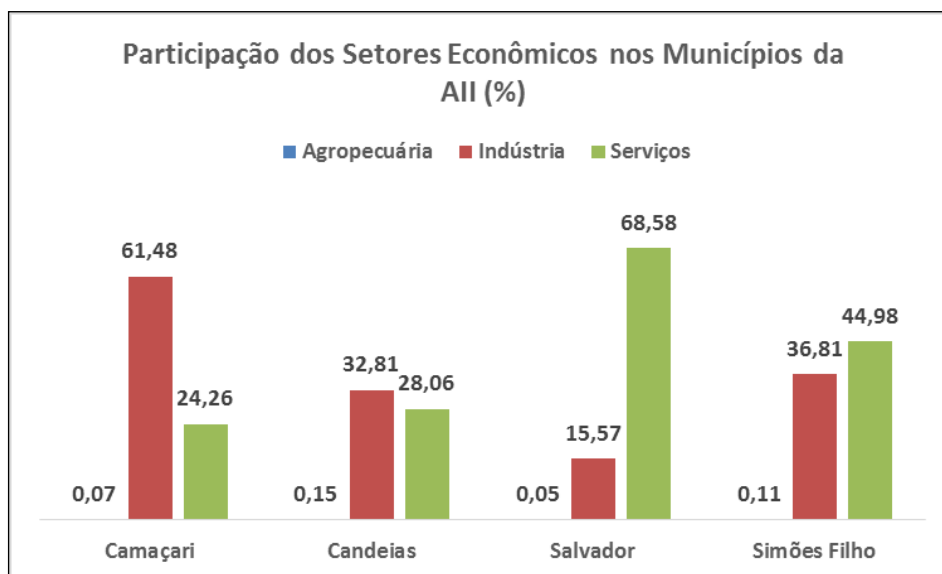


Figura 8.3-194. Participação dos setores econômicos nos municípios da área de influência (Fonte: SEI e IBGE, 2010).

Dados obtidos junto a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) mostram que esses municípios apresentam elevados valores adicionados nos setores da indústria e serviços, refletindo-se na sua condição do Produto Interno Bruto e no PIB Per Capita.

Chama atenção que apesar os números elevados do PIB per Capita nos municípios, ele também não inclui nenhuma referência e não tem qualquer capacidade de mensurar o desenvolvimento institucional de uma sociedade. Esse, por sua vez, também pode ter impacto não trivial no bem-estar dos indivíduos. Viver em um país ou região em que as instituições públicas funcionem e sejam menos arbitrárias também pode alterar de forma significativa o padrão de vida dos indivíduos. Particularmente relevante nesse caso é sua capacidade de assegurar a possibilidade de melhorias no bem-estar a partir de esforços individuais, dentro de regras claras de atuação. Esse problema também gera distorções nas comparações de PIB per capita entre regiões do Brasil, apesar de em menor escala do que ocorre em comparações entre países dada a maior homogeneidade nas instituições dentro do mesmo país (BARROS, 2011).

Camaçari possuía um PIB total de mais de R\$ 13 bilhões de reais e um PIB Per Capita de R\$ 55.063,52. O setor industrial desse município tem como eixos principais a presença de multinacionais no setor petroquímico como Braskem, Petrobras, além da atividade automobilística originária da Ford Motor Company. Essa concentração é percebida no PIB municipal, onde o setor secundário representa 61,48% da economia. O setor de serviços também possui grande contribuição ou 24,26% do PIB municipal.

O município de Candeias, onde deverá ser instalado o píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem, registrou em 2010 um PIB de R\$ 4.204.817.321,00. Essa produção de riqueza se reflete nos números do PIB per Capita com mais de R\$ 50 mil reais. O setor secundário representava 32,81% da economia de Candeias, seguido pelo setor de serviços com 28,06%.

Simões Filho apesar de apresentar também uma elevada participação do setor industrial na contribuição do PIB municipal, tem como destaque o setor de serviços e demonstrando uma configuração que vem sendo mais frequente em muitas localidades brasileiras. A indústria em Simões Filho representava 36,81% da economia local, enquanto o setor de serviços, com um valor de R\$ 1,65 bilhões de reais, representou 44,98%.

As novas centralidades definiram a Salvador um papel mais relevante na prestação de serviços voltados para os demais municípios da Região Metropolitana e para seus respectivos habitantes. Tal fato é percebido com a composição do seu PIB. O setor secundário contribuía com 15,57% do total do PIB. Já o setor terciário, segundo dados do IBGE para o ano de 2010, demonstraram que esse segmento econômico alcançou o valor de mais de R\$ 25 bilhões de reais. O PIB total da capital do

Estado alcançava no referido ano R\$ 36,48 bilhões de reais, o que gerava uma divisão per capita aproximada de pouco mais de R\$ 13 mil reais (Tabela 8.3-34).

A mudança na configuração do perfil econômico da região desses municípios e na sua vocação ocorre a partir da descoberta do petróleo no município de São Francisco do Conde, com a implantação da refinaria que passou a influenciar uma série de atividades nas demais localidades mais próximas (Figura 8.3-195). A partir daí, as políticas públicas do Estado da Bahia passaram a ditar novos rumos na atração e implantação de empresas. Essas contribuições fizeram da região onde os municípios analisados se encontram, registrassem a cada ano uma queda na participação do setor primário conforme a Tabela 8.3-35 informa. O setor, em todas as localidades, representa não mais do que 0,1% do PIB municipal.



Figura 8.3-195. Refinaria Landulpho Alves Mataripe em São Francisco do Conde (UTM 546640 / 85955303) (Fonte: Bourscheid, 2014).

Sobre o setor primário, a produção dos municípios da área de influência está concentrada em alguns produtos (Tabela 8.3-35). Nota-se que entre os anos de referência (2008 e 2009) a produção apresenta números declinantes, mesmo que em alguns momentos haja aumento da área colhida, o que demonstra baixa produtividade.

Em Camaçari o destaque na produção das lavouras permanentes era a mandioca (produção de 3.750 toneladas em 2009) e do abacaxi com 198 mil frutos. O feijão e o milho apresentaram diminuição na produção entre os anos de 2008 e 2009. Negativamente, a cultura do milho pareceu segundo os números a que apresentou uma das mais baixas produtividades, visto que houve praticamente a duplicação da área colhida e ainda assim, a produção no ano de 2009 ficou abaixo do ano anterior.

Candeias registrou apenas três culturas na produção permanente das lavouras: mandioca, amendoim e milho. O município de Simões Filho também contava com a produção de mandioca que sofreu redução entre 2008 e 2009 (Tabela 8.3-35). Salvador não registrou qualquer produção de lavouras permanentes.

Tabela 8.3-35. Produção das lavouras permanentes, área colhida e quantidade produzida em 2008 e 2009 na área de influência (Fonte: IBGE, 2008 e 2009).

Municípios	Produtos das Lavouras Permanentes (t)	Área Colhida (ha)		Quantidade Produzida (t)	
		2008	2009	2008	2009
Camaçari	Abacaxi (mil frutos)	20	9	480	198
	Amendoim (em casca)	20	14	14	8
	Feijão (em grão)	70	59	68	19
	Mandioca	400	250	5.600	3.750
	Milho (em grão)	80	150	96	90
	Tomate	-	4	-	60
Candeias	Amendoim (em casca)	2	8	3	13
	Mandioca	69	70	828	840
	Milho (em grão)	6	12	7	15
Simões Filho	Amendoim (em casca)	4	4	4	4
	Cana-de-açúcar	3	3	60	90
	Feijão (em grão)	2	2	1	1
	Mandioca	50	40	600	250
	Milho (em grão)	2	2	1	1

Quantos aos rebanhos, o efetivo entre todas as modalidades somava um total de 36.223 cabeças nos municípios analisados. Simões Filho possuía segundo dados da SEI, 2010, o mais baixo índice entre as localidades com 5.214 cabeças ou 15% do total (Figura 8.3-196). O efetivo de Camaçari representava 46% do total dos rebanhos enquanto Candeias possuía 39%.

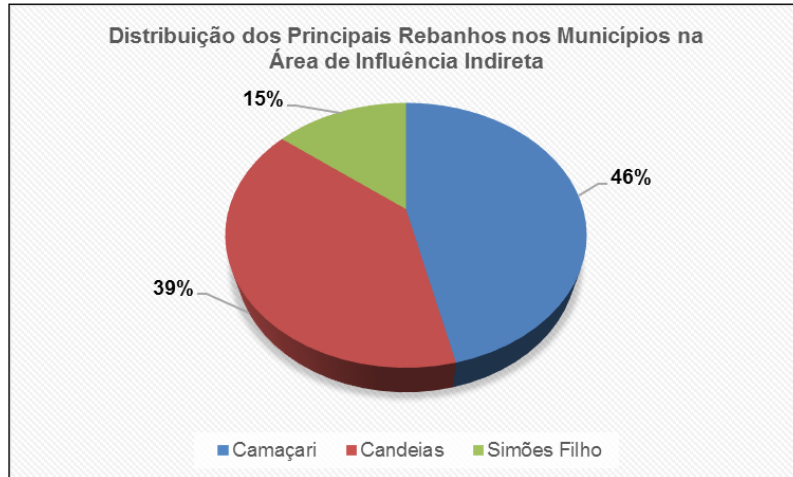


Figura 8.3-196. Distribuição dos principais rebanhos nos municípios na área de influência (Fonte: SEI, 2010 & CODEBA, 2012).

Em Camaçari, 38% do efetivo estão direcionados para os suínos, seguido dos bovinos com 21%, de acordo com a Figura 8.3-197. Os rebanhos de ovinos representavam 18%.

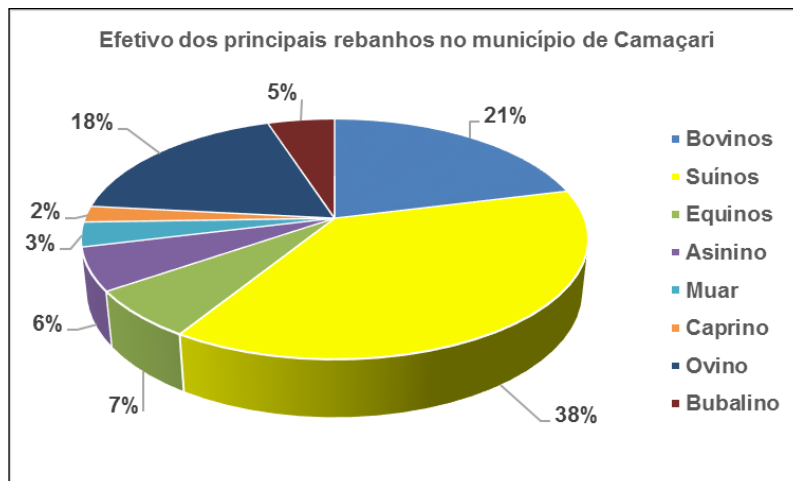


Figura 8.3-197. Efetivo dos principais rebanhos no município de Camaçari (Fonte: SEI, 2010 & CODEBA, 2012).

O efetivo de bovinos representava a maior fatia dos principais rebanhos no município de Candeias com 55% (Figura 8.3-198). O rebanho de suínos vinha logo a seguir com 32%.

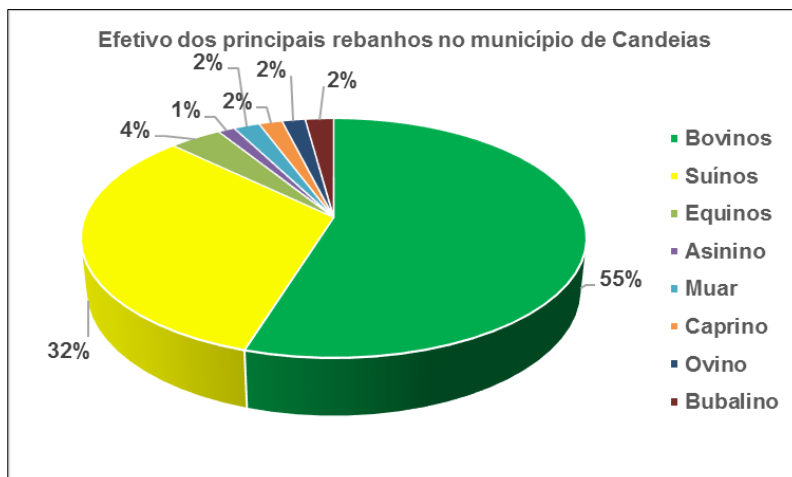


Figura 8.3-198. Efetivo dos principais rebanhos no município de Candeias (Fonte: SEI, 2010 & CODEBA, 2012).

No município de Simões Filho (Figura 8.3-199), o rebanho de bovinos é o tipo de efetivo predominante no setor primário com 80%. As demais modalidades de rebanho representaram 20% do total do efetivo animal.

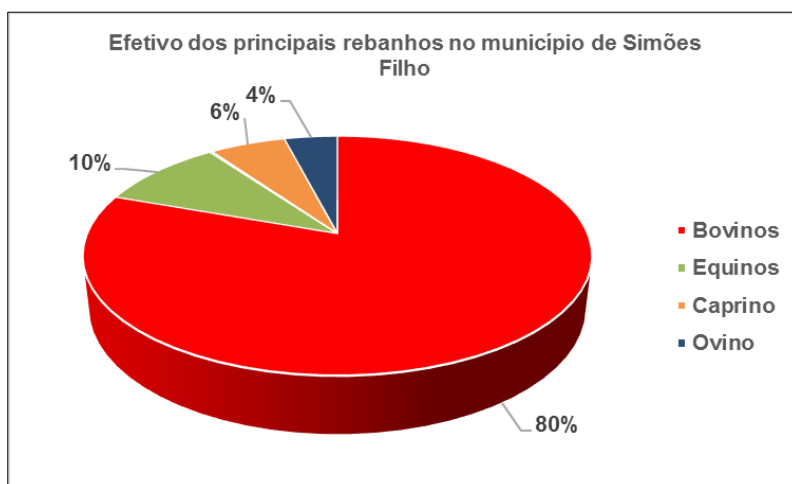


Figura 8.3-199. Efetivo dos principais rebanhos no município de Simões Filho (Fonte: SEI, 2010 & CODEBA, 2012).

As indústrias localizadas na Área de Influência Indireta apresentam níveis tecnológicos e de produção em escalas diferentes. As grandes empresas, principalmente as que estão presente no Polo Petroquímico de Camaçari (PIC) destacam-se por fazer uso de mão de obra especializada nos setores de engenharia e química.

O Polo iniciou suas operações em 1978. É o primeiro complexo petroquímico planejado do País e está localizado no município de Camaçari, a 50 quilômetros de Salvador, capital do Estado da Bahia. Maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul, o Polo tem mais de 90 empresas químicas,

petroquímicas e de outros ramos de atividade como indústria automotiva, de celulose, metalurgia do cobre, têxtil, fertilizantes, energia eólica, bebidas e serviços. Com a atração de novos empreendimentos para a Bahia, o Polo Industrial de Camaçari experimenta novo ciclo de expansão, gerando mais oportunidades de emprego e renda para o Nordeste.

A produção de automóveis pela Ford e de pneus pela Continental e Bridgestone, no Polo de Camaçari, consolidou a trajetória de diversificação no Complexo Industrial e ampliou as perspectivas de integração do segmento petroquímico com a indústria de transformação.

Apesar da grande evolução na produção, segundo o próprio Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), ainda é reduzido o volume de produtos finais químicos e petroquímicos produzidos em Camaçari. Persiste como desafio a necessidade de atração de novas empresas transformadoras, para fortalecer a cadeia produtiva do complexo.

Ainda assim os números do polo para a economia baiana são bastante relevantes, onde despontam:

- Investimentos novos acima de 6,2 bilhões de dólares até 2015.
- Capacidade instalada acima de 12 milhões de t/ano de produtos químicos e petroquímicos básicos, intermediários e finais.
- Capacidade instalada para 240.000 toneladas/ano de cobre eletrolítico, no segmento de metalurgia do cobre, e de 250 a 300 mil veículos/ano no segmento automotivo.
- Faturamento de aproximadamente US\$ 15 bilhões/ano.
- Exportações: 30% do total exportado pelo Estado da Bahia. Destinam-se a praticamente todo o mundo.
- Contribuição anual acima de R\$ 1 bilhão em ICMS para o Estado da Bahia.
- Responde por mais de 90% da arrecadação tributária de Camaçari.
- Emprega 15.000 pessoas diretamente e 30.000 pessoas através de empresas contratadas.
- Responde por 20% do PIB estadual.

O Centro Industrial de Aratu (CIA), assim como o PIC de Camaçari, é um complexo industrial multissetorial, fundado em 1967 e localizado na Região Metropolitana de Salvador nos municípios de Simões Filho e Candeias. Em sua área encontra-se em operação o Porto de Aratu, além de empreendimentos dos segmentos químico, metalomecânico, componentes para calçados, alimentício, metalúrgico, moveleiro, de minerais não metálicos, plásticos, fertilizantes, eletroeletrônicos, bebidas, logística, têxtil, serviços e comércio e mais recentemente o segmento Termelétrico.

Situado às margens da BR - 324 a 18 km da capital, 14 km do Aeroporto Internacional Dep. Luís Eduardo Magalhães, 20 km da Refinaria Landulpho Alves e 25 km do Porto de Salvador, possui 150 km de vias internas pavimentadas e sinalizadas. Segundo a Secretária da Indústria e Comércio do Estado da Bahia, atualmente estão instaladas 144 empresas (121 empresas em Simões Filho e 23 empresas em Candeias), com aproximadamente 13.530 mão de obra direta.

A integração da industrialização dessas áreas, principalmente com o Porto de Aratu, possibilitou a ampliação das atividades, impossibilitando na história da Região Metropolitana de Salvador, a dissociação da capital e o seu entorno. E aqui, segundo SCHEINOWITZ (1998), a presença do porto foi fundamental para que as áreas industriais amadurecessem seu ciclo de desenvolvimento. Pois segundo ele:

Dois fatos sobressaíam como de importância fundamental na definição do problema:

- a) No Recôncavo, Salvador é o ponto que reúne as condições para atrair – como de fato tem feito – a maioria dos novos empreendimentos industriais que se dirigem para a Bahia, apesar dos problemas que apresenta na oferta adequada de terrenos industriais.
- b) Dos cinco pontos do litoral da Baía de Todos os Santos atingidos pelos canais profundos de navegação, dois – Salvador e Madre de Deus – já estavam sendo explorados e não apresentavam possibilidades de atender adicionalmente o tráfego de um grande complexo de indústrias. Dois outros – canal entre Itaparica e o Continente, e foz do Rio Paraguaçu – estão situados em áreas que não satisfazem os requisitos de imediata implantação de um importante centro industrial, porque não dispõem ainda da indispensável infraestrutura viária e urbana. O único local que apresenta condições para abrigar um terminal marítimo regional, juntamente com uma área industrial onde se preveem indústrias de grande e médio porte, é Aratu.

A necessidade de instalação do Terminal de Uso Privativo da Braskem está justificada pelo movimento de ampliação das atividades portuárias no Estado da Bahia, principalmente na Baía de Aratu, onde estão localizadas as principais portas de escoamento através do modal marítimo, visto que o Porto de Salvador, além de não ter qualquer relação com o Polo Industrial de Camaçari, sofreu modificações ao longo da sua história com o objetivo de atender o embarque e desembarque de passageiros e a movimentação de contêineres, restringindo sua possibilidade de utilização para outros fins. Esse movimento de ampliação das atividades portuárias em áreas pré-determinadas está legitimado a partir do reconhecimento pelos Planos Diretores Urbanos dos municípios onde estão localizados os empreendimentos graças ao zoneamento quanto ao uso do solo.

De acordo com o Apêndice 28 (Ver Mapas Vetores de Crescimento), é possível identificar os vetores de crescimento regional dos municípios, conforme solicitação do Termo de Referência do IBAMA, frente o empreendimento proposto. Todos municípios da Área de Influência Indireta possuem Planos Diretores Urbanos válidos e portanto, disciplinam essa ocupação. Nota-se que os crescimentos das sedes municipais pouco interferem na inserção do empreendimento, ou seja, seguem direções opostas. Para a capital do Estado da Bahia, Salvador, a sua tendência é de verticalização, dado que o município conta com cada vez menos espaços urbanos para ocupação.

Décadas atrás as atividades econômicas ao redor da Baía de Aratu eram essencialmente primárias, ou seja, destacava-se a agricultura e a pesca como principais suportes a sobrevivência das comunidades. Com a instalação dos projetos portuários e industriais, a alteração dessa realidade provocou esvaziamento do setor primário com a migração de parte da mão de obra para as empresas na região (Figura 8.3-200 a Figura 8.3-204). Entretanto, como já explicado, o desenvolvimento industrial não foi capaz de absorver esse contingente de maneira significativa. Em determinadas situações, produziu-se uma condição híbrida de manutenção da atividade extrativa como a pesca com o aproveitamento temporário na prestação de serviços junto às empresas. Por outro lado, a formalização de uma parte desses moradores integrando-os as necessidades industriais geraram ampliação e crescimento dos distritos. A pesca e a agricultura passaram a ter, em muitas situações, uma condição de atividade complementar.



Figura 8.3-200. Moinho Dias Branco na Baía de Aratu (UTM 557110 / 8586280), fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-201. Porto de Aratu Candeias (UTM 554689 / 8587046), fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).

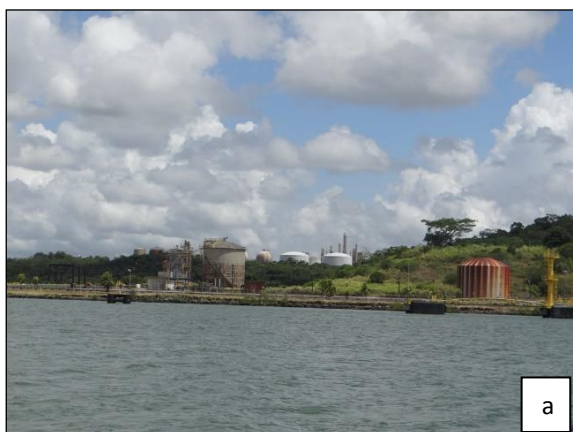


Figura 8.3-202. Porto da Dow Química em Candeias (UTM 556742 / 8586969), fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-203. Sede da Belov Engenharia em Simões Filho (UTM 560057 / 8588296), fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).

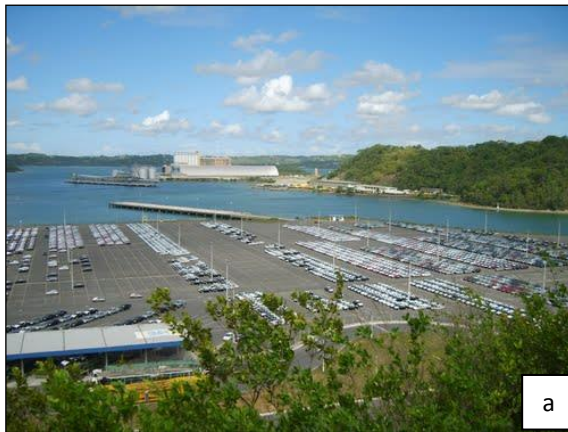


Figura 8.3-204. Porto da Ford em Candeias (UTM 555522 / 8586373), foto “a”; área da Base Naval na Baía de Aratu (UTM 555003 / 8585605), foto “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Esse movimento passou a favorecer de certa forma a circulação financeira dentro da AID, desenvolvendo também pequenos comércios vinculados principalmente a restaurantes, bares e alimentação (Figura 8.3-205). Os programas sociais ligados a distribuição de renda ou a atividade pesqueira (auxílio-defeso, etc.) também contribuem para a manutenção desse quadro, conforme depoimentos a partir de entrevistas qualificadas, sobre a caracterização das atividades econômicas, a partir da visão de representantes de entidades na AID:

Normalmente com comidas típicas... Comércio de comidas típicas, a pesca (...) e a área industrial também, onde temos algumas empresas. Temos muitos profissionais capacitados, mas que muitas vezes não conseguem oportunidade de emprego por morarem aqui. É mais uma discriminação sofrida pelos moradores daqui. Tem que dar o endereço diferente as vezes (...). Os moradores daqui sobrevivem mediante muitas dificuldades (Jorge da Cruz Silva, Secretário Geral da ABENDIP).

Hoje ainda é a pesca. Se você for fazer um balanço aqui em Passé, hoje tem o quê uns 8 mil moradores, se a gente for ver de carteira assinada hoje, dá pra fazer um levantamento, não tem nem 2 mil pessoas. Essas pessoas direta ou indiretamente vive do mar. O mesmo pescador também era agricultor que vinha da pescaria, nem banho tomava, ia pra roça fazer seu aipim, sua abobora... Mas hoje é pesca. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador).



Figura 8.3-205. Estabelecimentos comerciais na AID, fotos de “a” a “d”.

A Ilha de Maré tem como principais atividades econômicas principalmente a pesca, o artesanato, como a renda de bilros, confecção de balaios e cestos (vendidos, sobretudo, na Feira de São Joaquim em Salvador), e doces de banana, os quais são comercializados em alguns restaurantes da região e oferecidos aos turistas que frequentam a Ilha, em especial durante o verão (Figura 8.3-206). Depoimento obtido junto aos pescadores de Ilha de Maré através de entrevista qualificada diagnosticam que:

Agricultura. Banana, aipim, quiabo (...) Tudo (...) Vende em feira. A comunidade consome. Quando chega na época quem tem, a comunidade vende pra quem não tem. E a quantidade maior a gente leva pra feira. Pra Salvador, e Candeias também (Natanael Farias Pedro, Pescador de Ilha de Maré).



Figura 8.3-206. Doce de Banana Típico (esquerda) e Pescador Artesanal da Ilha de Maré (direita).

Entretanto, a distribuição dessas atividades é bastante desigual no contexto da Ilha. A falta de infraestrutura existente no distrito e a concentração turística mediante embarcações que realizam a travessia a partir de Salvador, não disseminam os benefícios de visitantes de forma homogênea. Assim, enquanto localidades como Botelho, Neves e Itamoabo possuem melhor rede de serviços visando o atendimento ao turista, locais como Maracanã e Porto dos Cavalos concentram atividades primárias como principal alento econômico.

Além dessas atividades, os nativos e locais, tem também como fontes de geração de emprego e renda os postos de trabalhos disponibilizados por empreiteiras que atuam na área do Centro Industrial de Aratu e em menor escala no Porto de Aratu-Candeias. Desse contexto advêm queixas em função da instabilidade no trabalho, uma vez que os vínculos são temporários, muitas vezes por empreitadas. Nestes casos, trabalham alguns meses, depois são dispensados.

Quando a gente vai lá para o Porto de Aratu vê trabalho, eles não querem mais dá trabalho ao pessoal daqui não, já avisou que o pessoal da ilha não vai ter mais trabalho. A gente para conseguir trabalho tem que conseguir com o endereço de Caboto, Madeira ou de Passé. Agora me diga qual a diferença do ser humano daqui para o ser humano de outro lugar? Não é a mesma coisa, de carne e osso? Mas a diferença é que aqui está sendo prejudicado e lá não está.

A gente quer reivindicar os nossos direitos, porque eles estão trazendo os produtos para aqui. E todas que tiver eu estou no meio, não importa o que seja. Dizendo que tem prejuízo, que não sei o que. Agora como é que prejudica aqui, traz gente de recife, Pernambuco, Candeias, Camaçari e daqui de perto não quer pegar o pessoal. E tem muito profissional aqui, quando precisar de pedreiro tem aqui, não vai precisar buscar lá em recife (Ivanildes, Marisqueira da Ilha de Maré).

Em Caboto, a proximidade do mar, complementado por um clima bucólico de comunidade de pequena escala com vínculos com o passado colonial, notadamente, pelo exemplar arquitetônico representado pelo Museu Wanderley de Pinho, coloca a localidade de Caboto como possibilidade de ser inserida no circuito turístico da Baía de Todos os Santos. Essas qualidades, aliada à proximidade de importantes empresas, além de ser o mais próximo e mais bem estruturado ponto de apoio do Porto de Aratu-Candeias, contribuiu para o desenvolvimento de atividades, em especial bares e comércio de alimentação.

Na comunidade da Boca do Rio, os remanescentes sobrevivem, sobretudo, da pesca e de um pequeno comércio especializado no fornecimento de alimentação e bebidas, além de eventuais trabalhos nas empreiteiras que servem ao Porto (CODEBA, 2012).

Em Mapele, a pesca e agricultura ainda persistem como principal fonte de renda de muitos moradores. Em Passagem dos Teixeiras, as atividades principais estão concentradas em oportunidades nas empresas atuantes no município de Candeias. A pesca artesanal também se faz presente principalmente para aqueles cuja residência estão mais próximas a Baía de Aratu (Figura 8.3-207).



Figura 8.3-207. Pesca artesanal e comércio de frutas e verduras em Passagem dos Teixeiras e Mapele, fotos de “a” a “d”.

Segundo o IBGE, a População Economicamente Ativa ou PEA, compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas:

- População ocupada – aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias).

As pessoas ocupadas são classificadas em:

- a) Empregados – aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em Dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada;
 - b) Conta Própria – aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados;
 - c) Empregadores – aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados;
 - d) Não Remunerados – aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário;
- População Desocupada – aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

Com base no Censo 2010, os dados revelam que a PEA dos municípios da AII (Figura 8.3-208), somando-se os gêneros masculinos e femininos, apresenta sólida estratificação nas faixas etárias que se inicia aos 15 anos indo até 34 anos. A soma dessas faixas representa mais de 52,6% da população. Individualmente, a participação da população economicamente ativa tem nas faixas de 25 a 29 anos (14,7%) e 30 a 34 anos (13,5%) os maiores destaques. As demais faixas totalizam 71,8% da população.

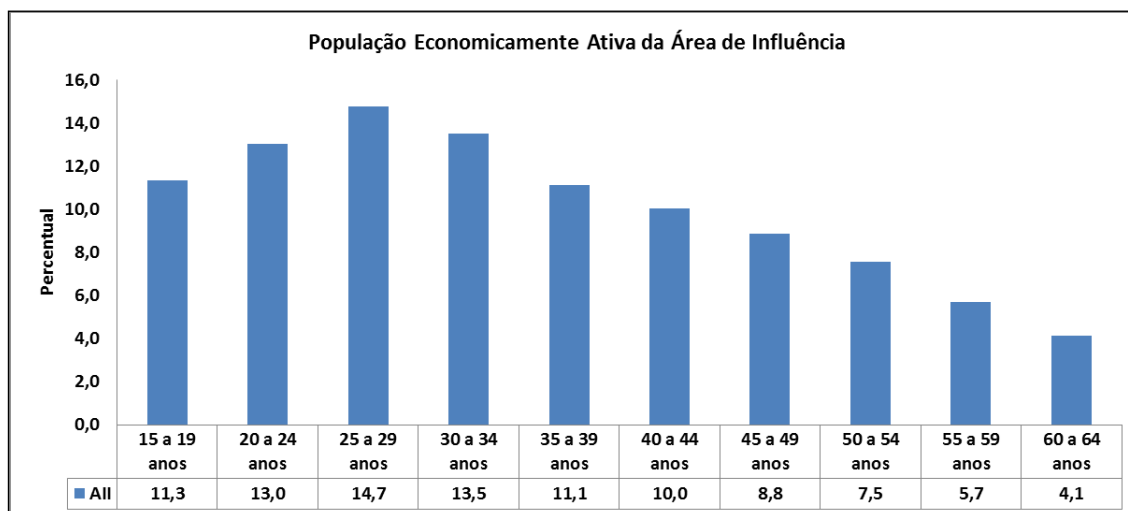


Figura 8.3-208. População Economicamente Ativa – PEA na All (Fonte: IBGE, 2010).

Para os municípios da área de influência são apresentadas as situações da composição por gênero para a População Economicamente Ativa (PEA).

A Figura 8.3-209 demonstra que sob a ótica do gênero masculino, tanto em Camaçari como em Simões Filho e em Candeias, as maiores concentrações da População Economicamente Ativa estão na faixa etária de 25 a 29 anos, o mesmo valendo para Salvador. Observa-se o mesmo fenômeno para o gênero feminino (Figura 8.3-210), onde em Camaçari essa faixa etária representa 16,2% das mulheres que compõem a PEA, em Simões Filho, 15,2% e em Salvador essa taxa é de 14,4%. As pessoas do gênero masculino com idade acima dos 50 anos contribuem com uma participação de 14,4% seja em Camaçari ou em Simões Filho. Em Candeias e Salvador, elas representam respectivamente 15,5% e 17%. Já o gênero feminino, apresenta taxas semelhantes. Em Camaçari, ele representa 14,2% do total de mulheres da PEA em Simões Filho, 14,6%. No município de Candeias, há uma maior quantidade de pessoas do sexo feminino na faixa que vai de 25 a 29 anos em relação ao gênero masculino com 15,1%. As pessoas participantes da PEA do sexo feminino em Candeias com 50 anos ou mais representavam 16,2%. Já as do sexo masculino, para essa mesma faixa etária, totalizaram 15,5%.

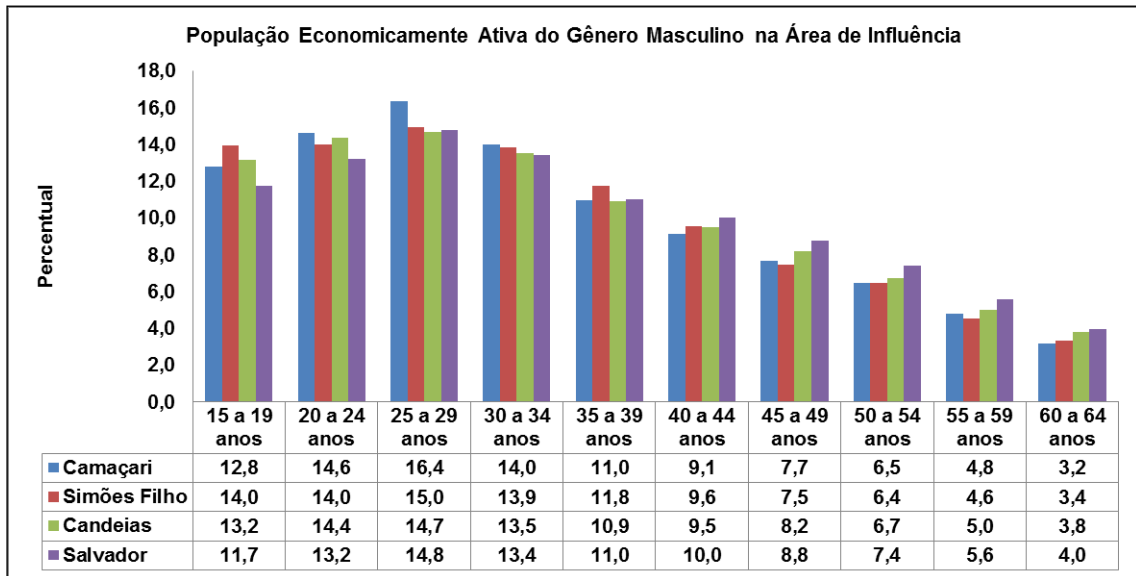


Figura 8.3-209. População Economicamente Ativa do gênero masculino na área de influência indireta (Fonte: IBGE, 2010).

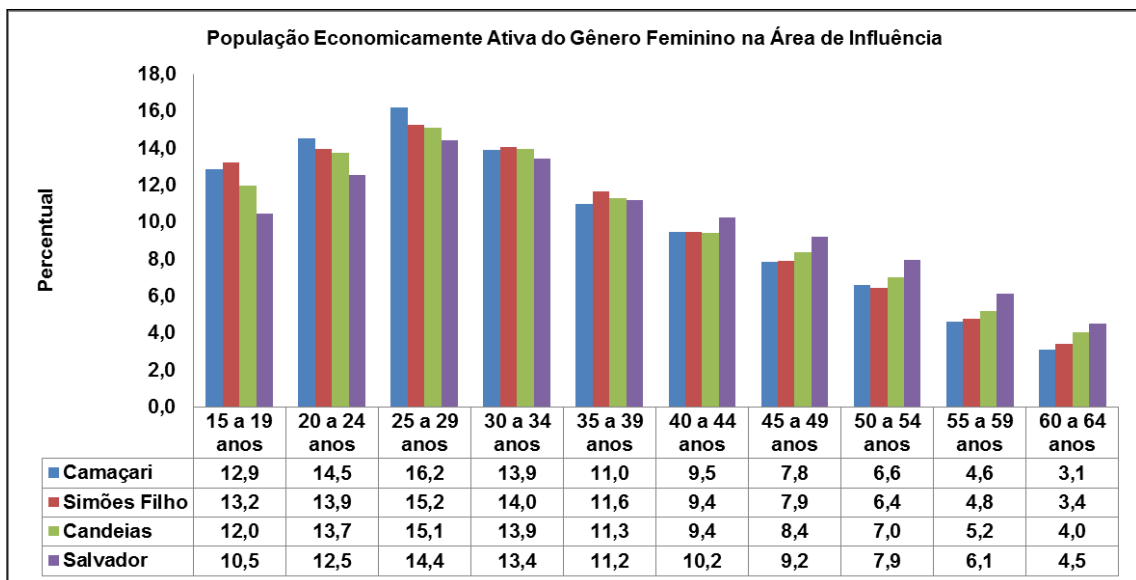


Figura 8.3-210. População Economicamente Ativa do gênero feminino na AI (Fonte: IBGE, 2010).

Na AID, a Figura 8.3-211 ilustra a atual distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) considerando as faixas de 15 anos até 64 anos de idade:

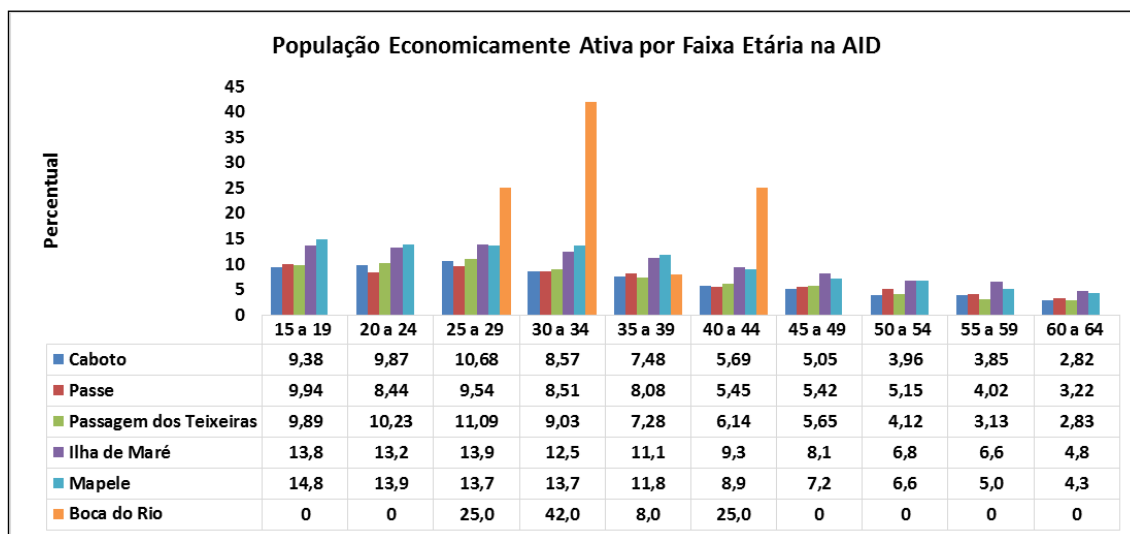


Figura 8.3-211. População Economicamente Ativa por faixa etária na AID (Fonte: IBGE, 2010).

Os dados da Tabela 8.3-36, com base no Sistema Público de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE até o dia 31 de dezembro de 2012, demonstram que a AI registrou um total de 952.348 postos de trabalhos formais, o que representaria uma taxa de ocupação de 41,9% da PEA estimada em 2.269.974, segundo os dados do IBGE do Censo 2010. Depois de Salvador com 822.425 empregos formais, Camaçari é o município que apresenta quantidade significativa desses postos de trabalho com um total de 78.297 unidades, Simões Filho, 35.154 empregos formais e por fim, Candeias com 16.328 postos de trabalho.

Tabela 8.3-36. Número de empregos formais por setor de atividade na AI (Fonte: MTE, 2013).

Município	Atividade								
	Extrativa Mineral	Ind. de Transf.	Serviços Ind. de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administ Pública	Agrop.	Tt
Camaçari	99	27.042	1.530	14.915	7.594	19.792	7.095	230	78.297
Candeias	265	2.868	612	629	2.980	4.149	4.861	28	16.392
Salvador	760	35.755	12.018	75.103	132.731	357.987	206.771	1.352	822.477
Simões Filho	381	11.388	117	3.169	6.146	9.400	4.505	48	35.154

A maior geração de empregos, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em Salvador concentra-se no setor de serviços com 357.987 empregos. Em Camaçari está na atividade da Indústria da Transformação com 27.042 postos de trabalho. Esse mesmo setor é o maior representante na acumulação de ocupações formais em Simões Filho com 11.388 empregos. Em Candeias, cabe à administração pública ser o maior gerador de empregos com 4.861 postos de trabalho.

De acordo com a Figura 8.3-212, para o gênero masculino em Camaçari, o setor da Indústria da Transformação é que concentra a maior quantidade de empregos formais, respondendo por 38,6%. Esse mesmo setor também apresenta a maior concentração de postos de trabalho ocupados pelo gênero masculino no município de Simões Filho com 38%. No município de Candeias, a presença masculina está mais visivelmente relacionada no setor de serviços com 31,4%.

No município de Salvador, o gênero feminino tem maior destaque no setor de serviços com 46,1% dos empregos ocupados pelas mulheres e 31,3% na administração pública. Os postos de trabalho voltados para os homens, assim como para o gênero feminino, encontrava no setor de serviços o percentual mais relevante com 41,6% dos empregos formais. A construção civil, um importante nicho econômico com o aumento do crescimento imobiliário absorvia 14,8% dos empregos formais masculinos.

Em Camaçari, os empregos formais, ou seja, aqueles com registro em carteira de trabalho considerando o universo de trabalhadores do sexo feminino estavam notadamente centralizados no setor de serviços com 30,9%, seguidos da Administração Pública com 23,2% de ocupação da PEA Feminina.

A menor concentração de trabalhadores, seja qual for à natureza do gênero, está associada em três setores: extrativa mineral, serviços industriais de utilidade pública e agropecuária. As mulheres ocupam com bastante visibilidade os postos de trabalho na Administração Pública, principalmente quando se compara ao gênero masculino. Em Camaçari, concentra-se nesse segmento da atividade econômica, cerca de 23,2% dos empregos femininos contra apenas 4% dos trabalhadores masculinos. Em Simões Filho, o fenômeno é semelhante. Enquanto o número de empregados formais do gênero masculino representava apenas 5,6% dos postos de trabalho ocupado pela PEA masculina, esse mesmo setor era ocupado por 30,3% das mulheres ocupadas.

O município de Candeias apresentou a maior taxa de participação das mulheres da PEA em um segmento econômico com 52,6% na administração pública. Os postos de trabalho ocupados pelo sexo masculino nesse setor eram de apenas 12,4%.

Quanto à remuneração desses postos de trabalho, as estatísticas do Ministério do Trabalho (2014) para o ano de 2012 através do ISPER, registraram que a maior remuneração alcançada concentrava-se no setor extrativo mineral com o valor médio de R\$ 8.445,82, no município de Candeias. Por outro lado, a mais baixa remuneração média foi registrada no setor agropecuário com R\$ 622,30 no município de Simões Filho (Figura 8.3-213).

Em Camaçari, a maior remuneração foi identificada no setor de extrativa mineral com R\$ 5.261,45. A maior diferença de remuneração entre os gêneros, segundo dados do MTE para o ano de 2011, foi

identificada justamente neste segmento, cabendo ao gênero masculino uma remuneração de até R\$ 5.261,45 e ao feminino de R\$ 1.336,75. Ou seja, a remuneração feminina representava somente 25,4% da remuneração masculina.

Em Simões Filho, a maior remuneração dentre todos os setores foi registrada também na atividade Extrativa Mineral com R\$ 2.452,33 para o gênero masculino. Para o gênero feminino, o mesmo setor era o responsável pela maior remuneração, segundo dados do Ministério do Trabalho com R\$ 1.988,71.

Já em Candeias, coube ao setor Extrativo Mineral o registro das maiores remunerações com R\$ 10.663,78 para o gênero masculino e R\$ 6.227,86 para o gênero feminino.

No município de Salvador, os empregos formais registrados para o período pesquisado, mostrava que o setor Extrativo Mineral concentrava as maiores remunerações dentre todos os grandes setores do IBGE, com valores variando entre R\$ 5.559,49 a 6.216,43 reais. No âmbito geral, em grande parte desses segmentos econômicos, as maiores remunerações em Salvador para as mulheres frente aos homens concentravam-se em 4 setores (Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil e Agropecuária).

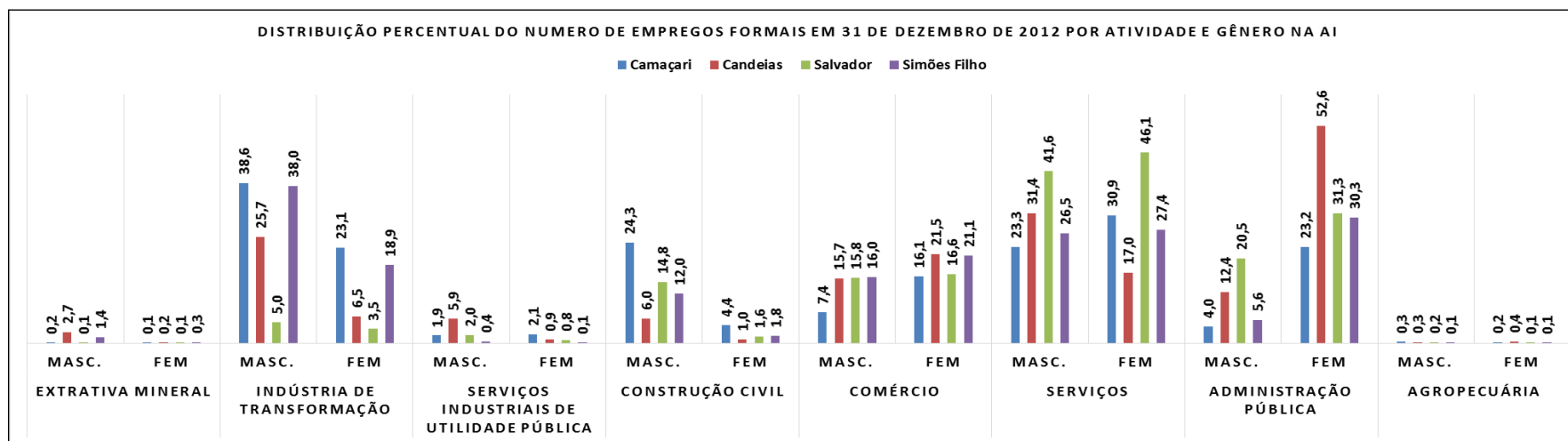


Figura 8.3-212. Distribuição Percentual do número de empregos formais por atividade e gênero na área de influência, em 31 de dezembro de 2012 (Fonte: MTE, 2014).

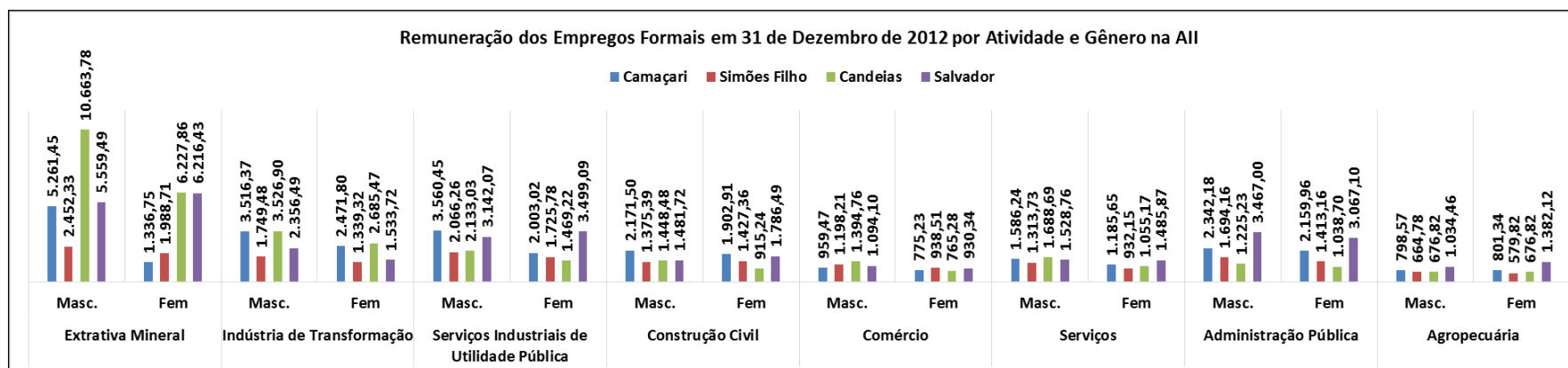


Figura 8.3-213. Remuneração dos empregos formais em 31 de dezembro de 2012, por atividade e gênero na AI (Fonte: MTE, 2013).

Para as questões sobre a informalidade na All, há poucas referências e muitas delas estão centralizadas nos grandes centros urbanos. As referências nesse caso, são aquelas elaborados pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicadas (IPEA). Em publicação no ano de 2010, o IPEA ao utilizar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 do IBGE, estimou que o grau de informalidade na economia nacional, principalmente nas capitais, foi da ordem de 48,45% ao examinar a evolução da ocupação entre 2008 e 2009 (Figura 8.3-214), ou seja, de cada 10 trabalhadores, cerca de 5 atuava de maneira informal.

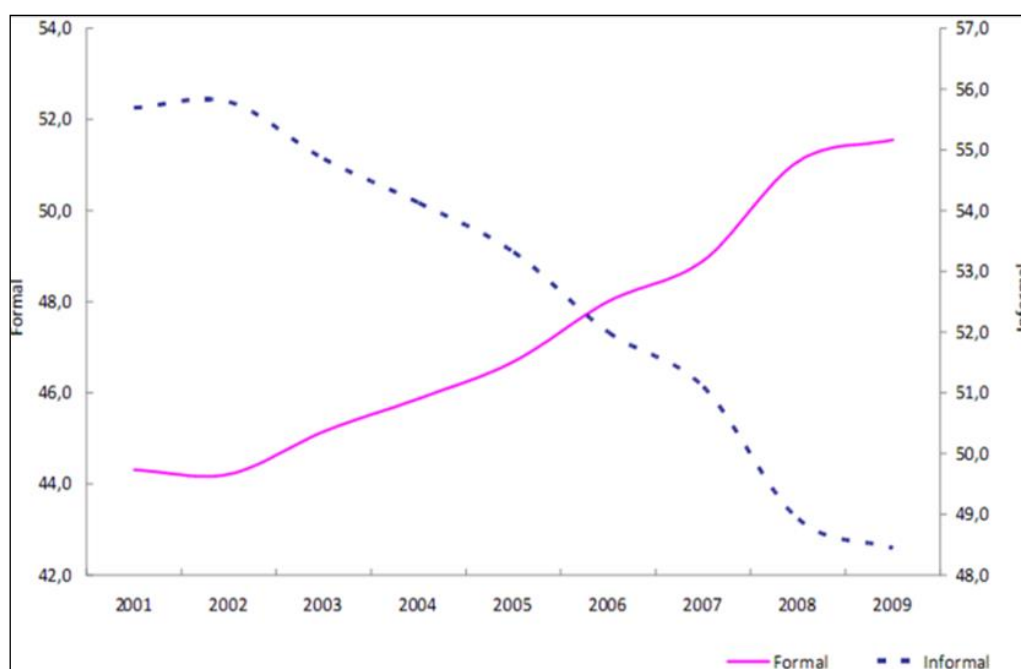


Figura 8.3-214. Composição do mercado de trabalho no Brasil entre formalidade e informalidade (Fonte: IPEA, 2010).

Em relação à taxa de desemprego, diversas metodologias são empregadas para o cálculo desse dado. Usualmente ela é determinada pela Pesquisa Mensal de Emprego sob coordenação do IBGE cujos estudos são feitos juntos a População Economicamente Ativa nas seis principais regiões metropolitanas do país.

De forma a obter um número para esses municípios foram utilizados dados do IBGE, considerando as faixas etárias a partir dos 16 anos de idade, ou seja, proporção da população residente economicamente ativa de 16 anos e mais que se encontra sem trabalho na semana de referência, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Quanto à taxa de desemprego, o Censo 2010 do IBGE, auferiu as seguintes taxas para os municípios de Camaçari, Simões Filho, Candeias e Salvador em relação àqueles que tinham a partir de 16 anos de idade: 15,09%, 17,83%, 17,9% e 12,72% respectivamente. Mudanças metodológicas implantadas

recentemente pelo IBGE ao considerar uma idade mínima de 10 anos na PEA para a Região Metropolitana de Salvador através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) revela uma taxa abaixo do cálculo mencionado anteriormente (8,1%)².

8.3.5.1 Área de Influência Direta – AID

Os dados aqui apresentados para a caracterização econômica da AID levam em consideração os 355 questionários aplicados junto as residências dos pescadores e pescadoras artesanais.

Uma das dificuldades iniciais em relação a aplicação dos questionários junto aos pescadores artesanais é a sua identificação imediata. Outra, é conhecer o tamanho do universo para que assim, seja possível calcular uma amostra de quantas pessoas seriam entrevistadas.

Para solução desse problema, inicialmente, a equipe de campo manteve contato com representantes das instituições ligadas a pesca, como as Colônias Z-4 (Ilha de Maré), Z-54 (Candeias) e Associação de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho. Importante relatar que no caso de Simões Filho, a colônia de pescadores não estava em funcionamento, cabendo a Associação, sob direção do Sr. Raimundo Nascimento, também conhecido pelo apelido de Birro, o papel de representante desse grupo e, portanto, um dos líderes mais atuantes na comunidade de Mapele.

Uma vez detalhado a natureza e objetivo do trabalho, tais instituições indicaram pessoas, que foram remuneradas, para auxiliar na aplicação dos questionários e com suas experiências e convivências locais junto a essas comunidades, identificar pescadores e marisqueiras e suas respectivas residências, aptas a responder aos questionários.

Essa metodologia além de bastante útil se mostrou eficaz pelo fato de que o universo de pescadores é impreciso. As bases de dados das colônias apresentam defasagem ao longo do tempo em relação aqueles que são associados a essas instituições. Segundo os representantes dos movimentos de pescadores, em alguns momentos, a insuficiência de manutenção das mensalidades a serem pagas pode ser considerado um fator de desatualização do cadastro, por exemplo. Os cadastros contam ainda com pessoas que já não fazem da pesca sua atividade principal de vida. O Parecer de Vistoria realizado pelo IBAMA (6351/2013/COPAH), registrou em reunião realizada no dia 19 de Abril de 2013 na Colônia de Pescadores de Candeias (Z-54), argumento do seu presidente, Carlos Augusto:

O presidente da associação/colônia ressaltou que um dos problemas para o estudo é a falta de cadastro de grande parte dos pescadores e marisqueiras da região, pedindo aos presentes que realizem esse cadastramento (IBAMA, 2013).

² O estudo sobre o impacto das mudanças metodológicas pode ser acesso no endereço: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/estudos_retrospectiva.shtm.

A utilização do banco de dados federal do Ministério da Pesca também seria inconsistente para delimitação do universo, pois a quantidade de pescadores cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP) é relativamente pequena considerando os municípios de Candeias e Simões Filho, de acordo com o acesso realizado em Novembro de 2015, totalizando 837 registros. Além disso, existem pescadores e/ou pescadoras artesanais que não possuem o registro e portanto, seriam desconsiderados no trabalho de campo. Em outros casos, para o município de Salvador, os dados são compostos por associados de colônias fora da AID, resultando em um universo muito elevado.

Um dos problemas do Registro Geral da Pesca é que a sua implementação, apesar do avanço no acesso aos benefícios das políticas públicas voltadas para essa classe, não depende mais de vínculo com associações e principalmente Colônias de Pescadores. Essas entidades não precisam mais atuar como intermediários para que o pescador ou pescadora artesanal possam obter o RGP. Isso cria, portanto, dificuldades para que as entidades da pesca consigam obter um controle de quantos pescadores possuem o registro.

Outra limitação caso a pesquisa estivesse restrita somente aqueles que estão inscritos no Registro Geral da Pesca do Governo Federal é que os resultados só incidiriam junto a um público específico, e por isso, o Termo de Referência não poderia ser atendido quanto ao item da Caracterização da Atividade Pesqueira que solicita quantos pescadores possuem o registro.

Já os números fornecidos pelas Associações e Colônias de Pescadores também são deficientes, pois não existe uma política e atualização dos dados. Durante o trabalho de campo, o Quadro 8.3-12 a seguir foi compilado a partir das informações fornecidas como um comparativo entre população das comunidades, domicílios e número de pescadores:

Quadro 8.3-12. Município, comunidades, número de domicílios, número de habitantes e número de pescadores na AID (Fonte: Bourscheid, 2014).

Município	Comunidades	Habitantes	Domicílios	Nº de pescadores	
				RGP	Nº de Associados fornecidos pela Colônia
(All)	(AID)	AID	AID		
Candeias	Passé	3.008	890	769*	660*
	Caboto	1.844	554		47*
	Passagem dos Teixeira	3.256	1.020		42*
	Boca do Rio	9	18		3*
Salvador	Ilha de Maré	6.434	1.871	1.150**	3.000
Simões Filho	Mapele	4.595	1.663	68*	250
Total		19.155	6.007	1.987	4.002

*Dados atualizados para Novembro/2015 ** Dados fornecidos pela Colônia de Ilha de Maré em Novembro 2014

Dessa forma, para o cálculo amostral partiu-se do número de domicílios existentes nas comunidades selecionadas para compor a AID. Teve como base os setores censitários do IBGE (para delimitação da Comunidade de Mapele), cuja malha foi disponibilizada em novembro de 2011 e os dados dos distritos disponibilizados pelo Censo 2010. De acordo essas informações, a área de estudo da AID possuía um total de 6.007 domicílios, assim distribuídos: Passé, 890 residências; Ilha de Maré, 1.871 residências; Boca do Rio, 9 residências; Passagem dos Teixeiras, 1.020 residências; Caboto, 554 residências; e Mapele, 1.663 residências.

A delimitação da amostra simples, ou seja, o número de questionários aplicados junto as residências dos pescadores teve seu resultado alcançado através de cálculos estatísticos com base na fórmula abaixo ilustrada, onde n - amostra calculada, N - população, Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança, p - verdadeira probabilidade do evento e e - erro amostral.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Utilizando-se um erro amostral de 5% e nível de confiança de 95% (índices muito utilizados em pesquisas para projetos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal) e considerando a população total de 6.007 domicílios, foi possível chegar ao número de 362 questionários. O resultado final alcançado foi de 355 questionários aplicados nas residências de pescadores e pescadoras artesanais, assim divididos de acordo com o Quadro 8.3-13:

Quadro 8.3-13. Número de questionários aplicados na AID com os pescadores e pescadoras artesanais (Fonte: Bourscheid, 2014).

Comunidade / Distrito	População (AID)	Domicílios (AID)	Dados de associados fornecidos pelas Colônias	Número de Questionários	Entrevistas realizadas com Instituições ligadas a pesca
Passé	3.008	890	660*	56	2
Caboto	1.844	554	47*	36	-
Passagem dos Teixeiras	3.256	1.020	42*	31	-
Boca do Rio	18	9	3*	3	-
Ilha de Maré	6.434	1.871	3.000	128	2
Mapele	4.595	1.663	250	101	1

Caso os valores dos universos considerados fossem as bases do Registro Geral da Pesca –RGP (1.987) e do número de associados fornecidos pelas entidades de pesca (4.002), o quantitativo de questionários que deveriam ser aplicados junto a esse público seriam de 323 e 351, respectivamente.

Como o número final alcançado foi de 355, entende-se que o trabalho de campo extrapolou tais valores e, portanto, sendo bastante positivo.

Conforme já explicitado, a escolha desse público, como prioritário para a análise, decorre da possibilidade de restrição de uma parte da Baía de Aratu para a atividade pesqueira. Esse público se sobrepõe a outros por serem, portanto, os mais sensíveis aos impactos da operação do futuro píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem. A presença de atividades econômicas informais na ADA, apesar de reconhecidas, entram em conflito com o zoneamento do uso do solo do Plano Diretor Urbano do município de Candeias, por ser essa área, destinada a ampliação de atividades portuária e pertencente a Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA).

Outro ponto importante é que a investigação sobre os pescadores e os componentes das suas famílias podem fornecer subsídios importante para traçar um perfil quanto a disponibilidade de mão de obra a ser aproveitado durante a fase de construção. Isso porque o acesso a escolaridade permitiu que houvesse uma nova cultura, principalmente entre os mais jovens, de direcionamento para outras atividades além da pesca.

Passé

Durante o trabalho de campo, foi diagnosticada a situação ocupacional dos membros da família do pescador ou pescadora de Passé. Nota-se na Figura 8.3-215 que a formalização do trabalho alcança um total de 15,8% da população, ou seja, aqueles que possuem emprego com carteira assinada.

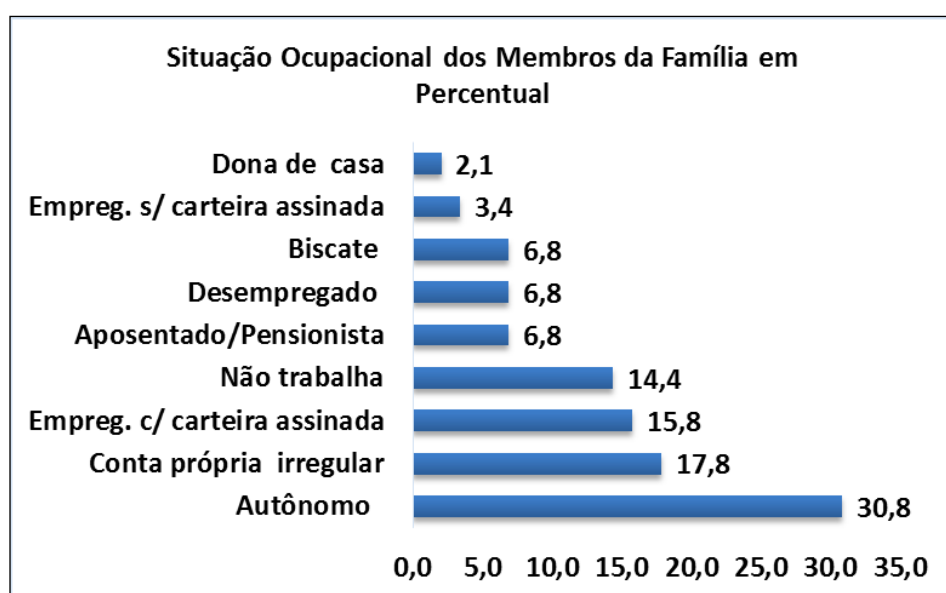


Figura 8.3-215. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os aposentados e/ou pensionistas representaram 6,8% do universo dos membros familiares. Aqueles classificados como conta própria irregular alcançou 17,8% do total. Assim como o empregado sem carteira assinada, desenvolvia o trabalho sem o devido respaldo junto a previdência social, ampliando a possibilidade de não ter o amparo legal para situação como desemprego, doenças, etc. As pessoas sem ocupação e que não estavam à procura de emprego (Não Trabalha), era de 14,4% do total. Os desempregados, ou seja, aqueles que estavam à procura de trabalho nos últimos 30 dias, totalizaram 6,8%. (Figura 8.3-215).

Quanto ao local de desenvolvimento da atividade, o trabalho de campo realizado junto aos pescadores/pescadoras de Passé identificou que, dos familiares que eram considerados autônomos ou conta própria irregular, 53% desenvolviam sua atividade no próprio domicílio. Apenas 3% desenvolviam a atividade na rua (Figura 8.3-216).

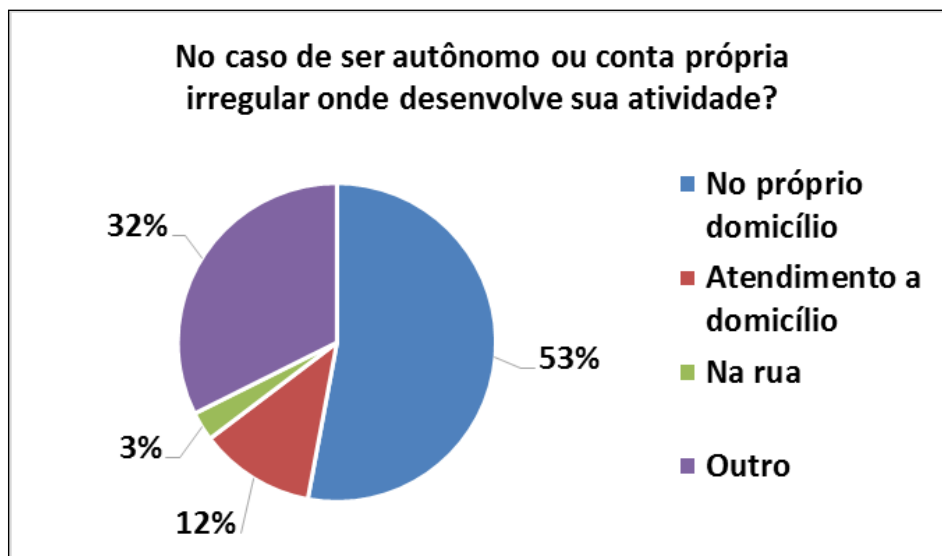


Figura 8.3-216. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A aplicação dos questionários mostrou uma quantidade significativa de profissionais entre os membros das famílias de pescadores que foram visitadas durante o trabalho de campo (Figura 8.3-217). Predominava a profissão de pescador com 19,1% do total de profissões. Quanto à ocupação exercida no período da pesquisa pelos membros familiares, os maiores destaques eram aqueles ligados justamente a atividade da pesca artesanal. No âmbito desse grupo, 57,4% dos membros familiares estavam ligados a esse tipo de atividade. O grupo de estudantes representava 15,5% (Figura 8.3-218).

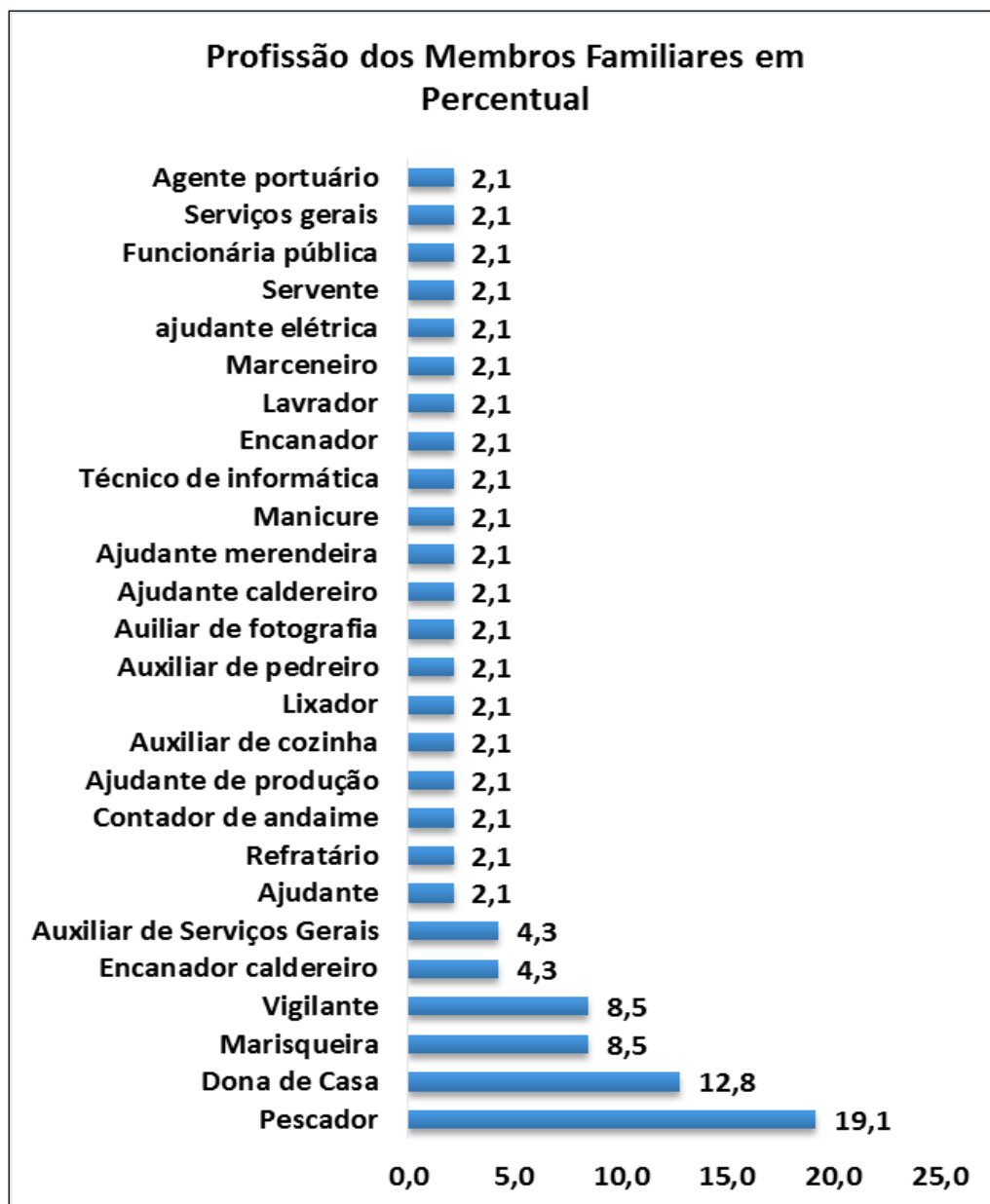


Figura 8.3-217. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

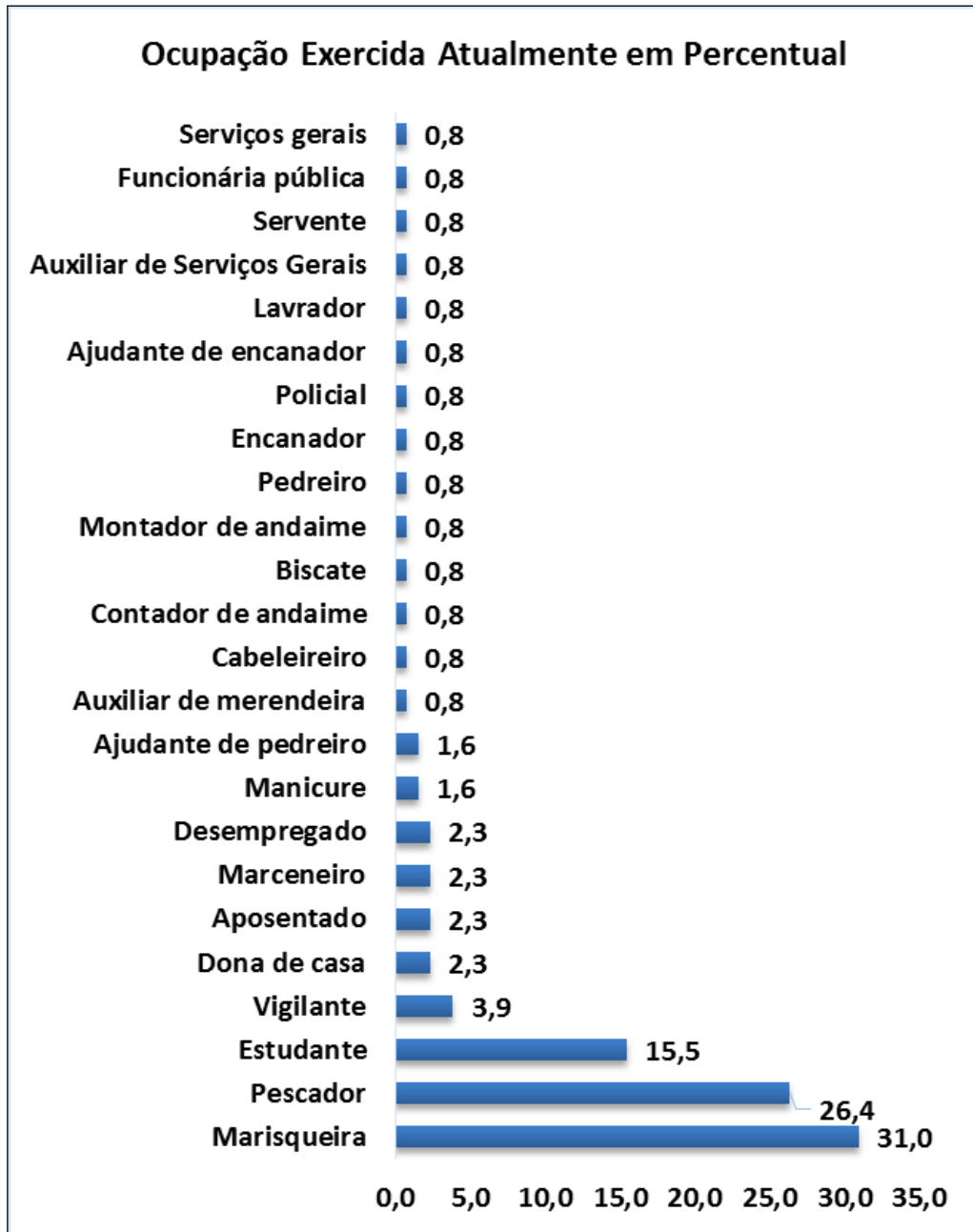


Figura 8.3-218. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o local de trabalho daqueles que desenvolviam atividades remuneradas, a residência era o principal local para 55%. A empresa privada representou apenas 7%, enquanto a empresa pública, normalmente ligada ao poder público municipal, alcançou um patamar de 13%. O trabalho desenvolvido na casa de particulares não ultrapassava os 5% (Figura 8.3-219).

Quanto aos rendimentos oriundos da ocupação desenvolvida pelos membros familiares das residências pesquisadas em Passé, 48% recebiam até meio salário mínimo, 25% de meio salário até 1 salário mínimo e 38% recebiam até dois salários mínimos (Figura 8.3-220).

Sobre a existência de uma outra fonte de renda na família, os que declararam sim quanto ao recebimento, o Bolsa Família estava presente em 47% das situações. A pensão e o seguro desemprego juntos somavam 42% (Figura 8.3-221). Essas rendas secundárias também apresentavam baixos valores no âmbito geral. Somando as classes até 1 salário mínimo, esse percentual englobava 51% daqueles que possuíam outra fonte de renda (Figura 8.3-222).

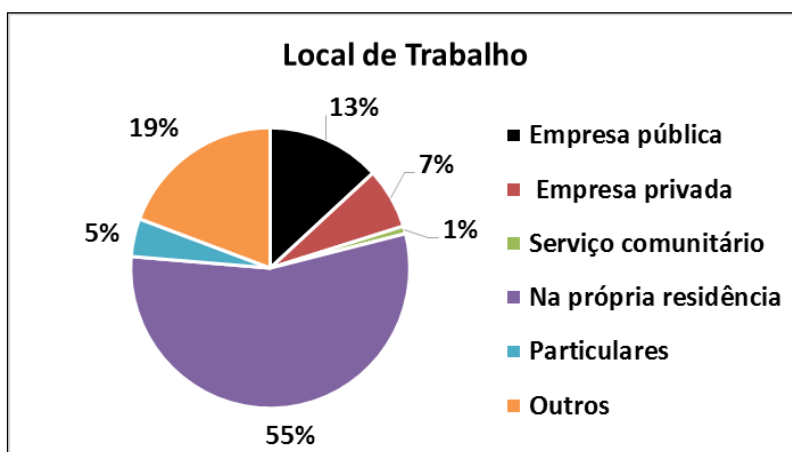


Figura 8.3-219. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

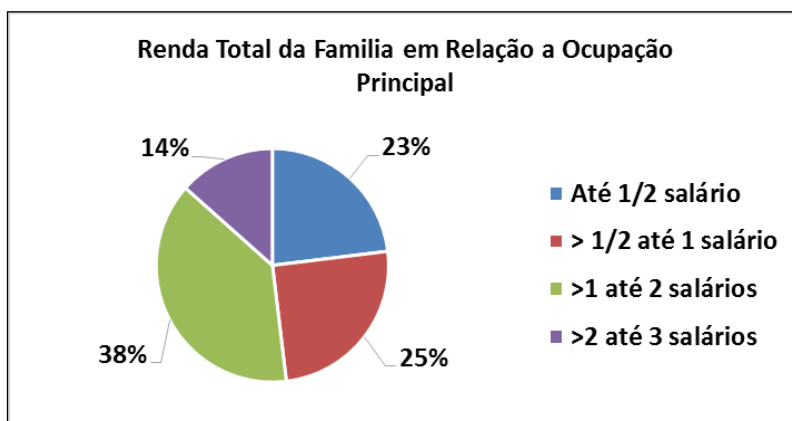


Figura 8.3-220. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

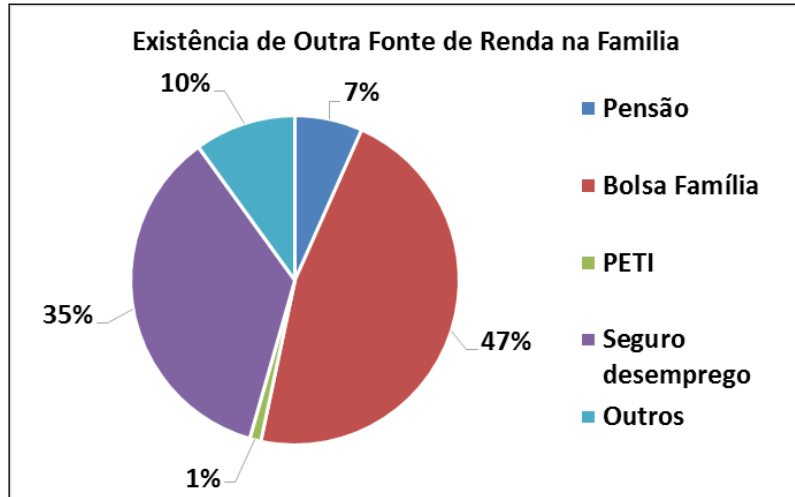


Figura 8.3-221. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

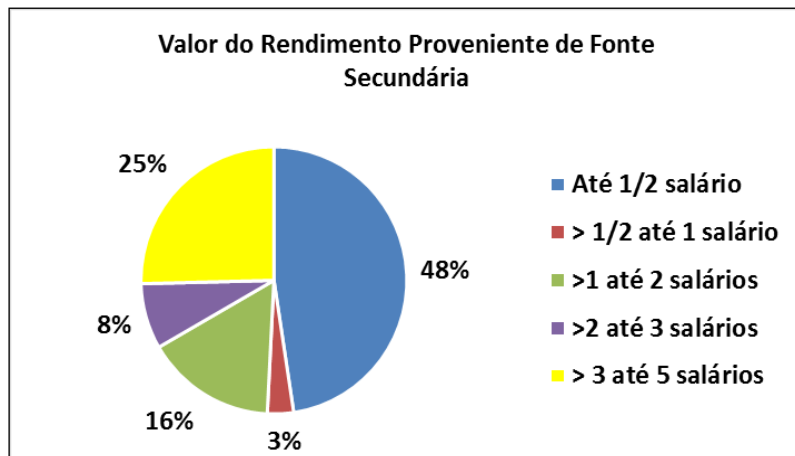


Figura 8.3-222. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Caboto

Durante o trabalho de campo, foi diagnosticada a situação ocupacional dos membros da família do pescador ou pescadora de Caboto. Nota-se na Figura 8.3-223 que a formalização do trabalho alcança um total de 11,8% da população, ou seja, aqueles que possuem emprego com carteira assinada.

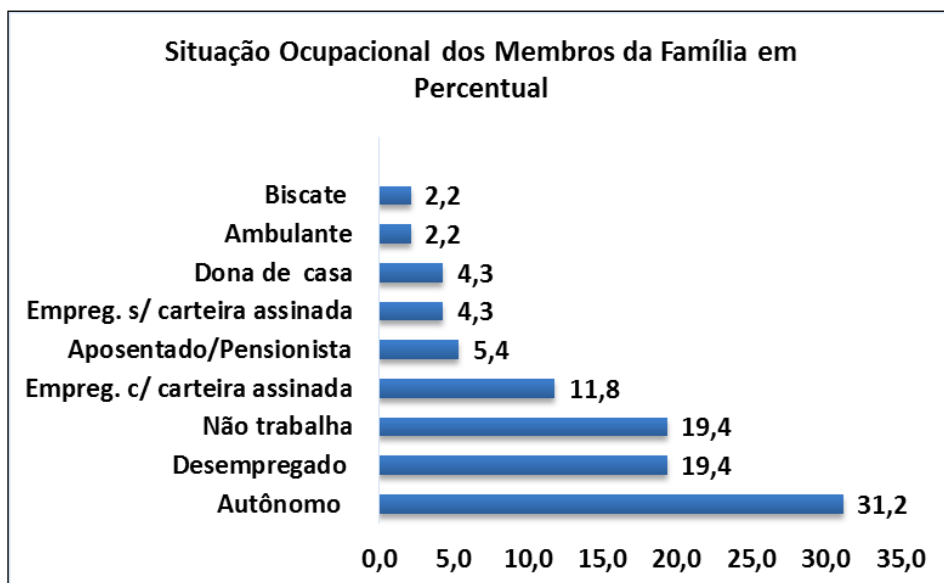


Figura 8.3-223. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os aposentados e/ou pensionistas representaram 5,4% do universo dos membros familiares. As pessoas sem ocupação e que não estavam à procura de emprego (Não Trabalha), totalizava 19,4%. Os desempregados, ou seja, aqueles que estavam à procura de trabalho nos últimos 30 dias, totalizaram 19,4%.

Quanto ao local de desenvolvimento da atividade, o trabalho de campo realizado junto aos pescadores/pescadoras de Caboto identificou que, dos familiares que eram considerados autônomos, 56% desenvolviam sua atividade no próprio domicílio, enquanto 26% desenvolviam na rua (Figura 8.3-224).

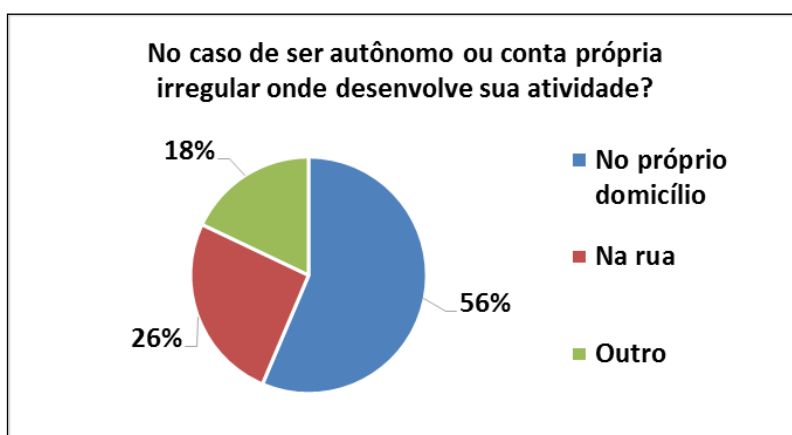


Figura 8.3-224. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A aplicação dos questionários mostrou uma quantidade significativa de profissionais entre os membros das famílias de pescadores que foram visitadas durante o trabalho de campo (Figura 8.3-225). Dentre elas Pintor Industrial, Topografo, Estivador, Armador, entre outras. Quanto a ocupação exercida no período da pesquisa pelos membros familiares, os maiores destaques eram aqueles ligados justamente a atividade da pesca artesanal. No âmbito desse grupo, 48,5% dos membros familiares estavam ligados a esse tipo de atividade (Figura 8.3-226).

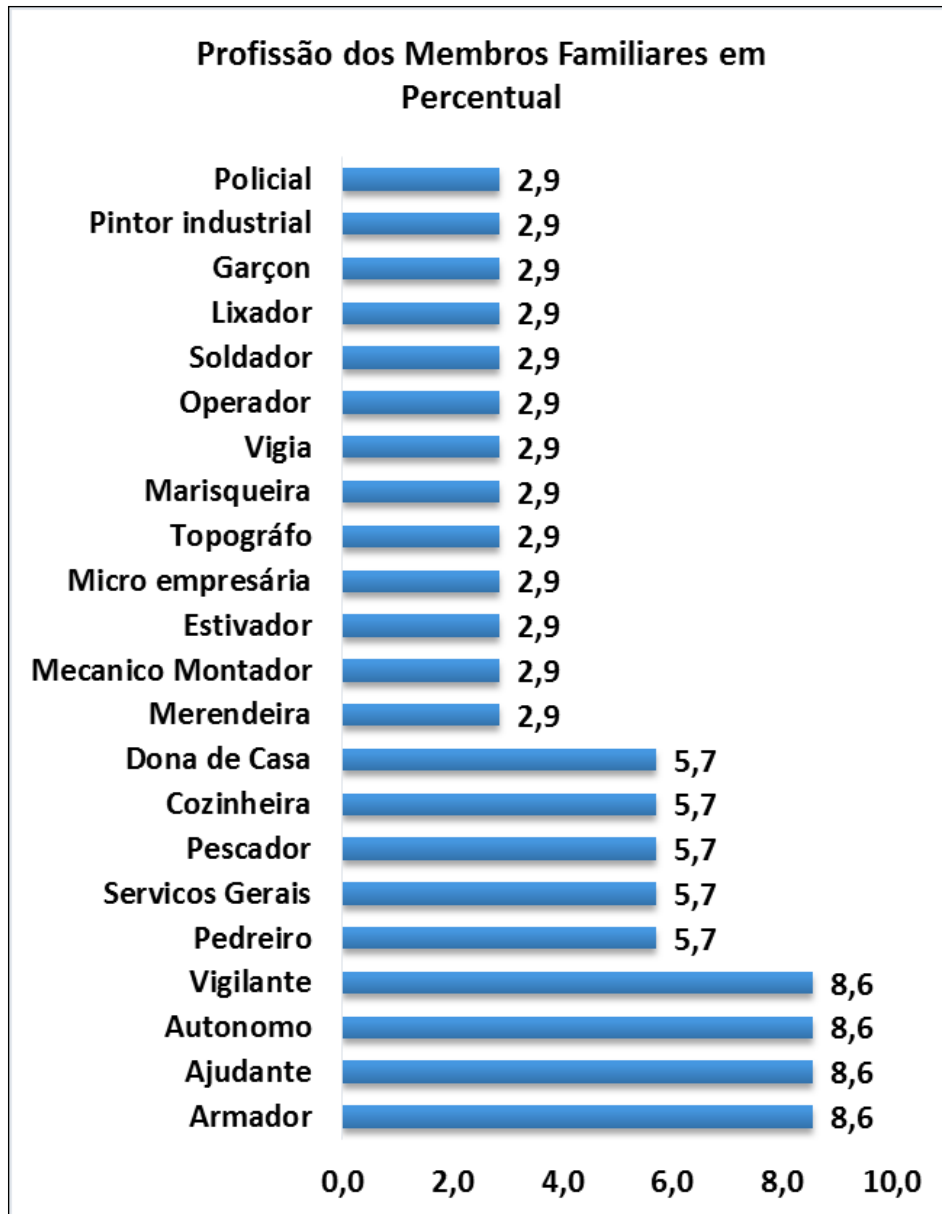


Figura 8.3-225. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

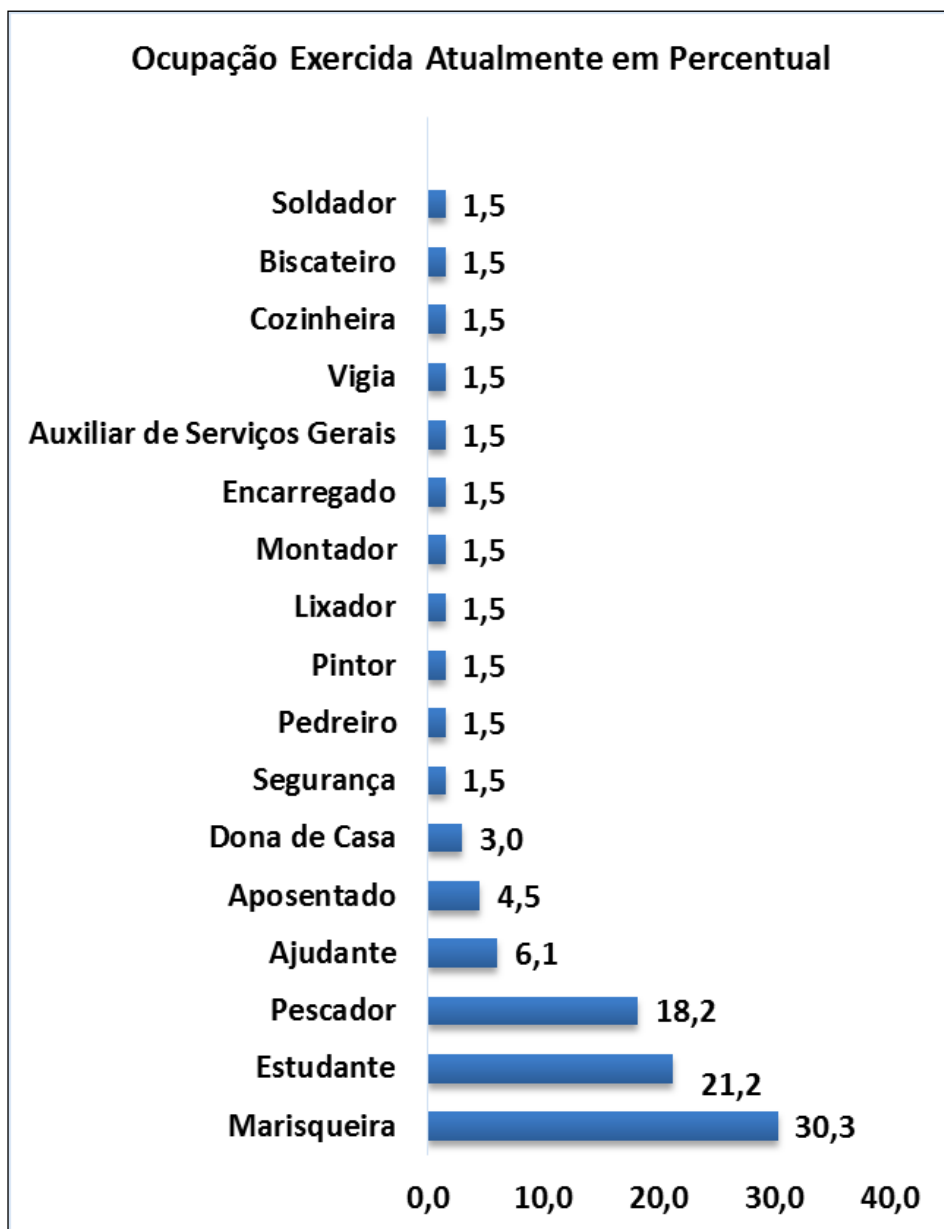


Figura 8.3-226. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o local de trabalho daqueles que desenvolviam atividades remuneradas, a residência era o principal local para 61%. A empresa privada representou apenas 6%, enquanto a empresa pública, normalmente ligada ao poder público municipal, também alcançava um baixo patamar de 5%. O trabalho desenvolvido na casa de particulares não ultrapassava os 8% (Figura 8.3-227).

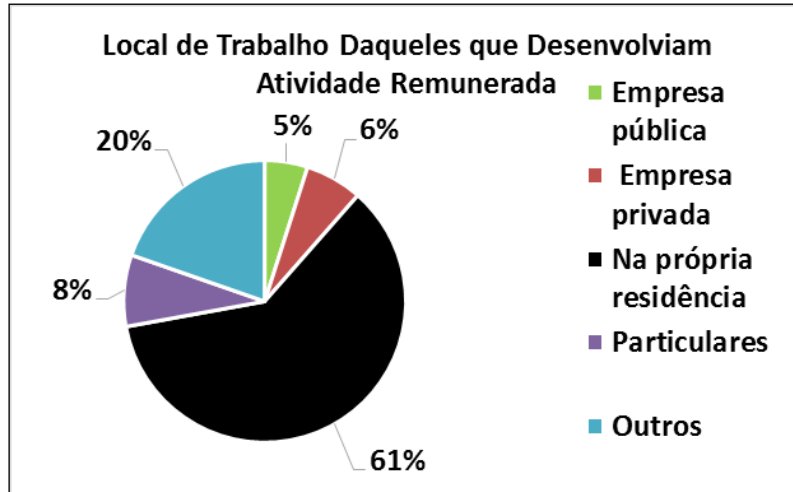


Figura 8.3-227. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aos rendimentos oriundos da ocupação principal desenvolvida pelos membros familiares das residências pesquisadas em Caboto, 70% recebiam até meio salário mínimo, 19% de meio salário até 1 salário mínimo e 11% recebiam até dois salários mínimos (Figura 8.3-228).

Sobre a existência de uma outra fonte de renda na família, os que declararam sim quanto ao recebimento, o Bolsa Família estava presente em 67% das situações. O benefício de prestação continuada estava presente em 6% da amostra (Figura 8.3-229). Essas rendas secundárias também apresentavam baixos valores no âmbito geral. Somando as classes até 1 salário mínimo, esse percentual englobava 89% daqueles que possuíam outra fonte de renda (Figura 8.3-230).

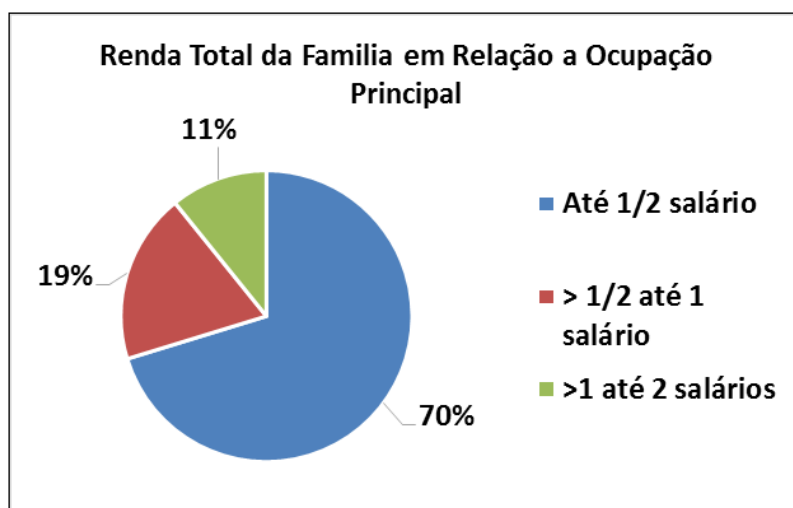


Figura 8.3-228. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

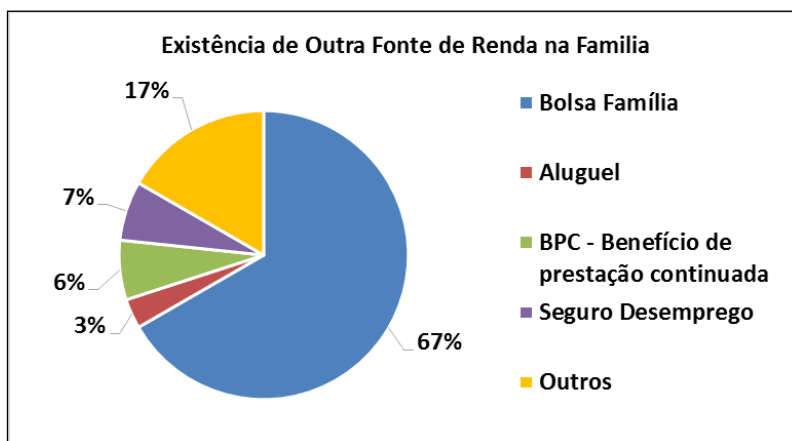


Figura 8.3-229. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

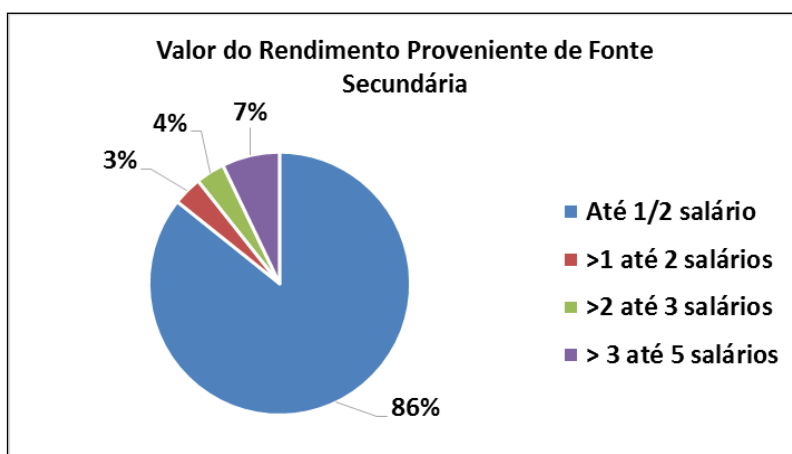


Figura 8.3-230. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passagem dos Teixeiras

Durante o trabalho de campo, foi diagnosticada a situação ocupacional dos membros da família do pescador ou pescadora de Passagem dos Teixeiras. Nota-se na Figura 8.3-231 que a formalização do trabalho alcança um total de 9,6% da população, ou seja, aqueles que possuem emprego com carteira assinada.

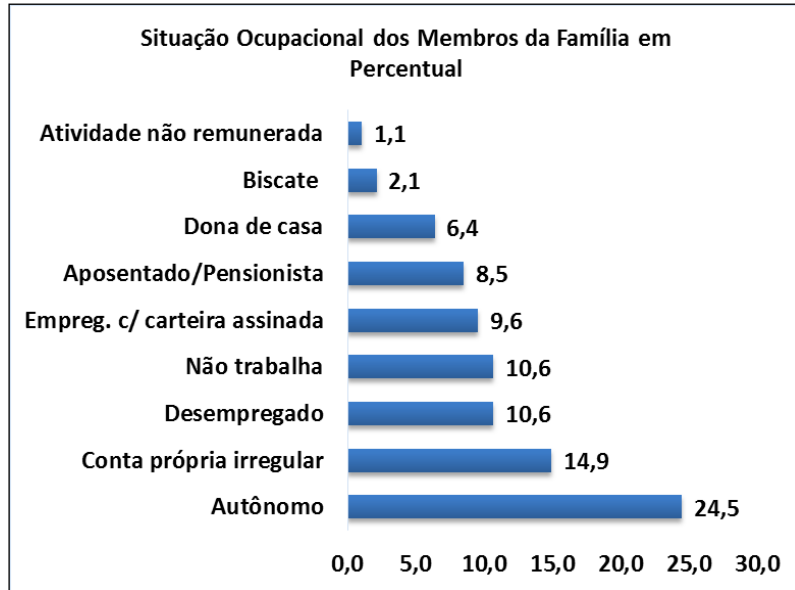


Figura 8.3-231. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

As pessoas sem ocupação e que não estavam à procura de emprego (Não Trabalha), era de 10,6% do total. Os desempregados, ou seja, aqueles que estavam à procura de trabalho nos últimos 30 dias, totalizaram também 10,6%.

Os aposentados e/ou pensionistas representaram 8,5% do universo dos membros familiares. Aqueles classificados como conta própria irregular, alcançaram 14,9%. Quanto ao local de desenvolvimento da atividade, o trabalho de campo realizado junto aos pescadores/pescadoras de Passagem dos Teixeiras identificou que, dos familiares que eram considerados autônomos ou conta própria irregular, 77% desenvolviam sua atividade no próprio domicílio. Apenas 13% desenvolviam na rua (Figura 8.3-232).

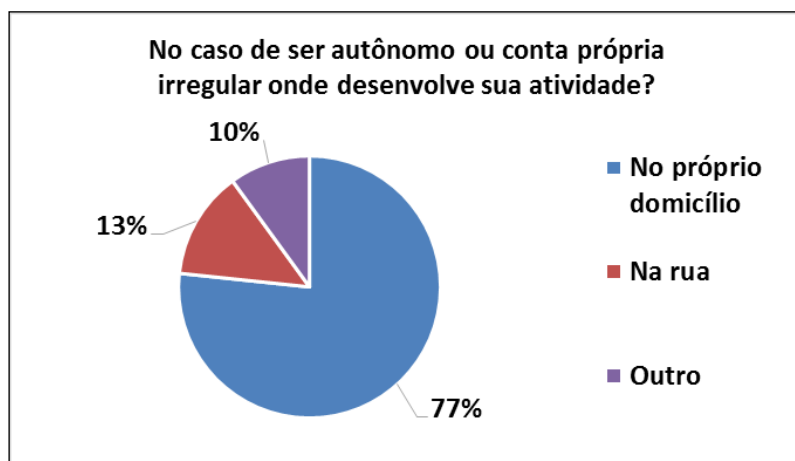


Figura 8.3-232. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A aplicação dos questionários mostrou a existência de outros tipos de profissionais entre os membros das famílias de pescadores que foram visitadas durante o trabalho de campo (Figura 8.3-233). Dentre elas Soldador, Armador, Carpinteiro, Lixador, entre outras. Aqueles cuja profissão era denominada de Ajudante responderam por 20,7% do total de profissões. Em segundo lugar, destacava-se aquelas pessoas com a profissão de Marisqueiras, cujo percentual representava 13,8%.

Quanto à ocupação exercida no período da pesquisa pelos membros familiares, os maiores destaques eram aqueles ligados justamente a atividade da pesca artesanal. No âmbito desse grupo, 47,9% dos membros familiares estavam ligados a esse tipo de atividade. O grupo de estudantes representava 28,2% e as donas de casa, 7,0% dos membros das famílias (Figura 8.3-234).

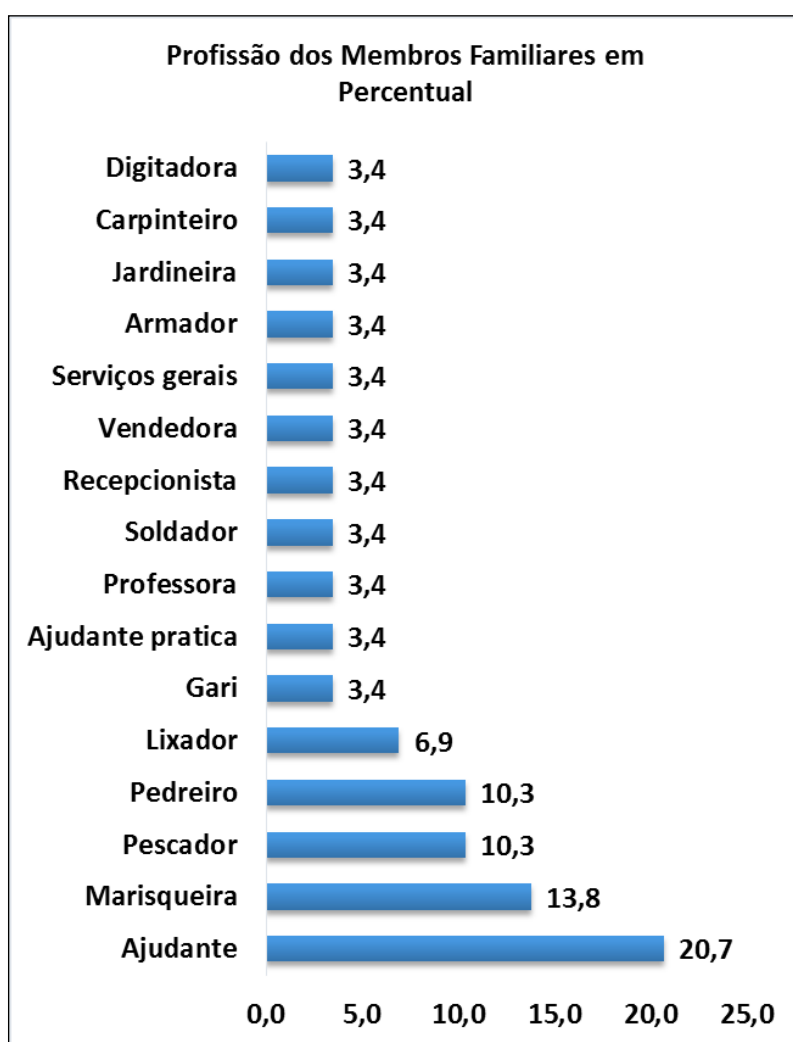


Figura 8.3-233. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

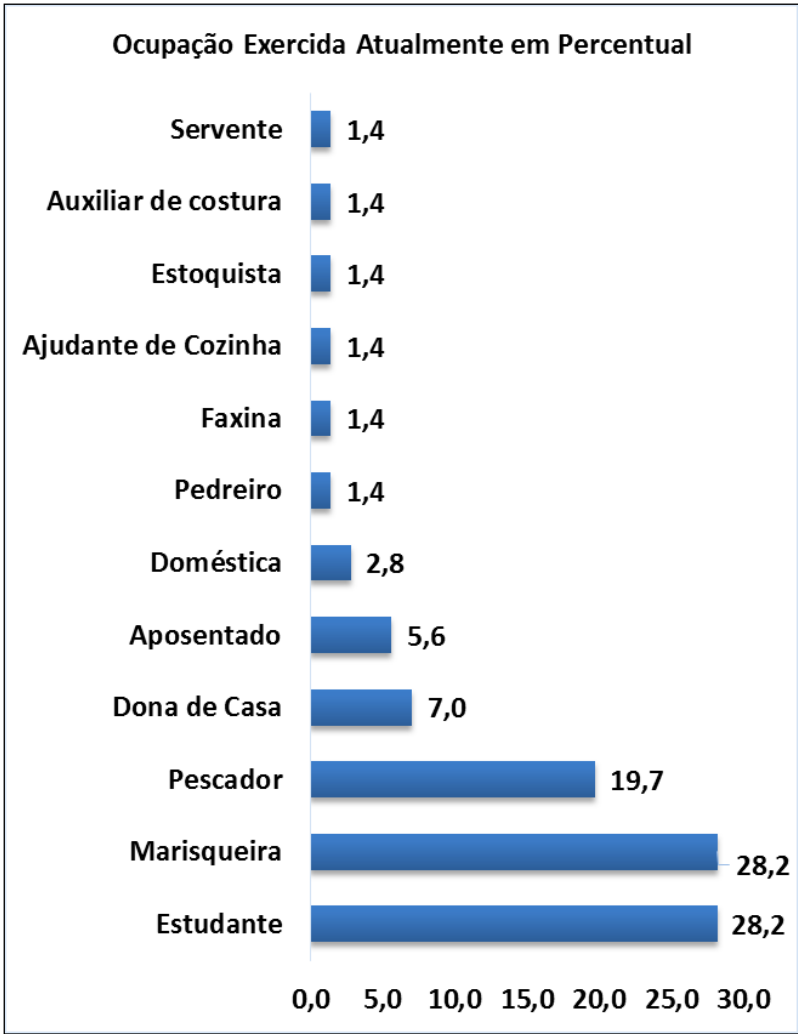


Figura 8.3-234. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o local de trabalho daqueles que desenvolviam atividades remuneradas, a residência era o principal local para 60%. A empresa privada representou apenas 5%, enquanto a empresa pública, normalmente ligada ao poder público municipal, também alcançou um patamar um pouco mais elevado de 11%. O trabalho desenvolvido na casa de particulares não ultrapassava os 12% (Figura 8.3-235).

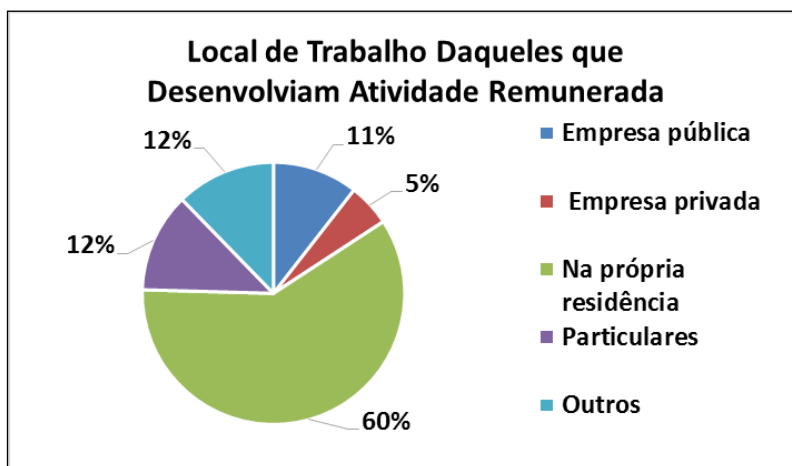


Figura 8.3-235. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aos rendimentos oriundos da ocupação principal desenvolvida pelos membros familiares das residências pesquisadas em Passagem dos Teixeiras, 36% recebiam até meio salário mínimo, 27% de meio salário até 1 salário mínimo e 23% recebiam até dois salários mínimos. O grau mais elevado de rendimento, ou seja, acima de 3 salários representava apenas 7% (Figura 8.3-236).

Sobre a existência de uma outra fonte de renda na família, os que declararam sim quanto ao recebimento, o Bolsa Família estava presente em 81% das situações. A pensão e o seguro desemprego juntos somavam 15% (Figura 8.3-237). Essas rendas secundárias também apresentavam baixos valores no âmbito geral. Somando as classes até 1 salário mínimo, esse percentual englobava 89% daqueles que possuíam outra fonte de renda (Figura 8.3-238).

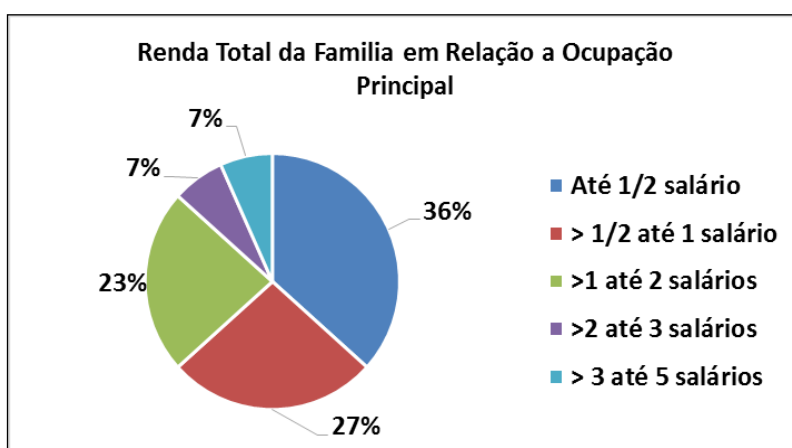


Figura 8.3-236. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

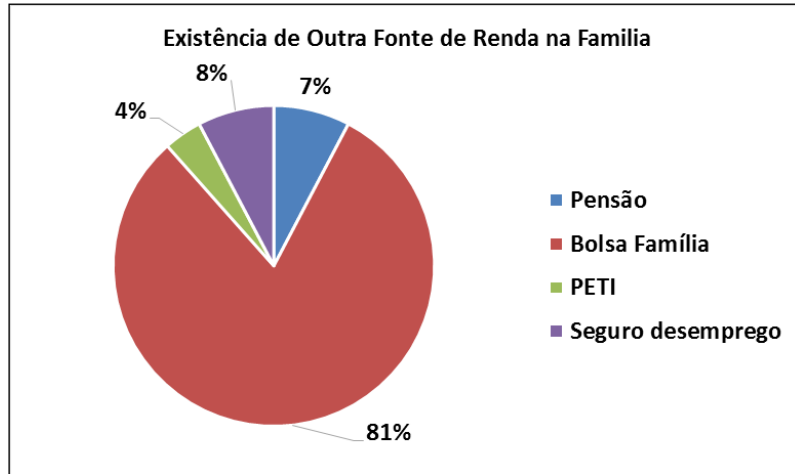


Figura 8.3-237. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

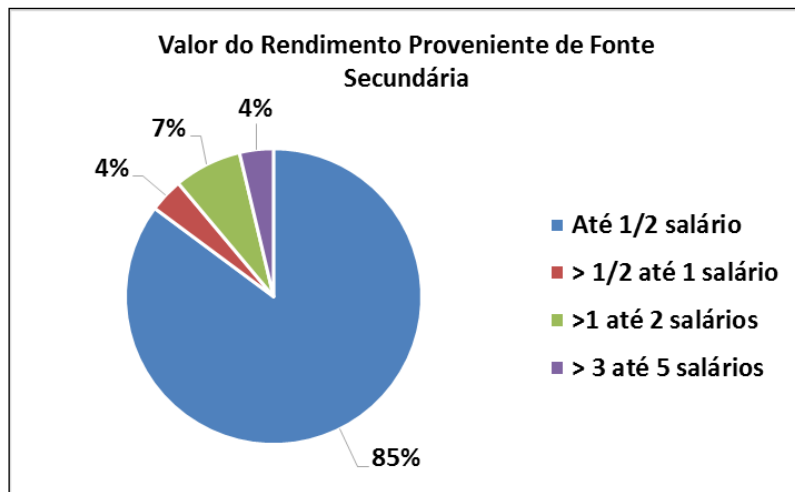


Figura 8.3-238. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Boca do Rio

Durante o trabalho de campo, a situação ocupacional dos membros da família do pescador ou pescadora de Boca do Rio foi objetivo de estudo. Nota-se na Figura 8.3-239 que a formalização do trabalho alcança um total de 25% da população, ou seja, aqueles que possuem emprego com carteira assinada.

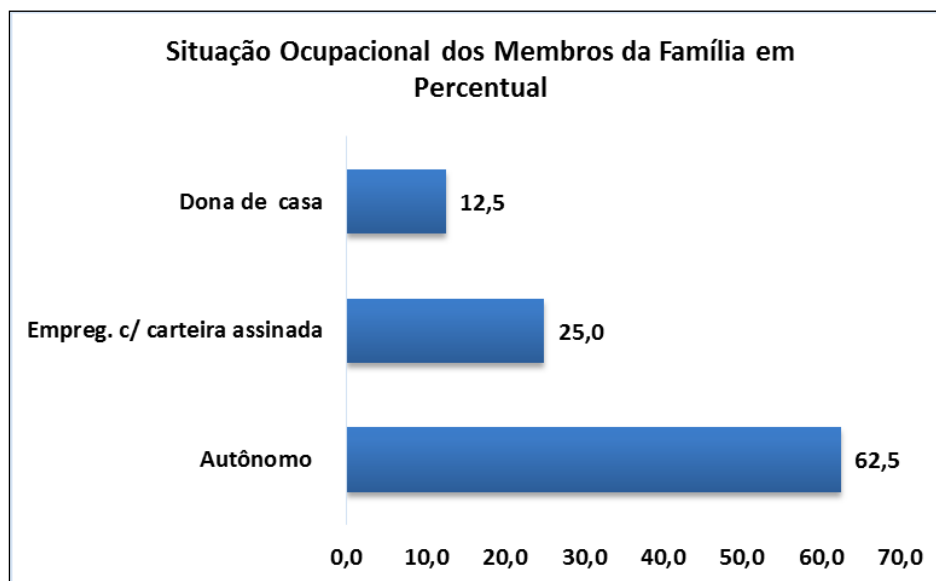


Figura 8.3-239. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto ao local de desenvolvimento da atividade, o trabalho de campo realizado junto aos pescadores/pescadoras de Boca do Rio identificou que, dos familiares que eram considerados autônomos, 100% desenvolviam sua atividade no próprio domicílio.

A aplicação dos questionários mostrou que aqueles que tinha a profissão de pescador e marisqueira representaram 33,3% do total (Figura 8.3-240). Quanto a ocupação exercida no período da pesquisa pelos membros familiares, os maiores destaques eram aqueles ligados justamente a atividade da pesca artesanal. No âmbito desse grupo, 37,5% dos membros familiares estavam ligados a esse tipo de atividade (Figura 8.3-241).



Figura 8.3-240. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-241. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o local de trabalho daqueles que desenvolviam atividades remuneradas, as residências eram o principal local para 60%. A empresa pública representou apenas 40% (Figura 8.3-242).

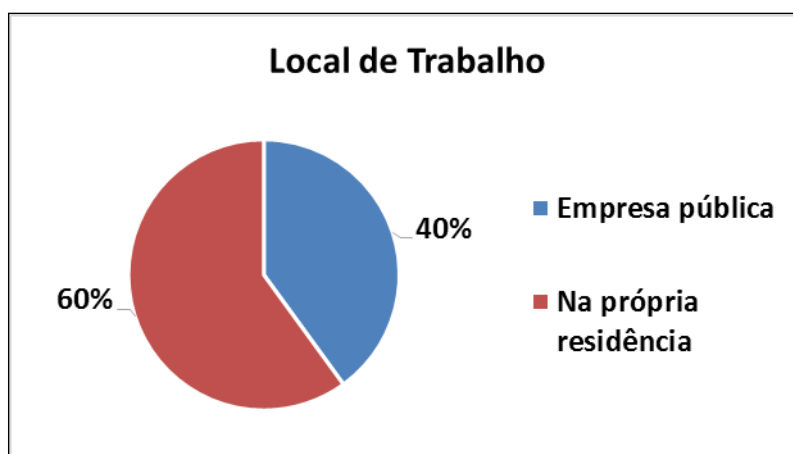


Figura 8.3-242. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aos rendimentos oriundos da ocupação principal desenvolvida pelos membros familiares das residências pesquisadas em Boca do Rio, 50% recebiam até dois salários mínimos e os demais 50% de 3 até 5 salários mínimos (Figura 8.3-243).

Sobre a existência de uma outra fonte de renda na família, os que declararam sim quanto ao recebimento, o Bolsa Família estava presente em 50% das situações (Figura 8.3-244). Essas rendas secundárias também apresentavam baixos valores no âmbito geral. Somando as classes até 1 salário mínimo, esse percentual englobava 50% daqueles que possuíam outra fonte de renda (Figura 8.3-245).

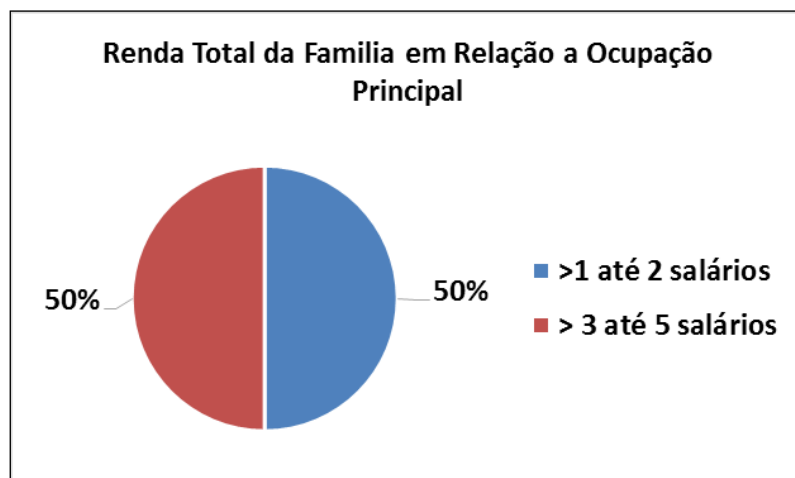


Figura 8.3-243. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

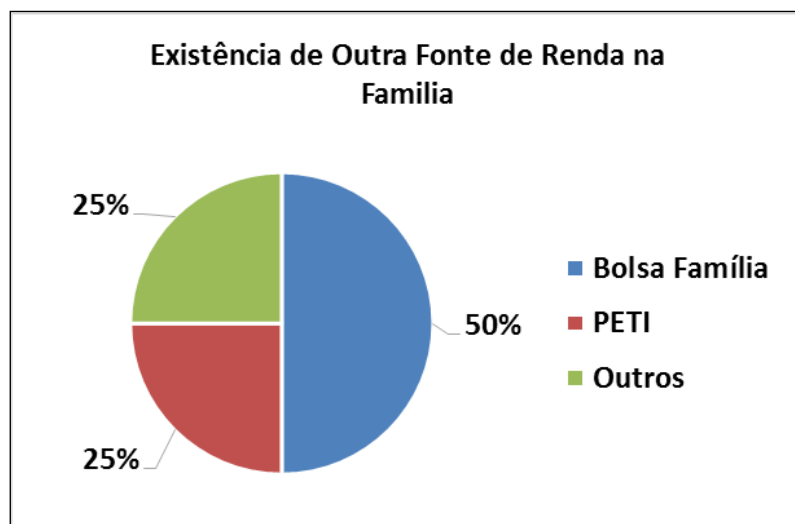


Figura 8.3-244. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

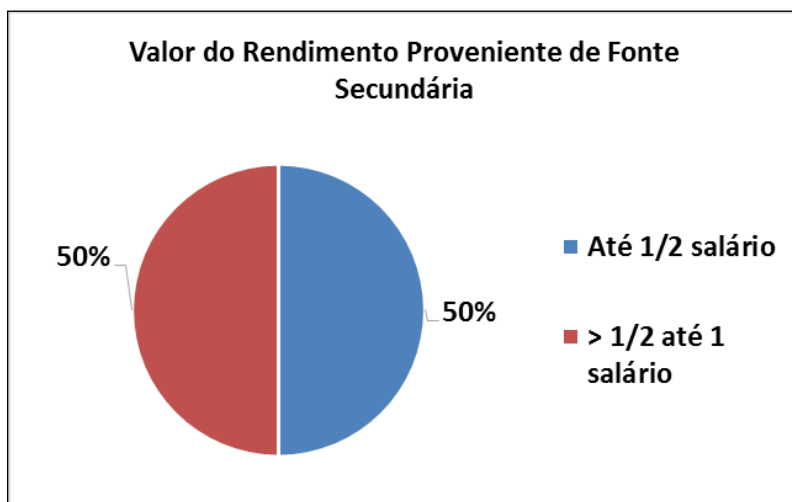


Figura 8.3-245. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

Durante o trabalho de campo, foi auferida a situação ocupacional dos membros da família do pescador ou pescadora de Ilha de Maré. Nota-se na Figura 8.3-246 que a formalização do trabalho alcança um total de 11,2% da população, ou seja, aqueles que possuem emprego com carteira assinada.

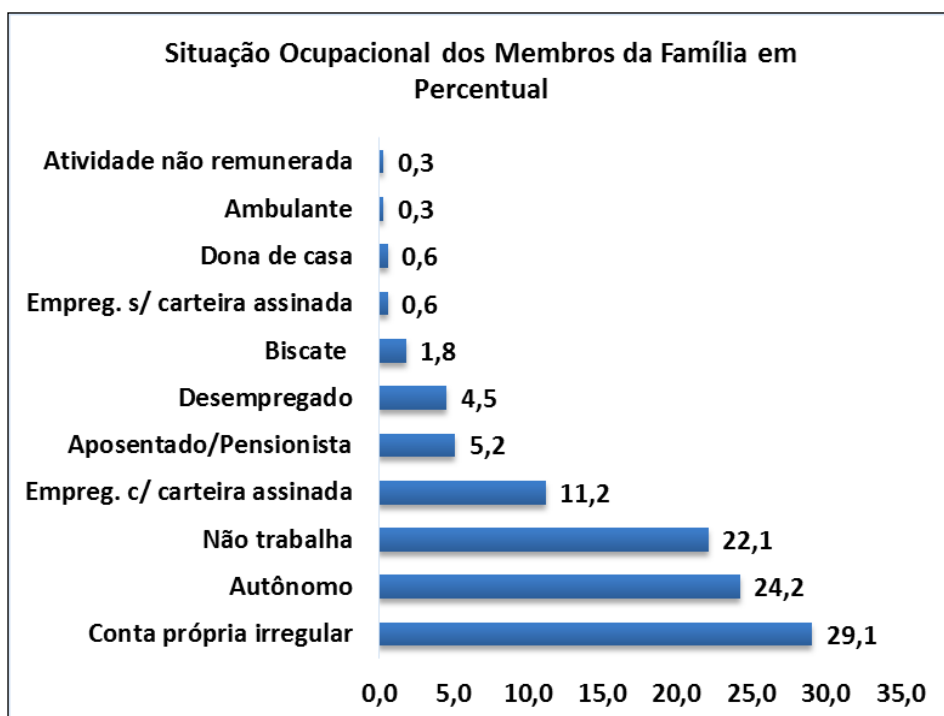


Figura 8.3-246. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os aposentados e/ou pensionistas representaram 5,2% do universo dos membros familiares. Aqueles classificados como conta própria irregular, com 29,1%, era a categoria com maior percentual de participação. Assim como o empregado sem carteira assinada, desenvolvia o trabalho sem o devido respaldo junto à previdência social, ampliando a possibilidade de não ter o amparo legal para situação como desemprego, doenças, etc. As pessoas sem ocupação e que não estavam à procura de emprego (Não Trabalha), era de 22,1% do total. Os desempregados, ou seja, aqueles que estavam à procura de trabalho nos últimos 30 dias, totalizaram 4,5%.

Quanto ao local de desenvolvimento da atividade, o trabalho de campo realizado junto aos pescadores/pescadoras de Ilha de Maré identificou que, dos que eram considerados autônomos ou conta própria irregular, 77% desenvolviam sua atividade no próprio domicílio. Apenas 8% desenvolviam na rua (Figura 8.3-247).

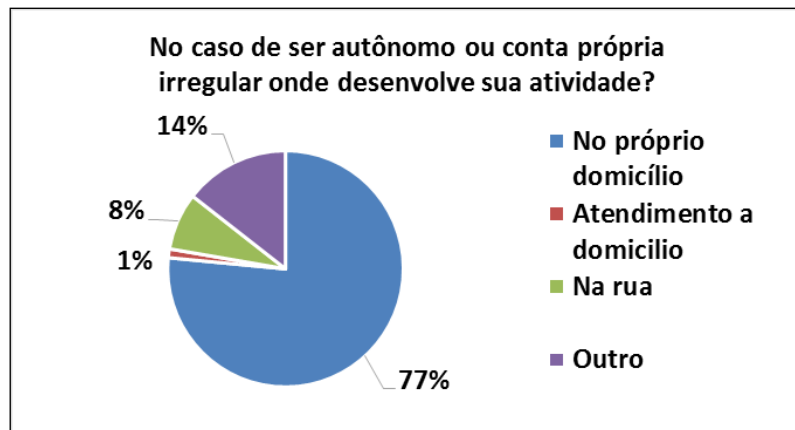


Figura 8.3-247. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A aplicação dos questionários mostrou uma quantidade significativa de profissionais entre os membros das famílias de pescadores que foram visitadas durante o trabalho de campo (Figura 8.3-248). Dentre elas Soldador, Pintor, Mecânico, Lixador, entre outras.

Quanto a ocupação exercida no período da pesquisa pelos membros familiares, os maiores destaques eram aqueles ligados justamente a atividade da pesca artesanal. No âmbito desse grupo, 55,3% dos membros familiares estavam ligados a esse tipo de atividade. O grupo de estudantes representava 28,6% (Figura 8.3-249).

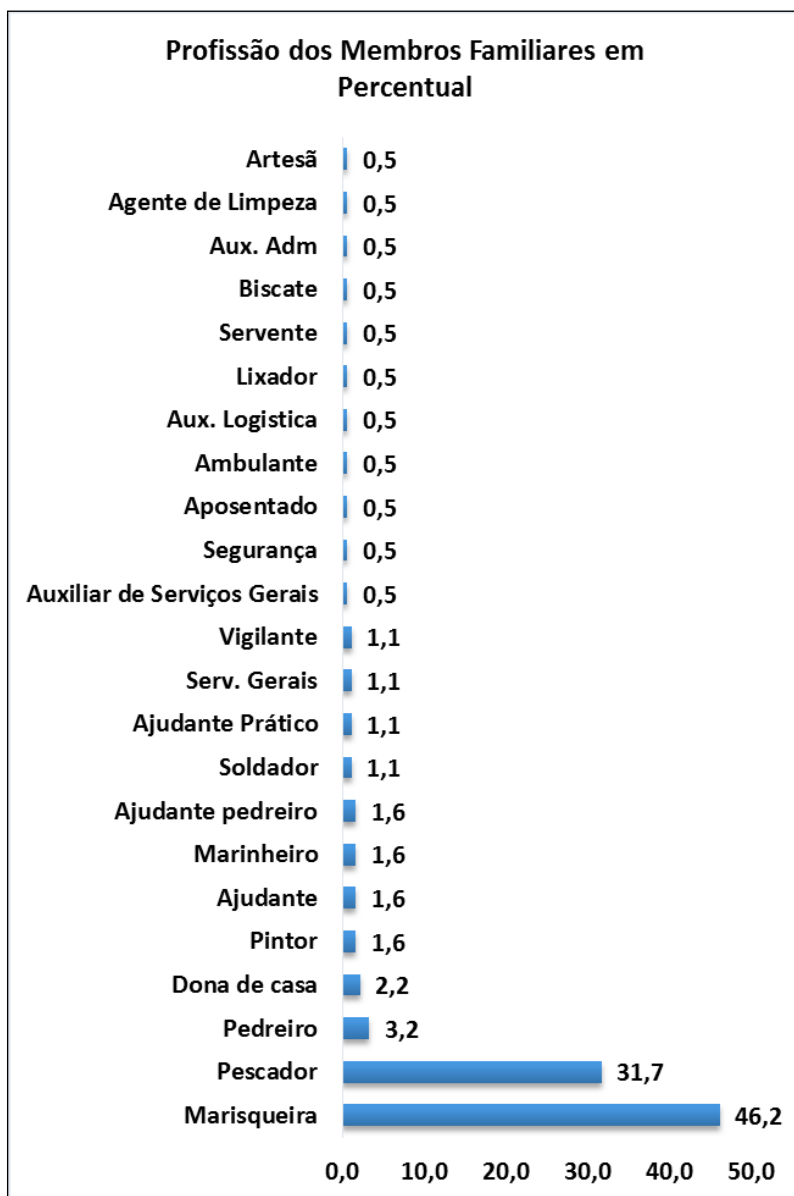


Figura 8.3-248. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

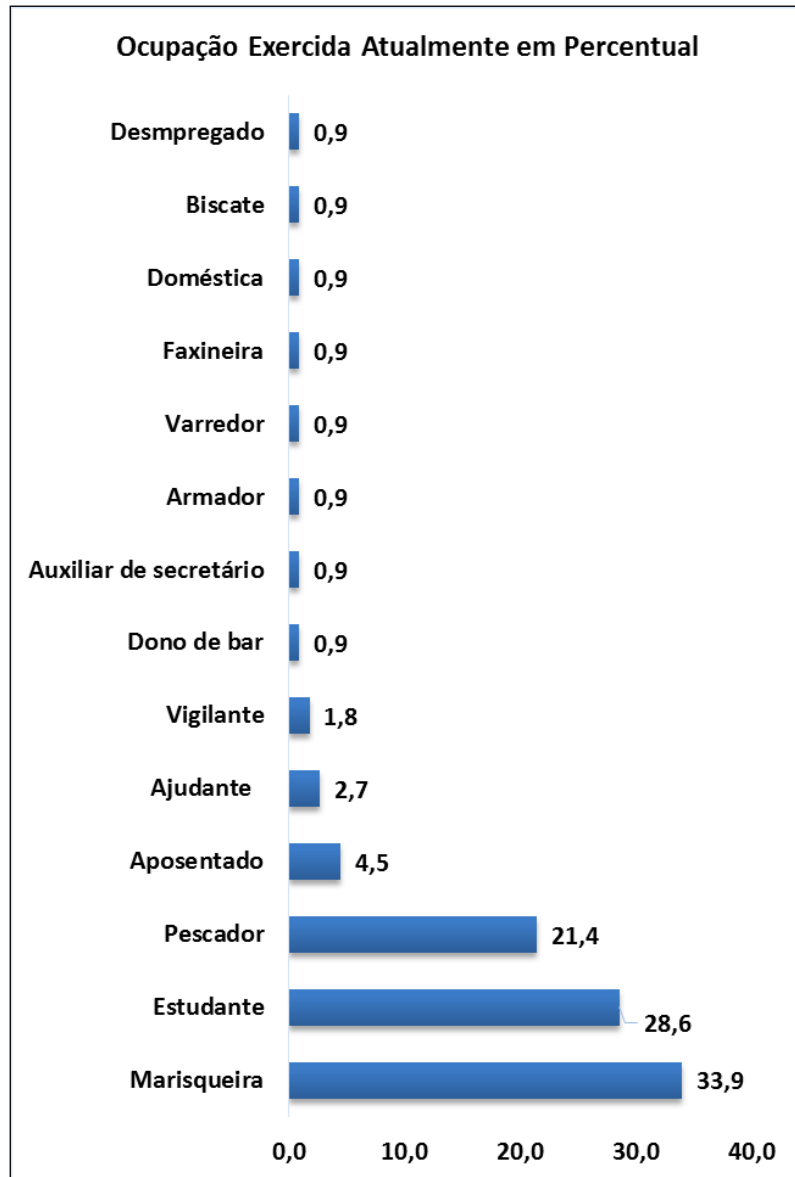


Figura 8.3-249. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o local de trabalho daqueles que desenvolviam atividades remuneradas, a residência era o principal local para 73,1%. A empresa privada representou apenas 8,1%, enquanto a empresa pública, normalmente ligada ao poder público municipal, também alcançava um baixo patamar de 4,93%. O trabalho desenvolvido na casa de particulares não ultrapassava os 2% (Figura 8.3-250).

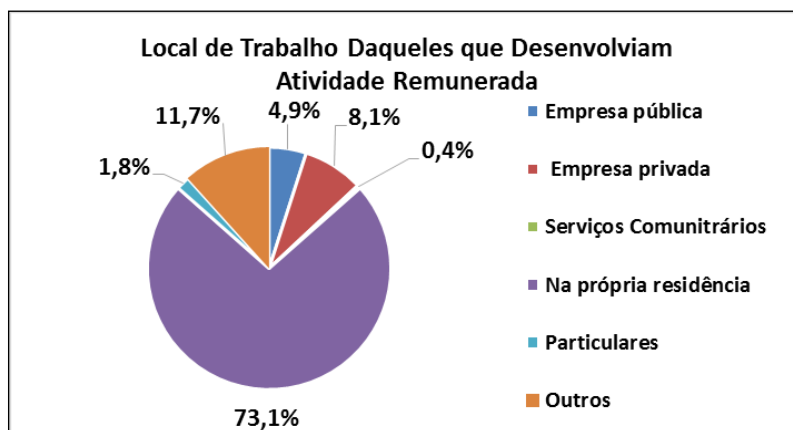


Figura 8.3-250. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aos rendimentos oriundos da ocupação principal desenvolvida pelos membros familiares das residências pesquisadas em Ilha de Maré, 47% recebiam até meio salário mínimo, 12% de meio salário até 1 salário mínimo e 26% recebiam até dois salários mínimos (Figura 8.3-251).

Avaliar os aspectos do mercado informal para os municípios torna-se uma ação que depende de pesquisa quantitativa significativa e cujo cronograma para atender os procedimentos de licenciamento é curto. Dessa forma, estudos feitos por órgãos oficiais são comumente utilizados de forma a referenciar esse contexto.

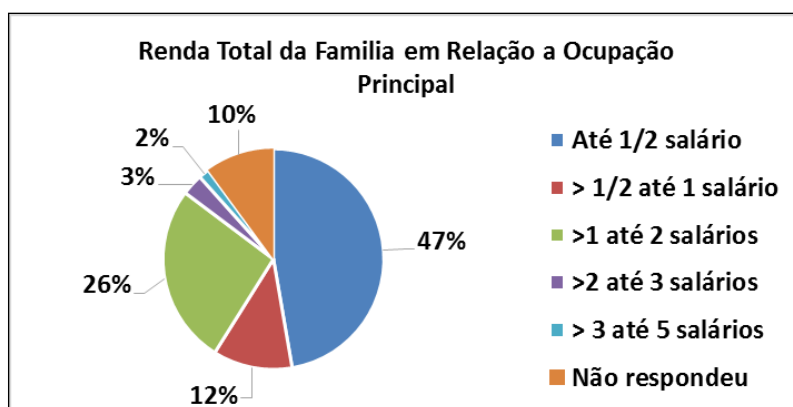


Figura 8.3-251. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre a existência de uma outra fonte de renda na família, os que declararam sim quanto ao recebimento, o Bolsa Família estava presente em 58,9% das situações (Figura 8.3-252). Essas rendas secundárias também apresentavam baixos valores no âmbito geral. Somando as classes até 1 salário mínimo, esse percentual englobava 62% daqueles que possuíam outra fonte de renda (Figura 8.3-253).

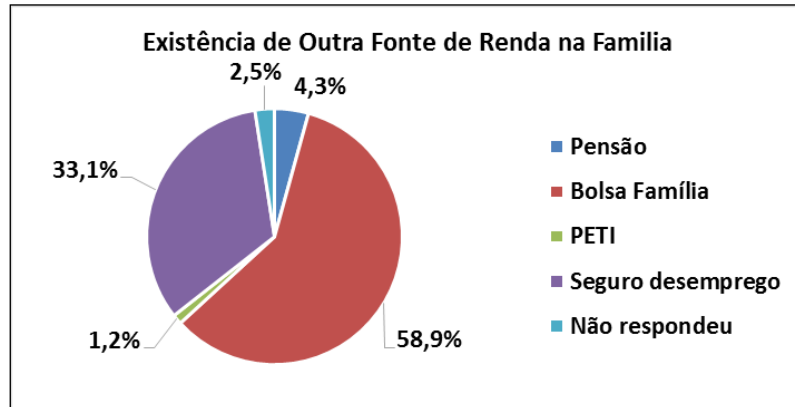


Figura 8.3-252. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

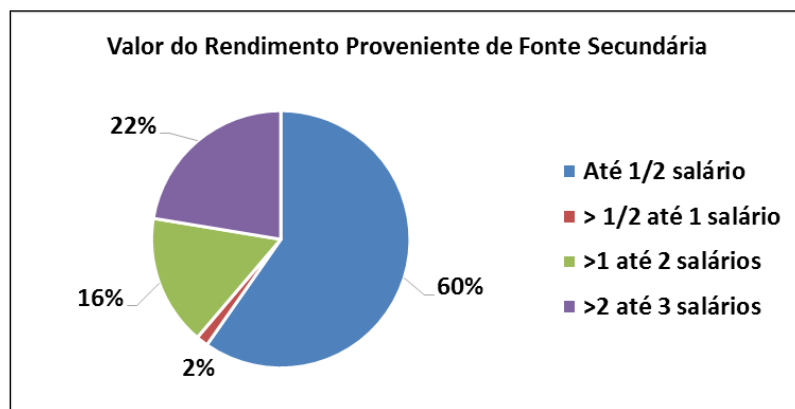


Figura 8.3-253. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Mapele

Durante o trabalho de campo, foi diagnosticada a situação ocupacional dos membros da família do pescador ou pescadora de Mapele. Nota-se na Figura 8.3-254 que a formalização do trabalho alcança um total de 14,1% da população, ou seja, aqueles que possuem emprego com carteira assinada.

Os aposentados e/ou pensionistas representaram 4,7% do universo dos membros familiares. Aqueles classificados como conta própria irregular alcançou 28,1% do total. Assim como o empregado sem carteira assinada, desenvolvia o trabalho sem o devido respaldo junto a previdência social, ampliando a possibilidade de não ter o amparo legal para situação como desemprego, doenças, etc. As pessoas sem ocupação e que não estavam à procura de emprego (Não Trabalha), era de 9,4% do total. Os desempregados, ou seja, aqueles que estavam à procura de trabalho nos últimos 30 dias, totalizaram 7,8%. (Figura 8.3-254).

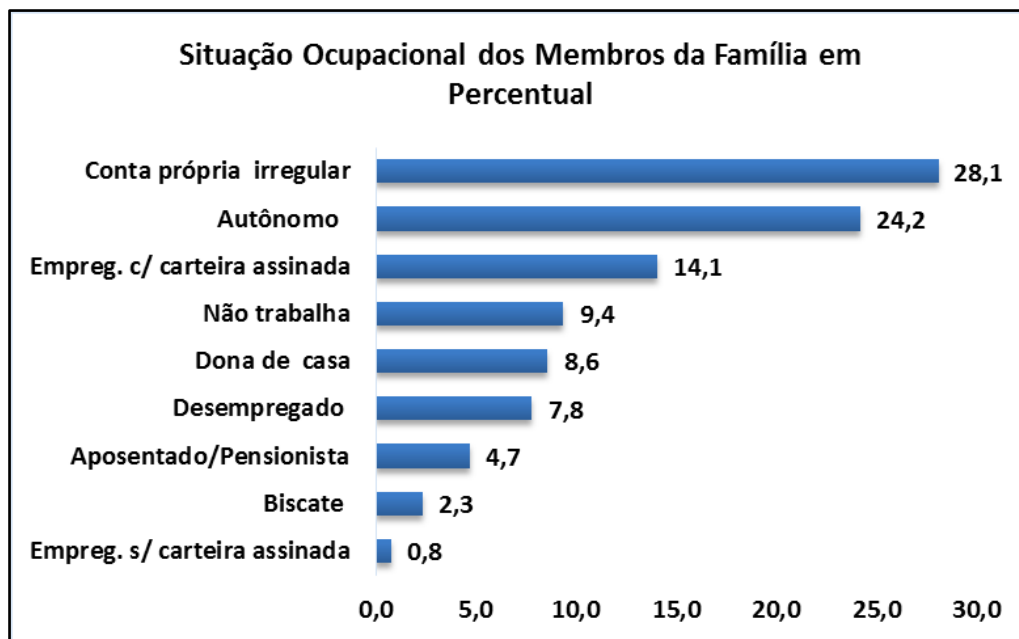


Figura 8.3-254. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto ao local de desenvolvimento da atividade, o trabalho de campo realizado junto aos pescadores/pescadoras de Mapele identificou que, dos familiares que eram considerados autônomos ou conta própria irregular, 94% desenvolviam sua atividade no próprio domicílio. Apenas 6% desenvolviam atividade de forma externa (Figura 8.3-255).



Figura 8.3-255. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A aplicação dos questionários mostrou uma quantidade significativa de profissionais entre os membros das famílias de pescadores em Mapele que foram visitadas durante o trabalho de campo (Figura 8.3-256). Dentre elas Soldador, Pintor, Mecânico, Operador de Máquina, entre outras.

Aqueles cuja profissão era denominada de Ajudante Prático responderam por 15,2% do total de profissões. Em segundo lugar, destacava-se aquelas pessoas com a profissão de Auxiliar de Serviços Gerais, cujo percentual representava 12,1%.

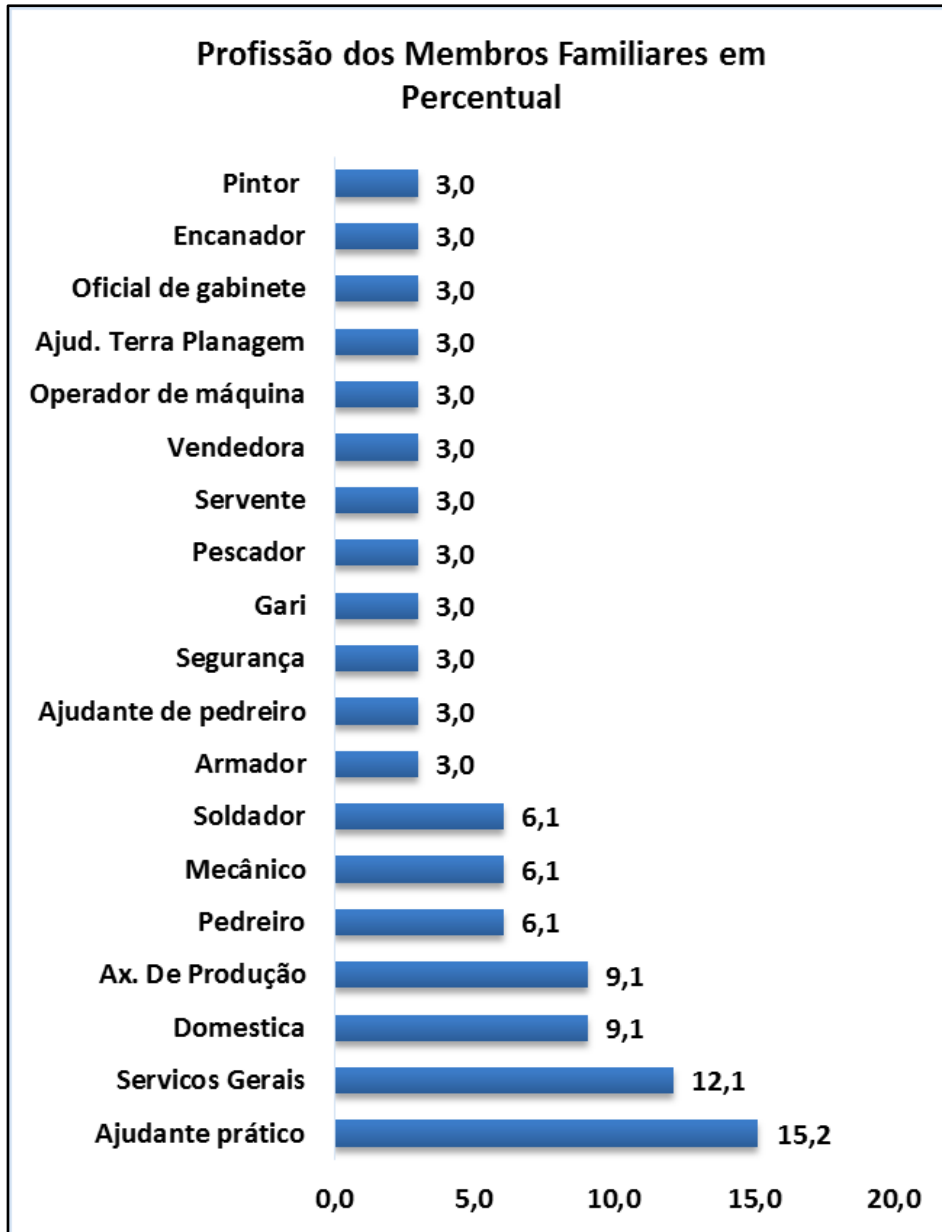


Figura 8.3-256. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto a ocupação exercida no período da pesquisa pelos membros familiares, os maiores destaques eram aqueles ligados justamente a atividade da pesca artesanal. No âmbito desse grupo, 50% dos membros familiares estavam ligados a esse tipo de atividade. O grupo de estudantes representava 21,9% e as donas de casa, 7,9% dos membros das famílias (Figura 8.3-257).

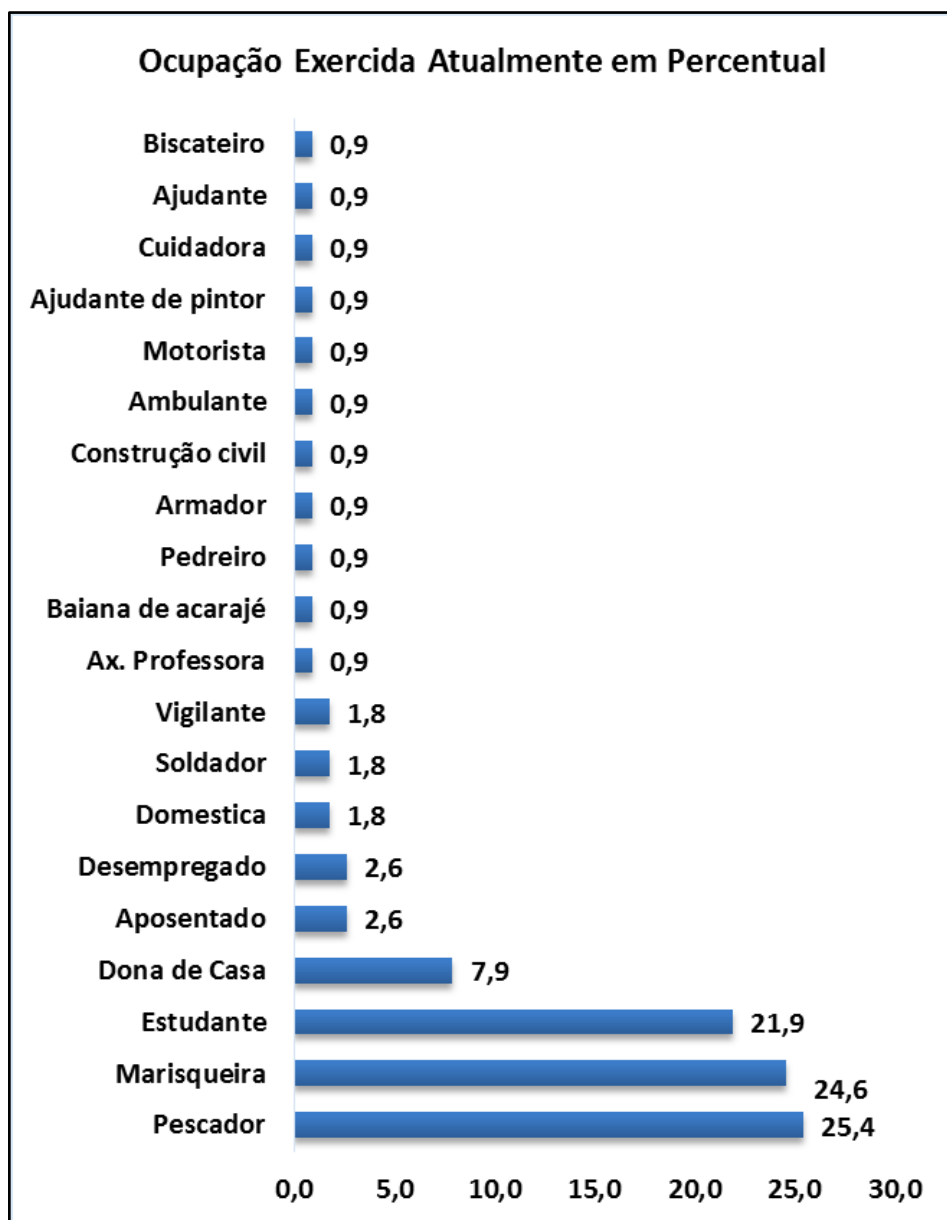


Figura 8.3-257. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o local de trabalho daqueles que desenvolviam atividades remuneradas, a residência era o principal local para 66%. A empresa privada representou apenas 4%, enquanto a empresa pública, normalmente ligada ao poder público municipal, alcançou um patamar de apenas 6%. O trabalho desenvolvido na casa de particulares não ultrapassava os 7% (Figura 8.3-258).

Quanto aos rendimentos oriundos da ocupação principal desenvolvida pelos membros familiares das residências dos pescadores pesquisadas em Mapele, 60% recebiam até meio salário mínimo, 22% de meio salário até 1 salário mínimo e 15% recebiam até dois salários mínimos. O grau mais elevado de rendimento, ou seja, acima de 5 salários representava apenas 3% (Figura 8.3-259).

Sobre a existência de uma outra fonte de renda na família, os que declararam sim quanto ao recebimento, o Bolsa Família estava presente em 75% das situações. A pensão e o seguro desemprego juntos somavam 14% (Figura 8.3-260). Essas rendas secundárias também apresentavam baixos valores no âmbito geral. Somando as classes até 1 salário mínimo, esse percentual englobava 93% daqueles que possuíam outra fonte de renda (Figura 8.3-261).

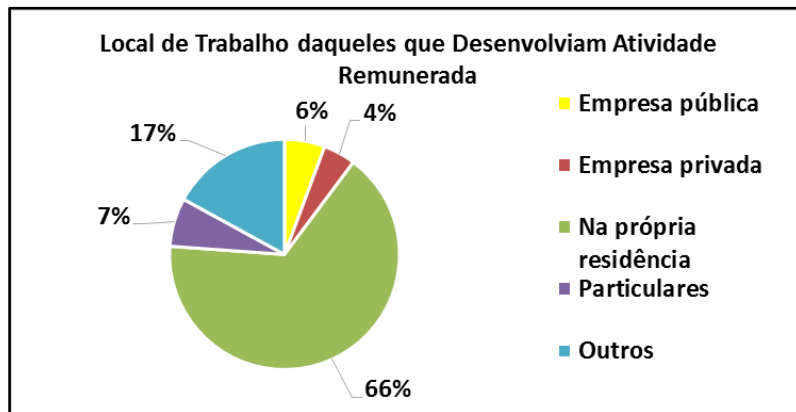


Figura 8.3-258. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

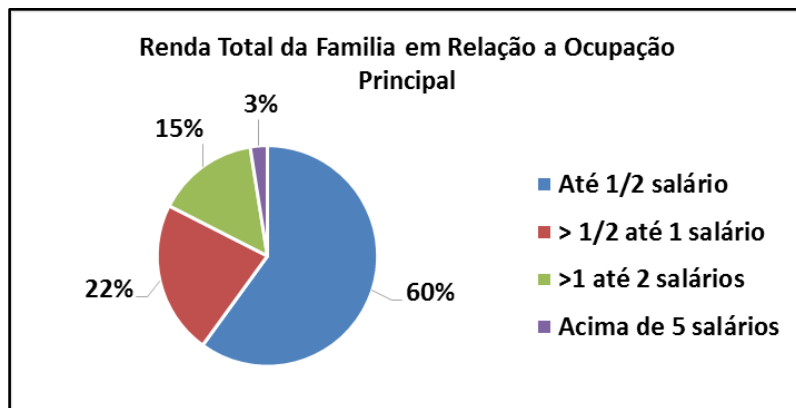


Figura 8.3-259. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

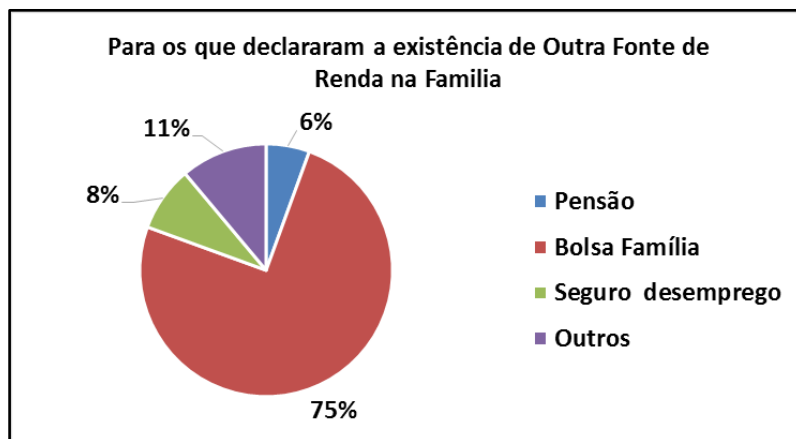


Figura 8.3-260. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

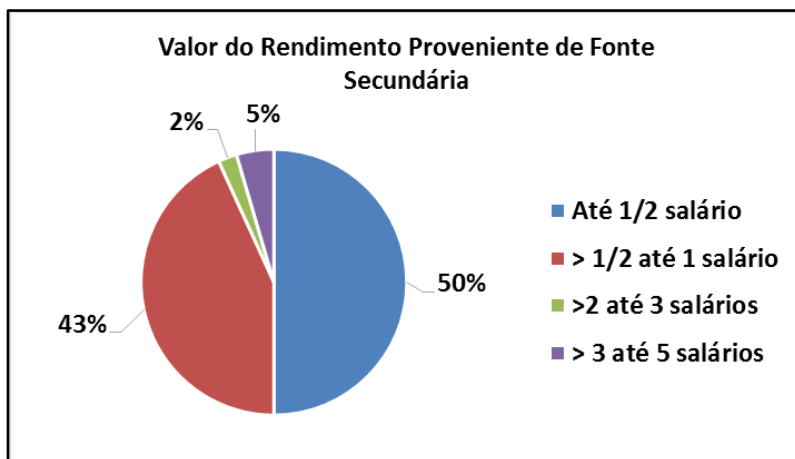


Figura 8.3-261. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A Área de Influência Indireta (All) do píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem prossegue com a tendência que a caracterizou nas últimas décadas. Simões Filho, Candeias e Camaçari são municípios que a partir das políticas públicas voltadas para a industrialização tardia do Estado, especializaram-se quanto ao desenvolvimento de uma vocação no setor secundário da economia, ajudado a partir de alguns fatores naturais que permitem o escoamento da produção a partir das atividades portuárias como pilares logísticos.

De acordo com UDERMAN (2008) em Indústria e Desenvolvimento Regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia, até fins da década de 1970, conforme observa, políticas na área industrial baseavam-se no conceito de polos de desenvolvimento, lastreando-se na concentração espacial de indústrias cuja gestão e modo de produção enquadravam-se no modelo fordista. O Centro Industrial de Aratu, implantado nos anos 1960, e o Polo Petroquímico de Camaçari, na segunda metade da década seguinte, estão entre os exemplos mais significativos desse processo de industrialização, que criou uma malha complexa, composta por empresas de porte, intensivas de capital, em sua maioria produtoras de bens intermediários e especialmente concentradas na Região Metropolitana de Salvador

Essa conjuntura, como já analisado, refletiu-se nas populações existentes ao redor da Baía de Aratu (AID) e aquelas que foram atraídas com o objetivo de fazer parte dessa cadeia econômica, ainda que com pouco nível de sucesso. Isso não inviabilizou a continuidade da pesca como atividade de sobrevivência, embora sua importância tenha decrescido. Ela permanece nas comunidades estudadas, mas com dimensões menores. A queda na produção pesqueira termina por não conseguir suprir todas as necessidades familiares e por isso é observado um movimento natural de sobrevivência na esteira de obtenção de atividades remuneradas não relacionadas a pesca.

A mudança das estruturas pública de serviços como a educação e no desenvolvimento de um mercado de trabalho a partir de bases industriais e de serviços vem aproximando parte dos demais componentes familiares para outras atividades além da pesca artesanal. Tal movimento pode ser considerado natural já que a atividade pesqueira na Baía de Todos os Santos ou mesmo na Baía de Aratu, nunca teve políticas de mudanças significativas para as populações. Isso fica evidente no item da Caracterização da Atividade Pesqueira onde as estruturas de apoio são diminutas.

8.3.6 Mão de Obra

A formação econômica dos processos mais recentes da Região Metropolitana de Salvador, principalmente, aqueles voltados para o aprimoramento do setor secundário, ou seja, período de 40 anos, consolidou a necessidade de desenvolver capacitações voltadas para o atendimento a essas indústrias.

Dentro dos municípios da área de influência, a capital do Estado é a que detém a maior participação de instituições voltadas para a produção e aperfeiçoamento da mão de obra, principalmente para o nível técnico.

De maneira geral, o nível técnico se constitui como uma modalidade de ensino onde o principal objetivo é integrar de forma mais rápida a pessoa ao mercado de trabalho. Muitas dessas capacitações são realizadas por instituições consideradas secundárias, tendo por base aquela pessoa que desfruta do ensino médio como grau de escolaridade.

A partir dos anos 70 com a introdução do Polo Petroquímico de Camaçari, a necessidade de demanda por mão de obra acelerou-se. Os atuais empreendimentos que também se estabeleceram em Simões Filho com o Centro Industrial de Aratu e em Candeias (com o Porto de Aratu) em passado recente, pressionaram ainda mais o mercado. Outro importante indutor para a necessidade de mão de obra, embora esteja fora da AII, é a Refinaria Landulpho Alves em São Francisco do Conde de propriedade da Petrobras.

A interação desses empreendimentos fez da AII, portanto, uma região com características muito pujantes para o setor Petroquímico. A partir do final da década de 90, é que o setor automobilístico passou a constar também como um novo ramo econômico, mas sem alterar a vocação regional já citada.

O suporte a rede de ensino preparatória de mão de obra encontra-se basicamente em unidades federais, estaduais e privadas. A Rede Estadual de Educação Profissional da Bahia é a terceira maior do país em matrículas dos cursos técnicos de nível médio, atrás, apenas, do Paraná e São Paulo, segundo o Censo Escolar INEP/MEC de 2011. Isso se deve ao fato do Governo do Estado ter assumido

em 2007, a Educação Profissional como política pública prioritária de Estado expandindo em mais de 1.400% o número de vagas de cursos técnicos de nível médio, passando de 4.016 matriculados em cursos técnicos de nível médio em 2006 para 56.604 no primeiro semestre em 2012. Este número subiu, em 2013, para 64.087 matriculados (Figura 8.3-262).

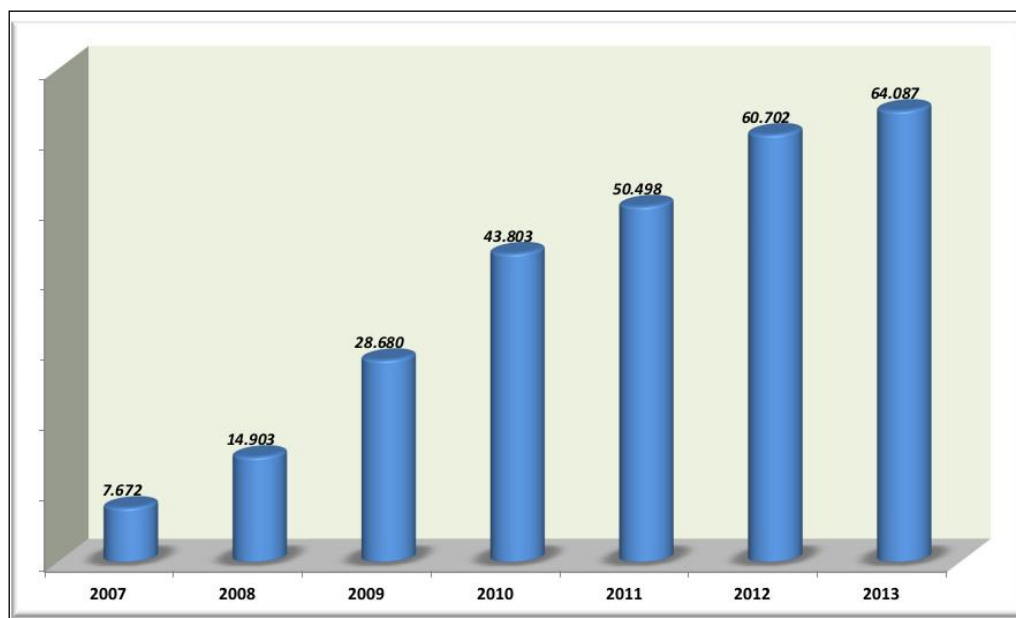


Figura 8.3-262. Evolução das matrículas na educação profissional na Bahia entre 2007-2013 (Fonte: SEC, Bahia, 2014).

Para alcançar este desempenho, o Estado criou 32 Centros Territoriais de Educação Profissional e 34 Centros Estaduais de Educação Profissional e ampliou a oferta de cursos para unidades de ensino. Ao expandir a oferta para o interior, passou de 23 municípios, em 2007, para 119 municípios com cursos técnicos de nível médio, abrangendo todos os 27 Territórios de Identidade (Figura 8.3-263).

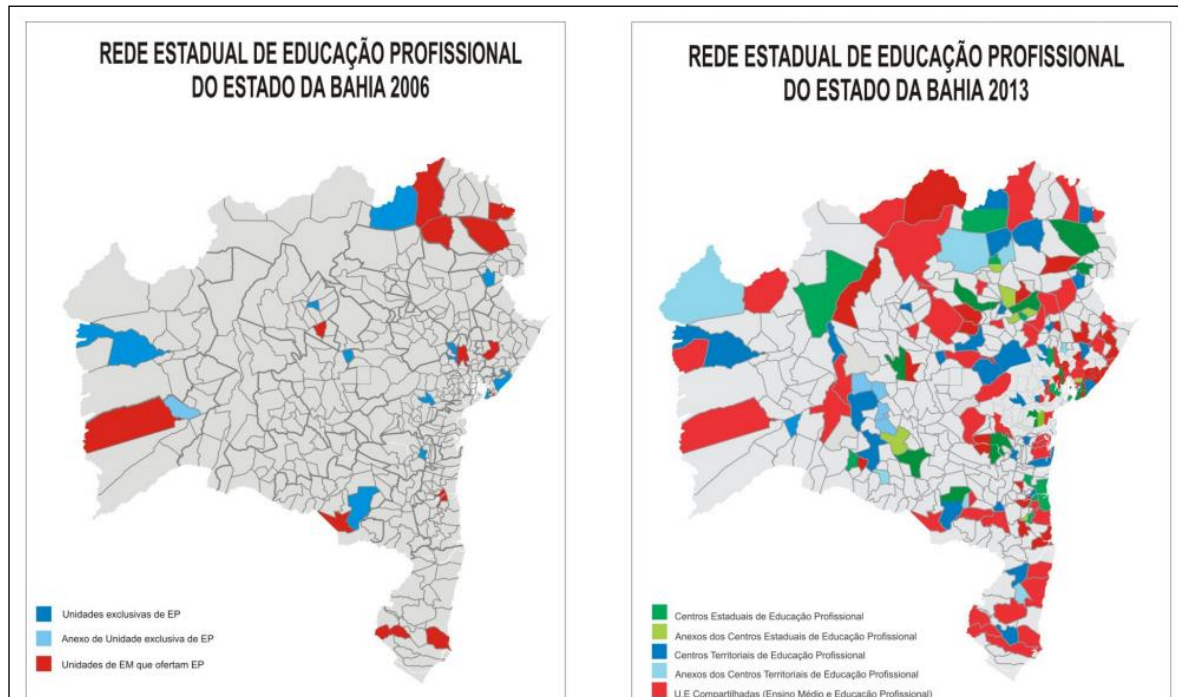


Figura 8.3-263. Evolução da rede estadual de educação profissional do estado da Bahia entre 2006-2013 (Fonte: SEC-BA, 2014).

O número de cursos técnicos de nível médio ofertados passou de 15, em 2007, para 80 em 2013, em 12 Eixos Tecnológicos (Figura 8.3-264). Dentre os eixos que possam interessar de forma mais específica ao empreendimento aqui estudados, desatacam-se:

- **Ambiente e Saúde**
 - Técnico em Enfermagem;
 - Técnico em Gerência em Saúde;
 - Técnico em Meio Ambiente.

- **Segurança**
 - Técnico em Segurança do Trabalho.

- **Controle e Processos Industriais**
 - Técnico em Análises Químicas;
 - Técnico em Eletroeletrônica;
 - Técnico em Eletromecânica;
 - Técnico em Eletrônica;
 - Técnico em Eletrotécnica;
 - Técnico em Manutenção Automotiva;

- Técnico em Mecânica;
 - Técnico em Mecatrônica;
 - Técnico em Petroquímica;
 - Técnico em Química;
 - Técnico em Refrigeração e Climatização;
 - Técnico em Sistemas a Gás.
-
- **Infraestrutura**
 - Técnico em Agrimensura;
 - Técnico em Desenho de Construção Civil;
 - Técnico em Edificações.
-
- **Produção Industrial**
 - Técnico em Açúcar e Álcool;
 - Técnico em Artefatos de Couro;
 - Técnico em Biocombustíveis;
 - Técnico em Petróleo e Gás.

Na rede, são ofertadas diferentes formas de articulação: Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (EPI), Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (Proeja Médio), Qualificação Profissional Integrada ao Ensino Fundamental II (Proeja Fundamental), Subsequente (Prosub) e Concomitante. Estão em implantação, o Proeja Médio e Proeja Fundamental em Regime de Alternância e o subsequente semipresencial.

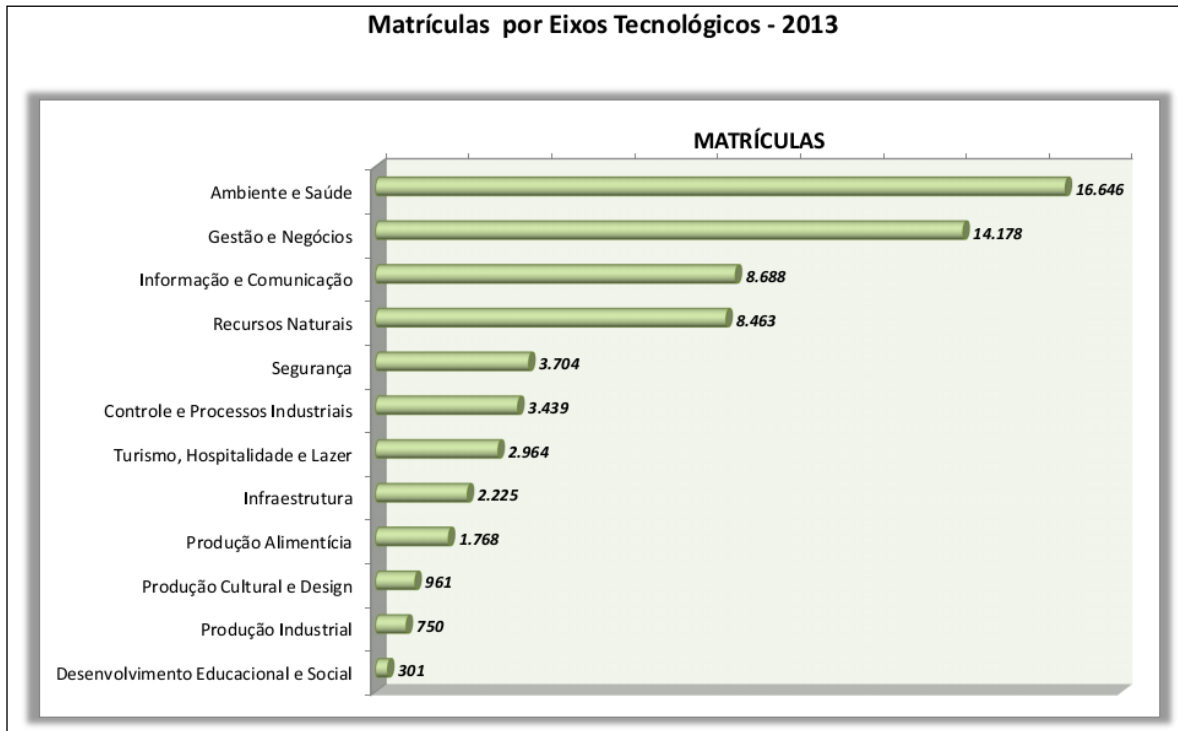


Figura 8.3-264. Matrículas por Eixos tecnológicos (Fonte: SEC-BA, 2014).

Camaçari

A pesquisa de campo identificou a presença de 1 escola para capacitação técnica e profissionalizante: CENTRO DE ESTUDOS TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES LTDA.

Rua Ponciano de Oliveira, 36 - Centro - Camaçari - BA Cep: 42800-100

Cursos: Técnico em Petróleo e Gás, Técnico em Inspeção de Equipamentos e Soldagem, Segurança do Trabalho, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Edificação e Técnico em Eletromecânica

Está presente também uma unidade do IFBA. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), criado pela Lei nº 11.892/2008, é resultado das mudanças promovidas no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet-BA).

O IFBA implantou uma unidade na cidade com o principal polo industrial da Bahia e maior complexo industrial integrado da América do Sul. Em 03 de outubro de 2007, com autorização de funcionamento da portaria nº 937, publicada no dia 02 de outubro de 2007, do Ministério da Educação.

Hoje, a instituição oferece cursos tecnológicos de Eletrotécnica e Informática nas modalidades de ensino integrado e subsequente e Curso Superior de Licenciatura em Matemática. Conta com uma

equipe de 62 professores, 36 técnicos administrativos e 14 estagiários, para atender os cerca de 534 alunos matriculados.

Simões Filho

No município de Simões Filho, destaca-se a seguinte escola para capacitação:

SOS de Solda

Rua Padre Agenor Birner - Centro, Simões Filho, BA | CEP: 43700-000

Cursos de Solda Industrial, TIG e Eletrodo Revestido

Em atuação no município de Simões Filho, assim como Camaçari, há uma unidade do IFBA. O IFBA Simões Filho possui cerca de 1.200 alunos e 70 professores, 44 técnicos e 45 funcionários terceirizados. Os cursos oferecidos atualmente são: Eletromecânica, Mecânica, Metalurgia, Petróleo e Gás (PGN), além de licenciatura em Eletromecânica.

Candeias

Possui algumas escolas voltadas essencialmente para o setor de Petróleo e Gás.
JM Soldas

Rua Travessa Alagoas nº59 Bairro Pitanga Candeias CEP: 43810-340

Cursos: Soldagem TIG, MIG, ER, DUTOS, Inspeção de Solda Nível 1, Inspeção de LP, Inspeção de Caldeiraria e Lixador

Escola Traçado

Rua do Passé, Candeias-BA CEP: 43810-340

Curso: Encanador Caldeiro e Lixador Industrial

Salvador

Por ser o maior polo educacional do Estado, existem uma série de instituições atuando no seu território. O grande destaque é a presença de unidades do Sistema S, dentre elas, o SENAI. Existem duas unidades cujos cursos oferecidos são:

SENAI CIMATEC

Av. Orlando Gomes, 1845, Piatã - Salvador-BA

Cursos: Técnico em Manutenção Automotiva

SENAI DENDEZEIROS

Avenida Dendezeiros, 99 - Bonfim - Salvador - BA.

Cursos: Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico de Meio Ambiente, Técnico em Petroquímica, Técnico em Edificações e Técnico em Logística

De acordo com o levantamento junto as famílias dos pescadores durante a fase de campo, os dados primários mostram que há disponibilidade de mão de obra capaz de suprir a demanda, de acordo com os dados fornecido pelo empreendedor a partir do histograma de empregos previstos (Figura 8.3-265 e Figura 8.3-266).

ITEM	FUNÇÃO	MÊS											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	AJUD.PRAT.	35	50	70	80	90	95	90	80	70	60	40	30
2	ARMADOR	20	30	40	50	40	40	30	30	30	10	10	10
3	SOLDADOR	8	10	15	15	15	10	10	5	5	5	2	2
4	TRIPULAÇÃO	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0
5	CALDEIREIRO	5	10	15	15	15	10	10	5	5	5	5	0
6	CARPINTEIRO	0	5	10	15	15	15	10	8	5	5	5	5
7	OPERADOR DE GUIDASTE	0	1	3	3	3	3	3	4	4	4	3	0
8	ELETRICISTA	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1
9	MESTRE DE CRAVAÇÃO	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
10	PINTOR	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3
11	MECÂNICO	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
12	ENC. DE OBRA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
13	PEDREIRO	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
14	JATISTA	1	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	0
15	SUB ENC.DE PEDREIRO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
16	OFICIAL DE OPERADOR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
17	OPERADOR CONTRA MESTRE	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
18	MONTADOR	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
19	MEIO OFICIAL DE MECÂNICA	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
20	AJUD.PRAT.C MEIO OFICIAL	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
21	MERGULHADOR	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
22	SUPERVISOR DE MERGULHO	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
23	SUP. MECÂNICO	0	0	0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0	0	0
24	ENCANADOR	0	0	0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0	0	0
	SOMA	76	121	173	202	199	194	174	152	139	109	85	63

Figura 8.3-265. Cronograma de mão de obra (empregos diretos) na fase de implantação do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Braskem, 2014).

ITEM	FUNÇÃO	MES											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	ENGENHEIRO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
2	ENGENHEIRO SÊNIOR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
3	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
4	ENGENHEIRO JUNIOR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
5	TÉCNICO DE SEGURANÇA	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
6	TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
7	VIGIA	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
8	ENCAPONTADOR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
9	ALMOXARIFE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
10	AUX. SERV.GERAIS	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
11	FERRAMENTEIRO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
12	APONTADOR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	SOMA	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14

Figura 8.3-266. Cronograma de mão de obra (empregos indiretos) na fase de implantação do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Braskem, 2014).

Foram identificadas, através da aplicação dos 355 questionários nas comunidades da AID durante a execução dos trabalhos de campos (Figura 8.3-267 a Figura 8.3-272), profissões como:

Mapele: soldador, ajudante de pedreiro, pintor, segurança, auxiliar de produção e mecânico;

Caboto: soldador, operador de máquinas, armador, pedreiro, auxiliar de serviços gerais, mecânico e topografo;

Passé: vigilante, auxiliar de pedreiro, encanador caldeireiro e marceneiro;

Ilha de Maré: soldador, segurança, ajudante de pedreiro, pintor, auxiliar de logística e auxiliar administrativo;

Passagem dos Teixeiras: carpinteiro, lixador, soldador, ajudante prático e pedreiro;

Boca do Rio: soldador.

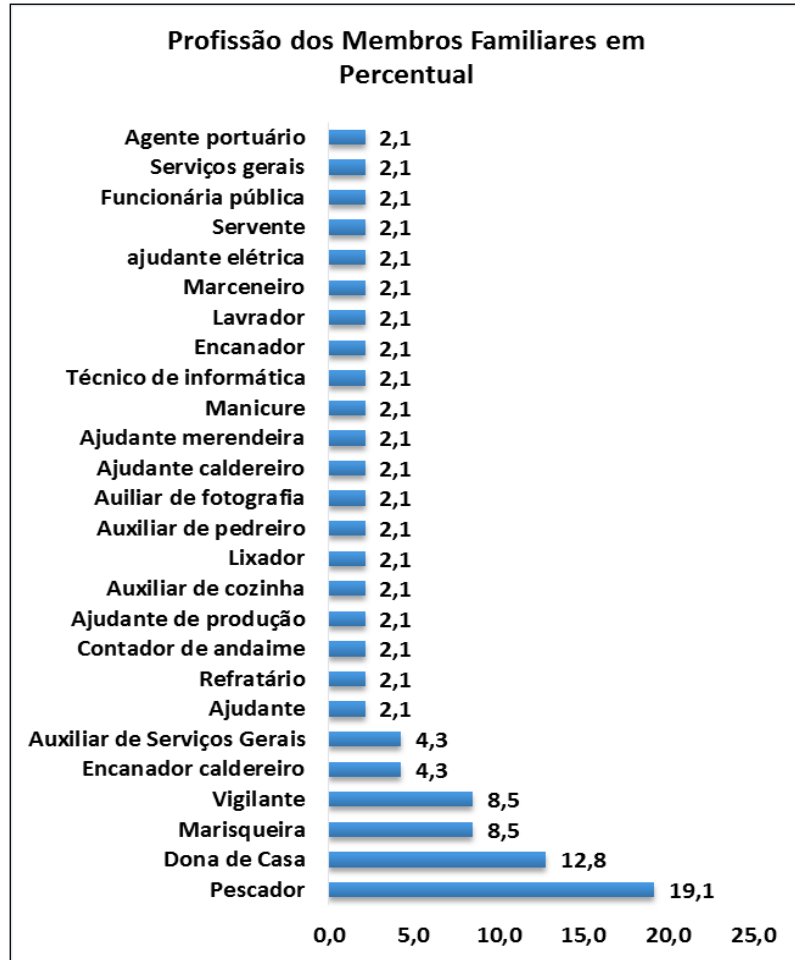


Figura 8.3-267. Profissão dos membros familiares dos Pescadores de Passé em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

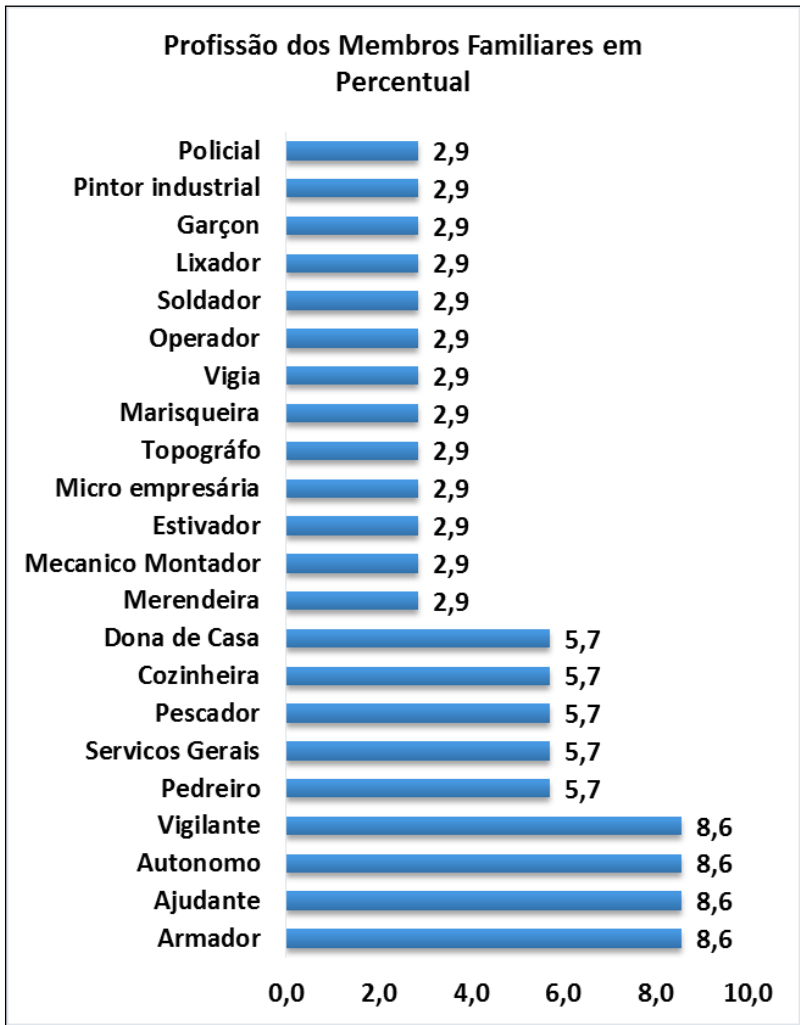


Figura 8.3-268. Profissão dos membros familiares dos Pescadores de Caboto em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

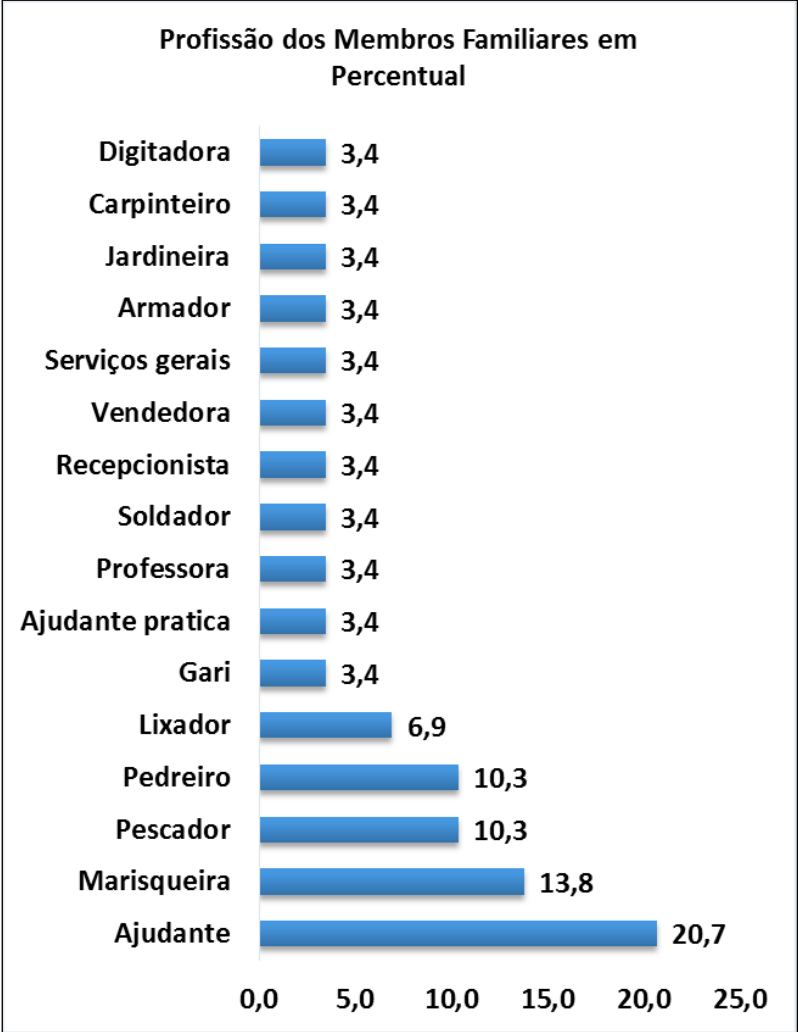


Figura 8.3-269. Profissão dos membros familiares dos Pescadores de Passagem dos Teixeiras em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014)

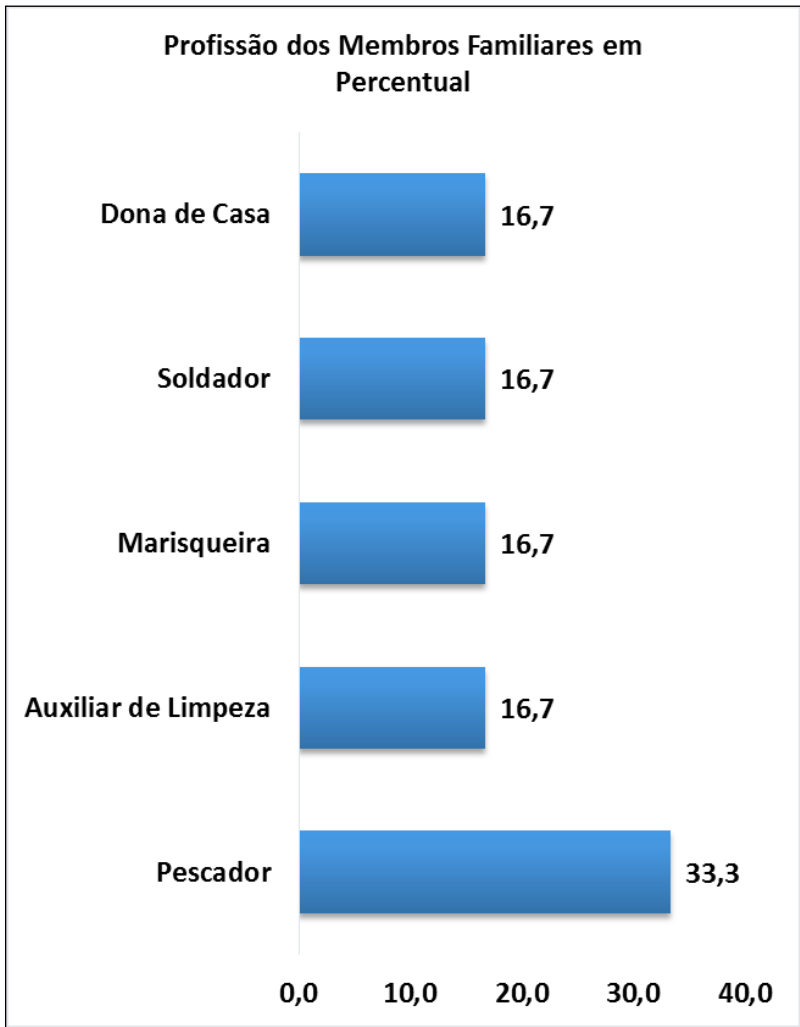


Figura 8.3-270. Profissão dos membros familiares dos Pescadores de Boca do Rio em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

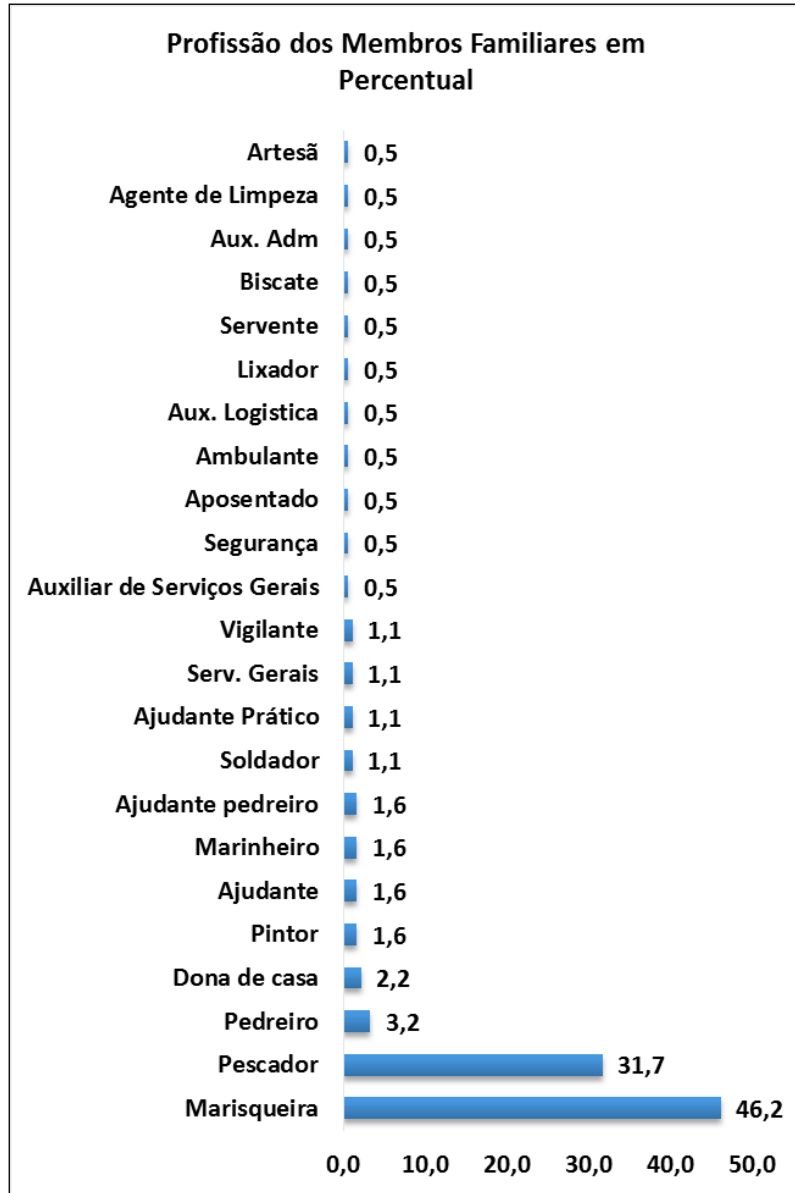


Figura 8.3-271. Profissão dos membros familiares dos Pescadores em Ilha de Maré em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

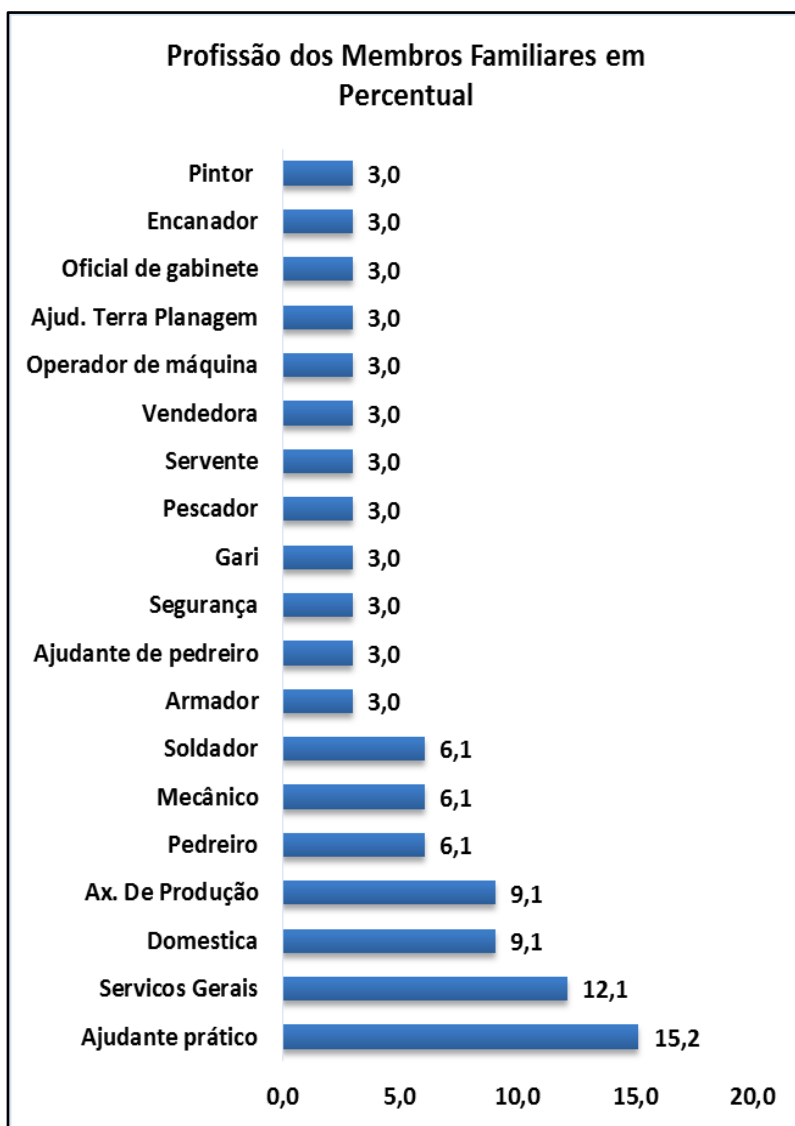


Figura 8.3-272. Profissão dos membros familiares dos Pescadores em Mapele em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Isso, portanto, contribui para que a atração de população para AID seja remota, pois a mão de obra já estará disponibilizada na região e residindo nas comunidades pesquisadas. O impacto será baixo, considerando fatores de tempo (12 meses) e quantidade de funcionários exigidos (pouco mais de 200 pessoas no seu momento de pico), e que atuarão principalmente no canteiro da empresa BELOV Engenharia em Mapele, a ser contratada pela Braskem.

Impactos, como déficit para o sistema habitacional, não deverão ser potencializados considerando o histograma de mão de obra. Os dados da All a partir de levantamentos junto a Fundação José Pinheiro e o Censo do IBGE demonstram que os municípios possuem déficit habitacional (ver item 8.3.3.10 – Habitação), mas concentrado principalmente em setores específicos das sedes dos municípios da Área de Influência. Obviamente que o déficit poderia ser acentuado caso houvesse

uma grande alocação de mão de obra externa a região, principalmente no município de Candeias, local da implantação do píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem, e em Simões Filho, especificamente na localidade de Mapele, onde fica o canteiro da empresa BELOV Engenharia, fundada em 1981, e tem como principais atividades as obras portuárias, além de ser licenciado ambientalmente através do INEMA-BA desde 2010 (Figura 8.3-273).



Figura 8.3-273. Estaleiro da Belov Engenharia em Mapele – Simões Filho-BA (Fonte: Nilton Souza, 2014).

Simultaneamente, esses funcionários terão uma infraestrutura de logística compatível para que sejam encaminhados até a sua residência após o término do expediente. O plano de deslocamento dos funcionários será melhor detalhado pela Braskem antes do início das obras, para que o IBAMA inclusive, possa avaliar e emitir qualquer comentário.

Caso as vagas existentes sejam complementadas com pessoas não residentes na AID, a logística não deverá ser alterada. O plano irá abarcar esses funcionários para que sejam encaminhados até os locais de moradia. É importante lembrar que ao disponibilizar a estrutura de transportes, sem depender do atual sistema público que hoje atende a AID, o empreendedor evita possíveis impactos que possam diminuir ainda mais a qualidade dos serviços prestados.

Considerando a utilização de micro-ônibus, a força tarefa caso seja de 100% de moradores da AID poderia ser atendida por um total de 10 veículos, o que representa também, pouco impacto no tráfego da região que é ligado por vias de grande porte como a BR-324 e a BA-524. Dados obtidos junto a concessionária Via Bahia, responsável pela administração da BR-324 após leilão realizado sob a coordenação do governo federal, no mês de agosto de 2014, o montante diário foi de 41.612 veículos a utilizar a estrada.

8.3.7 Turismo

A atividade turística, se desenvolvida de forma planejada, tem um papel de extrema relevância, tanto para a economia, quanto para a sociedade como um todo. Dados disponibilizados em várias bases de informações demonstram um crescimento exponencial dessa atividade em diversas localidades do mundo.

Nesse sentido, as preocupações com os impactos oriundos do turismo são cada vez maiores, o que tem implicado em estudos, debates e implantação de medidas preventivas e protecionistas que ajudem a salvaguardar os ambientes sociais e naturais.

De acordo com BARRETTO (2003), o conceito de turismo implica na existência, também, de recursos, infraestrutura e superestrutura jurídico-administrativa. O que pode ser observado é que a AID, portanto, não reúne de forma contundente, campo de turismo. A exceção encontra-se, conforme denota o conceito de BARRETTO, aos que estão inseridos nas oportunidades vinculadas as atividades náuticas através das marinas, movimentando uma cadeia de fornecedores, tornando assim, bastante restrito o campo. A própria condição das comunidades, também, é desfavorável com poucos equipamentos gastronômicos, píeres (quando existentes) em péssimo estado de conservação (Figura 8.3-274 e Figura 8.3-275), ausência de hotéis ou pousadas, problemas de saneamento básico entre outros, apesar das belezas naturais da Baía de Aratu. Partindo dessa inexistência de atividade turística conceituada, não foi possível realizar entrevistas qualificadas, conforme solicitação do TR sobre o assunto. Como exposto, após pesquisa em dados oficiais do governo, dados secundários da região e observação direta em campo a atividade turística não encontra respaldo através de infraestrutura capaz de manter os visitantes na região, assim como serviços especializados que costumam caracterizar esse setor.



Figura 8.3-274. Píer na localidade de Caboto (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-275. Píer na localidade de Passé (Fonte: Bourscheid, 2014).

Ainda segundo BARRETTO (2003) é preciso que haja essa separação entre o turismo e o lazer. Enquanto o turismo é algo que exige condições peculiares para sua prática, o lazer é considerado uma necessidade das pessoas, para recompor suas forças de trabalho e posteriormente, tornar-se um bem de consumo. As comunidades da AID, de forma geral (exceto Ilha de Maré), podem ser acessadas através de linhas regulares de ônibus intermunicipal ou com uso de veículos próprios. A existência de estradas federais (BR-324) e estaduais (BA-524) torna, portanto, o acesso rodoviário mais frequente e mais vantajoso do ponto de vista do ganho de tempo. Assim, o que acontece com frequência nos finais de semana e motiva essa comunicação entre os moradores das comunidades e

peças residentes nos municípios da Área de Influência são ações pontuais de lazer, com bastante fluidez, que se intensificam no verão. Durante o período de outono/inverno, esse movimento cai significativamente devido as chuvas e as condições do mar, que muitas vezes, impossibilitam a utilização de embarcações de pequeno porte.

As embarcações que transitam na AID (exceto as que se dirigem para os portos na região ou vinculadas as marinas) normalmente estão sob uma atividade informal de transportes de uma parte da população que desenvolve o fluxo, principalmente por demanda, dado que a locação da embarcação com poucos passageiros torna-se bastante custosa. Como exemplo estão os fluxos entre Caboto-Ilha de Maré e Passé-Ilha de Maré. O acesso a outras localidades fora desses roteiros, como por exemplo, Caboto-Santana (Ilha de Maré), tem preços diferenciados, e conseqüentemente mais altos.

Para esse ponto, quanto ao transporte de passageiros, foi publicada a Lei Estadual nº 12.044/2011 que disciplina o Sistema de Transporte Hidroviário Intermunicipal de Passageiros e Veículos do Estado da Bahia – SHI. No âmbito geral, o transporte de passageiros por meio hidroviário em formas adequadas tem as seguintes características: regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, cortesia na sua prestação e modicidade nas tarifas.

Sobre tais condições, vale dizer que entende-se por regularidade: a efetiva manutenção da qualidade na prestação dos serviços; continuidade: a prestação do serviço público não deve ser interrompida, sua prestação deve ser contínua, a fim de evitar colapso nas atividades dos particulares; eficiência: reclama que o poder público se atualize com os novos processos tecnológicos, de modo que sua execução seja mais proveitosa com o menor dispêndio possível; segurança: o serviço público não pode colocar em risco a vida dos administrados que não podem ter sua segurança comprometida; atualidade: compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, e sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço; cortesia: os serviços públicos devem ser prestados aos seus usuários com cortesia; modicidade nas tarifas: os serviços devem ser prestados a preços módicos, devendo o poder público avaliar o poder aquisitivo do usuário, para que este, em dificuldades financeiras, não seja alijado do universo do serviço público até porque o lucro não é meta da função administrativa (SEINFRA, 2013).

A Baía de Todos os Santos tem ao todo 10 linhas hidroviárias oficialmente reconhecidas pela Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia segundo o Plano Diretor do Sistema de Transporte Hidroviário Intermunicipal de Passageiros e Veículos da Baía de Todos os Santos de 2013. As demais formas de transporte de passageiros são consideradas como informais. Apenas uma linha desse total está inserida na AID, que por assim dizer, seria a face mais organizada da atividade turística a ocorrer

na Ilha de Maré onde linhas aquaviárias regulares entre Salvador e algumas localidades do distrito através de embarcações consolidaram alguns equipamentos (Apêndice 29 – Ver Mapa Principais Rotas de Transporte Náutico de Passageiros na AID).

Segundo dados da SEINFRA (2013), tais linhas têm as seguintes características apresentadas na abaixo (Tabela 8.3-37):

Tabela 8.3-37. Informações Linhas em São Tome de Paripe e Ilha de Maré

Informações Linhas em São Tomé de Paripe (STP)		
Dados	STP-Botelho-Gambôa	STP-Santana-Praia Grande
Tempo Médio de Travessia	30 Min	40 Min
Tarifa - Seg a Sexta	R\$ 3,00	R\$ 4,00
Tarifa - Sáb/Dom/Feriados	R\$ 4,50	R\$ 4,50

Fonte: SEINFRA, 2013.

Como já citado no item 8.3.4, a falta de equipamentos para atender as embarcações em conjunto com as limitações ambientais naturais, também dificultam a presença de modelos de maior porte ou conhecidas como escunas e que estão muito presentes entre Salvador e as demais ilhas (Itaparica e Frades).

Oficialmente o suporte as linhas hidroviárias na Baía de Todos os Santos estão baseadas em 18 equipamentos (atracadouros), sendo que três (3) estão na AID, todos na Ilha de Maré, nas localidades de Botelho (Figura 8.3-276), Santana e Praia Grande (Apêndice 29 – Mapa Principais Rotas de Transporte Náutico de Passageiros na AID). O primeiro é operado pelo Sr. Alberico Conceição Soares através de concessão outorgada, e já vencida em 2012. Já o terminal de Santana, assim como o de Praia Grande, foi construído pela Prefeitura de Salvador.



Figura 8.3-276. Vista para o píer na localidade de Botelho, pertencente a Ilha de Maré – Coordenada UTM Datum WGS84 552709/8586805 (Fonte: Bourscheid, 2014).

O Terminal Hidroviário de Praia Grande, localizado na Ilha de Maré (Salvador), não possui estrutura adequada para segurança e conforto dos passageiros. Em Santana, as suas instalações possuem apenas o píer para atracação, desprovido de segurança, pois não há guarda-corpo em toda sua extensão. Não há escada para acesso, forçando as pessoas a saltarem do barco para o terminal. Não existe estação de embarque no terminal.

Pesquisa sobre a qualidade desses atracadouros, feita pela SEINFRA (2013), encontrou os seguintes resultados apresentados na Tabela 8.3-38 abaixo. Tais linhas, a partir de dados do referido ano apontam:

Tabela 8.3-38. Resultado da pesquisa sobre a qualidade desses atracadouros feitos pela SEINFRA (2013).

Aspecto Avaliado	Botelho	Santana	Praia Grande
	Nota	Nota	Nota
Atendimento e Receptividade	1	1	1
Acessibilidade	2	1	1
Estado de Conservação das Instalações	3	1	1
Sinalização e Comunicação	1	1	1
Automação	1	1	1
Adequação/Funcionalidade das Instalações	2	1	1
Segurança do Terminal	2	1	1
Limpeza/Higiene do Terminal	1	1	1
Conforto	1	1	1
Integração com o Sistema Rodoviário	1	1	1

Legenda: 1-Péssimo, 2-Ruim, 3 -Regular, 4-Bom e 5-Ótimo Fonte: SEINFRA, 2013

Segundo a pesquisa da SEINFRA os principais motivos que atendem a linha entre Salvador e Ilha de Maré é essencialmente o trabalho (Figura 8.3-277).

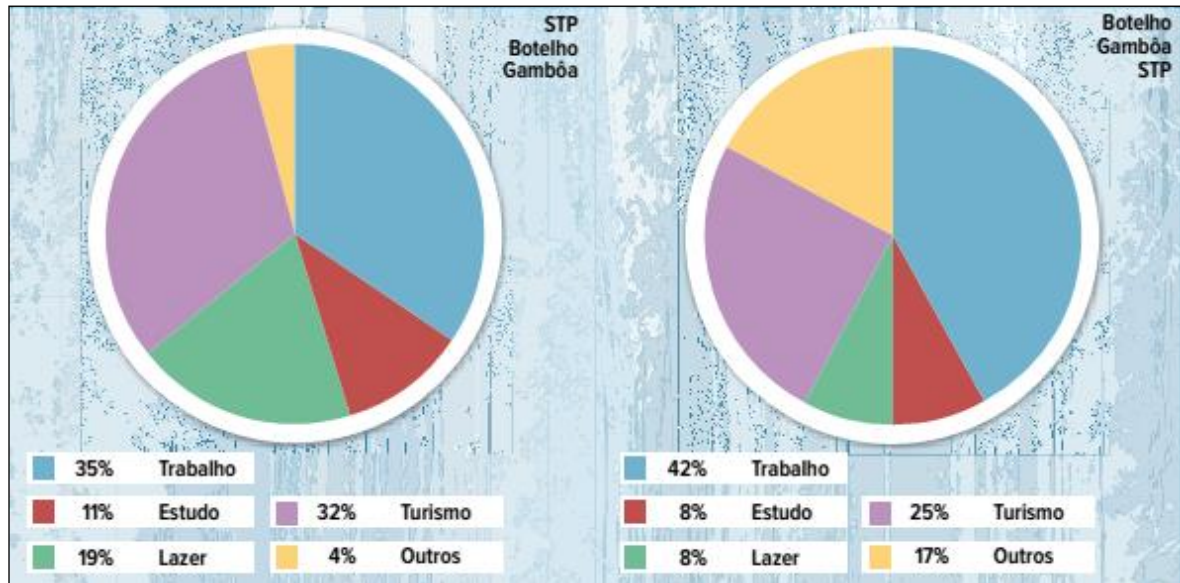


Figura 8.3-277. Motivo das viagens das linhas do Terminal de São Tome de Paripe para Ilha de Maré (Fonte SEINFRA, 2013).

O recorte quanto ao turismo para as áreas de influência direta e diretamente afetada não apresenta a mesma envergadura quando se compara a dinâmica da Baía de Todos os Santos a partir da capital do Estado, Salvador. É nela que estão centralizados os serviços e maiores disponibilidade de equipamentos turísticos (hotéis, pousadas, clubes náuticos) visando o atendimento ao visitante.

Estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o Programa da Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR – NE II) em 2001, a pedido do Governo da Bahia, identificou que de forma geral:

Na Baía de Todos os Santos as atividades de extração de petróleo estão em declínio e o refino, o embarque e o desembarque de derivados de petróleo se localizam especificamente em Madre de Deus e Candeias, onde as atividades turísticas são bastante incipientes. Nos demais municípios não há nenhuma atividade de importância que venha a conflitar (BAHIATURSA, 2001, p. 143).

O turismo representa hoje, para o Polo Salvador e entorno, uma das possibilidades do processo de desenvolvimento trazendo consumidores para regiões, em sua maioria deprimidas, melhorando a condição de vida da população, agregando valor à produção local e ampliando a perspectiva para novos negócios em função dos investimentos públicos e privados e dos gastos dos turistas (PDITS, 2001).

Assim, investimentos que vislumbrem um maior potencial da Baía de Todos os Santos podem direta ou indiretamente impactar na dinâmica da AID, visto que existem elementos de importância cultural e natural. Partindo dessa premissa, o Governo do Estado da Bahia desenvolveu em 2010, o Plano

Estratégico de Turismo Náutico da Baía de Todos os Santos buscando dar maior visibilidade, não apenas ao cenário natural, mas contribuir com a oferta de serviços que possam integrar comunidades próximas. Esse plano é um dos diversos instrumentos de forma a garantir que a Lei nº 12.933 de 2014 que instituiu a Política Estadual de Turismo possa contribuir com esse nicho turístico. No seu Art. 41, parágrafos II, III e IV diz que:

II - promover a normatização, a sinalização e o balizamento dos roteiros náuticos;

III - fomentar a implantação de empreendimentos de apoio às atividades náuticas como a construção de marinas e estações náuticas, centros de qualificação e capacitação, oficinas de reparos e outros;

IV - apoiar programas estratégicos de captação e realização de eventos náuticos esportivos.

Talvez seja o turismo náutico, aquele com maior potencial a partir das análises das políticas do Governo do Estado da Bahia, que possam influenciar no desenvolvimento da atividade turística na AID no futuro. Uma das bases para esse argumento está centralizado na presença de Marinas existentes na Baía de Aratu, principalmente no município de Simões Filho (Ver Mapa Praias – Apêndice 30). São destaques o Aratu late Clube, o Ocema late Club e a Marina Aratu.

O Aratu late Clube é o mais antigo dentre eles, com fundação ainda no início dos anos 60 (Figura 8.3-278 e Figura 8.3-279). Atualmente essa instituição conta estruturas como restaurantes, 112 poitas para fundeio, 160 vagas em píer flutuante, áreas cobertas para embarcações, abastecimento de água, óleo diesel e energia elétrica para os barcos, assim como área pavimentada para manutenção dos barcos. Itens semelhantes também podem ser encontrados na Marina Aratu e no Ocema late Club (Figura 8.3-280 e Figura 8.3-281). São equipamentos que dão suporte a esse nicho turístico, mas voltado principalmente para pessoas com maior poder aquisitivo, em contraponto as demais estruturas existentes na AID. A presença do Terminal de Uso Privativo da Braskem não deverá alterar esse quadro, pois não interfere nessas instituições. O trânsito de embarcações, como as que são vinculadas as marinas, seguem normas específicas da Capitania dos Portos do Estado da Bahia. Os condutores são obrigados por lei a possuir a Carteira de Habilitação Amador (CHA) da Marinha Brasileira.



Figura 8.3-278. Aratu late Clube localizado no distrito Ilha de São João em Simões Filho – Coordenada UTM Datum WGS84 558501/8583399 (Fonte: Aratu late Clube,2015).



Figura 8.3-279. Aratu late Clube localizado no distrito Ilha de São João em Simões Filho – Coordenada UTM Datum WGS84 558501/8583399 (Fonte: Aratu late Clube,2015).



Figura 8.3-280. Marina Aratu em Simões Filho – Coordenada UTM Datum WGS84 559133/8585070 (Fonte: Página do Facebook do da Marina Aratu, 2015).



Figura 8.3-281. Marina Aratu em Simões Filho – Coordenada UTM Datum WGS84 559133/8585070 (Fonte: Página do Facebook do da Marina Aratu, 2015).

No caso do município de Candeias, local do empreendimento em fase de licenciamento em questão, um dos elementos que corrobora a política de governo do Estado da Bahia é o antigo Engenho da Freguesia ou Museu Wanderley de Pinho (Figura 8.3-282, Figura 8.3-283 e Figura 8.3-284).

Erguido no século XVI, à margem da Baía de Todos os Santos, em Caboto, o antigo Engenho Freguesia foi transformado em museu casa em 1971 devido ao seu valor histórico e a sua importância para a

região do Recôncavo Baiano. Construído em terras doadas pelo então Governador-Geral do Brasil, Mem de Sá, o casarão foi alvo das invasões holandesas, em 1624, e vivenciou momentos de apogeu na produção de açúcar até a segunda metade do século XIX. Quando as leis abolicionistas passaram a vigorar no país, o engenho entrou em decadência e, em 1890, as moendas de cana-de-açúcar foram desativadas.

Seu conjunto arquitetônico inclui casa-grande com 55 cômodos, fábrica e capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição da Freguesia. O acervo é composto das seguintes coleções: imaginária, mobiliário, paramentos, indumentária, desenho, pintura, cerâmica e fotografia, além de peças de tecnologia rural e industrial e instrumentos de suplício. Atualmente, devido à realização de obras para recuperação física do seu conjunto arquitetônico, o Museu do Recôncavo Wanderley Pinho está fechado para visita.

O Engenho Freguesia e o seu entorno é um dos espaços da Secretaria de Cultura (SecultBA) com o nome Museu do Recôncavo Wanderley de Pinho. Trata-se de um dos principais símbolos arquitetônico-paisagísticos do Brasil colonial, por deter extensa área verde de mata, como a original, ter acesso marítimo típico da era colonial e conservar suas principais edificações.

O complexo do Wanderley fica em frente à Ilha de Maré, às margens da Baía, em Caboto, município de Candeias. A casa de quatro pisos, que está implantada em uma encosta, possui esquadrias do século XVIII e grades do século XIX. No forro de um dos sótãos está o brasão do Conde de Passé. Cozinha coifas e chaminés de tipo português alentejano são outras características. A grande capela anexa possui medalhão de N. Sra. da Conceição e altar neoclássico.

Este é um dos raros exemplares conhecido no Brasil de edifício residencial desenvolvido em torno a dois pátios. Pelas vergas de arco abatido, a planta da capela com corredores laterais e tribunas o prédio data do século XVIII enquanto o pátio aparenta ser do século XVII, mas o engenho é do século XVI (DIMUS, 2015).

Apesar de desativado a algum tempo, esse equipamento deverá ser reaberto através de uma parceria entre o Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para fornecer uma gama de serviços e atrair turistas, principalmente da vertente náutica. A aposta, também, é que a reinserção desse elemento histórico no cotidiano da Baía de Aratu possa gerar oportunidades de trabalho para comunidades próximas, principalmente Caboto.



Figura 8.3-282. Engenho Freguesia ou Museu Wanderley de Pinho na AID de Candeias-BA (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-283. Engenho Freguesia ou Museu Wanderley de Pinho na AID de Candeias-BA (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-284. Vista para o píer desativado do Museu foto Museu Wanderley de Pinho na AID de Candeias-BA (Fonte: Bourscheid, 2014).

Basicamente, na AID, a atividade turística, mostra-se, ainda, em condições pouco profissionais. A falta de infraestrutura, de certa forma, não produz um quadro de manutenção do visitante. Os destaques são notadamente a culinária, os passeios de barcos e algumas praias utilizadas por moradores das próprias comunidades na região (ver Apêndice 8.30 – Mapa Praias). Isso pode ser uma consequência da forma em que a atividade econômica da Área de Influência, principalmente para os municípios de Simões Filho e Candeias, tenha se concentrado basicamente no setor secundário (Figura 8.3-285).

Apesar da sua importância, e como já analisado no item 8.3.5 – Caracterização Econômica, o setor industrial é a principal alavanca econômica da região, representando 61,48% do PIB de todo o município de Camaçari, 32,81% do de Candeias e 36,81% do de Simões Filho. A inexistência de grandes empreendimentos fabris em Salvador, que foram instalados ou deslocados para os demais municípios da sua região metropolitana, fez com que a sua estrutura de serviços, dentre eles, mas não isoladamente, o turismo, como foco de riqueza na Capital Baiana fosse mais desenvolvida para ocupar a lacuna econômica deixada.

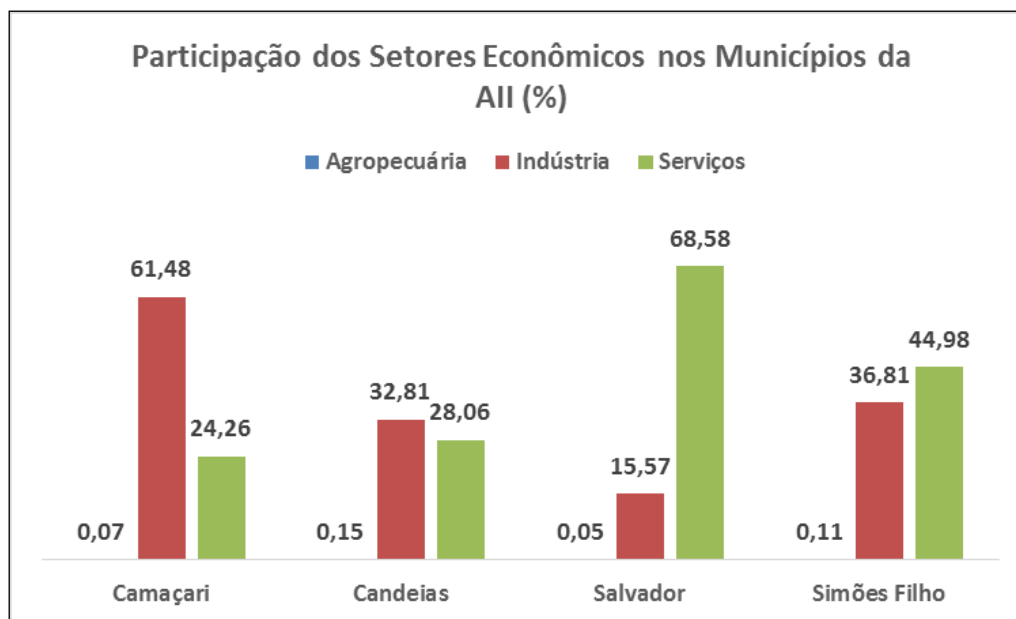


Figura 8.3-285. Participação dos setores econômicos nos municípios da área de influência (Fonte: SEI e IBGE, 2010).

Levantamento de dados junto ao Ministério do Trabalho através da RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) para seguintes ocupações: Guias de Turismo, Supervisores dos Serviços de Transporte de Turismo, Turismo, Hotelaria e Administração de Edifícios, Técnicos em Turismo, Técnicos Marítimos, Fluviários e Regionais de Convés e Trabalhadores na Navegação Marítima, Fluvial e Regional, com base no ano de 2014, revelou o seguinte quadro considerando os municípios da AID (Tabela 8.3-39).

Tabela 8.3-39 Empregos formais na área de turismo e navegação na Área de Influência Indireta.

Município	Guias de Turismo	Supervisores dos Serviços de Transporte de Turismo, Turismo, Hotelaria e Administração de Edifícios	Técnicos em Turismo	Técnicos Marítimos, Fluviários e Regionais de Convés	Trabalhadores na Navegação Marítima, Fluvial e Regional
Salvador	25	1629	511	38	620
Simões Filho	-	28	1	-	12
Candeias	-	7	-	1	13
Total	25	1664	512	39	645

Fonte: RAIS do MTE (2015).

Não existem dados desagregados por comunidades, mas os valores em geral, considerando a totalidade dos municípios, mostra que cabe a Salvador a maior concentração de profissionais voltados para o turismo no mercado formal. Em Candeias, como um todo, havia apenas um total de 21 profissionais, enquanto em Simões Filho, 41 pessoas.

Na área diretamente afetada (ADA) existe uma pequena faixa remanescente de areia conhecida como “prainha” pelas pessoas da região, seja pela prática da pesca (em menor escala frente a outras

áreas citadas), conforme alguns depoimentos, mas principalmente pelo lazer informal sem equipamentos que lhe deem suporte. Alguns fatores fizeram dessa área uma referência, dentre eles, o seu “isolamento” natural de grandes contingentes populacionais. Por outro lado após a implantação do Porto de Aratu-Candeias, também, tornou o seu acesso muito mais restrito, ainda que o terrestre esteja sendo feito de forma irregular pela área da CODEBA. No verão, a presença de pessoas é bastante razoável. Mas isso, por si só, não é suficiente para caracterizar uma atividade turística e sim de lazer (Figura 8.3-286 e Figura 8.3-288). A “prainha” não possui atracadouros, serviços gastronômicos ou estabelecimentos de hospedagem. A venda de bebidas ou alimentos é realizada em caráter informal por pessoas que tem acesso a mesma através do suporte de veículos ou embarcações.

É importante frisar que a ADA não se configura como uma via oficial de embarcações para o transporte de pessoas devido à presença do Porto de Aratu e outros empreendimentos portuários (ver Apêndice 29 - Mapa das Principais Rotas de Transporte Náutico de Passageiros na AID, A Apêndice 30 - Mapa de Praias). É uma área que, portanto, sob a ótica da questão do turismo ou mesmo lazer, não pode ser caracterizada como tal, tampouco indicada para tal atividade, conforme o PDDU e o zoneamento do porto de Aratu (ver Apêndice 31 - Mapa Uso e Ocupação).



Figura 8.3-286. Utilização da ADA como área de lazer por moradores da região, fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-287. Utilização da ADA como área de lazer por moradores da região, fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Segundo depoimentos de moradores da Comunidade Boca do Rio durante a reunião na Colônia de Pescadores Z-54 de Candeias, localizada no distrito de Passé, no dia 19 de abril de 2013 para apresentação do empreendimento, juntamente com a presença do IBAMA, a utilização dessa área por pessoas oriundas de outros locais que contam com o suporte de embarcações de pequeno porte, contribuem para os casos de prostituição.

Outro ponto negativo é que a presença de visitantes ao local, principalmente nos finais de semana, resulta em significativa produção de lixo, sem o devido recolhimento (Figura 8.3-288), pois não existem equipamentos para sua disposição e a Prefeitura de Candeias, por se tratar de uma área portuária sob responsabilidade da CODEBA, não realiza a devida coleta. Esse é um impacto que certamente, a partir da implantação do empreendimento, uma vez que a área não tenha mais a frequência de moradores da região por questões de segurança, deverá cair sensivelmente a partir da execução de um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos pela Braskem.



Figura 8.3-288. Lixo produzido pelos visitantes na ADA.

Como posto anteriormente, a ADA ou área da “prainha”, após a implantação do Porto de Aratu, não possui acesso terrestre regular, seja para pedestres ou para veículos. Uma das razões decorre da área portuária, administrada pela CODEBA, ser vinculada a instância federal e por isso, ser obrigada a cumprir requisitos de segurança baseados no Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias, também conhecido como *ISPS CODE* em inglês. A aplicabilidade desses parâmetros é uma obrigação legal assumida pelo país, o qual é signatário por tratados internacionais e submetida em diversos equipamentos portuários ao redor do globo.

Uma das proibições, a partir da implantação desse protocolo de segurança no Porto de Aratu, é não permitir a entrada e circulação de pessoas que não estejam vinculadas as atividades inerentes as empresas do porto organizado e terminais privativos. Essas pessoas precisam, inclusive, estar cadastradas nos sistemas de identificação. A exceção a esse quadro, são os habitantes da comunidade Boca do Rio, que por residirem na área do Porto Aratu-Candeias, pois são remanescentes dos processos de desapropriação para instalação do mesmo (próximo ao atual local onde deve ser instalado o Terminal de Uso Privativo da Braskem) conseguem acessar a ADA. Apenas por meio de embarcações, o acesso a “prainha” ocorre de forma regular, mas informal. Entretanto, essa situação, também, não é considerada adequada e/ou recomendada por potencializar a ocorrência de acidentes envolvendo os navios que aportam nos berços de atracação do Porto de Aratu ou que utilizam o canal de Cotegipe em direção a outros terminais na região.

A inserção do píer tem potencial de causar dois impactos socioeconômicos: o primeiro seria a restrição de parte da área utilizada para lazer pelos habitantes da região, caso o acesso seja

definitivamente proibido, a partir de normas de segurança e estudos de riscos; o segundo seria uma eventual diminuição da venda informal de bebidas aos visitantes realizadas pelos moradores da comunidade Boca do Rio.

Apesar do reconhecimento dessa área como um dos pontos de lazer das comunidades, a aplicação de 355 questionários junto aos pescadores na região mostrou que não cabe necessariamente a “prainha” o principal espaço de amenidades dos moradores. Os resultados, por comunidade, foram compilados abaixo:

Mapele

Sobre as opções de lazer, os entrevistados em Mapele, 77% informaram que este é desenvolvido na própria comunidade, enquanto 21% o fazem em outro município. A prática do lazer em outros distritos ou comunidades de Simões Filho é praticado por apenas 2% do total de entrevistados (Figura 8.3-289 e Figura 8.3-290).

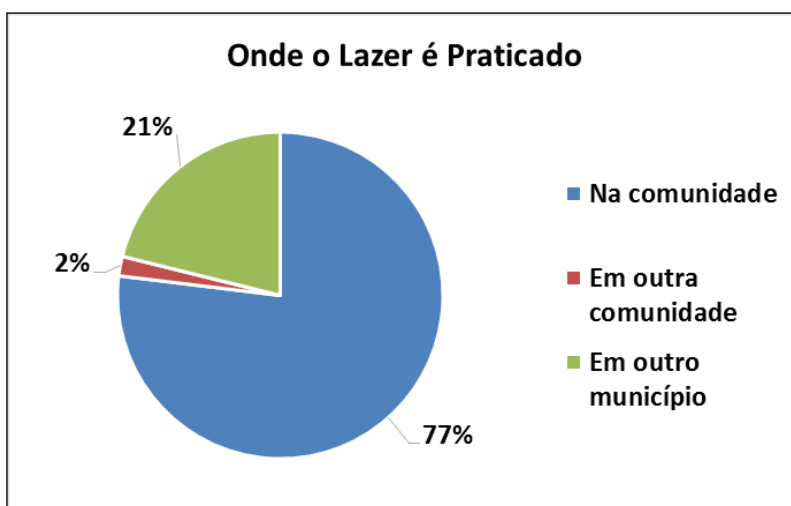


Figura 8.3-289. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

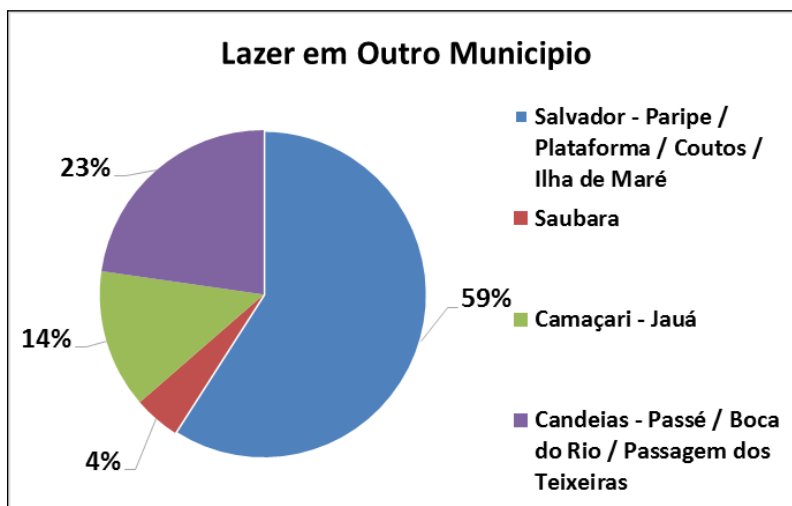


Figura 8.3-290. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Boca do Rio

Os entrevistados de Boca do Rio informaram que 100% do lazer é desenvolvido na “prainha”, ou seja, na ADA.

Passé

Sobre as opções de lazer para os pescadores artesanais de Passé, 84% informaram que o lazer é desenvolvido na própria comunidade, enquanto 8% o fazem em outro município. A prática do lazer em outros distritos ou comunidades de Candeias é praticado por apenas 8% do total de entrevistados (Figura 8.3-291). O lazer quando desenvolvido em outros municípios não apresenta distância significativa e está bastante centralizada na All ou próximo a ela. Para os pescadores artesanais de Passé, Madre de Deus é o principal destino (67%) segundo a Figura 8.3-292. Para os que praticam no mesmo município da pesquisa (Candeias), foram citadas as comunidades de Caboto e Mata do Cavalo (Figura 8.3-293).

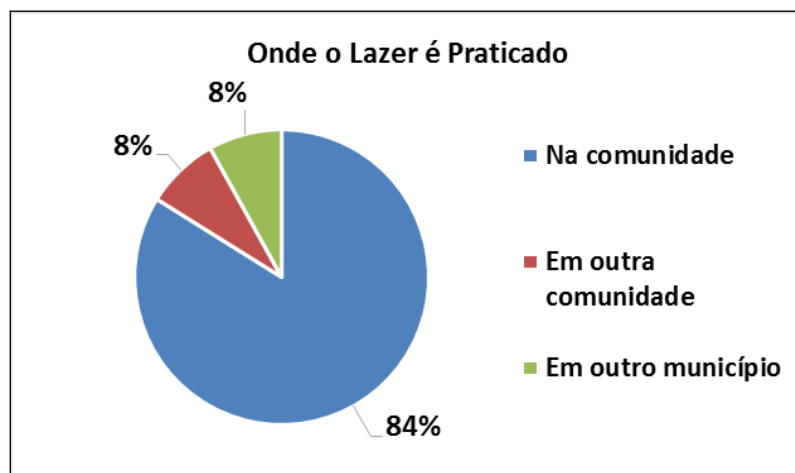


Figura 8.3-291. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

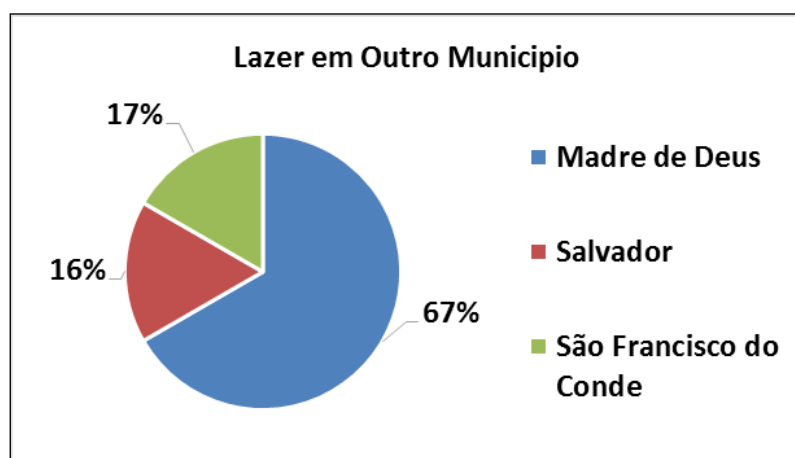


Figura 8.3-292. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

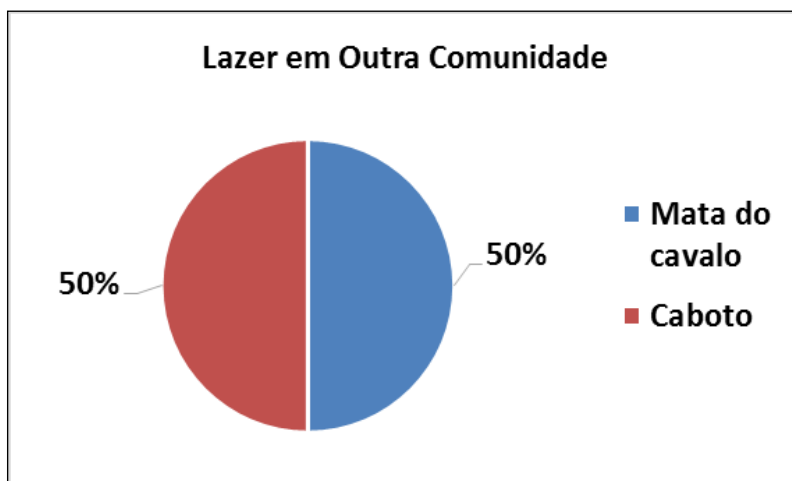


Figura 8.3-293. Lazer em Comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Caboto

Sobre as opções de lazer para os pescadores artesanais de Caboto, 79% informaram que o lazer é desenvolvido na própria comunidade, enquanto 13% o fazem em outro município (Figura 8.3-294). A prática do lazer em outros distritos ou comunidades de Candeias é praticado por apenas 8% do total de entrevistados, destacando-se a área da ADA, “prainha” e o distrito de Passé (Figura 8.3-295).

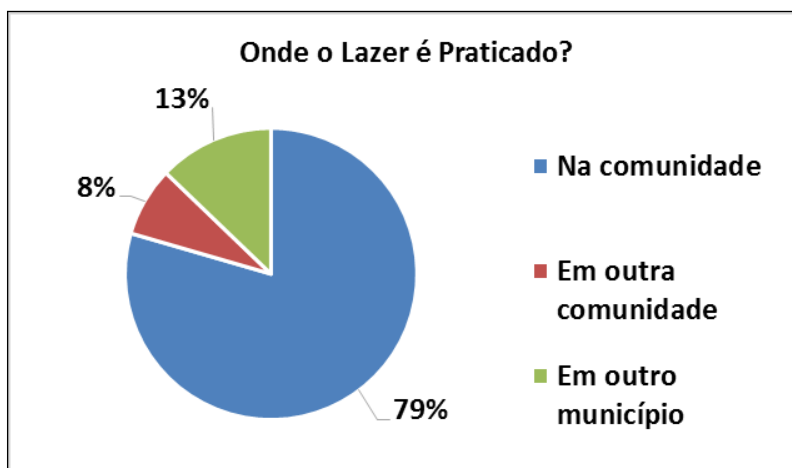


Figura 8.3-294. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

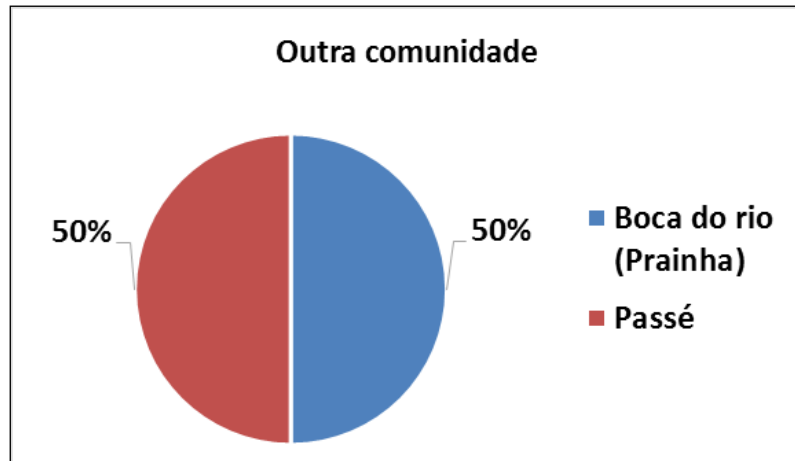


Figura 8.3-295. Lazer em outra comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O lazer quando desenvolvido em outros municípios não apresenta distância significativa e está bastante centralizado na AII/AID. Salvador era o principal destino. A Ilha de Maré vinha como opção segundo 17% dos entrevistados que realizavam o lazer no município de Salvador (Figura 8.3-296).

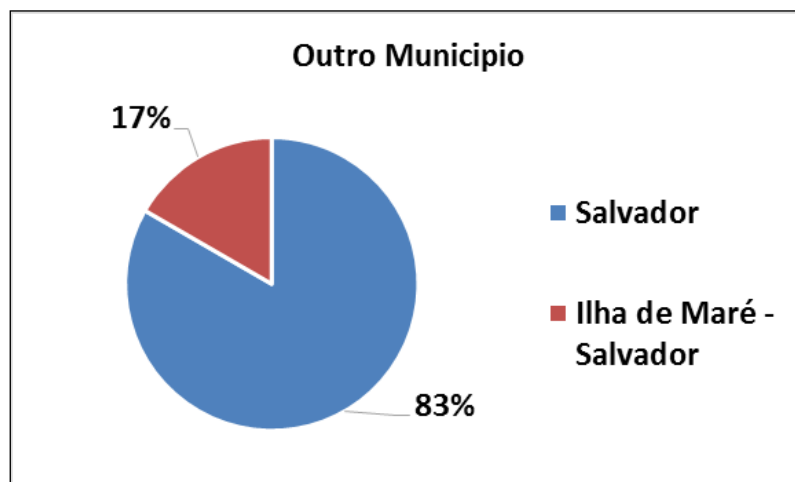


Figura 8.3-296. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

Um total de 96% dos entrevistados informou que este é desenvolvido na própria ilha, enquanto 4% o fazia em outro município (Figura 8.3-297).

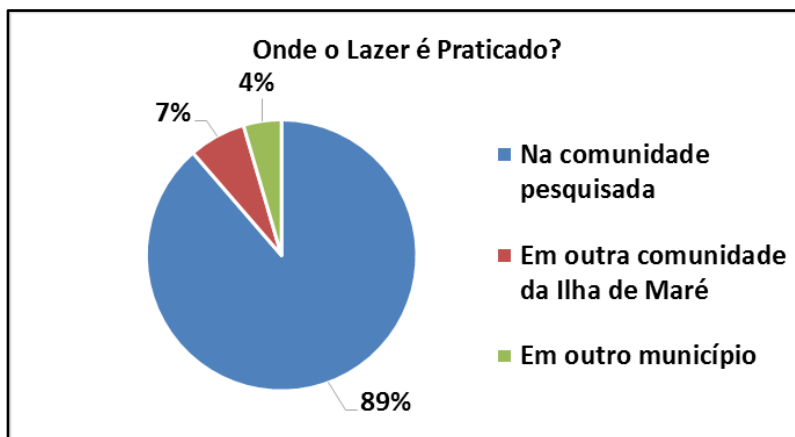


Figura 8.3-297. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O lazer em outros municípios, tinham como destinos principais Candeias e Maragojipe (Figura 8.3-298). Para os que apontaram Candeias como o principal local de lazer, nota-se também a ligação com outras comunidades da AID, como Passé.

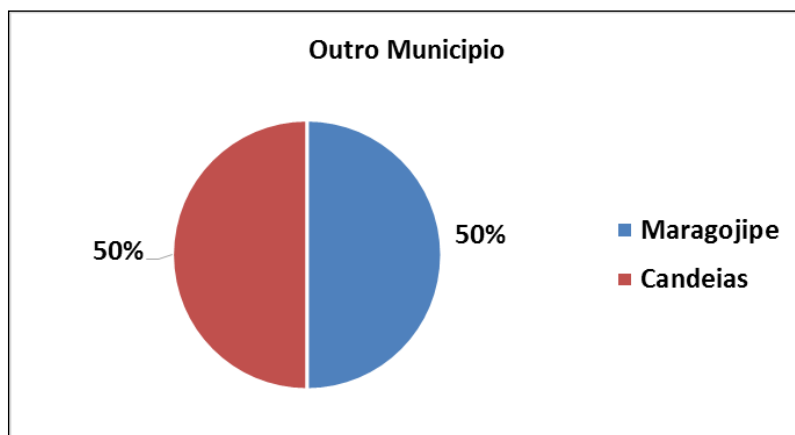


Figura 8.3-298. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passagem dos Teixeiras

Para os pescadores artesanais de Passagem dos Teixeiras, 64% do lazer está centralizado na comunidade (Figura 8.3-299). Salvador é o principal destino com 91%, segundo as respostas para os que realizam a prática em outro município (Figura 8.3-300). Quando a prática é realizada no município pesquisado (Candeias), destacam-se as comunidades de Bom Jesus e Boca do Rio, onde está localizada a “prainha” – ADA (Figura 8.3-301).

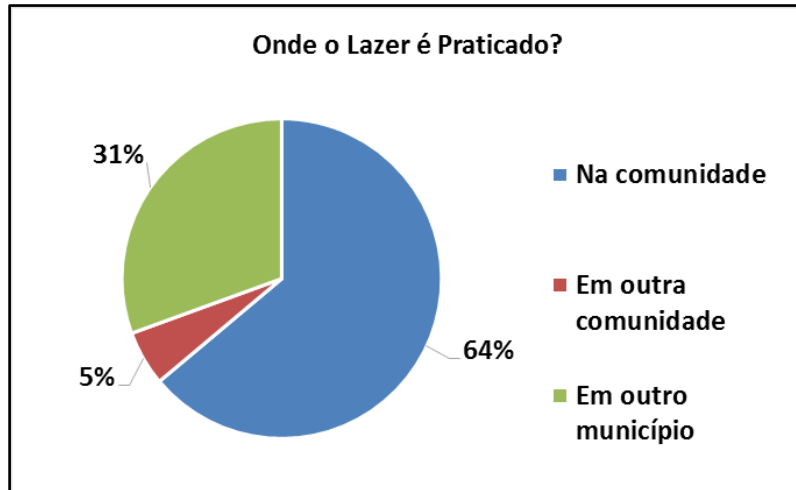


Figura 8.3-299. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

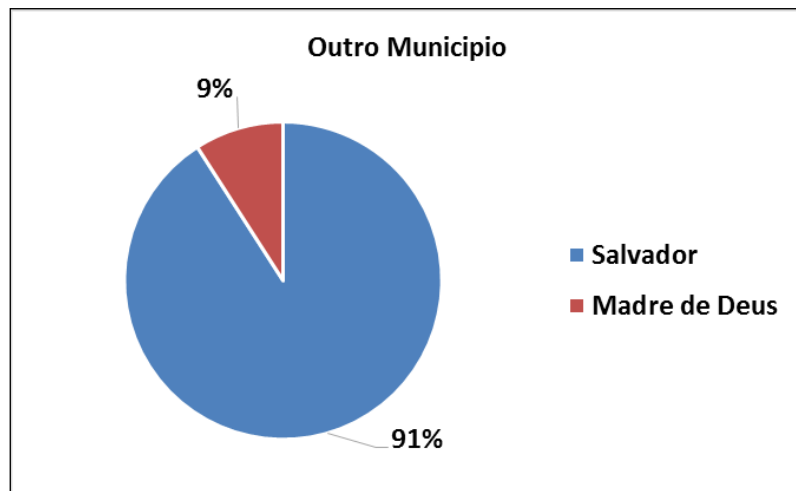


Figura 8.3-300. Municípios onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

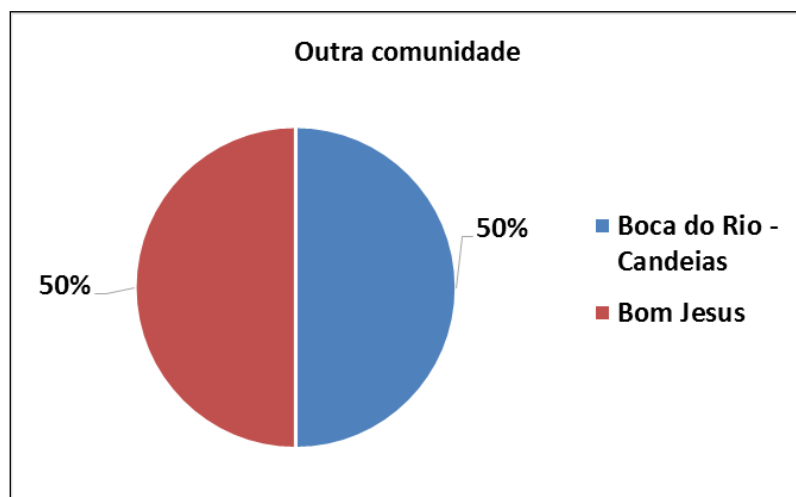


Figura 8.3-301. Outra comunidade onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Para finalizar as análises sobre o Turismo, ainda sobre a ADA, atualmente essa área também apresenta outros usos. É nela que está localizada o Centro Proteção Ambiental (CPA) da empresa

OCEANPACT, contratada pela Braskem, responsável pelos eventuais atendimentos de emergência com óleo no mar em toda a região. Pela facilidade de acesso aos outros terminais da região partindo da Prainha, as embarcações de prontidão podem ser acionadas mais rapidamente. Emergências de significativas, como a que aconteceu em 2013 com o navio Golden Miller, necessitaram de uso de grande parte da ADA devido as ações para mitigação dos impactos ambientais.

O uso por parte da empresa de emergência não se configura um conflito com esse espaço devido as características industriais a qual a ADA é reconhecida, além da necessidade de atendimento a legislações como o CONAMA 398/2008 e mais recentemente, Decreto nº 8.127/2013, que trata do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluições por Óleo.

A partir dessas análises sobre a questão do turismo, nota-se que a possível perda desse espaço de lazer da ADA (“prainha”) pode ser suprimida por outras praias na região, com acesso através do modal náutico ou rodoviário (ver Apêndice 30 Mapa de Praias). Tanto Caboto como Passé, por exemplo, são comunidades acessíveis por estradas que se conectam através de estradas estaduais. As praias localizadas na Ilha de Maré são públicas e tem sua ligação com o continente através de embarcações que estão disponíveis para travessia a partir de Caboto ou Passé e relativamente muito mais seguras frente as atividades do Porto de Aratu e destinadas para esse tipo de uso.

8.3.8 Caracterização de Atividade Pesqueira

8.3.8.1 Atividade Pesqueira Artesanal

Em relação às comunidades tradicionais – pescadores, buscou-se uma análise sobre a condição da pesca considerando as características peculiares da própria Baía de Todos os Santos (BTS), por considerar que esse ecossistema engloba naturalmente a Baía de Aratu e muitas das vicissitudes observadas no âmbito regional, nas quais são vivenciadas pelas comunidades da área de influência (AI) do futuro píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem.

Serão apresentados alguns resultados obtidos em bibliografia específica que trata da pesca na BTS, mas direcionando sempre que possível os dados para os municípios da área de influência. Os dados voltados para a atividade pesqueira artesanal são relativamente difíceis de serem obtidos devido a inexistência de trabalhos atuais que estão voltados para o monitoramento da mesma. A produção bibliográfica em torno do tema é bastante pontual e muitas vezes não cobre áreas continentais como a Baía de Todos os Santos ou mesmo a Baía de Aratu. Não são possíveis encontrar estatísticas sobre o tema no Ministério da Pesca e Aquicultura. Recentemente o IBGE tem disponibilizado dados sobre a produção pesqueira, mas essencialmente, dizem respeito a produção em cativeiro (aquicultura). Assim, uma das poucas obras de referência para subsidiar o diagnóstico, tem o título de *Baía de*

Todos os Santos: Aspectos Oceanográficos dos autores Vanessa Hatje e Jailson B. de Andrade, editado pela Universidade Federal da Bahia em 2009.

Faz-se importante salientar que embora a área de influência indireta do estudo englobe quatro municípios - Salvador, Candeias Simões Filho e Camaçari – este último não pertence ao espaço da Baía de Aratu (ver Apêndice 7.1 – Mapa das Áreas de Influências) e por isso, os possíveis impactos sobre a atividade pesqueira quando da implantação e operação do píer, não irão afetar o ambiente do referido município. Com isso, as análises desse diagnóstico quanto a atividade pesqueira e as comunidades pesquisadas estão centralizadas nos municípios de Simões Filho, Salvador e Candeias.

Quanto as comunidades pesqueiras, foram identificadas a partir de análise junto as instituições de pesca atuante na AID/ADA. São elas:

Município – Candeias: Caboto, Passé, Passagem dos Teixeiras e Boca do Rio

Município – Simões Filho: Mapele

Município – Salvador: Ilha de Maré

De forma a atender o TR quando solicita a localização dessas comunidades, foi desenvolvido um mapa de localização apresentado no Apêndice 8.25 – Mapa de Localização das Áreas Urbanizadas e Comunidades. Na Tabela 8.3-40 é possível observar, a identificação do número de pescadores de acordo com as respectivas entidades (associações e colônias de pescadores) atuantes na AID e o número de Registro Geral da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Tabela 8.3-40. Município, Comunidades, Número de pescadores na área de influência com base no Registro Geral da Pesca e de Informações Obtidas junto a Colônias e Associações de Pesca e Entrevistas Realizadas nas Comunidades Pesqueiras (Fonte: Bourscheid, 2014).

Município (AII)	Comunidades (AID)	Habitantes AID	Domicílios AID	Nº de pescadores			Número de Entrevistas Realizadas com Entidades Ligadas a Pesca
				RGP dos Municípios da AII	Número de Associados fornecidos pela Colônia	% Pescadores	
Candeias	Passé	3.008	890	769*	660*	21,9%	2
	Caboto	1.844	554		47*	2,5%	
	Passagem dos Teixeiras	3.256	1.020		42*	1,3%	
	Boca do Rio	9	18		3*	16,7%	
Salvador	Ilha de Maré	6.434	1.871	38.561**	3.000***	46,6%	2
Simões Filho	Mapele	4.595	1.663	68*	250	5,4%	1
Total		19.155	6.007	39.398	4.002	100%	5

* Dados atualizados para o mês de Novembro/2015 –

**Segundo informações fornecidas pela Colônia de Ilha de Maré, o número seria de 1.150 pescadores.

***Dados estimados pela Colônia de Ilha de Maré

De forma a reforçar as análises sobre a Atividade Pesqueira Artesanal foram utilizadas as entrevistas qualificadas com as instituições ligadas a pesca na área de estudo (Figura 8.3-302 a Figura 8.3-306), assim como dados extraídos da aplicação de 355 questionários junto as localidades da AID. Um total de 5 entrevistas foram realizadas. São elas:

- Colônia Z-54 (Candeias);
- Colônia Z-4 (Ilha de Maré);
- Pescadores do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da Ilha de Maré ;
- Associação de Pescadores, Marisqueiros e Semelhantes de Candeias (APESCAN);
- Associação de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho.



Figura 8.3-302. Entrevistas com Representantes da Associação de Moradores e da Associações de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-303. Entrevista com Representantes da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Candeias (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-304. Entrevista com Presidente da Colônia de Pescadores Z-54 de Candeias (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-305. Entrevista com Representantes da Colônia de Pescadores Z-4 em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-306. Entrevista com participantes do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014).

A questão da pesca artesanal de maneira geral apresenta muitos problemas. Sem deixar de reconhecer a sua importância na provisão de alimentos nacional, regional e local, a atividade pesqueira padece de instrumentos que possam transformar a realidade atual.

De forma a complementar o atendimento ao item de acordo com o TR, serão apresentados também os seguintes itens ao longo do desenvolvimento do texto:

- Rotas Pesqueiras segundo levantamento junto aos pescadores e pescadoras artesanais entrevistadas, considerando origem e ponto final;
- Número de embarcações existentes entre os pescadores e pescadoras entrevistadas com base nos questionários;
- Embarcações a partir do levantamento de estudos existentes.

Segundo Dias Neto (2002), a pesca pode ser classificada em pesca científica, pesca amadora, pesca de subsistência, pesca artesanal ou de pequena escala e pesca empresarial/industrial. Tratando da pesca artesanal (Figura 8.3-307 e Figura 8.3-308), esta tem por objetivos a questão comercial e a subsistência. Em alguns momentos ela pode ser também um campo onde existe a sazonalidade, flutuando entre atividades secundárias em outros setores ou a atuação como pescador.



Figura 8.3-307. Pesca artesanal praticada na AII (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-308. Pesca artesanal praticada na AII (Fonte: Bourscheid, 2014).

Uma característica marcante do ramo é a complexidade que envolve a pesca devido a quantidade de apetrechos utilizados, a dispersão dos locais que dão apoio ao pescador (embarque e desembarque) e uma comercialização de certa maneira muito difusa (Figura 8.3-309). A pesca artesanal exercida na Baía de Todos os Santos e conseqüentemente na Baía de Aratu, portanto, é uma alternativa amplamente conhecida junto às comunidades de baixa renda. Seu papel na economia nacional ampliou-se enormemente quando na década de 80 os índices de pescado marinho que giravam em torno de 35% da produção passaram a atingir mais de 52% a partir de 2000.

O Litoral do Estado da Bahia apresenta uma extensão de cerca de 1.188 km, o que representa 14,5% do território nacional, abrigando mais de 300 comunidades pesqueiras. Especificamente na Baía de Todos os Santos/Recôncavo, totalizam 15 municípios e 173 comunidades pesqueiras (HATJE & ANDRADE, 2009).

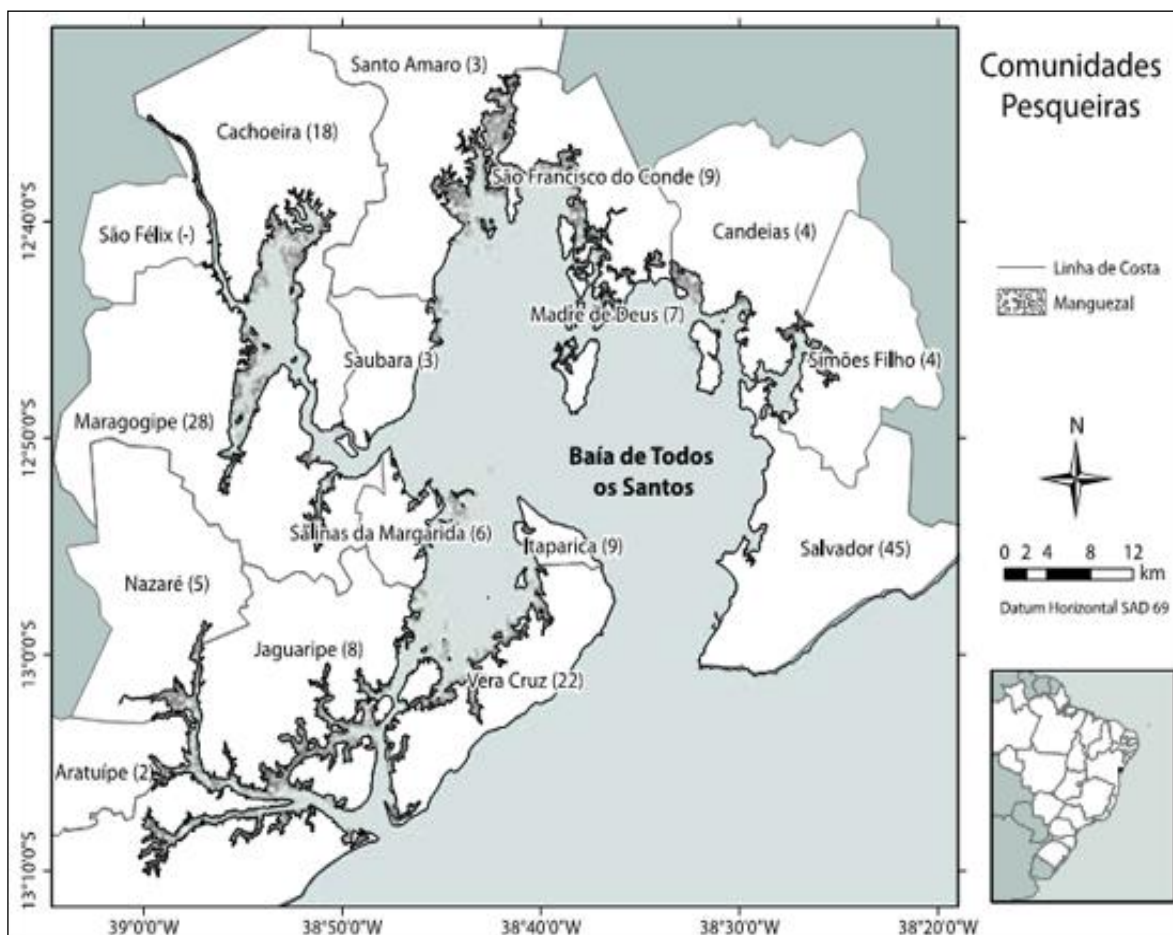


Figura 8.3-309. Mapa da Baía de Todos os Santos com a indicação aproximada do número de comunidades pesqueiras por município (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).

A atividade da pesca artesanal evoluiu em um contexto de marginalização social, onde imperou durante boa parte do tempo, segundo CORDELL (2001), informações informais ou ausência de leis que legitimassem as demandas. Outros estudos apontaram a importância dessa atividade que sempre despontou como alternativa de emprego ou complemento de renda.

Os pescadores e pescadoras artesanais possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, tem história e cultura de raízes profundas que são passadas de geração para geração. A pesca é mais que uma profissão, é um modo de vida onde o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo, extrai da natureza somente o que ela é capaz de repor. O conhecimento da natureza é a

principal base de sustentação, conforme depoimento de um membro da Associação de Pescadores, Marisqueiros e Semelhantes de Candeias (APESCAN) obtido por meio de entrevista qualificada:

Aqui o pescador, nós somos pescador artesanal, aqui como o mar é o quintal, eles vão andando ou de canoa. O método que era dos nossos ancestrais, no remo. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, associado da APESCAN).

Muitos pescadores afirmam que identificam o peixe através da lua e da maré, conhecem os pontos de pesca pelos sinais das diferentes águas. Mas esta natureza, por causa da intervenção humana, está sendo modificada. A consequência é que cada vez se torna mais difícil identificar os elementos da natureza como orientadores do ciclo da vida pesqueira, como afirma o depoimento a seguir:

Pra mim o meio ambiente é o que dá amparo ao homem, ao cidadão. Que se o meio ambiente tiver bom, as águas, se você não preservar, os rios é a sobrevivência do homem. E ao usar o meio ambiente, tem que ser usada agora com inteligência. Se vir a ter algum dano o mínimo possível (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, associado da APESCAN).

Sob o cunho histórico e geográfico, é notório que o conflito se dá pela questão do direito ao território, pois se trata de uma questão prioritária e necessária para a manutenção da produção e reprodução dos saberes tradicionais do pescador e da pescadora, através das dimensões simbólicas, na prática de relação social e mercantil, bem como no modo de consumo e distribuição do pescado, além de ser esse território propício de orientação para o manejo adequado dos recursos naturais. Os depoimentos obtidos junto a representantes de entidades ligadas a pesca na AID por meio de entrevistas qualificadas fornecem uma visão sobre o assunto:

Nós criamos agora essa secretaria de pesca (o nós aqui como política pública do governo), para cuidar das entidades de pesca, criamos a organização de pesca para cuidar do pescador e ai vem outro empreendimento acabando com a área do pescador... Tá insistindo contra a nossa cultura, é o que sabemos fazer, a gente não pode ir pra outra área... Que benefícios vão trazer pra gente, vai chegar na nossa área, vai ocupar, ou se poluir, vamos ficar a ver navios... Quando eu crio um empreendimento aqui, o peixe fica ali embaixo... O pescador vem com a rede, ai tem 2, 3 navios, não pode... Agora o que custa se não tem navio ali, o pescador colocar a rede ali, não vai atrapalhar em nada... O que tá faltando é a parceria e o entendimento... . Nós não estamos contra que se faça o empreendimento, não temos poder para impedir... Mas que nos deixe trabalhar... Agora, na área de mariscagem de lazer ai é outra coisa..." (Raimundo Nascimento, Presidente da Associação de Pescadores e Marisqueiros de Simões Filho).

Nós saía aqui, chegava com a canoa cheia de peixe. O que é que o governo fez? Ocupou esse espaço do pescador do trabalhador rural também, pois ele fazia as duas coisas e jogou empresa. E junto veio a perseguição. O que está acontecendo com o pescador... Aqui é uma enseada... Quando ocupa esse espaço, o pescador fica com dois nomes, um como segurança de pescador e outro como marginal, ele não pode nem encostar, é recebido a arma... (Raimundo Nascimento, Presidente da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho).

Ali no Topete (ilha particular próxima a Ilha de Maré) mesmo tinha lugar da gente mariscar, hoje a gente vai e não tem quase nada (...) Eles escavaram, fizeram um cais grande (...) Agora não acha mais nada (...) Aquilo ali era isolado (...) A gente mariscava, saía de canoa, marisca (...) Nós saía pra mariscar ali, era muito marisco (...) Então eles fizeram ali, como dono e a gente ficou a ver navio (...) E ainda mais pra o pescador não se aproximar, colocou mais 4 cachorros que vai ali atrás do pescador e aí o pescador recua (...) Ali é área de peguari, rala coco, sururu, chumbinho... (Natanael Farias Pedro, Pescador de Ilha de Maré).

Nós tivemos agora recentemente o TRB (Terminal de Regaseificação da Bahia da Petrobras) né? Esse regaseificação que está lá em Paramana (Ilha dos Frades), o que aconteceu com o empreendimento? O empreendimento é bom, gera riqueza, gera emprego, gera imposto pro Estado, mas gera preocupação para os pescadores ou seja, tem umas limitações de área. A partir do momento que veio o empreendimento, ele já tem uma exclusão de 1 km de raio, que o pescador não pode estar ali, que é área de pescar. Lá teve até manifestações, mas não teve jeito que eles vão fazer (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54 de Candeias).

Quantificar o número de pescadores artesanais em atuação ou mesmo aqueles considerados legais para aptidão da profissão tem sido em muitos momentos uma tarefa complexa. Os dados existentes nas colônias muitas vezes são imprecisos devido a fatores como a ausência de atualização dos cadastros de forma constante e impera informalmente, em muitas colônias, duas modalidades de identificações: aqueles que são associados e os que pagam em dia suas mensalidades.

Segundo os dados do Ministério da Pesca e Aquicultura acessados em Novembro de 2015, o banco de dados do Registro Geral da Pesca (RGP), que é um cadastro para que o pescador ou pescadora artesanal tenha acesso aos programas sociais do Governo Federal como microcrédito, assistência social e o seguro desemprego, contabilizava um total de 769 pescadores em Candeias, 68 em Simões Filho e 38.561 em Salvador. De acordo com a colônia de pescadores da Ilha de Maré, o número da comunidade seria de 1.150 inscritos no RGP. Importante salientar que de acordo com a Lei

11.959/2009, esses números incluem não apenas os pescadores artesanais, mas toda a cadeia ligada a atividade pesqueira:

- I. Aprendiz de Pesca;
- II. Pescador Profissional,
 - a) Pescador Profissional na Pesca Artesanal e
 - b) Pescador Profissional na Pesca Industrial;
- III. Armador de Pesca;
- IV. Embarcação de Pesca;
- V. Indústria Pesqueira;
- VI. Pescador Amador ou Esportivo;
- VII. Organizador de Competição de Pesca Amadora ou Esportiva;
- VIII. Aquicultor;
- IX. Comerciante de Organismos Aquáticos Vivos.

A pesca é realizada basicamente por homens, embora as mulheres também ocupem esse espaço. São utilizados para essa atividade inúmeros apetrechos na captura de espécies como camarão, robalo, tainhas, entre outros. Para crianças e mulheres, a atividade mais comum é a mariscagem onde ocorre principalmente nos mangues e coroas na busca de sarnambis, sururus, siris e caranguejos (Figura 8.3-310 a Figura 8.3-312).



Figura 8.3-310. Processo de mariscagem (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-311. Processo de mariscagem (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-312. Processo de mariscagem (Fonte: Bourscheid, 2014).

A mariscagem é uma estratégia de quem não detém os meios de produção, já que não são necessários equipamentos e materiais sofisticados no seu desenvolvimento (BIODINÂMICA, 2003). Configura-se como uma atividade de coleta manual ou com armadilhas de moluscos e crustáceos.

A mariscagem apresenta-se com importância tão grande quanto à pesca artesanal desenvolvida na região. Para muitos, é a atividade principal de manutenção de muitas famílias. Ela é exercida principalmente por crianças ou mulheres em locais ambientalmente específicos, como coroas, praias e manguezais levando-se em consideração a condição da maré.

O exercício da atividade da mariscagem requer cuidado especial com a saúde, pois muitas destas mulheres trabalham mergulhadas na lama e na água por horas. A posição do trabalho na mariscagem (envergadas) por muitas horas e o esforço repetitivo para capturarem os moluscos na praia lhes garantem, no futuro, problemas de coluna e até Lesões por Esforço Repetitivo (LER).

O deslocamento para esses locais depende muito das condições em que a própria condição de vidas das marisqueiras possibilita. Isso porque essencialmente, a atividade é feita a pé até os locais mais acessíveis. Entretanto, é comum o fretamento de embarcações (canoas) feitas por um grupo específico até os locais onde pode ocorrer menor pressão ao ambiente de coleta e que permitem maior produção, conforme depoimento do presidente da Colônia de Pescadores de Candeias a seguir:

A dificuldade que nós encontra é a de deslocamento e de equipamentos para elas. Elas ainda trabalham muito artesanais, mais rústica, no dia a dia. Embora elas estão aprimorando conhecimento com as capacitações, mas na prática falta, equipamento. O que é que acontece aqui em Passé: a nossa imagem dos manguezais aqui é muito comprometida do dia a dia, precisar sair dessa parte para o outro lado, aí depende de uma canoa ou um barco para que se possa deslocar. É o tempo que os peixes, os crustáceos, as ostras, sururus, ficam se reproduzindo e crescendo. Porque todo dia se ficar tirando não vai achar mesmo, então a dificuldade não é manusear é de deslocamento. E também, diminuiu assim, a quantidade de pesca, porque aumentou muito pescadores, muito comedores (consumidores) de mariscos hoje, até por conta do final de semana que vem muita gente aqui fazer o turismo, eles querem só comer marisco. Nossa produção, Passé cresceu em população, diminuiu muito, o índice de pegar pescados (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54 Candeias).

Desde meados da década de 1970, as mulheres pescadoras vêm num processo crescente de organização e articulação. Um marco foi sua participação decisiva na Constituinte da Pesca, embora, após esse momento, as ações conjuntas e de efeito coletivo foram se reduzindo. Na década de 1990 as pescadoras passaram a investir nos processos de organização em suas comunidades e a se engajarem mais nas suas entidades de classe (colônias e associações, sindicatos, federações) na busca dos seus direitos. Em 2003 e 2004 houve a mobilização das trabalhadoras na pesca com o objetivo de participarem dos encontros estaduais preparatórios da I Conferência Nacional de Pesca e Aquicultura e do Encontro das Trabalhadoras da Aquicultura e Pesca, promovidos pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP. Em 2006 foi fundada a Articulação das Pescadoras, que vem num processo crescente de afirmação e organização, havendo a articulação nos estados, principalmente do Nordeste, mas também em estados do Sudeste e Sul e no Norte do País.

Tal afirmação sobre o seu papel no contexto e importância se deve a própria questão de que hoje, são as marisqueiras as principais contribuintes junto às associações e colônias de pesca, visando os benefícios futuros junto à previdência social.

Em outras ocasiões, a mariscagem também pode exercer o papel de complementaridade de renda para as mulheres dos pescadores que desenvolvem outras atividades. Os mariscos são vendidos aos comerciantes locais, possuidores de congeladores, que os aproveitam na comercialização de refeições oferecidas aos turistas, ou intermediando a mercadoria a outros comerciantes, sendo vendido bruto, por unidade, ou beneficiado, catado e por quilo (Figura 8.3-313 e Figura 8.3-314).

Segundo HYDROS (2005b), a participação da pesca e mariscagem na produção e economia gerada também dependem das características dos sistemas aquáticos, do tamanho da população pesqueira e às vezes da estrutura que dispõe o pescador artesanal e a marisqueira. É comum encontrar dentro do mesmo município pontos onde tradicionalmente as espécies capturadas diferem devido o tipo e quantitativo de equipamentos.



Figura 8.3-313. Caranguejo coletado na AID (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-314. Sururu coletado na AID (Fonte: Bourscheid, 2014).

A representação dos pescadores artesanais como mecanismo de organização social está concentrada nas Colônias de Pescadores, cuja política que definiu seu estatuto decorre do início dos anos 70 durante a ditadura militar no Brasil.

Essa representação cresceu exponencialmente, mostrando a importância quanto a organização dos pescadores artesanais. No Estado da Bahia, a presença significativa de homens e mulheres presentes na atividade, produziu uma rede que se estende vários municípios e pode ser visto na Figura 8.3-315.

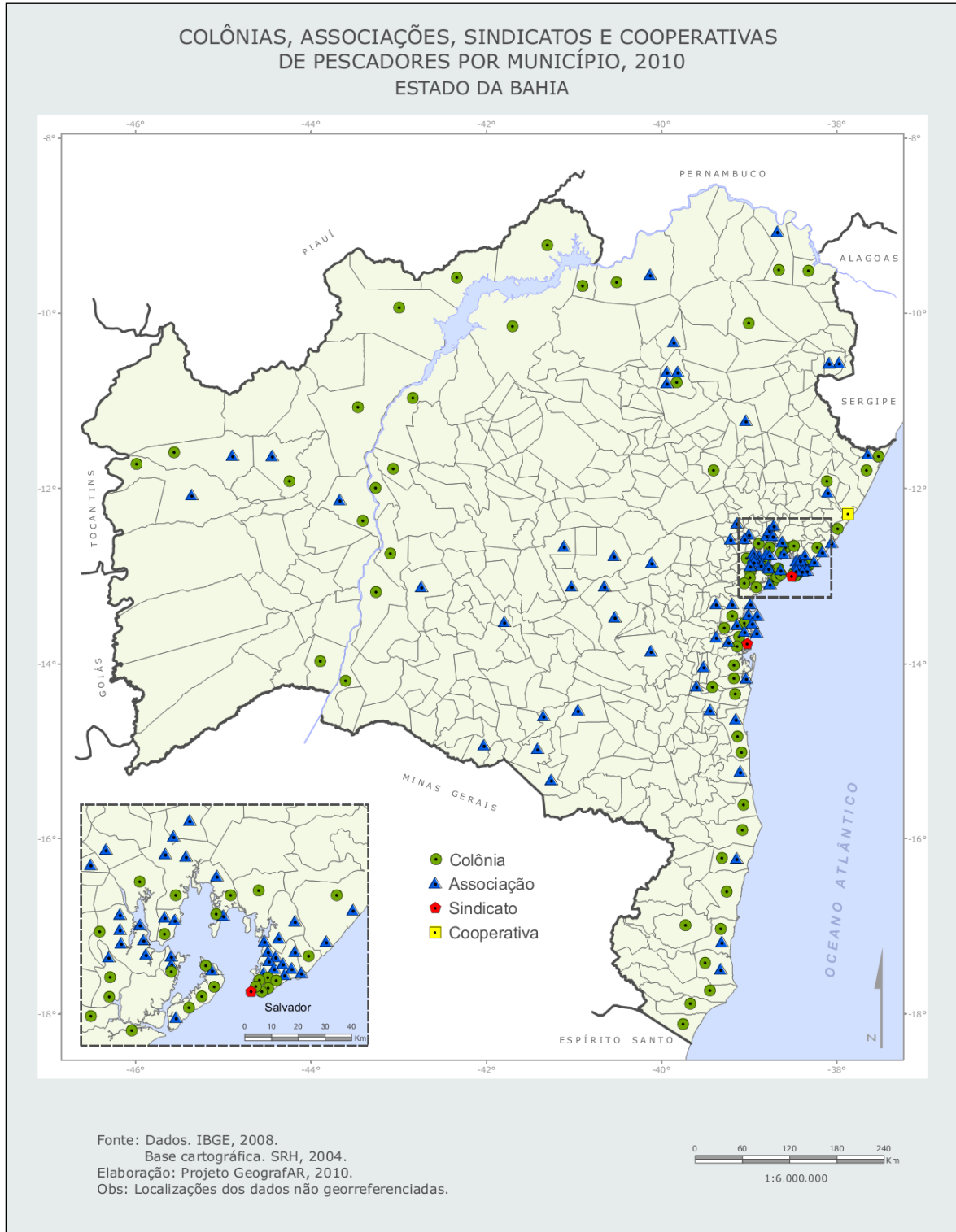


Figura 8.3-315. Colônias, associações, sindicatos e cooperativas de pescadores por município no estado da Bahia em 2010 (Fonte: Projeto Geografar, 2010 (UFBA)).

Destaca-se também que essas instituições atuam não apenas de forma local, mas também regional. Na AII e AID, o diagnóstico levantou a presença de algumas dessas representações (Quadro 8.3-14).

Quadro 8.3-14. Organizações sociais ligadas a pesca em atuação na AID/AII.

Nome	Localização	Endereço	Responsável	Natureza	Contato
Colônia de Pescadores de Candeias Z-54	Passé	Rua do Tamarindo, 55	Carlos Augusto Santana Costa (Presidente)	Pesca	(71) 3607-4041 / 8134-3328
Associação de Pescadores e Marisqueiras Semelhante de Candeias	Passé	Rua Rio do Cunha, S/N	Edvandro Pinheiro dos Santos (Presidente)	Pesca	-
Colônia de Pescadores Z-4	Ilha de Maré	Comunidade de Santana	Milton de Santana (Naná)	Pesca	(71) 8682-6218
Associação de Moradores, Pescadores e Marisqueiras de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa	Ilha de Maré	Rua Porto dos Cavalos – Comunidade de Porto dos Cavalos	Eliete Paraguassú	Pesca e Família	(71) 8867-8022 / 9259-0023
Associação de Moradores, Pescadores e Pescadoras de Bananeiras	Ilha de Maré	Comunidade de Bananeiras	Rita Menezes Lopes Marizelha Lopes Carlos	Pesca e Família	(71) 8283-8714 / 9921-1014
Associação de Marisqueiros e Pescadores de S. Filho.	Mapele	Av. Mapele, 272 - Mapele	Raimundo B. Nascimento / Georgina C. Santos / Jose Oliveira de Santana / Jose Mario C. Santos.	Família Pescadores	(71) 9901-7059 / 3495-3003 / 3295-3003 / 8192-8733

A percepção quanto a atuação das colônias de pescadores e o grau de filiação dos pescadores entrevistados junto a AID foram compilados abaixo a partir da aplicação de 355 questionários. A exceção seria a comunidade de Mapele, pois como já informado, a mesma encontrava-se desativada e portanto, o trabalho de representação da classe cabia a Associação de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho. Isso fazia com que muitos pescadores do distrito fossem filiados a outras colônias.

Mapele

A filiação a colônia de pescadores pelos entrevistados abrangia apenas 32% do total (Figura 8.3-316). A colônia de Simões Filho foi citada por 20% dos pescadores artesanais de Mapele. Devido à falta de seu funcionamento, conforme citado pelo Sr. Raimundo Nascimento, atual presidente da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Mapele, a filiação termina por ocorrer envolvendo outras colônias

na All, notadamente, em Salvador com 60%. A colônia de Candeias foi citada por 20% dos entrevistados (Figura 8.3-317).

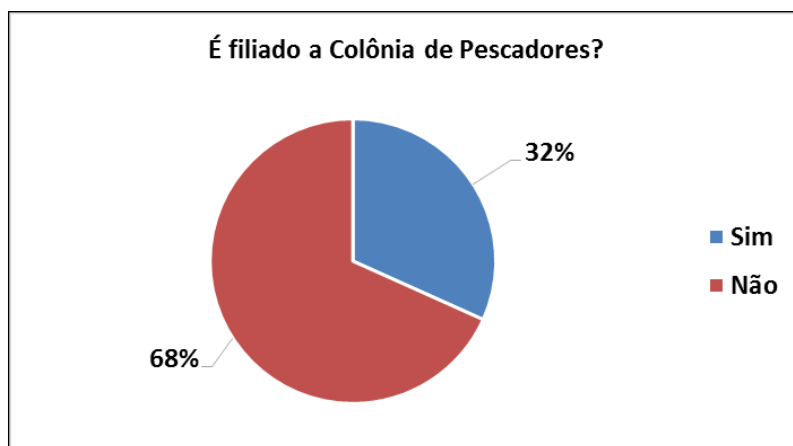


Figura 8.3-316. É filiado a colônia de pescadores? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

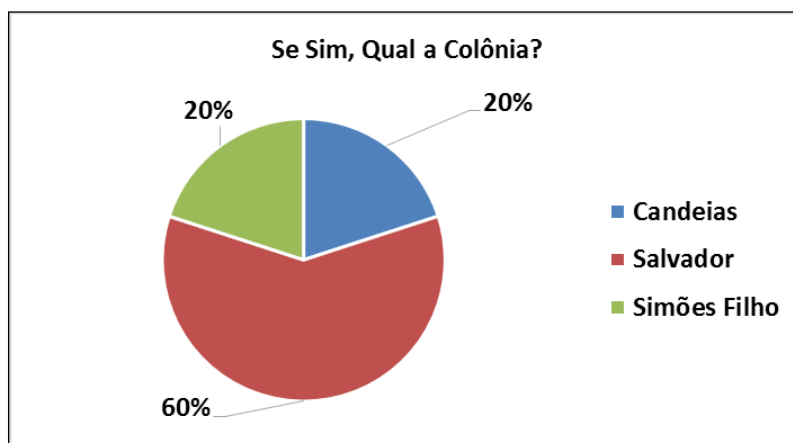


Figura 8.3-317. Se Sim, Qual a Colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Boca do Rio

A filiação a colônia de pescadores pelos entrevistados abrangia 67% do total de pescadores (Figura 8.3-318). A colônia de Candeias foi citada por 67% dos pescadores artesanais de Boca do Rio como principal vínculo institucional (Figura 8.3-319).

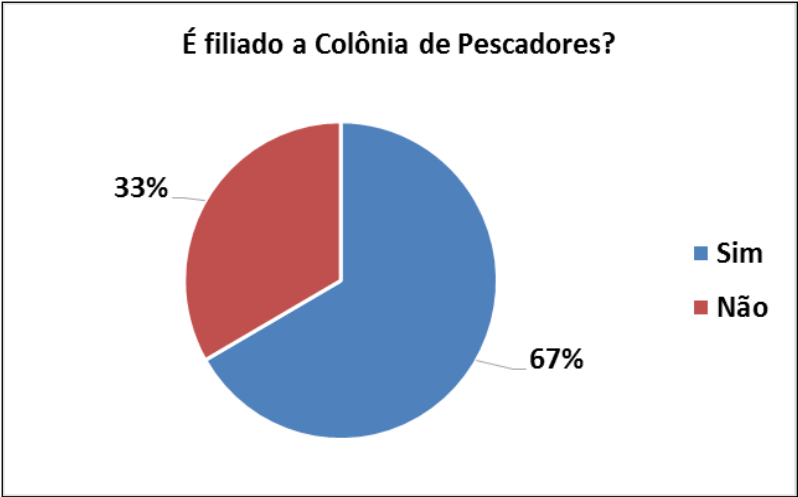


Figura 8.3-318. É filiado a colônia de pescadores? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

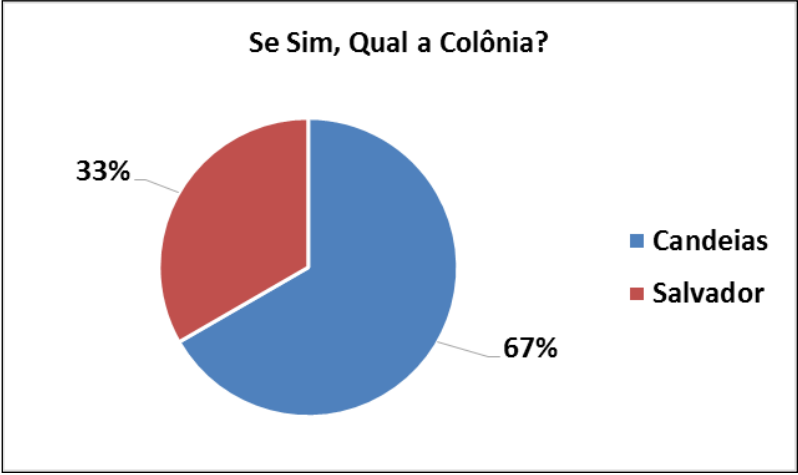


Figura 8.3-319. Se Sim, qual a colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passé

A filiação a colônia de pescadores pelos entrevistados abrangia 87% do total da amostra (Figura 8.3-320). A colônia de Candeias foi citada por 98% dos entrevistados, enquanto a de Salvador, aqui representada pela Ilha de Maré (Z-4), 2% (Figura 8.3-321).

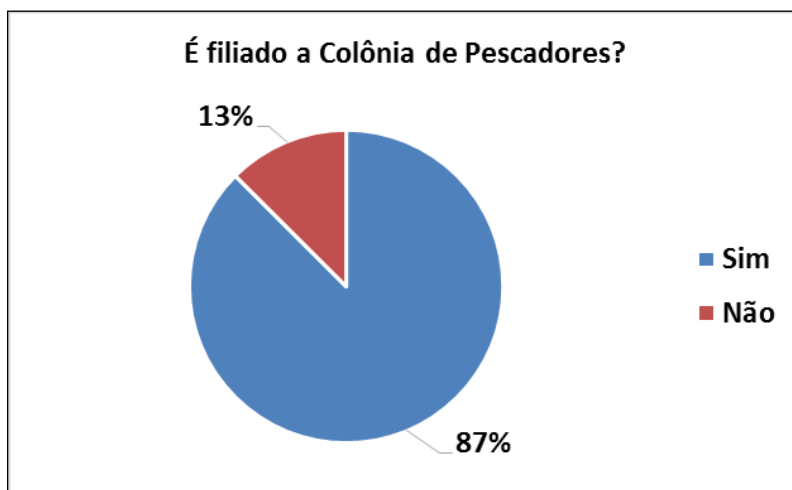


Figura 8.3-320. É filiado a colônia de pescadores? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

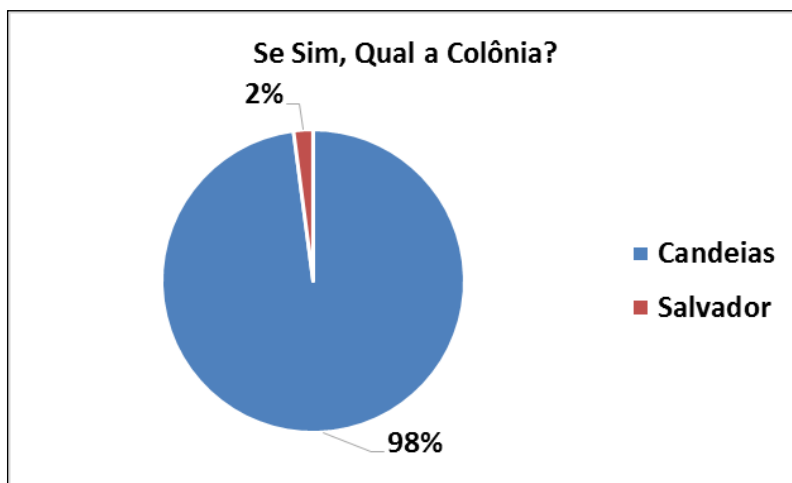


Figura 8.3-321. Se sim, qual a colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Caboto

A filiação a colônia de pescadores pelos entrevistados abrangia 57% do total (Figura 8.3-322). A colônia de Candeias foi citada por 95% dos pescadores artesanais de Caboto (Figura 8.3-323).

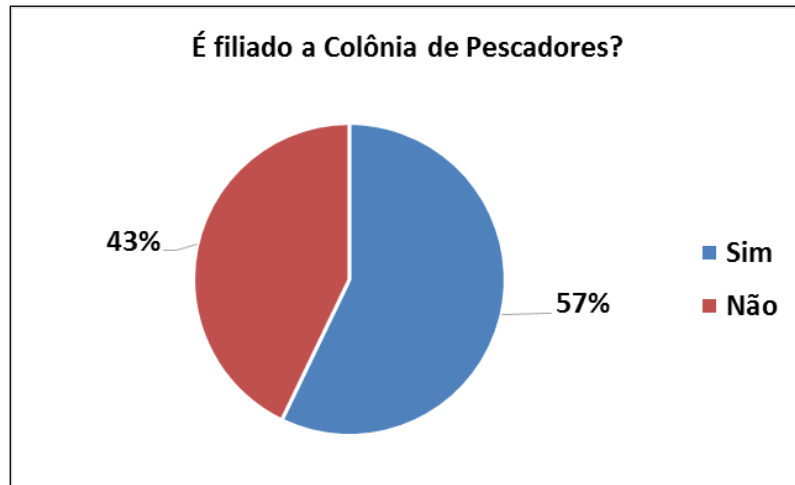


Figura 8.3-322. É filiado a colônia de pescadores? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

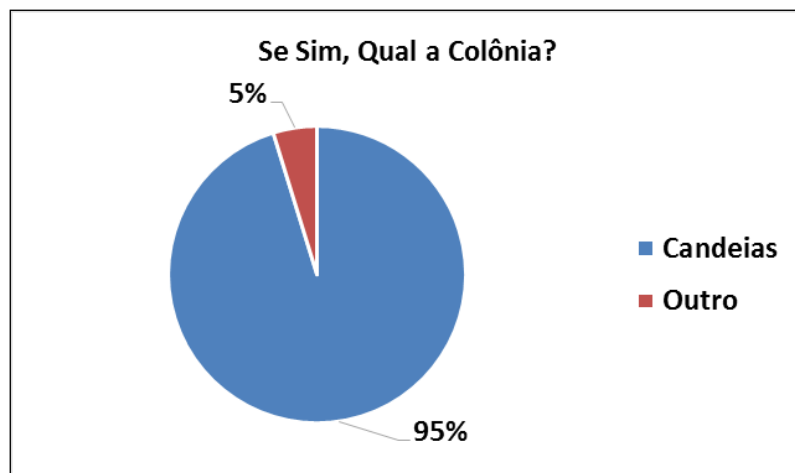


Figura 8.3-323. Se sim, qual a colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

A filiação a colônia de pescadores pelos entrevistados de Ilha de Maré abrangia um elevado índice dentro da AID com 83% do total (Figura 8.3-324 e Figura 8.3-325).

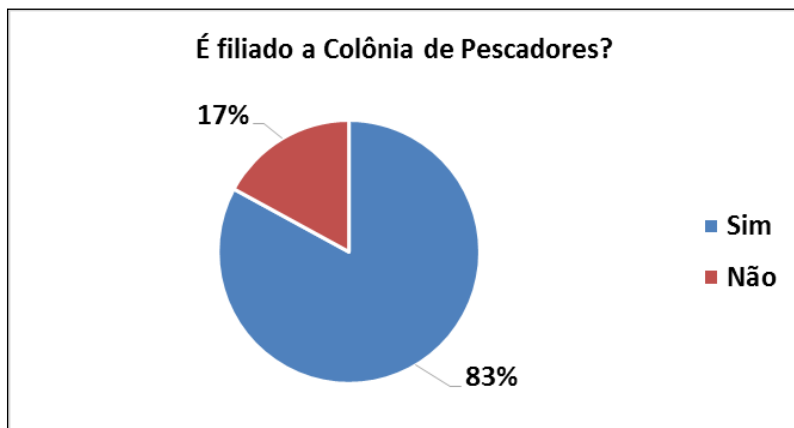


Figura 8.3-324. É filiado a colônia de pescadores? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

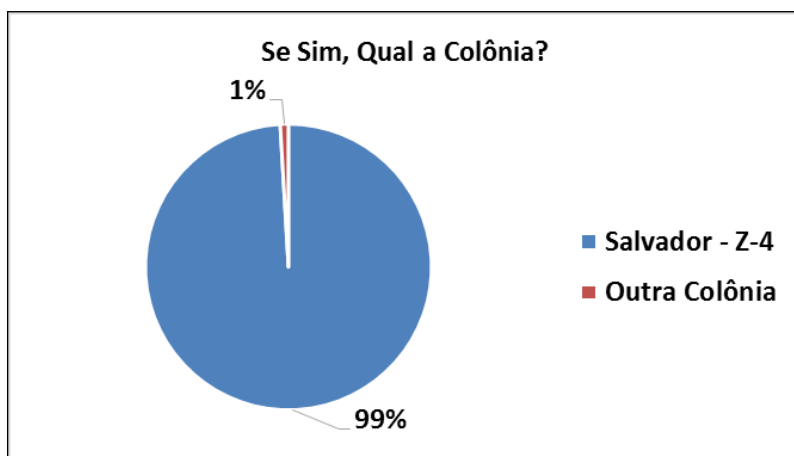


Figura 8.3-325. Se sim, qual a colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014)

Passagem dos Teixeiras

A filiação a colônia de pescadores pelos entrevistados abrangia 48% do total da amostra (Figura 8.3-326). A colônia de Candeias foi citada por 100% dos pescadores artesanais de Passagem dos Teixeiras.

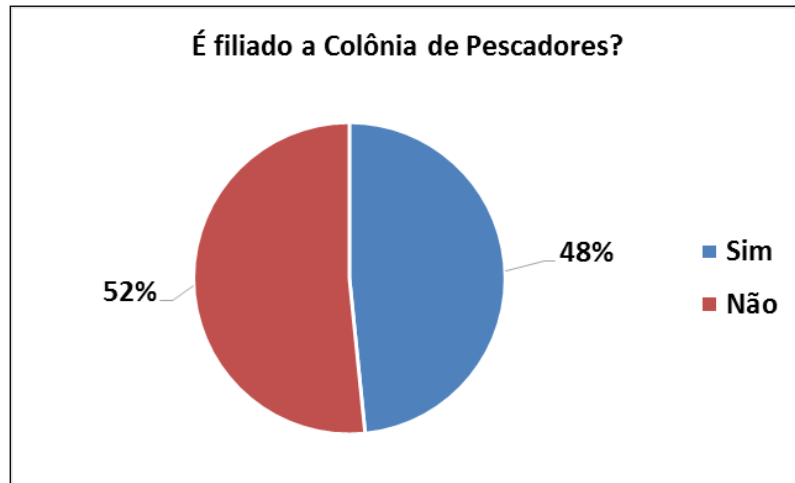


Figura 8.3-326. É filiado a Colônia de Pescadores? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A essa classe de trabalhadores foram permitidos alguns benefícios através das colônias, tais como aposentadoria especial através do Instituto de Seguridade Social (INSS) e o recebimento do defeso (pagamento de um salário mínimo para o pescador artesanal quando da necessidade de interrupção da atividade para algumas espécies com o objetivo de garantir os estoques de pesca durante período determinado). O depoimento do presidente da Colônia de Pescadores de Candeias a seguir, demonstra a importância do acesso a essa política pública e do papel do pescador artesanal nesse processo:

Nós já trouxemos aqui a previdência social. Ela veio uma única vez (...) ficou aqui um dia e aí ela deu todos os direitos do pescador. Mas nós presidentes, temos que tá com toda consciência de conhecimento das ações, até porque qualquer mudança previdenciária ou qualquer outro órgão federal que atenda o pescador, a gente tem que estar sabendo pra poder passar. Então eu passo o dia a dia, mensalmente eu tenho reunião, e o assunto que eu mais falo é da previdência, quais os direitos, quais os deveres, o que pode fazer, o que não pode. Até o ingresso do pescador na colônia ele já está sabendo o que vai fazer. Se ele já teve emprego, ou se vai ter outro emprego, por exemplo, quem já teve emprego tem dificuldade em se aposentar, porque ele saiu do urbano pra pesca, pra especial então as duas coisas não se misturam. Então ele já está sabendo que se ele empregou dois, três, quatro, cinco anos, compromete o futuro da aposentadoria, pra aquele que já vivenciou exclusivamente da pesca, não vai ter problema nenhum. Ele vai ter 15 anos pra completar a idade, 55 mulher e 60 homens, e dar entrada na sua aposentadoria.

Na verdade o INSS faculta o pescador para ter um salário melhor, então ele pode contribuir para o INSS, mas ele não é obrigatório não. A única coisa que eles

pagam hoje é o GPS que é o Guia da Previdência Social, que hoje é 29 reais, que eles pagam pra receber o defeso. Paga um agora em maio e paga outro em setembro/outubro. Então ai é obrigatório para quem recebe o defeso. Paga duas guias. Por que 29 reais? Porque é o mínimo que se cobra (...) Se ele não pagar isso ele não recebe o defeso, é obrigação.

A gente diz a eles assim, que eles paguem 1 guia por ano, quem já não contribui pro defeso, que hoje todo mundo paga o defeso, mas se fosse no início antes do defeso, a gente falava pro pessoal pra contribuir 1 vez por ano para que desse maior consistência a atividade. Ou seja, você paga aquela guia, entra no código do pescador, então você tem mais um documento provando que você é pescador. Não é obrigatório, mas a gente faz com que as pessoas paguem pra dar mais anuência pra atividade deles (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54 de Candeias).

Para que tais benefícios fossem concedidos, cabe ao associado o pagamento de uma mensalidade que pode variar e realizar o seu cadastro (Figura 8.3-327 e Figura 8.3-328), não apenas na colônia, mais junto a órgãos federais como o Ministério da Aquicultura e Pesca para fins de fiscalização da Previdência Social.

FEDERAÇÃO DOS PESCADORES E AQUICULTORES DO ESTADO DA BAHIA					
COLÔNIA DE PESCADORES Z-___ DE _____					
FICHA DE ASSOCIADO					
MATRÍCULA Nº _____ / _____					
Nome:			Apelido:		
Endereço:					
Filiação					
RG:	Org. Expedidor:	Data da Exp.	CPF:		
Naturalidade:		Estado Civil:		D. Nasc:	
T. Eleitor:	Zona:	Seção:	PIS:		
NIT:	CEI:	CTPS		Série:	
RGP/SEAP:	Data do 1º Registro:		Emissor:		
Data de Insc. Colônia:		Principal Arte de Pesca:			
Possui Embarcação:	Apetrechos de Pesca Próprios:		Quais:		
Assinatura do Pres. Colônia			Assinatura do Associado		

Figura 8.3-327. Modelo de ficha de cadastro de associados e controle do pagamento de mensalidades existente nas colônias de pescadores (Fonte: Bourscheid, 2011).

CONTROLE DE PAGAMENTO DE MENSALIDADE													Observações:
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2000													
2001													
2002													
2003													
2004													
2005													
2006													
2007													
2008													
2009													
2010													
2011													
2012													
2013													
2014													
2015													
2016													
2017													
2018													
2019													
2020													

Figura 8.3-328. Modelo de ficha de cadastro de associados e controle do pagamento de mensalidades existente nas colônias de pescadores (Fonte: Bourscheid, 2011).

Sobre a contribuição financeira que dão suporte as colônias, os 355 questionários aplicados nas residências dos pescadores e pescadoras artesanais na AID, mostra que muitas vezes são bastante irregulares e que por isso, podem diminuir a possibilidade de atuação dessas entidades. É um ambiente desfavorável pois a atividade pesqueira também não é capaz de produzir rendimentos significativos.

Mapele

A contribuição financeira junto a colônia de pescadores a qual o entrevistado era filiado só era feita por 43% (Figura 8.3-329). Os valores variam de acordo com a exigência de cada colônia, entretanto, 57% apontava que a faixa de contribuição estava entre R\$ 10,00 a 20,00 reais. O valor de contribuição que estava acima de R\$ 20,00 foi citado por 24% dos entrevistados (Figura 8.3-330).

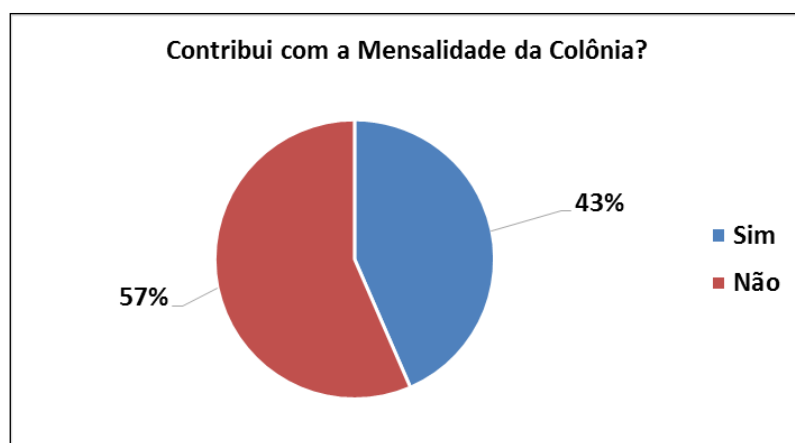


Figura 8.3-329. Contribui com a Mensalidade da Colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

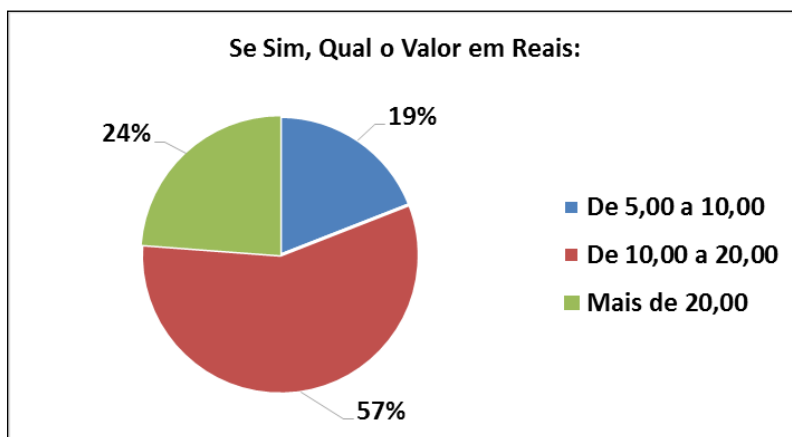


Figura 8.3-330. Se Sim, Qual o Valor em Reais (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Boca do Rio

A contribuição financeira junto a colônia de pescadores a qual o entrevistado era filiado era feita por 67% (Figura 8.3-331). Os valores variam de acordo com a exigência de cada instituição, entretanto, 67% apontava que a faixa de contribuição estava entre R\$ 10,00 a 20,00 reais. O valor de contribuição acima de R\$ 20,00 foi citado por 33% dos entrevistados (Figura 8.3-332).

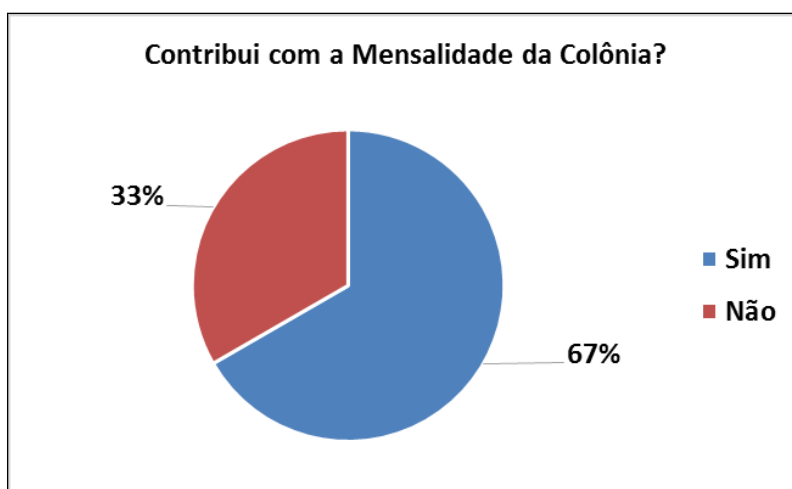


Figura 8.3-331. Contribui com a mensalidade da colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

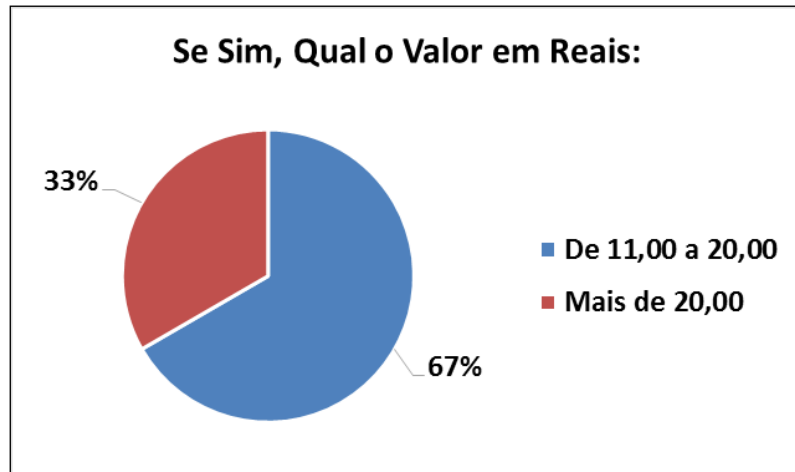


Figura 8.3-332. Se Sim, qual o valor em reais (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passé

A contribuição financeira junto à colônia de pescadores a qual o entrevistado era filiado era feita por 94% dos entrevistados (Figura 8.3-333). Os valores variam de acordo com a exigência de cada colônia, entretanto, 77% apontava que a faixa de contribuição estava entre R\$ 10,00 a 20,00 reais (Figura 8.3-334).

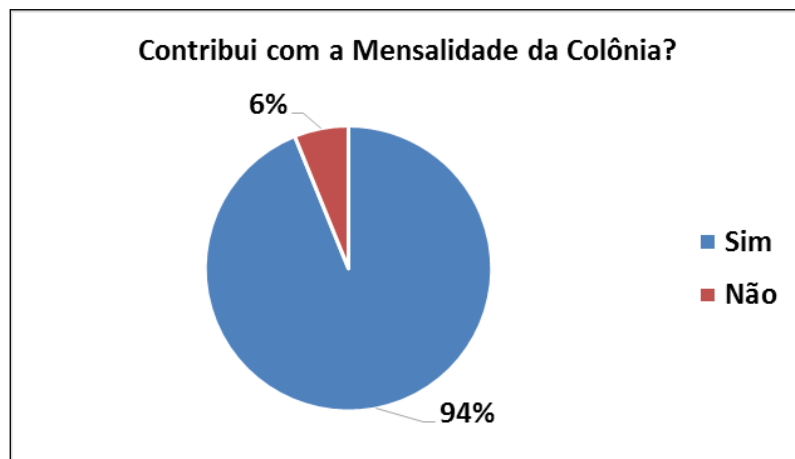


Figura 8.3-333. Contribui com a mensalidade da colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

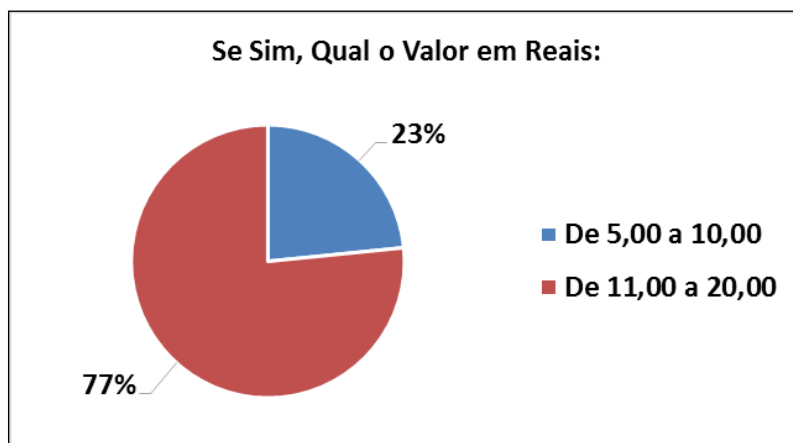


Figura 8.3-334. Se sim, qual o valor em reais (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Caboto

A contribuição financeira junto a colônia de pescadores a qual o entrevistado era filiado era realizada por 57% (Figura 8.3-335). Os valores, segundo aqueles que contribuíam, estavam entre R\$ 11,00 a R\$ 20,00 reais.

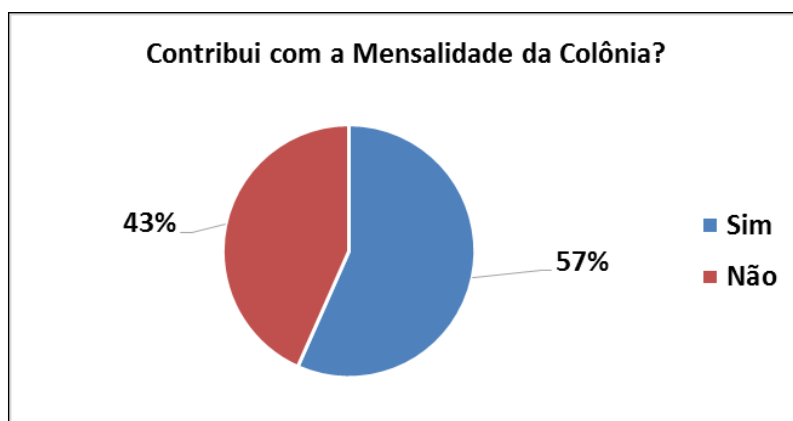


Figura 8.3-335. Contribui com a mensalidade da colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passagem dos Teixeiras

A contribuição financeira junto à colônia de pescadores a qual o entrevistado era filiado foi confirmada por 93% dos entrevistados (Figura 8.3-336). Cerca de 86% dos filiados apontava que a faixa de contribuição estava entre R\$ 10,00 a 20,00 reais. O valor de contribuição que estava acima de R\$ 20,00 foi citado por 14% dos entrevistados (Figura 8.3-337).

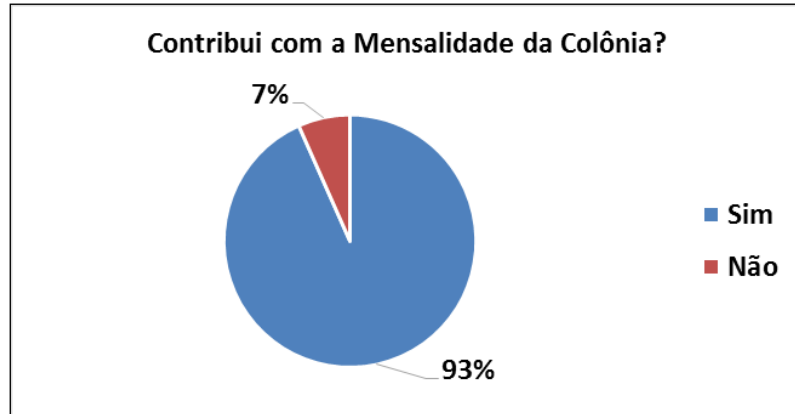


Figura 8.3-336. Contribui com a mensalidade da colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

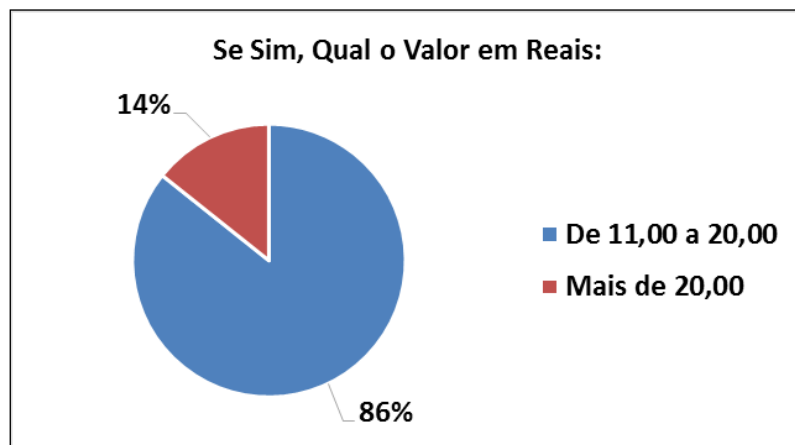


Figura 8.3-337. Se Sim, qual o valor em reais (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

A contribuição financeira junto à colônia de pescadores a qual o entrevistado era filiado ocorria em 93% da amostra (Figura 8.3-338). Os valores variavam de acordo com a exigência de cada colônia, entretanto, 87% apontava que a faixa de contribuição estava em menos de R\$ 5,00. O valor de contribuição entre R\$ 11 a R\$ 20 reais foi citado por 13% dos entrevistados (Figura 8.3-339), enquanto o valor abaixo de R\$ 5,00, por 87% dos que contribuía.

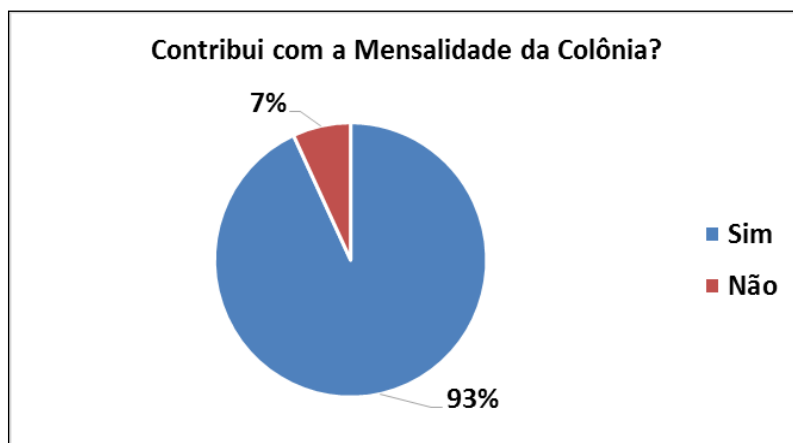


Figura 8.3-338. Contribui com a mensalidade da colônia? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

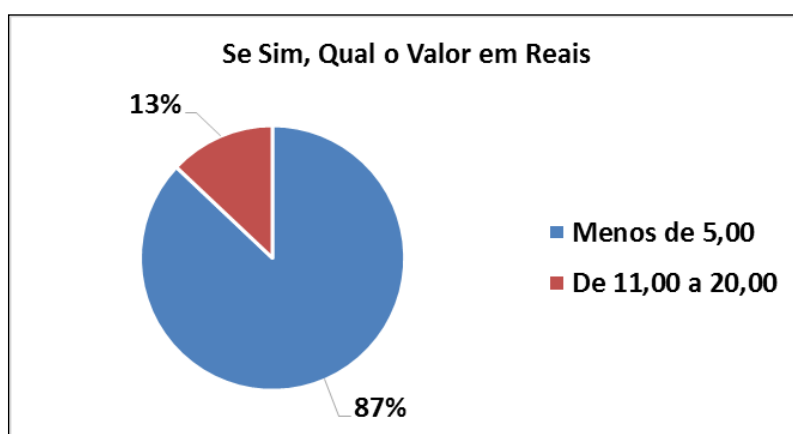


Figura 8.3-339. Se sim, qual o valor em reais (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Em conjunto com as colônias coexistem também associações de pescadores artesanais e marisqueiras no município. A existência dessas outras entidades às vezes é motivo de divergência, porém em alguns momentos o trabalho entre colônias e associações é bem visto, onde a segunda se torna uma extensão da primeira. O alcance do trabalho das colônias pode variar bastante de acordo com o grau de politização ou da relação com as instituições de fomento a pesca artesanal.

Associação de Pescadores e Marisqueiras Semelhante de Candeias. Foi fundada em 4 de Janeiro de 2010. Nós criou a associação porque existia muitos pescadores, assim, descoberto, que não tinha apoio de ente público e a gente procurou regularizar essa associação pra dar uma cobertura melhor ao pescador, uma qualidade de vida melhor ao pescador, entendeu? Porque tinha pescador que não tinha nem o primeiro registro de pesca. O ministério da pesca fez em torno de 300 e poucos registros de pescador de um mutirão feito aqui, mas esse pescador não tinha quem representasse ele. E a gente fundou essa associação pra fazer um

trabalho diferente com os pescador. É uma associação sem fins lucrativos, ninguém sobrevive de associação. A gente fez direcionada para o pescador. A verdade, o trabalho da APESCAN é conscientizar o pescador. Pois o nosso trabalho é esclarecer, trazer as informações, informar. Porque a associação, diz ao pescador, participar das reuniões, levar o pescador ao ministério, pois o pescador não sabe nem onde é o ministério, ver quais são os seus deveres, documentação em dia... A associação não tem o caráter fiscalizador (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Associado da APESACAN).

Essas associações são criadas em função de uma exigência da própria agência financiadora e, na maioria dos casos, são destinadas somente a essa função. Percebe-se, entretanto, que essas associações acabam influenciando no funcionamento das colônias de pesca, reduzindo o número de seus associados e divergindo dos agentes anteriormente engajados na melhoria de seu funcionamento.

As colônias de pescadores praticamente não têm infraestrutura suficiente para atuar como centralizadora da atividade de pesca regionalmente, manutenção do controle da produção ou oferecer insumos (gelo, apetrechos, entre outros) aos pescadores (GIANNINI, 2000). A sustentação operacional das mesmas decorre do pagamento das mensalidades dos associados e que em muitas vezes é irregular.

A associação ela tem 403 associados. A gente colocou uma mensalidade de 10 reais. O pescador contribui com a associação pois tem energia, água, limpeza, transporte... A associação não tem transporte, mas a gente precisa se locomover até o ministério da pesca, pra Bahia Pesca... Ai a gente tem muita dificuldade pois as vezes preciso ter um transporte locado e ai cobram em torno de 300 reais. E ai a associação não tem esse recurso, pois não contribuem nem 20 pessoas (Edvandro Pinheiro dos Santos, 53 anos, Presidente da APESCAN).

O reflexo na sustentação dos pagamentos mensais as colônias passam por motivos diversos como descrédito na entidade, nas condições de baixa produção do pescado tendo como consequência pouca disponibilidade financeira e a distância da moradia até a sede da colônia (é comum, segundo os dirigentes, observarem associados gastarem mais com transporte para o deslocamento até a entidade do que com o custeio da mensalidade).

Apesar dessas deficiências, graças a convênios com órgão estaduais como a Bahia Pesca e às vezes compensações ambientais derivadas de implantações de empreendimentos, algumas colônias, como a Z-54 em Passé no município de Candeias, apresentam boa estrutura e vêm obtendo acesso a alguns programas estruturantes reconhecidos por uma boa administração (Figura 8.3-340 a Figura 8.3-342).

Ai veio os cursos, as capacitações, a Petrobras já deu muito curso ambiental, pra que essas pessoas tivessem uma visão melhor do que é a pesca e nos alavancamos, alavancamos, criamos um miniprojeto de ter o nosso próprio espaço que é hoje essa colônia de pescadores, na época, o terreno aqui foi doado pela GDK né, e a Bahia Pesca deu, fez a logística dos materiais dos equipamentos, para que eu pudesse atender o associado e a Unigel que é hoje a Proquigel, foi quem doou todo o material para que se construísse a sede e a prefeitura também ajudou, ajudou 20% da construção e ai fizemos essa sede que hoje é uma sede grande, com muitas salas. E tivemos a ampliação recente com a própria Bahia Pesca, que foi quem ampliou esse espaço que nós fizemos uma unidade de beneficiamento e esse auditório.

O dia a dia aqui eu tenho algumas ações que são os projetos, eu estou com o telecentro aqui, eu consegui cesta básica do Estado, 7 toneladas de alimentos. Já doei pra 200 pessoas, mulheres né?

Independente, falando de social, nós já tivemos aqui dentista (...) que foi um programa social Dow-Sesi, atendeu todo mundo, nós temos advogados que é gratuito para atender o pescador nos seus direitos, todo mês ele vem, até já marcou que vem agora dia 21 de maio. Vem sempre na data de reunião para que possa atender mais gente. Eu tive oftalmologista, que cobrava a metade, temos um plano funeral que atende com um valor irrisório que atende o pescador. Por isso nós temos uma gama de serviço sociais aqui.

Nós tivemos muito curso, tanto de educação ambiental como de sustentabilidade, muitos cursos, muitas capacitações e alguns projetos do governo, sim. Não é que atenda a todos, mas projetos pequenos que ao longo do tempo vai vir beneficiar algumas pessoas. Por exemplo aqui, não vou falar nem dos cursos que são muitos, mas está tendo agora um pra marisqueira pela colônia da universidade (Federal da Bahia), esse blog já está ganhando o mundo e de repente algum país ai pode até ter consciência e aceitar o que elas fazem no dia a dia. Tivemos recente essa universidade aqui com 5 oficinas, de um projeto que foi (...) ecologia de saberes. Tem ai a Dutovia que chega com a Refinaria. E a Bahia Pesca que está sempre apoiando de alguma maneira as pessoas. Ultimamente recebemos 50 kits de marisqueiras que foram compostos de sapato, calça camisa, luvas e chapéu, pra dar maior conforto a marisqueira, pra ela não cortar os pés, pra ela não tomar sol no dia a dia, para se proteger de mosquito, de alguma coisa. Nós tivemos anteriormente com a própria Bahia Pesca, que foi 25 kits marisqueira que foi pra cozinhar com bancada, kit ecológicos (...) Agora, por exemplo, a gente está pra receber gaiolas pra pegar siri e redes também e 3 kits pra chuva. Ainda não

consegui foram os barcos para as mulheres. Prometi, mas ainda não consegui não. Na verdade faltam canoas para as mulheres e também para os homens pescar. Eu quero que cada qual tenha própria sustentabilidade pra elas não fiquem dependendo elas na maioria, e eles, quando quer pescar (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54 de Candeias).



Figura 8.3-340. Colônia de pescadores Z-54 em Candeias – UTM 550958/8592800, fotos “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).





Figura 8.3-341. Colônia de pescadores Z-4 em Ilha de Maré – UTM 550726/8585868, fotos “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-342. Associação de Pescadores e Marisqueiras de Mapele – UTM 550726/8585868, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

As colônias fazem parte de uma hierarquia que envolve também a Federação dos Pescadores do Estado da Bahia e a Confederação Nacional dos Pescadores. Quando entrevistados, muitos dos dirigentes das colônias e até mesmo os associados tem consciência sobre as condições ambientais. As mulheres são maioria na composição dos associados e são as que procuram manter em dia suas

obrigações com a colônia, pois compreendem a necessidade e os benefícios futuros juntos a previdência social.

Mapele

Sobre o trabalho desenvolvido pela Colônia a qual é filiado, 46% dos entrevistados informaram que a instituição desenvolve um bom trabalho, enquanto 20% afirmaram ser apenas regular (Figura 8.3-343).

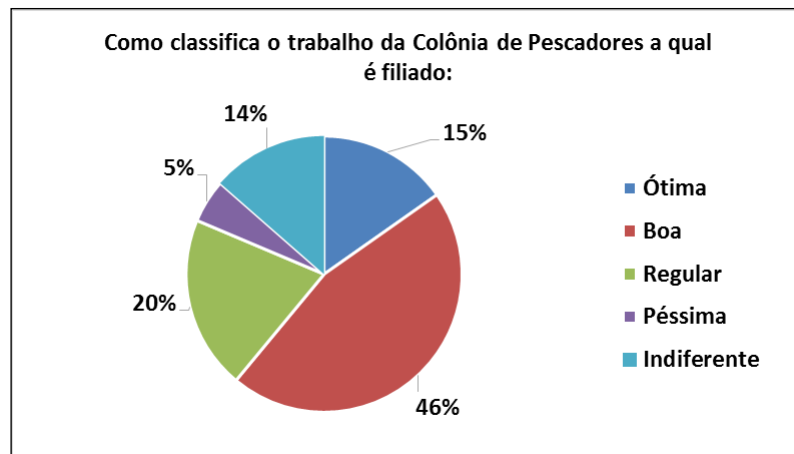


Figura 8.3-343. Como classifica o trabalho da colônia de pescadores a qual é filiado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Boca do Rio

Sobre o trabalho desenvolvido pela Colônia a qual é filiado, 100% dos entrevistados informaram que a instituição desenvolve um bom trabalho.

Passé

Sobre o trabalho desenvolvido pela Colônia a qual é filiado, 53% dos entrevistados informaram que a instituição desenvolve um ótimo trabalho, enquanto 39% afirmaram ser classificado como bom (Figura 8.3-344).

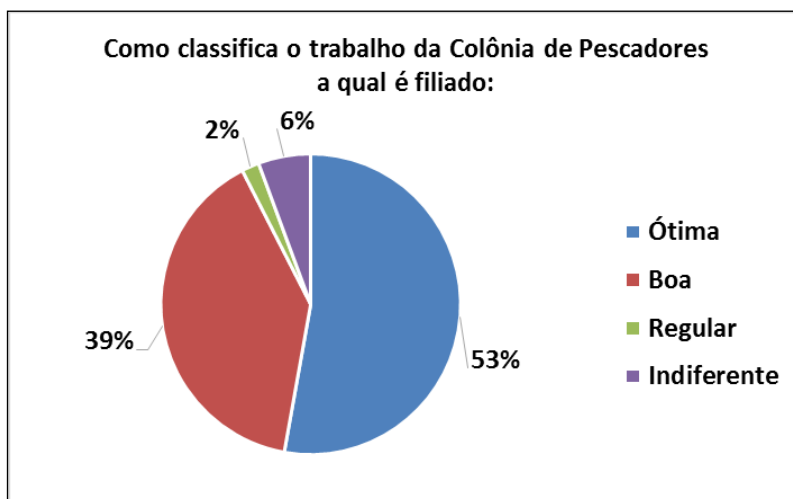


Figura 8.3-344. Como classifica o trabalho da colônia de pescadores a qual é filiado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Caboto

Sobre o trabalho desenvolvido pela Colônia a qual é filiado, 28% dos entrevistados informaram que a instituição desenvolve um ótimo trabalho, enquanto 19% afirmaram ser bom (Figura 8.3-345).

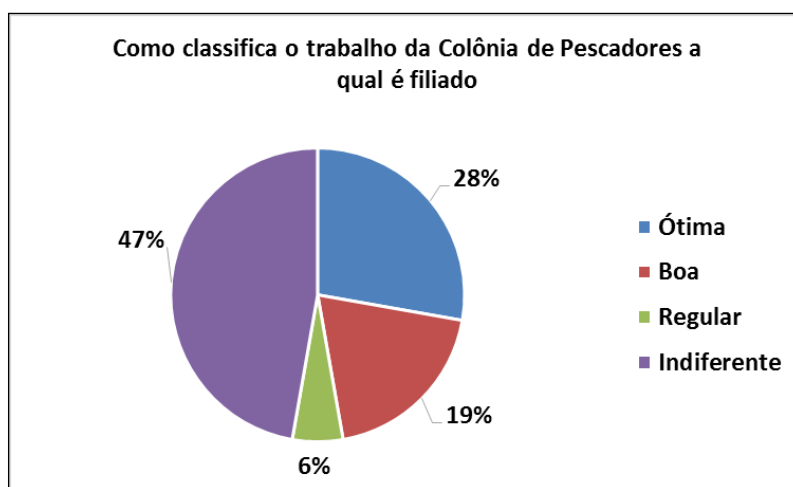


Figura 8.3-345. Como classifica o trabalho da colônia de pescadores a qual é filiado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

Sobre o trabalho desenvolvido pela Colônia a qual é filiado, 45% dos entrevistados informaram que a instituição desenvolve um bom trabalho, enquanto 26% afirmaram ser apenas regular (Figura 8.3-346).

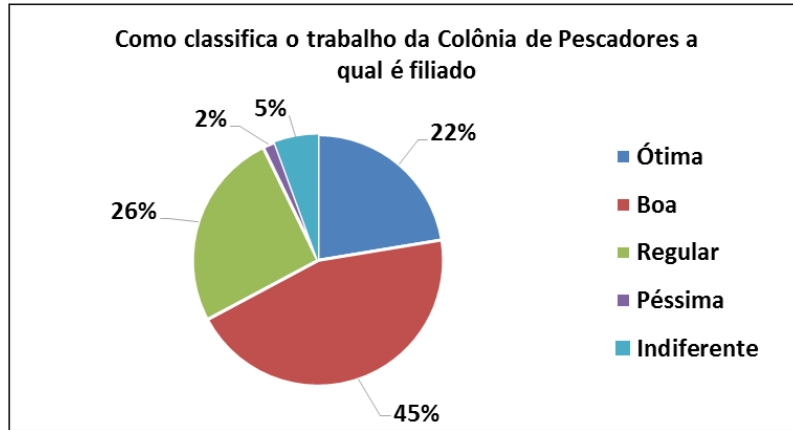


Figura 8.3-346. Como classifica o trabalho da colônia de pescadores a qual é filiado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passagem dos Teixeira

Sobre o trabalho desenvolvido pela Colônia a qual é filiado, 30% dos entrevistados informaram que a instituição desenvolve um bom trabalho, enquanto 9% afirmaram ser apenas regular (Figura 8.3-347).

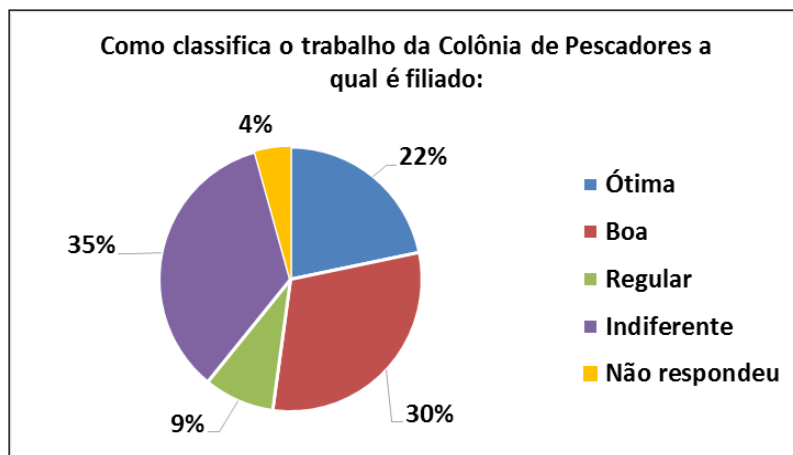


Figura 8.3-347. Como classifica o trabalho da colônia de pescadores a qual é filiado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Dentro da All, houve pouco progresso em relação às condições dos pescadores artesanais e da atuação das colônias como um todo. Sob a ótica da infraestrutura utilizada para a pesca, as embarcações mais comumente usadas são as canoas, embora sejam identificados também outros modelos (Figura 8.3-348).

As caracterizações seguem abaixo para melhor compreensão, segundo (HATJE & ANDRADE, 2009):

Barcos: de madeira, medindo entre 4 e 6 metros, movidos com motor de centro (potência máxima de 11 HP), geralmente operados por dois a três pescadores. Alguns são de fibra, com 9,0 metros de comprimento. Os menores são conhecidos como barquinho e existem alguns botes de alumínio com motor de rabeta;

Batelão: de madeira, movido a remo e/ou a vela, sem convés, confeccionado em madeira, de fundo chato ou não, com comprimento entre 5 e 9 metros;

Canoas: movidas a remo e/ou com uma pequena vela auxiliar, medindo entre 3 e 5 metros, sem convés, confeccionadas em madeira. Conforme o desenho e o material de confecção, este tipo de embarcação é denominado piroga (feita a partir de tronco escavado), canoa canadense (de madeira ou fibra, com a popa semelhante, na forma, à proa) e caiaque (também em fibra);

Catraia: movida a remo, com casco chato de madeira ou de isopor, de pequeno porte, geralmente operada por um pescador. Existem variantes, como a prancha (modelo ainda menor) e a tamanca;

Lancha: motorizada, com casco de madeira, comprimento abaixo de 15 metros, com casario no convés, classificada em pequena, média e grande;



Figura 8.3-348. Embarcações típicas na Área de Influência, fotos “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

As informações mais atualizadas quanto ao uso e tipo de embarcação foram colhidas através de um último cadastro efetivado pelo IBAMA em 2006. Segundo o estudo do IBAMA, 11.429 embarcações foram cadastradas, sendo estas categorizadas em nove classes em toda Baía de Todos os Santos. De acordo com a Tabela 8.3-41, o município de Candeias dispunha de 158 embarcações ao todo, Simões Filho com um total de 127 embarcações em atuação no município e em Salvador, 1.648.

Tabela 8.3-41. Quantitativo de embarcações na área de influência indireta (Fonte: IBAMA, 2006).

Município	Embarcação								Total
	Barco a Vela	Bote a Remo	Bote de Alumínio	Bote Motorizado	Canoa a Motor	Canoa a Remo	Jangada	Saveiro	
Candeias	8	2	1	-	-	146	1	-	158
Salvador	60	469	107	203	2	493	107	207	1.648
Simões Filho	7	20	-	-	-	100	-	-	127

A frota pesqueira que atua na área de influência direta – AID e na área de influência indireta – AII é constituída basicamente de embarcações pequenas de madeira, dificultando em alguns momentos o trabalho do pescador devido a limitação desse equipamento frente as condições do tempo ou da distância, conforme um associado informou durante entrevista qualificada junto a Associação de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho:

"A realidade do pescador daqui é canoa, é canoa, de madeira... É justamente ai é que dá o medo... É que uma realidade do pescador como essa, como é que vai dotar esses pescadores, vamos dizer... Você degrada essa nossa área, a realidade dele aqui é canoa, em 15, 20 minutos ele atinge a área que ele quer fazer a pescaria... E se degrada essa área toda, pra sair pra Paripe, Periperi, pescar longe, vai ser 3, 4 horas de remo... Ai o que é que ocorre, na hora de ir pescar é muito bom, ai o problema é a volta... É preciso, então, que essas indústrias que vem nos degradando, doasse as embarcações para o pescador se locomover, fora da Baía de Aratu..." (Ednilson Lopes, Pescador de Mapele e Associado da Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho)

Existe uma tendência de migração para as canoas de fibra devido a sua maior longevidade, mas que esbarram na condição socioeconômica do pescador artesanal. Na sua grande maioria, as embarcações não dispõem de material que permita auxiliar a navegação, comunicação ou localização. O depoimento obtido junto ao presidente da Colônia de Pescadores de Candeias, dão conta das dificuldades:

Hoje nós temos o programa do governo que não é fácil, que nós somos atendidos pelo Banco do Nordeste, na nossa agência em Simões Filho é complicado. Nós temos o projeto, o Plano Safra né? Que atende até R\$ 150 mil reais por pessoa.

Para compra de materiais, equipamentos, até barcos grandes, mas ai é um grande projeto. Pra canoas pequenas chega até 16, 20 mil (...) mas nós temos muita dificuldade. Aqui eu consegui só uma vez para 4 pessoas, foram 3 canoas e 1 motor. Até agora consegui nada, esse Plano Safra, até porque tá parado. O Banco ainda não soube como fazer, manusear esse Plano Safra, principal entre aqui na região (...) o governo lança o programa, mas os bancos não se organizam para devolver ao pescador o que é de direito.

Uma canoa simples hoje custa R\$ 4.500,00, de fibra a remo, com propulsão a remo. Uma canoa de fibra maior com motor a depender da marca do motor, ela chega a R\$ 12 mil reais, o mínimo que você vai botar um motor simples, numa canoa também menor. Numa canoa maior vai a R\$ 16 mil, vai pegar um motor maior, com mais potência... (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54 de Candeias)

A aplicação de questionários, já detalhada no 8.3.1 – Metodologia Aplicada, junto as comunidades pesqueiras artesanais na AID, corrobora quanto aos depoimentos obtidos junto aos representantes das instituições ligadas a pesca (ver Tabela 8.3-42).

A Tabela 8.3-42 apresenta os dados das comunidades pesqueiras da AID por município, o número de questionários aplicados e quantos eram possuidores de embarcações segundo a pesquisa:

Tabela 8.3-42. Município, Comunidades da AID, Número de Questionários Aplicados nas Comunidades e Possuidores de Embarcações de acordo com os questionários (Fonte: Bourscheid, 2014).

Município	Comunidades	Número de Questionários Aplicados junto a Pescadores Artesanais	Possuidores de Embarcações de Acordo com os Questionários
(All)	(AID)		
Candeias	Passé	56	19
	Caboto	36	4
	Passagem dos Teixeiras	31	5
	Boca do Rio	3	3
Salvador	Ilha de Maré	128	29
Simões Filho	Mapele	101	40
Total		355	100

A posse da embarcação é de grande valia para o desenvolvimento da atividade pesqueira. É importante também porque permite o deslocamento para diversas áreas da região, principalmente quando há restrições de áreas. Entretanto, o acesso as embarcações, entenda-se, a sua aquisição, é bastante custoso. Os resultados a seguir, extraídos por comunidade, mostram o percentual de proprietários de embarcações.

Em Mapele, cerca de 40% dos entrevistados possuíam embarcação (Figura 8.3-349). Na comunidade da Boca do Rio, 100% dos entrevistados afirmaram ser proprietários de embarcações. Em Passé, o

número é um pouco menor em relação a Mapele, registrando 34% (Figura 8.3-350). Em Caboto, o percentual de entrevistados proprietários de embarcações foi o mais baixo dentre todas as comunidades, com apenas 11% (Figura 8.3-351). Percentual igualmente baixo foi identificado em Passagem dos Teixeiras, onde apenas 16% dos pescadores e pescadoras artesanais entrevistados informaram ser proprietários de embarcações (Figura 8.3-352). Por fim, no subdistrito da Ilha de Maré, 23% dos que responderam aos questionários indicaram ser possuidor de embarcações (Figura 8.3-353). O detalhamento dessas informações sobre as embarcações dos pescadores artesanais das comunidades pesquisadas, encontram-se no item 0 – Comunidades Pesqueiras Artesanais.

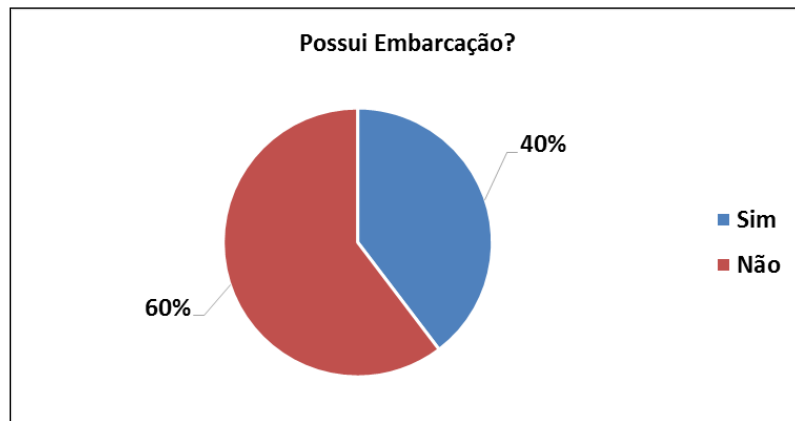


Figura 8.3-349. Se o entrevistado em Mapele possui embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

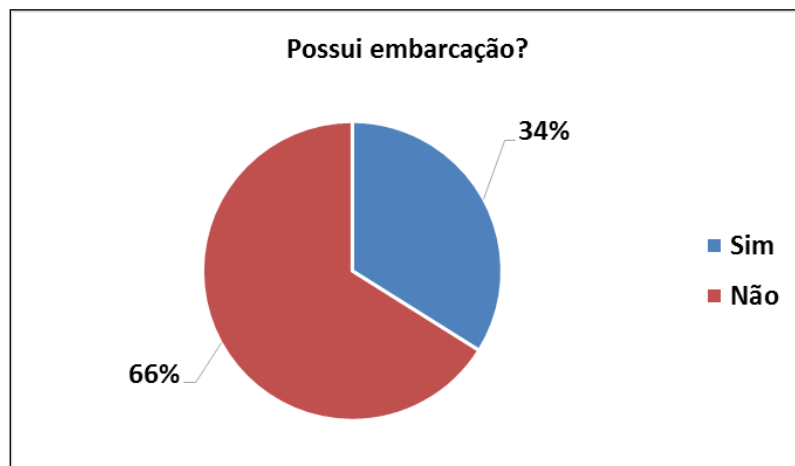


Figura 8.3-350. Se o entrevistado em Passé possui Embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

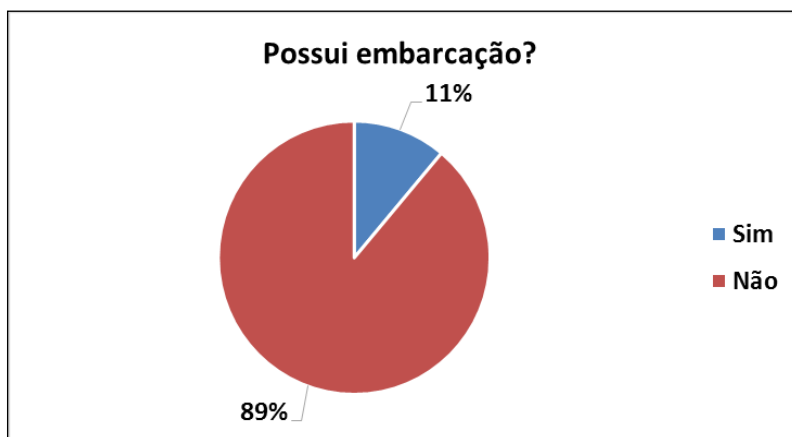


Figura 8.3-351. Se o entrevistado em Caboto possui embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

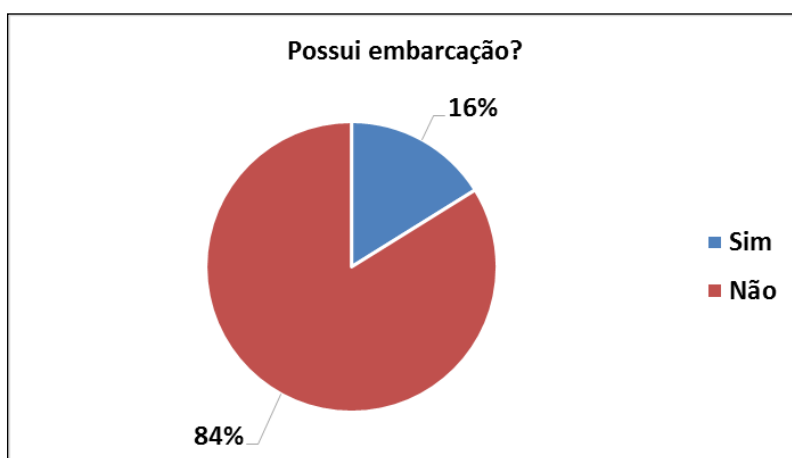


Figura 8.3-352. Se o entrevistado em Passagem dos Teixeiras possui embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

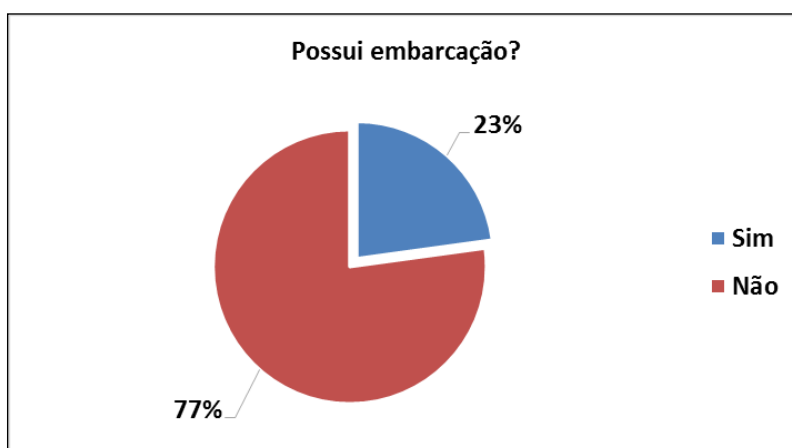


Figura 8.3-353. Se o entrevistado em Ilha de Maré possui embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O Termo de Referência do IBAMA também solicita que sejam analisadas as variações sazonais da movimentação dessas embarcações de acordo com o calendário da pesca. No calendário da Bahia

existem basicamente 4 espécies que estão sob efeito das práticas do defeso, de acordo com o Quadro 8.3-15 abaixo:

Quadro 8.3-15. Espécies por Período no Calendário Anual da Pesca na Bahia (Fonte: Bourscheid, 2014).

Espécie	Período
Camarão	1º de Abril a 15 de Maio e 15 de Setembro a 31 de Outubro
Lagosta	1º de Janeiro a 30 de Abril
Caranguejo	1º de Dezembro a 31 de Maio
Robalo	15 de Maio a 31 de Julho

Entretanto, a Baía de Aratu, onde estão localizadas as comunidades da AID pesquisadas, estão sujeitas basicamente ao Camarão e o Robalo. Nesse período, o pescador é remunerado com o valor de 1 salário mínimo enquanto a pesca da espécie estiver proibida, conforme determinam a Lei nº 10.779/2003 e o Decreto nº 8.424/2015.

A diversidade de espécies de peixes e mariscos no ecossistema dá a oportunidade para que a atividade de pesca não cesse. Ou seja, ainda que o pescador ou pescador artesanal esteja recebendo os rendimentos do auxílio-defeso, a complementação da renda tende a ser buscada na captura de outras espécies não cobertas pelo benefício. Esse fato é ainda mais evidente na captura de mariscos onde não há instituição de benefícios com essas características.

Basicamente o que define a movimentação das embarcações, a partir do levantamento com a aplicação dos questionários, tem relação com o clima. A Baía de Todos os Santos e por consequência Baía de Aratu tem um período chuvoso (Outono/Inverno) a partir dos meses de março até setembro. É a partir desse momento em que a atividade de pesca diminui pois como poderá ser visto com mais detalhes no item 0 – Comunidades Pesqueiras Artesanais, predominam na região embarcações de pequeno porte, não motorizadas, e que por isso, não possuem condição segura para deslocamento de grandes distâncias. O depoimento colhido junto ao Presidente da Colônia de Pescadores de Candeias, Carlos Augusto, também ratifica essa situação:

O inverno é ruim pra todo mundo, quem vivencia. (...) Hoje tá um temporal no mar, ninguém pesca, ninguém sai, nem de rede, nem de barco. Os barcos têm dificuldade, que são pouquíssimos, não vai poder colocar rede no mar. E as marisqueiras principalmente, chuva elas não mariscam nada. Não tem agasalho pra sair (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54 de Candeias).

Os mapas apresetados no Apêndice 8.32 – Mapa das Rotas dos Pescadores, e Apêndice 8.33 – Mapa dos Locais de Pesca, foram elaborados com as rotas e pontos de pesca e mostra que no âmbito geral,

a atividade de pesca desenvolvida pelas comunidades tende a se concentrar em áreas próximas ao continente.

Como forma de ratificar a sazonalidade dos deslocamentos da pesca que também serão apresentados no item 0 – Comunidades Pesqueiras Artesanais, são apresentados abaixo a distribuição da pesca ao longo do ano (Figura 8.3-354 e Figura 8.3-358), segundo respostas obtidas a partir da aplicação de 355 questionários junto a pescadores e pescadoras artesanais nas comunidades da AID conforme metodologia já descrita:

Mapele

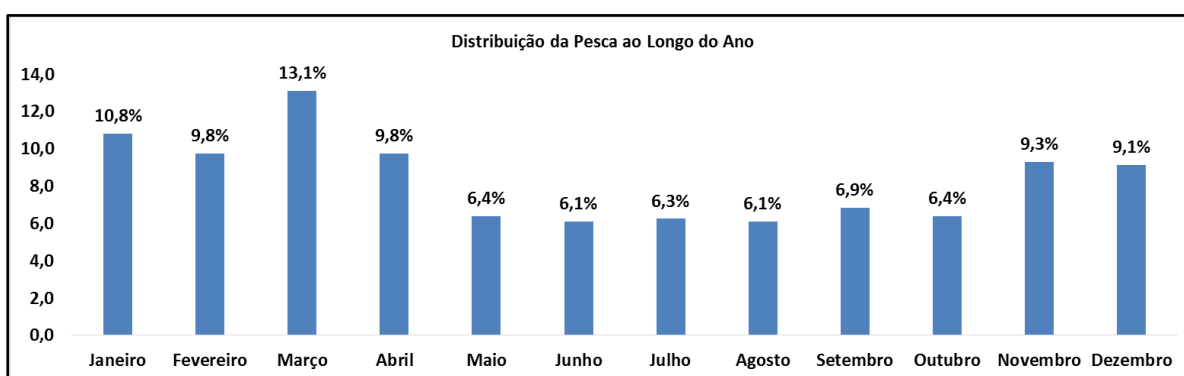


Figura 8.3-354. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Mapele (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Boca do Rio

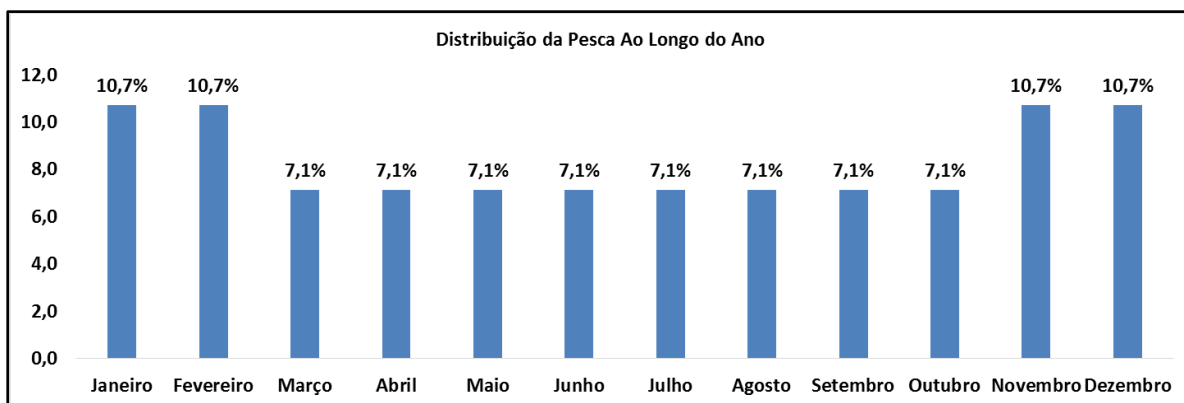


Figura 8.3-355. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Boca do Rio (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passé

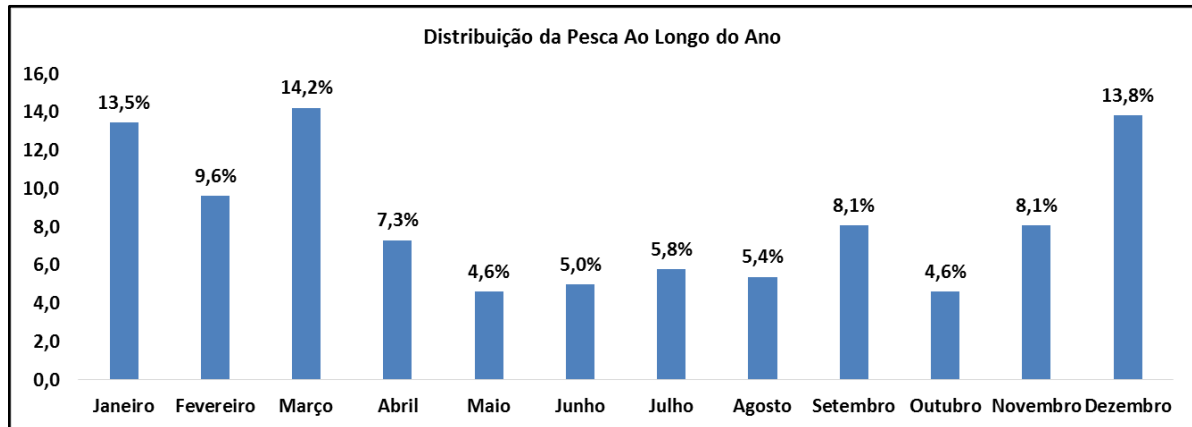


Figura 8.3-356. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Passé (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Caboto

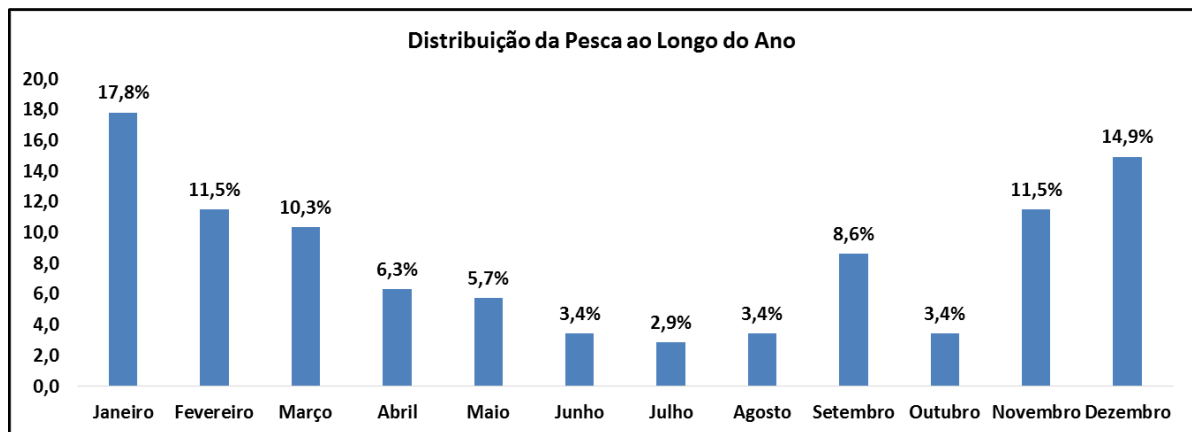


Figura 8.3-357. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Caboto (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

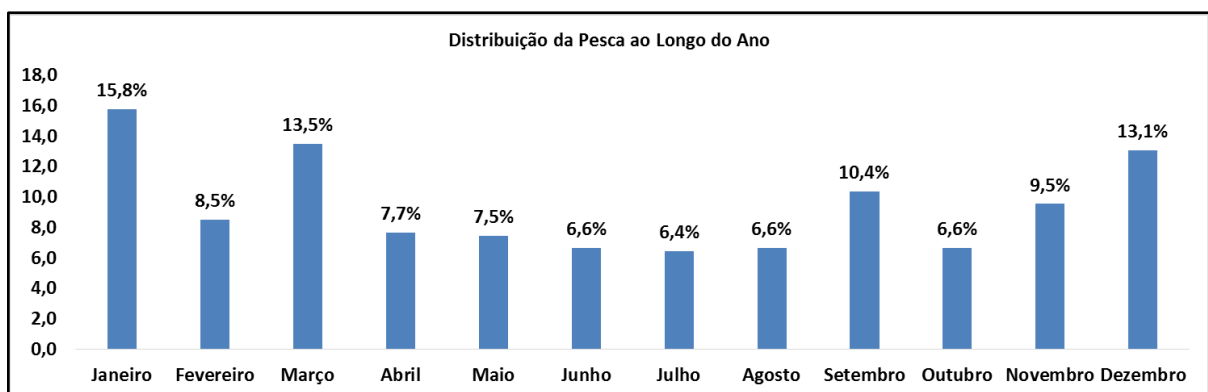


Figura 8.3-358. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Ilha de Maré (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passagem dos Teixeiras

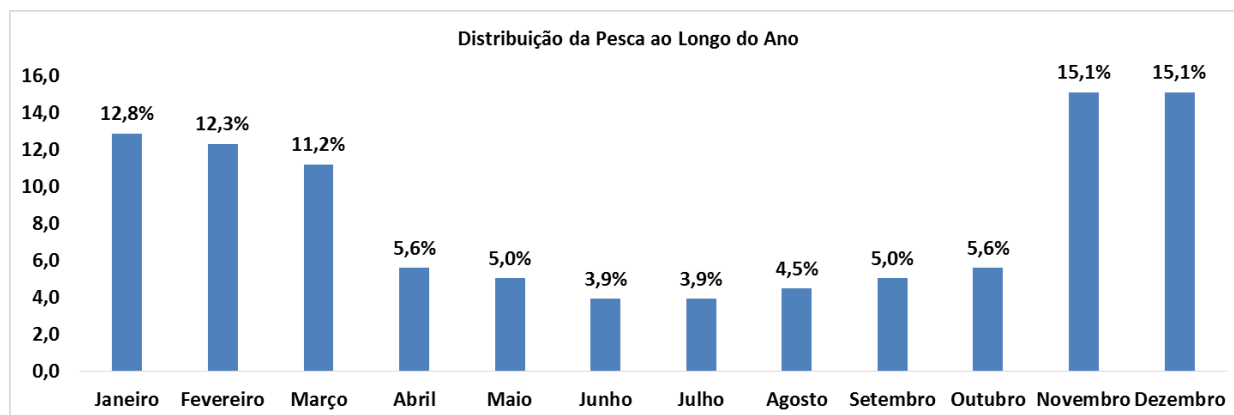


Figura 8.3-359. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Passagem dos Teixeiras (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

De acordo com o trabalho de campo e a bibliografia consultada, cerca de 18 tipos de petrechos foram levantados entre as comunidades pesqueiras, sendo as redes de espera os equipamentos mais utilizados para a pesca artesanal. Estudo da PETROBRAS que monitorou sete localidades entre os anos de 2003 a 2005 utilizando metodologia diária de coleta de dados, tais equipamentos alcançaram cerca de 47 denominações e categorizadas em 10 grupos. Segundo a pesquisa, aqui citada por (HATJE & ANDRADE, 2009), os equipamentos conhecidos são (Figura 8.3-360):

Abalo: Modalidade de rede de cerco de emalhar, que é lançada ao mar geralmente por uma canoa. A rede permanece na água por um período variável, tempo em que os pescadores artesanais utilizam a “batida” na água para que os peixes se espantem e possam se emalhar com mais facilidade;

Armadilhas: petrechos variados com utilização de iscas. Foram registrados o manzuá, o jereré e a gaiola. O manzuá, também conhecido como covo para peixe, é uma armadilha de fundo, semifixa, para peixes ou lagostas, geralmente hexagonal, confeccionada com bambu e tela de arame ou material plástico, possuindo uma ou mais aberturas (sangas) em forma de funil, para a entrada dos organismos. O jereré, também conhecido como puçá, é uma rede em forma de saco raso, com abertura circular ou semicircular (boca) de armação, voltada para cima, confeccionada em madeira, plástico ou metal e com uma haste ou cabo por onde é manuseado. É utilizado em águas rasas ou a partir da borda de embarcação e, quando a pescaria é realizada durante a noite, usa-se um atrator luminoso na proa da embarcação para atrair os peixes e siris. A gaiola é uma armadilha de fundo, semifixa, para peixes ou lagostas, geralmente de forma retangular e confeccionada com ferro ou

material plástico, possuindo uma ou mais aberturas (sangas) em forma de funil, para a entrada dos organismos;

Atratores luminosos: lampião a gás ou a querosene, lanterna a pilha, facho e caroncha (tubo de ferro com estopa embebida em óleo diesel ou querosene) são utilizados como atratores na pesca artesanal noturna de siris e peixes;

Ferramentas manuais: compreendem vários instrumentos como colheres, enxadinha, facas, bicheiras, forquilhas, facão, peixeira, foice, estilete, varão, figas e etc., que permitem a escavação da lama e/ou areia para a coleta manual de moluscos (sururu, rala-coco, papa-fumo, lambreta, etc.). São instrumentos utilizados na modalidade de pescaria que dispensa o uso dos petrechos da pesca tradicional, também conhecida como currupichel. Utilizados na mariscagem pelas mulheres e crianças que, geralmente em grupos, se deslocam a pé ou embarcadas até os baixios lamosos e/ou arenosos na baixa-mar;

Linhas: englobam todas as pescarias, de fundo ou superfície, efetuadas manualmente com linhas monofilamento de náilon de comprimento variável, de acordo com a profundidade e espécies a serem capturadas. Foram registradas as linhas de mão, que são utilizadas de 2 a 3, por pescador, e as linhas de espera (linha com um ou mais anzóis, presa a uma cabaça ou a um pedaço de isopor, sendo que cada pescador pode dispor de várias destas linhas de espera e soltá-las em uma área de pesca). Nesta categoria está incluído o espinhel, também conhecido como grozeira, constituindo-se de uma linha mestra de 50 a 100 metros de comprimento, com várias linhas com um ou mais anzóis cada, totalizando entre 100 e 200 anzóis, e usado na captura de bagre, cação, paru, corvina, etc.;

Ratoeira: armadilha feita com lata de óleo ou em madeira para a captura do guaiamu, sendo utilizados como isca, limão, óleo de dendê, etc.;

Redes de Cerco: redes de emalhar que têm o objetivo de cercar os cardumes, sendo utilizadas a partir de pequenas embarcações;

Redes de Arrasto: redes de comprimento e altura variáveis, geralmente de malha bem fina (10 mm), confeccionadas com fio de algodão ou náilon mono ou multifilamento. São tracionadas com as mãos por pescadores, em enseadas, praias e margens de canais com fundo de lama ou areia para a pesca de camarão e de peixe miúdo. Foram registradas redes de arrasto de praia, camarãozeiras e redes de agulha. A rede de arrasto de praia, que tem aproximadamente 150 a 200 m de comprimento, por 3 m de altura, é geralmente levada a locais próximos das margens por botes a remo ou paquetes, sendo então tracionada por cabos. A rede camarãozeira mede entre 6 e 40 m de comprimento e é utilizada somente durante o dia na região estuarina, a uma profundidade média de 1,5 m, para a captura de camarão.

Rede de Espera: compreende as diversas redes que ficam verticalmente na coluna d'água, podendo ser de deriva (arrastada pelas águas) ou fixas, e de superfície, meia-água ou fundo são genericamente denominadas redes de emalhar. O náilon utilizado na confecção das redes é do tipo monofilamento ou multifilamento trançado, com malhas variando de 40 a 280 mm, dependendo da espécie a ser capturada (camarão, sororoca, serra, pescada, camurupim, guarajuba, cação, arraia, etc.). Foram registrados os seguintes tipos, com malhagem variável, de acordo com a pesca principal: linxeira, paruzeira, rede de caçonete, sororoqueira e tainheira. A caçoeira é uma rede de espera de fundo fixa, de malha grande (80 a 120 m), utilizada na captura de lagostas e peixes grandes, sendo geralmente composta por várias panagens emendadas. A linxeira é uma rede de espera fixa, de malha ainda maior (120 a 140 mm), para peixes grandes, geralmente arraias. A ressa é uma rede de emalhar com comprimento variando entre 100 e 300 m e altura de aproximadamente 1,5 m, sendo empregada à deriva, arrastada pelas correntes, utilizada na superfície ou meia-água, conforme a transparência da água. Conhecida também como boiadeira, é muito usada na pesca da sororoca, cavala, serra, bonito e outros.

Tarrafa: rede de pesca circular, de malhagem variada, operada por um pescador em locais rasos, a partir das margens das praias ou estuários. A pescaria é realizada com ou sem o apoio de pequenas embarcações, por ser mais apropriada a águas rasas. O uso dessa rede depende da experiência e habilidade do pescador artesanal em visualizar um cardume e lançar com presteza a rede, a qual a ser arremessada, se abre em círculo sobre o cardume, fechando-se quando recolhida.





Figura 8.3-360. Aparelhos de Pesca na AID, fotos “a” a “f” (Fonte: Bourscheid, 2014).

As pescarias artesanais de maneira geral são realizadas usando materiais de baixo impacto ao ecossistema, tipicamente característica da atividade artesanal (Tabela 8.3-43). É notória a existência de um saber fundamentado durante esse processo.

Entretanto, os problemas e a imagem da pesca artesanal terminam por ser contagiada pelas situações que envolvem o uso de bombas e na ausência de um processo cultural e econômico que consiga dar suporte a todos os membros da comunidade que se encontram fora das políticas de defeso, de acordo com o depoimento do Presidente da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho:

"Tem pessoas que por falta de opção, tem vindo para o mar pescar mal educadamente... Mariscar, trazendo enxada... Tá com fome... O pescador tinha o cuidado e educação de pescar, ele sabe onde o peixe tá, o tamanho do peixe, se a maré tá boa... Quando vem com fome, com rede miudinha, pega de qualquer jeito..." (Raimundo Nascimento, Presidente da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho).

Na Tabela 8.3-43 é possível observar o percentual de participação de cada tipo de armadilha utilizado na pesca na área de influência.

Tabela 8.3-43. Percentual do tipo de armadilha utilizado para pesca na área de influência (Fonte HATJE & ANDRADE, 2009).

Apetrecho	Município		
	Candeias (%)	Simões Filho (%)	Salvador (%)
Coleta Manual	0,98	1,31	0,41
Curral	4,6	-	-
Espinhel	0,85	2,70	1,51
Jereré	-	-	0,23
Linhas	0,87	6,71	36,4
Linhas/Espinhel	-	-	0,05
Linhas/Rede de Espera	-	-	-
Mangote	16,49	4,54	1,07
Manzuá	-	1,65	0,23
Mergulho Livre	-	-	0,51
Rede Abalo	-	-	0,35
Rede Arrasto	-	-	0,08
Rede Arrasto de Praia	15,1	18,86	0,48
Rede Caçoeira	-	-	0,08
Rede Camaraozeira	7,22	-	1,21
Rede Cerco	13,85	9,22	38,8
Rede Espera	40,05	54,82	18,28
Rede/Espinhel	-	-	-
Ressa	-	-	0,06
Tarrafa	-	0,19	0,07
Total	100,0	100,00	100,0

Em Candeias, predominava o uso da rede de espera com 40,05% em relação aos apetrechos utilizados para a atividade, sendo o segundo o mangote (16,49%) e por fim a rede arrasto de praia (15,1%). Em Simões Filho, a rede de espera também era a modalidade mais utilizada entre pescadores para atividade, com 54,82%, sendo o segundo item a rede arrasto de praia com 18,86%. Em Salvador, cabia a armadilha do tipo Rede Cerco com 38,8%, a mais predominante.

Quanto à produção pesqueira, apesar dos enormes esforços em quantificar realmente a produção de pescados, as características peculiares da pesca artesanal dificultam ou tornam quase impraticável a coleta de informações e o monitoramento, sendo a precariedade das informações estatísticas da pesca artesanal uma realidade histórica mundial.

Neste contexto, os métodos de avaliação dos estoques da pescaria artesanal devem ser adequados a condições de limitação de dados, maximizando o uso de diversas fontes, incluindo o conhecimento tradicional dos pescadores, conforme VASCONCELLOS (2007).

A descontinuidade e ausências de estatísticas confiáveis sobre a pesca têm sido levantadas por alguns estudos anteriores isoladamente (PAIVA, 1997, DIAS NETO, 2002 & VASCONCELLOS, 2007). Mesmo assim, os poucos dados existentes são úteis para fornecer um quadro da situação da atividade na área de influência.

A apresentação das estatísticas para a BTS e conseqüentemente na área de influência indireta do futuro píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem, está baseada em registros junto ao IBAMA citados por HATJE e ANDRADE (2009) e um estudo de caso entre 2003 e 2005 na região (PETROBRAS/FUSP, 2005a e b).

Na BTS a produção de pescado total teve algumas variações ao longo do período e mostrando queda nos valores de maneira geral, entre os anos de 2002 e 2006. Em 2003, por exemplo, a queda se mostrou bastante acentuada em comparação ao ano de 2002. Somente entre os anos de 2005 e 2006, esses valores voltaram a se estabilizar, mas ainda assim, representou números abaixo do que havia sido obtido em 2002.

Segundo dados da CEPENE (2004), entre os anos de 2002 e 2003, ocorreu uma queda na produção do pescado no Estado da Bahia, que se configurou também no Nordeste e no Brasil (Figura 8.3-361 e Figura 8.3-362). Contudo, a partir desse período, enquanto o quantitativo no Brasil e na Região Nordeste passaram a se recuperar, houve estagnação na produção da BTS.

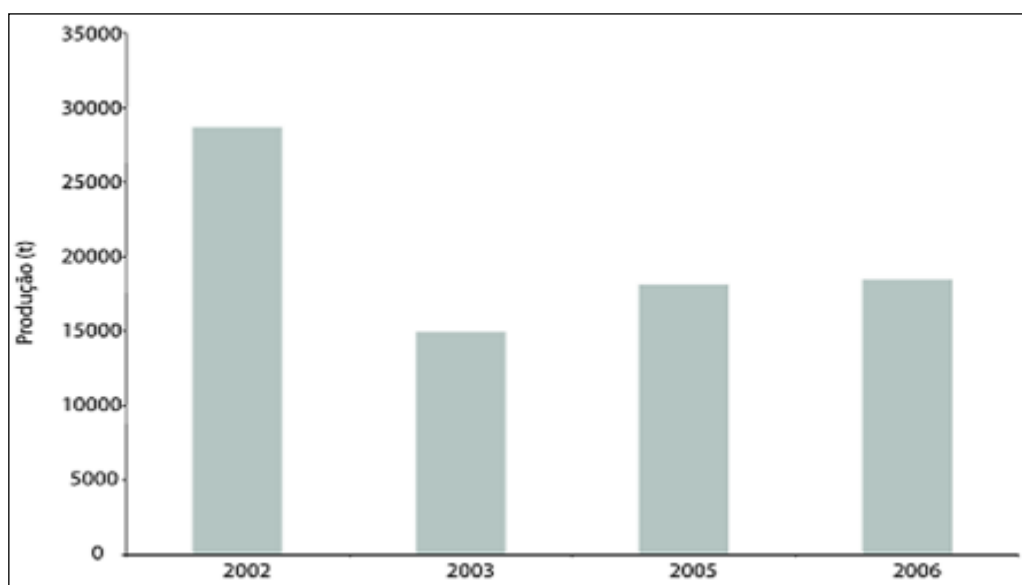


Figura 8.3-361. Produção extrativa de pescados marinhos na BTS, entre 2002 e 2006 (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).

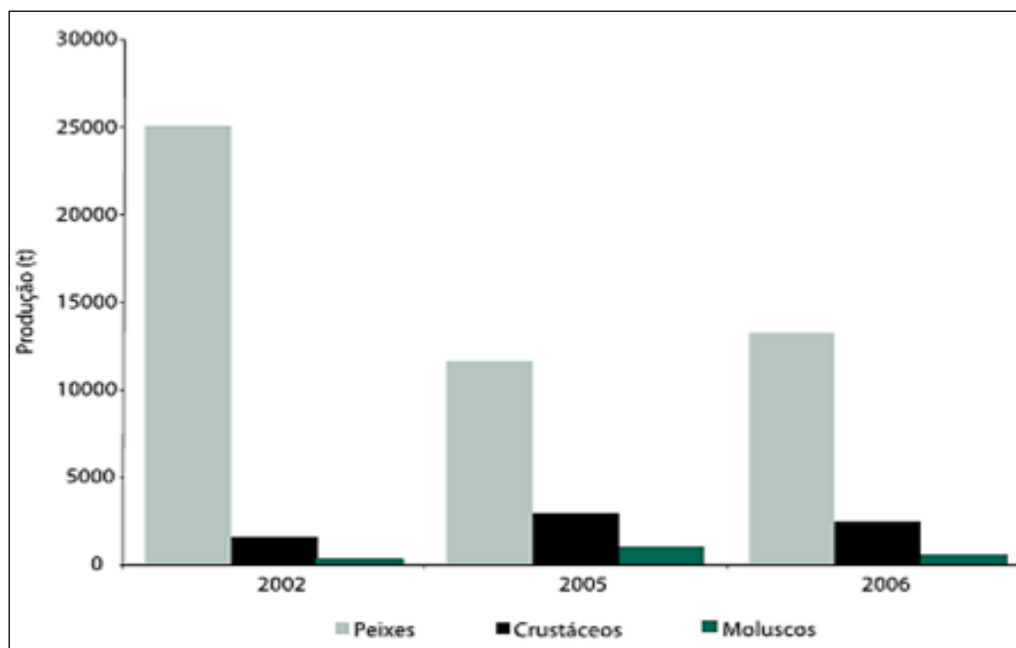


Figura 8.3-362. Produção extrativa de peixes, moluscos e crustáceos na BTS, entre 2002 e 2006 (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).

Existe uma predominância de peixes na produção como um todo segundo HATJE & ANDRADE (2009), pela alta ocorrência de sardinhas no complexo sistema de baías do Estado e de fundo lamosos na BTS. Apesar disso, os dados também apontaram que entre 2002 e 2006 houve aumento na proporção de crustáceos e moluscos na produção pesqueira (Tabela 8.3-44).

Tabela 8.3-44. Proporção de peixes, crustáceos e moluscos total na BTS entre 2002 a 2006 (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).

Tipo	2002		2005		2006	
	t	%	t	%	t	%
Peixes	25.099,0	87,0	11.674,5	64,4	13.268,2	72,2
Crustáceos	1.574,9	5,5	2.968,2	16,4	2.460,1	13,4
Moluscos	312,9	1,1	1.034,0	5,7	528,2	2,9
Outros	1.878,6	6,5	2.442,7	13,5	2.133,1	11,6
Total	28.866,0	100,0	18.119,0	100,0	18.390,0	100,0

Dos municípios da All, o destaque permanece com Salvador (acima de 5.000 toneladas), Candeias e Simões Filho não ultrapassam 1.000 toneladas (Figura 8.3-363).

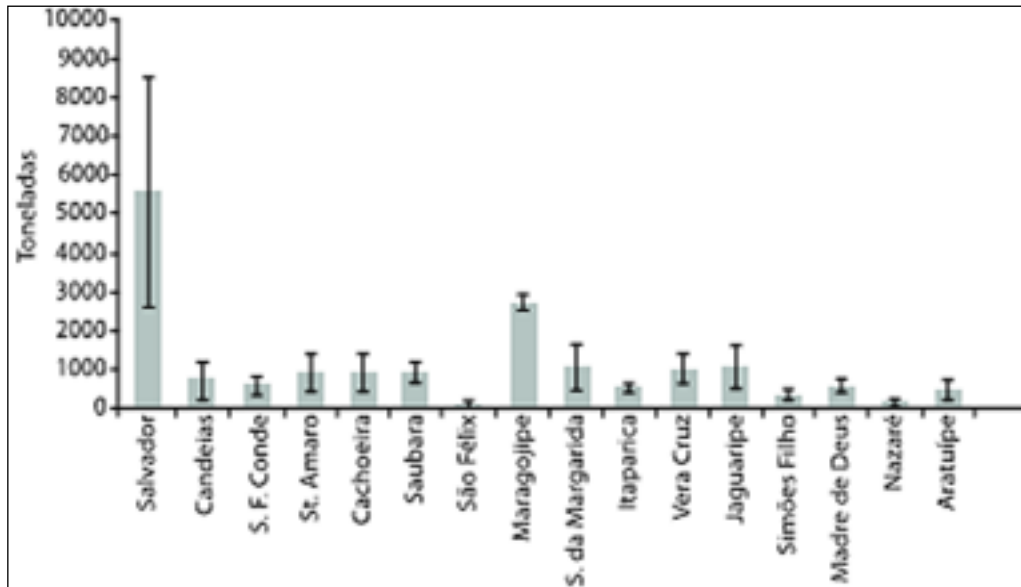


Figura 8.3-363. Produção total de peixes nos municípios da BTS com média e desvios-padrão (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).

Na produção de crustáceos (siris, caranguejos) na AII destaca-se as produções de Salvador e Candeias. Simões Filho, o outro município da área de influência aqui descrito, apresenta produção abaixo das demais localidades (Figura 8.3-364 e Figura 8.3-365).

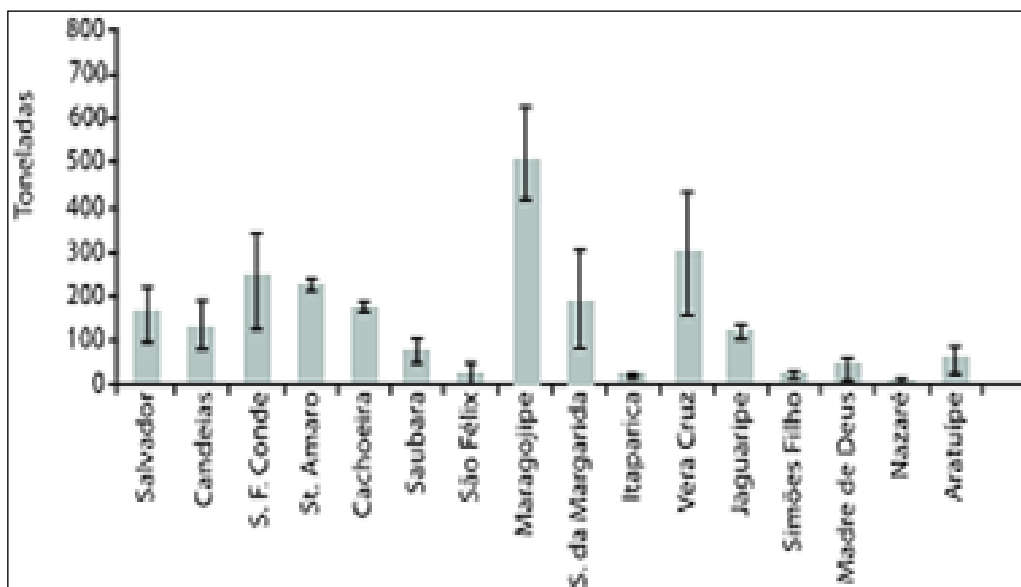


Figura 8.3-364. Produção total de crustáceos nos municípios da BTS com média e desvios-padrão (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).

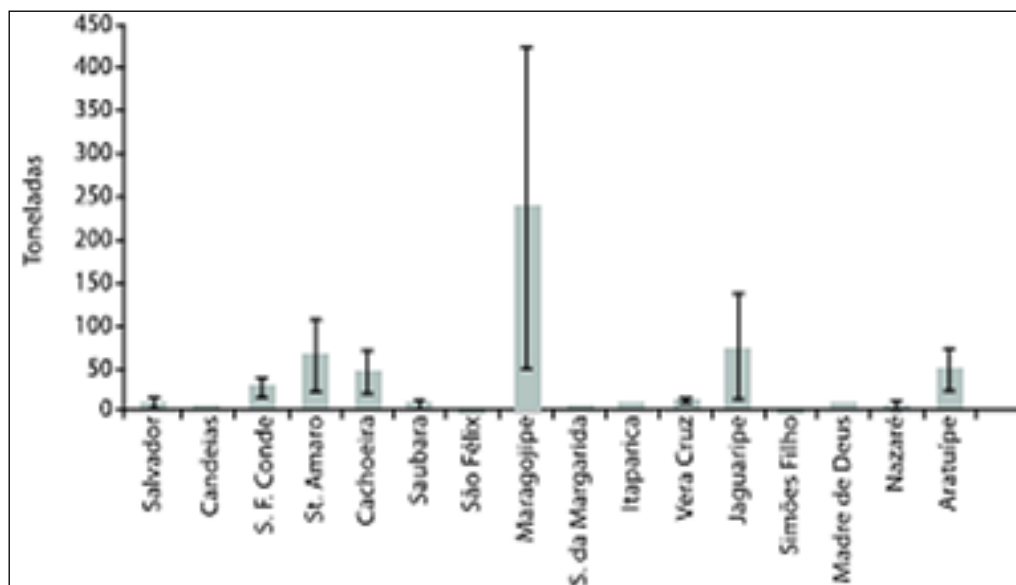


Figura 8.3-365. Produção total de moluscos nos municípios da BTS com média e desvios-padrão (Fonte: HATJE & ANDRADE, 2009).

Quanto à comercialização, esta ainda acontece de maneira bastante inapropriada na Baía de Todos os Santos e nos municípios da área de influência. Basicamente, a venda é feita dentro das residências ou então nas feiras livres, com a figura do atravessador que termina por facilitar a venda do pescado localmente e regionalmente, tendo um ganho superior e impossível de ser obtido pelo pescador artesanal nas condições em que possui. Essa produção, de maneira geral, concentra-se no mercado local ou entre os municípios da BTS. (PETROBRAS – RLAM/DITEG/SEMDP, 1999; GIANNINI, 2000; PETROBRAS/PANGEA, 2004; HYDROS, 2005b; PETROBRAS/FUSP, 2005a). O depoimento obtido por meio de entrevista qualificada com a Colônia de Pescadores Z-54 de Candeias demonstra um pouco da realidade com a presença do atravessador:

A venda dos mariscos aqui, como geral dos peixes aqui, ainda é terceirizado, ou seja, são aqueles atravessadores. E isso não vai mudar não. O que acontece é que ou elas vendem pro atravessador ou vão ficar sem vender. A partir do momento que chegar uma pessoa de fora pra comprar a produção né? De qualquer pessoa aqui... E o atravessador saber que não vendeu pra ele, vai excluir ela... Então raramente vai vender pra alguém de fora que não seja o atravessador, que a pessoa vem comprar uma única vez (...) O atravessador tá todo dia comprando pouco, muito....

Ele é negativo no preço... Na verdade elas não agrega o preço porque se ela pegarem muito marisco, por exemplo, tem um preço. Pouco tem outro preço. O peixe também é a mesma situação. Uma pessoa que pega uma canoa de peixe, vai vender por um preço irrisório porque tem muito, quando pega pouco ele vende um

pouco mais caro. O importante disso tudo é que falta um pouco de consciência deles. Por exemplo, as pessoas que são filiadas as colônias, tem todo o material que eles possam agregar valor é congelar, filetar, e congelar. E aqui nós temos até como pesar, temos seladora, selar e fazer um bom preço. Só que isso é uma cultura que já existe no local que não é fácil mudar. Eu estou aqui com uma, já alguns anos, nunca foi usada que é a unidade de beneficiamento, que eles podem fazer tudo isso que você já conhece, mas não fazem. Eles pegam lá, o pessoal chegou eles já vendeu. Se pegar 100 kg de peixe por exemplo, eles poderiam congelar e agregar valor, mas ai vem qualquer pessoa, se o quilo for 10 reais, vai vender por 6. Então perde nisso que é valorizar o que eles pegam no dia a dia. (...) O atravessador tem essa desvantagem de preço, porque ele não compra o mesmo valor muito, pouco ele compra... Ele não tem como comprar muita coisa né? Ai as pessoas que vão buscar essa produção perdem de ganhar maior renda sobre isso (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54 de Candeias).

O proprietário da embarcação, e muitas vezes também dos apetrechos de pesca, recebe uma parcela da produção em troca do fornecimento do material, geralmente é de 50% da produção, podendo essa quantia variar conforme a área, o tipo de material oferecido e a relação entre o proprietário e o pescador artesanal.

O pescador pode ser ou não dono da embarcação e dos apetrechos de pesca. No caso de o pescador artesanal ser desprovido do capital necessário para abastecer a sua embarcação, o atravessador fornece os apetrechos de pesca, adiantamento em dinheiro, combustível, sendo acordado que, em troca, o pescador deverá vender-lhe toda a sua produção. Algumas vezes, os pescadores utilizam até as embarcações do próprio agente que comercializa o pescado. Com o acordo de compra da produção total do pescador artesanal, cabe ao atravessador à definição do preço de acordo com o mercado e com seus próprios interesses, ficando o pescador alienado a esse processo (BIODINÂMICA, 2003).

O comércio da atividade pesqueira de maneira geral, além de não ter infraestrutura apresenta-se fragmentada, impondo uma teia de relações entre vendedor e comprador possibilitando enormes variáveis de preços até o consumidor final. Os preços seguem uma variação sazonal dentro da questão da oferta e demanda, havendo maior preço no verão (Tabela 8.3-45).

"Os dois andam juntos, a pesca tradicional e a mariscagem... No caso, tainha, arraia, pescada branca, robalo, espada, miroró, siri, camarão, caranguejo... Desses ai o que está mais escasso, você sabe que antigamente, o que mais se pegava era o caranguejo... Os melhores preços, nessa região nossa aqui, é o camarão e o robalo... É os dois mais vantajosos... tanto faz o camarão e o robalo estão em torno

de 20 reais o quilo..." (Ednilson Lopes, Pescador de Mapele e Associado da Associação dos Pescadores e Marisqueiras e Simões Filho).

É o robalo, o vermelho, o sambuio (...). Na faixa de 10 a 14 reais. O quilo do camarão de 10 a 20 reais (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador e Associado da Associação dos Pescadores e Marisqueiras e Semelhantes de Candeias).

Tabela 8.3-45. Produção e o seu valor nos municípios da área de influência em relação a BTS e ao Estado da Bahia (Fonte: IBAMA, 2008).

Município	Produção (t)	R\$	% da Produção	% do Valor	% da Produção	% do Valor
			(Em relação a BTS)	(Em relação a BA)	(Em relação a BA)	(Em relação a BA)
Candeias	389,4	1.785.859,51	2,1	2,4	0,9	0,9
Simões Filho	266,6	1.043.711,77	1,45	1,41	0,61	0,52
Salvador	4.870,30	18.264.842,64	26,6	11,3	24,8	9,2
Total da BTS	18.328,60	73.638.749,10	-	-	-	-
Total da Bahia	43.089,20	199.346.185,78	-	-	-	-

Os preços tendem a ser mais elevados para os crustáceos (camarão, siri) e moluscos (samba, peguari) em relação aos peixes. Enquanto a venda de peixes é feita por quilo (unidade de massa) e muitas vezes *in natura* sem qualquer processamento, os moluscos e crustáceos podem ser vendidos inteiros ou trabalhados diferenciando as unidades de comercialização utilizada (lata, litro, balde, corda, entre outros)- Figura 8.3-366.



Figura 8.3-366. Beneficiamento de mariscos na AID, fotos "a" e "b" (Fonte: Bourscheid, 2014).

Segundo HATJE & ANDRADE (2009), no ano de 2006 o município de Candeias foi responsável por 0,9% da produção desembarcada no litoral da Bahia, o que correspondeu a 0,9% do valor alcançado (Tabela 8.3-45). A atividade pesqueira em Simões Filho apresentou números ainda mais baixos, apenas 0,61% da produção da Bahia e 0,52% em relação ao valor total do Estado.

A pesca é uma atividade bastante dinâmica quanto a sua condição territorial. Ela ocorre de maneira difusa, nos pontos em que haja aptidões ambientais favoráveis para que quem a pratica possa exercer o seu trabalho de forma segura, conforme depoimento de Natanael Farias Pedro, pescador da Ilha de Maré e integrante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Murinaldo Pereira Filho, Associado da APESCAN:

Tem Tapitanga, do lado de Mataripe (...) e do outro lado de São Francisco do Conde é outra coroa(...) Tem outra coroa ali perto da prainha, fica defronte ao Moinho (Empresa Moinho Dias Branco), fica defronte a Mapele (...) Tem também aqui no Botelho, em uma praia aqui pra dentro(...) Aqui em Bananeiras (...) Em Ponta de Areia(...) Em Passé, onde tem um rio(...) Tem em Pécem (...) Tem o Zoré (...) A pesca que é de camarão, que é Paripe, Mapele, a Lama de Caboto, Lama de Podre de Mataripe (...) No Martelo (...) A gente anda esse costeiro todo ai, São Francisco (...) E tirar ostra também (...) Bom Jesus, Enseada... (Natanael Pedro Farias, Pescador de Ilha de Maré)

Aqui é assim, os pescadores de Passé, nós somos cercados de pescadores também, da Ilha de Maré, de Caboto, o pessoal de lá pesca aqui e o daqui pesca lá. Todos esses entornos onde tem condição de ir de canoa, pesca. Perto do Porto (de Aratu), nessas coroas, no Museu (Wanderley de Pinho), toda essa área é explorada, Rio São Paulino, toda essa área é explorada (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador e Associado da Associação dos Pescadores e Marisqueiras e Semelhantes de Candeias).

Entretanto, mesmo entre as classes pesqueiras, existem condições desiguais de acesso a materiais que permitem maior produção de pescado e crustáceos. Algumas áreas consideradas mais aptas a esse trabalho dependem de uma logística (embarcações) onde muitas vezes a sua disponibilidade é restrita. Daí que entre as mulheres, por exemplo, o trabalho se desenvolve nas denominadas coroas marinhas, que são áreas que surgem com os níveis mais baixos das marés para captura de mariscos. Para os pescadores, as coroas também são uma oportunidade para a prática de pesca com a utilização de petrechos para a captura de algumas espécies.

De acordo com membros da Associação de Pescadores, Marisqueiras e Marisqueiros de Simões Filho, os pescadores artesanais demarcam como preferenciais algumas áreas para pratica da atividade de acordo com a imagem abaixo (Figura 8.3-367):

- Coroa da Correnteza – Área em Vermelho (UTM: 557589 / 8585696)
- Coroa das Aboboras – Área em Branco (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 559322 / 8588353);
- Coroa do Ferreiro – Área em Amarelo (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 558645 / 8586854);

- Coroa do Papagaio – Área em Roxo (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 555662 / 8585785);
- Coroa dos Caçães – Área em Laranja (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 557094 / 8585112);
- Entrada do Canal de Cotegipe / Prainha – Área em Negro (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 554882 / 8586235).



Figura 8.3-367. Locais da pesca artesanal segundo membros da associação de pescadores, marisqueiras e marisqueiros de Simões Filho em Mapele (Fonte: Bourscheid, 2013).

Os pescadores e marisqueiras, em reunião realizada no dia 19 de Abril de 2013 na sede da Colônia Z-54 no distrito de Passé, município de Candeias, demarcaram algumas áreas a seguir (Figura 8.3-368):

- Mataripe – Área em Laranja (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 549573 / 8592964);
- Passé – Área em Amarelo (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 550661 / 8593045);
- Área próxima a Caboto – Área em Azul (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 554371 / 8592342);
- Área próxima à Caboto 2 – Área em Vermelho (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 555662 / 8585785);
- Entrada do Canal de Cotegipe / Prainha – Área em Roxo (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 554882 / 8586235).



Figura 8.3-368. Locais da pesca artesanal segundo pescadores e marisqueiras em reunião na Colônia Z-54 em Passé (Fonte: Bourscheid, 2013).

Quanto as informações do local de pesca obtidas junto a Colônia Z-4 da Ilha de Maré, os seguintes locais foram identificados (Figura 8.3-369):

- Mataripe – Área em Azul (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 549584 / 8590009)
- Domingo Dentão – Área em Laranja (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 549845 / 8594016)
- Suape – Área em Verde (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 544210 / 8593369)
- Spot, Zoré, Itapitanga e Coqueiro – Área em Violeta (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 547929/8593432 – 548972 / 8593091 – 547479 / 8592744 – 549664 / 8592925)
- Capitão – Área em Amarelo (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 549681 / 8590657)
- Pecém - Área em Marrom Escuro (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 550310 / 8587527)
- Passagem – Área em Vermelho (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 549162 / 8589302)
- Topete – Área em Preto (UTM: 552734 / 8591215)
- Almitão, Caieira e Baixa do Rio – Área em Branco (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 552401/8589819 – 552227/8588805 - 552172 / 8588062)
- Restinga – Área em Azul Claro (UTM-Datum WGS84, fuso 24L 553837 / 8592403)

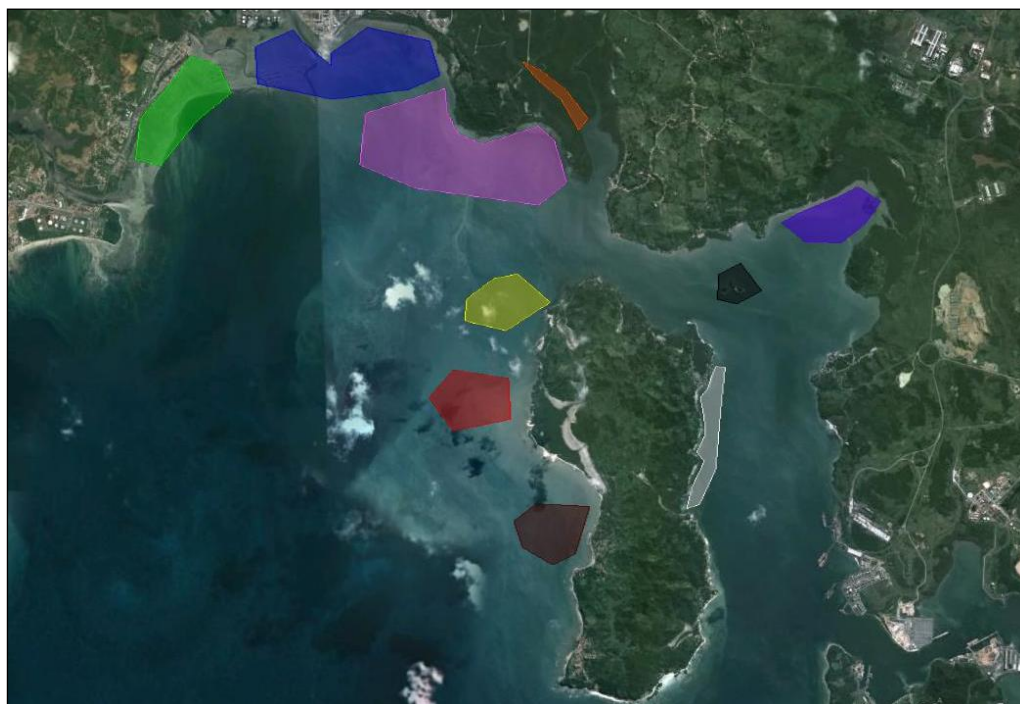


Figura 8.3-369. Locais da pesca artesanal segundo pescadores em reunião na Colônia Z-4 em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014).

A determinação precisa desses lugares muitas vezes encontra dificuldade, pois é comum que um mesmo local possa receber diversos nomes. As características naturais que são estabelecidas pelo reconhecimento daquele espaço para a prática da pesca e/ou mariscagem, pode variar de acordo com quem faz uso. Outro problema que exigiu esforço da equipe de campo e depois na elaboração do diagnóstico, foi tentar obter junto aqueles que responderam aos questionários, a localização exata desses lugares a partir de cartogramas ou fotos de satélites que foram utilizadas.

Durante a aplicação dos questionários, os pescadores e pescadoras artesanais apontaram os 5 principais locais onde desenvolviam a atividade, resultando em um número total de 143 pontos segundo 648 indicações. Desse total, o município de Candeias teve 292 indicações, seguido de Salvador com 167 e Simões Filho, com 150. Outros municípios, embora fora da Área de Influência do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Madre de Deus e São Francisco do Conde), representaram 39 indicações ao todo (Quadro 8.3-16).

Quadro 8.3-16 - Principais Locais de Pesca e os Respectivos Municípios citados pelos Entrevistados durante a Aplicação dos Questionários

Local de Pesca	Salvador	Candeias	Simões Filho	São Francisco do Conde	Madre de Deus	Total	%
Abaixo do rio	1					1	0,15
Abóbora			7			7	1,08
Alho			1			1	0,15
Almitão	1					1	0,15
Aratu		1				1	0,15
Baião					2	2	0,31
Baixa do rio	10					10	1,54
Balsa		1				1	0,15
Bananeira	2					2	0,31
Banquinho		1				1	0,15
Barra		1				1	0,15
Barra vento		1				1	0,15
Base Naval	2					2	0,31
Belov			1			1	0,15
Bica		2				2	0,31
Boca do Rio		3				3	0,46
Bom Jesus	1					1	0,15
Botelho	19					19	2,93
Braskem		1				1	0,15
Broxado		8				8	1,23
Caboto		21				21	3,24
Cacenda			3			3	0,46
Caípe						0	0,00
Canto sujo		1				1	0,15
Capadócia			1			1	0,15
Capitão	7					7	1,08
Coqueiro		8				8	1,23
Coqueiro Grande		17				17	2,62
Corda da Passagem	1					1	0,15
Corema			1			1	0,15
Coroa	11					11	1,70
Coroa Alemã			1			1	0,15
Coroa Caboto		4				4	0,62
Coroa Correnteza			2			2	0,31
Coroa da Vaga		1				1	0,15
Coroa do Meio		4				4	0,62
Coroa Grande		5				5	0,77
Coroa Lama			1			1	0,15
Coroa Rosa		1				1	0,15
Costeiro		1				1	0,15
Domingo Dentão		2				2	0,31

Local de Pesca	Salvador	Candeias	Simões Filho	São Francisco do Conde	Madre de Deus	Total	%
Dow Química		13				13	2,01
Emberga		1				1	0,15
Engá		2				2	0,31
Enxada	1					1	0,15
Farol	1					1	0,15
Ferro			1			1	0,15
Ferro fino	1					1	0,15
Ferro torto		1				1	0,15
Fim de linha			1			1	0,15
Ford		2				2	0,31
Freteira	1					1	0,15
Furado Grande		1				1	0,15
Gamboa		5				5	0,77
Gamboinha		1				1	0,15
Ilha	4					4	0,62
Ilha da Jibóia		2				2	0,31
Ilha das Pedras		1				1	0,15
Ilha de Engá		1				1	0,15
Ilha de São João			4			4	0,62
Ilha do Caboto		1				1	0,15
Ilha Socó		8				8	1,23
Itamoabo	1					1	0,15
Itaparica	3					3	0,46
Itapetinga		4				4	0,62
Itapitanga		18				18	2,78
Kacira		1				1	0,15
Kindu		1				1	0,15
Lage	1					1	0,15
Lama Branca			1			1	0,15
Lama de baixo		1				1	0,15
Lama de cima		1				1	0,15
Lama do Fio			2			2	0,31
Lama Podre		5				5	0,77
Laminha		1				1	0,15
Lamprego			1			1	0,15
Larga				1		1	0,15
Lobato	1					1	0,15
Madre de Deus					1	1	0,15
Mãe e filha		2				2	0,31
Mangue		6				6	0,93
Mangueira		2				2	0,31
Manha fria		1				1	0,15

Local de Pesca	Salvador	Candeias	Simões Filho	São Francisco do Conde	Madre de Deus	Total	%
Mapele			58			58	8,95
Maracanã	1					1	0,15
Marina			1			1	0,15
Martelo	11					11	1,70
Mataripe				3		3	0,46
Matuim			7			7	1,08
Moinho			36			36	5,56
Monojo			1			1	0,15
Museu		6				6	0,93
Na base		1				1	0,15
Nas neves	4					4	0,62
Nossa Senhora	1	1				2	0,31
Papagaio			4			4	0,62
Paramana	2					2	0,31
Paripe	3					3	0,46
Passagem	7					7	1,08
Passagem dos Texeiras		10				10	1,54
Passé		33				33	5,09
Pecém	26					26	4,01
Pedreira			1			1	0,15
Ponta da Areia	21					21	3,24
Ponta Grossa	5					5	0,77
Ponte		1				1	0,15
Ponte de Nossa Senhora	1					1	0,15
Ponto do Capim		2				2	0,31
Porteira		1				1	0,15
Porto da Cana		1				1	0,15
Porto de Aratu		12				12	1,85
Porto de Passagem		1				1	0,15
Porto de Pio			2			2	0,31
Porto do Cavalo	1					1	0,15
Porto Rio do Cunha		5				5	0,77
Praia Grande	7					7	1,08
Prainha		13				13	2,01
Quindú			2			2	0,31
Restinga		4				4	0,62
Ribeira	3					3	0,46
Rio da Bomba		1				1	0,15
Rio das Conchas	1					1	0,15
Rio do Cunha		3				3	0,46
Rio Falso		3				3	0,46
Rio Pitinga		1				1	0,15

Local de Pesca	Salvador	Candeias	Simões Filho	São Francisco do Conde	Madre de Deus	Total	%
Rio São João		1				1	0,15
Rio São Paulo		1				1	0,15
Rio Terenso		1				1	0,15
Rua do sal			2			2	0,31
Salgado		3				3	0,46
Santa Luíza			7			7	1,08
São João		1				1	0,15
São Tomé	3					3	0,46
Spot				7		7	1,08
St. Antônio		3	1			4	0,62
Suape					3	3	0,46
Taçu		3				3	0,46
Tingá		2				2	0,31
Topete		7				7	1,08
Tororó		1				1	0,15
Tubo		4				4	0,62
Viveiro	1					1	0,15
Zoré				22		22	3,40
Total	167	292	150	33	6	648	100,0

É possível perceber que especificamente para o local onde se deseja a instalação do Terminal de Uso Privativo da Braskem, a ADA – também conhecida como Prainha, foi indicada por 13 pessoas, o que representou apenas 2,01% das respostas. Somando-se a esse valor, as indicações da Braskem, Porto de Aratu e Boca do Rio, o total de pontos de pesca nessa parte da Baía de Aratu seria utilizado por 4,48% dos pescadores que responderam à pesquisa. Apesar de ser apontado pelos pescadores como um local para a atividade pesqueira, tal situação é conflitiva com a função a qual essa área tem como finalidade, ou seja, ser destinada a expansão da zona portuária e industrial onde está alocado o Porto de Aratu, conforme delimitação do zoneamento do município de Candeias (ver Anexo 8.13).

Outro produto que foi desenvolvido a partir das respostas dos questionários e com o apoio das associações e colônias de pescadores na área de influência: foi a compilação da concentração da atividade pesqueira segundo os entrevistados (Apêndice 8.34), considerando que muitos indicaram os mesmos lugares.

8.3.8.2 Comunidades Pesqueiras Artesanais

De forma a atender o Termo de Referência, foi elaborado um mapa com as distâncias das comunidades pesqueiras artesanais para o empreendimento (Apêndice 8.25 – Mapa das Áreas Urbanizadas e Comunidades). A Tabela 8.3-46 também informa sobre o conteúdo do mapa apresentado.

Tabela 8.3-46. Municípios da Área de Influência, Comunidades da AID, Distância das Comunidades para o TUP em Linha Reta e por Mar (Fonte: Bourscheid, 2014).

Município (AII)	Comunidades (AID)	Distância das Comunidades para o TUP em Linha Reta (km)	Distância das Comunidades para o TUP por Mar (km)
Candeias	Passé	6,8	8,3
	Caboto	3,6	4,4
	Passagem dos Teixeira	7,6	8,2
	Boca do Rio	0,2	-
Salvador	Ilha de Maré	4,2	7,8
Simões Filho	Mapele	5,2	6,1

A seguir também é apresentada a listagem representativa dos pescadores em atuação na AII/AID (ver Tabela 8.3-47), com endereço da sede, área de atuação e número total de pescadores inscritos. Ainda que os dados sejam apresentados, principalmente em relação ao número de pescadores inscritos, e como já discutido no item 8.3.8.1, estes podem não estar devidamente atualizados junto as instituições, sendo portanto, estimados.

Tabela 8.3-47. Entidade representativa dos pescadores na AID por endereço da sede, área de atuação e número de pescadores inscritos. (Fonte: Bourscheid, 2014).

Nome	Localização	Endereço	Responsável	Natureza	Número de Associados	Contato
Colônia de Pescadores de Candeias Z-54	Passé	Rua do Tamarindo, 55	Carlos Augusto Santana Costa (Presidente)	Pesca	752*	(71) 3607-4041 / 98134-3328
Associação de Pescadores e Marisqueiras Semelhante de Candeias	Passé	Rua Rio do Cunha, S/N	Edvandro Pinheiro dos Santos (Presidente)	Pesca	Não informado	(71) 996540229
Colônia de Pescadores Z-4	Ilha de Maré	Comunidade de Santana	Milton de Santana (Naná)	Pesca	3.000*	(71) 98682-6218

Nome	Localização	Endereço	Responsável	Natureza	Número de Associados	Contato
Associação de Moradores, Pescadores e Marisqueiras de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa	Ilha de Maré	Rua Porto dos Cavalos – Comunidade de Porto dos Cavalos	Eliete Paraguassú	Pesca e Família	Não informado	(71) 98867-8022 / 99259-0023
Associação de Moradores, Pescadores e Pescadoras de Bananeiras	Ilha de Maré	Comunidade de Bananeiras	Rita Menezes Lopes Marizelha Lopes Carlos	Pesca e Família	Não informado	(71) 98283-8714 / 99921-1014
Associação de Marisqueiros e Pescadores de S. Filho.	Mapele	Av. Mapele, 272 - Mapele	Raimundo B. Nascimento / Georgina C. Santos / Jose Oliveira de Santana / Jose Mario C. Santos.	Família Pescadores	250*	(71) 99901-7059 / 3495-3003 / 3295-3003 / 98192-8733

*Números estimados

Serão apresentadas aqui análises gerais de 6 comunidades que o estudo considera como relevante para a pesca artesanal: Caboto, Ilha de Maré, Boca do Rio, Passé, Passagem dos Teixeira e Mapele e cujo trabalho de campo realizado entre os dias 02 a 05/04, 28 a 30/04, 01/05 e 03/05 produziu uma sistemática de dados sobre o modo de vida e da atividade pesqueira na região.

8.3.8.2.1 Mapele

O surgimento dessa comunidade não se afasta do povoamento que aconteceu no interior da Baía de Aratu (Figura 8.3-370). Uma das primeiras iniciativas que fomentaram o crescimento de Mapele se deu ainda no século XVIII através da exploração de Cana de Açúcar pelo fazendeiro Gordilho Fonseca, cuja produção era destinada a outros engenhos que estavam localizados no que hoje é conhecido como distrito de Cotegipe (Figura 8.3-371, Apêndice 8.35).

Eu não tenho aqui muito esse conhecimento, mas ouvi os mais antigos falar que aqui havia uma indústria de pele, e aí se tornou, também tinha um marisco que se chamava semelhante e aí eles somaram e deram esse nome, Mapele (...) já existia atividade pesqueira, moinho, usinas... (Manoel de Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele).



Figura 8.3-370. Comunidade de Mapele, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

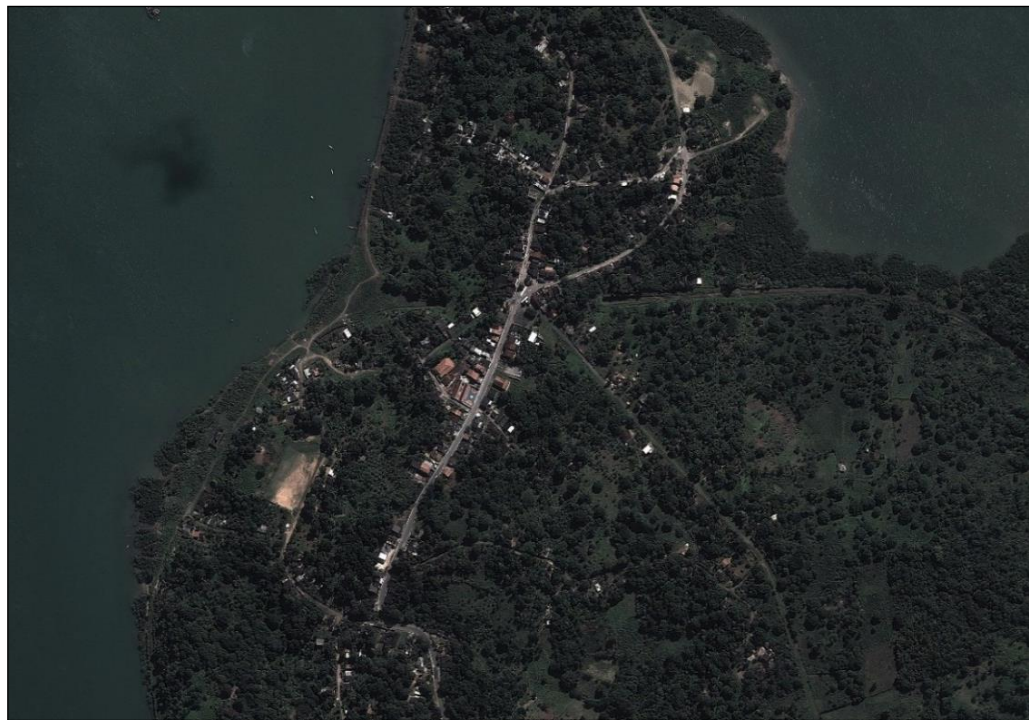


Figura 8.3-371. Comunidade de Mapele em Simões Filho (UTM: 560261 / 8587561) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).

Foram aplicados um total de 101 questionários nas residências de pescadores e pescadoras artesanais nessa comunidade. Para facilitar a compreensão do texto a pedido do TR, os itens serão organizados de acordo com a descrição do documento. Antes será apresentado um perfil inicial dos entrevistados em Mapele.

No tocante as entrevistas com os pescadores e pescadoras artesanais em Mapele, quanto a situação desse entrevistado frente ao Chefe da Família, 78% eram classificados como Chefe de Família e 18% Esposo ou Esposa. As demais categorias totalizaram 4% (Figura 8.3-372). O resultado apontou que em relação ao sexo dos entrevistados, 58% eram do gênero feminino e 42% masculino (Figura 8.3-373). Em Mapele, a pesquisa apontou que 67% das pessoas pesquisadas classificadas como Chefe de Família eram do gênero masculino e 33% eram mulheres (Figura 8.3-374).

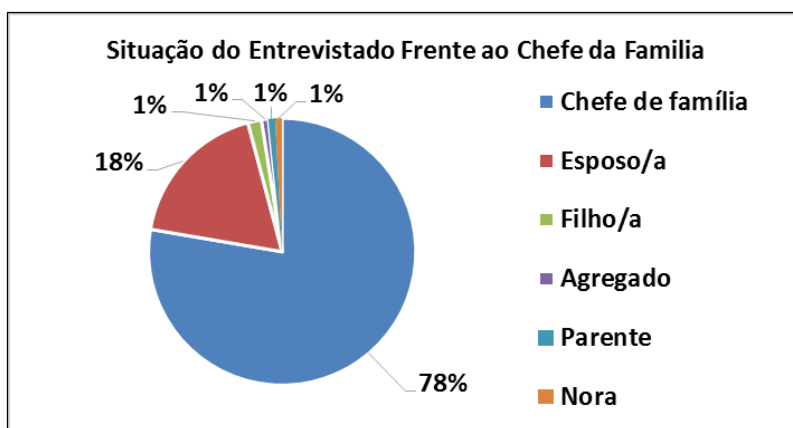


Figura 8.3-372. Situação do entrevistado frente ao chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

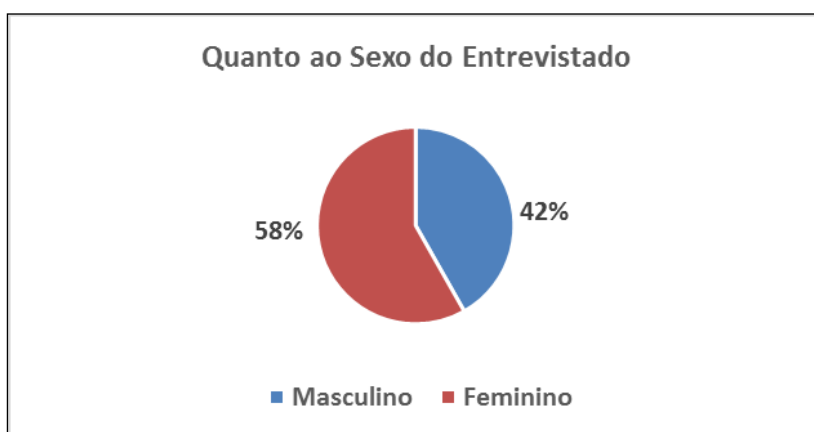


Figura 8.3-373. Quanto ao sexo do entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

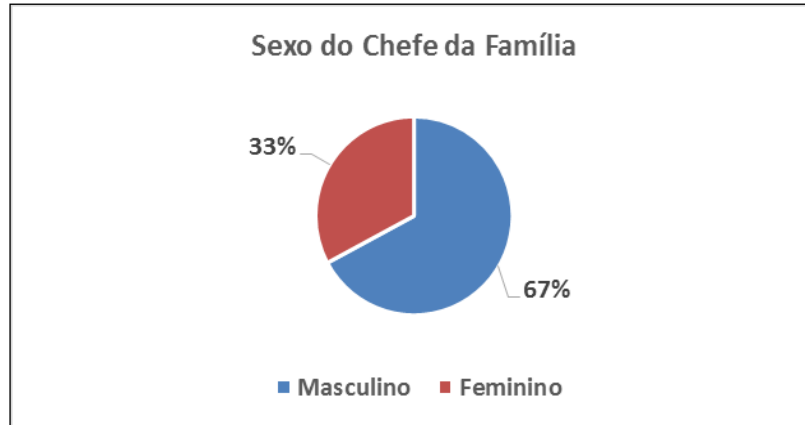


Figura 8.3-374. Sexo do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre os aspectos de migração ou moradia na referida comunidade, o levantamento mostrou que 75% dos chefes de família já residiam na localidade a mais de 20 anos, 8% residia na comunidade entre 1 a 3 anos. Percentual semelhante foi registrado para aqueles que moram em Mapele (8%) entre 4 a 6 anos. Aqueles que já moram na comunidade entre 7 até 19 anos totalizaram 9% (Figura 8.3-375).

O processo de migração registrado junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Mapele demonstram que 23% dos chefes de família eram originários de outro município (Figura 8.3-376), enquanto 75% sempre moraram no local. Apenas 2% deles vieram de outra parte do município de Simões Filho ou de outro Estado.

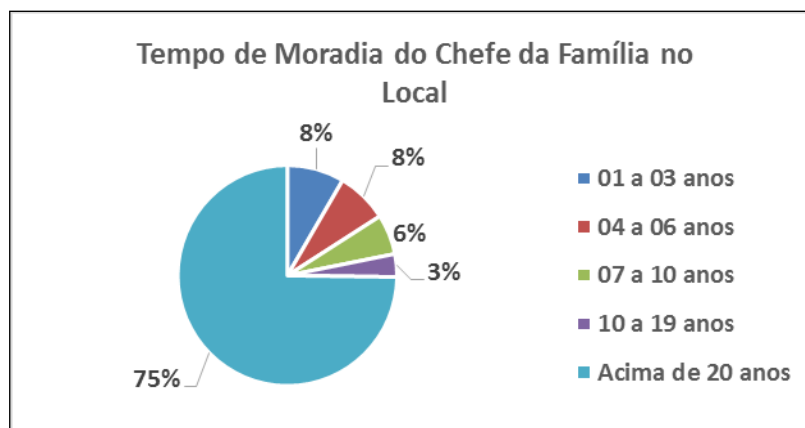


Figura 8.3-375. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

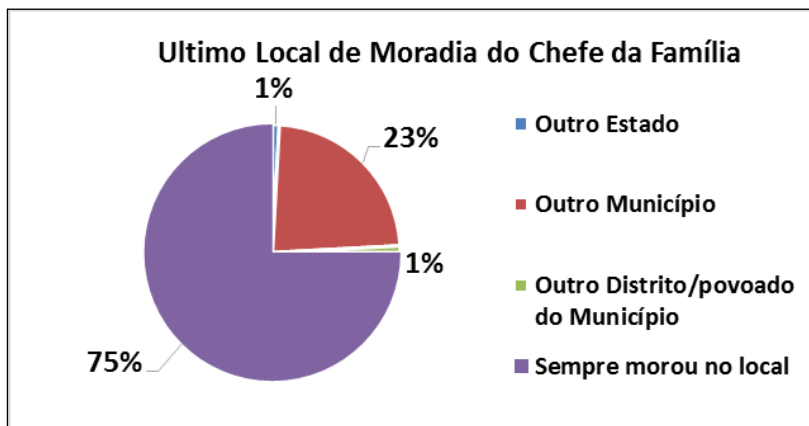


Figura 8.3-376. Ultimo local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aqueles que não eram originários da comunidade, uma quantidade significativa dessas pessoas migrou de outros bairros de Salvador, geograficamente localizados nas áreas periféricas, destacando-se o bairro de Periperi em Salvador com 17% e o bairro de Plataforma, também em Salvador, com o mesmo percentual. Do total dos chefes de família, 8% vieram da Ilha de Maré, 8% do município de Candeias e 8% vieram de outro Estado, Sergipe (Figura 8.3-377).

A relação com parentes locais foi o principal motivador para a migração para Mapele, segundo 36% dos chefes de família. A busca de trabalho e a constituição de família somaram 50% das razões para a mudança do Chefe de Família (Figura 8.3-378).

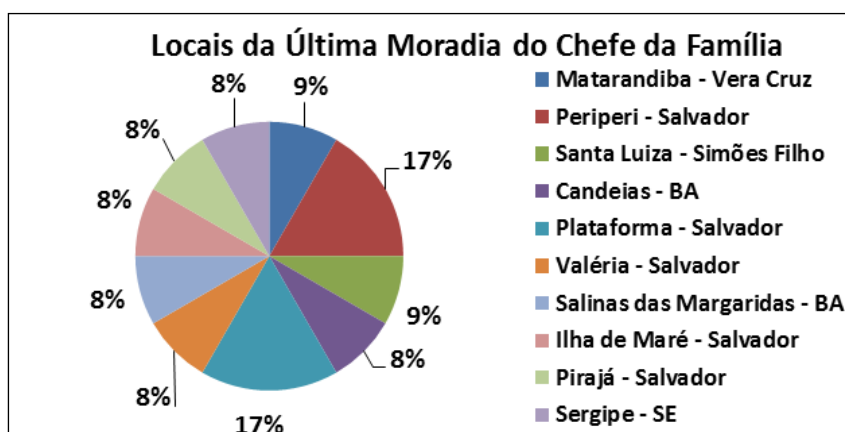


Figura 8.3-377. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

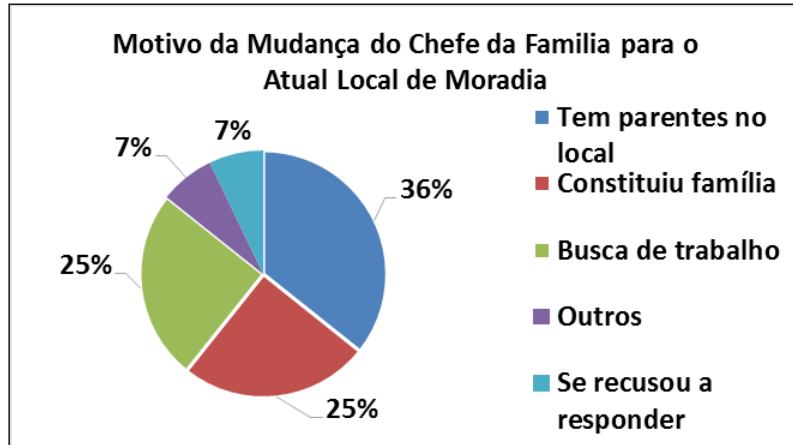


Figura 8.3-378. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(i) *Pesqueiros e Rotas utilizadas, e sua frequência no calendário anual da pesca*

Quanto aos pesqueiros e rotas utilizadas, o Mapa das Rotas de Pescadores Mapele (Apendice 8.32) elaborado a partir das respostas dos questionários mostra algumas das rotas citadas.

Em relação à atividade pesqueira, ponto fundamental da aplicação dos questionários, questionados sobre o tempo em que exerce a atividade, 48% já o fazia a mais de 20 anos, enquanto 23% entre 16 a 20 anos (Figura 8.3-379).

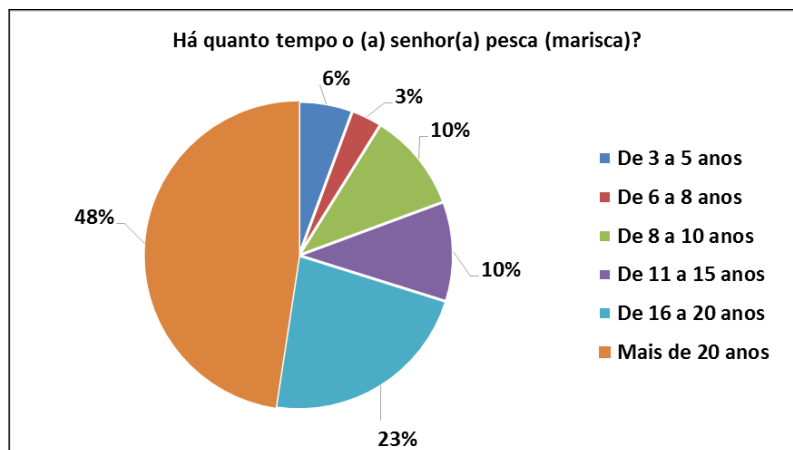


Figura 8.3-379. Há quanto tempo o (a) senhor(a) pesca (marisca)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A periodicidade da atividade durante a semana é feita na sua maioria em 2 a 3 ocasiões, segundo 52% dos entrevistados. A periodicidade de 4 a 6 vezes por semana é realizada por 20% dos entrevistados, enquanto a pesca artesanal diariamente obteve um percentual de 26% (Figura 8.3-380). O turno da manhã é o período preferido por 58% dos pescadores e pescadoras artesanais que responderam à pesquisa, seguido da noite com 27%. Apenas 2% dos entrevistados indicaram

não haver preferência para a realização da pesca (Figura 8.3-381). O trabalho de pesca é algo que demanda, segundo os entrevistados, um período mínimo de 5 a 7 horas. Aqueles que realizam a atividade por até 4 horas, representaram até 38%. A pesca artesanal com jornada acima de 10 horas era praticada por 6% da amostra da pesquisa (Figura 8.3-382).

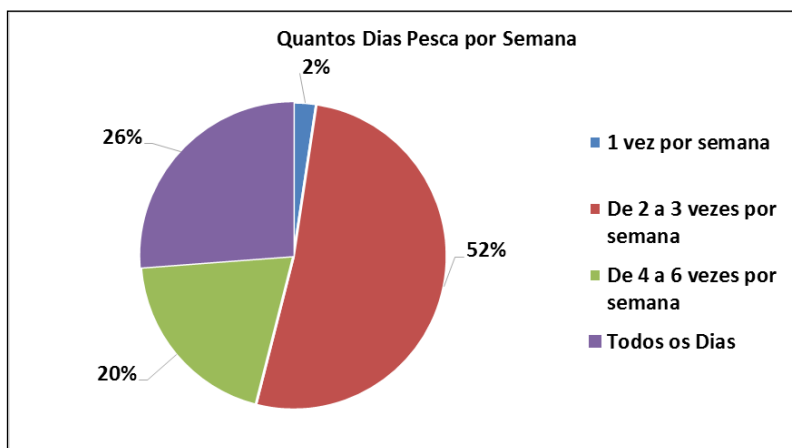


Figura 8.3-380. Quantos Dias Pesca por Semana (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-381. Qual o turno preferido para a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

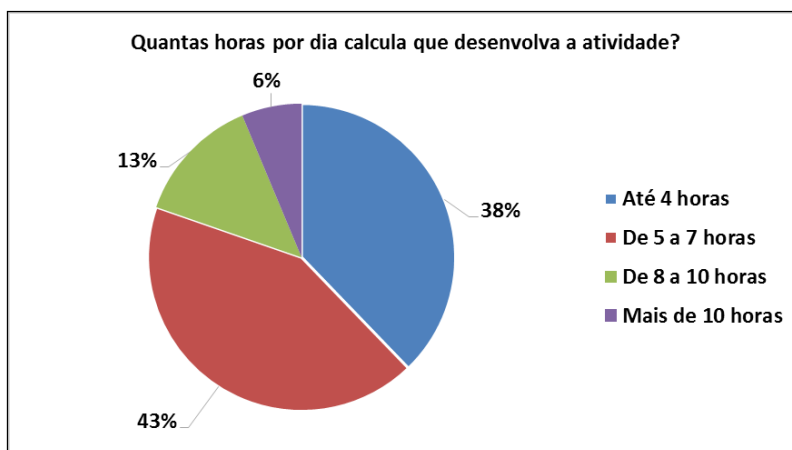


Figura 8.3-382. Quantas horas por dia calcula que desenvolva a atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O verão é o período predominante para o exercício da pesca, segundo 72% dos entrevistados. O período de inverno nas proximidades da Baía de Todos os Santos, consequentemente na Baía de Aratu está sujeito a um clima mais chuvoso, criando dificuldades para a coleta de mariscos ou a navegação (Figura 8.3-383).

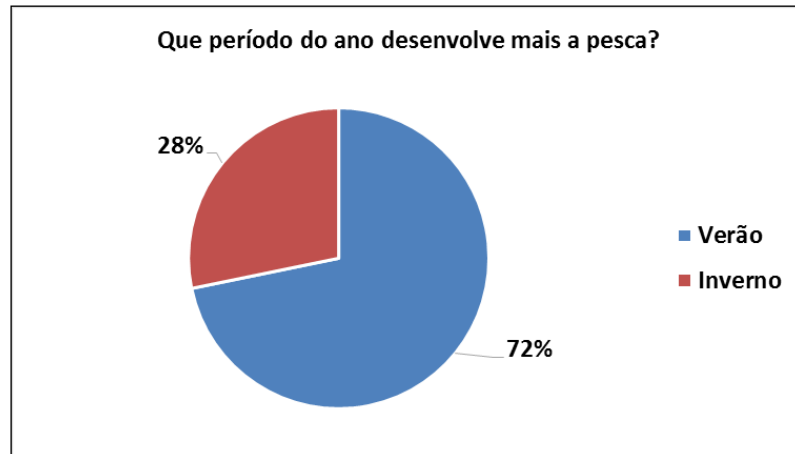


Figura 8.3-383. Que período do ano desenvolve mais a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Esse fato pode ser comprovado na Figura 8.3-384, onde os índices mais elevados de trabalho na pesca ocorrem a partir de novembro com pico em Março (13,1%), segundo os pescadores artesanais de Mapele. Os meses de Maio a Agosto, notadamente as estações de Outono e Inverno, apresentam uma variação de preferência que oscila de 6,1% a 6,4%.

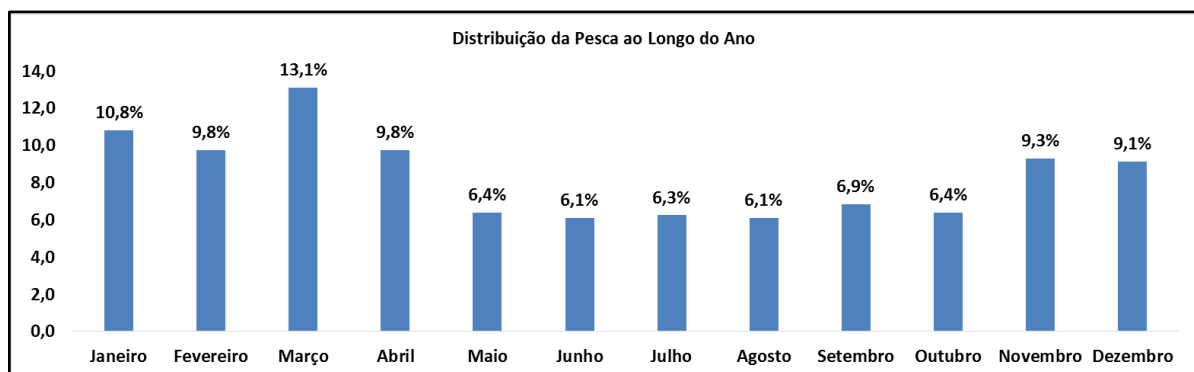


Figura 8.3-384. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Mapele (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A distância percorrida do local de moradia até o ponto de pesca para 68% dos entrevistados era de menos de 1 km, segundo 68% dos que responderam ao questionamento. Aqueles que percorriam mais de 6km eram apenas 2% da amostra (Figura 8.3-385). Isso de certa forma se reflete na modalidade do deslocamento para o local da pesca. A pesquisa entre os pescadores e pescadoras artesanais de Mapele revelou também que o deslocamento predominante é realizado a pé por 74%

(Figura 8.3-386). Isso pode ser um indicativo de que não haja recursos financeiros e logísticos suficientes para desenvolver a atividade em locais muito afastados, e por isso, há uma preferência, principalmente entre as mulheres, de fazê-lo em locais mais próximos a sua moradia. A utilização de canoas é feita por 20% dos entrevistados.

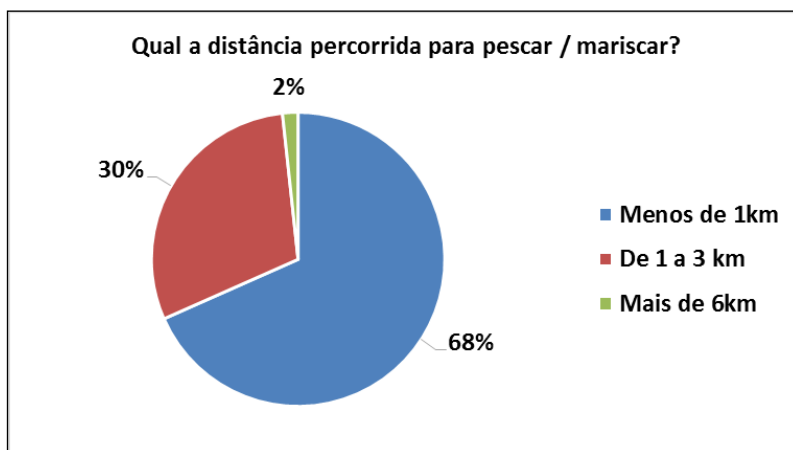


Figura 8.3-385. Qual a distância percorrida para pescar / mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

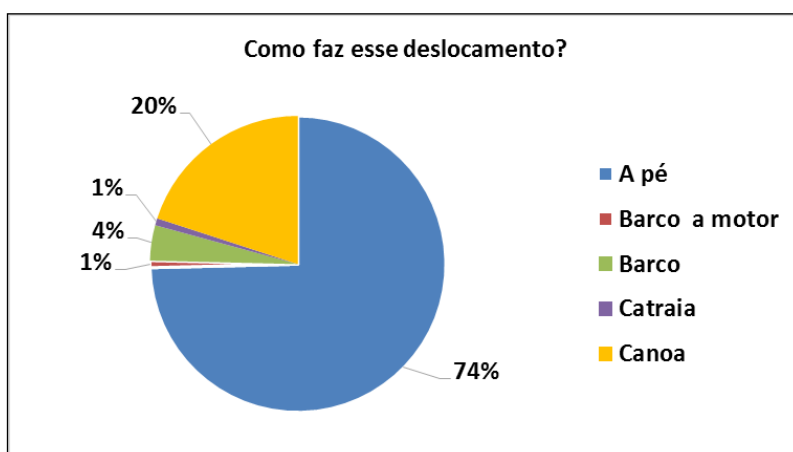


Figura 8.3-386. Como faz esse deslocamento? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Dos entrevistados em Mapele, 93% afirmaram não ter gastos para realizar o seu trabalho (Figura 8.3-387). Os que responderam positivamente quanto aos gastos, informaram que esses valores são atribuídos principalmente ao combustível da embarcação (quando proprietários), ao deslocamento via embarcação de terceiros e a aquisição de algum alimento enquanto é realizada a pescaria ou mariscagem. Esses gastos ultrapassavam mais de R\$ 20 reais para os que afirmaram (60%) ter custos para o exercício da atividade pesqueira, enquanto para 40%, os custos estavam na faixa de R\$ 10,00 a 20,00 (Figura 8.3-388).

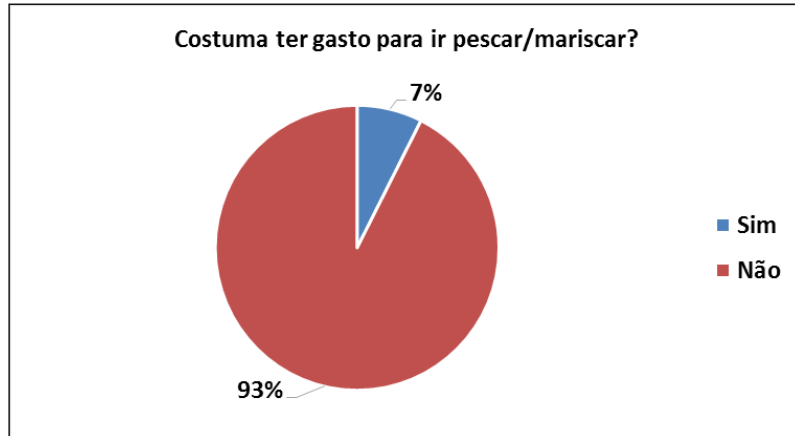


Figura 8.3-387. Costuma ter gasto para ir pescar/mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

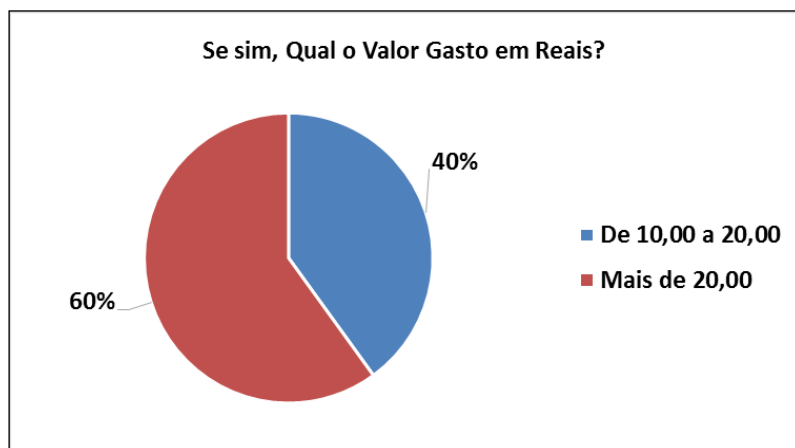


Figura 8.3-388. Se sim, qual o valor gasto em reais? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Nas Figura 8.3-389 e Figura 8.3-390, são demonstrados o quadro de captura das espécies mais importantes e menos importantes para os pescadores e pescadoras artesanais da comunidade de Mapele frente ao período do ano, ou seja, verão e inverno.

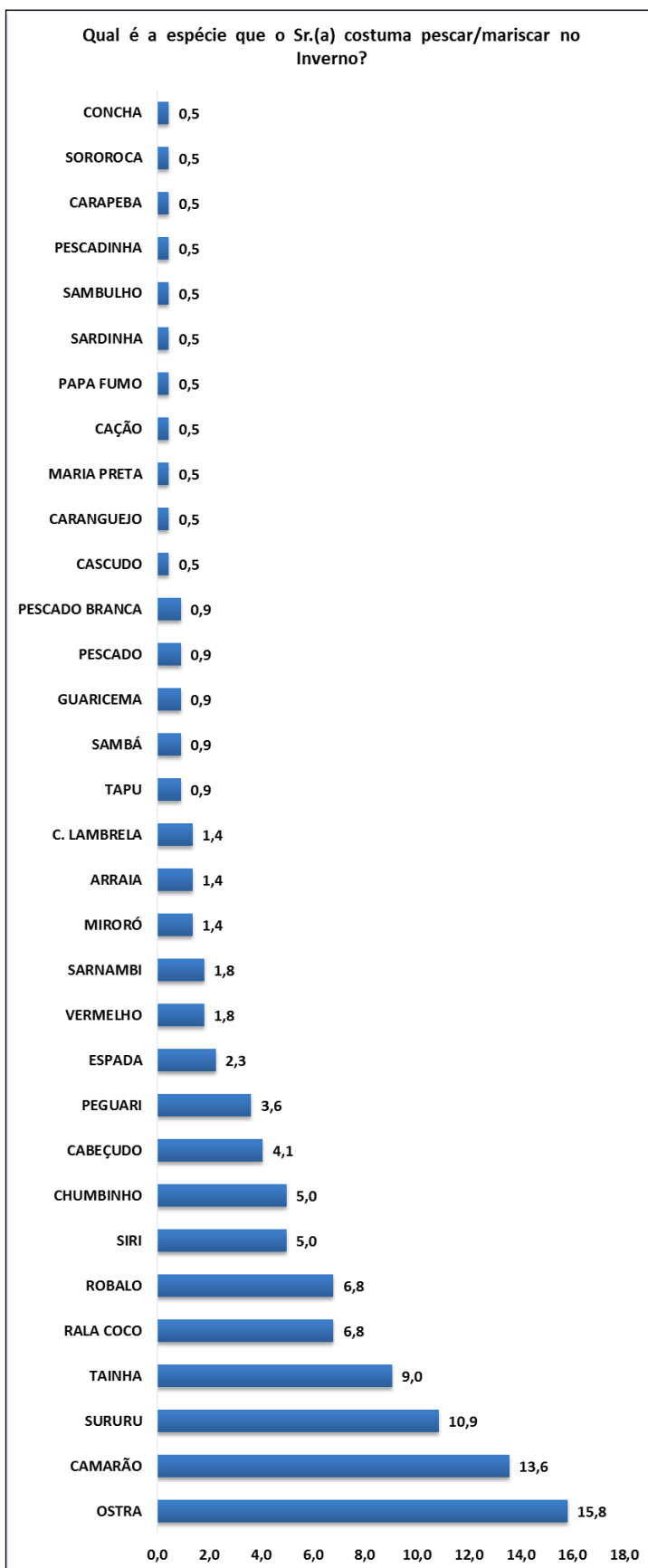


Figura 8.3-389. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no Inverno? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

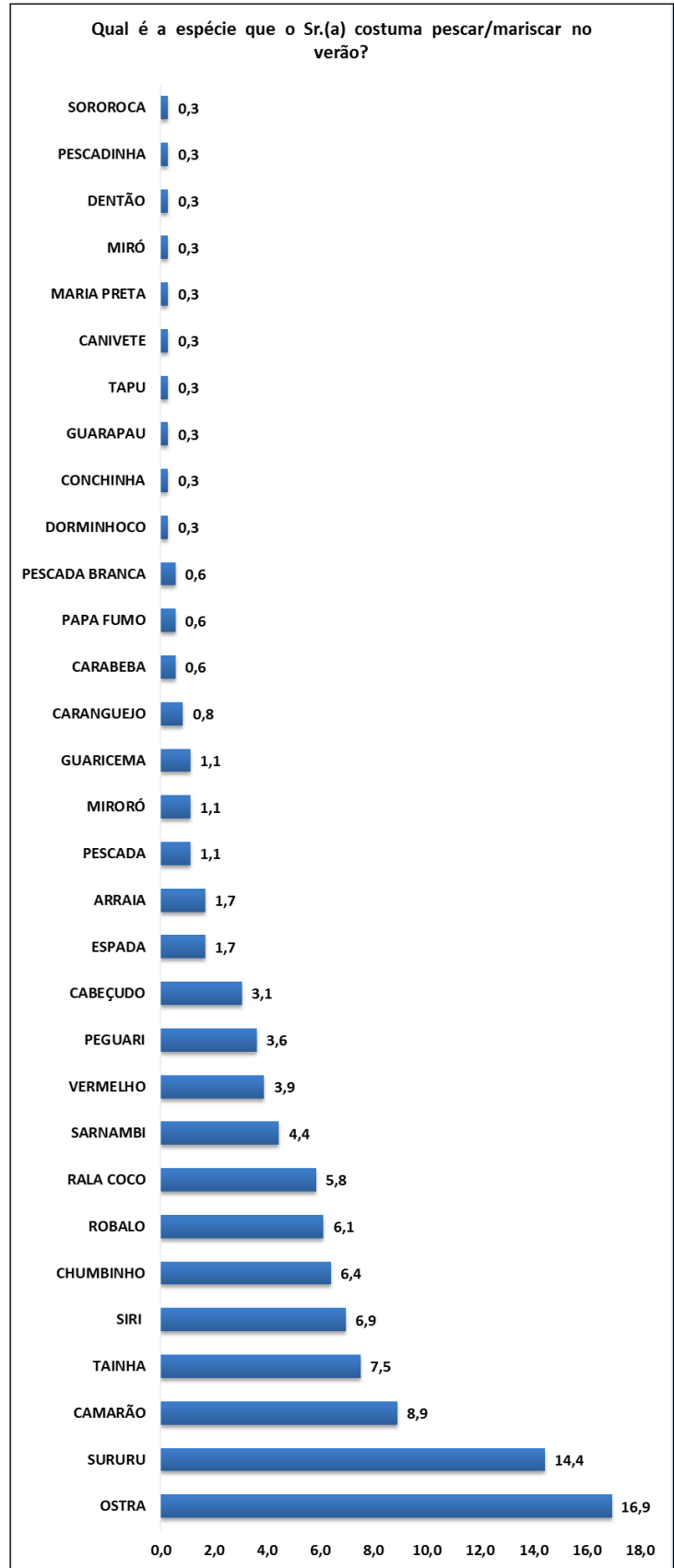


Figura 8.3-390. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no verão? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Segundo os entrevistados, a ostra é a espécie mais coletada durante o inverno, sendo apontada por 15,8%, seguida do camarão, com 13,2% e do sururu, com 10,6%. No verão, esse quadro não se altera de forma significativamente, permanecendo a ostra a espécie mais capturada para 16,5%. O sururu surge como a segunda espécie mais coletada por 14,1%, e em terceiro lugar, o camarão com 8,7%. Considerando a concentração nesses dois períodos e nessas três espécies, é possível pensar que pode estar ocorrendo um processo de sobrepesca, dificultando a renovação desses estoques pesqueiros.

Questionados sobre quais espécies não são capturadas, os que responderam a essa questão, indicaram o caranguejo com 65% das respostas, seguido da ostra com 15% (Figura 8.3-391).

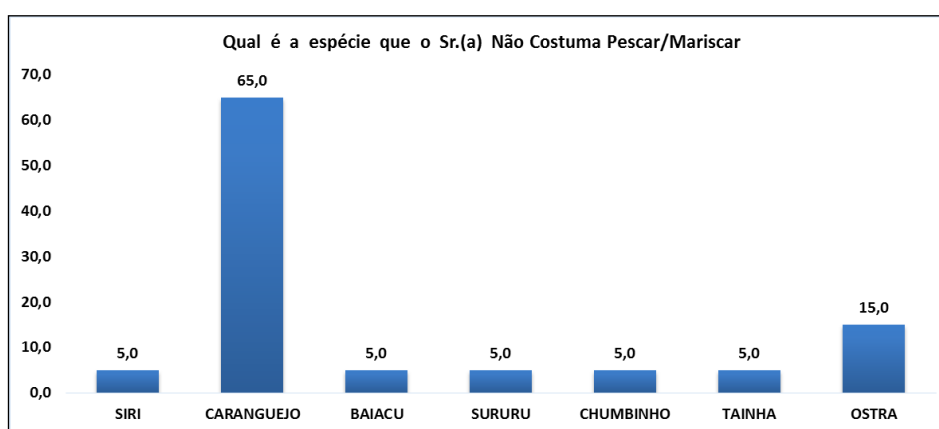


Figura 8.3-391. Qual é a espécie que o Sr.(a) não costuma pescar/mariscar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A captura de espécies está associada ao tipo de instrumento mais adequado para a atividade. Isso faz do quadro da pesca artesanal, extremamente ramificado quanto as técnicas que foram desenvolvidas pelas comunidades tradicionais. Apesar das dificuldades e visando o atendimento ao Termo de Referência emitido pelo IBAMA para produção desse diagnóstico, foi produzido um quadro geral envolvendo as espécies mais capturadas e o uso de equipamentos pelos pescadores e pescadoras artesanais de Mapele (Tabela 8.3-48).

Tabela 8.3-48. Espécies coletadas por período e tipo de apetrecho segundo os pescadores de Mapele.

Espécie	Anzol		Arpão		Cavador		Colher			Colher de pedreiro		Espinhel		Faca		Facão			Farracho			Machadinha			Grozeira		Jereré		Linha		Mão		Mergulho			Munzuá			Raspador		Rede de Abalo		Rede de Arrasto		Rede Terceiros		Rede Ressa		Rede de Espera		Vara	
	V	I	V	I	V	I	V	I	N	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	N	V	I	V	I	N	V	I	V	I	V	I	V	I	N	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		
Arraia			3	3								1	1													3	3													1	1					1	1					
Camarão																												1										22	16	2	2			6	4							
Carapeba																																										1	1									
casculo																																										1	1									
Chumbinho				1			6	4								2	2		1	1																																
Espada																																								1	1	2	2									
Mariscos										1	1																																									
Caramuru												1	1													1	1																									
Miroró																										2	2															2	2									
Ostra							4	2		3	3			2	1	23	16	2	1	1	3	2	1			1	1	1	1	3	3					1	1															
Peguari																												2	2	2	2																					
Peixe	1	1																								1	1			2	2			1	1			1	1	3	2			11	9							
Rala Coco							1			1	1					3	2				3	2													1	1																
Sarnambi							3	1		1	1					5	3																																			
Siri														1												1	1					2	2	3					4	3	1	1			1	1						
Sururu										2	2			1	1	6	4										1	1																								
Tainha																										1	1									2	1	2	2			1	1	14	13							
Cabecudo																												1	1	1	1							1	1	1	1			2	2							
Robalo																										1	1											4	4			1	1	3	3							
Vermelho																										1	1																	1	1							
Guarapau																																						1	1													

Legenda: V = Verão; I = Inverno; N = Não marcou nem inverno nem verão.

Ainda sobre a produção, o levantamento de campo mostrou, considerando os períodos de inverno e verão, que a pesca artesanal em Mapele alcança uma média geral de 6 a 15 kg de pescado em 1 mês de trabalho (Figura 8.3-392).

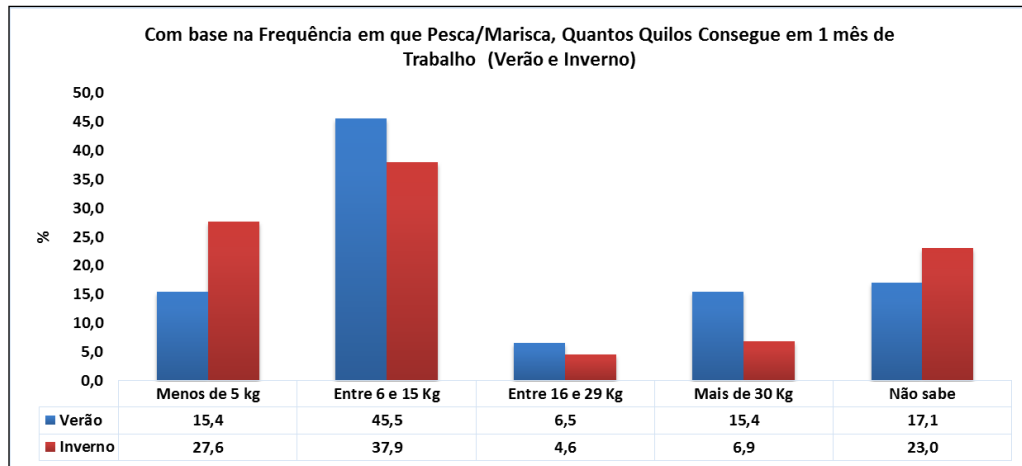


Figura 8.3-392. Com base na frequência em que pesca/marisca, quantos quilos consegue em 1 mês de trabalho (verão e inverno) (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A valoração dessa produção demonstra flutuações que sofrem influências quanto a disponibilidade da espécie e em alguns momentos a demanda para aquisição por parte de consumidores. Outro fator que contribui no seu preço decorre da produtividade e do processo de beneficiamento que pode estar associado. No Quadro 8.3-17 e Figura 8.3-393 a seguir, estão as indicações das espécies e os custos mensurados de cada uma.

Quadro 8.3-17. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em mapele.

Espécie	Preço Médio
Sururu	18,17
Ostra	22,79
Camarão	20,67
Caranguejo	15,00
Siri	13,10
Tainha	8,35
Espada	8,00
Peguari	24,20
Sarnambi	20,06
Sororoca	12,00
Peixe	10,45
Rala Coco	19,82
Chumbinho	19,42
Caramuru	27,00

Espécie	Preço Médio
Vermelho	11,10
Cabeçudo	9,68
Miroró	9,00
Bagre	7,00
Arraia	7,60
Papa fumo	22,50
Canivete	15,00
Sambá	30,00
Conchinha	20,00
Concha	12,00
Tapu	17,50
Pescada Branca	10,00
Maria Preta	17,00
Carabeba	5,00
Guarapau	5,00
Guaricema	9,33
Cação	10,00
Robalo	16,21
Beijupirá	17,00

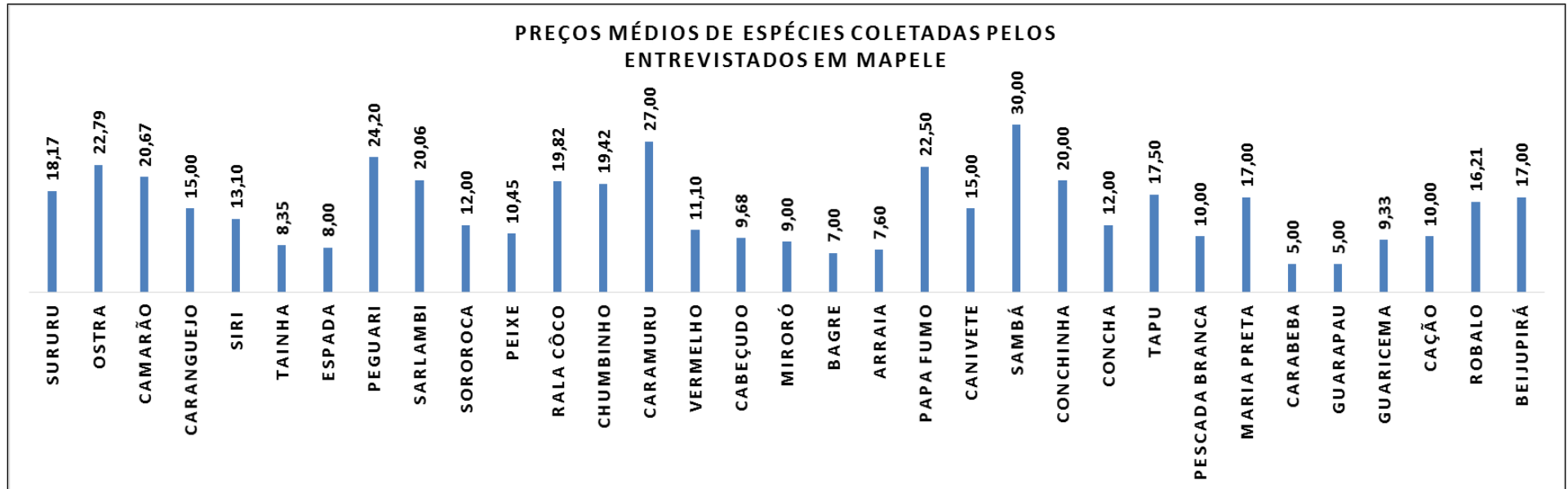


Figura 8.3-393. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em Mapele (Fonte: Bourscheid, 2014).

Quanto aos locais de pesca, o trabalho de campo em Mapele revelou que grande parte da atividade ocorre em áreas do município de Simões Filho (69%). O município de Candeias e suas respectivas áreas eram as mais frequentadas por 25% da amostra (Figura 8.3-394).

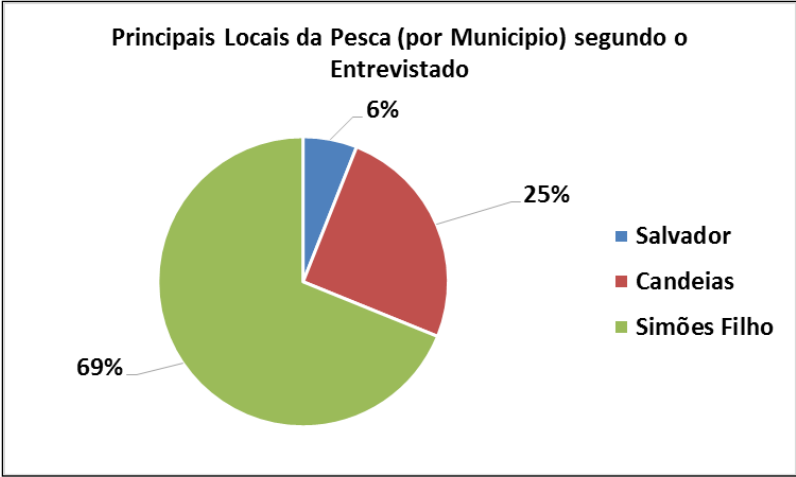


Figura 8.3-394. Principais Locais da Pesca (por Município) segundo o Entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A localização dessas áreas está correlacionada a elementos naturais do ecossistema em que a atividade é desenvolvida (coroas, rios, faixas de mangue), mas também são reconhecidas por elementos antrópicos presentes na região (localização de empresas, píeres, etc.). Da Figura 8.3-395 a Figura 8.3-397 estão a distribuição de algumas dessas áreas por município.

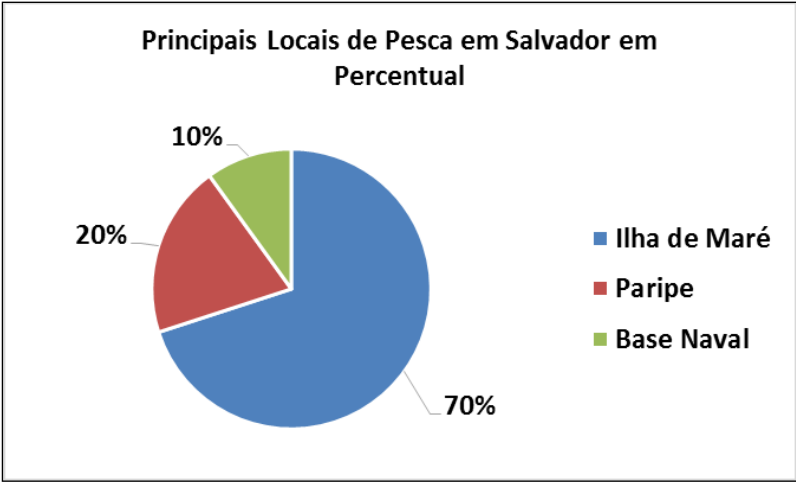


Figura 8.3-395. Principais locais de pesca em salvador em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

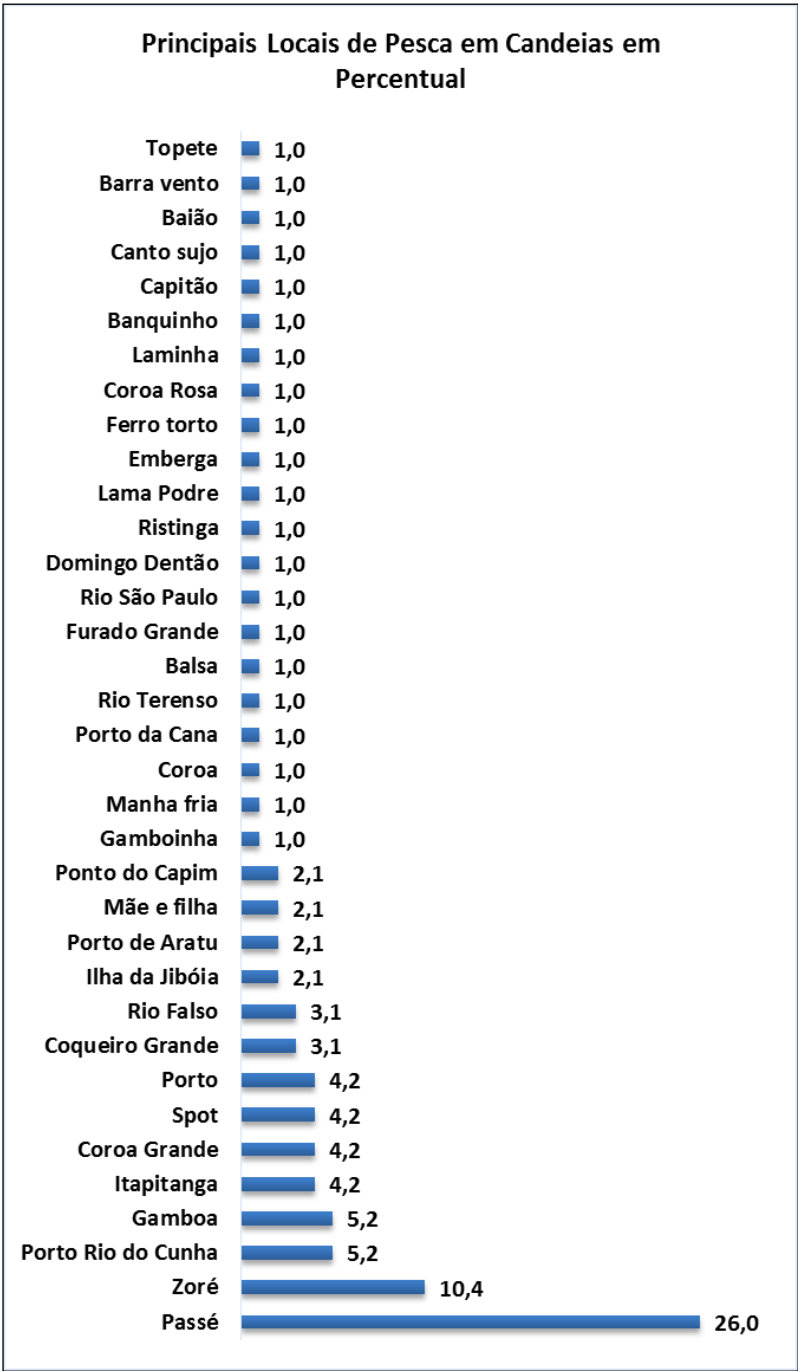


Figura 8.3-396. Principais locais de pesca em candeias em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

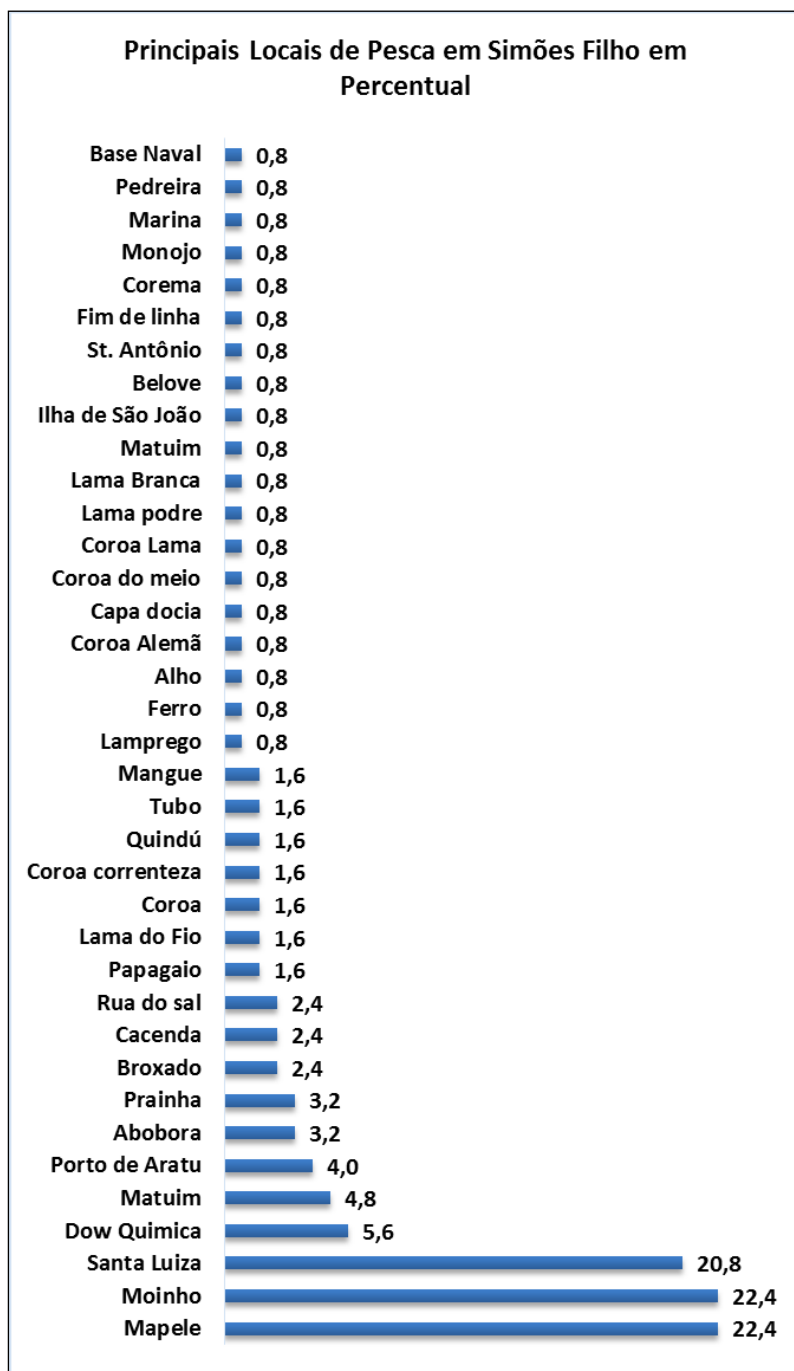


Figura 8.3-397. Principais locais de pesca em Simões Filho em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(ii) Número total de pescadores – RGP/Seguro Defeso;

Não existe um número preciso de pescadores. A estimativa da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho, segundo o seu representante, é que haveria cerca de 250 pessoas envolvidas com a atividade, conforme dados obtidos em campo.

Segundo os dados da pesquisa junto aos pescadores artesanais de Mapele, apenas 22% tinham o registro geral da pesca (Figura 8.3-398), o que credencia o seu portador e uma série de benefícios sociais da esfera federal. O recebimento do auxílio-defeso também é restrito a uma pequena parte da população, 18% (Figura 8.3-399).

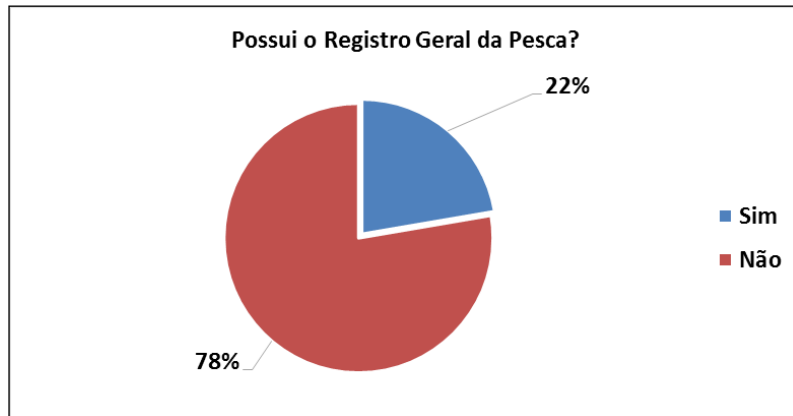


Figura 8.3-398. Possui o registro geral da pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

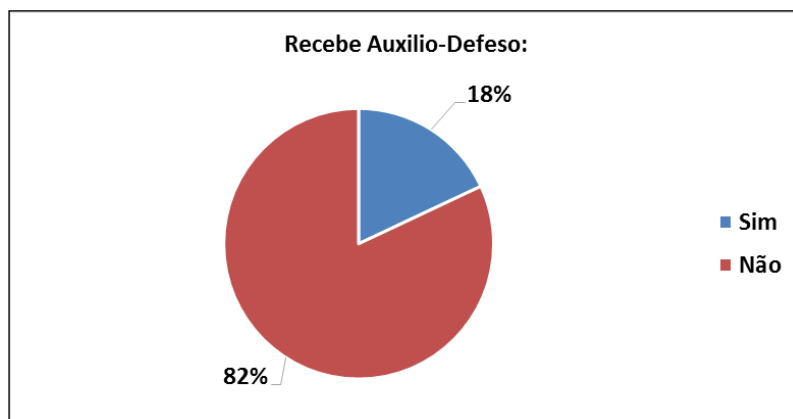


Figura 8.3-399. Recebe auxílio-defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(iii) Número total de famílias residentes na Comunidade Mapele

De acordo com a aplicação dos questionários, a amostra relativa a comunidade de Mapele identificou que das 101 entrevistas, 51 famílias viviam exclusivamente da pesca, enquanto 50 tinham a pesca como atividade secundária. Para a delimitação dessas classificações considerou que a existência de pelo menos um membro familiar possuísse renda não vinculada a atividade pesqueira seria condição para que a pesca não fosse a principal forma de sobrevivência (ver Tabela 8.3-49).

Tabela 8.3-49. Famílias que vivem exclusivamente da pesca e as que tem a atividade como secundária de acordo com a aplicação dos questionários. (Fonte: Bourscheid, 2014).

Comunidade (AID)	Famílias que vivem exclusivamente da pesca pela aplicação dos questionários	Famílias que tem a pesca como atividade secundária pela aplicação dos questionários
Mapele	51	50

(iv) Principais ecossistemas acessados para subsistência, outras atividades produtivas e de lazer da comunidade

A realização de outra atividade durante o período do defeso para quem recebia o benefício era praticada por apenas 15% dos entrevistados. Segundo a pesquisa de campo, isso se traduzia na continuidade do trabalho voltado para a pesca artesanal, onde 72% indicaram mariscar, por exemplo (Figura 8.3-400 e Figura 8.3-401), e conforme depoimentos obtidos por meio de entrevistas qualificadas junto a representantes da pesca na região:

É assim, ele é pescador de camarão, mas ele não vive só do camarão. Chegou o defeso do camarão, ele vai pra mariscada dele. Mas ele vive do camarão (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador).

A pesca agora está interrompida desde o dia 1º de abril pro defeso do camarão. Ai nesse período, vive de outra atividade. Ai se ele realmente tem o seguro defeso, mas você sabe que normalmente o pescador tem uma família grande, e o salário não dá pra atender toda a demanda da família ai tem que continuar em outra atividade ou seja, sururu, uma tainha, uma sardinha (...) (Edvandro Pinheiro dos Santos, 53 anos, Presidente da APESCAN).

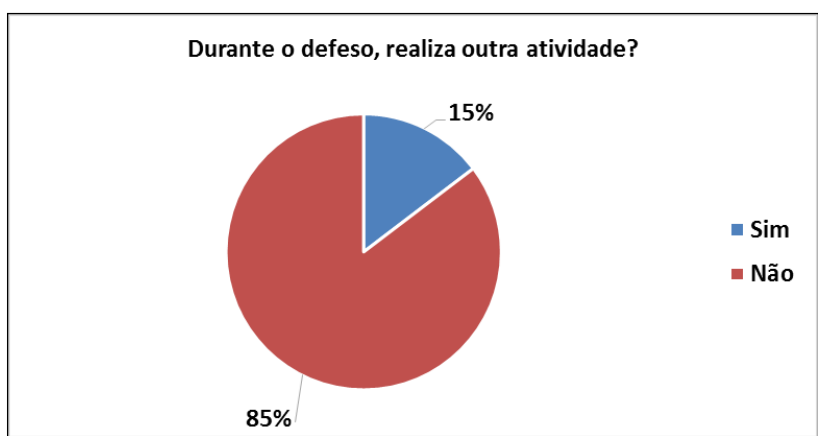


Figura 8.3-400. Para os que recebem o auxílio-defeso, durante esse período, realiza outra atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

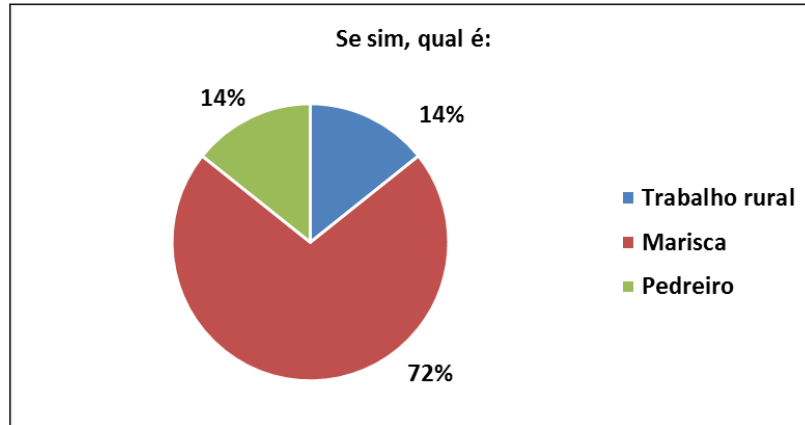


Figura 8.3-401. Se sim, qual é (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O principal mecanismo de lazer desenvolvido pelos entrevistados está associado as programações televisivas para 27%. Os eventos religiosos vêm em segundo lugar com 19% das preferências, seguido pelas visitas aos amigos e familiares com 15% do total. O lazer também é desenvolvido junto ao comércio local ou espaços como bares e clubes. Essa categoria alcançou 14% das respostas (Figura 8.3-402).

Sobre as opções de lazer para os pescadores artesanais de Mapele, 77% informaram que o lazer é desenvolvido na própria comunidade, enquanto 21% o fazem em outro município. A prática do lazer em outros distritos ou comunidades de Simões Filho é praticado por apenas 2% do total de entrevistados (Figura 8.3-403 e Figura 8.3-404).

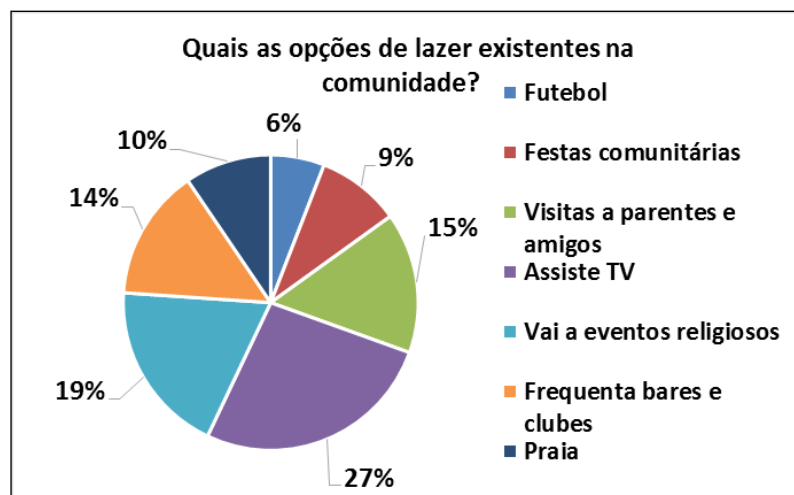


Figura 8.3-402. Quais as opções de lazer existentes na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

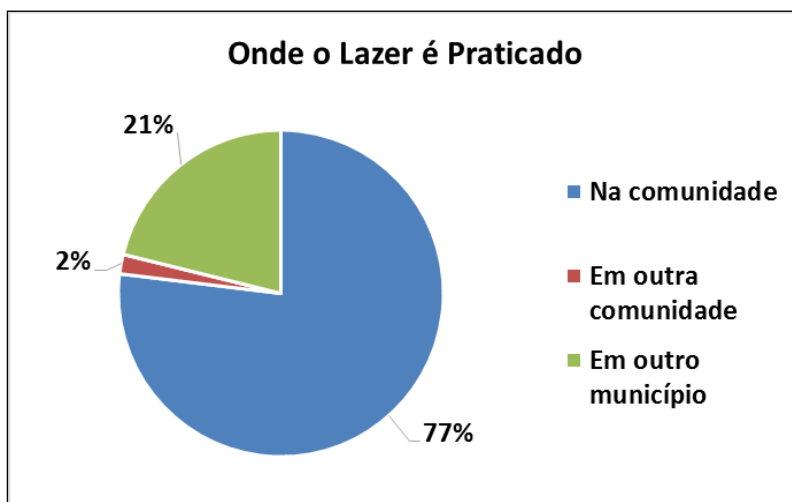


Figura 8.3-403. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

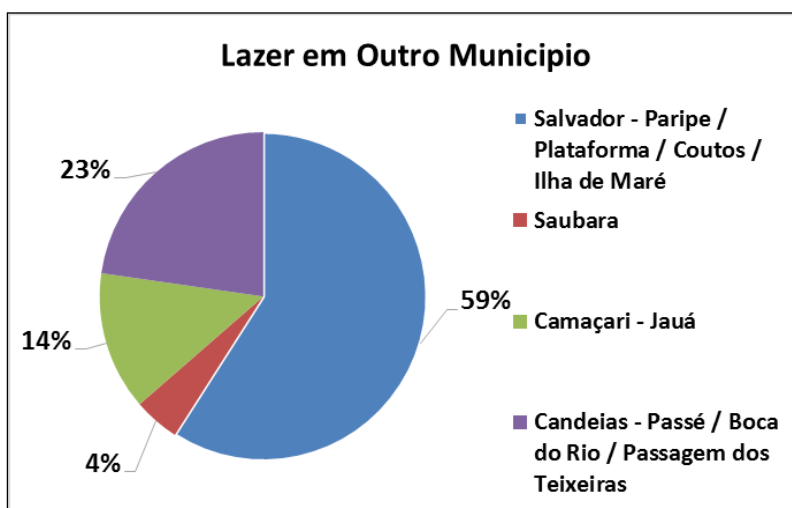


Figura 8.3-404. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O lazer quando desenvolvido em outros municípios não apresenta distância significativa e está bem centralizado na AII. Para os pescadores artesanais de Mapele, Salvador é o principal destino. Estão associados a capital os bairros localizados no subúrbio ferroviário ou Ilha de Maré segundo 59% dos entrevistados. Como já explicado no desenvolvimento da história da comunidade e dos processos de urbanização de Salvador, há uma forte ligação de Simões Filho com essas áreas periféricas da capital. Isso também é mantido pela existência, ainda que precária, da ligação entre a comunidade e a capital por linha de ônibus metropolitano.

Para 23% dos que apontaram Candeias como o principal local de lazer, nota-se também ligação com outras comunidades da AID, como Passé, Passagem dos Teixeira e Boca do Rio.

(v) Número médio de integrantes das famílias, distribuição por gênero, idade e ocupação e a renda média mensal per capita;

Em relação aos demais integrantes da família dos entrevistados em Mapele, o trabalho de campo mostrou que havia um relativo equilíbrio de gêneros, sendo 50% compostos por mulheres e os demais 50% de homens (Figura 8.3-405).

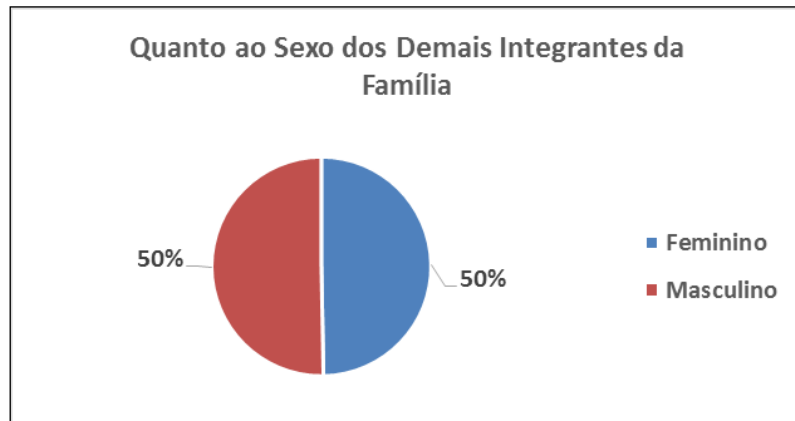


Figura 8.3-405. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto a idade, a aplicação amostral de questionários junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Mapele, resultou no seguinte quadro (Figura 8.3-406): a classe com maior percentual de pessoas era aquela que concentrava a faixa etária entre 19 a 30 anos de idade, ou seja, 20,1%. Logo a seguir, com 18,9%, os membros das famílias com idade entre 31 a 40 anos. O percentual de pessoas com idade até 18 anos, atingiu um total de 34,9% da população pesquisada.

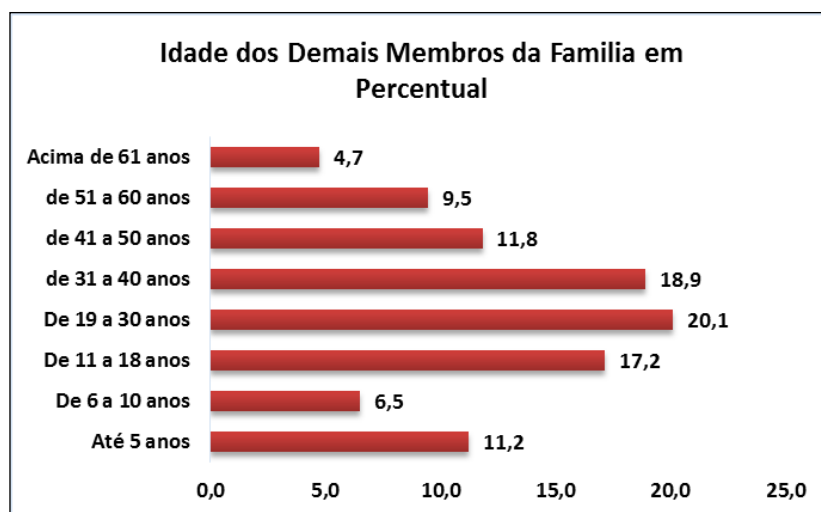


Figura 8.3-406. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Em relação ao chefe da família, os demais membros das famílias entrevistadas em Mapele, eram 37,3% de filhos ou filhas. Os esposos, esposas, companheiros ou companheiras alcançaram 19,5% do total. As demais categorias juntas somaram 10,1%. (Figura 8.3-407). Predominava dentro das famílias de pescadores e pescadoras artesanais de Mapele, o estado civil de solteiro/solteira, com 49%. Aqueles que eram considerados legalmente casados atingiu 10%. Mais de 30% dos demais membros da família dos pescadores que responderam à pesquisa eram considerados amigos ou seja, detinham uma relação estável mas não reconhecida legalmente. Os viúvos (as) e os separados judicialmente registraram apenas 5% do total (Figura 8.3-408).

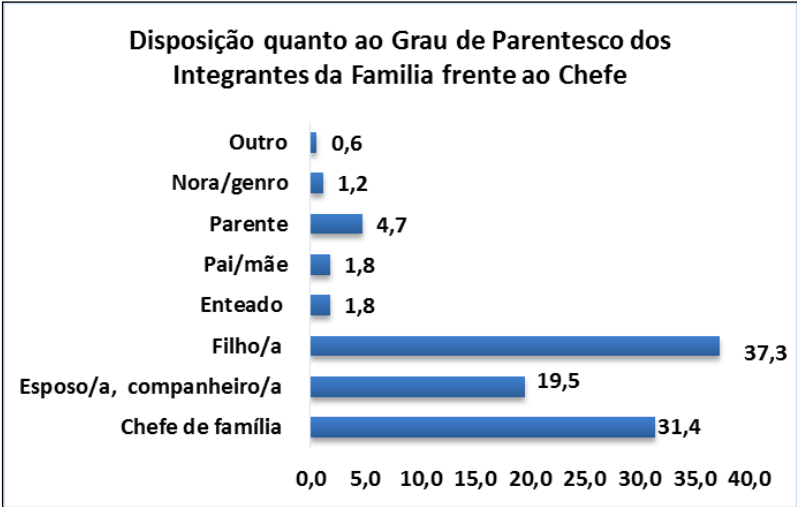


Figura 8.3-407. Disposição quanto ao grau de parentesco dos integrantes da família frente ao chefe em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

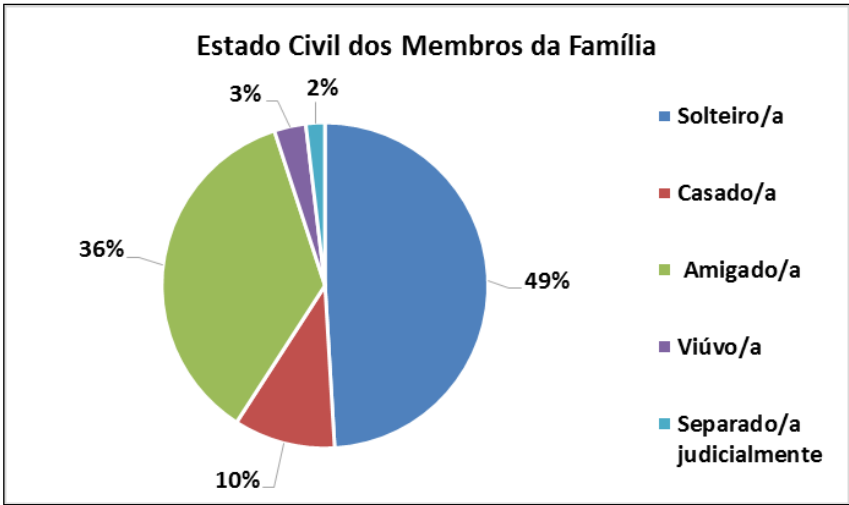


Figura 8.3-408. Estado Civil dos Membros da Família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Durante o trabalho de campo, foi pesquisada a situação ocupacional dos membros da família do pescador ou pescadora de Mapele. Nota-se na Figura 8.3-409 que a formalização do trabalho alcançava um total de 14,1% da população, ou seja, aqueles que possuem emprego com carteira assinada.

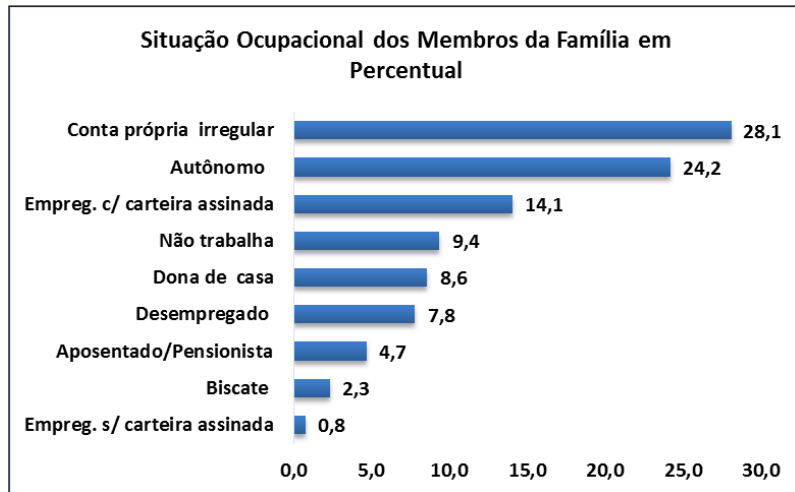


Figura 8.3-409. Situação Ocupacional dos Membros da Família em Percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os aposentados e/ou pensionistas representaram 4,7% do universo dos membros familiares. Aqueles classificados como conta própria irregular, com 28,1%, era a categoria com maior percentual de participação. Assim como o empregado sem carteira assinada, desenvolvia o trabalho sem o devido respaldo junto a previdência social, ampliando a possibilidade de não ter o amparo legal para situação como desemprego, doenças, etc. As pessoas sem ocupação e que não estavam a procura de emprego (Não Trabalha), era de 9,4% do total. Os desempregados, ou seja, aqueles que estavam a procura de trabalho nos últimos 30 dias, totalizaram 7,8%.

Quanto ao local de desenvolvimento da atividade, o trabalho de campo realizado junto aos pescadores/pescadoras de Mapele identificou que, dos familiares que eram considerados autônomos ou conta própria irregular, 94% desenvolviam sua atividade no próprio domicílio. Apenas 6% desenvolviam na rua (Figura 8.3-410).



Figura 8.3-410. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A aplicação dos questionários mostrou uma quantidade significativa de profissionais entre os membros das famílias de pescadores que foram visitadas durante o trabalho de campo (Figura 8.3-411). Dentre elas Soldador, Pintor, Mecânico, Operador de Máquina, entre outras. Aqueles cuja profissão era denominada de Ajudante Prático responderam por 15,2% do total de profissões. Em segundo lugar, destacava-se aquelas pessoas com a profissão de Auxiliar de Serviços Gerais, cujo percentual representava 12,1%.

Quanto à ocupação exercida no período da pesquisa pelos membros familiares, os maiores destaques eram aqueles ligados justamente a atividade da pesca artesanal. No âmbito desse grupo, 50% dos membros familiares estavam ligados a esse tipo de atividade. O grupo de estudantes representava 21,9% e as donas de casa, 7,9% dos membros das famílias (Figura 8.3-412).

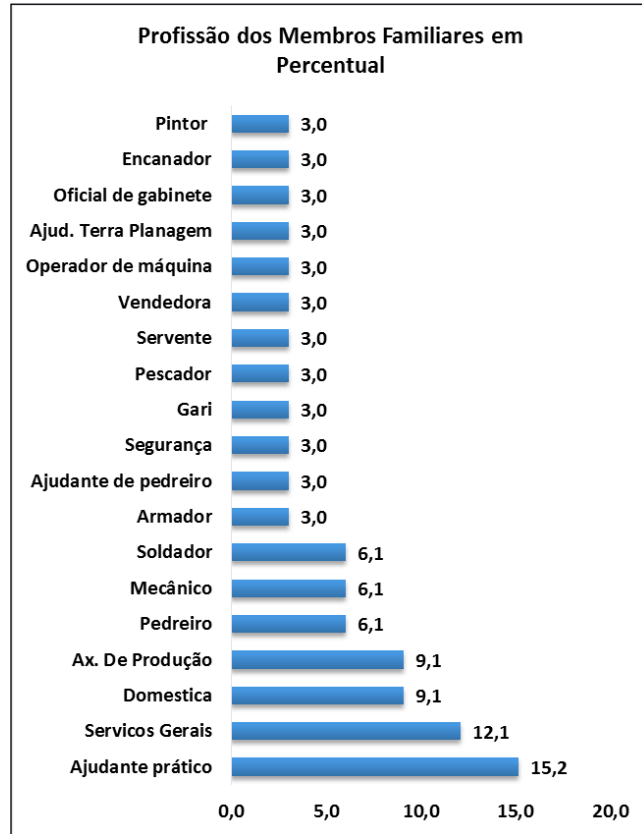


Figura 8.3-411. Profissão dos Membros Familiares em Percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

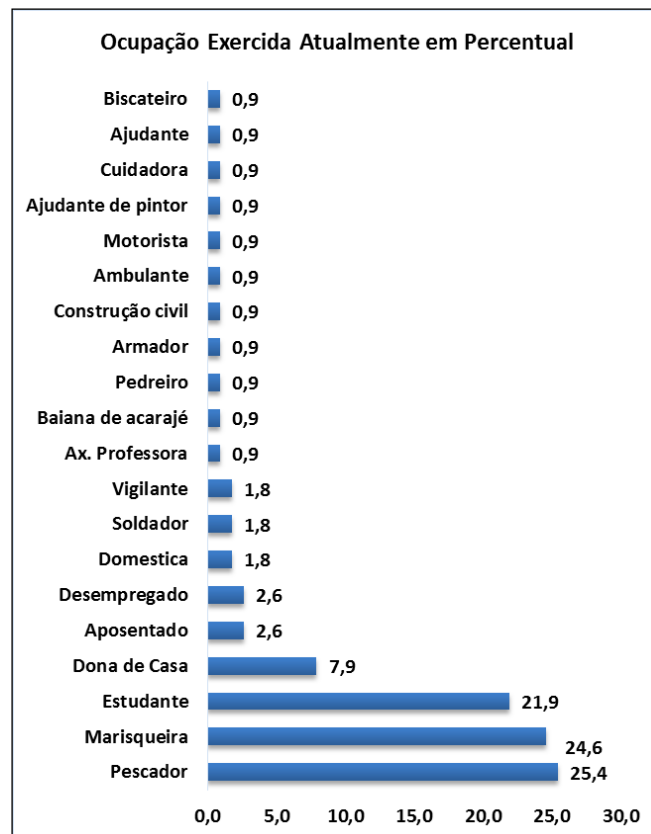


Figura 8.3-412. Ocupação Exercida Atualmente em Percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o local de trabalho daqueles que desenvolviam atividades remuneradas, a residência era o principal local para 66%. A empresa privada representou apenas 4%, enquanto a empresa pública, normalmente ligada ao poder público municipal, também alcançava um baixo patamar de 6%. O trabalho desenvolvido na casa de particulares não ultrapassava os 7% (Figura 8.3-413).

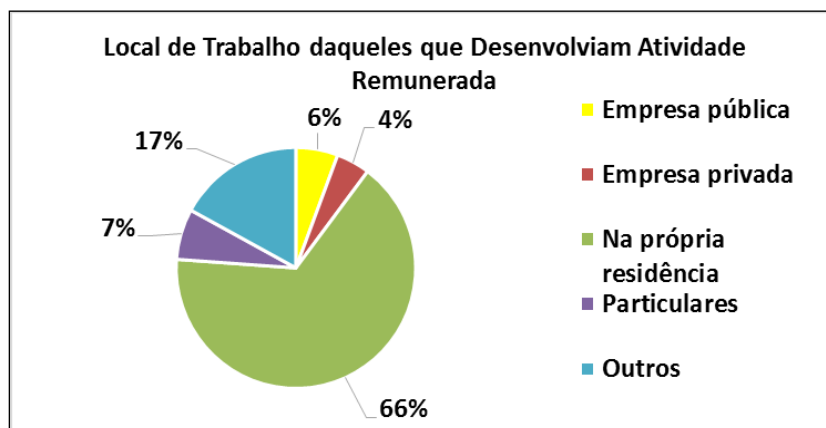


Figura 8.3-413. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aos rendimentos oriundos da ocupação principal desenvolvida pelos membros familiares das residências pesquisadas em Mapele, 60% recebiam até meio salário mínimo, 22% de meio salário até 1 salário mínimo e 15% recebiam até dois salários mínimos. O grau mais elevado de rendimento, ou seja, acima de 5 salários representava apenas 3% (Figura 8.3-414).

Sobre a existência de uma outra fonte de renda na família, os que declararam sim quanto ao recebimento, o Bolsa Família estava presente em 75% das situações. A pensão e o seguro desemprego juntos somavam 14% (Figura 8.3-415). Essas rendas secundárias também apresentavam baixos valores no âmbito geral. Somando as classes até 1 salário mínimo, esse percentual englobava 93% daqueles que possuíam outra fonte de renda (Figura 8.3-416).

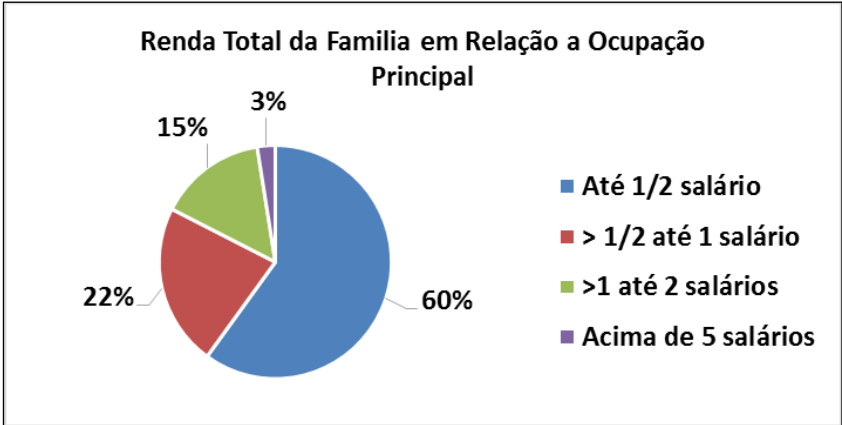


Figura 8.3-414. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

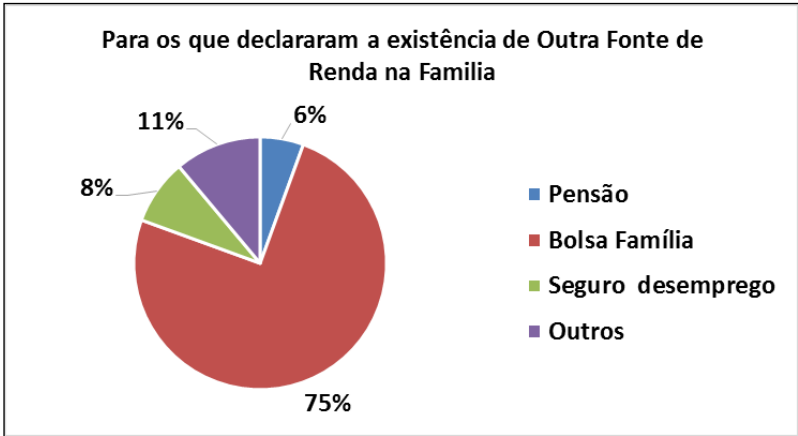


Figura 8.3-415. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

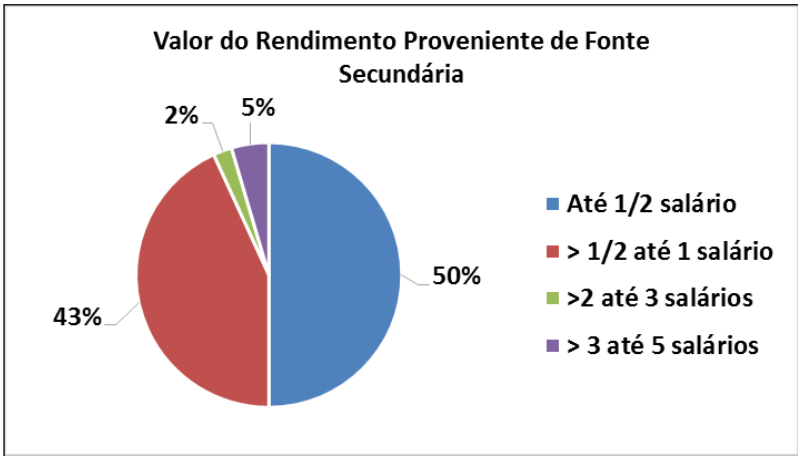


Figura 8.3-416. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(vi) Infraestrutura e serviços básicos de saúde, educação, cultura e transporte

Em Mapele a população local conta com a estrutura de uma Unidade Saúde da Família, conforme descrição abaixo (ver Figura 8.3-417). Na educação, 04 unidades escolares estavam presentes na comunidade, atendendo a época da pesquisa, um total de 831 pessoas entre crianças e adultos (ver Tabela 8.3-50). Quanto ao transporte, o atendimento se dá basicamente por linhas complementares de ônibus ligando a comunidade a sede municipal de Simões Filho, mas também são encontrados linhas intermunicipais ligando a comunidade a capital, Salvador.

Tabela 8.3-50. Escolas na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Data Escola Brasil, 2014).

Comunidade/ Distrito	Tipo de Estabelecimento	Nome da Escola	Educação Infantil	Educação Fundamental	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos	Alunos no Transporte Escolar
Mapele	Público	Escola Afonso Valido da Conceicao	63	66	-	-	43
Mapele	Público	Escola Municipal Castelo Branco	38	131	-	-	13
Mapele	Público	Escola Municipal Eraldo Tinoco	37	124	-	-	-
Mapele	Público	Escola Vereador Edulindo R Monteiro	-	291	-	81	372

Identificação				
CADASTRADO NO CNES EM: 25/7/2003 ULTIMA ATUALIZAÇÃO EM: 30/4/2014				
Nome:		CNES:	CNPJ:	
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MAPELE		2533030		
Nome Empresarial:		CPF:	Personalidade:	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIMOES FILHO		--	JURÍDICA	
Logradouro:		Número:		
RUA MAPELE DE CIMA		S/N		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:	UF:
	MAPELE	43700000	SIMOES FILHO	BA
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Esfera Administrativa:	Gestão:	
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA		MUNICIPAL	MUNICIPAL	
Natureza da Organização:		Dependência:		
ADMINISTRACAO INDIRETA - EMPRESA PUBLICA		MANTIDA		
PROFISSIONAIS SUS				
Médicos		3		
Outros		16		
PROFISSIONAIS NÃO SUS				
Total		0		
Atendimento Prestado				
Tipo de Atendimento:		Convênio:		
AMBULATORIAL		SUS		
Fluxo de Clientela:				
ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA E REFERENCIADA				
Leitos				
Estabelecimento não possui Leitos Cadastrados				
Equipamentos				
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
Resíduos/Rejeitos				
Coleta Seletiva de Rejeito:				
RESIDUOS COMUNS				
Instalações Físicas para Assistência				
AMBULATORIAL				
Instalação:		Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:	

CLINICAS BASICAS	2	0	
ODONTOLOGIA	1	0	
SALA DE CURATIVO	1	0	
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	2	0	
SALA DE IMUNIZACAO	1	0	
Serviços de Apoio			
Serviço:	Característica:		
FARMACIA	PRÓPRIO		
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)	PRÓPRIO		
Serviços Especializados			
		Ambulatorial:	Hospitalar:
Cod.:	Serviço:	Característica:	Amb.: SUS: Hosp.: SUS:
101	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	PRÓPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
111	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	PRÓPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
112	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PRÓPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
160	TELECONSULTORIA	PRÓPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
Serviços e Classificação			
Codigo:	Serviço:	Classificação:	Terceiro: CNES:
101 - 001	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE DA FAMILIA	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
101 - 002	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE BUCAL MI	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
111 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	DIAGNOSTICO E TRATAMENTO	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
112 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE RISCO HABITUAL	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
160 - 001	TELECONSULTORIA	TELECONSULTORIA ASSINCRONA	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
160 - 002	TELECONSULTORIA	TELECONSULTORIA SINCRONA	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
160 - 003	TELECONSULTORIA	SEGUNDA OPINIAO FORMATIVA	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>

Figura 8.3-417. Estrutura de saúde em Mapele.

Os aspectos de saúde também foram auferidos pela pesquisa, basicamente quanto aos tipos de doenças registrados nos últimos 12 meses na família e se houve a realização de algum exame preventivo por parte do entrevistado (Figura 8.3-418 e Figura 8.3-419).

Destacava-se entre o público feminino, as enfermidades ligadas a coluna e artrose. São doenças inclusive com forte incidência para aquelas mulheres que estão ligadas diretamente a atividade de mariscagem devido aos movimentos necessários para o trabalho. Essas doenças juntas somaram 40% dos casos (Figura 8.3-419). Entre o público masculino, a pesquisa também registrou uma variedade de enfermidades, dentre elas a hipertensão, gripe, circulação, problemas na preula (pulmão), úlcera, entre outras. A gripe foi a que mais acometeu o gênero masculino segundo o levantamento de dados com 22% do total.

A realização de exames preventivos é uma ação importante para que se possa tratar adequadamente e com mais eficiência determinados problemas. Dos que responderam positivamente quanto a esse aspecto, o público feminino destacou com o índice mais elevado (Figura 8.3-418), ou seja, 84% das mulheres fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses em Mapele. Enquanto isso, esse percentual apresenta maior negatividade junto ao gênero masculino, onde 50% não realizaram nenhum exame.

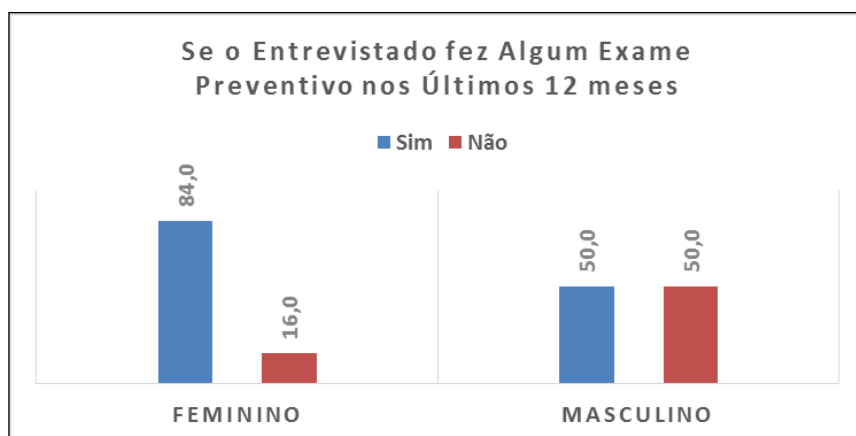


Figura 8.3-418. Se o entrevistado fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

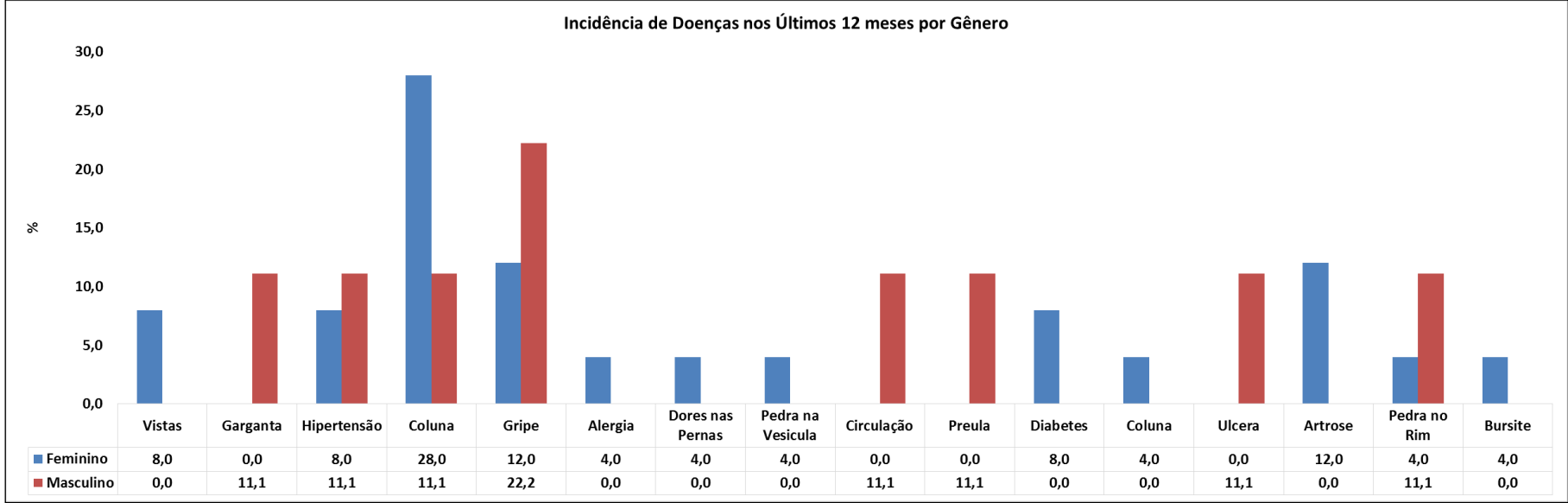


Figura 8.3-419. Incidência de doenças nos últimos 12 meses por gênero (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aos aspectos educacionais, a pesquisa com os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade de Mapele e seus familiares mostra um quadro de bastante deficiência. A Figura 8.3-420, produto dos questionários aplicados, apresenta um quadro de taxa de analfabetismo de 13% no total da amostra. O grau de escolaridade mais elevado era o nível médio completo, onde apenas uma parte, 11%, estava nessa categoria. O nível de escolaridade mais representativo na amostra era o nível fundamental incompleto, com 31% do total, seguido do nível médio incompleto com 28%.

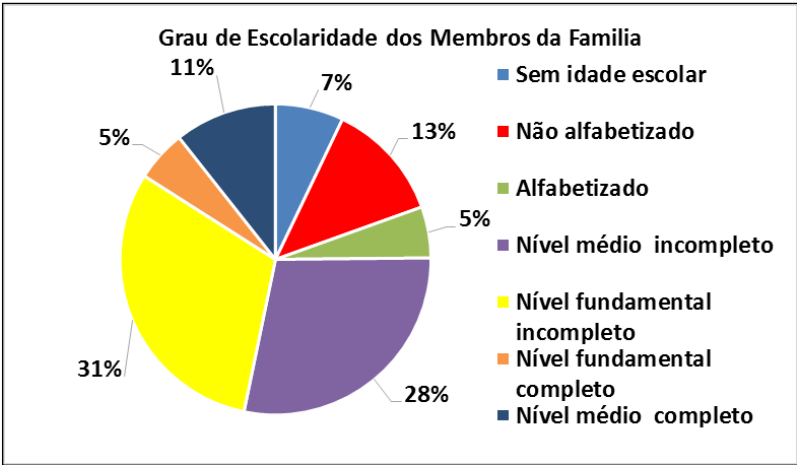


Figura 8.3-420. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A pesquisa averiguou qual o percentual de pessoas que constituem a família dos pescadores e pescadoras artesanais de Mapele, que ainda estão estudando. Do total, apenas 29% ainda encontram-se com frequência escolar. Um elevado percentual da amostra, 71%, não frequentava mais a escola (Figura 8.3-421). A pesquisa direta também diagnosticou que apenas 1 caso entre aqueles com menos de 21 anos decidiu parar o estudo pois não encontrou estímulo para seguir em frente com a formação.

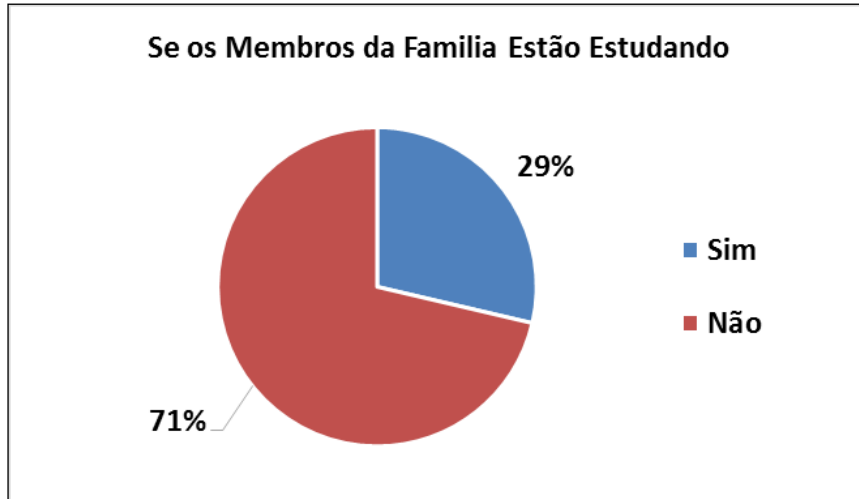


Figura 8.3-421. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(vii) Moradia e situação fundiária;

Para os aspectos de moradia, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Mapele, identificou que 91% das residências dos entrevistados eram próprias. As residências alugadas representaram 4% do total, assim como aquelas classificadas como cedidas, 4% (Figura 8.3-422).

As residências eram praticamente unifamiliares, 99% dos registros (Figura 8.3-423). Quanto as características físicas da residência, a pesquisa junto aos pescadores artesanais de Mapele, encontrou que 78% delas eram de alvenaria com reboco, e 13% de alvenaria sem reboco. As casas de taipa representaram 3% da amostra, enquanto as que eram constituídas por restos de madeira, 1% (Figura 8.3-424).

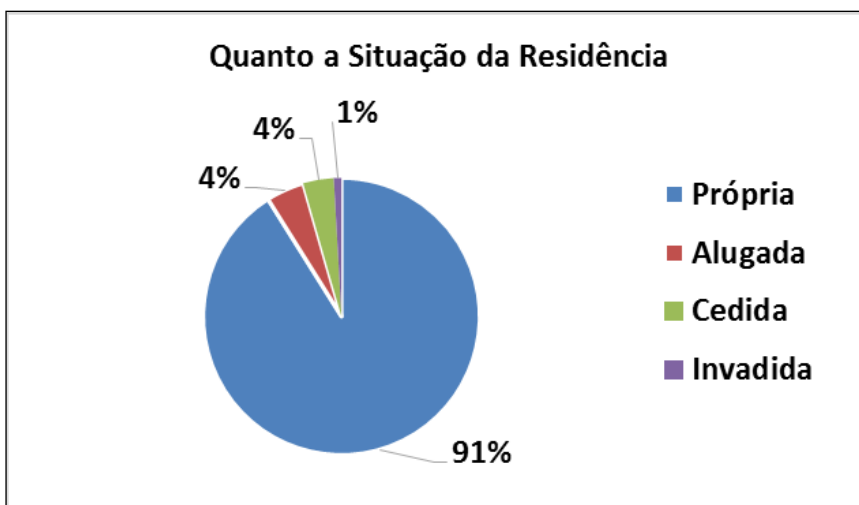


Figura 8.3-422. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

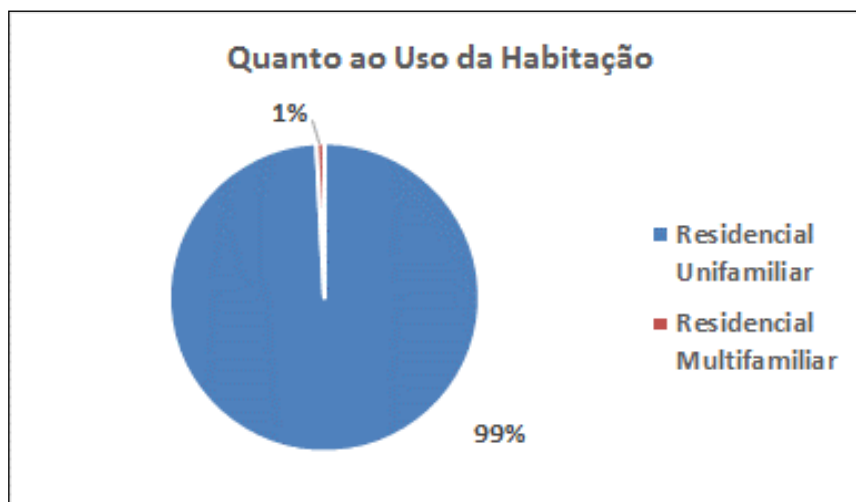


Figura 8.3-423. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

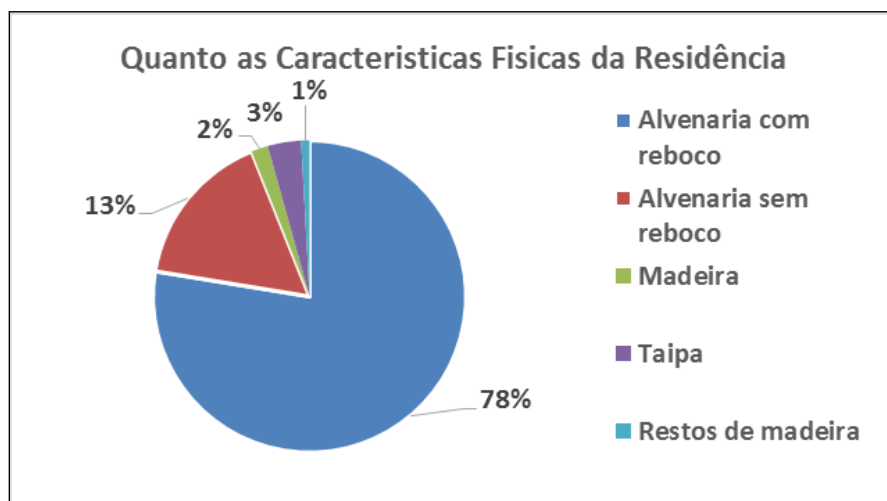


Figura 8.3-424. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O número predominante de cômodos nessas residências era de 05 ao todo, segundo a pesquisa, com um registro de 37% da amostra. As casas com apenas 02 cômodos registraram 31%, enquanto aquelas com apenas 01 cômodo totalizaram 10% do total (Figura 8.3-425). Do total de residências de pescadores artesanais visitadas em Mapele, 56% contavam com 02 quartos. As casas com apenas 01 quarto alcançaram a taxa de 32% (Figura 8.3-426).

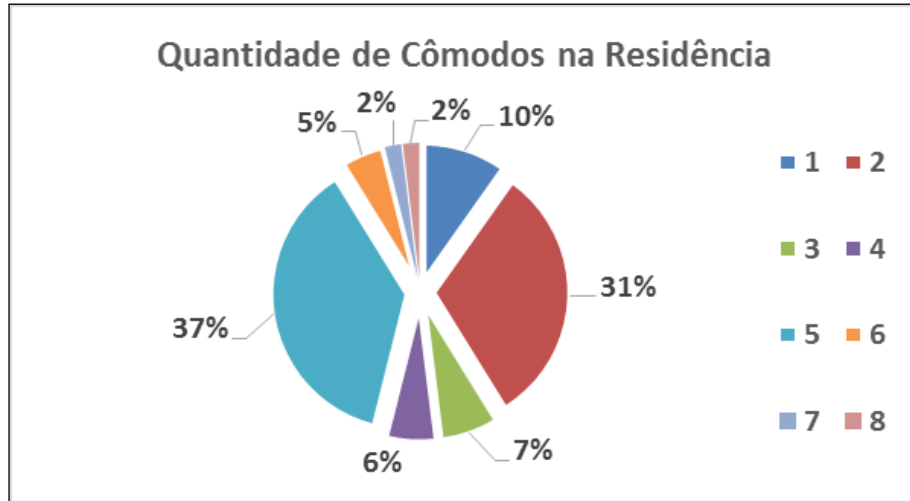


Figura 8.3-425. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

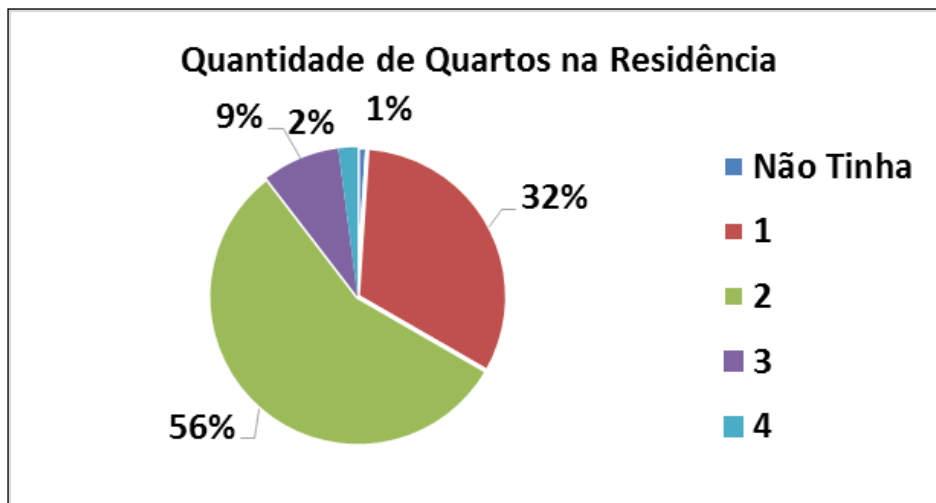


Figura 8.3-426. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A presença de domicílios sem banheiros entre os pescadores e pescadoras artesanais de Mapele alcançou 6% da amostra (Figura 8.3-427). Em 92% das residências havia a presença de pelo menos 1 sanitário. Quanto a localização dos sanitários, 92% estavam dentro das respectivas residências (Figura 8.3-428).

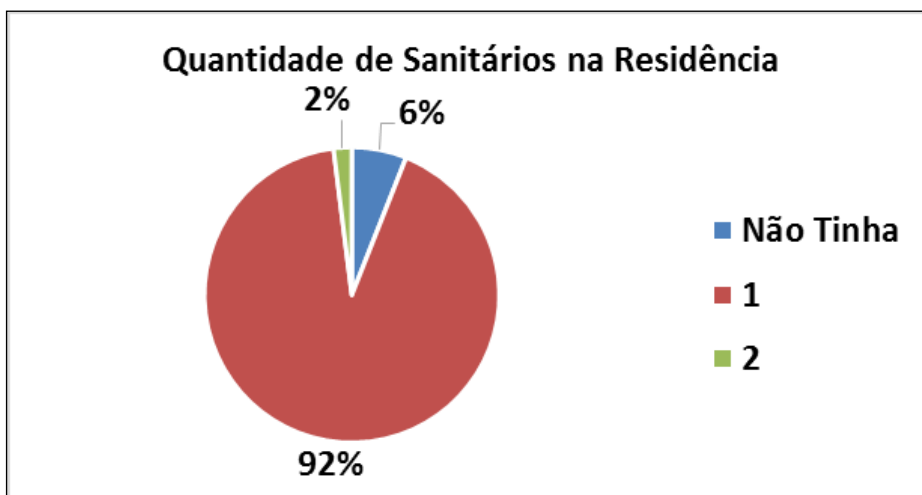


Figura 8.3-427. Quantidade de sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-428. Localização dos sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(viii) Infraestrutura básica de saneamento, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica

O acesso aos serviços de energia e água entre os entrevistados em Mapele, revela um quadro de grande precariedade. A rede de energia, legalmente, só está presente em 57% das residências (Figura 8.3-429). Quanto ao abastecimento de água dessas residências em Mapele, apenas 47% das casas possuem acesso via rede pública (Figura 8.3-430). As ligações irregulares alcançaram 50% do total. Mesmo para as unidades domiciliares pesquisadas que tem acesso a água encanada via rede, a irregularidade do abastecimento é um fator bastante visível nas respostas dos entrevistados. Para apenas 21% do total, o acesso a água através da rede é diário a qualquer momento do dia. De forma

predominante, 48%, o abastecimento ocorre de 2 a 3 vezes por semana. Aqueles cujas residências tinham o abastecimento da rede pública apenas 1 vez por semana totalizaram 7% (Figura 8.3-431).

Quanto a modalidade de estocagem de água nas residências, em 64%, o armazenamento de água é feito em tanques ou caixas d'água. A utilização de tonéis ou baldes sem tampa representaram 11% da amostra pesquisada (Figura 8.3-432).

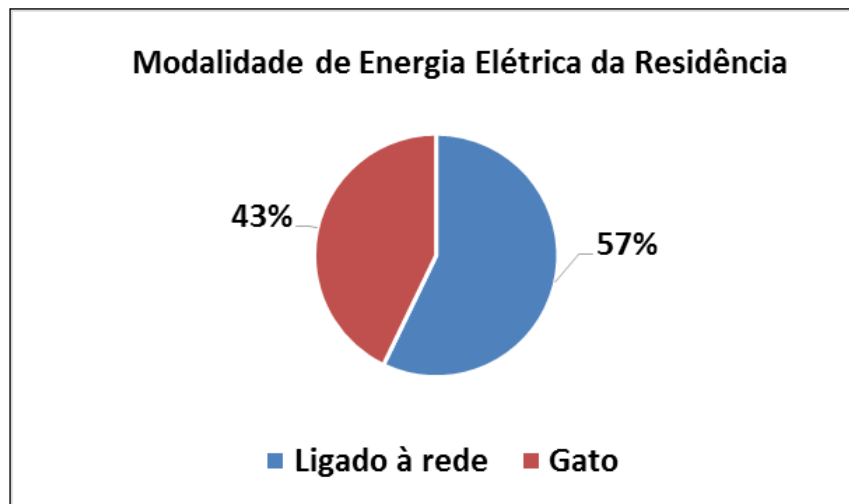


Figura 8.3-429. Modalidade de energia elétrica da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

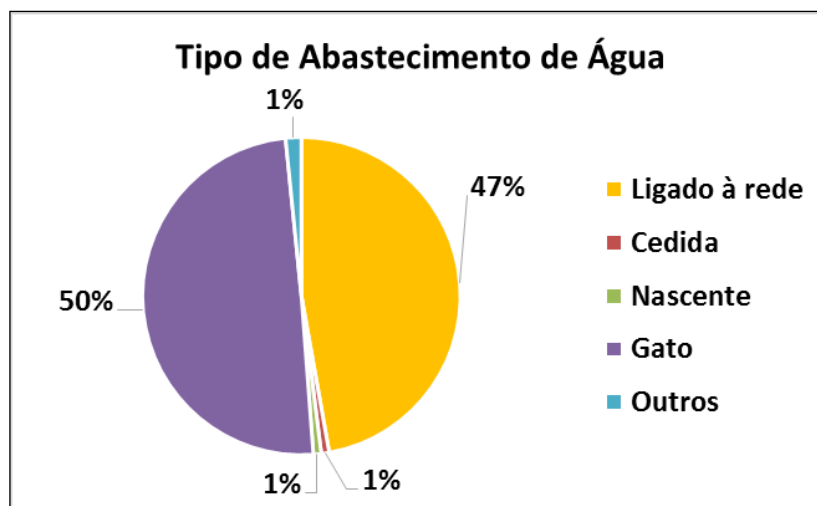


Figura 8.3-430. Tipo de abastecimento de água (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

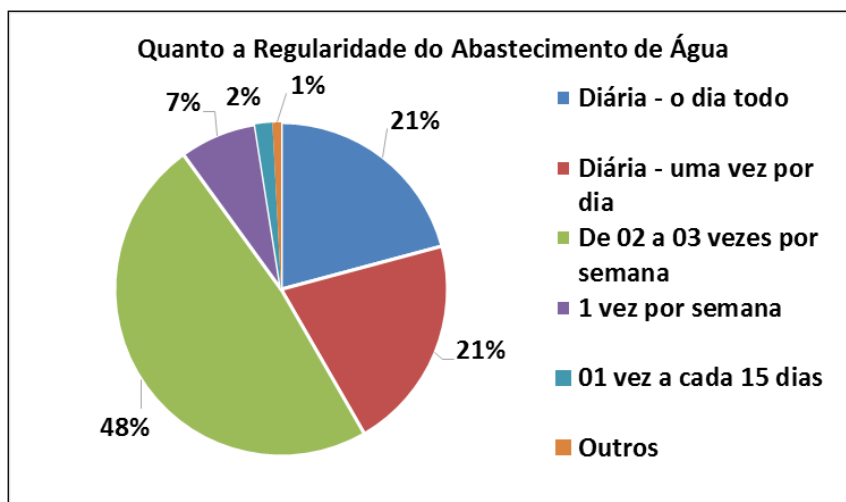


Figura 8.3-431. Quanto a regularidade do abastecimento de água via rede pública (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

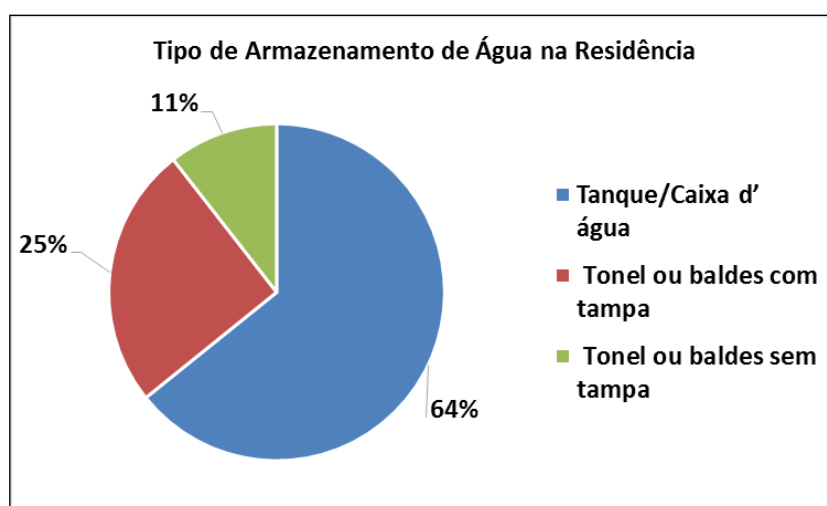


Figura 8.3-432. Tipo de armazenamento de água na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A disposição dos resíduos sólidos nas residências dos pescadores artesanais de Mapele, encontra quadro igualmente insatisfatório nas suas condições. A coleta alcançava, segundo a pesquisa, apenas 36% das residências. A queima era a principal forma de disposição do lixo para 42% dos entrevistados. A utilização de encostas e córregos próximos a essas residências era o destino final em 11% do total da amostra (Figura 8.3-433). A frequência do serviço de coleta realizada de 2 a 3 vezes por semana, foi citada por 94% daquelas residências pesquisadas (Figura 8.3-434). Por fim, em relação a disposição do esgotamento sanitário, 47,6% da amostra fazia uso da fossa artesanal, seguido pelo canal a céu aberto por 14,3% (Figura 8.3-435).

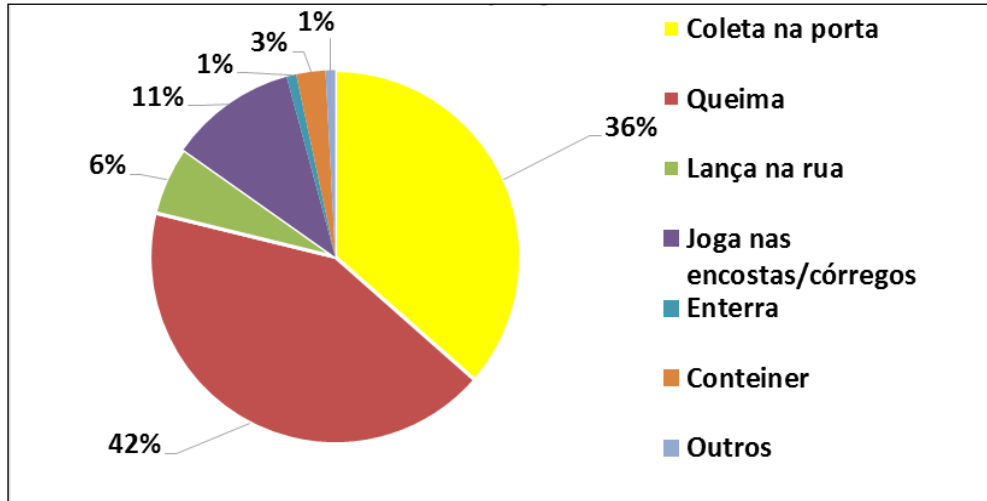


Figura 8.3-433. quanto à disposição do lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

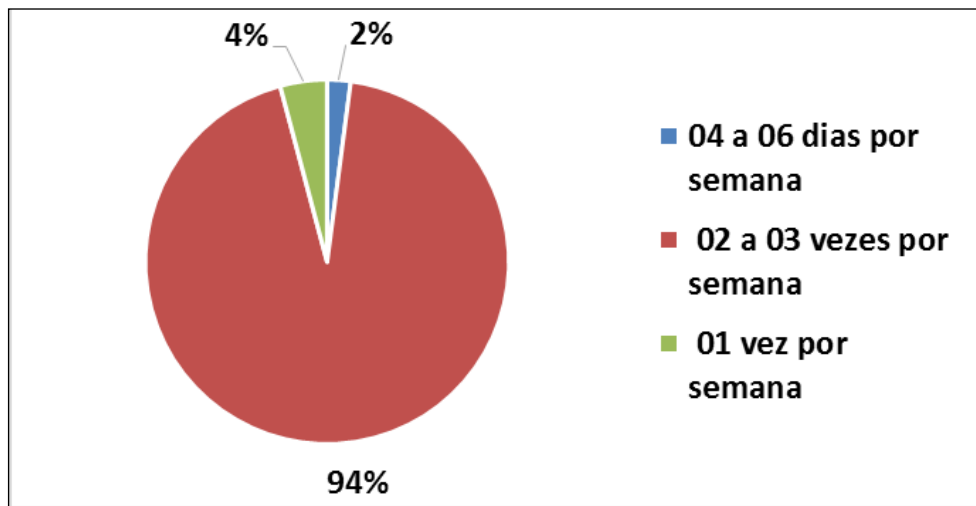


Figura 8.3-434. Frequência da coleta de lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

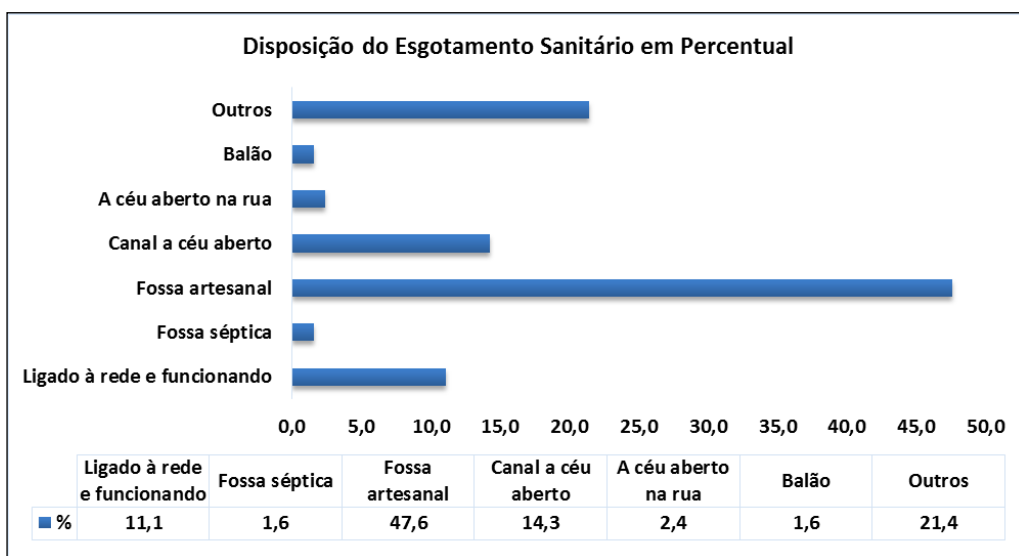


Figura 8.3-435. Disposição do esgotamento sanitário em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto às características das ruas onde os entrevistados residiam eram predominantemente de terra batida, com 51%. O asfalto era encontrado em apenas 19% das ruas onde o trabalho de campo em Mapele ocorreu. A constituição com paralelepípedos alcançava 20% (Figura 8.3-436). Segundo os entrevistados, 84% das ruas onde residiam não possuíam nenhum dispositivo de drenagem. Tais dispositivos só eram identificados em 15% ruas onde as residências estavam localizadas (Figura 8.3-437). Por fim, o reconhecimento da situação de ruas alagadas pelos entrevistados onde residiam alcançou 51%. A presença de poças após um evento chuvoso estava presente em 34% das respostas (Figura 8.3-438).

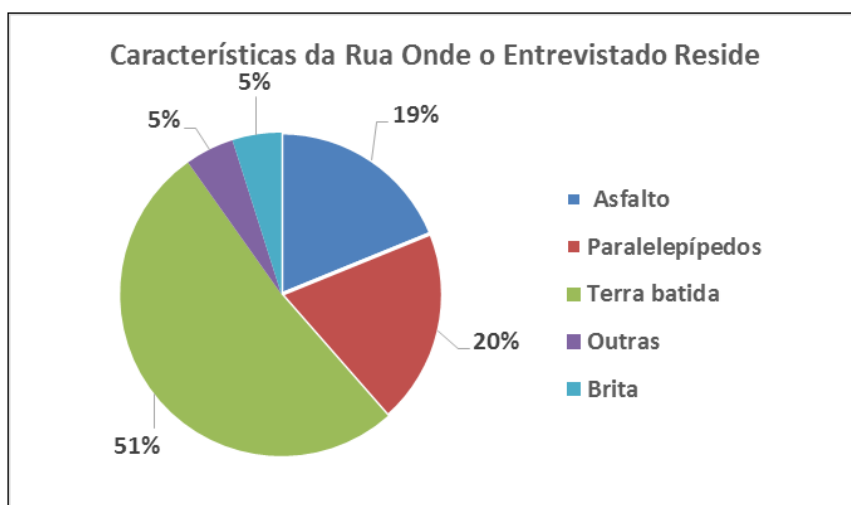


Figura 8.3-436. Características da rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

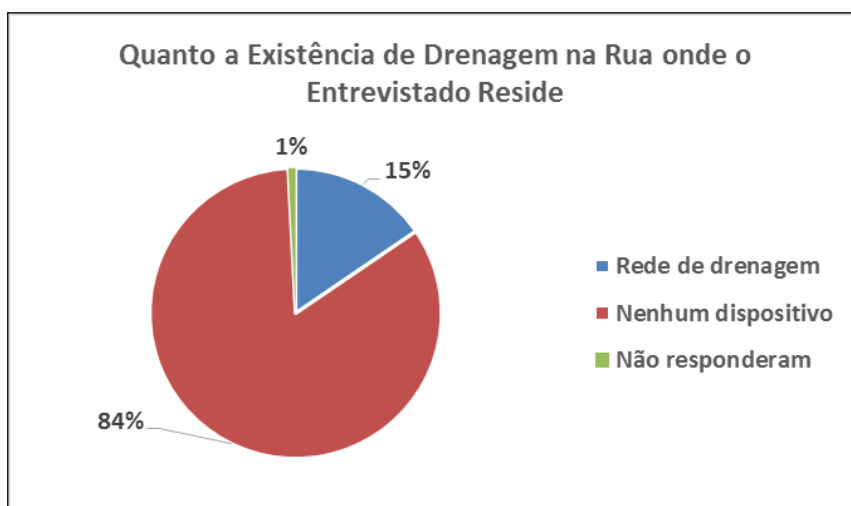


Figura 8.3-437. Quanto à existência de drenagem na rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

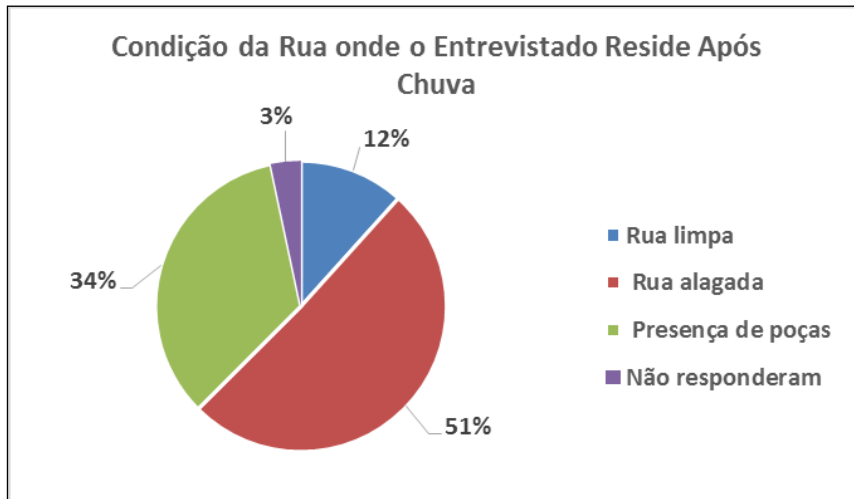


Figura 8.3-438. Condição da rua onde o entrevistado reside após chuva (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(ix) Calendário das principais manifestações culturais

Além das festas tradicionais reconhecidas popularmente na como São João em Junho, na comunidade destaca-se a Festa dos Pescadores realizada no mês de Julho, onde dentre as principais manifestações culturais, está o samba de roda.

(x) Políticas públicas sociais implementadas pelos governos federal, estadual e municipal acessadas pela comunidade;

As políticas públicas mais acessadas por aqueles que tinham rendimento oriundo da pesca eram notadamente o bolsa família e/o auxílio defeso. Em Mapele, o bolsa família, para aqueles que viviam exclusivamente da pesca, era recebido por cerca de 95,6% dos entrevistados.

(xi) Pontos de desembarques públicos e privados; acessos às áreas de pesca; e principais estruturas de apoio à atividade pesqueira presentes no município

O levantamento de campo, com suporte da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho não identificou nenhuma das estruturas solicitadas pelo TR em Mapele. As manutenções de equipamentos ligados a pesca e de propriedade dos pescadores (embarcações, petrechos, conservações da produção) são feitos de forma individual sem a contribuição de estruturas.

(xii) Frota pesqueira atuante, artes de pesca utilizadas e os principais recursos explotados

A posse da embarcação é de grande valia para o desenvolvimento da atividade pesqueira, principalmente para aqueles que fazem uso de apetrechos como redes de espera. É importante também porque permite o deslocamento para diversas áreas da região.

Contudo, após os levantamentos com dados secundários e as entrevistas qualificadas, não só nessa comunidade, mas no âmbito geral, a caracterização sobre a frota pesqueira mostra que a realidade dos pescadores e pescadoras artesanais da AID está baseada essencialmente em embarcações de pouca autonomia e que não permite a realização da atividade da pesca em grandes distâncias.

O acesso as embarcações, entenda-se a sua aquisição, é bastante custoso. E isso se refletiu na pesquisa, onde apenas 40% responderam possuir uma embarcação (Figura 8.3-439), ou seja, aproximadamente 40 de um total de 101 entrevistados. Para aqueles que detém uma embarcação, a canoa de remo é a mais popular, com 71% (Figura 8.3-440). A Catraia vem em segundo lugar com 10%. Percebe-se que as embarcações motorizadas ainda estão distantes de muitos dos pescadores artesanais de Mapele, com um total de 10%.

De acordo com os pescadores artesanais entrevistados em Mapele e que são possuidores de embarcações, 47% tinham mais do que 6 metros de comprimento (Figura 8.3-441). As demais somaram 53%, cujo comprimento variava, abaixo de 4,3 metros até 6 metros de comprimento. Apesar da enorme vantagem, principalmente quanto a sua durabilidade, as embarcações com casco de fibra de vidro eram apenas 6% (Figura 8.3-442). As respostas sobre o tipo de motor utilizados nas embarcações de mapele, durante o trabalho de campo, não puderam ser mensuradas pela aplicação dos questionários devido as dificuldades de se encontrar os pescadores proprietários dos barcos disponíveis no momento da pesquisa, já que a motorização nas embarcações abrangia um número muito baixo no total da amostra (8 embarcações)

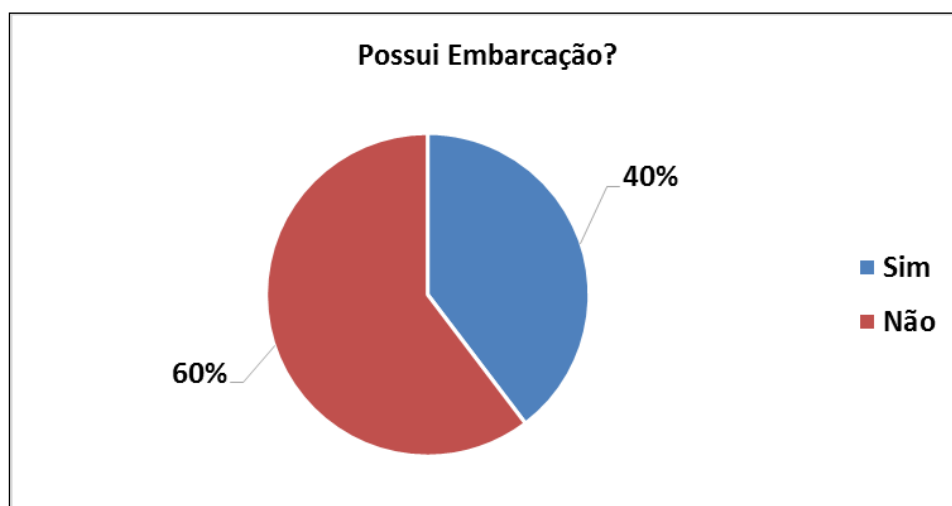


Figura 8.3-439. Possui embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

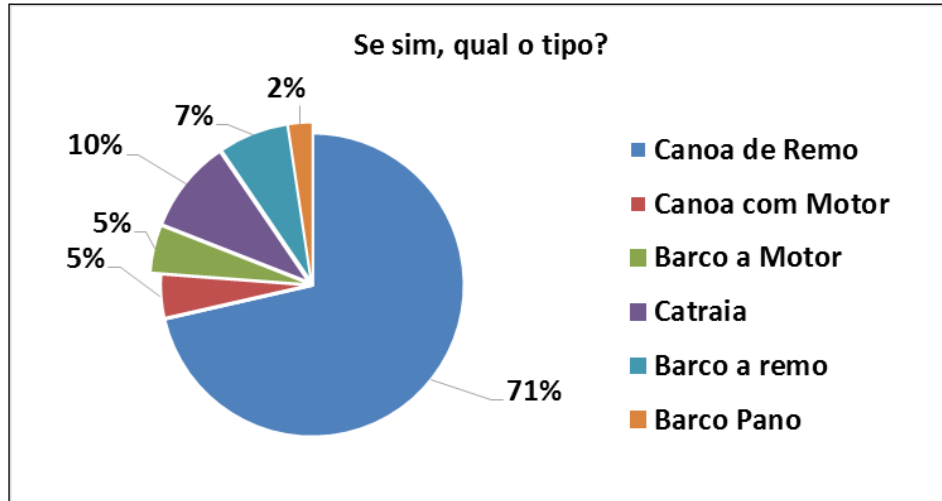


Figura 8.3-440. Se sim, qual o tipo? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

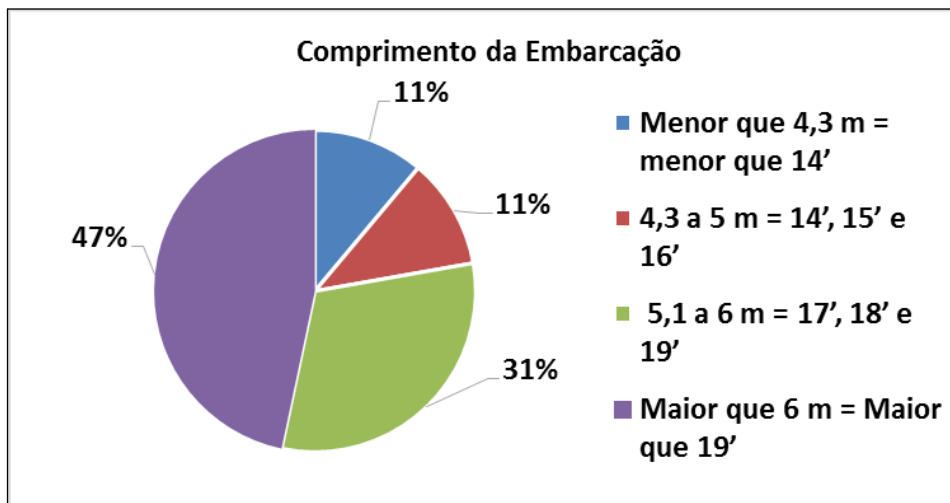


Figura 8.3-441. Comprimento da embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

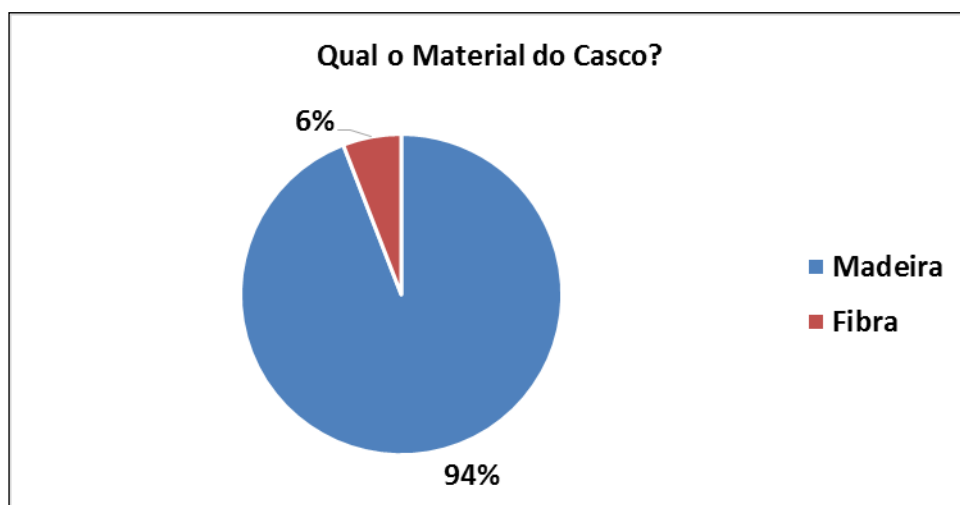


Figura 8.3-442. Qual o Material do Casco? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A conservação dos pescados obtidos pelos pescadores artesanais da comunidade de Mapele era realizada por 93% das pessoas entrevistadas (Figura 8.3-443). Os que responderam quanto a existência da conservação, este é feito principalmente pelo processo de congelamento (Figura 8.3-444). Quanto ao local onde era feito a conservação, a residência do pescador e pescadora artesanal, era o local com maior representatividade. Segundo a aplicação dos questionários, esse índice era de 95%. A conservação do pescado na Colônia de Pescadores foi citada por apenas 2% dos entrevistados, embora esse fato gere alguma confusão, pois como já foi informado ao longo do diagnóstico, a Colônia de Pescadores de Simões Filho encontrava-se desativada (Figura 8.3-445).



Figura 8.3-443. Pratica algum tipo de conservação do pescado? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

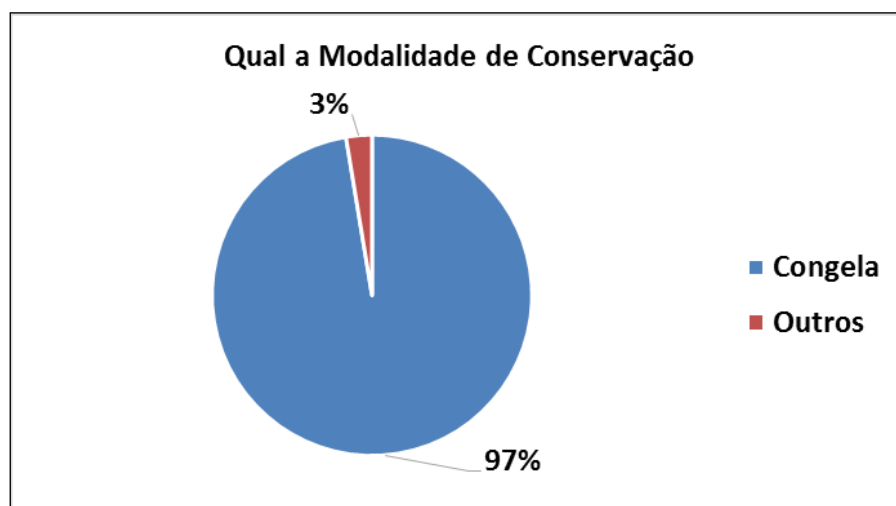


Figura 8.3-444. qual a modalidade de conservação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

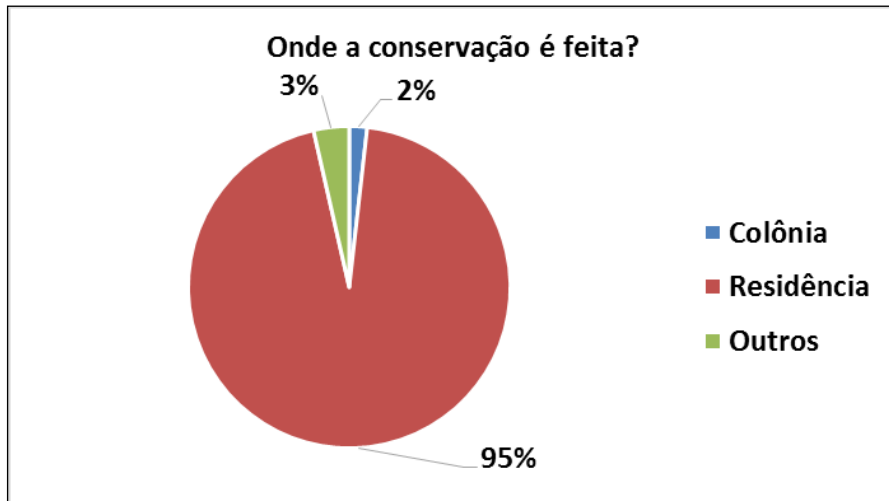


Figura 8.3-445. Onde a conservação é feita? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(xiii) Relações de propriedade dos meios de produção, formas de partilha, divisão do trabalho e remuneração na pesca artesanal; produção, políticas públicas, relação cultural, social e econômica com outras comunidades

A atividade pesqueira artesanal padece de incentivos que permitam uma melhor condição para quem sobrevive dessa atividade. Isso fica demonstrado na Figura 8.3-446, onde segundo a visão dos entrevistados, 80% informaram não haver incentivo pra atividade. Os que citaram quanto a existência de incentivo (20%), lembraram os programas existentes para aquisição de embarcações, mas que funcionam como grande dificuldade. Assim, de maneira geral, como não existem incentivos para pesca artesanal, não foram identificados conflitos entre os que exercem a atividade e outras comunidades, pelo contrário, a interação entre as comunidades permite disseminar o conhecimento e condições dos locais de pesca. Isso pode ser percebido a partir dos locais de pesca em comum apontado para a prática da atividade envolvendo as demais comunidades.

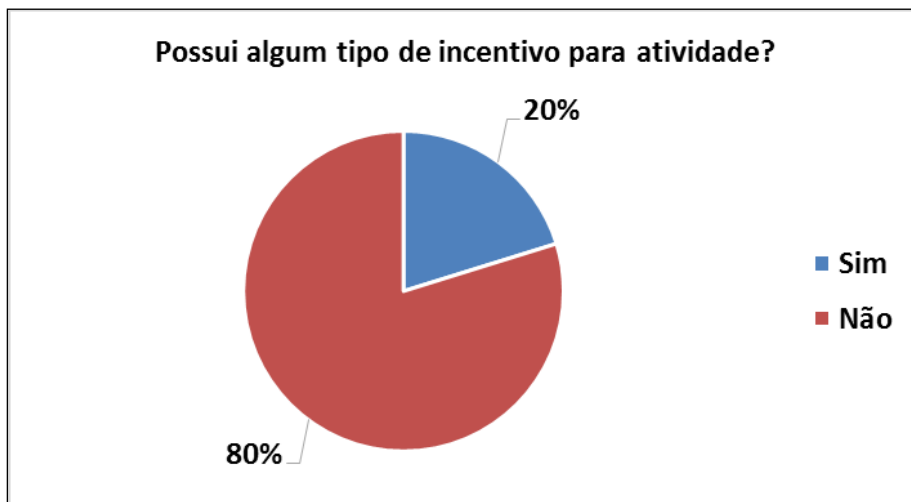


Figura 8.3-446. Possui algum tipo de incentivo para atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o destino da produção do pescado para os pescadores artesanais de Mapele, a feira livre aparecia como principal opção para 51%, seguido pela venda na residência com 29%. A comercialização fora do município de Simões Filho foi citada por 6% dos entrevistados (Figura 8.3-447).

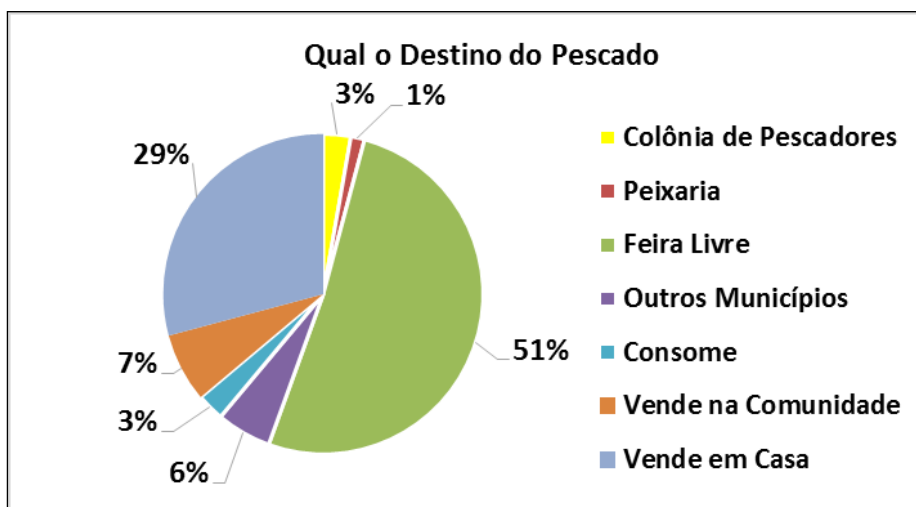


Figura 8.3-447. Qual o Destino do Pescado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A atividade da pesca e/ou mariscagem é um trabalho que se desenvolve em cima de uma relação social bastante pujante. O envolvimento de terceiros para o trabalho é uma forma de economia no custeio como o aluguel de barcos, etc. Segundo o trabalho de campo em Mapele, 52% realizava a pesca artesanal com amigos. A presença de familiares ocorria em 35% dos casos (Figura 8.3-448).

Em apenas 10% dos casos foi apontado a existência de algum tipo de remuneração para as pessoas que participavam do momento da pesca. Essa remuneração, conforme a Figura 8.3-449, ela se dá

pela partilha do pescado em 98% dos casos, e em apenas 2%, através de alguma remuneração financeira (Figura 8.3-450).

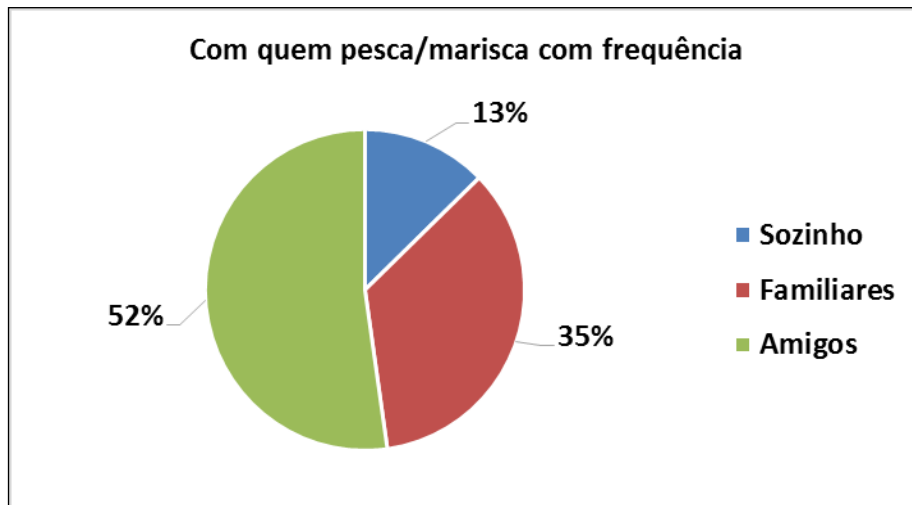


Figura 8.3-448. Com quem pesca/marisca com frequência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

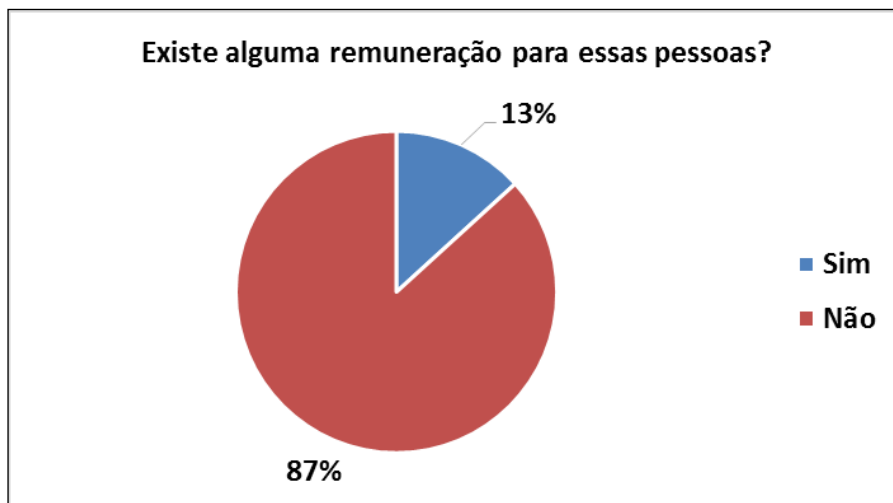


Figura 8.3-449. Existe alguma remuneração para essas pessoas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

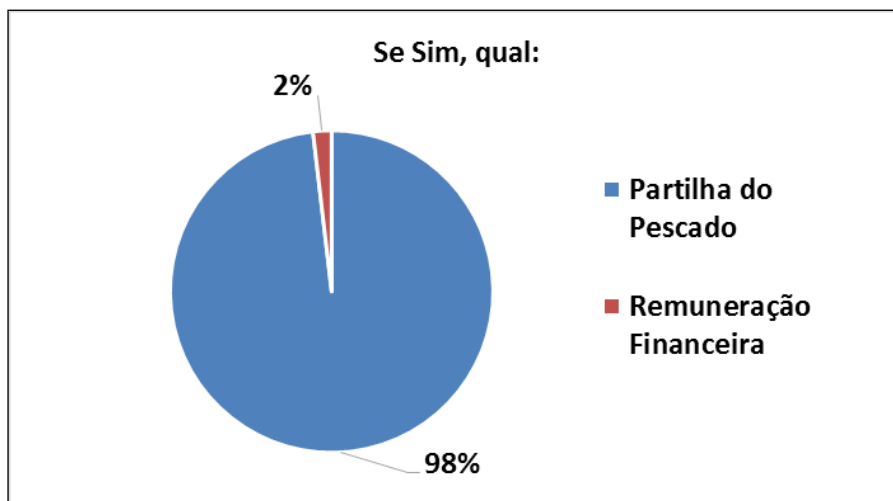


Figura 8.3-450. Se Sim, qual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Por fim, em relação ao rendimento da pesca artesanal para aqueles que declararam os valores durante o trabalho de campo, na comunidade de Mapele, o valor médio alcançado foi de R\$ 208,41.

8.3.8.2.2 Boca do Rio

Remanescentes das fazendas desapropriadas para implantação do Porto de Aratu-Candeias (Figura 8.3-17), a comunidade de Boca do Rio conta com nove domicílios, onde se distribuem seis unidades familiares, provenientes de um mesmo clã. Verifica-se que as unidades domiciliares são utilizadas tanto para moradia permanente quanto para veraneio, essa última função em menor escala.



Figura 8.3-451. Comunidade de Boca do Rio, fotos de “a” a “c” (Fonte: Bourscheid, 2014).

A comunidade, que está situada dentro da área do Porto, é habitada por 17 pessoas (Figura 8.3-452, e Apêndice 8.36). Segundo moradores, estão lá há mais de 100 anos. Ainda segundo moradores, algumas famílias que moravam lá foram indenizadas e deixaram a localidade, sendo que alguns expropriados no período de implantação do Porto de Aratu-Candeias, outros quando da implantação, mais recente, da Braskem, unidade industrial que faz limite com a comunidade. Entretanto, alguns, os que permanecem, não concordaram com a indenização e continuam residindo na área (CODEBA, 2012).



Figura 8.3-452. Comunidade da Boca do Rio ou Ponta da Lage (área em laranja) inserida na área do Porto de Aratu/Candeias (UTM: 555194 / 8586720) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).

Foram aplicados um total de 3 questionários nas residências de pescadores e pescadoras artesanais nessa comunidade. Para facilitar a compreensão do texto a pedido do TR, os itens serão organizados de acordo com a descrição do documento. Antes será apresentado um perfil inicial dos entrevistados em Boca do Rio.

No tocante as entrevistas com os pescadores e pescadoras artesanais em Boca do Rio, o resultado apontou que relação ao sexo dos entrevistados, 33% eram do gênero feminino e 67% masculino (Figura 8.3-453). Quanto a situação desse entrevistado frente ao Chefe da Família, 100% eram classificados como Chefe de Família.

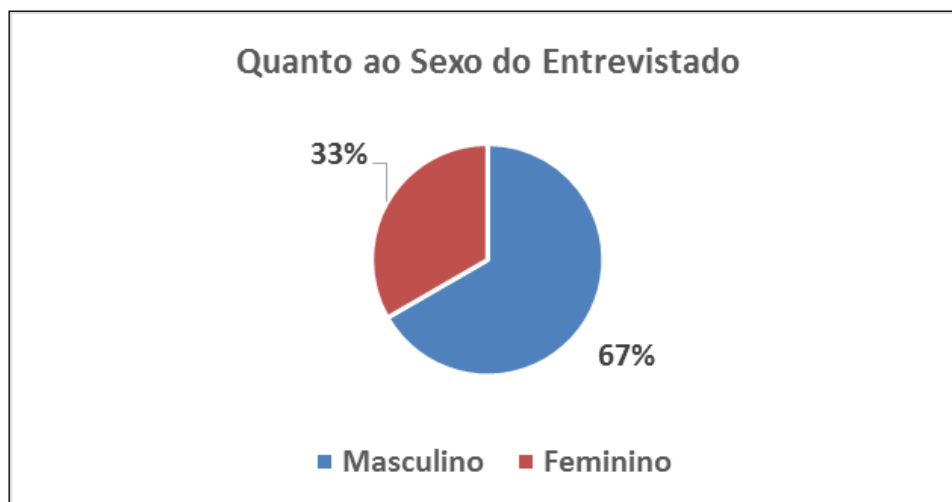


Figura 8.3-453. Quanto ao sexo do entrevistado em Boca do Rio (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre os aspectos de migração ou moradia na referida comunidade, o levantamento mostrou que 100% dos chefes de família sempre residiram no local e a mais de 20 anos estão estabelecidos ali.

(i) *Pesqueiros e Rotas utilizadas, e sua frequência no calendário anual da pesca*

Quanto aos pescadores e rotas utilizadas, o Mapa das Rotas de Pescadores Boca do Rio (Apendice 8.32) elaborado a partir das respostas dos questionários mostra algumas das rotas citadas.

Em relação a atividade pesqueira, ponto fundamental da aplicação dos questionários, quanto ao tempo em que já exercia a atividade de pesca, 100% a praticava a mais de 20 anos.

A periodicidade da atividade durante a semana é feita na sua maioria em 4 a 6 ocasiões (67%) (Figura 8.3-454). O turno da manhã era o período preferido por 50% dos entrevistados que responderam à pesquisa, seguido da noite com 33% (Figura 8.3-455). O trabalho de pesca é algo que demandava, segundo 100% dos entrevistados, um período de 5 a 7 horas de dedicação.

Sobre o período do ano em que a pesca era mais desenvolvida, o verão foi citado por 60% dos entrevistados. O período de inverno nas proximidades da Baía de Todos os Santos, conseqüentemente na Baía de Aratu está sujeito a um clima mais chuvoso, criando dificuldades para a coleta de mariscos ou a navegação (Figura 8.3-456).

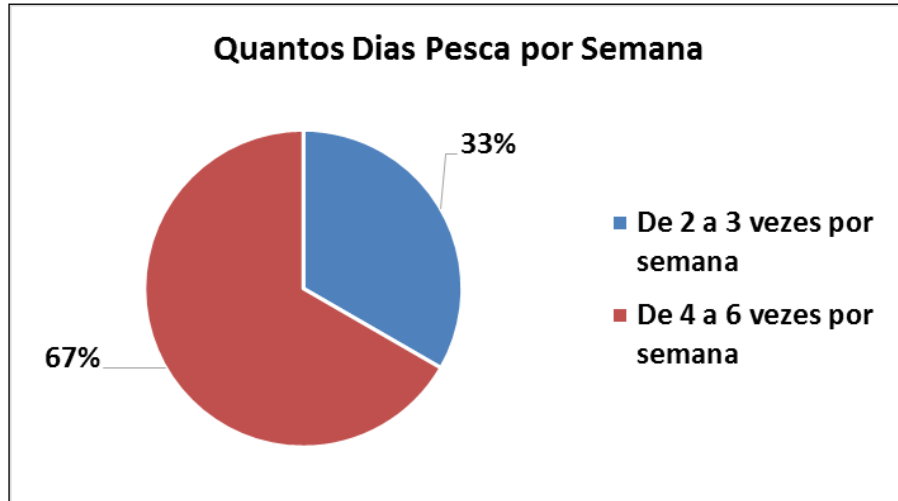


Figura 8.3-454. Quantos dias pesca por semana (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

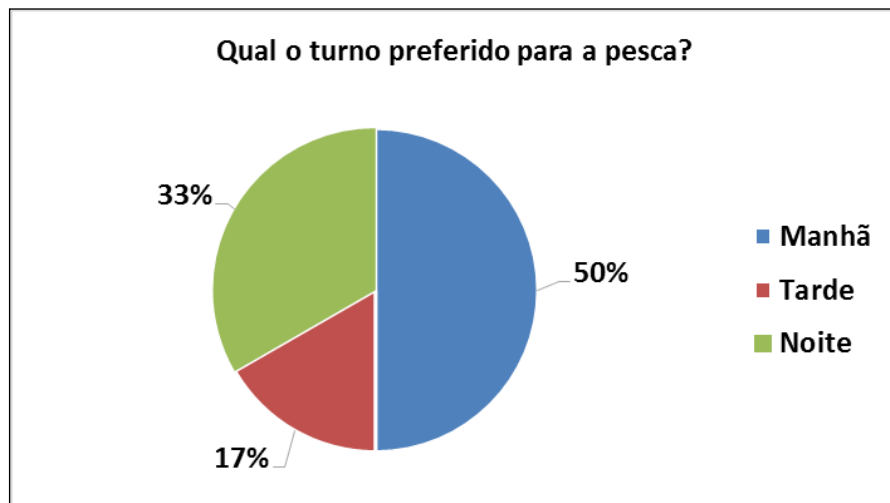


Figura 8.3-455. Qual o turno preferido para a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

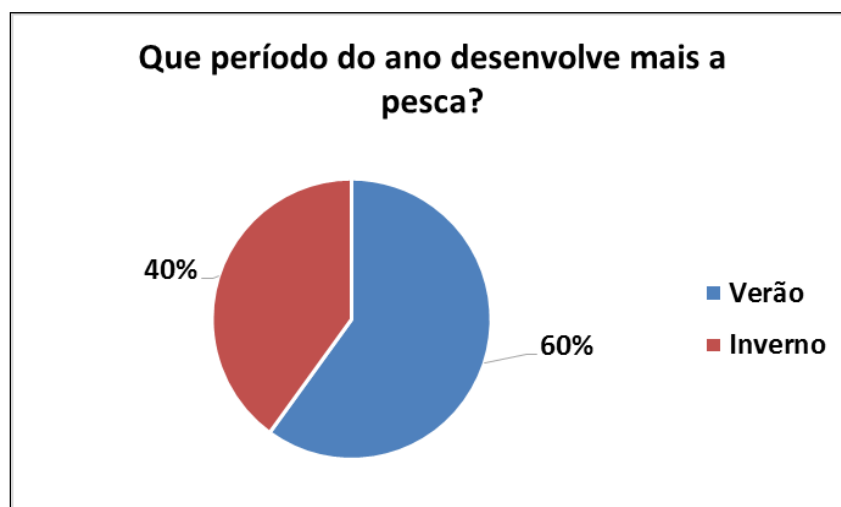


Figura 8.3-456. Que período do ano desenvolve mais a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Esse fato pode ser comprovado na Figura 8.3-457, onde os índices mais elevados de trabalho na pesca ocorrem a partir de novembro segundo os pescadores artesanais de Boca do Rio. A distância percorrida do local de moradia até o ponto de pesca para 100% dos entrevistados era de menos de 1 km. A pesquisa entre os pescadores e pescadoras artesanais de Boca do Rio revelou também que o deslocamento é realizado principalmente através de embarcação (67%) (Figura 8.3-458).

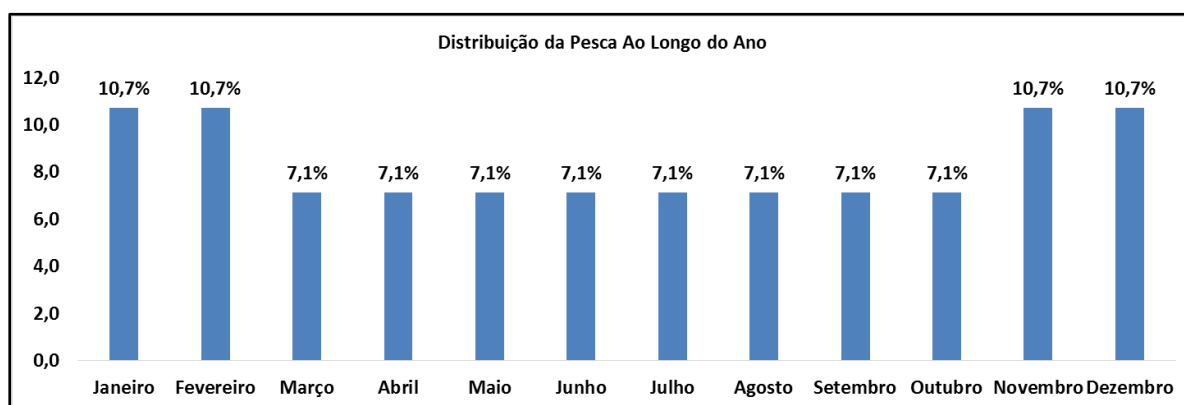


Figura 8.3-457. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Boca do Rio (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-458. Como faz esse deslocamento? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Dos entrevistados em Boca do Rio, 100% afirmaram não ter gastos para realizar o seu trabalho.

Ainda sobre a produção da atividade pesqueira, os entrevistados não conseguiram responder sobre o quantitativo de pescado ao longo de 1 mês, seja no inverno ou verão dificultando estabelecer, portanto, estatísticas da atividade desenvolvidas por eles.

Na Figura 8.3-459 e Figura 8.3-460, são demonstrados o quadro de captura das espécies mais importantes e menos importantes para os pescadores e pescadoras artesanais da comunidade de Boca do Rio frente ao período do ano, ou seja, verão e inverno.

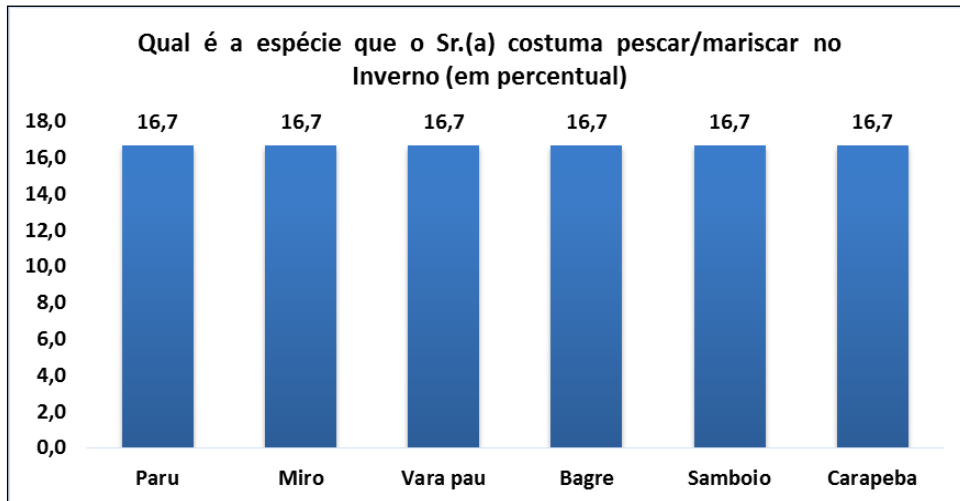


Figura 8.3-459. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no Inverno? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

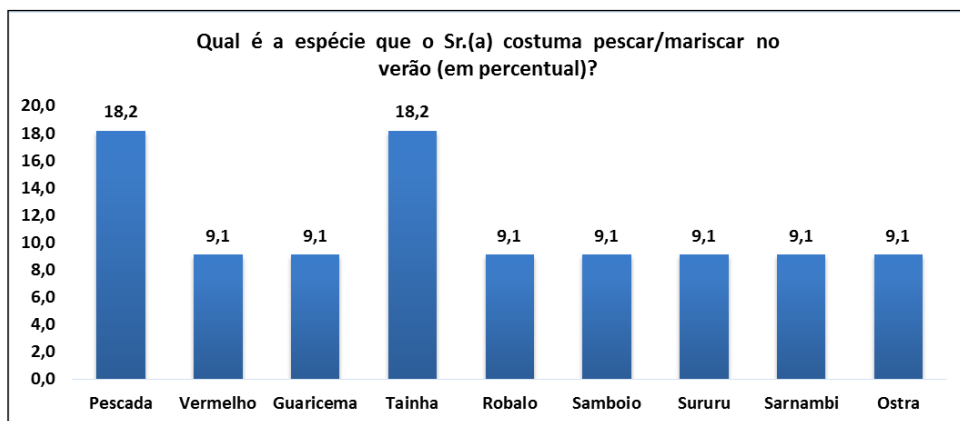


Figura 8.3-460. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no verão? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Segundo os entrevistados, as espécies citadas como o Paru, Vara Pau, Miró, Bagre, Carapeba eram as espécies mais coletada durante o inverno. No verão, o quadro apresenta a predominância das espécies Pescada e Tainha, citadas cada uma em 18,2% das ocasiões. Alguns mariscos também foram citados, dentre eles a ostra, o sururu e o sarnambi.

A captura de espécies está associada ao tipo de instrumento mais adequado para a atividade. Isso faz do quadro da pesca artesanal, extremamente ramificado quanto as técnicas que foram desenvolvidas pelas comunidades tradicionais. Apesar das dificuldades e visando o atendimento ao Termo de Referência emitido pelo IBAMA para produção desse diagnóstico, foi produzido um quadro geral envolvendo as espécies mais capturadas e o uso de equipamentos pelos pescadores e pescadoras artesanais de Boca do Rio (Tabela 8.3-51).

Tabela 8.3-51. Espécies coletadas por período e tipo de apetrecho segundo os pescadores de Boca do Rio (Fonte: Bourscheid, 2014).

Espécie	Espinhel		Colher		Mergulho		Faca		Rede de Espera		Grozeira	
	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I
Peguari					1	1						
Peixe	1	1							2	2	1	1
Sarnambi			1	1			1	1				

Legenda: V = Verão; I = Inverno; N = Não marcou nem inverno nem verão.

Questionados sobre os valores de venda de algumas espécies, os valores variavam de R\$ 10,00 até R\$ 18,00 o quilo. No Quadro 8.3-18 e na Figura 8.3-461 a seguir, estão as indicações das espécies e os custos mensurados de cada uma.

Quadro 8.3-18. Preços Médios de Espécies Coletadas pelos Entrevistados em Boca do Rio (Fonte: Bourscheid, 2014).

Espécie	Preço Médio
Robalo	18,00
Sururu	12,00
Vermelho	18,00
Bagre	12,00
Sarnambi	13,00
Pescada	18,00
Tainha	10,00
Arraia	10,00

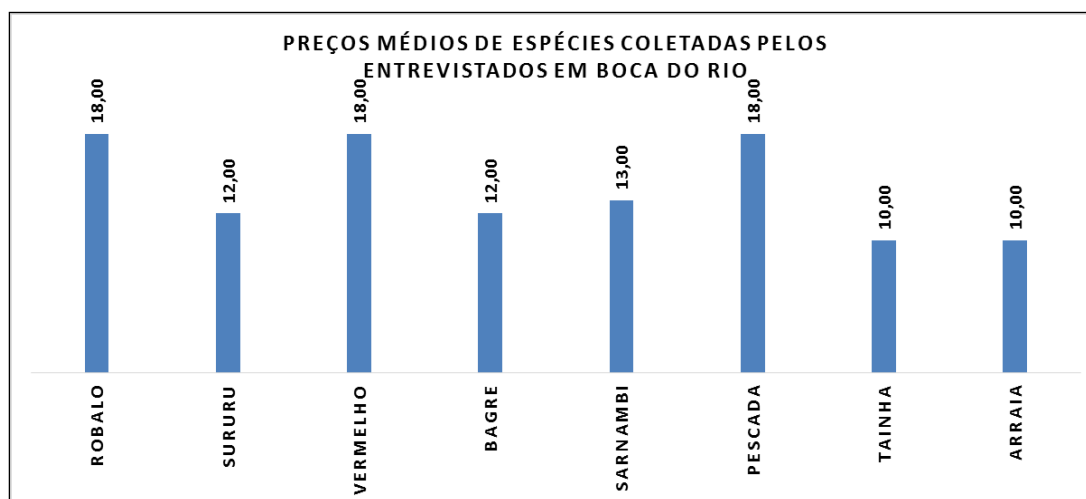


Figura 8.3-461. Preços Médios de Espécies Coletadas pelos Entrevistados em Boca do Rio (Fonte: Bourscheid, 2014).

Quanto aos locais de pesca, o trabalho de campo em Boca do Rio revelou que grande parte da atividade ocorre em áreas do município de Simões Filho (67%). O município de Candeias e suas

respectivas áreas eram as mais frequentadas em 33% das ocasiões, destacando-se a própria comunidade (Figura 8.3-462).

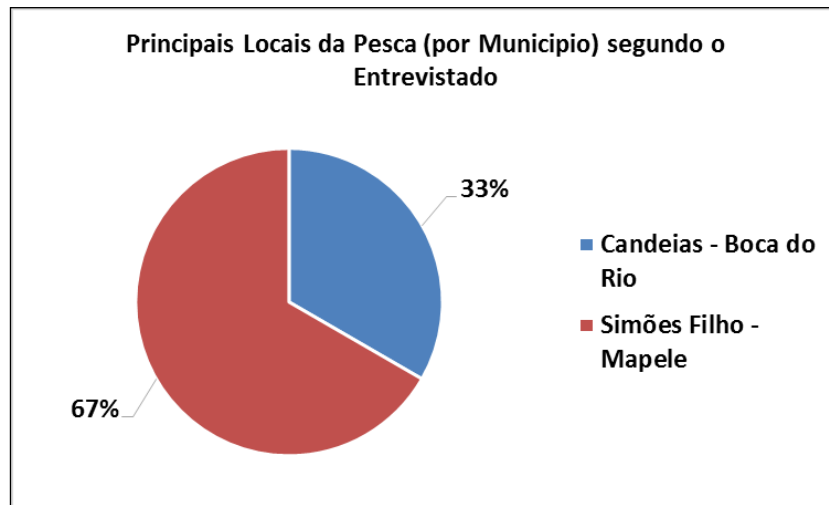


Figura 8.3-462. Principais locais da pesca (por município) segundo o entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(ii) O número total de pescadores – RGP e Seguro Defeso;

De acordo com a base de dados da Colônia de Pescadores de Candeias, cerca de 3 pessoas sobreviviam da atividade pesqueira na Boca do Rio.

Segundo os dados da pesquisa junto aos pescadores artesanais de Boca do Rio, 67% tinham o registro geral da pesca, o que credencia o seu portador e uma série de benefícios sociais da esfera federal (Figura 8.3-463). O recebimento do auxílio-defeso, entretanto só era alcançado por 33% (Figura 8.3-464).

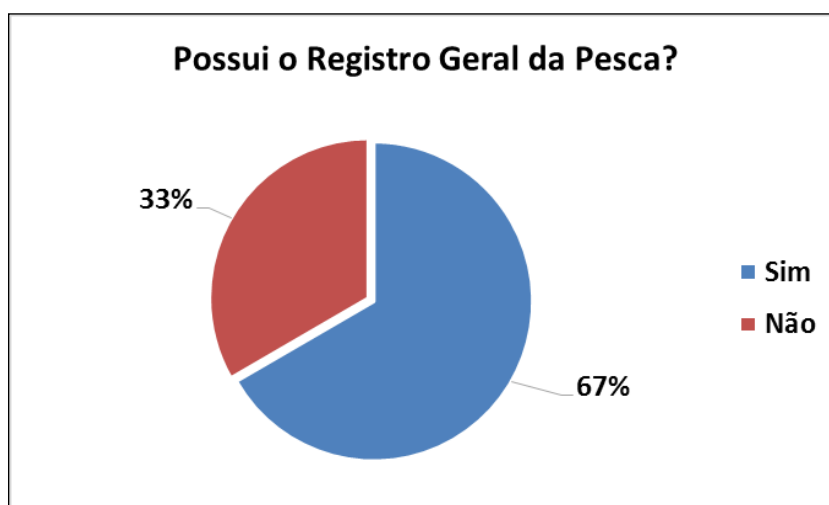


Figura 8.3-463. Possui o registro geral da pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

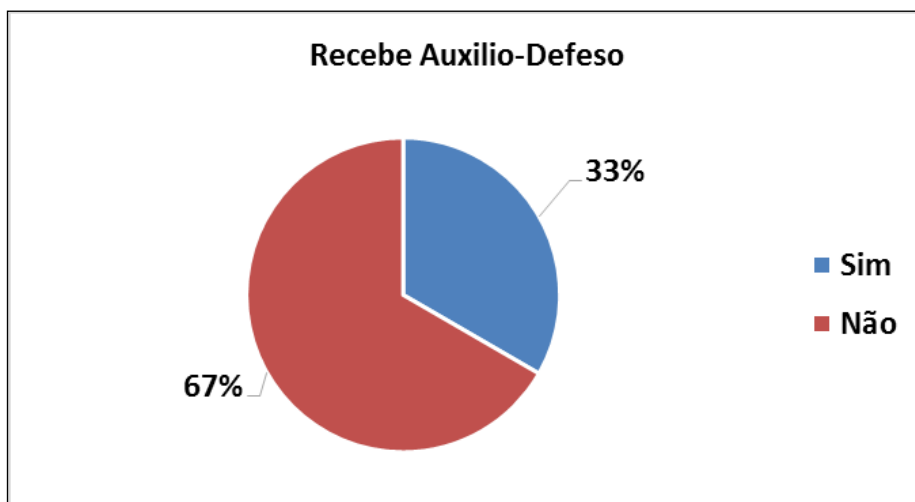


Figura 8.3-464. Recebe auxílio-defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(iii) Número total de famílias residentes

De acordo com a aplicação dos questionários, a amostra relativa a comunidade da Boca do Rio identificou que das 3 entrevistas, 2 famílias viviam exclusivamente da pesca, enquanto 1 tinha a pesca como atividade secundária. Para a delimitação dessas classificações considerou que a existência de pelo menos um membro familiar possuísse renda não vinculada a atividade pesqueira seria condição para que a pesca não fosse a principal forma de sobrevivência (ver Tabela 8.3-52).

Tabela 8.3-52. Famílias que vivem exclusivamente da pesca e as que tem a atividade como secundária de acordo com a aplicação dos questionários. Fonte: Bourscheid, 2014

Comunidade (AID)	Famílias que vivem exclusivamente da pesca pela aplicação dos questionários	Famílias que tem a pesca como atividade secundária pela aplicação dos questionários
Boca do Rio	2	1

(iv) Principais ecossistemas acessados para subsistência, outras atividades produtivas e de lazer da comunidade;

A realização de outra atividade durante o período do defeso para quem recebia o benefício não encontrava prática entre os entrevistados. Quanto aos ecossistemas acessados para subsistência, principalmente a pesca, está basicamente centralizado em Mapele e na própria comunidade.

O principal mecanismo de lazer desenvolvido pelos entrevistados está associado as visitas aos parentes e amigos para 28% (Figura 8.3-465). A utilização da praia e o uso da televisão representaram cada um, 27%. Os pescadores artesanais de Boca do Rio informaram que 100% do lazer é desenvolvido na própria comunidade.

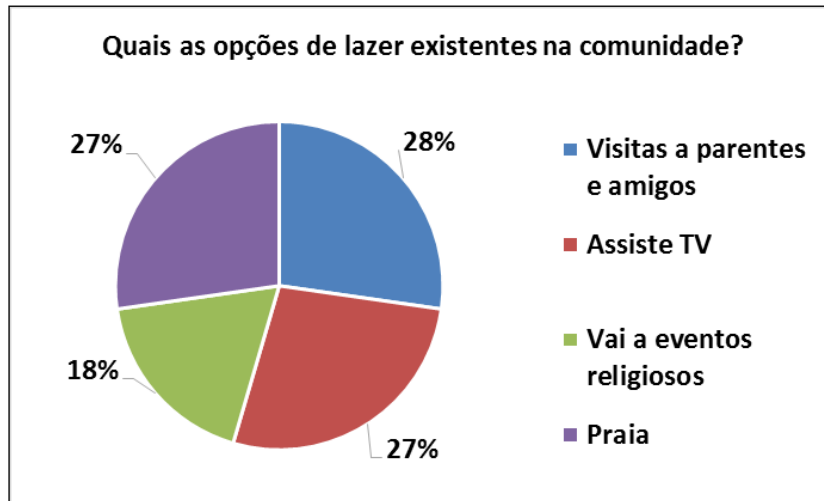


Figura 8.3-465. Quais as opções de lazer existentes na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(v) Número médio de integrantes das famílias, distribuição por gênero, idade e ocupação e a renda média mensal per capita

Em relação aos demais integrantes da família dos entrevistados em Boca do Rio, o trabalho de campo mostrou que a família era composta de 43% de mulheres e 57% de homens (Figura 8.3-466).

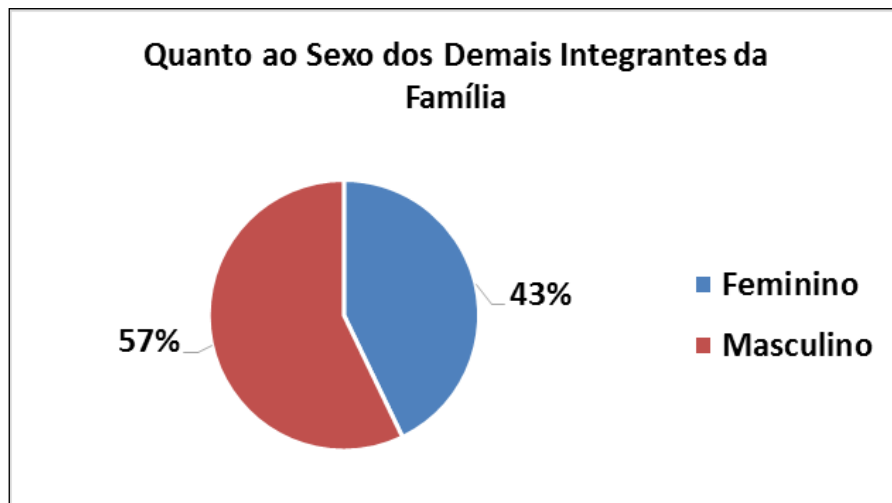


Figura 8.3-466. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto a idade dos membros familiares, a aplicação de questionário junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Boca do Rio, resultou na seguinte situação (Figura 8.3-467): as classes com maiores percentuais de pessoas eram aquelas que concentravam a faixa etária entre 19 a 30 anos de idade e acima de 61 anos. Cada uma dessas representou 21,4%. Logo a seguir, com 14,3% cada, os membros das famílias com idade até 5 anos e entre 11 a 18 anos. O percentual de pessoas com idade até 18 anos, atingiu um total de 35,7% da população pesquisada.

Em relação ao chefe da família, os demais membros das famílias entrevistadas em Boca do Rio, eram 21,4% de filhos ou filhas. Os esposos, esposas, companheiros ou companheiras alcançaram 21,4% do total (Figura 8.3-468). Predominava dentro das famílias de pescadores e pescadoras artesanais de Boca do Rio, o estado civil de amigado (a), com 58%. Aqueles que eram considerados solteiros representaram 42% do total (Figura 8.3-469).

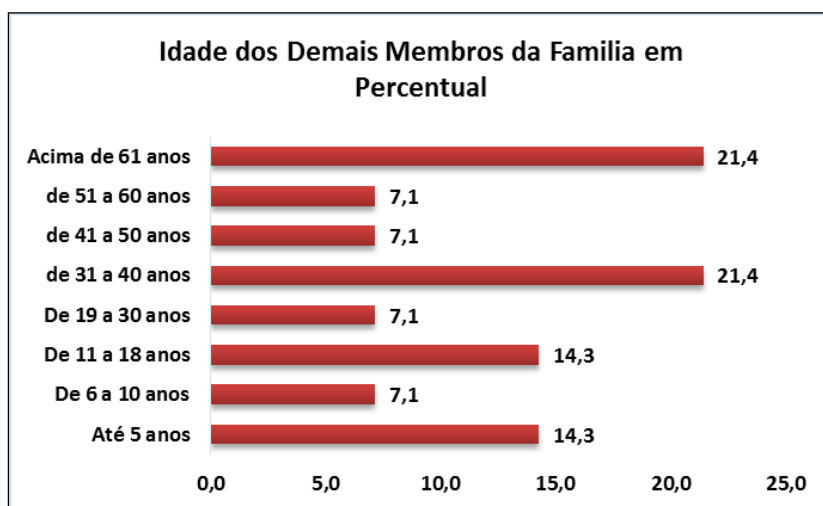


Figura 8.3-467. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

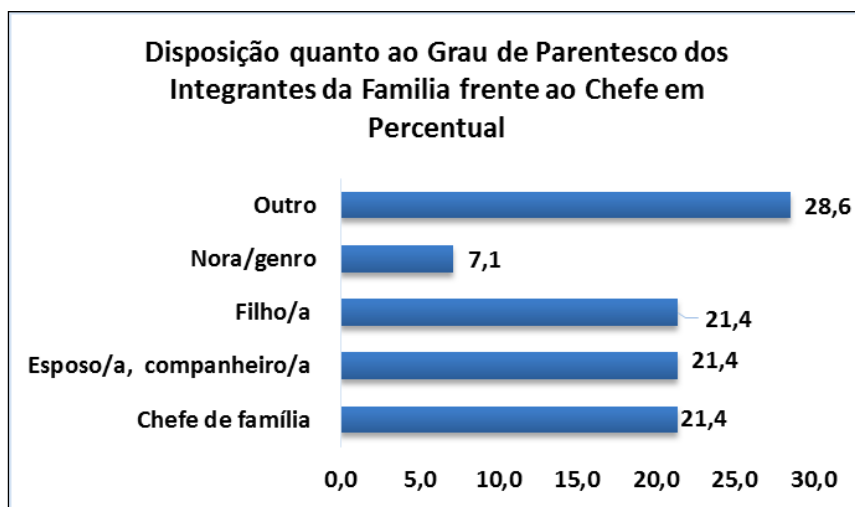


Figura 8.3-468. Disposição quanto ao grau de parentesco dos integrantes da família frente ao chefe em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

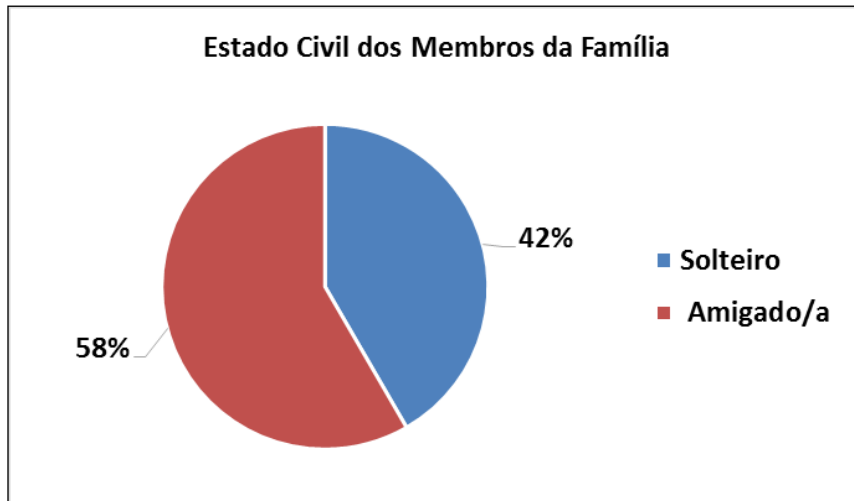


Figura 8.3-469. Estado civil dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Durante o trabalho de campo, foi pesquisada a situação ocupacional dos membros da família do pescador ou pescadora de Boca do Rio. Nota-se na Figura 8.3-470 que a formalização do trabalho alcança um total de 25% da população, ou seja, aqueles que possuem emprego com carteira assinada.

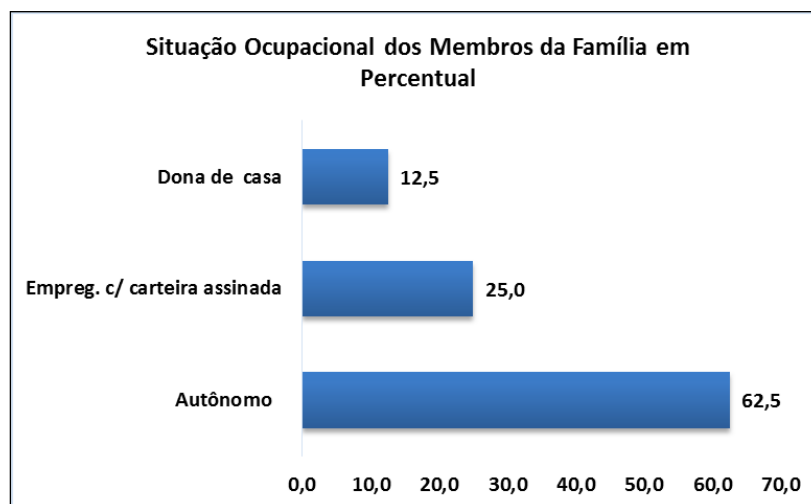


Figura 8.3-470. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto ao local de desenvolvimento da atividade, o trabalho de campo realizado junto aos pescadores/pescadoras de Boca do Rio identificou que, dos familiares que eram considerados autônomos, 100% desenvolviam sua atividade no próprio domicílio.

A aplicação dos questionários mostrou que aqueles que tinham a profissão de pescador e marisqueira representaram 50% do total. Quanto a ocupação exercida no período da pesquisa pelos

membros familiares, os maiores destaques eram aqueles ligados a atividade da pesca artesanal. No âmbito desse grupo, 37,5% dos membros familiares estavam ligados a esse tipo de atividade (Figura 8.3-471 e Figura 8.3-472).

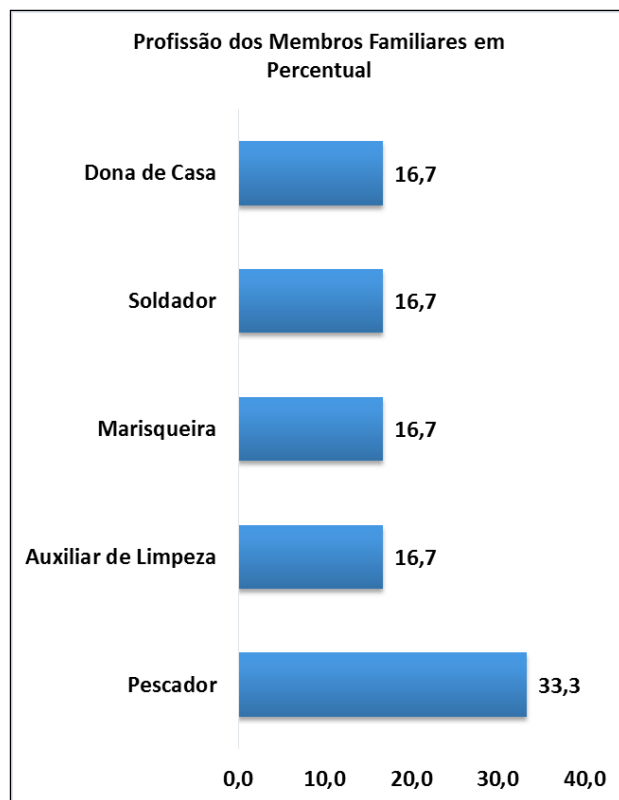


Figura 8.3-471. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

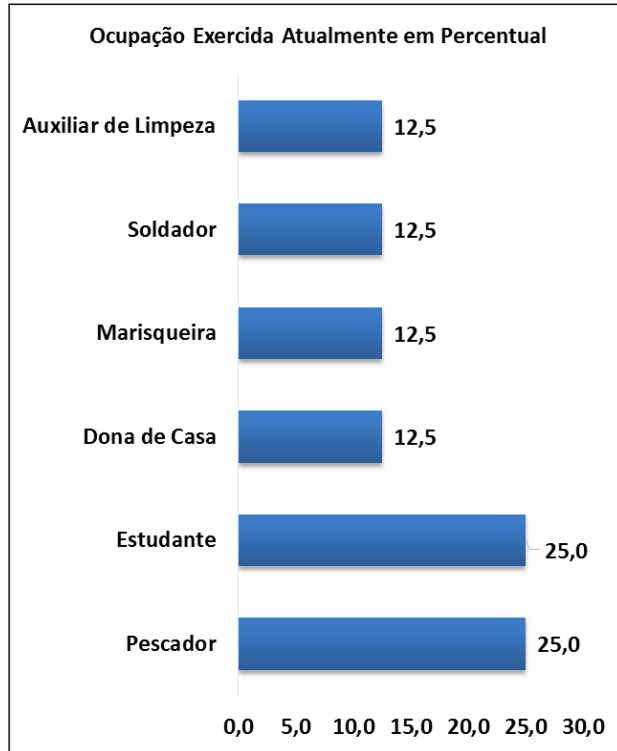


Figura 8.3-472. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o local de trabalho daqueles que desenvolviam atividades remuneradas, a residência era o principal local para 60%. A empresa pública representou 40% da amostra (Figura 8.3-473).

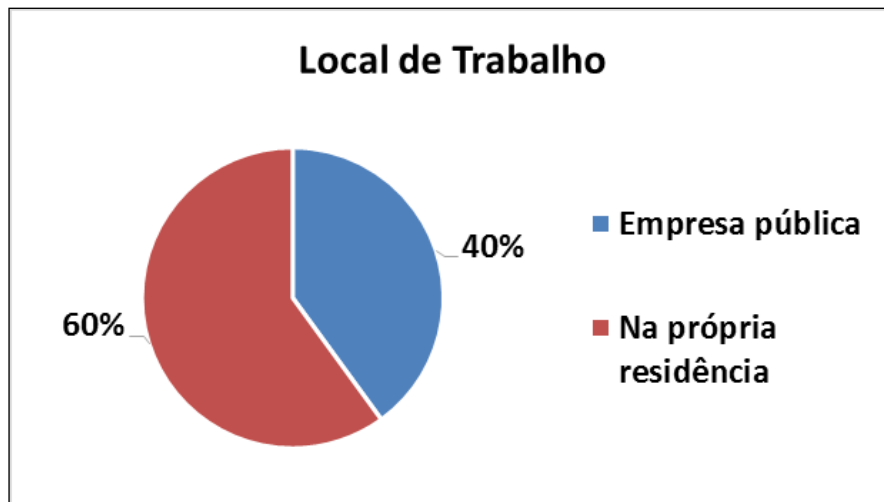


Figura 8.3-473. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aos rendimentos oriundos da ocupação principal desenvolvida pelos membros familiares das residências pesquisadas em Boca do Rio, 50% recebiam até dois salários mínimos e os demais 50% de 3 até 5 salários mínimos (Figura 8.3-474).

Sobre a existência de uma outra fonte de renda na família, os que declararam sim quanto ao recebimento, o Bolsa Família estava presente em 50% das situações (Figura 8.3-475). Essas rendas secundárias também apresentavam baixos valores no âmbito geral. Somando as classes até 1 salário mínimo, esse percentual englobava 50% daqueles que possuíam outra fonte de renda (Figura 8.3-476).

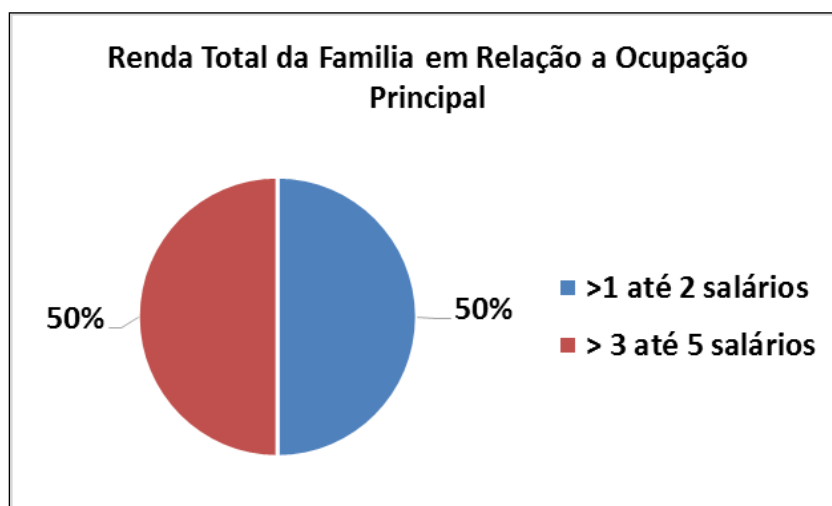


Figura 8.3-474. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

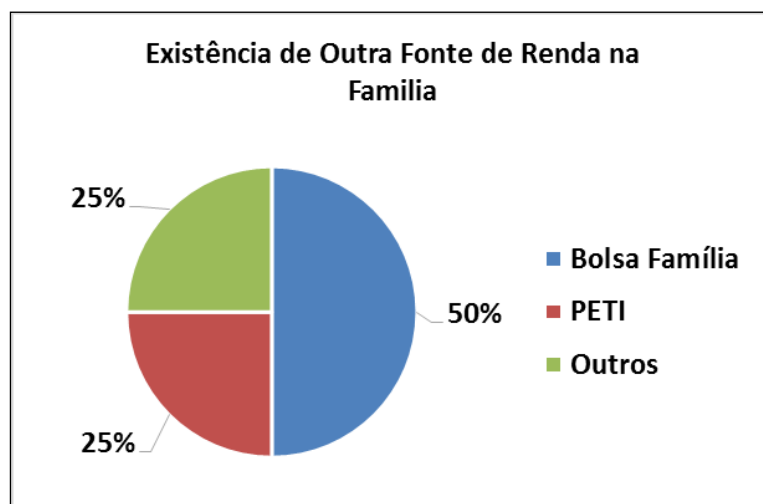


Figura 8.3-475. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

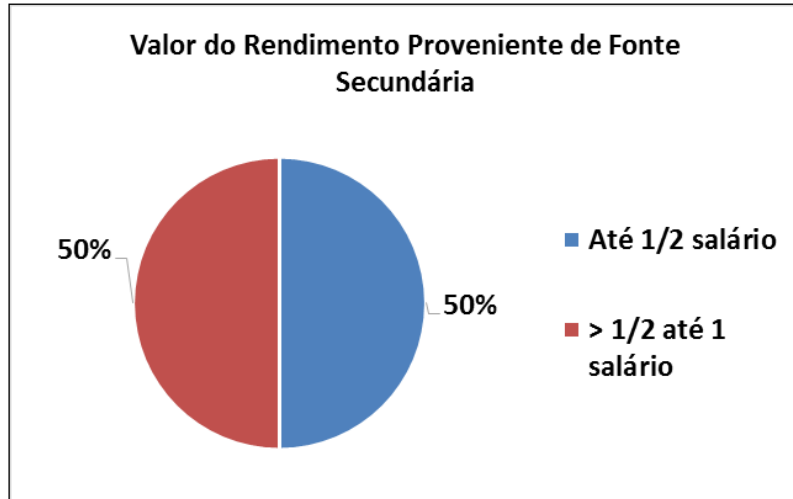


Figura 8.3-476. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(vi) Infraestrutura e serviços básicos de saúde, educação, cultura e transporte na comunidade

Não existem estrutura para atendimento aos serviços básicos, por estarem inseridos na área do Porto de Aratu. Não existem, portanto, escolas ou postos de saúde. As demandas quanto a esses itens tendem a ser suprimidos nas comunidades mais próximas como Caboto. O deslocamento de membros da Comunidade da Boca do Rio é feito a partir de caronas junto a prestadores de serviços entre os terminais que possibilitam que esses moradores consigam acessar a BA-524 para fins de acesso a transporte público que chega ou parte de Caboto.

Quanto aos aspectos educacionais, a pesquisa com os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade de Boca do Rio e seus familiares mostra um quadro de pouca escolaridade. A Figura 8.3-477, produto dos questionários aplicados, apresenta um quadro de taxa de analfabetismo de 7% no total de pessoas. O grau de escolaridade mais elevado era o nível médio completo, onde apenas uma parte, 29%, estava nessa categoria.

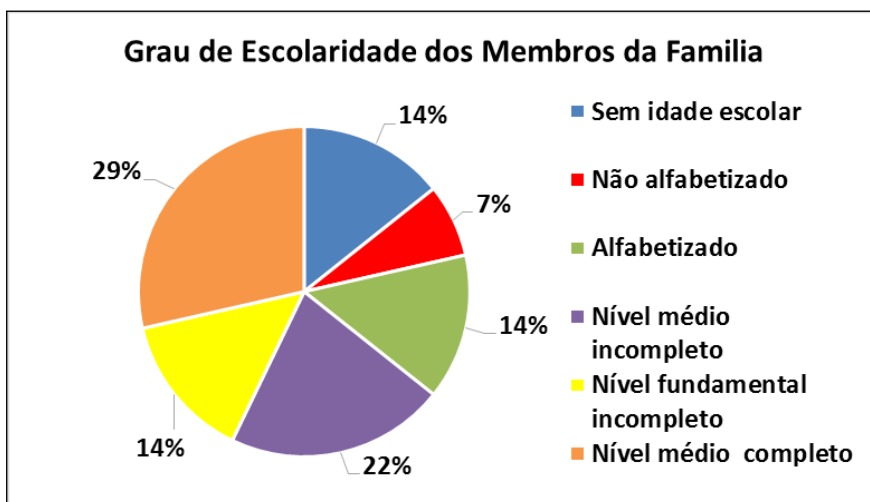


Figura 8.3-477. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A pesquisa averiguou qual o percentual de pessoas que constituem a família dos pescadores e pescadoras artesanais de Boca do Rio que ainda estão estudando. Do total, apenas 25% ainda encontram-se em frequência escolar. Um elevado percentual da amostra, 75%, não frequentava mais a escola (Figura 8.3-478).

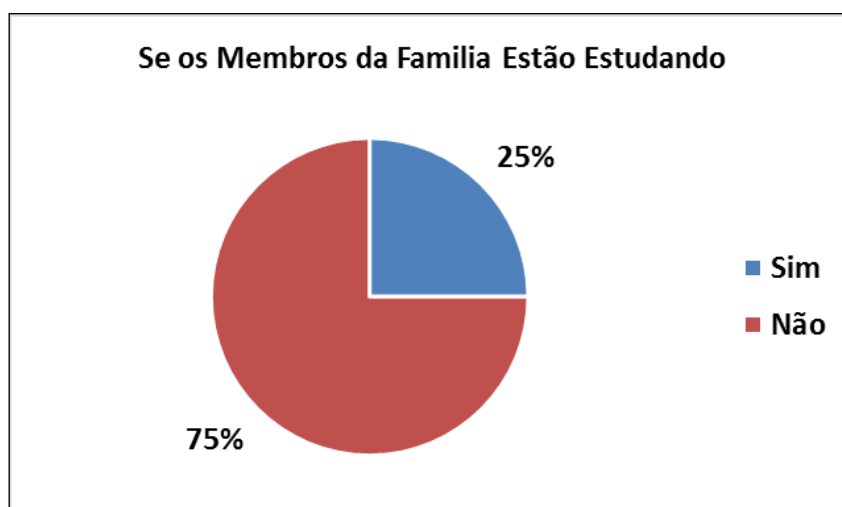


Figura 8.3-478. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os aspectos de saúde também foram auferidos pela pesquisa, basicamente quanto aos tipos de doenças registrados nos últimos 12 meses na família e se houve a realização de algum exame preventivo por parte do entrevistado (Figura 8.3-479).

Destacava-se entre o público feminino, a gripe. Entre o público masculino, a pesquisa também registrou que daqueles que foram acometidos nos últimos 12 meses por alguma doença, foi registrado o caso de infarto do coração.

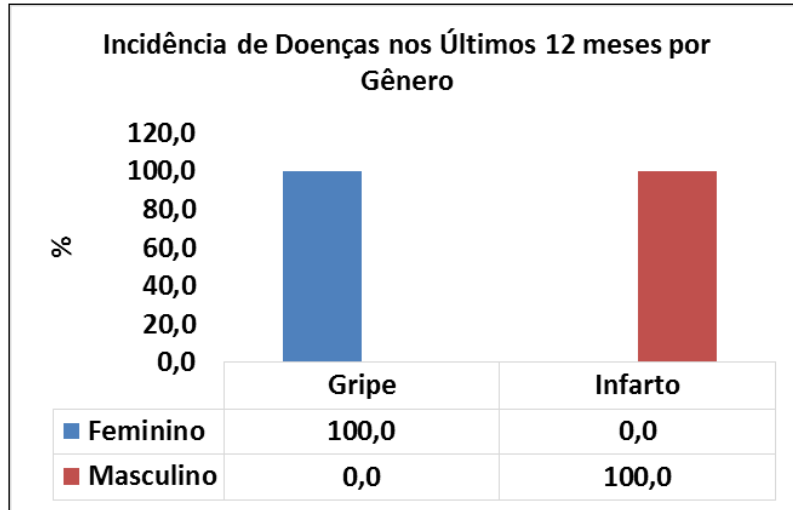


Figura 8.3-479. Incidência de doenças nos últimos 12 meses por gênero (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A realização de exames preventivos é uma ação importante para que se possa tratar adequadamente e com mais eficiência determinadas enfermidades. Dos que responderam positivamente quanto a esse aspecto, o público feminino registrou 100% (Figura 8.3-480), assim como o mesmo percentual foi auferido para o público masculino.

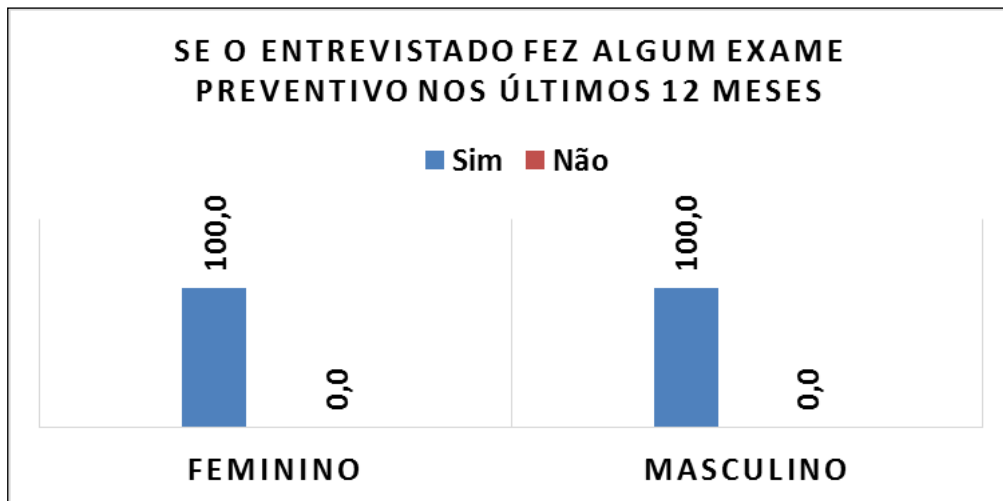


Figura 8.3-480. Se o entrevistado fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(vii) Moradia e situação fundiária;

Quanto as questões sobre o tema moradia, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Boca do Rio, identificou que 100% das residências dos entrevistados eram próprias. As residências eram todas unifamiliares. Sobre as características físicas das residências, a pesquisa junto aos

pescadores artesanais de Boca do Rio, encontrou que 67% delas eram constituídas de alvenaria com reboco e 33% de madeira (Figura 8.3-481).

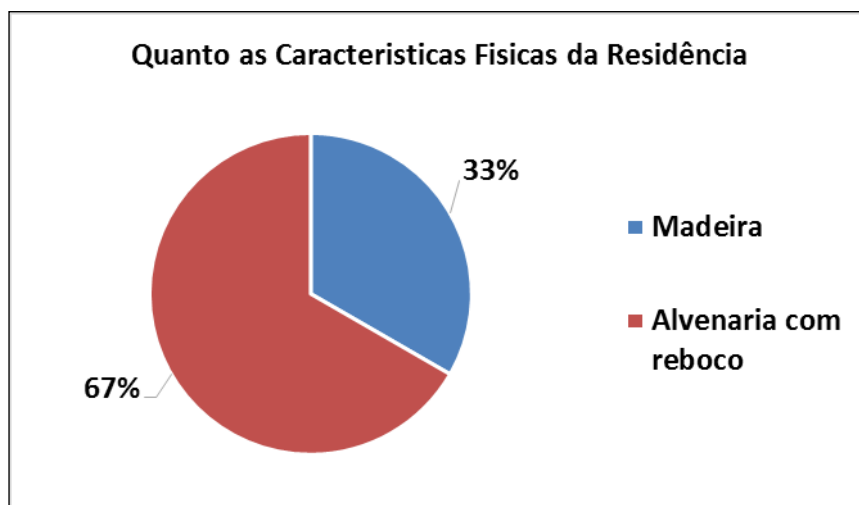


Figura 8.3-481. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O número predominante de cômodos nessas residências era de 5 ao todo, segundo a pesquisa, com um registro de 34% da amostra. As casas com mais de 5 cômodos totalizaram 66% (Figura 8.3-482). Do total de residências de pescadores artesanais visitadas em Boca do Rio, 67% contavam com 3 quartos (Figura 8.3-483).

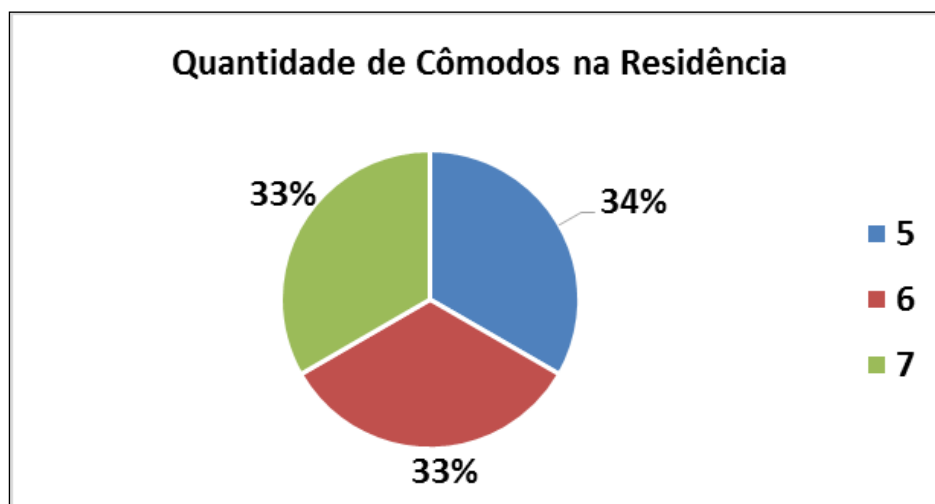


Figura 8.3-482. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

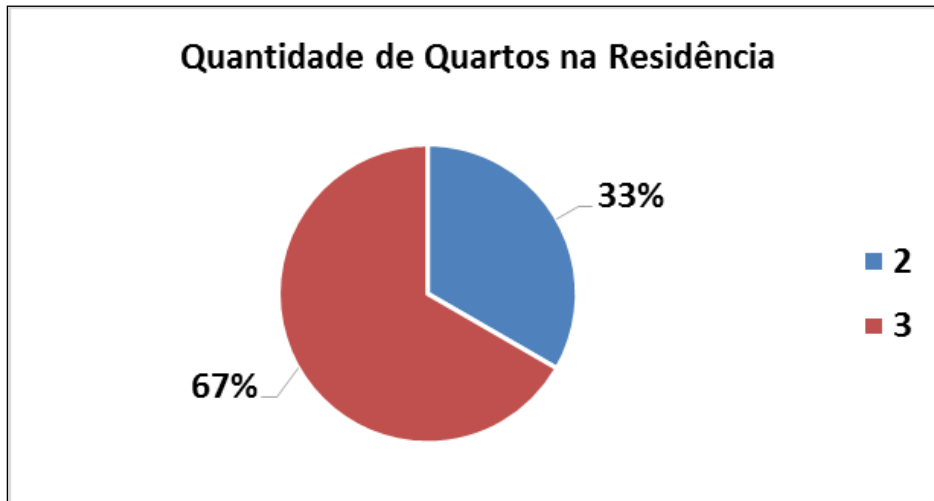


Figura 8.3-483. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Em todas as residências havia a presença de 1 sanitário. Quanto a localização dos sanitários, 100% estavam dentro das respectivas residências.

(viii) Infraestrutura básica de saneamento, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica

O acesso aos serviços de energia e água entre os entrevistados em Boca do Rio, revela um quadro de boa acessibilidade. A rede de energia estava presente em todas as residências. Quanto ao abastecimento de água dessas residências em Boca do Rio, 100% das casas possuíam acesso via rede pública. Segundo os entrevistados, o acesso a água através da rede pública era diário a qualquer momento do dia. Para o armazenamento dessa água, em 100% dos casos, eram utilizados tonéis ou baldes com tampa.

A disposição dos resíduos sólidos nas residências dos pescadores artesanais de Boca do Rio encontra quadro abaixo do ideal. A queima era a principal forma de disposição do lixo segundo 100% dos entrevistados. Na Figura 8.3-484, nota-se que a disposição do esgotamento sanitário nas casas pesquisadas era através de fossas, sendo que 66,7% do típico séptica. As fossas artesanais representaram 33,3%.

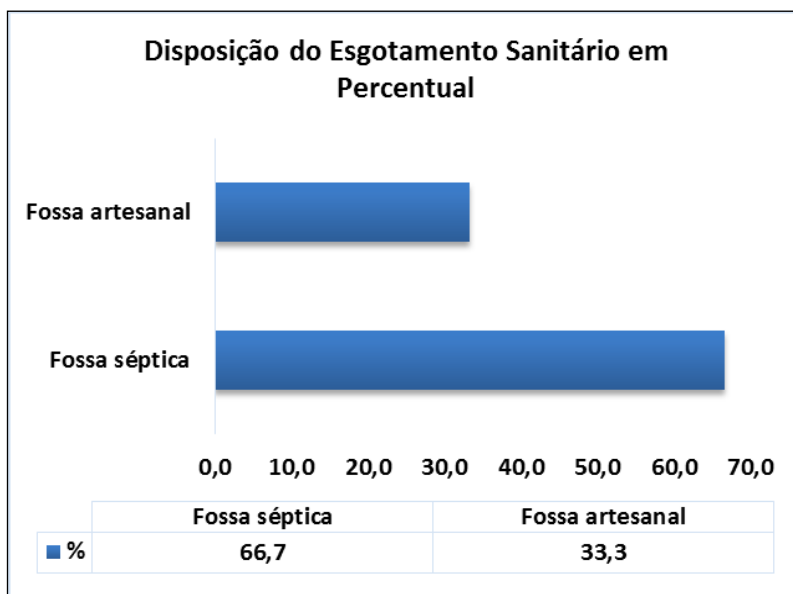


Figura 8.3-484. Disposição do esgotamento sanitário em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

As características das ruas onde os entrevistados residiam eram predominantemente de terra batida, com 100%. Segundo os entrevistados, as ruas onde residiam não possuíam nenhum dispositivo de drenagem e por isso, ajudava a estabelecer a condição de ruas alagadas após a chuva.

(ix) Calendário das principais manifestações culturais existentes

Não foram identificadas manifestações culturais na comunidade.

(x) Políticas públicas sociais implementadas pelos governos federal, estadual e municipal que são acessadas pela comunidade

As políticas públicas mais acessadas por aqueles que tinham rendimento oriundo da pesca eram notadamente o bolsa família e/o auxílio defeso. Em Boca do Rio, o bolsa família, para aqueles que viviam exclusivamente da pesca, era recebido por 100% dos entrevistados.

(xi) Pontos de desembarques públicos e privados; acessos às áreas de pesca; e as principais estruturas de apoio à atividade pesqueira presentes no município

O levantamento de campo não identificou nenhuma das estruturas solicitadas pelo TR na comunidade. Pelo contrário, a existência dessas estruturas em uma área para atividade industrial/portuária resultaria em conflitos de atividades.

(xii) Principais características da frota pesqueira, as artes de pesca utilizadas e os principais recursos explorados

Já sobre a posse da embarcação, 100% responderam possuir uma embarcação onde a canoa de remo com casco de madeira e comprimento estimado acima de 6 metros era a principal característica (100%). Em nenhuma das embarcações dos pescadores da comunidade possuíam motorização.

A conservação dos pescados obtidos pelos pescadores artesanais da comunidade de Boca do Rio era realizada por 100% das pessoas entrevistadas. O método utilizado era o congelamento. Quanto ao local onde era feita a conservação, a residência do pescador e pescadora artesanal de Boca do Rio, era o único lugar onde esse processo era realizado.

(xiii) Relações de propriedade dos meios de produção, formas de partilha, divisão do trabalho e remuneração na pesca artesanal; produção, políticas públicas e relação cultural, social e econômica com outras comunidades pesqueiras e outros grupos sociais

A atividade pesqueira artesanal, como já bastante salientada, padece de incentivos que permitam uma melhor condição para quem sobrevive dessa atividade. Isso fica demonstrado onde entre os entrevistados da comunidade de Boca do Rio, 100% informaram não haver incentivo para a atividade. Sobre o destino da produção do pescado, segundo os pescadores artesanais de Boca do Rio, estes eram vendidos na comunidade aos interessados, frequentadores da prainha ou aproveitado para consumo de familiares. Não foram citadas nenhuma política pública voltada para a pesca pela comunidade.

Assim, de maneira geral, como não existem incentivos para pesca artesanal, não foram identificados conflitos entre os que exercem a atividade e outras comunidades, pelo contrário, a interação entre as comunidades permite disseminar o conhecimento e condições dos locais de pesca. Isso pode ser percebido a partir dos locais de pesca em comum apontado para a prática da atividade envolvendo as demais comunidades.

O envolvimento de terceiros para o trabalho é uma forma de economia no custeio como o aluguel de barcos, etc. Segundo o trabalho de campo em Boca do Rio, 25% realizava a pesca artesanal com amigos. A presença de familiares ocorria em 75% dos casos (Figura 8.3-485).

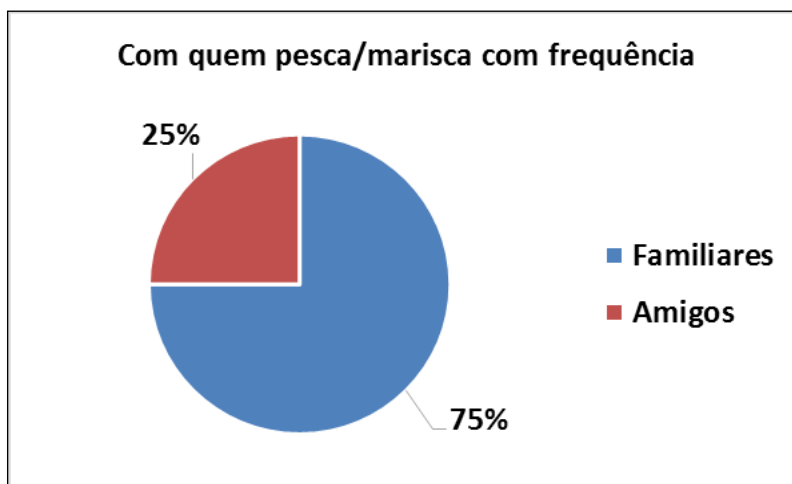


Figura 8.3-485. Com quem pesca/marisca com frequência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Em 67% dos casos foi apontado a existência de algum tipo de remuneração para as pessoas que participavam da pescaria (Figura 8.3-486). Essa remuneração se dava pela partilha do pescado em 100% dos casos.

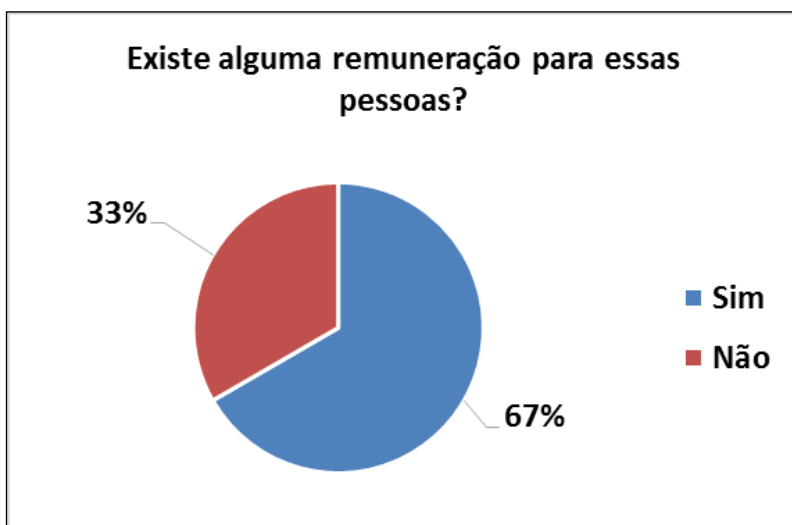


Figura 8.3-486. Existe alguma remuneração para essas pessoas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Boca do Rio registrou os valores mais elevados de ganhos com a pesca para aqueles que exerciam a atividade. Esse valor, médio, alcançou R\$ 653,75. Acredita-se que as relações que são mantidas entre os pescadores da comunidade e pessoas que frequentavam a área conhecida como Prainha, contribua para que haja uma reserva do mercado, garantindo aos membros da Boca do Rio, certeza de compra junto a essas pessoas. Isso porque como são poucos que praticam a pesca, diferente das demais comunidades uma hipótese é que não há espaço para redução significativa de preço.

8.3.8.2.3 Passé

Relatos históricos revelam que antes da chegada e ocupação da região por parte dos portugueses à região atualmente ocupada pela localidade de Passé (Figura 8.3-487, e Apêndice 8.37), pertencente ao município de Candeias, esse território era terra dos Índios Tupinambás.



Figura 8.3-487. Distrito de Passé (UTM 551498 / 8592616) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).

O surgimento dos povoados dessa região litorânea e em especial o distrito de Passé estão intrinsecamente relacionados ao tráfico de escravos advindos da África e ao desenvolvimento da atividade açucareira, que tinha na mão de obra destes, elemento fundamental.

Na segunda metade do Século XVI, mais precisamente na década de 60 do referido século, padres Jesuítas que desenvolviam atividades na região do Recôncavo Baiano foram agraciados com grandes lotes de terras (sesmarias), o que propiciou, juntamente com a vinda de negros africanos, as condições para o desenvolvimento de cultivos de cana-de-açúcar e posterior implantação de engenhos, atividade que serviu de esteio ao crescimento econômico da área.

Assim, a localidade de Passé contava com pequenas aglomerações humanas, notadamente em áreas de cumeadas (mais altas) e bem como na região litorânea, notadamente aqueles que dependiam da pesca para a sobrevivência.

Aqui era um local que pertencia a Salvador, e Passé continua muito em prol do desenvolvimento de Salvador, porque aqui nós tínhamos olarias, e essas olarias é que produziam tijolos e esses tijolos eram pra ser exportados pra Salvador. Então, tinha as embarcações na época (...) que transportava tijolos, como também as produções do campo, tomate e mais... Então, Passé tinha essa história... (Crispim, Associado da ABEMDIP).

Passé é uma das mais antigas colonizações do recôncavo. É uma das mais antigas colonizações da região. Eh, nós temos história, nós temos cultura, nós temos um marco colocado por Tomé de Souza onde faz a divisão do município de Salvador. Passé é um distrito que comandava todo o recôncavo porque nós tínhamos o porto, onde as matérias primas vinham de embarcação e daqui seguia de mula para todo o recôncavo. Inclusive nós temos a segunda igreja mais antiga do Estado da Bahia, que está em ruínas, que é a de Nossa Senhora da Encarnação de Passé, que foi construída por ordem de Dona Maria, ainda então, Rainha do Brasil (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP).

Está em ruínas. Tem uns encontros nela, mesmo sem o telhado. Hoje mesmo a missa é lá na comunidade. E como o colega falou aqui relacionado a Passé, diante de todas essas riquezas de Passé, muitos desses municípios do Recôncavo, foram construídos, mas hoje nós nos vemos numa situação degradante, necessitando de bastante ajuda (Jorge da Cruz Silva, Secretário Geral da ABEMDIP).

A fraca atividade econômica advinda da tímida inserção brasileira no mercado internacional e da Bahia no contexto nacional, revelada por atividades de cunho eminentemente agrícola voltada para a subsistência e produtos agrícolas exportáveis, a exemplo do açúcar e cacau, só foi alavancada com o advento da descoberta de petróleo em áreas do Recôncavo, bem vizinhas à região em estudo.

A implantação das bases da infraestrutura de prospecção, transporte e refino do petróleo em meados do século passado geraram oportunidades de crescimento e, sobretudo de inserção de parte da população local no mercado de trabalho formal, inclusive com ganhos acima da média da região. Eram os “novos ricos” ou simplesmente, Petroleiros.

Tal movimento impulsionou a aquisição de terras nessas localidades, voltadas para a implantação de pequenas fazendas e sítios de veraneio, fomentando a atividade econômica baseada na agricultura e pesca (Figura 8.3-488). Algumas entrevistas qualificadas feitas junto a instituições na comunidade relatam alguns progressos no distrito de Passé, ainda que com muitas deficiências:

Com certeza, pois antigamente não tinha luz, energia né? Hoje tem. Passé melhorou bastante, porque mais de 20 anos atrás, nós aqui não tínhamos nem estrada, tudo começou com a estrada, pavimentação, energia também veio depois,

telefone veio em seguida, água... . As escolas de 1º e 2º grau, que antes era só o primário aqui, então evoluiu muito (Carlos Augusto, Presidente da Colônia de Pescadores de Candeias).

A trinta anos atrás era muita casa de taipa, casa de pau a pique... Transporte era 3 vezes por dia, um ônibus que o pessoal chamava de arabaca (...) mas as pessoas iam pra Candeias de pé (...) Em relação ao que melhorou quanto a infraestrutura foi transporte, carro pra você se locomover pra Candeias, pra Salvador... Mas a comunidade em si, mesmo com as casas de taipa ou de bloco, a comunidade se mantém como se fosse a trinta anos atrás. Só cresceu o número de residências (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé).

Praticamente era a mesma coisa que você está vendo hoje. Poucas coisas mudaram. Somente a população que aumentou, mas continuam, a maioria, em estado de pobreza, a maioria das pessoas em estado de miséria. Temos um povo ócio. Nós temos uma comunidade muito carente. E nós somos um povo excluído de todos os direitos constitucionais. Porque nós não temos nada que a constituição prevê para o cidadão. Nós somos excluídos de transporte público, nós somos excluídos de tudo que você possa imaginar. De saneamento básico. Nós temos aqui, as nascentes e os olhos d'água, que despeja nos nossos canais, são todos poluídos, porque a poluição que vem de Candeias, como de nossa comunidade é despejada ao céu aberto dentro do nosso manguezal, que é uma riqueza natural que nós temos. Um estuário riquíssimo, mas que é agredido por toda poluição, além das empresas, das indústrias que também poluem... (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP).



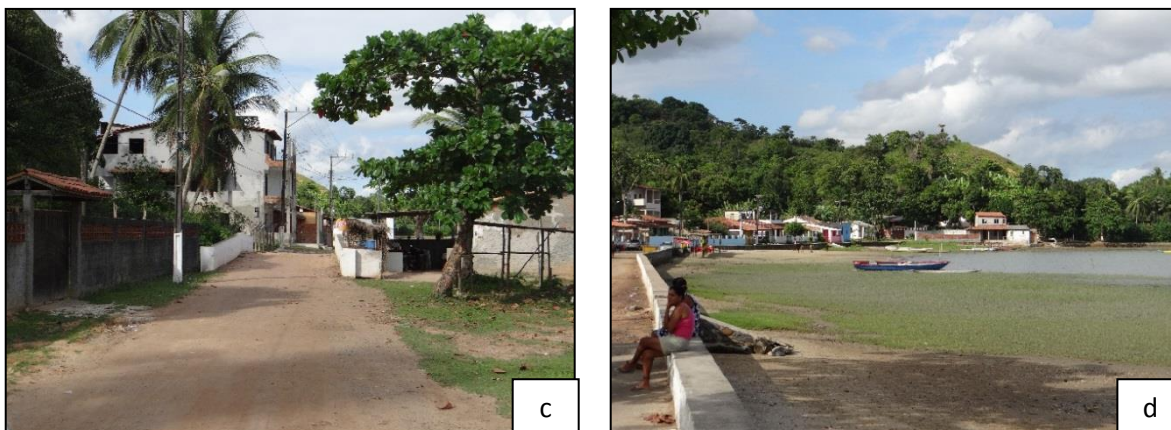


Figura 8.3-488. Comunidade de Passé, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

A existência desse mercado consumidor, de certa forma contribuiu para o aumento da exploração dos recursos naturais, em especial da pesca que ainda de forma artesanal e tradicional, constituiu-se no esteio da economia local, seja como importante atividade de subsistência ou produtora de pequenos excedentes supridores das necessidades da população dos centros urbanos circunvizinhos, inclusive a capital, Salvador (CODEBA, 2012).

Foram aplicados um total de 56 questionários nas residências de pescadores e pescadoras artesanais nessa comunidade. Para facilitar a compreensão do texto a pedido do TR, os itens serão organizados de acordo com a descrição do documento. Antes será apresentado um perfil inicial dos entrevistados em Passé.

No tocante as entrevistas com os pescadores e pescadoras artesanais em Passé, quanto a situação desse entrevistado frente ao Chefe da Família, 53% eram classificados como Chefe de Família e 36% Esposo ou Esposa. As demais categorias totalizaram 11% (Figura 8.3-489). O resultado apontou que em relação ao sexo dos entrevistados, 80% eram do gênero feminino e 20% masculino (Figura 8.3-490). Em Passé, a pesquisa apontou que 57% das pessoas pesquisadas classificadas como Chefe de Família eram do gênero masculino e 43% eram mulheres (Figura 8.3-491).

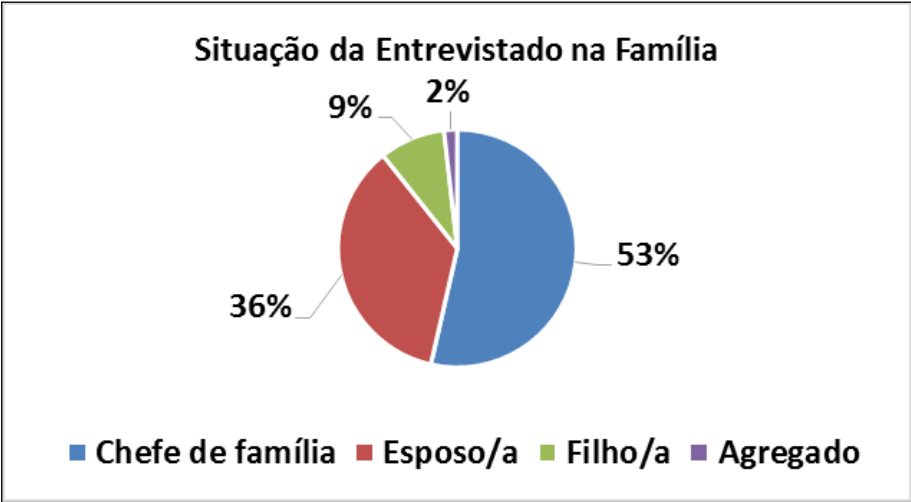


Figura 8.3-489. Situação do entrevistado frente ao chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

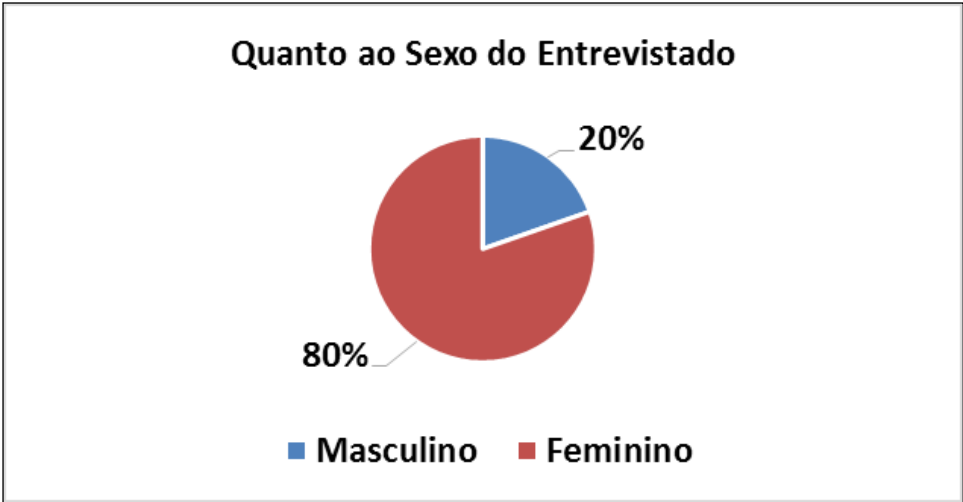


Figura 8.3-490. Quanto ao sexo do entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

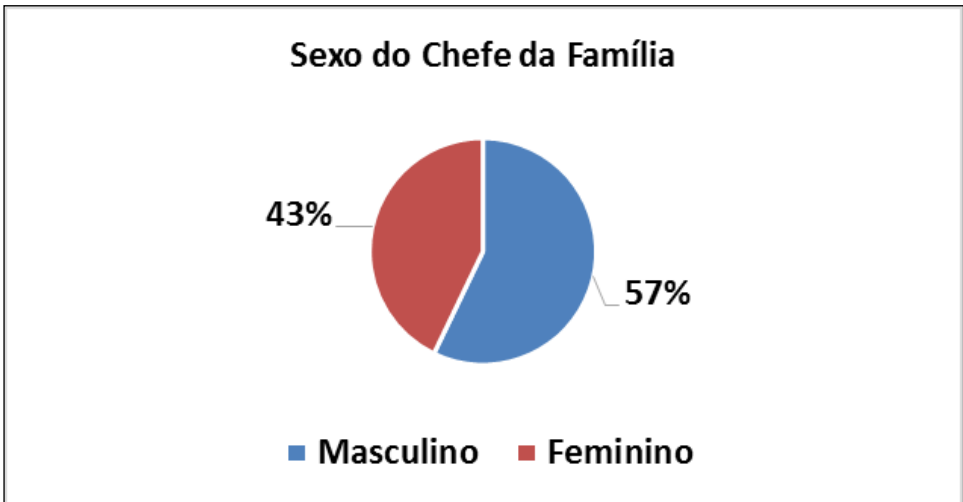


Figura 8.3-491. Sexo do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre os aspectos de migração na referida comunidade, o levantamento mostrou que 72% dos chefes de família já residiam na localidade a mais de 20 anos, 2% residiam na comunidade entre 1 a 3 anos. Percentual de 3% foi registrado para aqueles que moram em Passé entre 4 a 6 anos. Aqueles que já moram na comunidade entre 7 até 19 anos totalizaram 21% (Figura 8.3-492). O processo de migração registrado junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Passé demonstram que 28% dos chefes de família eram originários de outro município (Figura 8.3-493).

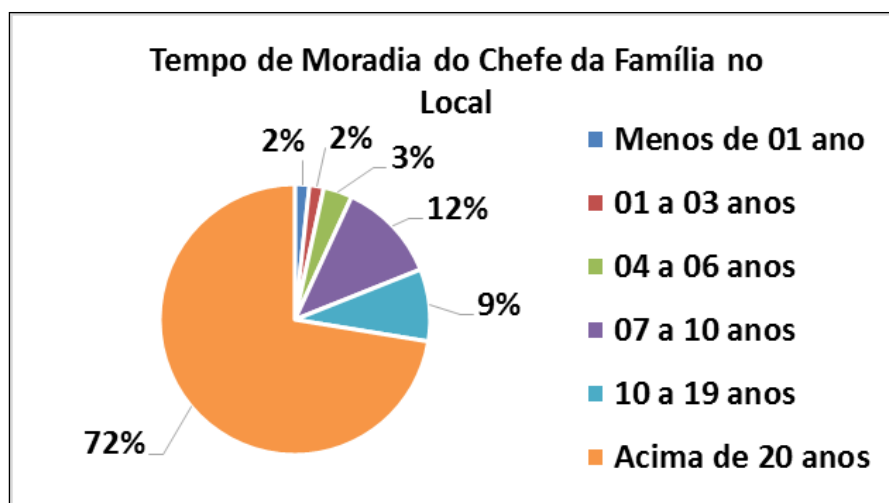


Figura 8.3-492. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

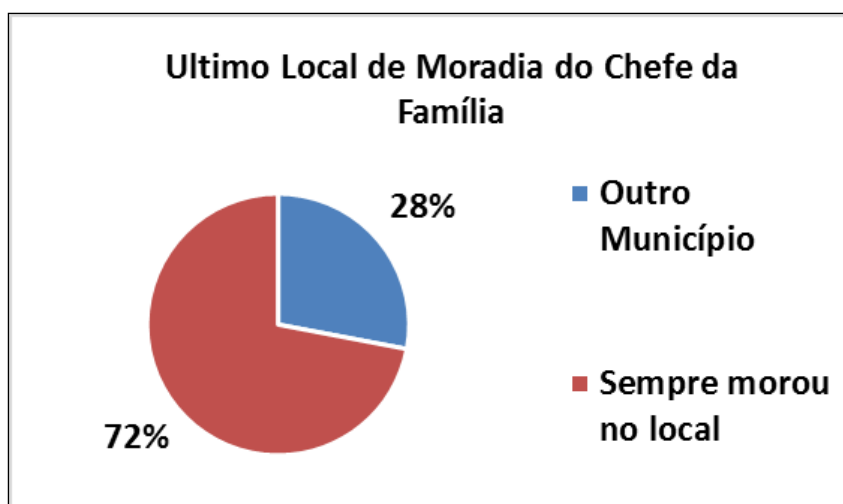


Figura 8.3-493. Ultimo local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quantidade significativa das pessoas são originárias de Salvador, ou seja, 80% (Figura 8.3-494). A relação com parentes locais foi o principal motivador para a migração para Passé, segundo 34% dos chefes de família. A constituição de família representou 33% das razões para a mudança do Chefe de Família (Figura 8.3-495).

Para os aspectos de moradia, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Passé, identificou que 95% das residências dos entrevistados eram próprias. As residências classificadas como cedidas, 5% (Figura 8.3-542).

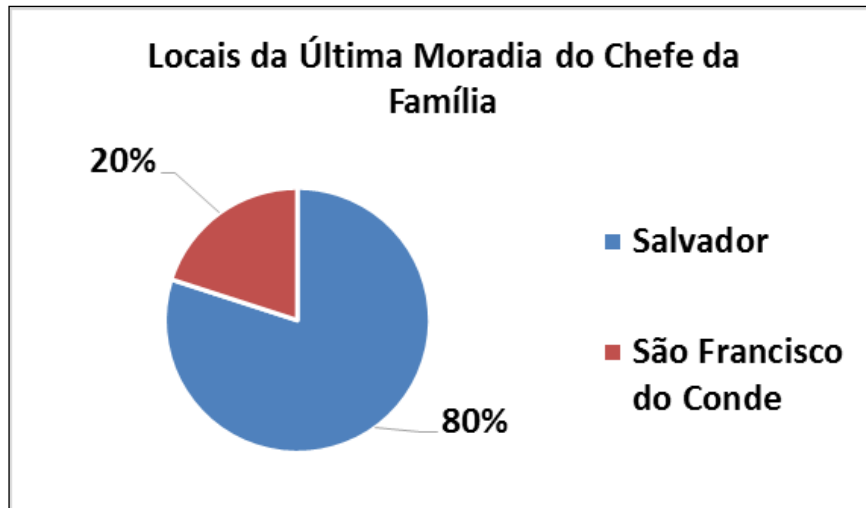


Figura 8.3-494. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

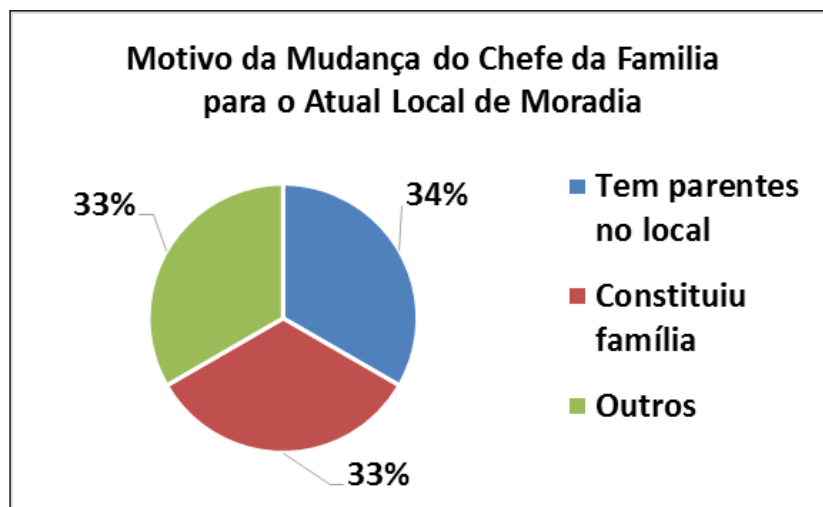


Figura 8.3-495. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(i) *Pesqueiros e Rotas utilizadas, e sua frequência no calendário anual da pesca*

Quanto aos pesqueiros e rotas utilizadas, o Mapa das Rotas de Pescadores Passé (Apendice 8.32) elaborado a partir das respostas dos questionários mostra algumas das rotas citadas.

Em relação a atividade pesqueira, ponto fundamental da aplicação dos questionários, questionados sobre o tempo em que exerce a atividade, 70% já exercia a mais de 20 anos, enquanto 6% entre 16 a 20 anos (Figura 8.3-496).

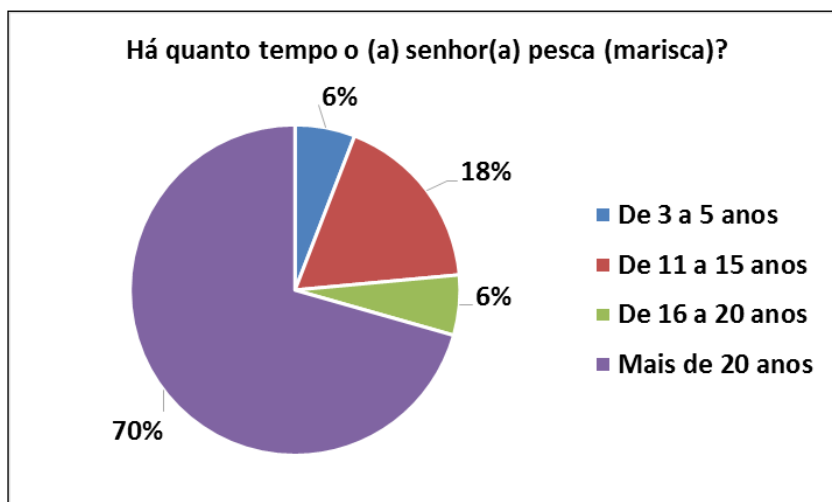


Figura 8.3-496. Há quanto tempo o (a) senhor (a) pesca (marisca)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A periodicidade da atividade durante a semana é feita na sua maioria em 2 a 3 ocasiões, segundo 44% dos entrevistados. A periodicidade de 4 a 6 vezes por semana é realizada por 28% dos entrevistados, enquanto a pesca artesanal diária obteve o mesmo percentual de 26% (Figura 8.3-497). O turno da manhã é o período preferido por 78% dos pescadores e pescadoras artesanais que responderam à pesquisa, seguido da noite com 22% (Figura 8.3-498). O trabalho de pesca é algo que demanda, segundo os entrevistados, um período de até 4 horas (Figura 8.3-499).

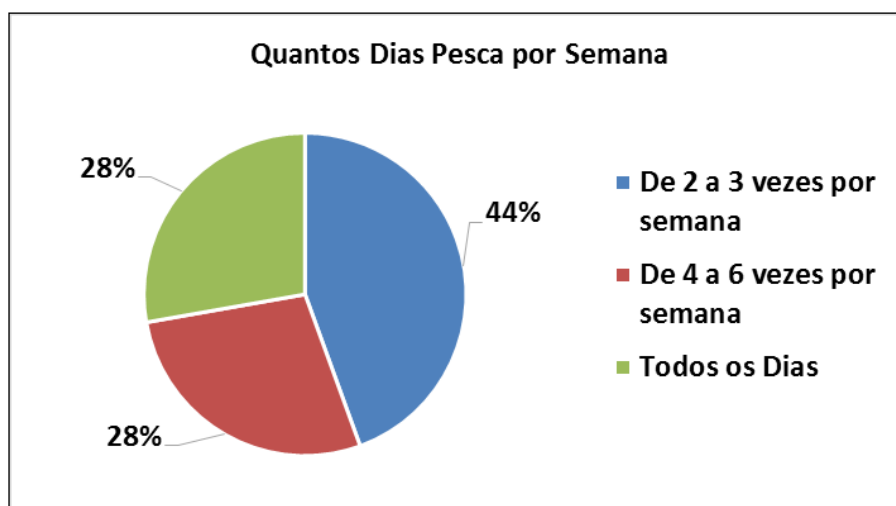


Figura 8.3-497. Quantos dias pesca por semana (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

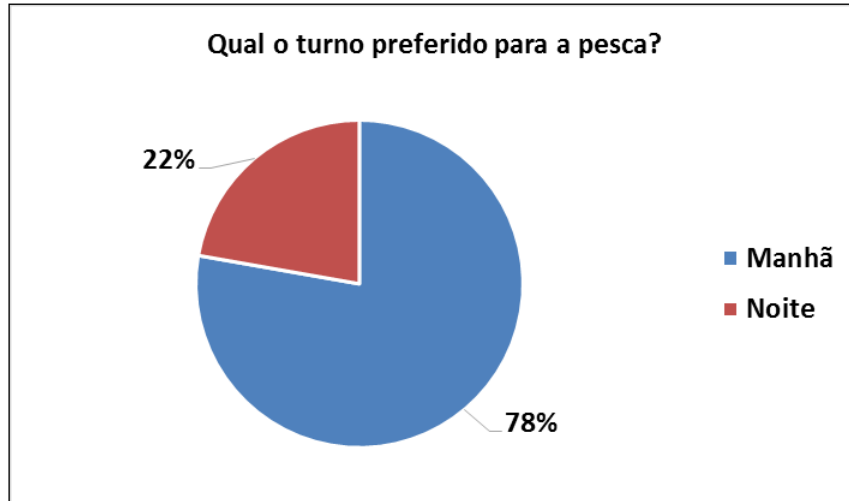


Figura 8.3-498. Qual o turno preferido para a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

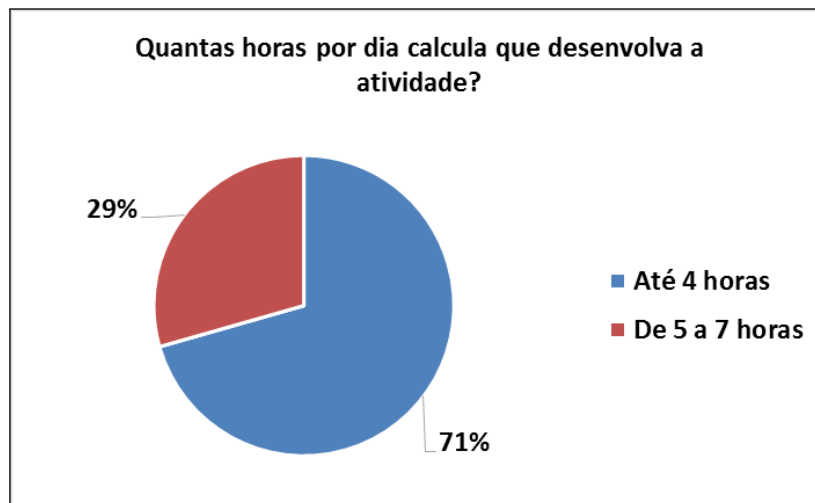


Figura 8.3-499. Quantas horas por dia calcula que desenvolva a atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O verão é o período predominante para o exercício da pesca, segundo 86% dos entrevistados. O período de inverno nas proximidades da Baía de Todos os Santos, consequentemente na Baía de Aratu está sujeito a um clima mais chuvoso, criando dificuldades para a coleta de mariscos ou a navegação (Figura 8.3-500).

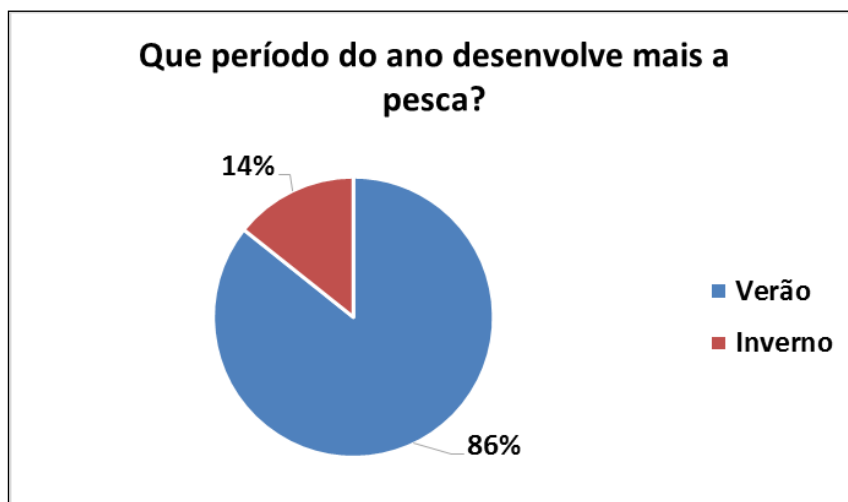


Figura 8.3-500. Que período do ano desenvolve mais a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Esse fato pode ser comprovado na Figura 8.3-501, onde os índices mais elevados de trabalho na pesca ocorrem a partir de novembro com pico em Março (14,2%), segundo os pescadores artesanais de Passé. Os meses de Maio a Agosto, notadamente as estações de Outono e Inverno (períodos chuvosos), apresentam uma variação de preferência que oscila de 4,6% a 5,8%. O depoimento do Presidente da Colônia Z-54 de Candeias, corrobora pra essa situação:

O inverno é ruim pra todo mundo, quem vivencia. (...) Hoje tá um temporal no mar, ninguém pesca, ninguém sai, nem de rede, nem de barco. Os barcos têm dificuldade, que são pouquíssimos, não vai poder colocar rede no mar. E as marisqueiras principalmente, chuva elas não mariscam nada. Não tem agasalho pra sair (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54 de Candeias).

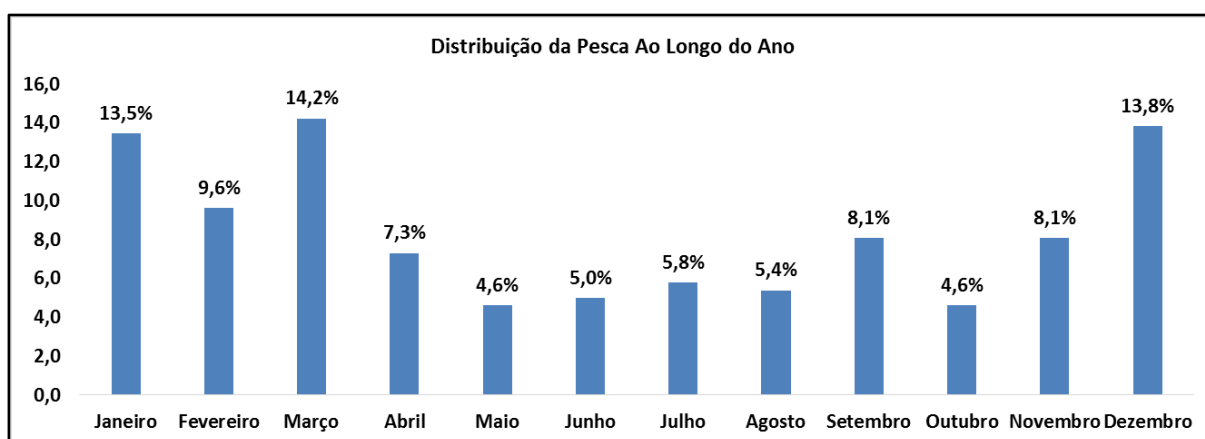


Figura 8.3-501. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Passé (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A distância percorrida do local de moradia até o ponto de pesca era de menos de 1 km, segundo 80% dos que responderam ao questionamento. Aqueles que percorriam mais de 6km eram apenas 2% da

amostra (Figura 8.3-502). Isso de certa forma se reflete na modalidade do deslocamento para o local da pesca. A pesquisa entre os pescadores e pescadoras artesanais de Passé revelou também que o deslocamento é realizado a pé por 86% até o ponto de pesca (Figura 8.3-503). Isso pode ser um indicativo de que não haja recursos financeiros e logísticos suficientes para desenvolver a atividade em locais muito afastados, e por isso, há uma preferência, principalmente entre as mulheres, de fazê-lo em locais mais próximos a sua moradia. A utilização de barcos é feita por 14% dos entrevistados.

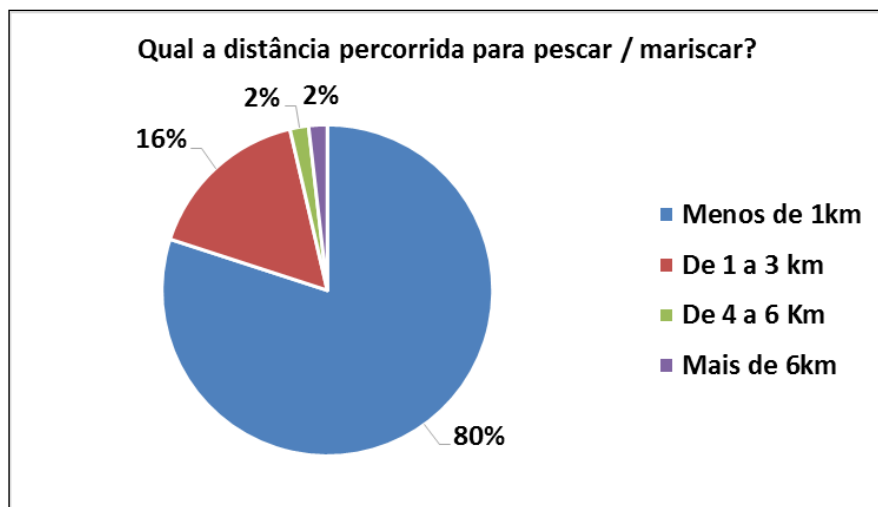


Figura 8.3-502. Qual a distância percorrida para pescar / mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

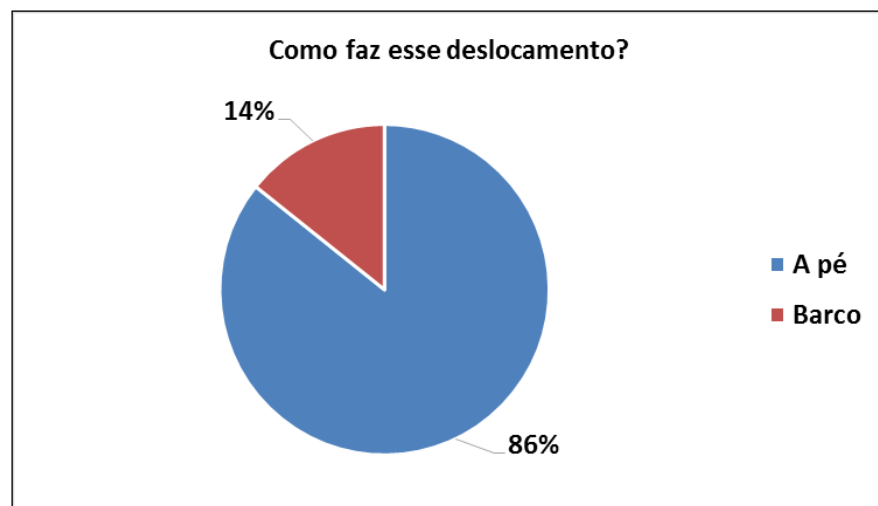


Figura 8.3-503. Como faz esse deslocamento? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Dos entrevistados em Passé, 80% afirmaram não ter gastos para realizar o seu trabalho (Figura 8.3-504). Os que responderam positivamente quanto aos gastos (20%), informaram que esses valores são atribuídos principalmente ao combustível da embarcação (quando proprietários), ao deslocamento via embarcação de terceiros e a aquisição de algum alimento enquanto é realizada a

pescaria ou mariscagem. Esses gastos estão concentrados na faixa de R\$ 5,00 a R\$ 10,00 segundo 55% dos entrevistados que afirmaram ter custos (Figura 8.3-505).

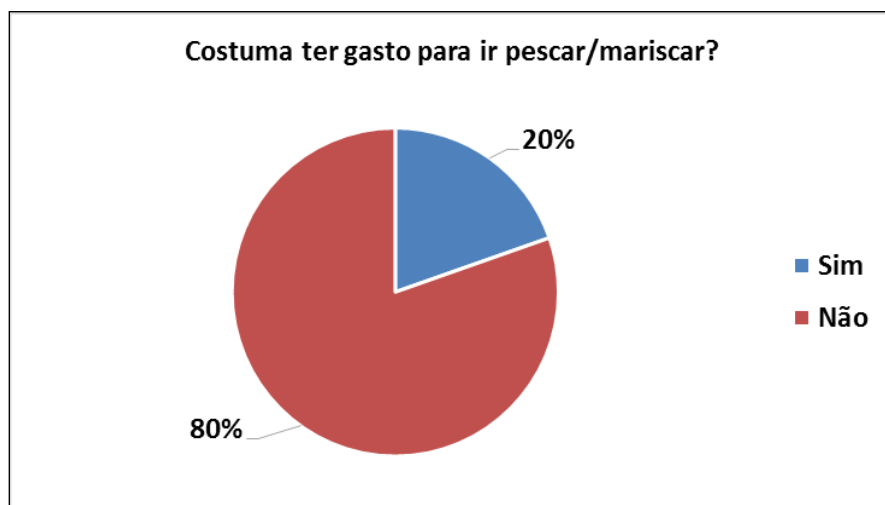


Figura 8.3-504. Costuma ter gasto para ir pescar/mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

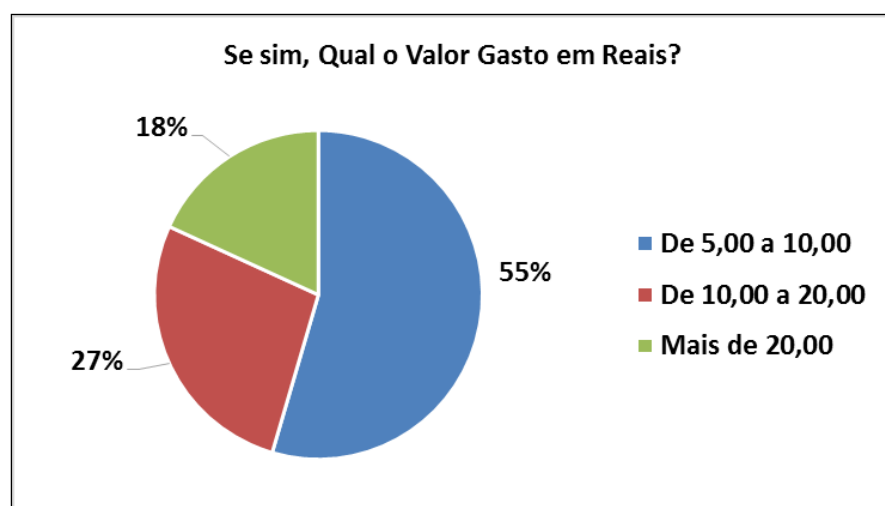


Figura 8.3-505. Se sim, qual o valor gasto em reais? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Na Figura 8.3-506 e Figura 8.3-507, são demonstrados o quadro de captura das espécies mais importantes e menos importantes para os pescadores e pescadoras artesanais da comunidade de Passé frente ao período do ano, ou seja, verão e inverno.

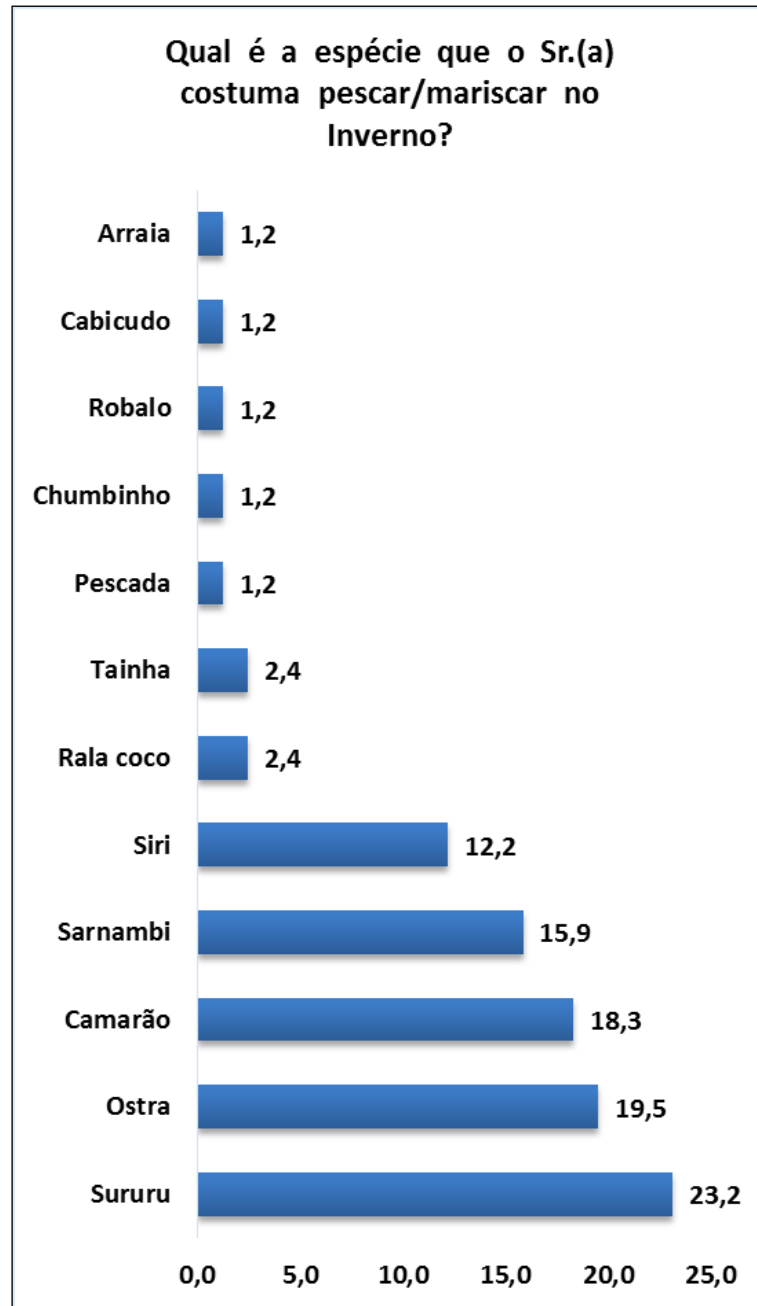


Figura 8.3-506. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no Inverno em percentual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

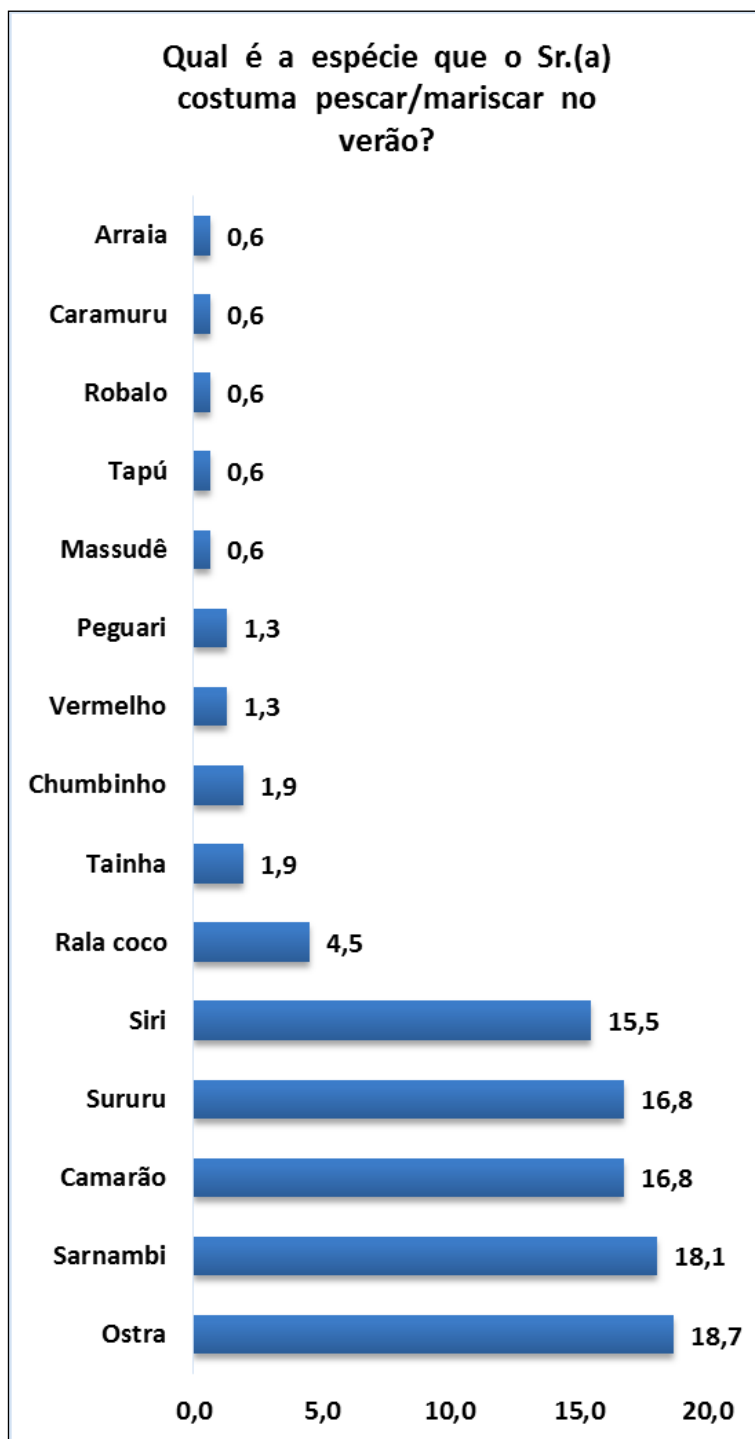


Figura 8.3-507. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no verão em percentual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Segundo os entrevistados, o sururu é a espécie mais coletada durante o inverno, sendo apontada por 23,2%, seguida da ostra, com 19,5% e do camarão, com 18,3%. No verão, a ostra era a espécie mais capturada para 18,7%. O sarnambi surgia como a segunda espécie mais coletada por 18,1%, e em terceiro lugar, o camarão e o sururu, ambas com 16,8%.

Questionados sobre quais espécies não são capturadas, o peguari foi apontado por 33,3% (Figura 8.3-508). Uma das razões pode ser atribuída a forma de captura dessa espécie que exige do pescador o ato de mergulhar para a coleta. A ostra não era capturada por 10,4%, enquanto a lambreta por 8,3%.

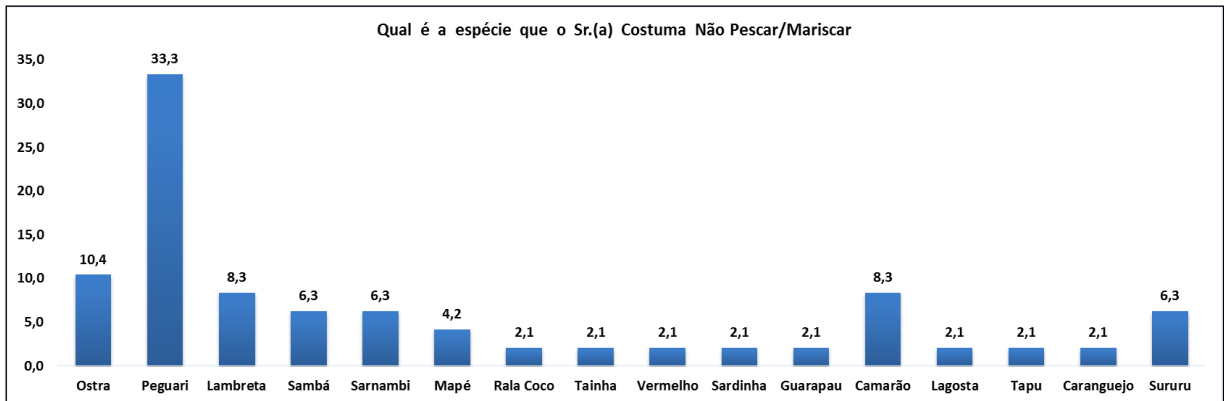


Figura 8.3-508. Qual é a espécie que o Sr.(a) não Costuma Pescar/Mariscar em pescar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A captura de espécies está associada ao tipo de instrumento mais adequado para a atividade. Isso faz do quadro da pesca artesanal, extremamente ramificado quanto as técnicas que foram desenvolvidas pelas comunidades tradicionais. Apesar das dificuldades e visando o atendimento ao Termo de Referência emitido pelo IBAMA para produção desse diagnóstico, foi produzido um quadro geral envolvendo as espécies mais capturadas e o uso de equipamentos pelos pescadores e pescadoras artesanais de Passé (Tabela 8.3-53).

Tabela 8.3-53. Espécies coletadas por período e tipo de apetrecho segundo os pescadores de Passé.

Espécie	Anzol			Arpã o		Cest o		Colher			Colher de pedreiro		Espinhel		Faca			Fação			Garfo		Gancho		Golvi		Grozeira		Jereré		Luva		Mão		Mergulho		Munzuá			Rede		Rede Terceiro		Rede de Arrasto		Rede diversas		Rede Ressa		Rede de Espera		Vara	
	V	I	N	V	I	V	I	V	I	N	V	I	V	I	V	I	N	V	I	N	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I			
Sururu								1	1					5	4	1	2	2									3	1																									
Rala Coco								2																																													
Camarão																						1	1			1	1	3								7	5	1		2	2	7	6										
Siri						1	1	1						6	4					1	1									3																							
Ostra								5	3	1					8	6	1	9	7	3																																	
Chumbinho																										1																											
Tainha																																														2	2						
Sarnambi				1	1			17	7	1	4	2			2	2		6	4	1																																	
Peixe				1	1																															1	1			2	2	1		1	1	1	1						
Massandê																																														1	1						
Tapú														1																																							
Sarla																																																					
Caramuru			1																																																		
Treme														1	1																																						
Beijupira														1	1																																						
Arraia																																																					
Charel																																																					
Bagre																																																					
Peguari																																																					
Miroró																																																					

Legenda: V = Verão; I = Inverno; N = Não marcou nem verão nem inverno.

Ainda sobre a produção pesqueira, o levantamento de campo mostrou, considerando os períodos de inverno e verão, que a pesca artesanal em Passé alcança uma média de menos de 5 kg no inverno e de 6 a 15 kg em 1 mês de trabalho no verão (Figura 8.3-509).

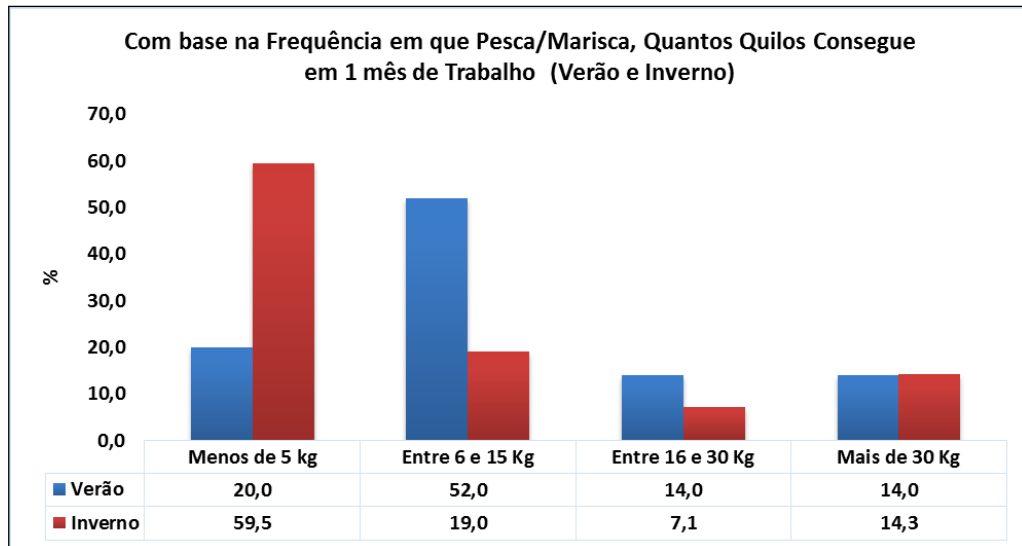


Figura 8.3-509. Com base na frequência em que pesca/marisca, quantos quilos conseguem em 1 mês de trabalho (verão e inverno) (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A valoração dessa produção demonstra flutuações que sofrem influências quanto à disponibilidade da espécie e em alguns momentos a demanda para aquisição por parte de consumidores. Outro fator que contribui no seu preço decorre da produtividade e do processo de beneficiamento. Os valores variavam de R\$ 6,00 até R\$ 30,00. No Quadro 8.3-19 e a Figura 8.3-510 a seguir, estão as indicações das espécies e os custos mensurados de cada uma.

Quadro 8.3-19. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em Passé (Fonte: Bourscheid, 2014).

Espécie	Preço Médio
Camarão	17,45
Sururu	16,26
Ostra	19,75
Siri	24,33
Sarnambi	16,46
Tainha	6,00
Vermelho	8,00
Peixe	9,33
Arraia	6,00
Siri Catado	24,50
Tapu	16,50
Rala coco	18,80

Espécie	Preço Médio
Caramuru	10,00
Peguari	30,00

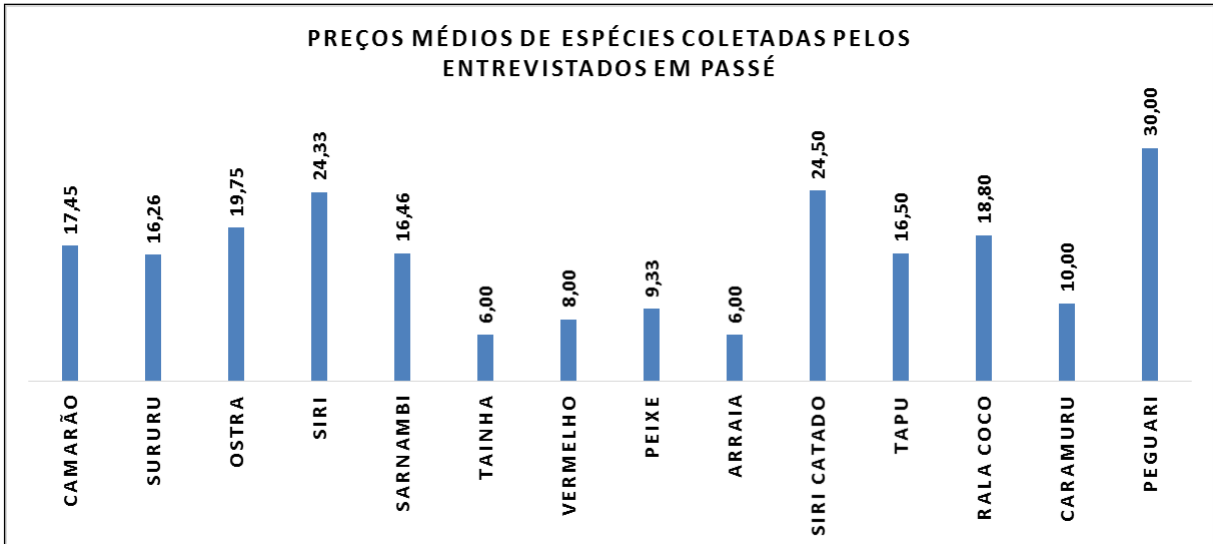


Figura 8.3-510. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em Passé (Fonte: Bourscheid, 2014).

Quanto aos locais de pesca, o trabalho de campo em Passé revelou que grande parte da atividade ocorre em áreas do município de Candeias (77%). O município de São Francisco do Conde e suas respectivas áreas eram as mais frequentadas por 17% da amostra (Figura 8.3-511). Em Simões Filho, Mapele, uma das comunidades da AID pesquisadas, foi o único local de pesca apontado pelos entrevistados de Passé.

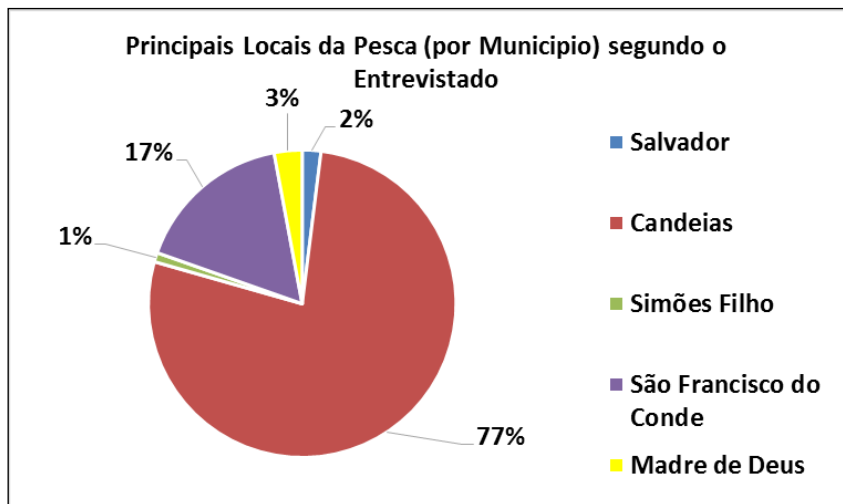


Figura 8.3-511. Principais locais da pesca (por município) segundo o entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A localização dessas áreas está correlacionada a elementos naturais do ecossistema em que a atividade é desenvolvida (coroas, rios, faixas de mangue), mas também são reconhecidas por elementos antrópicos presentes na região (localização de empresas, píeres, etc.). Da Figura 8.3-512 a Figura 8.3-515 apresenta a distribuição de algumas dessas áreas por município.

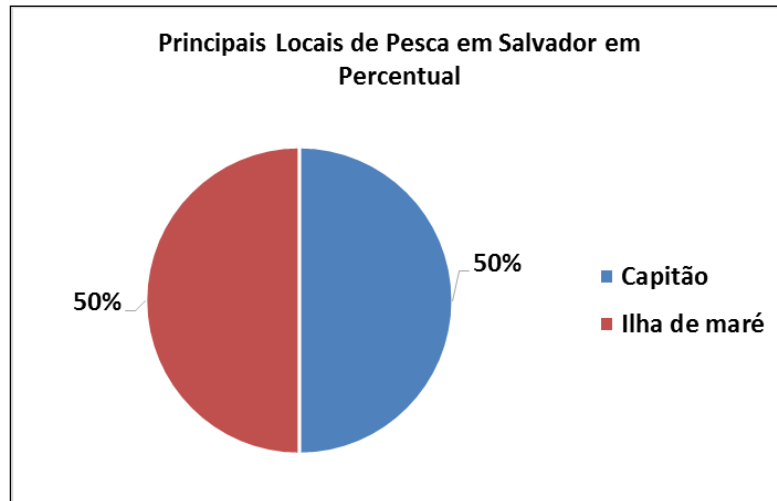


Figura 8.3-512. Principais locais de pesca em Salvador em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

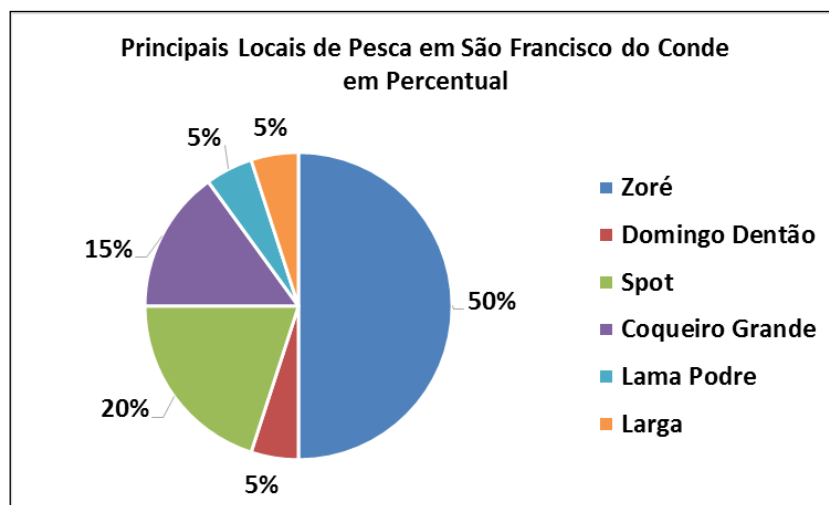


Figura 8.3-513. Principais locais de pesca em São Francisco do Conde em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

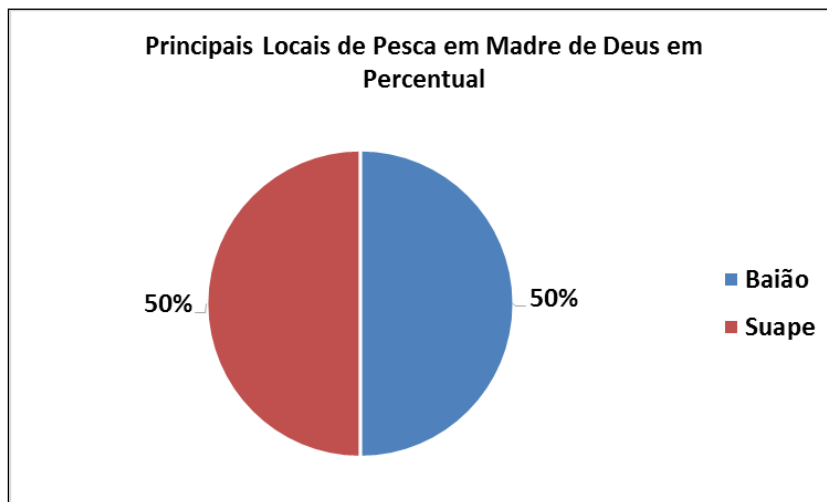


Figura 8.3-514. Principais locais de pesca em Madre de Deus em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

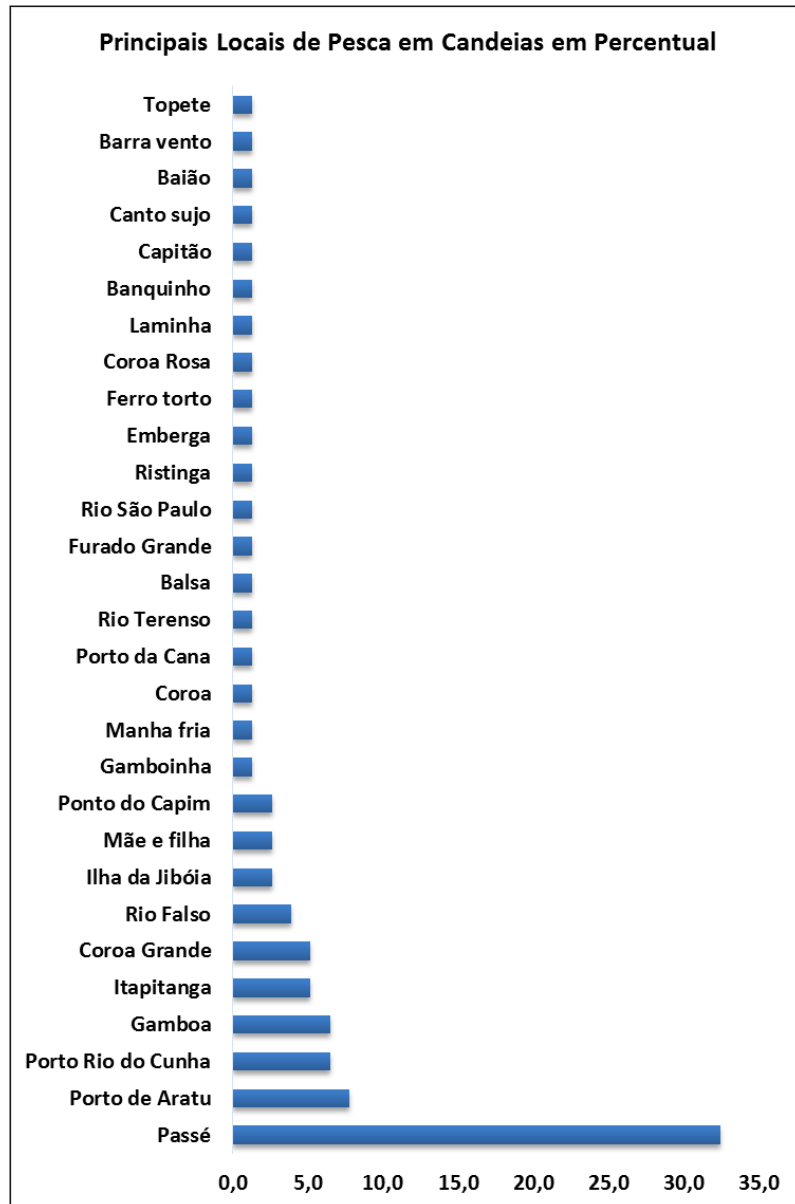


Figura 8.3-515. Principais locais de pesca em Candeias em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(ii) Número total de pescadores - RGP e Seguro Defeso;

A estimativa da Colônia de Pescadores de Candeias, localizada em Passé, segundo o seu representante, é que haveria cerca de 660 pessoas envolvidas com a atividade em todo o distrito, conforme dados obtidos em campo.

Segundo os dados da pesquisa junto aos pescadores artesanais de Passé, 94% tinham o registro geral da pesca, o que credenciava o seu portador a uma série de benefícios sociais da esfera federal (Figura 8.3-516). O recebimento do auxílio-defeso foi confirmado por 87% dos entrevistados (Figura 8.3-517).



Figura 8.3-516. Possui o registro geral da pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

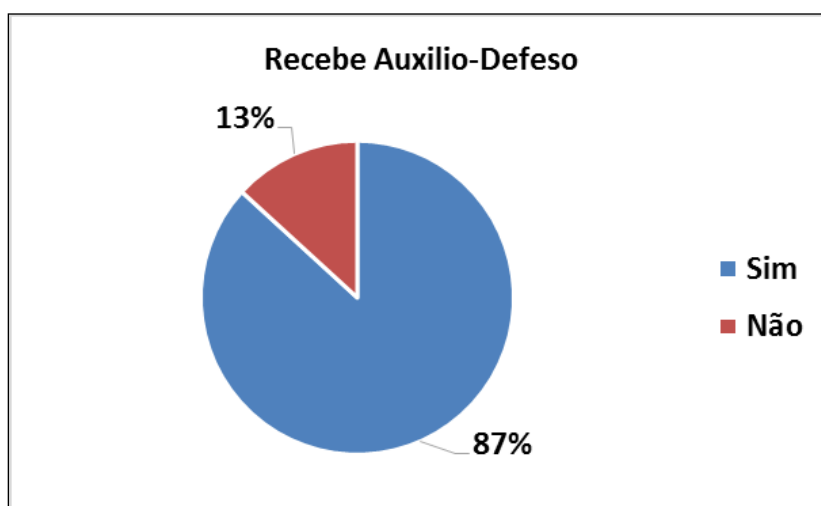


Figura 8.3-517. Recebe auxilio-defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(iii) Número total de famílias residentes

De acordo com a aplicação dos questionários, a amostra relativa a comunidade de Passé identificou que das 56 entrevistas, 29 famílias viviam exclusivamente da pesca, enquanto 27 tinham a pesca como atividade secundária. Para a delimitação dessas classificações considerou que a existência de pelo menos um membro familiar que possuísse renda não vinculada a atividade pesqueira seria condição para que a pesca não fosse a principal forma de sobrevivência (ver Tabela 8.3-54)

Tabela 8.3-54. Famílias que vivem exclusivamente da pesca e as que tem a atividade como secundária de acordo com a aplicação dos questionários. (Fonte: Bourscheid, 2014)

Comunidade (AID)	Famílias que vivem exclusivamente da pesca pela aplicação dos questionários	Famílias que tem a pesca como atividade secundária pela aplicação dos questionários
Passé	29	27

(iv) Principais ecossistemas acessados para subsistência, outras atividades produtivas e de lazer da comunidade

Os principais ecossistemas acessados para subsistências estão descritos nos principais locais de pesca apontado pelos entrevistados de Passé, notadamente coroas e manguezais da região. A realização de outra atividade durante o período do defeso para quem recebia o benefício era praticada por 72% dos entrevistados. Segundo a pesquisa de campo, isso se traduz na continuidade do trabalho voltado para a pesca artesanal, onde 50% indicaram mariscar e 15,6% a pesca (Figura 8.3-518 e Figura 8.3-519).

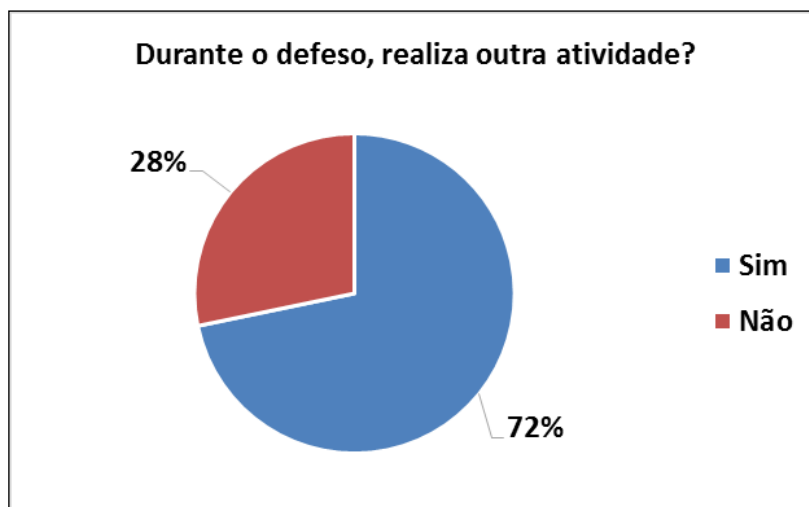


Figura 8.3-518. Se realiza outra atividade enquanto recebe o auxílio-defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

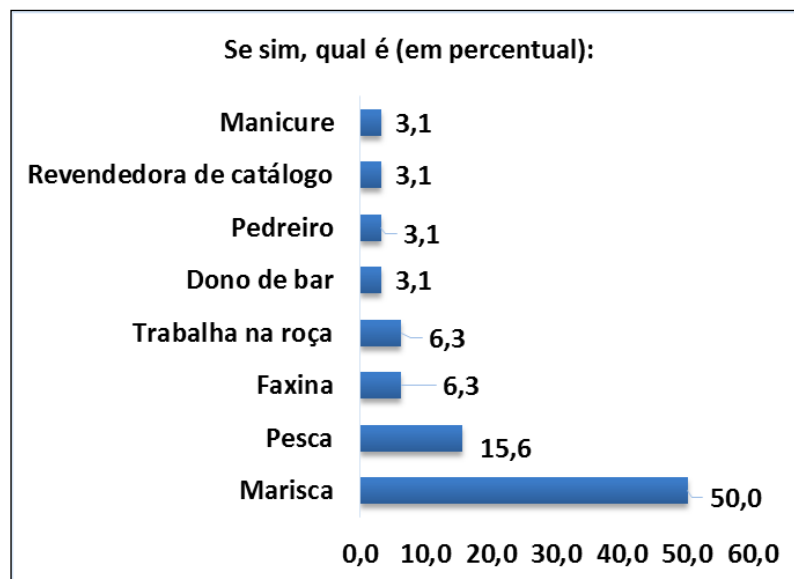


Figura 8.3-519. Se sim, qual é (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O principal mecanismo de lazer desenvolvido pelos entrevistados está associado as programações televisivas para 26%. Os eventos religiosos vêm em segundo lugar com 20% das preferências, seguido pelas visitas aos amigos e familiares com 16% do total (Figura 8.3-520). Sobre as opções de lazer para os pescadores artesanais de Passé, 84% informaram que o lazer é desenvolvido na própria comunidade, enquanto 8% o fazem em outro município.

A prática do lazer em outros distritos ou comunidades de Candeias é praticado por apenas 8% do total de entrevistados (Figura 8.3-521).

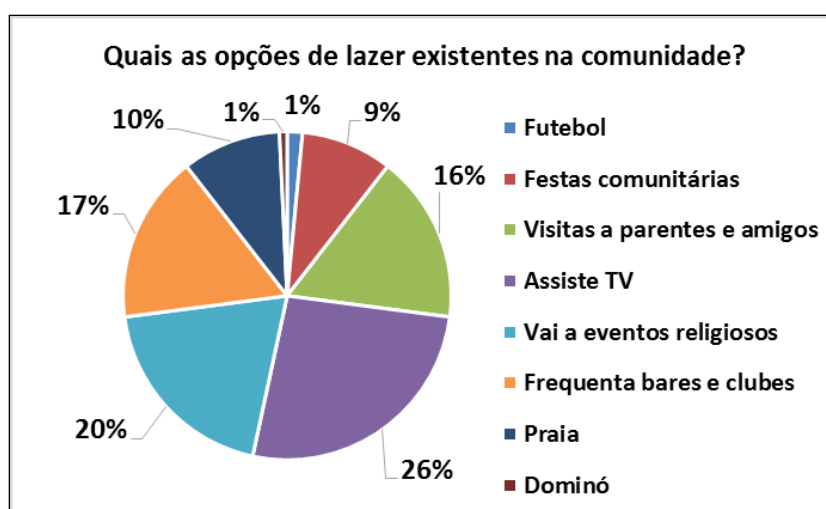


Figura 8.3-520. Quais as opções de lazer existentes na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

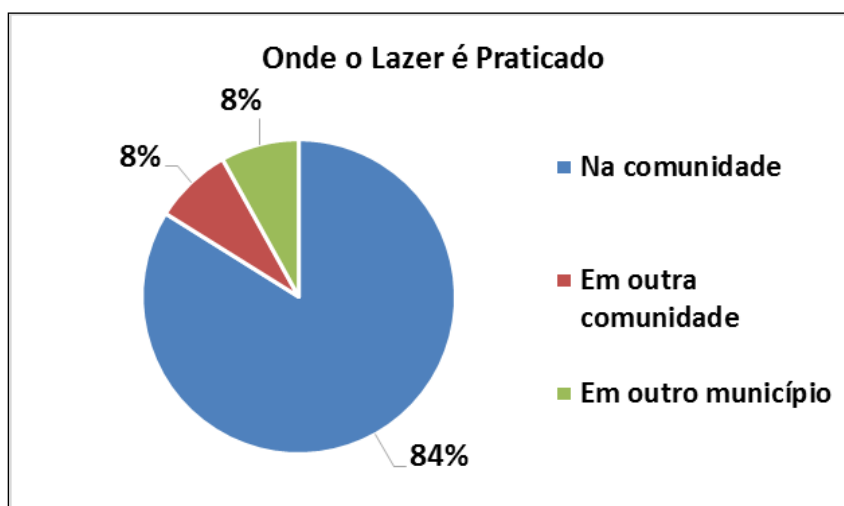


Figura 8.3-521. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O lazer quando desenvolvido em outros municípios não apresenta distância significativa e está bastante centralizada na All ou próximo a ela. Para os pescadores artesanais de Passé, Madre de Deus é o principal destino (67%) segundo a Figura 8.3-522. Para os que praticam no mesmo

município da pesquisa (Candeias), foram citadas as comunidades de Caboto e Mata do Cavalo (Figura 8.3-523).

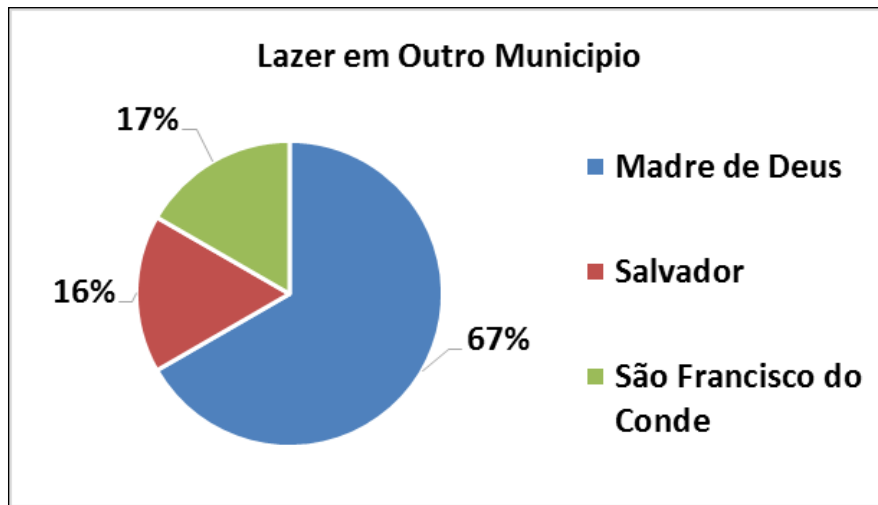


Figura 8.3-522. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

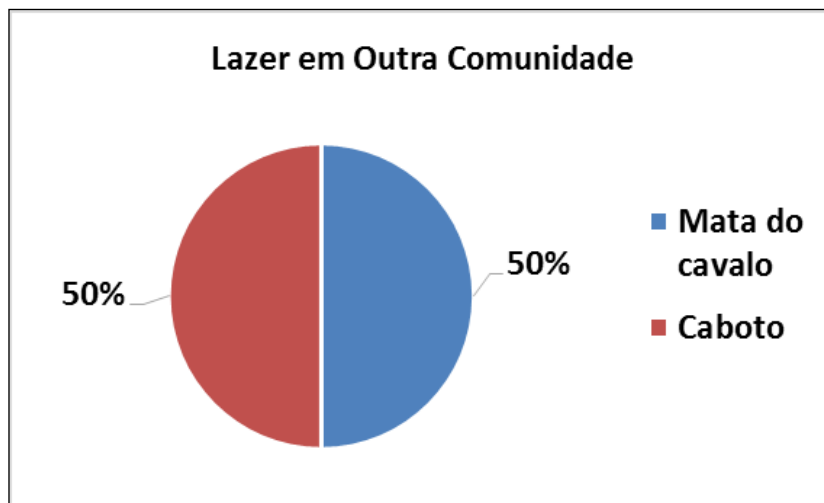


Figura 8.3-523. Lazer em Comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(v) Número médio de integrantes das famílias, distribuição por gênero, idade e ocupação e a renda média mensal per capita

Em relação aos demais integrantes da família dos entrevistados em Passé, o trabalho de campo mostrou uma composição de 53% de mulheres e 47% de homens (Figura 8.3-524).

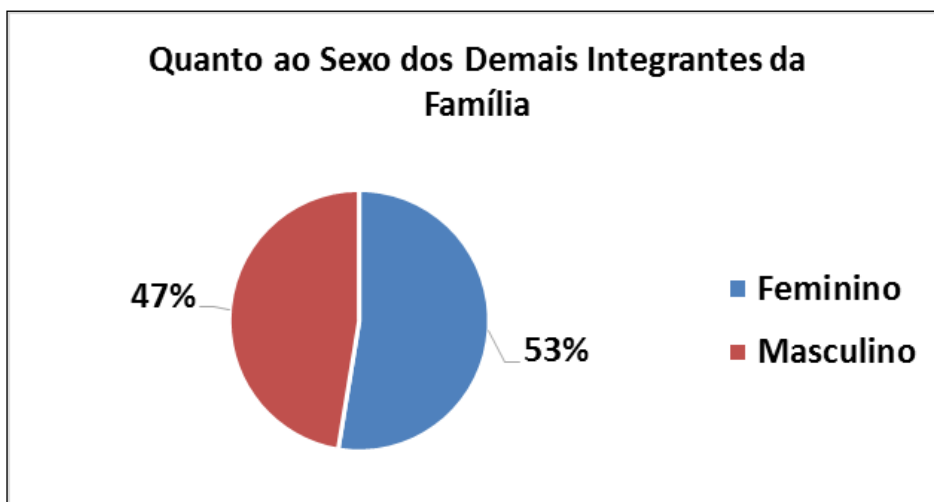


Figura 8.3-524. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto a idade, a aplicação amostral de questionário junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Passé, produziu o seguinte resultado de acordo com a Figura 8.3-525: a classe com maior percentual de pessoas era aquela que concentrava a faixa etária entre 31 a 40 anos de idade, ou seja, 19,6%. Logo a seguir, com 18,5%, os membros das famílias com idade entre 11 a 18 anos. O percentual de pessoas com idade até 18 anos, atingiu um total de 32,6% da população pesquisada.

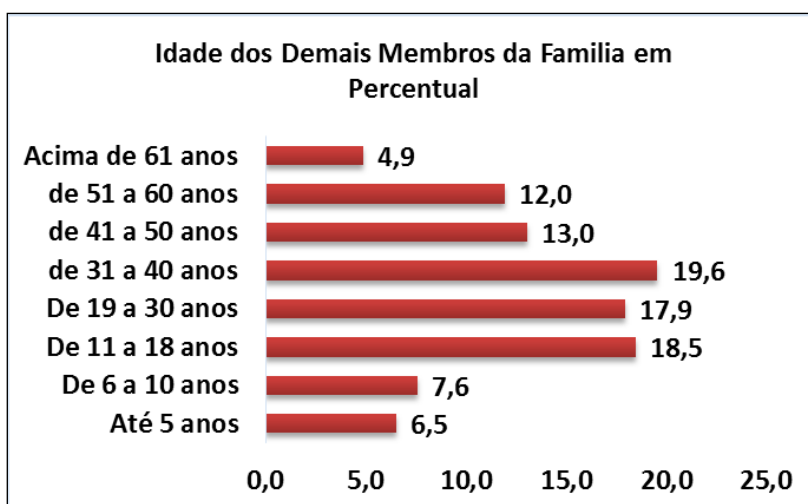


Figura 8.3-525. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Em relação ao chefe da família, os demais membros das famílias entrevistadas em Passé, eram 41,8% de Filhos ou Filhas. Os esposos, esposas, companheiros ou companheiras alcançaram 20,1% do total. As demais categorias juntas somaram 9,1% (Figura 8.3-526). Predominava dentro das famílias de pescadores e pescadoras artesanais de Passé, o estado civil de solteiro/solteira com 51% do total. Aqueles que eram considerados legalmente casados atingiu 13% do total. Cerca de 30% dos demais

membros da família dos pescadores que responderam à pesquisa eram considerados amigados ou seja, detinham uma relação estável mas não reconhecida legalmente. Os viúvos (as) e os divorciados registraram apenas 6% do total (Figura 8.3-527).

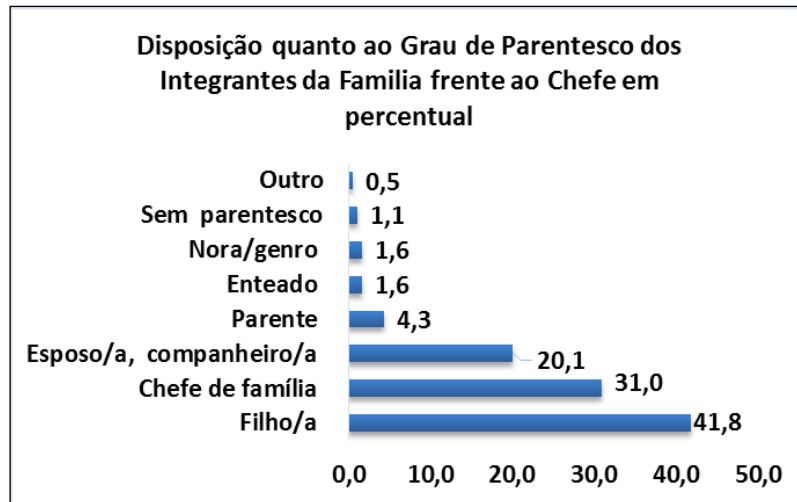


Figura 8.3-526. Disposição quanto ao grau de parentesco dos integrantes da família frente ao chefe em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

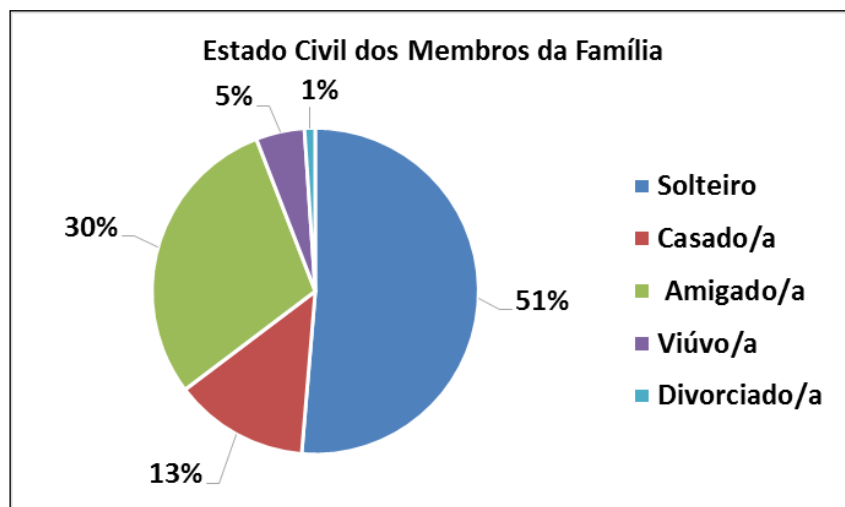


Figura 8.3-527. Estado civil dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Durante o trabalho de campo, foi levantada a situação ocupacional dos membros da família do pescador ou pescadora de Passé. Nota-se na Figura 8.3-528 que a formalização do trabalho alcança um total de 15,8% da população, ou seja, aqueles que possuem emprego com carteira assinada.

Os aposentados e/ou pensionistas representaram 6,8% do universo dos membros familiares. Aqueles classificados como conta própria irregular alcançaram 17,8% do total. Assim como o empregado sem carteira assinada, desenvolviam o trabalho sem o devido respaldo junto a previdência social, ampliando a possibilidade de não ter o amparo legal para situação como desemprego, doenças, etc.

As pessoas sem ocupação e que não estavam à procura de emprego (Não Trabalha), era de 14,4% do total. Os desempregados, ou seja, aqueles que estavam à procura de trabalho nos últimos 30 dias, totalizaram 6,8%. (Figura 8.3-528).

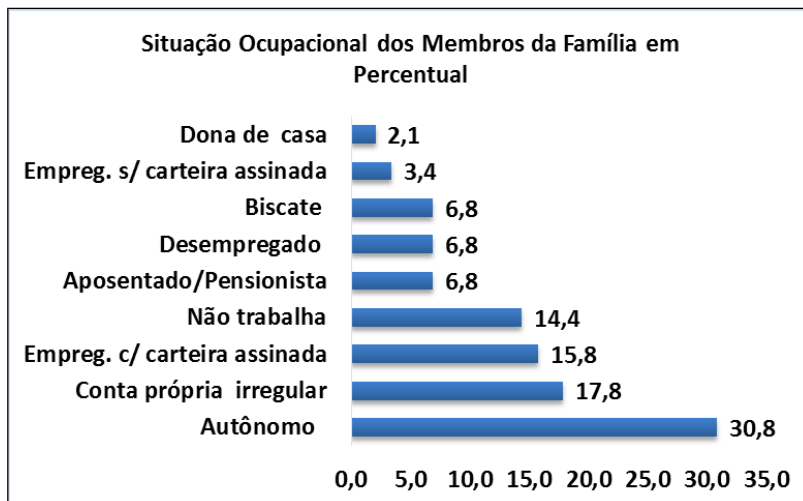


Figura 8.3-528. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto ao local de desenvolvimento da atividade, o trabalho de campo realizado junto aos pescadores/pescadoras de Passé identificou que, dos familiares que eram considerados autônomos ou conta própria irregular, 53% desenvolviam sua atividade no próprio domicílio. Apenas 3% desenvolviam a atividade na rua (Figura 8.3-529).

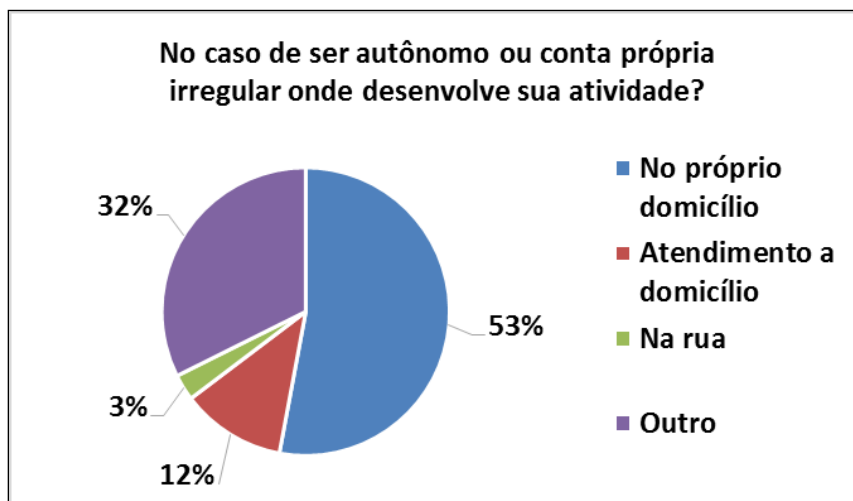


Figura 8.3-529. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A aplicação dos questionários mostrou uma quantidade significativa de profissionais entre os membros das famílias de pescadores que foram visitadas durante o trabalho de campo (Figura 8.3-530). Predominava a profissão de pescador com 19,1% do total de profissões.

Quanto a ocupação exercida no período da pesquisa pelos membros familiares, os maiores destaques eram aqueles ligados justamente a atividade da pesca artesanal. No âmbito desse grupo, 57,4% dos membros familiares estavam ligados a esse tipo de atividade. O grupo de estudantes representava 15,5% (Figura 8.3-531).



Figura 8.3-530. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

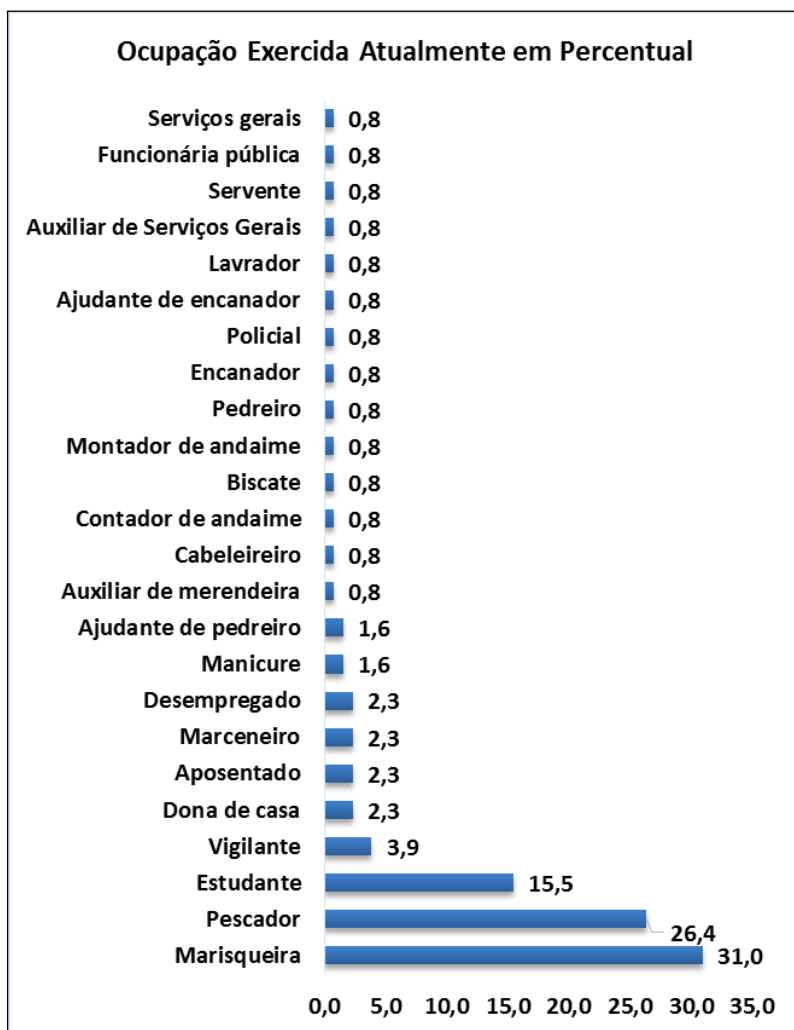


Figura 8.3-531. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o local de trabalho daqueles que desenvolviam atividades remuneradas, a residência era o principal local para 55%. A empresa privada representou apenas 7%, enquanto a empresa pública, normalmente ligada ao poder público municipal, alcançou um patamar de 13%. O trabalho desenvolvido na casa de particulares não ultrapassava os 5% (Figura 8.3-532).

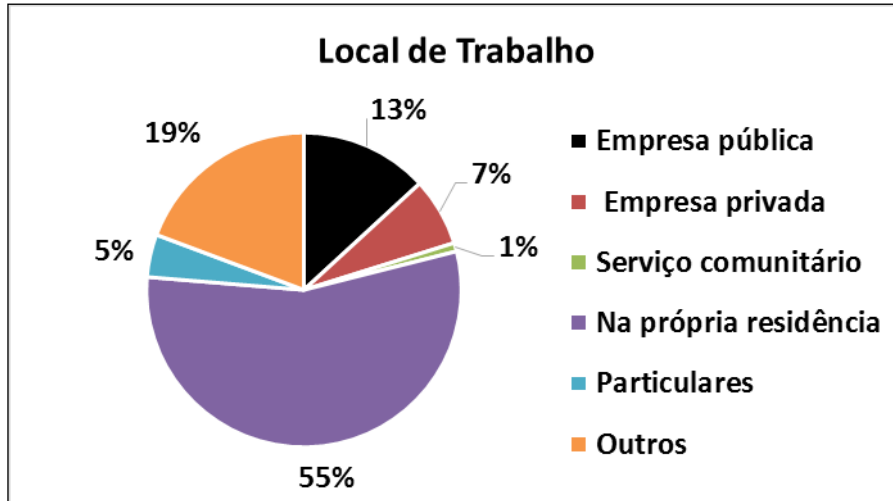


Figura 8.3-532. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aos rendimentos oriundos da ocupação principal desenvolvida pelos membros familiares das residências pesquisadas em Passé, 48% recebiam até meio salário mínimo, 25% de meio salário até 1 salário mínimo e 38% recebiam até dois salários mínimos (Figura 8.3-533).

Sobre a existência de uma outra fonte de renda na família, os que declararam sim quanto ao recebimento, o Bolsa Família estava presente em 47% das situações. A pensão e o seguro desemprego juntos somavam 42% (Figura 8.3-534). Essas rendas secundárias também apresentavam baixos valores no âmbito geral. Somando as classes até 1 salário mínimo, esse percentual englobava 51% daqueles que possuíam outra fonte de renda (Figura 8.3-535).

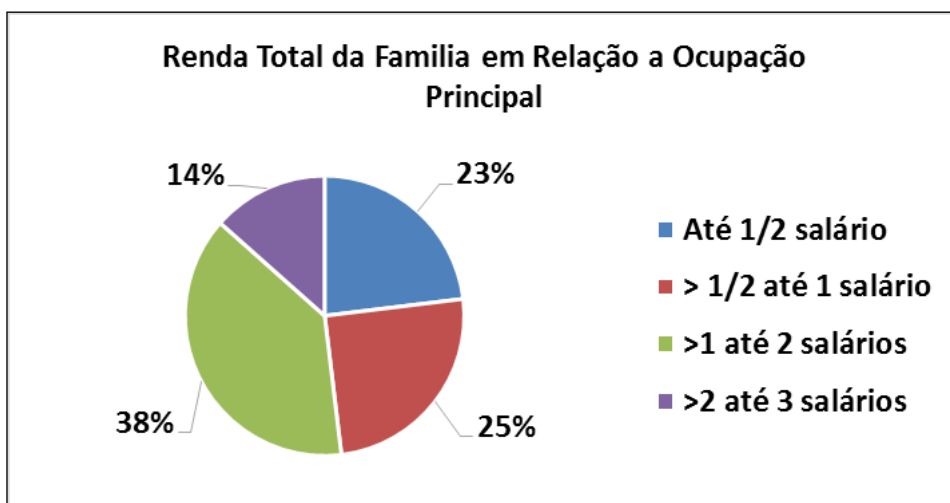


Figura 8.3-533. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

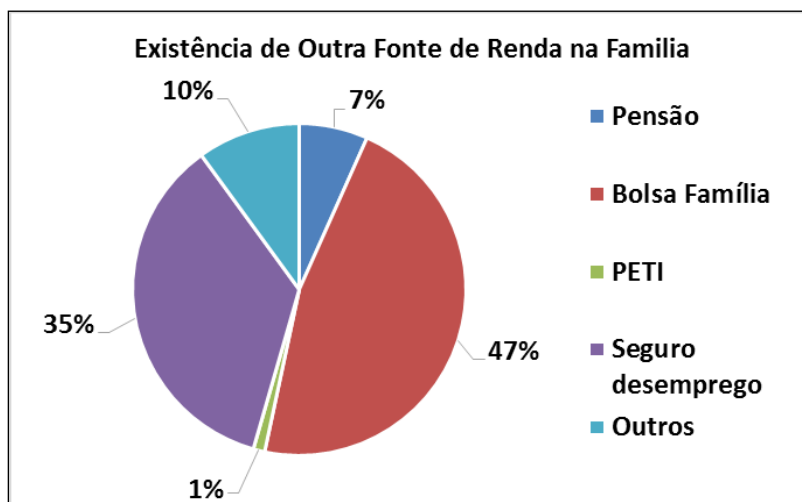


Figura 8.3-534. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

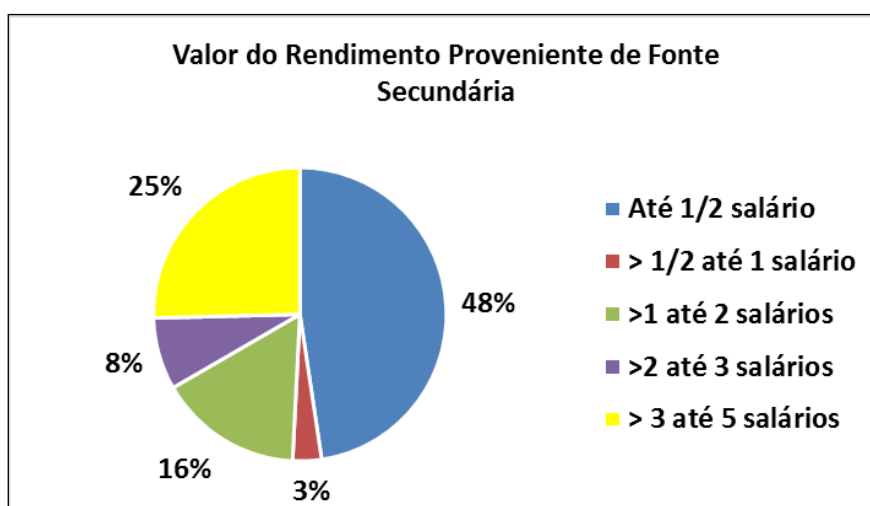


Figura 8.3-535. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(vi) Infraestrutura e serviços básicos de saúde, educação, cultura e transporte na comunidade

Em Passé a população local conta com a estrutura de uma Unidade Saúde da Família, conforme descrição abaixo (ver Figura 8.3-536). Na educação, 5 unidades escolares estavam presentes na comunidade, atendendo a época da pesquisa, um total de 694 pessoas entre crianças e adultos (ver Tabela 8.3-55). Quanto ao transporte, o atendimento se dá basicamente por linhas complementares de ônibus ligando a comunidade a sede municipal de Candeias. Essas mesmas linhas também servem a outros distritos como Passagem dos Teixeiras e Caboto.

Identificação				
CADASTRADO NO CNES EM: 15/8/2005 ULTIMA ATUALIZAÇÃO EM: 8/5/2014				
Nome:		CNES:	CNPJ:	
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA PASSE		3504794		
Nome Empresarial:		CPF:	Personalidade:	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS		--	JURÍDICA	
Logradouro:		Número:		
RUA RIO DO CUNHA		S/N		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:	UF:
	DISTRITO DE PASSE	43806200	CANDEIAS	BA
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Esfere Administrativa:	Gestão:	
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA		MUNICIPAL	MUNICIPAL	
Natureza da Organização:			Dependência:	
ADMINISTRACAO DIRETA DA SAUDE (MS,SES e SMS)			MANTIDA	
PROFISSIONAIS SUS				
Médicos		1		
Outros		12		
PROFISSIONAIS NÃO SUS				
Total		0		
Atendimento Prestado				
Tipo de Atendimento:		Convênio:		
AMBULATORIAL		SUS		
Fluxo de Clientela:				
ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA				
Leitos				
Estabelecimento não possui Leitos Cadastrados				
Equipamentos				
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	
AMALGAMADOR	1	1	SIM	
CANETA DE ALTA ROTACAO	1	1	SIM	
CANETA DE BAIXA ROTACAO	1	1	SIM	
COMPRESSOR ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
FOTOPOLIMERIZADOR	1	1	SIM	
Resíduos/Rejeitos				
Coleta Seletiva de Rejeito:				
RESIDUOS COMUNS				

Instalações Físicas para Assistência						
AMBULATORIAL						
Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:				
CLINICAS BASICAS	1	0				
ODONTOLOGIA	1	0				
OUTROS CONSULTORIOS NAO MEDICOS	1	0				
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	1	0				
SALA DE IMUNIZACAO	1	0				
Serviços de Apoio						
Serviço:	Característica:					
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)	PROPRIO					
SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	PROPRIO					
Serviços Especializados						
Cod.:	Serviço:	Característica:	Ambulatorial:		Hospitalar:	
			Amb.:	SUS:	Hosp.:	SUS:
101	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
111	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
112	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
141	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Serviços e Classificação						
Codigo:	Serviço:	Classificação:	Terceiro: CNES:			
101 - 002	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE BUCAL MI	NÃO	NAO INFORMADO		
111 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	DIAGNOSTICO E TRATAMENTO	NÃO	NAO INFORMADO		
112 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE RISCO HABITUAL	NÃO	NAO INFORMADO		
141 - 001	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	NÃO	NAO INFORMADO		

Figura 8.3-536. Estrutura de saúde em Passé.

Tabela 8.3-55. Escolas na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Data Escola Brasil, 2014).

Comunidade/ Distrito	Tipo de Estabelecimento	Nome da Escola	Educação Infantil	Educação Fundamental	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos	Alunos no Transporte Escolar
Passé	Público	Escola de Educacao Infantil Professora Palmira do Nascimento Garcez	82		-	-	8
Passé	Público	Escola Municipal Albertina Dias Coelho	-	289	-	53	93
Passé	Público	Escola Municipal Antonio Cristino dos Santos	18	31	-	-	6
Passé	Público	Escola Municipal Castro Alves	39	93	-	13	-
Passé	Público	Escola Municipal Monteiro Lobato	32	27	-	17	35

Quanto aos aspectos educacionais, a pesquisa com os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade de Passé e seus familiares, apresentou uma taxa de analfabetismo de 6% no total da amostra (Figura 8.3-537). O grau de escolaridade mais elevado era o nível médio completo, onde uma parte, 31%, estava nessa categoria.

A pesquisa averiguou qual o percentual de pessoas que constituem a família dos pescadores e pescadoras artesanais de Passé que ainda estão estudando. Do total, 33% ainda encontravam-se em frequência escolar. Um elevado percentual da amostra, 67%, não frequentava mais a escola (Figura 8.3-538). A pesquisa direta também diagnosticou que dentre aqueles menos de 21 anos que decidiram parar o estudo, 60% frequentou a escola por 2 anos e 40% entre 3 a 4 anos (Figura 8.3-539).

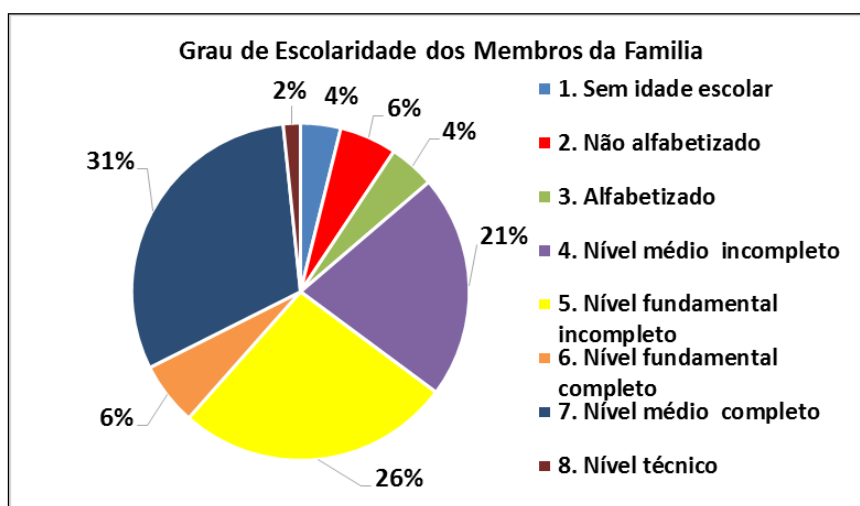


Figura 8.3-537. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

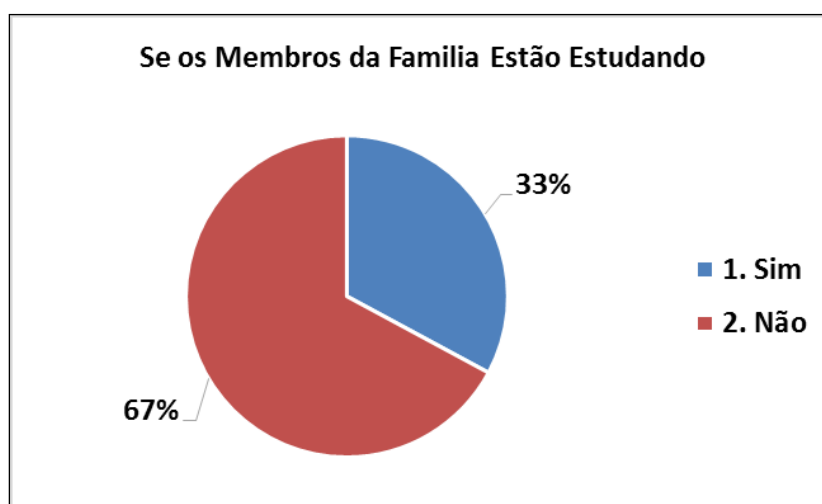


Figura 8.3-538. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

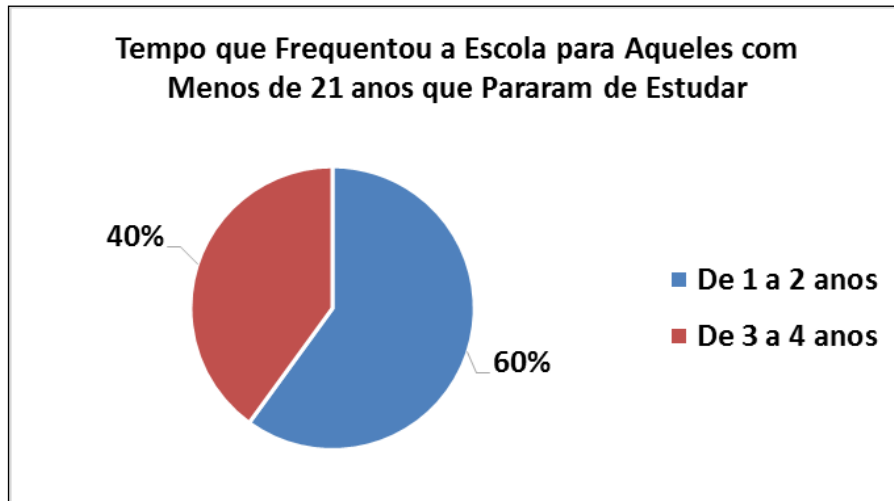


Figura 8.3-539. Tempo que frequentou a escola para aqueles com menos de 21 anos que pararam de estudar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os aspectos de saúde também foram auferidos pela pesquisa, basicamente quanto aos tipos de doenças registrados nos últimos 12 meses na família e se houve a realização de algum exame preventivo por parte do entrevistado (Figura 8.3-540).

Destacava-se entre o público feminino, os casos de hipertensão com 25% do total de mulheres (Figura 8.3-541). Entre o público masculino, a pesquisa também registrou uma variedade de enfermidades, dentre elas a problemas de coluna, convulsão e reumatismo. Doenças ligadas a coluna foram as que mais acometeram o gênero masculino segundo o levantamento de dados, com 40% do total.

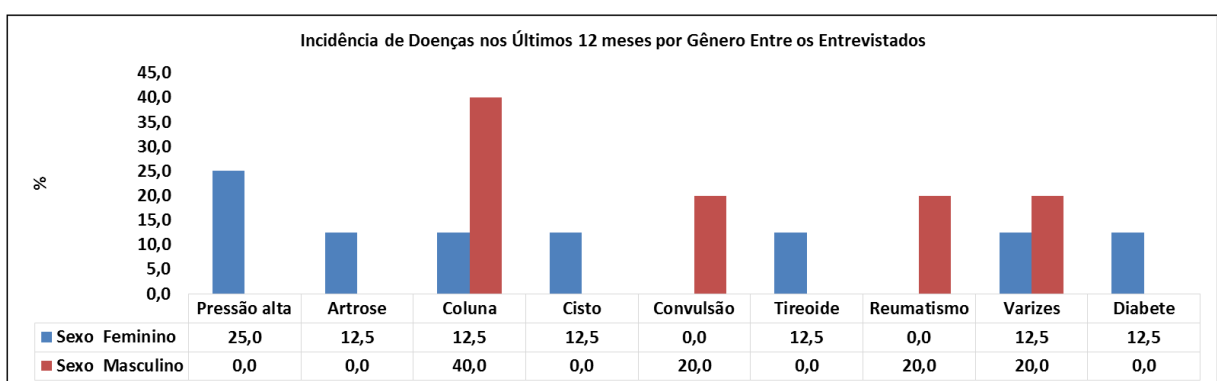


Figura 8.3-540. Incidência de doenças nos últimos 12 meses por gênero (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

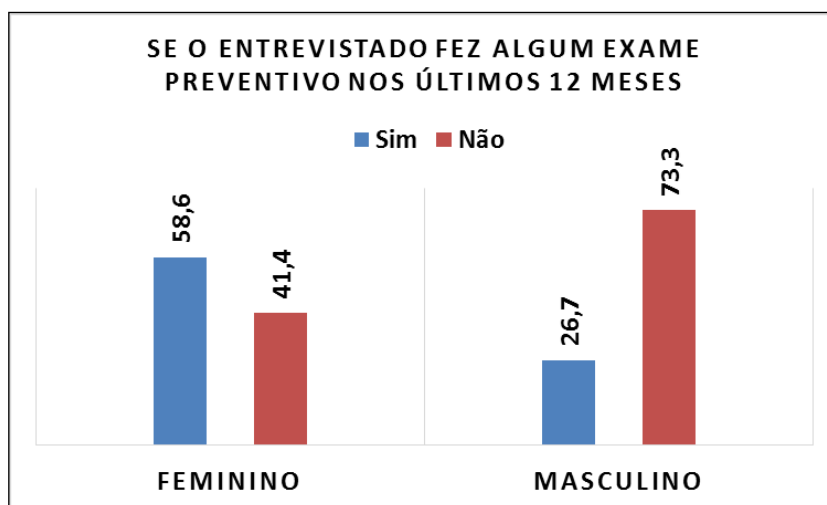


Figura 8.3-541. Se o entrevistado fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A realização de exames preventivos é uma ação importante para que se possa tratar adequadamente e com mais eficiência determinados problemas. Dos que responderam positivamente quanto a esse aspecto, o público feminino destacou-se com o índice mais elevado (Figura 8.3-541), ou seja, 58,6% das mulheres fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses em Passé. Enquanto isso, esse percentual apresenta maior negatividade junto ao gênero masculino, onde 73,3% não realizaram nenhum exame.

(vii) Moradia e situação fundiária;

As residências eram praticamente unifamiliares, alcançando 95% dos registros (Figura 8.3-543). O mesmo percentual, 95%, o levantamento mostrou que as casas eram próprias. Quanto as características físicas da residência, a pesquisa junto aos pescadores artesanais de Passé, identificou que 82% delas eram de alvenaria com reboco e 18% de alvenaria sem reboco (Figura 8.3-544).

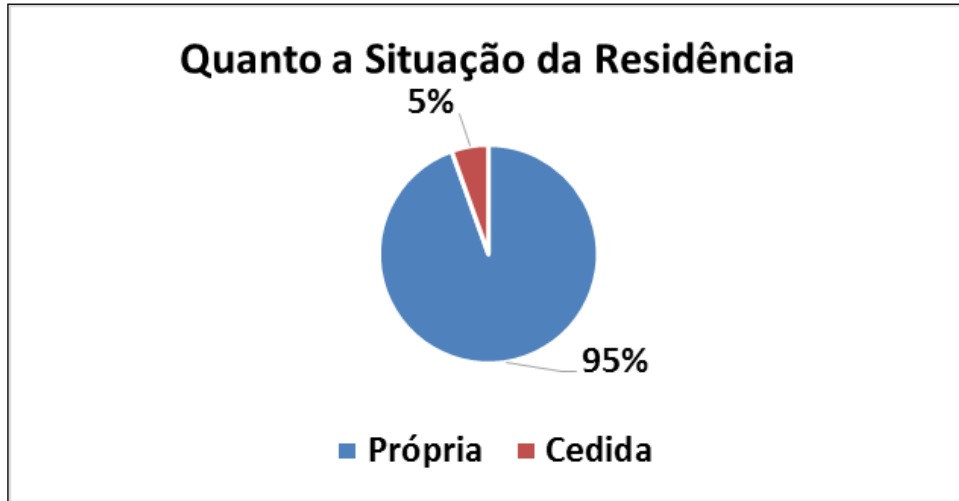


Figura 8.3-542. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

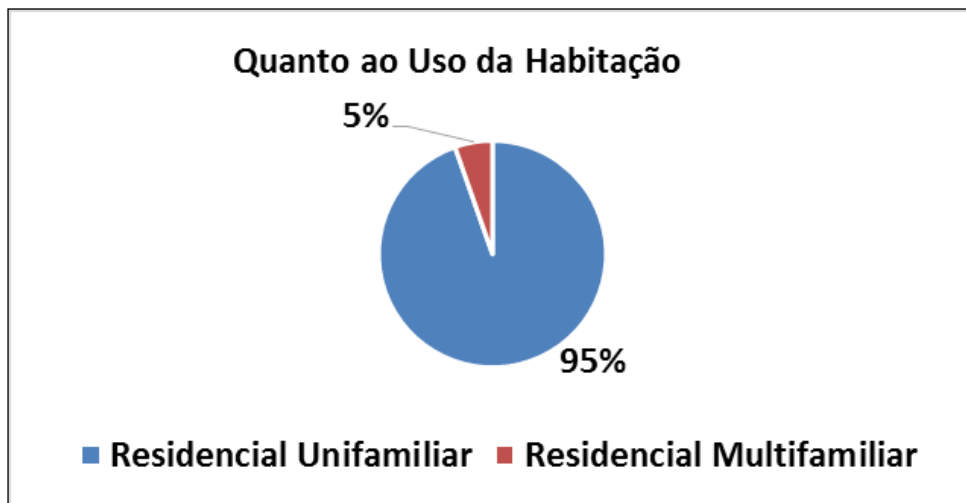


Figura 8.3-543. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

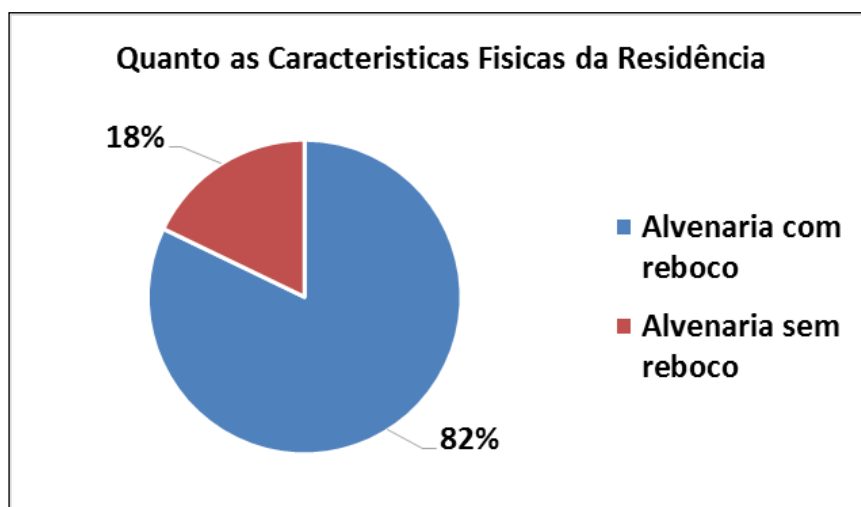


Figura 8.3-544. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O número predominante de cômodos nessas residências era de 2 ao todo, segundo a pesquisa, com um registro de 31% da amostra. As casas com apenas 3 cômodos registraram 13%, enquanto aquelas com apenas 1 cômodo totalizaram 5% do total (Figura 8.3-545). Do total de residências de pescadores artesanais visitadas em Passé, 54% contavam com 2 quartos. As casas com apenas 1 quarto alcançaram a taxa de 5% (Figura 8.3-546).

Em 94% das residências havia a presença de pelo menos 1 sanitário. Quanto a localização dos sanitários, 95% estavam dentro das respectivas residências (Figura 8.3-548 e Figura 8.3-549).

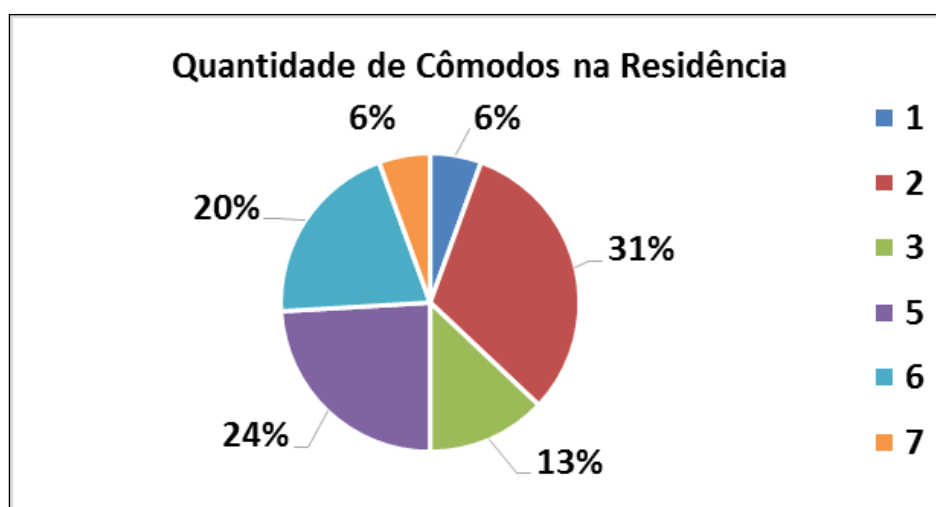


Figura 8.3-545. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

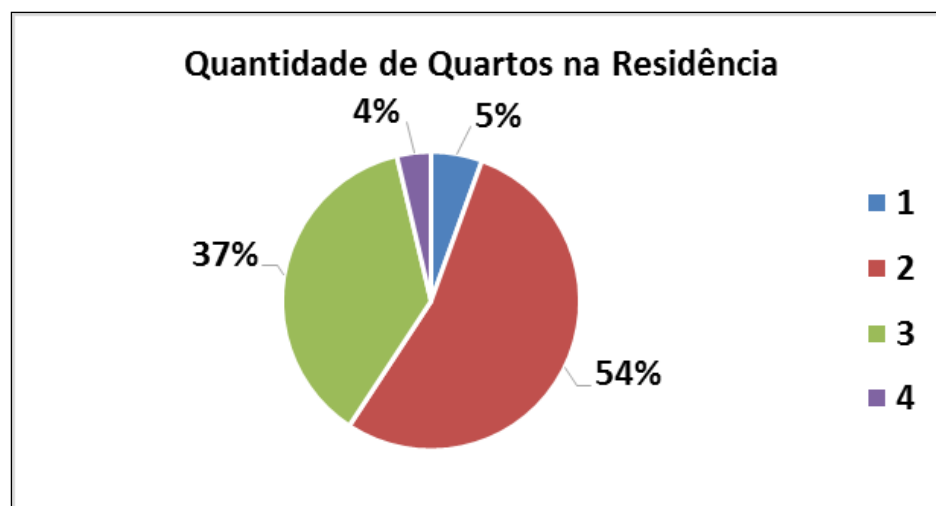


Figura 8.3-546. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

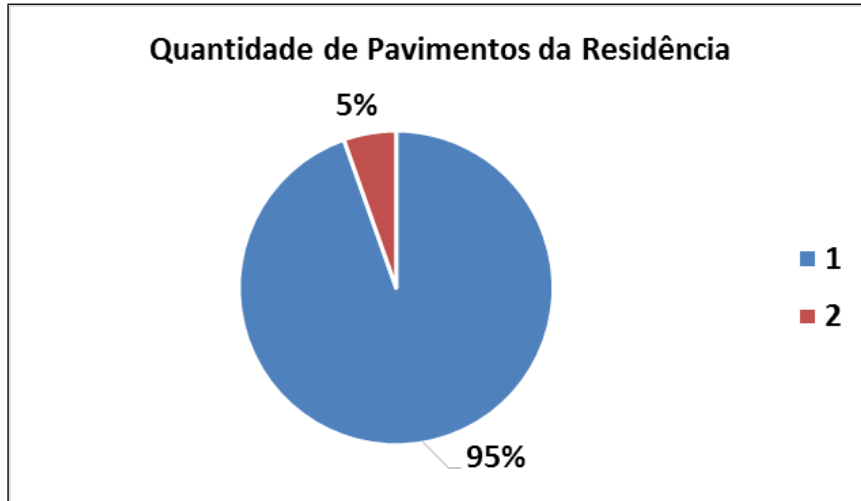


Figura 8.3-547. Quantidade de pavimentos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

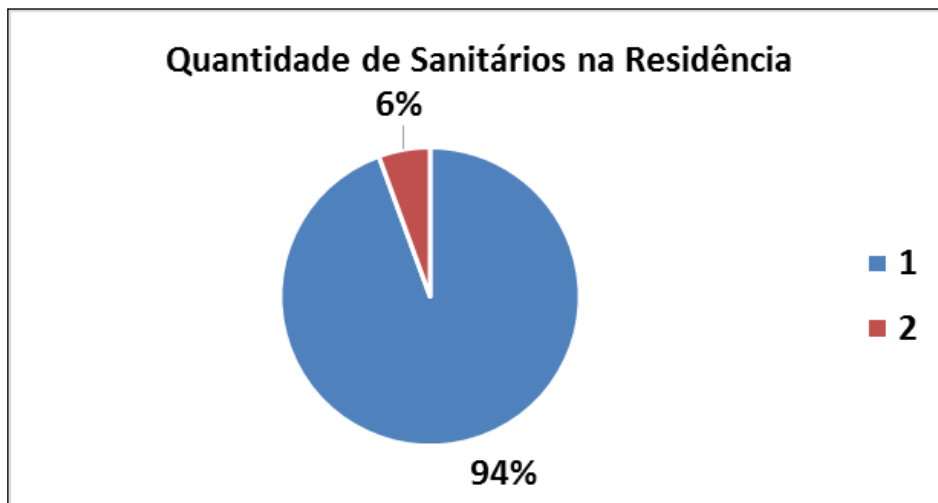


Figura 8.3-548. Quantidade de sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-549. Localização dos sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(viii) Infraestrutura básica de saneamento, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica

Quanto ao acesso dos serviços de energia e água entre os entrevistados em Passé, a pesquisa revelou a que rede de energia com ligações via gato, estava presente em 10% das residências e o abastecimento de água desses domicílios via rede pública alcançava 80% das casas (Figura 8.3-550). As ligações irregulares de água alcançaram 9% do total (Figura 8.3-551). Mesmo para as unidades domiciliares pesquisadas que tem acesso a água encanada via rede, a irregularidade do abastecimento é um fator comum nas respostas dos entrevistados. Para apenas 5% do total, o acesso a água através da rede é diário a qualquer momento do dia. De forma predominante, 59% dos casos, o abastecimento via rede pública ocorre de 2 a 3 vezes por semana (Figura 8.3-552). Essa situação provoca a necessidade de estocagem de água nas residências, sendo que em 68%, o armazenamento de água é feito em tanques ou caixas d'água. A utilização de tonéis ou baldes sem tampa representaram 5% da amostra pesquisada (Figura 8.3-553).

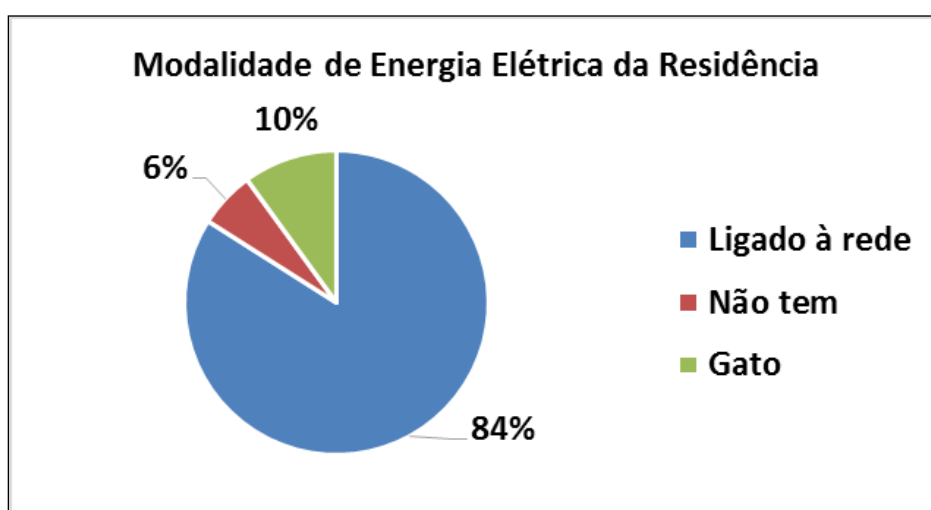


Figura 8.3-550. Modalidade de energia elétrica da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

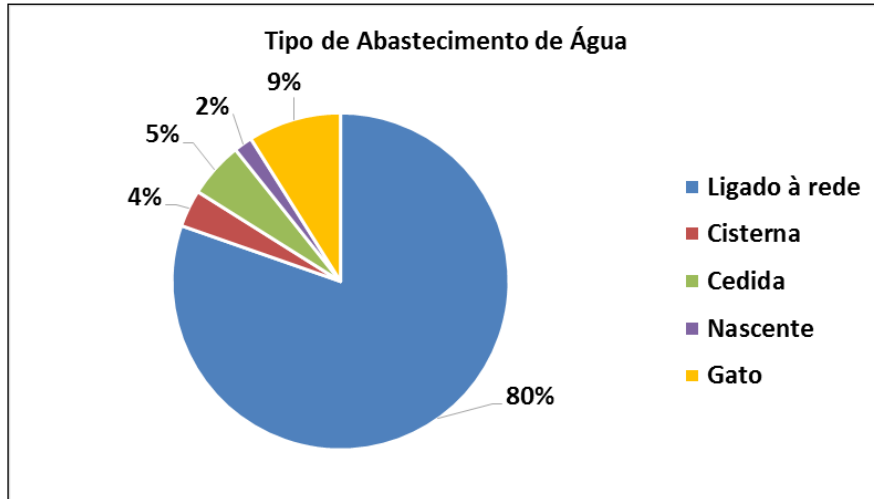


Figura 8.3-551. Tipo de abastecimento de água (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

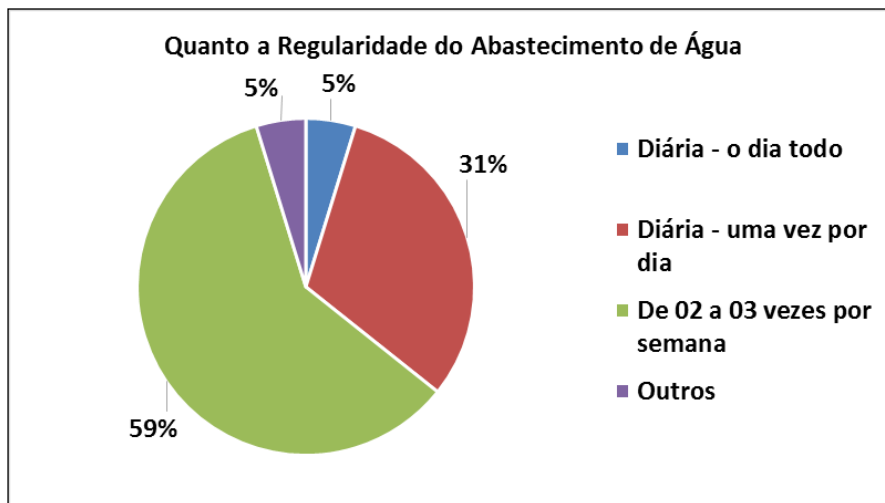


Figura 8.3-552. Quanto a regularidade do abastecimento de água via rede pública (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

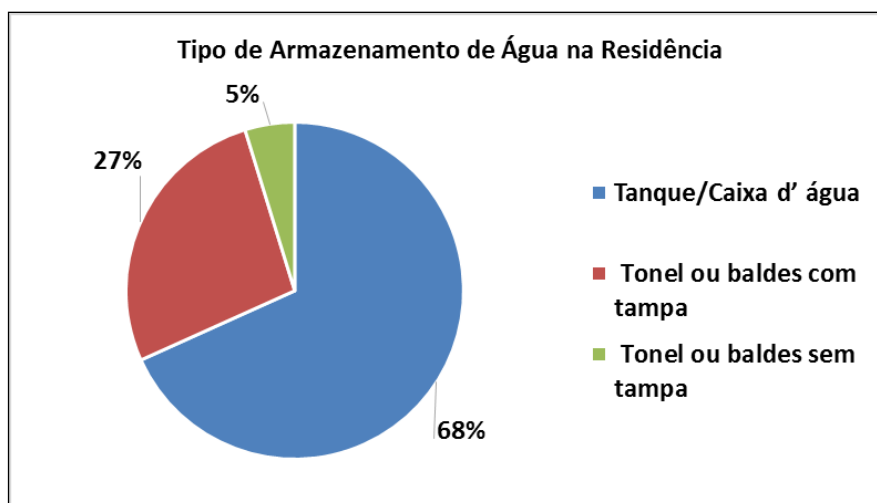


Figura 8.3-553. Tipo de armazenamento de água na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre a disposição dos resíduos sólidos nas residências dos pescadores artesanais de Passé, a coleta alcançava, segundo a pesquisa, apenas 95% das residências. A queima era a principal forma de disposição do lixo para 5% dos entrevistados (Figura 8.3-554). A coleta era diária em apenas 7% das residências pesquisadas, enquanto em 91% delas, a periodicidade da coleta era de 2 a 3 vezes por semana (Figura 8.3-555).

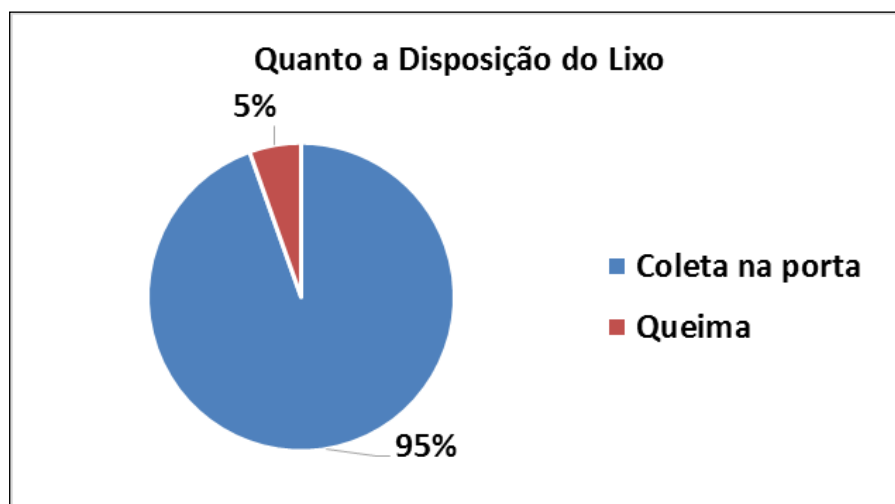


Figura 8.3-554. Quanto a disposição do lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

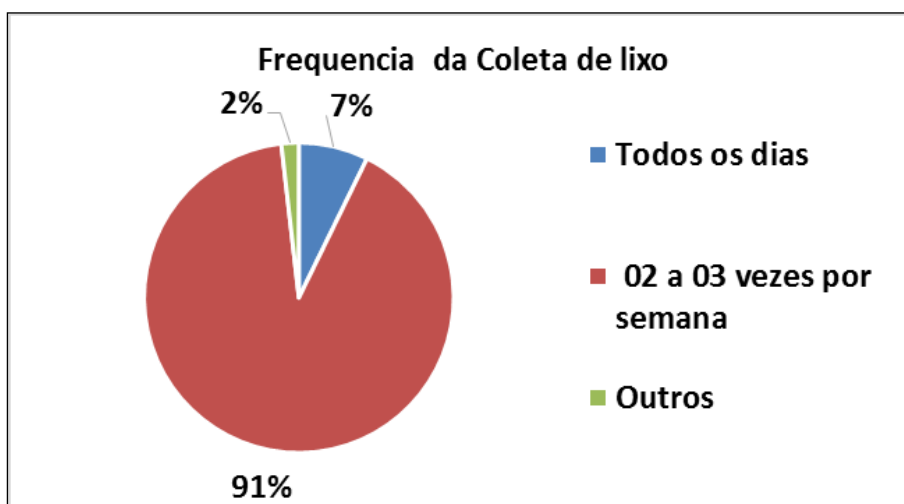


Figura 8.3-555. Frequência da coleta de lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto à disposição do esgotamento sanitário, predominava a modalidade de canal a céu aberto com 43,9%, seguido pela fossa artesanal com 26,3% (Figura 8.3-556).

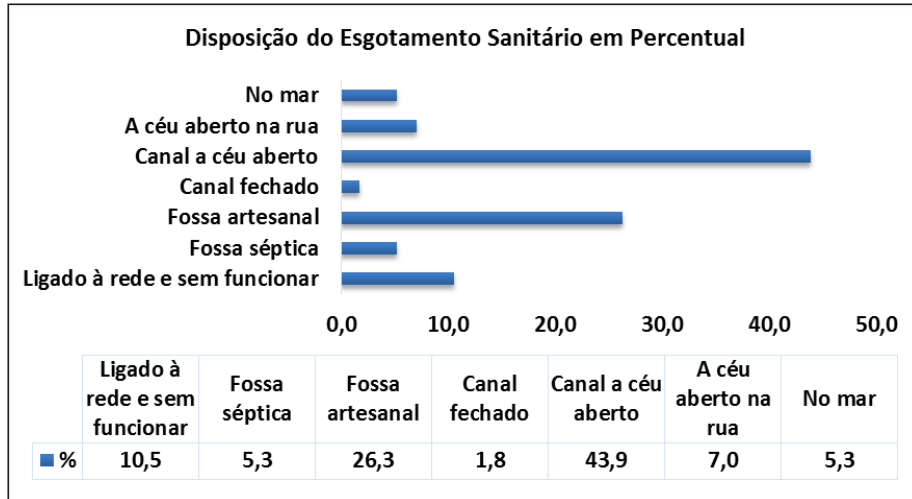


Figura 8.3-556. Disposição do esgotamento sanitário em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto as características das ruas onde os entrevistados residiam eram na sua maioria constituídas de terra batida com 51%. O asfalto era encontrado em 49% das ruas onde o trabalho de campo ocorreu em Passé (Figura 8.3-557). Segundo os entrevistados, 89% das ruas onde residiam não possuíam nenhum dispositivo de drenagem. Tais dispositivos só eram identificados em 11% ruas onde as residências estavam localizadas (Figura 8.3-558). Por fim, o reconhecimento de condição de ruas alagadas, após as chuvas, onde residiam os entrevistados, alcançou 20%. A presença de poças após um evento chuvoso estava presente em 59% das respostas (Figura 8.3-559).

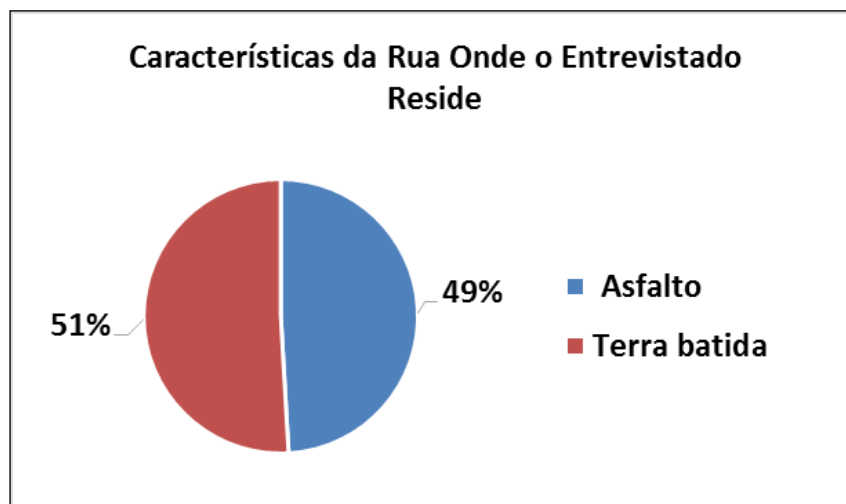


Figura 8.3-557. Características da rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

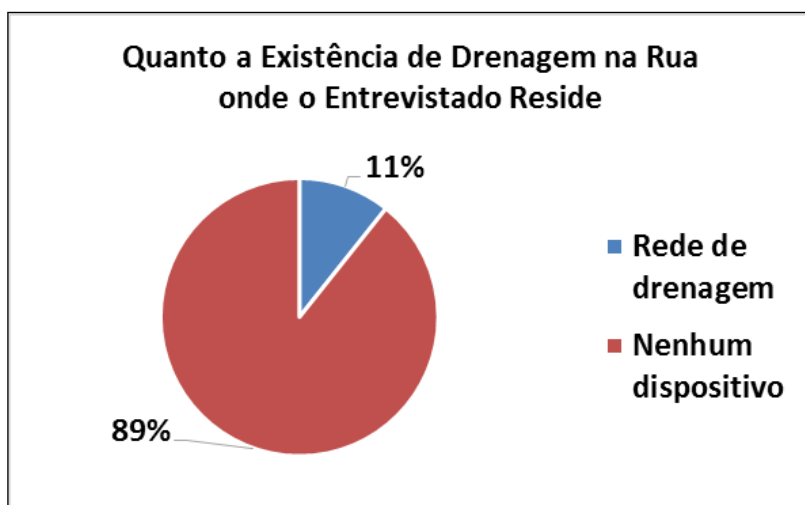


Figura 8.3-558. Quanto à existência de drenagem na rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

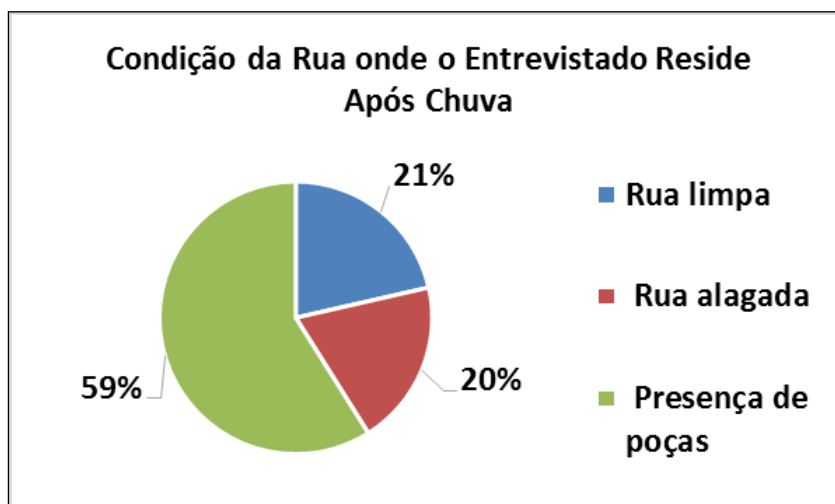


Figura 8.3-559. Condição da rua onde o entrevistado reside após chuva (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(ix) Calendário das principais manifestações culturais existentes

No distrito de Passé, destaca-se como principais eventos a festa de São Gonçalo, padroeiro dos pescadores, no dia 10 de Janeiro. A história e importância dessa festa pode ser lida a seguir a partir do depoimento de Pedro Rebouças, presidente da Associação de Moradores de Passé:

É 10 de janeiro que é São Gonçalo, uma festa histórica, cultural dos nossos pescadores, que há 80, 90 anos onde seis pescadores saíram pra pescar e eles prenderam na rede um peixe de fundo, um espadarte de aproximadamente 600 quilos (...) ele enalhou... O peixe deu trabalho para eles conseguirem e fizeram uma promessa a São Gonçalo, por ser a data do dia de São Gonçalo que se eles conseguissem sair e trazer o peixe, que eles fariam uma capela para São Gonçalo. E

isso aconteceu, eles trouxeram o peixe, tiraram a espada, o peixe passou a ser um símbolo do nosso distrito. Os gestores tiraram esse peixe para reformar e nunca mais devolveram. E os pescadores construíram essa capela que existe até hoje.
(Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP)

(x) Políticas públicas sociais implementadas pelos governos federal, estadual e municipal acessadas pela comunidade;

As políticas públicas mais acessadas por aqueles que tinham rendimento oriundo da pesca eram notadamente o bolsa família e/o auxílio defeso. Em Passé, o bolsa família, para aqueles que viviam exclusivamente da pesca, era recebido por cerca de 50,7% dos entrevistados.

(xi) Pontos de desembarques públicos e privados, acessos às áreas de pesca e, as principais estruturas de apoio à atividade pesqueira presentes no município

O levantamento de campo, com suporte da Colônia de Pescadores de Candeias identificou, dentre as estruturas solicitadas pelo TR do IBAMA, apenas um local de desembarque de pescado em Passé, próximo à praça central. Esse local, de caráter privado, é um dos pontos onde uma parte da produção é adquirida pelo proprietário e utilizado ou revendido para outros lugares na região. Essa estrutura está indicada no Mapa das Rotas de Pescadores Passé (Apendice 8.32).

(xii) Principais características da frota pesqueira atuante, as artes de pesca utilizadas e os principais recursos explorados

Apenas 34% responderam possuir uma embarcação (Figura 8.3-560). Para aqueles que detinham uma embarcação, a canoa de remo era a mais popular, com 90% dos resultados (Figura 8.3-561). Percebe-se que as embarcações motorizadas ainda estão distantes de muitos dos pescadores artesanais de Passé, com um total de 10% da amostra.

De acordo com os pescadores artesanais entrevistados em Passé e que são possuidores de embarcações, 50% desses equipamentos tinham mais do que 6 metros de comprimento (Figura 8.3-562). As demais somaram 50%, cujo comprimento variava, abaixo de 4,3 metros até 6 metros de comprimento. Apesar da enorme vantagem, principalmente quanto a sua durabilidade, as embarcações com casco de fibra de vidro eram apenas 24% (Figura 8.3-563). Segundo a pesquisa, aqueles que responderam sobre a potência do motor da embarcação, indicaram que 50% era de 20 a 30 hp e os demais 50% de 35 a 60hp (Figura 8.3-564). Tais motores permitem desenvolver uma velocidade de até 50 km e um consumo de 5,5km/l. A depender da quantidade de óleo armazenado, esses motores podem ter uma autonomia significativa, o que representaria uma boa possibilidade de execução da atividade de pesca em várias áreas e em menor tempo.

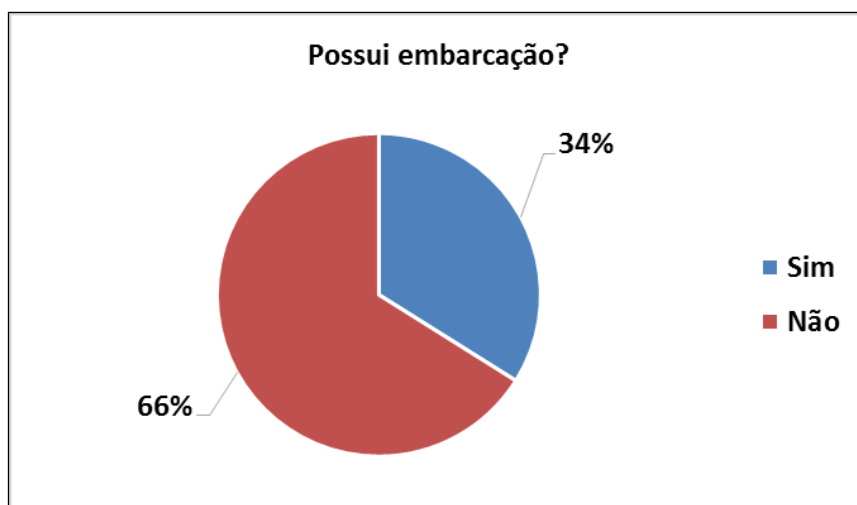


Figura 8.3-560. Possui Embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

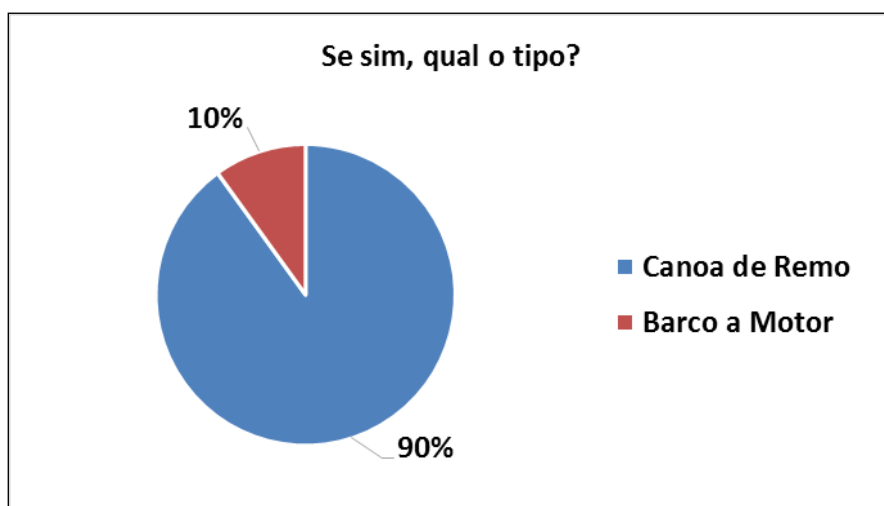


Figura 8.3-561. Se sim, qual o tipo? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

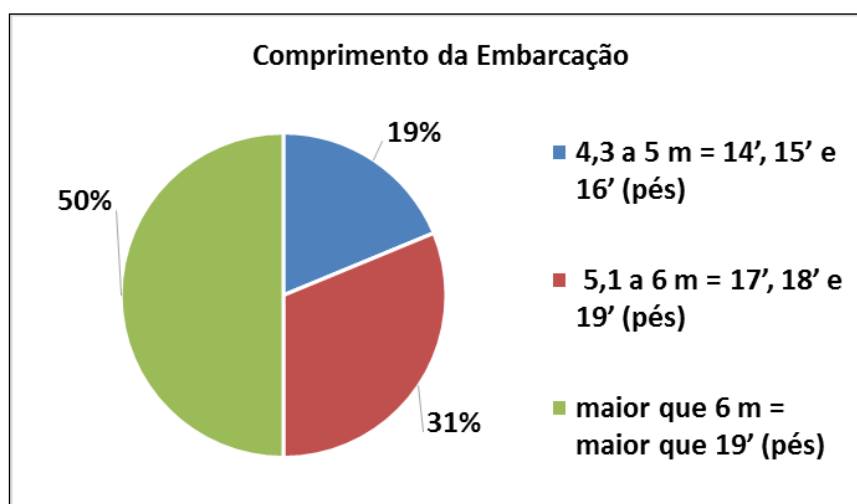


Figura 8.3-562. Comprimento da Embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

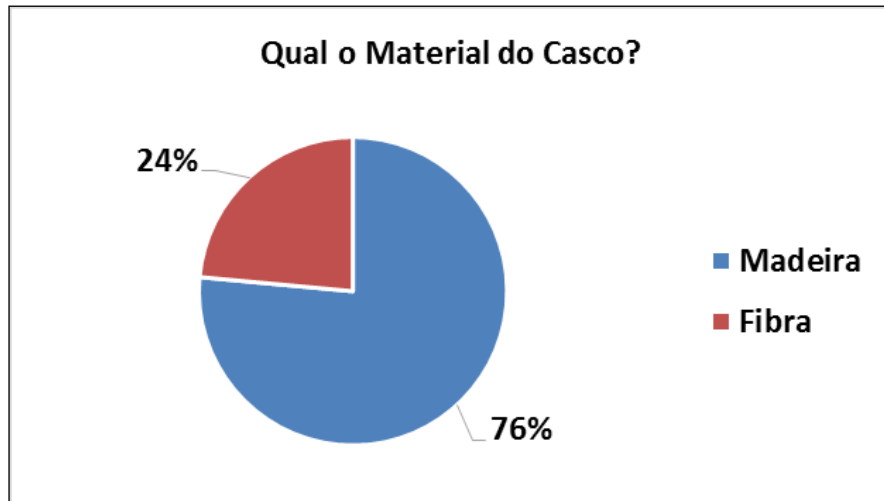


Figura 8.3-563. Qual o material do casco? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

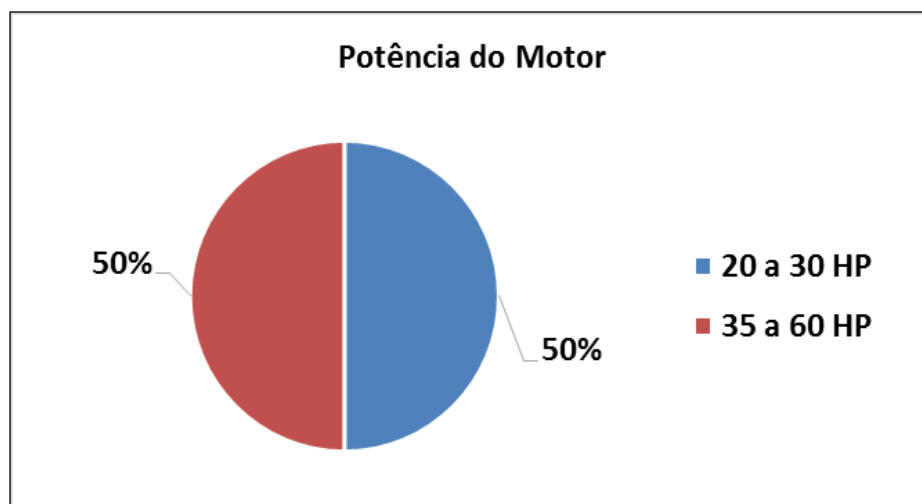


Figura 8.3-564. Potência do motor da embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A conservação dos pescados obtidos pelos pescadores artesanais da comunidade de Passé era realizada por 95% das pessoas entrevistadas (Figura 8.3-565). Dos que responderam quanto a existência da conservação, este é feito, segundo 90% dos entrevistados, através do processo de congelamento. O uso da técnica de defumo representou 10% do total (Figura 8.3-566). Quanto ao local onde era feito a conservação, a residência do pescador e pescadora artesanal, era o local com maior representatividade. Segundo a aplicação dos questionários, esse índice era de 96%. A utilização da Colônia de Pescadores apareceu com apenas 2% (Figura 8.3-567).



Figura 8.3-565. Pratica algum tipo de conservação do pescado? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

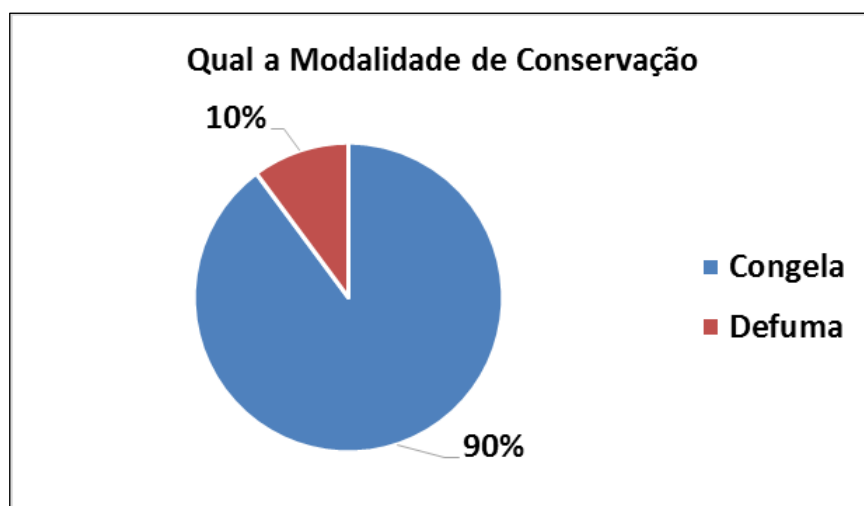


Figura 8.3-566. Qual a modalidade de conservação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-567. Onde a conservação é feita? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(xiii) Relações de propriedade dos meios de produção, formas de partilha, divisão do trabalho e remuneração na pesca artesanal; produção; políticas públicas específicas para a pesca artesanal e relação cultural, social e econômica com outras comunidades pesqueiras e outros grupos sociais

De acordo com a Figura 8.3-568, segundo a visão dos entrevistados, 60% informaram não haver incentivo pra atividade. Os que citaram a existência de incentivo (40%) lembraram os programas existentes para aquisição de embarcações, a compra de equipamentos para a mariscagem e a compra de gelo (Figura 8.3-569).

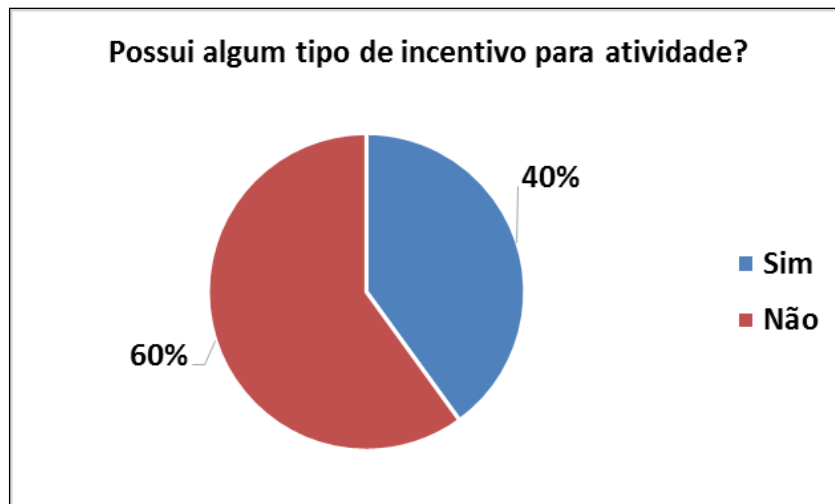


Figura 8.3-568. Possui algum tipo de incentivo para atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

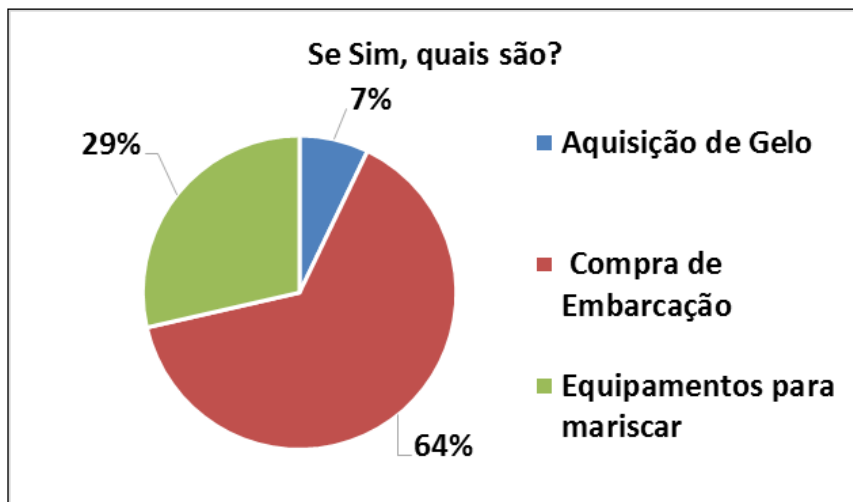


Figura 8.3-569. Se sim, quais são? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Mesmo a disposição dos programas notou-se problemas no seu acesso, como informa o depoimento do Presidente da Colônia de Pescadores de Candeias obtido por meio de entrevista qualificada:

Hoje nós temos o programa do governo que não é fácil, que nós somos atendidos pelo Banco do Nordeste, na nossa agência em Simões Filho é complicado. Nós

temos o projeto, o Plano Safra né? Que atende até R\$ 150 mil reais por pessoa. Para compra de materiais, equipamentos, até barcos grandes, mas ai é um grande projeto. Pra canoas pequenas chega até 16, 20 mil (...) mas nós temos muita dificuldade. Aqui eu consegui só uma vez para 4 pessoas, foram 3 canoas e 1 motor. Até agora consegui nada, esse Plano Safra, até porque tá parado. O Banco ainda não soube como fazer, manusear esse Plano Safra, principal entre aqui na região (...) o governo lança o programa, mas os bancos não se organizam para devolver ao pescador o que é de direito.

Uma canoa simples hoje custa R\$ 4.500,00, de fibra a remo, com propulsão a remo. Uma canoa de fibra maior com motor a depender da marca do motor, ela chega a R\$ 12 mil reais, o mínimo que você vai botar um motor simples, numa canoa também menor. Numa canoa maior vai a R\$ 16 mil, vai pegar um motor maior, com mais potência... (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54 de Candeias)

Sobre o destino da produção do pescado para os pescadores artesanais de Passé, a feira livre aparecia como principal opção para 43%, seguida pela venda na residência e na comunidade com 31%. A comercialização fora do município de Candeias foi citada por 2% dos entrevistados (Figura 8.3-570).

A atividade da pesca e/ou mariscação é um trabalho que é desenvolvido em cima de uma relação social bastante pujante. O envolvimento de terceiros para o trabalho é uma forma de economia no custeio como o aluguel de barcos, etc. Segundo o trabalho de campo em Passé, 45% realizava a pesca artesanal com amigos. A presença de familiares ocorria em 38% dos casos (Figura 8.3-571).

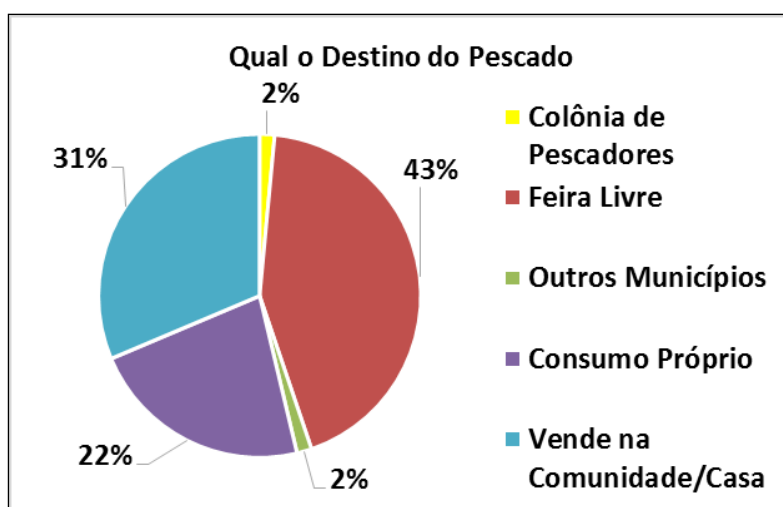


Figura 8.3-570. Qual o destino do pescado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

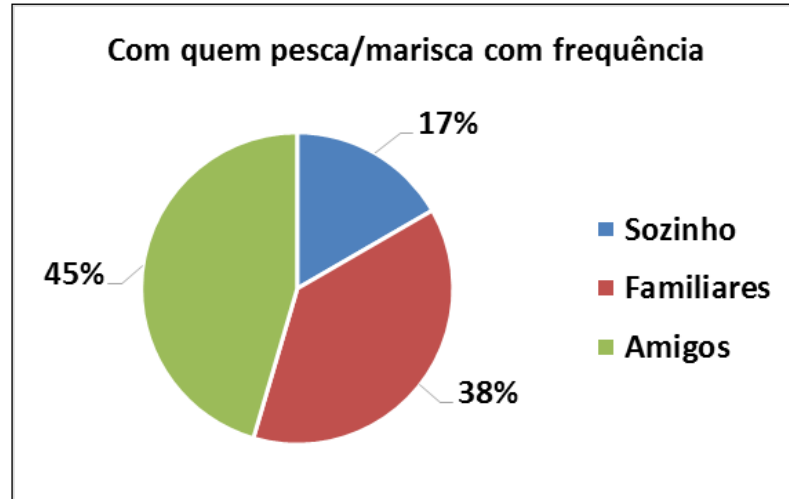


Figura 8.3-571. Com quem pesca/marisca com frequência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Em apenas 17% dos casos foi apontada a existência de algum tipo de remuneração para as pessoas que participavam do momento da pesca (Figura 8.3-572). Essa remuneração, conforme Figura 8.3-573, se dá pela partilha do pescado em 89% dos casos, e em apenas 11%, através de alguma remuneração financeira.

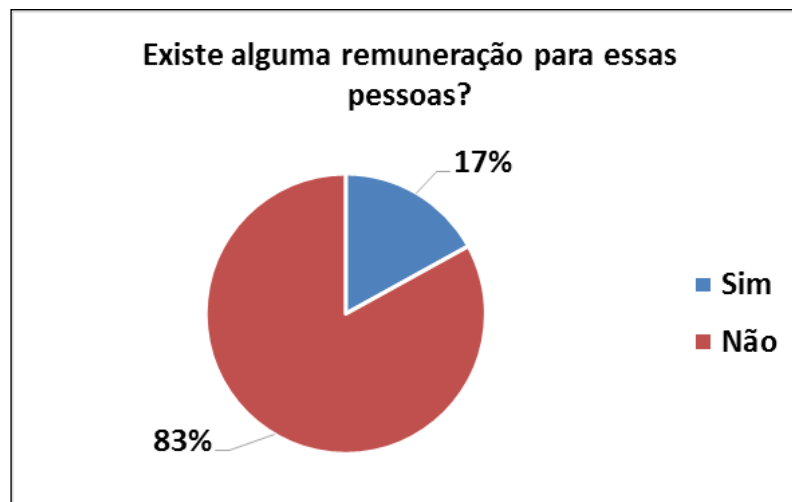


Figura 8.3-572. Existe alguma remuneração para essas pessoas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

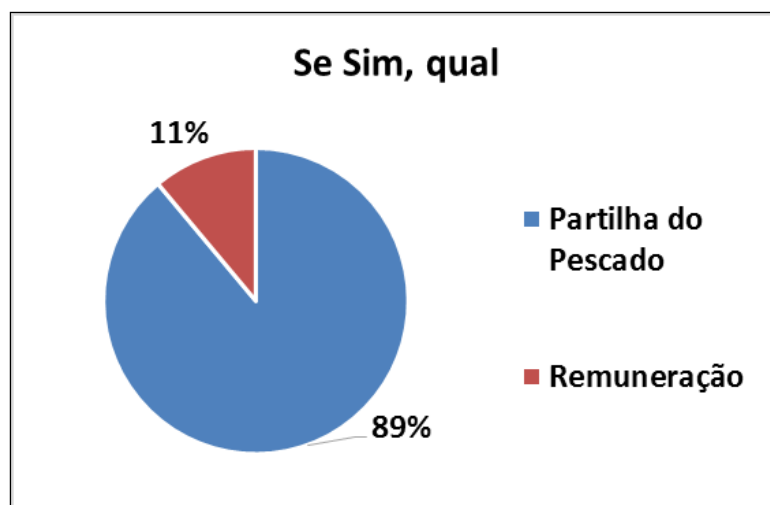


Figura 8.3-573. Se sim, qual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Por fim, os rendimentos médios obtidos pelos pescadores e pescadoras artesanais que viviam da pesca em Passe, de acordo com o levantamento, era de R\$ 220,64.

8.3.8.2.4 Caboto

O início da colonização da área que mais tarde daria origem ao município de Candeias, em meados do século XVI, deu-se a partir das terras conhecidas como Matoim, sesmaria que abrigava os Engenhos de Caboto e Freguesia, oriundos das terras dos Engenhos Pitanga e da Freguesia de Nossa Senhora de Encarnação do Passé.

Essas localidades marcaram de forma significativa a época do ciclo da cana-de-açúcar, etapa fundamental da formação do Recôncavo e determinante na estruturação étnico-cultural da população local, como também de suas características socioeconômicas.

Próximo ao engenho Freguesia desenvolveu-se a povoação denominada de Caboto, cujas atividades principais estavam centradas no transporte de açúcar para a capital, pequeno comércio e a pesca (Figura 8.3-574, e Apêndice 8.36). Os engenhos Freguesia e Caboto marcaram o florescimento da economia açucareira no recôncavo, funcionando em todo o período colonial, tendo se destacado na década de 1560.



Figura 8.3-574. Perímetro urbanizado de Caboto (UTM 554184 / 8590169), Candeias – BA (Fonte: Google Earth Pro, 2011).

A comunidade de Caboto (Figura 8.3-8) passou por processo histórico de adaptação ecológica às condições históricas de existência na referida área, tendo sido formada importante comunidade de pescadores e pequenos agricultores de subsistência, conformado pelas relações com o modo exterior através de visitantes, veranistas e com o poder público, através do desempenho de poucas funções públicas disponíveis na localidade (CODEBA, 2012).



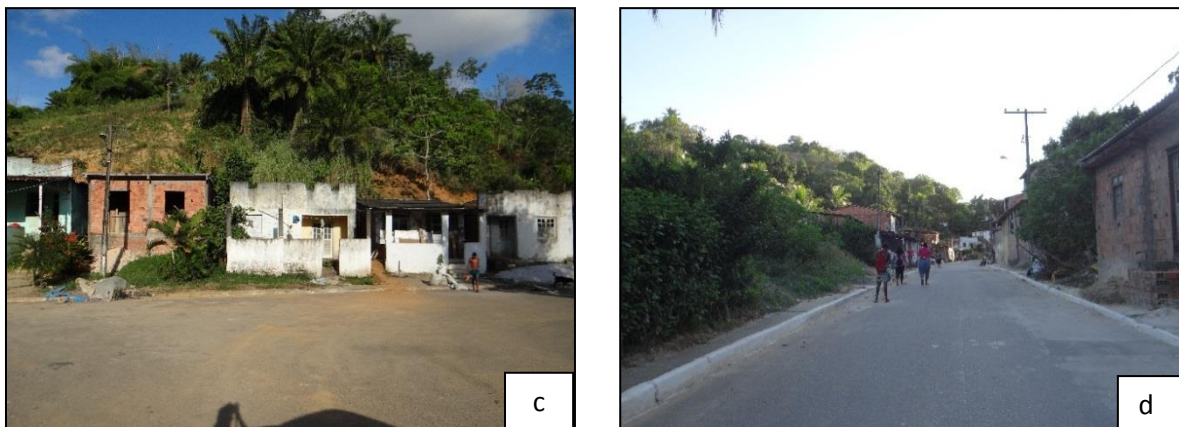


Figura 8.3-575. Comunidade de Caboto, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Foram aplicados um total de 36 questionários nas residências de pescadores e pescadoras artesanais no distrito. Para facilitar a compreensão do texto a pedido do TR, os itens serão organizados de acordo com a descrição do documento. Antes será apresentado um perfil inicial dos entrevistados em Caboto.

No tocante as entrevistas com os pescadores e pescadoras artesanais em Caboto, quanto a situação desse entrevistado frente ao Chefe da Família, 81% eram classificados como Chefe de Família e 14% Esposo ou Esposa. As demais categorias totalizaram 5% (Figura 8.3-576). O resultado apontou que em relação ao sexo dos entrevistados, 69% eram do gênero feminino e 31% masculino (Figura 8.3-577). Em Caboto, a pesquisa apontou que 72% das pessoas pesquisadas classificadas como Chefe de Família eram do gênero masculino e 28% eram mulheres (Figura 8.3-578).

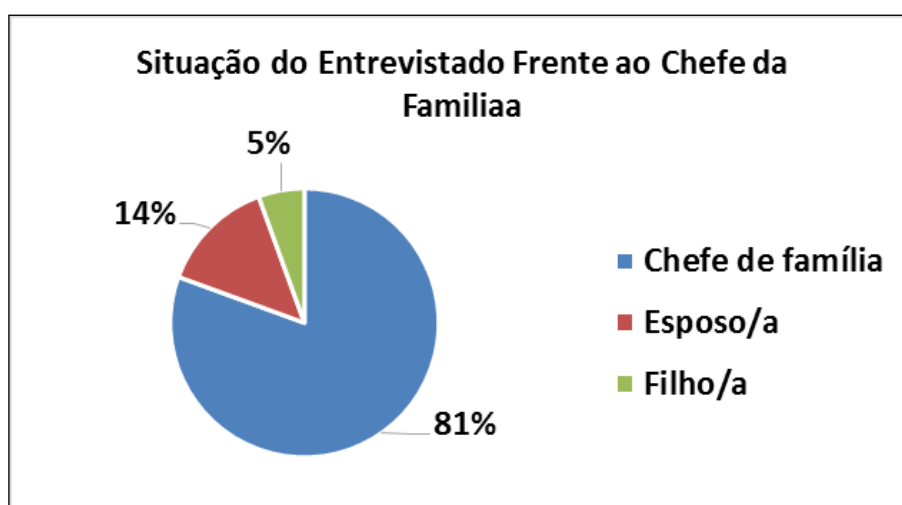


Figura 8.3-576. Situação do entrevistado frente ao chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

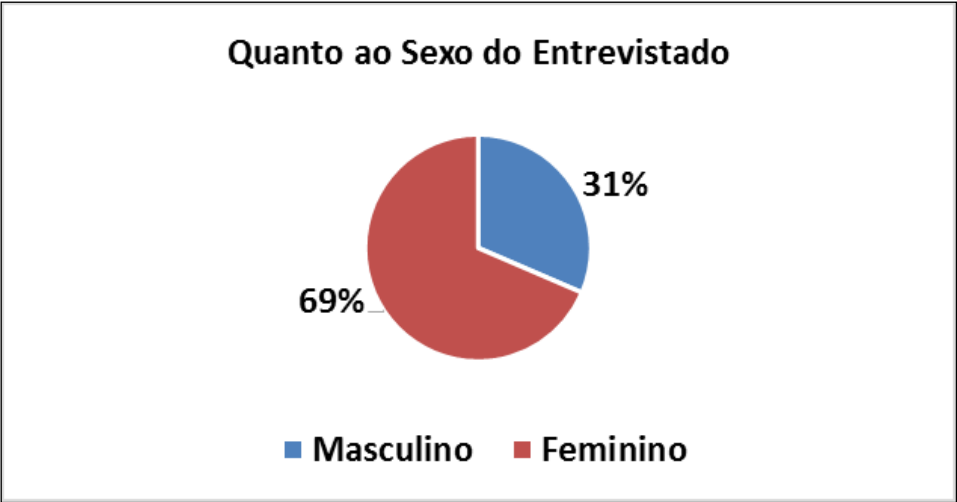


Figura 8.3-577. Quanto ao sexo do entrevistado em Caboto (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

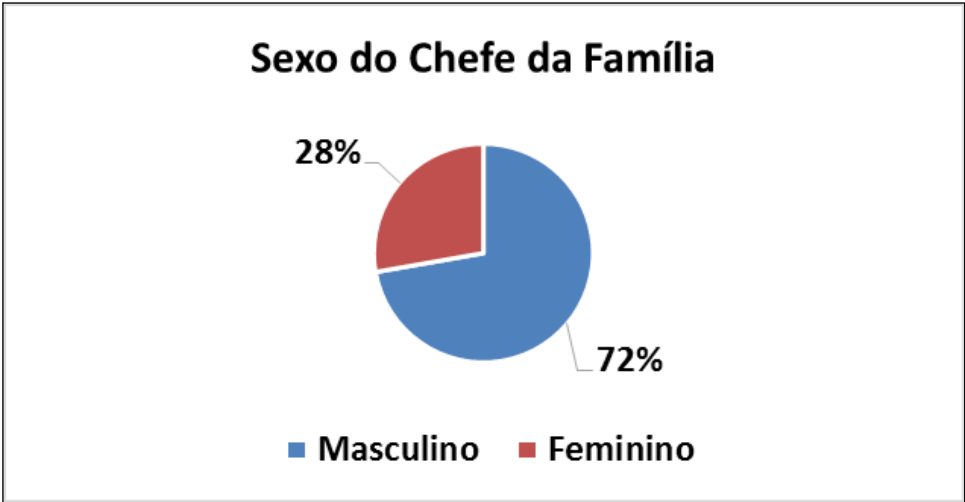


Figura 8.3-578. Sexo do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre os aspectos de migração ou moradia na referida comunidade, o levantamento mostrou que 72% dos chefes de família já residiam na localidade a mais de 20 anos, 6% residem na comunidade de 1 a 3 anos. Percentual semelhante foi registrado para aqueles que moram em Caboto (6%) entre 7 a 10 anos. Aqueles que já moram na comunidade entre 7 até 19 anos totalizaram 14% (Figura 8.3-579). O processo de migração registrado junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Caboto demonstram que 14% dos chefes de família eram originários de outro município (Figura 8.3-580).

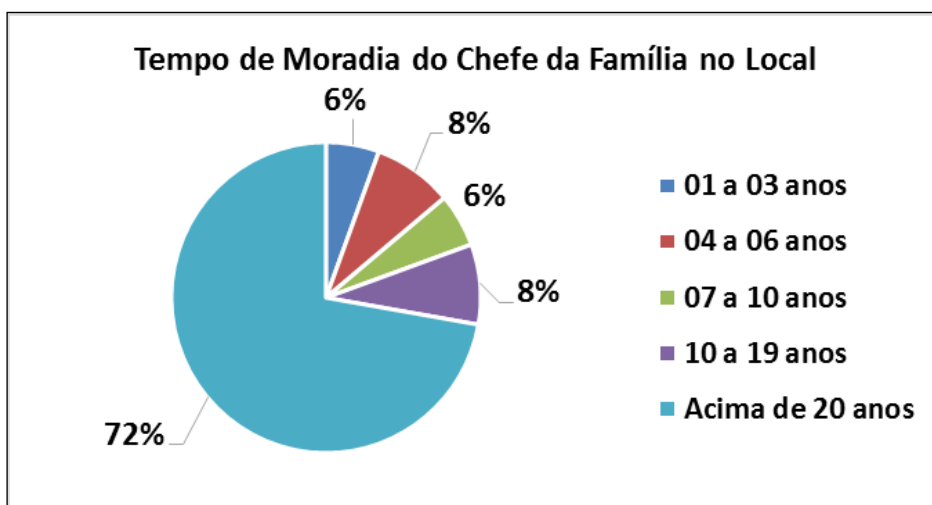


Figura 8.3-579. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

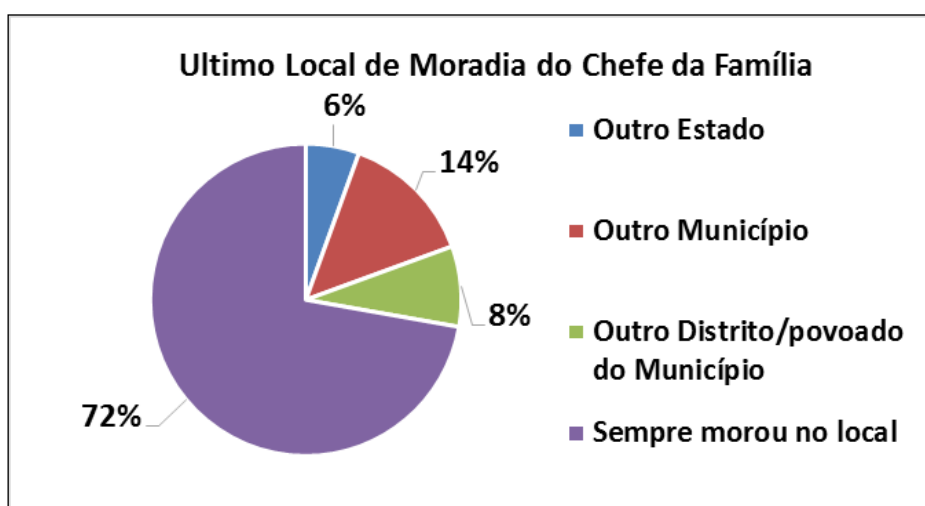


Figura 8.3-580. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Do total dos chefes de família que não são originários da comunidade, 29% vieram de Alagoas, 29% de Salvador e 14% de São Roque do Paraguaçu (Figura 8.3-581). A relação com parentes locais e a busca por trabalho foram os principais motivadores para a migração para Caboto, segundo 80% dos chefes de família (Figura 8.3-582).

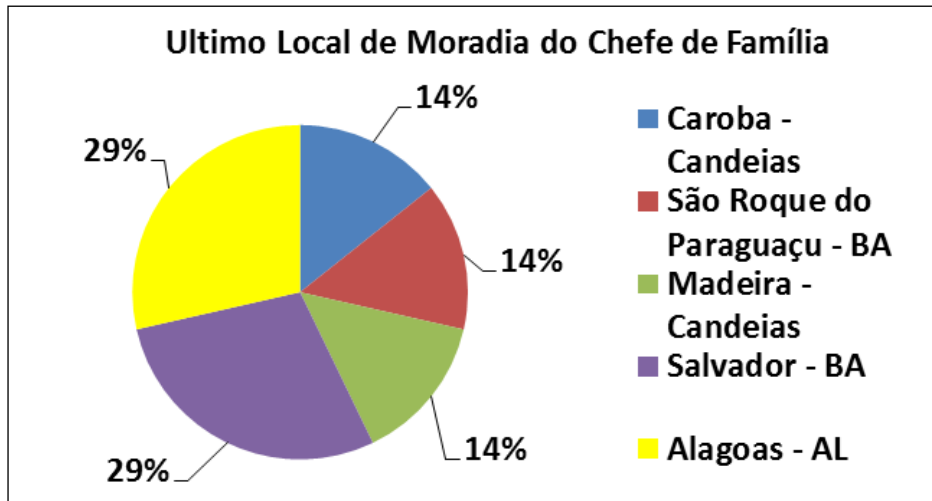


Figura 8.3-581. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

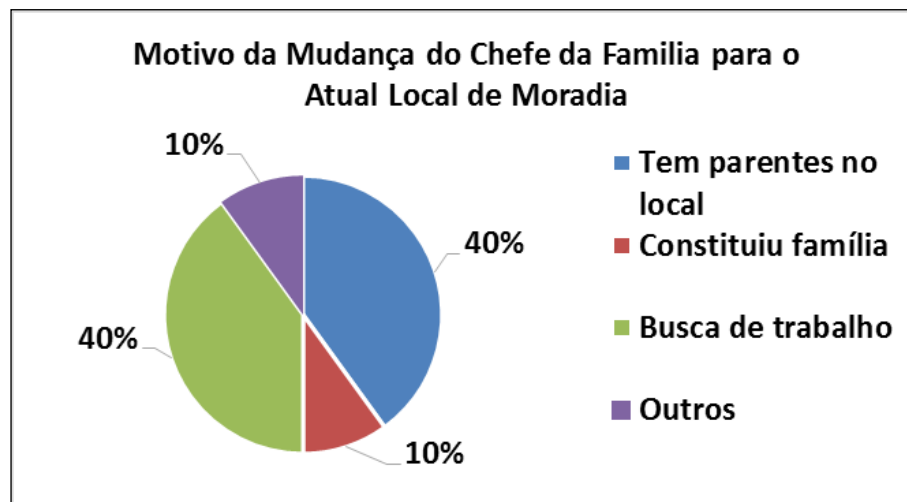


Figura 8.3-582. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(i) *Pesqueiros e Rotas utilizadas, e sua frequência no calendário anual da pesca*

Quanto aos pesqueiros e rotas utilizadas, o Mapa das Rotas de Pescadores Caboto (Apendice 8.32) elaborado a partir das respostas dos questionários mostra algumas das rotas citadas.

Em relação a atividade pesqueira, ponto fundamental da aplicação dos questionários, questionados sobre o tempo em que exerce a atividade, 28% já a praticava a mais de 20 anos, enquanto 33% entre 16 a 20 anos (Figura 8.3-583).

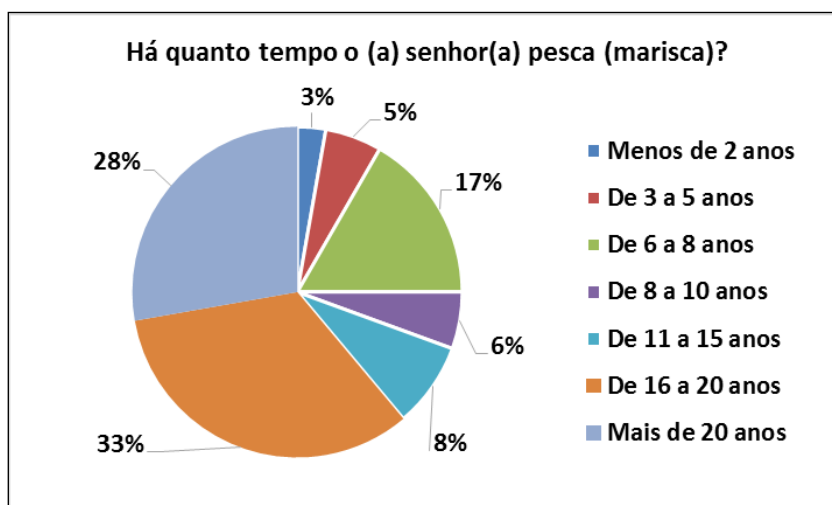


Figura 8.3-583. Há quanto tempo o (a) senhor(a) pesca (marisca)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A periodicidade da atividade durante a semana é feita na sua maioria em 2 a 3 ocasiões, segundo 60% dos entrevistados. A periodicidade de 4 a 6 vezes por semana é realizada por 30% dos entrevistados, enquanto a pesca artesanal diariamente obteve um percentual de 3% (Figura 8.3-584). O turno da manhã é o período preferido por 70% dos pescadores e pescadoras artesanais que responderam à pesquisa, seguido da noite ou da tarde com 14%. Apenas 2% dos entrevistados indicaram não haver preferência para a realização da pesca (Figura 8.3-585). O trabalho de pesca é algo que demanda, de acordo com os entrevistados, um período de até 4 horas. Aqueles que realizam a atividade entre 5 a 7 horas, representava 19%. A pesca artesanal com jornada acima de 10 horas era praticada por 3% da amostra da pesquisa (Figura 8.3-586).

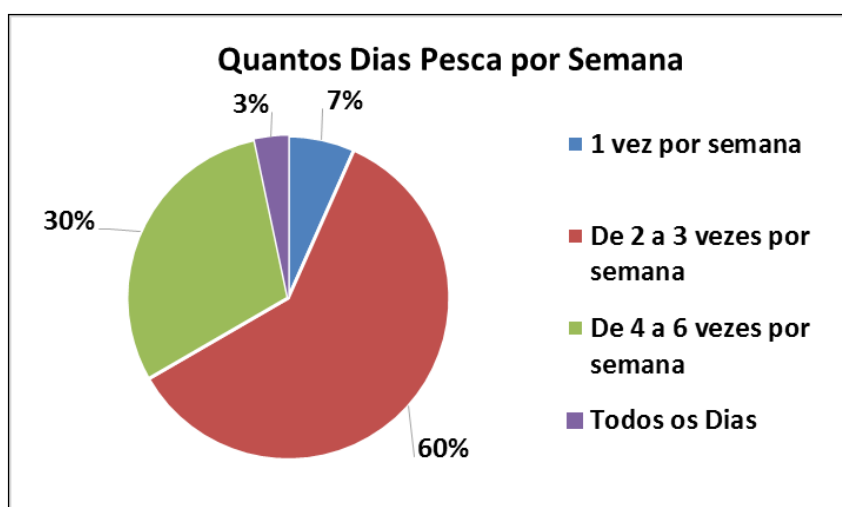


Figura 8.3-584. Quantos dias pesca por semana (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

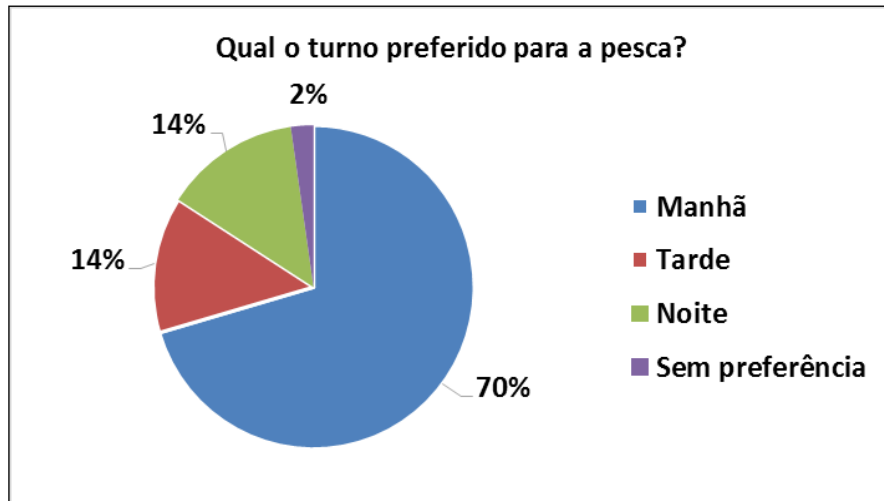


Figura 8.3-585. Qual o turno preferido para a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

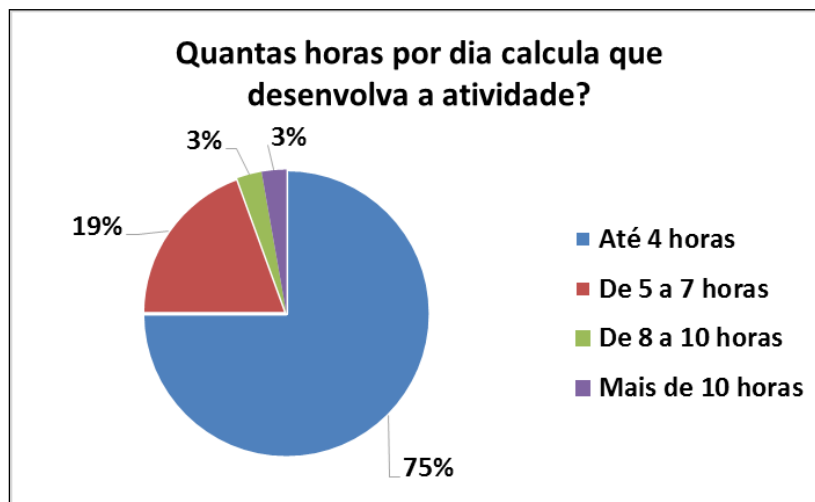


Figura 8.3-586. Quantas horas por dia calcula que desenvolva a atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O verão é o período predominante para o exercício da pesca, segundo 95% dos entrevistados. O período de inverno nas proximidades da Baía de Todos os Santos, conseqüentemente na Baía de Aratu está sujeito a um clima mais chuvoso, criando dificuldades para a coleta de mariscos ou a navegação (Figura 8.3-587).

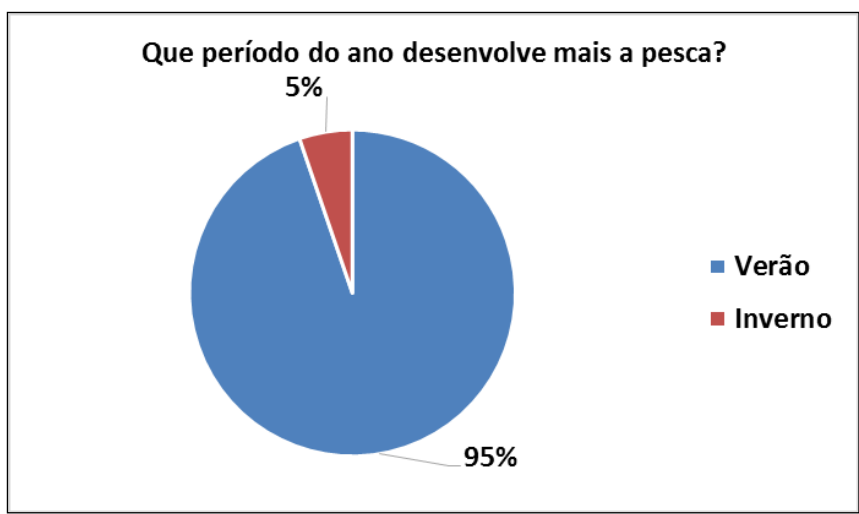


Figura 8.3-587. Que período do ano desenvolve mais a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Esse fato pode ser comprovado na Figura 8.3-588, onde os índices mais elevados de trabalho na pesca ocorrem a partir de novembro com pico em Janeiro (17,8%), segundo os pescadores artesanais de Caboto. Os meses de Maio a Agosto, notadamente as estações de Outono e Inverno, apresentam uma variação de preferência que oscila de 2,9% a 3,4%.

A distância percorrida do local de moradia até o ponto de pesca era de menos de 1 km, segundo 83% dos que responderam ao questionamento. Aqueles que percorriam mais de 6 km eram apenas 6% da amostra (Figura 8.3-589). Isso de certa forma se reflete na modalidade do deslocamento para o local da pesca. A pesquisa entre os pescadores e pescadoras artesanais de Caboto revelou também que o deslocamento é predominantemente realizado a pé por 66% (Figura 8.3-590). A utilização de canoas para o deslocamento é feita por 29% dos entrevistados.

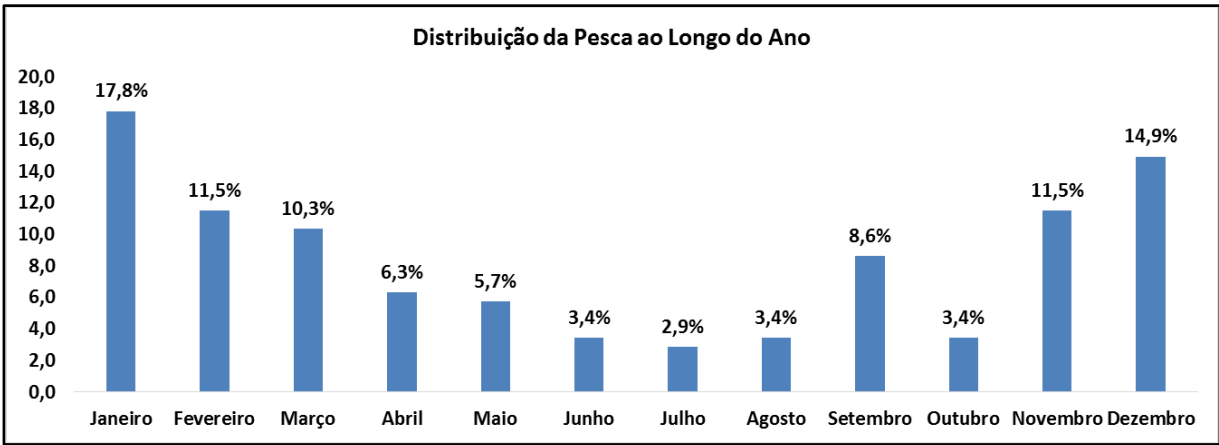


Figura 8.3-588. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Caboto (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

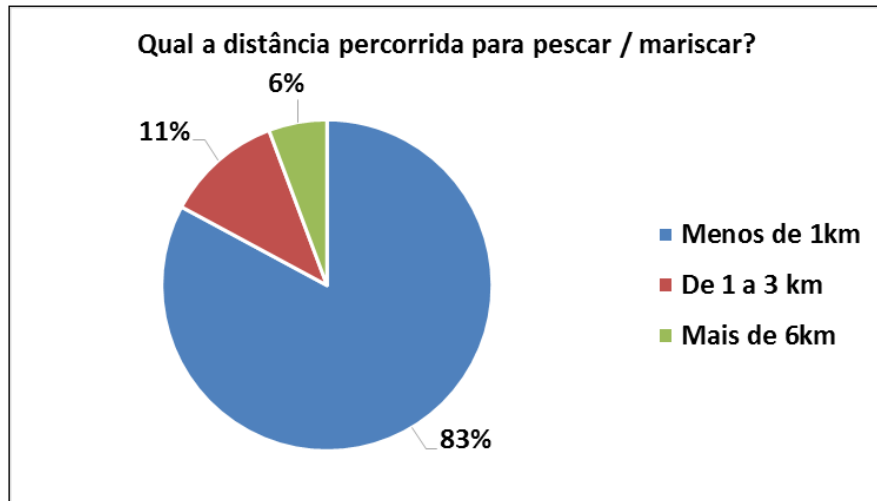


Figura 8.3-589. Qual a distância percorrida para pescar / mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-590. Como faz esse deslocamento? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Dos entrevistados em Caboto, 91% afirmaram não ter gastos para realizar o seu trabalho (Figura 8.3-591). Os que responderam positivamente quanto aos gastos, informaram que esses valores são atribuídos principalmente ao combustível da embarcação (quando proprietários), ao deslocamento via embarcação de terceiros e a aquisição de algum alimento enquanto é realizada a pescaria ou mariscagem. Esses gastos ultrapassavam mais de R\$ 20,00 reais para os que afirmaram (67%) ter custos para o exercício da atividade pesqueira, enquanto para 33%, os custos estavam na faixa de R\$ 10,00 a R\$ 20,00 (Figura 8.3-592).

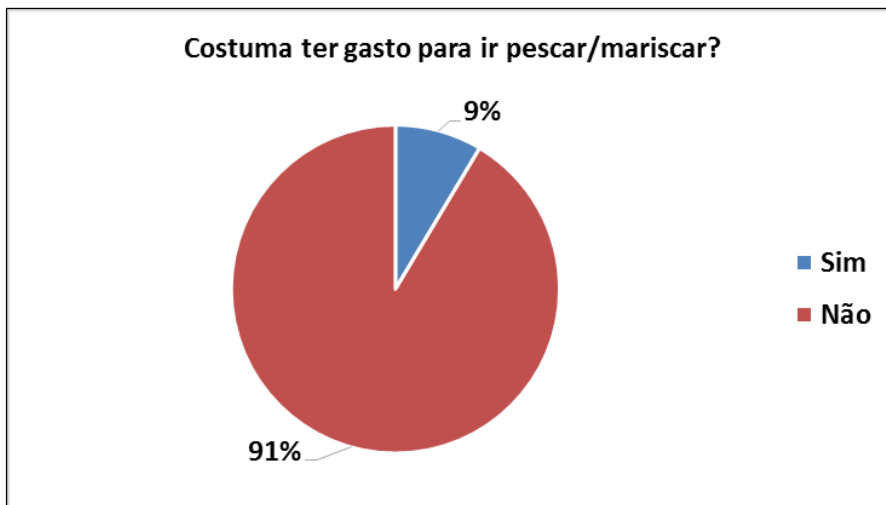


Figura 8.3-591. Costuma ter gasto para ir pescar/mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

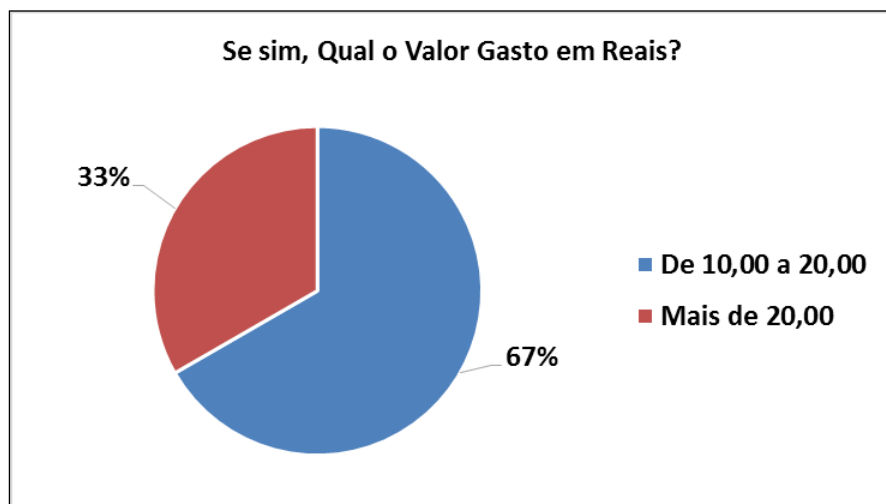


Figura 8.3-592. Se sim, qual o valor gasto em reais? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Na Figura 8.3-593 e Figura 8.3-594, são demonstrados o quadro de captura das espécies mais importantes e menos importantes para os pescadores e pescadoras artesanais da comunidade de Caboto frente ao período do ano, ou seja, verão e inverno.

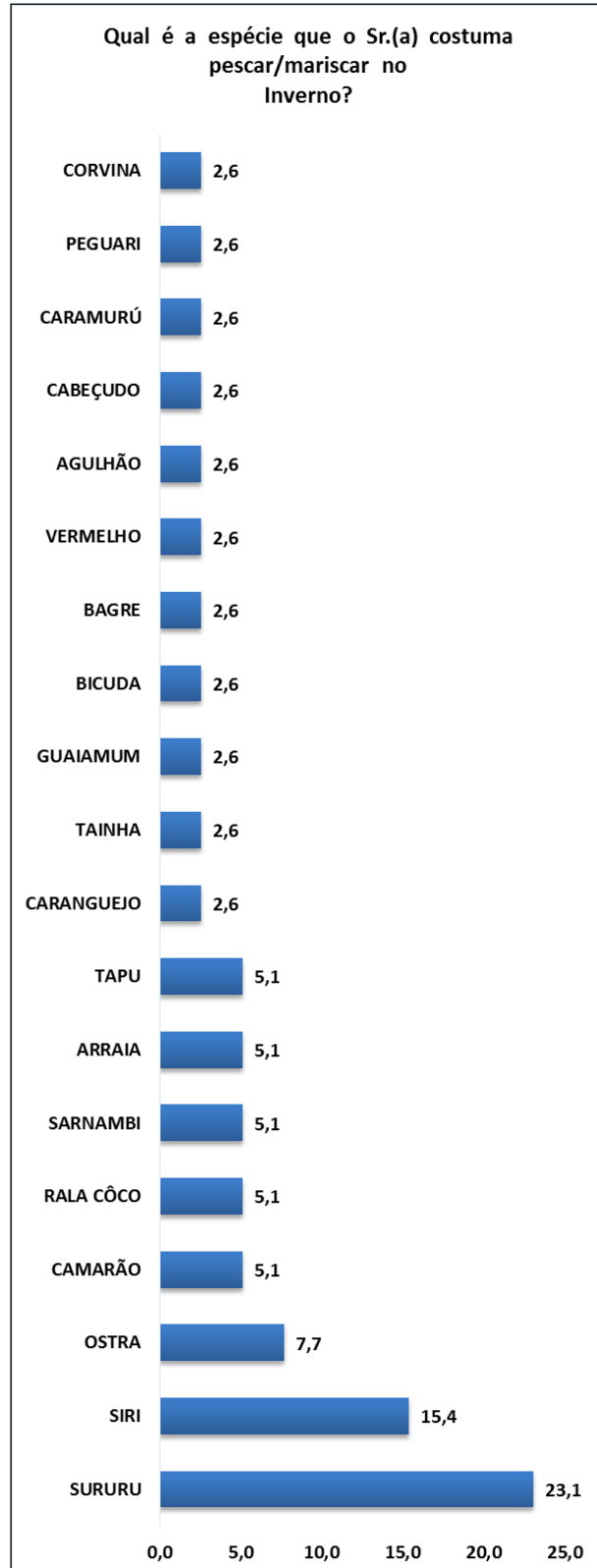


Figura 8.3-593. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no Inverno (em percentual)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

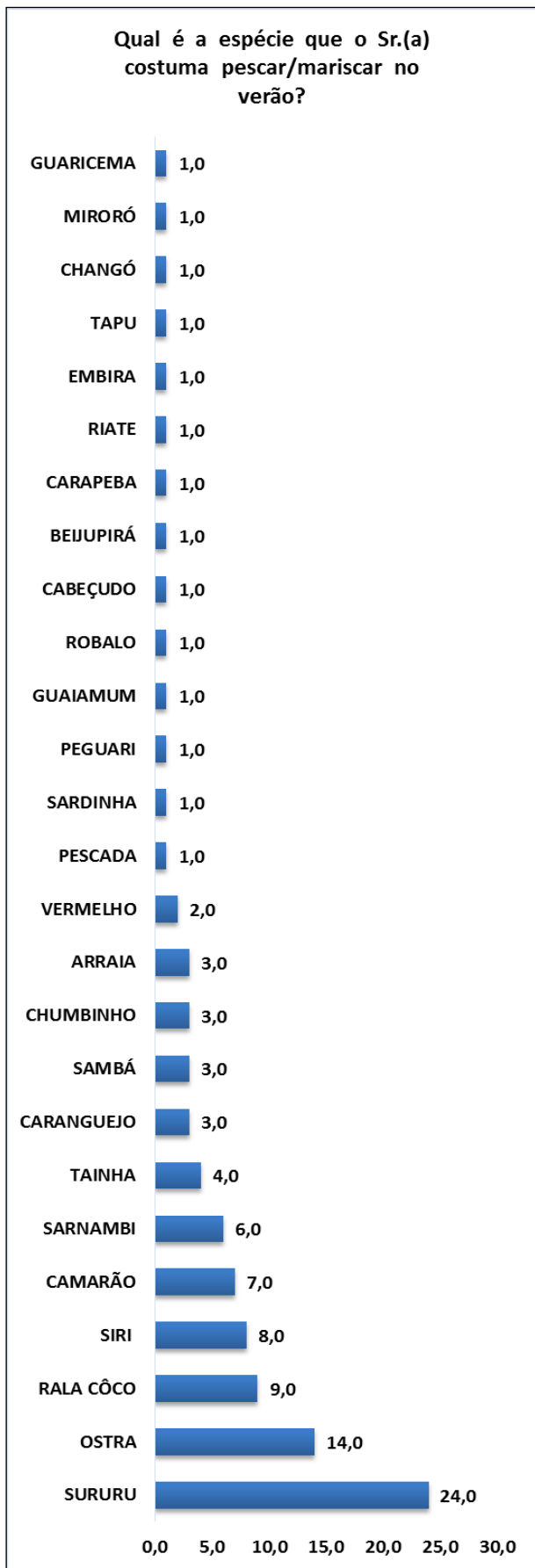


Figura 8.3-594. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no Verão (em percentual)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Segundo os entrevistados, o sururu é a espécie mais coletada durante o inverno, sendo apontada por 23,1%, seguida do siri, com 15,1% e da ostra, com 7,7%. No verão, esse quadro não se altera em relação ao sururu, permanecendo esta, a espécie mais capturada para 24%. A ostra surge como a segunda espécie mais coletada por 14%.

Questionados sobre quais espécies não são capturadas, os que responderam a essa questão, indicaram o camarão com 31,3% das respostas, seguido do caranguejo com 18,8% (Figura 8.3-595).

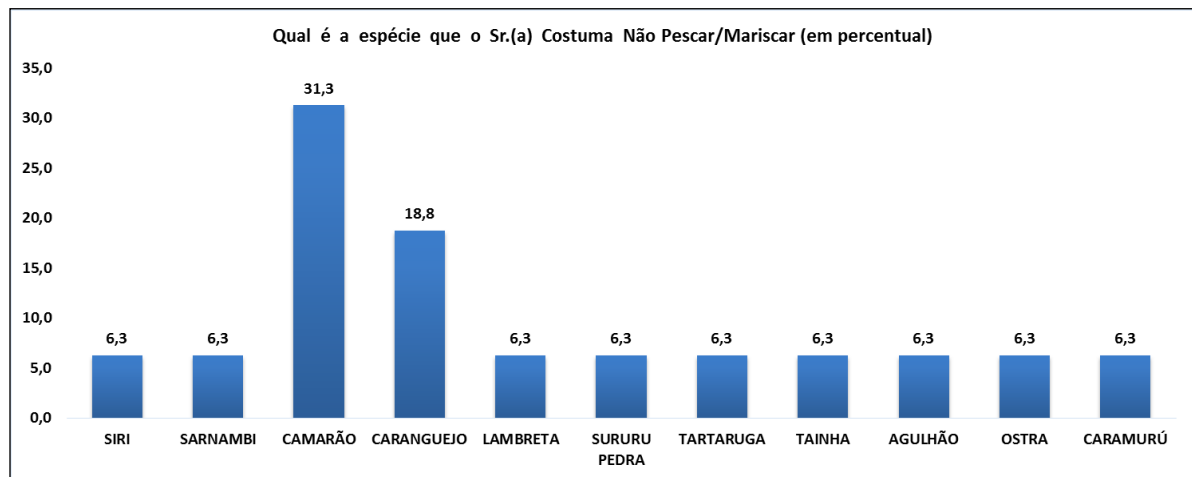


Figura 8.3-595. Qual é a espécie que o Sr.(a) não costuma pescar/mariscar em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A captura de espécies está associada ao tipo de instrumento mais adequado para a atividade. Isso faz do quadro da pesca artesanal, extremamente ramificado quanto às técnicas que foram desenvolvidas pelas comunidades tradicionais. Apesar das dificuldades e visando o atendimento ao Termo de Referência emitido pelo IBAMA para produção desse diagnóstico, foi produzido um quadro geral envolvendo as espécies mais capturadas e o uso de equipamentos pelos pescadores e pescadoras artesanais de Caboto (Tabela 8.3-59).

Tabela 8.3-56. Espécies mais capturadas e o uso de equipamentos pelos pescadores e pescadoras artesanais de Caboto.

Espécie	Anzol		Arpão		Cavador		Colher			Colher de pedreiro		Espinhel		Faca			Fação			Machadinha			Grozeira		Jereré		Mão		Mergulho		Raspador		Rede de Abalo		Rede de Arrasto		Rede Terceiros			Rede de Espera		Vara		Tarrafa		Ratouro		
	V	I	V	I	V	I	V	I	N	V	I	V	I	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	N	V	I	V	I	V	I	V	I					
Arraia	1		2	2																			1																									
Camarão																																																
Carapeba																																																
Changó																																																
Chumbinho					1				1																																							
Espada																																																
Mariscos																																																
Caramuru	1																																															
Miroró																																																
Ostra									1							3	1																															
Peguari																																																
Peixe	1	1																																														
Rala Coco									2	1	1	1	1																																			
Sarnambi									3		1																																					
Isca																																																
Siri																																																
Sururu																																																
Tainha																																																
Cabecudo																																																
Robalo																																																
Vermelho																																																
Garamun																																																
Sambá																																																
Xaréu																																																

Legenda: V = Verão; I = Inverno; N = Não marcou nem verão e nem inverno.

Ainda sobre a produção, o levantamento de campo mostrou, considerando os períodos de inverno e verão, que a pesca artesanal em Caboto alcança uma média geral de 6 a 15 kg de pescado em 1 mês de trabalho no verão, e menos de 5kg no inverno (Figura 8.3-596).

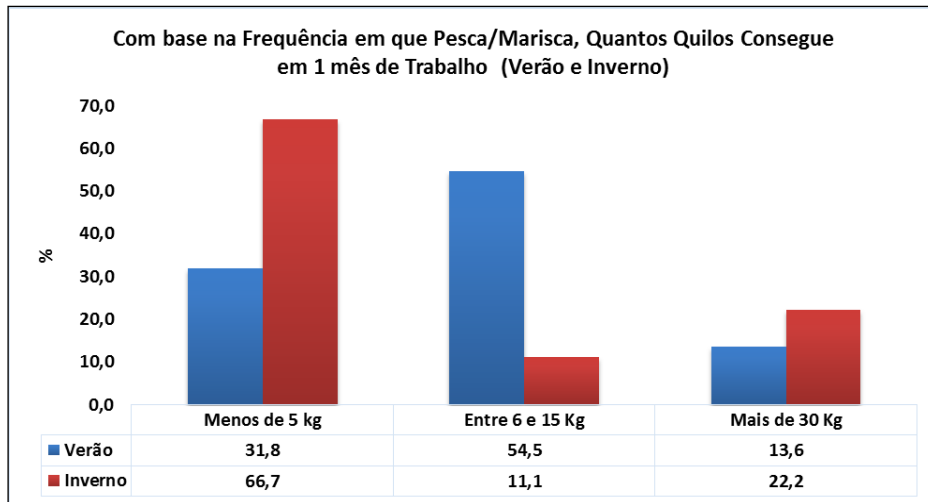


Figura 8.3-596. Com base na frequência em que pesca/marisca, quantos quilos consegue em 1 mês de trabalho (verão e inverno) (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A valoração dessa produção demonstra flutuações que sofrem influências quanto a disponibilidade da espécie e em alguns momentos a demanda para aquisição por parte de consumidores. Outro fator que contribui no seu preço decorre da produtividade e do processo de beneficiamento que pode estar associado. No Quadro 8.3-20 e Figura 8.3-597 a seguir, estão as indicações das espécies e os custos mensurados de cada uma.

Quadro 8.3-20. Preços Médios de Espécies Coletadas pelos Entrevistados em Caboto.

Espécie	Preço Médio
Camarão	17,45
Sururu	16,26
Ostra	19,75
Siri	24,33
Sarnambi	16,46
Tainha	6,00
Vermelho	8,00
Peixe	9,33
Arraia	6,00
Siri Catado	24,50
Tapu	16,50
Rala coco	18,80
Caramuru	10,00
Peguari	30,00

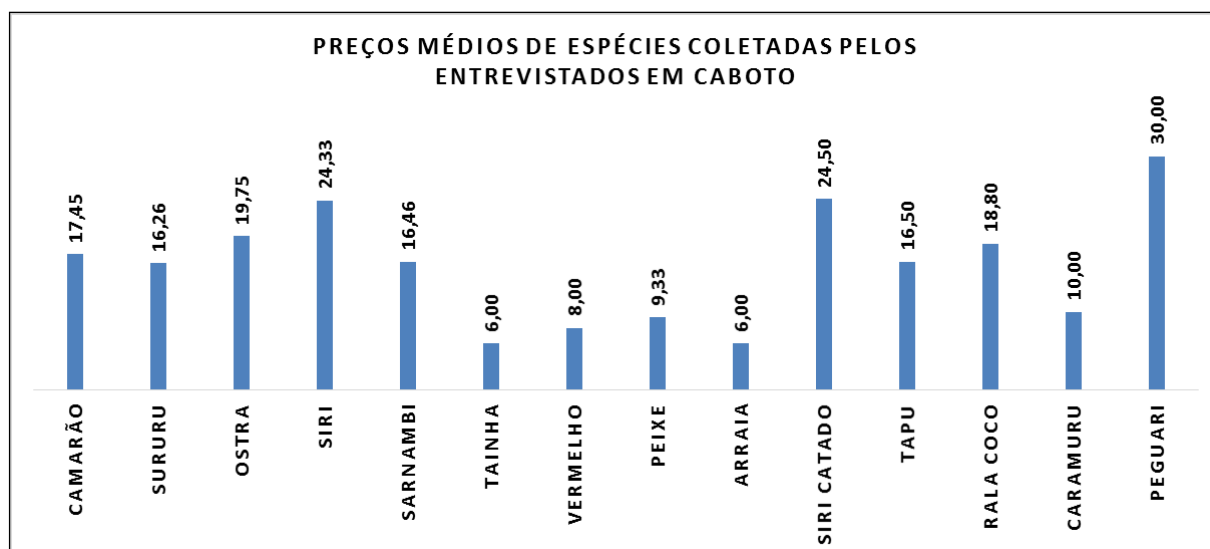


Figura 8.3-597. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em caboto (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aos locais de pesca, o trabalho de campo em Caboto revelou que grande parte da atividade ocorre em áreas do município Candeias (86%). O município de Salvador e suas respectivas áreas eram as mais frequentadas por 12% da amostra (Figura 8.3-598).

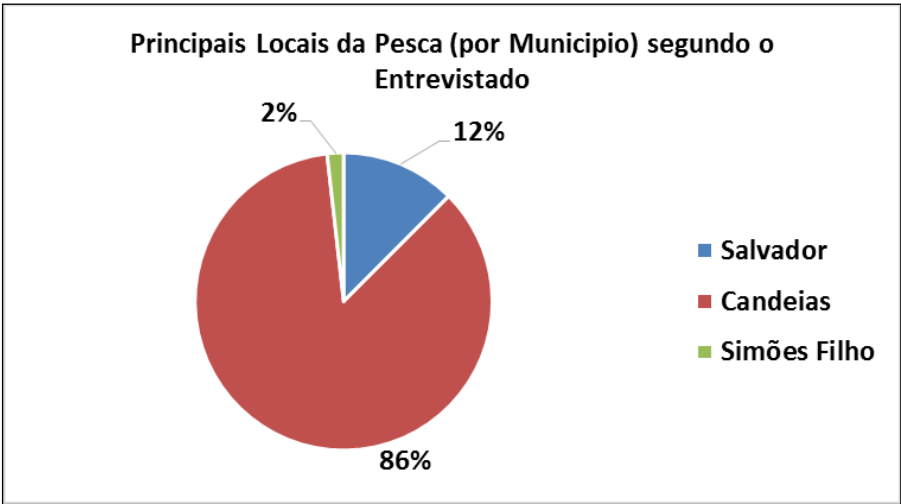


Figura 8.3-598. Principais locais da pesca (por município) segundo o entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A localização dessas áreas está correlacionada a elementos naturais do ecossistema em que a atividade é desenvolvida (coroas, rios, faixas de mangue), mas também são reconhecidas por elementos antrópicos presentes na região (localização de empresas, píeres, etc.). Nas Figura 8.3-599 e Figura 8.3-600 estão à distribuição de algumas dessas áreas por município.

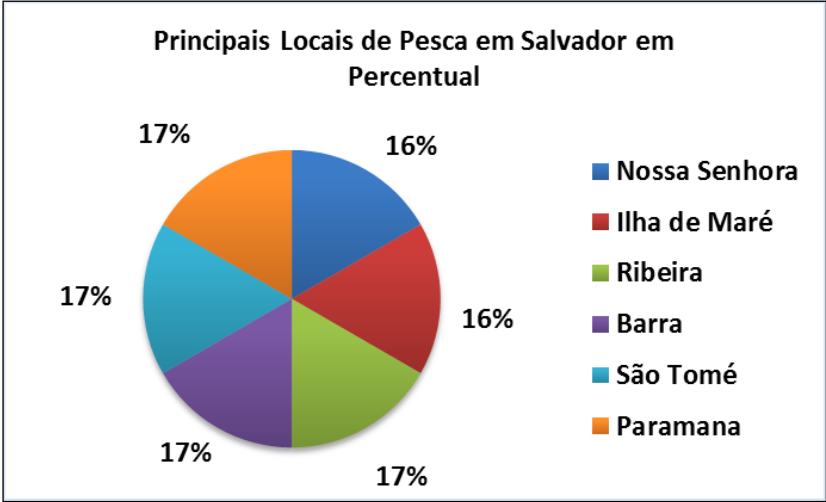


Figura 8.3-599. Principais locais de pesca em salvador em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

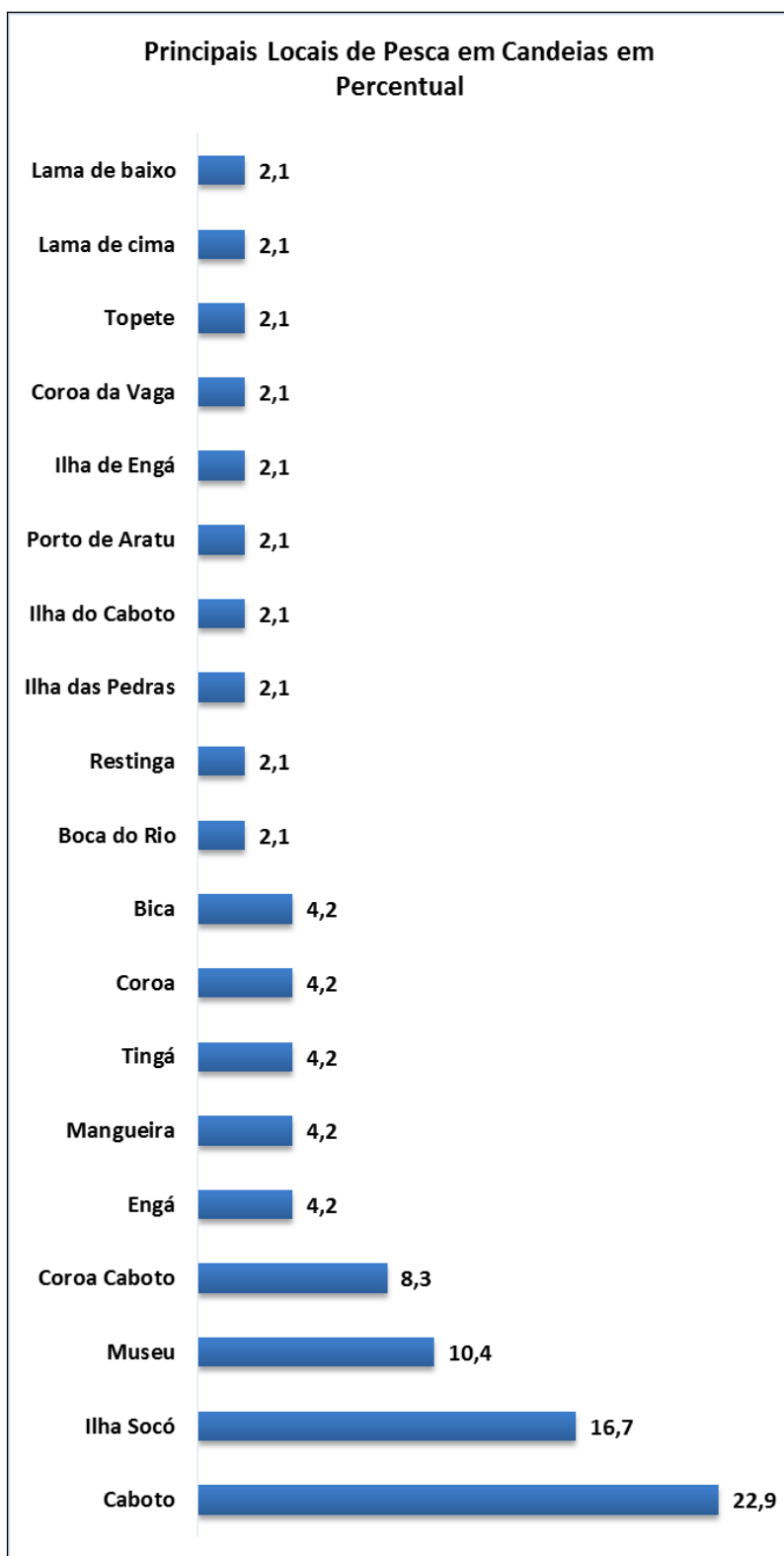


Figura 8.3-600. Principais locais de pesca em candeias em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(ii) Número total de pescadores – RGP e Seguro Defeso;

Não existe um número preciso de pescadores. Dados levantados junto a Colônia de Pescadores de Candeias indicava que o total de pescadores e pescadoras artesanais em Caboto, segundo o seu representante, é que haveria cerca de 47 pessoas cadastradas e envolvidas com a atividade.

Segundo os dados da pesquisa junto aos pescadores artesanais de Caboto, apenas 44% tinham o registro geral da pesca (Figura 8.3-601). O recebimento do auxílio-defeso mediante o registro geral da pesca do governo federal também era restrito a uma pequena parte da população, 11% (Figura 8.3-602).

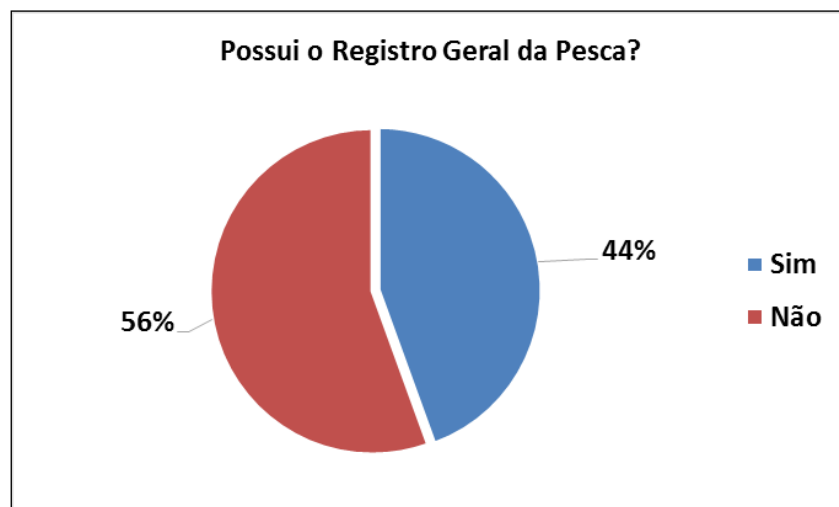


Figura 8.3-601. Possui o registro geral da pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

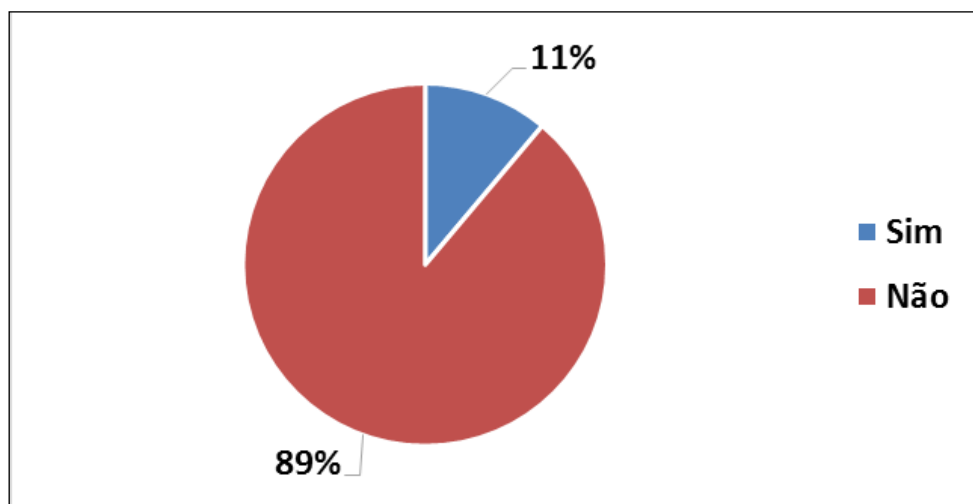


Figura 8.3-602. Recebe auxílio-defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(iii) Número total de famílias

De acordo com a aplicação dos questionários, a amostra relativa a comunidade de Caboto identificou que das 36 entrevistas, 18 famílias viviam exclusivamente da pesca, enquanto 18 tinham a pesca como atividade secundária. Para a delimitação dessas classificações considerou que a existência de que pelo menos um membro familiar possuísse renda não vinculada a atividade pesqueira seria condição para que a pesca não fosse a principal forma de sobrevivência (ver Tabela 8.3-57)

Tabela 8.3-57. Famílias que vivem exclusivamente da pesca e as que tem a atividade como secundária de acordo com a aplicação dos questionários. (Fonte: Bourscheid, 2014).

Comunidade (AID)	Famílias que vivem exclusivamente da pesca pela aplicação dos questionários	Famílias que tem a pesca como atividade secundária pela aplicação dos questionários
Caboto	18	18

(iv) Principais ecossistemas acessados para subsistência, outras atividades produtivas e de lazer da comunidade

A realização de outra atividade durante o período do defeso para quem recebe o benefício era praticada por 37% dos entrevistados. Segundo a pesquisa de campo, isso se traduz na continuidade do trabalho, voltado principalmente para a pesca artesanal, onde 50% indicaram mariscar e pescar (Figura 8.3-603 e Figura 8.3-604). Quanto os principais ecossistemas acessados, é possível ver as indicações dos lugares de pesca a partir da pesquisa e nos mapas de rotas estabelecidos.

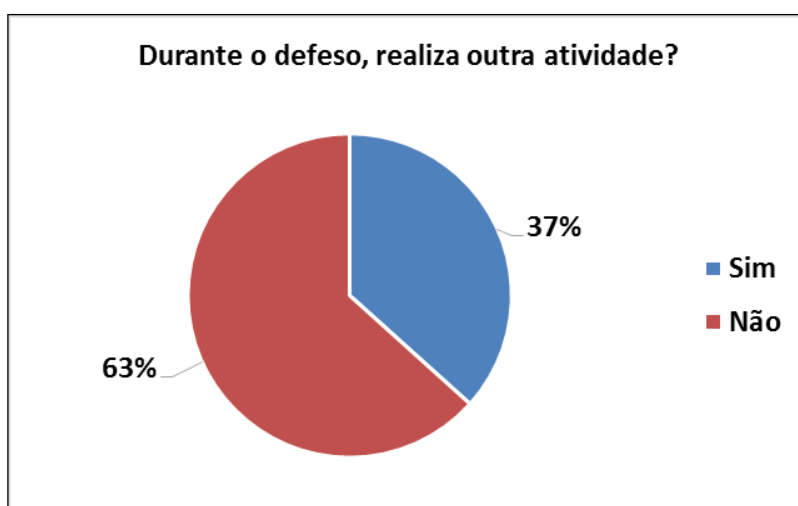


Figura 8.3-603. Durante o defeso, realiza outra atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

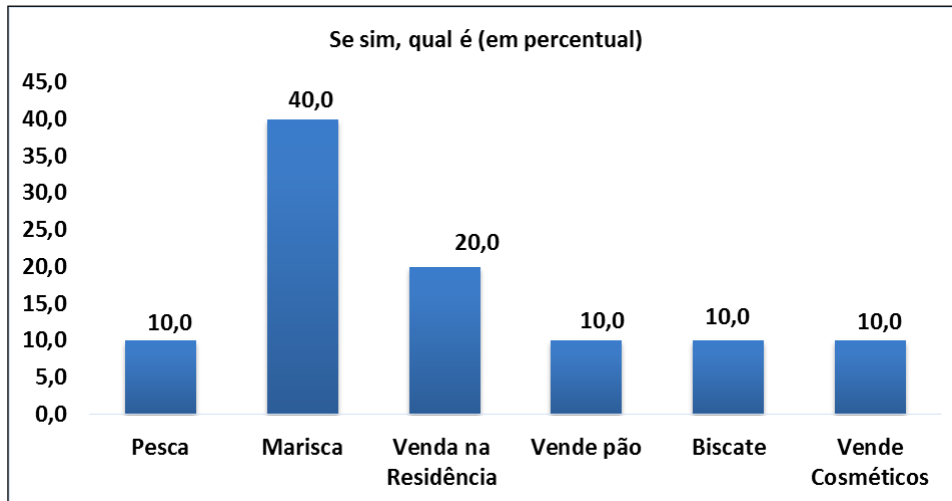


Figura 8.3-604. Se sim, qual é? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O principal mecanismo de lazer desenvolvido pelos entrevistados está associado as programações televisivas para 28%. As visitas aos amigos e familiares vêm em segundo lugar com 26% das preferências. O lazer também é desenvolvido junto ao comércio local ou espaços como bares e clubes. Essa categoria alcançou 10% das respostas (Figura 8.3-605).

Sobre as opções de lazer para os pescadores artesanais de Caboto, 79% informaram que o lazer é desenvolvido na própria comunidade, enquanto 13% o fazem em outro município (Figura 8.3-606). A prática do lazer em outros distritos ou comunidades de Candeias é praticado por apenas 8% do total de entrevistados, destacando-se a área da ADA, Prainha e o distrito de Passé (Figura 8.3-607).

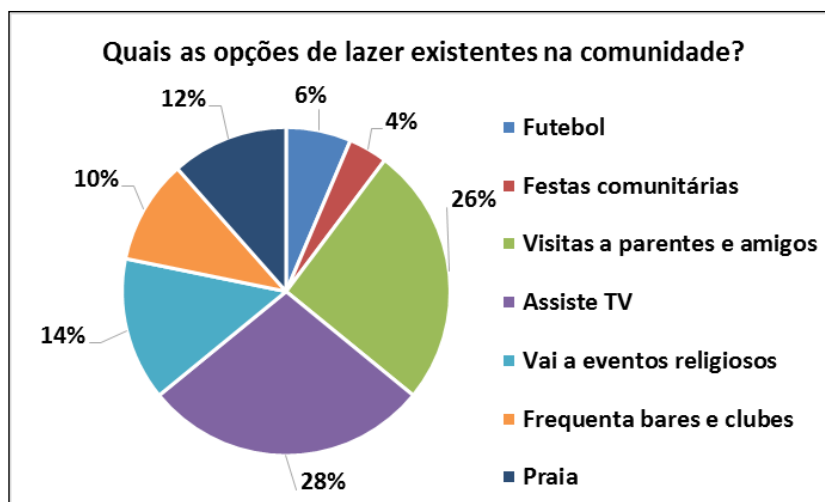


Figura 8.3-605. Quais as opções de lazer existentes na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

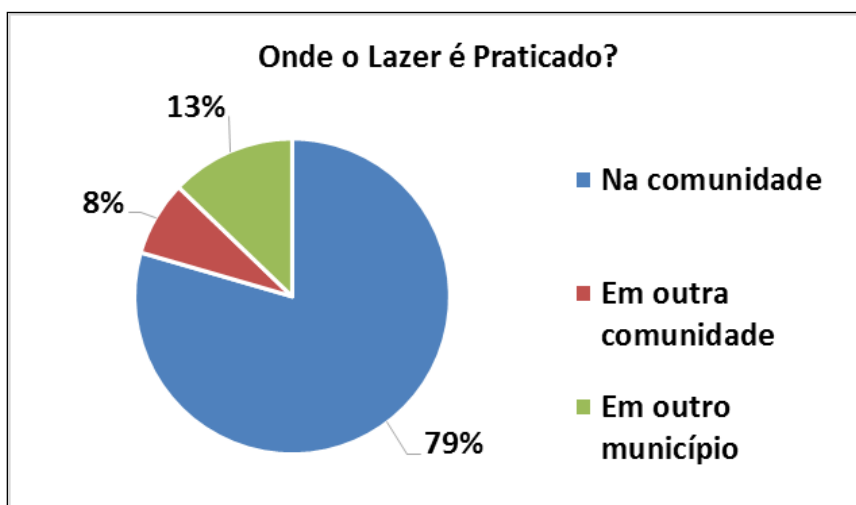


Figura 8.3-606. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

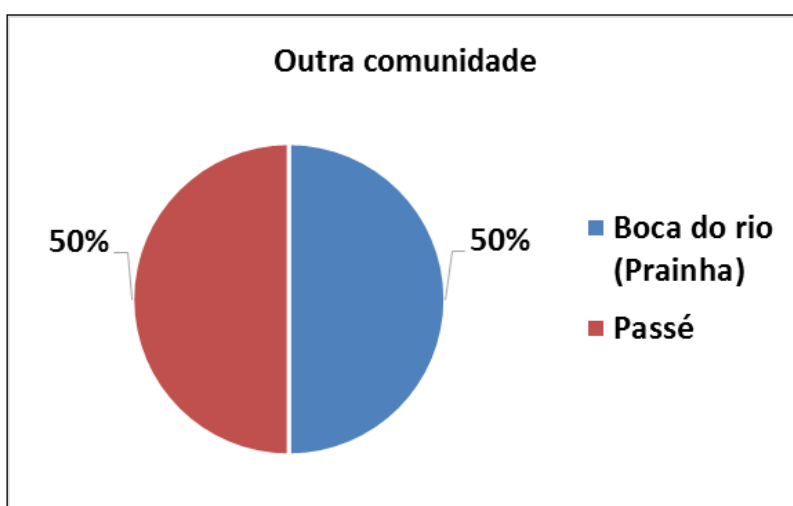


Figura 8.3-607. Lazer em outra comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O lazer quando desenvolvido em outros municípios não apresenta distância significativa e está bastante centralizado na AII/AID. Para os pescadores artesanais de Caboto, Salvador era o principal destino. A Ilha de Maré vinha como opção segundo 17% dos entrevistados que realizavam o lazer no município de Salvador (Figura 8.3-608).

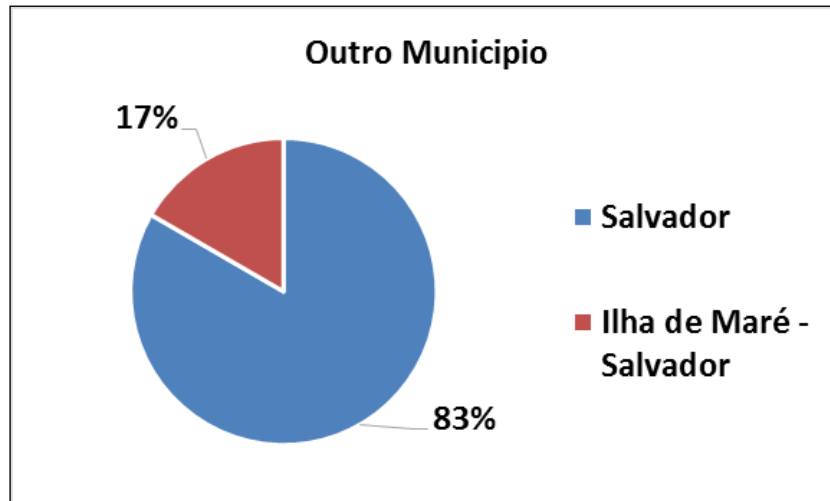


Figura 8.3-608. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(v) Número médio de integrantes das famílias, distribuição por gênero, idade e ocupação e a renda média mensal per capita

Em relação aos demais integrantes da família dos entrevistados em Caboto, o trabalho de campo mostrou que a composição quanto ao gênero estava dividida em 56% de homens e 44% de mulheres (Figura 8.3-609).

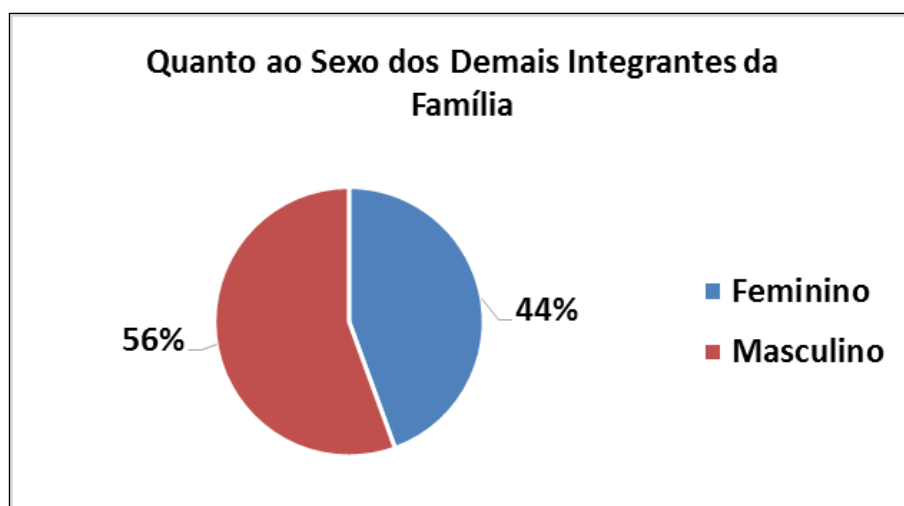


Figura 8.3-609. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto a idade, a aplicação amostral de questionário junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Caboto, resultaram nos seguintes resultados a seguir (Figura 8.3-610). A classe com maior percentual de pessoas era aquela que concentrava a faixa etária entre 19 a 30 anos de idade, ou seja, 18,9%. Logo a seguir, com 17,1%, os membros das famílias com idade entre 51 a 60 anos e de 11 a 18

anos. O percentual de pessoas com idade até 18 anos atingiu um total de 29,7% da população pesquisada.

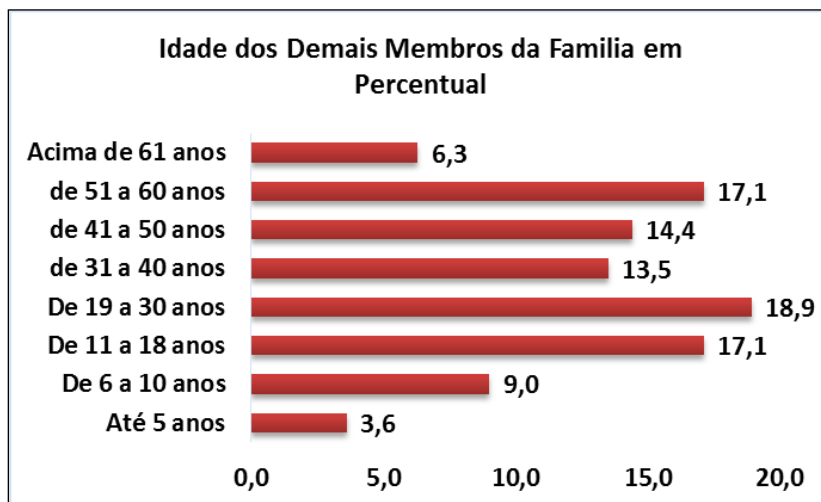


Figura 8.3-610. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Em relação ao chefe da família, os demais membros das famílias entrevistadas em Caboto eram 41,4% de filhos ou filhas. Os esposos, esposas, companheiros ou companheiras alcançaram 25,2% do total. As demais categorias juntas somaram 9%. (Figura 8.3-611). Predominava dentro das famílias de pescadores e pescadoras artesanais de Caboto, o estado civil de solteiro/solteira, com 55%. Aqueles que eram considerados legalmente casados atingiram 20% do total. Cerca de 20% dos demais membros da família dos pescadores que responderam à pesquisa eram considerados amigos, ou seja, detinham uma relação estável, mas não reconhecida legalmente. Os viúvos (as) e os separados judicialmente registraram apenas 4% do total (Figura 8.3-612).

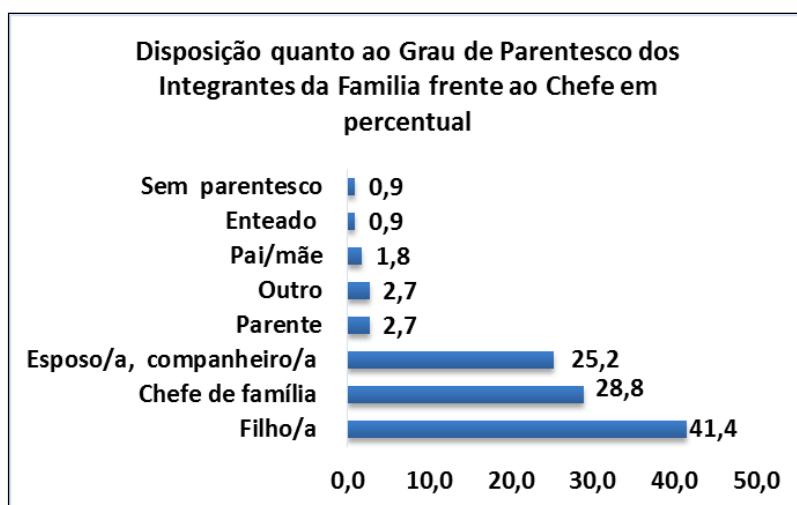


Figura 8.3-611. Disposição quanto ao grau de parentesco dos integrantes da família frente ao chefe em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

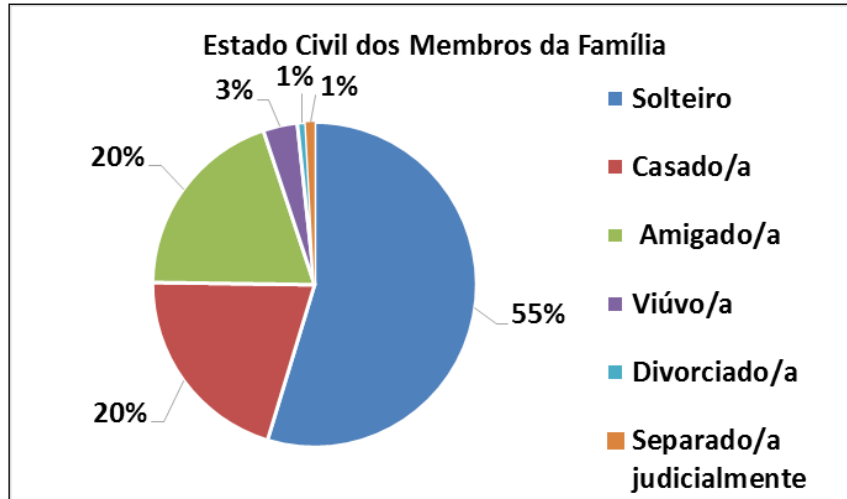


Figura 8.3-612. Estado civil dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Durante o trabalho de campo, foi levantado a situação ocupação dos membros da família do pescador ou pescadora de Caboto. Nota-se na Figura 8.3-613 que a formalização do trabalho alcança um total de 11,8% da população, ou seja, aqueles que possuem emprego com carteira assinada.

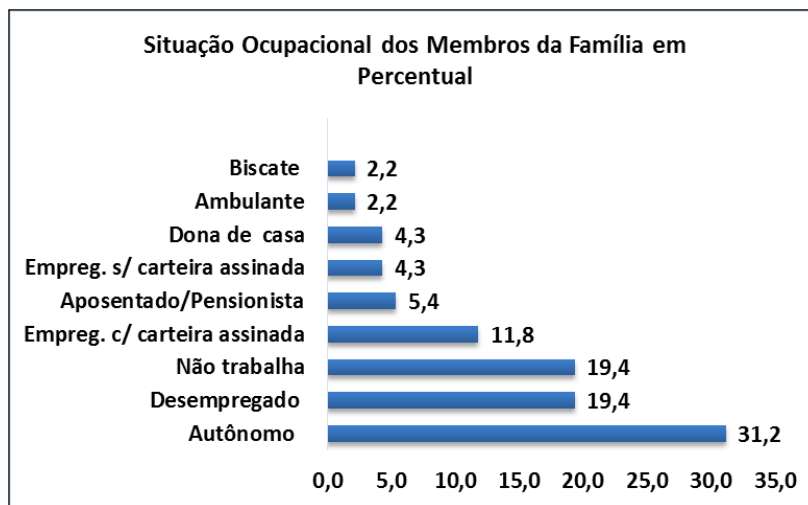


Figura 8.3-613. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os aposentados e/ou pensionistas representaram 5,4% do universo dos membros familiares. As pessoas sem ocupação e que não estavam à procura de emprego (não Trabalha) totalizaram 19,4%. Os desempregados, ou seja, aqueles que estavam à procura de trabalho nos últimos 30 dias atingiram o mesmo percentual.

Quanto ao local de desenvolvimento da atividade, o trabalho de campo realizado junto aos pescadores/pescadoras de Caboto identificou que, dos familiares que eram considerados

autônomos, 56% desenvolviam sua atividade no próprio domicílio enquanto 26% desenvolviam na rua (Figura 8.3-614).

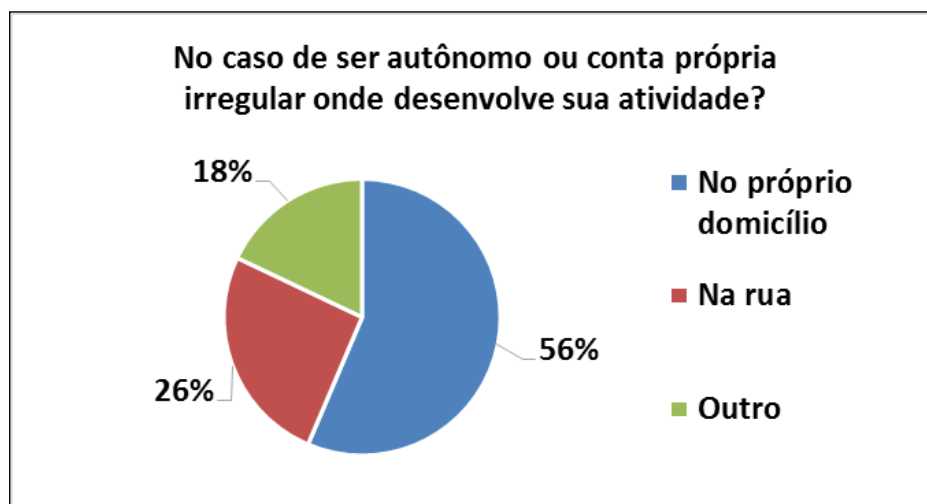


Figura 8.3-614. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A aplicação dos questionários mostrou uma quantidade significativa de profissionais entre os membros das famílias de pescadores que foram visitadas durante o trabalho de campo (Figura 8.3-615). Dentre elas Pintor Industrial, Topografo, Estivador, Armador, entre outras. Quanto a ocupação exercida no período da pesquisa pelos membros familiares, os maiores destaques eram aqueles que praticavam a pesca artesanal. No âmbito desse grupo, 48,5% dos membros familiares estavam ligados a esse tipo de atividade (Figura 8.3-616).

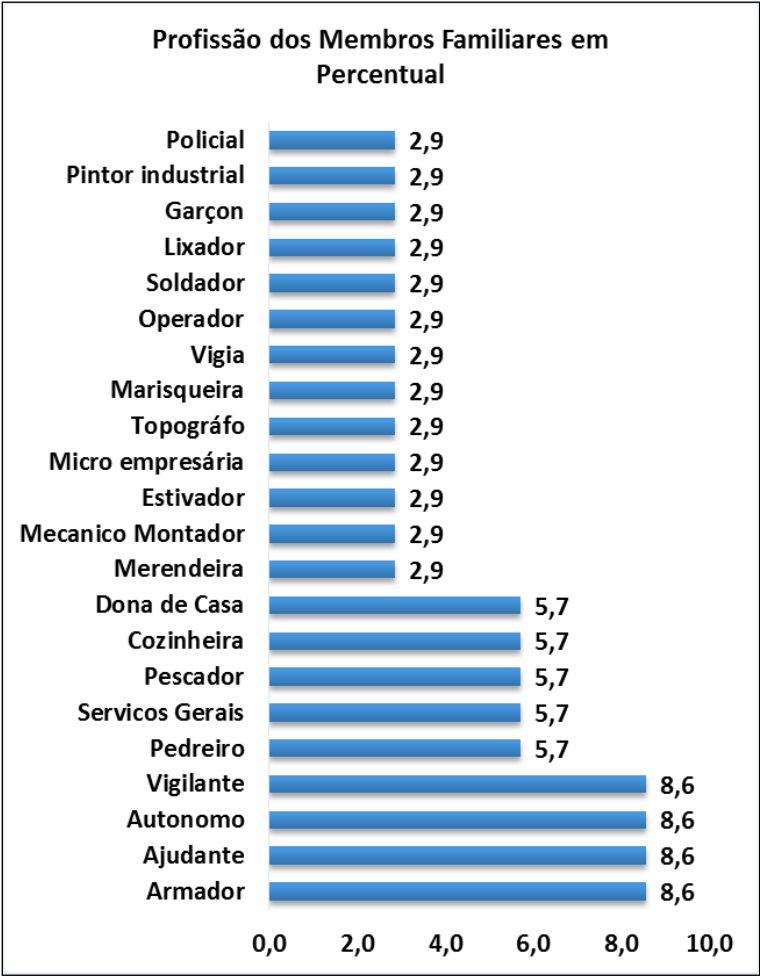


Figura 8.3-615. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

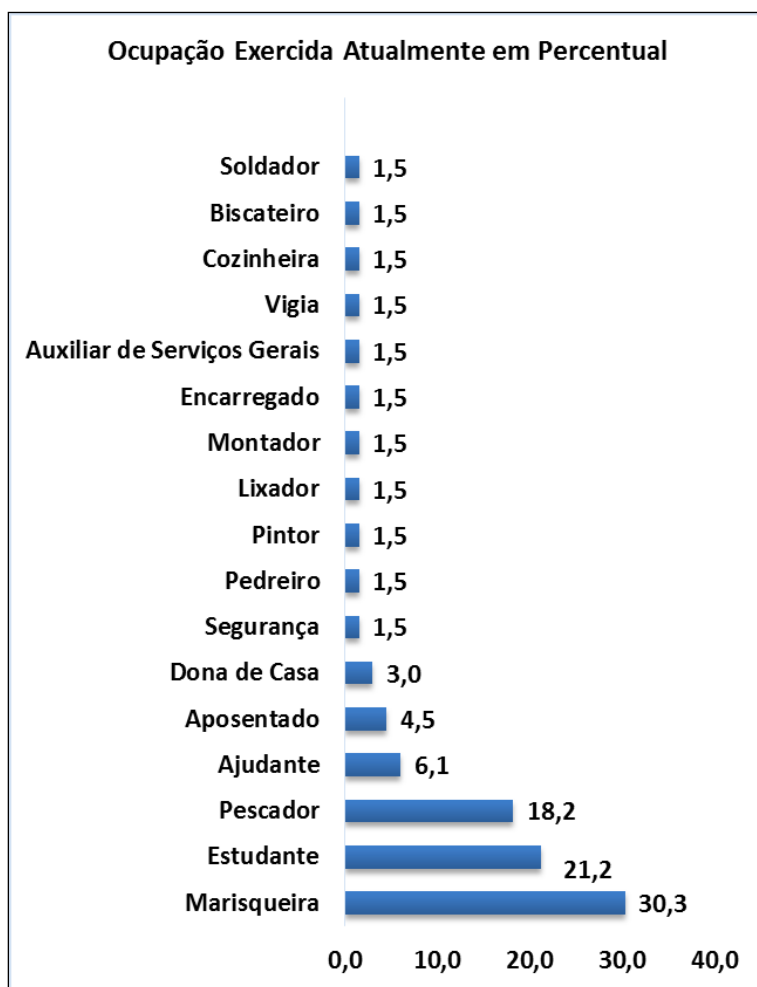


Figura 8.3-616. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o local de trabalho daqueles que desenvolviam atividades remuneradas, a residência era o principal local para 61%. A empresa privada representou apenas 6%, enquanto a empresa pública normalmente ligada ao poder público municipal, também alcançava um baixo patamar de 5%. O trabalho desenvolvido na casa de particulares não ultrapassava os 8% (Figura 8.3-617).

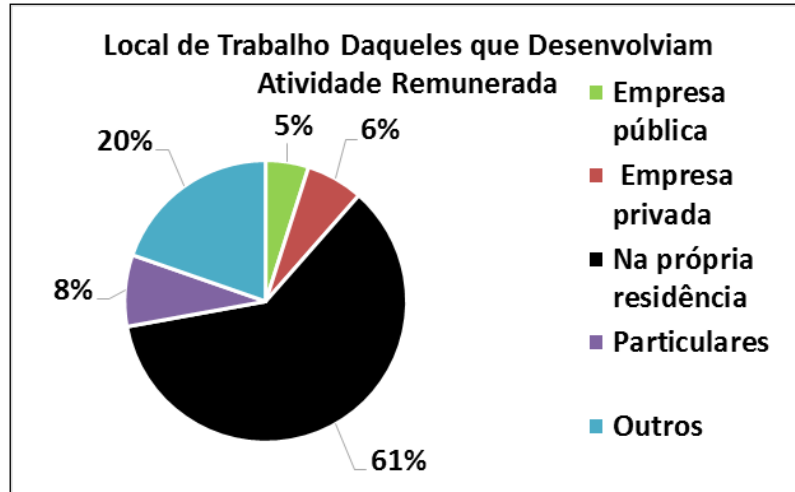


Figura 8.3-617. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aos rendimentos oriundos da ocupação principal desenvolvida pelos membros familiares das residências pesquisadas em Caboto, 70% recebiam até meio salário mínimo, 19% de meio salário até 1 salário mínimo e 11% recebiam até dois salários mínimos (Figura 8.3-618).

Sobre a existência de uma outra fonte de renda na família, os que declararam sim quanto ao recebimento, o Bolsa Família estava presente em 67% das situações. O benefício de prestação continuada estava presente em 6% da amostra (Figura 8.3-619). Essas rendas secundárias também apresentavam baixos valores no âmbito geral. Somando as classes até 1 salário mínimo, esse percentual englobava 89% daqueles que possuíam outra fonte de renda (Figura 8.3-620).

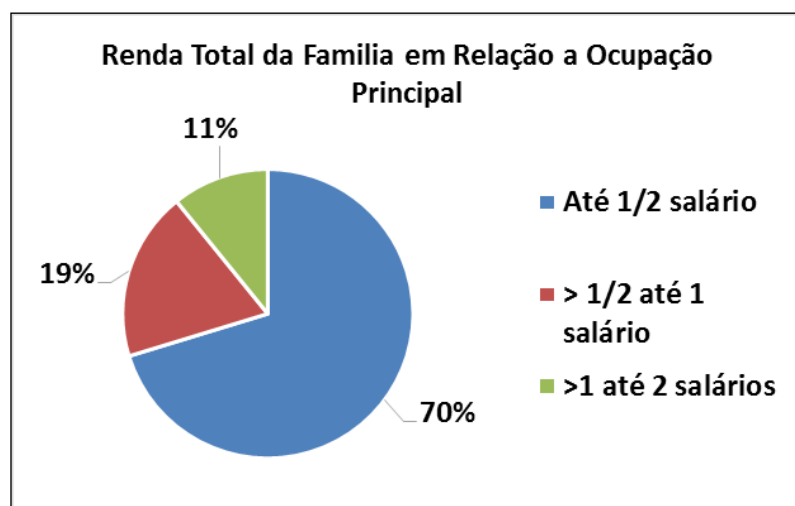


Figura 8.3-618. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

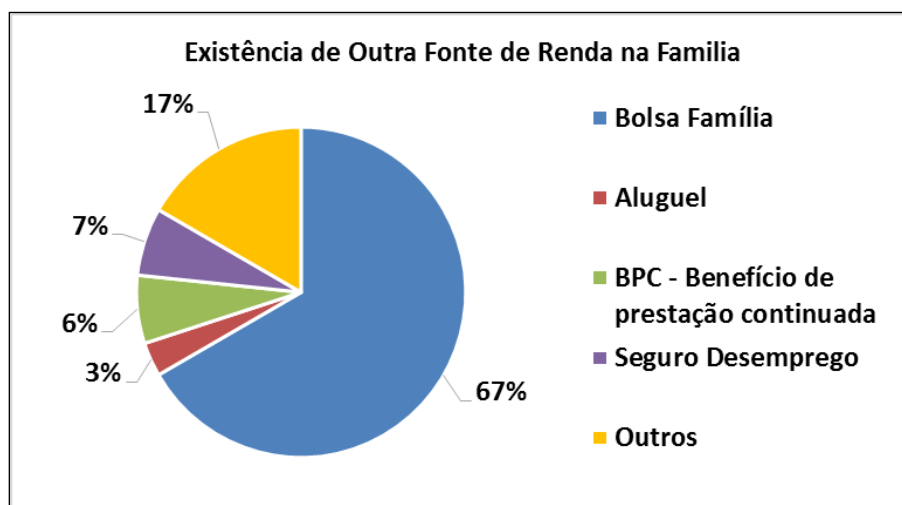


Figura 8.3-619. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

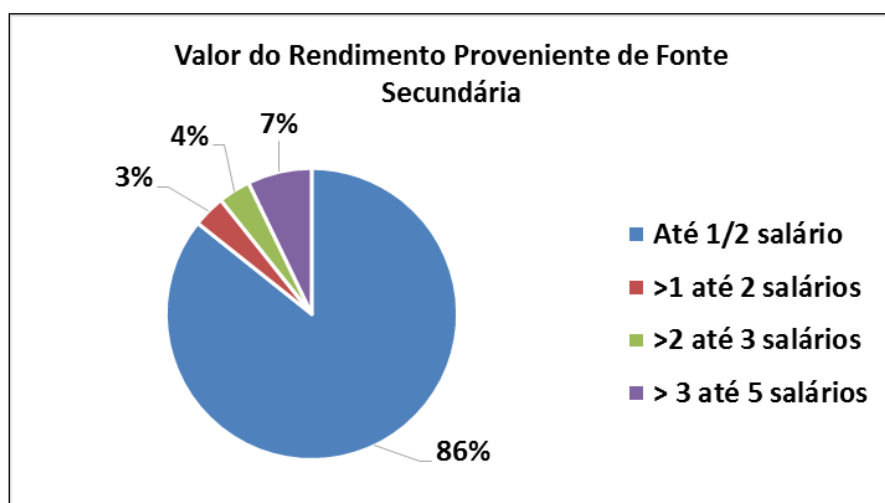


Figura 8.3-620. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(vi) Infraestrutura e serviços básicos de saúde, educação, cultura e transporte na comunidade;

A comunidade de Caboto possui apenas 1 posto de saúde, que funciona como uma extensão da Unidade Saúde da Família localizada no distrito de Madeira, localizado a cerca de 8 km da comunidade, o que gera ainda mais dificuldades para os seus residentes. A estrutura da unidade de saúde de Madeira encontra-se logo a seguir, na Figura 8.3-63. Na educação, 2 unidades escolares estavam presentes na comunidade, atendendo a época da pesquisa, um total de 192 crianças (ver Tabela 8.3-58). Quanto ao transporte, o atendimento se dá basicamente por linhas complementares de ônibus ligando a comunidade a sede municipal de Candeias e os demais distritos como Passagem dos Teixeiras.

Tabela 8.3-58. Escolas na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Data Escola Brasil, 2014).

Comunidade/ Distrito	Tipo de Estabelecimento	Nome da Escola	Educação Infantil	Educação Fundamental	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos	Alunos no Transporte Escolar
Caboto	Público	Escola de Educacao Infantil Professor Eliodoro de Jesus	133	-	-	-	8
Caboto	Público	Escola Municipal Thyeres Novaes Cerqueira Lima	-	59	-	-	-

Quanto aos aspectos educacionais, a pesquisa com os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade de Caboto e seus familiares mostra um quadro aquém do ideal. Na Figura 8.3-621, o grau de escolaridade mais elevado era o superior incompleto, onde apenas 1%, estava nessa categoria. O nível de escolaridade mais representativo na amostra era o nível fundamental incompleto, com 29% do total, seguido do nível médio incompleto com 28%.

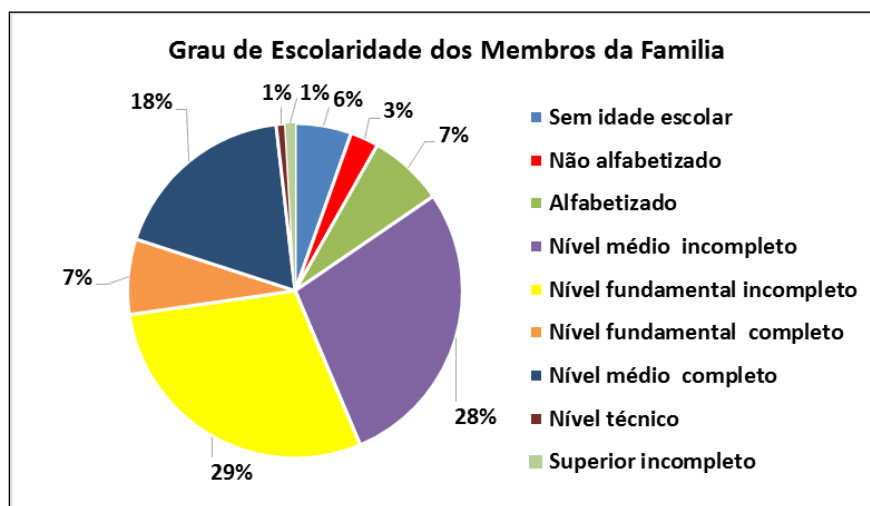


Figura 8.3-621. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A pesquisa averiguou qual o percentual de pessoas que constituem a família dos pescadores e pescadoras artesanais de Caboto, que ainda estão estudando. Do total, apenas 47% ainda se encontram com frequência escolar. Um elevado percentual da amostra, 53%, não frequentava mais a escola (Figura 8.3-622). A pesquisa direta também diagnosticou que entre aqueles com menos de 21 anos que decidiram parar o estudo, 50% frequentou a escola até 2 anos e 50% até 4 anos. Os argumentos com índices mais elevados estavam relacionados a necessidade de trabalho e a constituição de família (Figura 8.3-623 e Figura 8.3-624).

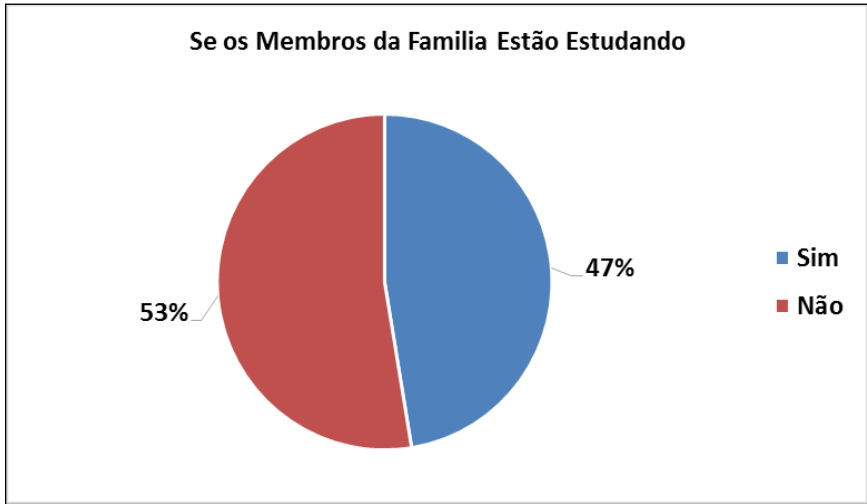


Figura 8.3-622. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

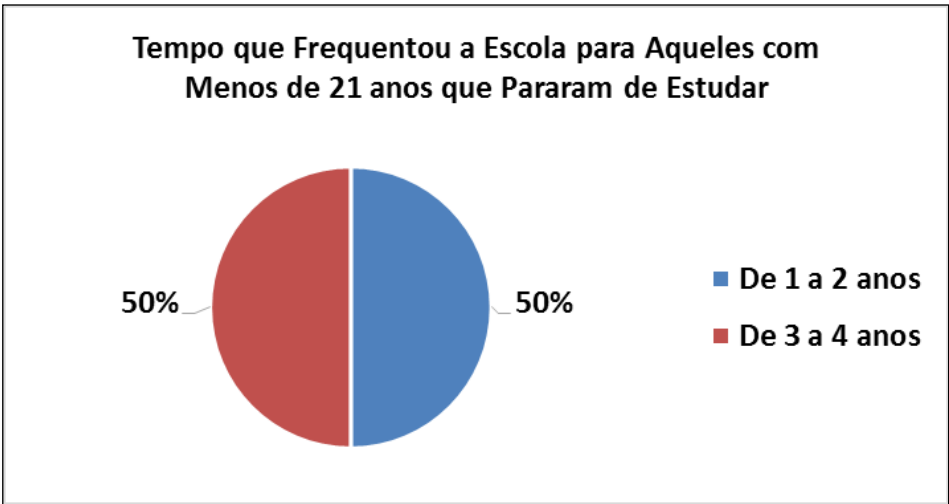


Figura 8.3-623. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

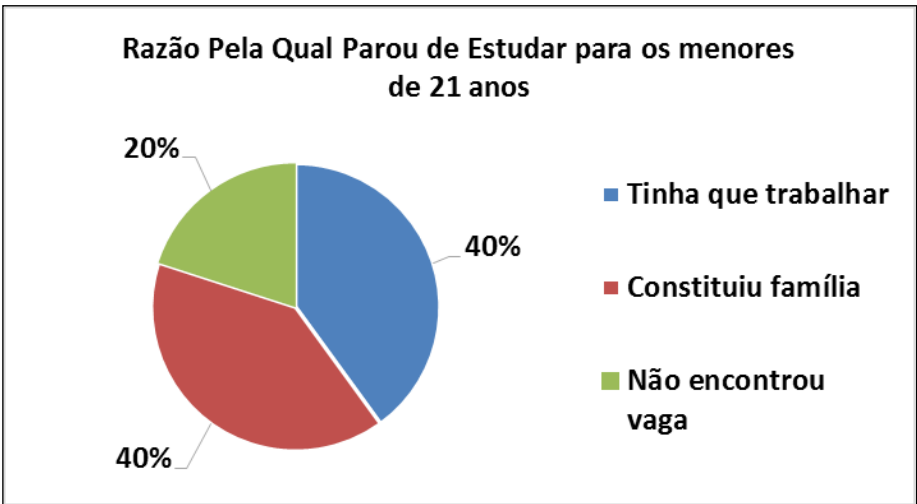


Figura 8.3-624. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Identificação				
CADASTRADO NO CNES EM: 15/8/2005 ULTIMA ATUALIZAÇÃO EM: 3/4/2014				
Nome:		CNES:	CNPJ:	
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DO MADEIRA		3504743		
Nome Empresarial:		CPF:	Personalidade:	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS		--	JURÍDICA	
Logradouro:		Número:		
VIA MATOIM		S/N		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:	UF:
	MADEIRA	43813000	CANDEIAS	BA
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Esfera Administrativa:	Gestão:	
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA		MUNICIPAL	MUNICIPAL	
Natureza da Organização:		Dependência:		
ADMINISTRACAO DIRETA DA SAUDE (MS,SES e SMS)		MANTIDA		
PROFISSIONAIS SUS				
Médicos		1		
Outros		12		
PROFISSIONAIS NÃO SUS				
Total		0		
Atendimento Prestado				
Tipo de Atendimento:		Convênio:		
AMBULATORIAL		SUS		
Fluxo de Clientela:				
ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA				
Leitos				
Estabelecimento não possui Leitos Cadastrados				
Equipamentos				
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	
AMALGAMADOR	1	1	SIM	
APARELHO DE PROFILAXIA C/ JATO DE BICARBONATO	1	1	SIM	
CANETA DE ALTA ROTACAO	1	1	SIM	
CANETA DE BAIXA ROTACAO	1	1	SIM	
COMPRESSOR ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
FOTOPOLIMERIZADOR	1	1	SIM	
Resíduos/Rejeitos				

Coleta Seletiva de Rejeito:						
RESIDUOS COMUNS						
Instalações Físicas para Assistência						
AMBULATORIAL						
Instalação:	Qtde./ Consultório:	Leitos/ Equipos:				
CLINICAS BASICAS	1	0				
ODONTOLOGIA	1	0				
OUTROS CONSULTORIOS NAO MEDICOS	1	0				
SALA DE CURATIVO	1	0				
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	1	0				
SALA DE IMUNIZACAO	1	0				
SALA DE NEBULIZACAO	1	0				
Serviços de Apoio						
Serviço:	Característica:					
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)	PRÓPRIO					
SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	TERCEIRIZADO					
Serviços Especializados						
Cod.:	Serviço:	Característica:	Ambulatorial:		Hospitalar:	
			Amb.:	SUS:	Hosp.:	SUS:
101	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
111	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
112	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
141	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Serviços e Classificação						
Codigo:	Serviço:	Classificação:			Terceiro: CNES:	
101 - 002	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE BUCAL MI			NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
111 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	DIAGNOSTICO E TRATAMENTO			NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
112 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE RISCO HABITUAL			NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
141 - 001	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA			NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>

Figura 8.3-625. Estrutura de saúde em Madeira.

Os aspectos de saúde também foram auferidos pela pesquisa, basicamente, quanto aos tipos de doenças registrados nos últimos 12 meses na família e se houve a realização de algum exame preventivo por parte do entrevistado (Figura 8.3-626 e Figura 8.3-627).

Destacava-se entre o público feminino, as enfermidades como gripe e febre. Essas doenças juntas somaram 58% dos casos. Entre o público masculino, a pesquisa também registrou casos de diabetes e hipertensão. A febre foi a que mais acometeu o gênero masculino segundo o levantamento de dados com 33% do total.

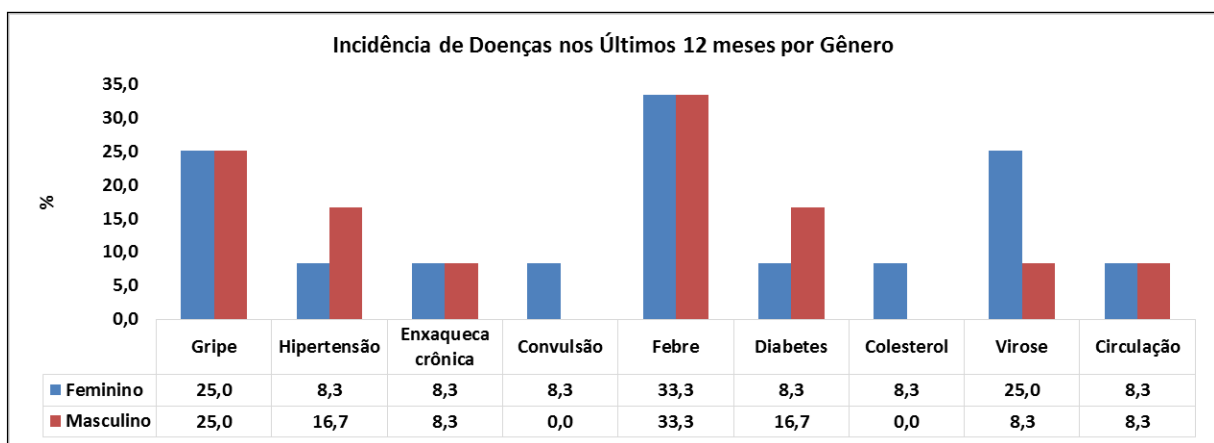


Figura 8.3-626. Incidência de doenças nos últimos 12 meses por gênero (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A realização de exames preventivos é uma ação importante para que se possa tratar adequadamente e com mais eficiência determinados problemas. Dos que responderam positivamente quanto a esse aspecto, o público feminino destacou-se com o índice mais elevado, ou seja, 75% das mulheres fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses em Caboto. Enquanto isso, esse percentual apresenta maior negatividade junto ao gênero masculino, onde 55,6% não realizou nenhum exame (Figura 8.3-627).

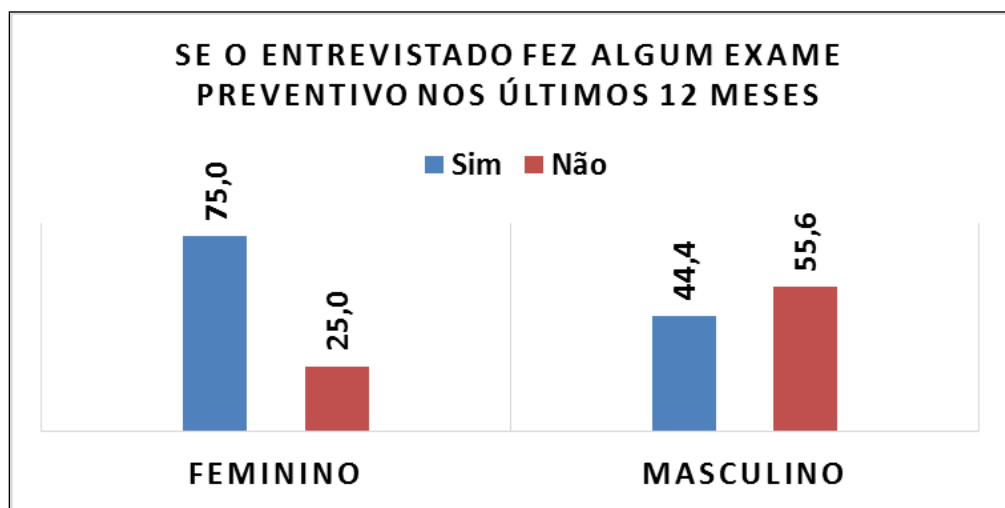


Figura 8.3-627. Se o entrevistado fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(vii) Moradia e situação fundiária

Para os aspectos de moradia, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Caboto, identificou que 100% das residências dos entrevistados eram próprias. As residências eram

praticamente unifamiliares com 97% dos registros (Figura 8.3-628). Quanto as características físicas da residência, a pesquisa identificou que 78% delas eram de alvenaria com reboco e 13% de alvenaria sem reboco. As casas de taipa representaram 5% das residências pesquisadas (Figura 8.3-629).

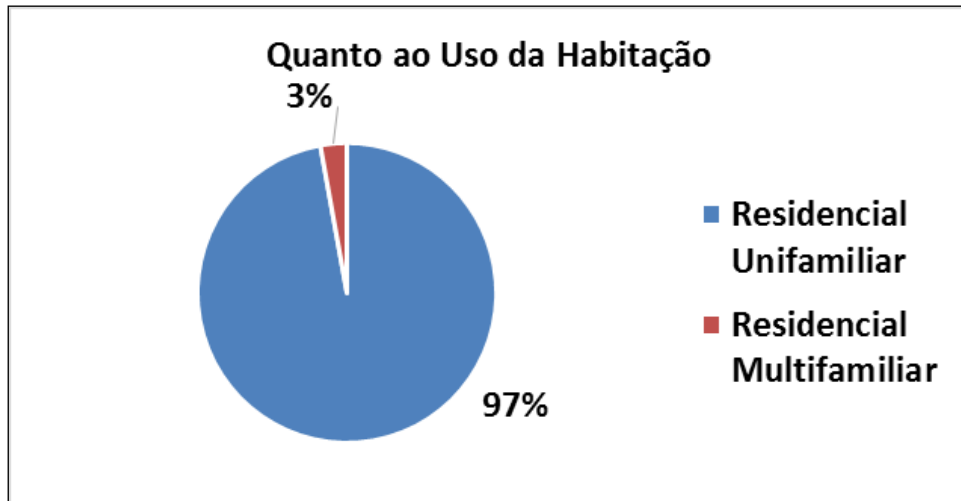


Figura 8.3-628. Quanto ao Uso da Habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

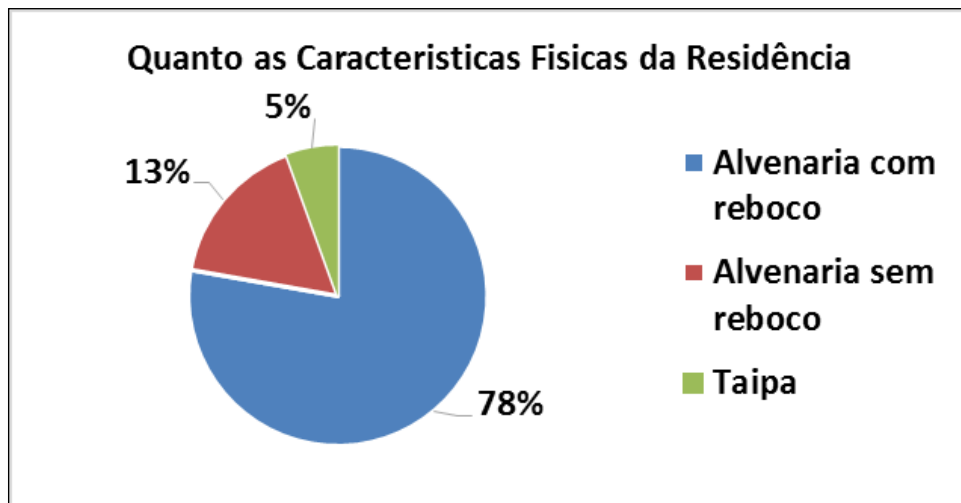


Figura 8.3-629. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O número predominante de cômodos nessas residências era de 2 cômodos, segundo a pesquisa, com um registro de 31% do total. Aquelas com apenas 1 cômodo totalizaram 6% (Figura 8.3-630). Do total de residências de pescadores artesanais visitadas em Caboto, 60% contavam com 2 quartos. As casas com apenas 1 quarto alcançaram a taxa de 26% da pesquisa (Figura 8.3-631).

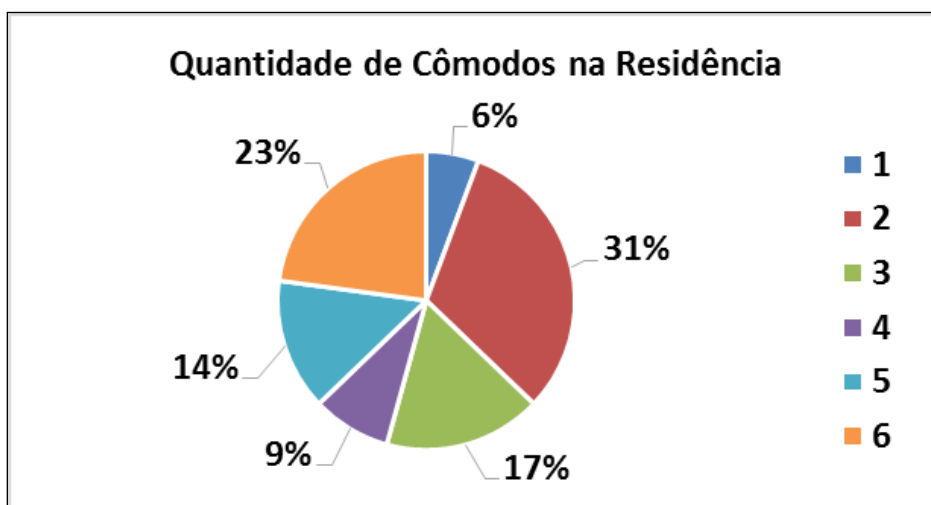


Figura 8.3-630. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

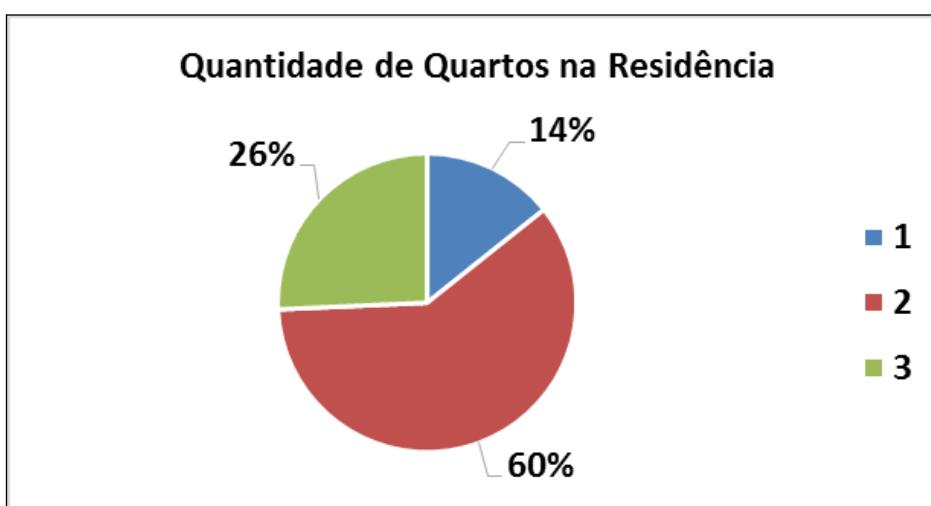


Figura 8.3-631. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A presença de domicílios sem banheiros entre os pescadores e pescadoras artesanais de Caboto na pesquisa alcançou 3% da amostra. Em 97% das residências havia a presença de pelo menos 1 sanitário. Quanto a localização dos mesmos, 85% estavam dentro das respectivas residências (Figura 8.3-632 e Figura 8.3-633).



Figura 8.3-632. Quantidade de sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

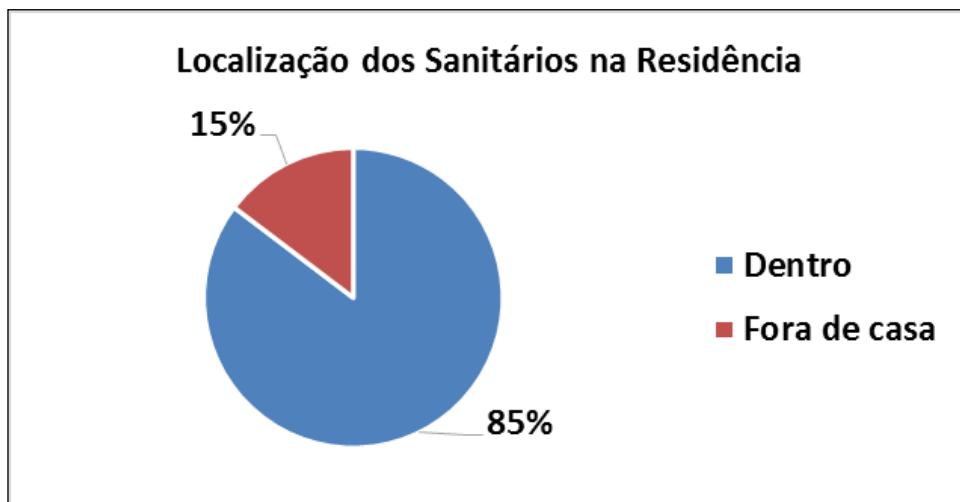


Figura 8.3-633. Localização dos sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(viii) Infraestrutura básica de saneamento, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica;

Sobre o acesso ao serviço de energia de acordo com os entrevistados em Caboto, a pesquisa revelou a disponibilidade em 80% das residências. Aquelas com modalidade tipo gato eram de 3% do total (Figura 8.3-634). Quanto ao abastecimento de água dessas residências pesquisadas em Caboto, 88% das casas possuíam acesso via rede pública. As ligações irregulares alcançaram 3% da amostra. Mesmo para as unidades domiciliares pesquisadas que tem acesso a água encanada via rede, a irregularidade do abastecimento é um fator visível nas respostas dos entrevistados. Para apenas 32% do total o acesso a água através da rede é diário a qualquer momento do dia. De forma predominante, em 41% dos casos, o abastecimento ocorre de 2 a 3 vezes por semana. Essa situação

provoca a necessidade de estocagem de água nas residências, sendo que em 33%, o armazenamento de água é feito em tanques ou caixas d'água. A utilização de tonéis ou baldes com tampa representaram 64% da amostra pesquisada (Figura 8.3-635 a Figura 8.3-637).

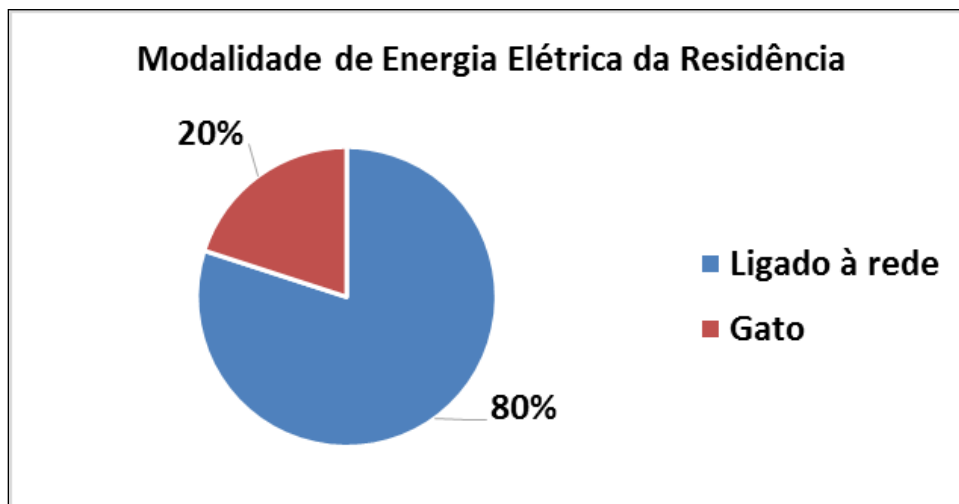


Figura 8.3-634. Modalidade de energia elétrica da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

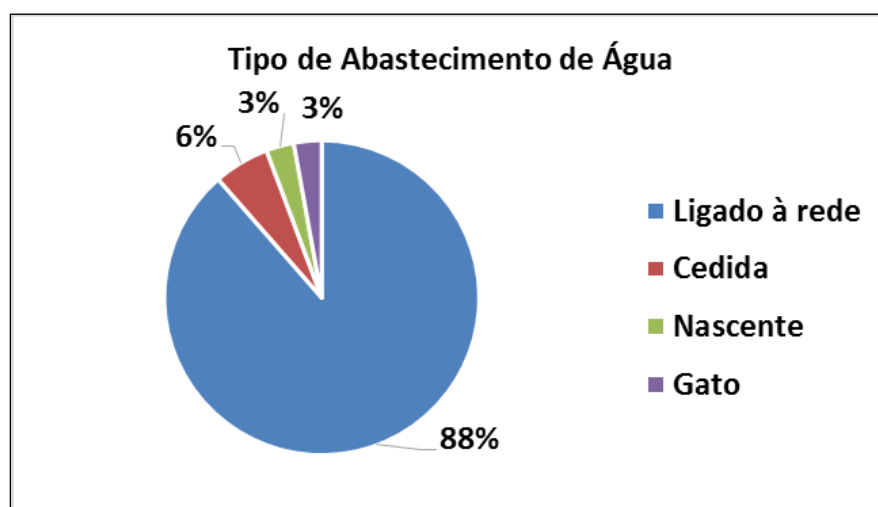


Figura 8.3-635. Tipo de abastecimento de água (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

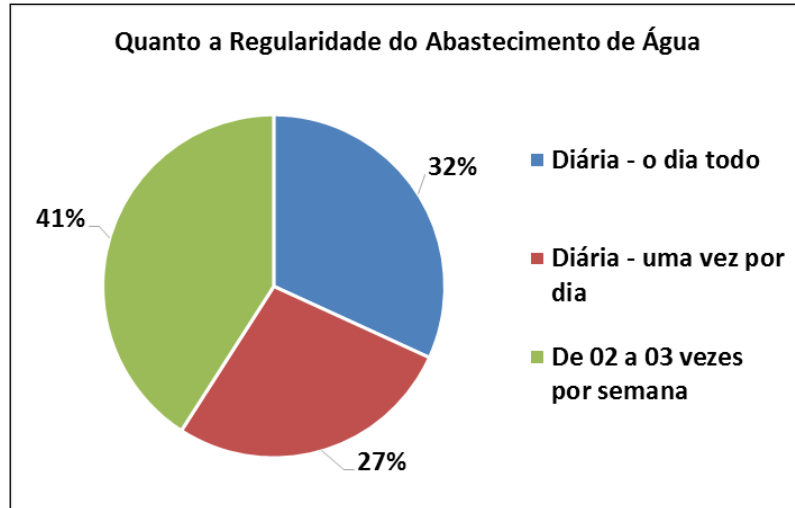


Figura 8.3-636. Quanto a regularidade do abastecimento de água via rede pública (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

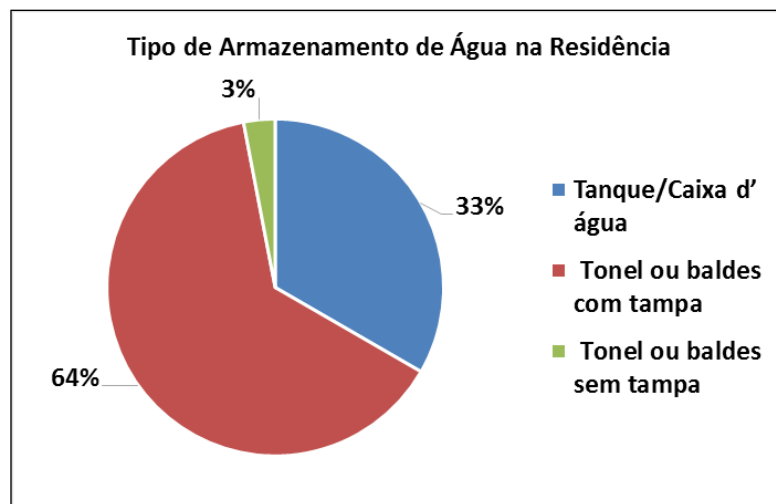


Figura 8.3-637. Tipo de armazenamento de água na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto à disposição dos resíduos sólidos nas residências dos pescadores artesanais de Caboto, o serviço de coleta alcançava, segundo a pesquisa 100% das residências. A frequência de 2 a 3 vezes por semana era o período citado por 97% dos entrevistados (Figura 8.3-638). Quanto à disposição do Esgotamento Sanitário, a Figura 8.3-639, mostra que a fossa artesanal predominava em 44,4% das residências seguido do canal a céu aberto com 36,1%.

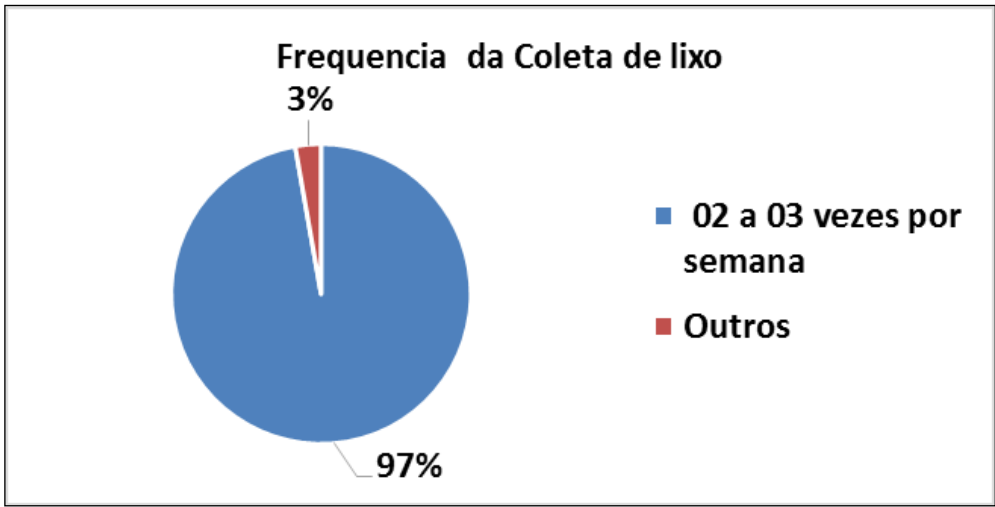


Figura 8.3-638. Frequência da coleta de lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

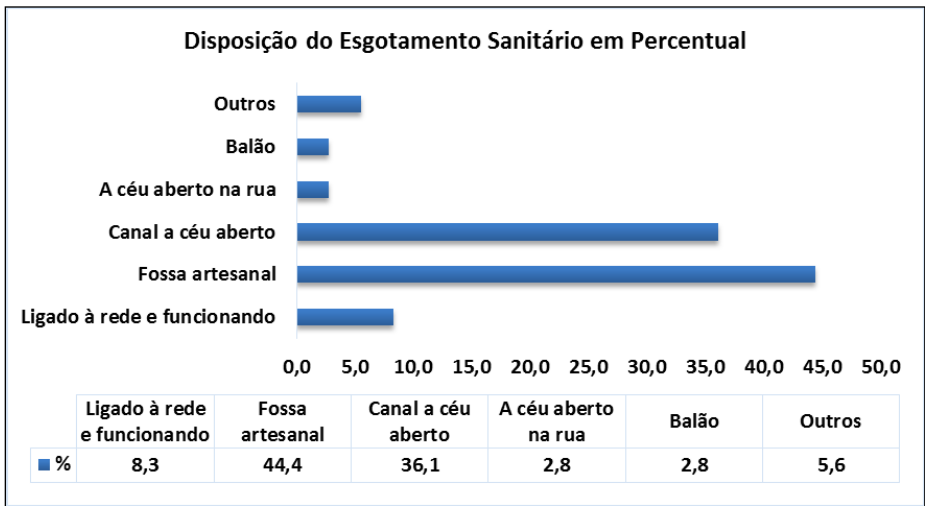


Figura 8.3-639. Disposição do esgotamento sanitário em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre as características da rua onde os entrevistados residiam, estas eram predominantemente de asfalto em 50% das situações. A condição de terra batida era encontrada em 28% das ruas onde o trabalho de campo em Caboto ocorreu. A utilização de paralelepípedos alcançava 19% (Figura 8.3-640). Segundo os entrevistados, 100% das ruas onde residiam não possuíam nenhum dispositivo de drenagem. Por fim, o reconhecimento da situação de ruas alagadas pelos entrevistados onde estes residiam, após as chuvas, alcançou 49%. A presença de poças após um evento chuvoso estava presente em 38% das respostas (Figura 8.3-641).

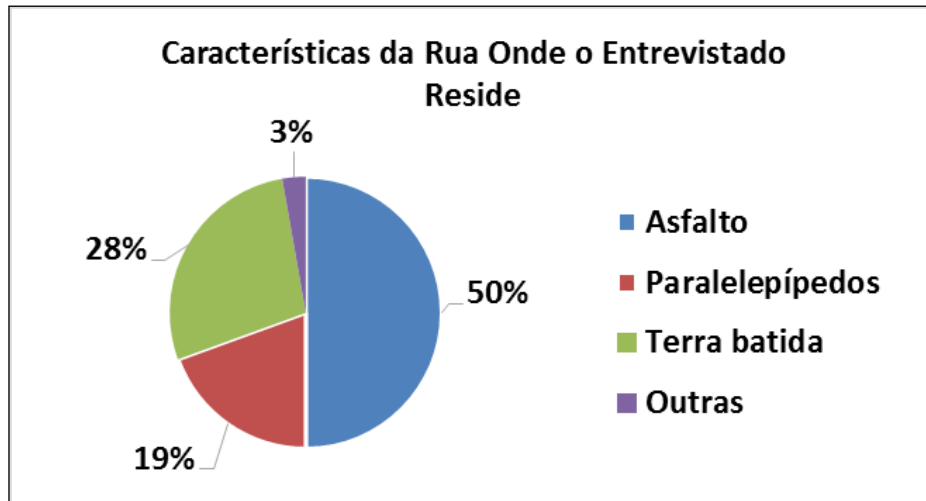


Figura 8.3-640. Características da rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

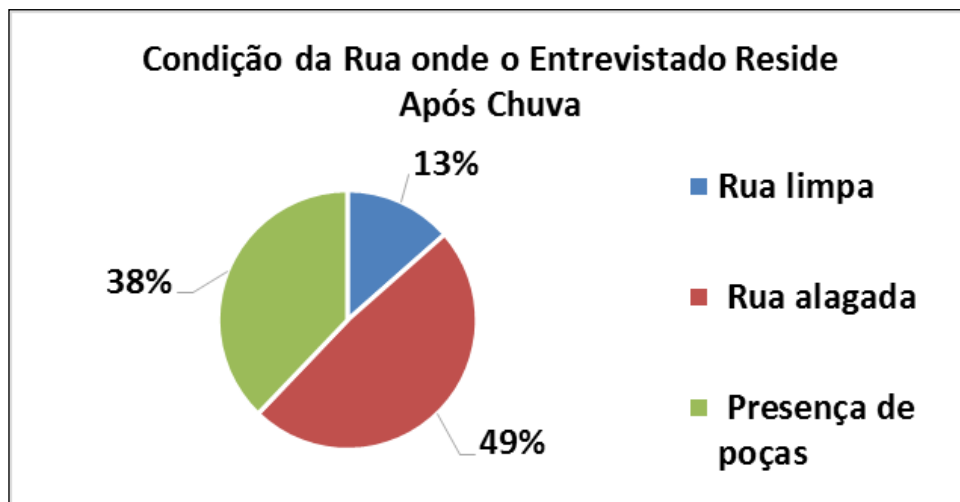


Figura 8.3-641. Condição da rua onde o entrevistado reside após chuva (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(ix) Calendário das principais manifestações culturais existentes;

A principal festa no distrito de Caboto é a celebração do Padroeiro São Roque realizada sempre no dia 16 de Agosto.

(x) Políticas públicas sociais implementadas pelos governos federal, estadual e municipal acessadas pela comunidade;

As políticas públicas mais acessadas por aqueles que tinham rendimento oriundo da pesca eram notadamente o bolsa família, o auxílio defeso e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Em Caboto, o bolsa família, para aqueles que viviam exclusivamente da pesca, era recebido por cerca de 83,3%.

(xi) Pontos de desembarques públicos e privados; acessos às áreas de pesca; e as principais estruturas de apoio à atividade pesqueira presentes no município

O levantamento de campo, com suporte da Colônia de Pescadores de Candeias não identificou nenhuma das estruturas solicitadas pelo TR em Caboto. As manutenções de equipamentos ligados a pesca e de propriedade dos pescadores (embarcações, petrechos, conservações da produção) são feitos de forma individual sem a contribuição de estruturas. Eventualmente, devido a interface existente entre Caboto e Ilha de Maré, alguns desses serviços podem ser executados na ilha, pois é lá, como se verá mais adiante que estão algumas dessas estruturas, sendo que nenhuma delas é pública.

(xii) Frota pesqueira atuante, as artes de pesca utilizadas e os principais recursos explotados

A posse da embarcação é de grande valia para o desenvolvimento da atividade pesqueira, principalmente para aqueles que fazem uso de apetrechos como redes de espera. É importante também porque permite o deslocamento para diversas áreas da região. Entretanto, o acesso as embarcações, entenda-se a sua aquisição, é bastante custoso. E isso se refletiu na pesquisa, onde apenas 11% responderam possuir uma embarcação (Figura 8.3-642). Para aqueles que detêm uma embarcação, os percentuais para a canoa de remo e de motor eram semelhantes, 50% (Figura 8.3-643).

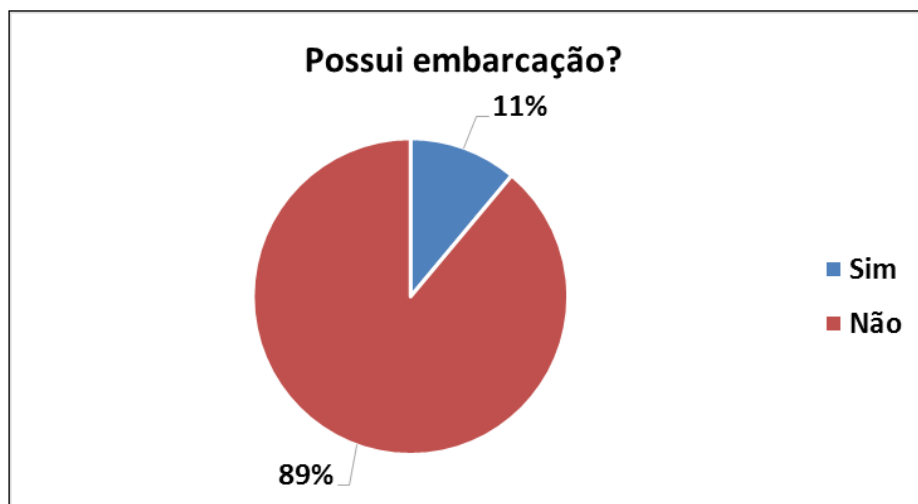


Figura 8.3-642. Possui embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

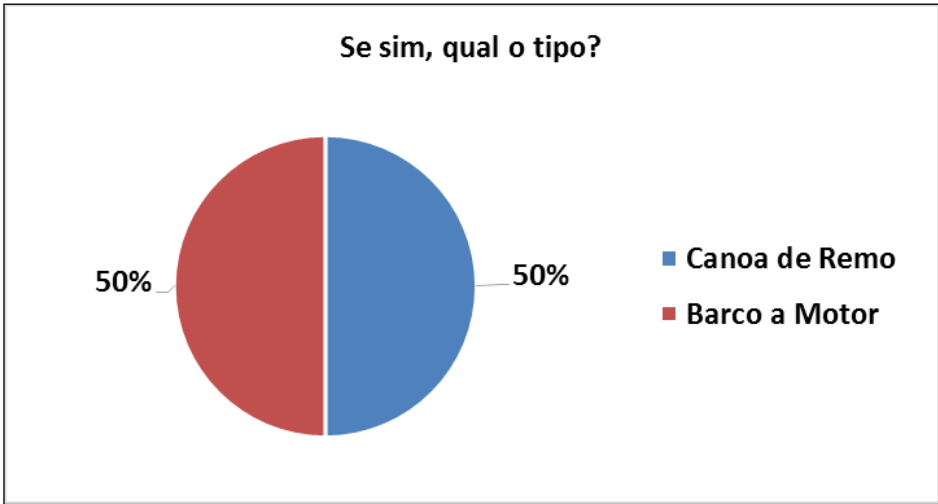


Figura 8.3-643. Se sim, qual o tipo? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

De acordo com os pescadores artesanais entrevistados em Caboto e que são possuidores de embarcações, 100% tinham mais do que 6 metros de comprimento. A participação de embarcações com casco de fibra de vidro e de madeira também tinham o mesmo percentual, 50% (Figura 8.3-644). As embarcações motorizadas, segundo os proprietários, utilizavam equipamentos com potência de 35 a 60hp. Ou seja, configurações para cobrir grandes distâncias dentro da Baía de Todos os Santos.

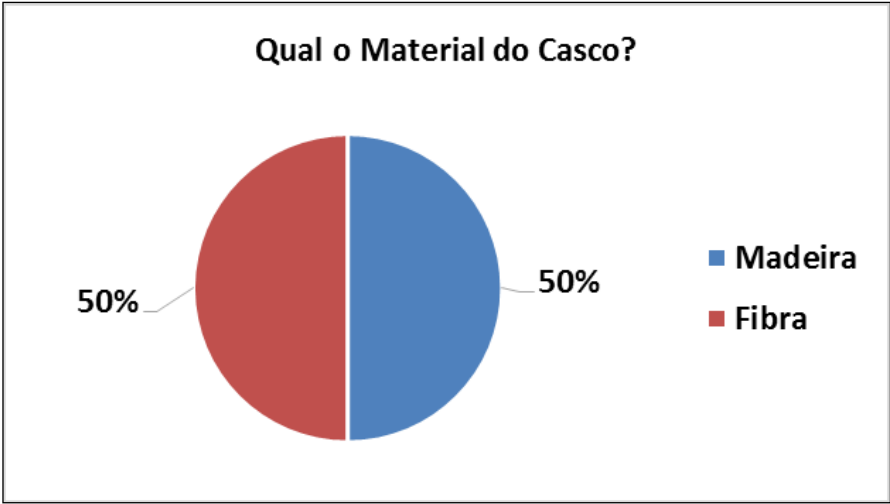


Figura 8.3-644. Qual o material do casco? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A conservação dos pescados obtidos pelos pescadores artesanais da comunidade de Caboto era realizada por 100% das pessoas entrevistadas (Figura 8.3-645). Os que responderam quanto à existência da conservação, este é feito principalmente pelo processo de congelamento, embora também tivessem sido encontradas outras modalidades como o salgamento e a defumação. Quanto

ao local onde era feita à conservação, a residência do pescador e pescadora artesanal, era o único local.

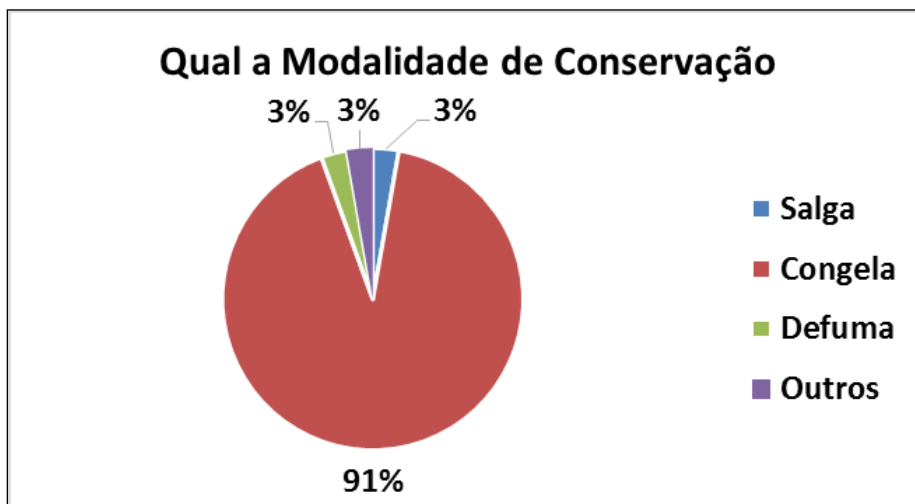


Figura 8.3-645. Qual a modalidade de conservação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(xiii) Relações de propriedade dos meios de produção, formas de partilha, divisão do trabalho e remuneração na pesca artesanal; produção; políticas públicas específicas para a pesca artesanal implementadas pelos governos federal, estadual e municipal e relação cultural, social e econômica com outras comunidades pesqueiras e outros grupos sociais

Quanto à presença de incentivos que permitam uma melhor condição para quem sobrevive dessa atividade, na Figura 8.3-646, segundo a visão dos entrevistados, 50% informaram não haver incentivo pra atividade. Os que citaram a existência de incentivo (50%) lembraram os programas existentes para aquisição de embarcações (23%) e os equipamentos de pesca (77%), na Figura 8.3-647.

De maneira geral, como não existem incentivos para pesca artesanal, não foram identificados conflitos entre os que exercem a atividade em Caboto e outras comunidades, pelo contrário, a interação entre as comunidades já analisadas permite disseminar o conhecimento e condições dos locais de pesca. Isso porque existe uma homogeneidade do tipo de pesca praticado na Baía de Aratu, conforme os dados primários apontam. Pela distância, a maior interface de relacionamento ocorre entre Caboto-Ilha de Maré, onde são percebidos um trânsito de pessoas principalmente originários da Ilha que necessitam de serviços no continente. Assim, Caboto torna-se um ponto de suporte as demandas dessas pessoas.

Sobre o destino da produção obtida pelos pescadores artesanais de Caboto, a feira livre aparecia como principal opção para 61%, seguido pelo consumo com 21% (Figura 8.3-648). O envolvimento de terceiros para o trabalho é uma forma de economia no custeio como o aluguel de barcos, etc.

Segundo o trabalho de campo em Caboto, 50% realizava a pesca artesanal com amigos. A presença de familiares ocorria em 39% dos casos (Figura 8.3-649).

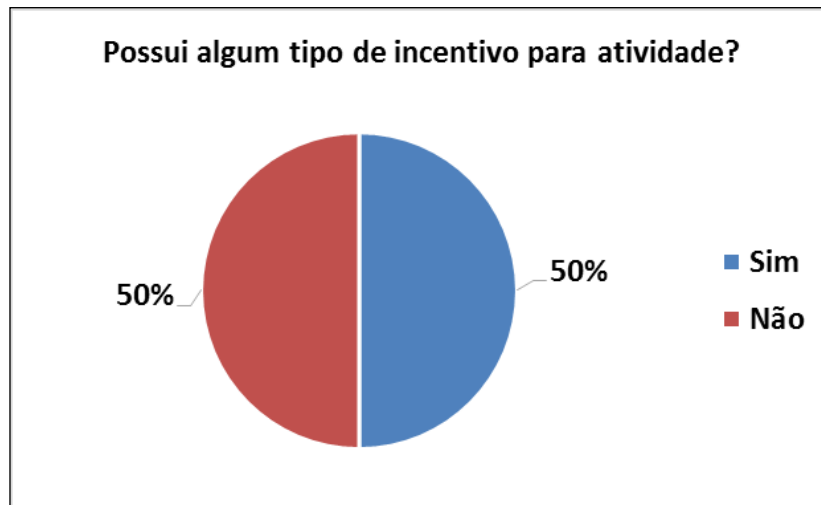


Figura 8.3-646. Possui algum tipo de incentivo para atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

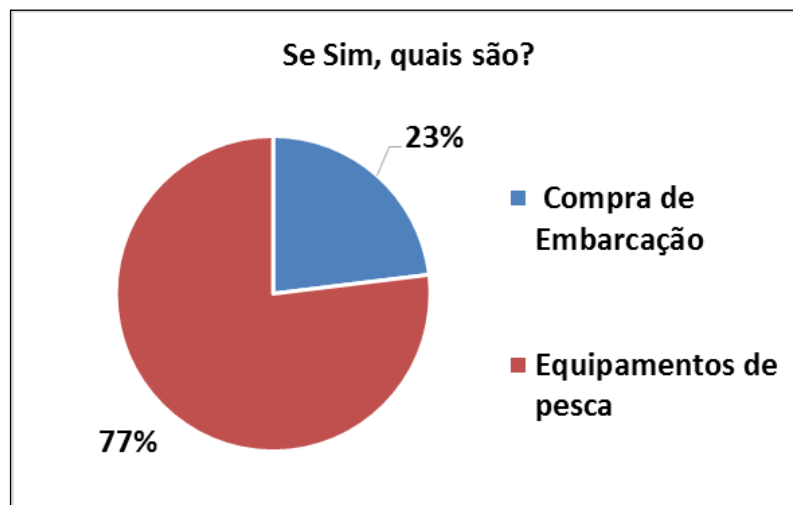


Figura 8.3-647. Se sim, quais são? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

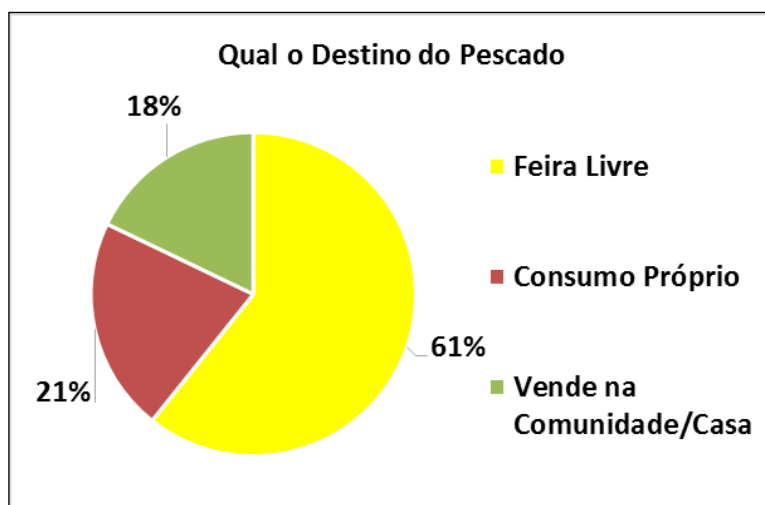


Figura 8.3-648. Qual o destino do pescado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

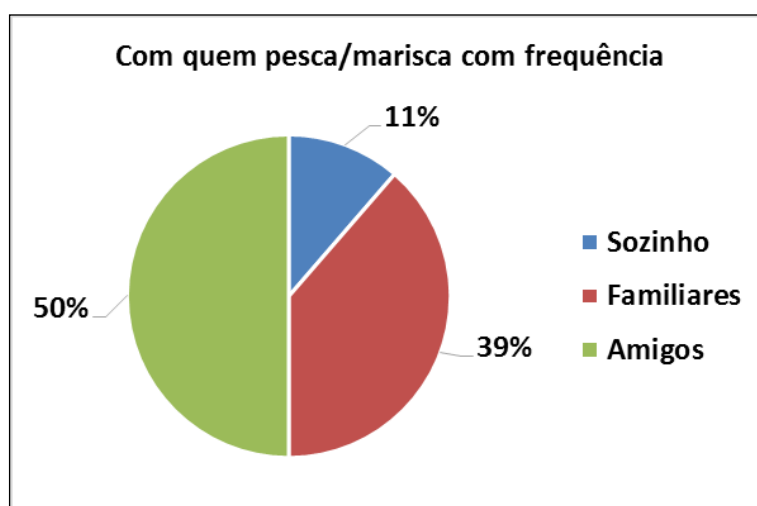


Figura 8.3-649. Com quem pesca/marisca com frequência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Em apenas 24% dos casos foi apontado à existência de algum tipo de remuneração para as pessoas que participavam do momento da pesca. Essa remuneração, conforme a Figura 8.3-650, ela se dá pela partilha do pescado em 89% dos casos, e em apenas 11%, através de alguma remuneração financeira (Figura 8.3-651).

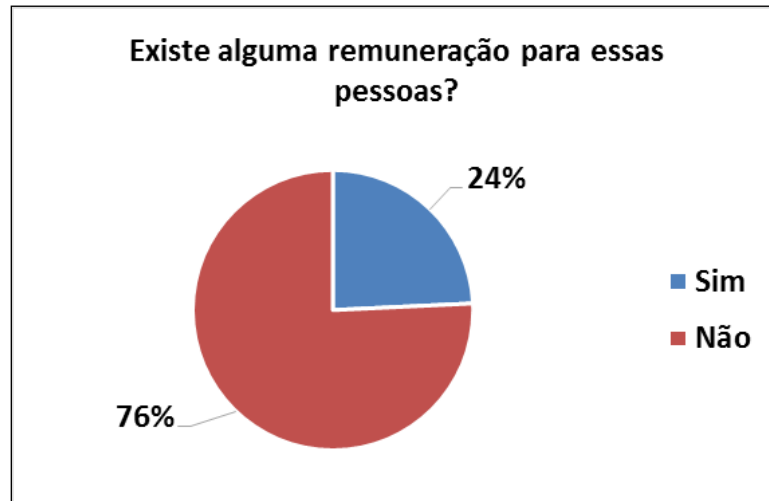


Figura 8.3-650. Existe alguma remuneração para essas pessoas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

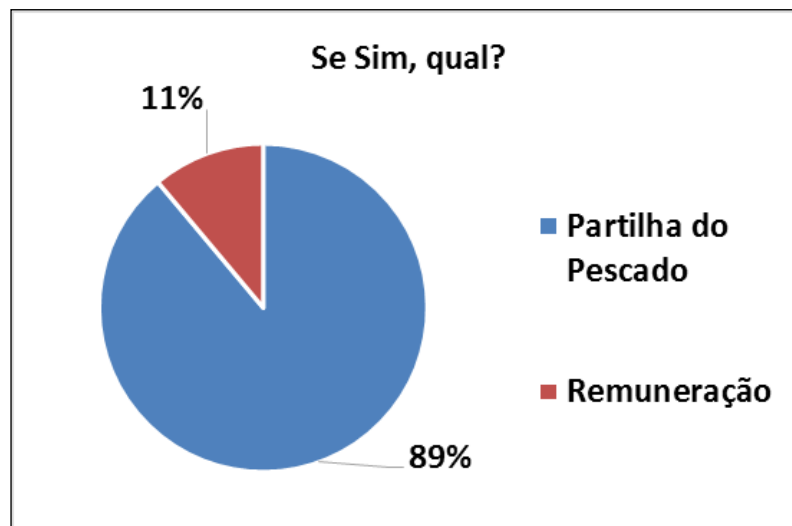


Figura 8.3-651. Se sim, qual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Assim como nas demais comunidades, os rendimentos provenientes da atividade pesqueira com a produção, para aqueles que viviam exclusivamente da pesca, alcançou na comunidade de Caboto, o valor de R\$ 183,18.

8.3.8.2.5 Ilha de Maré

A Comunidade Pesqueira e Quilombola de Ilha de Maré torna-se uma das principais comunidades com potenciais para sofrer os possíveis impactos da operação do empreendimento. Além da própria relação com a atividade pesqueira, o subdistrito (Figura 8.3-652) encontra-se próximo ao local estudado para implantação do píer, além do seu histórico conflituoso frente às operações do Porto

de Aratu e que resultaram em uma ação movida junto ao Ministério Público Estadual da Bahia (Figura 8.3-653, e Apêndice 8.38).



Figura 8.3-652. Distrito de Ilha de Maré, fotos de “a” a “f” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Acredita-se que o povoamento da ilha se deu ainda no século XVI onde alguns registros apontam para a construção da Igreja de Nossa Senhora das Neves em meados de 1552.



Figura 8.3-653. Subdistrito da Ilha de Maré, em vermelho, com coordenadas UTM 551023 / 8587854 (Fonte: Google Earth Pro, 2011).

Atualmente, existem 9 áreas urbanizadas na Ilha de Maré. São elas: Botelho, Bananeiras, Porto dos Cavalos, Martelo, Ponta Grossa, Praia Grande, Santana, Praia das Neves e Itamoabo.

Foram aplicados um total de 128 questionários nas residências de pescadores e pescadoras artesanais nessa comunidade. Para facilitar a compreensão do texto a pedido do TR, os itens serão organizados de acordo com a descrição do documento. Antes será apresentado um perfil inicial dos entrevistados em Ilha de Maré.

No tocante as entrevistas com os pescadores e pescadoras artesanais em Ilha de Maré, quanto à situação desse entrevistado frente ao Chefe da Família, 46% eram classificados como Chefe de Família e 48% Esposo ou Esposa. As demais categorias totalizaram 6% (Figura 8.3-654). O resultado mostra que em relação ao sexo dos entrevistados, 85% eram do gênero feminino e 15% masculino (Figura 8.3-655). Em Ilha de Maré, a pesquisa apontou que 65% das pessoas pesquisadas classificadas como Chefe de Família eram do gênero masculino e 35% eram mulheres (Figura 8.3-656).

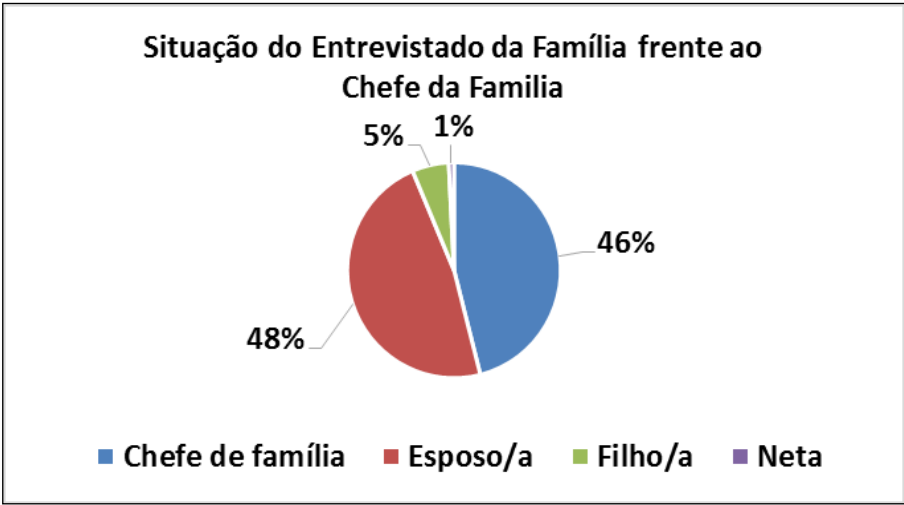


Figura 8.3-654. Situação do entrevistado frente ao chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

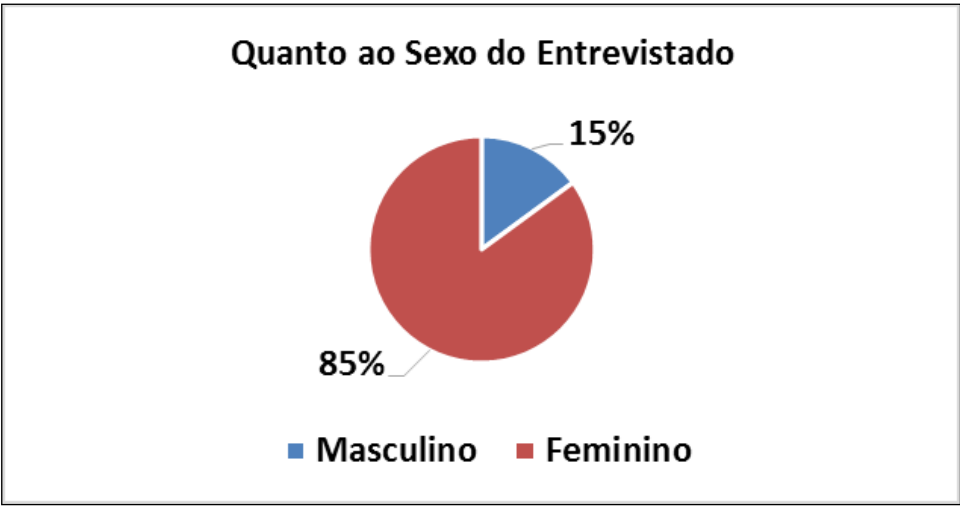


Figura 8.3-655. Quanto ao sexo do entrevistado em Ilha de Maré (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

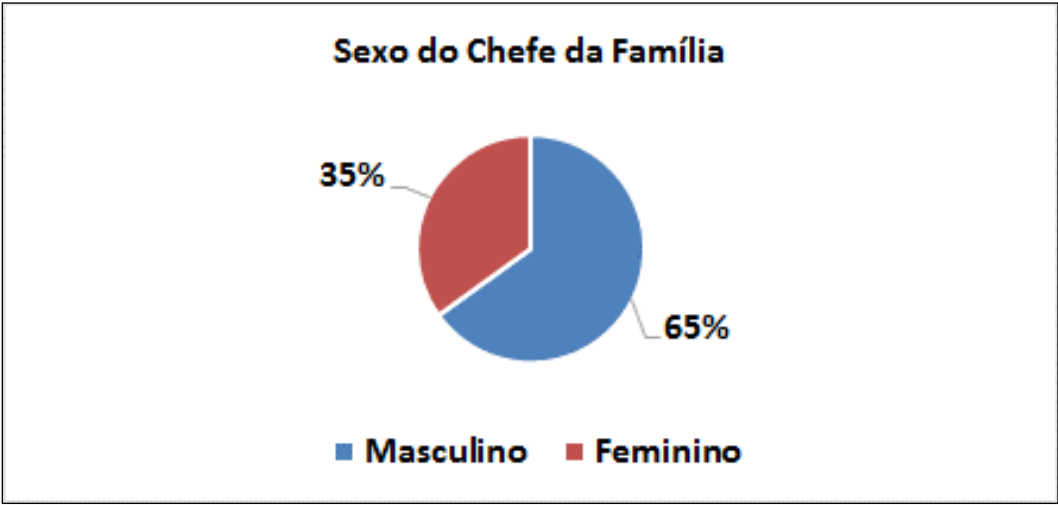


Figura 8.3-656. Sexo do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre os aspectos de migração ou moradia na referida comunidade, o levantamento mostrou que 97% dos chefes de família já residiam na localidade a mais de 20 anos, 3% residiam na comunidade de 10 a 19 anos (Figura 8.3-657). O processo de migração registrado junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré demonstram que apenas 1% deles vieram de outro município (Figura 8.3-658).

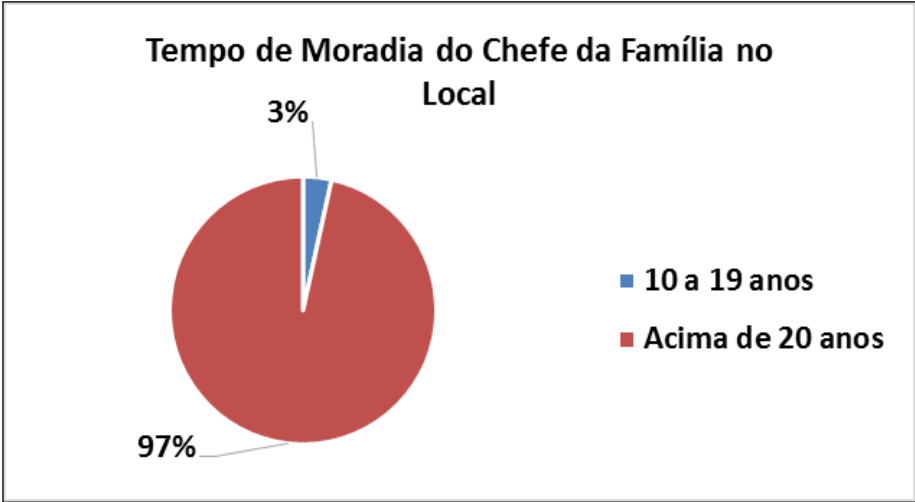


Figura 8.3-657. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

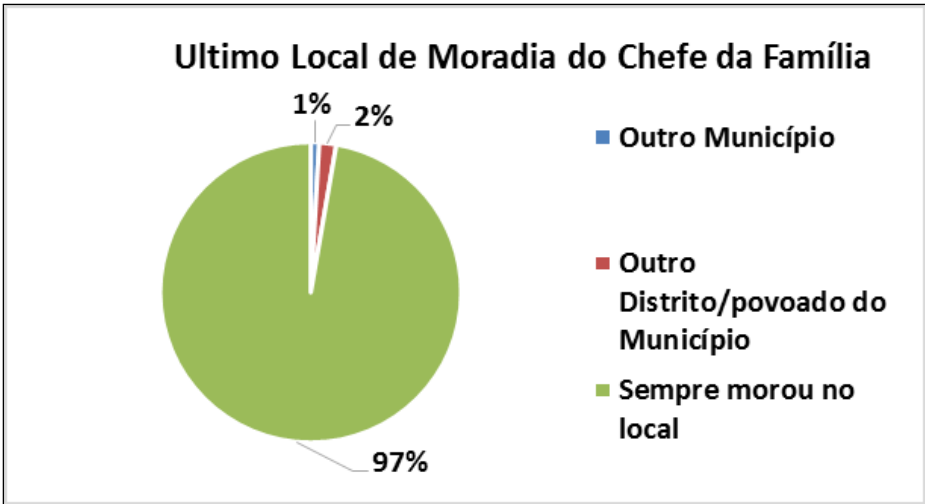


Figura 8.3-658. Ultimo local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A relação com parentes locais foi o principal motivador para aqueles que não são originários da Ilha de Maré, segundo 34% dos chefes de família (Figura 8.3-659). A busca de trabalho e a constituição de família somaram 66% das razões para a mudança do Chefe de Família (Figura 8.3-660).

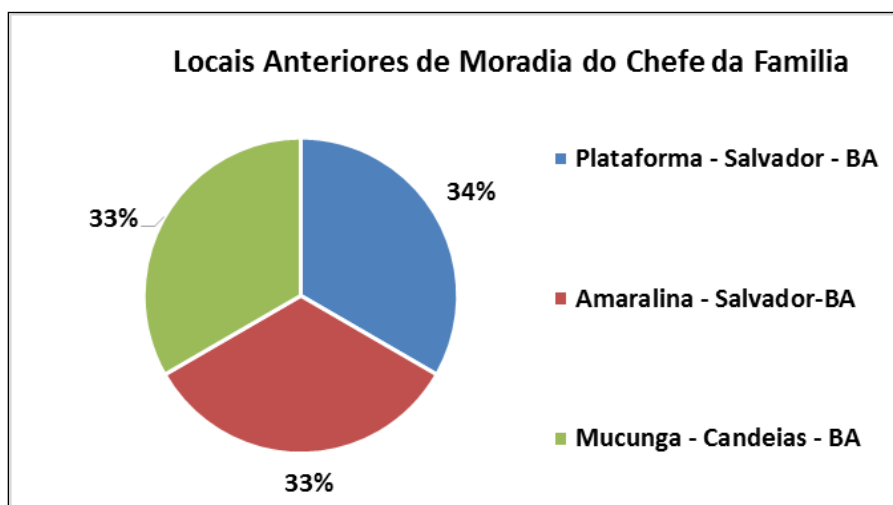


Figura 8.3-659. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

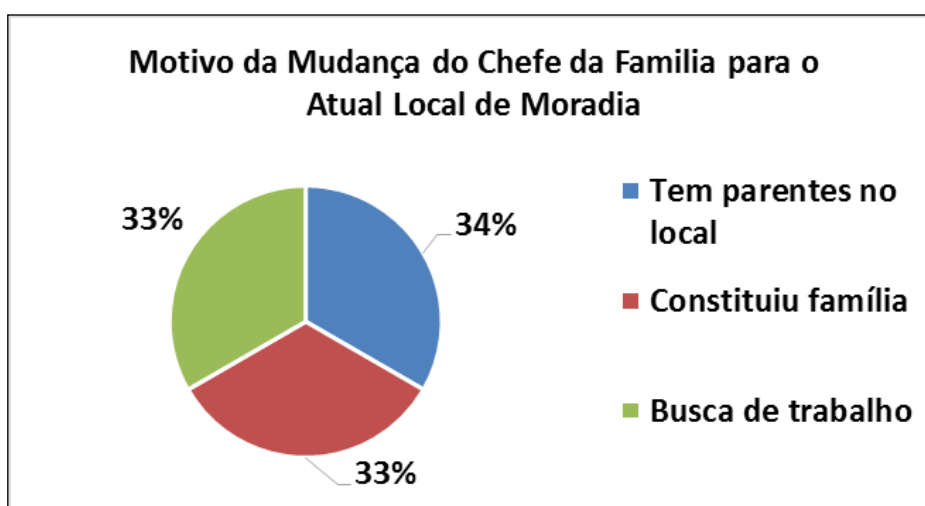


Figura 8.3-660. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de Moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(i) *Pesqueiros e Rotas utilizadas, e sua frequência no calendário anual da pesca*

Quanto aos pesqueiros e rotas utilizadas, o Mapa das Rotas de Pescadores Ilha de Maré (Apendice 8.32) elaborado a partir das respostas dos questionários mostra algumas das rotas citadas.

Quanto a atividade pesqueira, ponto fundamental da aplicação dos questionários, questionados sobre o tempo em que exerciam a atividade, 59% já a praticava a mais de 20 anos, enquanto 31% entre 16 a 20 anos (Figura 8.3-661).

A periodicidade da atividade durante a semana é feita na sua maioria em 4 a 6 ocasiões, segundo 42% dos entrevistados (Figura 8.3-662). A pesca artesanal diária obteve um percentual de 27%. O turno da manhã era o período preferido por 72% dos pescadores e pescadoras artesanais que

responderam à pesquisa, seguido da tarde com 14%. Apenas 1% dos entrevistados indicaram não haver preferência para a realização da pesca (Figura 8.3-663). O trabalho de pesca é algo que demanda, segundo os entrevistados, um período de até 4 horas do dia para 55%. Aqueles que realizam a atividade de 5 a 7 horas representaram 41%. A pesca artesanal com jornada acima de 10 horas era praticada por 2% da amostra da pesquisa (Figura 8.3-664).

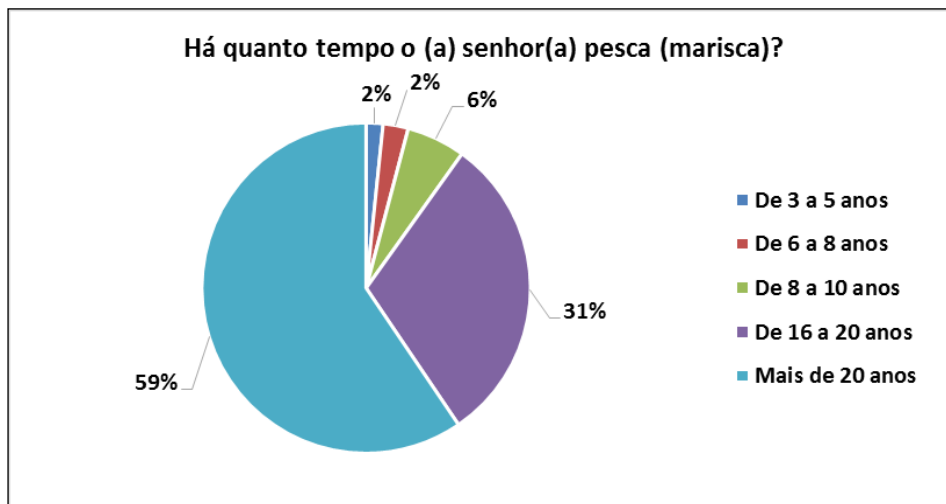


Figura 8.3-661. Há quanto tempo o(a) senhor(a) pesca (marisca)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

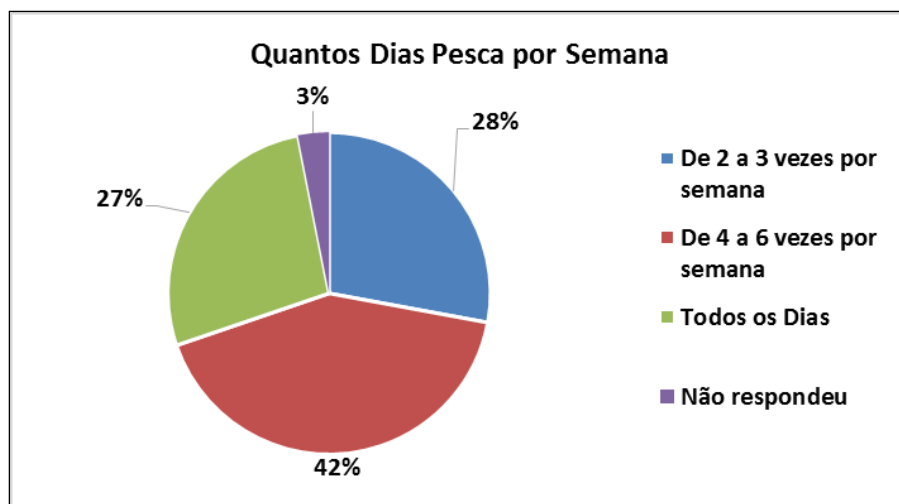


Figura 8.3-662. Quantos dias pesca por semana (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

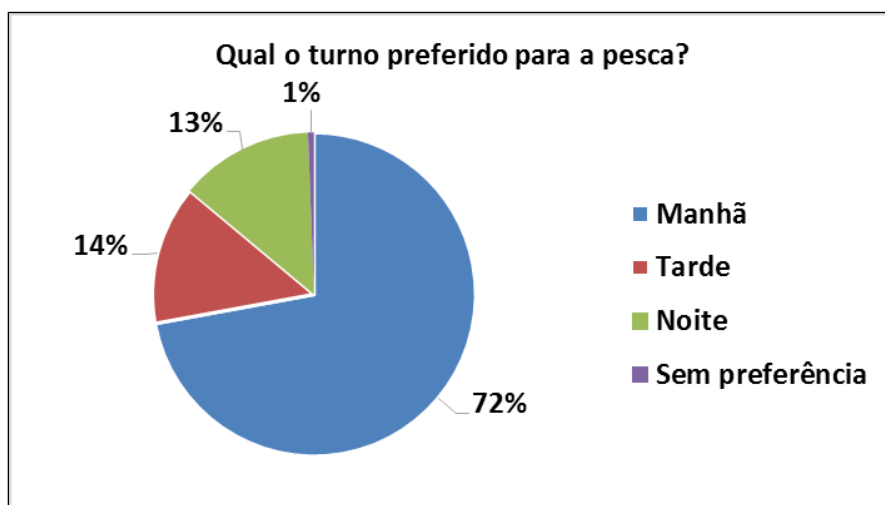


Figura 8.3-663. Qual o turno preferido para a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

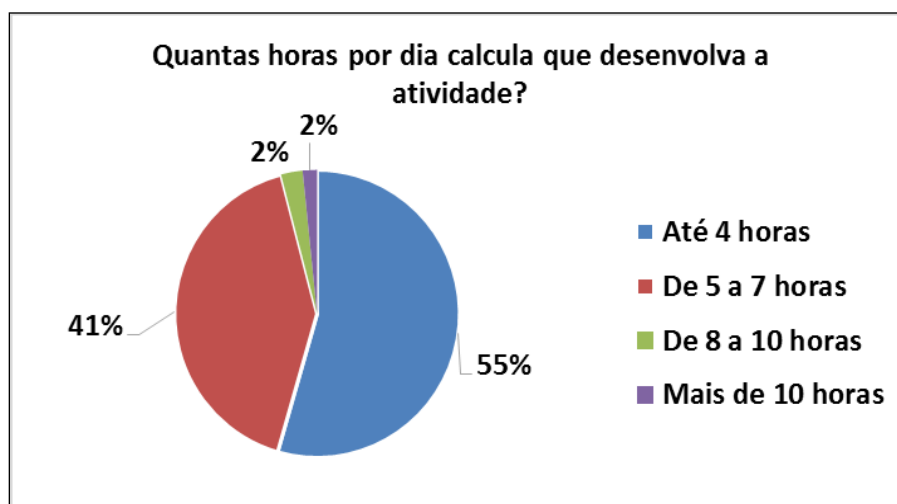


Figura 8.3-664. Quantas horas por dia calcula que desenvolva a atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O verão é o período predominante para o exercício da pesca, segundo 64% dos entrevistados. (Figura 8.3-665).

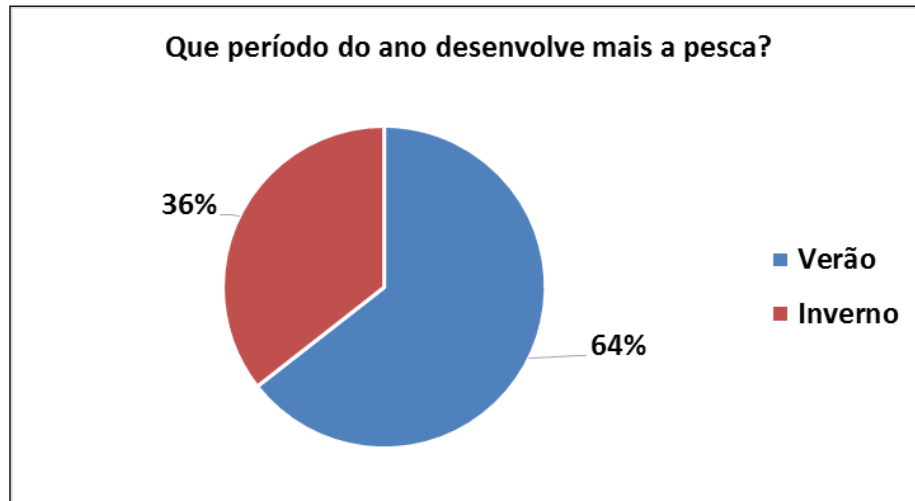


Figura 8.3-665. Que período do ano desenvolve mais a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Esse fato pode ser comprovado na Figura 8.3-666, onde os índices mais elevados de trabalho foram identificados para o mês de Janeiro (15,8%), segundo os pescadores artesanais de Ilha de Maré. Os meses de Maio a Agosto, notadamente as estações de Outono e Inverno, apresentam uma variação de preferência que oscila de 6,4% a 7,5%.

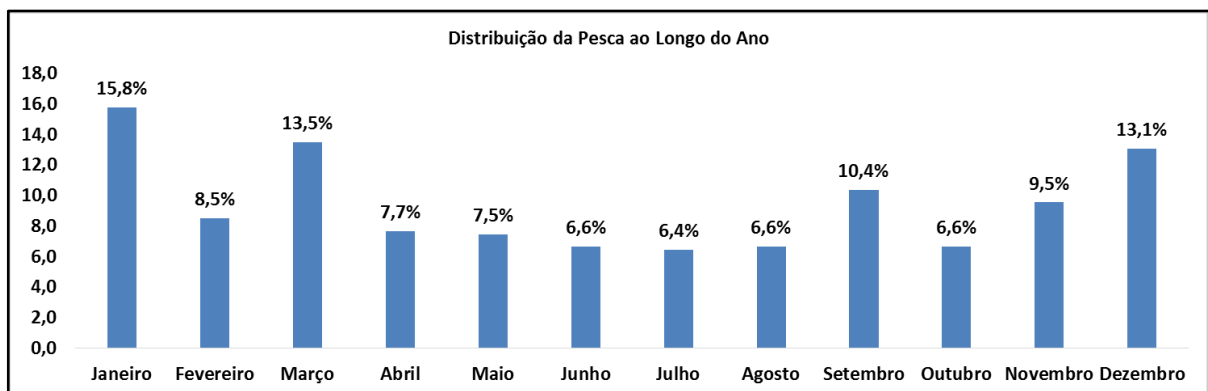


Figura 8.3-666. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Ilha de Maré (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A distância percorrida do local de moradia até o ponto de pesca era de 1 a 3 km, segundo 41% dos que responderam ao questionamento. Aqueles que percorriam mais de 6 km eram apenas 5% da amostra (Figura 8.3-667). A pesquisa entre os pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré revelou também que o deslocamento predominante é realizado a pé por 81% (Figura 8.3-668). A utilização de canoas é feita por 17% dos entrevistados.

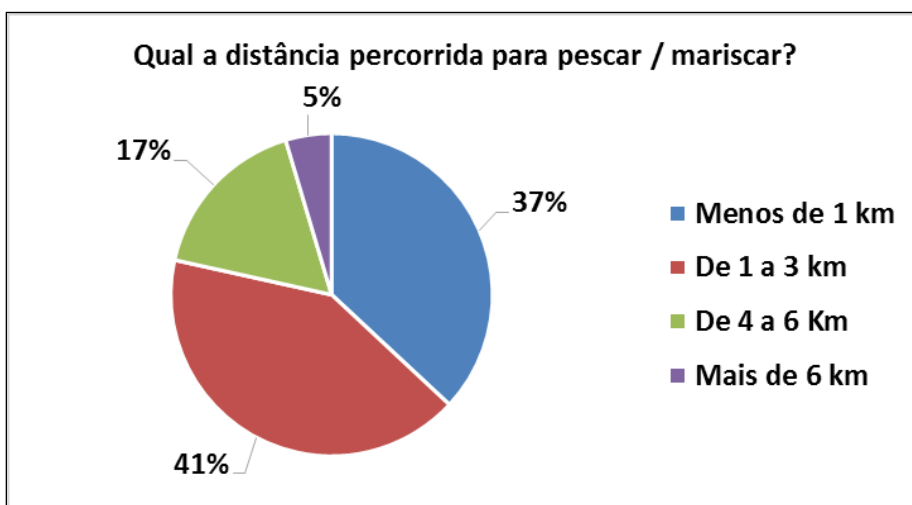


Figura 8.3-667. Qual a distância percorrida para pescar / mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-668. Como faz esse deslocamento? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Dos entrevistados em Ilha de Maré, 72% afirmaram não ter gastos para realizar o seu trabalho (Figura 8.3-669). Esses gastos ultrapassam mais de R\$ 20 reais para os que afirmaram (58%) ter custos. Aqueles cujos gastos eram de menos de R\$ 5,00 contemplava 22% da amostra (Figura 8.3-670).

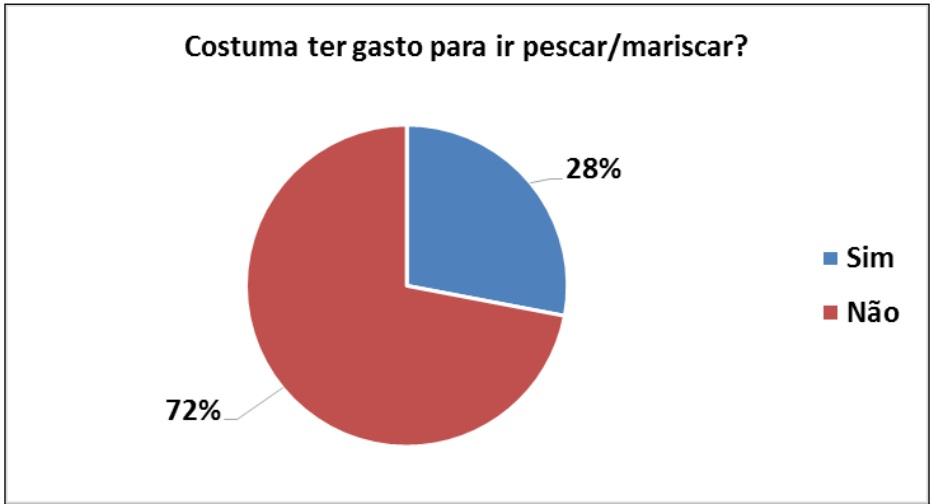


Figura 8.3-669. Costuma ter gasto para ir pescar/mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

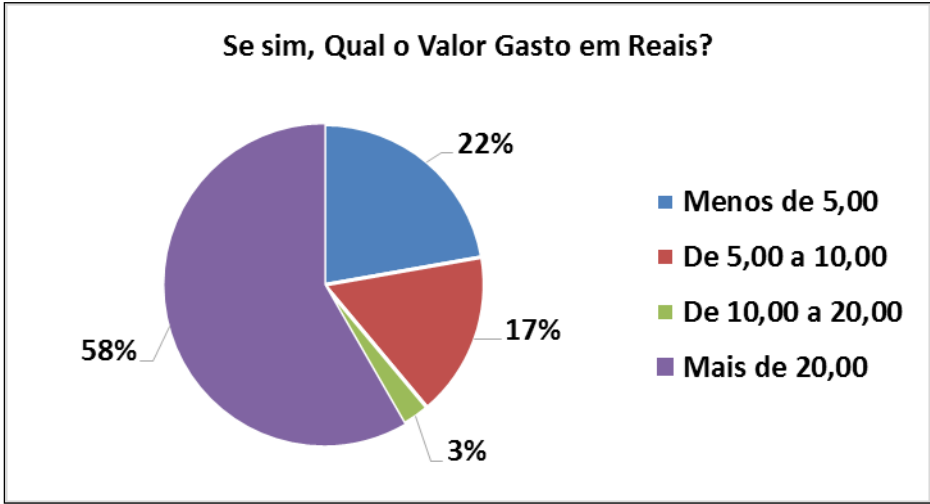


Figura 8.3-670. Se sim, qual o valor gasto em reais? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Na Figura 8.3-671 e Figura 8.3-672, são demonstrados o quadro de captura das espécies mais importantes e menos importantes para os pescadores e pescadoras artesanais da comunidade de Ilha de Maré frente ao período do ano, ou seja, verão e inverno.

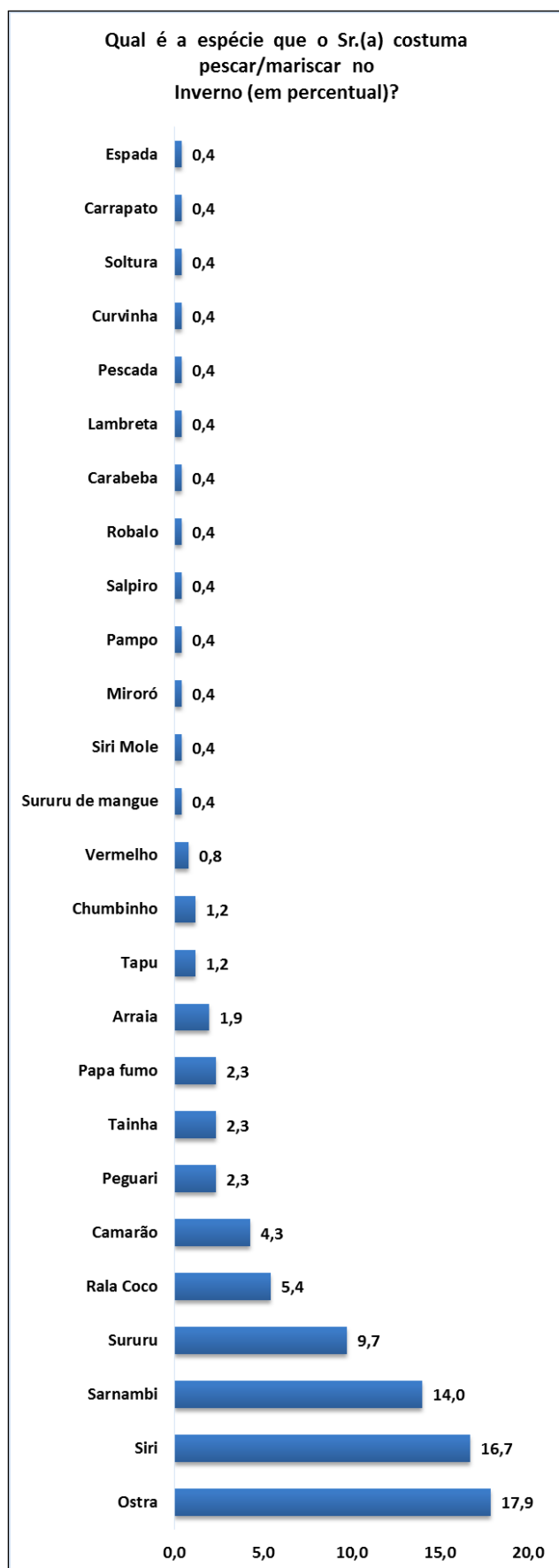


Figura 8.3-671. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no inverno em percentual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

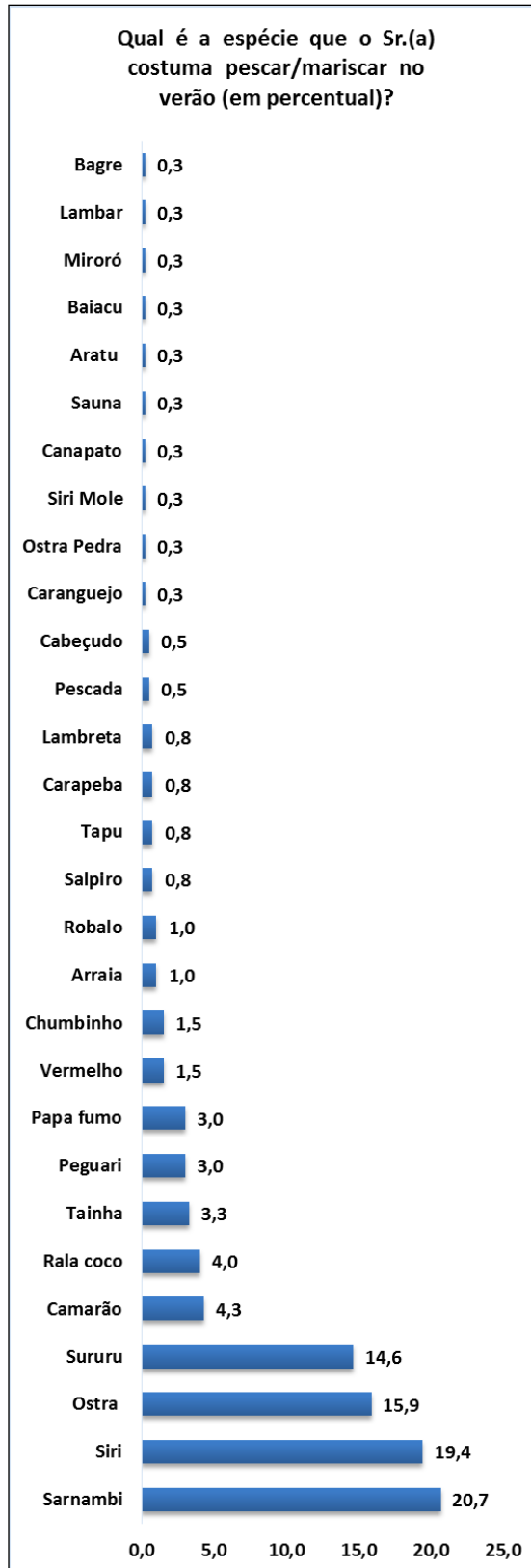


Figura 8.3-672. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no verão em percentual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Segundo os entrevistados, a ostra é espécie mais coletada durante o inverno, sendo apontada por 17,9%, seguido do siri, com 16,7% e do sarnambi, com 14%. No verão, o sarnambi surge como a espécie mais coletada por 20,7%, e em segundo lugar, o siri com 19,4%.

Questionados sobre quais espécies não são capturadas, os que responderam a essa questão, indicaram o camarão com 30,8% das respostas, seguido do peguari com 15% (Figura 8.3-673).

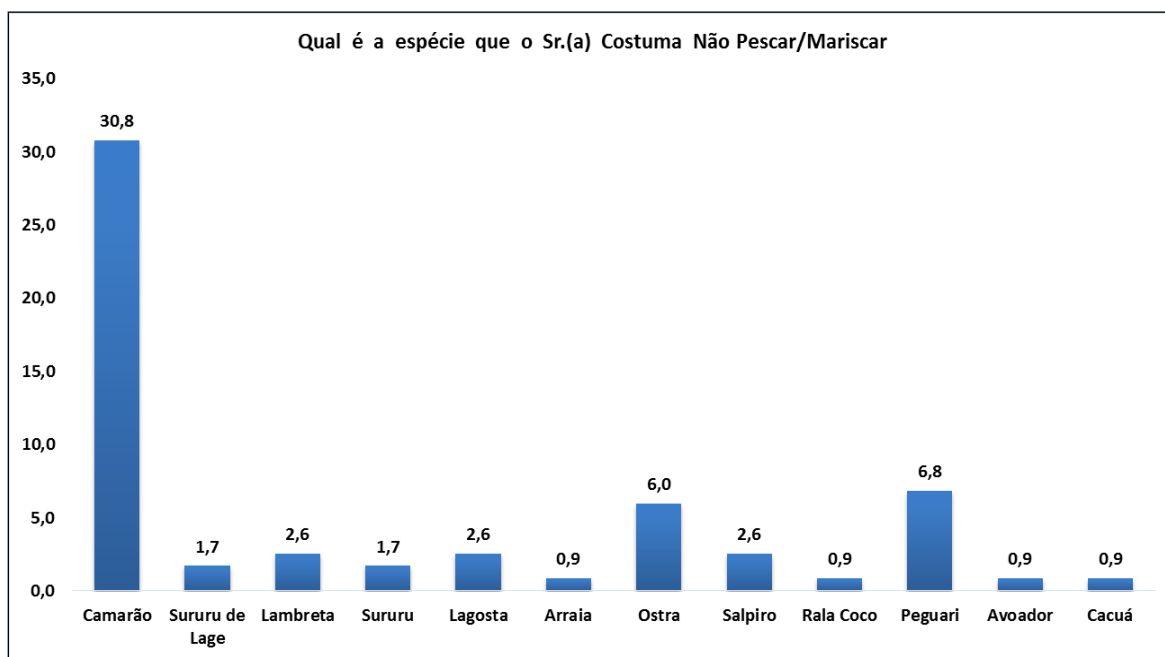


Figura 8.3-673. Qual é a espécie que o Sr.(a) não costuma pescar/mariscar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A captura de espécies está associada ao tipo de instrumento mais adequado para a atividade. Isso faz do quadro da pesca artesanal, extremamente ramificado quanto às técnicas que foram desenvolvidas pelas comunidades tradicionais. Apesar das dificuldades e visando o atendimento ao Termo de Referência emitido pelo IBAMA para produção desse diagnóstico, foi produzido um quadro geral envolvendo as espécies mais capturadas e o uso de equipamentos pelos pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré (Tabela 8.3-59).

Tabela 8.3-59. Espécies mais capturadas e o uso de equipamentos pelos pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré.

Espécie	Arpão			Colher			Espinhel			Faca			Facão			Forquilha			Grozeira			Jereré			Linha			Machadinha			Mão			Mergulho			Munzuá			Rede de Arrasto		Rede Tainheira		Rede de espera			Rede de Abalo		Colherleiro			Vara		Cavador		Linha			Gancho		Tarrafa																	
	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	V	I	V	I	N	V	I	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	N	V	I	N															
Arraia																5	5																																																													
Camarão						1																												1	1		9	6					9	8																																		
Caramuru																2	2																																																													
Chumbinho													2	1	1										1						1																																															
Carapeba																																																																														
Lambreta													1	1																																																																
Mlroró																																																																														
Ostra				18	14	1				14	14		26	21	2													2	2	2																			1																													
Peguari										1	1											1	1					3	2		2	2								1	1																																					
Peixe	2	2					1	1								2	2								1	1																	3	3								1	1																									
Papafumo				5	5	1							1	1											1	1																																																				
Pescado																																																																														
Rubalo																																																																														
Rala Coco				3	3	2							1	1														1	1																																																	
Saúna																																																																														
Sarnambi				25	29	6							10	8	1	2	2	1										1	1					1	1																																											
Siri				3	2					6	6		1	1	1	10	9								6	5	1				1	1	1				12	12		2	1														1	1																						
Sururu				5	3	1				11	9	2	9	9	1																3	1	1																																													
Sururu de mangue				1	1					1	1																																																																			
Sururu de pedra										1	1																																																																			
Tapu						1										1																																																														
Tainha																																					1	1		2	1		3	2					1	1																												
Vermelho																																																																														

Legenda: V = Verão; I = Inverno; N = Não marcou nem verão nem inverno.

Ainda sobre a produção, o levantamento de campo mostrou, considerando os períodos de inverno e verão, que a pesca artesanal em Ilha de Maré alcança uma média geral de 6 a 15 kg de pescado em 1 mês de trabalho (Figura 8.3-674).

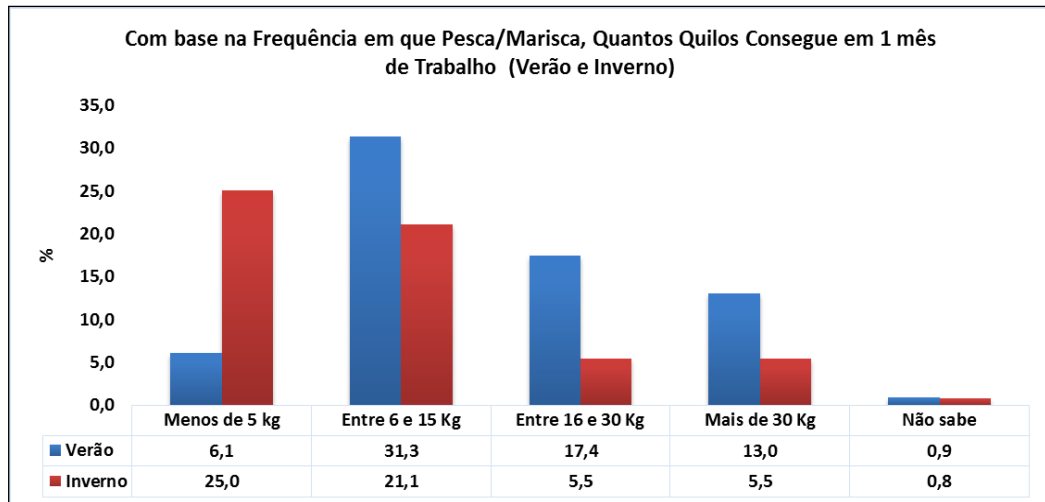


Figura 8.3-674. Com base na frequência em que pesca/marisca, quantos quilos consegue em 1 mês de trabalho, verão e inverno (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A valoração dessa produção demonstra flutuações que sofrem influências quanto à disponibilidade da espécie e em alguns momentos a demanda para aquisição por parte de consumidores. Outro fator que contribui no seu preço decorre da produtividade e do processo de beneficiamento do pescado.

No Quadro 8.3-21 e na Figura 8.3-675 a seguir estão as indicações das espécies e os custos mensurados de cada uma.

Quadro 8.3-21. Preços Médios de Espécies Coletadas pelos Entrevistados em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014).

Espécie	Preço Médio
Salpiro	25,00
Aratu	25,00
Siri	22,14
Siri Mole	25,00
Caranguejo Catado	30,00
Tainha	8,27
Chumbinho	16,43
Camarão	25,36
Sururu do mangue	16,00
Sururu	20,08
Sururu pedra	22,50
Ostra	21,77

Espécie	Preço Médio
Peixe	7,88
Robalo	15,80
Sarnambi	16,26
Varapau	6,00
Lambar	12,00
Hiate	3,00
Carapeba	3,00
Vermelho	12,00
Ostra pedra	20,00
Pescada	6,50
Papafumo	16,50
Carrapato	6,00
Arraia	8,44
Caramuru	8,00
Lambreta	4,50
Miroró	7,00
Salpirú	26,25
Tapú	17,50
Baiacu	7,00
Rala Coco	16,90
Peixe	17,20
Corvinha	12,00
Peguari	23,78
Cabeçudo	9,00

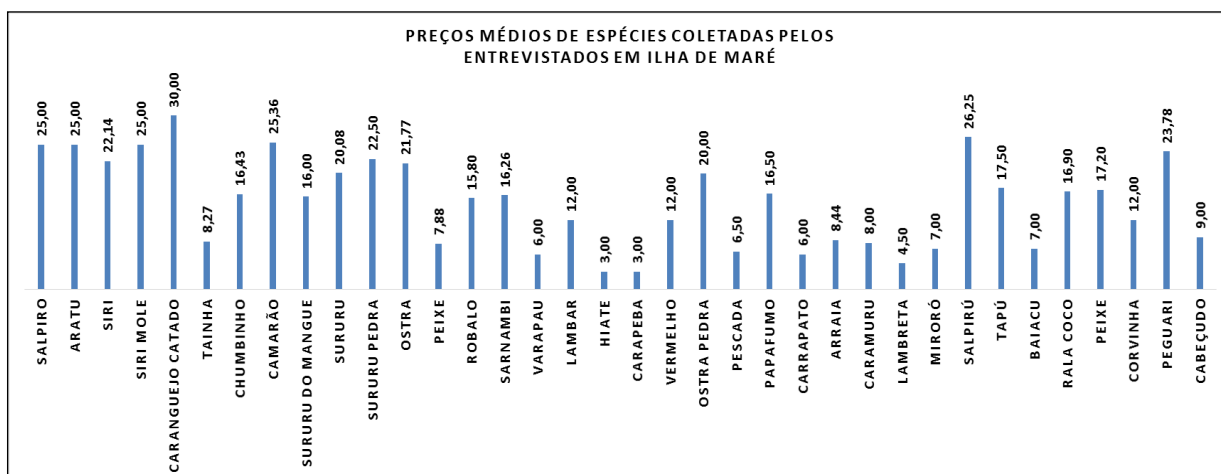


Figura 8.3-675. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014).

Quanto aos locais de pesca, o trabalho de campo em Ilha de Maré revelou que grande parte da atividade ocorre em áreas do município de Salvador (63%). O município de Candeias e suas respectivas áreas eram as mais frequentadas por 29% da amostra (Figura 8.3-676).

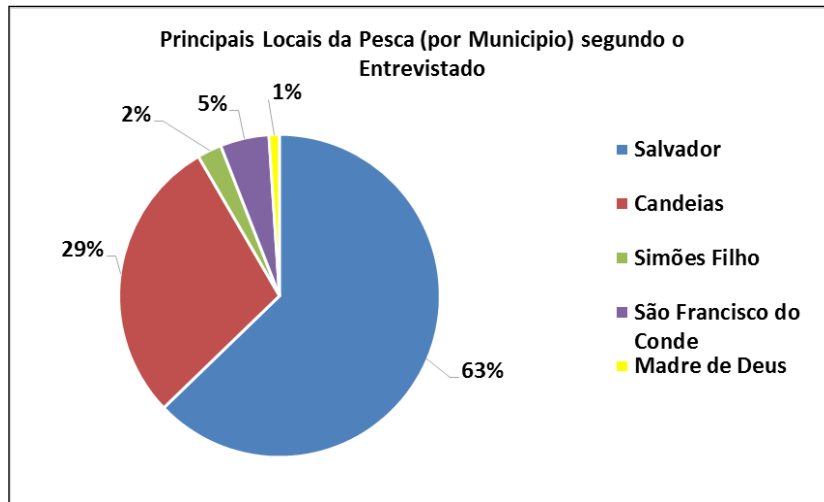


Figura 8.3-676. Principais locais da pesca (por município) segundo o entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A localização dessas áreas está correlacionada a elementos naturais do ecossistema em que a atividade é desenvolvida (coroas, rios, faixas de mangue), mas também são reconhecidas por elementos antrópicos presentes na região (localização de empresas, píeres, etc.). Da Figura 8.3-677 a Figura 8.3-681 estão à distribuição de algumas dessas áreas por município.

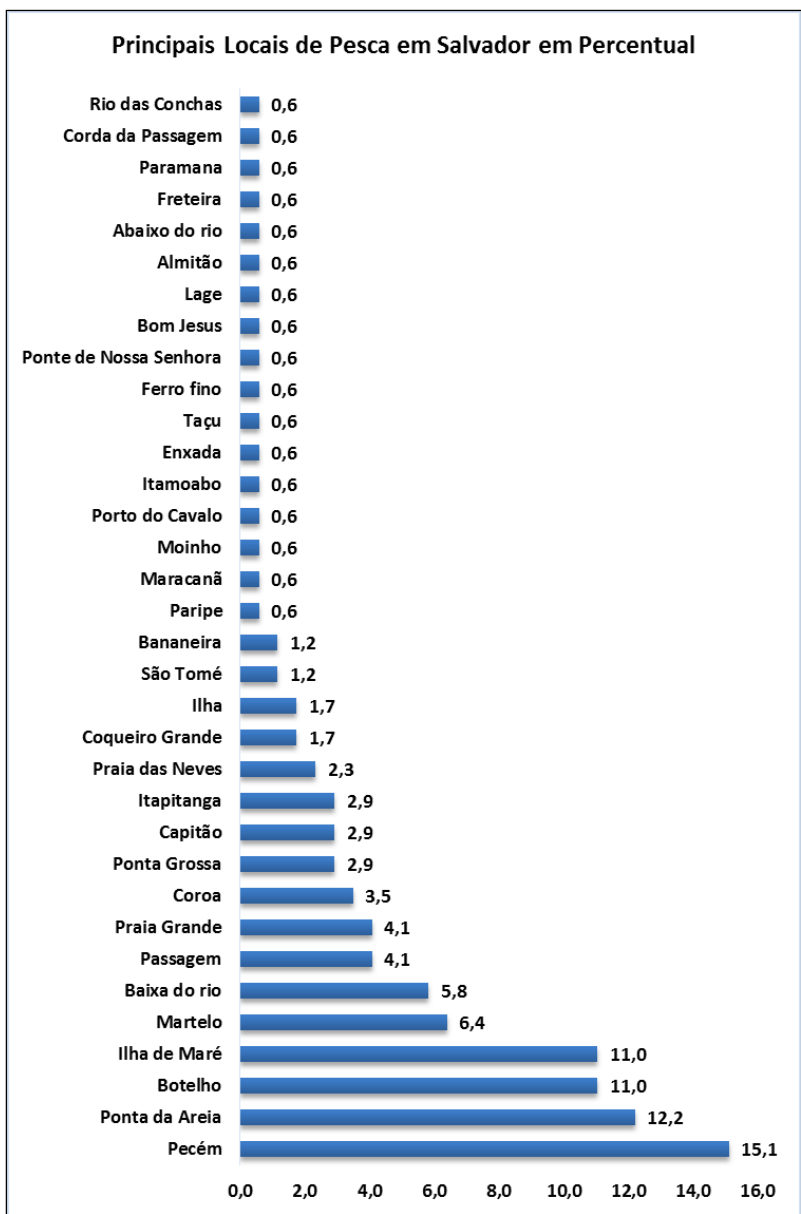


Figura 8.3-677. Principais locais de pesca em Salvador em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

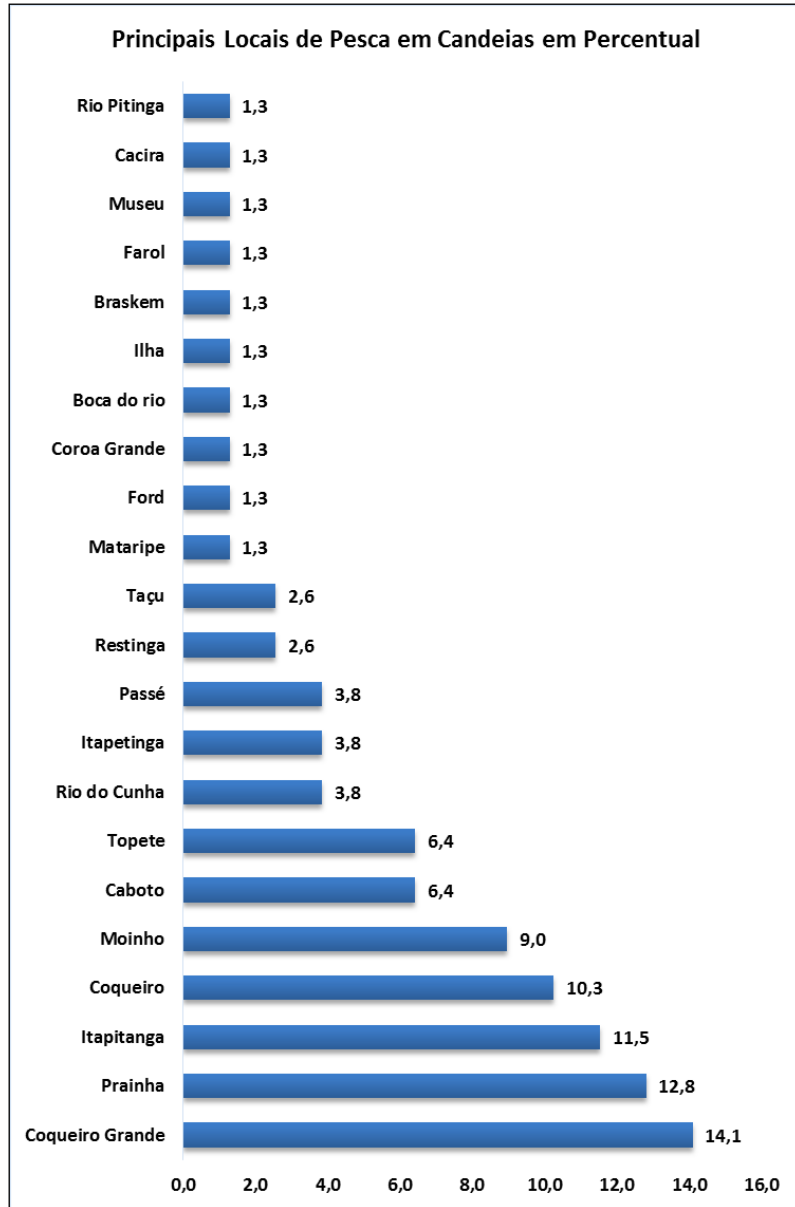


Figura 8.3-678. Principais locais de pesca em Candeias em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

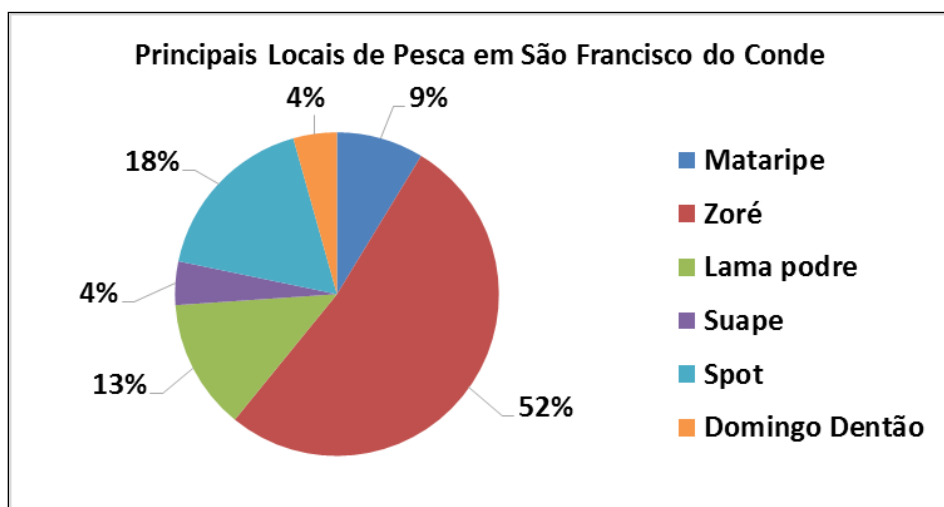


Figura 8.3-679. Principais locais de pesca em São Francisco do Conde (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

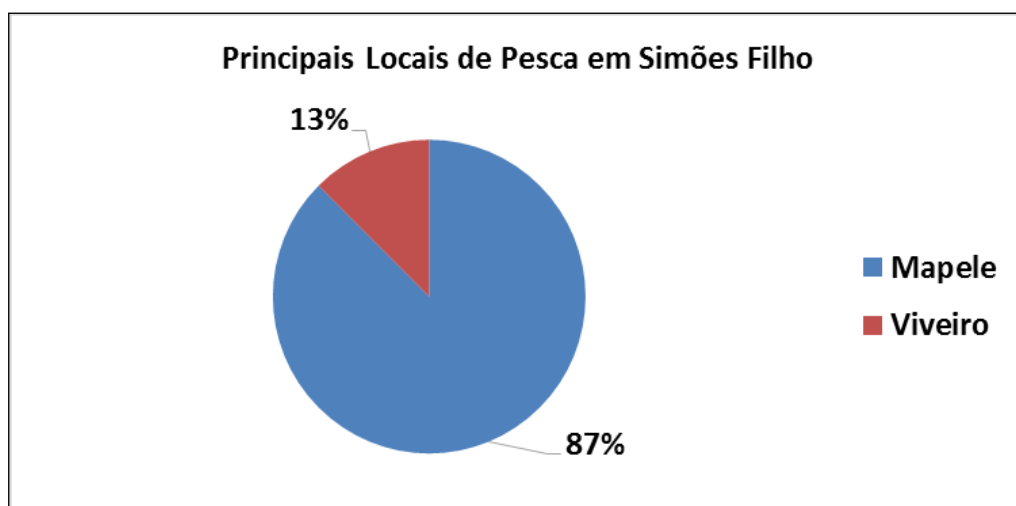


Figura 8.3-680. Principais locais de pesca em Simões Filho (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

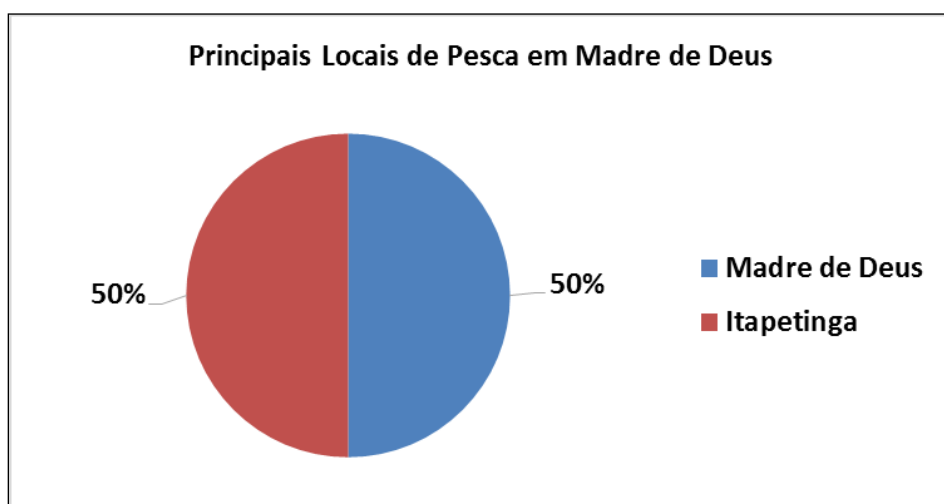


Figura 8.3-681. Principais locais de pesca em Madre De Deus (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(ii) Número total de pescadores – RGP e Seguro Defeso;

Não existe um número preciso de pescadores. O cadastro da Colônia de Pescadores da Ilha de Maré, segundo seus dirigentes computava um valor de cerca de 3.000 associados. Durante os trabalhos de campo, a partir das pessoas que tinham sido beneficiados com o auxílio-defeso, a entidade havia informado que haveria cerca de 1.150 pescadores artesanais inscritos no RGP. Número expressivo para região e corrobora com os dados da amostra, já que Ilha de Maré tinha um dos mais elevados índices de registro na pesca.

Segundo os dados da pesquisa junto aos pescadores artesanais de Ilha de Maré, 87% tinham o registro geral da pesca (Figura 8.3-682). O recebimento do auxílio-defeso para aqueles que tinham o registro geral da pesca alcançou uma taxa de 83% (Figura 8.3-683).



Figura 8.3-682. Possui o registro geral da pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

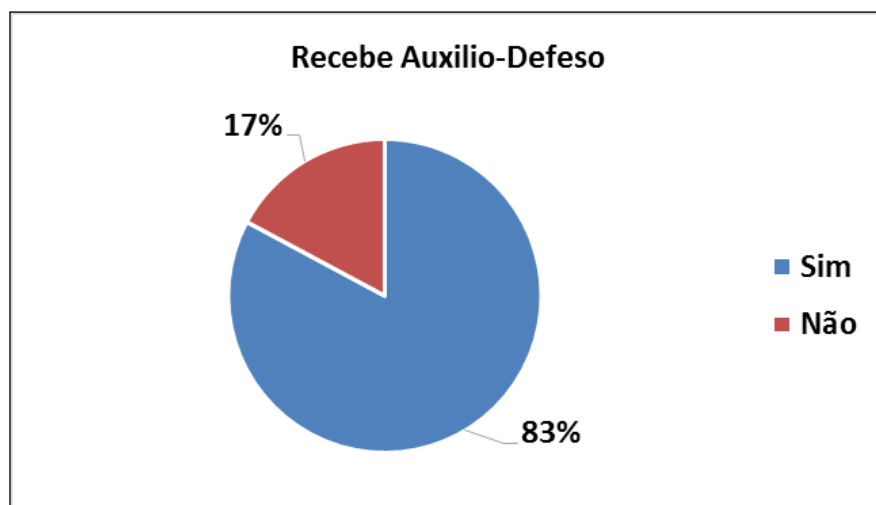


Figura 8.3-683. Recebe auxílio-defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(iii) Número total de famílias residentes

De acordo com a aplicação dos questionários, a amostra relativa ao subdistrito de Ilha de Maré identificou que das 128 entrevistas, 80 famílias viviam exclusivamente da pesca, enquanto 48 tinham a pesca como atividade secundária. Para a delimitação dessas classificações considerou que a existência de que pelo menos um membro familiar possuísse renda não vinculada a atividade pesqueira seria condição para que a pesca não fosse a principal forma de sobrevivência (ver Tabela 8.3-60)

Tabela 8.3-60. Famílias que vivem exclusivamente da pesca e as que tem a atividade como secundária de acordo com a aplicação dos questionários. (Fonte: Bourscheid, 2014).

Comunidade (AID)	Famílias que vivem exclusivamente da pesca pela aplicação dos questionários	Famílias que tem a pesca como atividade secundária pela aplicação dos questionários
Ilha de Maré	80	48

(iv) Principais ecossistemas acessados para subsistência, outras atividades produtivas e de lazer das comunidades;

A realização de outra atividade durante o período do defeso para quem recebe o benefício era praticada por 70% dos entrevistados. Segundo a pesquisa de campo, isso se traduz na continuidade do trabalho voltado para a pesca artesanal, onde 61,4% indicaram mariscar e 25,7%, pescar (Figura 8.3-684 e Figura 8.3-685).

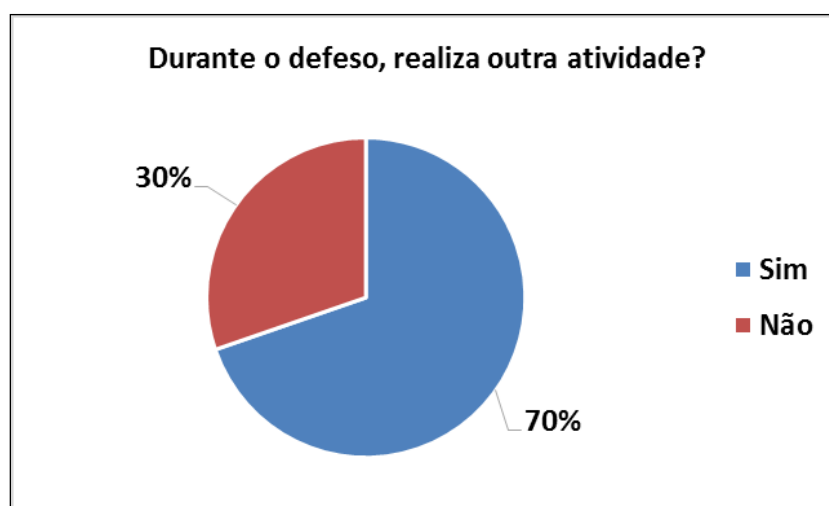


Figura 8.3-684. Para os que recebem o auxílio-defeso, durante esse período, realiza outra atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

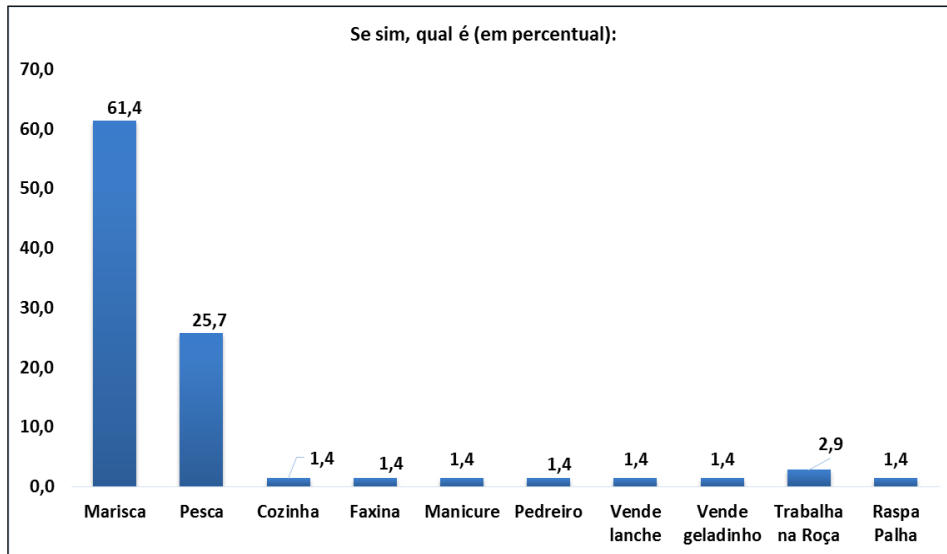


Figura 8.3-685. Se sim, qual é a atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O principal mecanismo de lazer desenvolvido pelos entrevistados está associado as programações televisivas para 23%. Os eventos religiosos vêm em segundo lugar com 21% das preferências, seguido pelas visitas aos amigos e familiares com 19% do total. As festas comunitárias alcançaram 13% das respostas (Figura 8.3-686).

Ainda sobre as opções de lazer para os pescadores artesanais de Ilha de Maré, 89% informaram que este é desenvolvido na comunidade pesquisada, enquanto 4% o fazem em outro município. A prática do lazer em outras comunidades da Ilha de Maré era praticada por apenas 7% do total de entrevistados (Figura 8.3-687).

Para os meninos é o baba, é o jogo (...) Aqui não tem outra atividade pra fazer (...) É jogar bola, e alguns vão pro bar pra beber (...) Às vezes enche o barco de coleguinha e vai pra Botelho, vai pra Passé, vai pra Santana (...)

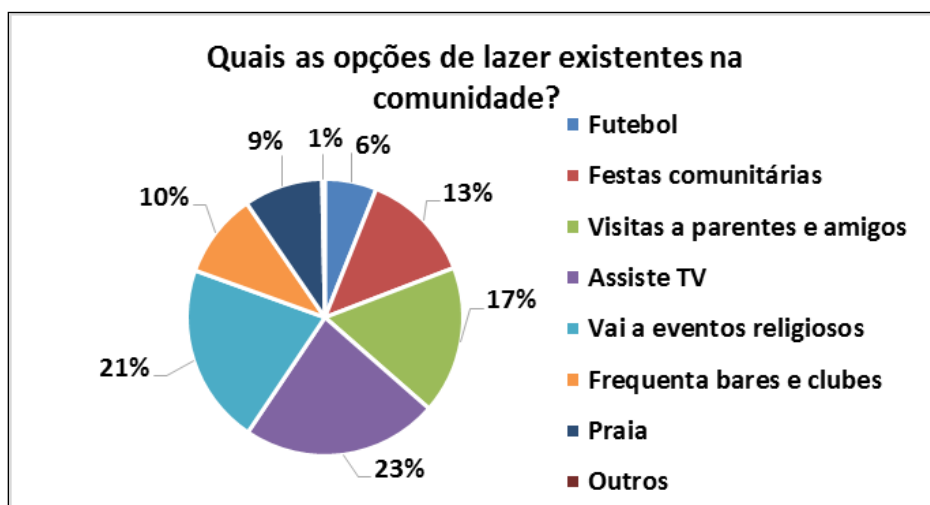


Figura 8.3-686. Quais as opções de lazer existentes na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

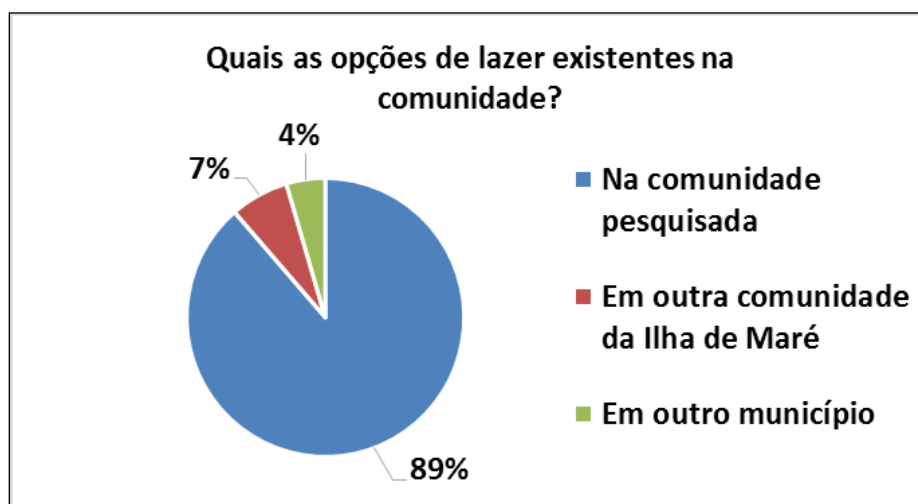


Figura 8.3-687. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Para os pescadores artesanais de Ilha de Maré, o lazer em outros municípios, tinham como destinos principais Candeias e Maragojipe (Figura 8.3-688). Para os que apontaram Candeias como o principal local de lazer, nota-se também a ligação com outras comunidades da AID, como Passé.

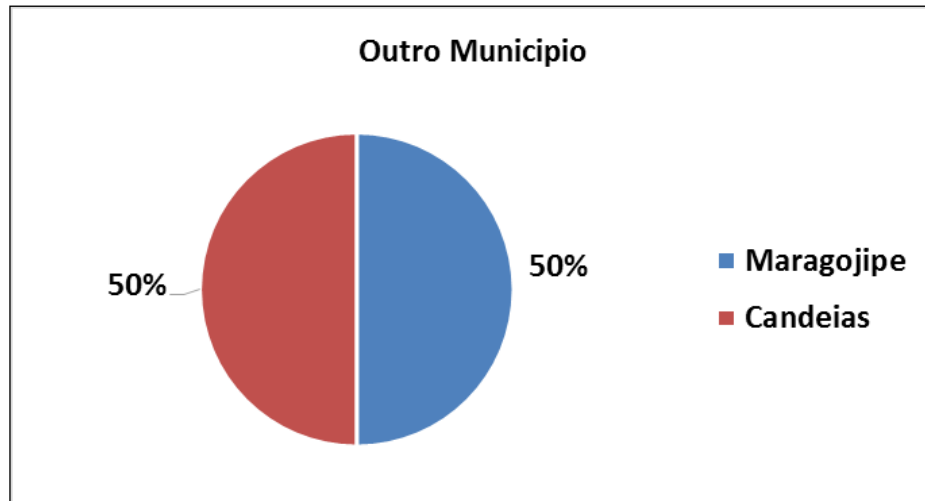


Figura 8.3-688. Lazer em outro município (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(v) Número médio de integrantes das famílias, distribuição por gênero, idade e ocupação e a renda média mensal per capita

Em relação aos demais integrantes da família dos entrevistados em Ilha de Maré, o trabalho de campo mostrou que 53% eram mulheres e os demais 47% de homens (Figura 8.3-689).

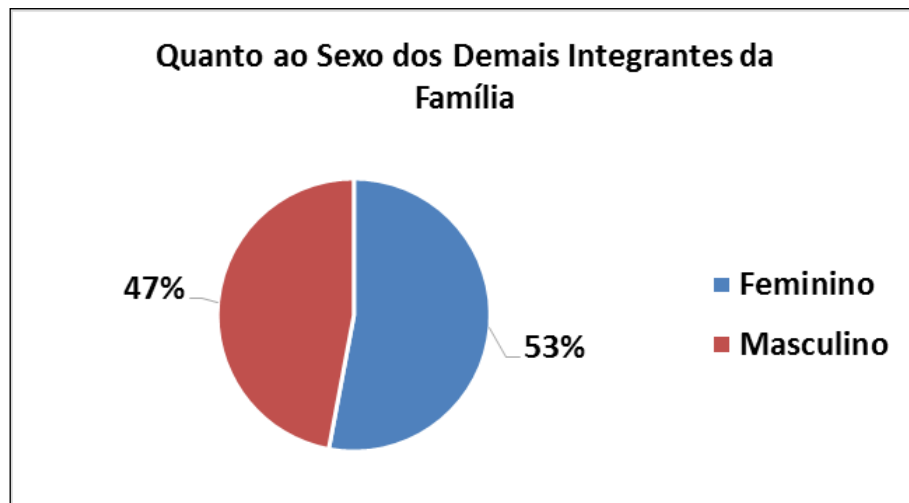


Figura 8.3-689. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto a idade, a aplicação amostral de questionários junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré, resultaram no seguinte quadro (Figura 8.3-690): a classe com maior percentual de pessoas era aquela que concentrava a faixa etária entre 19 a 30 anos de idade, ou seja, 20,4%. Logo a seguir, com 18,9%, os membros das famílias com idade entre 11 a 18 anos. O percentual de pessoas com idade até 18 anos, atingiu um total de 33,4% da população pesquisada.

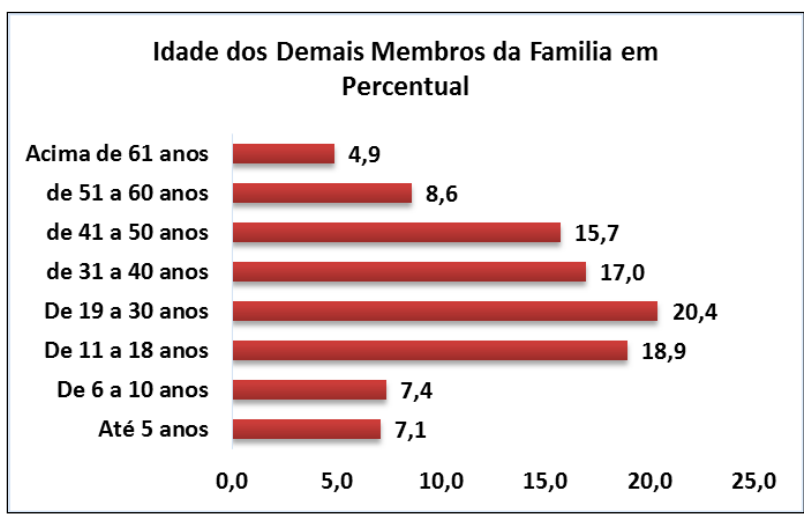


Figura 8.3-690. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Em relação ao chefe da família, os demais membros das famílias entrevistadas em Ilha de Maré, eram 39,1% de Filhos ou Filhas. Os esposos, esposas, companheiros ou companheiras alcançaram 19,7% do total. As demais categorias juntas somaram 6,6% (Figura 8.3-691). Predominava dentro das famílias de pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré, o estado civil de solteiro/solteira, com 51%. Aqueles que eram considerados legalmente casados, atingiu 14% do total. Mais de 30% dos demais membros da família dos pescadores que responderam à pesquisa eram considerados amigos ou seja, detinham uma relação estável mas não reconhecida legalmente. Os viúvos (as) e os separados judicialmente registraram apenas 1% do total (Figura 8.3-692).

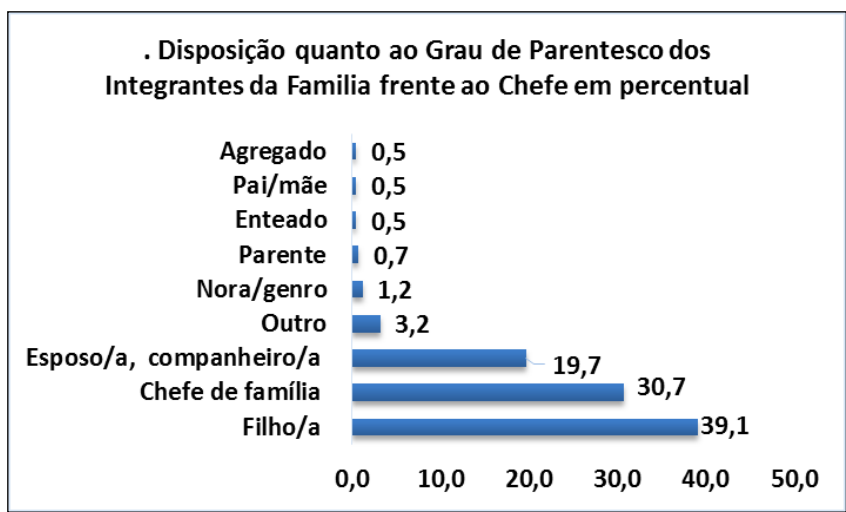


Figura 8.3-691. Disposição quanto ao grau de parentesco dos integrantes da família frente ao chefe em percentual: (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

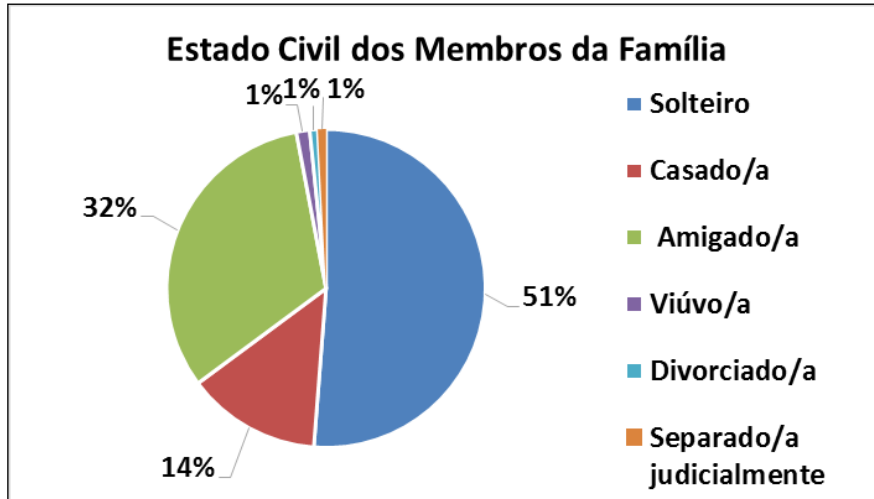


Figura 8.3-692. Estado civil dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Durante o trabalho de campo, foi pesquisada a situação ocupacional dos membros da família do pescador ou pescadora de Ilha de Maré. Nota-se na Figura 8.3-693 que a formalização do trabalho alcança um total de 11,2% da população, ou seja, aqueles que possuem emprego com carteira assinada.

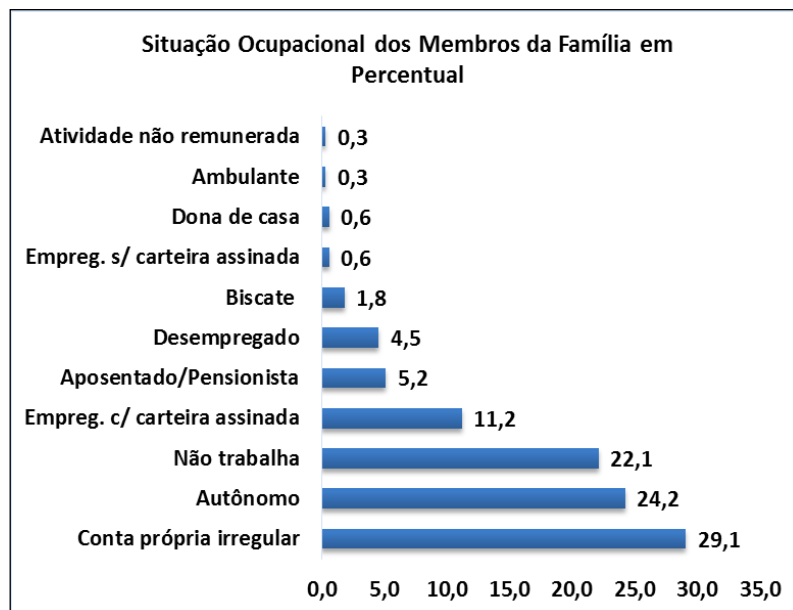


Figura 8.3-693. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os aposentados e/ou pensionistas representaram 5,2% do universo dos membros familiares. Aqueles classificados como conta própria irregular, com 29,1%, era a categoria com maior percentual de participação. Assim como o empregado sem carteira assinada, desenvolvia o trabalho sem o devido respaldo junto a previdência social, ampliando a possibilidade de não ter o amparo legal para

situação como desemprego, doenças, etc. As pessoas sem ocupação e que não estavam à procura de emprego (Não Trabalha), era de 22,1% do total. Os desempregados, ou seja, aqueles que estavam à procura de trabalho nos últimos 30 dias, totalizaram 4,5%.

Quanto ao local de desenvolvimento da atividade, o trabalho de campo realizado junto aos pescadores/pescadoras de Ilha de Maré identificou que, dos que eram considerados autônomos ou conta própria irregular, 77% desenvolviam sua atividade no próprio domicílio. Apenas 8% desenvolviam na rua (Figura 8.3-694).

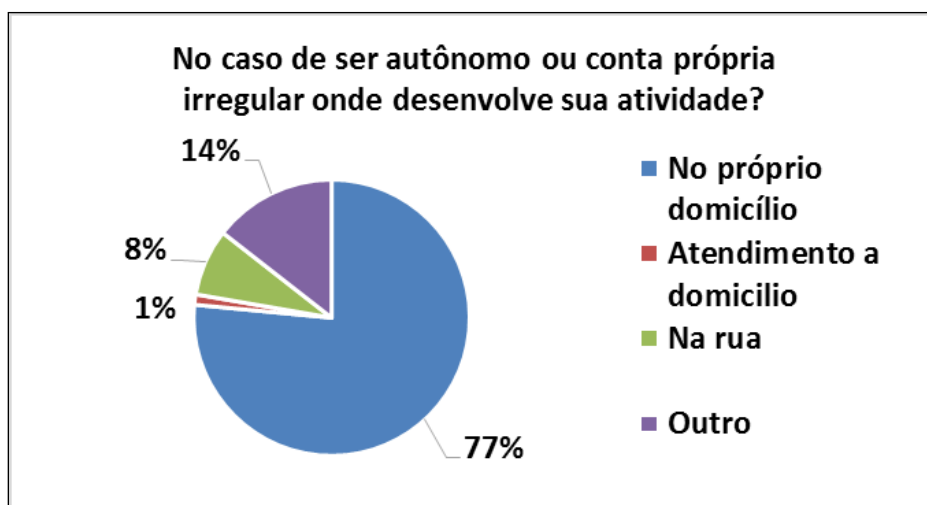


Figura 8.3-694. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A aplicação dos questionários mostrou uma quantidade significativa de profissionais entre os membros das famílias de pescadores que foram visitadas durante o trabalho de campo (Figura 8.3-695). Dentre elas Soldador, Pintor, Mecânico, Lixador, entre outras.

Quanto à ocupação exercida no período da pesquisa pelos membros familiares, os maiores destaques eram aqueles ligados justamente a atividade da pesca artesanal. No âmbito desse grupo, 55,3% dos membros familiares estavam ligados a esse tipo de atividade. O grupo de estudantes representava 28,6% (Figura 8.3-696).

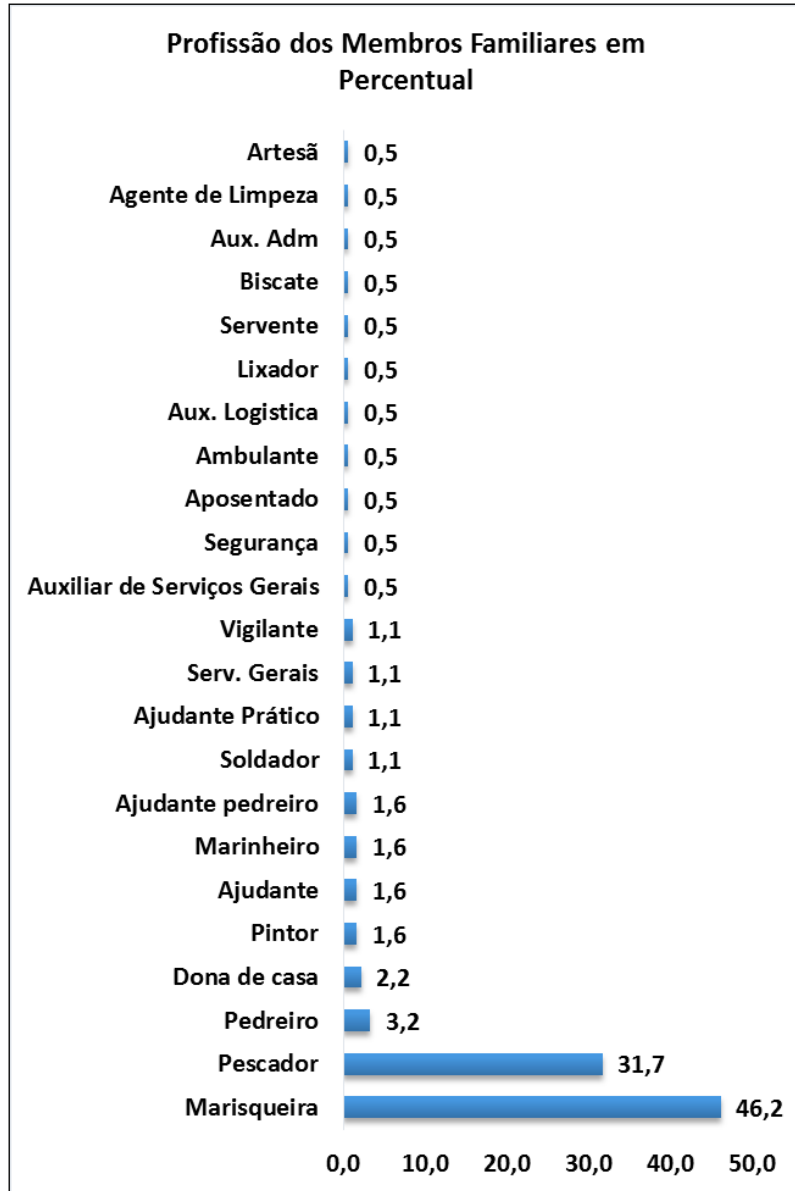


Figura 8.3-695. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

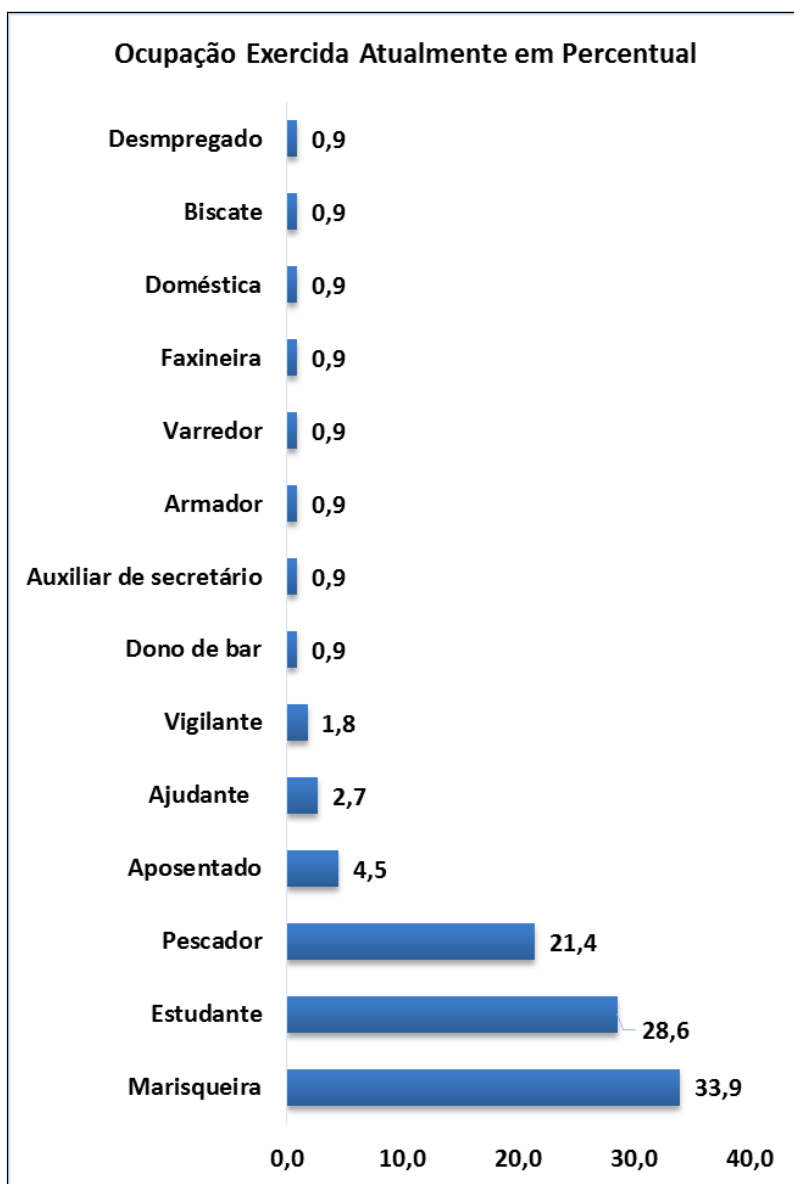


Figura 8.3-696. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o local de trabalho daqueles que desenvolviam atividades remuneradas, as residências eram o principal local para 73,1%. A empresa privada representou apenas 8,1%, enquanto a empresa pública, normalmente ligada ao poder público municipal, também alcançava um baixo patamar de 4,93%. O trabalho desenvolvido na casa de particulares não ultrapassava os 2% (Figura 8.3-697).

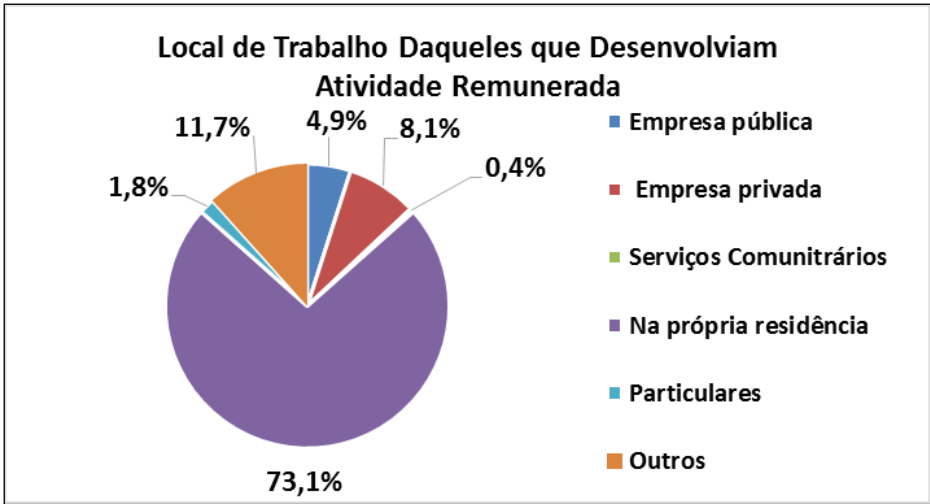


Figura 8.3-697. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aos rendimentos oriundos da ocupação principal desenvolvida pelos membros familiares das residências pesquisadas em Ilha de Maré, 47% recebiam até meio salário mínimo, 12% de meio salário até 1 salário mínimo e 26% recebiam até dois salários mínimos (Figura 8.3-698).

Sobre a existência de uma outra fonte de renda na família, os que declararam sim quanto ao recebimento, o Bolsa Família estava presente em 58,9% das situações. A pensão e o seguro desemprego juntos somavam 37,4% (Figura 8.3-699). Essas rendas secundárias também apresentavam baixos valores no âmbito geral. Somando as classes até 1 salário mínimo, esse percentual englobava 62% daqueles que possuíam outra fonte de renda (Figura 8.3-700).

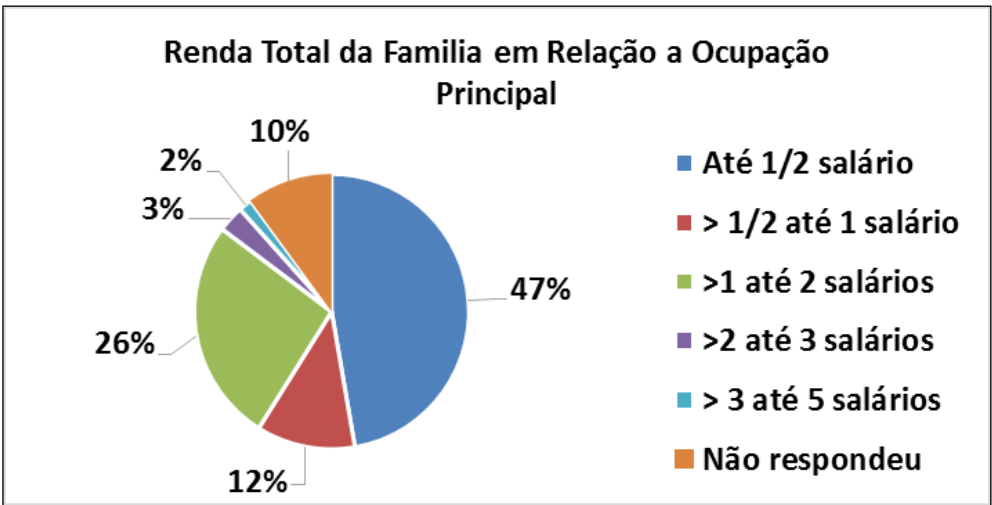


Figura 8.3-698. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

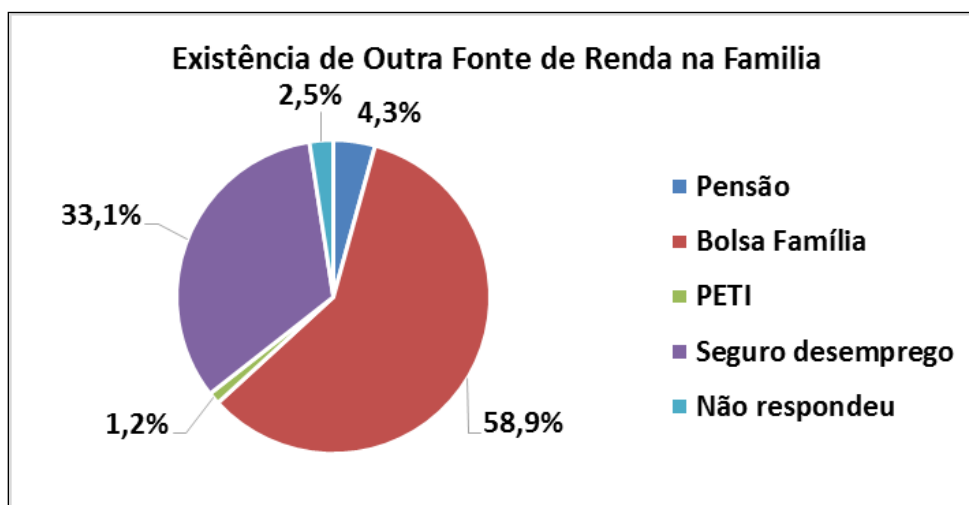


Figura 8.3-699. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

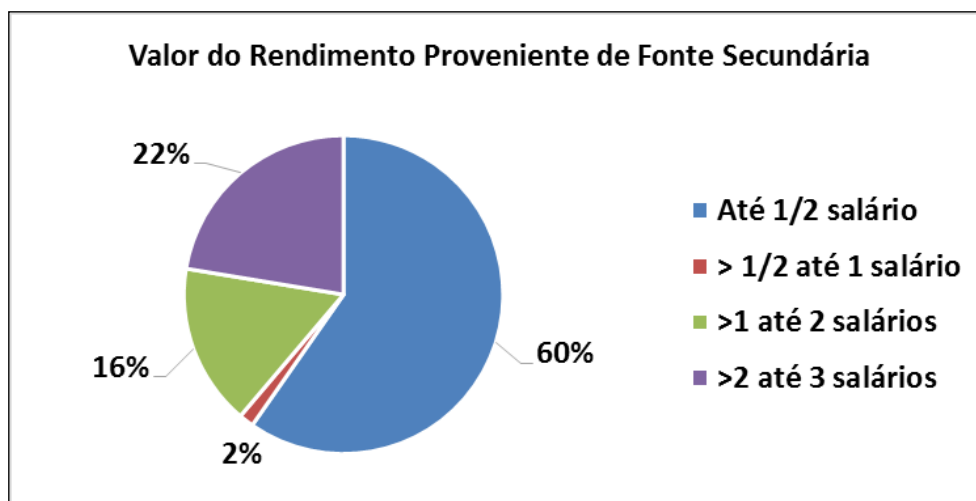


Figura 8.3-700. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(vi) Infraestrutura e serviços básicos de saúde, educação, cultura e transporte na comunidade

Em Ilha de Maré a população local conta com a estrutura de uma Unidade Saúde da Família, conforme descrição abaixo (ver Figura 8.3-701) que está localizada na comunidade de Praia Grande. Na educação, 4 unidades escolares estavam presentes na comunidade, atendendo a época da pesquisa, um total de 374 pessoas entre jovens e crianças (ver Tabela 8.3-61). Quanto ao transporte, a Ilha de Maré não possui estradas ou vias. Não há veículos transitando nas comunidades. O atendimento se dá basicamente por linhas regulares existentes entre Salvador e o subdistrito a partir dos terminais de Praia Grande, Botelho e Santana. As demais comunidades da Ilha, cuja ligação se dá

principalmente com Caboto e Passé, o suporte também é feito por embarcações de maneira informal (ver item 8.3.7 Turismo).

Tabela 8.3-61. Escolas na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Data Escola Brasil, 2014).

Comunidade/ Distrito	Tipo de Estabelecimento	Nome da Escola	Educação Infantil	Educação Fundamental	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos	Alunos no Transporte Escolar
Ilha de Maré	Público	Escola Municipal de Praia Grande	31	61	-	-	-
Ilha de Maré	Público	Escola Municipal de Santana	32	36	-	-	-
Ilha de Maré	Público	Escola Municipal Nossa Senhora das Candeias	63	105	-	-	-
Ilha de Maré	Público	Escola Municipal Nossa Senhora de Fatima	20	26	-	-	-

Identificação				
CADASTRADO NO CNES EM: 24/11/2009 ULTIMA ATUALIZAÇÃO EM: 1/5/2014				
Nome:		CNES:	CNPJ:	
USF ILHA DE MARE		6386482		
Nome Empresarial:		CPF:	Personalidade:	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SALVADOR		--	JURÍDICA	
Logradouro:		Número:		
RUA DA CAEIRA		S/N		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:	UF:
	PRAIA GRANDE	4250000	SALVADOR	BA
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Esfera Administrativa:	Gestão:	
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA		MUNICIPAL	MUNICIPAL	
Natureza da Organização:			Dependência:	
ADMINISTRACAO DIRETA DA SAUDE (MS,SES e SMS)			MANTIDA	
PROFISSIONAIS SUS				
Médicos			2	
Outros			18	
PROFISSIONAIS NÃO SUS				
Total			0	
Atendimento Prestado				
Tipo de Atendimento:		Convênio:		
AMBULATORIAL		SUS		
SADT		SUS		
Fluxo de Clientela:				
ATENDIMENTO DE DEMANDA REFERENCIADA				
Leitos				
Estabelecimento não possui Leitos Cadastrados				
Equipamentos				
EQUIPAMENTOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	
RAIO X DENTARIO	1	1	SIM	
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	
CANETA DE ALTA ROTACAO	1	1	SIM	
COMPRESSOR ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
EQUIPAMENTOS PARA MANUTENCAO DA VIDA				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	

REANIMADOR PULMONAR/AMBU	3	3	SIM			
Resíduos/Rejeitos						
Coleta Seletiva de Rejeito:						
RESIDUOS COMUNS						
Instalações Físicas para Assistência						
AMBULATORIAL						
Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:				
ODONTOLOGIA	1	0				
SALA DE CURATIVO	1	0				
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	3	0				
SALA DE IMUNIZACAO	1	0				
Serviços de Apoio						
Serviço:		Característica:				
CENTRAL DE ESTERILIZACAO DE MATERIAIS		PROPRIO				
FARMACIA		PROPRIO				
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)		PROPRIO				
SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS		TERCEIRIZADO				
Serviços Especializados						
Cod.:	Serviço:	Característica:	Ambulatorial:	Hospitalar:		
			Amb.:	SUS:	Hosp.:	SUS:
101	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
112	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
141	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
144	SERVICO POSTO DE COLETA DE MATERIAIS BIOLOGICOS	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Serviços e Classificação						
Codigo:	Serviço:	Classificação:	Terceiro:		CNES:	
101 - 002	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE BUCAL MI	NÃO		NAO INFORMADO	
112 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE RISCO HABITUAL	NÃO		NAO INFORMADO	
141 - 001	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	NÃO		NAO INFORMADO	
144 - 001	SERVICO POSTO DE COLETA DE MATERIAIS BIOLOGICOS	COLETA REALIZADA FORA DA ESTRUTURA LABORATORIAL	NÃO		NAO INFORMADO	

Figura 8.3-701. Estrutura de saúde em Ilha de Maré.

Quanto aos aspectos educacionais, à pesquisa com os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade de Ilha de Maré e seus familiares mostra que a taxa de analfabetismo era de 5% no total da amostra. O grau de escolaridade mais elevado era o nível médio completo, onde apenas uma parte, 16%, estava nessa categoria. O nível de escolaridade mais representativo na amostra era o nível médio incompleto, com 29% do total, seguido do nível fundamental incompleto com 27% (Figura 8.3-702).

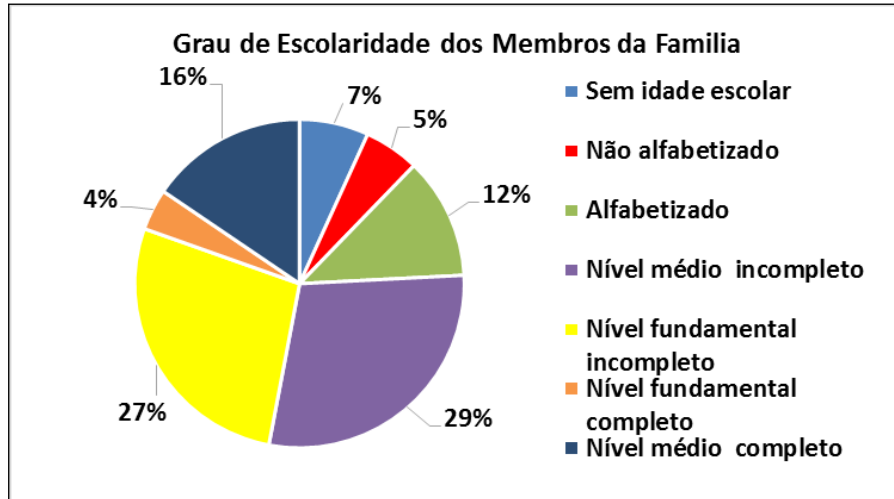


Figura 8.3-702. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A pesquisa averiguou qual o percentual de pessoas que constituem a família dos pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré e que ainda estão estudando (Figura 8.3-703). Do total, apenas 33% ainda encontram-se com frequência escolar. Um elevado percentual da amostra, 66%, não frequentava mais a escola (Figura 8.3-704). A pesquisa direta também diagnosticou que entre aqueles com menos de 21 anos que abandonaram a escola, 33% frequentaram a mesma por mais de 4 anos. Entre as razões, prevaleceu à constituição de famílias com 30% das respostas (Figura 8.3-705).

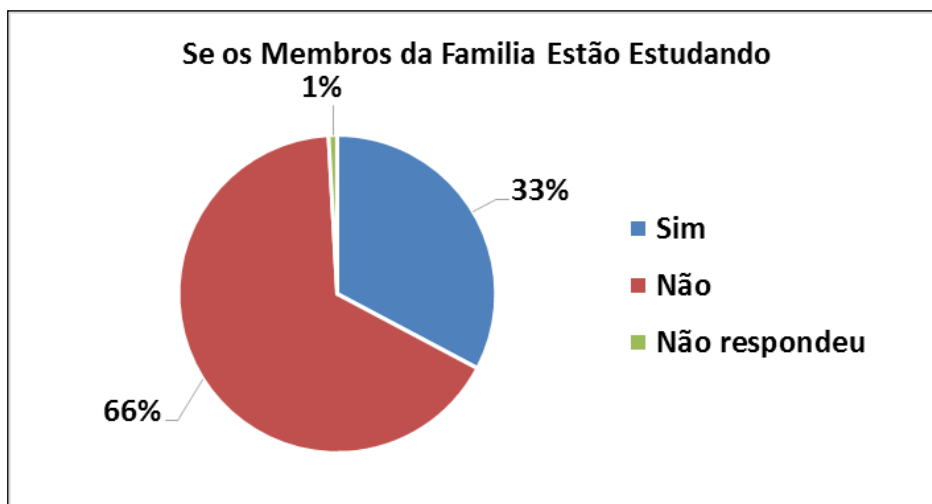


Figura 8.3-703. Se Membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

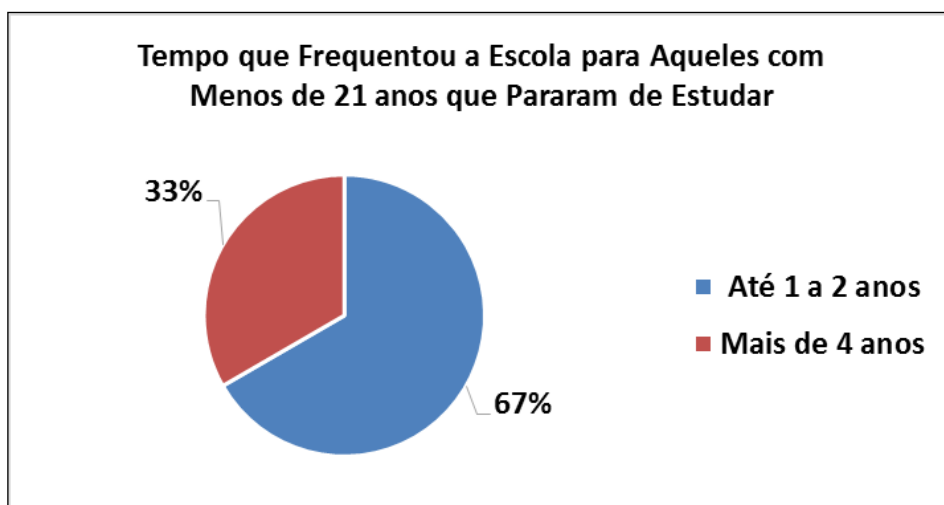


Figura 8.3-704. Tempo que frequentou a escola para aqueles com menos de 21 anos que pararam de estudar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

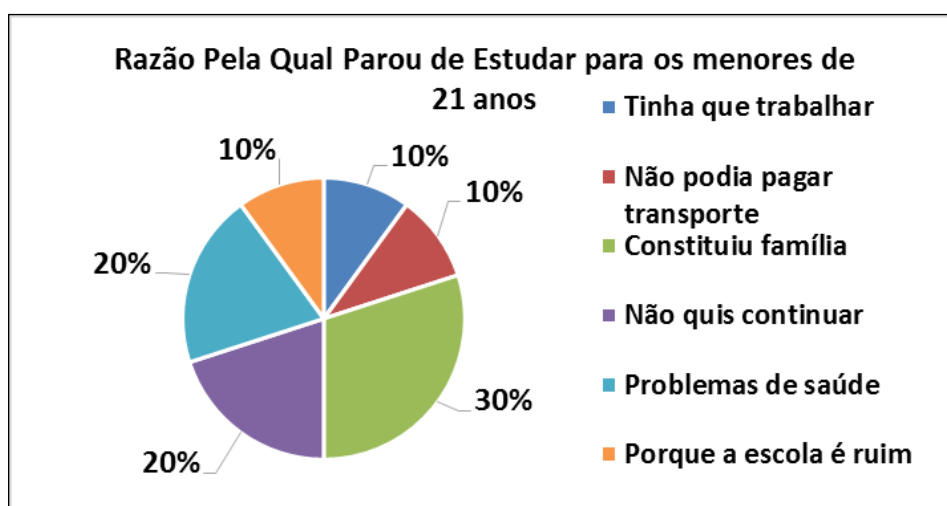


Figura 8.3-705. Razão pela qual parou de estudar para os menores de 21 anos (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os aspectos de saúde também foram auferidos pela pesquisa, basicamente quanto aos tipos de doenças registrados nos últimos 12 meses na família e se houve a realização de algum exame preventivo por parte do entrevistado (Figura 8.3-706 e Figura 8.3-707).

Destacava-se entre o público feminino, as enfermidades como gripe e hipertensão. Essas doenças juntas somaram 31% dos casos (Figura 8.3-706). Entre o público masculino, a pesquisa também registrou uma variedade de enfermidades, dentre elas a hipertensão, gripe, problemas na coluna, pneumonia, entre outras. A gripe foi a que mais acometeu o gênero masculino segundo o levantamento de dados com 29,2% do total.

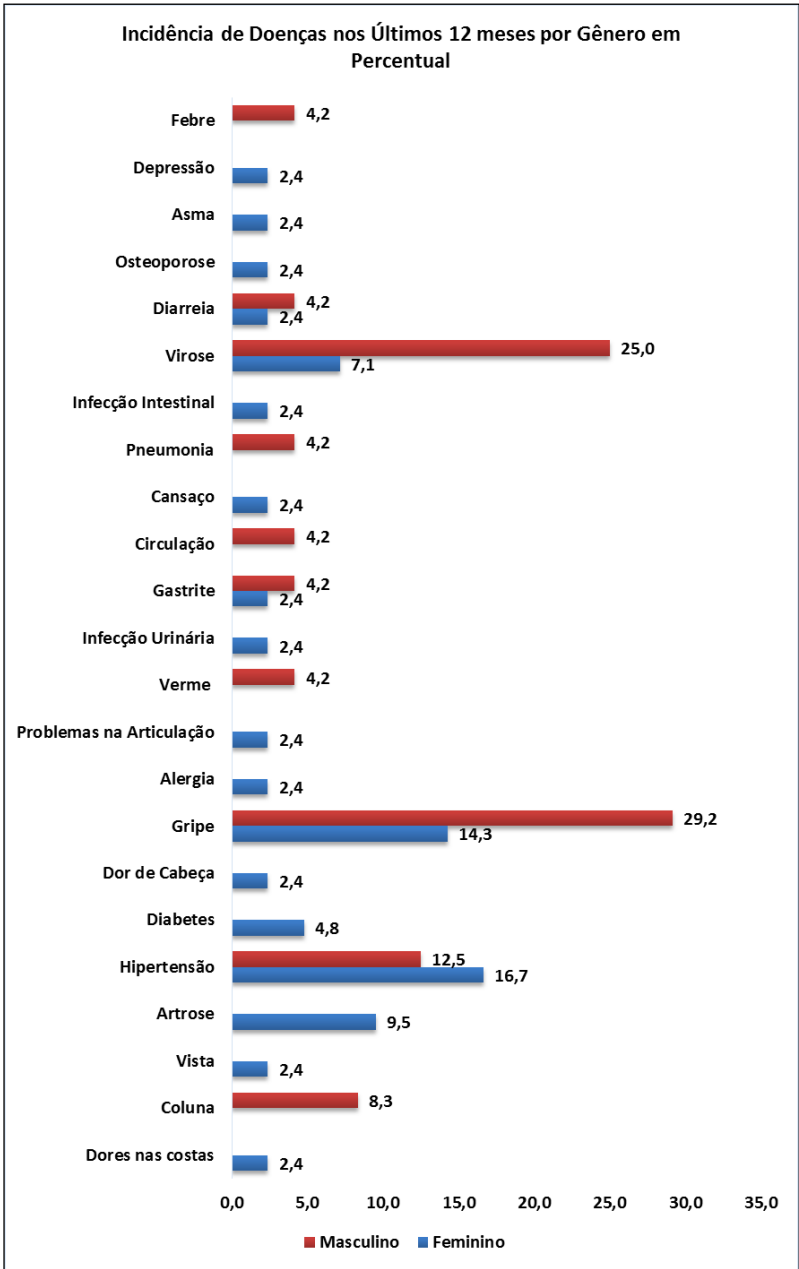


Figura 8.3-706. Incidência de doenças nos últimos 12 meses por gênero (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A realização de exames preventivos é uma ação importante para que se possa tratar adequadamente e com mais eficiência determinados problemas. Dos que responderam positivamente quanto a esse aspecto, o público feminino destacou-se com o índice mais elevado (Figura 8.3-707), ou seja, 80% das mulheres fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses em Ilha de Maré. Enquanto isso, esse percentual apresenta maior negatividade junto ao gênero masculino, onde 40% não realizaram nenhum exame.

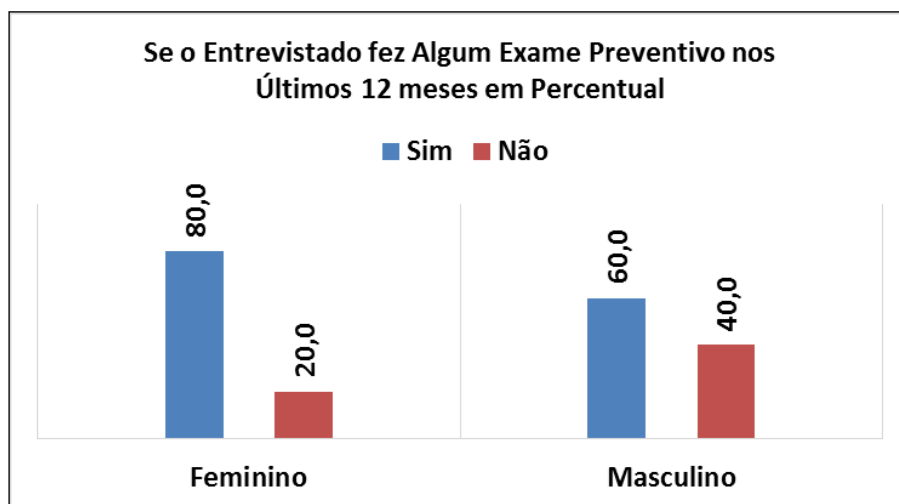


Figura 8.3-707. Se o entrevistado fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(vii) Moradia e situação fundiária;

Para os aspectos de moradia, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré, identificou que 95% das residências dos entrevistados eram próprias. As residências alugadas representaram 1% do total, enquanto aquelas classificadas como cedidas, 2% (Figura 8.3-708).

As residências eram praticamente unifamiliares, ou seja, 97% (Figura 8.3-709). Quanto às características físicas das residências, a pesquisa junto aos pescadores artesanais de Ilha de Maré, encontrou que 66% delas eram de alvenaria com reboco e 30% de alvenaria sem reboco. As casas de taipa representaram 4% da amostra (Figura 8.3-710).

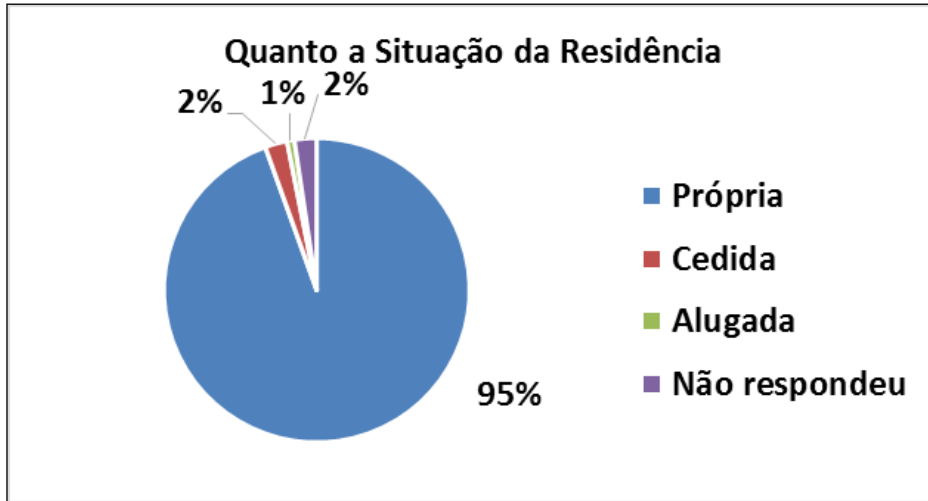


Figura 8.3-708. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

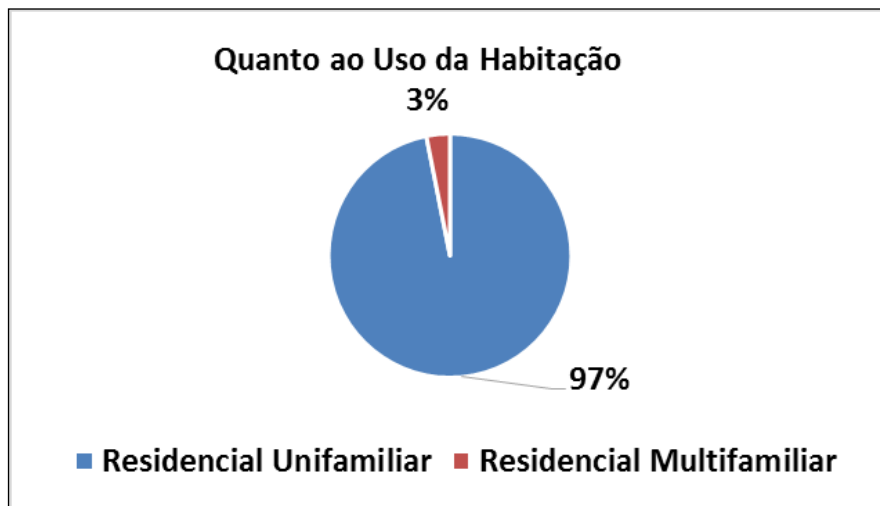


Figura 8.3-709. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

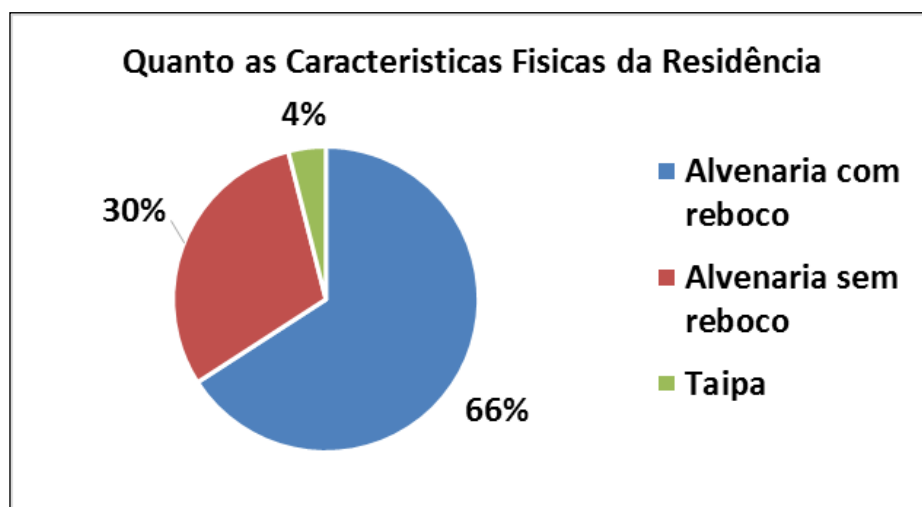


Figura 8.3-710. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O número predominante de cômodos nessas residências era de 5 ao todo, segundo a pesquisa, com um registro de 68% da amostra. As casas com apenas 1 cômodo totalizaram 1% do total (Figura 8.3-711). Do total de residências de pescadores artesanais visitadas em Ilha de Maré, 71% contavam com 2 quartos. As casas com apenas 1 quarto alcançaram a taxa de 9% (Figura 8.3-712).

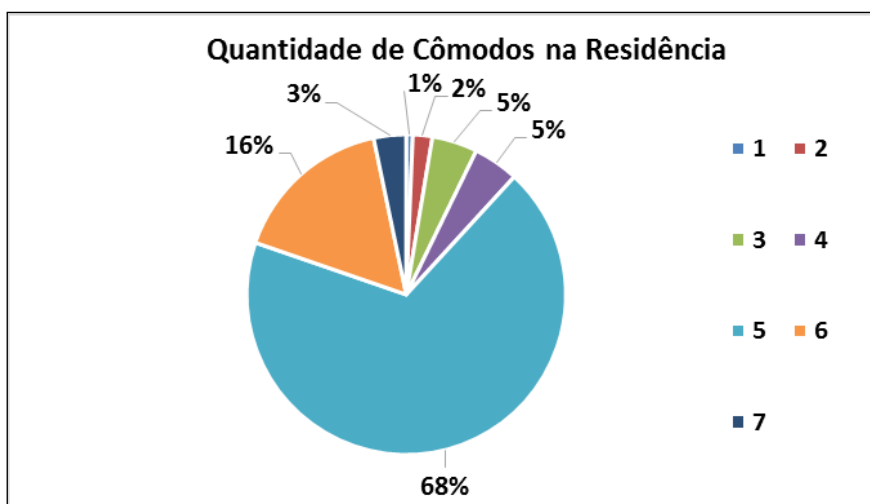


Figura 8.3-711. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

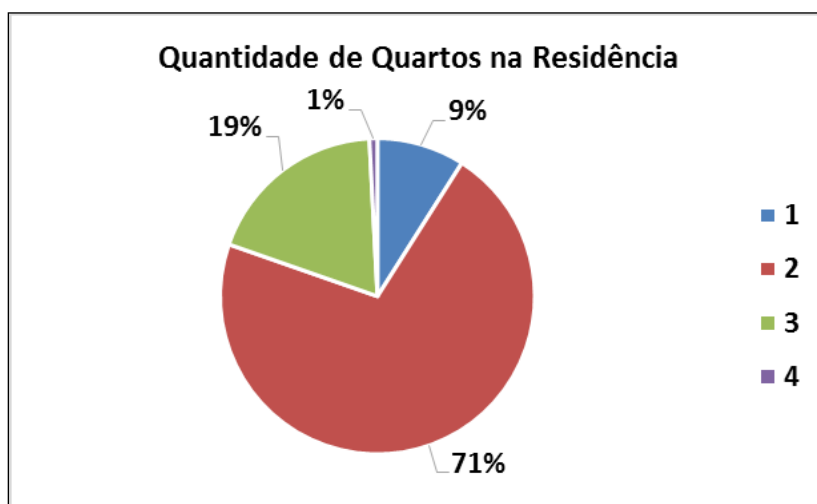


Figura 8.3-712. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A presença de domicílios sem banheiros entre os pescadores e pescadoras artesanais de Ilha de Maré alcançaram 2% da amostra. Em 92% das residências havia a presença de pelo menos 1 sanitário. Quanto a localização dos sanitários, 92% estavam dentro das respectivas residências (Figura 8.3-713 e Figura 8.3-714).

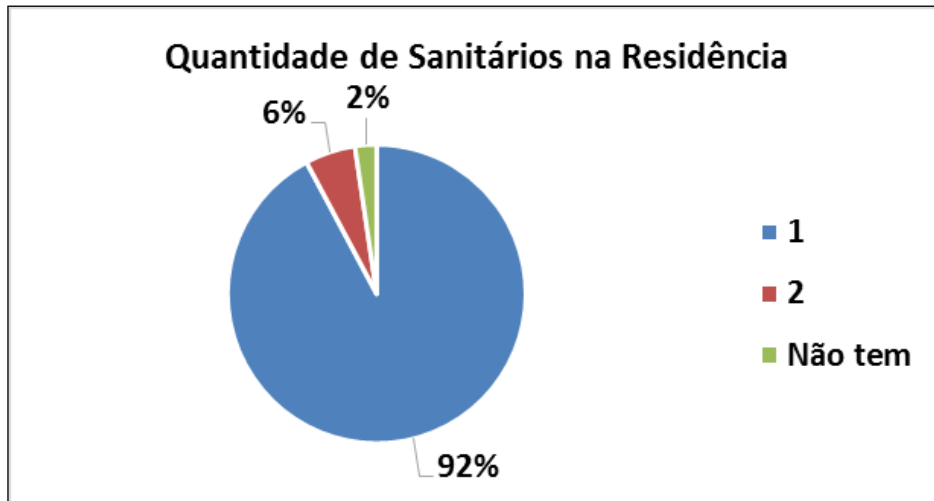


Figura 8.3-713. Quantidade de sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

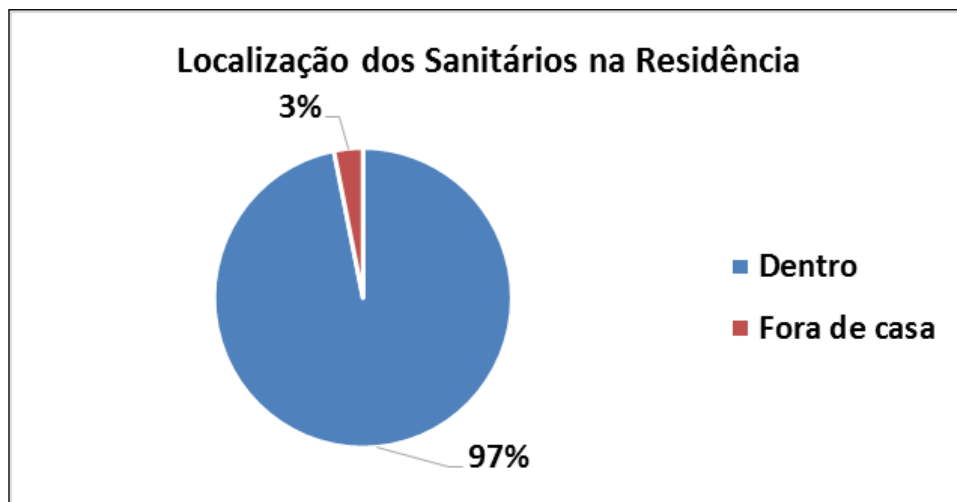


Figura 8.3-714. Localização dos sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(viii) Infraestrutura básica de saneamento, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica

O acesso aos serviços de energia e água entre os entrevistados em Ilha de Maré revela um elevado nível de universalização. A rede de energia está presente em 99% das residências (Figura 8.3-715). Quanto ao abastecimento de água dessas residências em Ilha de Maré, 83% das casas possuem acesso via rede pública. As ligações irregulares alcançaram 12% do total. Mesmo para as unidades domiciliares pesquisadas que tem acesso a água encanada via rede, a irregularidade é um fator visível nas respostas dos entrevistados. Para 64% do total, o acesso à água através da rede é diário a qualquer momento do dia. Em 21% das residências o abastecimento ocorre de 2 a 3 vezes por semana. Aqueles cujas residências tinham o abastecimento da rede pública apenas 1 vez por semana

totalizaram 1% da amostra. Essa situação provoca a necessidade de estocagem de água nas residências e muitas vezes em condições não apropriada. O armazenamento feito em tanques ou caixas d'água era realizado em 34% das residências. A utilização de tonéis ou baldes com tampa representaram 64% da amostra pesquisada (Figura 8.3-716 a Figura 8.3-718).

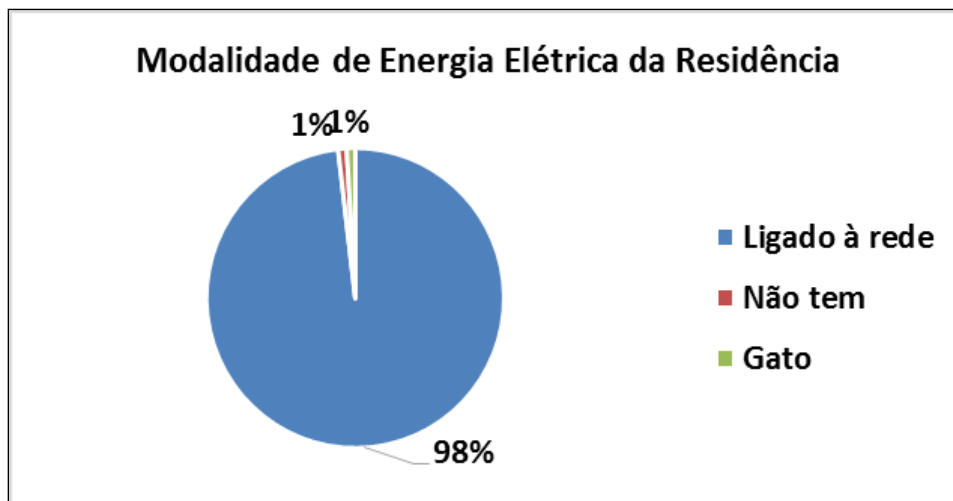


Figura 8.3-715. Modalidade de energia elétrica da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

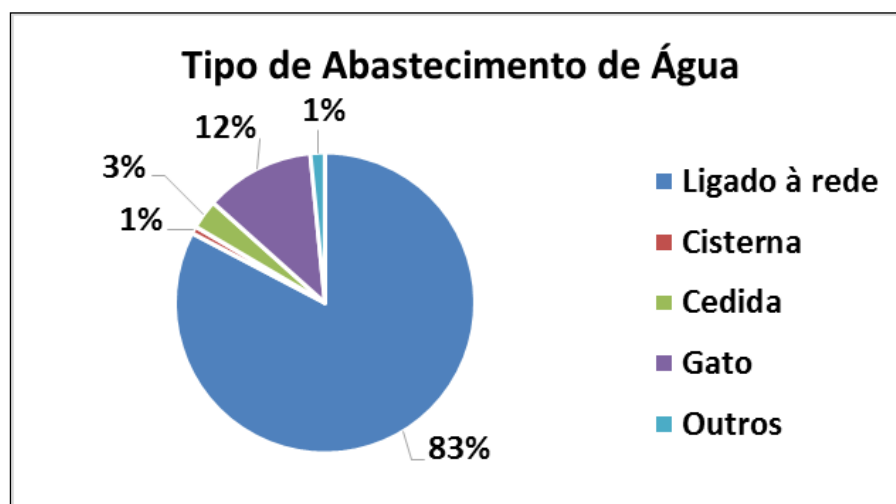


Figura 8.3-716. Tipo de abastecimento de água (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

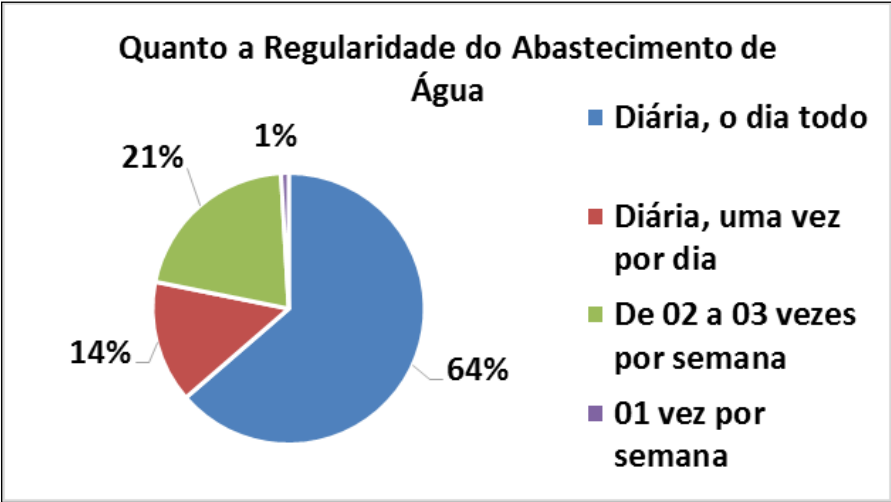


Figura 8.3-717. Quanto a regularidade do abastecimento de água via rede pública (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

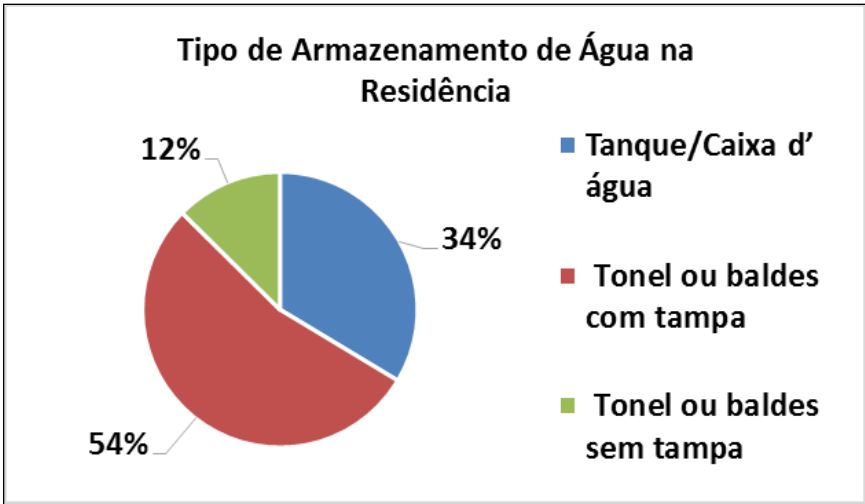


Figura 8.3-718. Tipo de armazenamento de água na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

No tocante à disposição dos resíduos sólidos nas residências dos pescadores artesanais de Ilha de Maré, a coleta alcançava segundo a pesquisa, 93% das residências. A queima era a principal forma de disposição do lixo para 4% dos entrevistados. A utilização de encostas e córregos próximos a essas residências era o destino final em 1% do total da amostra (Figura 8.3-719 e Figura 8.3-720). A frequência do serviço de coleta realizada de 2 a 3 vezes por semana, foi citada por 17% daquelas residências pesquisadas. Já a realização da coleta diária foi apontada por 68% dos entrevistados.

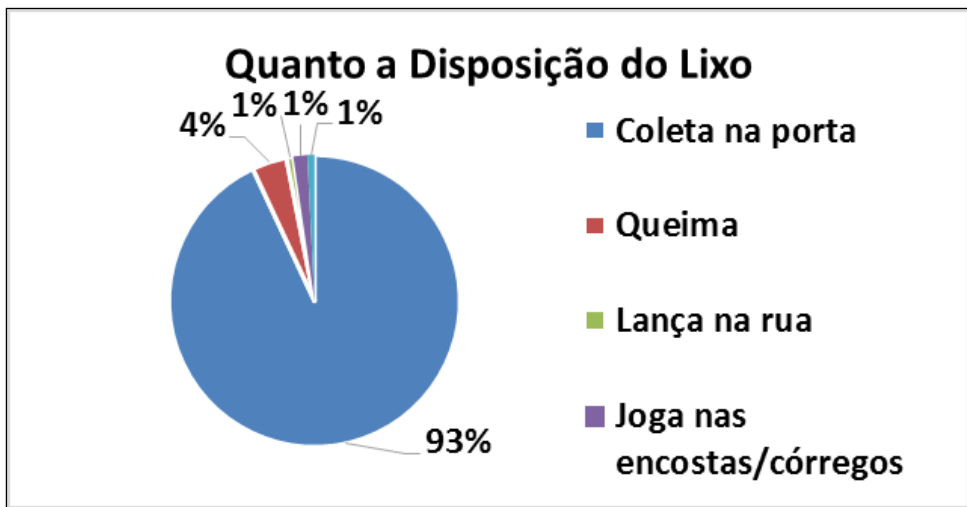


Figura 8.3-719. Quanto à disposição do lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

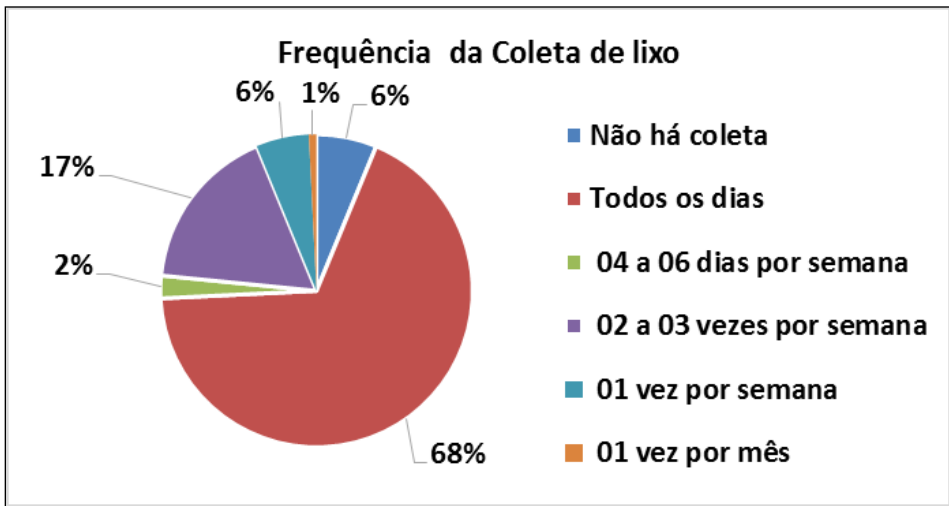


Figura 8.3-720. Frequência da coleta de lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre a disposição do efluente sanitário produzido nas residências pesquisadas em Ilha de Maré, a fossa artesanal estava presente em 46,5% dos domicílios, enquanto a modalidade de canal a céu aberto, em 24% da amostra (Figura 8.3-721).

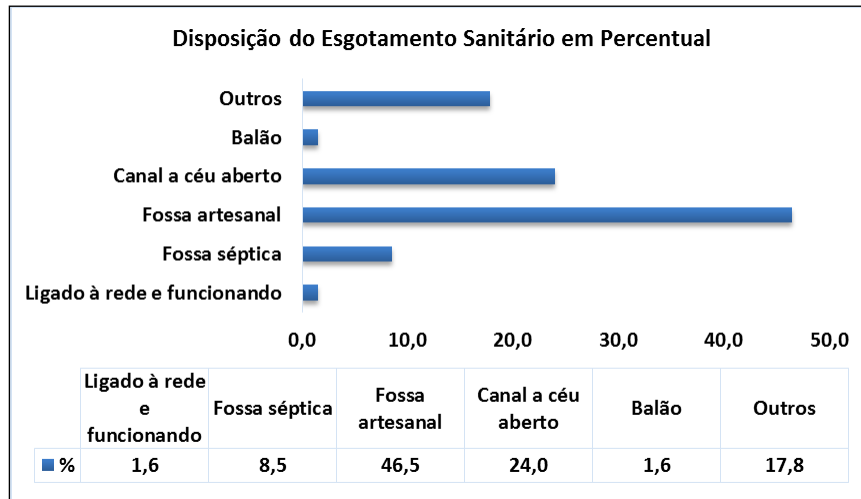


Figura 8.3-721. Disposição do esgotamento sanitário em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

As características das ruas onde os entrevistados residiam eram predominantemente constituídas de terra batida em 80% dos casos. O asfalto era encontrado em apenas 3% das ruas onde o trabalho de campo em Ilha de Maré ocorreu (Figura 8.3-722). Segundo os entrevistados, 95% das ruas onde residiam não possuíam nenhum dispositivo de drenagem. Tais dispositivos só eram identificados em 5% ruas onde as residências estavam localizadas (Figura 8.3-723). Por fim, o reconhecimento de situações de ruas alagadas onde os entrevistados residiam após uma chuva, alcançou 43%. A presença de poças após um evento chuvoso estava presente em 53% das respostas (Figura 8.3-724).

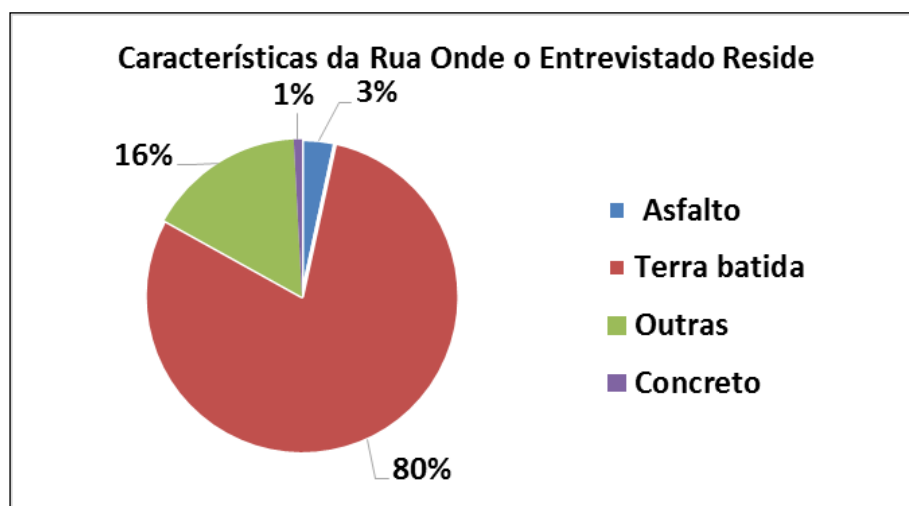


Figura 8.3-722. Características da rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-723. Quanto à existência de drenagem na rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

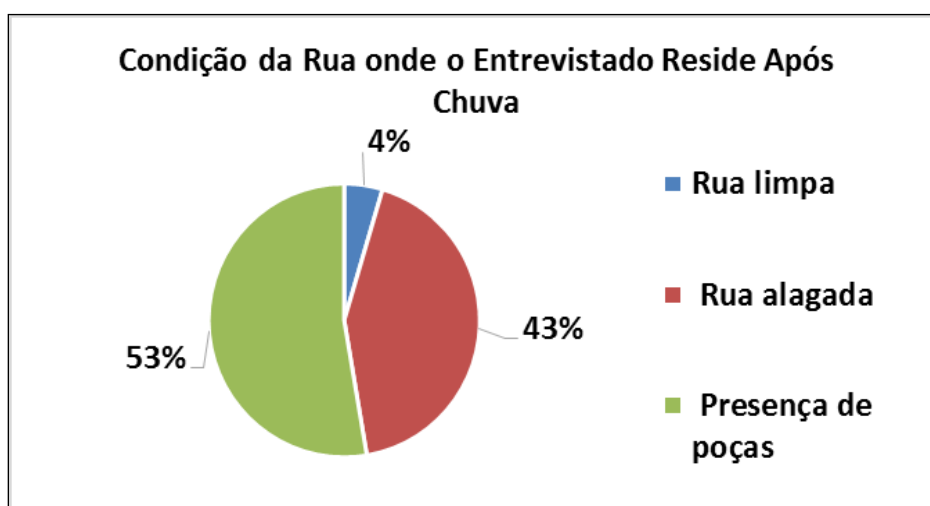


Figura 8.3-724. Condição da rua onde o entrevistado reside após chuva (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(ix) Calendário das principais manifestações culturais existentes

Na Ilha, a principal manifestação cultural é a festa de Nossa Senhora das Neves, realizada no dia 5 de Agosto. Há também o samba de roda e a capoeira, embora sua presença tenha diminuído. A 14 anos também foi criada a festa do peguari, que tem como base um prato típico da região feito a partir do marisco capturado pelos pescadores. No dia 2 de fevereiro, dia de Iemanjá, acontece também o cortejo de barcos.

A data especifica a gente tem Nossa Senhora das Neves. Tem, a festa todo ano né? Tem a de Santana, né? Tem a do Botelho. Em Praia Grande, 2 de Fevereiro. Tem festa quase todo mês (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré).

(x) Políticas públicas sociais implementadas pelos governos federal, estadual e municipal acessadas pela comunidade;

As principais políticas públicas acessadas por aqueles que tinham renda da atividade pesqueira, apontavam que eram notadamente o Bolsa-Família e o Auxílio-Defeso, ambas de cunho federal. Tais mecanismos garantiam em alguns casos, rendas muito maiores do que as que eram obtidas pela pesca ou mariscagem. O recebimento do auxílio defeso alcançou mais de 80% dos entrevistados. Não foram identificadas, pelos entrevistados, nenhuma outra política de caráter estadual e ou municipal.

(xi) Pontos de desembarques públicos e privados; acessos às áreas de pesca; e as principais estruturas de apoio à atividade pesqueira presentes no município

O levantamento de campo apontou que algumas estruturas voltadas para manutenção de embarcações são encontradas na Ilha de Maré. É nesse subdistrito que algumas das demandas voltadas para esses itens são suprimidas na região. Esses serviços são prestados por pessoas especializadas localizadas principalmente nas comunidades de Praia Grande e Porto dos Cavalos. Em Praia Grande encontram-se os serviços de conserto de embarcações e de motores, enquanto em Porto dos Cavalos, apenas a manutenção de motores (ver Mapa das Rotas de Pescadores Ilha de Maré (Apendice 8.32).

A inexistência de outras modalidades de transportes certamente contribuiu para que esses serviços tornassem necessários para as demandas da ilha, dado que há uma quantidade razoável de embarcações no seu território.

Assim como as demais partes da AID, outras estruturas solicitadas pelo TR, que poderiam contribuir para o suporte a atividade pesqueira, não foram identificadas ou mencionadas.

(xii) Frota pesqueira atuante, as artes de pesca utilizadas e os principais recursos explorados

Quanto à posse de embarcações apenas 23% responderam possuir uma embarcação (Figura 8.3-725). Para aqueles que são proprietários, a canoa de remo é a mais popular, com 62% (Figura 8.3-726).

De acordo com os pescadores artesanais entrevistados em Ilha de Maré e que são possuidores de embarcações, 45% desses equipamentos tinham mais do que 6 metros de comprimento (Figura 8.3-727). Os demais tamanhos somaram 55%, cujo comprimento variava, abaixo de 4,3 metros até 6

metros de comprimento. Apesar da enorme vantagem, principalmente quanto a sua durabilidade, as embarcações com casco de fibra de vidro totalizaram 34% da amostra (Figura 8.3-728).

As respostas sobre o tipo de motor utilizados nas embarcações, apontaram que 80% usavam modelos de 15HP. Ou seja, motores que não desenvolvem necessariamente boa velocidade, mas são econômicos na avaliação dos pescadores, chegando a uma autonomia de 6km por litro. Normalmente, apesar da sua economia, esses motores não tendem a cobrir deslocamentos de grande porte.

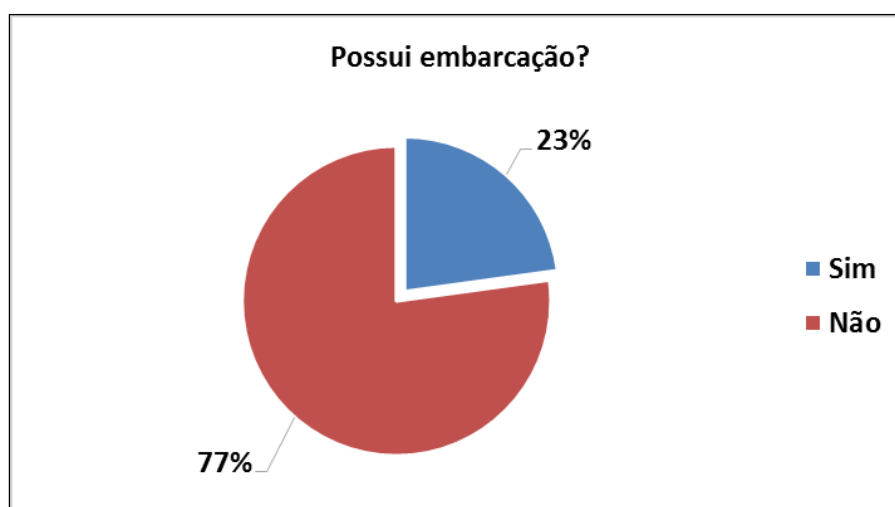


Figura 8.3-725. Possui embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

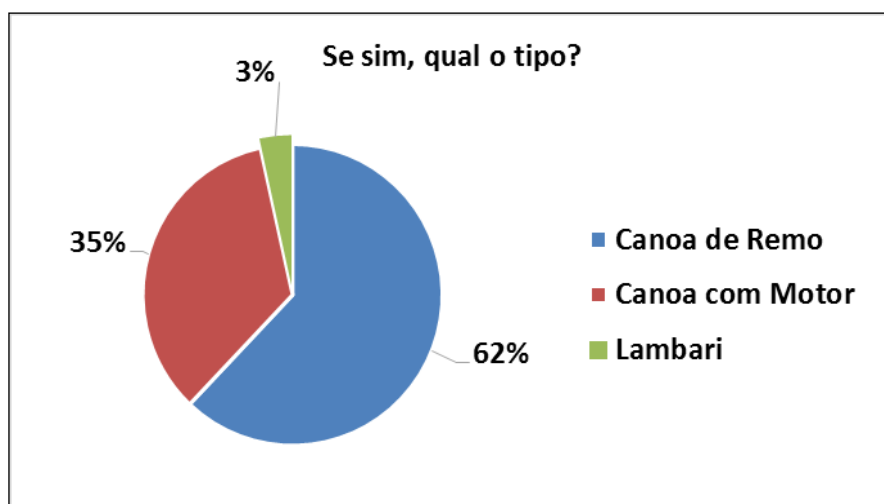


Figura 8.3-726. Se sim, qual o tipo? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

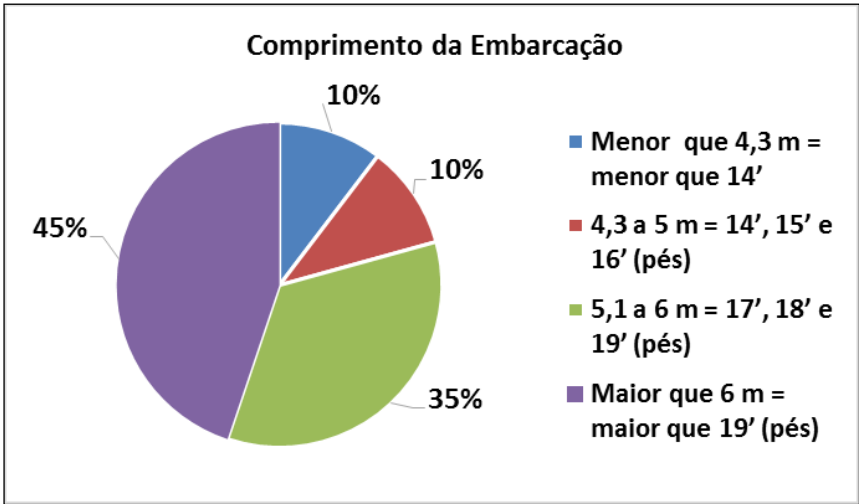


Figura 8.3-727. Comprimento da embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

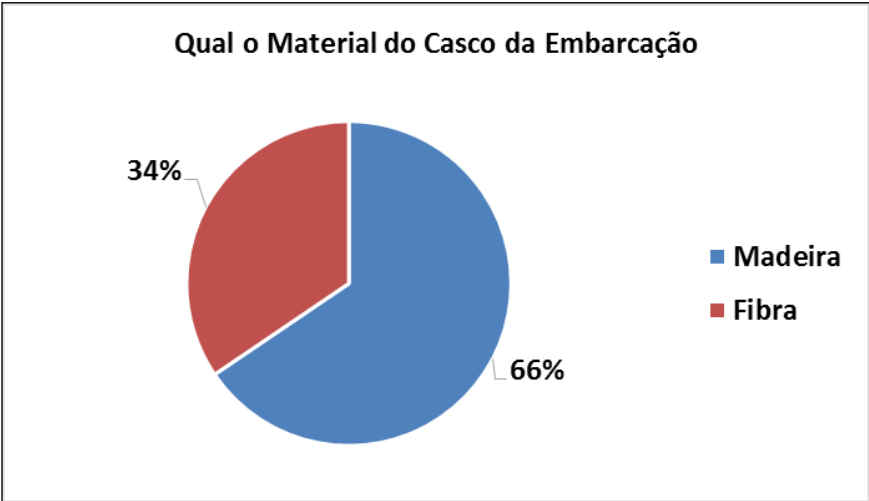


Figura 8.3-728. Qual o material do casco? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A conservação dos pescados obtidos pelos pescadores artesanais da comunidade de Ilha de Maré era realizada por 96% das pessoas entrevistadas (Figura 8.3-729). Os que responderam quanto à existência da conservação, esta era feita principalmente pelo processo de congelamento em 100% dos casos. Quanto ao local onde ocorria a conservação, a residência do pescador e pescadora artesanal, era o local com maior representatividade. Segundo a aplicação dos questionários esse índice era de 98%. A conservação do pescado na Colônia de Pescadores foi citada por apenas 2% (Figura 8.3-730).



Figura 8.3-729. Pratica algum tipo de conservação do pescado? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-730. Onde a conservação é feita? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(xiii) Relações de propriedade dos meios de produção, formas de partilha, divisão do trabalho e remuneração na pesca artesanal; produção; políticas públicas específicas para a pesca artesanal implementadas pelos governos federal, estadual e municipal; e relação cultural, social e econômica com outras comunidades pesqueiras e outros grupos sociais

A atividade pesqueira artesanal padece de incentivos que permitam uma melhor condição para quem sobrevive dessa atividade. Isso fica demonstrado na Figura 8.3-731, onde segundo a visão dos entrevistados, 97% informaram não haver incentivo pra atividade. Os que citaram a presença de incentivos (3%), lembraram os programas existentes para aquisição de embarcações (75%) e materiais de pesca (25%) (Figura 8.3-732).

Sobre o destino da produção dos pescadores artesanais de Ilha de Maré, a feira livre aparecia como principal opção para 42%, seguida da colônia de pescadores com 34%. A comercialização para outros municípios foi citada por 6% dos entrevistados (Figura 8.3-733).

Segundo o trabalho de campo em Ilha de Maré, 43% realizava a pesca artesanal com amigos. A presença de familiares ocorria em 34% dos casos (Figura 8.3-734).

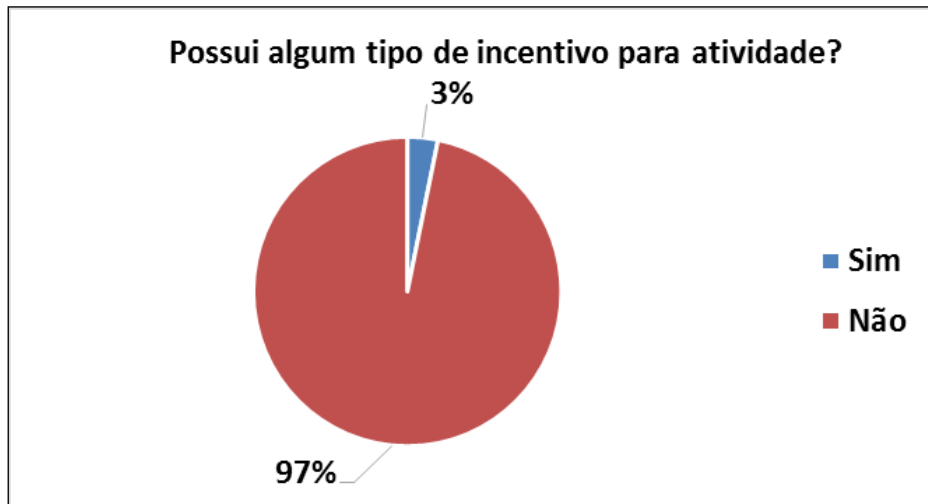


Figura 8.3-731. Possui algum tipo de incentivo para atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

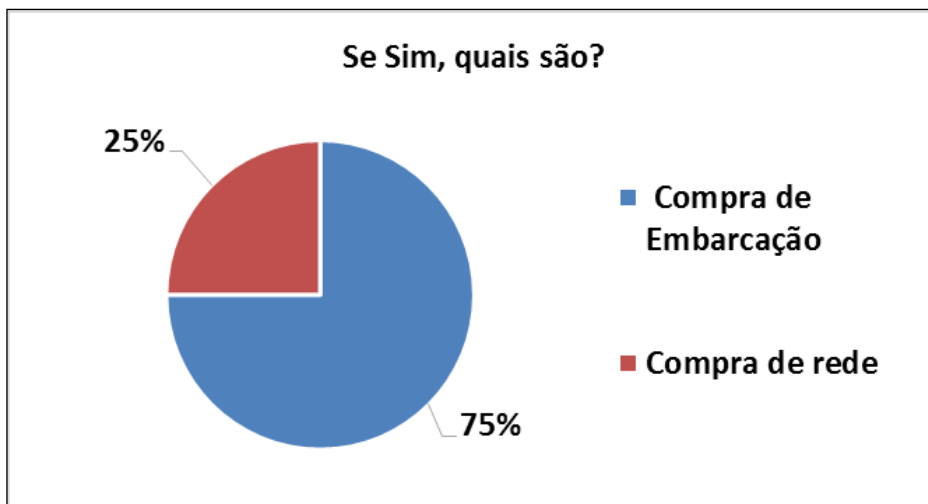


Figura 8.3-732. Se sim, quais são? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

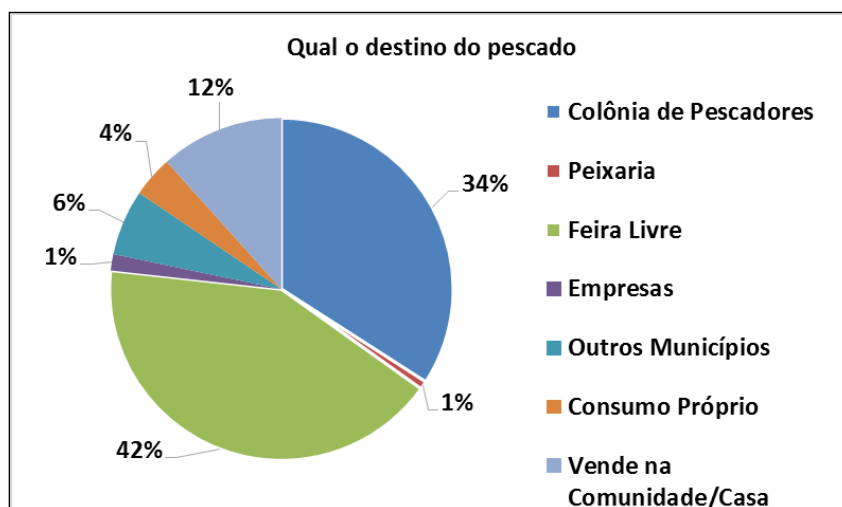


Figura 8.3-733. Qual o destino do pescado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

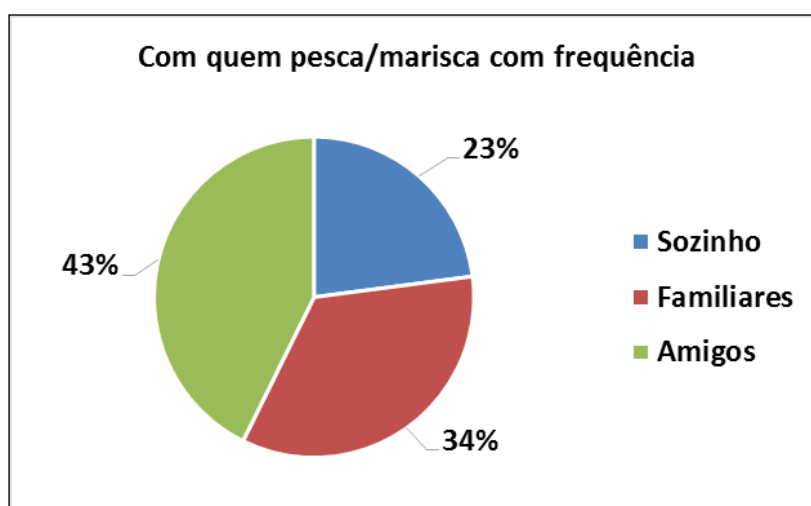


Figura 8.3-734. Com quem pesca/marisca com frequência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Em apenas 5% dos casos foi apontado à existência de algum tipo de remuneração para as pessoas que participavam do momento da pesca. Essa remuneração, conforme a Figura 8.3-735, ela se dá pela partilha do pescado em 92% dos casos, e em apenas 8%, através de alguma remuneração financeira (Figura 8.3-736). Em relação ao rendimento da atividade pesqueira, para aqueles que exerciam a mesma e declararam os valores, a Ilha de Maré registrou um dos ganhos mais baixos, com uma média de R\$ 133,86.

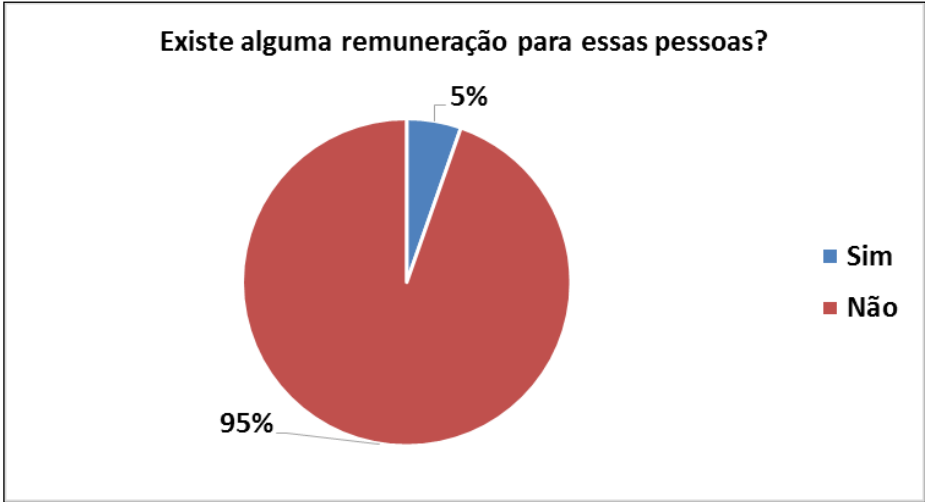


Figura 8.3-735. Existe alguma remuneração para essas pessoas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

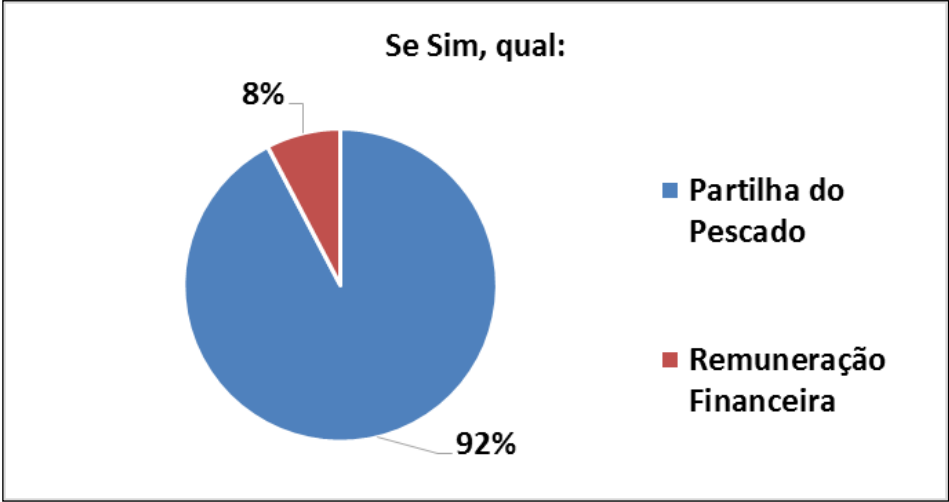


Figura 8.3-736. Se sim, qual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

8.3.8.2.6 Passagem dos Teixeiras

O distrito de Passagem dos Teixeiras está a cerca de 20 km da futura área do Terminal de Uso Privativo da Braskem e localizadas as margens da BR-324 (Figura 8.3-737, e Apêndice 8.39).



Figura 8.3-737. Distrito de Passagem dos Teixeiras (UTM 560451 / 8591976) (Fonte: Google Earth Pro, 2011).

Existe pouca informação sobre o distrito, mas histórias sobre a região e entrevistados afirmam que a criação do distrito se deu com o refúgio de escravos que habitavam em torno da Baía de Aratu devido a presença de moinhos de cana de açúcar (Figura 8.3-12).





Figura 8.3-738. Comunidade de Passagem dos Teixeiras, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Foram aplicados um total de 31 questionários nas residências de pescadores e pescadoras artesanais nessa comunidade. Para facilitar a compreensão do texto a pedido do TR, os itens serão organizados de acordo com a descrição do documento. Antes será apresentado um perfil inicial dos entrevistados em Mapele.

No tocante as entrevistas com os pescadores e pescadoras artesanais em Passagem dos Teixeiras, quanto à situação desse entrevistado frente ao Chefe da Família, 81% eram classificados como Chefe de Família e 19% Esposo ou Esposa (Figura 8.3-739). O resultado apontou que em relação ao sexo dos entrevistados 57% eram do gênero feminino e 43% masculino (Figura 8.3-740). Em Passagem dos Teixeiras, a pesquisa auferiu que 61% das pessoas pesquisadas classificadas como Chefe de Família eram do gênero masculino e 39% eram mulheres (Figura 8.3-741).

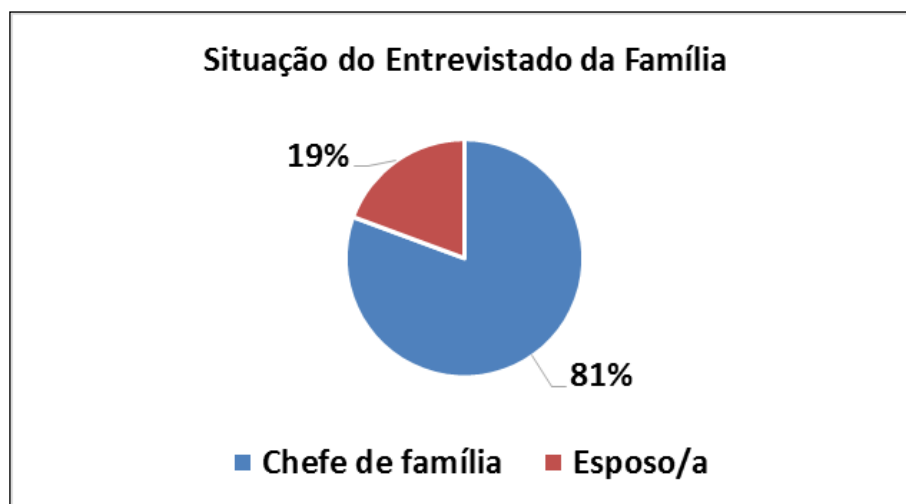


Figura 8.3-739. Situação do entrevistado frente ao chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

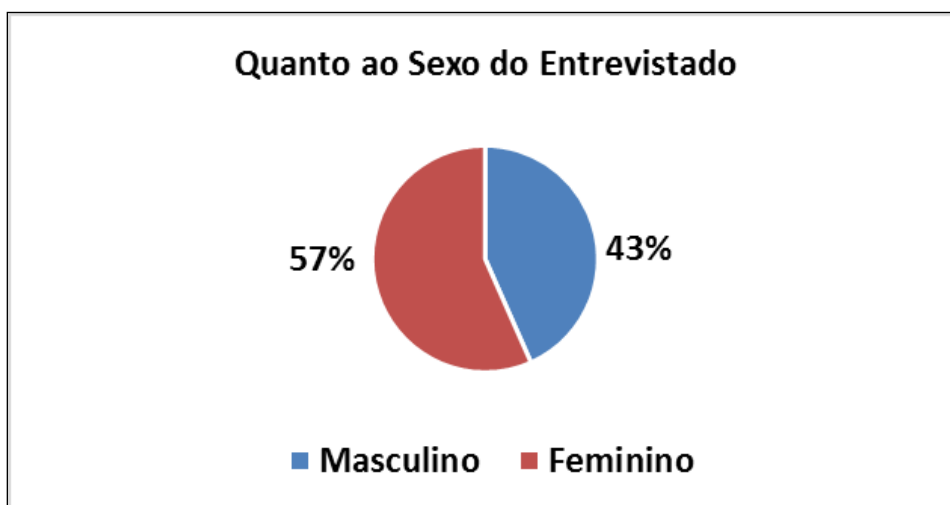


Figura 8.3-740. Quanto ao sexo do entrevistado em Passagem dos Teixeiras (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

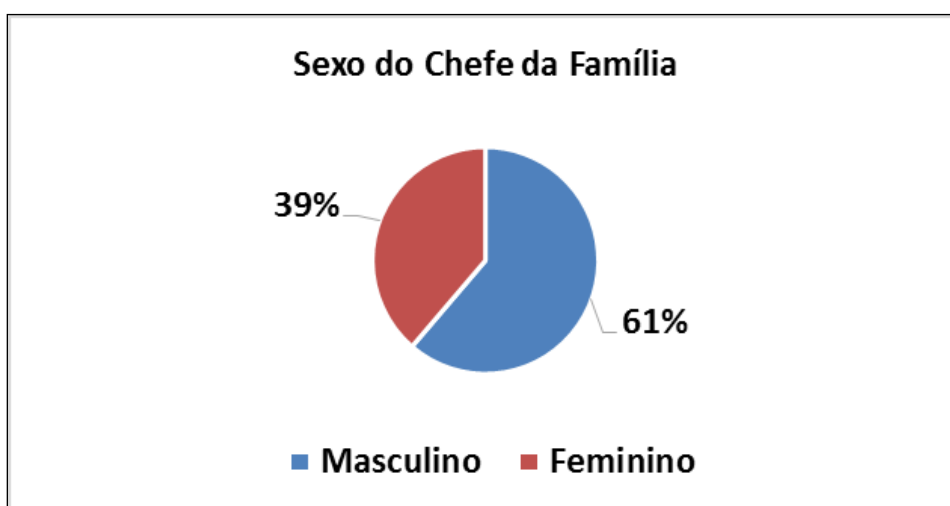


Figura 8.3-741. Sexo do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre os aspectos de migração ou moradia na referida comunidade, o levantamento mostrou que 59% dos chefes de família já residiam na localidade a mais de 20 anos e 3% residiam na comunidade entre 1 a 3 anos. O percentual de 8% foi registrado para aqueles que moram em Passagem dos Teixeiras entre 4 a 6 anos. Aqueles que já moram na comunidade entre 7 até 19 anos totalizaram 28% (Figura 8.3-742). O processo de migração registrado junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras demonstra que 10% dos chefes de família eram originários de outro município (Figura 8.3-743). Apenas 3% deles vieram de outra parte do município de Candeias.

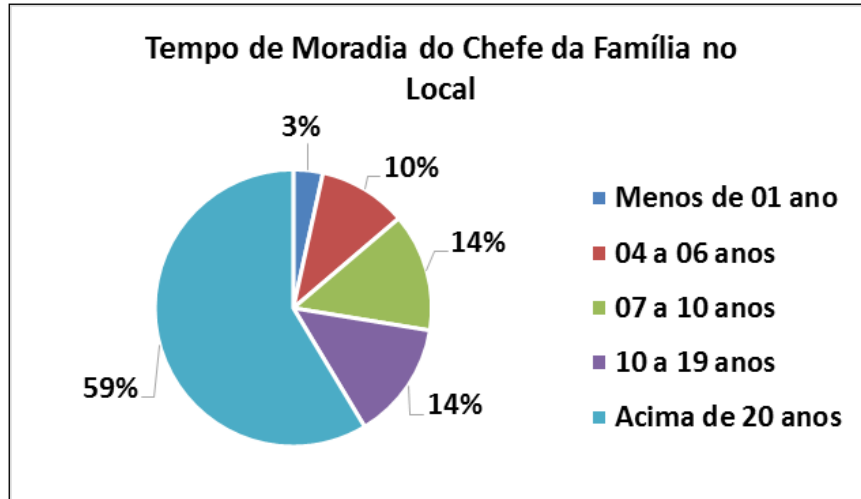


Figura 8.3-742. Tempo de moradia do chefe da família no local (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

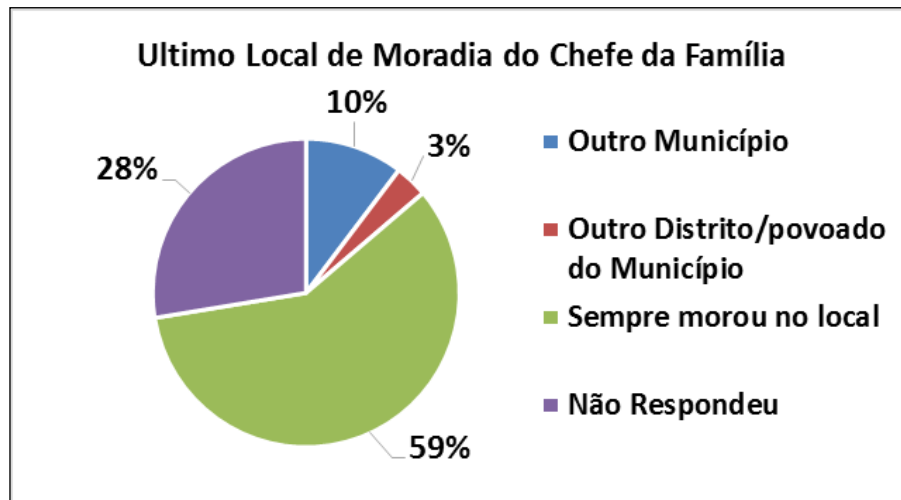


Figura 8.3-743. Último local de moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Do total dos chefes de família que migraram de outros lugares, 75% vieram do município de Simões Filho enquanto 25% da localidade de Menino de Jesus (Distrito de Candeias) (Figura 8.3-744). A relação com parentes locais foi o principal motivador para a migração para Passagem dos Teixeiras, segundo 50% dos chefes de família. A busca de trabalho e a constituição de família somaram 33% das razões para a mudança do Chefe de Família (Figura 8.3-745).

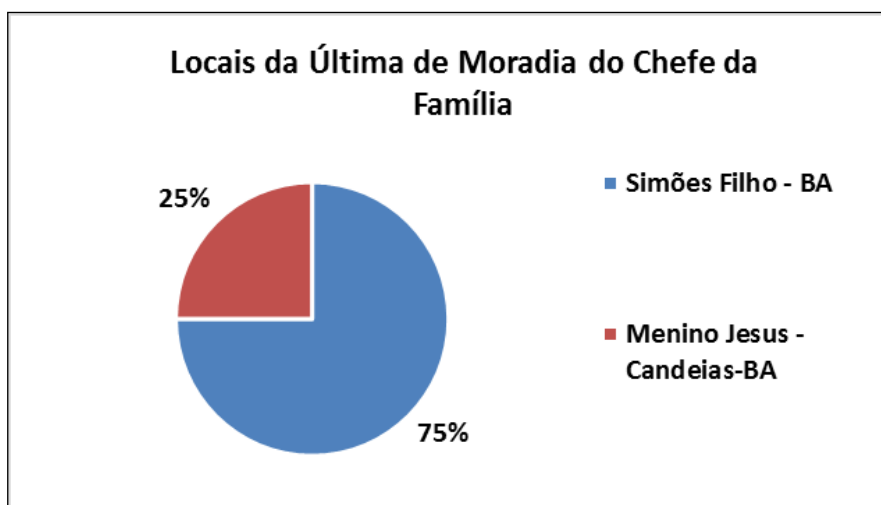


Figura 8.3-744. Locais da última moradia do chefe da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

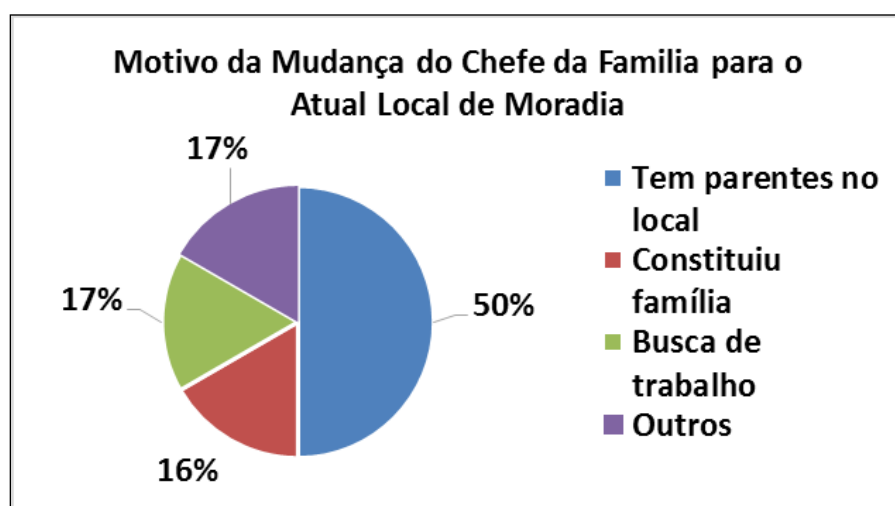


Figura 8.3-745. Motivo da mudança do chefe da família para o atual local de moradia (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(i) *Pesqueiros e Rotas utilizadas, e sua frequência no calendário anual da pesca*

Quanto aos pesqueiros e rotas utilizadas, o Mapa das Rotas de Pescadores Passagem do Teixeiras (Apendice 8.32) elaborado a partir das respostas dos questionários mostra algumas das rotas citadas e que são utilizadas para a atividade pesqueira.

Em relação à atividade pesqueira, ponto fundamental da aplicação dos questionários, questionados sobre o tempo em que exercia a atividade, 61% já a praticava a mais de 20 anos, enquanto 13% entre 16 a 20 anos (Figura 8.3-746).

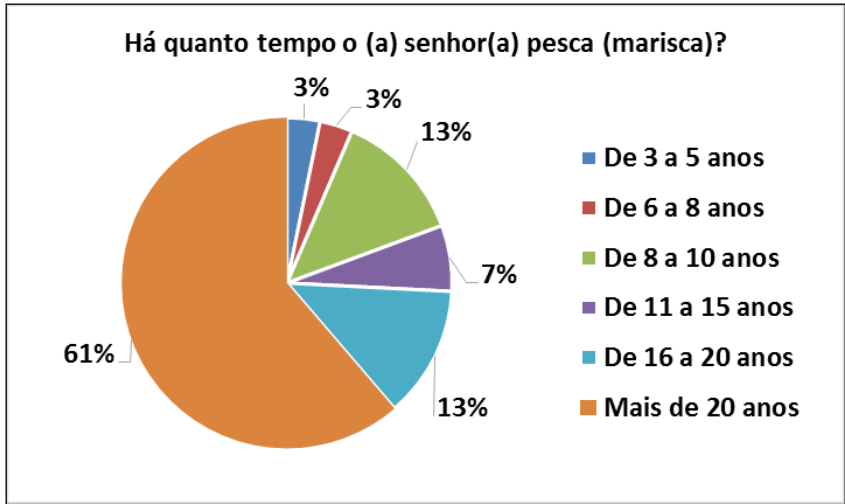


Figura 8.3-746. Há quanto tempo o (a) senhor(a) pesca (marisca)? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A periodicidade da atividade durante a semana é feita na sua maioria em 2 a 3 ocasiões, segundo 64% dos entrevistados. A periodicidade de 4 a 6 vezes por semana era realizada por 23% dos entrevistados, enquanto a pesca artesanal diariamente obteve um percentual de 13% (Figura 8.3-747). O turno da manhã é o período preferido por 72% dos pescadores e pescadoras artesanais que responderam à pesquisa, seguido da noite com 25%. Apenas 3% dos entrevistados indicaram o período da tarde (Figura 8.3-748). O trabalho de pesca é algo que demanda, segundo os entrevistados, um período mínimo de até 4 horas. Aqueles que realizam a atividade por até 4 horas representaram até 46%. A pesca artesanal com jornada acima de 10 horas era praticada por 4% da amostra da pesquisa (Figura 8.3-749).

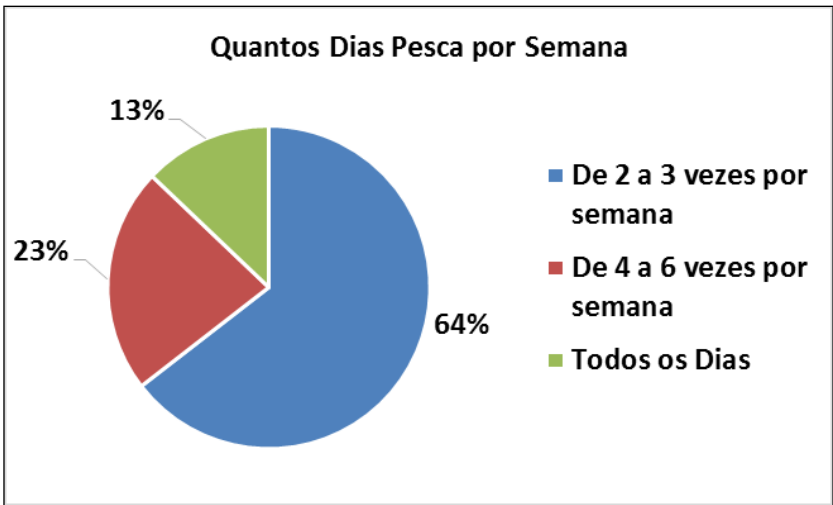


Figura 8.3-747. Quantos dias pesca por semana (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

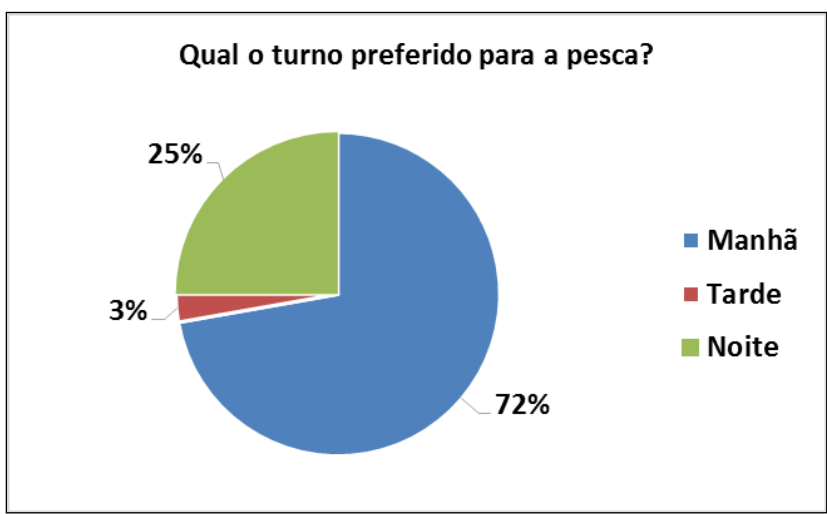


Figura 8.3-748. Qual o turno preferido para a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

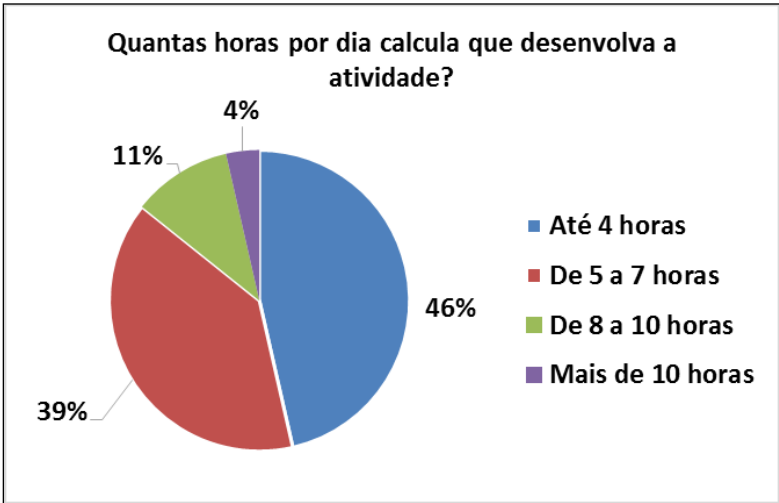


Figura 8.3-749. Quantas horas por dia calcula que desenvolva a atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O verão é o período predominante para o exercício da pesca, segundo 86% dos entrevistados (Figura 8.3-750).

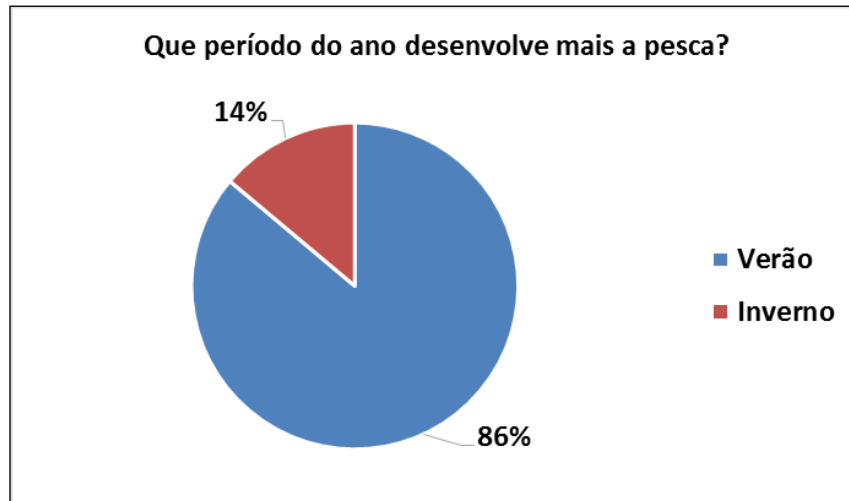


Figura 8.3-750. Que período do ano desenvolve mais a pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Esse fato pode ser comprovado na Figura 8.3-751, onde os índices mais elevados de trabalho na pesca ocorrem a partir de novembro, segundo os pescadores artesanais de Passagem dos Teixeiras. Os meses de Maio a Agosto, notadamente as estações de Outono e Inverno, apresentam uma variação de preferência que oscila de 3,9% a 5%.

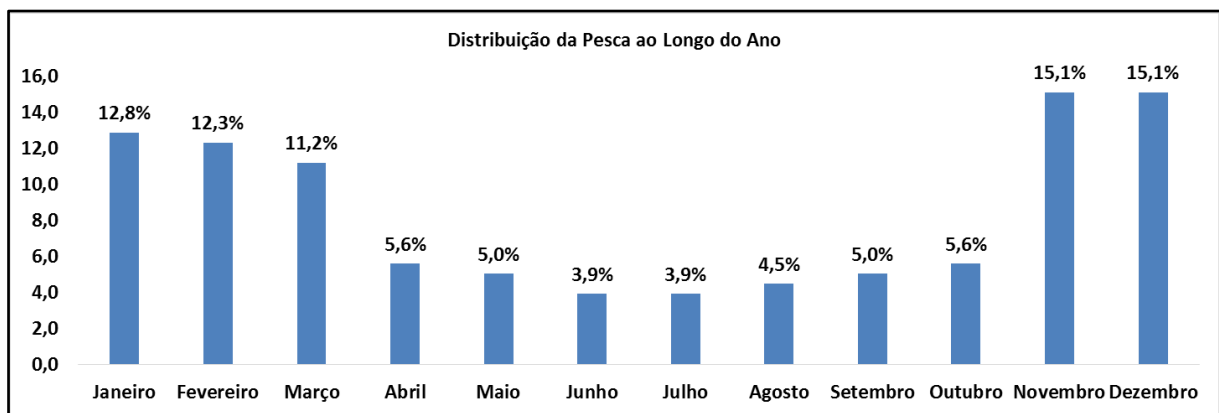


Figura 8.3-751. Distribuição da Pesca ao Longo do Ano em Passagem dos Teixeiras (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A distância percorrida do local de moradia até o ponto de pesca era de menos de 1 km, segundo 55% dos que responderam ao questionamento. Aqueles que percorriam mais de 6 km eram apenas 6% da amostra (Figura 8.3-752). Isso de certa forma se reflete na modalidade do deslocamento para o local da pesca. A pesquisa entre os pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras revelou também que o deslocamento predominante é realizado a pé por 71% (Figura 8.3-753). Isso pode ser um indicativo de que não haja recursos financeiros e logísticos suficientes para desenvolver a atividade em locais muito afastados, e por isso, há uma preferência, principalmente entre as

mulheres, de fazê-lo em locais mais próximos a sua moradia. A utilização de canoas é feita por 23% dos entrevistados.

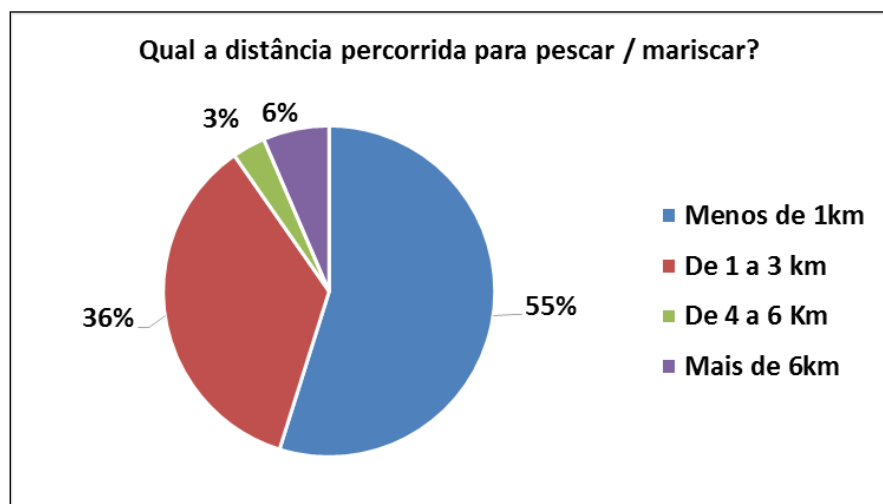


Figura 8.3-752. Qual a distância percorrida para pescar / mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-753. Como faz esse deslocamento? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Dos entrevistados em Passagem dos Teixeiras, 97% afirmaram não ter gastos para realizar o seu trabalho (Figura 8.3-754). Os que responderam positivamente quanto aos gastos, informaram que esses gastos ultrapassam mais de R\$ 20 reais segundo 100% dos entrevistados.

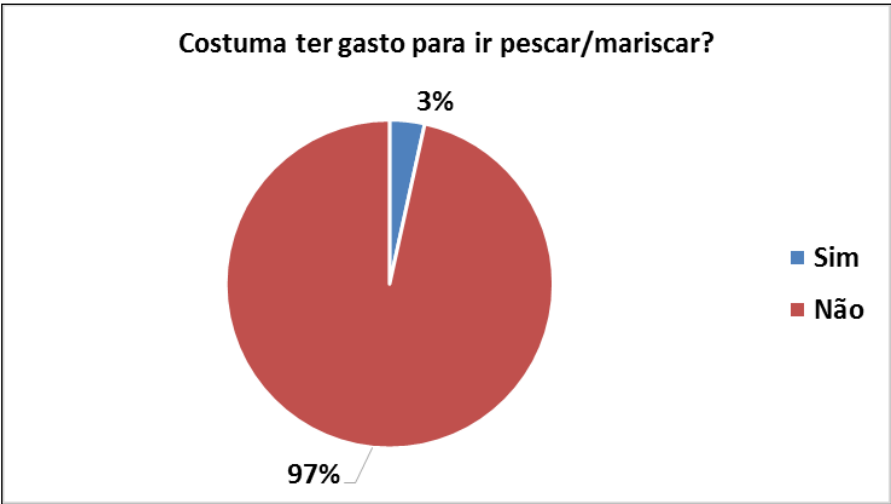


Figura 8.3-754. Costuma ter gasto para ir pescar/mariscar? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Nas Figura 8.3-755 e Figura 8.3-756 são demonstrados o quadro de captura das espécies mais importantes e menos importantes para os pescadores e pescadoras artesanais da comunidade de Passagem dos Teixeiras frente ao período do ano, ou seja, verão e inverno.

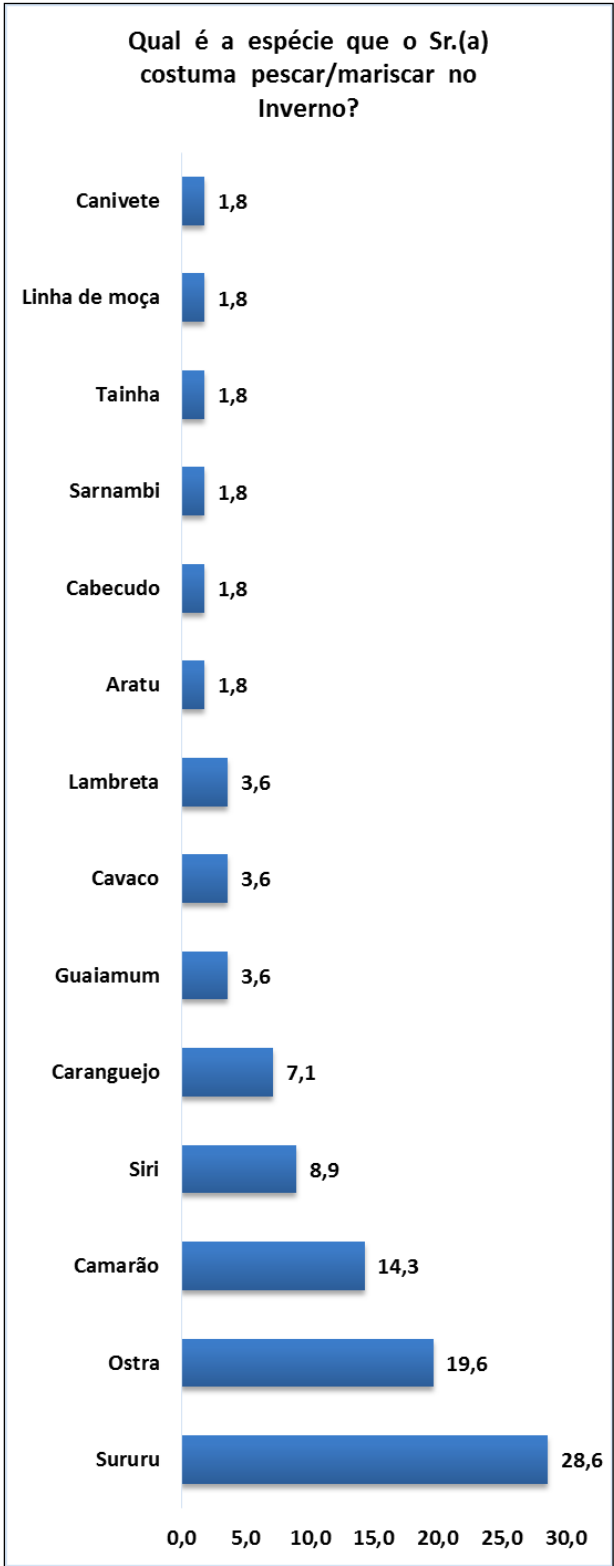


Figura 8.3-755. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no inverno em percentual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

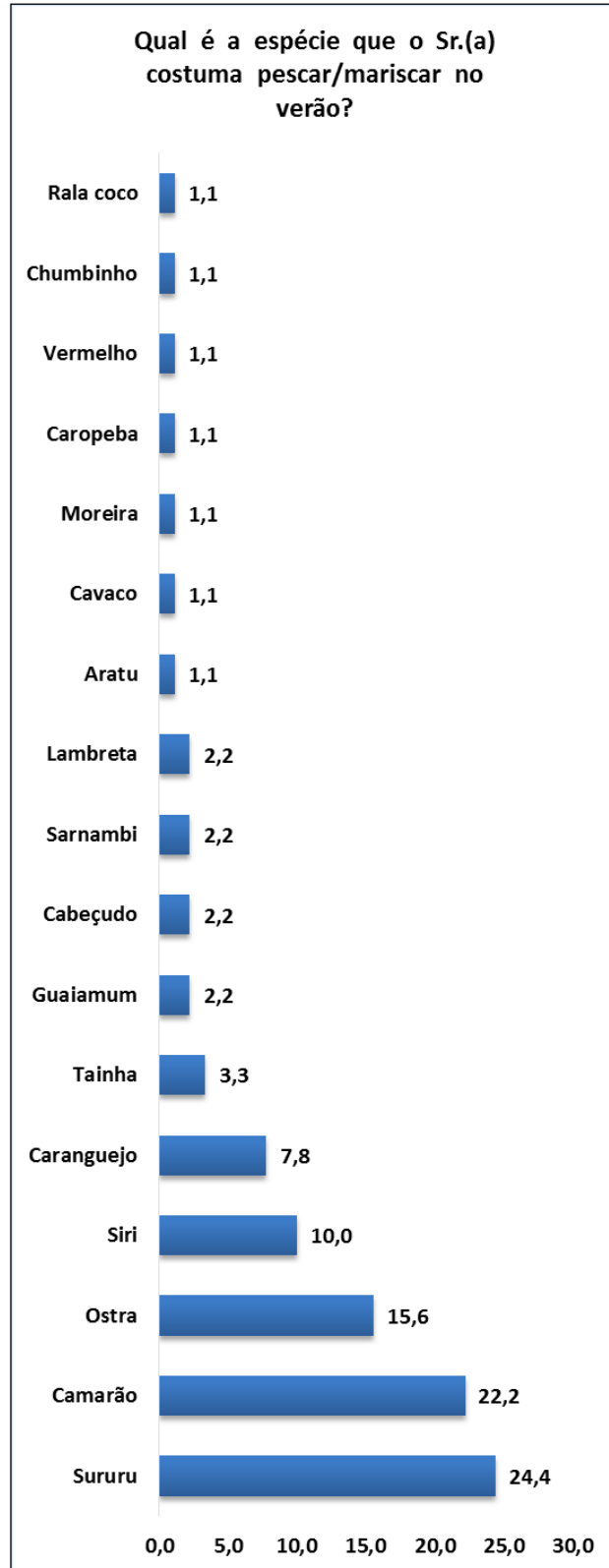


Figura 8.3-756. Qual é a espécie que o Sr.(a) costuma pescar/mariscar no verão em percentual? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Segundo os entrevistados, o sururu é a espécie mais coletada durante o inverno, sendo apontada por 28,6%, seguida da ostra, com 19,6% e do camarão, com 14,3%. No verão, esse quadro não se altera

de forma significativa, permanecendo o sururu a espécie mais capturada para 24,4%. O camarão surge como a segunda espécie mais coletada por 22,2%, e em terceiro lugar, a ostra com 15,6%. Considerando a concentração nesses dois períodos e nessas três espécies, é possível pensar que pode ocorrer um processo de sobrepesca, com consequência de dificuldades para a renovação desses estoques pesqueiros mais adiante.

Questionados sobre quais espécies não são capturadas, os que responderam a essa questão, indicaram a ostra com 33,3% das respostas, seguido do sururu 25% (Figura 8.3-757).

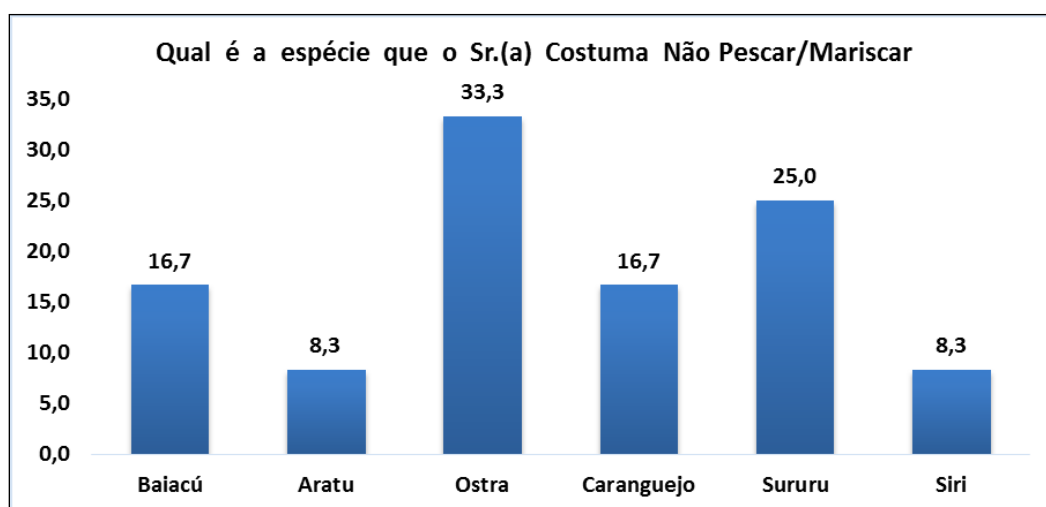


Figura 8.3-757. Qual é a espécie que o Sr.(a) não costuma pescar/mariscar (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A captura de espécies está associada ao tipo de instrumento mais adequado para a atividade. Apesar das dificuldades e visando o atendimento ao Termo de Referência emitido pelo IBAMA para produção desse diagnóstico, foi produzido um quadro geral envolvendo as espécies mais capturadas e o uso de equipamentos pelos pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras (Tabela 8.3-62).

Tabela 8.3-62. Espécies mais capturadas e o uso de equipamentos pelos pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras.

Espécie	Colher		Faca		Fação			Grozeira		Jeréré			Mão			Rede detrêmaio		Rede de Arrasto		Rede de Espera			Tarrafa		Robaleira		
	V	I	V	I	V	I	N	V	I	V	I	N	V	I	N	V	I	V	I	V	I	N	V	I	V	I	
Camarão													1	1	1			15	12	1	1	1					
Caranguejo													1	1													
Xangó																							1	1			
Guaiamum																											
Lambreta					1	1																					
Marisco	1	1																									
Ostra			2	2	9	9	3						1	1													
Peixe										1	1					1	1	3	3	2	2						
Robalo								1	1																	1	
Siri			1	1	1					3	3	1						4	3	3	2						
Sururu			3	1	6	6	2						2	2													
Tainha																				4	2		1	1			

Ainda sobre a produção, o levantamento de campo mostrou, considerando os períodos de inverno e verão, que a pesca artesanal em Passagem dos Teixeiras alcança uma média geral de 6 a 15 kg de pescado em 1 mês de trabalho no verão e de menos de 5kg no inverno (Figura 8.3-758).

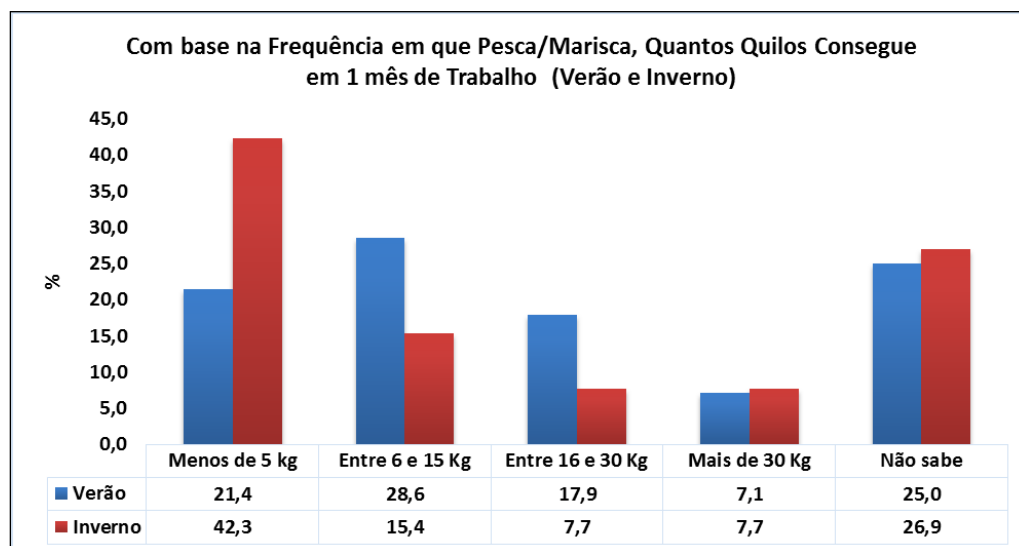


Figura 8.3-758. Com base na frequência em que pesca/marisca, quantos quilos consegue em 1 mês de trabalho (verão e inverno) (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre a valoração dessa produção, esta variava de R\$ 1,00 até R\$ 30,00. No Quadro 8.3-22 e Figura 8.3-759 a seguir, estão as indicações das espécies e os custos mensurados de cada uma.

Quadro 8.3-22. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em Passagem dos Teixeiras (Fonte: Bourscheid, 2014).

Espécie	Preço Médio
Caranguejo	12,50
Aratu	15,00
Siri	13,28
Guaiaumum	22,50
Tainha	9,00
Camarão	16,47
Sururu	13,00
Ostra	16,70
Peixe	10,00
Robalo	22,00
Sarnambi	20,00
Carapeba	7,00
Lambreta	15,00
Vermelho	12,00
Cavaco	8,00

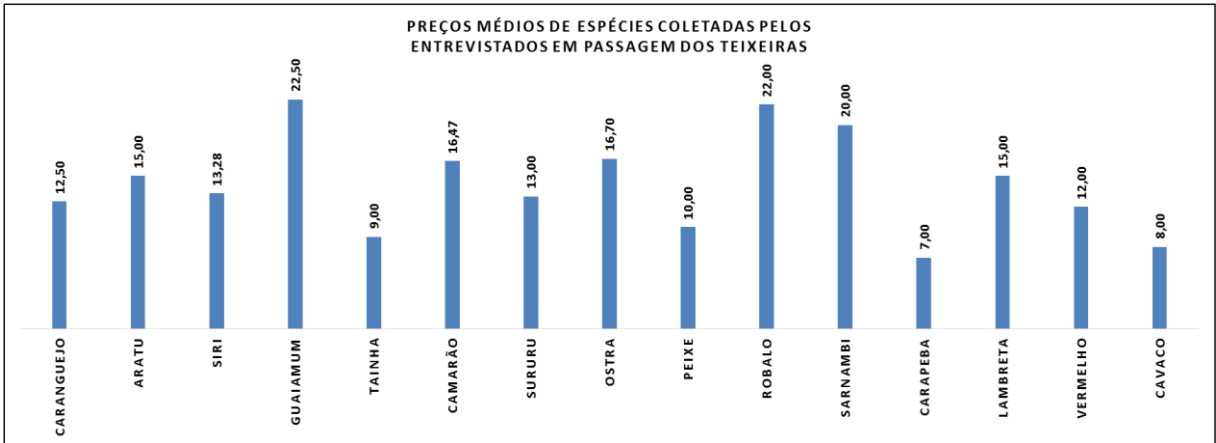


Figura 8.3-759. Preços médios de espécies coletadas pelos entrevistados em Passagem dos Teixeiras (Fonte: Bourscheid, 2014).

Quanto aos locais de pesca, o trabalho de campo em Passagem dos Teixeiras revelou que grande parte da atividade ocorre em áreas do município de Candeias (70%). O município de Simões Filho e Salvador eram frequentadas por 30% da amostra (Figura 8.3-760).

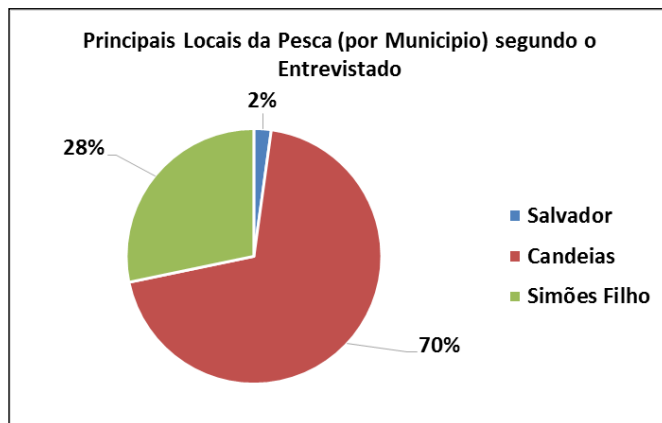


Figura 8.3-760. Principais locais da pesca (por município) segundo o entrevistado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Na Figura 8.3-761 e Figura 8.3-762 estão à distribuição de algumas dessas áreas por município.

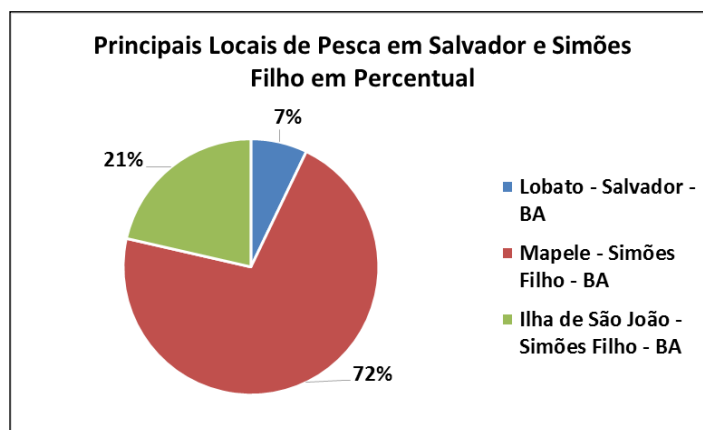


Figura 8.3-761. principais locais de pesca em Salvador e Simões Filho (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

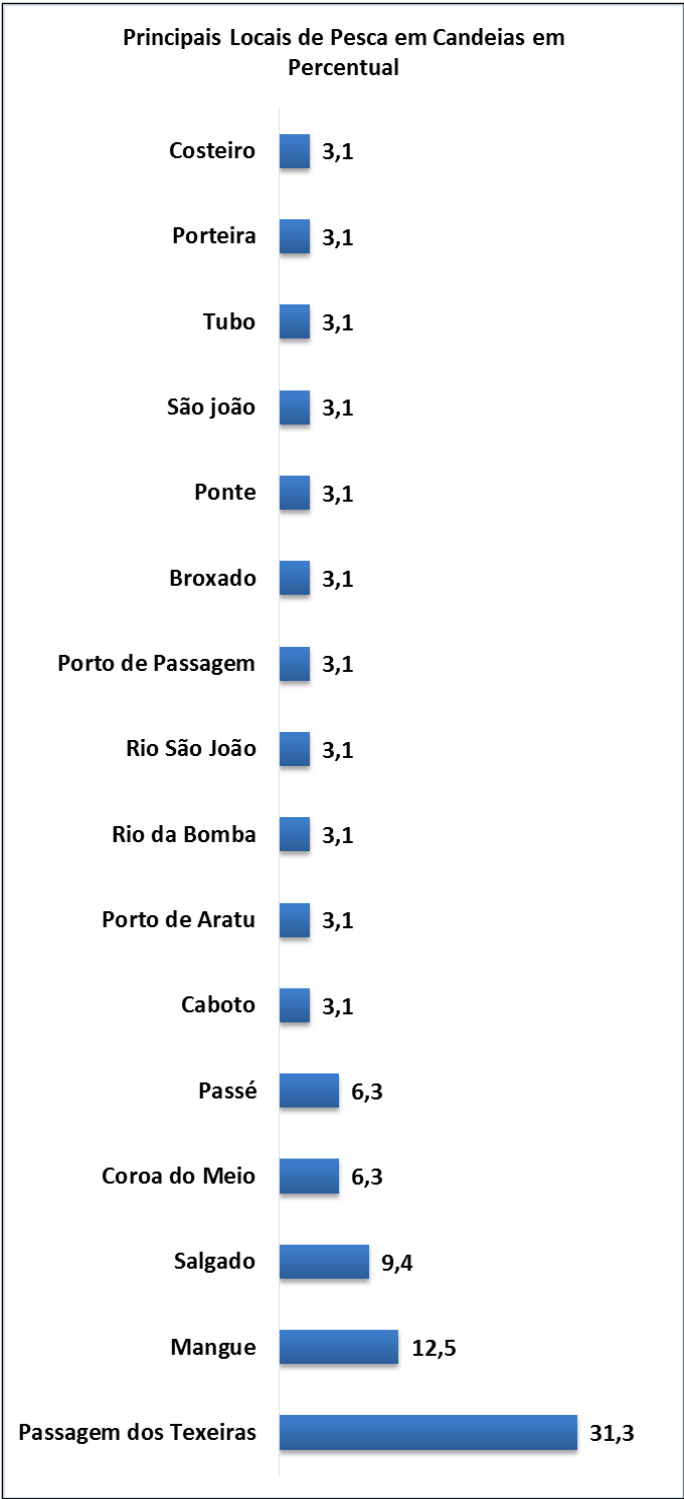


Figura 8.3-762. Principais locais de pesca em candeias em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(ii) Número total de pescadores – RGP e Seguro Defeso;

De acordo com informações fornecidas pela Colônia de Pescadores de Candeias, o total de pescadores inscritos na entidade e originários do distrito pesquisado era de 42 pessoas. Segundo os dados da pesquisa junto aos pescadores artesanais de Passagem dos Teixeiras, apenas 35% tinham o registro geral da pesca (Figura 8.3-763). O recebimento do auxílio-defeso também é restrito a uma pequena parte da população, 29% (Figura 8.3-764).

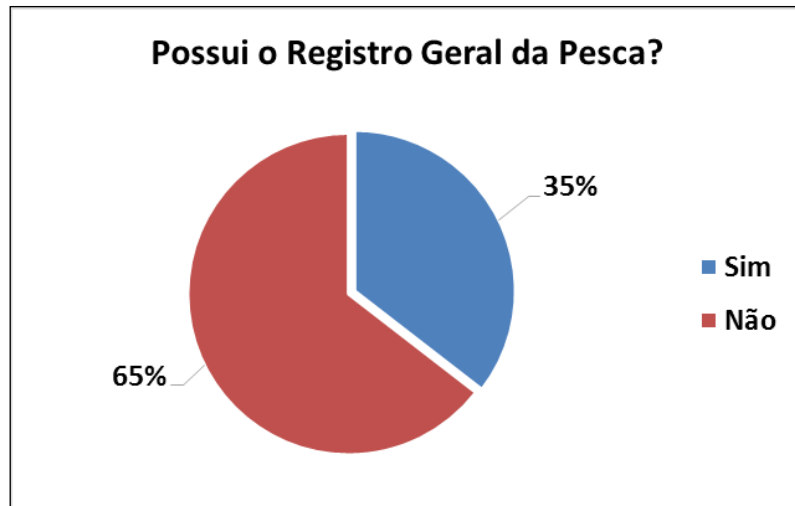


Figura 8.3-763. Possui o Registro Geral da Pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

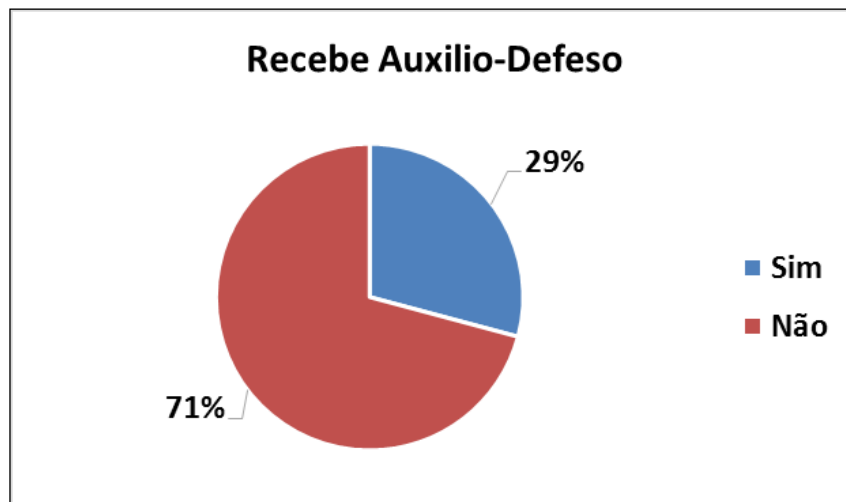


Figura 8.3-764. Recebe Auxílio-Defeso (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(iii) Número total de famílias residentes

De acordo com a aplicação dos questionários, a amostra relativa a comunidade de Passagem dos Teixeiras identificou que das 31 entrevistas, 16 famílias viviam exclusivamente da pesca, enquanto 15

tinham a pesca como atividade secundária. Para a delimitação dessas classificações considerou-se que, a existência de que, se pelo menos um membro familiar possuísse renda não vinculada a atividade pesqueira, seria condição para que a pesca não fosse a principal forma de sobrevivência (ver Tabela 8.3-63)

Tabela 8.3-63. Famílias que vivem exclusivamente da pesca e as que tem a atividade como secundária de acordo com a aplicação dos questionários. (Fonte: Bourscheid, 2014.)

Comunidade (AID)	Famílias que vivem exclusivamente da pesca pela aplicação dos questionários	Famílias que tem a pesca como atividade secundária pela aplicação dos questionários
Passagem dos Teixeiras	15	16

(iv) Principais ecossistemas acessados para subsistência, outras atividades produtivas e de lazer das comunidades

A realização de outra atividade durante o período do defeso para quem recebia o benefício era praticada por 47% dos entrevistados. Segundo a pesquisa de campo, isso se traduzia na continuidade do trabalho voltado para a pesca artesanal, onde 66,7% indicaram mariscar e 22,2% à pesca (Figura 8.3-765 e Figura 8.3-766).

A última parte da aplicação dos questionários foi voltada para os aspectos da relação com os empreendimentos existentes na região da Baía de Aratu e possíveis conflitos que impactaram a atividade daqueles que vivem da pesca artesanal em Passagem dos Teixeiras.



Figura 8.3-765. Durante o defeso, realiza outra atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

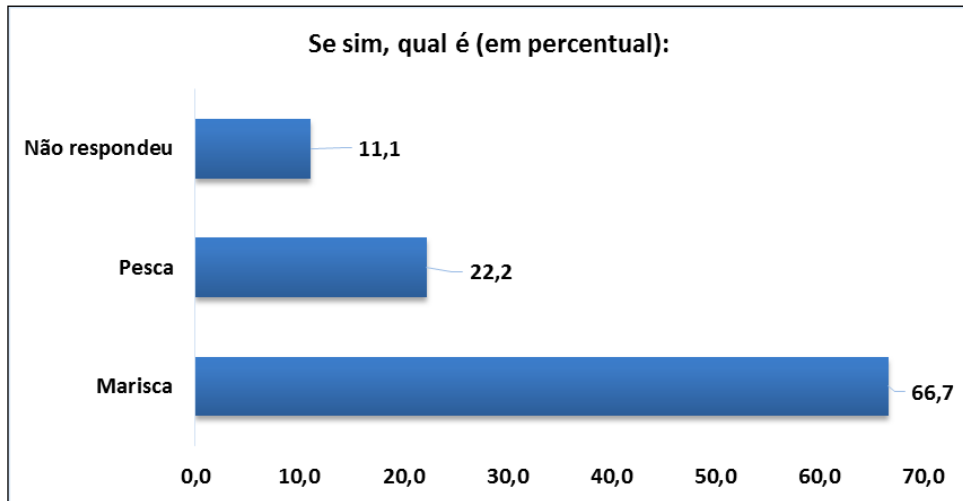


Figura 8.3-766. Se sim, qual é (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O principal mecanismo de lazer desenvolvido pelos entrevistados está associado às programações televisivas para 26%. Os eventos religiosos vêm em segundo lugar com 21% das preferências, seguido pelas visitas aos amigos e familiares com 20% do total. O lazer também é desenvolvido junto ao comércio local ou espaços como bares e clubes. Essa categoria alcançou 9% das respostas (Figura 8.3-767).

Sobre as opções de lazer para os pescadores artesanais de Passagem dos Teixeiras, 64% informaram que o lazer é desenvolvido na própria comunidade, enquanto 31% o fazem em outro município. A prática do lazer em outros distritos ou comunidades de Candeias é praticada por apenas 5% do total de entrevistados (Figura 8.3-768).

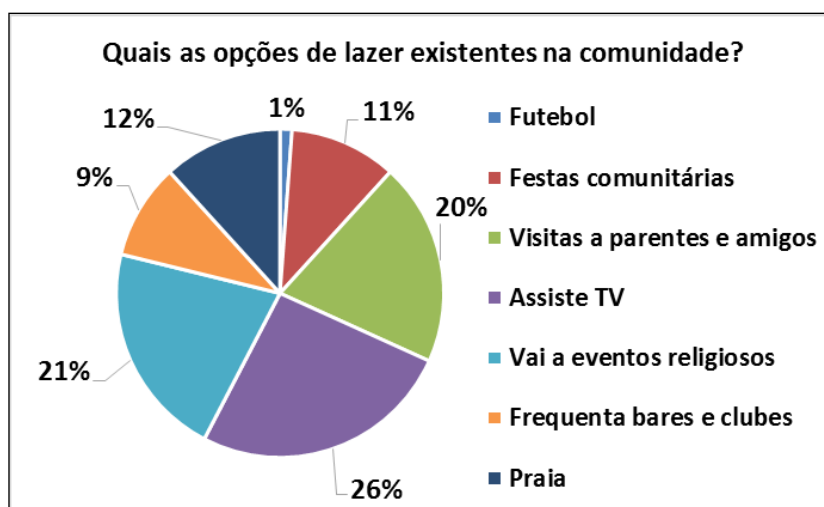


Figura 8.3-767. Quais as opções de lazer existentes na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

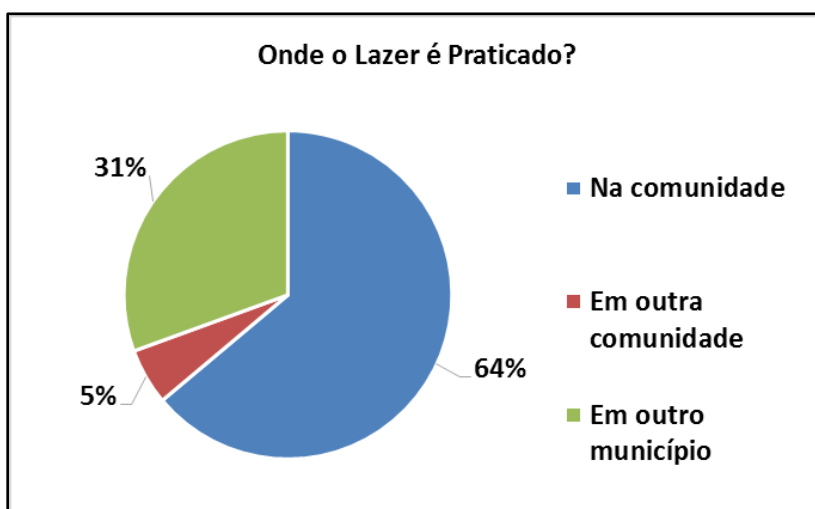


Figura 8.3-768. Onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O lazer quando desenvolvido em outros municípios, Salvador é o principal destino com 91% (Figura 8.3-769). Quando a prática é realizada no município pesquisado (Candeias), destacam-se as comunidades de Bom Jesus e Boca do Rio, onde está localizada a Prainha (ADA) (Figura 8.3-770).

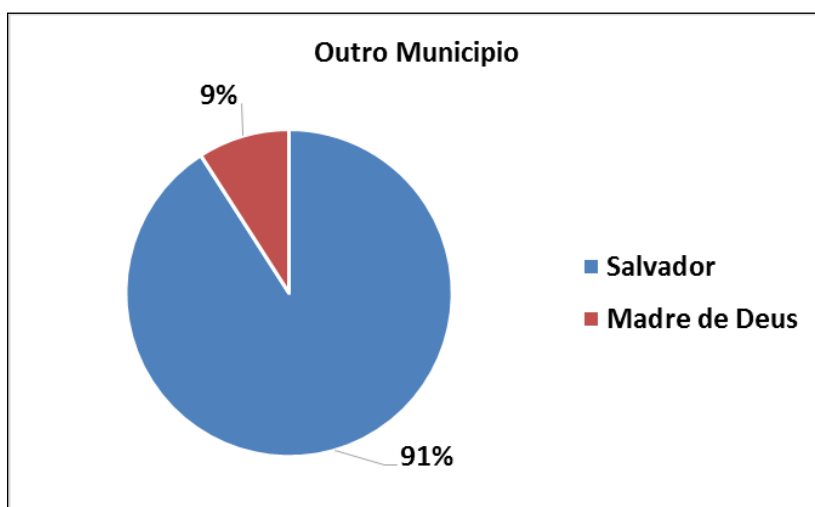


Figura 8.3-769. Municípios onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

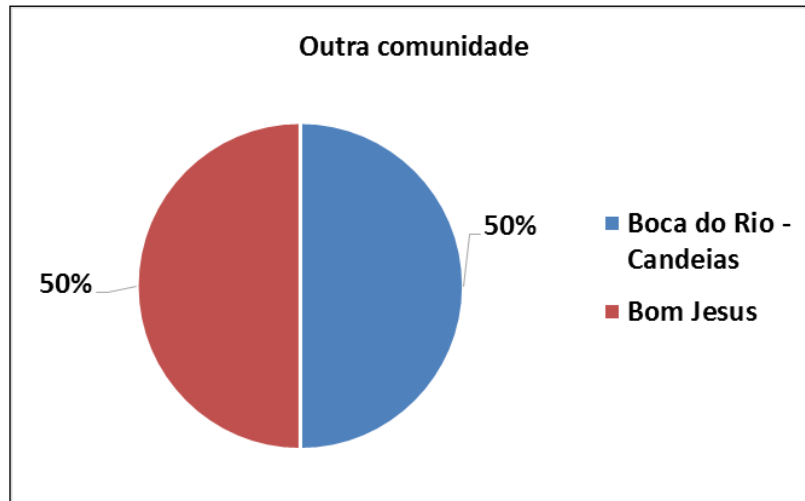


Figura 8.3-770. Outra comunidade onde o lazer é praticado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(v) Numero médio de integrantes das famílias

Em relação aos demais integrantes da família dos entrevistados em Passagem dos Teixeiras, o trabalho de campo mostrou que havia um relativo equilíbrio de gêneros, sendo 49% compostos por mulheres e os demais 51% de homens (Figura 8.3-771).

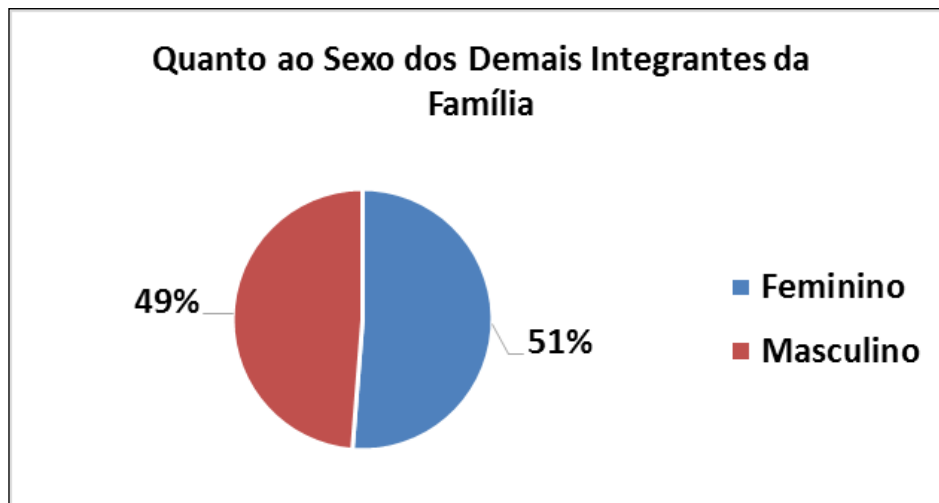


Figura 8.3-771. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto à idade, a aplicação amostral de questionário junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras, resultou na seguinte condição (Figura 8.3-772): A classe com maior percentual de pessoas era aquela que concentrava a faixa etária entre 19 a 30 anos de idade, ou seja, 19,3%. Logo a seguir, com 17,6%, os membros das famílias com idade entre 11 a 18 anos. O percentual de pessoas com idade até 18 anos atingiu um total de 40,3% da população pesquisada.

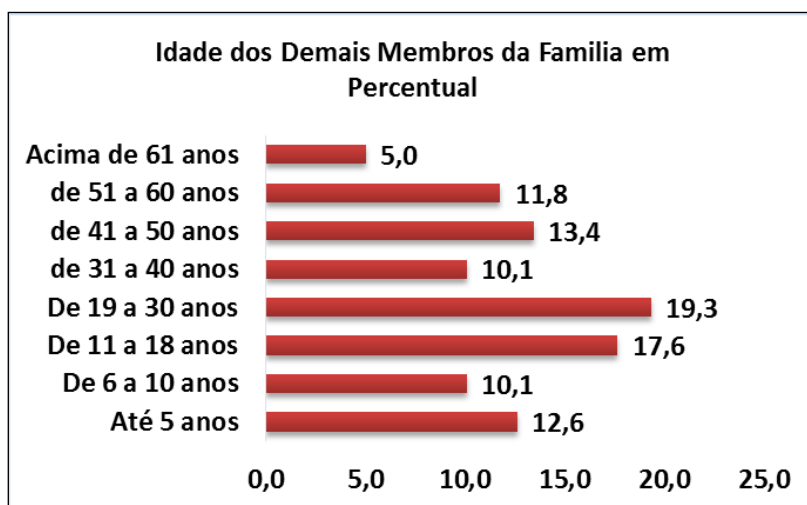


Figura 8.3-772. Quanto ao sexo dos demais integrantes da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Em relação ao chefe da família, os demais membros das famílias entrevistadas em Passagem dos Teixeiras, eram 33,6% de filhos ou filhas. Os esposos, esposas, companheiros ou companheiras alcançaram 19,3% do total (Figura 8.3-773). Predominava dentro das famílias de pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras, o estado civil de solteiro/solteira, com 57%. Aqueles que eram considerados legalmente casados atingiam 12% do total. Mais de 20% dos demais membros da família dos pescadores que responderam à pesquisa eram considerados amigos, ou seja, detinham uma relação estável, mas não reconhecida legalmente. Os viúvos (as) e os separados judicialmente registraram apenas 3% do total (Figura 8.3-774).

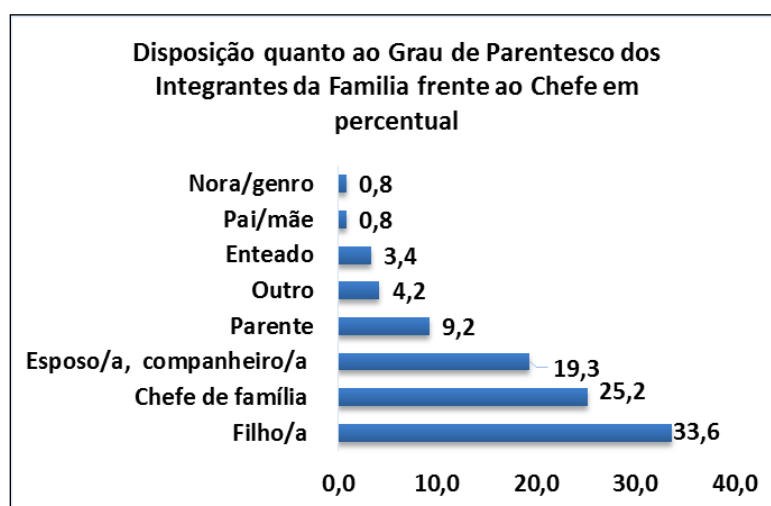


Figura 8.3-773. Disposição quanto ao grau de parentesco dos integrantes da família frente ao chefe em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

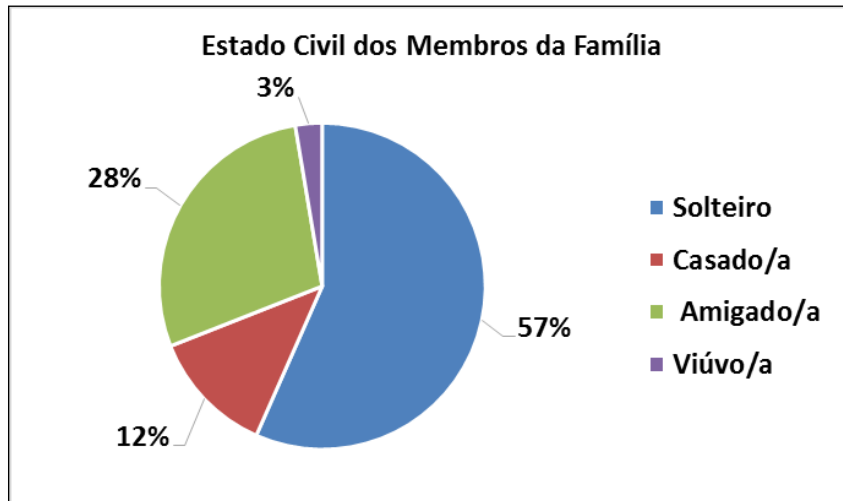


Figura 8.3-774. Estado civil dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Durante o trabalho de campo foi analisada a situação ocupacional dos membros da família do pescador ou pescadora de Passagem dos Teixeiras. Nota-se na Figura 8.3-775 que a formalização do trabalho alcança um total de 9,6% da população, ou seja, aqueles que possuem emprego com carteira assinada.

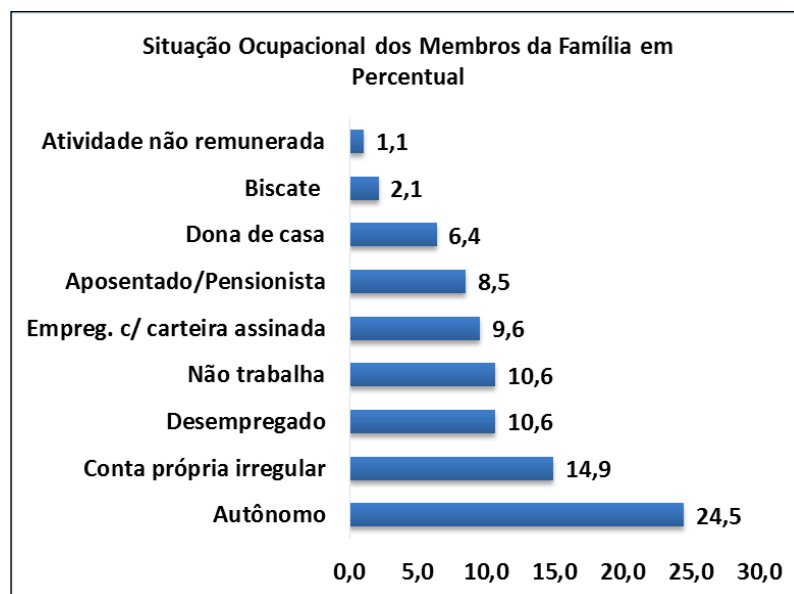


Figura 8.3-775. Situação ocupacional dos membros da família em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

As pessoas sem ocupação e que não estavam à procura de emprego (Não Trabalha), era de 10,6% do total. Os desempregados, ou seja, aqueles que estavam à procura de trabalho nos últimos 30 dias totalizaram também 10,6%.

Os aposentados e/ou pensionistas representaram 8,5% do universo dos membros familiares. Aqueles classificados como conta própria irregular, alcançaram 14,9%. Quanto ao local de desenvolvimento da atividade, o trabalho de campo realizado junto aos pescadores/pescadoras de Passagem dos Teixeiras identificou que, dos familiares que eram considerados autônomos ou conta própria irregular, 77% desenvolviam sua atividade no próprio domicílio. Apenas 13% desenvolviam na rua (Figura 8.3-776).

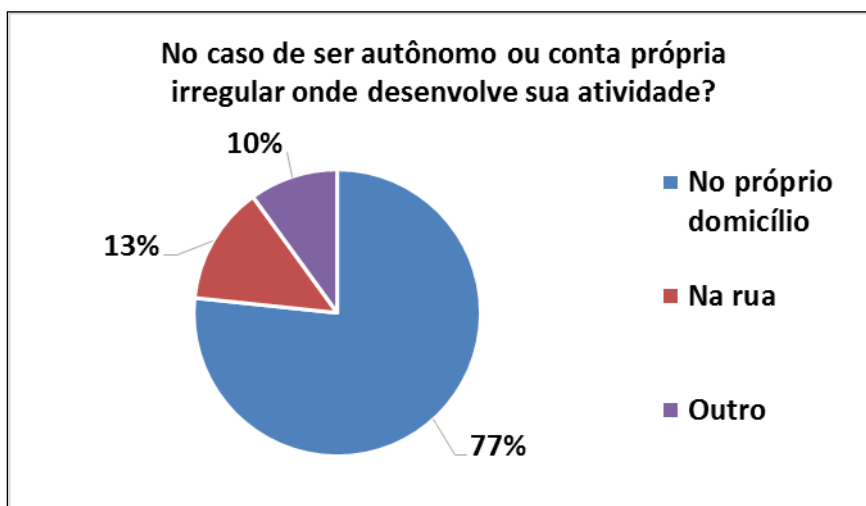


Figura 8.3-776. No caso de ser autônomo ou conta própria irregular onde desenvolve sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A aplicação dos questionários mostrou a existência de outros tipos de profissionais entre os membros das famílias de pescadores que foram visitadas durante o trabalho de campo. Dentre elas Soldador, Armador, Carpinteiro, Lixador, entre outras. Aquele cuja profissão era denominada de Ajudante respondeu por 20,7% do total de profissões. Em segundo lugar, destacavam-se aquelas pessoas com a profissão de Marisqueiras, cujo percentual representava 13,8% (Figura 8.3-777).

Quanto à ocupação exercida no período da pesquisa pelos membros familiares, os maiores destaques eram aqueles ligados justamente a atividade da pesca artesanal. No âmbito desse grupo, 47,9% dos membros familiares estavam ligados a esse tipo de atividade. O grupo de estudantes representava 28,2% e as donas de casa, 7,0% dos membros das famílias (Figura 8.3-778).

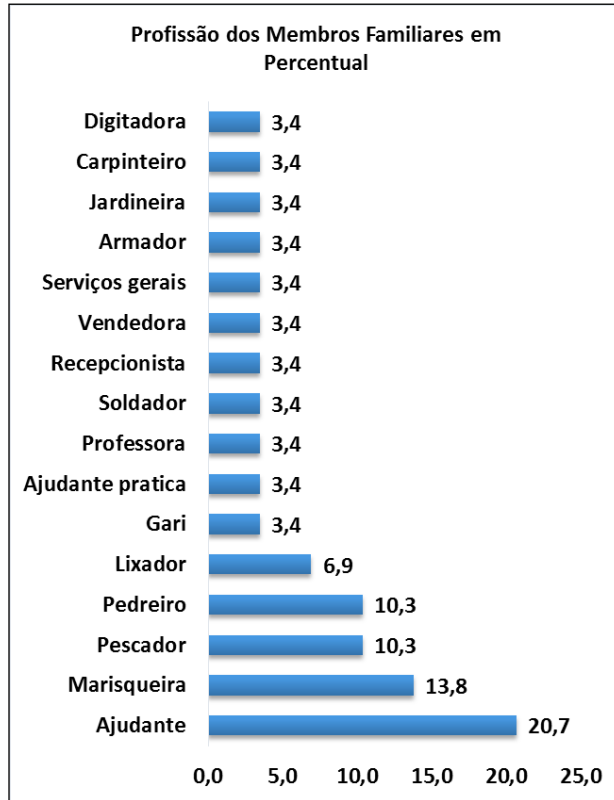


Figura 8.3-777. Profissão dos membros familiares em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

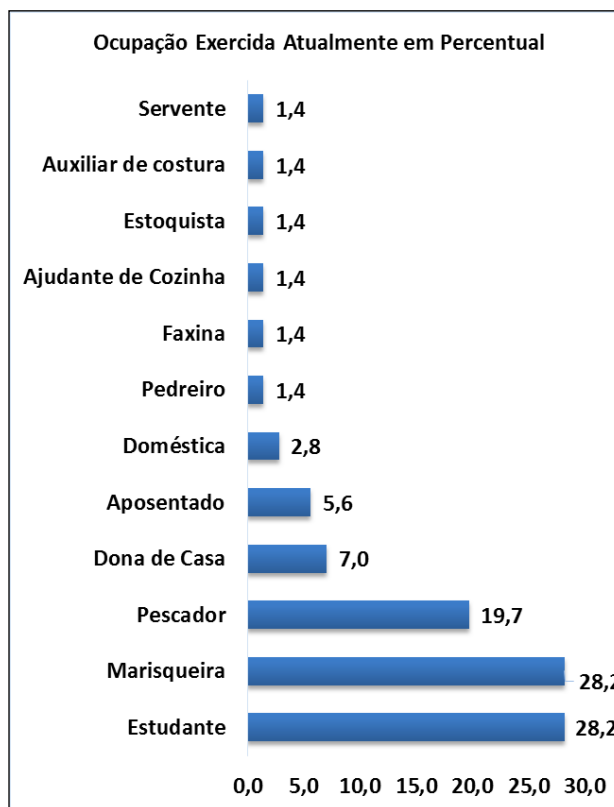


Figura 8.3-778. Ocupação exercida atualmente em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre o local de trabalho daqueles que desenvolviam atividades remuneradas, as residências eram os principais locais para 60%. A empresa privada representou apenas 5%, enquanto a empresa pública, normalmente ligada ao poder público municipal, também alcançou um patamar um pouco mais elevado de 11%. O trabalho desenvolvido na casa de particulares não ultrapassava os 12% (Figura 8.3-779).

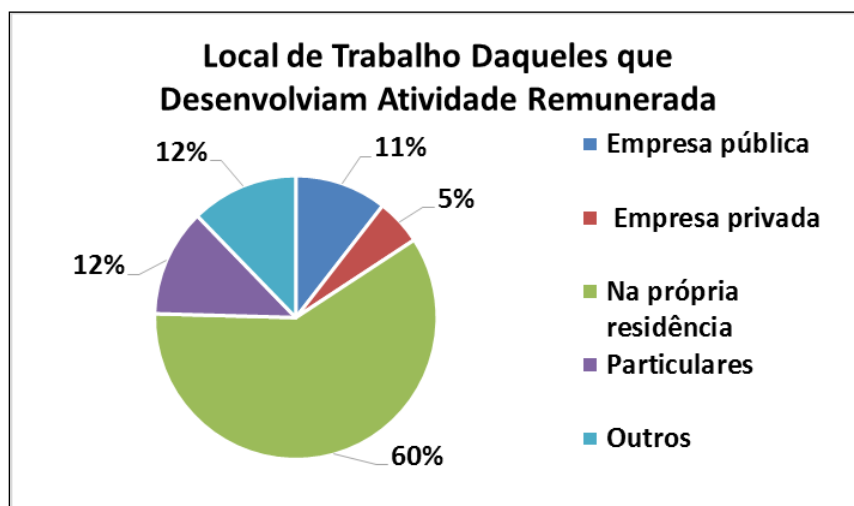


Figura 8.3-779. Local de trabalho daqueles que desenvolviam atividade remunerada (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto aos rendimentos oriundos da ocupação principal desenvolvida pelos membros familiares das residências pesquisadas em Passagem dos Teixeiras, 36% recebiam até meio salário mínimo, 27% de meio salário até 1 salário mínimo e 23% recebiam até dois salários mínimos. O grau mais elevado de rendimento, ou seja, acima de 3 salários representava apenas 7% (Figura 8.3-780).

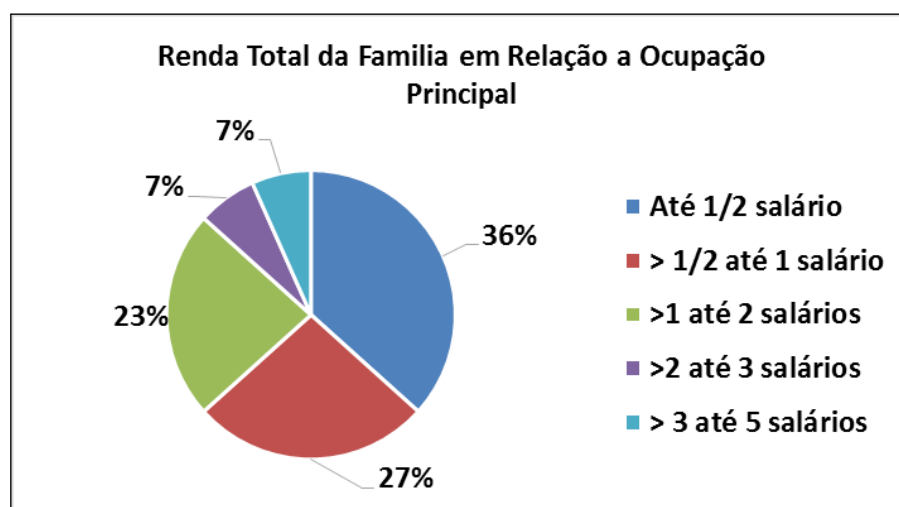


Figura 8.3-780. Renda total da família em relação a ocupação principal (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre a existência de uma outra fonte de renda na família, os que declararam sim quanto ao recebimento, o Bolsa Família estava presente em 81% das situações. A pensão e o seguro desemprego juntos somavam 15% (Figura 8.3-779). Essas rendas secundárias também apresentavam baixos valores no âmbito geral. Somando as classes até 1 salário mínimo, esse percentual englobava 89% daqueles que possuíam outra fonte de renda (Figura 8.3-782).

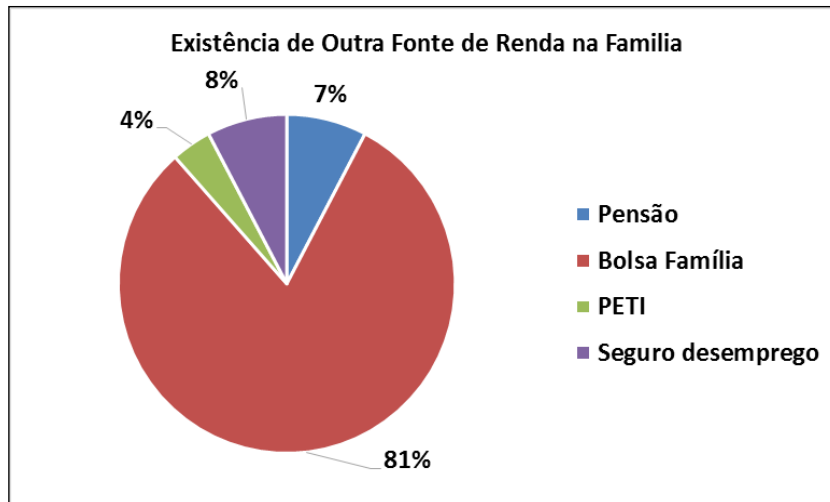


Figura 8.3-781. Para os que declararam a existência de outra fonte de renda na família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

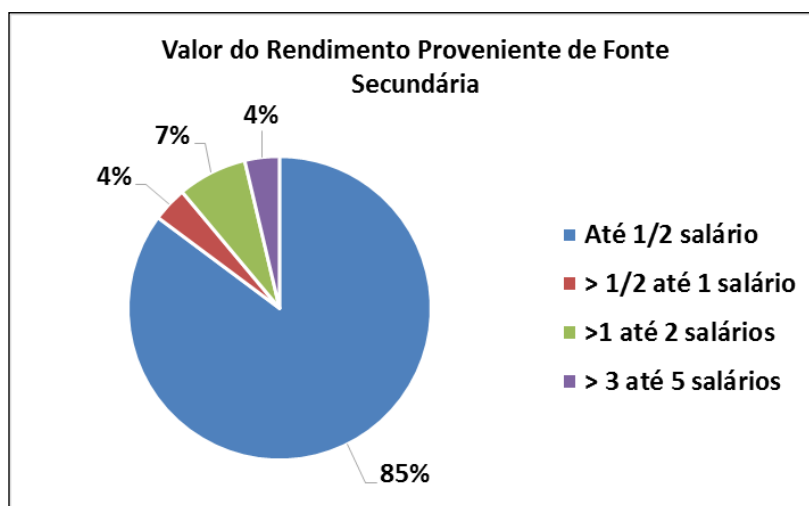


Figura 8.3-782. Valor do rendimento proveniente de fonte secundária (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(vi) Infraestrutura e serviços básicos de saúde, educação, cultura e transporte na comunidade

Em Passagem dos Teixeiras, a população local conta com a estrutura de uma Unidade Saúde da Família, conforme descrição abaixo (ver Figura 8.3-783). Na educação, 4 unidades escolares estavam presentes na comunidade, atendendo a época da pesquisa, um total de 628 pessoas entre crianças e adultos (ver Tabela 8.3-64). Quanto ao transporte, o atendimento se dá basicamente por linhas complementares de ônibus ligando a comunidade a sede municipal de Candeias e os demais distritos. Como esse distrito encontra-se as margens da BR-324, as linhas intermunicipais permitem a ligação dos residentes com outras cidades como Simões Filho e a capital, Salvador.

Identificação				
CADASTRADO NO CNES EM: 15/8/2005 ULTIMA ATUALIZAÇÃO EM: 10/4/2014				
Nome:		CNES:	CNPJ:	
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA PASSAGEM DOS TEIXEIRAS		3517136		
Nome Empresarial:		CPF:	Personalidade:	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS		--	JURÍDICA	
Logradouro:		Número:		
RUA DA CACHOEIRA		S/N		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:	UF:
	PASS DOS TEIXEIRAS	43813300	CANDEIAS	BA
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Esfere Administrativa:	Gestão:	
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA		MUNICIPAL	MUNICIPAL	
Natureza da Organização:		Dependência:		
ADMINISTRACAO DIRETA DA SAUDE (MS,SES e SMS)		MANTIDA		
PROFISSIONAIS SUS				
Médicos		1		
Outros		12		
PROFISSIONAIS NÃO SUS				
Total		0		
Atendimento Prestado				
Tipo de Atendimento:		Convênio:		
AMBULATORIAL		SUS		
Fluxo de Clientela:				
ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA				
Leitos				
Estabelecimento não possui Leitos Cadastrados				
Equipamentos				
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA				
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:	
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM	
Resíduos/Rejeitos				
Coleta Seletiva de Rejeito:				
RESIDUOS BIOLOGICOS				
Instalações Físicas para Assistência				
AMBULATORIAL				
Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:		

CLINICAS BASICAS	1	0	
ODONTOLOGIA	1	0	
OUTROS CONSULTORIOS NAO MEDICOS	1	0	
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	1	0	
SALA DE IMUNIZACAO	1	0	
Serviços de Apoio			
Serviço:	Característica:		
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)	PRÓPRIO		
SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	TERCEIRIZADO		
Serviços Especializados			
		Ambulatorial:	Hospitalar:
Cod.:	Serviço:	Característica:	Amb.: SUS: Hosp.: SUS:
101	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	PRÓPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
111	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	PRÓPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
112	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PRÓPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
141	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	PRÓPRIO	NÃO SIM NÃO NÃO
Serviços e Classificação			
Codigo:	Serviço:	Classificação:	Terceiro: CNES:
101 - 002	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE BUCAL MI	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
111 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	DIAGNOSTICO E TRATAMENTO	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
112 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE RISCO HABITUAL	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>
141 - 001	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	NÃO <u>NAO INFORMADO</u>

Figura 8.3-783. Estrutura de saúde em Passagem dos Teixeiras.

Os aspectos de saúde também foram auferidos pela pesquisa, basicamente quanto aos tipos de doenças registrados nos últimos 12 meses na família e se houve a realização de algum exame preventivo por parte do entrevistado (Figura 8.3-784).

Destacavam-se entre o público feminino as enfermidades ligadas a hipertensão e coluna. Essas doenças juntas somaram 62,5% dos casos. Entre o público masculino, a pesquisa também registrou algumas enfermidades, dentre elas ligadas a coluna, inflamação na garganta e problema com varizes.

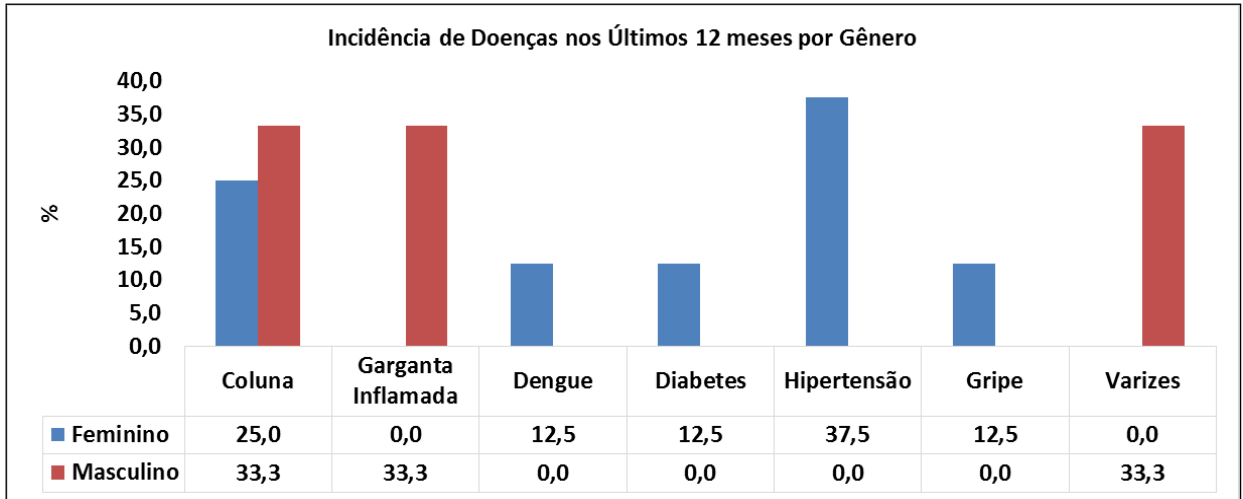


Figura 8.3-784. Incidência de doenças nos últimos 12 meses por gênero (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A realização de exames preventivos é uma ação importante para que se possa tratar adequadamente e com mais eficiência determinados problemas. Dos que responderam positivamente quanto a esse aspecto, o público masculino destacou-se com o índice mais elevado (Figura 8.3-785), ou seja, 66,7% dos homens fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses. Enquanto isso, esse percentual apresentou uma taxa de 64,7% junto ao gênero feminino.

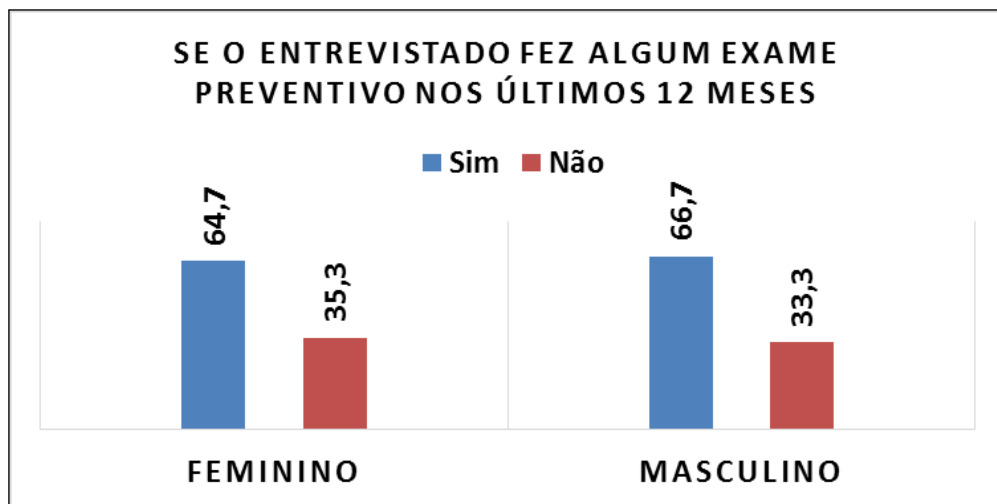


Figura 8.3-785. Se o entrevistado fez algum exame preventivo nos últimos 12 meses (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Tabela 8.3-64. Escolas na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem (Fonte: Data Escola Brasil, 2014).

Comunidade/ Distrito	Tipo de Estabelecimento	Nome da Escola	Educação Infantil	Educação Fundamental	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos	Alunos no Transporte Escolar
Passagem dos Teixeiras	Público	Escola Municipal Alda Adriana Silva Carnauba	133	-	-	-	-
Passagem dos Teixeiras	Público	Escola Municipal Ivonice Costa Sotero	-	216	-	85	10
Passagem dos Teixeiras	Público	Escola Municipal Pe Manoel da Nobrega	-	145	-	22	2
Passagem dos Teixeiras	Privada	Escolinha Turma da Monica	27	-	-	-	-

Quanto aos aspectos educacionais, à pesquisa com os pescadores e pescadoras artesanais da Comunidade de Passagem dos Teixeiras e seus familiares mostra um quadro de bastante deficiência. A Figura 8.3-786, produto dos questionários aplicados, apresenta um quadro de taxa de analfabetismo de 7% no total da amostra. O grau de escolaridade mais elevado era o nível médio completo, onde apenas uma parte, 12%, estava nessa categoria. O nível de escolaridade mais representativo na amostra era o nível fundamental incompleto, com 33% do total, seguido do nível médio incompleto com 23%.

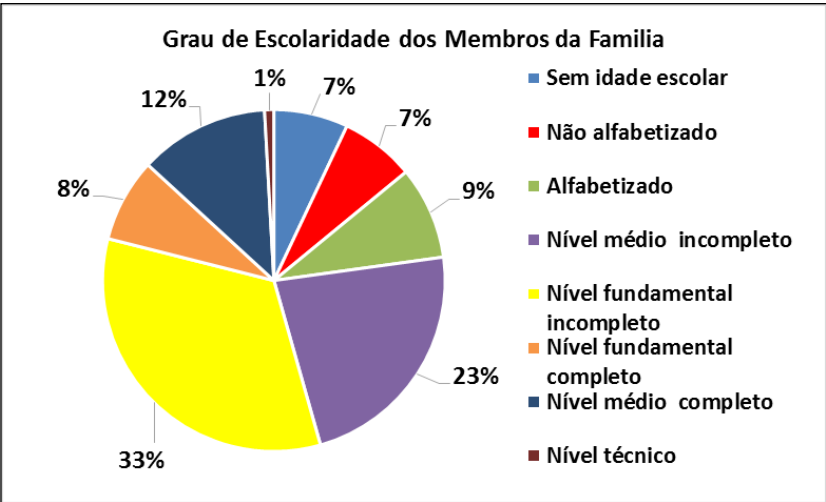


Figura 8.3-786. Grau de escolaridade dos membros da família (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A pesquisa averiguou qual o percentual de pessoas que constituem a família dos pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras, que ainda estão estudando. Do total, 46% ainda encontravam-se com frequência escolar (Figura 8.3-787).

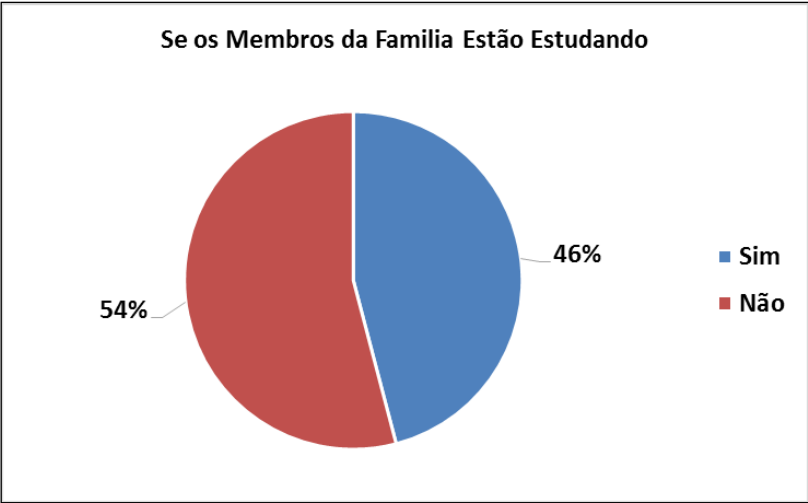


Figura 8.3-787. Se os membros da família estão estudando (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(vii) Moradia e situação fundiária;

Para os aspectos de moradia, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras, identificou que 90% das residências dos entrevistados eram próprias. As residências cedidas representaram 10% do total (Figura 8.3-788).

As residências eram praticamente unifamiliares, ou seja, 97% do total (Figura 8.3-789). Quanto às características físicas das residências, a pesquisa junto aos pescadores artesanais de Passagem dos Teixeiras, encontrou que 77% delas eram de alvenaria com reboco e 13% de alvenaria sem reboco. As casas de taipa representaram 3% da amostra (Figura 8.3-790).

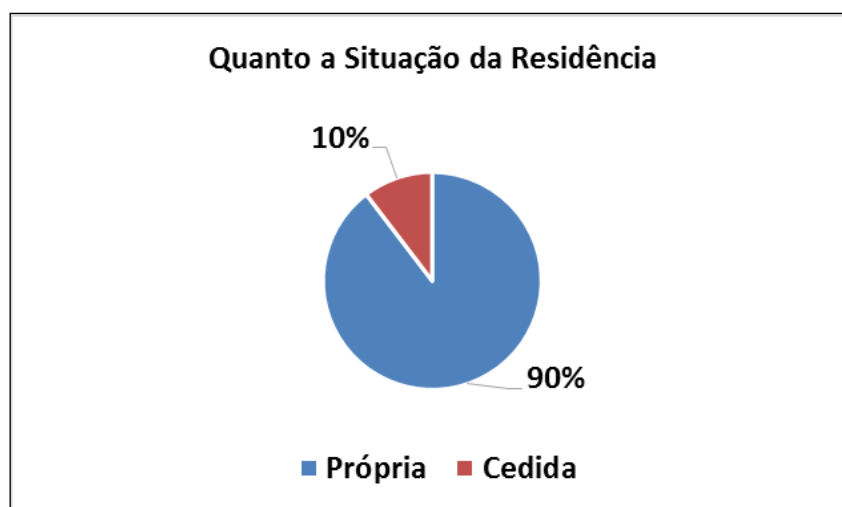


Figura 8.3-788. Quanto a situação da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

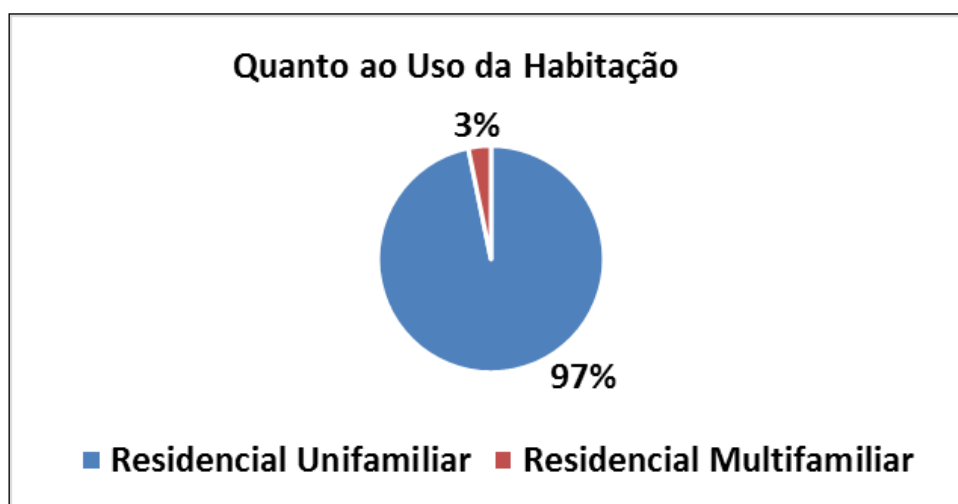


Figura 8.3-789. Quanto ao uso da habitação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

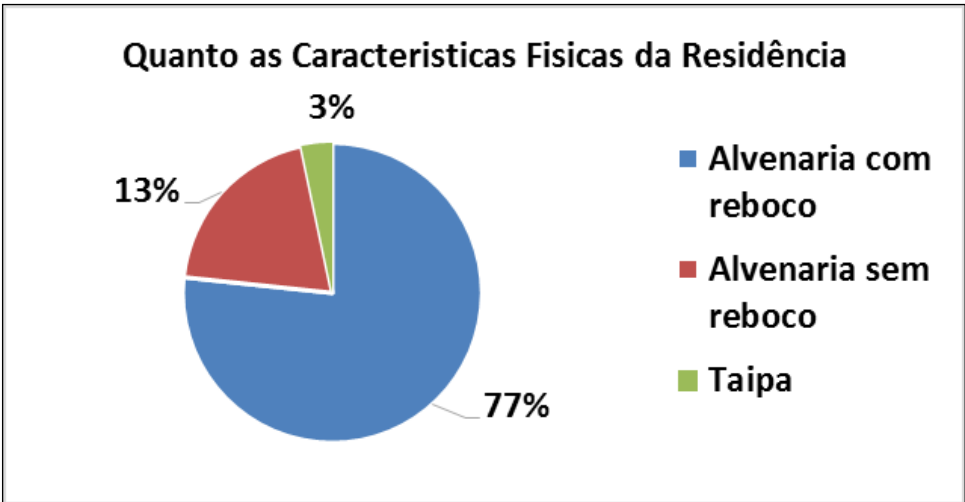


Figura 8.3-790. Quanto as características físicas da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

O número predominante de cômodos nessas residências era de 5 ao todo, segundo a pesquisa, com um registro de 47% da amostra. As casas com apenas 2 cômodos registraram 3%, enquanto aquelas com apenas 1 cômodo totalizaram 3% do total (Figura 8.3-791). Do total de residências de pescadores artesanais visitadas em Passagem dos Teixeiras, 73% contavam com 2 quartos. As casas com apenas 1 quarto alcançaram a taxa de 10% (Figura 8.3-792). As residências com apenas 1 pavimento alcançaram 6% (Figura 8.3-793).

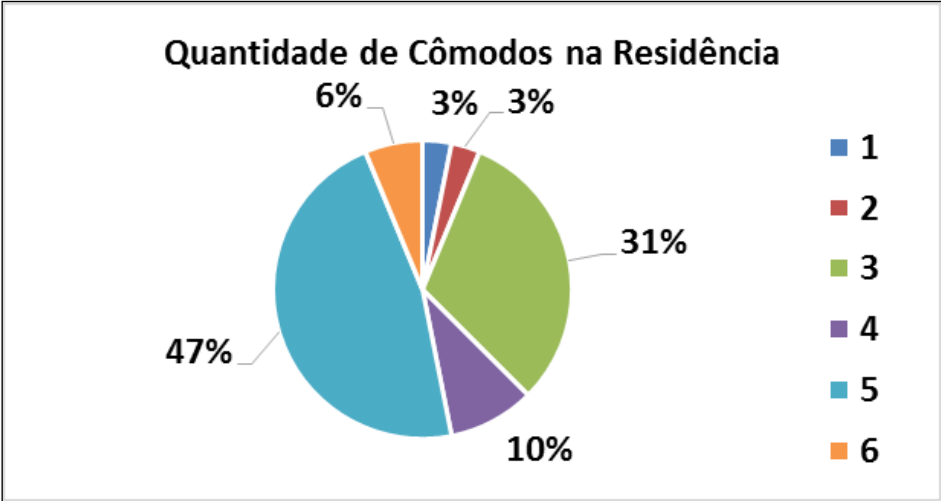


Figura 8.3-791. Quantidade de cômodos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

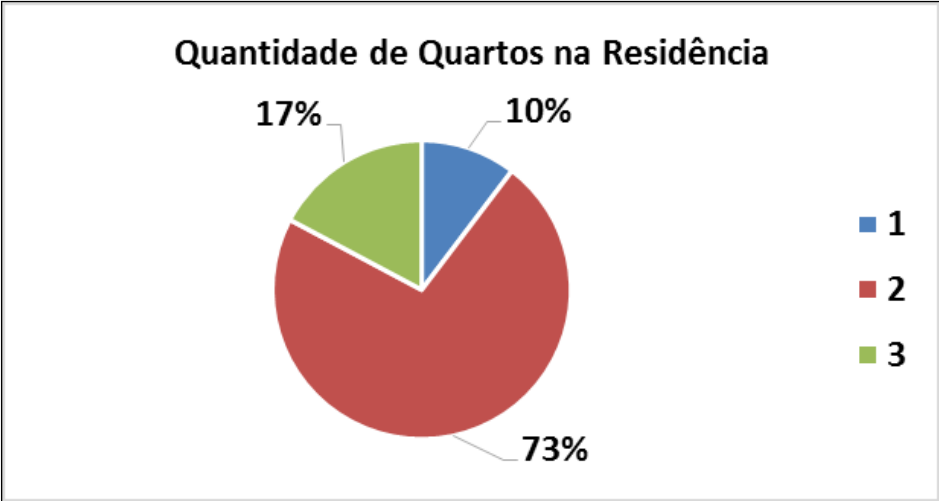


Figura 8.3-792. Quantidade de quartos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

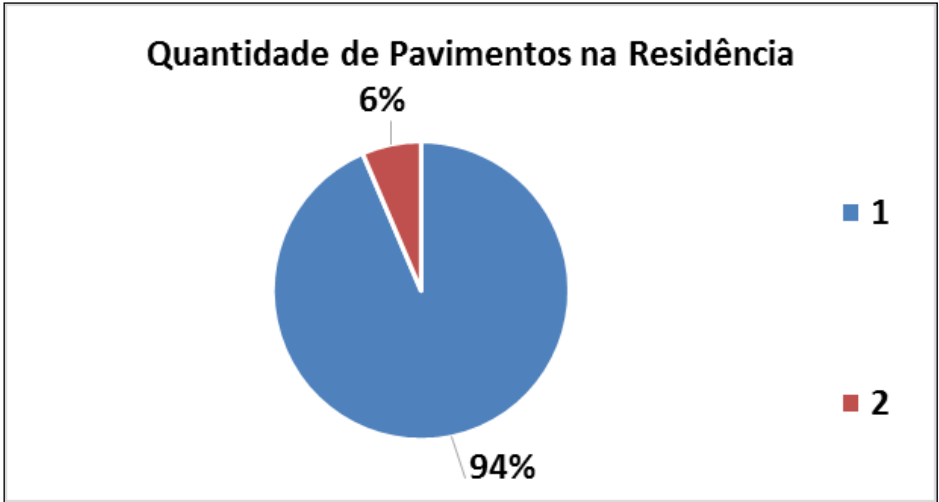


Figura 8.3-793. Quantidade de pavimentos na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A presença de domicílios sem banheiros entre os pescadores e pescadoras artesanais de Passagem dos Teixeiras alcançou 2% do total. Em 92% das residências havia a presença de pelo menos 1 sanitário. Quanto à localização dos sanitários, 90% estavam dentro das respectivas residências (Figura 8.3-794 e Figura 8.3-795).



Figura 8.3-794. Quantidade de sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-795. Localização dos sanitários na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(viii) Infraestrutura básica de saneamento, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica

Sobre o acesso à energia elétrica em Passagem dos Teixeiras, legalmente, 68% das residências possuem o serviço, enquanto os gatos totalizaram 32% do total (Figura 8.3-796). Quanto ao abastecimento de água dessas residências em Passagem dos Teixeiras, 74% das casas possuíam acesso via rede pública (Figura 8.3-797). As ligações irregulares alcançaram 23% do total. Mesmo para as unidades domiciliares pesquisadas que tem acesso a água encanada via rede, a irregularidade é um fator bastante visível nas respostas dos entrevistados (Figura 8.3-798). Para apenas 39% do total, o acesso a água através da rede é diário a qualquer momento do dia. Em 22% das situações o abastecimento ocorre de 2 a 3 vezes por semana.

Aqueles cuja residência tinha o abastecimento da rede pública apenas 1 vez por semana, totalizaram 9%.

Quanto à modalidade de estocagem de água nas residências, em 36%, o armazenamento de água era feito em tanques ou caixas d'água. A utilização de tonéis ou baldes sem tampa representaram 8% da amostra pesquisada. (Figura 8.3-799).

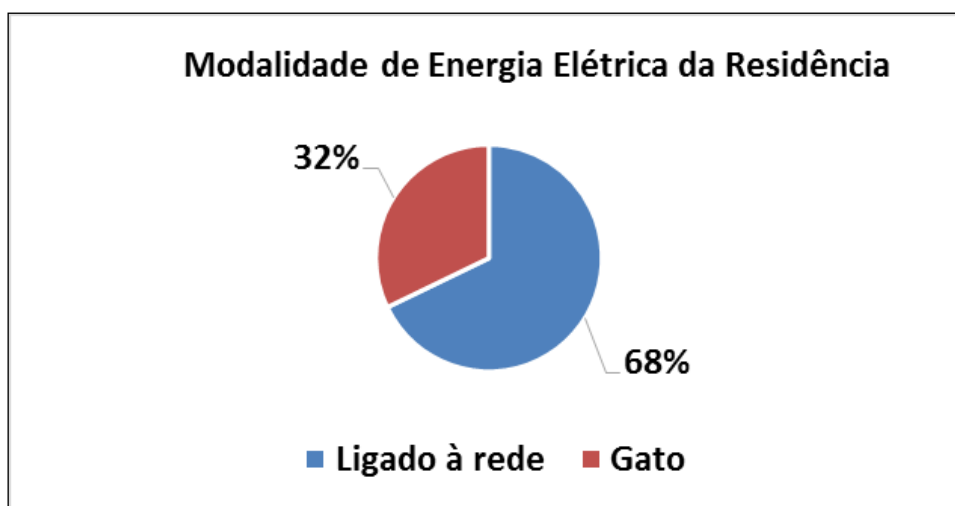


Figura 8.3-796. Modalidade de energia elétrica da residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

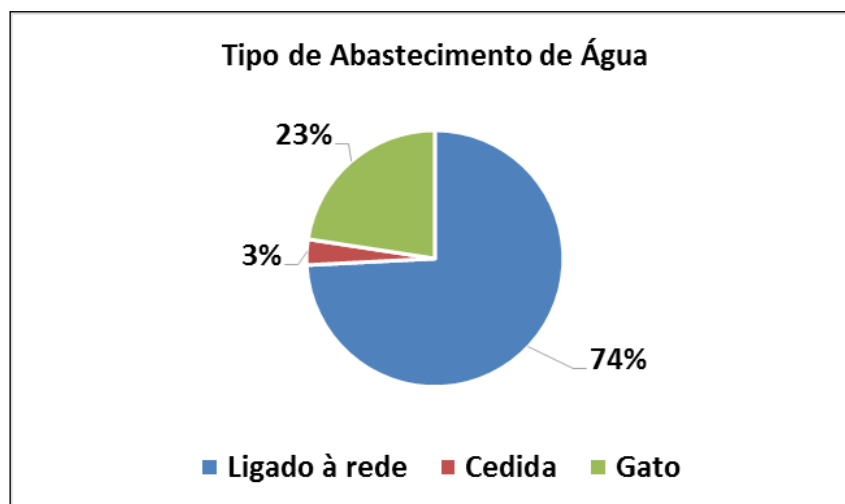


Figura 8.3-797. Tipo de abastecimento de água (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

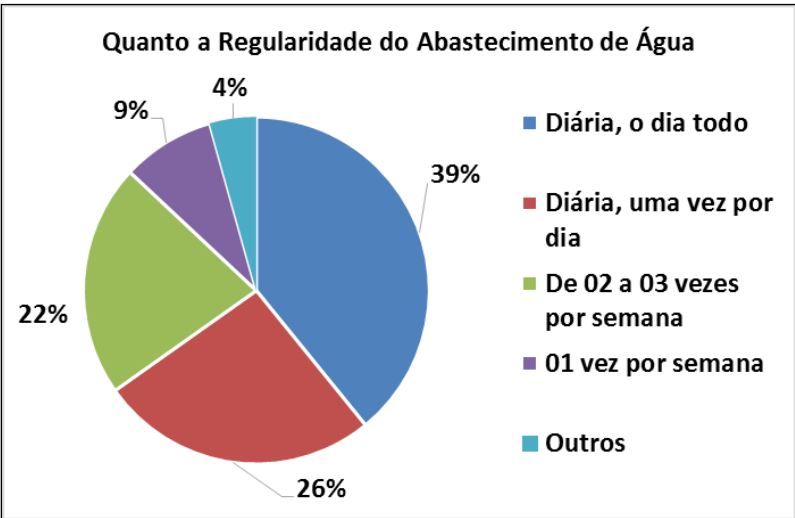


Figura 8.3-798. Quanto a regularidade do abastecimento de água via rede pública (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

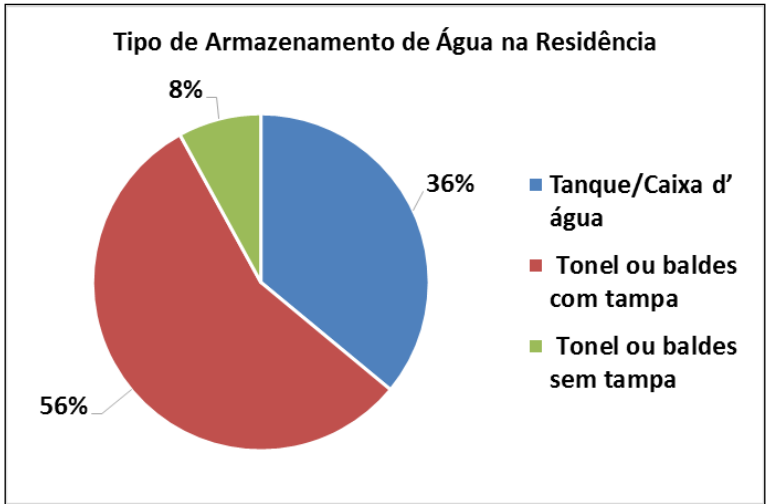


Figura 8.3-799. Tipo de armazenamento de água na residência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A disposição dos resíduos sólidos nas residências dos pescadores artesanais de Passagem dos Teixeiras encontra quadro insatisfatório nas suas condições. A coleta alcançava, segundo a pesquisa, apenas 47% das residências e ocorria de 2 a 3 vezes por semana. A queima era a principal forma de disposição do lixo para 35% dos entrevistados. A utilização de encostas e córregos próximos a essas residências era o destino final em 3% do total da amostra (Figura 8.3-800 e Figura 8.3-801).

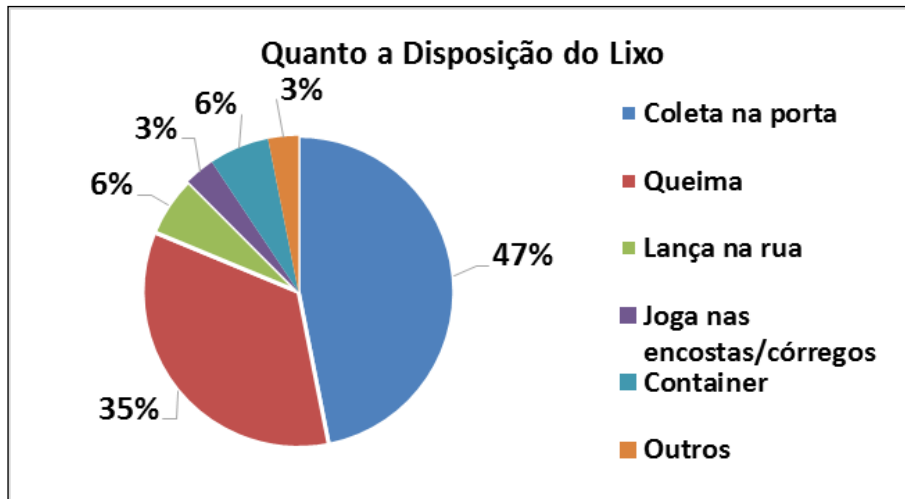


Figura 8.3-800. Quanto à disposição do lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

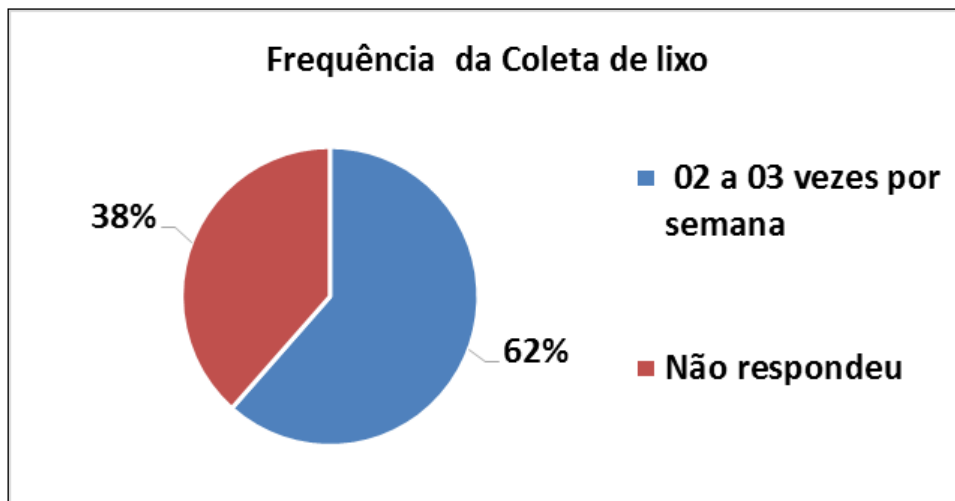


Figura 8.3-801. Frequência da coleta de lixo (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto à disposição final do Esgotamento Sanitário, a fossa artesanal era utilizada em 76,7% das residências (Figura 8.3-802). A ligação à rede em funcionamento totalizou apenas 3,3%.

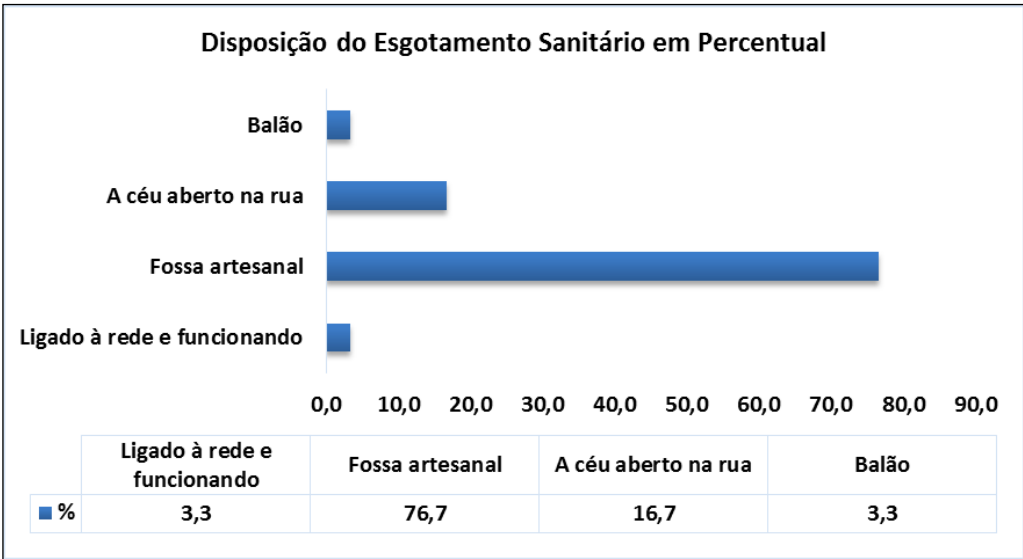


Figura 8.3-802. Disposição do esgotamento sanitário em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

As características das ruas onde os entrevistados residiam eram predominantemente de terra batida segundo 81% das respostas. O asfalto era encontrado em apenas 9% das ruas onde ocorreu o trabalho de campo em Passagem dos Teixeiras (Figura 8.3-803). Segundo 100% dos entrevistados, as ruas onde residiam não possuíam nenhum dispositivo de drenagem. Por fim, o reconhecimento da situação de ruas alagadas pelos entrevistados após a chuva alcançou 51%. A presença de poças após um evento chuvoso estava presente em 34% das respostas (Figura 8.3-804).

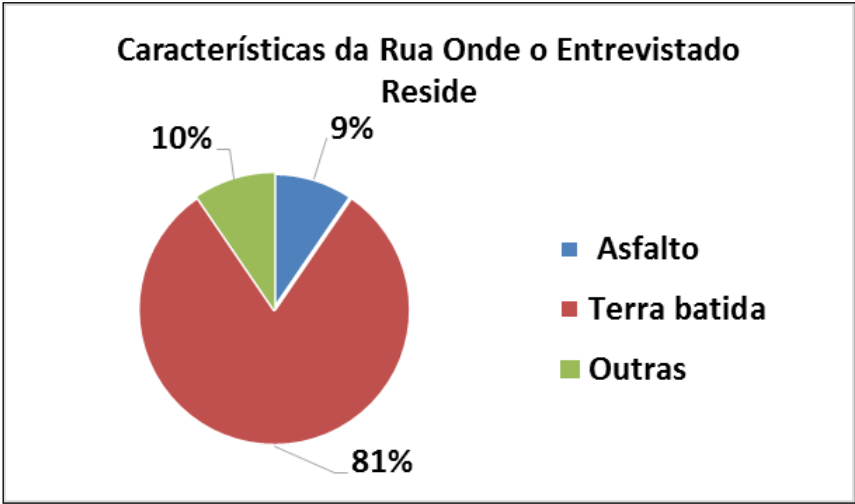


Figura 8.3-803. Características da rua onde o entrevistado reside (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

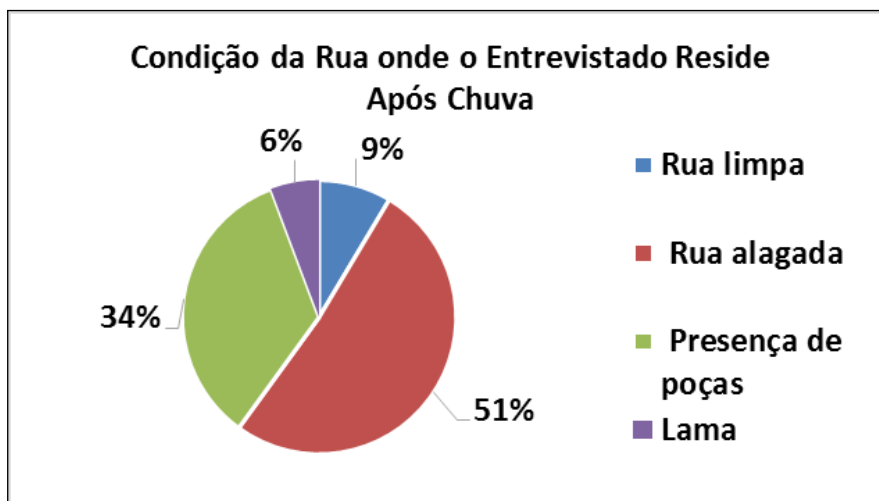


Figura 8.3-804. Condição da rua onde o entrevistado reside após chuva (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(ix) Calendário das principais manifestações culturais existentes;

A principal manifestação cultural de Passagem dos Teixeiras são os festejos da Padroeira Nossa Senhora de Nazaré entre os dias 31 de Agosto a 7 de Setembro. Também são realizadas festas tradicionais como o São João, no mês de Junho (23 e 24). Há também manifestações específicas realizadas por instituições como o terreiro de candomblé Ylê Asé Oyá Tolá da mãe de santo Raidalva Silva Souza dos Santos, como o banquete Olubagé.

(x) Políticas públicas sociais implementadas pelos governos federal, estadual e municipal acessadas pela comunidade;

A principal política pública de acesso entre aqueles que viviam exclusivamente da pesca em Passagem dos Teixeiras era o bolsa família, que atingia uma taxa de 93,7%.

(xi) Pontos de desembarques públicos e privados; acessos às áreas de pesca; e as principais estruturas de apoio à atividade pesqueira presentes no município

O levantamento de campo, com suporte da Colônia de Pescadores de Candeias não identificou nenhuma das estruturas solicitadas pelo TR em Passagem dos Teixeiras. As manutenções de equipamentos ligados a pesca e de propriedade dos pescadores (embarcações, petrechos, conservações da produção) são feitos de forma individual sem a contribuição de estruturas.

(xii) Principais características da frota pesqueira atuante, as artes de pesca utilizadas e os principais recursos explorados

Sobre a posse de embarcação apenas 16% responderam possuírem esse tipo de equipamento (Figura 8.3-805). Para aqueles que detêm uma embarcação, a canoa de remo é a mais popular,

com 80% (Figura 8.3-806). Percebe-se que as embarcações motorizadas ainda estão distantes de muitos dos pescadores artesanais de Passagem dos Teixeiras, com um total de 20%.

De acordo com os pescadores artesanais entrevistados em Passagem dos Teixeiras e que eram possuidores de embarcações, 25% tinham mais do que 6 metros de comprimento (Figura 8.3-807). As demais somaram 75%, cujo comprimento variava, abaixo de 4,3 metros até 6 metros de comprimento. Apesar da enorme vantagem, principalmente quanto a sua durabilidade, as embarcações com casco de fibra de vidro eram apenas 20% (Figura 8.3-808).

As respostas sobre o tipo de motor utilizados nas embarcações de Passagem dos Teixeiras, durante o trabalho de campo, não puderam ser mensuradas pela aplicação dos questionários devido as dificuldades de se encontrar os pescadores proprietários dos barcos disponíveis no momento da pesquisa, já que a motorização nas embarcações abrangia um número muito baixo no total da amostra (5 embarcações).

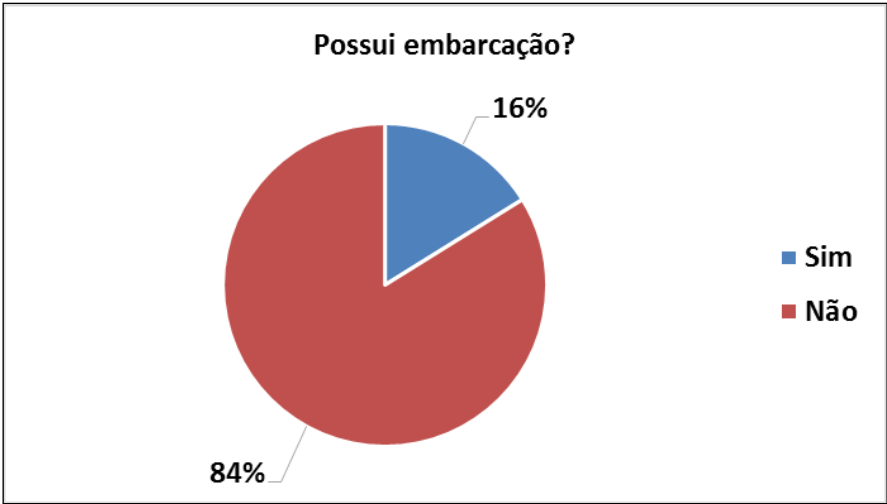


Figura 8.3-805. Possui embarcação? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

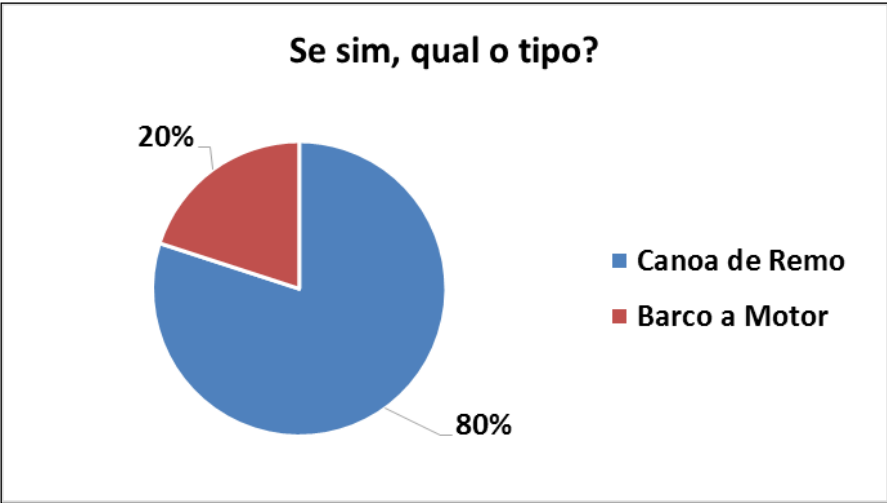


Figura 8.3-806. Se sim, qual o tipo? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

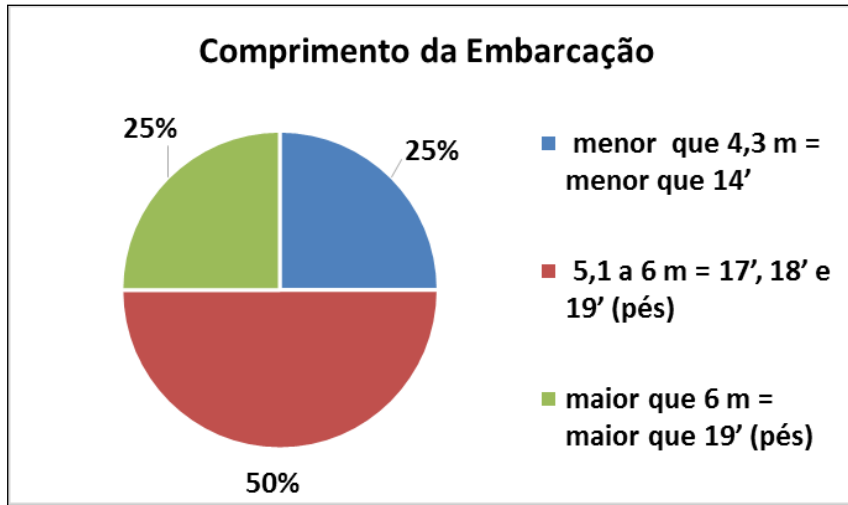


Figura 8.3-807. Comprimento da embarcação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

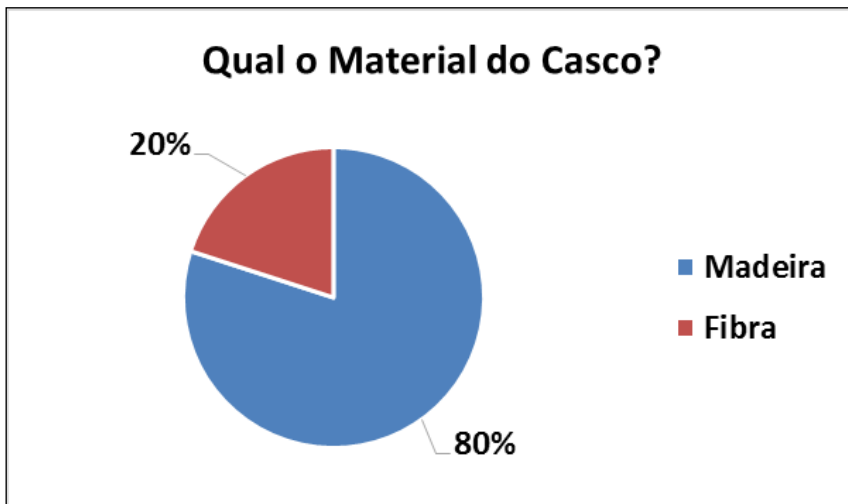


Figura 8.3-808. Qual o material do casco? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A conservação dos pescados obtidos pelos pescadores artesanais da comunidade de Passagem dos Teixeiras era realizada por 90% das pessoas entrevistadas (Figura 8.3-809). Os que responderam quanto à existência da conservação, esta era feita em 100% das situações através do processo de congelamento. Quanto ao local onde era feita à conservação, a residência do pescador e pescadora artesanal, era o local com maior representatividade. Segundo a aplicação dos questionários, esse índice era de 97%. (Figura 8.3-810).

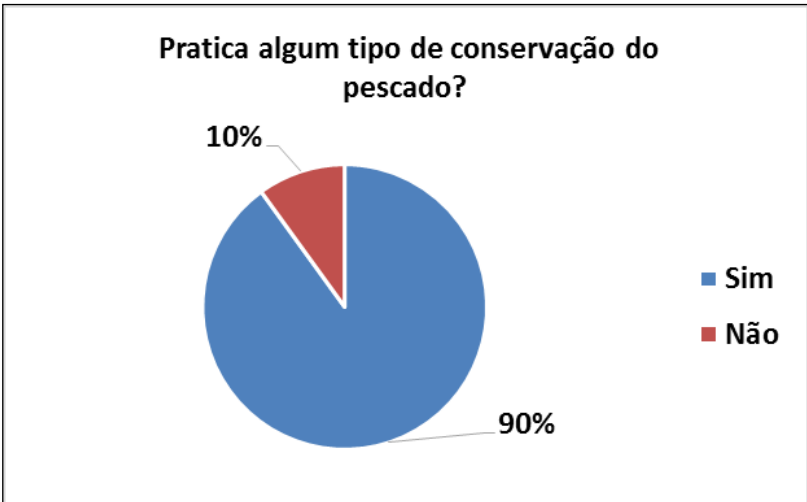


Figura 8.3-809. Pratica algum tipo de conservação do pescado? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

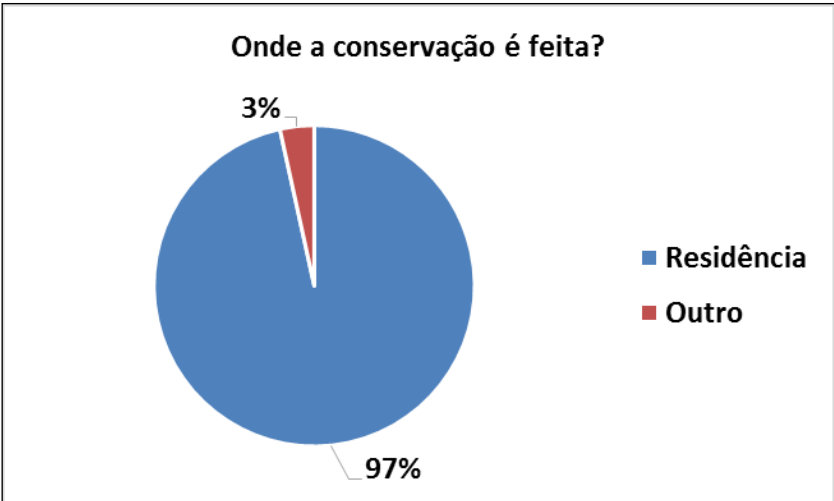


Figura 8.3-810. Onde a conservação é feita? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

(xiii) Relações de propriedade dos meios de produção, formas de partilha, divisão do trabalho e remuneração na pesca artesanal; produção; políticas públicas específicas para a pesca artesanal implementadas pelos governos federal, estadual e municipal; e relação cultural, social e econômica com outras comunidades pesqueiras e outros grupos sociais.

A atividade pesqueira artesanal padece de incentivos que permitam uma melhor condição para quem sobrevive dessa atividade. Isso fica demonstrado na Figura 8.3-811, onde segundo a visão dos entrevistados, 81% informaram não haver incentivo pra atividade. Os que citaram a existência de incentivo (19%), lembraram os programas existentes para aquisição de

embarcações (100% das respostas), mas que funcionam com grande dificuldade e já relatada por outras comunidades pesquisadas.

Sobre o destino da produção dos pescadores artesanais de Passagem dos Teixeiras, a feira livre aparecia como principal opção para 57%, seguida pela venda na residência com 20%. A comercialização fora do município de Candeias foi citada por 3% dos entrevistados (Figura 8.3-812).

Segundo o trabalho de campo em Passagem dos Teixeiras, 52% realizava a pesca artesanal com amigos. A presença de familiares ocorria em 33% dos casos (Figura 8.3-813).

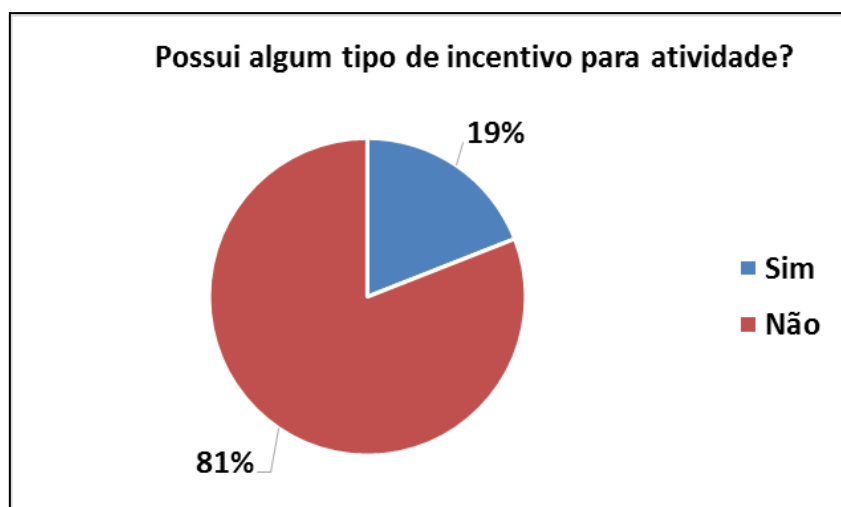


Figura 8.3-811. Possui algum tipo de incentivo para atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

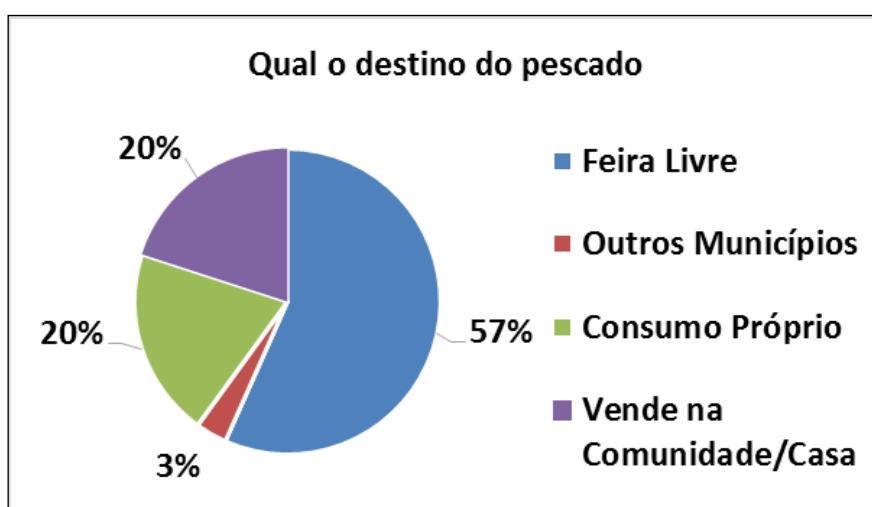


Figura 8.3-812. Qual o destino do pescado (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

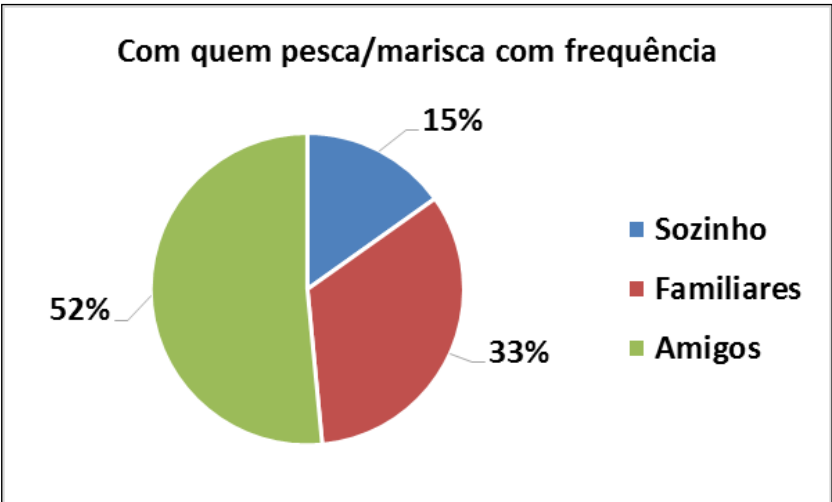


Figura 8.3-813. Com quem pesca/marisca com frequência (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Em 32% dos casos foi apontado a existência de algum tipo de remuneração para as pessoas que participavam do momento da pesca (Figura 8.3-814). Essa remuneração em 100% das respostas estava baseada na partilha do pescado.



Figura 8.3-814. Existe alguma remuneração para essas pessoas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Assim como nas demais comunidades, os rendimentos provenientes da atividade pesqueira com a produção eram considerados baixos. Para aqueles que viviam exclusivamente da pesca, o valor médio final na comunidade de Passagem dos Teixeiras foi de R\$ 239,51.

8.3.9 Uso e Ocupação do Solo

Atualmente, o referido local onde hoje está instalado o Porto de Aratu e deverá ser implementado o píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem, encontra-se zoneado por legislação municipal (através do Plano Diretor Municipal de Candeias), bem como por um projeto de forma que as atividades internas do porto organizado sejam mais bem distribuídas. O chamado Plano de Desenvolvimento e Zoneamento encontra-se disponível no site da CODEBA (Figura 8.3-815) e o mapa do Uso do Solo é apresentado no Apêndice 8.31.

A inserção do Porto de Aratu-Candeias alterou de forma significativa a dinâmica local e regional. Essas alterações de caráter industrial, entretanto, não foram suficientes para suprimir algumas condições que ainda estavam presentes quando da implantação do equipamento. Partindo desse pressuposto, a instalação do Terminal de Uso Privativo da Braskem consequentemente não deverá alterar as atuais formas ambientais pois sua área frente ao Porto de Aratu-Candeias é bastante diminuta.

Mesmo com a presença do Porto de Aratu-Candeias e do futuro píer da Braskem são visualizados nichos onde convivem não só atividades de outros empreendimentos, mas a presença de dinâmicas características do contexto rural, conforme citado a seguir pelo Estudo Ambiental de Regularização do Porto de Aratu-Candeias:

A peculiaridade da área, já mencionada permite a convivência de distintas atividades, que vão desde a presença da Base Naval de Aratu, estaleiro utilizado pela Marinha do Brasil para reparo de embarcações, áreas industriais com a partir da existência de Centros industriais (Camaçari e Aratu), incluindo polos industrial e automotivo, o Porto de Aratu-Candeias e algumas terminais marítimos, a exemplo do terminal da DOW, Moinho Dias Branco, e a área mista de influência urbana e industrial, advindo daí, juntamente com a existência da atividade portuária, com suas rotas de navegação, área de fundeio, pátios de manobra de atracação e desatracação certo conflito com as atividades turísticas e pesqueiras tradicionalmente desenvolvidas na região, pela limitação ou disciplinamento destas atividades nestas regiões.

Dentro de espaço, aqui denominado de área de influência direta do Porto, ainda persistem as atividades predominantemente rurais, a partir da existência de algumas fazendas e sítios, além de manguezais, área de reflorestamento e as grandes manchas representativas da existência das sedes municipais, distritais e povoados assentados na área e inflados pelo

processo recente de mudança do perfil de uso do solo, de atividades rurais e extrativistas, com baixa densidade demográfica, para o padrão atual de crescimento constante e desordenado dos núcleos urbanos existentes na área, que também abriga as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Baía de Todos os Santos e Joanes Ipitanga. (CODEBA, 2012).

As análises sobre as demais características do solo para a AID do píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem levará em consideração os municípios de Candeias, Salvador e Simões Filho.

A região de influência, a partir das décadas de 60 e 70, entrou em acelerado ritmo de urbanização o que culminou em uma forte pressão socioambiental. Diversos segmentos dos municípios analisados, hoje apresentam problemas significativos em condições de esgotamento sanitário, infraestrutura de saúde, educação, transporte, etc. Essas vicissitudes estão bastantes presentes no cotidiano das populações de Passé, Caboto e Passagem dos Teixeiras, ou seja, mais próximas à área portuária do município de Candeias. Os crescimentos desses distritos, visivelmente desordenados, geraram uma condição de ocupação que diferiu da história da região e anteriormente ligados ao espaço rural:

Esse processo, portanto, originou intensas modificações no uso do solo nos municípios da região, com a progressiva substituição da mata nativa por outros tipos de vegetação e um intenso e “irreversível” processo de urbanização, ainda que desordenado, em função das lacunas advindas da não operacionalização de pontos importantes do plano diretor do Centro Industrial de Aratu e dos planos diretores dos municípios integrantes desta área, principalmente de Candeias, Salvador e Simões Filho (CODEBA, 2012).

A existência de empreendimentos de atuação transnacional da área de influência também se tornou gerador de desigualdade econômica local, pois grande parte da mão de obra necessária a essas empresas tem ao seu redor uma população com baixa qualificação de forma geral e que dificilmente consegue ser aproveitada em todas as fases de trabalho da operação dos empreendimentos, criando assim, um quadro de centro-periferia. Delineou-se um formato de geração de desenvolvimento que historicamente não permitiu agregar as condições culturais, históricas e os participantes da região.

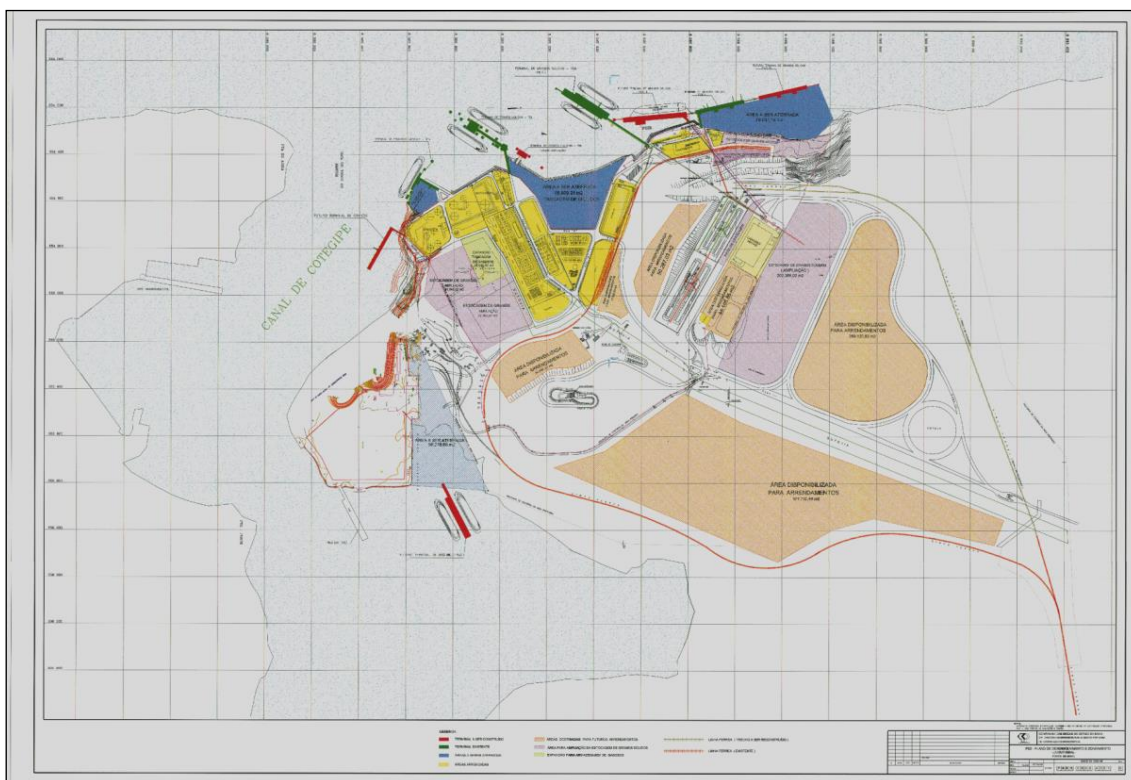


Figura 8.3-815. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Aratu (Fonte: CODEBA, 2013).

Nos últimos 20 anos, a instalação de novas indústrias na área de influência foi consolidada com o surgimento da indústria automobilística (Ford Motor Company) e que agregou mais um terminal marítimo na região, bem como setores químicos personificados pela Dow Química. A ocupação, que na região da Baía de Aratu, passou a priorizar as áreas para utilização do modal marinho para esses empreendimentos, gerou novas rotas de navegação, pois se tornava fundamental a ligação da produção com as áreas de escoamento.

A atração das indústrias para a área de influência em tempo relativamente curto modificou o entorno, aumentando a importância das sedes municipais ao mesmo tempo em que passava a aumentar os adensamentos dos povoados até então isolados, pois o custo da moradia na cidade tornou-se cada vez mais caro.

Essa necessidade de reservar espaços para futuros empreendimentos ou ampliação dos demais existentes e suas respectivas operações considerando a dualidade terra-mar, passou então a gerar sucessivos conflitos entre as estratégias econômicas implantadas e aquelas populações residentes na região. Isso fica bastante evidenciado, quando se observa a influência do zoneamento industrial a cargo da administração da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – SUDIC (Figura 8.3-816).

O píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem poderá exercer novas possibilidades de dinamismo ao espaço onde se concentra a área de influência estimada, isso porque sua presença na área do Porto de Aratu-Candeias relaciona-se com condições importantes para suas operações e que fundamentam as análises: o Polo Petroquímico de Camaçari, o local onde será instalado o futuro píer, no município de Candeias e fornecedores que poderão estar ligados à futura operação do Terminal.

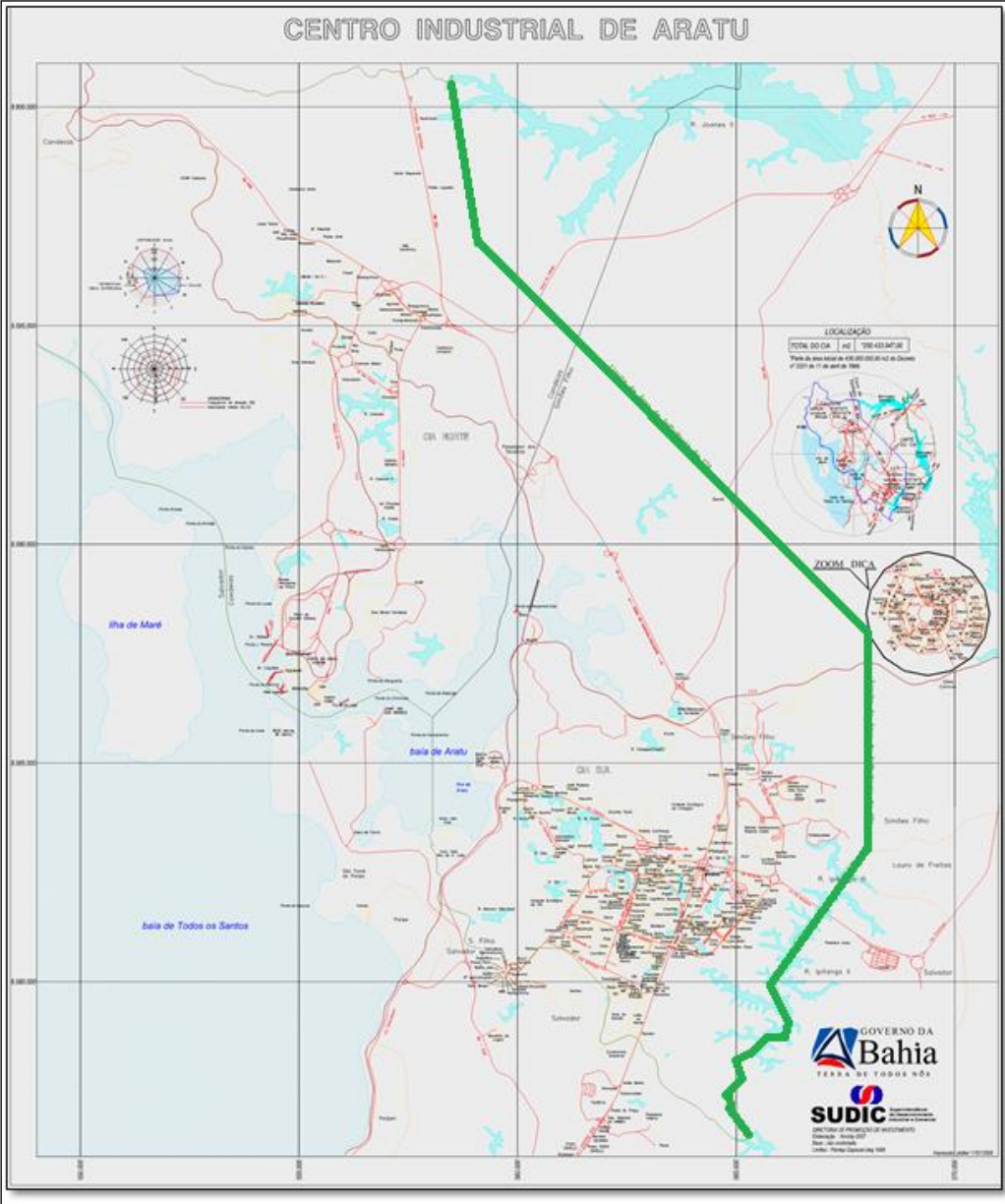


Figura 8.3-816. Área de Influência do Centro Industrial de Aratu – Área Verde (Fonte: SUDIC, 2013).

8.3.9.1 Simões Filho

O uso do solo no município de Simões Filho estava assentado em atividades primárias agricultura e pesca, sendo esta última, muito centralizada nas faixas de manguezais vinculadas a Baía de Aratu a qual o município tem relação (Figura 8.3-817).

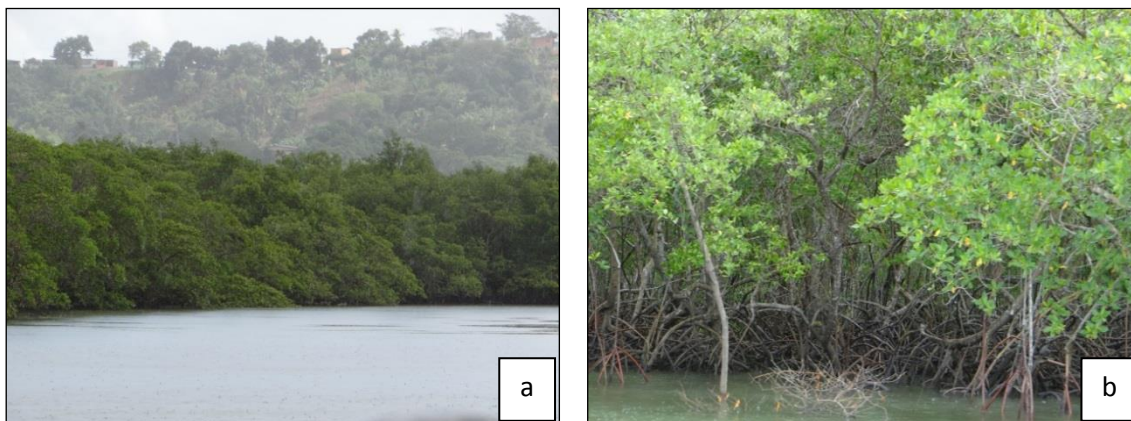


Figura 8.3-817. Áreas de manguezal na Baía de Aratu pertencente ao município de Simões Filho, fotos “a” e “b”(Fonte: Bourscheid, 2014).

A estagnação do município teve grande reviravolta quando ocorreu ainda no século XIX, a implantação da estrada de ferro Bahia – São Francisco, que faria a ligação entre a capital e o município de Alagoinhas. A partir daí a região de Simões Filho ganha novo dinamismo, pois a presença da linha de trem desperta novas possibilidades econômica atinentes ao escoamento de produção que era exclusivamente constituído pelo viés marítimo.

Decorrente da implantação dessa estrada de ferro surgiu a estação de Água Comprida que se tornou o ponto mais relevante na ocupação territorial do município. Apesar disso, permanecia um quadro de centro-periferia em relação a capital do Estado. A segunda e talvez mais importante mudança ocorra com a descoberta de petróleo na região e implantação da BR-324 que altera a matriz de transporte.

O município de Simões Filho surgiu a partir do distrito de Água Comprida que até a década de 60, era uma parcela do território soteropolitano. Sua fundação ocorre em 7 de novembro de 1961 através da Lei nº 1.538 e através da Lei Complementar Federal nº 14 de 1973, o município passou a integrar a denominada Região Metropolitana de Salvador (Figura 8.3-818 e Anexo 14).

Desde a sua fundação e com as políticas estaduais voltadas para a diversificação econômica na região principalmente com forte apelo industrial, Simões Filho tem recebido significativos

investimentos que se elevaram com a criação do Centro Industrial de Aratu – CIA. A interação com a capital faz desse município uma área de transbordamento da metrópole e que contribui para o aumento populacional e de crescimento econômico, muito decorrente das condições de transporte através da BR-324, a conexão com o Porto de Aratu-Candeias a cerca de 16 km e presença da linha férrea administrada atualmente pela Ferrovia Centro Atlântica – FCA.

Tais mudanças a partir da criação do Centro Industrial de Aratu e a influência das novas atividades em desenvolvimento no município de Camaçari foram fatores que passaram a produzir a necessidade de habitações em Simões Filho modificando a ocupação do seu espaço e com problemas semelhantes aos que já foram diagnosticados na análise do uso do solo de Camaçari:

O desenvolvimento econômico marcado pela presença do CIA em seu território e posterior articulação com o Polo Industrial de Camaçari, trouxe para Simões Filho alguns investimentos em habitação, notadamente os conjuntos habitacionais previstos para abrigar trabalhadores destinados ao novo centro industrial. Assim a ocupação tradicional, espontânea e rarefeita, cede lugar aos novos conjuntos habitacionais e no seu vácuo ou interstícios a presença de habitações espontâneas, a exemplo do que aconteceu em Camaçari. Assim, a ocupação urbana em Simões Filho ganhou características próprias de espaços urbanos periféricos, que crescem de forma desordenada sem a devida infraestrutura urbana.

De certa forma esse padrão pode ser observado, ainda que em menor escala, na localidade de Pitanga de Palmares, localidade cortada pelo Canal de Tráfego e BA-093, nas proximidades da represa de Joanes, equipamento do sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana do Salvador, e demarcador da ocupação do solo na área (CODEBA, 2012).

O Plano Diretor Participativo Municipal de Simões Filho sofreu recentemente alteração no ano de 2011 através da Lei nº 865/2011. Essa alterou a antiga Lei nº 724/2006 que tratava do PDPM.

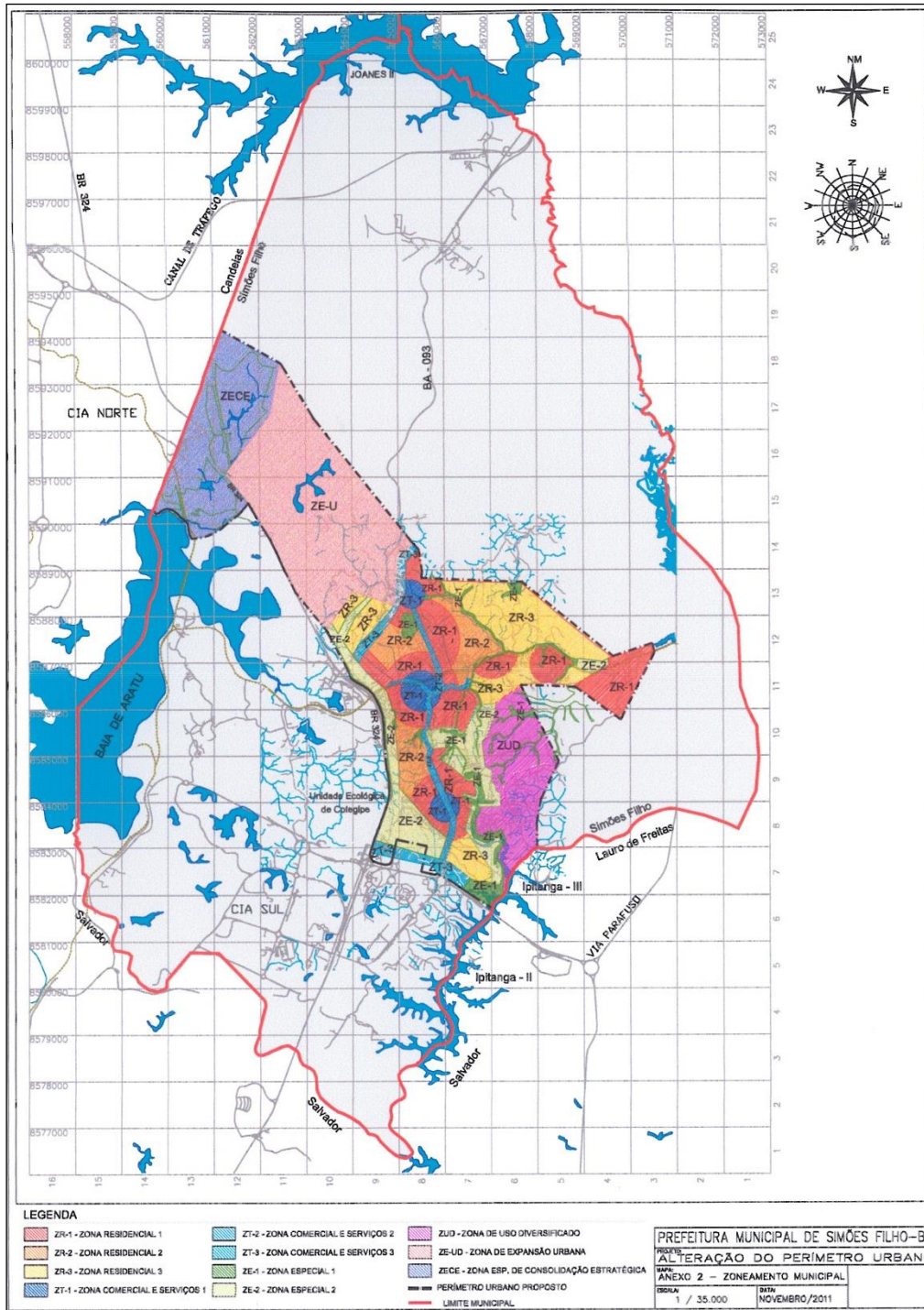


Figura 8.3-818. Mapa com as zonas urbanísticas do município de Simões Filho. Em destaque a ZECE (linha verde) (Fonte: PDMU de Simões Filho, 2014).

Um dos destaques desse novo plano está a criação da Zona Especial de Consolidação Estratégica (ZECE), que segundo o Artigo 1º, inciso I, destaca que “a Zona ora criada terá tratamento urbanístico diferenciado, com parâmetros urbanísticos próprios para efeito de incentivar usos industriais, logísticos, de serviços, institucionais, comerciais e culturais” (Figura 8.3-818). Mais adiante, o artigo 2º, inciso II, diz que o objetivo dessa ZECE é “responder à

demanda por terras, em vista do poder de atração do Complexo Industrial e Portuário de Aratu e as transformações do perfil socioeconômico da população local.”

8.3.9.2 Candeias

A ocupação e crescimento inicial do município estão atrelados ao surgimento e exploração do petróleo na região. Aquilo que foi denominado como “ouro negro” tornou-se o mecanismo principal de mudança do território dessa área ainda vinculada à cidade de Salvador.

A antiga Vila de Nossa Senhora passou a condição de emancipação com a atividade petrolífera que começou a despontar como alavanca principal para o desenvolvimento econômico em 1958 com a criação do município. A existência do petróleo e posteriormente a entrada em operação do Porto de Aratu-Candeias atrelado ao Centro Industrial de Aratu promoveram essa reconfiguração espacial do seu território.

Assim, até o início da década de 1970 a área do entorno do Porto de Aratu-Candeias era eminentemente rural, com pequenos núcleos, a exemplo de Caboto, Passé, Madeira, Pasto de Fora, Boca do Rio e Ilha de Maré. Posteriormente, passou a ter características de espaço industrial e portuário, associado com manchas urbanas, relativamente pequenas, que se adensaram ao longo do período, formando os atuais núcleos urbanos que conformam a área de influência direta do Porto (CODEBA, 2012).

O principal instrumento de organização territorial do município de Candeias, local de implantação do píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem, o Plano Diretor Urbano datado de 2006 apresenta o zoneamento em unidades espaciais em conformidade com legislações específicas (Figura 8.3-819). Citam-se aqui como exemplo, as Área de Proteção Ambiental (APP).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Candeias elaborado em 2006 apontava para algumas áreas, onde o espaço produzido pelo município era caracterizado através das seguintes unidades morfológicas e ambientais:

- Área Urbana – se constituem nos núcleos urbanos onde existe maior concentração populacional. Destacam-se: sede municipal, Caroba, Caboto, Passe, Madeira, Menino Jesus, Passagem dos Teixeiras e Posto Sanca;
- Área de Influência Urbana – se constituem em áreas de transição paisagística sempre no entorno das áreas urbanas, onde existe uma indefinição de usos predominantes;

- Área com Predominância Rural – nestas, a paisagem rural é predominante, porém com interferências de elementos não característicos deste meio, como: poços de perfuração da Petrobrás;
- Área de Influência da BR 324 – a paisagem é marcada pela BR que segrega e ao mesmo tempo integra as pequenas comunidades que ali se localizam. Destacam-se dentre estas: Passagem dos Teixeiras, Menino Jesus e Posto Sanca;
- Área industrial – se constitui de área de uso industrial cuja paisagem é notadamente marcada por toda infraestrutura necessária para este fim;
- Área de Preservação Ambiental – áreas ainda preservadas que protegem a rede de drenagem da bacia hidrográfica Joanes/Ipitanga;
- Área de manguezal degradada – paisagem comum que vem prejudicando o desenvolvimento de espécies marinhas e o sustento das populações costeiras do município. Destacam-se os manguezais de Passé, Caboto e Passagem dos Teixeiras;
- Área mista – neste local, que fica próximo a entrada da sede municipal, encontram-se indústrias intercaladas com habitações informais e comércio. Por esta paisagem entende-se que a área mista sofre influência urbana e da BA 524, fato que vem impulsionando seu crescimento;
- Área portuária – na área portuária, onde se encontra o Porto de Aratu-Candeias, a paisagem é marcada pela infraestrutura de apoio portuário (POLIS DESIGNER, 2006 & CODEBA, 2012).

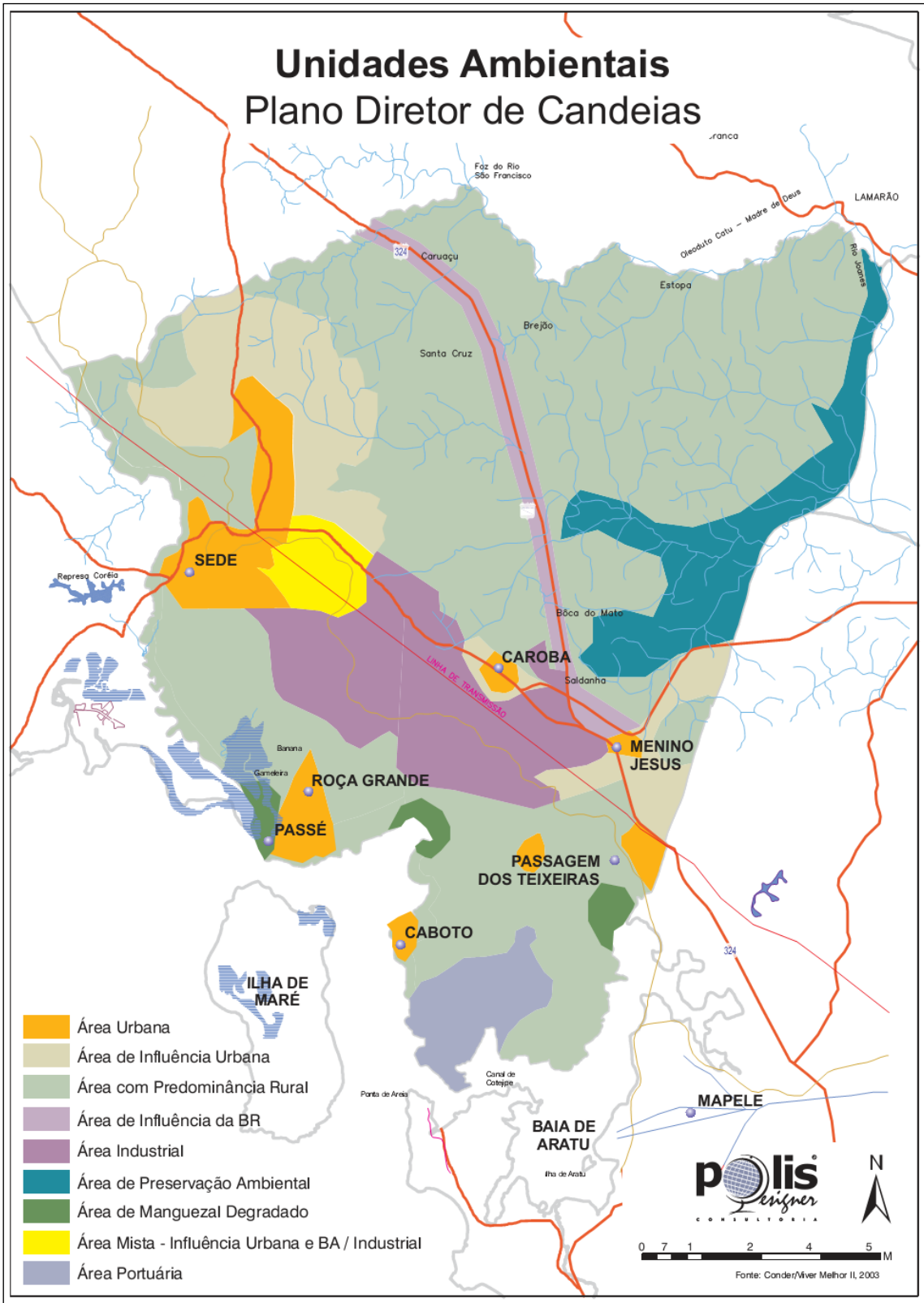


Figura 8.3-819. Unidades ambientais do município de Candeias (Fonte: Plano Diretor de Candeias, 2006 - Polis Designer).

A área onde está sendo avaliada para implantação do futuro empreendimento apesar de ser considerada Zona Portuária, não há impedimentos legais para a presença de uma comunidade como a que hoje está inserida (Comunidade da Boca do Rio).

Apesar da presença de moradores no local, a atividade não é considerada conflitante com a legislação atual do município. A ampliação do segmento portuário naquela região tem sido palco de negociações junto a esses moradores para fins de desapropriação devido a questões de segurança dessas pessoas (Figura 8.3-820).

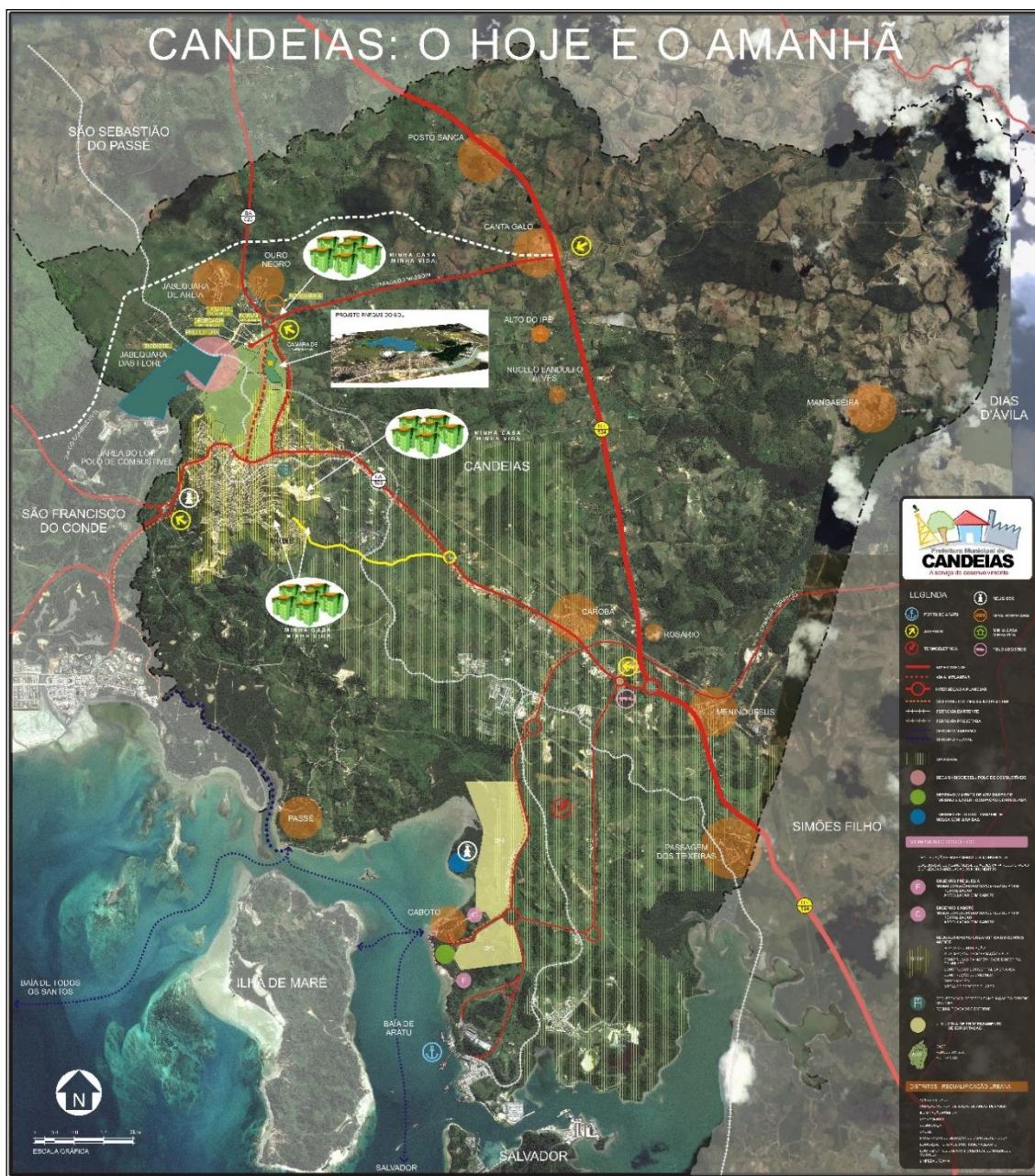


Figura 8.3-820. Mapa do município de Candeias com identificação das principais aglomerações (Fonte: PDDU de Candeias, 2006).

Em relação a AID para o município de Candeias, onde estão as comunidades/distrito de Passé, Caboto, Passagem dos Teixeiras e Boca do Rio, tem-se as seguintes normatizações:

O partido urbanístico para o distrito de Passé, parte integrante da unidade de planejamento 2, que engloba as concentrações urbanas presentes neste distrito – como Rio do Cunha, Gamboa e Roça Grande - e povoados do entorno, deve partir da melhoria da habitabilidade para a comunidade local, principalmente no que se refere ao saneamento básico e a oferta de infraestrutura e serviços sociais.

Porém, após esta revitalização, o partido urbanístico para esta unidade de planejamento deve se consolidar através do incentivo a atividade turística, vocação natural da localidade, que conta com uma belíssima paisagem litorânea, além da importância histórica, ainda marcada pela presença da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação do Passé e o cemitério, em ruína. Para tanto se propõe a implantação de via panorâmica entre as localidades de Gamboa e Rio do Cunha e a reestruturação do píer de atracação.

Para que esta atividade turística tenha êxito na região, é também de fundamental importância, a melhoria da acessibilidade, através da recuperação e conservação da estrada que liga a sede de Candeias a Passé, e das estradas vicinais de acesso a outros distritos do município, além da recuperação e preservação ambiental, com a revitalização do manguezal, parte integrante do corredor ecológico proposto no modelo de desenvolvimento espacial e a remoção de edificações situadas na beira mar, dentro da faixa de domínio, na orla compreendida entre a localidade de Gamboa e Rio do Cunha.

Sugere-se ainda a construção de uma sede para gerir esta unidade de planejamento, na vila de Roça Grande, devido a sua centralidade. Em todos os núcleos urbanos estudados a expansão urbana deve ser controlada e deve acontecer através do adensamento dos mesmos. No caso de Passé, a consolidação das localidades de Roça Grande, Gamboa e Rio do Cunha deve ser prioridade (POLIS DESIGNER, 2006) (Figura 8.3-821).

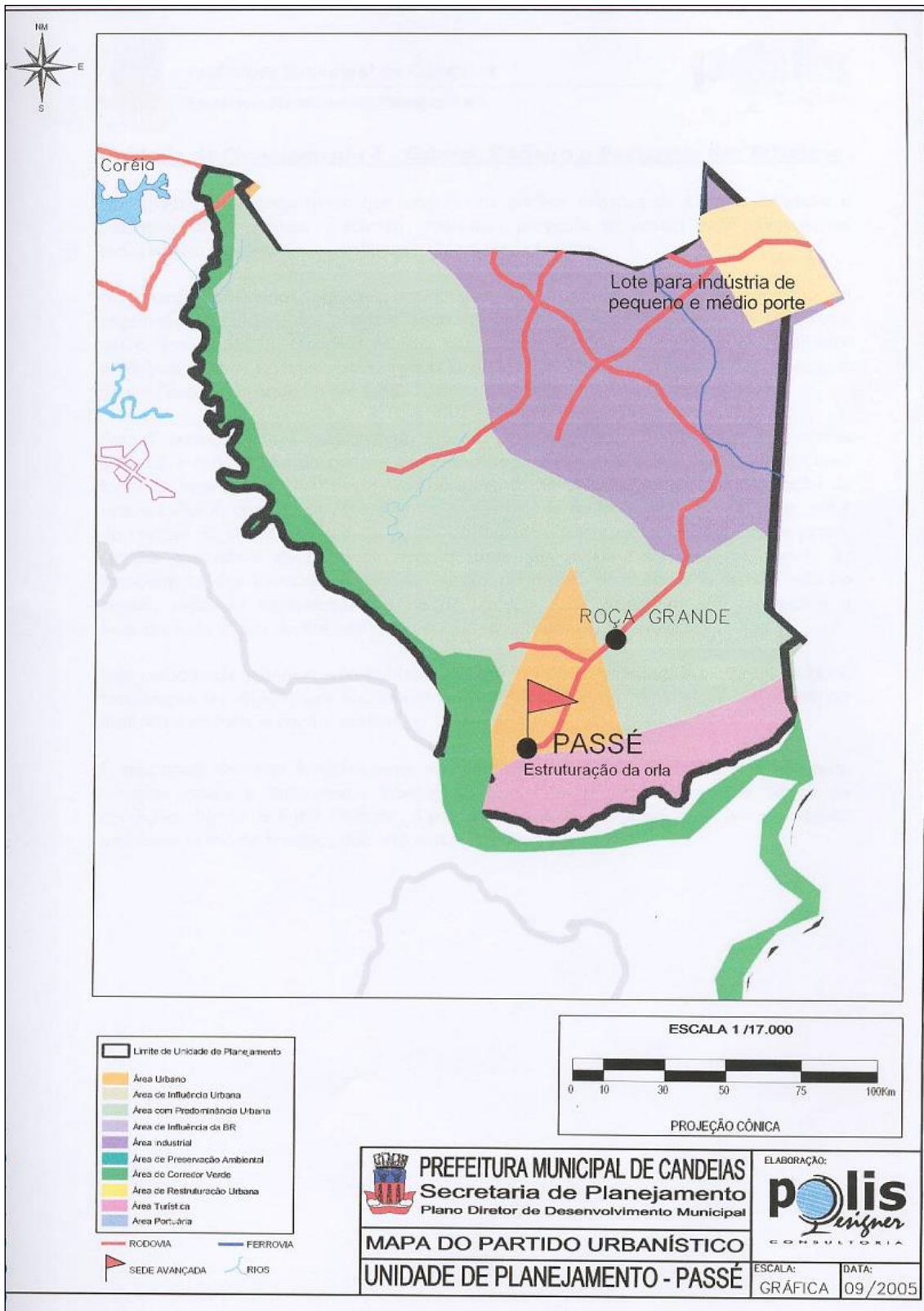


Figura 8.3-821. Unidade de Planejamento Territorial de Passé segundo o PDDU de Candeias (Fonte: Polis Designer, 2006).

Na unidade de planejamento que engloba os núcleos urbanos de Caboto e Passagem dos Teixeiras, o partido urbanístico proposto se baseia principalmente na recuperação ambiental e consolidação da atividade turística.

No aspecto ambiental, algumas ações merecem destaque: como a preservação da vegetação às margens dos cursos d'água nas proximidades de Passagem dos Teixeiras e como em Passé, a recuperação do manguezal, dando continuidade ao corredor ecológico descrito no item acima.

Para a consolidação e incentivo ao turismo nesta região, a preservação dos valores culturais – restauração da ruína e do Museu de Caboto, este último funcionando como local de formação e reprodução cultural para a comunidade local; a implantação de centro cultural, com praça para eventos na localidade de Passagem dos Teixeiras, além da criação de um festival cultural para esta região – desempenha um importante papel, sempre atrelado a melhoria da acessibilidade, que neste caso se dará através da recuperação das estradas vicinais de acesso ao distrito de Caboto e da sua vila ao museu, além da implantação de via de ligação entre Passagem dos Teixeiras e a localidade de capim do Boi (ver mapa do partido urbanístico, a seguir).

Esta unidade de planejamento também contará com uma estrutura física para gestão e fiscalização da região, que funcionará no distrito de Caboto, localidade de relevância histórica e de forte vocação turística.

É importante destacar também nesta área, que sem a devida oferta de infraestrutura, serviços sociais e saneamento básico, ou seja, sem o respaldo à comunidade de condições dignas de habitabilidade, o partido urbanístico proposto, tanto em seu âmbito ambiental como no turístico, não terá veracidade. (POLIS DESIGNER, 2006) (Figura 8.3-822).

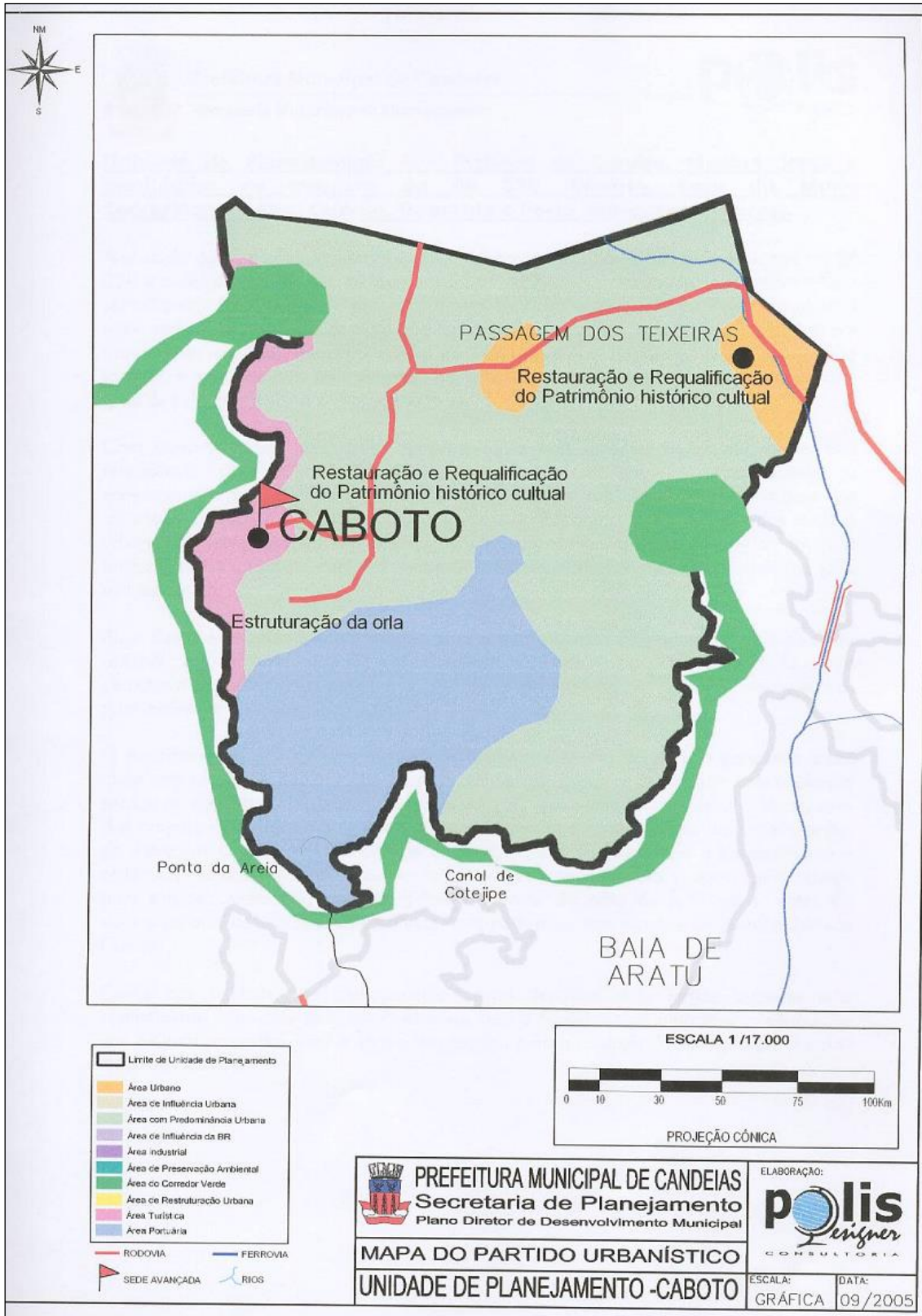


Figura 8.3-822. Unidade de Planejamento Territorial de Caboto e Passagem dos Teixeiras segundo o PDDU de Candeias (Fonte: Polis Designer, 2006).

Durante o trabalho de campo, foi observado que a falta de fiscalização e execução de planejamentos municipal vem contribuindo para uma ocupação, embora devagar, irregular de áreas consideradas de preservação permanente ao longo da Baía de Aratu, acelerando assim, condições de danos ambientais de difíceis reversões (Figura 8.3-823).

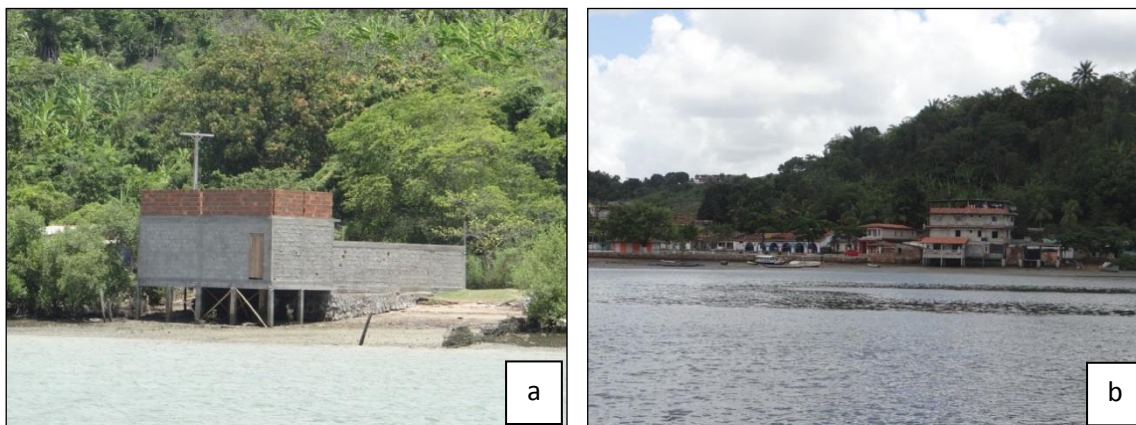


Figura 8.3-823. Ocupações irregulares no entorno da Baía de Aratu, fotos “a” e “b” (Fonte: Bourscheid, 2014).

8.3.9.3 Salvador

Para o caso da Ilha de Maré, regida pela Lei nº 7.400/2008, ou o Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (ANEXO 8.15), esta é definida como uma macroárea de Proteção e Recuperação Ambiental (MRPA) (Figura 8.3-824). A presente lei na Subseção III, cita:

Art. 160. A macroárea de Proteção e Recuperação Ambiental compreende áreas:

I - de valor ambiental significativo em que a ocupação urbana ocorreu de forma ambientalmente inadequada, ou nas quais se quer promover a ocupação de forma sustentada;

II - adjacentes a Unidades de Conservação integral ou de uso sustentável cuja ocupação desordenada pode comprometer a qualidade ambiental das unidades vizinhas;

III - que oferecem risco para a ocupação humana, em razão das características geomorfológicas ou geotécnicas do solo.

Art. 161. O ordenamento territorial na macroárea de Proteção e Recuperação Ambiental tem como objetivo qualificar os assentamentos existentes de modo a minimizar os impactos negativos decorrentes da ocupação indevida do território, e prevenir ocupações que venham a

comprometer o equilíbrio ambiental ou resultar em situações de risco para as populações humanas.

Art. 162. São diretrizes para a macroárea de Proteção e Recuperação Ambiental:

I - nos casos de áreas já ocupadas, localizadas no entorno de Unidades de Conservação:

a) manutenção da densidade populacional e de ocupação do solo em níveis compatíveis com a sustentabilidade do ambiente, e restrição a usos que possam comprometer a qualidade ambiental da área ou de espaços vizinhos de relevante valor ecológico;

b) elevação dos padrões de qualidade dos assentamentos precários ou implantados indevidamente nas imediações de áreas de relevante valor ambiental.

De acordo com o mesmo instrumento de uso do solo, o subdistrito possui, também, a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), que se distribui ao longo das comunidades que a forma. Devido a má condição das ocupações, tais áreas tornam-se um terreno fértil para o estado desenvolver processos urbanísticos e aplicar políticas governamentais voltadas para habitação. São nessas comunidades, cujo conjunto concentram as atividades diversas da ilha (pesca, turismo, comidas típicas, artesanato), praticada pelo seus habitantes e que, também, proporcionam, principalmente nas estações climáticas mais favoráveis, aumento no fluxo de visitantes que se deslocam de Candeias, e com mais força, da sede municipal de Salvador, para o lazer.

Atualmente o subdistrito de Ilha de Maré, também, é reconhecido pelas suas identidades ligadas as atividades históricas da pesca e pela origem dos seus habitantes oriundos dos processos de escravidão. Nos últimos 10 anos, foram reconhecidas 5 comunidades como Quilombolas através da Fundação Cultural Palmares (ver Item 8.3.11 - Comunidades Tradicionais).

Por fim, do ponto de vista de ocupação e uso do solo, o empreendimento aqui em licenciamento, não interfere nas condições da Ilha de Maré.



Figura 8.3-824. Macrozoneamento da Ilha de Maré/Salvador (Fonte: PDDU – Salvador, 2008).

8.3.10 Arranjos Institucionais

O conceito de arranjos institucionais tem sua relação a partir das premissas que atuam nos ambientes do mercado capitalista. Desenvolvido a partir dos anos 60 por Douglass North, os debates em relação aos arranjos institucionais tinham como objetivo análises que fossem aplicadas em estudos voltados para economias de longo prazo. No modelo idealizado visava-se correlacionar instituições, públicas e privadas, atuantes num determinado segmento da sociedade, economia.

Apesar do seu viés economicista, as explicações sobre os arranjos institucionais buscam analisar os diversos elementos que podem influenciar sobre as atividades dos setores econômicos. Ou seja, visa entender as instituições e regras (ou a falta delas) em que as pessoas participantes são afetadas e como as escolhas e estratégias são definidas para lidar com situações que envolvem ações coletivas.

Nesse item do diagnóstico, portanto, serão apresentadas algumas das instituições atuantes na Área de Influência Direta (AID) e suas percepções quanto as questões ambientais frente a instalação do Terminal de Uso Privativo da Braskem.

Conforme já citado no item 8.3.1 - Metodologia do meio socioeconômico, as opiniões foram colhidas a partir de entrevistas qualificadas junto aos representantes de instituições diversas, principalmente ligadas a representação da pesca, quando disponíveis, e dos questionários aplicados junto aos pescadores ao longo da AID. A consultoria entende que tais instrumentos e respostas junto a esses públicos são suficiente para diagnosticar o quadro em que o empreendimento em licenciamento se insere e, portanto, a partir do cruzamento das entrevistas com os questionários, apurar a opinião quanto a implantação e operação do Terminal de Uso Privativo da Braskem.

Foram aplicados 355 questionários semiestruturados junto às principais comunidades existentes na AID (Mapele, Boca do Rio, Caboto, Passé, Passagem dos Teixeiras e Ilha de Maré) tendo como público-alvo principal os pescadores. Todas as entrevistas foram realizadas nas residências dos pescadores indicados pelas respectivas instituições que atuam na AID em prol desse público. O Quadro 8.3-23, mais uma vez aqui apresentado, mostra a quantidade de questionários por comunidade aplicado.

Quadro 8.3-23. Questionários Aplicados por Comunidade na AID e Entrevistas Realizadas com Instituições sobre Pesca. Fonte: Bourscheid, 2014

Comunidades	Questionários aplicados
Passé	56
Caboto	36
Passagem dos Teixeiras	31
Boca do Rio	3
Ilha de Maré	128
Mapele	101
Total	355

Já as entrevistas qualificadas, a partir de um roteiro de perguntas, privilegiaram atores sociais importantes que representam os pescadores artesanais através das Colônias e Associações na AID. Em paralelo foram entrevistados, também, representantes de associação de moradores, como forma de se obter mais informações sobre essas comunidades, totalizando 7 horas de gravações, conforme lista abaixo:

- Colônia Z-54 (Candeias);
- Colônia Z-4 (Ilha de Maré);
- Pescadores do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da Ilha de Maré
- Associação de Pescadores, Marisqueiros e Semelhantes de Candeias (APESCAN);
- Associação de Pescadores e Marisqueiros de Mapele.

Além dessas entidades, também, foram entrevistados Associação de Moradores dos distritos de Passé, Caboto e de Mapele:

- Associação Beneficente dos Moradores do Distrito de Passé;
- Associação de Moradores de Mapele;
- Associação Beneficente dos Moradores de Caboto.



Figura 8.3-825. Entrevistas com Representantes da Associação de Moradores e da Associações de Pescadores e Marisqueiras de Mapele (Fonte: Bourscheid, 2014)



Figura 8.3-826. Entrevista com Representante da Associação Comunitária Amigos de Caboto (Fonte: Bourscheid, 2014)



Figura 8.3-827. Entrevista com Representantes da Associação Beneficente de Passé (Fonte: Bourscheid, 2014)



Figura 8.3-828. Entrevista com Representantes da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Candeias (Fonte: Bourscheid, 2014)



Figura 8.3-829. Entrevista com Representantes da Associação Beneficente de Passé (Fonte: Bourscheid, 2014)



Figura 8.3-830. Entrevista com participantes do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014)



Figura 8.3-831. Entrevista com Representantes da Colônia de Pescadores Z-4 em Ilha de Maré (Fonte: Bourscheid, 2014)

A apresentação das entidades com atuação local e regional na AID está discriminadas na Tabela 8.3-65, conforme TR, que solicita apresentar as organizações não governamentais, instituições, entidades de classe, clubes de serviço, associações, conselhos municipais, sindicatos e outras formas de organização da sociedade civil com atuação local e regional na AID.

Algumas organizações sociais atuam na Área de Influência Direta com o objetivo de alcançar resultados em prol da comunidade local ou de uma determinada classe à qual representa. Em Passé destaca-se a ABEMDIP ou Associação Beneficente dos Moradores do Distrito de Passé. Sua história é detalhada a seguir segundo o presidente da mesma, Pedro Rebouças, em encontro para realização das entrevistas na sede da associação:

ABEMDIP é Associação Beneficente dos Moradores do Distrito de Passé no qual vem trabalhando em prol dos problemas relacionados da comunidade em geral, meio ambiente, inclusive nós estamos agora com o projeto guardião da maré que é um projeto de educação ambiental patrocinado pela Petrobras.

Ela foi fundada em 1989 e ficou desativada até 2007, onde surgiu uma reunião dessa diretoria. Formamos uma Assembleia, nós reativamos essa associação. E esperamos que futuramente nós tenhamos outros projetos ai abraçados com as empresas e um dos maiores anseios nossos é a construção da nossa sede, no nosso terreno. Nós temos um terreno de 12 por 80, onde já foi dado início. E nós temos a ideia de construir não só o centro de convivência dos idosos, mas também as creches para as mães.

A ABEMDIP ela é aberta, é flexível, certo? A tudo que vise benefício para comunidade e nós temos relação com todos os presidentes das associações

até porque nós buscamos benefícios para comunidade, nós não legislamos em causa própria. Então, quanto mais associação tiver, ótimo. A única coisa que nos coloca, assim, em um patamar de privilégio, acima dessas outras instituições é que nós somos uma associação totalmente documentada. Nós temos utilidade pública municipal, estadual, já estamos encaminhando a nossa utilidade pública federal, andamos em dia com nossos impostos, inclusive através disso nós fomos agraciados com o projeto de educação ambiental patrocinado pela Petrobras, justamente porque nós estamos qualificados e documentado para tal (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP).

No distrito de Passé, também, são destaques a Associação de Pescadores, Marisqueiros e Semelhantes de Candeias (APESCAN) e a Colônia de Pescadores Z-54. A colônia de pescadores foi fundada em 1992, conforme cita o seu presidente, Carlos Augusto:

A colônia de pescadores foi fundada com a data de 16 de novembro de 1992, mas não obteve o registro. O pessoal fundou, mas achava que só por fundar funcionava. 8 anos depois eu reuni um grupo de pescadores para que nós pudéssemos dar para os pescadores uma melhor condição de vida, pelo menos a previdência social né, dar uma segurança pelo menos na parte de acidente, de doença, de aposentadoria e de auxílio-maternidade que são os requisitos mais constantes aos pescadores e marisqueiras.

Não havia nada, porque não tinha documentação nenhuma. Então em 2000, reunimos alguns pescadores mais velhos daqui e fundamos a colônia, fundamos da nossa iniciativa e eu fiquei como presidente que na verdade eu não queria, eu estava com outras ações, mas eles por eu estar na frente de tudo fiquei como presidente de 2000 pra cá já estou com 14 anos, ai, a partir daí, nós começamos o nosso trabalho (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54, Candeias).

A APESCAN é uma entidade recente no âmbito geral, sendo fundada no início dessa década, segundo depoimento do Sr. Murinaldo Pereira Filho em encontro realizado na sede da mesma em Passé:

Foi fundada em 4 de Janeiro de 2010. Nós criou a associação porque existia muitos pescadores, assim, descoberto, que não tinha apoio de ente público e a gente procurou regularizar essa associação pra dar uma cobertura melhor ao pescador, uma qualidade de vida melhor ao pescador, entendeu? Porque tinha pescador que não tinha nem o primeiro registro de pesca. O ministério da pesca fez em torno de 300 e poucos registros de pescador de

um mutirão feito aqui, mas esse pescador não tinha quem representasse ele. E a gente fundou essa associação pra fazer um trabalho diferente com os pescador. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador)

Outras entidades ainda atuam no distrito de Passé conforme depoimento dos dirigentes entrevistados da ABEMDIP, ainda que tenham outros direcionamentos que variam de acordo com o tamanho da sua atuação:

Nós temos mais ou menos 4 a 5 associações. Temos a Semente de Passé, a APESCAN que é nova, atuante, temos a Colônia de Pescadores, a Z-54 que é Carlos Augusto, temos a Associação de Moradores da Gamboa, o presidente é Jovanice e tem uma outra associação, que é Pais e Filhos (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP).

O distrito de Caboto possui duas associações em atuação. São elas: a Associação Beneficente dos Moradores de Caboto (ABMC) e a Associação Comunitária Amigos de Caboto (ACAC). A primeira foi fundada em 20 de Junho de 2000, enquanto a última em 28 de Julho de 2004. Nenhuma das associações possuem sede. A existência de duas associações na comunidade mostra uma divisão da representatividade local entre os líderes e os seus moradores, conforme entrevista feita junto a Gildete Oliveira, dirigente da ABMC:

Segundo Antônia (presidente da ACAC), ela disse que foi porque existia a ABMC (associação Beneficente dos Moradores de Caboto), que Dona Eurides fazia parte, é a mais velha do que esta, por um motivo de discussão e de disputa, então Antônia mais Antônio Costa, que foi o fundador, fizeram esta para combater a outra (Gildete Oliveira, Vice-Presidente da ACAC).

Outra comunidade da AID, Mapele, localizada em Simões Filho, é o lugar de atuação de duas importantes associações: A Associação de Moradores de Mapele e a Associação de Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho.

A Associação de Moradores de Mapele foi fundada em 15 de Dezembro de 2004 com vistas as defesas dos direitos sociais, conforme depoimento do seu presidente, Manoel Santana Conceição em encontro realizado no espaço utilizado pela mesma na comunidade:

A associação, ela funciona... O funcionamento dela é direcionado para a comunidade. Quem participa? Todos os moradores de Mapele, tem livre acesso a instalação da Associação, mas a associação contém um estatuto, o estatuto é quem rege a associação, no caso eu sou o presidente eleito para um mandato de três anos. Para as pessoas ter voto e voz, voz tem, mas voto pra votar na associação, precisa ser associado a associação e precisa estar

em dias com as suas atribuições de sócio da associação (Manoel Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele).

Fundada em 12 de Setembro de 2002, a Associação de Pescadores Marisqueiros e Marisqueiras de Simões Filho tem sua sede na Avenida Mapele, S/N e sua atuação está fundamentada na ausência de uma Colônia de Pescadores no município. Assim como em outros distritos, Mapele possui a atuação de outras entidades reconhecidas, conforme depoimento do Presidente da Associação de Moradores da comunidade:

Aqui nós temos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nós temos Associações de Pescadores, temos aqui também o Grupo Jovem, que é uma entidade que faz um trabalho relacionado aos jovens (...) temos aqui a Fundação Crer que é uma fundação, instituição que também habita no nosso meio (Manoel de Santana, Presidente da Associação de Moradores de Mapele).

Na Ilha de Maré são encontradas algumas associações como a Associação Beneficente Educacional e Cultural de Ilha de Maré fundada em 5 de Agosto de 2005 com o objetivo de promover ações de cidadania. A Associação dos Amigos de Praia Grande de Ilha de Maré e Adjacências, fundada em 08 de Abril de 1986, também, encontra-se em funcionamento, sendo esta, através da Lei Municipal 7.941/2010 da Prefeitura de Salvador, reconhecida como de Utilidade Pública.

Entretanto, destacam-se, principalmente, a Colônia de Pescadores Z-4, localizada em Santana, fundada em 24 de Julho de 1985 e as associações que fazem parte do Movimento dos Pescadores Artesanais do Brasil, tais como a Associação de Moradores, Pescadores e Marisqueiras de Porto Dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa de Ilha de Mare, criada em 5 de Março de 2002. A Tabela 8.3-65 abaixo mostra as organizações que se encontram em atuação na AID:

Tabela 8.3-65. Organizações sociais em atuação na AID. Fonte: Prefeitura de Candeias, 2014

Nome	Localização	Endereço	Responsável	Natureza	Contato
Associação Beneficente dos Moradores de Caboto	Caboto	Rua Rui Barbosa, S/N	Maria Antônia Borges	Família, Meio Ambiente e Social	(71) 3602-7269 / 98254-5888
Associação Comunitária Amigos de Caboto	Caboto	Sede do Clube	Maria Claudeides dos Santos (Presidente)	Família, Meio Ambiente e Social	-
Associação Beneficente dos	Passé	Rua Roça Grande, 78	Pedro Rebouças Barbosa	Família, Meio Ambiente e	(71) 98356-

Nome	Localização	Endereço	Responsável	Natureza	Contato
Moradores do Distrito de Passé			(Presidente) Jumário Néris dos Santos (Vice-Presidente)	Social	2746 / 99924-6358 / 98799-3190
Associação Padre Kolbe	Passé	Rua Roça Grande, 149 – Largo José Bispo	Antônio Carlos Tedesco (Presidente) Rosa Brito (Vice-Presidente) Renata Tedesco (Tesoureira)	Sem Informação	3607-9012 / 99936-8956
Cooperativa de Produtos Agrícolas e Artísticos de Candeias	Passé	Rua dos Asfalto, S/N	Olga Maria de A. Souza (Presidente)	Sem Informação	3607-4031 / 99988-8196
Associação Comunitária Beneficente dos Moradores de Mucunga	Passé	Av. dos Diamantes, nº 42	Jorge Marcês costa (Presidente)	Sem informação	98254-8022
Sociedade Beneficente Lar Francisco de Assis	Passagem dos Teixeiras	Rua Cajazeira, 09	Darcy Costa Oliveira	Família	(71) 98811-3972
Associação Amigos Ilê Asê Oyá Tola	Passagem dos Teixeiras	Rua da Escola, 57	Rita Bárbara	Sem Informação	Sem Informação
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Simões Filho	Mapele	Alto da Pensão, S/N	José Sergio Vieira dos Santos / Sergio Vieira dos Santos	Trabalhadores Rurais	3295-3285 / 9645-0320 / 98752-3645
Associação de Moradores de Mapele	Mapele	Mapele de Cima – Alto da Pensão	Edmilson de S. Conceição. Janice S. Conceição	Família	3594-7016 98124-7578
Associação Universal do Amparo (Missão Resgate a Vida)	Mapele	Rua Bela Vista, nº 10	Paulo dos Santos Genilson F. dos Santos	Criança e Adolescente	98894-6250
Colônia de Pescadores de Candeias Z-54	Passé	Rua do Tamarindo, 55	Carlos Augusto Santana Costa (Presidente)	Pesca	(71) 3607-4041 / 98134-3328

Nome	Localização	Endereço	Responsável	Natureza	Contato
Associação de Pescadores e Marisqueiras Semelhante de Candeias	Passé	Rua Rio do Cunha, S/N	Edvandro Pinheiro dos Santos (Presidente)	Pesca	-
Colônia de Pescadores Z-4	Ilha de Maré	Comunidade de Santana	Milton de Santana (Naná)	Pesca	(71) 98682-6218
Associação de Moradores, Pescadores e Marisqueiras de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa	Ilha de Maré	Rua Porto dos Cavalos – Comunidade de Porto dos Cavalos	Eliete Paraguassú	Pesca e Família	(71) 98867-8022 / 99259-0023
Associação de Moradores, Pescadores e Pescadoras Bananeiras	Ilha de Maré	Comunidade de Bananeiras	Rita Menezes Lopes Marizelha Lopes Carlos	Pesca e Família	(71) 8283-8714 / 99921-1014
Associação de Marisqueiros e Pescadores de S. Filho.	Mapele	Av. Mapele, 272 - Mapele	Raimundo B. Nascimento / Georgina C. Santos / Jose Oliveira de Santana / Jose Mario C. Santos.	Família Pescadores	(71) 9901-7059 / 3495-3003 / 3295-3003 / 98192-8733
Associação Beneficente Educacional e Cultural de Ilha de Maré	Ilha de Maré	Rua do Cajá, 54, Praia Grande	Selma	Defesa dos Direitos Sociais, Cultura e Arte	selmaabaomy30@yahoo.com.br

Fonte: Bourscheid, 2014

A presença de associações comunitárias é uma das formas legais instituídas pela sociedade para sua mobilização visando benefícios coletivos em prol dos habitantes de uma comunidade. Os dados primários a seguir foram compilados a partir da aplicação de 355 questionários junto a pescadores e pescadoras artesanais nas comunidades da AID e tem como objetivo mostrar o reconhecimento da atuação das associações ou entidades conhecidas por elas, bem como um perfil da forma em que esses entrevistados participam junto as mesmas.

Mapele

O conhecimento de alguma organização comunitária em Mapele era citado por 78% dos entrevistados (Figura 8.3-832).

A associação de moradores, que inclusive foi entrevistada pela equipe de campo da Bourscheid durante visita à comunidade de Mapele, foi a mais citada por 78% dos entrevistados. A associação de pescadores da comunidade foi citada por apenas 13% do total (Figura 8.3-833). A participação nessas instituições, entretanto é bastante irregular. Apenas 48% dos entrevistados ou de algum membro da família está envolvido com o trabalho dessas associações (Figura 8.3-834). A participação, conforme pesquisa, limita-se principalmente a presença em reuniões. De forma frequente, essa é a forma de participação mais comum por 65% da amostra, enquanto a presença eventual foi admitida por 29% dos entrevistados (Figura 8.3-835).

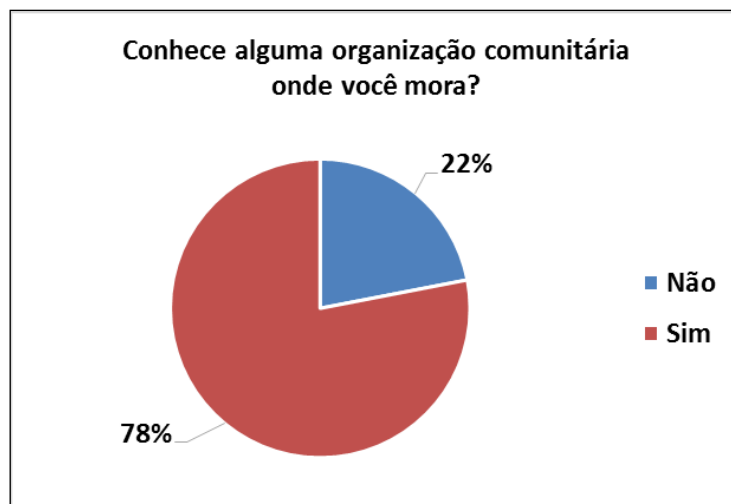


Figura 8.3-832. Conhece alguma organização comunitária onde você mora? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

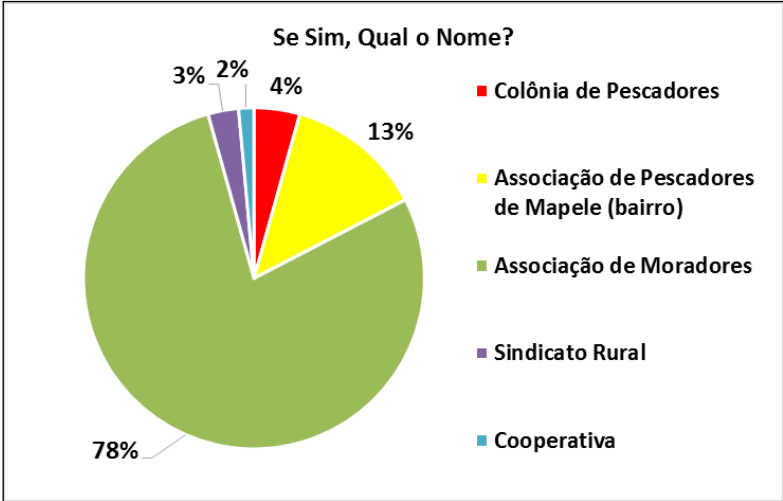


Figura 8.3-833. Se sim, qual o nome? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

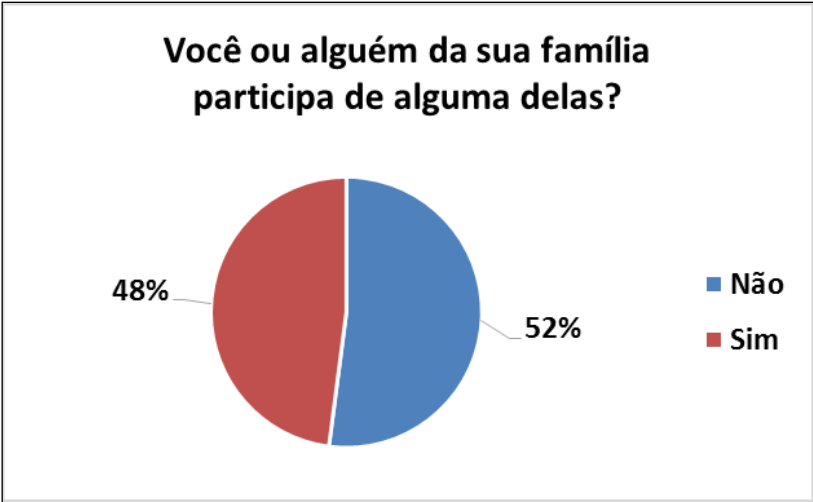


Figura 8.3-834. Você ou alguém da sua família participa de alguma delas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

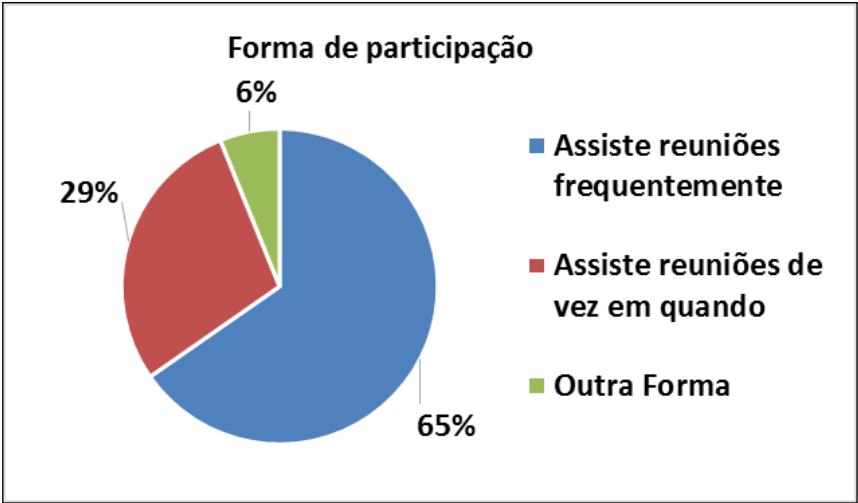


Figura 8.3-835. Forma de participação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passé

O conhecimento de alguma organização comunitária em Passé foi citado por 95% dos entrevistados (Figura 8.3-836). A colônia de pescadores Z-54 foi a mais citada por 57% dos entrevistados. A associação de pescadores e marisqueiras de Passé foi citada por apenas 11% do total (Figura 8.3-837). A pesquisa levantou que a participação nessas instituições pelo entrevistado ou algum membro da família ocorria em 89% dos casos. A participação através de reuniões de forma frequente era mais comum por 76% da amostra, enquanto a presença eventual foi admitida por 17% dos entrevistados (Figura 8.3-838 e Figura 8.3-839).



Figura 8.3-836. Conhece alguma organização comunitária onde você mora? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

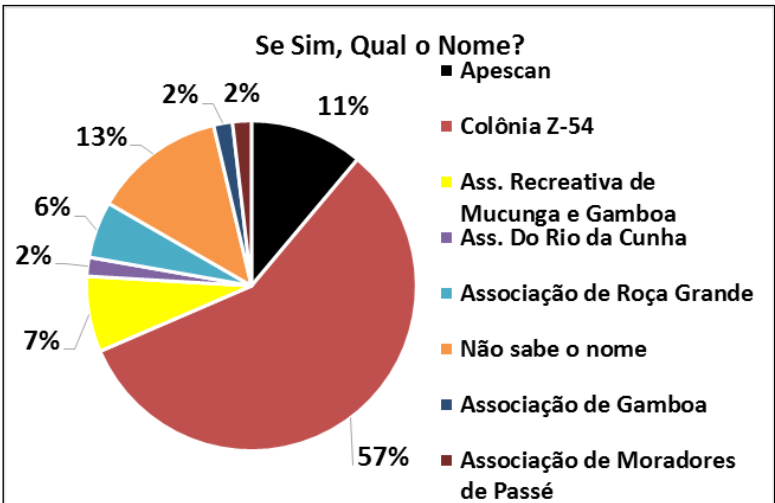


Figura 8.3-837. Se sim, qual o nome? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

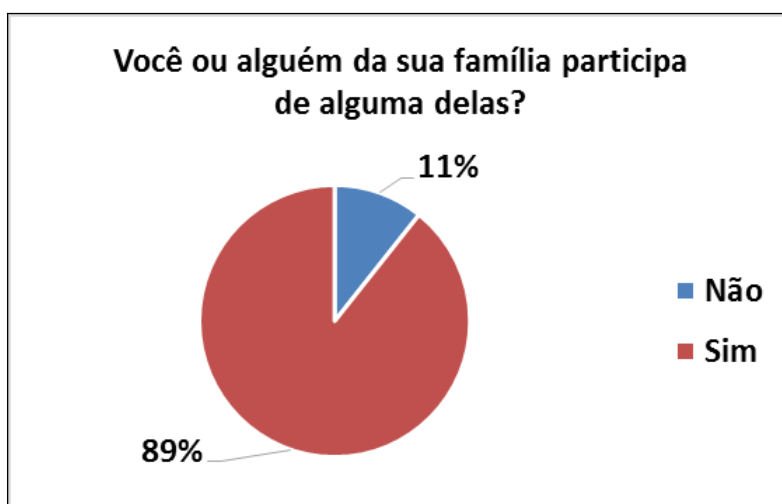


Figura 8.3-838. Você ou alguém da sua família participa de alguma delas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

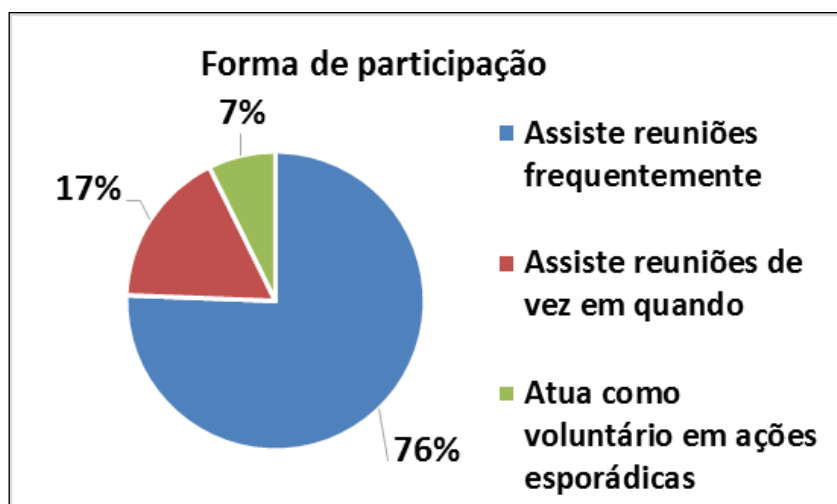


Figura 8.3-839. Forma de participação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Caboto

O conhecimento de alguma organização comunitária em Caboto era citado por 75% dos entrevistados (Figura 8.3-840 e Figura 8.3-841).

Caboto conta com 2 associações de moradores, sendo estas, citadas por 76%. Entretanto, apenas 35% está envolvido com o trabalho dessas instituições. A participação, conforme pesquisa, limita-se principalmente a presença em reuniões. De forma frequente, essa é a participação mais comum por 84% da amostra, enquanto a presença eventual foi admitida por 8% dos entrevistados (Figura 8.3-842 e Figura 8.3-843).

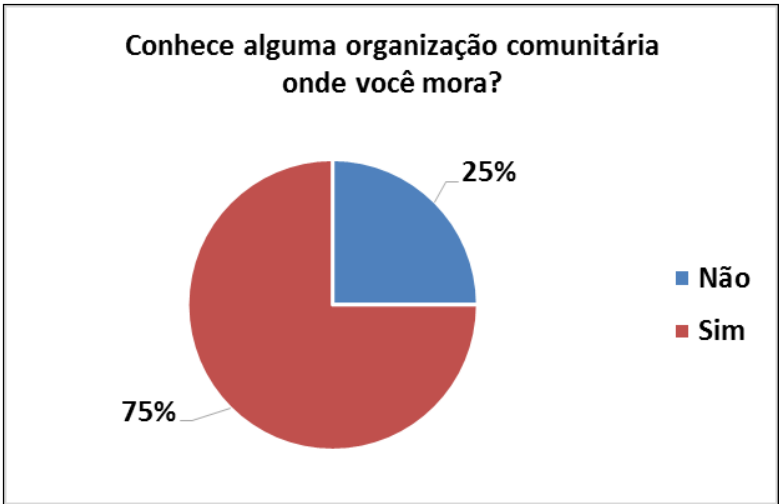


Figura 8.3-840. Conhece alguma organização comunitária onde você mora? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

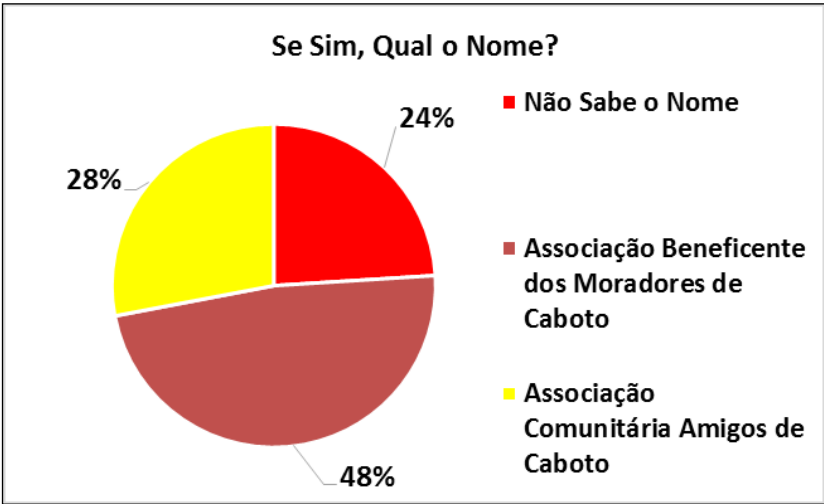


Figura 8.3-841. Se sim, qual o nome (em percentual) (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

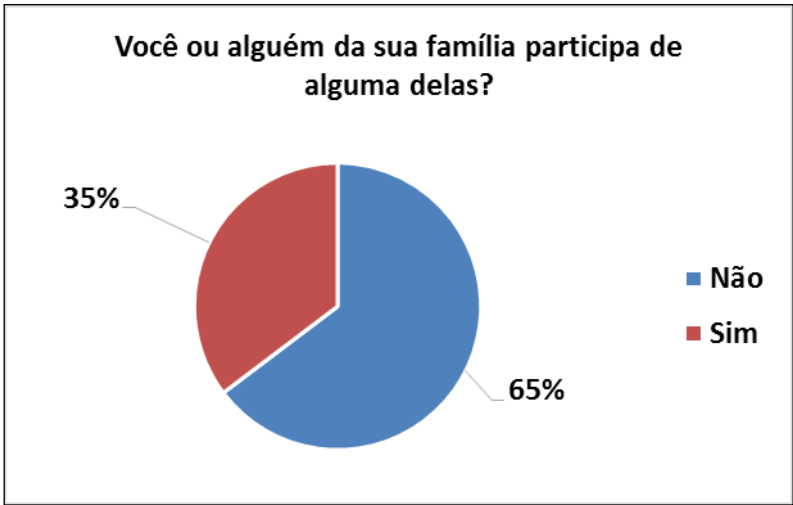


Figura 8.3-842. Você ou alguém da sua família participa de alguma delas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

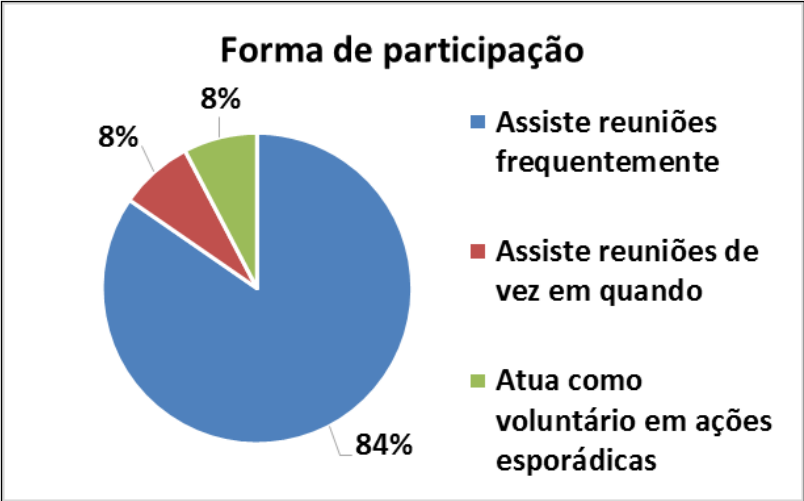


Figura 8.3-843. Forma de participação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

O conhecimento de alguma organização comunitária em Ilha de Maré era citado por 70% dos entrevistados (Figura 8.3-844).

As associações de moradores e pescadores eram citadas por 46,7% dos entrevistados. Em segundo lugar, a Colônia de Pescadores Z-4, localizada na comunidade de Santana, foi lembrada por 20,7% da amostra (Figura 8.3-845). A participação nessas instituições, por pelo menos um membro da família, foi comprovada segundo 58% das respostas. A participação, conforme pesquisa, está mais centralizada na presença em reuniões. De forma frequente, essa é a forma de participação mais comum por 48,7% da amostra, enquanto a presença eventual foi admitida por 38,5% dos entrevistados (Figura 8.3-846 e Figura 8.3-847).

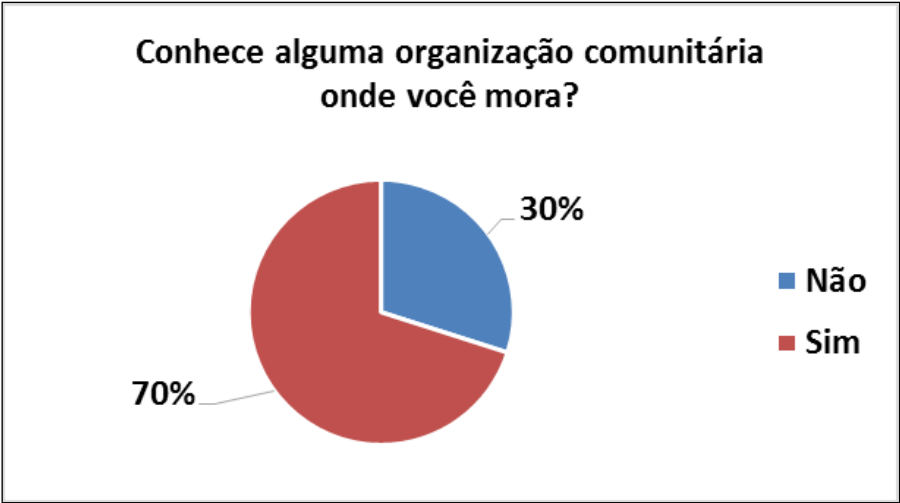


Figura 8.3-844. Conhece alguma organização comunitária onde você mora? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

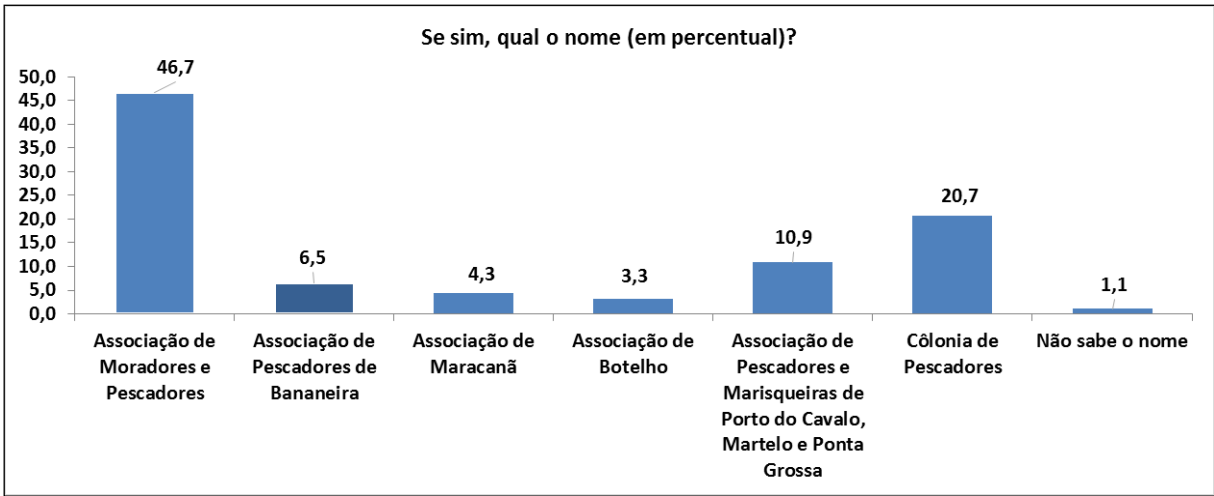


Figura 8.3-845. Se Sim, qual o nome (em percentual) (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

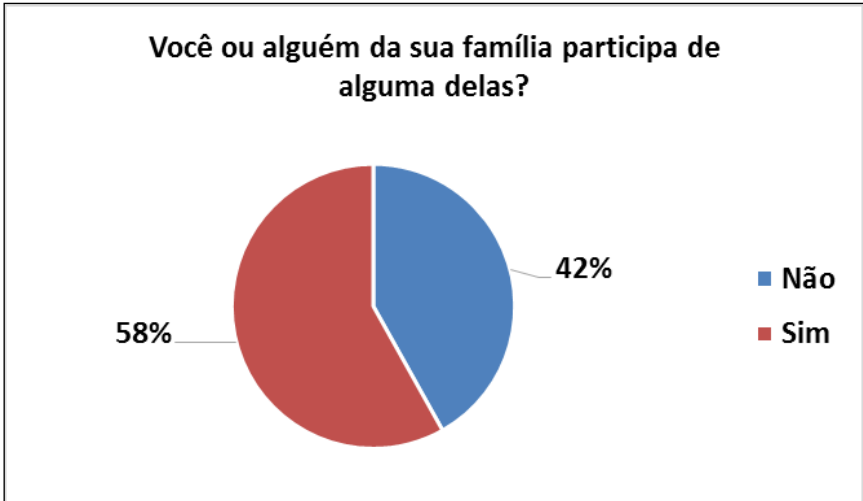


Figura 8.3-846. Voc e ou alguém da sua família participa de alguma delas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

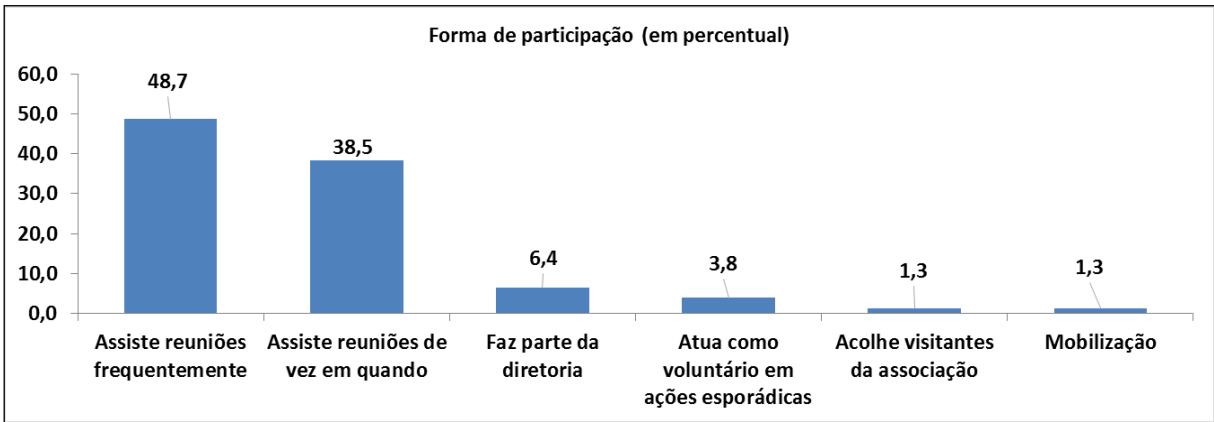


Figura 8.3-847. Forma de participa o (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passagem dos Teixeiras

O conhecimento de alguma organização comunitária em Passagem dos Teixeiras era citado por 42% dos entrevistados (Figura 8.3-848). Coube a Colônia de Pescadores Z-54 de Candeias, o único nome lembrado. A participação das pessoas entrevistadas junto a uma dessas instituições chegou a 64% dos que responderam positivamente para esse tema. Para 46%, a presença em reuniões frequentemente era a forma de participação mais comum, enquanto a presença eventual foi admitida por 9% dos entrevistados (Figura 8.3-849 e Figura 8.3-850).



Figura 8.3-848. Conhece alguma organização comunitária onde você mora? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

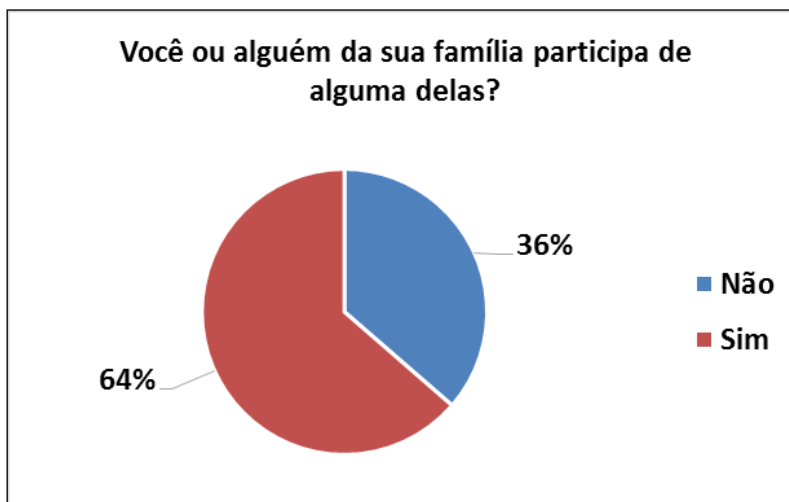


Figura 8.3-849. Você ou alguém da sua família participa de alguma delas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

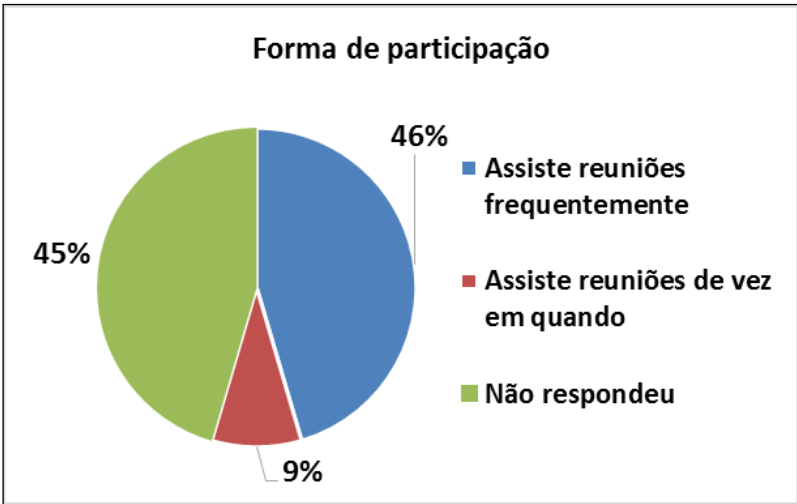


Figura 8.3-850. Forma de participação (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Quanto a atuação dessas entidades, as entrevistas qualificadas junto aos representantes de algumas delas durante o trabalho de campo, revelaram que o grau de interface com outras localidades ou instituições varia bastante:

Em caráter distrital, apenas a ABEMDIP, é a legítima representante do Distrito de Passé. As demais têm suas representações, como País e Filhos, Mucunga e Gamboa que são duas ruas, como a Colônia dos Pescadores representando os pescadores do município de geral. Tem a associação de pescadores, APESCAN, já mais focalizada na pesca. Tem a Semente, constituída pela Dutovia, conjunto de empresas com a Petrobras que fundaram essa associação aqui, mediante a um curso, que nós fizemos também, mas nós deixamos claro que aqui tinha uma associação em caráter distrital, mas mesmo assim foi constituída essa associação, mas nós não vemos problema algum, contanto que venha trazer benefício pra aqui (Jorge da Cruz Silva, Secretário Geral da ABEMDIP).

Eu hoje sou do território metropolitano de Salvador, eu sou titular da pesca, eu estou na APA BTS, embora esteja parada aí para reajuste, eu faço parte de um conselho que envolve empresas que é na Dow Química, faço parte também do conselho de meio ambiente de Candeias, sai do Social, recente. (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54, Candeias).

É uma associação sem fins lucrativos, ninguém sobrevive de associação. A gente fez direcionada para o pescador. A verdade, o trabalho da APESCAN é conscientizar o pescador. Pois o nosso trabalho é esclarecer, trazer as informações, informar. Porque a associação, diz ao pescador, participar das

reuniões, levar o pescador ao ministério, pois o pescador não sabe nem onde é o ministério, ver quais são os seus deveres, documentação em dia... A associação não tem o caráter fiscalizador. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador associado a APESCAN)

Dentre as atuações dessas instituições, busca-se de forma permanente o apoio para iniciativas socioambientais, oportunidades de emprego, cursos de qualificação ou melhorias de estruturas. A presença de grandes empresas na região corrobora para a possibilidades de que projetos, sejam eles sob a ótica de responsabilidade social ou de condicionantes ambientais, sejam eventualmente executados com o apoio dessas instituições. Embora, segundo alguns depoimentos obtidos, há poucas oportunidades nesse sentido, conforme pode-se ler a seguir a partir das entrevistas quanto a esse tema:

A nossa instituição não tem interesse de fechar a empresa de ninguém, nós não temos interesse de fazer movimento, nada ilegal. A única coisa que queremos é buscar a responsabilidade social das empresas que se inserem no local. Não queremos baderna, não queremos fazer greve na porta das empresas. Nós queremos correr atrás, mostramos os projetos, andar lado a lado com as empresas. Muitas vezes as empresas nos ignoram, não sei se desconhece a gente, e aí gera-se o conflito de interesses, mas eu tenho esperança lá na frente eles vão ver que o que a instituição busca não é nada ilegal (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP).

Não, hoje a nossa parceria, formalmente nós não temos, temos informal de conhecimento com essas entidades locais daqui, sempre que a gente pode vai ajudando um, ajudando o outro. Oficialmente, formalmente, nós não temos convênio com ninguém, nem com entidade pública ou privada. Primeiro que é muito difícil, nós já tentamos pedir, mas não conseguimos. Essa estrutura daqui, por exemplo, é uma estrutura que a gente tem lutado para construir. Isso aqui que você tá vendo é construído com os recursos dos sócios, que nós administramos com nossas doações, inclusive a gente foi tirando barro aí, tamos em construção na realidade, estamos construindo, mas isso aqui é as pessoas. A associação foi fundada em 2004, não é? Nós lutamos por essa estrutura aqui, fazendo as coisas por etapa, nosso objetivo agora é cobrir ela, que você está vendo uns vazamentos na laje. Inclusive já temos um pouco de verba já, alocando, para fazer isso, mas a gente não tem parceria, que é muito difícil e a gente não consegue. Primeiro hoje a gente não tem estrutura pra fazer uma parceria. Porque como é que a gente vai fazer qualquer projeto com essa situação aqui. Então o nosso projeto hoje é

a construção da nossa sede e depois a gente investir. A gente buscar os projetos né, nós já tivemos aqui, o projeto Educando e Conscientizando para crianças aqui, mas a estrutura não oferecia condição (Manoel de Santana, Presidente da Associação de Moradores de Mapele).

Uma coisa que nós cobramos é emprego para nossa comunidade. Porque nós temos jovens aqui, saindo para outros estados, é obrigado a ir para outros estados porque não acha emprego na nossa região. Nós somos arrodoados de empresa, certo, de indústrias, de comércio e nossos jovens tem que sair para outro Estado. O primeiro emprego, fora. Nós temos aqui a dificuldade até de (...) na qualificação profissional justamente por falta de apoio. Eles pretendem fazer cursos profissionalizantes, mas não acham apoio, inclusive das empresas que tem responsabilidade social, ambiental, no contexto geral e que venha abraçar os nossos projetos comunitários, que venha ajudar na convivência dos idosos. Que dê uma condição de vida melhor para nossa comunidade porque nós sabemos que isso já faz parte do contexto da responsabilidade socioambiental das empresas ao nosso redor (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP).

Olha, assim, é um projeto que tá na realidade, esse, ele tá um pouco distante de Mapele na realidade. Eles estão lá do outro lado, o acesso pra Mapele também não é fácil. Eu gostaria que pelo menos viesse algumas vagas de emprego, algum benefício para nossa comunidade, que sempre vem, o progresso vem, né? Sempre vai sobrar alguma coisa. Mas eu não crio expectativa devido a distância do projeto com a comunidade Mapele (Manoel de Santana, Presidente da Associação de Moradores de Mapele).

A gente quer uma estrada interligando as comunidades, mas fazer estrada pra veículo, nós não queremos não. Nós queremos a nossa teia, quer que abra um acesso, onde a maré não empate a gente de passar, dos nossos filhos passar, porque na maré cheia ninguém passa (...) (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré).

Sobre a presença de projetos nas comunidades, a aplicação de 355 questionários junto aos pescadores e marisqueiras na AID trouxe uma realidade em que algumas dessas localidades registravam algumas iniciativas públicas, mas principalmente de caráter privado. No âmbito geral, essas ações apresentavam pouco conhecimento por parte do público entrevistado. Essa interface entre empresas, entidades públicas e a comunidade pode se mostrar valorosa quanto a ser essa, uma das vias para solução de problemas diversos nessas localidades. O trabalho de campo mostrou que uma série de vicissitudes permeavam o cotidiano dessas comunidades.

Mapele

Os principais problemas da comunidade de Mapele na visão dos entrevistados foram compilados e estão representados na Figura 8.3-853. Tais vicissitudes apresentam uma gama de fatores associados.

Apesar da Baía de Aratu atualmente contar com diversas empresas, segundo os depoimentos colhidos junto aos entrevistados da comunidade de Mapele, destacava-se negativamente como principal problema o desemprego para 15,3% (Figura 8.3-853). A precariedade das infraestruturas básicas ligadas a urbanização e o saneamento, também, foram bastante citadas. A ausência de saneamento representava para 13,9% dos entrevistados o pior problema local, enquanto a falta de rede de drenagem, 13,8%.

A ociosidade dos jovens de Mapele era um fator preocupante para 13,1% da amostra da pesquisa. Embora em menor escala, percebe-se que nas respostas de muitos entrevistados os problemas ligados aos jovens eram notados no cotidiano. A gravidez na adolescência, a exploração sexual de crianças e jovens e a violência contra a criança e adolescentes, no âmbito geral, representaram 9,6% dos problemas.

A percepção ambiental pode ser definida como uma conscientização do entorno ou ambiente pelo indivíduo, podendo a partir daí aprender a proteger e a cuidar, ou mesmo, reagir e responder de forma diferente quanto às ações que incidem no meio ambiente.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa junto aos pescadores artesanais da comunidade de Mapele mostrou que, para 56% dos entrevistados, há problemas ambientais no local onde vivem (Figura 8.3-851). Esses problemas assumem conotações e significados diferentes para quem respondeu ao questionamento (Figura 8.3-852).

Problema ambiental tem uma empresa aqui que monitora o ar, senão a gente vai pecar por falar o que não sabe, mas fica um mau cheiro insuportável...E é uma realidade. Tem uma empresa aqui que tem um afluente na beira do rio, mas a gente não pode nem falar, o que tem, o que joga, a gente não tem informação. A gente sobrevive sem fazer muito questionamento, pra não ser pior pra gente mesmo (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador).

Para 25% dos entrevistados, o esgoto a céu aberto era um dos principais problemas da comunidade de Mapele, seguido dos depósitos de lixo em áreas inadequadas com 24% das

respostas. Ou seja, foi observado que os problemas de saneamento básico são um dos fatos negativos na visão da comunidade.

A presença de roedores e insetos, que pode ter consequência direta da precariedade das condições de saneamento, alcançou 21% das opiniões como o maior problema. A pesca predatória ainda é reconhecida como um problema pelos entrevistados de Mapele. As respostas frente a esse fato contribuíram para 12% das respostas.

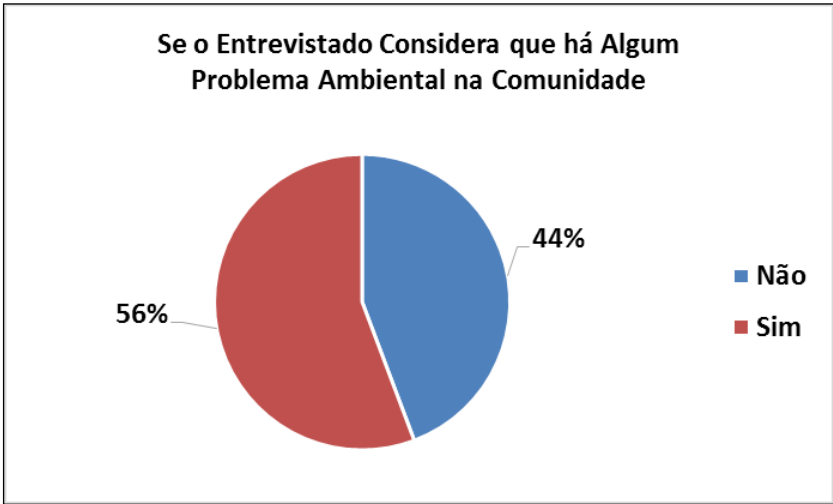


Figura 8.3-851. Se o Entrevistado Considera que há Algum Problema Ambiental na Comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

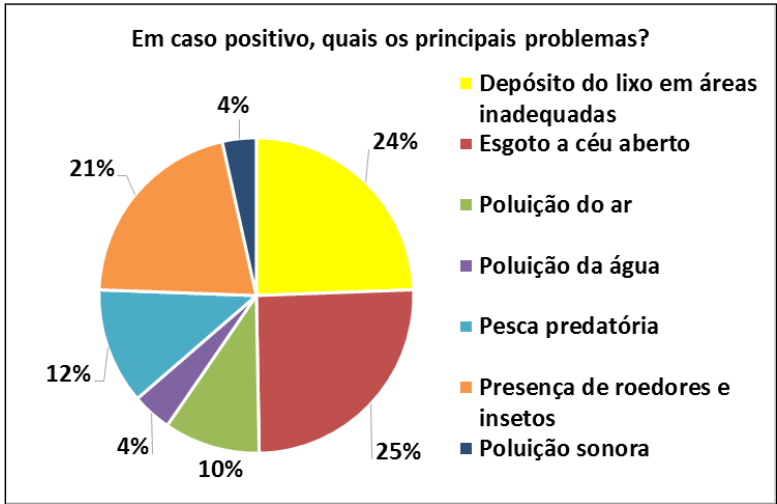


Figura 8.3-852. Em caso positivo, quais os principais problemas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

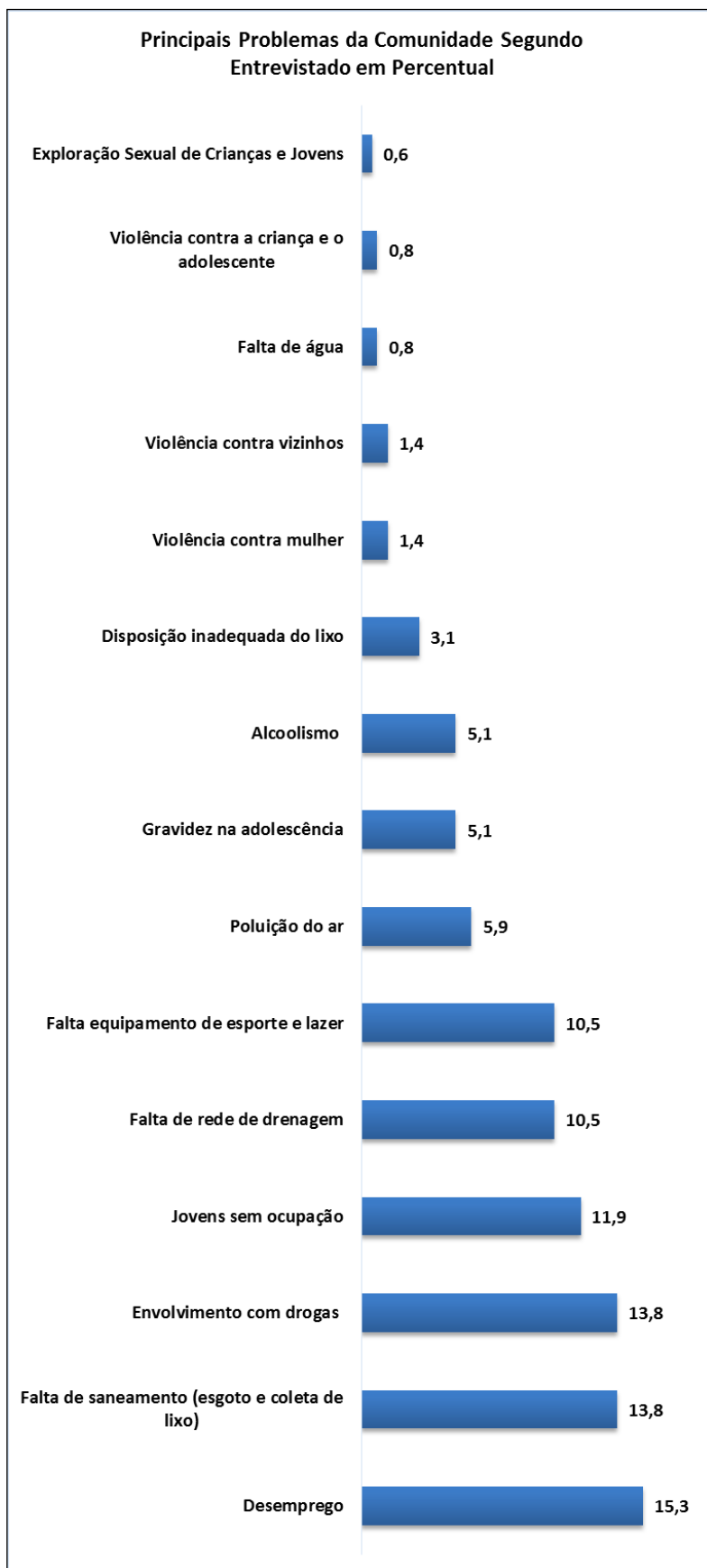


Figura 8.3-853. Principais problemas da comunidade segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre as ações junto à comunidade de Mapele, a pesquisa diagnosticou que não há no momento ações relevantes acontecendo na visão do entrevistado. A outra possibilidade é uma deficiência na comunicação desses projetos que esteja em execução na comunidade. Apenas 1% dos entrevistados indicou existir projetos que visam a melhoria local. A resposta estava em torno do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal voltado para as habitações da população brasileira (Figura 8.3-854).

As ações da iniciativa privada, também, apresentaram baixos índices de conhecimento por parte dos entrevistados, onde apenas 4% indicaram conhecer tais iniciativas (Figura 8.3-855). Algumas empresas foram lembradas pela população, como a Petrobras, a Belov Engenharia e Dow Química. Surpreendeu a resposta de citação da Ford Motor Company com 55%. Isso porque, apesar de estar localizado na Baía de Aratu, no município de Candeias, o Terminal Portuário da Ford não desenvolve trabalhos na presente comunidade. Uma explicação pode ser a interação de alguns moradores de Mapele junto as comunidades que são atendidas pela referida empresa, Madeira e Caboto (Figura 8.3-856). As seguintes iniciativas das empresas foram lembradas pelos pescadores e pescadoras artesanais de Mapele: Cursos Profissionalizantes com 16%, Curso de Corte e Costura com 17%, Apoio Cultural com 16%, entre outras ações (Figura 8.3-857).

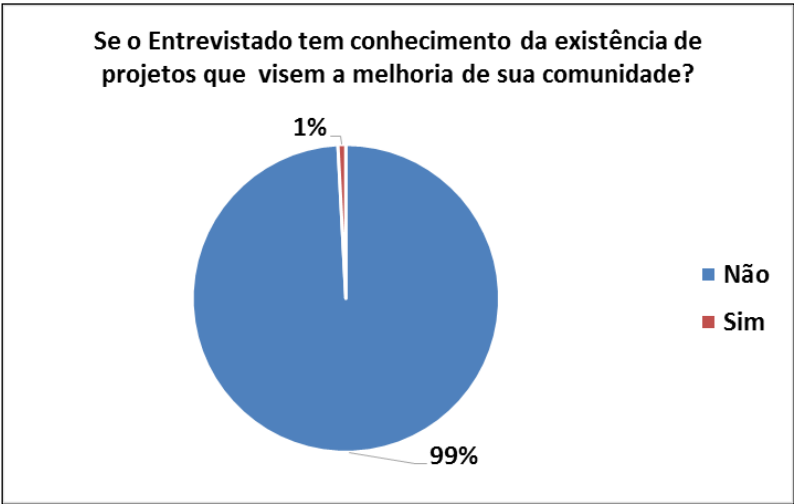


Figura 8.3-854. Se o Entrevistado tem conhecimento da existência de projetos que visem a melhoria de sua comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

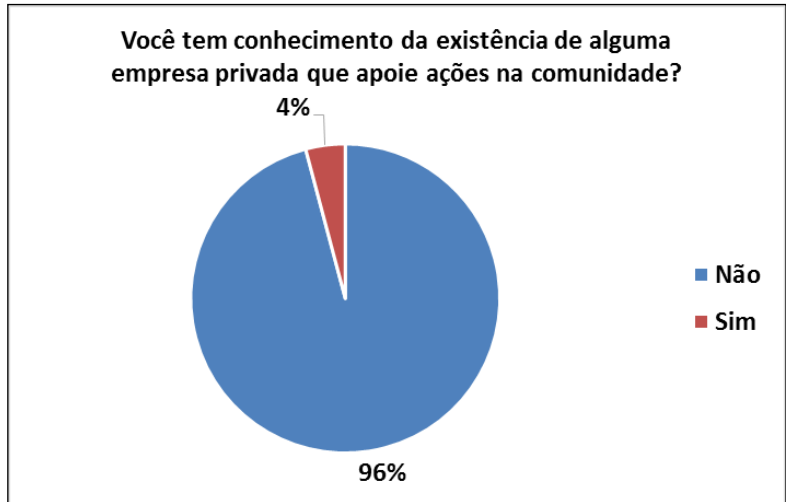


Figura 8.3-855. Você tem conhecimento da existência de alguma empresa privada que apoie ações na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

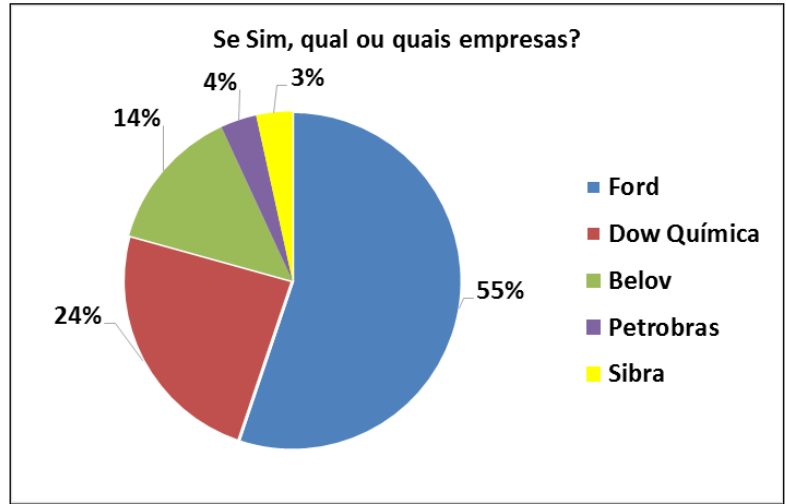


Figura 8.3-856. Se Sim, qual ou quais empresas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

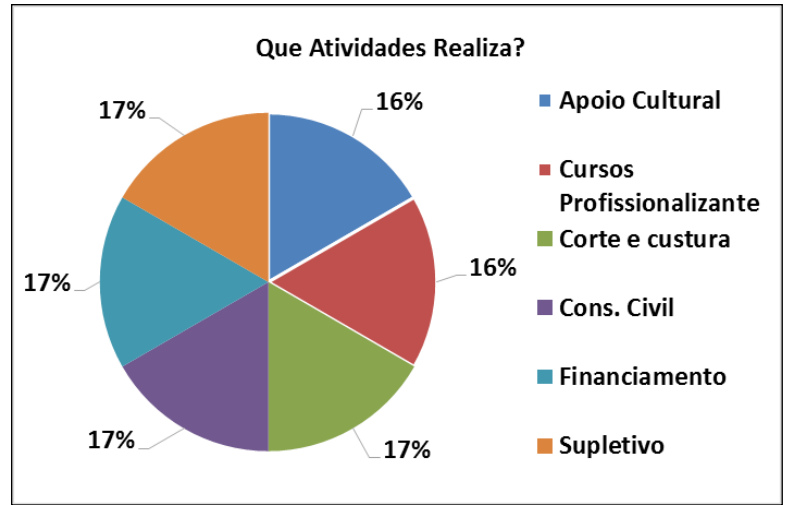


Figura 8.3-857. Que atividades realiza? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Boca do Rio

A pesquisa, junto aos pescadores artesanais da comunidade de Boca do Rio, mostrou que para 100% dos entrevistados, há problemas ambientais no local onde vivem (Figura 8.3-858).

Para os entrevistados, o depósito de lixo a céu aberto e a poluição do ar eram os principais problemas da comunidade de Boca do Rio com 22% para cada um. A poluição do ar estava relacionada as atividades do Porto de Aratu, já que essa comunidade se encontra inserida na atual área pertencente a Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA).

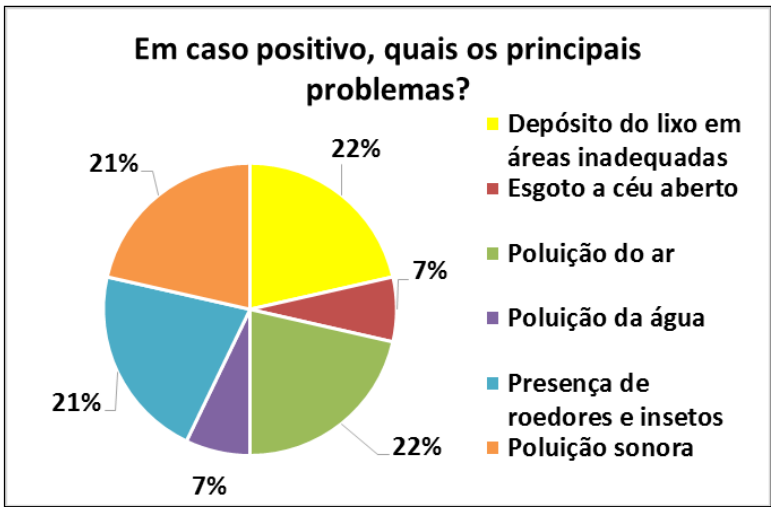


Figura 8.3-858. Em caso positivo, quais os principais problemas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A presença de roedores e insetos, que pode ter consequência direta da precariedade das condições de saneamento, alcançou 21% das opiniões como o maior problema.

A presença de associações comunitárias é uma das formas legais instituídas pela sociedade para sua mobilização visando benefícios coletivos em prol dos habitantes de uma comunidade. Entretanto, esse tipo de instituição não existia na comunidade, consequentemente, não havia registros de apoios mediante projetos (públicos ou privados) voltados para as pessoas que ali residiam.

Os principais problemas da comunidade de Boca do Rio, na visão dos entrevistados, foram compilados e estão representados na Figura 8.3-859. Apesar da Baía de Aratu atualmente contar com diversas empresas, segundo os depoimentos colhidos junto aos entrevistados da comunidade de Boca do Rio, destacava-se negativamente como um dos principais problemas,

o desemprego, para 15% (Figura 8.3-859). A precariedade das infraestruturas básicas ligadas a urbanização e o saneamento, também, foram bastante citadas.

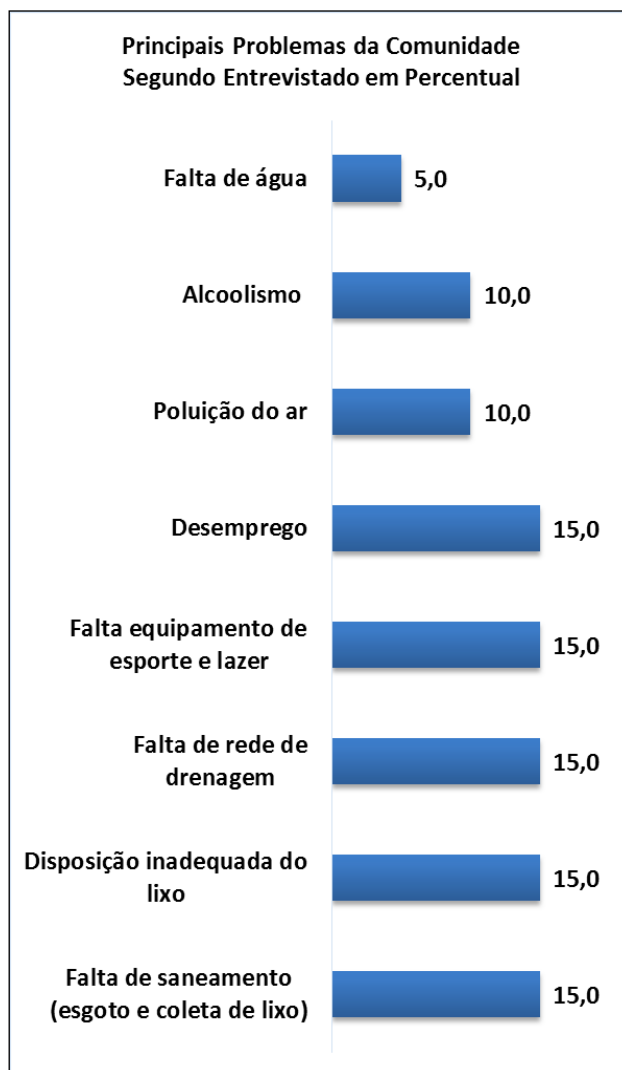


Figura 8.3-859. Principais problemas da comunidade segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passé

A pesquisa, junto aos pescadores artesanais da comunidade de Passé, mostrou que para 91% dos entrevistados, há problemas ambientais no local onde vivem (Figura 8.3-860). Esses problemas assumem conotações e significados diferentes para quem respondeu ao questionamento.

Para 34% dos entrevistados, o esgoto a céu aberto era um dos principais problemas da comunidade de Passé, seguido da pesca predatória com 21% das respostas.

A presença de roedores e insetos, que pode ter consequência da precariedade das condições de saneamento, alcançou 8% das opiniões como o maior problema (Figura 8.3-861).

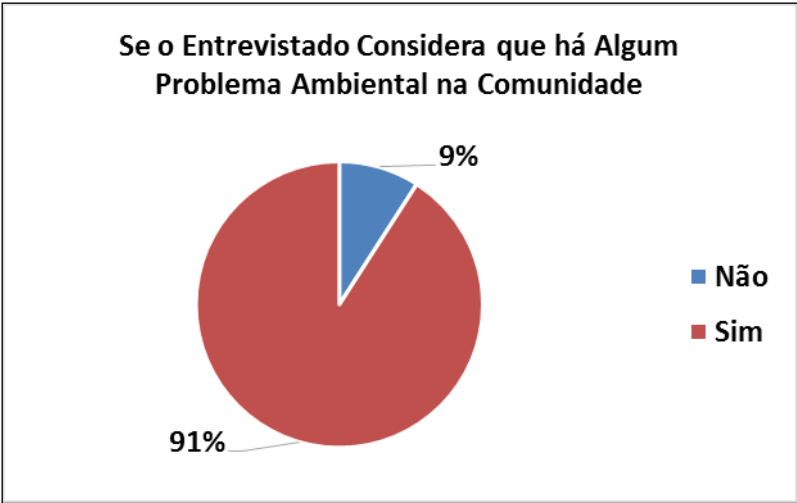


Figura 8.3-860. Se o entrevistado considera que há algum problema ambiental na comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

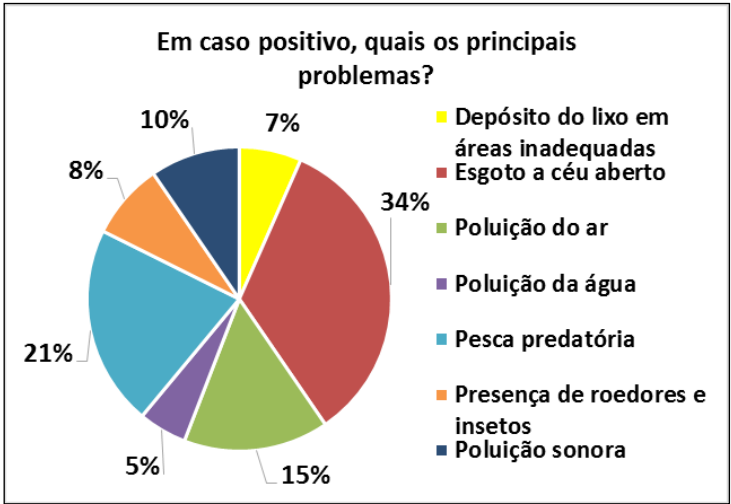


Figura 8.3-861. Em caso positivo, quais os principais problemas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os principais problemas da comunidade de Passé, na visão dos entrevistados, foram compilados e estão representados na Figura 8.3-862. Depoimentos colhidos junto aos entrevistados da comunidade de Passé, destacava-se negativamente como principal problema o desemprego para 15%. A precariedade das infraestruturas básicas ligadas a urbanização e o saneamento, também, foram bastante citadas. A ausência de saneamento representava para 13,8% dos entrevistados o pior problema local, assim como o envolvimento com drogas com 13,8%. A ociosidade dos jovens de Passé era um fator preocupante para 11,9% da amostra da pesquisa. Embora em menor escala a gravidez na adolescência representou 5,1% dos problemas.



Figura 8.3-862. Principais problemas da comunidade segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre as ações junto à comunidade de Passé, a pesquisa diagnosticou que 48% desconheciam a existência de projetos em execução (Figura 8.3-863). Dos 52% que afirmaram conhecer os projetos, os destaques eram os cursos profissionalizantes com 45% e as capacitações voltadas para os pescadores e pescadoras artesanais da comunidade com 33%.

As ações sociais da iniciativa privada apresentaram índices elevados por parte dos entrevistados, onde 68% indicaram conhecer tais iniciativas (Figura 8.3-865). Destacou-se a empresa Proquigel, que atua no município de Candeias, na área de químicos com 100% das

respostas. As seguintes iniciativas das empresas foram lembradas pelos pescadores e pescadoras artesanais de Passé: Cursos de Informática com 50% e os cursos de pintura com 50% (Figura 8.3-866).

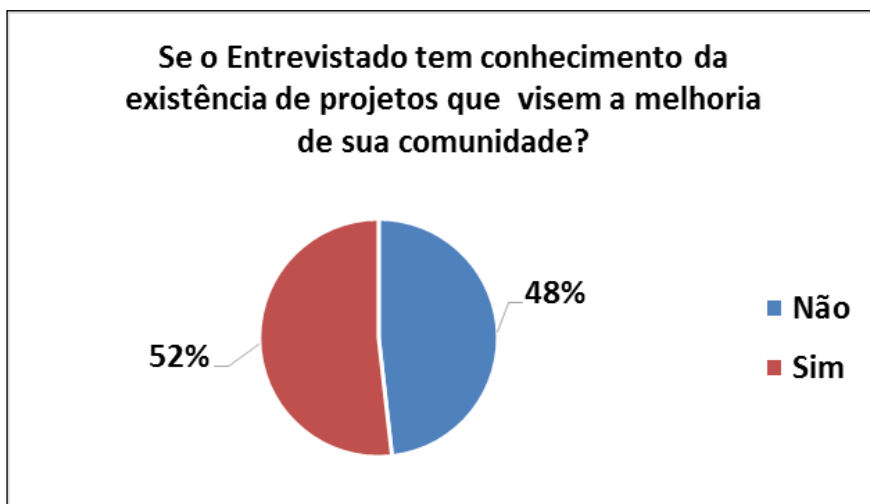


Figura 8.3-863. Se o Entrevistado tem conhecimento da existência de projetos que visem a melhoria de sua comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

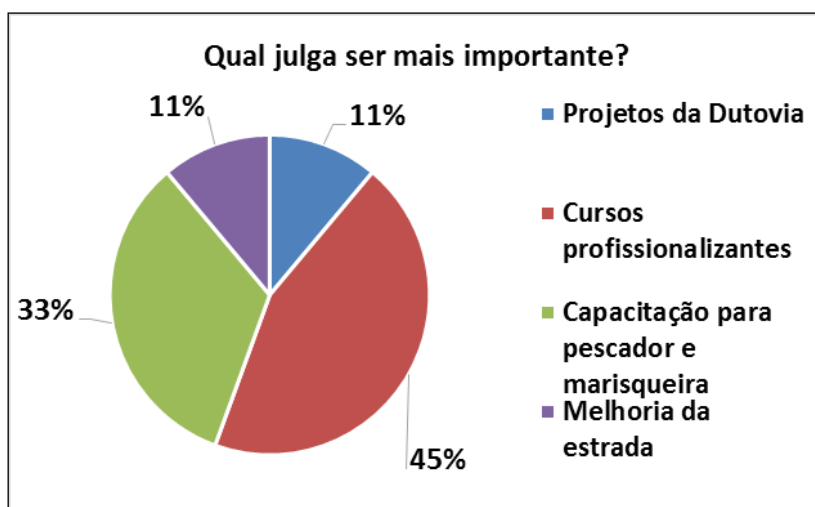


Figura 8.3-864. Qual julga ser mais importante? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

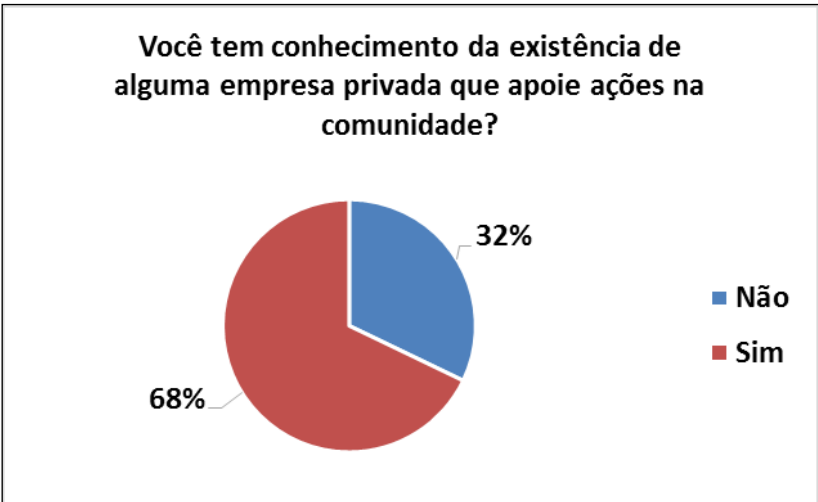


Figura 8.3-865. Você tem conhecimento da existência de alguma empresa privada que apoie ações na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-866. Que atividades realiza? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Caboto

A pesquisa, junto aos pescadores artesanais da comunidade de Caboto, mostrou que, para 92% dos entrevistados, há problemas ambientais no local onde vivem (Figura 8.3-867). Esses problemas assumem conotações e significados diferentes para quem respondeu ao questionamento (Figura 8.3-868). Para 23% dos entrevistados, a situação de esgoto a céu aberto era um dos principais problemas da comunidade de Caboto, seguido da pesca predatória com o mesmo percentual.

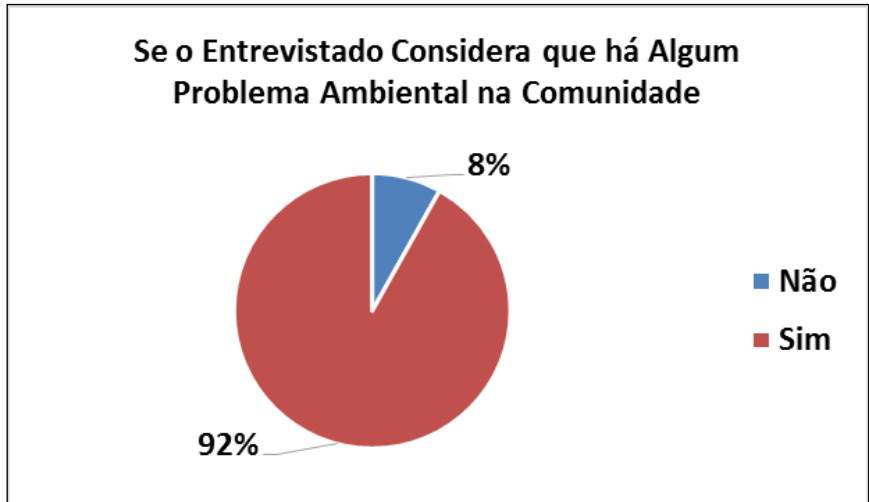


Figura 8.3-867. Se o Entrevistado considera que há algum problema ambiental na comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

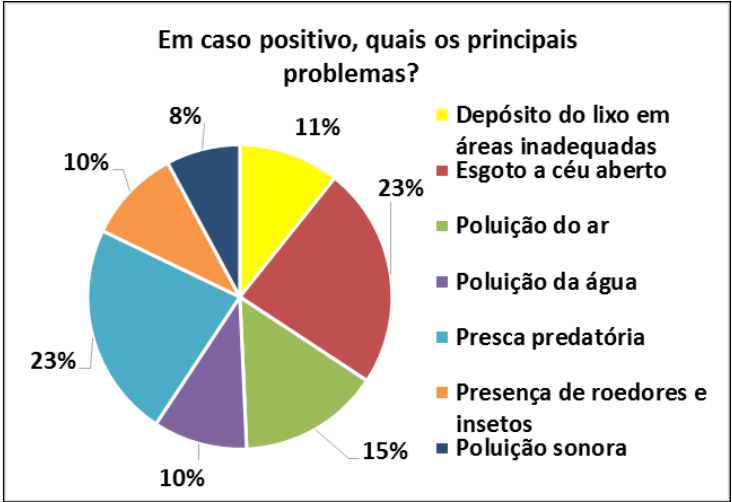


Figura 8.3-868. Em caso positivo, quais os principais problemas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os principais problemas da comunidade de Caboto, na visão dos entrevistados, foram compilados e estão representados na Figura 8.3-869. Tais vicissitudes apresentam uma gama de fatores associados.

A ociosidade dos jovens de Caboto era um fator preocupante para 10,6% da amostra da pesquisa. Entretanto, era o envolvimento com drogas, a maior preocupação externada pelos entrevistados no distrito (19,6%).



Figura 8.3-869. Principais problemas da comunidade segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre as ações junto à comunidade de Caboto, a pesquisa diagnosticou que através do setor público, há no momento ações na visão do entrevistado, em execução na comunidade (Figura 8.3-870). Sendo estas, a reforma das unidades escolares no distrito (Figura 8.3-871). As ações

sociais da iniciativa privada apresentaram índices mais elevados de conhecimento por parte dos entrevistados, onde 53% indicaram conhecer tais iniciativas (Figura 8.3-872). Algumas empresas foram lembradas pela população, dentre elas a Dow Química e, principalmente, a Ford através do seu Terminal Portuário localizado próximo a Caboto (Figura 8.3-873). As seguintes iniciativas das empresas foram lembradas pelos pescadores e pescadoras artesanais de Caboto: Cursos Profissionalizantes com 46%, Curso de manicure com 7%, Cursos em Geral com 33%, entre outras ações (Figura 8.3-874).

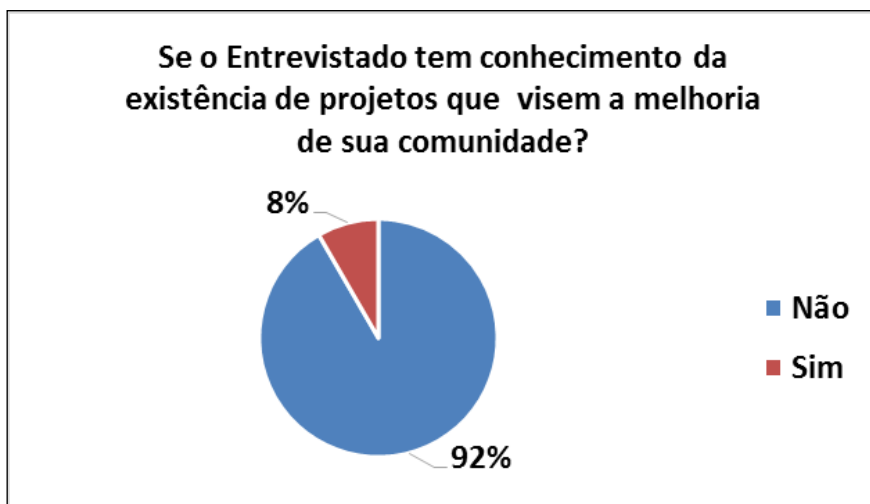


Figura 8.3-870. Se o Entrevistado tem conhecimento da existência de projetos que visem a melhoria de sua comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

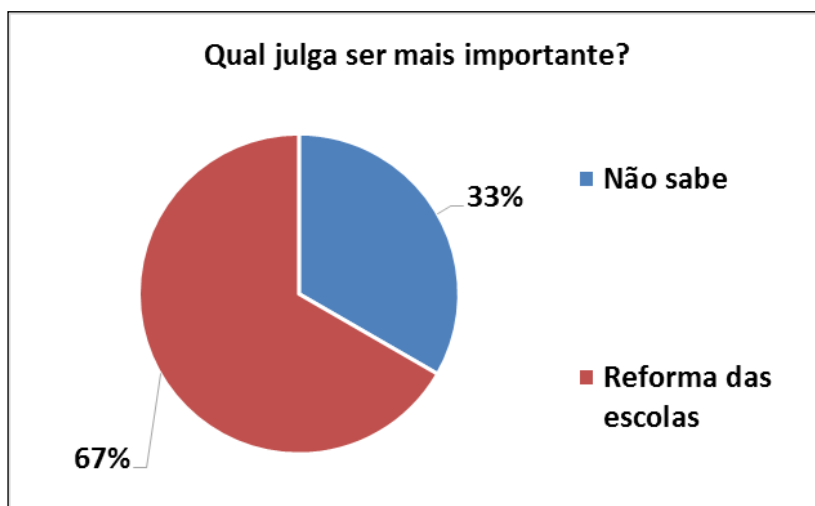


Figura 8.3-871. Qual julga ser mais importante? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

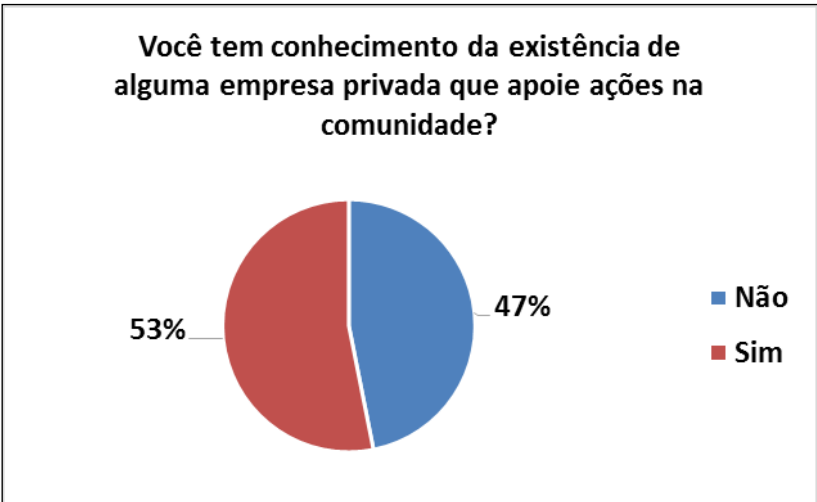


Figura 8.3-872. Você tem conhecimento da existência de alguma empresa privada que apoie ações na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

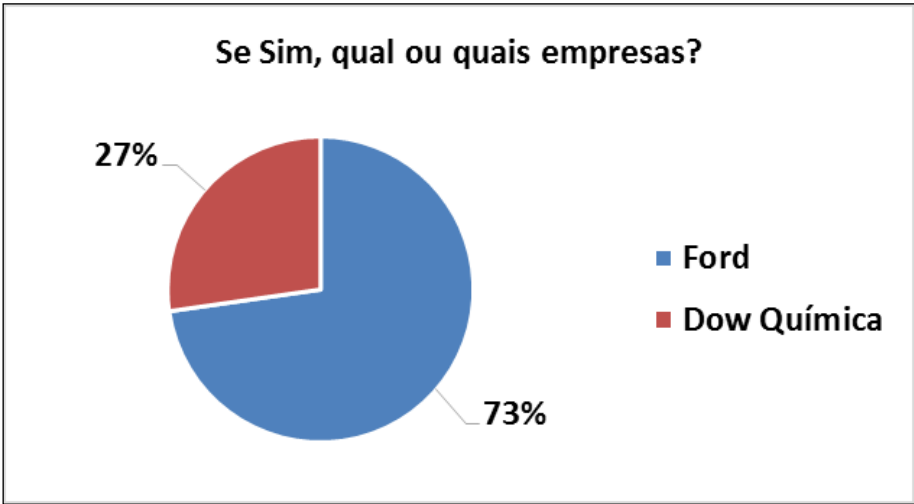


Figura 8.3-873. Se Sim, qual ou quais empresas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

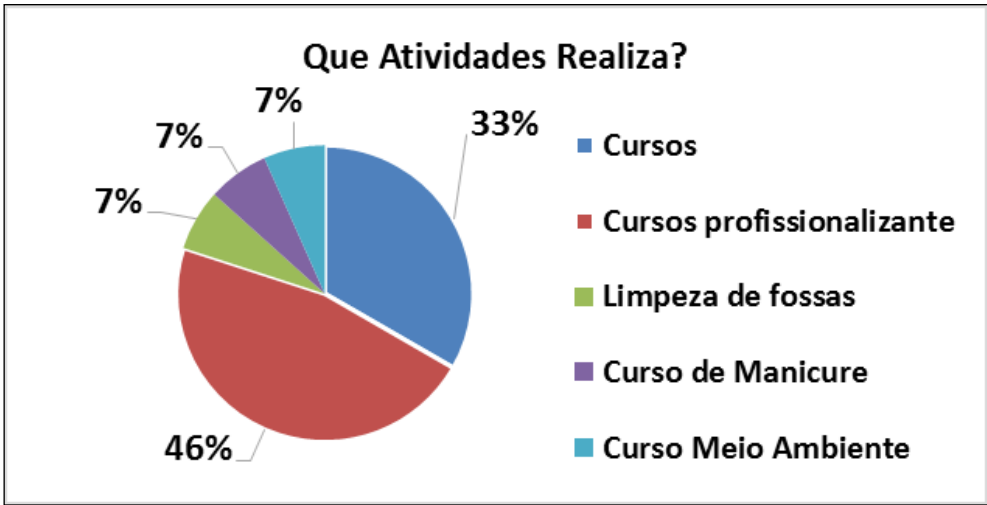


Figura 8.3-874. Que atividades realiza? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

A pesquisa, junto aos pescadores artesanais da comunidade de Ilha de Maré, mostrou que para 97% dos entrevistados, há problemas ambientais no local onde vivem (Figura 8.3-875). Esses problemas assumem conotações e significados diferentes para quem respondeu ao questionamento.

Para 24,1% dos entrevistados, a poluição do ar era um dos principais problemas da comunidade de Ilha de Maré, seguido do esgoto a céu aberto com 21,3% das respostas.

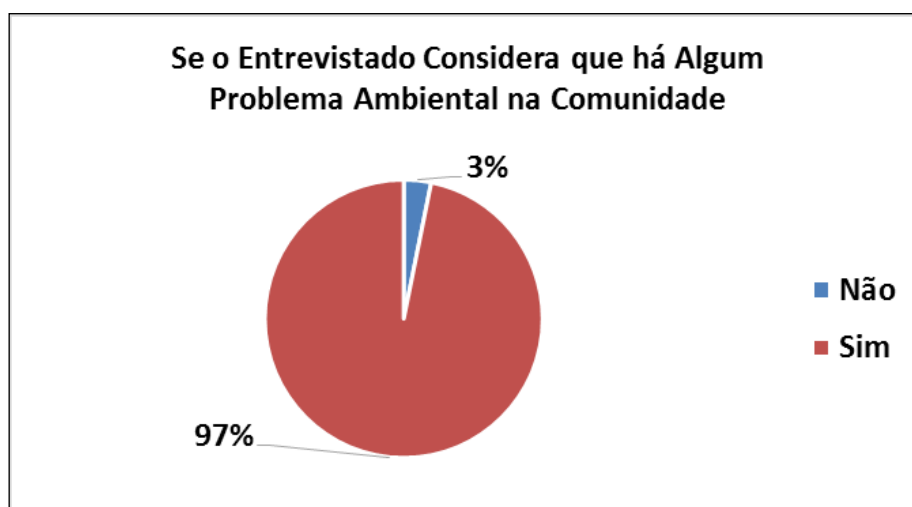


Figura 8.3-875. Se o entrevistado considera que há algum problema ambiental na comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A presença de roedores e insetos, e que pode ter consequência da precariedade das condições de saneamento, alcançou 18,6% das opiniões como o maior problema. A pesca predatória ainda é reconhecida como um problema pelos entrevistados de Ilha de Maré. As respostas frente a esse fato contribuíram para 6,1% das respostas.

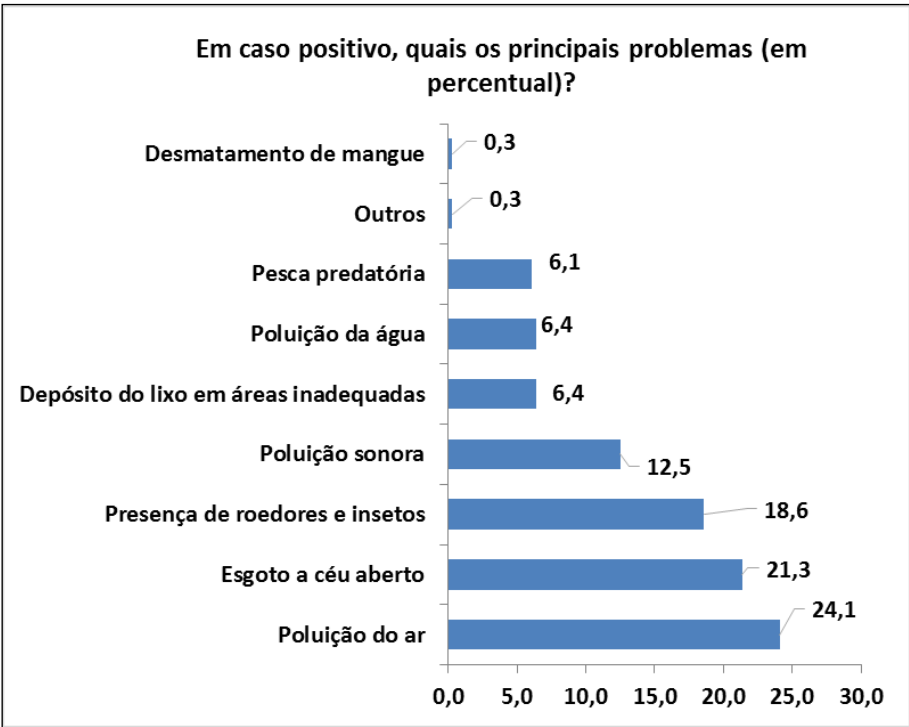


Figura 8.3-876. Em caso positivo, quais os principais problemas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os principais problemas da comunidade de Ilha de Maré na visão dos entrevistados foram compilados e estão representados na Figura 8.3-877. A precariedade das infraestruturas básicas ligadas à urbanização e o saneamento, também, foram bastante citadas. A ausência de saneamento representava para 15% dos entrevistados, o pior problema local. A ociosidade dos jovens de Ilha de Maré era um fator preocupante para 12% da amostra da pesquisa. A poluição do ar, muito associada aos processos ligados ao funcionamento do Porto de Aratu-Candeias, foi apontada por 10,9%. O desemprego e a falta de equipamentos de esporte e lazer contribuíram com 9,8% e 12,8% respectivamente (Figura 8.3-877).



Figura 8.3-877. Principais problemas da comunidade segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Sobre as ações junto à comunidade de Ilha de Maré, a pesquisa diagnosticou que 79% dos entrevistados apontou a existência de projetos visando a melhoria da comunidade (Figura 8.3-878). O destaque foi à implantação da creche na comunidade de Bananeiras (20%) e a entrega de novas casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal com 14,3% (Figura 8.3-879).

As ações da iniciativa privada, também, apresentaram baixos índices de conhecimento por parte dos entrevistados, onde apenas 2% indicaram conhecer tais iniciativas. O destaque, segundo esses entrevistados, foi à implantação de um centro comunitário pela Petrobras de acordo com 100% das respostas (Figura 8.3-880).

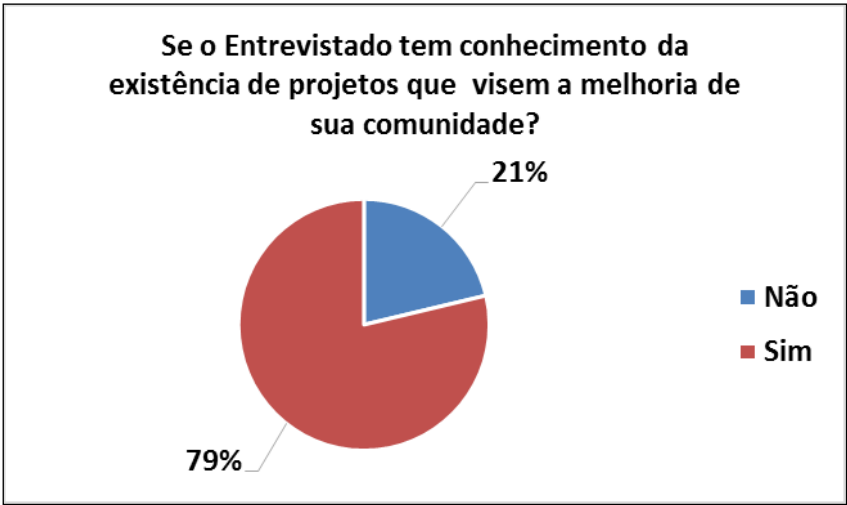


Figura 8.3-878. Se o entrevistado tem conhecimento da existência de projetos que visem a melhoria de sua comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

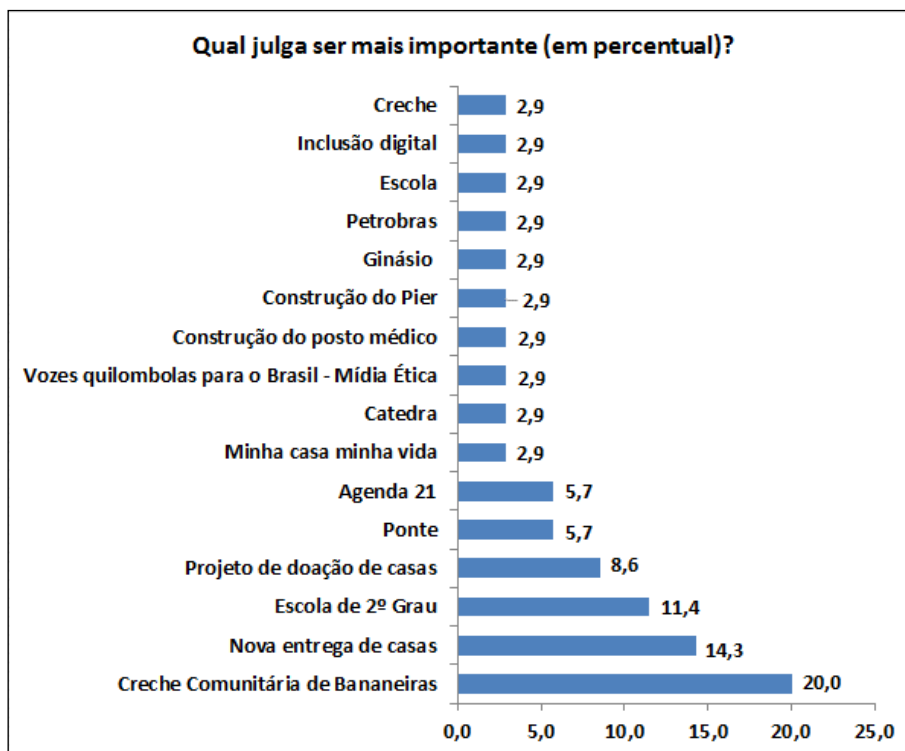


Figura 8.3-879. Qual julga ser mais importante? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

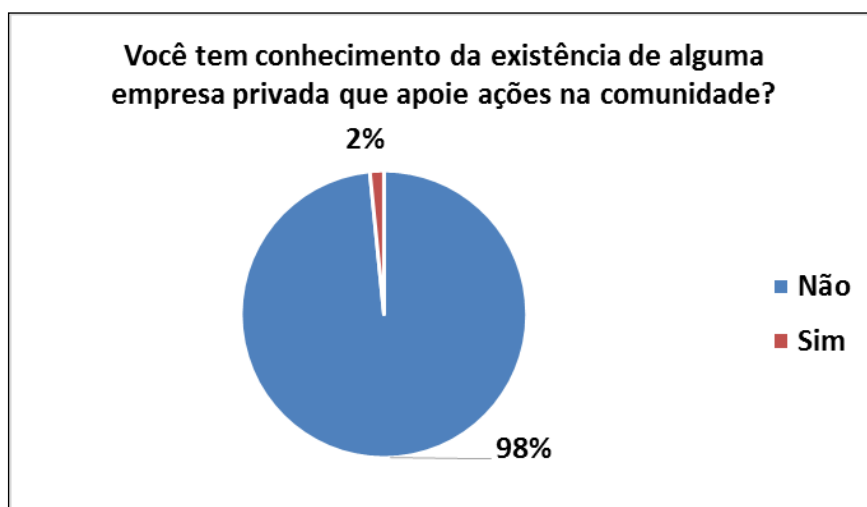


Figura 8.3-880. Você tem conhecimento da existência de alguma empresa privada que apoie ações na comunidade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passagem dos Teixeiras

A pesquisa, junto aos pescadores artesanais da comunidade de Passagem dos Teixeiras, mostrou que para 97% dos entrevistados, há problemas ambientais no local onde vivem (Figura 8.3-881). Esses problemas assumem conotações e significados diferentes para quem respondeu ao questionamento.

Para 23% dos entrevistados, os depósitos de lixos em áreas inadequadas era um dos principais problemas da comunidade de Passagem dos Teixeiras, com 23% das respostas. A poluição aérea era a segunda maior situação elencada de problema ambiental para 20%.

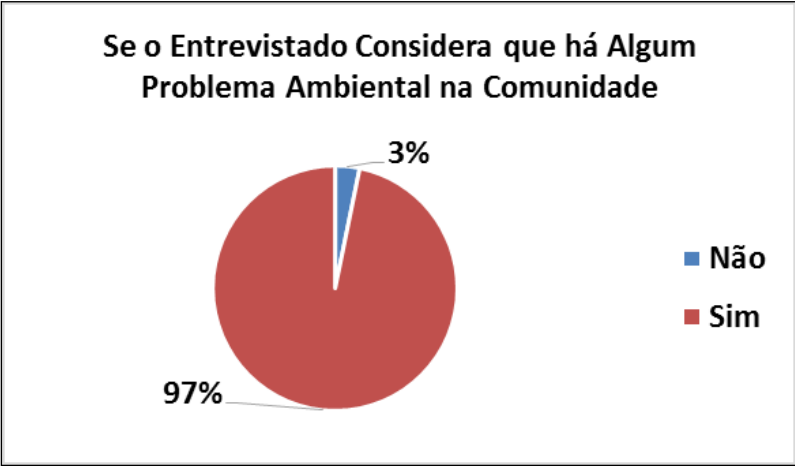


Figura 8.3-881. Se o entrevistado considera que há algum problema ambiental na comunidade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

A presença de roedores e insetos, e que pode ser consequência da precariedade das condições de saneamento, alcançou 18% das opiniões como o maior problema. A pesca predatória, ainda, é reconhecida como um problema pelos entrevistados de Passagem dos Teixeiras, chegando a 13% do total (Figura 8.3-882).

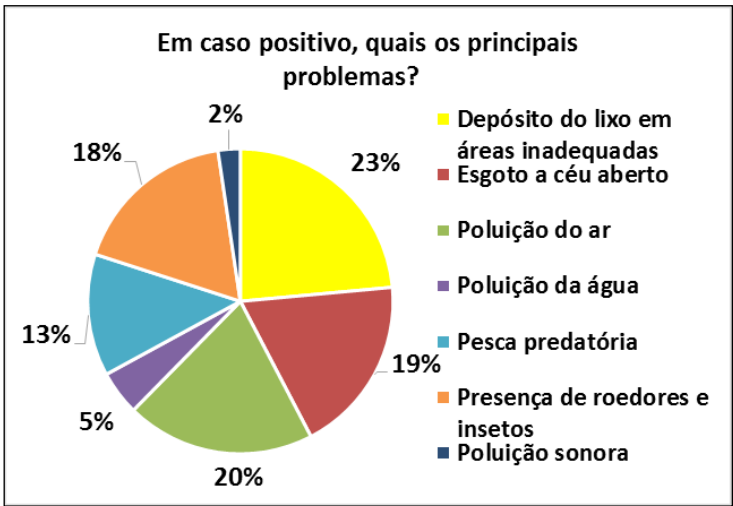


Figura 8.3-882. Em caso positivo, quais os principais problemas? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Os principais problemas da comunidade de Passagem dos Teixeiras, na visão dos entrevistados, foram compilados e estão representados na Figura 8.3-883. Tais vicissitudes apresentam uma gama de fatores associados.



Figura 8.3-883. Principais problemas da comunidade segundo entrevistado em percentual (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Apesar da Baía de Aratu atualmente contar com diversas empresas, segundo os depoimentos colhidos junto aos entrevistados da comunidade de Passagem dos Teixeiras, destacava-se negativamente como principal problema, o desemprego para 14,5% (Figura 8.3-883). O envolvimento com drogas era o segundo maior problema na visão dos entrevistados e representou 12,7% do total de opiniões. A ociosidade dos jovens de Passagem dos Teixeiras era um fator preocupante para 10% da amostra da pesquisa.

Sobre as ações junto à comunidade de Passagem dos Teixeiras, a pesquisa diagnosticou que os entrevistados desconheciam a existência de projetos, sejam eles oriundos de instituições públicas ou privadas, com o objetivo de melhorar a comunidade.

Observa-se que das comunidades pesquisadas, as organizações sociais com melhor engajamento são aquelas que tem objetivos ambientais e de benefícios ligados a classe pesqueira:

Aqui a gente participa de seminário, as vezes a gente se encontra em algum seminário de associações de Caipe, de Madre de Deus, como por exemplo, ontem que estava com todos eles na Bahia Pesca. Outras por aqui vizinhas, a gente tem uma parceria, como Associação de Mucunga, algumas a gente tem um contato bom (Edvandro Pinheiro dos Santos, 53 anos, Presidente da APESCAN).

Tem a parceria do CPP – Pastoral da Pesca, que dá o apoio e explica o saber de ter o direito, direitos e deveres. Tem uma em maracanã, nome: Associação de moradores de amigos e amigas de pescadores de Maracanã. Colônia Z 4 é o Sindicato, Associação de Bananeira, Porto de cavalo, Santana, Praia grande e adjacências. Que nos dá o apoio, quando a gente quebra o pau, a gente aciona as comunidades e está todo mundo junto no mesmo sentido. Mais atuante é todo mundo, mas tem as lideranças, tem sete pessoas em cada comunidade, aqui em Maracanã tem Natanael, Biruca, estão em frente ao conselho, tem ela ai Marcia (como suplente) (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré).

Isso se deve principalmente as articulações que foram construídas ao longo dos últimos anos, tendo o suporte de instituições externas ao local como o Conselho Pastoral dos Pescadores. O Conselho Pastoral dos Pescadores é uma pastoral social ligada a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O CPP é composto por agentes pastorais, leigos, religiosos e padres comprometidos com o Serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais. O trabalho pastoral com pescadores foi iniciado

em 1968, nas praias de Olinda (PE), pelo Frei Alfredo Schnuettgen, OFM. Mais tarde o trabalho se espalhou para Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em 1976 com apoio de Dom Helder Câmara, a Pastoral dos Pescadores foi reconhecida a nível nacional pela CNBB. A Pastoral dos Pescadores se expandiu para outros estados do Nordeste e outras regiões do país. Em 1988 o CPP tornou-se uma instituição com personalidade jurídica.

Um fator determinante para essa construção das relações na pesca artesanal estar crescente é o sentimento de não representatividade da classe, segundo KUNH & GERMANI (2014, p. 5):

Por todas essas questões – que se resumem no fato dos pescadores não se sentirem representados por suas organizações de classe – começou a emergir, na contradição deste processo, um movimento de organização social mais legítimo. Esta organização surge da base dos grupos pesqueiros, visando organizar principalmente os pescadores artesanais, já que estes foram historicamente marginalizados em todo o processo. Assim, tendo como marco a Constituinte da Pesca, em 1985, foram criadas as bases para o surgimento do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), como também dos Movimentos Estaduais, a exemplo do Movimento dos Pescadores da Bahia (MOPEBA), no Estado da Bahia e, em escala local, as Associações de Pescadores, numa clara associação escalar em relação à organização institucional.

Esse movimento nasceu com o apoio, entre outros, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), que é ligado à ala mais progressista da Igreja Católica e que desenvolve um trabalho de assessoria junto aos pescadores. Na Bahia, o CPP possui duas áreas de atuação, partindo de regionalizações próprias à Pastoral, que é a Regional do Vale do São Francisco e a Regional do Litoral, esta última concentrando suas atividades em Salvador, Maragogipe e Cachoeira, município em que se localiza a área de estudo. Como resultado desta articulação, o Movimento Social tem dado visibilidade à pesca artesanal, participando de instâncias de decisão como o Conselho Nacional da Pesca (CONAPE), que assessora a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) na construção de suas políticas públicas. Também tem promovido Encontros e Seminários, com o intuito de ampliar as discussões sócio-políticas da Pesca.

A atuação das instituições voltadas para a pesca vem contribuindo para as discussões que estão voltadas para defesa e implementação do território pesqueiro. Segundo material

elaborado pelo Movimento Nacional de Pescadores (Figura 8.3-884), o conceito de Território Pesqueiro é um:

Território coletivo de autonomia, liberdade, relação harmoniosa com os recursos naturais. A pesca artesanal se refere a um campo de conhecimento específico.

Conhecimento fundamental para acesso aos recursos que vive. Este conhecimento é exercido num território coletivo, comum, que é de uma coletividade. Esse território é espaço de moradia, de trabalho e de vivência onde se reproduz social, cultural e economicamente. É o espaço apropriado e usado, onde se materializam os conhecimentos e as relações, a partir dos conhecimentos adquiridos e passados de geração a geração.

O território é de uso coletivo, onde há um conjunto de regras e de condutas vivenciadas com a coletividade para o uso dos recursos naturais e abrangem os espaços terrestres, dos rios, lagos, lagoas e mar. O pescador e a pescadora não vivem só na água, precisam da terra e da água, tendo nessa interface o mangue e as matas ciliares, a floresta, importantes para a garantia do trabalho tradicional, construção de instrumentos de trabalho, artesanato, espiritualidade, mística e mitos (histórias, crenças, lendas).

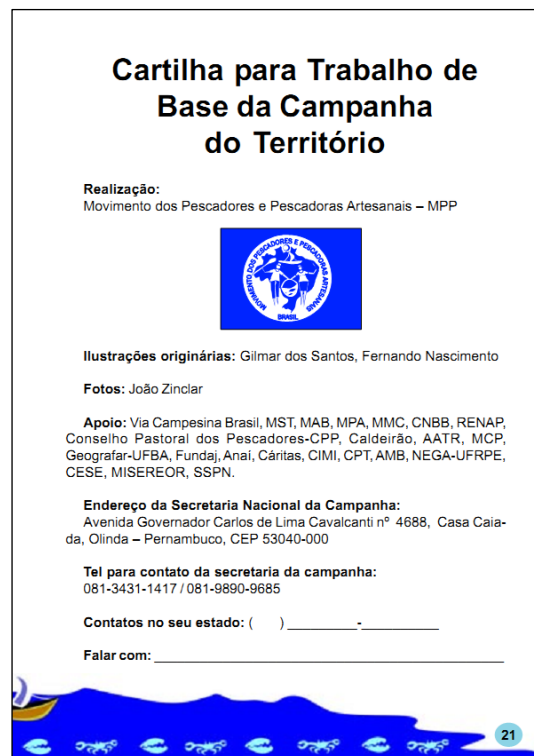
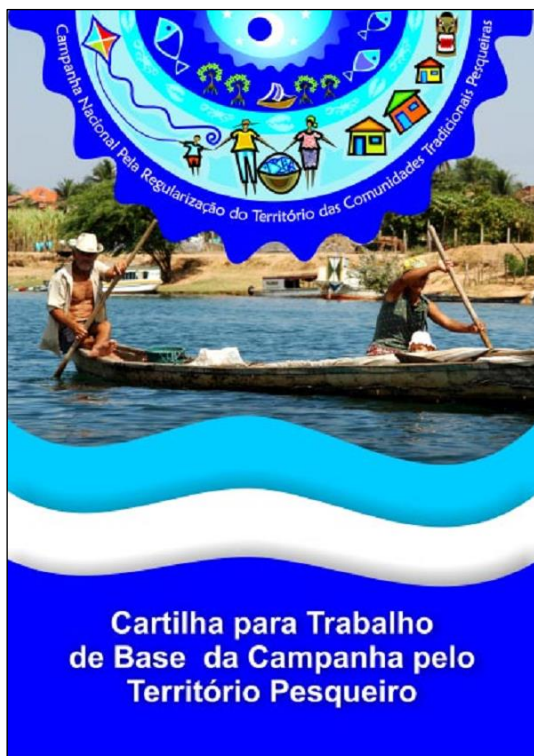


Figura 8.3-884. Cartilha desenvolvida para o movimento dos pescadores e pescadoras artesanais – MPP (Fonte: Companhia Pastoral da Pesca).

A defesa desses territórios pelas comunidades tradicionais, aqui centralizado nos pescadores e pescadoras, segue, segundo o movimento, um ordenamento jurídico nacional de acordo com as seguintes legislações:

- Constituição Federal de 1988;
- Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo 143/2002;
- Decreto nº 6.040/2007 da presidência da República;
- Lei Federal nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

A atuação dos movimentos dos pescadores da Ilha de Maré, também reconhecidos como Quilombolas, mostra-se bastante significativa na defesa dos direitos sociais e dos reconhecimentos das comunidades tradicionais. Alguns dos dirigentes das associações presentes na ilha, também, integram o Conselho Quilombola do Estado da Bahia, entidade que agrega, também, os seguintes conselhos:

- Conselho Quilombola do Território do Velho Chico
- Conselho Quilombola do Território de Vitória da Conquista
- Conselho Quilombola do Território do Piemonte do Norte
- Conselho Quilombola da Chapada Diamantina
- Conselho Quilombola do Território de Irecê
- *Conselho Quilombola da Região Metropolitana de Salvador (RMS)*
- Conselho Quilombola do Baixo Sul
- Conselho Quilombola do Extremo Sul
- Conselho Quilombola do Sertão Produtivo
- Conselho Quilombola do Recôncavo
- Movimento Quilombola de Malhada
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas – CONAQ

Um dos resultados recentes mais importantes deu-se a partir da luta a favor de outra comunidade quilombola, Rio dos Macacos (em Simões Filho), para que houvesse a identificação do seu território e, assim, diminuir os conflitos envolvendo essa comunidade e a Marinha do Brasil localizada na mesma região. Em 2014, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foi publicado.

Quanto a relação das comunidades da AID com os empreendimentos próximos, há um entendimento muito claro de que a progressiva ocupação do território na região da Baía de Aratu por empresas culmina na queda na qualidade de vida, principalmente nas que estão mais próximas ao empreendimento aqui estudado, conforme os depoimentos abaixo colhidos durante a fase de campo através das entrevistas qualificadas demonstrando essa preocupação:

A gente aqui, tem a refinaria (Landulpho Alves em São Francisco do Conde), tem o porto (Aratu-Candeias), e a gente sabe que polui, tem seus danos e pro pescador, pro nativo, cada dia mais fica complicado. Ainda bem que a gente sabe que o progresso tem que vir, tem um porto em Ilhéus (Porto Sul) que tá pra fazer agora, eu vi no jornal, os ambientalistas falando sobre os danos ambientais que venha causar. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador).

Olha, Passé é uma área muito extensa, ela tem divisa com Caboto, divisa com Madeira. A própria Dow Química está dentro do território, a própria Proquigel, a Graftech, a própria Petrobras tem vários poços, a Dutovia... Na verdade nós estamos em cima de uma bomba atômica e essas empresas se beneficiam (...) e não tem responsabilidade social conosco. Realmente se cobra muito, mas na hora de oferecer, não temos a contrapartida como disse o nosso presidente e a comunidade sofre bastante (Jorge da Cruz Silva, Secretário Geral da ABEMDIP).

Nós aqui, o principal que é o Grande Moinho Aratu, o próprio Porto da Ford, tem a Dow Química que é bem antiga, temos a Belov, temos aqui também, que vai sair um Estaleiro na antiga área da Cimento Aratu (Canteiro Náutico Naval de Aratu), que também está nesse processo, não sei como está, de licenciamento, inclusive já participei de duas audiências públicas (Manoel de Santana, Presidente da Associação de Moradores de Mapele).

A gente vive nesta luta ai, entra no mangue ai, antigamente pegava uma quantidade de marisco, ia para maré e pegava 2 ou 3 quilos, tinha que ir muitas vezes 2 vezes na maré, que tinha muito marisco para marisca. Quando eu vim morar aqui está praia aqui toda era poça de marisco era siri de mangue, siri casado, caranguejo, quando estava no tempo, pegava nestas poças e hoje não pega mais isso devido a estes produtos, que estão acabando com tudo. Sururu a gente não vê mais a cara de sururu de laje, bem pouco. O sururu não totalmente sumiu, mas os outros mariscos a gente acha pouco. Assim vai hoje, vai amanhã e nesta luta a gente consegue, também encontra as cascas sem os mariscos. Por causa disso também

muitas vezes encontramos os mariscos morrendo, em cima da terra morrendo e aí a gente se pergunta porque que está morrendo? E quando a gente fala que a gente vai fazer passeata e vamos buscar nosso direito aí muitas vezes dizem que não é por causa disso, não é por causa dos produtos, e é porque então? Na minha opinião a gente não acha de acordo, porque estamos sendo prejudicados por todas estas firmas aí. Não temos mais aquela vida que a gente tinha. O senhor está vendo aí tudo natural, coisas bonitas para a gente preservar, mas a gente não está conseguindo por causa destes problemas aí, a poluição está acabando com tudo. E não está acabando só com os mariscos, também com a saúde dos nossos filhos, porque eu mesmo tenho 4 filhos, todos 4 tem problema de vista e tem uma menina mesmo que a gente já gastou o que não tem e também agora o médico falou que o problema dela agora não tem mais jeito e a cada dia que que passa a visão ela tá perdendo a visão e qualquer dia ela vai ficar cega para sempre. Vem mais do Porto de Aratu (Ivanildes, Marisqueira de Ilha de Maré).

Eu não sei se foi o Porto de Aratu que fez as escavações, causou impacto sim, porque destruiu com os mariscos. Quando teve aquela escavação para o navio atracar (...) a dragagem, prejudicou bastante, acabou com os mariscos, o pessoal mariscava muito eu pegava bacias/latas de chumbinho lá no museu e acabou tudo com esta dragagem. (Gildete Oliveira, Vice-Presidente da Associação Comunitária Amigos de Caboto)

Vi, nasci, eu não tava na colônia, eu transportei alguns produtos químicos para o porto de aratu, mas já tinha essa visão de pesca, e algumas coisas no passado aconteceu, o Porto de Aratu foi feito de uma maneira aleatoriamente, sem até o Ibama ter influência, ele não tem licença ambiental, ele tá tentando fazer agora. (...). Hoje eu tenho uma boa relação com o Porto de Aratu, a pessoa que eu tenho contato lá dentro, que é Itamar, o presidente e o secretário. Nós estamos agora pra realizar uma reunião com o pessoal de Caboto que exigiu, pra que possamos dentro dessa conversa, pra ver o que pode ser ajudado com a nossa comunidade de pesca da região. Falta agora mais o ajuste de comprometimento social com a comunidade (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54, Candeias).

Não é boa. Quando você faz um dano, você tem que consertar. E o Porto de Aratu, pelas reivindicações, pelos danos que ele tem causado aqui dentro, nós erámos pra ser pessoas mais consideradas. Era, porque não dizer assim, ter uma parceria mais honesta um com o outro. Porque quando acontece

um derramamento, atinge aquela comunidade, como dessa última vez atingiu Botelho (fala do acidente com o Golden Miller). Não atingiu Bananeiras, mas nós mariscamos na comunidade de Botelho, que é onde fica os mariscos, então danificou todas as comunidades que se desloca pra o Botelho... Ai muitos que não entendem, diz que danificou só a comunidade do Botelho. Eu não vejo assim, nós somos pescadores, além da gente viver em um país livre, nós vamos onde o peixe tá comendo, nós estamos ali (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)

Alia-se a essa visão, a história de acidentes ambientais na região que ocorreram na última década, onde nas palavras dos entrevistados, cria-se um ambiente de conflitos permanentes, à medida em que a qualidade do ecossistema decai gradativamente:

Vários. Vários. Derramamento de produtos químicos na maré, mortalidade dos frutos do mar, dos peixes.... Nós tivemos anos atrás um grande vazamento que matou vários peixes, degradou todo o nosso meio ambiente, a comunidade teve que tomar uma atitude e fazer um movimento. A comunidade foi atendida, a Petrobras veio e deu condição para que nós fizéssemos a limpeza, retirou toneladas de óleo e de lixo. Aproveitamos também e limpamos o nosso manguezal. E essa é a nossa preocupação, da ABEMDIP e do nosso projeto Guardiães da Maré que é proteger o nosso berçário. Pois o nosso berçário hoje, o fruto que nós tínhamos a 30 anos, hoje nós não temos mais, sumiu. Caranguejo tá extinto, Guaiamum tá extinto, o Aratu nem se fala. Os crustáceos que tinham no nosso berçário sumiram. A nossa fauna, a nossa flora está completamente agredida. É um contexto de vários itens, que nós somos agredidos, ambientalmente, até moralmente (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP).

Uma vez estourou uma linha de afluentes aí que inutilizou esse rio aí, que matou os camarões, destruiu mesmo aquela região... Até para os animais beberem água era perigoso (Crispim, Associado da ABEMDIP).

Para você ter uma ideia, não vou nem dizer a 30 anos atrás, a 11 anos atrás, que a nossa fonte de renda aqui era a agricultura e a pesca, os moradores que não conseguem emprego nas empresas, eles têm que viver da pesca e da agricultura. A sardinha era um dos maiores comércios que nós tínhamos aqui, você via aqui canoas e canoas, que você via os baldes cheios.... Hoje pra você achar uma sardinha é uma dificuldade (...) Nós vivíamos da pesca da sardinha (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP).

Tem, cobrando... Mas até hoje nada (refere-se ao vazamento de óleo ocorrido em 2009 pela Petrobras). Na verdade, esse processo na justiça foi mal feito, botaram muito município que não tinha nada a ver, quem entrou foi a federação (baiana dos pescadores), entrou de maneira política, quis se promover politicamente e entrou com essa questão na justiça e colocou três municípios que não tinha nada a ver com a pesca na região. Na verdade, o óleo vazou em Caípe (São Francisco do Conde) e com uma mudança de vento trouxe pra Passé e só ficou em Passé, né? E também combateram rápido. Não combateram mais rápido porque o pessoal de misturou daqui com a Ilha de Maré, fizeram uma manifestação terrível e não era sim. Todo mundo quis se envolver politicamente no assunto e comprometeu que a Petrobras não atende, não aceita, botaram 2000 e poucas pessoas. A Petrobras já tinha o cadastro desse povo todo, na época do conselho, pela Pangea (Ong que em 2007 fez um levantamento para Petrobras sobre a atividade pesqueira na Baía de Todos os Santos), da qual fiz parte, já tinha todas as pessoas já, da nossa região, no documento, o que fazia, quem fazia, o período que pescava, já tinha toda uma estatística das pessoas. A Petrobras contestou o tempo todo, até que no último processo a Petrobras veio considerar que veio de Caípe e Passé. Por enquanto ela tava contestando tudo, mas já considerou de Caípe e Passé, mas não paga, porque tem muita gente envolvida. Até porque esse processo da Petrobras, a gente sabe, eu entendo, muita gente ao redor não entende, muita pessoa falando, né, envolvendo, muito envolvimento, que a Baía de Guanabara tem 20 anos nunca foi indenizado ninguém (...) E o nosso foi 2009 (...) E a gente que conhece o processo jurídico, eu por exemplo, não engano as pessoas daqui, mas as pessoas ficam enganando, se envolvendo, bota pai, mãe, filho e aí o processo não anda. Pode ser que um dia paguem (...). Eu já tive ganhos com a Petrobras aqui, em acordos aqui, já teve um vazamento anterior aqui muito pequeno, mas pelo menos ela atendeu algumas pessoas aquilo que é necessário. As pessoas fazem um envolvimento muito grande quando acontece isso, e a Petrobras está baseada, embasada em um laudo que vem do IBAMA e ela está tranquila. Na verdade não houve danos, não houve proibição da pesca, o laudo diz isso, então a Petrobras está embasada nisso. Se fosse no acordo seria melhor (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54, Candeias)

Parou por 90 dias. Inclusive teve um desastre ambiental foi em setembro de 2009, onde matou pra milhões de toneladas de peixe ai, entendeu?

Devastou com o meio de vida da comunidade, onde o pescador não foi assistido, não teve um suporte melhor (...) O pescador ficou 90 dias sem pescar, pois, o produto que caiu foi um produto muito rigoroso, entendeu? O pescador que tinha pescado no freezer, perdeu, porque ninguém consumia, devido ao produto ser químico e podia causar danos a saúde das pessoas, e a empresa não se levantou. Não fez nada pelo pescador. A gente sabe que foi a Proquigel né? Segundo o laudo químico, foi a Proquigel e o pescador não foi contemplado com nada. (Edvandro Pinheiro dos Santos, 53 anos, Presidente da APESCAN)

Esse negócio do navio a gente ficou aqui todo mundo louco sem saber o que fazer (sobre o vazamento ocorrido no Porto de Aratu em Dezembro/2013 pelo navio Golden Miller), a gente um correndo para saber do outro o que fazer e ninguém pode fazer nada, porque nós não temos nem segurança aqui. Se acontecer um desastre uma destruição? Ai depois jogou as coisas no mar o navio foi embora e a gente ficou sem o marisco e sem o peixe para comer. Foi filmado e teve toda a prova que a gente foi prejudicado, eles fizeram o teste lá da forma e do jeito que eles quiseram e quando acabou disse que a gente não foi prejudicado, que não foi tanto assim. Quer dizer que foi tudo filmado, a imprensa veio, viu tudo e eles tiveram coragem de dizer que a gente não foi prejudicado, como assim a gente não foi prejudicado? Foi um corre-corre de noite. Poucos dias mesmo de noite tava ai uma zuada, a gente ficou tão assustado que qualquer movimento a gente acha que é no navio. Uma zuada, parecia uma panela de água fervendo, ai todo mundo saiu correndo, o pessoal lá na frente em bananeira ficou tudo assustado. Minha menina, estava na igreja e veio embora porque a zuada estava incomodando o ouvido da pessoa. Chegou aqui estava todo mundo assustado e sem saber o que fazer. Com o impacto do barulho lá, muitas casas racharam, a minha mesmo rachou de cima até embaixo, aqui no Maracanã, por conta da explosão que foi muito forte. Lá na bananeira também tiveram umas que racharam, inclusive tem um rapaz que está desmanchando a casa agora, pois rachou de cima até embaixo (Ivanildes, Marisqueira de Ilha de Maré).

A comunidade que eu moro (bananeiras) foi atingida entre 2006 até 2007, que as mulheres, você via aquele lajedo cheio de mulheres com baldes tirando sururu. Acabou. Teve um derramamento ali, acabou. Na época, o INEMA, era o CRA, e teve uma pessoa do CRA aqui que disse que a comunidade não foi atingida. Vamos aguardar a maré vazar pra ver esse

resíduo de óleo tudo em cima desse lajedo aqui. Não deu outra, até hoje as mulheres não têm, isso de 2006 a 2007, até hoje as mulheres não marisca ali. Quem acabou? O Porto de Aratu. Apesar de todas as reivindicações, o Porto de Aratu deixa a desejar.

Uma coisa muito grave desse Porto de Aratu tem é vários tipo de veneno ali brabo. Nós sabemos que vamos deitar, mas não sabemos se vamos conseguir levantar com vida. Qual era a obrigação do Porto de Aratu no meu modo de ver: era de vez em quando fazer uma conscientização com todas as comunidades quando houvesse um derramamento pequeno, pois se houver um grande, seria um desastre. Mas isso não acontece. Ilha de Maré não tem só adulto não, tem criança inocente que não sabe se defender... As vezes quando o cheiro tá muito forte, eu pego laranja tiro a casca e espremo nas narinas. Ou limão, parto limão, e cheiro. Eu e todo mundo dentro de casa. Se for um bicho a gente sabe o que fazer, vamos correr... E uma coisa que vem do ar? Como é que a gente vai se salvar? (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)

O levantamento sobre os conflitos ambientais a partir dos 355 questionários aplicados junto aos pescadores das comunidades da AID, também, reforçam essa visão sobre os empreendimentos inseridos na Baía de Aratu ou no seu entorno.

Mapele

Na comunidade de Mapele, questionados sobre se já entraram em conflito com alguma empresa que afetou a atividade de pesca, 75% responderam positivamente (Figura 8.3-885). O conflito estabeleceu-se principalmente por dois fatores: a morte de pescados (53%) e a restrição a área de pesca (45%) (Figura 8.3-886). A consequência mais direta disso produziu um quadro onde, segundo os pescadores entrevistados em Mapele, a solução para esse conflito nunca ocorreu em 89% dos casos (Figura 8.3-887). Esse quadro reflete-se na opinião dos pescadores artesanais de Mapele, onde, segundo os mesmos, a relação com os portos da região é considerada péssima por 31% e regular por 27% (Figura 8.3-888). Para 35% era a Colônia de Pescadores, a instituição mais lembrada quando da ocorrência de algum problema ambiental ligado a pesca. Os órgãos ambientais, INEMA e IBAMA, juntos, representaram apenas 8%, o que parece denotar a ineficácia quanto as ações de fiscalização e mediação dessas instituições (Figura 8.3-889).



Figura 8.3-885. Se o entrevistado de Mapele já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade de pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

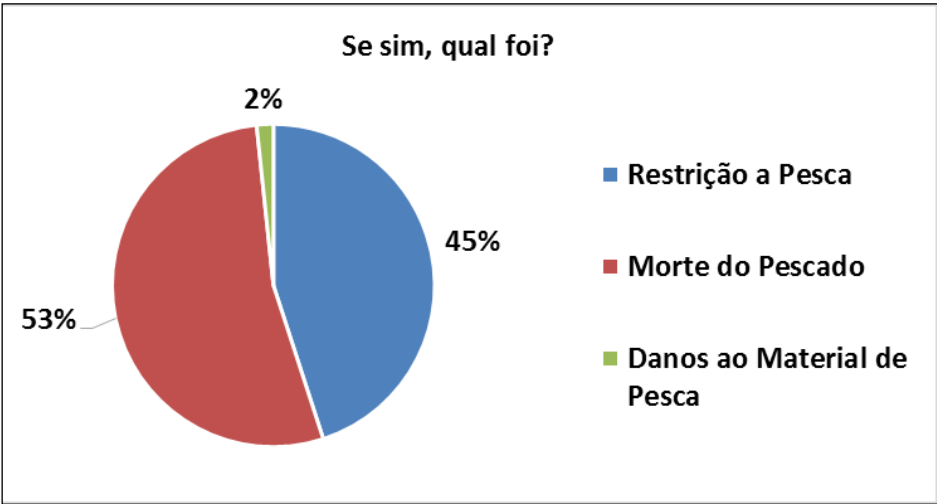


Figura 8.3-886. Se sim, qual foi? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

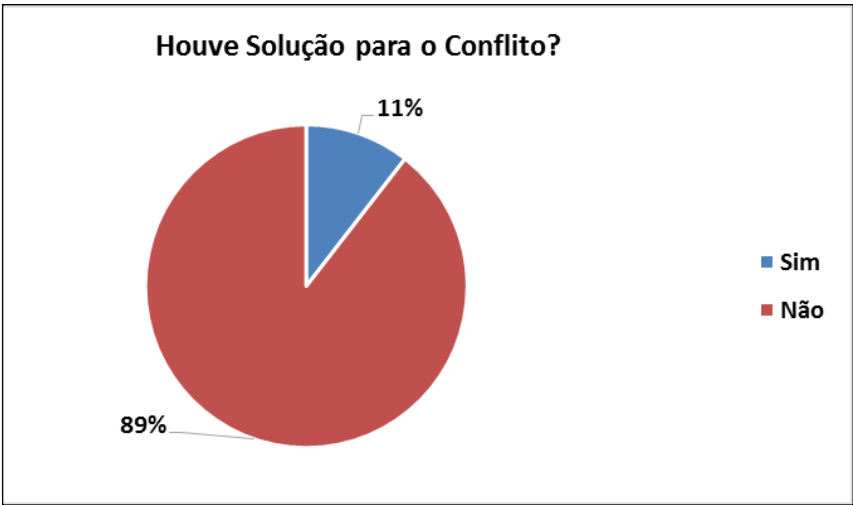


Figura 8.3-887. Houve solução para o conflito? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

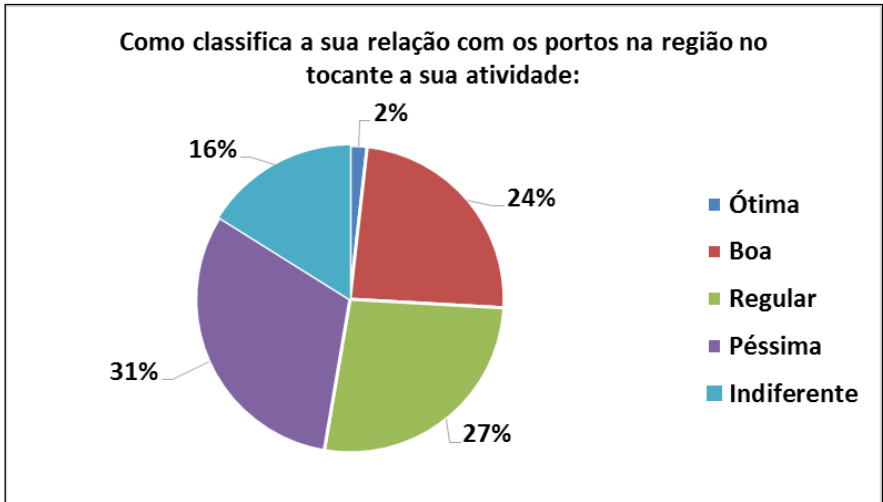


Figura 8.3-888. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

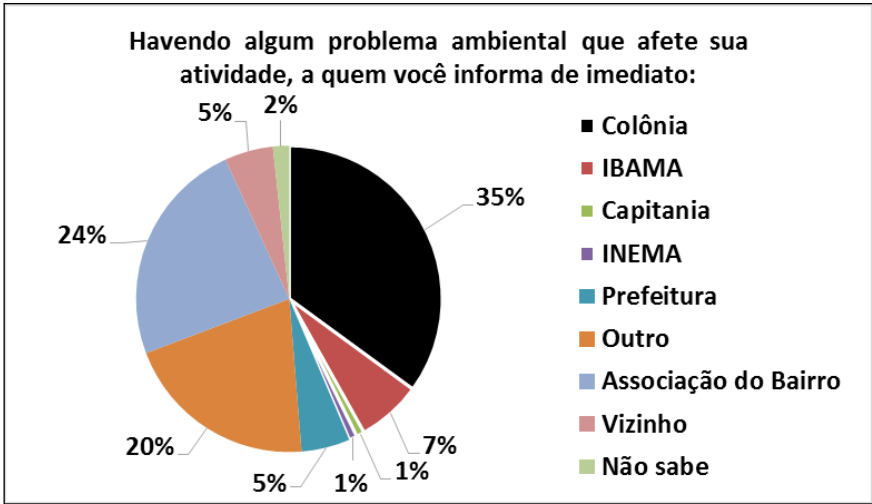


Figura 8.3-889. Havendo algum problema ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Boca do Rio

Na comunidade da Boca do Rio, 67% dos entrevistados responderam positivamente sobre conflitos envolvendo as empresas na região frente a atividade pesqueira (Figura 8.3-890). O conflito estabeleceu-se principalmente por 3 fatores: a morte de pescados (33%), a restrição a área de pesca (34%) e os danos ao material de pesca (33%) (Figura 8.3-891). A consequência mais direta disso produziu um quadro onde, segundo os pescadores entrevistados em Boca do Rio, a solução para esse conflito nunca ocorreu em 100% dos casos. Esse quadro reflete-se na opinião dos pescadores artesanais de Boca do Rio, onde segundo os mesmos, a relação com os portos da região é considerada péssima por 100% dos entrevistados. Para 67%, era a Colônia

de Pescadores, a instituição mais lembrada quando da ocorrência de algum problema ambiental ligado a pesca. O INEMA representou 33% (Figura 8.3-892).

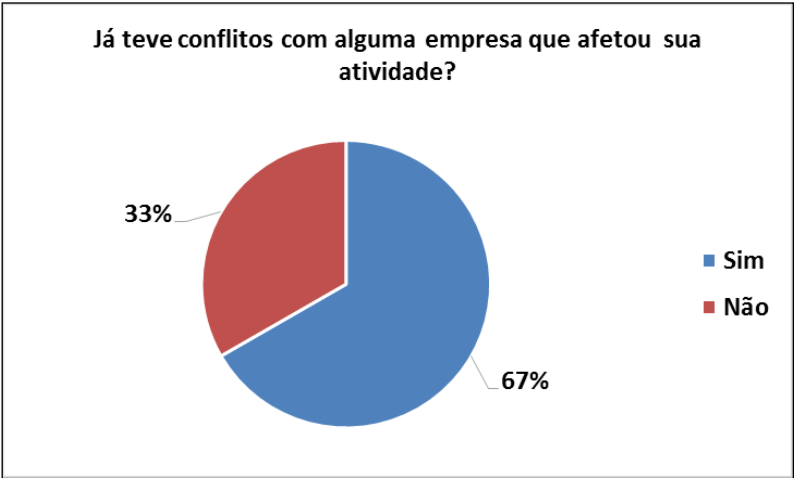


Figura 8.3-890. Se o entrevistado de Boca do Rio já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade de pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

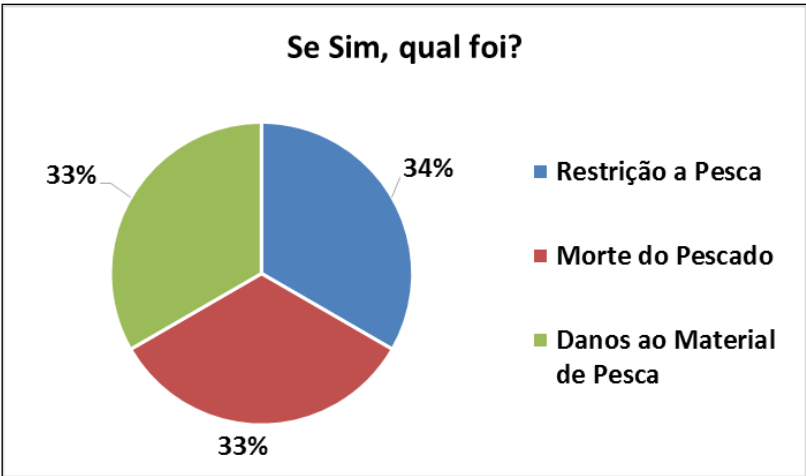


Figura 8.3-891. Se sim, qual foi? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

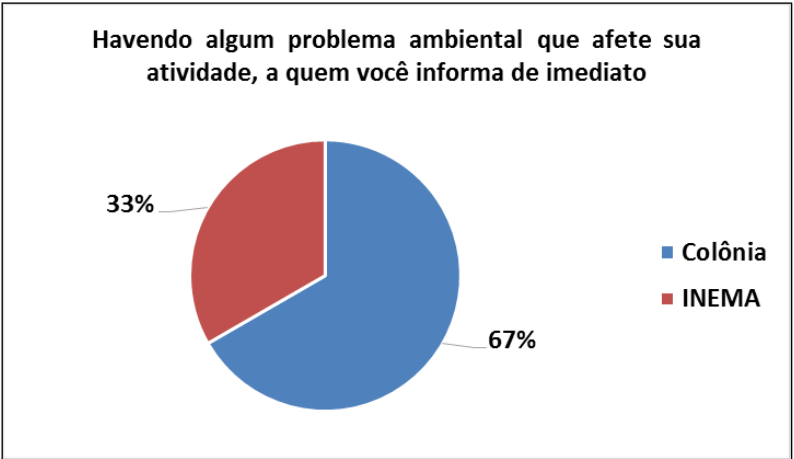


Figura 8.3-892. Havendo algum problema ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passé

Questionados sobre se já entrou em conflito com alguma empresa que afetasse a atividade de pesca, 72% responderam positivamente (Figura 8.3-397). O conflito estabeleceu-se principalmente por quatro fatores: a morte de pescados (67%), a restrição a área de pesca (29%), os danos ao material de pesca (2%) e o derramamento de óleo na Baía de Aratu (2%) (Figura 8.3-894). A consequência disso foi a produção de um quadro onde, segundo os pescadores entrevistados em Passé, a solução para esse conflito nunca ocorreu em 86% dos casos (Figura 8.3-895).

De acordo com opinião dos pescadores artesanais de Passé, a relação com os portos da região é considerada regular por 30% e péssima por 26% (Figura 8.3-896).

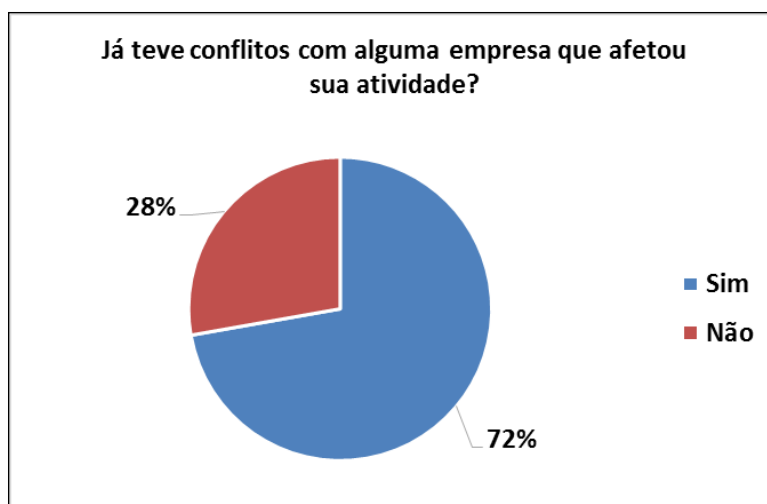


Figura 8.3-893. Se o entrevistado de Passé já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade de pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

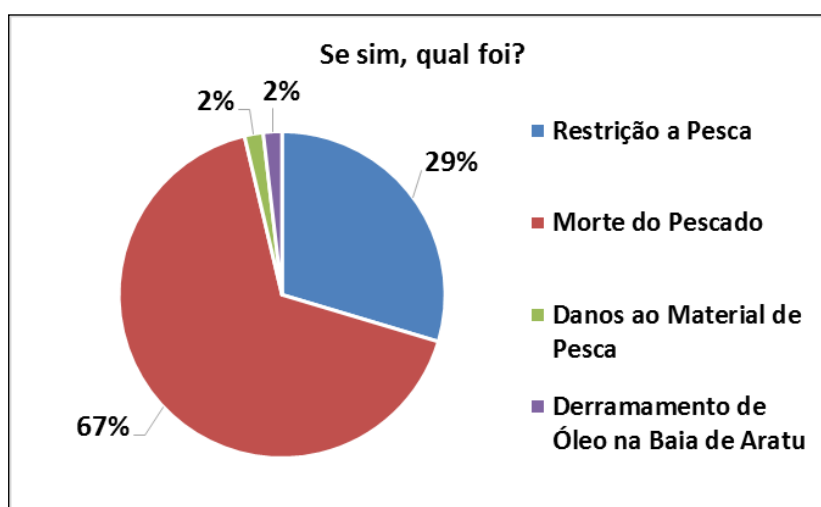


Figura 8.3-894. Se sim, qual foi? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-895. Houve solução para o conflito? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

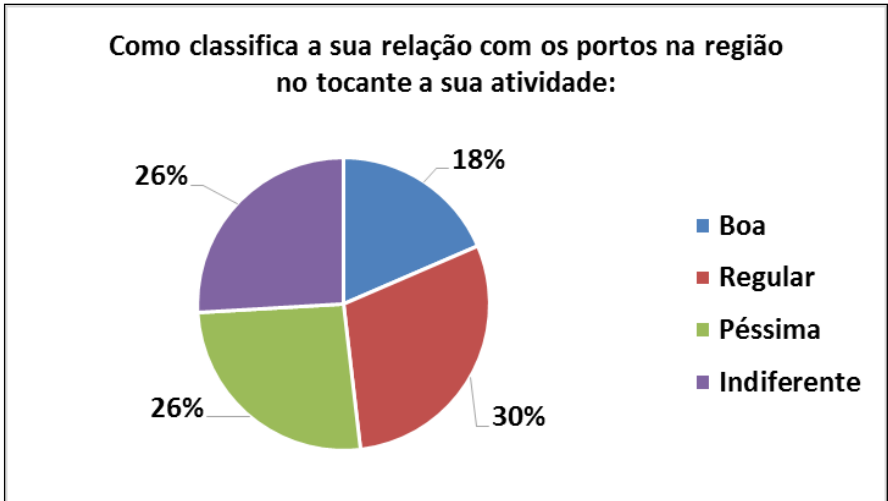


Figura 8.3-896. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

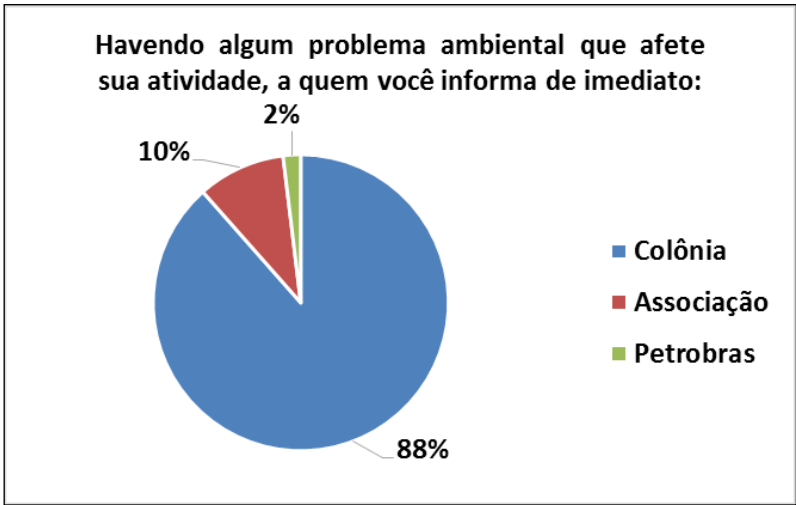


Figura 8.3-897. Havendo algum problema ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Caboto

Questionados sobre se já entrou em conflito com alguma empresa que afetasse a pesca, 85% responderam positivamente (Figura 8.3-898). O conflito estabeleceu-se principalmente por dois fatores: a morte de pescados (55%) e a restrição a área de pesca (45%) (Figura 8.3-899).

A consequência disso produziu um quadro onde segundos os pescadores entrevistados em Caboto, a solução para esse conflito nunca ocorreu em 70% dos casos (Figura 8.3-900). Para 41%, era a Colônia de Pescadores, a instituição mais lembrada quando da ocorrência de algum problema ambiental ligado à pesca. Os órgãos ambientais, INEMA e IBAMA, juntos, representaram 21% (Figura 8.3-902).

Segundo os pescadores e pescadoras artesanais de Caboto, a relação com os portos da região é considerada péssima por 44% e regular por 18% (Figura 8.3-901).

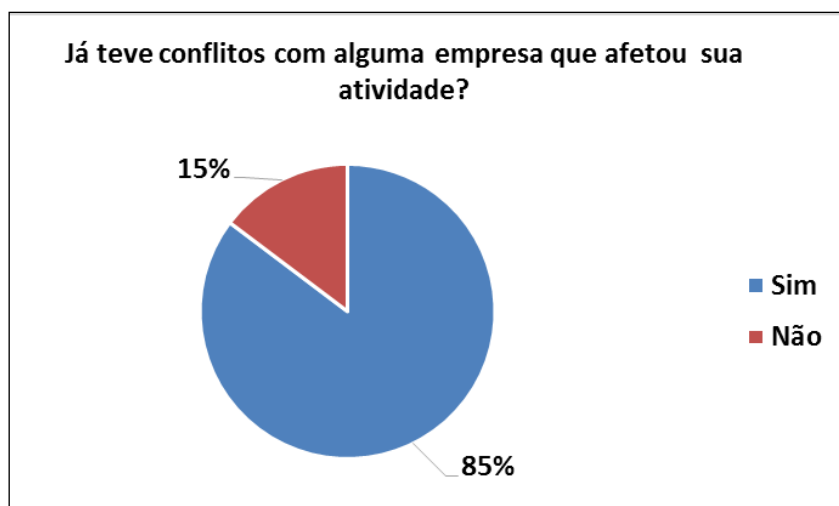


Figura 8.3-898. Se o entrevistado de Caboto já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade de pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

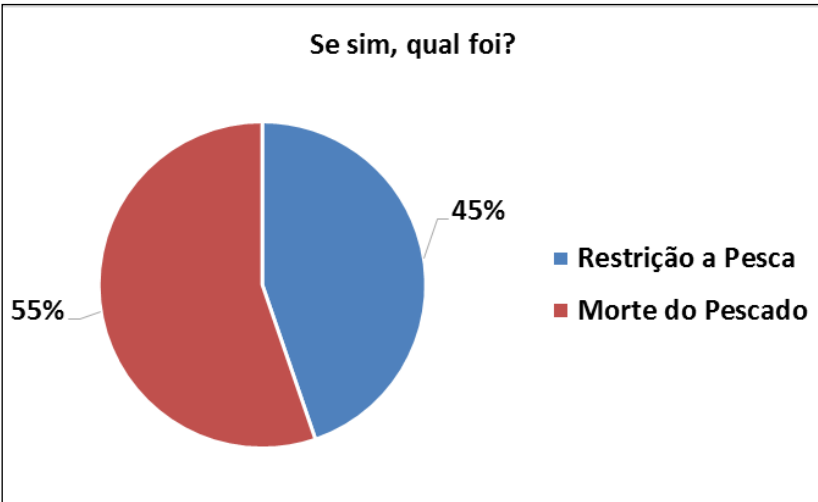


Figura 8.3-899. Se sim, qual foi? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

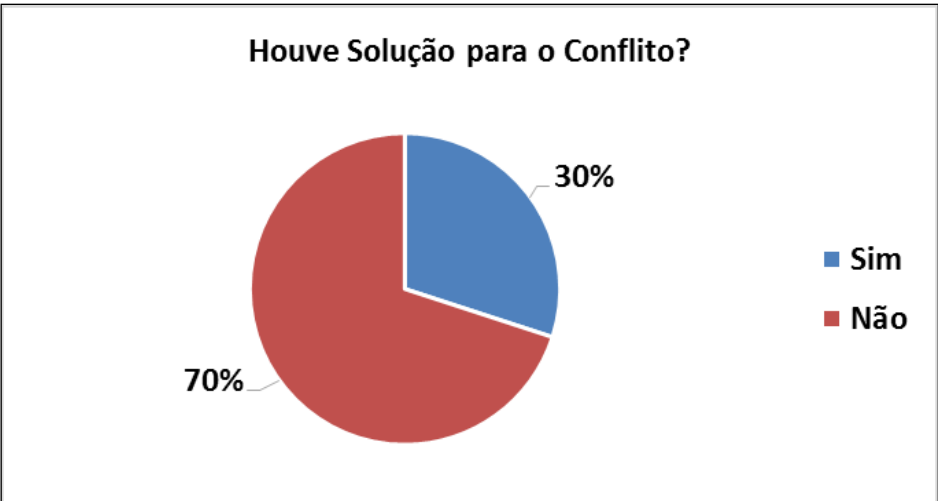


Figura 8.3-900. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

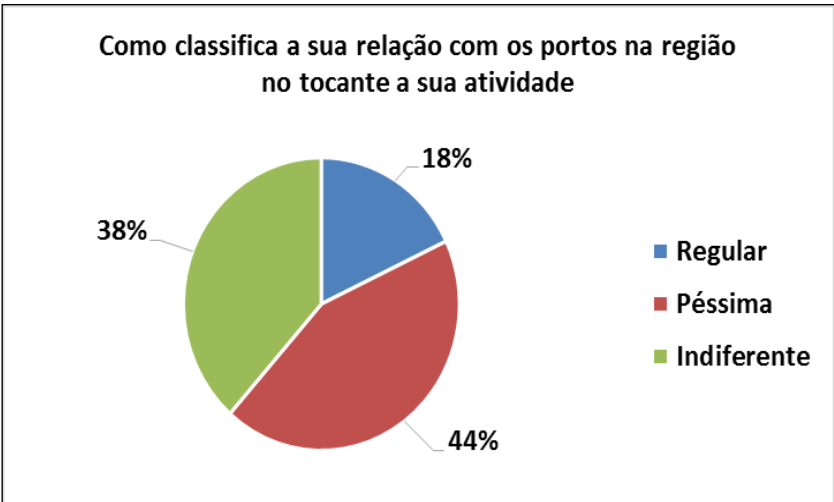


Figura 8.3-901. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

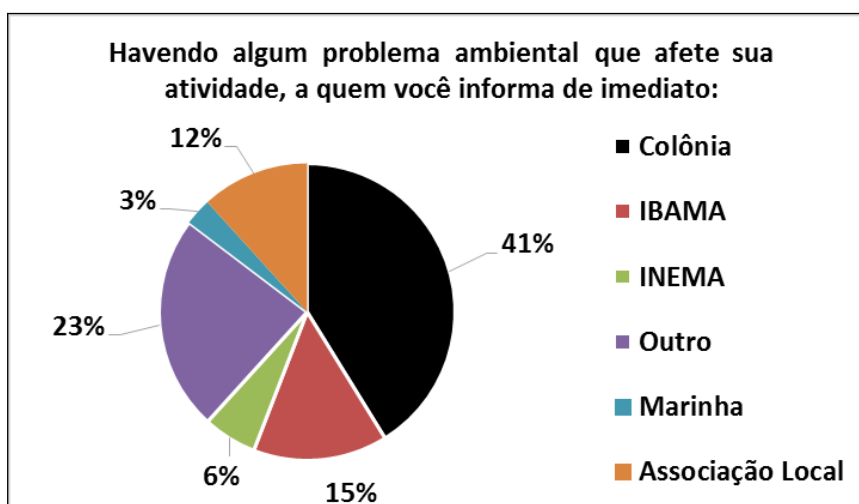


Figura 8.3-902. Havendo algum problema ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Ilha de Maré

Questionados sobre se já entrou em conflito com alguma empresa que afetasse a pesca, 89% responderam positivamente (Figura 8.3-903). O conflito estabeleceu-se principalmente por três fatores: a morte de pescados (37%), a restrição a pesca (39%) e danos aos equipamentos de pesca (24%) (Figura 8.3-904). A consequência disso foi à produção de um quadro onde segundos os pescadores entrevistados em Ilha de Maré, a solução para esse conflito nunca ocorreu em 97% dos casos (Figura 8.3-905). Para 62%, era a Colônia de Pescadores a instituição mais lembrada quando da ocorrência de algum problema ambiental ligado à pesca. Os órgãos ambientais, INEMA e IBAMA, juntos, representaram 21% das respostas (Figura 8.3-907).

Essa condição de problemas ambientais reflete-se na opinião dos pescadores artesanais de Ilha de Maré, onde segundo os mesmos, a relação com os portos da região é considerada péssima para 54% e regular por 22% (Figura 8.3-906).

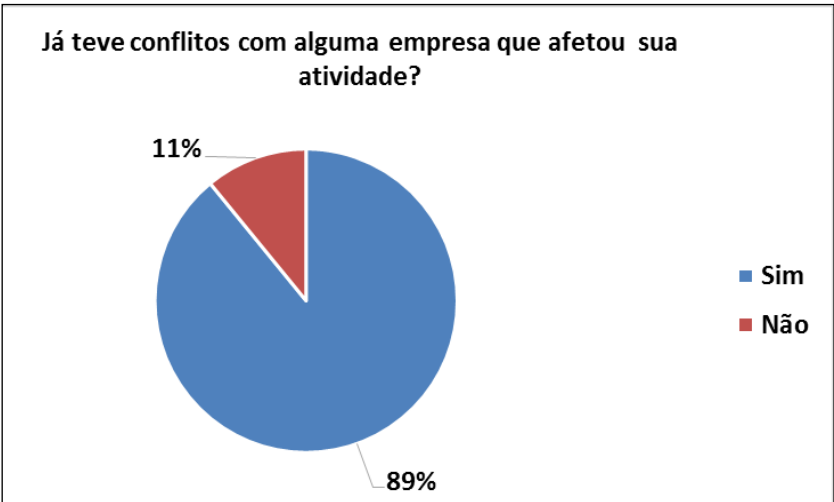


Figura 8.3-903. Se o entrevistado de Ilha de Maré já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade de pesca? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

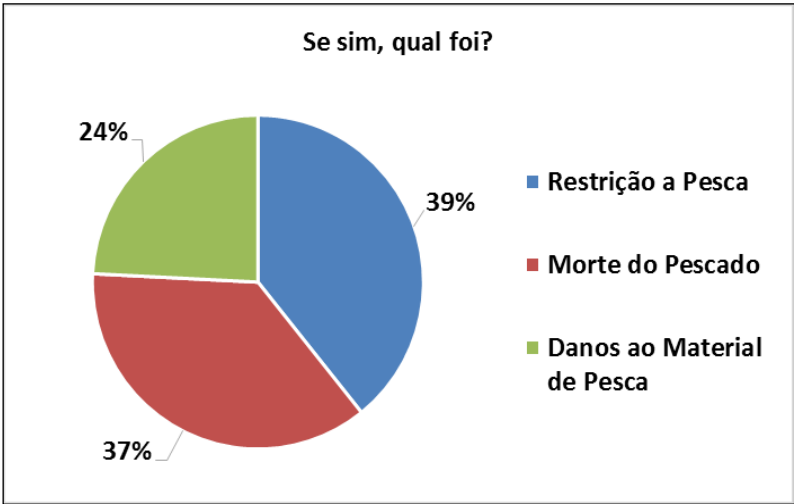


Figura 8.3-904. Se sim, qual foi? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

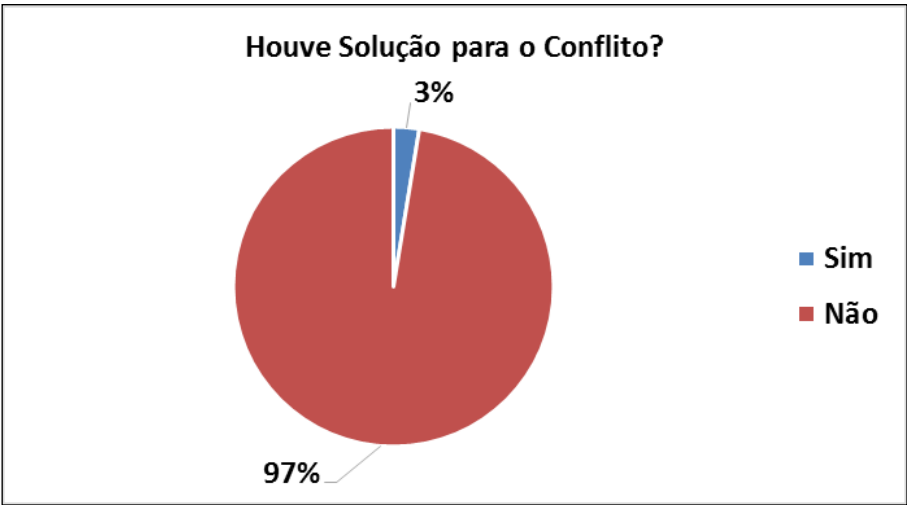


Figura 8.3-905. Houve solução para o conflito? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

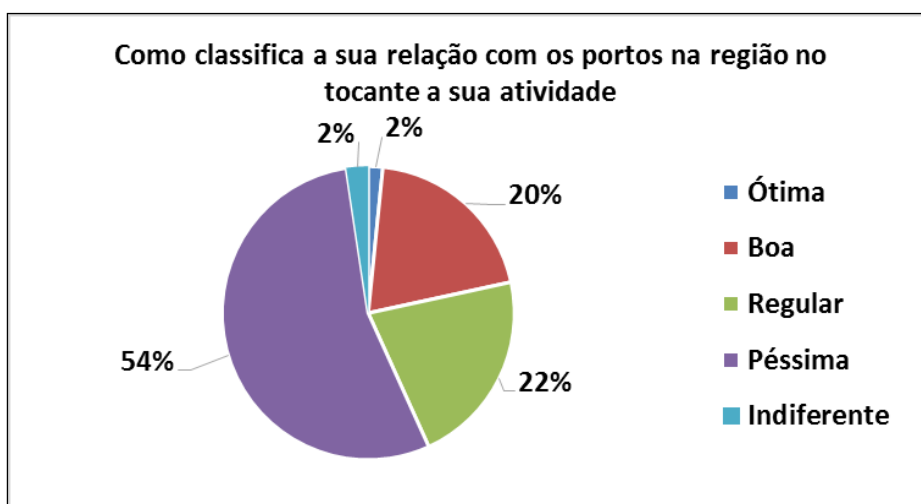


Figura 8.3-906. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

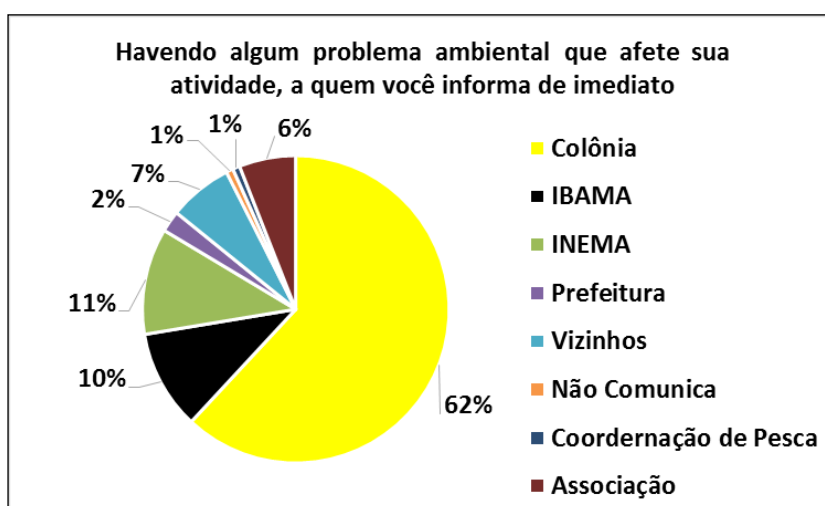


Figura 8.3-907. Havendo algum problema ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Passagem dos Teixeiras

Questionados sobre se já entraram em conflito com alguma empresa que afetasse a atividade de pesca, 76% responderam positivamente (Figura 8.3-908). O conflito estabeleceu-se principalmente por dois fatores: a morte de pescados (67%) e a restrição à pesca (33%) (Figura 8.3-909). Segundo os pescadores entrevistados em Passagem dos Teixeiras, a solução para esse conflito nunca ocorreu em 84% dos casos (Figura 8.3-910). Para 71%, era a Colônia de Pescadores, a instituição mais lembrada quando da ocorrência de algum problema ambiental ligado à pesca. O órgão ambiental, IBAMA, representava apenas 8% (Figura 8.3-912).

A relação com os portos da região é considerada regular por 35% e péssima por 23% (Figura 8.3-911).

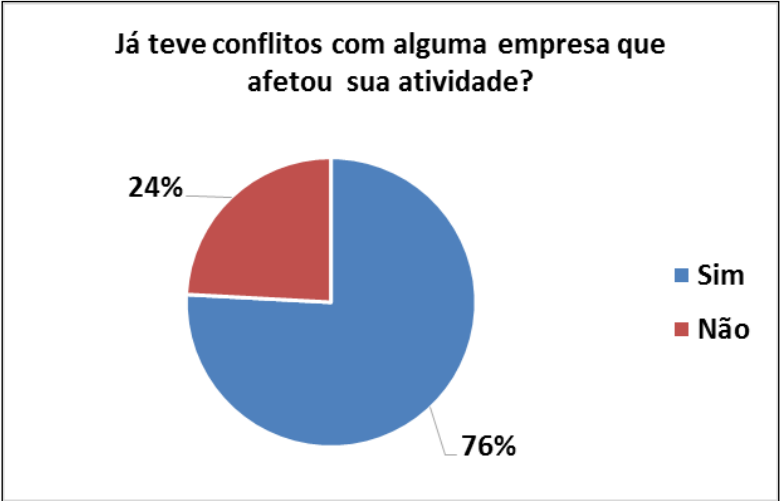


Figura 8.3-908. Já teve conflitos com alguma empresa que afetou sua atividade? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

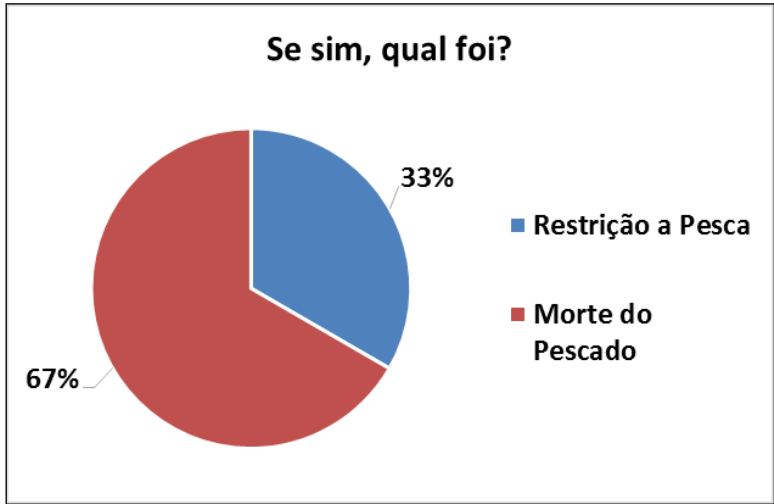


Figura 8.3-909. Se sim, qual foi? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

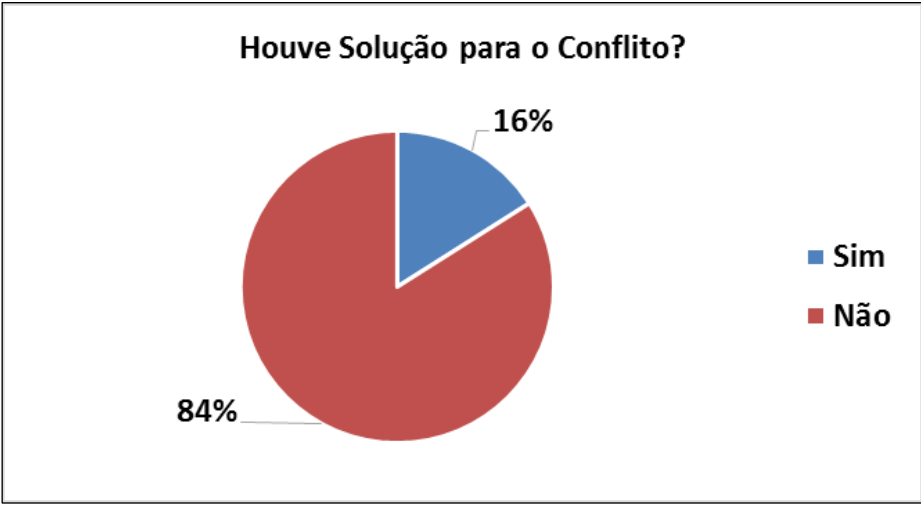


Figura 8.3-910. Houve solução para o conflito? (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

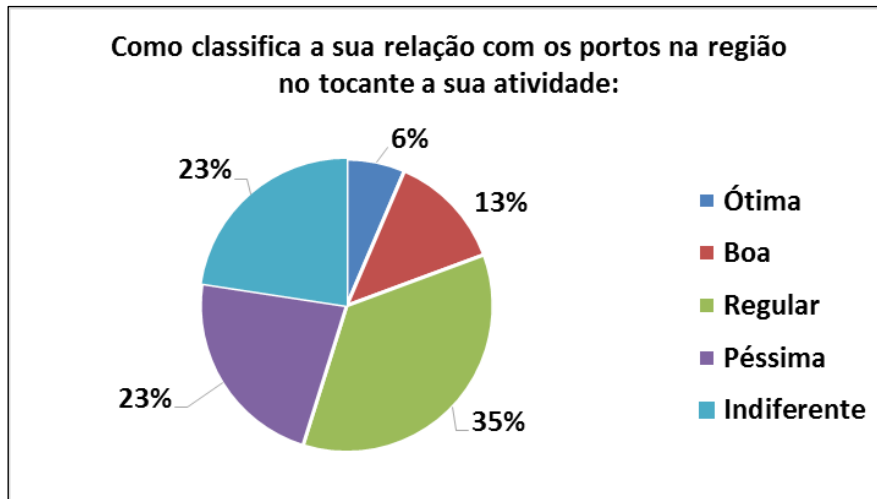


Figura 8.3-911. Como classifica a sua relação com os portos na região no tocante a sua atividade (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

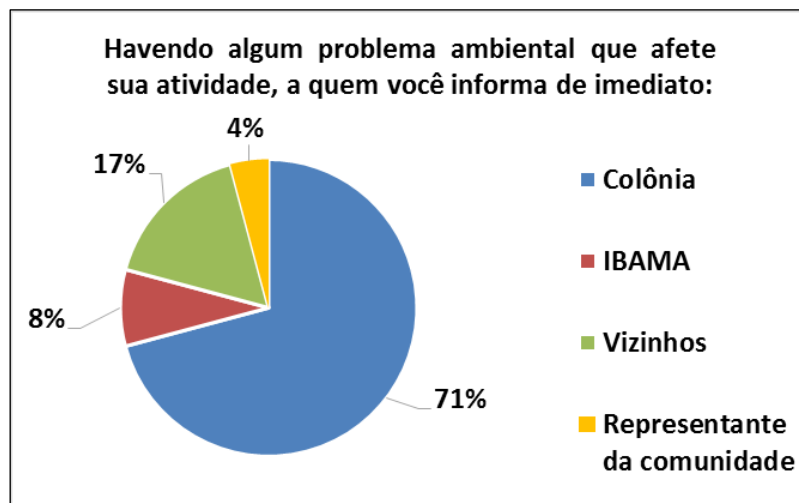


Figura 8.3-912. Havendo algum problema ambiental que afete sua atividade, a quem você informa de imediato (Fonte: Pesquisa Direta Bourscheid, 2014).

Expectativa da Comunidade em relação ao Empreendimento

Para finalizar as análises sobre item Arranjos Institucionais, o termo de referência solicita avaliar as expectativas/percepção da população do entorno em relação ao empreendimento e seus respectivos impactos. Para o atendimento a essa questão, utiliza-se a estratégia de Triangulação, que segundo PATTON (2001), “pode significar estudo de vários tipos de métodos ou dados, incluindo o uso tanto de uma abordagem quantitativa quanto qualitativa” para fins de validar o fenômeno investigado. Ou seja, a percepção a partir das respostas dos questionários colhidas nas comunidades em conjunto com os depoimentos contribui para reforçar a visão sobre a condição socioambiental existente na AID envolvendo pescadores

(público este potencialmente mais afetado) e empreendimentos de natureza portuária como o píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem.

Dado o levantamento das informações obtidas através das entrevistas com representantes das instituições que atuam na AID e dos questionários, o quadro final, fruto de acontecimentos históricos a partir das novas dinâmicas econômicas de ocupação do entorno da Baía de Aratu, principalmente para o público pesqueiro, é que o empreendimento a ser instalado pela Braskem deverá gerar novos impactos na região, e portanto, são sépticos ou contrários a sua implantação, seja pela possibilidade do dano ambiental, seja pela restrição a pesca. As entrevistas realizadas com representantes da Colônia de Pescadores da Ilha de Maré, Colônia de Pescadores de Candeias, Associação de Moradores de Mapele, e pescadores da região, abaixo reforçam esse fenômeno:

Porque eu tenho essa desconfiança de que não vai dar certo esse píer nessa prainha, não só pelo lazer de muitas famílias que vão ali. Eles não vão ter direito de encostar. Na fase desse criatório de beijupirá (peixe) na Baía de Todos os Santos, eu fui em uma discussão na ribeira (bairro de Salvador), na época tava o governador e tudo mais, com uma extensão de 500 metros o pescador não pode largar a rede, 500 metros de distância da gaiola do beijupirá, pra não estressar o beijupirá do empresário. E de que o pescador vai viver se ali é o lugar de sobrevivência dele? **Eu posso dizer que vem boa coisa dali? Eu não posso dizer.... Então por mim isso aqui não construía, esse píer da prainha não construía** (Milton Felix de Santana, Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)

Nós aqui nós não temos o conhecimento da realidade do dano ambiental que vai causar, mas a gente sabe que causa danos. E o pescador nativo que vai pegar sua renda no mar, cada dia que passa tem mais tecnologia, por causa do progresso, a gente sabe que há de acontecer, é inevitável, mas a gente não vê nada que ampare o nativo da região, não vê. Não que a gente queira que venha dar dinheiro, pra gente daqui não, mas que faça algo na comunidade que pelo menos amenize o impacto nas águas (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador, Associado da APESCAN).

O empreendimento da Braskem, o que acontece aqui com a pesca da região, é mais um empreendimento que vem, que vai afastar mais um pouco o pescador. Nós já temos o Porto de Aratu, que já tem, naquela base ali você não pode pescar, que é uma área ótima, mas reduziu a área de pesca, se reduz a área de pesca. Não pode mais ninguém estar ali



transitando que é uma área de segurança. É esse hoje o grande problema do empreendimento. É bom, é! Traz emprego, traz impostos, pro Brasil pra Bahia crescer, mas quanto a pesca, restringe muito a pesca como eu já falei anteriormente e ai que a gente cobra das empresas o trabalho de pesquisa, pra saber o que o pescador faz, o que você faz (...) O que pode ser feito pra melhorar? Se antes ele pescava de linha, se eu lhe der uma rede com uma canoa você vai pescar em outro lugar? É mais ou menos isso, adequar a pesca pra ver se mantém o mesmo padrão de pesca, mas a gente sabe que não tem. Porque quanto mais empreendimento tem, o peixe e o marisco vai ficar centralizado no empreendimento onde não pode mais pescar. Mesmo que você diga eu vou dar cesta básica todo mês, não resolve, aliás não é o correto. Hoje eles têm que pescar né? Cesta básica a gente dá uma vez na vida, o governo federal tá sempre apoiando, com o tempo ruim, o inverno o pescador não pode pescar, o inverno é terrível, então a gente compensa, mas não por dá por empreendimento dar todo mês, resolve? Não resolve. Tem que dar condições para que ele possa tirar sua sustentabilidade dentro do mar que é o que o pescador faz (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54, Candeias).

Então com este píer que está chegando ai eu sinto que, a gente quando veio morar aqui tinha uma grande quantidade de marisco e hoje devido empresas (polo) e estes produtos ai estão acabando com tudo, não está totalmente acabado, por que ainda achamos algumas coisas, mas não tem aquela mesma quantidade que tinha. O lugar que a gente sempre sai para mariscar às vezes não encontra marisco e temos que sair e ir para outro local procurar, para a gente não vai ser bom. **Acho que para eles vai ser bom, mas para a gente aqui não vai ser bom, que ai os mariscos vão sumir mais ainda e é por causa disso que não achamos mais marisco, bem pouco. Esse píer ai pra gente é prejuízo, Ilha de maré ninguém vai concordar com isso** (Ivanildes, Marisqueira de Ilha de Maré).

Esses empreendimentos só vêm pra acabar com as comunidades né? Esse píer ai, antes do píer ou no correr do píer, ele vai ter que botar uma draga pra tirar o excesso que tá lá a milhões de anos e aquilo ali é que vai acabar com o nosso pescado, aprofundar ainda mais o canal onde a gente mergulha pra pegar o peguari (...) Durante o período da dragagem os pescadores não vão poder passar porque vai ter navio ali transitando de baixo pra cima, então isso vai prejudicar muito (...)

E ainda tem uma coisa, que no momento dessa dragagem vai levantar tudo aquilo que estiver embaixo, vai atingir a gente (...) De qualquer forma vai atingir a gente porque vai subir aquela sujeira toda, como uma vez que teve aqui no porto, que disseram que não iam incomodar a gente em nada (...). Depois que passava 18, 15 dias que eles terminaram de fazer o trabalho deles, a sujeira começou a aparecer, a maré, ninguém enxergava nada (...) Aquelas água podre, aquelas lama podre, o mau cheiro (...) Então vai ser a mesma coisa (...)

E ai vão pegar as pedras onde tem o sururu (...) A tendência é criar o ribanceiro embaixo, mas aquela ribanceira que está em cima vai descer depois (...) Porque a tendência é a maré levar (...) A mesma coisa é escavando, o que está em cima, alto, vai descer, vai acabar de desgraçar com o nosso pescado (...) **E agora eu deixo um recado que antes de acontecer primeiro tem que acontecer uma audiência pública nas comunidades pra ouvir as comunidades, né? Porque do contrário, mesmo eles fazendo essa audiência pública e tomando posição de ampliar, vai ter briga direta, porque a gente não quer perder (...)**. Deixo esse recado (...) (Natanael Farias Pedro, Pescador de Ilha de Maré)

Lógico, que quem vai ser um pouco prejudicado vai ser a comunidade pesqueira, porque toda vez que se implanta na área marinha, os pescadores vão se limitando a área de abrangência dele, então eu acharia que poderia se pensar, como, sei lá, beneficiar, fazer alguma coisa para equilibrar, porque o pescador só vem perdendo né? Nessa perna de mar que nós temos aqui são vários empreendimentos instalados, vão instalar e a cada empreendimento é delimitado a área de ação dos pescadores (Manoel de Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele).

Dessa forma, a instalação do Terminal de Uso Privativo da Braskem irá ensejar mudanças nas relações com o entorno, que já estão fragilizadas com as empresas portuárias na região, conforme constatado nas opiniões dos entrevistados. Outras percepções estão relacionadas, principalmente com o Porto de Aratu, cuja instalação antecedeu as legislações aplicáveis atualmente. São poucas as ações desenvolvidas pelo empreendimento da CODEBA, aumentando a condição de insegurança ambiental, notadamente entre os pescadores da AID. A falta de licença ambiental e consequentemente as suas responsabilidades para mitigar os impactos da sua operação no dia a dia contribuem para essa percepção. Acredita-se que, uma vez inserida nesse contexto, a Braskem deverá implementar os Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental como meio de diálogo com as comunidades aqui estudadas.

Extrato das opiniões colhidas junto as entrevistas qualificadas

Na sequência, é apresentado um quadro com as opiniões colhidas a partir de entrevistas qualificadas realizadas na AID do futuro Terminal de Uso Privativo da Braskem.

O procedimento de entrevistas, após a definição da localização do empreendimento, foi realizado com base em um roteiro temático e objetivou, entre outros aspectos, diagnosticar o modo de vida, o grau de informação da população residente na AID sobre o projeto, identificar quais eram e como se estruturam as expectativas socioambientais desses moradores em relação ao projeto. Foram entrevistados principalmente, presidentes de colônias e associações de pescadores atuantes na AID. Entretanto, representantes de associações de moradores, locais de alguns dos distritos também puderam fornecer informações importantes sobre o cotidiano local.

A escolha desses representantes se deu pela importância da atuação dessas entidades junto aos seus respectivos lugares. É com essa escolha que se buscou uma percepção sobre as questões que permeiam o licenciamento desse empreendimento.

De acordo com FAGGIONATO (2009), a percepção é intrínseca ao ser humano, que reage, percebe e, portanto, atua de maneiras diferentes seja por relações interpessoais como as aquelas junto ao meio em que vivem. De acordo com OKAMOTO (2002) e RIBEIRO (2003), são os valores existentes nas manifestações sobre cultura, história, religião, meio ambiente, etc., que explica que pessoas atuantes nos grupos sociais possuam pensamentos distintos.

Abaixo, portanto, estão as respostas em que os entrevistados teceram para cada um dos itens que foram objetos de análise no diagnóstico (Quadro 8.3-24).

Quadro 8.3-24. Percepção dos Entrevistados. (Fonte: Bourscheid, 2014)

Item	Resposta do Entrevistado
<p>Segurança</p>	<p><i>A violência foi um fato que aumentou muito na Ilha, e os pescadores relatam que até dentro de casa não se sente seguros, pois a Ilha não possui seguranças e nem polícia, obrigando os lugares a ficarem todos gradeados. A colônia acaba assumindo um pouco essa responsabilidade, pois sempre há alguém tanto de dia quanto a noite. (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)</i></p> <p><i>O que precisa melhorar mesmo em Passé são os atendimentos em geral. Nós aqui não temos segurança, por exemplo... A segurança é muito precária, assim como a</i></p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p>saúde. Não há posto policial na comunidade. Mas ainda não é uma comunidade violenta. (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54, Candeias)</p> <p>Violência, aquela que você vê de tá brigando em São João, não tem, mas tem a violência camuflada essas coisas bobas que não interferem na comunidade. Violência não tem aqui. Questão de drogas? Tá chegando com esta vida deste povo que está vindo, os jovens agora estão passando a conhecer a droga e estão se viciando, mas ainda tá dando para ser controlado, ninguém tá roubando ninguém, nem pega nada de ninguém. Existe sim droga, mas ainda está crescendo e eu nem quero que cresça eu quero que diminua, pegue outras coisas para fazer que não seja isso. (Gildete Oliveira, Vice-Presidente da ACAC de Caboto)</p>
Saúde	<p>A saúde na Ilha de Maré é péssima, principalmente porque antigamente não havia o número de doenças que a Ilha apresenta hoje, como: falta de ar, epidemias. Antes o posto médico da comunidade era na colônia, mas como o espaço era pequeno, criou-se um posto de saúde em Praia Grande, que também não é suficiente para cuidar de todos da Ilha. Às vezes há a necessidade de ir para Caboto ou Candeias que são os socorros mais próximos, porém não podem se identificar como moradores da Ilha, porque não há socorro, por serem de outro município. O posto de saúde possui médico, que trabalha das 09h00min da manhã até as 15h00min da tarde, o fim de tarde e a noite, não tem cobertura médica nenhuma. Os medicamentos são comprados em Salvador ou em Candeias, já que a Ilha não possui farmácia. (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)</p> <p>Só tem um. Funciona bem, mal, precário? Precário, não tem medicamento, ontem mesmo fui lá saber se tem Losartana, que é o principal para hipertensão não tem há muito tempo, curativo não se tem, médico não tem, então precisa também ser ampliado, então está precário, funcionando precariamente. (Gildete Oliveira, Vice-Presidente da ACAC de Caboto)</p> <p>As autoridades fala e com isso já encurtiu (inserir) na cabeça do povo que saúde é problema nacional quando a gente sabe que não deveria ser assim. E eu falo, principalmente nessa região, que dizem que é rica, metropolitana, Madre de Deus,</p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p><i>São Sebastião do Passé, um trabalho de parceria entre prefeitura e empresa, poderia dar uma assistência melhor a comunidade. Aqui tem 3 postos de saúde, sendo que 1 funciona em regime de PSF, né? E tem um na comunidade de Mucunga e outro aqui em Roça Grande. E a saúde aqui (...) tem suas deficiências e a comunidade aprendeu a sobreviver no meio dessas turbulência... (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</i></p> <p><i>Aqui quando a pessoa tem um problema sério a pessoa vai pra UPA (Unidade de Pronto Atendimento) que fica no Ouro Negro, depois pro Ouro Negro (Hospital lá de Candeias), e se for gravíssimo, a gente vai pro famoso setor de regulação do Estado, esperando a bendita vaga. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</i></p> <p><i>Os profissionais que trabalham dão seu máximo (...) O PSF tem médico, de segunda a sexta. Tem médico todos os dias, de segunda a sexta. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</i></p> <p><i>A saúde nos temos os postos familiar colocado pela prefeitura... Nós temos 1 posto e 2 anexos que andam fechados. Para a quantidade de moradores que temos, eu acho muito pouco. Nós temos uma carência muito grande. Nós temos que ter um posto mais avançado, com tecnologia mais avançada, com equipamento apropriado, porque daqui que se chegue ao Ouro Negro (Hospital Municipal de Candeias) muitas coisas acontecem. Nós temos, basicamente, quase 20 quilômetros daqui até o centro administrativo do nosso município que é lá no Ouro Negro e inclusive nós não temos transporte para nos conduzir até o centro administrativo do nosso município. (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP em Passé)</i></p> <p><i>Vai pra Salvador, tem vez que vai pra Calçada (Bairro em Salvador), pra Irmã Dulce (Hospital em Salvador), pro Manoel Vitorino (Hospital em Salvador), se dirige até o centro de Salvador, quando se torna difícil a chegada até o Ouro Negro. Porque nós temos aqui um carro que sai direto pra Calçada, ele tem 3 horários: 5 horas da manhã, 9:20 e as 15 horas. De lá pra cá, 7:30, 12 horas e 17:30. São as únicas opções que temos pra chegar de Salvador. (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP em Passé)</i></p> <p><i>A saúde, como já relatou é muito precária, muito difícil (...) não temos plano de saúde aqui, não temos nada. O atendimento é muito pequeno, porque a nossa</i></p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p>comunidade é muito grande. Passé se desloca pro Querém, Mucunga, Gamboa e Rio do Cunha, então fica muito difícil atender a comunidade um médico com poucos dias de assistência. (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54, Candeias)</p> <p>Péssimo, Vai buscar atendimento em Candeias, Quando chega a hora do parto, se tiver uma canoa ai pega a canoa, esta aqui mesmo teve o filho dentro da canoa, até parteira aqui antigamente tinha um monte, agora não tem mais. Não tem posto de Saúde, seria Salvador, mas não faz nada, se fosse de ter atendido é em Praia Grande, mas é longe até lá já morreu, e não pode ir andando. Não tem médico e só atende até 15h, a demanda é grande. Se não fosse Candeias a gente estava morto, somos Salvador só no nome. Ai dá para pegar uma folha fazer um chá ai melhora e pronto. Tem agente comunitário, não na própria comunidade, mas tem em bananeira e próximo que atuam aqui, indiretamente. Ilha de maré toda só tem um posto médico que fica em praia grande (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)</p>
<p>Transporte</p>	<p>Em relação o que melhorou quanto a infraestrutura foi transporte, carro pra você se locomover pra Candeias, pra Salvador... Mas a comunidade em si, mesmo com as casas de taipa ou de bloco, a comunidade se mantém como se fosse a trinta anos atrás. Só cresceu o número de residências. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</p> <p>É precário. Aqui é assim, tem dias que os carros não suporta a quantia de pessoa (...) E a população fica no ponto esperando carro. Já tem reclamação, já tem abaixo assinado. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</p> <p>Nós dependemos da qualidade do nosso transporte e assim mesmo, até o horário que o os "topiqueiros" (motoristas de transporte alternativo) acha que deva circular porque se não tiver passageiro, não circula. Aqui hoje só temos um carro que sai do Distrito de Passé é 7:30 da manhã, porque eles acham que não tem passageiro, mas o direito de vir da comunidade é excluído. (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP em Passé)</p> <p>O transporte aos domingos não ajuda. O transporte alternativo não ajuda aos visitantes. Muita gente quer vir aqui passar o domingo, quem tem transporte está a disposição dele. Quem não tem, depende do alternativo. (Crispim, Associado da</p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p>ABEMDIP de Passé)</p> <p><i>Nós não temos linhas. Nós só temos um sistema de transporte arcaico. Empurraram goela abaixo, pois quem manda no município são eles. Aqui o horário se não tiver lotação(passageiros) ele não sai. Não tem acessibilidade, não tem direito do idoso, não tem deficiência, ninguém tem direito aqui, é pagar, pagar, pagar (...)</i> O nosso município precisa fazer um Termo de Ajuste de Conduta. Nós precisamos mudar a nossa realidade. Nós somos a pior cidade da Região Metropolitana. (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP em Passé)</p> <p><i>Nós temos a passagem mais cara do Recôncavo. Porque a passagem daqui é mais cara do que intermunicipal. Daqui para Simões Filho custa R\$ 2,30 e daqui pra Candeias, R\$ 2,40.</i> (Jorge da Cruz Silva, Secretário Geral da ABEMDIP de Passé)</p> <p><i>Transporte melhorando. Precisa de melhoras ainda, mas em relação da década de 90 pra cá, Mapele tem dado um salto que dá pra perceber –</i> (Manoel Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele)</p> <p><i>Sem contar que nessa travessia, quando tem temporal, para os barcos pequenos atravessar, molha(...)</i> E quando chega do outro lado, é cerca de 1 km até Roça Grande de Passé e não tem transporte para os alunos. Tem que ir andando (...) (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré).</p>
<p>Água</p>	<p><i>Água encanada, EMBASA. O sistema é regular. Falta água, se você não tiver reservatório, você fica 8 dias sem água, as vezes até mais. E as vezes cai água inconstante, dia sim, dia não...</i> (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</p> <p><i>Péssimo. Horrível. Só tem uma vez na semana e olhe lá. E quando vem, quem tem casa no alto a água não sobe.</i> (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP em Passé)</p> <p><i>Rapaz eu digo uma coisa pra você, pra mim o abastecimento de agua aqui em Mapele hoje eu dou a nota de 8, a gente não tem problema com falta de agua. Saneamento? Agua tratada, tem agua até demais...</i> (Manoel Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele)</p> <p><i>O sistema é bom (...)</i> Antes a água era fraquinha, hoje é forte é bastante forte. Hoje todo mundo tem acesso. (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré).</p> <p><i>O abastecimento de água melhorou, antes o abastecimento era feito por fontes, que quando secavam, tinha que ir pegar água onde está localizado o museu, o transporte era feito de canoa.</i> (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da</p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p>Colônia Z-4 de Ilha de Maré)</p> <p><i>Normal, é pela embasa, funciona regularmente de vez em quando ela dá uma parada, mas é normal não só aqui como em outros lugares, fica o dia sem água, mas de noite chega. (Gildete Oliveira, Vice-Presidente da ACAC de Caboto)</i></p>
<p>Esgotamento Sanitário</p>	<p><i>Tudo vai para o Manguezal. Tudo vai atingindo a área de proteção permanente. Toda a rede de esgoto de Passé e de Candeias que desce pelos rios vai para os nossos manguezais. (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP em Passé)</i></p> <p><i>Não, não temos esgoto, é ligação direta não... O pessoal faz suas fossas, aqui é fossa, ou então joga.... É ligação direta... Não temos central... (Manoel Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele)</i></p> <p><i>Isso ai não existe. Aqui cada um faz sua fossa no seu quintal e joga direto no mangue (...) Tudo é a céu aberto. (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré)</i></p> <p><i>As fontes ainda existem, porém a água deve estar contaminada, devido à falta de saneamento das casas. O esgotamento sanitário é feito ou em fossas ou direito para maré. (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)</i></p> <p><i>A maioria vai direto para o mar, não tem rede de esgoto e algumas casas tem fossa (Gildete Oliveira, Vice-Presidente da ACAC de Caboto)</i></p>
<p>Coleta de Lixo</p>	<p><i>Agora tá melhorando de 5 meses pra cá, mas tava também precária (...) É terça, quarta, quinta e sexta. Nos finais de semana estão nos locais com população maior pois suja mais (...) A coleta de lixo antes dormia nos pontos, os cachorros lascavam, os cavalos comendo, e depois que fizemos uma reclamação melhorou. Armazena em Bananeira, em quantidade, depois leva pra Salvador. Aqui antes não tinha, vinha com 3 meses, 1 mês, depois de tanto reclamar, denunciou, eles melhorou (...) (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré)</i></p> <p><i>A coleta do lixo passa na rua principal... É ela passa na rua principal... 3 vezes na semana, terça... o horário é sempre depois a partir das 12 horas, de 11h30 a 12 horas, os horários... Mas é terça, quinta e sábado. E tem melhorado! As outras ruas as pessoas que moram próxima trás e joga na rua principal. Algumas pessoas que levam e jogam, e aqueles que sabem a importância de descartar o lixo no local</i></p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p>correto. E alguns jogam no fundo de quintal queima, alguns jogam no terreno baldio ou até jogam no mar, se você vê tiver beirando o mar.... (Manoel Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele)</p> <p>Faz coleta 3 dias na semana, que eu acho que é normal que de um dia para o outro a pessoa não tem tanto lixo, a questão é que o povo da nossa comunidade depois que o carro passa coloca o lixo, ou senão acumula o lixo e joga no mar. Você passa ali e você vê o tanto de lixo, eles estão precisando mesmo é de consciência, se conscientizar, que a comunidade é nossa não é de ninguém para fazer sujeira ou destruir (Gildete Oliveira, Vice-Presidente da ACAC de Caboto)</p>
Educação	<p>A educação também fica por conta da prefeitura de Candeias, a Ilha tem colégio para o ensino fundamental I (até a quarta série), após essa série, os alunos são encaminhados para Candeias, ficando a mercê de o colégio aceitar ou não o aluno. Outra opção é ir para Salvador estudar em São Tomé somente no período da manhã. Prefeitura disponibiliza a lança, para levar os estudantes até a escola em São Tomé, três lanchas fazem esse transporte. Mas antigamente não era assim não, os pais pagavam meia passagem dos filhos, essa realidade mudou de uns 10 anos para cá. Há umas três pessoas que estão cursando ensino Superior, durante o dia e aos sábados em Salvador. (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)</p> <p>Aqui em Mapele hoje o nível que oferece desde o prezinho... Ensino médio o senhor me diz, é o cara que faz da 5- ao 3 ano? O cara começa na 5 e termina no terceiro ano? O que nós temos aqui o cara vai até a 8 série, é o ensino... Fundamental? Aqui é Fundamental! (Ensino Médio) Estudam na sede de Simões, o deslocamento é via transporte escolar. É público! Aqui nós temos Afonso Pálido, que é a creche. Temos o colégio Etorindo Monteiro Ribeiro no final de linha e temos o colégio Geraldo de Lobo bem próximo aqui. Não temos especialização. (Manoel Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele)</p> <p>Passé melhorou bastante... As escolas de 1º e 2º grau, que antes era só o primário aqui, então evoluiu muito. (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54, Candeias)</p> <p>Aqui a escola é até quarta-série. Depois vai tudo pra Passé(...) Em Praia Grande e Santana vai tudo pra São Tomé de Paripe(...) (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré)</p> <p>Aqui tem duas, Escola Thyeres Novaes e Escola Eliodoro Jesus que é alfabetização, escola de educação infantil. Agora está sendo expandido, bastante pessoas indo para faculdade, que antes você não existia, agora que estão vendo que o negocio</p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p><i>esta apertando estão correndo para fazer faculdade ou cursos técnicos. (Gildete Oliveira, Vice-Presidente da ACAC de Caboto)</i></p>
<p>Cultura e Lazer</p>	<p><i>Antigamente era costume todo o mês de junho realizar treze noites de reza, para celebrar Santo Antônio, a cada noite uma pessoa ficava responsável por fazer a festa com comida e bebidas, cada um trazia um instrumento (cavaquinho, pandeiro, timbal), o samba de roda ia até quatro horas da manhã. Tinha também o presépio que havia na comunidade em época de natal, a queima do presépio, com fogos, com muitas bebidas. Não havia brigas nem discussões. No mês maio todos os dias mês se comemorava o mês de Maria. Nos dias atuais não existe mais essas comemorações, principalmente por causa da violência (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)</i></p> <p><i>Todo o dia 5 de agosto se comemoram Nossa Senhora das Neves, outra data comemorativa é sempre o ultimo domingo de janeiro, festa na Igreja de Santana, e no dia 2 de fevereiro Iemanjá, havendo festa em Praia Grande. E antigamente no dia 06 de janeiro havia uma regata, porém não existe mais.</i></p> <p><i>As comidas típicas da Ilha são as consideradas as comidas baianas, moqueca de marisco, moqueca de peixe, feijão de leite, pirão de banana madura, a feijoada e o doce de banana.</i></p> <p><i>Na falta de dinheiro e por ter bastante pé de banana na Ilha, os pescadores acabavam por macerar a fruta com farinha, assim deram origem a alguns pratos típicos locais. O dendê ainda é feito em pequena escala na Ilha, cozido, no outro dia é triturada no pilão. (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)</i></p> <p><i>A prainha para a região é ótima para fim de semana como passeio, e lazer. Com a construção do píer para o pescador, acarretara na perda de lazer e a distancia que tem manter do entendimento, prejudicando os pescadores. (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)</i></p> <p><i>EM Passé, só a de Janeiro. O correto é 22 de Janeiro que é a festa do pescador que é feita com base em uma crença que um pescador que pegou um peixe, prometeu esse peixe que se não acontecesse nada com aquele pescador, doaria o peixe (espadarte) pra igreja. Da igreja foi formada aquela data, 21 de janeiro, a festa do pescador.</i></p> <p><i>O lazer do pessoal aqui, pra quem gosta é tomar um bom banho de mar, uma</i></p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p><i>cerveja gelada, dominó... Na verdade em termos de lazer aqui não tem muita opção. Aqui alguns viajam, mas poucas pessoas. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</i></p> <p><i>O pessoal gosta muito (prainha), o pessoal vai muito. Não só de Passé, mas o pessoal de Passé também vai. Domingo, o pessoal vai pra ter uma opção diferente, leva uma merenda e volta a tarde. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</i></p> <p><i>É 10 de janeiro que é São Gonçalo, uma festa histórica, cultural dos nossos pescadores, que há 80, 90 anos onde seis pescadores saíram pra pescar e eles prenderam na rede um peixe de fundo, um espadarte de aproximadamente 600 quilos (...) ele encalhou... O peixe deu trabalho para eles conseguirem e fizeram uma promessa a São Gonçalo, por ser a data do dia de São Gonçalo que se eles conseguissem sair e trazer o peixe, que eles fariam uma capela para São Gonçalo. E isso aconteceu, eles trouxeram o peixe, tiraram a espada, o peixe passou a ser um símbolo do nosso distrito. Os gestores tiraram esse peixe para reformar e nunca mais devolveram. E os pescadores construíram essa capela que existe até hoje. (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP em Passé)</i></p> <p><i>E temos a 25 de março, que é a maior data religiosa do nosso distrito, que é de Nossa Senhora da Encarnação de Passé, onde nós temos as ruínas da igreja que já foi matriz e pertenceu a paróquia de Nossa Senhora da Encarnação de Passé... Já chegou a ser paróquia. (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP em Passé)</i></p> <p><i>Rapaz eu posso lembrar, vamos começar... por cima assim nós temos aí... o São Pedro, né? Fica no mês de junho, nós temos também as... alguns bairros, algumas festas, que é a festa de São Gonçalo, em Pitanga, Palmares. Tem a festa da, agora esqueci o nome, da Pitanguinha também, uma Santa, tem uma lavagem da Pitanguinha também! Direcionado ao povo católico uma coisa assim, e aqui nós temos a principal atividade festa cultural aqui de Mapele é a Festa dos Pescadores né? Essa é a principal... Nós temos também tentando resgatar o São João sempre teve, mas sempre foi uma coisa da prefeitura. A prefeitura aquela questão político, quando se tem alguém da política dá, quando não tem não dá. Inclusive o ano passado teve, esse ano tem a promessa também de retornar.</i></p> <p><i>Aqui é justamente essa... culturais, capoeira... Tem a capoeira, tem o samba de roda, tem o pessoal do candomblé também... que não é forte mas tem!</i></p> <p><i>Ah! Com certeza... Por exemplo, a questão mesmo... (Bumba meu boi) Não aqui</i></p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p><i>num lembro de vê isso aqui... Mas eu tô falando, as coisas ligado a festa dos pescador, e aqui “nóis” tinha é... quando chegava na festa, aqui você tinha a questão da, do samba de roda, as baianas, entendeu? Que não tem mais, tinha a própria corrida, os eventos esportivos, que era a corrida de canoa, que era também a natação. E isso também, e isso também foi, acabou, tá entendendo? Praticamente não existe essa questão ai... (Manoel Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele)</i></p> <p><i>Rapaz... Ó é assim, o lazer em Mapele hoje tem, tem quem gosta de futebol, gosta de jogar uma bolazinha na quadra, no campo... Tem uns lugares aqui que dá pra você tomar um banho, tomar banho de mar, não digo que é praia, mas é banho de mar né? E tem outros que vão pro bar, aqui tem algum lugar com bar com música, entendeu? Agora tem umas praçazinhas, num é uma maravilha, mas é praça, tomar um refrigerante, mas lazer aqui é muito limitado.</i></p> <p><i>O que o pessoal... a quadra de esporte aqui na pensão por exemplo no domingo é certo, a noite quadra de esporte do final de linha também é quadra de esporte, o campo de futebol do final de linha que é mais usado. Aquela área ali na beira do mar, mais lá pro final de linha lá perto da “Inda”. Entendeu? É mais ou menos isso aí... – (Manoel Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele)</i></p> <p><i>Aqui nós não temos lazer quase nenhum, pois o pessoal precisa se deslocar para outro local se quiser se divertir um pouco. O município não oferece nada para o nosso distrito em relação ao lazer. (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54, Candeias)</i></p> <p><i>A data especifica a gente tem Nossa Senhora das Neves. Tem, a festa todo ano né? Tem a de Santana, né? Tem a do Botelho. Em Praia Grande, 2 de Fevereiro. Tem festa quase todo mês. É a capoeira e o candomblé. Aqui no Maracanã não, mas em Praia Grande tem o Samba de Roda (...) Em Botelho não tem mais (...)</i></p> <p><i>Para os meninos é o baba, é o jogo (...) Aqui não tem outra atividade pra fazer (...) É jogar bola, e alguns vão pro bar pra beber (...) As vezes enche o barco de coleguinha e vai pra Botelho, vai pra Passé, vai pra Santana (...) – (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré)</i></p> <p><i>Carnaval, tá comemorando, tendo trio, depois em agosto tem a padroeira religiosa, dia 14 de agosto, mas começa 9 dias antes e a comilança dia 14,15 e 16. De lazer é esta quadra ai de futebol, só tem isso mesmo, não tem mais nada, a quadra é só o que tem. A praia é muito frequentada lá embaixo, mas tá precisando de benefício,</i></p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p>consertar, tem muito esgoto, mas é bem frequentada. Tem um lugar que chama Bica (antes do Porto de Aratu) logo aqui do lado, dia de domingo fica bastante cheio, aqui em Caboto não, mas no Museu também, na área do museu e lá na praça no bar na praia ali. (Gildete Oliveira, Vice-Presidente da ACAC de Caboto)</p>
<p>Atividades Econômicas da Comunidade</p>	<p>Outros meios de rendimentos vêm da atividade de pedreiro, carpinteiro, alguns moradores trabalham fora em indústria ou comércio. (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)</p> <p>Hoje ainda é a pesca. Se você for fazer um balanço aqui em Passé, hoje tem o quê uns 8 mil morador, se a gente for ver de carteira assinada hoje, dá pra fazer um levantamento, não tem nem 2 mil pessoas. Essas pessoas direta ou indiretamente vive do mar. O mesmo pescador também era agricultor que vinha da pescaria, nem banho tomava, ia pra roça fazer seu aipim, sua abobora... Mas hoje é pesca. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</p> <p>Normalmente com comidas típicas... Comércio de comidas típicas, a pesca (...) e a área industrial também, onde temos algumas empresas. Temos muitos profissionais capacitados, mas que muitas vezes não conseguem oportunidade de emprego por morarem aqui. É mais uma discriminação sofrida pelos moradores daqui. Tem que dar o endereço diferente as vezes (...). Os moradores daqui sobrevivem mediante muitas dificuldades. (Jorge da Cruz Silva, Secretário Geral da ABEMDIP de Passé)</p> <p>Rapaz hoje, eu vou falar pra você, hoje eu acredito que... hoje a principal, fonte de renda hoje, dessa comunidade aqui, o principal hoje é o emprego formal. É na indústria, no comércio, no Polo. Aqui nós temos funcionário do Polo, Centro Industrial de Aratu. Hoje é, com certeza entendeu? Mas não deixa de ter as outras atividade. Hoje nos temos a atividade pesqueira, a atividade da cultura, né? Temos essas atividades hoje, a atividade hoje direciona mais para o emprego formal. (Manoel Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele)</p> <p>O pessoal daqui vive das indústrias, trabalham nas indústrias aqui ao redor. Tem mais gente de fora do que os próprios moradores. Isso, era muito pequeno, agora cresceu com este negócio destas indústrias, que tem muita gente aqui que eu nem conheço. Tem muita rotatividade também né? É, entra, saí, vai embora e volta, através destas empresas que faz isso. (Gildete Oliveira, Vice-Presidente da ACAC de Caboto)</p>
<p>Sobre a atividade</p>	<p>A pesca na região é feita com rede, linha de mão e mariscar, as espécies mais</p>

Item	Resposta do Entrevistado
<p>pesqueira</p>	<p><i>comuns de mariscos: taguari, sapeiro, lagosta. E peixes são: cavala, pescada branca, robalo, corvina. Os pescadores possuem canoa, mas barco grande somente dois que possuem. A pesca com bomba diminuiu bastante, segundo os pescadores, os que ainda realizam esse tipo de atividade, são pescadores de fora.</i></p> <p><i>Aqui a pesca aqui é feita na base do camarão. É jereré, é rede. Com jereré pra pegar siri, peixe, camarão. De peixe é Tainha, é carapicu, é sardinha, é massambê, é poró, robalo, cabeçudo, xangó, várias espécies. É o robalo, o vermelho, o sambuio (...). Na faixa de 10 a 14 reais. O quilo do camarão de 10 a 20 reais. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</i></p> <p><i>Vem gente de fora, mas é pouca quantidade. Pois não tem mais aquela quantidade de antes, 100, 200 quilos. Aqui o pescador, nós somos pescador artesanal, aqui como o mar é o quintal, eles vão andando ou de canoa. O método que era dos nossos ancestrais, no remo. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</i></p> <p><i>Aqui é assim, os pescadores de Passé, nós somos cercados de pescadores também, da Ilha de Maré, de Caboto, o pessoal de lá pesca aqui e o daqui pesca lá. Todos esses entorno onde tem condição de ir de canoa, pesca. Perto do Porto (de Aratu), nessas coroas, no Museu (Wanderley de Pinho), toda essa área é explorada, Rio São Paulino, toda essa área é explorada. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</i></p> <p><i>Tem Tapitanga, do lado de Mataripe (...) e do outro lado de São Francisco do Conde é outra coroa(...) Tem outra coroa ali perto da prainha, fica defronte ao Moinho (Empresa Moinho Dias Branco), fica defronte a Mapele (...) Tem também aqui no Botelho, em uma praia aqui pra dentro(...) Aqui em Bananeiras (...) Em Ponta de Areia(...) Em Passé, onde tem um rio(...) Tem em Pécem (...) Tem o Zoré (...) A pesca que é de camarão, que é Paripe, Mapele, a Lama de Caboto, Lama de Podre de Mataripe (...) No Martelo (...) A gente anda esse costeiro todo ai, São Francisco (...) E tirar ostra também (...) Bom Jesus, Enseada (...) (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré)</i></p> <p><i>Todos os pescados, tudo. Chumbinho, ostra, peguari, camarão, sururu, rala negro e peixe (tainha, alinorró, carangurú, sanguro, pescada, arraia, sardinha, pocumã). Siri catado e ostra são os mais difíceis de ser encontrado. (Ivanildes, pescadora da Ilha de Maré)</i></p> <p><i>A realidade do pescador daqui é canoa, é canoa, de madeira... É justamente ai é que dá o medo... É que uma realidade do pescador como essa, como é que vai dotar</i></p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p>esses pescadores, vamos dizer... Você degrada essa nossa área, a realidade dele aqui é canoa, em 15, 20 minutos ele atinge a área que ele quer fazer a pescaria... E se degrada essa área toda, pra sair pra Paripe, Periperi, pescar longe, vai ser 3, 4 horas de remo... Ai o que é que ocorre, na hora de ir pescar é muito bom, ai o problema é a volta... É preciso, então, que essas indústrias que vem nos degradando, doasse as embarcações para o pescador se locomover, fora da Baía de Aratu... (Ednilson Lopes, Pescador de Mapele e Associado da Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Simões Filho)</p> <p>Os dois andam juntos, a pesca tradicional e a mariscagem... No caso, tainha, arraia, pescada branca, robalo, espada, miroró, siri, camarão, caranguejo... Desses ai o que está mais escasso, você sabe que antigamente, o que mais se pegava era o caranguejo... Os melhores preços, nessa região nossa aqui, é o camarão e o robalo... É os dois mais vantajosos... tanto faz o camarão e o robalo estão em torno de 20 reais o quilo... (Ednilson Lopes, Pescador de Mapele e Associado da Associação dos Pescadores e Marisqueiras e Simões Filho).</p>
<p>Problemas Ambientais</p>	<p>Vários. Vários. Derramamento de produtos químicos na maré, mortalidade dos frutos do mar, dos peixes... Nós tivemos anos atrás um grande vazamento que matou vários peixes, degradou todo o nosso meio ambiente, a comunidade teve que tomar uma atitude e fazer um movimento. A comunidade foi atendida, a Petrobras veio e deu condição para que nós fizéssemos a limpeza, retirou toneladas de óleo e de lixo. Aproveitamos também e limpamos o nosso manguezal. E essa é a nossa preocupação, da ABEMDIP e do nosso projeto Guardiões da Maré que é proteger o nosso berçário. Pois o nosso berçário hoje, o fruto que nós tínhamos a 30 anos, hoje nós não temos mais, sumiu. Caranguejo tá extinto, Guaiamum tá extinto, o Aratu nem se fala. Os crustáceos que tinham no nosso berçário sumiram. A nossa fauna, a nossa flora está completamente agredida. É um contexto de vários itens, que nós somos agredidos, ambientalmente, até moralmente. (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP em Passé)</p> <p>Uma vez estourou uma linha de afluente ai que inutilizou esse rio ai, que matou os camarões, destruiu mesmo aquela região... Até para os animais beberem água era perigoso. (Crispim, Associado da ABEMDIP)</p> <p>Para você ter uma ideia, não vou nem dizer a 30 anos atrás, a 11 anos atrás, que a nossa fonte de renda aqui era a agricultura e a pesca, os moradores que não conseguem emprego nas empresas, eles tem que viver da pesca e da agricultura. A sardinha era um dos maiores comércios que nós tínhamos aqui, você via aqui</p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p>canoas e canoas, que você via os baldes cheios... Hoje pra você achar uma sardinha é uma dificuldade (...) Nós vivíamos da pesca da sardinha. (Pedro Rebouças Barbosa, Presidente da ABEMDIP em Passé)</p> <p>Inclusive teve um desastre ambiental foi em setembro de 2009, onde matou pra milhões de toneladas de peixe aí, entendeu? Devastou com o meio de vida da comunidade, onde o pescador não foi assistido, não teve um suporte melhor (...) O pescador ficou 90 dias sem pescar pois o produto que caiu foi um produto muito rigoroso, entendeu? O pescador que tinha pescado na freezer, perdeu, porque ninguém consumia, devido ao produto ser químico e podia causar danos a saúde das pessoas, e a empresa não se levantou. Não fez nada pelo pescador. A gente sabe que foi a Proquigel né? Segundo o laudo químico, foi a Proquigel e o pescador não foi contemplado com nada. (Edvandro Pinheiro dos Santos, 53 anos, Presidente da APESCAN)</p> <p>Porque quando os navios vem de fora trazem uns predadores que acabam matando os nossos, matando do nosso costeiro. Inclusive chega um siri-bidu que mata todos, inclusive fazem moqueca dele, mas tem o gosto ruim, ele gosta de ficar no fundo e aqui a gente não tem isso. Tem até peixe que vem também, dessas águas fundas e aqui acaba com os peixes pequenos, espécie exótica. (Ivanildes, pescadora da Ilha de Maré)</p> <p>Tem o próprio mangue aqui era cheio de mangue, que cortaram, chegou de noite mandaram derrubar, os pobrezinhos o que acontecem, morrem. As árvores estão derrubando que é para não varrerem o chão, você vai olhando que vê quantas árvores já foram derrubadas, derrubam algumas porque está incomodando, outras a Coelba por causa dos fios, mas tem outros que é por perversidade mesmo. (Gildete Oliveira, Vice-Presidente da ACAC de Caboto)</p> <p>Rapaz nós temos problema ambiental por exemplo: nós temos a questão do esgoto que é jogado no mar! Lixo, é a questão desse... Nós não temos saneamento que uma questão ambiental. Do desmatamento a gente nem fala muito porque praticamente nos num temos desmatado mais nada, porque o desmatado... o que tinha pra destruir já destruiu, a gente num vê mais as arvores que via antes. E hoje também, entendeu? Então, mas e o principal problema hoje nosso de meio ambiente é preservar a questão do esgoto sanitário, que nós estamos jogando tudo no mar e uns jogando na fossa. (Manoel Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele)</p> <p>Tem, cobrando... Mas até hoje nada (refere-se ao vazamento de óleo ocorrido em</p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p>2009 pela Petrobras). Na verdade esse processo na justiça foi mal feito, botaram muito município que não tinha nada a ver, quem entrou foi a federação (baiana dos pescadores), entrou de maneira política, quis se promover politicamente e entrou com essa questão na justiça e colocou três municípios que não tinha nada a ver com a pesca na região. Na verdade o óleo vazou em Caípe (São Francisco do Conde) e com uma mudança de vento trouxe pra Passé e só ficou em Passé, né? E também combateram rápido. Não combateram mais rápido porque o pessoal de misturou daqui com a Ilha de Maré, fizeram uma manifestação terrível e não era sim. Todo mundo quis se envolver politicamente no assunto e comprometeu que a Petrobras não atende, não aceita, botaram 2000 e poucas pessoas. A Petrobras já tinha o cadastro desse povo todo, na época do conselho, pela Pangea (Ong que em 2007 fez um levantamento para Petrobras sobre a atividade pesqueira na Baía de Todos os Santos), da qual fiz parte, já tinha todas as pessoas já, da nossa região, no documento, o que fazia, quem fazia, o período que pescava, já tinha toda uma estatística das pessoas. A Petrobras contestou o tempo todo, até que no último processo a Petrobras veio considerar que veio de Caípe e Passé. Por enquanto ela tava contestando tudo, mas já considerou de Caípe e Passé, mas não paga, porque tem muita gente envolvida. Até porque esse processo da Petrobras, a gente sabe, eu entendo, muita gente ao redor não entende, muita pessoa falando, né, envolvendo, muito envolvimento, que a Baía de Guanabara tem 20 anos nunca foi indenizado ninguém (...) E o nosso foi 2009 (...) E a gente que conhece o processo jurídico, eu por exemplo, não engano as pessoas daqui, mas as pessoas ficam enganando, se envolvendo, bota pai, mãe, filho e aí o processo não anda. Pode ser que um dia paguem (...) Eu já tive ganhos com a Petrobras aqui, em acordos aqui, já teve um vazamento anterior aqui muito pequeno, mas pelo menos ela atendeu algumas pessoas aquilo que é necessário. As pessoas fazem um envolvimento muito grande quando acontece isso, e a Petrobras está baseada, embasada em um laudo que vem do IBAMA e ela está tranquila. Na verdade não houve danos, não houve proibição da pesca, o laudo diz isso, então a Petrobras está embasada nisso. Se fosse no acordo seria melhor. (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54, Candeias)</p> <p>Esse negócio do navio a gente ficou aqui todo mundo louco sem saber o que fazer, a gente um correndo para saber do outro o que fazer e ninguém pode fazer nada, porque nós não temos nem segurança aqui. Se acontecer um desastre uma destruição? Aí depois jogou as coisas no mar o navio foi embora e a gente ficou sem o marisco e sem o peixe para comer. Foi filmado e teve toda a prova que a gente foi</p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p><i>prejudicado, eles fizeram o teste lá da forma e do jeito que eles quiseram e quando acabou disse que a gente não foi prejudicado, que não foi tanto assim. Quer dizer que foi tudo filmado, a imprensa veio, viu tudo e eles tiveram coragem de dizer que a gente não foi prejudicado, como assim a gente não foi prejudicado? Foi um corre-corre de noite. Poucos dias mesmo de noite tava ai uma zuada, a gente ficou tão assustado que qualquer movimento a gente acha que é no navio. Uma zuada, parecia uma panela de água fervendo, ai todo mundo saiu correndo, o pessoal lá na frente em bananeira ficou tudo assustado. Minha menina, estava na igreja e veio embora porque a zuada estava incomodando o ouvido da pessoa. Chegou aqui estava todo mundo assustado e sem saber o que fazer. (Ivanildes, pescadora da Ilha de Maré)</i></p> <p><i>Os danos feitos pelas empresas e o porto não estão sendo reparado, não considerando a população da Ilha. Quando há um derramamento de óleo e atinge uma comunidade, afeta diretamente quem marisca na comunidade, sendo morador ou não. (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)</i></p>
<p>Impacto do empreendimento a ser implantado</p>	<p><i>Com a construção do píer para o pescador, acarretara na perda de lazer e a distancia que tem manter do empreendimento, prejudicando os pescadores. (Milton Felix de Santana, 74 anos Coordenador da Colônia Z-4 de Ilha de Maré)</i></p> <p><i>Na verdade, preocupa. Porque a gente aqui, tem a refinaria (Landulpho Alves em São Francisco do Conde), tem o porto (Aratu-Candeias), e a gente sabe que polui, tem seus danos e pro pescador, pro nativo, cada dia mais fica complicado. Ainda bem que a gente sabe que o progresso tem que vir, tem um porto em Ilhéus (Porto Sul) que tá pra fazer agora, eu vi no jornal, os ambientalistas falando sobre os danos ambientais que venha causar. Nós aqui nós não temos o conhecimento da realidade do dano ambiental que vai causar, mas a gente sabe que causa danos. E o pescador nativo que vai pegar sua renda no mar, cada dia que passa tem mais tecnologia, por causa do progresso, a gente sabe que há de acontecer, é inevitável, mas a gente não vê nada que ampare o nativo da região, não vê. Não que a gente queira que venha dar dinheiro, pra gente daqui não, mas que faça algo na comunidade que pelo menos amenize o impacto nas águas. (Murinaldo Pereira Filho, 41 anos, Pescador de Passé e Associado da Apescan)</i></p> <p><i>Olha, assim, é um projeto que tá na realidade, esse, ele tá um pouco distante de Mapele na realidade. Eles estão lá do outro lado, o acesso pra Mapele também não é fácil. Eu gostaria que pelo menos viesse algumas vagas de emprego, algum</i></p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p><i>benefício para nossa comunidade, que sempre vem, o progresso vem, né? Sempre vai sobrar alguma coisa. Mas eu não crio expectativa devido a distância do projeto com a comunidade Mapele. Lógico, que quem vai ser um pouco prejudicado vai ser a comunidade pesqueira, porque toda vez que se implanta na área marinha, os pescadores vão se limitando a área de abrangência dele, então eu acharia que poderia se pensar, como, sei lá, beneficiar, fazer alguma coisa para equilibrar, porque o pescador só vem perdendo né? Nessa perna de mar que nós temos aqui são vários empreendimentos instalados, vão instalar e a cada empreendimento é delimitado a área de ação dos pescadores. (Manoel Santana Conceição, Presidente da Associação de Moradores de Mapele)</i></p> <p><i>O empreendimento da Braskem, o que acontece aqui com a pesca da região, é mais um empreendimento que vem, que vai afastar mais um pouco o pescador. Nós já temos o Porto de Aratu, que já tem, naquela base ali você não pode pescar, que é uma área ótima, mas reduziu a área de pesca, se reduz a área de pesca. Não pode mais ninguém estar ali transitando que é uma área de segurança. É esse hoje o grande problema do empreendimento. É bom, é! Traz emprego, traz impostos, pro Brasil pra Bahia crescer, mas quanto a pesca, restringe muito a pesca como eu já falei anteriormente e ai que a gente cobra das empresas o trabalho de pesquisa, pra saber o que o pescador faz, o que você faz (...) O que pode ser feito pra melhorar? Se antes ele pescava de linha, se eu lhe der uma rede com uma canoa você vai pescar em outro lugar? É mais ou menos isso, adequar a pesca pra ver se mantém o mesmo padrão de pesca, mas a gente sabe que não tem. Porque quanto mais empreendimento tem, o peixe e o marisco vai ficar centralizado no empreendimento onde não pode mais pescar. Mesmo que você diga eu vou dar cesta básica todo mês, não resolve, aliás não é o correto. Hoje eles tem que pescar né? (Carlos Augusto, Presidente da Colônia Z-54, Candeias)</i></p> <p><i>Esses empreendimentos só vêm pra acabar com as comunidades né? Esse píer ai, antes do píer ou no correr do píer, ele vai ter que botar uma draga pra tirar o excesso que tá lá a milhões de anos e aquilo ali é que vai acabar com o nosso pescado, aprofundar ainda mais o canal onde a gente mergulha pra pegar o peguari (...) Durante o período da dragagem os pescadores não vão poder passar porque vai ter navio ali transitando de baixo pra cima, então isso vai prejudicar muito (...) E depois do píer, a nossa área de lazer, no final de semana pra curtir sua prainha isso vai incomodar (...) Vai tirar uma área de lazer (...) O único lugar onde a comunidade tem como curtir a praia, visitada e agora vem com essa ideia de empreendimento mais, ao lado da comunidade (...) E ainda tem uma coisa, que no</i></p>

Item	Resposta do Entrevistado
	<p><i>momento dessa dragagem vai levantar tudo aquilo que estiver embaixo, vai atingir a gente (...) De qualquer forma vai atingir a gente porque vai subir aquela sujeira toda, como uma vez que teve aqui no porto, que disseram que não iam incomodar a gente em nada (...) Depois que passava 18, 15 dias que eles terminaram de fazer o trabalho deles, a sujeira começou a aparecer, a maré, ninguém enxergava nada (...) Aquelas água podre, aquelas lama podre, o mau cheiro (...) Então vai ser a mesma coisa (...) E ai vão pegar as pedras onde tem o sururu (...) A tendência é criar o ribanceiro embaixo, mas aquela ribanceira que está em cima vai descer depois (...) Porque a tendência é a maré levar (...) A mesma coisa é escavando, o que está em cima, alto, vai descer, vai acabar de desgraçar com o nosso pescado (...) E agora eu deixo um recado que antes de acontecer primeiro tem que acontecer uma audiência pública nas comunidades pra ouvir as comunidades, né? Porque do contrário, mesmo eles fazendo essa audiência pública e tomando posição de ampliar, vai ter briga direta, porque a gente não quer perder (...) Deixo esse recado (...)(Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré)</i></p>

8.3.11 Comunidades Tradicionais

A concepção de população tradicional tem despertado alguns debates sobre sua classificação frente aos diagnósticos ambientais. Durante muito tempo, a compreensão do que se denominava de uma população classificada como tradicional poderia trazer forte contribuição quanto ao seu “atraso” ou estagnação da modalidade de vida inerente aos seus componentes.

A fim de criar um ambiente intelectual que favoreça a assimilação do tema, é fundamental estar de acordo que no enfoque ambientalista as populações tradicionais não são sinônimas de populações atrasadas, populações refratárias ao progresso ou a modernização. Não é nada disto, uma população tradicional, na análise ambientalista que ora fazemos, pode ser tão moderna quanto uma população urbana; o que interessa é a sua relação conservacionista com o meio ambiente. Podemos isso sim, pelo contrário, dizer que as populações tradicionais são uma antecipação da sociedade do século XXI, pois se o homem no próximo século não se tornar um conservacionista, colocará em risco a sua própria sobrevivência (IBAMA, 2013).

Entretanto, faz jus destacar que uma população tradicional busca, essencialmente a conservação do recurso natural como meio de sobrevivência. Por isso que a inserção ao debate ambiental, e que se promove também através da esfera dos licenciamentos, das populações tradicionais surgiram com a presença humana em unidades de preservação.

Para este estudo ambiental do futuro píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem é natural que o debate alcance em alguns momentos certos conflitos, pois a região historicamente mostra uma queda nas condições socioambientais de muitas dessas populações tradicionais com a introdução dos empreendimentos na Baía de Aratu e que terminam por um lado, promovendo novos arranjos espaciais do território e delimitando, por consequência, os territórios dessas comunidades.

Ainda nessa concepção, o maior destaque na área de influência, depois das comunidades pesqueiras, é a presença de comunidades quilombolas. Segundo a Fundação Cultural Palmares as comunidades quilombolas são aquelas constituídas por descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos. No Anexo 8.16 encontra-se a Carta da Fundação Cultural Palmares em resposta ao OF. 02001.010929/2013-95.

Foram identificadas um total de 7 comunidades quilombolas, com base no Anexo II da Portaria Interministerial 419/2011, que solicita a sua identificação para uma distância de até 8 km de empreendimentos portuário. Entretanto, somente uma possui a demarcação do seu território (Comunidade Rio dos Macacos), e que só pode ser feito a partir da publicação do RTID ou seja, Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, cuja responsabilidade é do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através da Instrução Normativa n. 57/2008. O RTID é um relatório técnico produzido por uma equipe multidisciplinar do INCRA, criada por Ordem de Serviço. Sua finalidade é identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O RTID aborda informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, sendo composto pelas seguintes peças:

- 1) Relatório antropológico;
- 2) Levantamento fundiário;
- 3) Planta e Memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo, bem como mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações lindeiros de todo o seu entorno e, se possível, a indicação da área ser averbada como reserva legal, no momento da titulação
- 4) Cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos, utilizando-se formulários específicos do INCRA;

- 5) Levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou situadas em terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou Secretaria do Patrimônio da União e em terras dos estados e municípios; e
- 6) Parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área, considerando os estudos e documentos apresentados.

Após a sua conclusão, o mesmo deve ser aprovado pelo Comitê de Decisão Regional – CDR e ser publicado na forma de Edital, por duas vezes consecutivas nos Diários Oficiais do Estado e da União, assim como afixado em mural da Prefeitura.

Abaixo o fluxograma do processo de reconhecimento e delimitação de território das Comunidades Quilombolas (Figura 8.3-913).

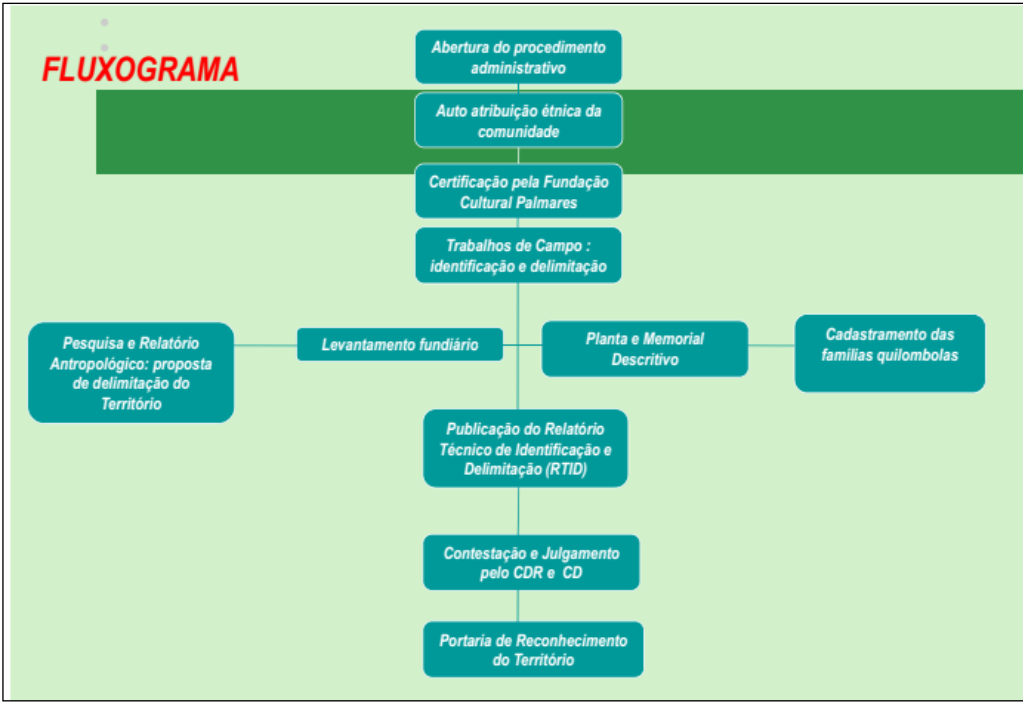


Figura 8.3-913. Fluxograma do Processo de Reconhecimento e Delimitação de Território das Comunidades Quilombolas (Fonte: INCRA, 2015).

Essas comunidades estão localizadas no subdistrito de Salvador, em Ilha de Maré, no bairro de Paripe (Salvador) e uma em Simões Filho. São elas:

Ilha de Maré: Bananeiras, Porto dos Cavalos, Martelo, Ponta Grossa e Praia Grande

São Tomé de Paripe (Salvador): Alto do Tororó

Simões Filho: Rio dos Macacos.

Excetuando-se Bananeiras, cuja certificação ocorreu em 10 de Dezembro de 2004, as demais comunidades na Ilha de Maré foram reconhecidas no ano de 2005 pela Fundação Cultural Palmares. A comunidade Quilombola de Alto do Tororó teve seu reconhecimento publicado no dia 4 de Novembro de 2011. Já comunidade Quilombola de Rio dos Macacos teve seu reconhecimento atestado pela Fundação Cultural Palmares em 04 de Outubro de 2011 e a publicação do seu RTID no dia 26 de Agosto de 2014.

Na Figura 8.3-914 a seguir, é possível observar a localização dessas comunidades frente ao empreendimento em fase de licenciamento.



Figura 8.3-914. Localização das Comunidades Quilombolas na área de influência do Terminal de Uso Privativo da Braskem em um raio de 8 km (Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2014, e Google Earth Pro, 2014).

8.3.11.1 Comunidades Quilombolas de Bananeiras, Porto dos Cavalos, Praia Grande, Ponta Grossa e Martelo – Ilha de Maré, Salvador.

As comunidades Quilombolas de Bananeiras, Porto dos Cavalos, Praia Grande, Ponta Grossa e Martelo fazem parte do subdistrito de Salvador, Ilha de Maré. A Ilha, localizada na parte central da Baía de Todos os Santos, próxima à Baía de Aratu, é o lar de diversas colônias de pescadores e cinco comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Eu mesmo sou a prova viva que somos filhos de quilombola e nascidos de quilombolas. Meu pai mesmo conta que quando começou a morar aqui, pegaram ele, deram uma surra e amarraram ele no pé de mangueira de cabeça para baixo. Quer dizer que isso é do tempo deles e de lá para cá então ele é nascido e filho quilombola, ele e a família dele apareceram na ilha e fizeram isto quando ele chegou aqui, então tudo isso vem desde a época da escravidão, no tempo de escravo. Eu mesma tenho 49 anos, nasci e convivi aqui, já tive 6 filhos e convivo da e crio meus filhos da pesca, marisqueira, pescador, muitos anos que a gente convive aqui e não sabemos fazer outra atividade a não ser mariscar e pescar. (Ivanildes, Marisqueira de Ilha de Maré).

Ilha de Maré é composta por ex-escravos que fugiram de engenhos aqui de Passé. Os engenhos do condado aqui de Passé, aqueles escravos que fugiram, formaram a comunidade de Ilha de Maré. (Jorge da Cruz Silva, Secretário Geral da ABENDIP).

Apesar da proximidade com a capital baiana, a ilha ainda sofre com a falta de infraestrutura básica e com o precário atendimento de saúde. Além disso, é vítima dos problemas comuns às comunidades limítrofes à Baía de Todos os Santos, ou seja, a contaminação da baía por resíduos industriais e esgoto residencial. A proximidade com o Porto de Aratu também sujeita estas comunidades a impactos gerados por acidentes ocorridos com embarcações de transporte de produtos das indústrias químicas e petrolíferas localizadas no Centro Industrial de Aratu (município de Candeias/BA).

Abaixo, fotos das Comunidades Quilombolas para melhor visualização (da Figura 8.3-915 a Figura 8.3-919).



Figura 8.3-915. Comunidade Quilombola de Bananeiras – coordenada Datum UTM WGS 84 -552299 / 8589826 (Fonte: Google Earth, 2014).

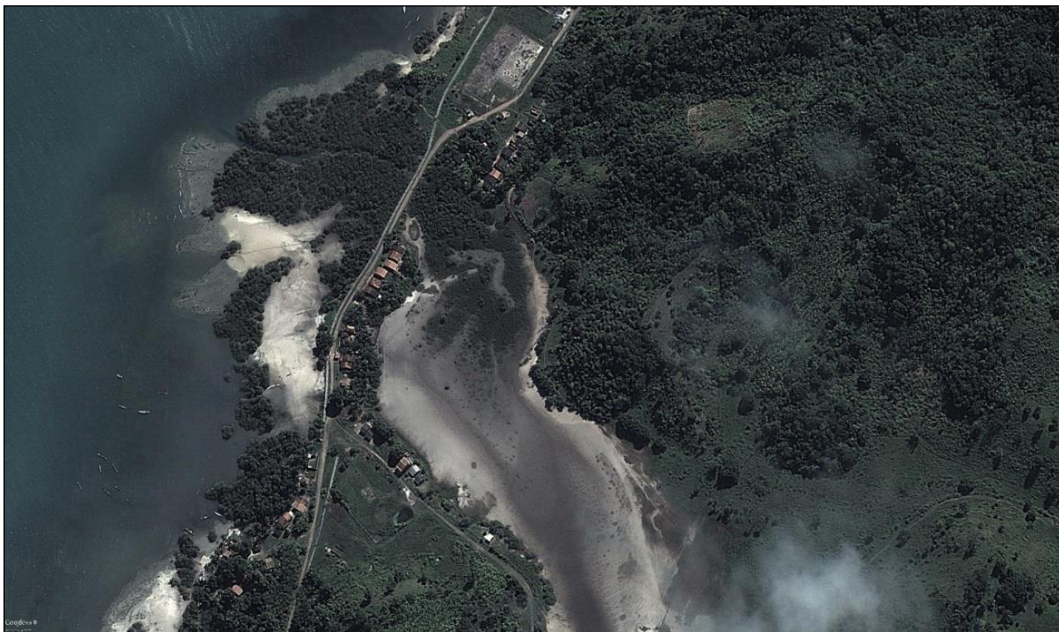


Figura 8.3-916. Comunidade Quilombola de Martelo – coordenada Datum UTM WGS 84 -550104 / 8590545 (Fonte: Google Earth,(2014).



Figura 8.3-917. Comunidade Quilombola de Ponta Grossa – coordenada Datum UTM WGS 84 - 551667 / 8590377 (Fonte: Google Earth, 2014).

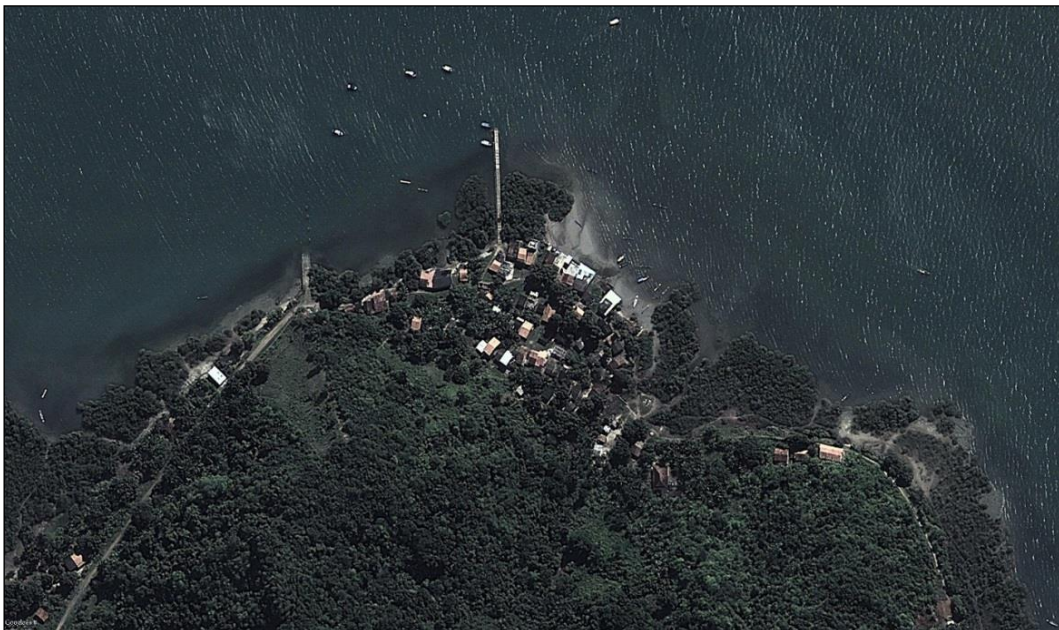


Figura 8.3-918. Comunidade Quilombola de Porto dos Cavalos – coordenada Datum UTM WGS 84 - 550690 / 8591186 (Fonte: Google Earth, 2014).



Figura 8.3-919. Comunidade Quilombola de Praia Grande – coordenada Datum UTM WGS 84 - 550889 / 8587300 (Fonte: Google Earth, 2014).

Segundo o Mapa de Conflitos Ambientais da Fio Cruz, as cerca de 500 famílias das comunidades quilombolas de Bananeiras, Martelo, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos e Praia Grande lutam, desde 2004, pela demarcação de seus territórios tradicionais. Embora as contínuas ações e campanhas das comunidades, com o apoio de diversas organizações da sociedade civil e até mesmo de entidades ligadas ao Governo do Estado da Bahia, elas ainda não conseguiram a identificação e delimitação de suas terras. O processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ainda se encontra na fase de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Entre dezembro de 2004 e setembro de 2005, essas comunidades foram oficialmente reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) - órgão ligado ao Ministério da Cultura (MinC), responsável pelo reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil - e tiveram seu processo de identificação e demarcação iniciado em setembro do ano seguinte junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Visando garantir esse direito, e a conclusão do processo de demarcação, as comunidades quilombolas têm buscado se articular com entidades nacionais e da sociedade civil da Bahia, além de outras comunidades quilombolas, como forma de mútuo fortalecimento das respectivas lutas e como estratégia de pressão junto a diversos níveis de governo. Isto lhes tem garantido acesso a algumas políticas públicas voltadas para populações quilombolas e às arenas decisórias.

Como exemplo dessa articulação, cabe destacar a participação de representantes da comunidade na audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (Aleba), em outubro de 2007. Também compareceram a este evento, representantes das comunidades tradicionais de Caravelas, Canavieiras, Santa Cruz Cabrália, Corumbau, Iguape, São Francisco do Paraguaçu, Uauá, Lauro de Freitas, Candeias, Prado, Nova Viçosa, entre outras.

Quanto a caracterização das comunidades de Martelo, Praia Grande, Bananeiras, Ponta Grossa e Porto dos Cavalos, o estudo já se aprofundou de forma significativa nas questões que permeiam a realidade dos seus respectivos habitantes, principalmente envolvendo a atividade pesqueira que tanto as caracteriza. Será elencado nos tópicos a seguir apenas um breve resumo dessas condições.

I. Infra Estrutura

A infraestrutura das comunidades é bastante precária, funcionando com poucas unidades para o suporte a Educação e Saúde.

Na Saúde, todas essas comunidades contam com o suporte de uma Unidade do Saúde da Família localizada em Praia Grande (Figura 8.3-920 e Figura 8.3-921).



Figura 8.3-920. Unidade de Saúde na Comunidade Quilombola de Praia Grande (Fonte: Bourscheid, 2014).

É um estabelecimento que conta apenas com a atenção básica e serviços odontológicos, e por isso sofre repentinas queixas dos seus usuários quando precisam de atendimentos mais especializados. O isolamento natural dessas comunidades quanto a sua localização torna essas

condições ainda mais difíceis pois as condições climáticas produzem ainda mais dificuldades para o deslocamento de moradores ou mesmo da equipe de saúde até a unidade. Uma parte substancial do suporte as necessidades de das populações dessas comunidades quanto a saúde vem sendo realizada pelo município de Candeias através do distrito de Passé.

MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE		14/7/2014 DATASUS	
CNES - CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE			
IMPRESSÃO DA FICHA REDUZIDA POR COMPETÊNCIA : 06/2014			
Identificação CADASTRADO NO CNES EM: 24/11/2009 ULTIMA ATUALIZAÇÃO EM: /06/2014			
Nome:	CNES:	CNPJ:	
USF ILHA DE MARE	6386482		
Nome Empresarial:	CPF:	Personalidade:	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SALVADOR	--	JURÍDICA	
Logradouro:	Número:		
RUA DA CAEIRA	S/N		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município: UF:
	PRAIA GRANDE	42500710	SALVADOR BA
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Esfera Administrativa:	Gestão:
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	sem sub tipo	MUNICIPAL	MUNICIPAL
Natureza da Organização:	Dependência:		
ADMINISTRACAO DIRETA DA SAUDE (MS,SES e SMS)	MANTIDA		
PROFISSIONAIS SUS			
Médicos			2
Outros			18
PROFISSIONAIS NÃO SUS			
Total			
Atendimento Prestado			
Tipo de Atendimento:	Convênio:		
AMBULATORIAL	SUS		
SADT	SUS		
Fluxo de Clientela:			
Leitos			
Estabelecimento não possui Leitos Cadastrados			
Equipamentos			
EQUIPAMENTOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM			
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:
RAIO X DENTARIO	1	1	SIM
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA			
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:
CANETA DE ALTA ROTACAO	1	1	SIM
COMPRESSOR ODONTOLOGICO	1	1	SIM
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM
EQUIPAMENTOS PARA MANUTENCAO DA VIDA			
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:
REANIMADOR PULMONAR/AMBU	3	3	SIM
Resíduos/Rejeitos			
Coleta Seletiva de Rejeito:			

RESIDUOS COMUNS								
Instalações Físicas para Assistência								
AMBULATORIAL								
Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:						
ODONTOLOGIA	1	0						
SALA DE CURATIVO	1	0						
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	3	0						
SALA DE IMUNIZACAO	1	0						
Serviços de Apoio								
Serviço:	Característica:							
CENTRAL DE ESTERILIZACAO DE MATERIAIS	PROPRIO							
FARMACIA	PROPRIO							
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)	PROPRIO							
SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	TERCEIRIZADO							
Serviços Especializados								
			Ambulatorial:		Hospitalar:			
Cod.:	Serviço:	Característica:	Amb.:	SUS:	Hosp.:	SUS:		
101	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO		
112	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO		
141	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO		
144	SERVICO POSTO DE COLETA DE MATERIAIS BIOLOGICOS	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO		
Serviços e Classificação								
Código:	Serviço:	Classificação:			Terceiro:	CNES:		
101 - 002	ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA	SAUDE BUCAL MI			NÃO	NAO INFORMADO		
112 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE RISCO HABITUAL			NÃO	NAO INFORMADO		
141 - 001	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA			NÃO	NAO INFORMADO		
144 - 001	SERVICO POSTO DE COLETA DE MATERIAIS BIOLOGICOS	COLETA REALIZADA FORA DA ESTRUTURA LABORATORIAL			NÃO	NAO INFORMADO		
Habilitações								
Código	Descrição	Origem	Competência Inicial	Competência Final	Portaria	Data Portaria	Leitos SUS	Data do Lançamento
0913	ADESAO DO ESTABELECIMENTO AO PROJETO MAIS MÉDICOS	Nacional	12/2013	---	PT SGTES 18	02/01/2014		27/1/2014

Figura 8.3-921. Detalhamento do Posto de Saúde na Comunidade Quilombola de Praia Grande (Fonte: CNES, 2014).

A oferta de serviços de educação nas localidades é feita pela rede municipal de Salvador, através de 4 unidades que estão localizadas em Bananeiras, Praia Grande e Porto dos Cavalos segundo o Data Escola Brasil do INEP para o ano de 2013. São escolas que atendem somente ao nível fundamental, conforme a a seguir.

Tabela 8.3-66. Caracterização das Unidades Escolares nas Comunidades Quilombolas de Ilha de Maré (Fonte: Data Escola Brasil do INEP, 2014).

Nome do Estabelecimento	Localidade	Alunos Matriculados		Educação Especial	EJA		Educação Profissional	Atividade Complementar*						Atendimento Educacional Especializado	
		Ensino Infantil	Ensino Fundamental		Anos Iniciais	Anos Finais		Artes, Cultura e Educação Patrimonial	Esportes e Lazer	Acompanhamento Pedagógico	Educação Ambiental	Cultura Digital	Prevenção e Promoção da Saúde		Comunicação e Uso de Mídias
Escola Municipal de Bananeira	Bananeiras	25	82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escola Municipal de Praia Grande	Praia Grande	31	61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escola Municipal Nossa Senhora das Candeias	Praia Grande	63	105	-	35	-	-	103	103	103	-	-	-	-	-
Escola Municipal Nossa Senhora de Fatima	Porto dos Cavalos	20	26	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

*O aluno pode estar matriculado em várias modalidades.



Figura 8.3-922. Escola em Bananeiras (Fonte: Bourscheid, 2014).



Figura 8.3-923. Escola em Porto dos Cavalos (Fonte: Bourscheid, 2014).

II. Economia

Tradicionalmente essas comunidades tem sua sobrevivência ligada as atividades pesqueiras que se desenvolvem nas áreas ao redor da Ilha de Maré ou em outros pontos da Baía de Aratu. Com o passar dos tempos, a implantação de empreendimentos nos municípios próximos como Simões Filho e Candeias, vem aproveitando uma parcela pequena desses moradores em atividades industriais e de serviços diversificados, mas insuficiente para a quantidade da população que compõe a população economicamente ativa dessas comunidades.

Nessa situação, os programas de benefícios sociais como Bolsa Família e o Auxílio Defeso exercem grande importância para sobrevivência dos moradores que não possuem atividades remuneradas ou empregos formais.

A agricultura, apesar de presente é de baixo impacto no contexto da ilha, com uma produção localizada que eventualmente tem o destino de feiras na região, mas cuja comercialização ocorre principalmente entre os moradores.

Agricultura. Banana, aipim, quiabo (...) Tudo (...) Vende em feira. A comunidade consome. Quando chega na época quem tem, a comunidade vende pra quem não tem. E a quantidade maior a gente leva pra feira. Pra Salvador, e Candeias também. (Natanael Farias Pedro, Pescador de Ilha de Maré)

A atividade turística exercida ao longo de outras localidades da Ilha também exerce alguma influência sobre essas comunidades, principalmente na produção de artesanatos como balaios e cestos que tem como destino a Feira de São Joaquim em Salvador e doces de banana que são comercializados para restaurantes na região visando aqueles visitam a Ilha no período de verão.

III. Manifestações Culturais

As manifestações culturais estão bastante identificadas com as práticas religiosas existentes nas comunidades. Apesar da existência das igrejas católicas, há um crescimento cada vez maior da adesão dos moradores as religiões evangélicas.

Os evangélicos é que tem poder aqui. Tomou conta do território todo, da ilha toda. O candomblé não é forte não. É forte nas casas onde existem. Acabou, no Botelho se tiver é uma, Praia Grande tem um, Santana não tem mais nenhum, em Maracanã aqui já morreram, acabou (...) Acabou porque os filhos, os netos são todos crentes. (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré)

Uma coisa que eu estou sentindo é que os cristão estão desenvolvendo uma coisa também boa, porque está acontecendo aqui na Ilha um tipo de epidemia, que é a droga né? Então esses cristãos, estão levando os jovens a sair dessa vida, que tá contaminando aqui a ilha também. Então a maioria dos cristãos estão fazendo Igreja, estão convidando os jovens (...) Alguns jovens estão dando depoimento que vivia nessa vida e por causa da religião, está se convertendo, fazendo outra atividade (...) Em Porto dos Cavalos não tinha uma igreja, lá tinha muito problema, agora com os cristãos, tem muita

gente se convertendo. Aqui em Bananeiras, duas igrejas, a Universal e a Assembleia (...) Ainda tem a Católica que tá também que está fazendo um trabalho ai, de uma forma diferente mas tá dando uma força (...)

Mas de verdade mesmo a nossa cultura estão jogando fora porque os evangélicos e por os jovens e até os mais velhos responsáveis pelos seus filhos, acompanhar e aceitar ele, a cultura estão deixando de lado que é o candomblé, o terreiro, tá se acabando (...) Não devia deixar a nossa cultura, nós estamos modificando para uma que não e nossa (...) (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré).

Segundo seus moradores, esse processo veio paulatinamente retirando a religião do candomblé da vida os habitantes da Ilha de Maré. São poucos os praticantes e lugares da ilha onde é possível testemunhar essa manifestação:

O candomblé não é forte não. É forte nas casas onde existem. Acabou, no Botelho se tiver é uma, Praia Grande tem um, Santana não tem mais nenhum, em Maracanã aqui já morreram, acabou (...) Acabou porque os filhos, os netos são todos crentes (Natanael Farias Pedro, Pescador da Ilha de Maré).

Outra manifestação popular muito reconhecida é o Samba de Roda. Entretanto, o mesmo está presente apenas na comunidade de Praia Grande.

8.3.11.2 Comunidade Quilombola de Alto do Tororó, Salvador.

A comunidade Quilombola de Alto do Tororó teve seu reconhecimento publicado no dia 4 de Novembro de 2011. Depois das comunidades localizadas na Ilha de Maré, é a comunidade mais próxima a área do futuro Terminal de Uso Privativo da Braskem.

Territorialmente está localizada no município de Salvador no bairro de São Tomé de Paripe. Assim como muitas comunidades quilombolas, não há equipamentos básicos voltados para saúde e educação, por exemplo.

Residem na comunidade cerca de 347 pessoas, em 96 unidades habitacionais, sendo que 183 mulheres e 164 homens.

I. Infra Estrutura

No Alto do Tororó não há posto de saúde nem escolas. A comunidade tem suas demandas atendidas no posto de saúde e escola localizada em São Tomé de Paripe.

Por estar próximo de empreendimentos portuários como o Terminal Portuário Cotegipe - TPC (também licenciado pelo IBAMA), alguns projetos são desenvolvidos na comunidade como o da alfabetização para crianças na faixa etária de 03 a 06 anos que ocorre no espaço da Associação Comunitária (CNPJ: 06.137.056/0001-79) local patrocinado pelo empreendimento. Recentemente o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, via Programa Vida Melhor, beneficiou a comunidade com uma cozinha comunitária. Com investimento de aproximadamente R\$ 27 mil, a cozinha comunitária beneficia 25 mulheres do Quilombo do Tororó, com idade entre 31 e 52 anos. Entre os itens da cozinha, estão equipamentos de estoque e pesagem, preparação de alimentos, cozimento e limpeza.



Figura 8.3-924. Comunidade Quilombola ao Alto do Tororó – coordenada Datum UTM WGS 84 - 555994/8583274 (Fonte: Google Earth, 2014).

II. Economia

Segundo diagnóstico elaborado em 2012 pelo Terminal Portuário Cotegipe (Salvador-BA) a principal atividade da comunidade está baseada na pesca e mariscagem.

III. Manifestações Culturais

São destaques dessa comunidade o Candomblé, o Samba de Roda, a Capoeira e o Reisado, também conhecido como Festa de Reis.

IV. Organização Social

Em atuação na comunidade, está a Associação Comunitária Alto do Tororó, e constituída através do CNPJ: 06.137.056/0001-79.

8.3.11.3 Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos

A comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, inserida no município de Simões Filho, conseqüentemente na Área de Influência Indireta do estudo, foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares no dia 04 de Outubro de 2011. Como forma de resistência aos conflitos fundiários junto a Marinha Brasileira (Base Naval de Aratu), a movimentação comunitária e a publicidade em torno da situação resultaram na abertura de um processo para a delimitação do território através do nº 54160.003162/2011-57.

Visando o atendimento a Portaria Interministerial 419/2011, ANEXO III – C, sob responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, que integra as diretrizes do EIA-RIMA do Terminal de Uso Privativo da Braskem, o diagnóstico aqui apresentado tem por premissa o levantamento das condições sociais, fundiárias e ambientais dessa Comunidade Quilombola.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teve como fundamento legal e critérios técnicos a Instrução Normativa 57/2009 deste órgão e o atendimento ao Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, ao afirmar que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

A publicação do relatório ocorreu no dia 26 de Agosto de 2014, na seção 3, nº 163 do Diário Oficial da União, a pedido do Ministério Público Federal junto a 1ª Vara Federal da Justiça-BA.

Antes de dar início as demais análises que compõem esse diagnóstico, é importante registrar que devido à localização do empreendimento aqui licenciado (Porto de Aratu), a sua instalação não irá afetar o território da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos.

8.3.11.3.1 Metodologia

Para a construção desse diagnóstico foram utilizados dois relatórios antropológicos que fundamentaram o reconhecimento e delimitação do território, assim como outros produtos que subsidiaram a efetivação do RTID. Um elaborado pelo INCRA conforme processo administrativo já citado, e o outro, pela empresa de consultoria Zagatto Consultoria Ambiental e Social, contratada pela Prefeitura Municipal de Simões Filho após decisão judicial que solicitou as devidas iniciativas. Ambos foram elaborados entre 2011-2012, e portanto,

considerando o tempo entre esse processo e o diagnóstico socioeconômico do EIA-RIMA do Terminal de Uso Privativo (2014-2015), as informações utilizadas são idênticas.

Outro fator para que fossem aproveitadas de forma integral as informações contidas nos relatórios antropológicos, além da própria qualidade dos materiais colhidos por profissionais habilitados, não havia disponibilidade de dados emitidos pela instituição oficial de estatística, IBGE, para o último Censo de 2010, específicos para o território da comunidade. Os dados disponíveis através do IBGE por setores censitários englobam outras residências externas ao território, o que poderia provocar, dessa forma, distorções graves na avaliação socioeconômica quanto ao acesso a serviços essenciais, etc.

Assim, a empresa consultora Bourscheid Engenharia e Meio Ambiente, contratada pela Braskem para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental do Terminal de Uso Privativo a ser construído no município de Candeias, entende que a utilização desses materiais na sua plenitude, além de serem fontes confiáveis e atuais para o contexto do atendimento a Portaria Interministerial 419/2011, também fornece dados esclarecedores quanto a situação da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos frente a instalação do referido empreendimento.

8.3.11.3.2 Histórico da Ocupação

As terras ocupadas pelos membros da comunidade quilombola Rio dos Macacos remonta o período onde a atividade açucareira predominou ao redor da Baía de Todos os Santos, principalmente na área territorial que abrange Paripe e Aratu. Basicamente a ocupação desses descendentes está concentrada em um espaço de duas antigas fazendas: Aratu e Meireles.

Os levantamentos etnográficos realizados tanto pelo INCRA como pela empresa Zagatto apontam que do início do século XX até os anos 50, a área da Fazenda Aratu (hoje ocupada pelo Centro Industrial de Aratu) tinha a cana de açúcar como principal cultura. A exploração da área estava a cargo do grupo econômico Magalhães através da Usina Aratu, construída a partir de um antigo casarão, pertencente a um engenho local. Grande parte dos atuais ocupantes da comunidade relataram que muitos dos seus pais e mães foram empregados da referente usina.

Os relatos obtidos pelo trabalho de campo do INCRA e da Zagatto Consultoria mostram que tanto a Fazenda Aratu como a Fazenda Meireles não possuíam uma demarcação oficial, o que viria ocorrer somente após a chegada da Marinha a região. Após a desativação da usina as instalações receberam outras funções, como cartório e delegacia de polícia, mas que posteriormente foram abandonadas em definitivo.

A Fazenda Meireles era a principal propriedade junto a Fazenda Aratu no início do século XX e pertenceu a Menandro dos Reis Meireles. Assim como a propriedade Aratu, a Fazenda Meireles provinha grandes quantidades de cana de açúcar para a usina que funcionava até então. A partir dos anos 30, os relatos da comunidade apontaram para a venda da área para a Empresa Amado Bahia S.A, posteriormente sendo transferida para a empresa Carnes Verdes. A mudança de proprietários culminou com uma outra função econômica para a fazenda, que passou a explorar o corte de gado que era entregue através de trens até o atual bairro de Paripe em Salvador.

A partir de 1940, a Marinha Brasileira passou a se interessar em ter a posse de uma faixa das terras da Fazenda Meireles com o objetivo de construir uma barragem que permitisse o abastecimento da futura Base Naval. A então empresa Carnes Verdes doou a área, sendo legalmente formalizada a partir do Decreto 25.781 de 1948. Entretanto, conflitos quanto ao tamanho da área resultaram em conflitos entre a empresa e a Marinha. A questão foi encerrada a partir da promulgação do Decreto nº 42.496 de 1957, onde o então Presidente Juscelino Kubitschek, declarou que uma área equivalente a 173 hectares da Fazenda Meireles passasse a ser de utilidade pública.

A Fazenda Macacos está localizada no subdistrito de Paripe e era uma propriedade inserida na Fazenda Meireles. Segundo estudo da Zagatto Consultoria e do INCRA (2011), seu aspecto de ilha permite concluir que a mesma provavelmente pode ter sido originada de um desmembramento desta última. Segundo registros cartoriais, essa propriedade foi doada à Prefeitura de Salvador em 1916 pelo então proprietário Coriolano Bahia, ainda que até 1940, a posse ainda permanecesse com o mesmo.

A área de aproximadamente 118 hectares que forma a Fazenda Macacos foi doada à Marinha pela lei municipal de Salvador nº 492 de 5 julho de 1954. Entretanto, apenas em 1960 a doação foi registrada em cartório. A própria prefeitura de Salvador reconhecia que área era habitada e portanto, caberia a Marinha a indenização das benfeitorias que jamais ocorreu.

Como contrapartida a essa doação, a Marinha firmou o compromisso de promover o abastecimento de água das populações de Paripe, Tubarão e São Tome de Paripe a partir da adutora que abasteceria a própria Base Naval. A deficiência do abastecimento de água da Base Naval tornou necessário a utilização da Barragem Macacos localizada na Fazenda de mesmo nome (Figura 8.3-925).

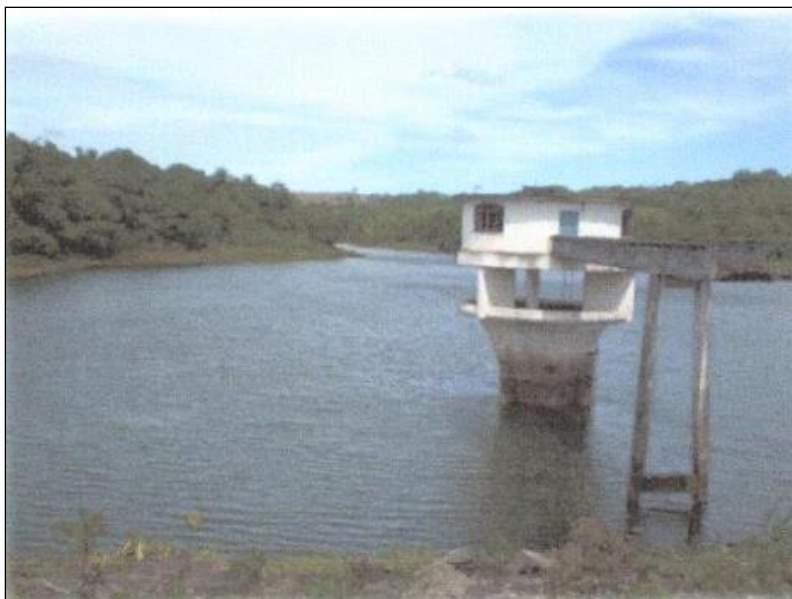


Figura 8.3-925. Tulipa da Barragem do Rio dos Macacos (2011).

A área da barragem compreende atualmente os municípios de Salvador e Simões Filho. Em 1961, o então distrito da Água Comprida, localizado na parte Norte de Salvador, na divisa com Paripe, foi desmembrado da capital através da Lei Estadual nº 1.538, dando origem assim ao município de Simões Filho.

8.3.11.3.3 Dados Gerais, Acesso, Infraestrutura e Vulnerabilidade

A comunidade quilombola Rio dos Macacos se encontra na divisa dos municípios de Salvador e Simões Filho. Grande parte das áreas ocupadas tradicionalmente pelos seus moradores está no território de Simões Filho, cujas características rurais e urbanas criam uma interface produzindo um ambiente peculiar. Esse espaço envolve as propriedades da Marinha e da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia (SUDIC).

O acesso a comunidade é através do portão principal da Vila Naval da Marinha, as margens da BA-528, uma rodovia estadual que faz conexão a BR-324 e que liga a região conhecida como Cidade Baixa da capital do Estado (Salvador) e a Base Naval de Aratu. Esse percurso pode ser feito através de linhas municipais de ônibus, entretanto, a partir da entrada principal da vila, somente os moradores desta podem fazer uso dos ônibus que ali circulam.

Outros acessos estão disponíveis para a comunidade, mas encontram-se em estado precário de conservação, sem pavimento, o que dificulta o trânsito de veículos. Duas entradas são relatadas através dos relatórios antropológicos: uma está na margem direita do km 1,6 da BA-528 em direção a Simões Filho e tem cerca de 1,6 km até a comunidade; o segundo acesso encontra-se na margem direita da chamada Avenida Periférica em sentido a Periférica II e que

fazem parte do Centro Industrial de Aratu com aproximadamente 1,8 km até a comunidade (Figura 8.3-926).



Figura 8.3-926. Acessos a Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos (em vermelho). Em azul, a BA-528 (Oeste), a Avenida Periférica (Norte) e Via Periférica II (Leste). (Fonte: Google Earth, 2014).

A comunidade quilombola de Rio dos Macacos é constituída por uma população total de 54 famílias, sendo que 74%, ou 40 famílias habitam na área hoje de propriedade da Marinha. Cadastro realizado pelo INCRA em 2012 indicavam um total de 35 casas. O ambiente local tem sido dominado pela notória ausência de serviços básicos que se refletem na condição de vida dos moradores.

Parte dessa situação tem sido fruto dos intensos conflitos entre os moradores e a Marinha (Figura 8.3-927). O acesso ao saneamento básico, apesar da solicitação da comunidade, jamais foi implementado, segundo informações da EMBASA, devido a problemas técnicos na rede, a topografia local e inviável economicamente pelo baixo número de pessoas a serem beneficiadas. Como já apontado pelo relatório antropológico, a situação fere o princípio da Lei 11.445/2007, que preconiza que os serviços de saneamento básico precisam ser encarados como um direito social.

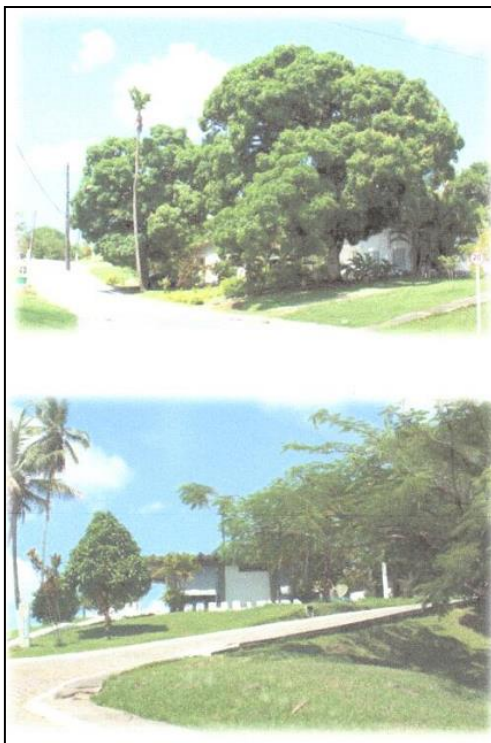


Figura 8.3-927. Via Principal da Vila Naval da Marinha (acima) e Rua da Prefeitura da Vila (abaixo) (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

Segundo o INCRA e a Zagatto Consultoria (2011), não há coleta de lixo, embora nas proximidades da Vila Naval, o serviço seja executado. A infraestrutura das casas também apresenta quadro significativo de precariedade. Grande parte das residências da comunidade que estão sob influência da Marinha tem no máximo 2 cômodos, em muitas situações sem cozinha ou sanitários internos. Foram construídas por materiais como taipa e adobe. O diagnóstico apontou algumas dessas unidades domiciliares constituídas de tijolo. As poucas residências identificadas com a presença de vasos sanitários, fazem uso de fossa séptica, mas no âmbito geral, o esgoto doméstico é lançado próximo as casas sem qualquer tratamento. O relatório antropológico também apontou que é muito comum por parte dos moradores a utilização das áreas de vegetação para as necessidades (Figura 8.3-928).



Figura 8.3-928. Moradias localizadas no interior da área da Marinha. Na foto à direita banheiro improvisado (Fonte: Zagatto Consultoria, 2011).

O acesso à energia elétrica também é feito de forma precária através de ligações clandestinas. Os estudos apontaram que nas últimas três décadas a comunidade vem solicitando a ligação das residências a rede pública de energia, mas devido a interferência da Marinha, o pleito jamais foi atendido. Apenas parte da comunidade, fora dos limites da área da Marinha, tem acesso ao serviço.

Os rendimentos familiares são baixos e portanto, implicam em condições inadequadas para a sobrevivência de muitos dos membros dessa parte da comunidade. Durante o trabalho de campo realizado pelo INCRA em 2012, a aplicação de questionários para o cadastro das famílias, indicava um valor médio de R\$ 547,00 reais como renda familiar. Os depoimentos colhidos pelos técnicos junto aos membros da comunidade indicavam que além das dificuldades em serem inseridos no mercado de trabalho devido à baixa escolaridade, a proibição de manutenção da atividade agrícola pela Marinha agrava a situação de segurança alimentar de muitas famílias. Sensível ao quadro, a Prefeitura de Simões Filho passou a disponibilizar o valor de R\$ 100,00 para 34 famílias da comunidade através do Programa Bolsa Cidadania.

Quanto a educação, principalmente das crianças e adolescentes, este é suprimido por duas unidades escolares localizadas no bairro Ilha de São João: Escola de Ensino Fundamental I Vale do Sião e a Escola de Ensino Fundamental II Inac Pimentel. O deslocamento até os locais de ensino era garantido pelo transporte fornecido pela Prefeitura de Simões Filho a partir do Centro Comunitário da Vila Naval da Marinha. Contudo, os depoimentos de moradores da comunidade apontavam para uma irregularidade quanto a esse suporte, que conseqüentemente prejudicava a frequência e o desempenho escolar. Já aqueles que estão no ensino médio fazem o deslocamento através das linhas de ônibus a partir da entrada da Vila Naval até a escola localizada na sede do município.

Em contrapartida a essa situação, a localidade de Alto dos Macacos conta com uma infraestrutura melhor, tendo suporte básico de energia elétrica, água e esgotamento sanitário. Os moradores contam com o acesso a rede pública de ensino, assim como um posto de saúde próximo a escola onde muitos alunos são encaminhados.

8.3.11.3.4 Conflitos de Interesses e Situação Territorial do Grupo

Os conflitos de interesses que predominam no território da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos estão associados a partir da presença da Marinha na região. Embora grande parte das áreas tenham sido apropriadas pelo Estado a partir dos anos 60 com o objetivo de alavancar o setor secundário através de iniciativas como o Centro Industrial de Aratu (CIA), por antigos posseiros, por demais indústrias que foram instaladas na região, isso não alterou a acessibilidade junto aos recursos para sobrevivência dos moradores.

Os antigos moradores faziam uso de lagoas encontradas na região como a Aratu, Salu e Oiti, mas que tornaram-se impróprias a partir da instalação de empresas como a Quimil, PQA e Plásticos Aratu. Ainda assim, a configuração espacial de moradia e agricultura sempre esteve associada as fazendas Meireles e Macacos pois essas indústrias estão localizadas em áreas que de forma geral, sempre foram pouco utilizadas pelas comunidades conforme o laudo antropológico elaborado pelo INCRA e a ZAGATTO Consultoria em 2012.

A grande modificação territorial para a comunidade ganha forma com a construção da barragem sobre o Rio Barrozo (Figura 8.3-929) na década de 50. Isso ocasionou relevante mudança para o cotidiano dos moradores devido a interferência no fluxo dos demais rios utilizados para pesca e que também contribuíam para a irrigação das áreas agricultáveis e principalmente, para o abastecimento doméstico.

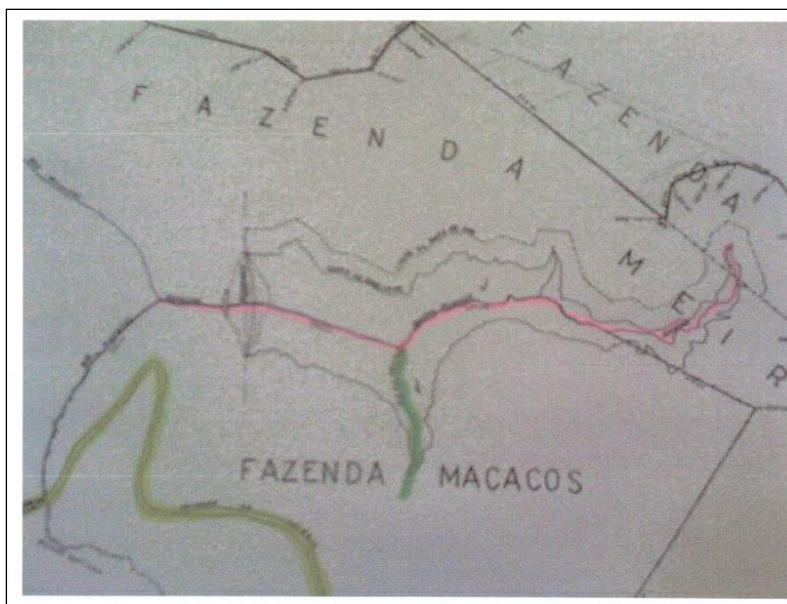


Figura 8.3-929. Rio Barroso fazendo a divisão entre as fazendas Meireles e Macacos (rosa). Em verde, o rio da Prata. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

A inserção da barragem obrigou uma parte das famílias a serem deslocadas, seja para a fazenda Meireles ou para áreas próximas a Vila Naval. Outra consequência imediata do uso desse equipamento foi um grande recorte nos aspectos de sociabilidade do grupo. O espelho d'água ocasionou uma divisão entre partes significativas dos moradores com a dificuldade de acesso entre os sítios.

A década de 60 foi o período onde os conflitos tornaram-se mais evidentes. A Marinha decidiu construir nas terras da comunidade, uma vila naval destinada aos sargentos e cabos. Ainda assim, os depoimentos colhidos em campo para o relatório etnográfico em 2011 mostraram que grande parte da mão de obra foi contratada junto aos moradores da comunidade.

Com o início das obras a saída do território tornou-se eminente para muitos. O destino foi residir em outros lugares como Paripe, Morro dos Macacos e ademais localidades do subúrbio ferroviário de Salvador. Outras passaram a morar com familiares no interior das fazendas Macacos e Meireles, bem como ocupar áreas pertencentes à CIA/SUDIC e que fazem parte do atual território de Rio dos Macacos.

O final da construção da vila naval nos anos 70 foi um período de relativa tranquilidade entre a Marinha e a comunidade. Havia o reconhecimento por parte dos oficiais que residiam na vila naval sobre os moradores de Rio dos Macacos (Figura 8.3-930), permitindo que as práticas extrativistas, a pesca na barragem e a agricultura. A presença de alguns desses moradores foi documentada pela própria Marinha segundo os relatórios antropológicos.

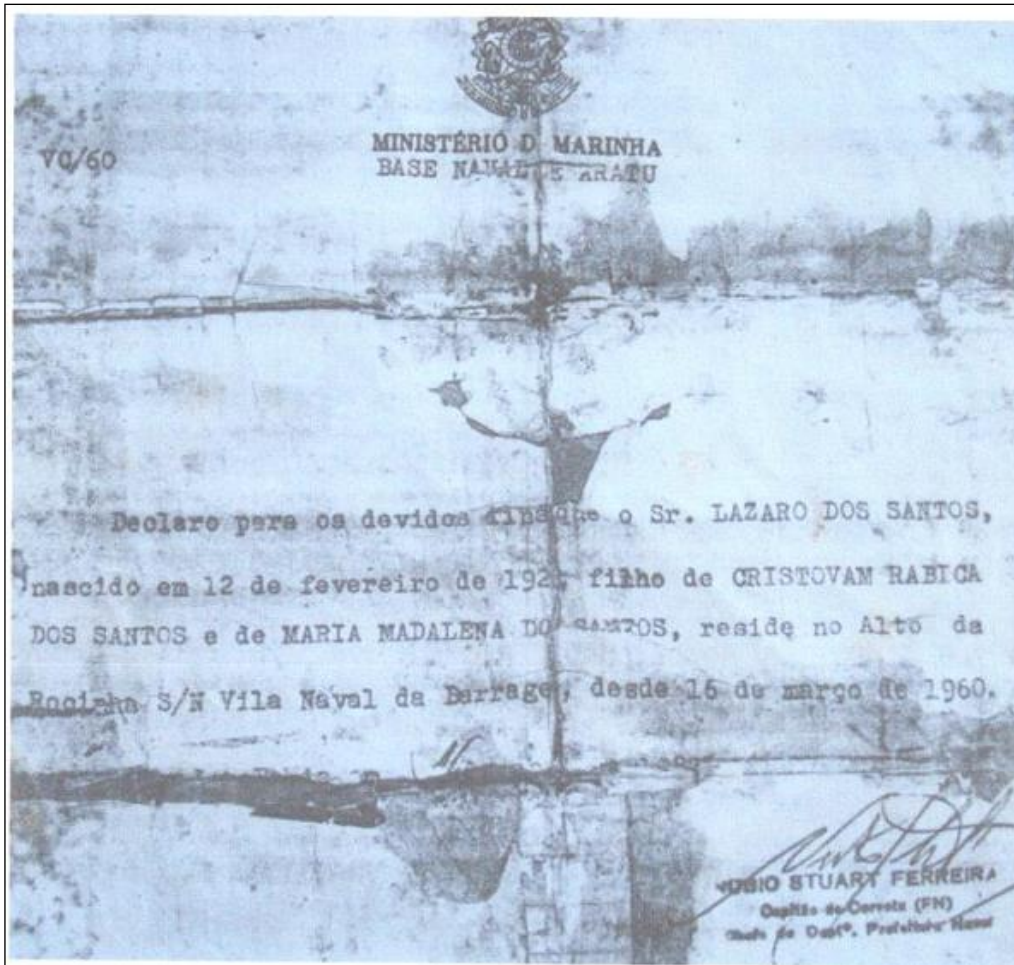


Figura 8.3-930. Antigo documento emitido pela Base Naval de Aratu nos anos 70 confirmando a presença de um morador na antiga Fazenda Meireles e próximo à Vila Naval (Fonte: Zagatto Consultoria).

O reconhecimento, segundo os moradores, podia ser medido inclusive através da troca de bens e serviços com os oficiais da vila naval. Era muito comum a venda de gêneros alimentícios produzidos nos sítios da comunidade para a vila naval. Serviços de jardinagem e pedreiros também eram providos por homens recrutados em caráter temporário junto à comunidade (Figura 8.3-931 e Figura 8.3-932). As mulheres também eram recrutadas para trabalhos de faxina e lavagem de roupas para muitos oficiais. Outras desenvolveram habilidade para a prática de serviços espirituais e de parto.

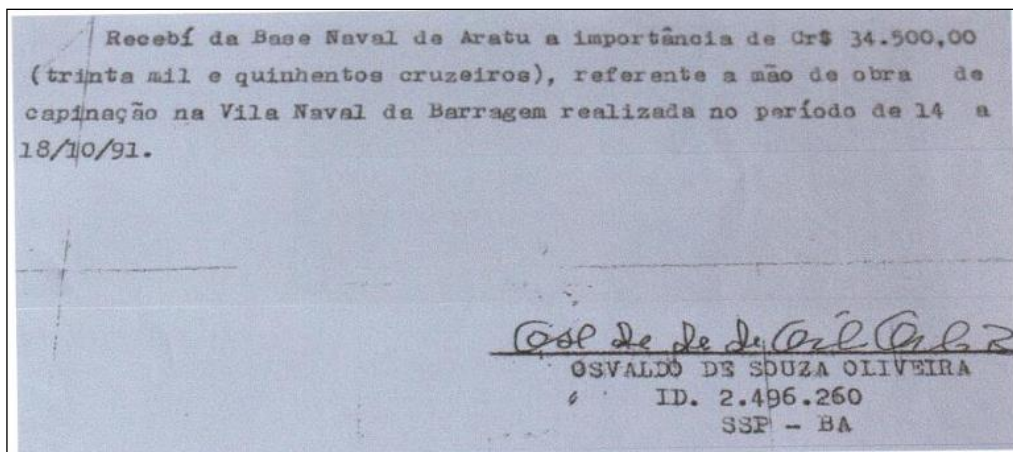


Figura 8.3-931. Trecho de Documento emitido pela Base Naval em favor de um morador de Rio dos Macacos por Serviços Prestados. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

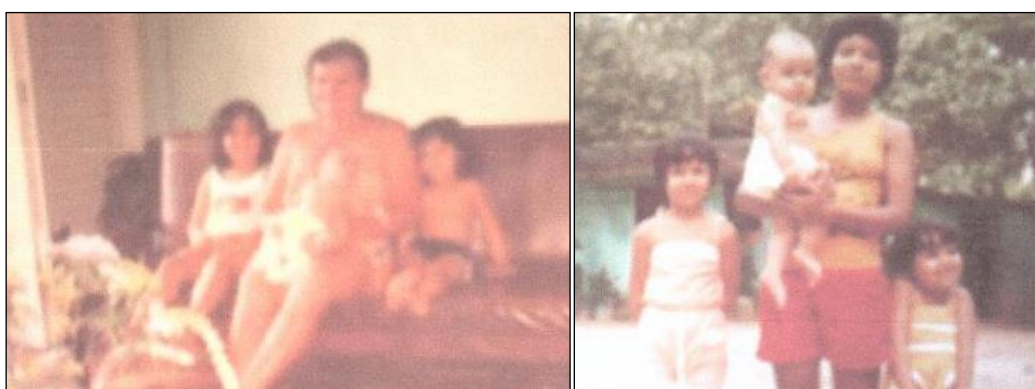


Figura 8.3-932. Fotos de propriedade de Dona Maria Souza de Oliveira da década de 80. À esquerda família do Sargento Sarmento que foi padrinho da neta de Dona Maria. À direita, Olinda e Souza Oliveira carregando o bebê do Sargento. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

Com a chegada dos anos 80, um novo processo de expropriação das terras da comunidade passou a ocorrer sob o discurso de que ali se tratava de propriedade da união. Isso pode ter sido motivado pela necessidade de ampliação da vila naval com a chegada de novos oficiais, ocupando dessa forma áreas próximas aos limites sul da vila. As casas que permaneciam passaram a apresentar desgastes e segundo depoimentos, a Marinha passou a proibir a entrada de materiais ou mesmo a reformas dessas unidades domiciliares, sendo demolidas posteriormente.

Os moradores da parte sudeste do território, cuja propriedade era uma faixa de terras da antiga fazenda Meireles e posteriormente passou a ser posse da Marinha. A ocupação dessa área que remonta ao final dos anos 60, ainda estava em litígio entre a empresa Carnes Verdes e a Marinha. A presença de nascentes e riacho facilitava a vida de muitos moradores quanto ao abastecimento de água e irrigação dos sítios.

Em meados de 2007, a Marinha ampliou os limites do norte da sua área o que ocasionou a derrubada dos postes que foram então instalados pela companhia fornecedora de energia, COELBA, para permitir o acesso à energia pelos moradores da comunidade de Rio dos Macacos. Depoimentos de alguns proprietários nessa parte do território alegam que a Marinha portanto, ampliou a faixa de seu domínio sem realizar nenhuma indenização. Uma hipótese para essa ampliação pode ter origem na permuta de algumas áreas destinadas até então ao Centro Industrial de Aratu.

Assim, as últimas décadas registraram modificações territoriais significativas para a comunidade e em conflitos que resultaram em perdas sociais e culturais antigas. Isso resultou, conforme a Figura 8.3-933 e a Figura 8.3-934 a seguir, na atual configuração do território quilombola antes da sua demarcação oficial a partir dos laudos antropológicos emitidos pelo INCRA e pela empresa Zagatto Consultoria.

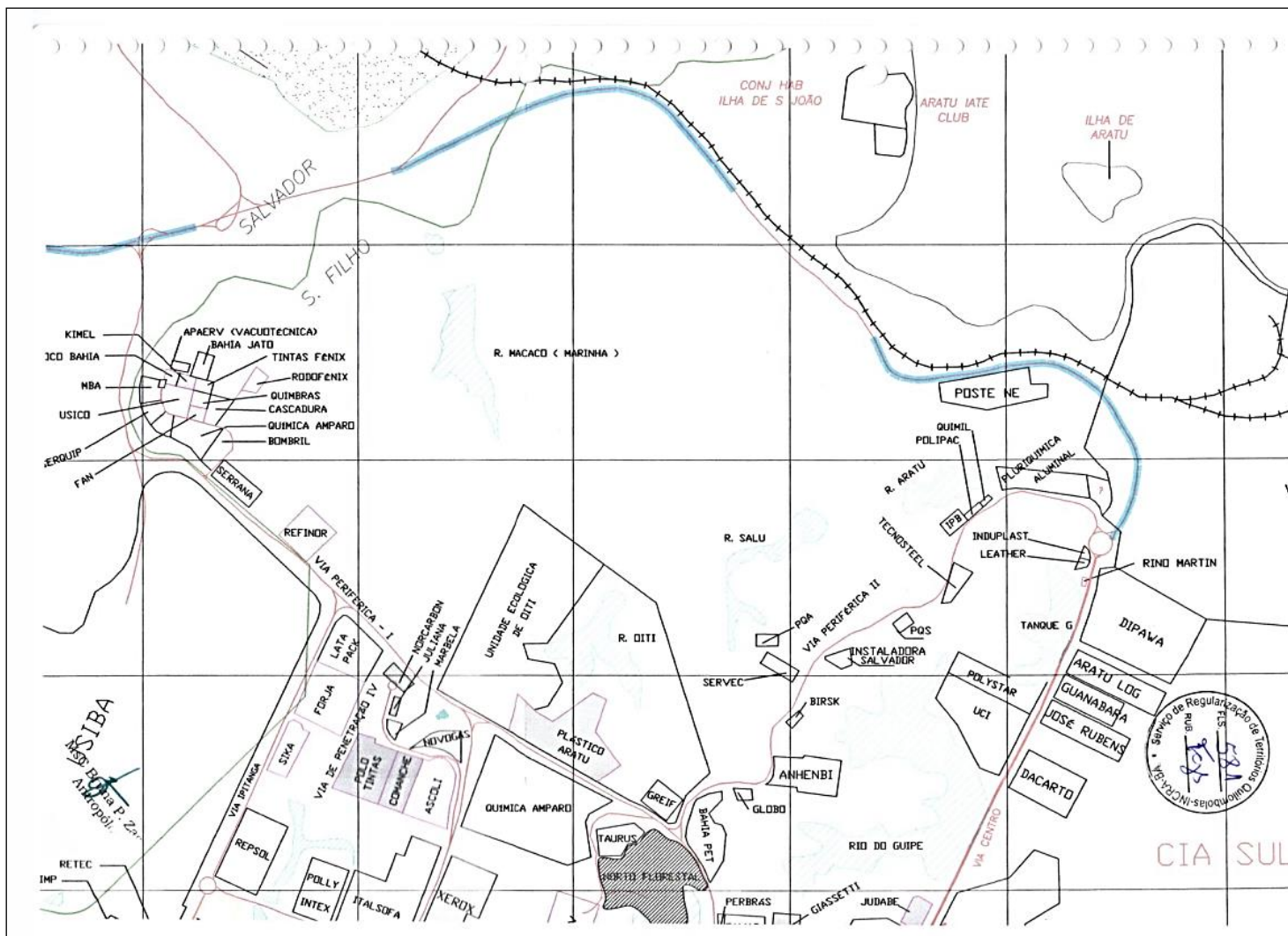


Figura 8.3-933. Configuração Territorial da Comunidade Rio dos Macacos antes da sua delimitação pelo IN CRA. (Fonte: IN CRA, 2012).

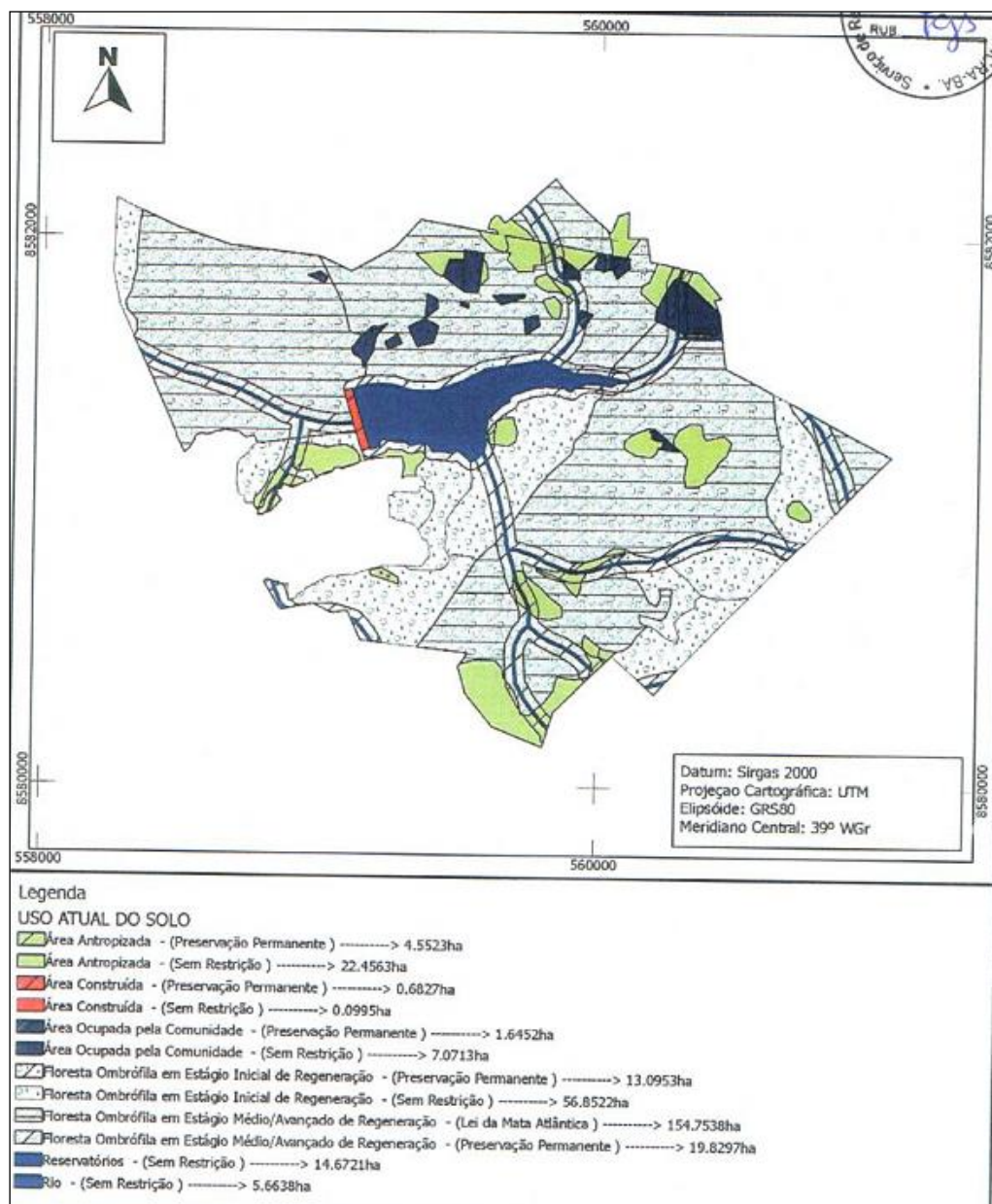


Figura 8.3-934. Uso do Solo no Território Quilombola da Comunidade Rio dos Macacos (Fonte: INCRAB, 2012).

Uma síntese dessa ocupação será descrita a seguir conforme os estudos consultados.

– Alto dos Macacos

Cerca de 12 famílias que foram expropriadas do local original na década de 80 das porções sul e sudeste do terreno da Marinha ocupam uma nova faixa de terras situada ao longo da cerca que limita a parte sul da propriedade da Marinha. Pela proximidade com as indústrias existentes é plausível considerar que essa área pertencia ao CIA. Outros moradores oriundos de outras regiões se

estabeleceram ali. Entretanto, os levantamentos antropológicos obtidos junto aos moradores não consideram essa área como uma parte do território reivindicado (Figura 8.3-935).



Figura 8.3-935. Ocupação de Alto dos Macacos. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012)

Apesar das proibições da Marinha que impactam na forma de vida dessa parte da comunidade (construção de moradias e manutenção da agricultura), os moradores prosseguem com a frequência junto as antigas áreas onde a atividade agrícola era desenvolvida.

– Tombo da Barragem dos Macacos

O nome foi estabelecido pela própria Marinha à ocupação do interior a sua propriedade, e localizada próximo a barragem dos Macacos. É nessa parte onde estão a maioria das famílias quilombolas. É o espaço da comunidade onde é possível o estabelecimento de reuniões, assembleias da associação, entre outras atividades.

A Marinha também vinha atuando, segundo os laudos antropológicos, na proibição de novas residências nesse local, bem como a manutenção das já existentes. Isso termina por criar graves problemas, inclusive com o registro de casas ocupadas com pessoas acima do ideal (Figura 8.3-936).



Figura 8.3-936. Acima, casas no Tombo da Barragem de Rio dos Macacos. Abaixo à esquerda, galinheiro, segundo os moradores, derrubado pela Marinha. Abaixo à direita, casa que ruiu pela não possibilidade de manutenção pela proibição da Marinha. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

Cerca de 40 famílias ocupam pequenos terrenos nessa parte do território. Os locais utilizados anteriormente para plantio encontravam-se até então, em fase de regeneração da vegetação devido a proibição da Marinha. Restou como estratégia o plantio de algumas culturas em espaços próximos a residência com cerca de 50 metros de raio.

– Sossego

Essa ocupação está localizada em frente à entrada da Ilha de São João. Anteriormente essa área era de propriedade da empresa Carnes Verdes e foi amplamente utilizada pela comunidade até os anos 70. Acredita-se que pode pertencer a SUDIC. Posteriormente, ocupações de posseiros diminuíram o uso. É uma ocupação recente e os que ali residem não tem relação com a comunidade, sendo inclusive receptora de pessoas que migraram no período curto.

– Aratu

A área é remanescente da antiga Fazenda Aratu, ao redor do casarão da usina e uma faixa de mangue composta antigamente por trabalhadores rurais e funcionários de matadouros. A desapropriação em favor do Estado da Bahia fez com que esse espaço fosse a seguir ocupado por outras pessoas que não tinham relação com a comunidade de Rio dos Macacos. Dessa forma, essa

parte do território, segundo levantamento de campo para o laudo antropológico não foi reconhecido pelos moradores como quilombola.

– Alto da Felicidade e Encantada

Segundo o levantamento antropológico, são duas comunidades antigas e próximas a comunidade quilombola de Rio dos Macacos e que mantinham estreita relação entre elas, uma vez que moradores de Alto da Felicidade e Encantada trabalharam para os proprietários da Fazenda Meireles. De acordo com os depoimentos, na comunidade Encantada estavam localizados o matadouro, o frigorífico e o pasto também utilizado pelos moradores de Rio dos Macacos.

A partir dos anos 70 a comunidade passou por um processo de crescimento significativo pois a partir da expropriação das terras devido a obra da vila naval, a migração para esse espaço foi imediata, com a construção das residências junto a lotes de parentes que ali já habitavam. Entretanto, o crescimento desordenado da comunidade, inclusive com a atração de pessoas sem relação com os antigos moradores, fez com que essas comunidades não fossem reconhecidas como quilombolas (Figura 8.3-937).

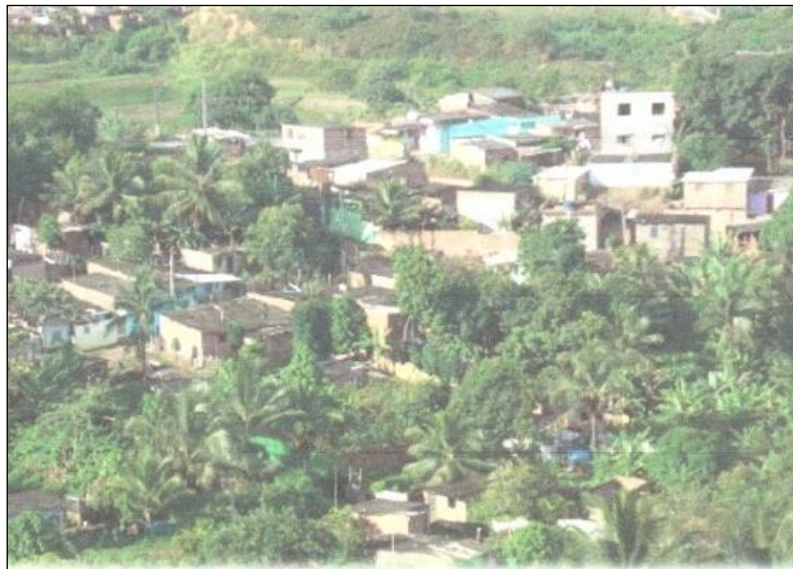


Figura 8.3-937. Comunidade Encantada ao sul da propriedade da Marinha (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

– Cidade de Plástico

Esse é o nome dado a uma ocupação irregular na parte mais ao sul do território e abaixo da área da Marinha e que integra o município de Salvador. Os levantamentos apontam que essas terras pertencem a SUDIC. O alto índice de residências percebido durante o trabalho de campo pelos técnicos do INCRA e da Zagatto Consultoria, onde também são percebidas casas comerciais e demais infraestruturas caracteriza essa parte como uma zona de consolidação urbana. Dessa forma, a

própria comunidade de Rio dos Macacos não incluiu esse espaço na definição do território (Figura 8.3-938).

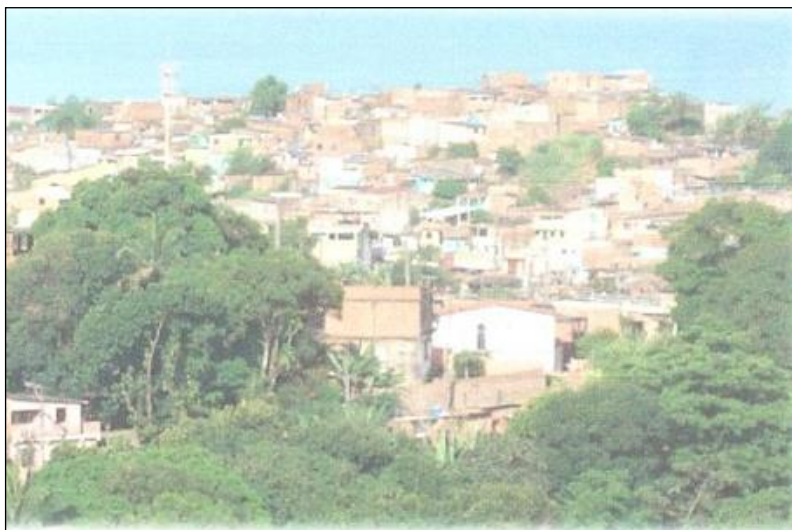


Figura 8.3-938. Ocupação Cidade de Plástico. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

– Pôr do Sol

É uma área ocupada recentemente aproveitada por um processo de aterro durante a construção das obras do sistema metroviário da capital, tornando o terreno assim plano e despertando o interesse de uma grande parte de famílias sem teto. É uma outra área a qual não foi incluída como parte do território quilombola (Figura 8.3-939).

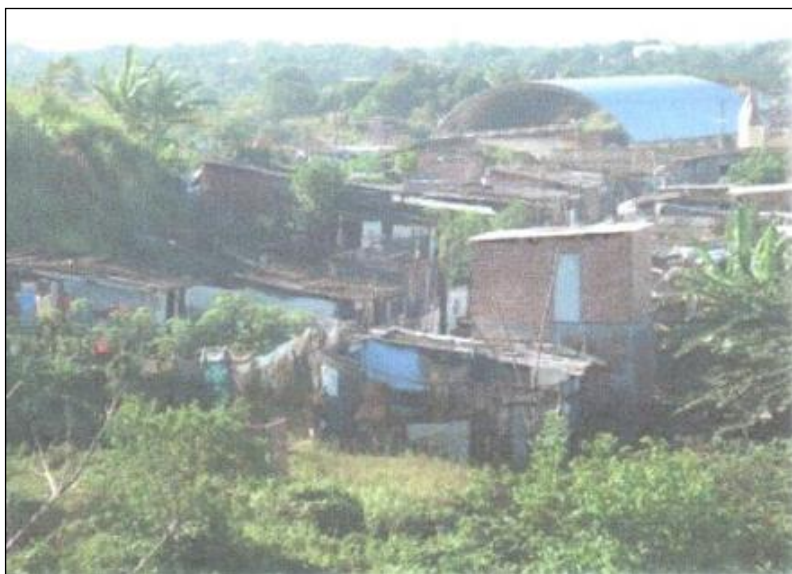


Figura 8.3-939. Ocupação Por do Sol ao lado da Fábrica Bahia Jato. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012)

– **Área da CIA/SUDIC**

Essas áreas foram ocupadas no fim da década de 80 por posseiros ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Simões Filho. Pertencia a antiga Fazenda Aratu e posteriormente à SUDIC. Grande parte desse local continua sob a posse das famílias ligadas a esse Sindicato. Os levantamentos de campo realizados pelo INCRA e a Zagatto junto a esses posseiros indicam que inclusive o próprio órgão estadual forneceu um termo de concessão desde que a área seja utilizada apenas para produção agroindustrial de alimentos. O termo, inclusive, proibia a venda desses lotes e condicionava a possibilidade de retomada da área pela SUDIC com a indenização das benfeitorias, e não das posses.

De acordo com o laudo antropológico e depoimento da comunidade de Rio dos Macacos, muitos posseiros venderam essas áreas, fazendo com que pessoas de diferentes poderes aquisitivos se estabelecessem. A atração dessas pessoas também culminou com o desvio da utilidade original da área com a extração ilegal de areia, construção de imóveis e desvio de cursos d'água. Assim como outras, a comunidade Quilombola de Rio dos Macacos decidiu pela não inclusão dessa área ao território.

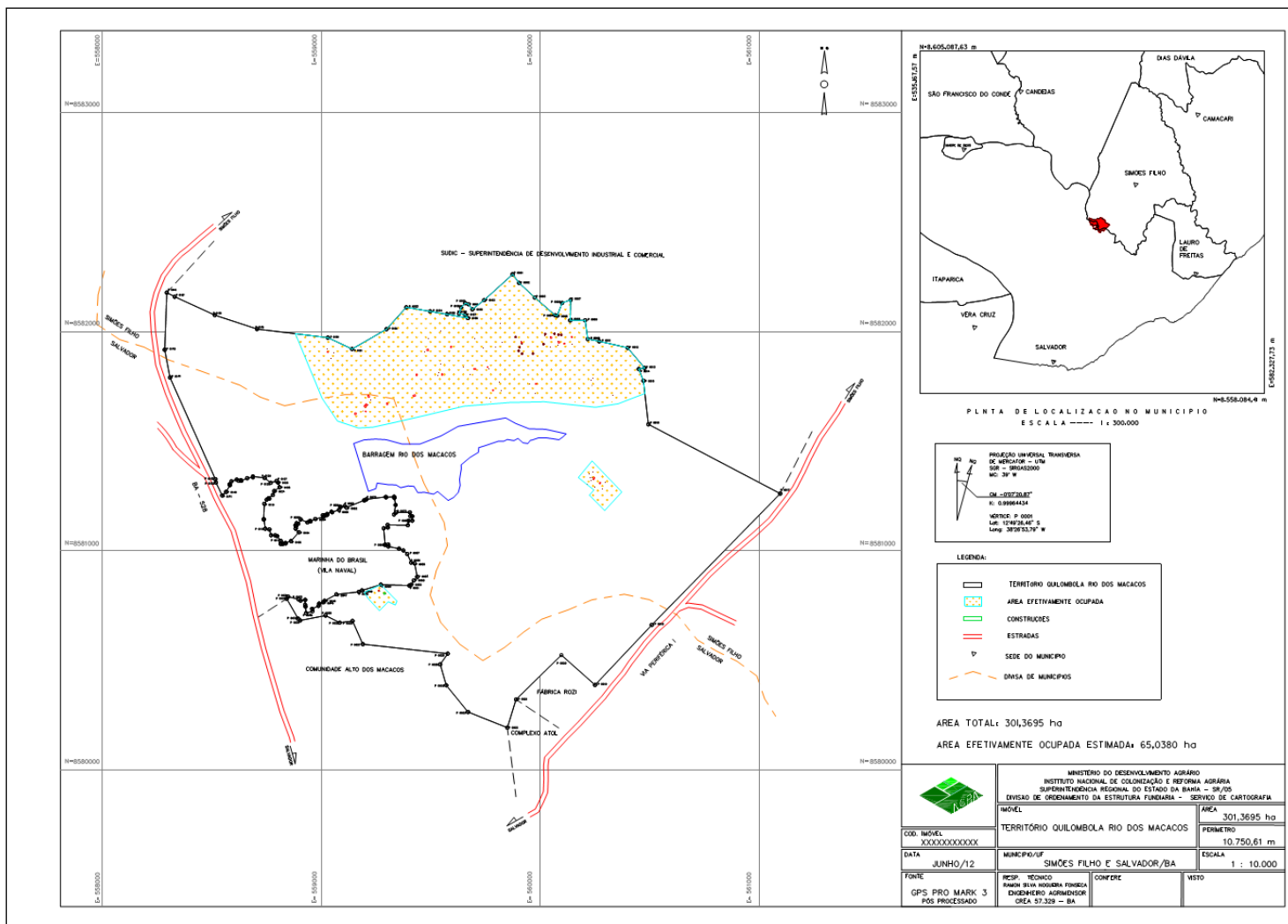


Figura 8.3-940. Território da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos segundo o INCRA (2012).

8.3.11.3.5 Caracterização Econômica Atual, Atividades de Caráter Social e Política, Cultos Religiosos e Recursos Naturais

Os laudos antropológicos apontaram a combinação de atividades extrativistas que foram o alicerce da sobrevivência de muitos moradores da comunidade de Rio dos Macacos. Isso garantiu não apenas a segurança alimentar das famílias como também a possibilidade de acesso a renda para aquisição do que não pode ser obtido através das práticas produtivas.

Uma parte dessas atividades de décadas tem sido paulatinamente abandonadas ou diminuído consideravelmente após os conflitos fundiários com a Marinha. As relações das práticas abaixo, identificadas pelos laudos antropológicos, ainda podem ser observadas em número restrito na comunidade.

– Agricultura Familiar

Após a saída dos criadores de gado e cana, muitas áreas passaram a servir para o plantio de culturas como batata, milho, feijão, mandioca e aipim. As roças eram espaços reduzidos com no máximo 5 tarefas. Destacavam-se também o plantio de inhame, melancia, abobora e quiabo.

Esses produtos eram produzidos através de técnicas de arranque nas covas de mandioca para o melhor aproveitamento dos espaços e conseqüentemente manutenção das propriedades do solo. Essa variedade contribuía para uma autossuficiência. O excedente produzido era invariavelmente comercializado nas feiras e quitandas no bairro de Paripe segundo os laudos antropológicos do INCRA e da Zagatto Consultoria. Alimentos derivados dessa diversidade como doces, bolos, também eram vendidos como forma de melhoria de valores.

O processo de produção era realizado em mutirão por familiares ou vizinhos, o que indica a não existência de roças coletivas na área. O rodízio das áreas plantadas também era uma técnica utilizada para evitar o desgaste dos solos e que tradicionalmente já eram utilizadas a muitas décadas pelos moradores segundo os depoimentos. Nos locais mais próximos as residências, foram observados também o cultivo de hortaliças e temperos utilizados para as refeições, destacando-se o coentro, cebola, tomate, quiabo, pimentão e cebolinha.

As práticas foram reduzidas ou suspensas a partir dos conflitos com a Marinha que proibiu a utilização das áreas, impactando dessa forma na condição e qualidade de vida dos moradores (Figura 8.3-941).



Figura 8.3-941. Antigas áreas agricultáveis na área da Marinha (2012) (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

– Produção de Farinha

A produção era muito comum entre os moradores, principalmente pela existência de 4 casas na comunidade até então (Figura 8.3-942). Normalmente essas casas eram localizadas na parte central do território, onde as tarefas eram compartilhadas coletivamente.

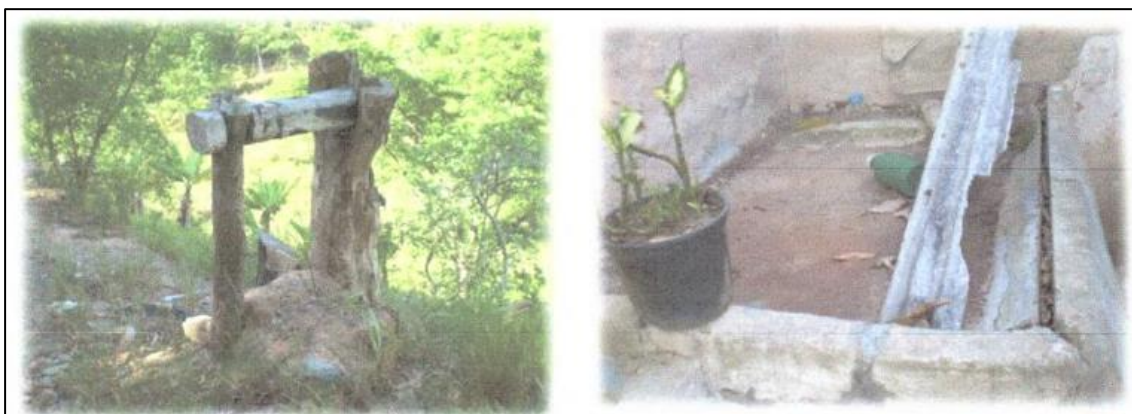


Figura 8.3-942. À esquerda, moedor de mandioca de uma antiga casa de farinha no sítio de um morador da comunidade. À direita, forno de torrar farinha no mesmo local (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

A produção dependia da quantidade de mandioca que era colhida nas roças. Cerca de 2 sacas eram obtidas e divididas de forma igualitária entre os moradores. O excedente também era vendido em bairros próximos como Paripe e nas suas respectivas quitandas e feiras.

– Coleta de Frutas

A comunidade Rio dos Macacos sempre foi reconhecida pelos seus moradores pela quantidade de pomares existentes no local e cultivados durante décadas. O levantamento realizado pelo INCRA e pela Zagatto Consultoria durante o trabalho de campo mostrou que havia uma diversidade

significativa de frutas através das bananeiras, mangabeiras, jaqueiras, mangueiras, abacateiros, entre outras (Figura 8.3-943).



Figura 8.3-943. À esquerda, produção de banana na comunidade. À direita, Mangueiras e Jaqueiras (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

A produção de fruta era um dos mecanismos de renda para a partir da fabricação de doces. A proibição de cultivo das demais culturas tem colocado apenas os pomares como estratégia de obtenção de renda através da comercialização para feiras e pequenos comércios na região. Os dados de campo que resultaram no laudo antropológico mostraram uma produção de quinhentos cachos de banana, setecentas e cinquenta jacas e uma variedade de manga. A venda dessa produção ocorre de forma alternada entre os moradores, ou seja, há um revezamento entre aqueles que se deslocam para fora da comunidade para realizar a venda ou mediante a presença de atravessadores.

Um ponto preocupante entre os relatos da comunidade Rio dos Macacos dizia respeito a perda repentina da produção entre os anos de 2011-2012, principalmente de mangas e jacas devido a morte de vários pomares. Na audiência pública realizada em 27 de fevereiro de 2012, muitos moradores confirmaram que nos últimos anos os oficiais da Marinha confiscavam as frutas ou coletavam sem permissão dos proprietários.

– Pesca e Mariscagem

A pesca e mariscagem é um dos itens mais sensíveis para esse estudo ambiental do terminal de uso privativo da Braskem, pois a instalação do empreendimento poderia causar algum impacto a atividade.

As práticas da mariscagem e da pesca artesanal eram realizadas nos rios como Barroso, Macacos e Prata. As lagoas de Oiti e Salu (Figura 8.3-944), assim como os manguezais da região, também eram os locais para o desenvolvimento da atividade.



Figura 8.3-944. Lagoa Salu e a Oiti que alimentava o Rio Barroso (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

De acordo com os entrevistados, a pesca realizada pelos homens no rio ou mar eram praticadas em média dois dias por semana, com a utilização de redes. As espécies mais capturadas nos rios citados eram a traíra, a tilápia, tucunaré e a piaba.

As mulheres, através da mariscagem, capturavam principalmente o camarão e o pitu. As entrevistas junto as mesmas utilizavam de técnicas com o uso de jequis, tapiti usando como isca cupins e formigas. Isso demonstra que essas estratégias, segundo os laudos antropológicos, são reconhecidas também pelo seu uso nos povos indígenas brasileiros.

A atividade de mariscagem assim como em outras partes da região da Baía de Aratu era praticada de forma individual ou coletiva onde hoje se localiza o Porto de Aratu e a Base Naval de Inema. Foram citadas também áreas como Plataforma, Lobato, Mapele e Ilha de São João e reconhecidas pelos moradores como locais com elevado nível de poluição. A área onde ainda há uma produção de marisco sofreu impacto a partir da criação da Marina de Aratu, localizada próximo a antiga usina do mesmo nome (Figura 8.3-945).

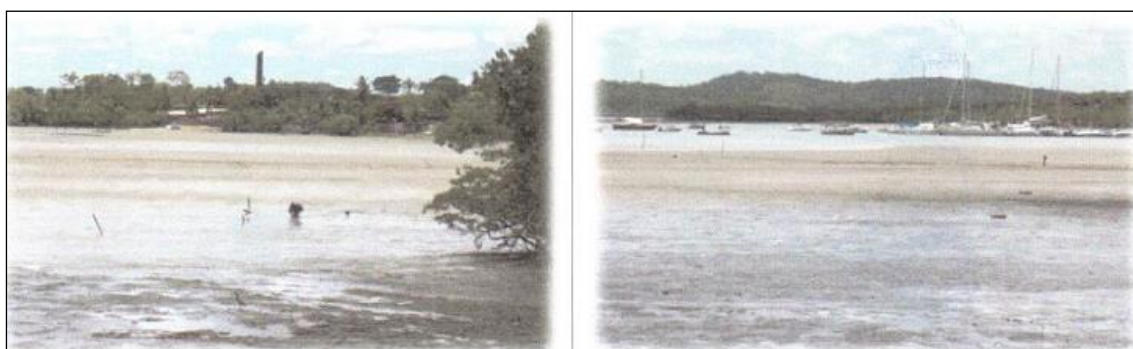


Figura 8.3-945. À esquerda, marisqueira próximo à antiga Usina Aratu. À direita, atracadouro da Marina Aratu. (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

– Criação de Animais

A criação de animais pela comunidade é feita em baixa escala, ou seja, no interior das pequenas propriedades. O levantamento de campo do INCRA e da Zagatto Consultoria elaborado entre os anos de 2011-2012 identificou a predominância de porcos e/ou galinhas (Figura 8.3-946).



Figura 8.3-946. Galinheiro na residência de um morador de Rio dos Macacos (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

A produção dessa criação era suficiente para apenas o consumo da família ou para o abate dos animais em datas específicas. Pouquíssimos residentes na comunidade tinham animais de grande porte como bovinos. Assim como muitas das atividades agrícolas, a manutenção desses animais também sofria proibição da Marinha.

– Extrativismo

Destaca-se como produção extrativista na comunidade o licuri e o dendê, encontrados nas matas nativas existentes no território. O beneficiamento desses produtos é feito de maneira artesanal onde há no processo uma divisão sexual do trabalho. Cabe aos homens da comunidade a coleta dos frutos e a maceração dos mesmos em pilões. No tocante as mulheres, cabem a elas realizar a fervura para separar o óleo e do bagaço. A produção do azeite de dendê era, segundo o laudo antropológico, consumida pelos moradores da comunidade (Figura 8.3-947).

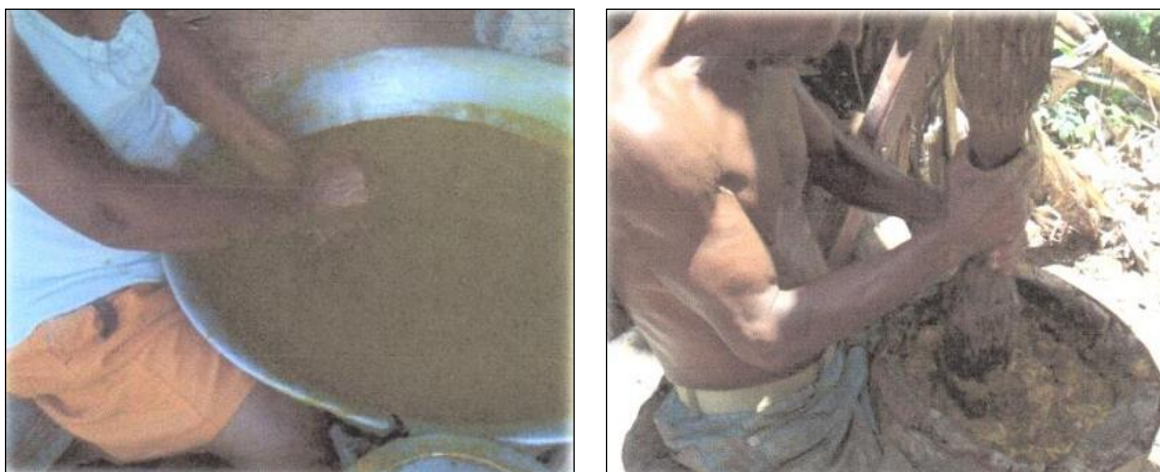


Figura 8.3-947. Processo de fabricação do azeite de dendê em Rio dos Macacos (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012)

Havia também a prática do uso palha da piaçava e outras palmeiras locais para a confecção artesanal e para uso na cobertura das casas. A retirada de madeira para construção das residências também era uma prática utilizada pelos moradores. Apesar de um possível impacto ambiental, o laudo antropológico concluiu que o baixo número de residências evitava maiores agressões a vegetação local. Assim como a madeira, o barro (Figura 8.3-948) para a construção das casas de taipa era originário das áreas degradada existentes no território.



Figura 8.3-948. Adobe utilizado para construção de casas na comunidade de Rio dos Macacos (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

Esse processo de coleta dos materiais e erguimento das unidades domiciliares também ocorria em mutirão, sendo inclusive acompanhado de samba de roda e diversos tipos de comidas.

– Artesanato

A produção de artesanato também pode ser observada durante o trabalho de campo para elaboração dos laudos antropológicos. Os produtos finais eram objetos decorativos e utensílios para o uso doméstico. Destacava-se os cestos de palha, peneiras, panacuns, pilões, panelas de barro, colheres de paus, etc. (Figura 8.3-949). As dificuldades econômicas geradas pelo cerceamento da exploração das terras para agricultura e que tem impactado na condição econômica das famílias vem condicionando uma exploração dos recursos naturais em velocidade maior pelos moradores no território de Rio dos Macacos, de acordo com os laudos antropológicos.



Figura 8.3-949. Morador da Comunidade fabricando colher de pau para venda na Feira de São Joaquim em Salvador (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

– Aspectos Ambientais

Sobre os aspectos ambientais da comunidade, o trabalho do INCRA e da Zagatto Consultoria revelou uma realidade complexa, onde de um lado o manancial possuía uma vegetação bem preservada, enquanto por outro lado, moradias irregulares e indústrias contribuíam para um avançado processo de degradação.

Nas proximidades da comunidade, às margens das vias periféricas, foram identificadas cerca de 25 indústrias que trabalham com produtos químicos para a produção final de acetonas, água sanitária e detergentes. Essas indústrias estão instaladas na área do Centro Industrial de Aratu que se aproveitou, na época, de uma baixa densidade demográfica, o acesso de escoamento e ligação com a capital (Salvador) através da BR-324, recursos hídricos e a possibilidade de uso da mão de obra local.

A instalação desses projetos industriais é antecedente as leis e processos de licenciamento ambiental e por isso, muitos aspectos de meio ambiente não foram considerados. No entorno dessas empresas há nascentes e cursos d'água com grande importância para o abastecimento de água potável e de pesca para os que residiam na região. Entretanto, o despejo de produtos químicos, a construção da barragem no Rio dos Macacos gerou mortandades de peixes e o comprometimento da qualidade desses mananciais de acordo com o laudo antropológico elaborado pelo INCRA e pela Zagatto Consultoria.

A consulta do Plano Diretor do Município de Simões Filho (Lei 724/2006) pelos técnicos que realizaram o trabalho de campo, atestaram que de acordo com o documento, o território quilombola de Rios dos Macacos estaria inserido em uma Área de Proteção Ambiental. Entretanto, essa mesma zona inclui as indústrias em funcionamento. Ou seja, atividades incompatíveis com o uso proposto (Figura 8.3-950).

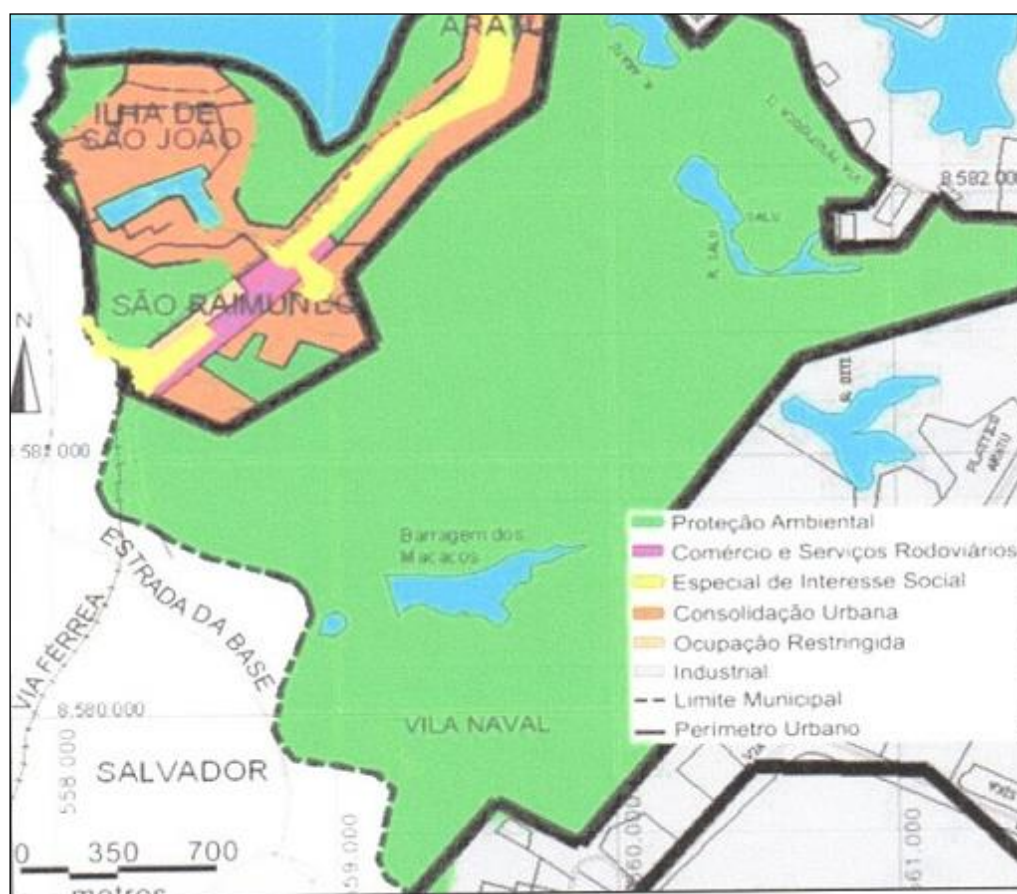


Figura 8.3-950. Proposta de zoneamento de 2006 do PDM de Simões Filho consultado pela Zagatto Consultoria (2012).

Os técnicos do INCRA e da Zagatto Consultoria concluem que grande parte do território deveria ter uma restrição ampla quanto ao uso e ocupação para proteção dos cursos d'água e da mata nativa. O

projeto de lei 2007/2008 (Figura 8.3-951) até então não aprovado a época da elaboração dos laudos, sugeriu que a área fosse caracterizada como Macrozona Litorânea, onde grande parte do território estaria sujeito a projetos de requalificação urbana, ambiental, habitacional e de recuperação de áreas degradadas. Entretanto, uma parte das indústrias não estariam fora do limite dessa macrozona revelando uma contradição a essa proposta.

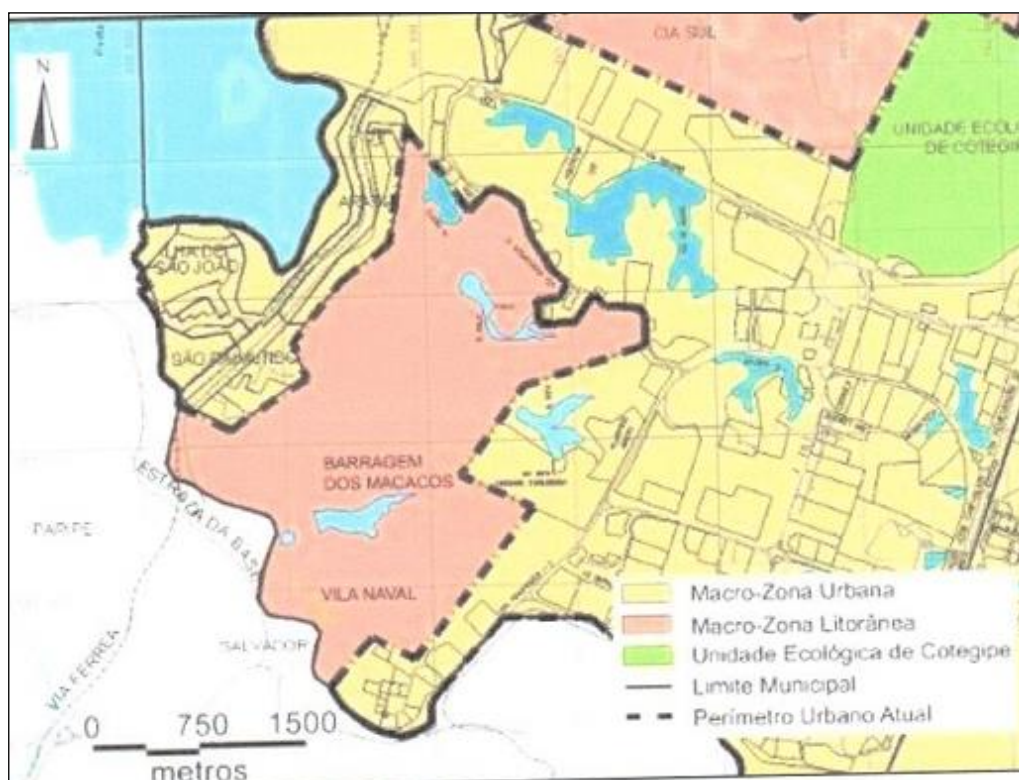


Figura 8.3-951. Projeto de Lei de 2007/2008 consultado pela Zagatto Consultoria e que não foi aprovado (2012)

Os laudos antropológicos identificaram que mesmo nas áreas ciliares dos rios e das lagoas não há preservação suficiente da vegetação conforme a legislação ambiental. O desmatamento que ocorreu para o uso de cultivos, a extração ilegal de areia, entre outros aspectos de degradação, compromete as barragens da região.

Durante o trabalho de campo, os antigos moradores informaram que as áreas mais preservadas eram na parte leste do território próximo a lagoa Oiti e as nascentes do Rio Barroso e do Prata onde não havia construções ou cultivos, por reconhecer que nesse espaço a preservação da vegetação era fundamental para que as nascentes próximas não sofressem impacto por atividades antrópicas.

Ainda que essa consciência ambiental dos moradores de Rio dos Macacos e da Marinha quanto a preservação da vegetação ter sido levantada pelos técnicos de campo do INCRA e da Zagatto

Consultoria, o Rio dos Macacos possui baixa qualidade ambiental devido a uma quantidade substancial de dejetos atribuídos das ocupações irregulares como Alto dos Macacos (Figura 8.3-952).



Figura 8.3-952. Rio dos Macacos passando pela Vila Naval da Barragem, bastante poluído (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

Para os aspectos de religiosidade, os estudos antropológicos apontaram que a comunidade possuía uma forte matriz africana no seu cotidiano, com a presença de terreiros ou casas de caboclos. O catolicismo também era bastante difundido entre os membros familiares, produzindo uma convivência pacífica entre todos eles.

Apesar de não mais seguirem o candomblé, principalmente pela influência de outras religiões, notadamente evangélicas, as matrizes africanas sempre eram as mais lembradas pelos moradores entre os seus antepassados. A frequência junto a terreiros próximos a Marinha como o Oxum Unzo Maiamba de Nzambi ainda é percebida (Figura 8.3-953), mas de forma contida devido ao intenso preconceito que o candomblé sofre seja interno ou externo a comunidade.



Figura 8.3-953. Placa de Referência do Terreiro próximo a Marinha (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

Outro aspecto que foi determinante para a queda na prática do candomblé pelos membros da comunidade, está relacionado com a presença da Marinha. A modificação territorial a partir da implantação de muros para divisão das propriedades fez com que o único acesso, a portaria da Vila Naval, necessitasse de autorizações, que muitas vezes impedia tanto a entrada como a saída dos frequentadores.

Ainda quanto a influência da cultura africana na cultura da comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, os laudos antropológicos revelam a existência de cinco mestres de capoeiras: Mestre Deraldo, Djalma, Zé Deodato, Hugo e Renilson. A influência dos mesmos, principalmente entre os moradores com idade entre 50 a 70 anos, foi marcante segundo os moradores.

As festividades coletivas também eram presentes na comunidade com base no sincretismo religioso como São Cosme e São Damião em Setembro e Santa Bárbara em Dezembro com suas comidas típicas. Outras festividades como em Maio em prol da Virgem Maria, a festa e trezena de Santo Antônio e a Folia dos Reis também foram lembradas. Para essa última, os depoimentos apontaram para festejos a base de samba de roda com grupo de músicos e a oferta de doces e comidas típicas como bolos, mingaus, canjicas e doces de jacas.

Essas festas não têm sido mais praticadas após ações da Marinha de proibi-las. As mesmas também, segundo os depoimentos dos moradores, seriam mal vistas pelos oficiais.

Para finalizar esse diagnóstico sobre a comunidade com base nos laudos antropológicos, é importante salientar o caráter de luta política que determinaram a ocupação do território e seu reconhecimento perante instituições oficiais que culminaram na demarcação desse espaço que representa uma relação com o lugar a partir de transformações de décadas.

A formalização dessa luta histórica que culminou com a publicação do RTID em Agosto de 2014 aconteceu com a criação da Associação de Remanescentes de Quilombo Rio dos Macacos em 2012 que conta com o apoio do Movimento dos Pescadores e Pescadoras e Conselho Quilombola do Estado da Bahia, além do apoio de secretarias do Governo da Bahia e de grupos da Universidade Federal da Bahia (Figura 8.3-954).



Figura 8.3-954. Entidades, movimentos sociais, representantes da Fundação Cultural Palmares, Incra, entre outros, em visita a comunidade (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

8.3.11.3.6 Conclusão

Os laudos antropológicos mostraram claramente a condição histórica, social e ambiental da comunidade Quilombola de Rio dos Macacos. O reconhecimento do seu território e das políticas públicas que agora seus habitantes poderão ter acesso deverá proporcionar uma melhor qualidade de vida. Espera-se também que a partir desse processo seja possível a recuperação e manutenção de muitas práticas tradicionais

Frente ao futuro Terminal de Uso Privativo da Braskem, a comunidade não será afetada. Não haverá intervenções junto ao território delimitado. As práticas exercidas pelos moradores de Rio dos Macacos têm sido desenvolvidas nas áreas a qual vivem ou localidades próximas como os bairros de Paripe e Aratu.

A implantação de equipamentos como píeres ou terminais portuários normalmente tem estreita relação com a diminuição de áreas para exercício da atividade de pesca. Os levantamentos de campo para elaboração dos laudos antropológicos mostraram que uma parte desse tipo de atividade acontecia nos corpos hídricos (lagoas e rios) existentes no território quilombola. A pesca também era exercida nas áreas onde posteriormente foi implantado o Porto de Aratu.

Os estudos do INCRA e da Zagatto Consultoria apontaram que a atividade de mariscagem parece se concentrar em áreas mais internas da Baía de Aratu, a Sudeste do futuro Terminal da Braskem, distando aproximadamente 5,5km em linha reta (Figura 8.3-955).



Figura 8.3-955. Área de pesca e mariscagem utilizada pelos moradores de Rio do Macacos (em vermelho) (Fonte: Zagatto Consultoria, 2012).

Essas áreas, conforme os próprios depoimentos dos moradores da comunidade, têm sido afetadas pela presença das atividades náuticas a partir da inserção dos clubes e marinas na região, diminuindo dessa forma os locais de mariscagem mais próximas a comunidade.

Considerando então a configuração que se estabeleceu na ocupação das áreas contíguas a Baía de Aratu, e dada a importância de que o futuro Terminal de Uso Privativo da Braskem será implantado em área reconhecida pelos mecanismos de gestão do uso do solo municipal, é possível concluir que a operação desse empreendimento não deverá gerar impactos a comunidade Quilombola de Rio dos Macacos.

Entretanto, dada a importância das comunidades tradicionais para a identidade desse espaço centenário e considerando que a relação entre empreendedor e seu entorno é de suma importância

para o processo de licenciamento e para operação da atividade, o diagnóstico sugere dessa forma, que seja desenvolvido um programa de comunicação social com o objetivo de informar a comunidade sobre os procedimentos pertinentes ao Terminal de Uso Privativo da Braskem durante a fase de instalação e operação. Fará parte do escopo desse Programa de Comunicação Social, a divulgação das ações dos programas ambientais e meios de contatos com o empreendedor.

8.3.11.4 Outras Comunidades Tradicionais

O levantamento socioeconômico na região, não apontou a presença de outras comunidades tradicionais. Nesse caso, principalmente, comunidades indígenas. As comunidades consideradas tradicionais, principalmente, ligadas a pesca, já foram objetos de análise ao longo do diagnóstico.

8.3.12 Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

O estudo do patrimônio foi realizado com objetivo de mapear, localizar e caracterizar as áreas de valor histórico e arqueológico e no levantamento das referências culturais existentes na área de influência do empreendimento, tendo como parâmetro a legislação brasileira. Este levantamento permite inferências importantes na interpretação dos processos socioculturais das sociedades pretéritas e atuais, fornecendo dados importantes para o levantamento do potencial arqueológico da região de estudo.

8.3.12.1 Patrimônio Cultural

A área de influência indireta do futuro Terminal de Uso Privativo da Braskem é marcada por uma grande diversidade cultural e histórica, tornando-a extremamente rica frente ao contexto nacional. Tais municípios integram o conjunto da Baía de Todos os Santos cuja ocupação deu-se pela necessidade de exploração do território na produção das mais diversas culturas visando a ampliação do atendimento das necessidades de Portugal, e em paralelo, o caráter militar.

O significado social histórico da Baía de Todos os Santos não se desprende de suas características físicas, mas estas são uma poderosa indicação do modo como se percebe a história e como se passa de ambientes aparentemente contínuos para situações de vida precárias, de um espaço essencialmente representativo de baianidade, para a de um espaço representante da presença internacional do capital (PEDRÃO, p.257, 2011)

Assim que os portugueses vieram com suas primeiras expedições exploratórias, com a intenção de identificar portos e estuários onde pudessem estabelecer feitorias e com interesse no intercâmbio comercial com os nativos levou-se algum tempo para perceber sua importância estratégica, situada a meio da costa que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, cabia aos portugueses. A baía, portanto,

era um excelente fundeadouro para navios de grande porte, bem abrigado dos ventos, abundante em água e com clima ameno, e excelente para o cultivo.

Em 1534, Portugal começa a implantar o sistema de povoamento, através das Capitânicas Hereditárias, com Francisco Pereira Coutinho, donatário da Capitania da Bahia de Todos os Santos, escolhe o atual Porto da Barra, para fundar casas fortes e engenhos de cana-de-açúcar, planta trazida em 1521 de Cabo Verde, onde estava sendo cultivada pelos portugueses com grande sucesso comercial.

A exceção de São Vicente e Pernambuco, a resistência indígena era geral nas capitânicas já estabelecidas, os povos nativos criaram grandes dificuldades para o estabelecimento definitivo dos portugueses. Em 1549, uma esquadra portuguesa vem à Baía de Todos os Santos, para fundar a sede do governo geral da colônia, a fim de coordenar os esforços dos donatários e seus colonos, sendo que o governador geral, Tomé de Sousa, trouxe estratégias de povoamento a serem adotadas (PETROBRAS, 2011)

Diversos ciclos econômicos, mediante a utilização de mão de obra escrava, transformaram a realidade cultural da BTS e dos municípios citados para o estudo. De forma geral, citam-se os ciclos da pesca da baleia, do fumo e principalmente, o ciclo da cana de açúcar que se iniciou a partir de 1555 e foi o responsável pelo o atual perfil da região.

A cana de açúcar teve grande impacto na formação da capital e sua influência estendeu-se por outros municípios. O imenso potencial agrícola oriundo do Recôncavo passou a receber enormes investimentos portugueses para a produção maciça dessa cultura com o objetivo de ser direcionada para a Europa. A proliferação dos engenhos nessa região também contou com o suporte hidroviário naturalmente estabelecido através dos rios que desaguam na Baía de Todos os Santos, gerando assim, fluxos intensos entre a produção e a comercialização. Segundo MATTOSO (1992), a BTS era tão reconhecida internacionalmente que estimativas apontavam para cerca de 300 a 400 embarcações aportando anualmente na região.

A AID do empreendimento também é resultado direto dessa conjuntura. Em Caboto, o início da colonização da área que mais tarde daria origem ao município de Candeias, em meados do século XVI, deu-se a partir das terras conhecidas como Matoim, sesmaria que abrigava os Engenhos de Caboto e Freguesia, oriundos das terras dos Engenhos Pitanga e da Freguesia de Nossa Senhora de Encarnação do Passé. Essas localidades marcaram de forma significativa a época do ciclo da cana-de-açúcar, etapa fundamental da formação do Recôncavo e determinante na estruturação étnico-cultural da população local, como também de suas características socioeconômicas.

A comunidade de Caboto (Figura 8.3-956) passou por processo histórico de adaptação ecológica às condições históricas de existência na referida área, tendo sido formada importante comunidade de pescadores e pequenos agricultores de subsistência, conformado pelas relações com o modo exterior através de visitantes, veranistas e com o poder público, através do desempenho de poucas funções públicas disponíveis na localidade (CODEBA, 2012).



Figura 8.3-956. Comunidade de Caboto, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Próximo ao engenho Freguesia desenvolveu-se a povoação denominada de Caboto, cujas atividades principais estavam centradas no transporte de açúcar para a capital, pequeno comércio e a pesca. Os engenhos Freguesia e Caboto marcaram o florescimento da economia açucareira no recôncavo, funcionando em todo o período colonial, tendo se destacado na década de 1560.

O surgimento dos povoados dessa região litorânea e em especial o distrito de Passé estão intrinsecamente relacionados ao tráfico de escravos advindos da África e ao desenvolvimento da atividade açucareira, que tinha na mão de obra destes, como elemento fundamental.

Em Passé, relatos históricos revelam que antes da chegada e ocupação da região por parte dos portugueses, atualmente ocupada pela localidade de Passé, município de Candeias, no passado foi território dos Índios Tupinambás.

Na segunda metade do século XVI, mais precisamente na década de 1960 do referido século, padres Jesuítas que desenvolviam atividades na região do Recôncavo Baiano foram agraciados com grandes lotes de terras (sesmarias), o que propiciou, juntamente com a vinda de negros africanos, as condições para o desenvolvimento de cultivos de cana-de-açúcar e posterior implantação de engenhos, atividade que serviu de esteio ao crescimento econômico da área (Figura 8.3-957).



Figura 8.3-957. Comunidade de Passé, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Assim, a localidade de Passé contava com pequenas aglomerações humanas, notadamente em áreas de cumeadas (mais altas) e bem como na região litorânea, notadamente aqueles que dependiam da pesca para a sobrevivência (CODEBA, 2012).

O distrito de Passagem dos Teixeiras está a cerca de 20 km da futura área do Terminal de Uso Privativo da Braskem e localizada as margens da BR-324. Existe pouca informação sobre o distrito, mas histórias sobre a região e entrevistados afirmam que a criação se deu como consequência do refúgio de escravos que habitavam em torno da Baía de Aratu devido à presença de moinhos de cana de açúcar (Figura 8.3-959).



Figura 8.3-958. Comunidade de Passagem dos Teixeiras, fotos de “a” a “d” (Bourscheid, 2014).

Quanto a Ilha de Maré, acredita-se que o povoamento da ilha se deu ainda no século XVI onde alguns registros apontam para a construção da Igreja de Nossa Senhora das Neves em meados de 1552.





Figura 8.3-959. Distrito de Ilha de Maré, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

O surgimento de Mapele, outra comunidade da AID, não se afasta do povoamento que aconteceu no interior da Baía de Aratu (Figura 8.3-960). Uma das primeiras iniciativas que fomentaram o crescimento de Mapele se deu ainda no século XVIII através da exploração de cana de açúcar pelo fazendeiro Gordilho Fonseca, cuja produção era destinada a outros engenhos que estavam localizados no que hoje é conhecido como distrito de Cotegipe.



Figura 8.3-960. Comunidade de Mapele, fotos de “a” a “d” (Fonte: Bourscheid, 2014).

Por fim, na comunidade da Boca do Rio, encontram-se remanescentes da desapropriação de áreas próximas ao atual Porto de Aratu, e que segundo seus moradores, habitam o local a mais de 100 anos.

Com a chegada do século XIX, dois fatores atingem a economia do açúcar: a concorrência com outras nações centralizadas no Caribe e no sul dos Estados Unidos; e por fim, o movimento abolicionista que surge a partir do apoio das mudanças econômicas com o advento da indústria inglesa, tornando dessa forma, a mão de obra escrava quase inacessível e elevando os custos de produção a patamares inviáveis de sustentação.

Tais condições resultaram, no esvaziamento, em parte do recôncavo onde a mão de obra passou a se deslocar para outras partes do território baiano que florescia através de outros ciclos econômicos como o cacau na região sul. A economia no entorno da BTS, conseqüentemente, nos municípios da All do Terminal de Uso Privativo da Braskem entrou em franco declínio. O ressurgimento econômico ganhou alento com a descoberta do petróleo já no século XX, onde fez com que as tradicionais rotas marítimas cedessem espaço para o transporte rodoviário, retirando paulatinamente do cotidiano da BTS, as embarcações entre o Recôncavo e a capital. Um dos efeitos diretos desse quadro, segundo Brito (1994) foi a desativação dos estaleiros e o desaparecimento dos saveiros.

Acelera-se esse processo na década seguinte com a construção, no município de Candeias, da primeira refinaria de petróleo do País, a Landulfo Alves. A zona de exploração petrolífera coincidia com a tradicional zona canavieira, com parte do Recôncavo Norte, área de pecuária e lenha, e com as águas e ilhas do leste da baía. Nessa região, o impacto sobre a organização urbana e social foi tremendo. A falta de uma política clara sobre os direitos dos donos de terras onde se explorava o petróleo deu lugar a um êxodo em direção às cidades.

De modo mais amplo, pode-se dizer que a exploração petrolífera contribuiu para a nova organização da rede urbana e de transportes do Recôncavo na medida em que estimulou a consolidação do transporte rodoviário e privilegiou uma industrialização, cujo foco foi deslocado para o Recôncavo Norte, muitas vezes nas margens das rodovias, com a instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA) na década de 1960 e do Complexo Petroquímico de Camaçari, nos anos 1970. Essa reorganização espacial é responsável pelo advento da Região Metropolitana de Salvador enquanto unidade econômica e administrativa. Tal processo favoreceu o crescimento de Candeias, São Francisco do Conde, Simões Filho e Camaçari.

Os efeitos de 3 séculos de ocupação portuguesa que se mesclaram com a introdução do uso de mão de obra escrava indígena e negra produziram uma diversidade cultural que se faz presente até os dias atuais nas manifestações culturais e nos marcos que identificam tais influências na All.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, Artigo 216, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (IPAC, 2014).

Serão apresentados de forma geral algumas das manifestações culturais e históricas, fruto das interações sociais pertinentes ao contexto da All onde se insere o Terminal de Uso Privativo da Braskem.

Salvador, a capital do Estado, e população segundo o Censo 2010 do IBGE de 2,675 milhões de pessoas é a maior representante de todo o arcabouço cultural e histórico da Bahia e naturalmente, da All. Isso se traduz na significativa quantidade de visitantes que a cidade recebe anualmente.

As tradições que se acentuaram na cidade dando-lhe o formato arquitetônico e dos festejos anuais tiveram enorme influência religiosa, da população negra com seus hábitos singulares, das relações comerciais que davam enorme representatividade a Salvador no âmbito internacional e das lutas históricas.

Apesar de representarem na sua essência o cotidiano de soteropolitanos, muitas dessas evocações são compartilhadas pelos demais municípios da área de influência indireta.

- Festa do 2 de Julho

Marco da consolidação da vitória do Brasil contra Portugal e da liberdade política do jugo português, a festa do 2 de Julho é comemorada desde 1824, ano seguinte da independência na Bahia, tendo uma longa tradição no Estado. Além de ser feriado estadual, o 2 de Julho passou a ser considerado também *Bem Imaterial do Estado*, desde 26 de junho de 2006.

Considerada uma das mais importantes festas populares e de expressão cultural da Bahia, ela é comemorada pelos mais diversos municípios do Estado, como Caetité, Cachoeira e Salvador. A festa também acontecia em tempo e espaços diferentes, como por exemplo, em dezembro no Cabula e em maio em Itapagipe, não acontecendo mais nos dias de hoje. O 2 de julho acontece unificado e unificando um povo.

Em 1895 o percurso fora prolongado até o Campo Grande. As comemorações começam ainda no dia 1º de julho, com a chegada do fogo simbólico a Pirajá, prossegue no dia seguinte com a alvorada na Lapinha e culmina com a saída do cortejo em direção à Praça Thomé de Souza, incluindo ainda

discursos de saudação à data na Câmara dos Vereadores, mais um cortejo à tarde, hasteamento de bandeiras no Campo Grande e acendimento da Pira (Figura 8.3-961 e Figura 8.3-962) - (Site Cultura Todo o Dia, 2014)



Figura 8.3-961. Festejos do 2 de Julho em Salvador (Fonte: Atarde On Line, 2014).



Figura 8.3-962. Festejos do 2 de Julho em Salvador (Fonte: Atarde On Line, 2014).

- Festa ao Senhor Bom Jesus dos Navegantes

A origem da procissão marítima do Bom Jesus dos Navegantes, como a de outras festas populares, é imprecisa. Acredita-se que remonta ao século XVIII, época em que o tráfico de escravos negros vindos da África e o comércio marítimo com o oriente eram intensos. Os infortúnios das longas viagens, como as doenças e os ataques dos navios piratas, levaram os marinheiros a buscar a proteção divina do Bom Jesus dos Navegantes, dando início a uma das mais tradicionais festas religiosas da Bahia.

A celebração – cujos preparativos têm início no dia 27 de dezembro, finalizando no primeiro domingo após o dia primeiro de janeiro com uma missa e procissão terrestre – tem seu ápice no primeiro dia do Ano Novo, quando ocorre a procissão marítima. Toda a encenação, envolvendo personagens e locais sagrados, relembra os Dramas Litúrgicos, iniciados na Idade Média. Particularmente na Festa do Bom Jesus dos Navegantes identificamos duas personagens – Jesus e Maria – representadas por três imagens distintas: O Bom Jesus dos Navegantes, Nossa Senhora da Boa Viagem e Nossa Senhora da Conceição da Praia.

O culto envolve ainda duas importantes igrejas, a Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia e a Igreja da Boa Viagem, além da Galeota Gratidão do Povo, que faz o percurso marítimo transportando a imagem do Bom Jesus (Site Cultura Todo o Dia, 2014).



Figura 8.3-963. Festa de Bom Jesus dos Navegantes (Fonte: Site Globo.com, 2014).



Figura 8.3-964. Festa de Bom Jesus dos Navegantes (Fonte: Site Amigos Navegantes Blogspot, 2014).

- Festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia

A festa em louvor à Nossa Senhora da Conceição da Praia é a mais antiga festa religiosa do Brasil (Figura 8.3-965 e Figura 8.3-966), sendo comemorada desde o ano de 1550. A primeira capela de taipa foi erguida a mando de Thomé de Souza que, segundo alguns relatos, teria ajudado na sua construção. Alguns anos mais tarde essa capela foi demolida e uma nova, feita de tijolos, foi mandada erigir pela família Albuquerque Cavalcanti. A imponente igreja atual teve a sua construção iniciada em 1739.

O ponto alto da festa religiosa, que se inicia dias antes com a novena em louvor à santa, é a procissão que percorre as ruas do comércio levando a imagem de Nossa Senhora da Conceição da Praia e do Deus menino. Durante o trajeto, uma parada obrigatória na Igreja do Corpo Santo, onde junta-se ao cortejo a imagem de São José. A Festa da Conceição, como todas as festas populares religiosas de Salvador, não escapa às manifestações profanas. Dezenas de barracas de bebidas fazem a festa da população (Site Cultura Todo o Dia, 2014).



Figura 8.3-965. Festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia (Fonte: Site Bahia Negócios, 2014).



Figura 8.3-966. Festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia (Fonte: Globo.com, 2014).

- Lavagem do Bonfim

A procissão de Nosso Senhor do Bonfim e lavagem das escadarias da Igreja é considerada a mais importante das comemorações de largo de Salvador (Figura 8.3-967 e Figura 8.3-968). O cortejo acontece na segunda quinta-feira após o dia de Reis (6 de janeiro). E os festejos religiosos (novena) encerram no domingo após a lavagem. Fogos de artifícios anunciam o início da procissão. O cortejo tem a presença de baianas e fiéis que caminham desde a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até o adro do Bonfim. No percurso, as baianas carregam água de cheiro, jarros de flores e vassouras. Carroças enfeitadas conduzem os devotos em um percurso de aproximadamente 8 quilômetros. Milhares de pessoas vestem-se de branco para acompanhar o cortejo, em busca de proteção do Santo e das águas perfumadas. Ao chegar, as baianas lavam as escadarias e o adro da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim com água perfumada e jorram a água sobre as cabeças de pessoas que buscam neste banho a purificação do corpo e da alma. Durante o resto do dia muitas pessoas continuam se dirigindo ao Bonfim, em blocos ou seguindo as carroças, e em pequenos veículos com equipamentos sonoros. No Bonfim, a festa prossegue com rodas de capoeira e samba, enquanto nas casas, os visitantes se deliciam com comidas populares, como o caruru, o cozido e a feijoada. Em seu lado religioso, a festa acontece com missas e novenas, durante todo o mês de janeiro, dedicadas ao Senhor do Bonfim, Nossa Senhora da Guia e uma trida de São Gonçalo.

Segundo o historiador Cid Teixeira, no Rio Vermelho havia uma capela consagrada à devoção de São Gonçalo, santo tradicionalmente festejado em Portugal com festas que eram grandes farras. A capela arruinou-se e a festa de devoção de São Gonçalo foi transferida para o Bonfim. Tem-se notícia que nos meados do século XIX, nas comemorações do mês de Janeiro, as festas já ocorriam na Colina Sagrada, com honrarias a Nosso Senhor do Bonfim, à Nossa Senhora da Guia e a São Gonçalo. No

passado, grande parte dos devotos seguia por mar, em saveiros e pequenos vapores da Companhia Baiana. Desembarcavam no Porto da Lenha e subiam a ladeira de mesmo nome. Por causa da distância e das dificuldades, os romeiros chegavam ao Bonfim três dias antes da festa do santo e criaram o costume de lavar a igreja na quinta-feira, para prepará-la para o domingo.

A princípio essa lavagem era feita pelos moradores das vizinhanças e depois foi se tornando um ato cada vez mais disputado. Dos que seguiam a pé ou em gôndolas, devotas levavam água de toda a cidade, em potes, moringas ou vasilhas sobre as cabeças, dançando durante todo o trajeto. Por achar que o ato tinha assumido um caráter festivo exagerado e não-condizente com o local santo, a lavagem no interior do templo foi proibida em 1890, pelo Marquês de Santa Cruz, Dr. Manuel Victorino Pereira, chefe do Governo Provisório na época.

A festa, desde que se tem notícia, é marcada pelo sincretismo religioso. Ao lado dos devotos católicos, membros do candomblé prestam homenagem ao santo, que no sincretismo corresponde a Oxalá. No lado profano da festa, havia a apresentação de filarmônicas ao mesmo tempo de grupos com atabaques, capoeira, samba e a população dançando em alvoroço. Na véspera da festa, no chamado sábado do Bonfim, começavam a chegar à noite numerosos ternos e ranchos que cantavam e dançavam até a manhã de domingo e permaneciam à espera da tradicional Segunda-Feira Gorda da Ribeira. A Lavagem do Bonfim ainda guarda suas características do passado. Durante todo o dia devotos caminham em direção à igreja e grupos de capoeira, samba e outros ritmos musicais se espalham pelo bairro do Bonfim (Site Cultura Todo o Dia, 2014).



Figura 8.3-967. Festa da Lavagem do Bonfim (Fonte: Site Irdeb, 2014).



Figura 8.3-968. Festa da Lavagem do Bonfim (Fonte: Site Ibahia.com, 2014).

- Festa do Rio Vermelho – Iemanjá

O dia dois de fevereiro é a maior data do bairro do Rio Vermelho. As homenagens a Iemanjá atraem uma multidão de pessoas que pretendem levar suas oferendas para a Mãe das Águas, pedindo proteção, num ritual único e emocionante (Figura 8.3-969 e Figura 8.3-970). Flores e perfumes são os

presentes preferidos da orixá que já recebeu, nas profundezas no mar atlântico de Salvador, presentes bem mais inusitados, como um palácio azul e branco com dois metros de altura.

As oferendas são levadas para a casa do peso na Colônia de Pesca do Rio Vermelho, onde serão distribuídas em diversos balaios colocados em barcos que partirão para o alto mar ao som de um espocar de fogos de artifício para, enfim, serem atirados ao mar.

Pelas ruas do Rio Vermelho, diversas barracas de bebidas e comidas se espalham nas calçadas. Várias casas realizam festas particulares com atrações musicais e djs, dando um tom pop a essa festa tão tradicional que enche de branco e de fé as ruas do bairro.

A tradição da festa em homenagem a lemanjá teve início no ano de 1923, quando um grupo de 25 pescadores resolveu oferecer presentes para a mãe das águas. Nesta época os peixes estavam escassos no mar. Todos os anos os pescadores pedem a lemanjá que lhes dê fartura de peixes e um mar tranquilo.

No início, a celebração era feita em conjunto com a Igreja Católica, numa demonstração do sincretismo religioso da Bahia. Na década de 1960, um padre teria ofendido os pescadores, chamando-os de ignorantes por cultuarem uma sereia. O fato provocou um rompimento com a igreja e a partir daí os pescadores passaram a realizar a festa apenas em homenagem a lemanjá.

Existe uma superstição sobre os presentes dados a lemanjá que não afundam, indo parar na areia da praia. Segundo ela, lemanjá não gostou do presente e o teria devolvido, causando grande frustração aos devotos. Em geral, presentes feitos com materiais leves ou ocos costumam não afundar. Nem mesmo o presente principal, feito pelos pescadores, está livre deste infortúnio. Algumas vezes foi preciso amarrá-lo a algo pesado para que pudesse afundar.

Segundo a lenda, o cavalo marinho é o guardião da casa de lemanjá, sendo ele o seu mensageiro mais rápido. É comum que imagens deste animal sejam oferecidas pelos devotos. Em 2007, o presente principal dos pescadores foi a imagem de um cavalo marinho adornado.

Presente principal: Todos os anos um presente principal é preparado para ser oferecido a lemanjá. Sob ele vão as oferendas preparadas pela ialorixá responsável pelo comando da festa. Estas oferendas, cujos preparativos são cercados de rituais e fundamentos sagrados e secretos, demoram sete dias para ficar prontas.

Dentre os presentes oferecidos a lemanjá no dia 2 de fevereiro podemos listar os seguintes: flores, perfumes, espelhos, enfeites diversos, como anéis, colares, fitas, brincos, pentes, bijuterias, joias, relógios, maquiagens e ainda bonecas, velas, bebidas e comidas, tais como manjar, fava cozida com camarão, cebola e azeite doce, champanhe, dentre outros.

Nas ruas do Rio Vermelho desfilam grupos de samba de roda e ijexá, capoeira, blocos afros, grupos fantasiados, fanfarras dentre outros. Alguns destes grupos desfilam exclusivamente na Festa do Rio Vermelho, numa prova da devoção do povo baiano.

A escultura de Iemanjá localizada em frente à Casa do Peso foi confeccionada por Manoel Bonfim em 1970. Trata-se de uma escultura de uma sereia feita de gesso, assentada sobre pedestal de concreto revestido com apliques variados, conchas e pedras portuguesas. É de propriedade da Colônia de Pesca Z1.

Existe atualmente uma preocupação por parte de ambientalistas alertando sobre os presentes jogados no mar que não se decompõem. Muitos animais marinhos morrem ao ingerir esses presentes. Os pescadores que organizam o dois de fevereiro estão começando a se preocupar mais com o aspecto ecológico que envolve a festa (Site Cultura Todo o Dia, 2014).



Figura 8.3-969. Festa do Rio Vermelho Iemanjá - 1917 (Fonte: Site Ibahia.com, 2014).



Figura 8.3-970. Festa do Rio Vermelho Iemanjá (Fonte: Site Ibahia.com, 2014).

As manifestações culturais englobam todo o conjunto de atividades que representam a vida social e econômica de um lugar ou de um território. A isso não se limita apenas as tradições, mas as formas de como são incorporados, interpretados ou mesmo recriados os comportamentos.

Na BTS e conseqüentemente em menor escala, como na AID do Terminal de Uso Privativo da Braskem algumas manifestações tornaram-se símbolos do reconhecimento da sociedade em que surgiram e sua influência. Grande parte dessas manifestações tem como influência os costumes dos povos africanos através dos escravos presentes nos latifúndios do Brasil.

A mencionada generalização dos costumes festivos africanos foi respaldada durante muito tempo pelos próprios senhores, a maioria dos quais costumavam permiti-las em suas terras; e também pela utilização do calendário católico como espaço de grande importância para a expressão dos costumes das comunidades africanas (NOGUEIRA, 2008).

A religião também foi um fator de criação dessas manifestações. A junção dos hábitos do catolicismo com aqueles oriundos da África Ocidental permitiu uma nova forma de identidade, como nos diz Nogueira (2008, p. 109):

A religião católica foi o ponto nodal da tolerância das autoridades e eventual expansão das expressões afro-brasileiras (considerando a condição católica da sociedade lusitana). Através dos processos sincréticos entre a Igreja católica e religiões da África centro-ocidental, ocorreu um fenômeno curioso de construção de novas identidades, no qual os africanos e seus descendentes recriaram miticamente elementos de sua história e desenvolveram rituais que reafirmavam as características das comunidades africanas envolvidas.

A seguir destacam-se algumas manifestações culturais na AID e no seu entorno, tais como:

- Candomblé

Manifestação mais expressiva e rica das religiões afro-brasileiras, sofreu transformações ao longo dos séculos que, se por um lado sincretizaram o seu conteúdo, por outro permitiram a preservação de elementos essenciais da identidade cultural dos negros africanos escravizados no Brasil. O candomblé é diretamente ligado às forças da natureza, cujos elementos são representados por deuses e deusas, a quem chamam de Orixá e que recebem cultos e rituais especiais no candomblé. O Orixá é um ancestral divinizado que, em vida, estabelece vínculo com certas forças da natureza, como o trovão, o vento, as águas doces e salgadas ou o exercício de atividades como a caça, o trabalho com metais, o conhecimento das propriedades das plantas e da sua utilização. Os principais terreiros de candomblé de Salvador são o Ilê Axé Opô Afonjá, Gantois, Abassá de Amazi, Bate Folha, Bel D'Oxum, Oxóssi, Oxumaré, Obá Tony, Olga de Alaketu, Pilão de Prata, Ilê Axê Ibá Ogun e Ajunssun. Em Passagem dos Teixeiras é encontrado o Ilê Axé Oyá Tolá. Em Ilha de Maré, segundo Rodrigues (2012) e o Mapeamento dos Terreiros de Candomblé de Salvador (2008), existiam 5 espaços religiosos no local, todos em Praia Grande, como o Terreiro de Odé, Oxóssi, Cosme Damião da Bela União, entre outros (Site Visite a Bahia, 2014). Abaixo, algumas fotos dos principais terreiros (Figura 8.3-971 a Figura 8.3-974).



Figura 8.3-971. Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá (Fonte: Site Aratu Online, 2014).



Figura 8.3-972. Terreiro do Gantois (Fonte: Site Atarde Online, 2014).



Figura 8.3-973. Terreiro do Bate Folha (Fonte: Site Tatakiretaua, 2014).



Figura 8.3-974. Terreiro de Ilê Axé Oyá Tolá em Passagem dos Teixeira (Fonte: Site Oyatola Blogspot, 2014).

- Casa de Dona Joana (Ilha de Maré)

O Terreiro de Oxóssi liderado por dona Joana fica na sua própria casa. Uma área de serviço no fundo serve como barracão para realização de festa, onde também fica o quarto do santo. Segundo informação levantada, a casa realiza duas festas por ano: a de Oxossi no dia 23 de abril (dia de s. Jorge) e oferece o caruru de Crispina, no dia 25 de outubro, em homenagem a São Crispim (RODRIGUES, p. 66, 2012)

- Terreiro de Odé (Ilha de Maré)

Maria do Nascimento (Baia), 70 anos, é a responsável pelo Terreiro de Odé, localizado na rua da Palha, parte alta de Praia Grande. As festas acontecem em agosto para Oxóssi e Tempo e em dezembro, para Iansã.

O terreiro de Odé foi fundado em 1957, em terreno próprio. A casa de Baia tem o alvará permanente da Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro (Fenacab) feito pela mãe, Maria Genoveva, em 24 de

maio de 1983, com a denominação Centro de Ogum, classificado na categoria giro de caboclo. (RODRIGUES, p. 68, 2012)

- Ilê Axé Oyá Tolá (Passagem dos Teixeiras)

O terreiro existe no distrito que faz parte da AID a cerca de 30 anos e é conduzido por Mãe Raidalva de Omolu que também realiza um trabalho social através da Associação de Amigos Associação dos Amigos do Ilê Axé Oyá Tolá (Figura 8.3-974).

- Reisado

Denominação comum aos ternos e ranchos que se apresentam na Festa de Reis (6 de janeiro), no largo da Lapinha. Os participantes costumam usar roupas de tecidos vistosos, ornamentados com miçangas (Figura 8.3-975). O rancho é um grupo mais pândego e liberal, enquanto o terno é mais sério e composto por pastores e pastoras que se apresentam com alegorias que simbolizam os personagens do Natal (Site Visite a Bahia, 2014).



Figura 8.3-975. Reisado (Fonte: Site da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2014).

- Samba de Roda

Sendo característico da Bahia, o samba de roda é uma forma de preservação da cultura dos negros africanos escravizados no Brasil. Ligado ao culto de orixás e caboclos, à capoeira e às comidas à base de dendê, o samba de roda teve início por volta de 1860. Tradição milenar no Recôncavo Baiano, a manifestação concorre, inclusive, ao título de Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

O Samba de Roda (Figura 8.3-976 e Figura 8.3-977) foi tombado em 05 de outubro de 2004 através do Processo nº 01450.010146/2004-60, sendo registrado no Livro de Registro de Formas de Expressão.



Figura 8.3-976. Samba de Roda (Fonte: <http://portal.iphan.gov.br>, 2014).



Figura 8.3-977. Samba de Roda (Fonte: Site Acc Memoria Social Blogspot, 2014).

- Sincretismo

Como escravos de senhores católicos, os negros foram proibidos de cultuar sua religião, sendo obrigados a assistir às missas nos portais das igrejas. Numa tentativa de fazer sobreviver a sua cultura, começaram a estabelecer paralelos entre suas divindades e os santos da igreja católica. A história de vida dos santos católicos e os atributos apresentados por suas imagens facilitaram a identificação com os Orixá: São Lázaro, cuja imagem é coberta de chagas, é Omolú; Nanã, a mais velha dos Orixá, foi sincretizada como Nossa Senhora de Santana, a mãe da Virgem Maria; Santo Antônio, que era militar, foi identificado com Ogum, o Orixá coberto de metais. Exú, por muitos identificado como o diabo, é a divindade festeira e o mensageiro entre os homens e os Orixás. Oxalá (Senhor do Bonfim) apresenta-se com o opaxorô, o cajado sagrado. Iansã (Santa Bárbara) apresenta-se de vermelho, com sua espada e um rabo de cavalo na mão. Nossa Senhora da Conceição é Iemanjá, a rainha do mar e das águas doces, e São Jorge é Oxóssi, o habitante das florestas. Cada Orixá tem o seu dia, sua cor, sua dança, seus instrumentos, comidas e saudações (Site Visite a Bahia, 2014).

- Capoeira

Misto de luta e dança surgido entre os escravos de origem angolana - considerado um temível meio de ataque e defesa - sofreu todo tipo de perseguição, o que, segundo historiadores, ensejou a sua evolução para a forma de dança, como estratégia de preservação. Os oponentes "jogam" a capoeira ao som do berimbau, cânticos e palmas, em movimentos gingados que exigem ritmo, destreza e disciplina (Figura 8.3-978). Os principais centros de capoeira da cidade são a Associação Capoeira Arte Luta (Ondina), Associação de Capoeira Mestre Bimba (Pelourinho), Associação Cultural Capoeira Angola e Forte Santo Antônio (Site Visite a Bahia, 2014).



Figura 8.3-978. Capoeira (Fonte: Site Tribuna da Bahia, 2014).

- Maculelê

Acredita-se ter evoluído do cucumbi (antigo folguedo de negros) até tornar-se um misto de dança e jogo de bastões (Figura 8.3-979), chamados gringas, com os quais os participantes desferem e aparam golpes (Site Visite a Bahia, 2014).



Figura 8.3-979. Maculelê (Fonte: Site Gincana Black Blogspot, 2014).

- A Chula

É uma forma de poesia declamada pelo solista enquanto o grupo escuta atento, só se rendendo aos encantos da dança após o término do pronunciamento, quando um participante por vez adentra o meio da roda ao som da batucada regida por palmas.

- A Umbigada

A dança é conhecida como Umbigada, porque cada participante ao sair da roda, convida um novo para a dança dando-lhe uma “umbigada”. A manifestação é típica do Recôncavo, tendo destaque nas cidades de Cipó e Candeias (Figura 8.3-980).



Figura 8.3-980. Dança Umbigada (Fonte: <http://arodadosbrincantes.blogspot.com.br>).

Segundo a Arquidiocese de São Salvador, a Cidade possui atualmente 372 igrejas. Nos bairros históricos as igrejas católicas amontoam-se e, em muitos casos, levam o nome delas. Em 1961, o distrito de Água Comprida, com suas igrejas históricas, foi emancipado com o nome de município de Simões Filho. Em 1962, foi a vez de Lauro de Freitas.

Salvador possui várias dezenas de templos de grande valor histórico e quatro basílicas: a do Mosteiro de São Bento, a da Conceição da Praia, a do Senhor do Bonfim e a Catedral. Algumas igrejas foram construídas no século 16 e muitas, nos séculos 17 e 18. Não há como falar da Bahia sem se referir às suas igrejas.

Tendo sido a primeira capital do Brasil e ocupando esse posto por mais tempo, Salvador era o destino natural para as primeiras igrejas das ordens católicas no Brasil. As primeiras ordens que chegaram no século 16 foram os Jesuítas (1549), os Beneditinos (1585), os Carmelitas (1586) e os Franciscanos (1587). A Santa Casa de Misericórdia e o Clero Secular (Arquidiocese Primaz, 1551).

É provável que a Igreja da Vitória tenha sido a primeira de Salvador. Inscrições lapidares, recentemente descobertas, indicam que as filhas de Caramuru se casaram lá em 1534. A Igreja da Graça foi a provavelmente a segunda.

A primitiva Igreja da Ajuda sediou a primeira paróquia da Cidade, em 1549, e a primeira catedral do Brasil, em 1552. Até 1892, a Arquidiocese de São Salvador da Bahia era a sede da única Província Eclesiástica do Brasil e todas as instituições católicas do País eram a ela subordinadas (Site Bahia Turismo, 2014)

A seguir são listadas algumas das principais igrejas da AII devido ao seu enorme reconhecimento cultural e turístico:

- Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem

A Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, construída no estilo barroco português, está localizada no Largo da Boa Viagem e foi construída por volta de 1712, conforme dados do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A origem da igreja tem informações imprecisas. Segundo o historiador Cid Teixeira, as terras ao redor teriam sido doadas pelo primeiro governador a Garcia D' Avila, almoxarife das obras da cidade, e permutadas com os monges de São Bento. A igreja teria surgido na metade do século XVIII, construída pelos frades franciscanos "para tomar o lugar de capela doada por um certo Lourenço Maria". Mas conforme relata a arquidiocese de Salvador, "Em 19 de novembro de 1710, D^a Lourença Maria, proprietária das terras de Itapagipe de baixo e que tinha como filha Ana Pereira de Negreiros, doou, através de escritura, aos Franciscanos da Bahia, uma grande área de terra. Como recompensa pela doação, D^a Lourença Maria exigiu da Ordem Franciscana a celebração de cinco missas anuais, sendo três para si e duas para sua filha Ana Pereira de Negreiros".

Sua fachada voltada para o mar, apresenta uma única torre e é revestida de azulejos pérola nacarados, de origem portuguesa. Destacam-se os pilares em pedra e, em seu frontispício, um painel em azulejos azuis trabalhados com as Armas do Reino. A descrição feita por Paulo Ormido D. de Azevedo, historiador, relata que a igreja foi originalmente feita de uma única nave com corredores laterais e tribunas superpostas. No início do século XX, foi transformada em igreja de três naves com a manutenção das tribunas. O altar-mor e altares colaterais situados no ângulo do arco cruzeiro com a nave são barrocos, estilo D. João VI. A reforma sofrida pelo templo sacrificou parte da nave e dos azulejos que decoravam as paredes. Restaram dois painéis junto à porta principal que narram sucessos trágico-marítimos atribuídos a milagres de Nossa Senhora da Boa Viagem. A igreja possui também uma única torre, situada ao seu lado esquerdo e revestida de azulejos portugueses de cores azul e marfim, com quatro sinos, sendo o mais antigo deles datado de 1810 (século XIX). Uma grande porta de jacarandá dá acesso ao seu interior. O piso é de mármore cinza. No Altar-Mor, todo em talha dourada à folha de ouro, destacam-se na parte superior a singular imagem de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes e, abaixo desta, a imagem de Nossa Senhora da Boa Viagem. Já foram acolhidas na igreja, em altares menores, as imagens de Nossa Senhora das Necessidades e a de São Gonçalo. Hoje, a igreja preserva quatro imagens barrocas, de N. S. da Boa Viagem, Bom Jesus dos Navegantes, N. S. da Natividade e São Sebastião. A paróquia da Boa Viagem também conta com uma devoção fundada em 1892. No dia primeiro de janeiro celebra-se na Igreja da Nossa Senhora da Boa Viagem a festa de Bom Jesus dos Navegantes, com procissão marítima e entrega de presentes pelos pescadores na Galeota do Senhor dos Navegantes (Site Bahia Turismo, 2014).

- Igreja Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia

Situa-se a igreja próxima do porto, no sopé da montanha onde nasce uma das mais antigas ladeiras de acesso à cidade alta (Figura 8.3-981). O edifício está engastado na rocha viva. Sua vizinhança é constituída por altos sobrados do século passado, de utilização mista: comercial e residencial.



Figura 8.3-981. Igreja Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia (Fonte: Site Globo.com, 2014).

A igreja integra o sítio da Conceição tombado pelo IPHAN (GP-1), e a encosta é protegida pelo art. 113 da Lei Municipal nº 2.403 de 23.08.1972, como zona de preservação rigorosa (GP-1). Edifício de elevado valor monumental. A construção compreende, além da igreja, dois corpos laterais que abrigam atividades da Irmandade e que se separam da igreja por corredores longitudinais. O corredor esquerdo conduz a um pátio com chafariz, onde nasce larga escadaria de mármore que leva à sala dos Irmãos. As galerias cegas sobre os corredores laterais da nave, entre o térreo e o primeiro andar, são um resíduo dos trifórios das igrejas medievais. O teto da nave e da capela-mor são de J. Joaquim da Rocha (1772/73). Destaca-se ainda o retábulo do altar-mor de João Moreira do Espírito Santo (1765/73). Como entalhadores, trabalharam no séc. XIX: Cândido Alves de Souza, Goldino Francisco Borges e Vitoriano dos Anjos (1834/35). Possui na ante-sacristia azulejos tipo "grinalda" (séc. XVIII), e na sacristia, azulejos de 1860. Na sacristia existe belo lavabo em mármore com bacia em concha. Dentre a imaginária, destaca-se: imagem de N.S. da Conceição, de Domingos Pereira Baião (1855).

Igreja pré-fabricada em Portugal, com caracteres da arquitetura do Alentejo, Ca 1750, sob a influência de Ludovice. O partido de três corpos separados por corredores fora adotado antes na igreja da Ordem 3ª. de S. Domingos (1731/37). Sua planta é de transição, apresentando capelas laterais, típicas do séc. XVII, e corredores com tribunas superpostas, do começo do séc. XVIII. A nave

oitavada é uma transição entre a forma retangular seiscentista e a poligonal, frequente no séc. XVIII, provável influência das igrejas do Menino Deus de Lisboa (1741) e S. João Batista de C. Maior (1734). Smith vê na fachada do conjunto influência do P. de Mafra de Ludovice. Esta tendência em direção ao neoclássico é notada em outras igrejas que receberam componentes de Lisboa, como N. S. do Pilar e, ainda sem explicação, em Santana. Seu interior é a 1ª. demonstração completa do barroco de D. João V no Brasil. O altar-mor segue a linha existente em Monte Serrat e influenciou o da S. C. de Misericórdia. O teto da nave obedece a concepção ilusionista barroca de origem italiana (Site Bahia Turismo, 2014).

- Igreja do Senhor do Bonfim

A igreja Basílica Santuário Senhor Bom Jesus do Bonfim (Figura 8.3-982), em Salvador, foi construída entre 1746 e 1754, para abrigar a imagem do Senhor Bom Jesus do Bonfim, trazida de Lisboa, em 1745. Em 1927, o papa Pio XI elevou o templo à dignidade de Basílica.

A arquitetura é em estilo neoclássico e fachada em rococó. Segue o modelo das igrejas portuguesas dos séculos 18 e 19, com belos afrescos e azulejaria.

O Senhor do Bonfim é um ícone da fé baiana. A igreja atrai muitos devotos, turistas e peregrinos. As famosas fitinhas do Senhor do Bonfim são confeccionadas desde o início do século 19 e têm a medida do comprimento do braço direito até o peito da imagem do Senhor do Bonfim (Site Bahia Turismo, 2014).



Figura 8.3-982. Igreja do Bonfim (Fonte: Site Globo.com, 2014).

- Igreja de Nossa Senhora da Vitória

A primitiva Igreja de N. Sra. da Vitória foi construída no século 16, em 1534 ou antes. Provavelmente a primeira igreja de Salvador (Figura 8.3-983). Essa datação deve-se às inscrições lapidares existentes na sacristia, uma delas refere-se ao casamento de Affonso Rodrigues, natural de Óbidos (Portugal), com Magdalena Álvares, filha de Diogo Álvares Correa (Caramuru), no ano de 1534, indicando ser o primeiro homem a casar-se na Igreja.

Esse casamento foi realizado quando Martim Afonso de Souza esteve na Bahia, a caminho da Ásia. Junto com ele, vieram alguns frades franciscanos, incluindo o frei Diogo de Borba, enviado como prelado maior da nova Custódia de S. Thomé, na Índia, e o provável realizador do casamento. Casou-se também Filipa Álvares, outra filha de Caramuru, com Paulo Dias Adorno. Nessa mesma época, muitas pessoas foram batizadas por esses frades franciscanos.

Sabe-se que Manoel da Nóbrega, que chegou em 1549, relatou que existia apenas uma igreja na região onde Salvador foi fundada. Possivelmente, Nóbrega não considerou como igreja a pequena Capela da Graça, construída por Caramuru, cerca de 1535.

É possível que a Igreja da Vitória também tenha sido construída por Caramuru, pois ele era o grande líder local, antes da chegada do donatário da Capitania da Bahia, em 1536.

O templo foi reconstruído provavelmente logo após a reconquista da Cidade, em 1625, invadida pelos holandeses.

Em 1808, ela foi reformada pela Companhia do Santíssimo Sacramento, com recursos doados por vários benfeitores e pelo Príncipe Regente Dom João, que chegara de Lisboa. Sua fachada, voltada para a Baía de Todos os Santos, foi mudada para o sentido oposto e atual, de frente para o Largo da Vitória.

Nova reforma ocorreu em 1910, com alteração da fachada. A Igreja abriga notáveis obras de arte de Joaquim Pereira de Matos Roseira (1789-1885) (Site Bahia Turismo, 2014).



Figura 8.3-983. Igreja da Vitória (Fonte: Site da Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, 2014).

- Santa Casa da Misericórdia

A Santa Casa da Misericórdia foi fundada em Lisboa, em 1498, pela Rainha Leonor de Lencastre (1458-1525). A instituição tem origem católica portuguesa, embora não seja diretamente subordinada à Igreja. Hoje, a Santa Casa está presente em várias cidades do Brasil e do mundo, com seus hospitais.

As primeiras vilas do Brasil foram fundadas nos anos 1530. Acredita-se que nos anos seguintes foram construídos os primeiros hospitais e que, provavelmente, estavam aos cuidados da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia.

O primeiro deles pode ter sido o de Porto Seguro, na Bahia. Essa afirmação foi feita em carta de Dom João V, de 1718, transcrita por Carlos Ott (texto completo abaixo). Infelizmente, a história da Santa Casa de Porto Seguro é pouco investigada.

O historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) faz referência a um hospital em Olinda, em 1540.

Em 1543, Braz Cubas inaugurou o Hospital de Todos os Santos, na Capitania de São Vicente. O alvará de privilégios para esse hospital foi dado por D. João III, em 2 de abril de 1551.

O monsenhor Maurílio Cesar Lima, em seu livro *Breve História da Igreja no Brasil* (2004), afirma que a primeira Santa Casa da Misericórdia do Brasil foi a da Bahia, que a de Santos foi fundada em 1551 e que a de Olinda foi fundada em 1560, mas não cita documentação.

A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, em Salvador, foi fundada em 1549, mesmo ano de fundação da Cidade. Existiam dúvidas quanto ao seu ano de fundação, até 1937, quando foram publicadas as

folhas de pagamento, de 1549 a 1551. Por elas, sabe-se que a Irmandade da Santa Casa da Bahia já estava organizada em julho de 1549, mas, provavelmente, desde abril. O Hospital era dedicado a São Cristóvão, mas era conhecido como o Hospital da Santa Casa. Em 1893, o Hospital foi transferido para o Santa Izabel, em Nazaré.

Na Bahia, até o século 19, foram fundadas Santas Casas em pelo menos 12 cidades, incluindo a de Ilhéus, fundada em 1564, uma das mais antigas do Brasil.

A Santa Casa da Misericórdia da Bahia abriga a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia. Inicialmente era apenas uma capela no interior da enfermaria. O primeiro templo foi construído por volta de 1560. Provavelmente foi muito danificada após os vários bombardeios de ingleses e holandeses no final do século 16 e início do século 17.

A Igreja atual foi construída em 1653. A partir de 1722, foram realizadas obras de complementação e embelezamento (Figura 8.3-984).

Além da Igreja, o conjunto arquitetônico inclui dependências para assistência social, sacristia, claustro e a bela sala do Consistório. Em 1716, foi inaugurado um recolhimento para mulheres.

Hoje, funciona também no local, o Museu da Misericórdia, com obras de arte de valor inestimável (Site Bahia Turismo, 2014).



Figura 8.3-984. Igreja da Vitória (Fonte: Site da Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, 2014).

- Igreja de Santo Antônio Além do Carmo

A histórica Igreja de Santo Antônio Além do Carmo foi fundada no século 16. A igreja primitiva foi construída entre 1594 e 1595 por Cristóvão de Aguiar Daltro.

Em 1638, a Igreja abrigou a resistência aos ataques holandeses, entre abril e maio. Uma placa de mármore colocada na fachada da Igreja registra o fato. Em junho do mesmo ano, o Padre Antônio Vieira pregou aqui o sermão À beira das trincheiras que, por 40 dias, defenderam a cidade contra as tropas de Nassau.

Em 1648, foi elevada à categoria de igreja matriz, com a criação da paróquia.

O templo atual foi muito modificado a partir de 1813, com algumas melhorias e ampliações feitas até o início do século 20 (Figura 8.3-985). Seu interior é revestido de escaiola, com talha neoclássica. A fachada é em estilo rococó e fica no largo de mesmo nome da Igreja (Site Bahia Turismo, 2014).



Figura 8.3-985. Igreja de Santo Antônio Além do Carmo (Fonte: Site Igrejas-Bahia.com, 2014).

- Igreja de Nossa Senhora das Neves (Ilha de Maré, Salvador)

Acredita-se que a Igreja de N. S. das Neves, na Ilha de Maré, tenha sido construída em 1552, por Bartolomeu Fernandes Pires, que possuía um engenho de açúcar no Ilha. Seria, assim, uma capela de engenho.

Bartolomeu Pires foi nomeado mestre de capela da Sé, em 1559, sendo o primeiro mestre de capela que se tem notícia no Brasil. Exerceu esse cargo até 1586.

O corpo central da igreja é provavelmente do século 16. Abriga a imagem de N. S. das Neves, de cedro, referida por Frei Agostinho de Santa Maria, em 1722. As duas alas laterais devem ser posteriores a esse ano, pois em sua descrição da Igreja, o Frei não as menciona (Site Bahia Turismo, 2014).

Tombada pelo IPHAN, em 1958, a Igreja é um dos mais importantes exemplares da arquitetura religiosa primitiva brasileira, uma das mais antigas igrejas do País (Figura 8.3-986).



Figura 8.3-986. Igreja de Nossa Senhora das Neves (Fonte: Site Brisa Viagens Blogspot.com, 2014).

- Igreja e Convento de São Francisco

Os franciscanos foram os primeiros missionários do Brasil. Realizaram as primeiras missas em Porto Seguro, onde foi construída a Igreja da Glória, provavelmente a primeira igreja do País. O primitivo povoado de Porto Seguro, o primeiro do Brasil com a participação de europeus, contava com dois padres franciscanos e foi massacrado pelos índios em 1505.

Em 1584, com o Brasil sob domínio espanhol, foi instituída a Custódia de Santo Antônio do Brasil, com autorização para fundar conventos no Brasil. Os franciscanos desembarcaram em Recife, em abril de 1585, e, no mesmo ano, fundaram, em Olinda, o Convento de Nossa Senhora das Neves.

O segundo convento franciscano foi fundado em Salvador, em 1587. A primeira Igreja de São Francisco, na Cidade, começou a ser construída, no mesmo ano, pelo frei Antônio da Ilha. Era uma pequena e modesta capela. Quatro anos depois foram iniciadas as obras de um convento próximo.

O convento atual foi construído a partir de 1686. Em 1708, começou a construção da igreja atual, em estilo barroco, concluída 40 anos depois (Figura 8.3-987).

O interior da Igreja é de uma beleza rara, todo em uma deslumbrante talha dourada e imagens policromadas de mestres santeiros baianos, obras primas da arte sacra. Tem bastante jacarandá esculpido e duas pias de pedra, doadas por D. João V, rei de Portugal. Também de grande beleza são os púlpitos e o teto, com várias pinturas sacras. Os grandes painéis de azulejos são do século 18 e retratam passagens bíblicas.

Ainda de grande valor artístico, são as imagens de São Pedro de Alcântara, São Benedito, São José, Coração de Jesus, Santo Antônio e São Francisco de Assis no altar-mor. No lado esquerdo, destacam-se as imagens de N. S. da Conceição, N. S. da Glória, N. S. da Piedade, N. S. de Santana, Santa Luzia e São Domingos (Site Bahia Turismo, 2014).



Figura 8.3-987. Igreja e Convento de São Francisco (Fonte: Site Viaje Aqui, 2014).

- Catedral Basílica de São Salvador

A Catedral Basílica Primacial de São Salvador da Bahia está instalada no mais grandioso templo construído pelos jesuítas no Brasil (Figura 8.3-988). A pedra fundamental foi colocada em 1656 e a igreja foi oficialmente inaugurada em 1672.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, o templo ficou desocupado. Em 1765, o rei de Portugal, ofereceu o templo jesuíta ao Arcebispo da Bahia para celebrarem os ofícios divinos até que o templo da Sé, que apresentava problemas estruturais, fosse restaurada.

Seu acervo de arte sacra é um dos mais valioso do Brasil. Os dois primeiros altares foram construídos em estilo renascentista maneirista, de 1650. O altar-mor é de 1670. No total, são 13 altares. O projeto arquitetônico é do irmão Francisco Dias, que chegou em Salvador em 1577. A fachada é toda em pedras de lioz, importadas de Portugal.

Nos nichos sobre as portas estão as imagens de três santos jesuítas: Santo Inácio de Loyola, São Francisco Xavier e S. Francisco de Borja. Um dos pátios do antigo colégio foi destruído pelo fogo em 1801. Em 1808, foi instalado o Real Hospital na ala que restara. Novo incêndio, em 1905, consome o edifício que é reerguido em estilo eclético para abrigar a Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira do país fundada em 1808 e aí instalada desde 1833.

O conjunto arquitetônico é tombado desde 1938, hoje está na lista do IPHAN (Site Bahia Turismo, 2014).



Figura 8.3-988. Catedral Basílica de São Salvador (Fonte: Site Arquidiocese Salvador, 2014).

Considerações

Considera-se Patrimônio Cultural todo o conjunto de bens materiais ou não, que seja representativo da história de uma determinada sociedade e que a ela confere identidade (ANDRADE, 2002, p. 25) De fato, o Patrimônio Cultural de um povo ou nação pode se estender por uma infinidade de objetos, lugares, conhecimentos, bens móveis e imóveis, etc. O que vai de fato servir como parâmetro para um determinado bem ser definido como patrimônio cultural é, na verdade, o conjunto de relações estabelecidas entre as pessoas e o elemento em questão, devendo, neste conjunto de relações, estar implícito o desenvolvimento cultural, manifestado ao longo do tempo (ANDRADE, 2002, p.23).

Todos estes aspectos transformam a região em um “lugar de memórias” ou em um museu a céu aberto, que nos apresenta a história do processo de ocupação e povoamento, presente nos casarios antigos e nas mais diversas manifestações culturais, revelando os diversos elementos que atribuem características únicas aos municípios que compõem a área de estudo .

8.3.12.2 Patrimônio Arqueológico e Etnohistórico

8.3.12.2.1 Informações Arqueológicas

As pesquisas no nordeste começaram a ser implantadas, sistematicamente, a partir da década de 1960, com os estudos de Valentín Calderón, Gabriela Martín, Marcos Albuquerque, Niède Guidon, Anne-Marie Pessis, Maria Conceição Beltrão, dentre outros.

Nos últimos anos, a arqueologia da região tem apresentado resultados importantes dentro do contexto brasileiro³. Para uma melhor compreensão da arqueologia na área de estudo, considerou-se importante sumarizar o contexto arqueológico e etno-histórico regional.

O cenário ambiental nordestino, no qual se movimentaram os grupos indígenas pré-coloniais, é um território contrastante, onde cada sociedade, em um período específico, soube explorar esses ambientes, de forma simultânea ou alternada, tanto por parte de populações caçadores-coletores, de muita mobilidade em um território, quanto por grupos de horticultores que habitavam em aldeias.

Segundo Etchevarne (1999-2000), toda a sociedade humana tem um marco ambiental no qual concretiza a sua existência e que, conseqüentemente, existe um nível profundo de interação entre os espaços naturais e os indivíduos que os ocupam (ETCHEVARNE, p. 113-114). Estes dispositivos adaptativos permitem reconhecer os diferentes ambientes naturais que foram apropriados de forma específica, através de sistemas integrados que envolvem as relações sociais, as representações simbólicas, a tecnologia, os padrões de assentamento e etc., transmitida de forma contínua nesta interação entre homem/natureza.

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região do recôncavo baiano possibilitaram a compreensão dos diferentes processos de ocupação da região.

Na região, o estudo arqueológico em **Pedra Oca**⁴ permitiu a datação radiocarbônica mais antiga do sambaqui, com aproximadamente 3000 anos de antiguidade; o único sítio da região do recôncavo a ser escavado e estudado. Ao analisar a documentação⁵ que a arqueologia Baiana dispõe, são identificados os registros feitos por Karl Ott, na década de 1940, referentes a pinturas rupestres em Juazeiro e na localidade de Serrinha, ambos no estado da Bahia.

³ Importantes pesquisas veem sendo desenvolvidas por Universidades, Museus e Fundações de: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Piauí, Ceará, Paraíba, Bahia etc.

⁴ Localizado em Peri-Peri, subúrbio de Salvador.

⁵ Relatos de cronistas, registros e pesquisas diversas; vide: às obras de Soares (1971), Salvador (1989), Cardim (1980), Anchieta (1946; 1988).

Contemporâneo de Karl Ott, o arqueólogo Valentin Calderón, realizou inúmeros levantamentos, prospecções e escavações em sítios arqueológicos no interior da Bahia (Figura 8.3-989), colocando as pesquisas arqueológicas nas bases científicas e denunciando a precariedade que envolve a questão do patrimônio histórico cultural e arqueológico da região como um todo.

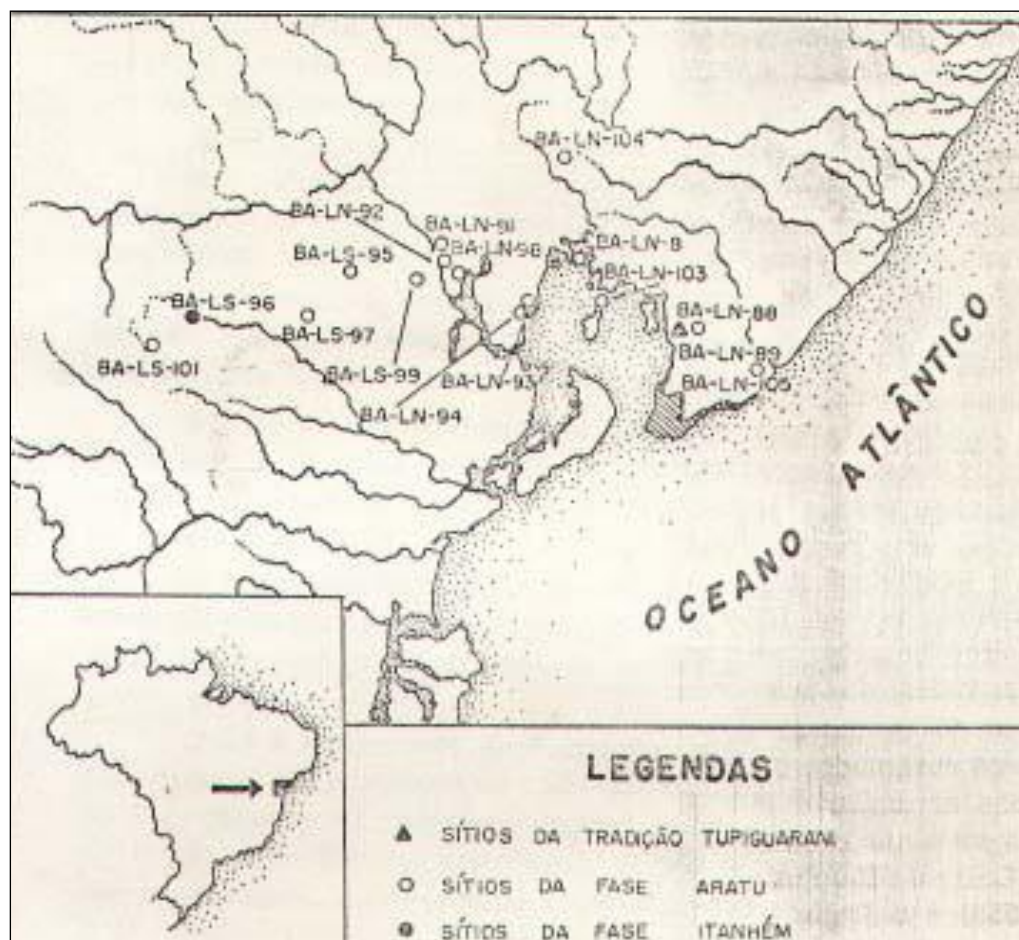


Figura 8.3-989. Sítios indígenas localizados por Calderón (Fonte: Calderón p.142, 1974).

Os primeiros grupos construtores de sambaqui, que ocupavam a região do recôncavo, tinham uma estreita relação com o ambiente marítimo, de onde tiravam a maior parte de seus recursos alimentares, aproveitando os ambientes fluviais, lacunares ou terrestres, utilizando os recursos complementares, praticando a caça, a pesca e a coleta⁶ (COPENE/BOURSCHEID, 2000).

Os indígenas do litoral adotaram a cerâmica, provavelmente influenciados pelas populações dos sambaquis do Pará. Durante esse processo, os sambaquis foram substituídos gradativamente por

⁶ Outros sambaquis foram identificados por Calderón em outros pontos do Recôncavo: o Sambaqui de Casqueiro, em Santo Amaro, o da ponta do Sobrado, na ilha de Itaparica, e Cajaíba, na Ilha do mesmo nome, entre outros, sem que esse arqueólogo proporcionasse outras datações (Calderón, 1964, 1969: 161; 1974:147; IPHAN, 1983).

grandes aldeias de uma cultura interiorana, denominada pelos arqueólogos como tradição Aratu. Originários da Baía de Aratu, esta tradição foi definida por Valentín Calderón, a partir dos 24 sítios prospectados ao longo do litoral da Bahia, de Sergipe e Pernambuco.

O sítio foi descoberto através de cortes estratigráficos (60 cm de profundidade) no centro industrial de Aratu, destruído para a construção da barragem do riacho Guipe. O arqueólogo identificou durante o salvamento manchas de terra preta humosa, rica em carvão e conchas de ostra que correspondiam a sítios-habitação e 54 urnas funerárias com enterramentos primários (Figura 8.3-990 e Figura 8.3-991).

Nesta mesma região Calderón pesquisou o Sítio da Viúva onde foram descobertos seis (06) urnas funerárias e o sítio Beliscão, localizado no litoral norte da Bahia, perto do Rio Inhambuque. Neste sítio, os sedimentos de 90 cm de ocupação indicavam uma longa permanência. As urnas funerárias, encontradas dentro e fora do espaço da aldeia formavam grupos de dois e três enterramentos⁷.

Arqueologicamente a tradição Aratu é conhecida pela construção de grandes aldeias, com ocupações demoradas, evidenciadas pelas escavações, que variam entre 40 e 90 cm de profundidade⁸, pelo conhecimento da horticultura, tendo o milho e a batata-doce, como as principais referências de plantio. Os estudos atuais⁹ evidenciam que os grupos Aratu ocuparam uma grande extensão territorial que vai desde a faixa litorânea (Bahia, Sergipe e Pernambuco) até a região do cerrado (Bahia e Goiás).

A respeito da tipologia cerâmica da fase Aratu, coloca que foi subdividida em 3 tipos simples e 2 decorados. Quanto ao antiplástico, afirma o predomínio de areia grossa nos níveis mais antigos de cada sítio, sendo a areia fina menos popular, aparecendo com maior incidência na sequência seriada em raros momentos; já o grafite ganha predominância e começa a se destacar até dominar a sequência com o desaparecimento dos outros dois tipos. As formas cerâmicas são geralmente globulares e hemisféricas, aparecendo também tigelas rasas semelhantes a pratos; quanto à superfície, o pesquisador afirma a tendência a alisamentos sem decoração, no entanto destaca a presença de alguns poucos cacos com decoração corrugada e roletada (SOARES, 2012, p. 25).

⁷ Calderón considerou como sítio da Tradição Aratu o sítio BA-GR-3 – São Desidério, situado próximo do rio do mesmo nome, local onde o arqueólogo localizou 25 urnas funerárias durante a escavação de um canal de irrigação.

⁸ Em comparação com os grupos Tupiguarani que raramente ultrapassam os 30 cm e nas quais são comuns os refugos de 15 a 20 cm.

⁹ Ver Ondemar Dias, Carlos Etchevarne, Gabriela Martin, dentre outros.

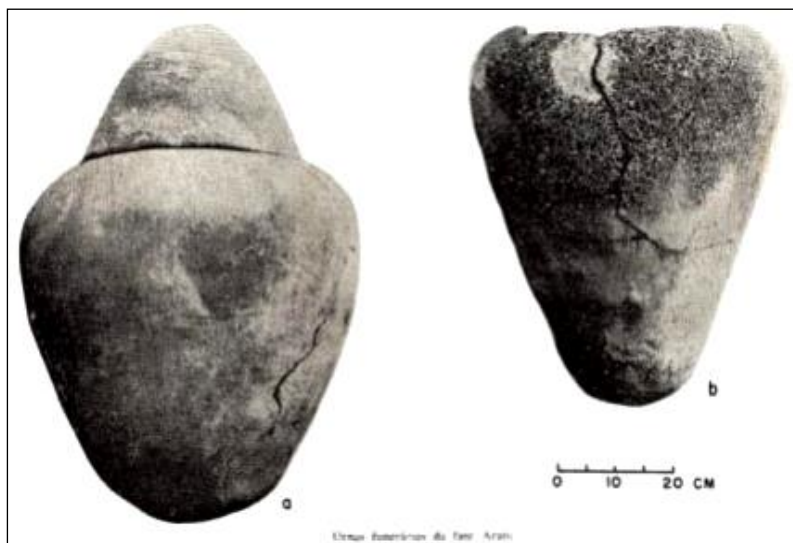


Figura 8.3-990. Urnas funerárias da tradição Aratu resgatadas por Calderón (Fonte: CALDERÓN, 1969, p. 196 apud SOARES, 2012, p. 26).



Figura 8.3-991. Urna funerária da tradição Aratu da cidade de Almadina/BA (Fonte: <http://www.uesc.br>).

Nas escavações em que se identifica o contato entre os grupos Aratu e Tupiguarani¹⁰, assinalado pela presença da cerâmica, esta aparece sempre como intrusiva nas camadas mais tardias das aldeias Aratu, adquirida por comércio ou ocupação violenta, quando se nota a substituição dos tipos de cerâmica Aratu pelos Tupiguarani, como na Figura 8.3-992 (MARTIN, p. 206).

¹⁰ Horticultores, especializados no cultivo da mandioca amarga. Situavam suas aldeias em pontos estratégicos com boa visibilidade sobre o território, próximos a rios, visto que também faziam uso de canoas como meio de deslocamento (COPENE/BOURSCHEID, 2000).



Figura 8.3-992. Recipiente Tupiguarani do tipo assador, com elementos em vermelho e preto sobre fundo creme-esbranquiçado (Fonte: <http://arqueologiaeimagem.blogspot.com.br>¹¹).

No que tange os vestígios arqueológicos dessa tradição, aquilo que torna indiscutivelmente distinto um sítio Tupi de outro são os objetos cerâmicos. Ou seja, este macrogrupo está definido essencialmente por uma tecnologia de produção cerâmica, doméstica ou ritualística, que o particulariza e o opõe a outros também ceramistas. Em consequência, esta generalização não permite determinar questões vinculadas à identificação étnica *stricto sensu*, podendo ficar englobadas situações sociais de tupinização, por exemplo, típicas do processo de conquista de territórios e a incorporação de contingentes demográficos neles já instalados (ETCHEVARNE, 2009; 42).

Quanto à cronologia da tradição Aratu no Nordeste, situa-se entre 1.000 e 1.500 a.C., na Bahia, em aldeias anteriores as ocupações dos grupos Tupiguarani, que de acordo com Gabriela Martin, devem ter os expulsado do litoral, antes da conquista portuguesa.

8.3.12.2.2 Sítios Arqueológicos Cadastrados no IPHAN

Como resultado da consulta realizada no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA/IPHAN, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foram encontrados quatro sítios arqueológicos cadastrados no município de Candeias, e quinze sítios arqueológicos em Camaçari e Simões Filho, conforme a Tabela 8.3-67.

¹¹ Sítio em Barra dos Negros, Morro do Chapéu-Ba.

Tabela 8.3-67. Relação dos sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN, nos município de Candeias, Camaçari e Simões Filho.

	Municípios	Nome	Sigla	Categoria	Localização
1.	Candeias	Santo Antônio	BA-LN-137	Pré-Colonial e Histórico	Engenho da Freguesia-Matoim
2.	Candeias	Santo Antônio	BA-LN-137	---	---
3.	Candeias	Fazenda São João	CNSA: BA00709	Colonial	
4.	Candeias	Baía de Aratu	CNSA: BA00710	Pré-colonial	Periperi
5.	Camaçari	Praça da Vila Abrantes	CNSA: BA00542	Histórico	---
6.	Camaçari	Pojuca	CLN-1	Pré-Colonial e Histórico	---
7.	Camaçari	Genipabú - I	CLN – 7	Pré-Colonial	---
8.	Camaçari	Genipabu - II	CLN – 8	Pré-Colonial	---
9.	Camaçari	Jacuípe - I	CLN – 2	Pré-Colonial e Histórico	---
10.	Camaçari	Jacuípe - II	CLN-3	Pré-Colonial	---
11.	Camaçari	Jacuípe - III	CLN-5	Pré-Colonial	---
12.	Camaçari	Sonrisal - I	CLN – 4)	Pré-Colonial	---
13.	Simões Filho	Sítio Fazenda Rancho Alegre	CNSA: BA00271	Pré-Colonial	---
14.	Simões Filho	BA-SF-01	CNSA: BA00674	Pré-Colonial e de Contato	---
15.	Simões Filho	BA-SF-02	CNSA: BA00673	Pré-Colonial	---
16.	Simões Filho	BA-SF-03	CNSA: BA00688	Pré-Colonial	---
17.	Simões Filho	BA-SF-04	CNSA: BA00672	Pré-Colonial e de Contato	---
18.	Simões Filho	BASF-05	CNSA: BA00671	Histórico	---
19.	Simões Filho	Ruínas de Mapele	CNSA: BA00708	Histórico	---

O sítio Baía de Aratu é um sítio histórico, a céu aberto, com estruturas de uma habitação e concentração pontual de materiais históricos. Está localizado na planície de alagação da Baía de Aratu, no município de Candeias. Os vestígios identificados encontravam-se expostos na superfície da área¹².

O sítio histórico Fazenda São João também se encontra a céu aberto e caracteriza-se pela presença de estruturas e habitação e vestígios coloniais. Está localizado em uma propriedade privada, há 20m do Riacho da Banana, no município de Candeias¹³.

¹² A Pesquisa foi realizada por Jacionara Coelho Silva em 23/11/2004, durante a realização do Projeto “Estudos Arqueológicos na Área de Implantação do Gasoduto Dow/Aratu/Camaçari Petrobrás. Fonte: iphan.gov.br

¹³ A Pesquisa foi realizada por Jacionara Coelho Silva em 22/11/2004, durante a realização do Projeto “Estudos Arqueológicos na Área de Implantação do Gasoduto Dow/Aratu/Camaçari Petrobrás. Fonte: iphan.gov.br

Os sítios BA-LN-137 e Santo Antônio estão localizados em propriedade particular, no pomar da chácara, no mesmo município. Foram encontrados vestígios das estruturas de um grande forno de purgar, estendendo-se pelo subsolo da estrada à frente da chácara. Na adjacência dos sítios também foram encontrados fragmentos de cerâmica colonial, moluscos e ferro. Nas camadas inferiores foi encontrada cerâmica pré-colonial. Os sítios arqueológicos foram registrados por Yara Dulce Bandeira de Ataíde, em 1981, que na oportunidade fez uma coleta de superfície.

O sítio Praça da Vila Abrantes é descrito como um sítio arqueológico histórico, sendo pesquisado e registrado por Carlos Alberto Etcheverne¹⁴. Trata-se de uma ampla praça que corresponde a 2/3 do antigo quadrado da Missão Jesuíta do Divino Espírito Santo. Inclui também o adro e a matriz da mesma invocação. O mesmo possui uma área de 24200 m², 220 m de comprimento e 110 m de largura, estando localizado a 500 m do rio Paassu, município de Camaçari. No local foi realizado o registro, e a escavação do sítio arqueológico. Entre os vestígios identificados estão: Faiança portuguesa, faiança fina inglesa, louça de Macaú, grés, fragmentos de cachimbo cerâmico, moedas, restos de ossos alimentares e estruturas funerárias.

O sítio Pojuca foi pesquisado e registrado por Luiz Fernando Erig Lima¹⁵, em 18 de novembro de 2005. Trata-se de um sítio arqueológico pré-colonial e histórico com múltiplos eventos de ocupação. O mesmo possui 11.900 m², 140m de comprimento e 85 m de largura, estando localizado a 319 m de distância do rio Pojuca, município de Camaçari. Durante a realização dos trabalhos no sítio, foram identificados vestígios cerâmicos.

O sítio arqueológico Genipabú – I é caracterizado como um sítio pré-colonial, associado a Tradição Aratu. Foi pesquisado e registrado por Luiz Fernando Erig Lima¹⁶, em 19 de novembro de 2005. O mesmo possui uma área de 1.750 m², com 70 m de comprimento e 25 m de largura, estando localizado a 150 m do rio Tambaí, município de Camaçari. No local foram realizados registros, sondagens, coleta superficial e escavações. Durante a realização dos trabalhos arqueológicos foram identificadas estruturas de lascamento, artefatos líticos lascados e polidos, bem como, material cerâmico.

O sítio arqueológico Genipabú – II está relacionado ao sítio Genipabú – I. É descrito como um sítio arqueológico pré-colonial, associado a Tradição Aratu. O mesmo foi pesquisado e registrado por Luiz

¹⁴ Inventário de Proteção do Acervo Cultural 2ed. In: Relatório de atividades desenvolvidas: Acompanhamento Arqueológico na Vila de Abrantes. MAE/UFBA, 2000.

¹⁵ Programa de Resgate e Valoração do Patrimônio Arqueológico - Duplicação da Rodovia BA-099 - Trecho Jacuípe-Praia do Forte.

¹⁶ Idem.

Fernando Erig Lima¹⁷, em 02 de junho de 2006. Possui uma área total de 3.200 m², 80 m de comprimento e 40 m de largura, estando localizado a 1.200 m do rio Tambaí, município de Camaçari. No local foram realizados registros e coleta de superfície, onde foram identificados: estruturas de lascamento, artefatos líticos lascados e concentrações de material cerâmico.

O sítio arqueológico Jacuípe – I foi pesquisado e registrado por Luiz Fernando Erig Lima¹⁸, em 20 de novembro de 2005. Trata-se de um sítio multicomponencial, pré-colonial e histórico, localizado na margem esquerda do rio Jacuípe, município de Camaçari. O sítio possui uma área total de 1.950m², 65m de comprimento e 30 m de largura. Durante a realização dos trabalhos foram realizados registros, coleta de superfície, sondagens e escavações, onde foram identificados: vestígios líticos lascados e concentrações de material cerâmico.

O sítio arqueológico Jacuípe – II foi pesquisado e registrado por Luiz Fernando Erig Lima¹⁹, em 20 de novembro de 2005, estando relacionado ao sítio arqueológico Jacuípe – I. Trata-se de um sítio arqueológico pré-colonial da Tradição Aratu, localizado na margem esquerda do rio Jacuípe, município de Camaçari. O mesmo possui uma área total de 3.000m², 50m de comprimento e 60m de largura. Durante a realização dos registros, foram identificadas concentrações de material cerâmico.

O sítio Jacuípe – III, também está associado aos dois sítios arqueológicos citados anteriormente. Trata-se de um sítio cerâmico da Tradição Aratu, localizado a 200m do Córrego da Corma, município de Camaçari. Possui uma área total de 5.600 m², 80 m de comprimento e 70 m de largura. Durante a realização dos registros, sondagens e escavações, foram identificadas concentrações de material cerâmico e artefatos líticos lascados. O sítio foi pesquisado e registrado por Luiz Fernando Erig Lima²⁰, em 02 de junho de 2006.

Os sítios arqueológicos Sonrisal I e Sonrisal II, são caracterizados como pré-coloniais da Tradição Tupiguarani/Sistema Regional Tupinambá. O sítio Sonrisal I, possui 60 m de comprimento e 40 m de largura, estando localizado a 188 m do rio Sonrisal, município de Camaçari. Após a realização dos registros, sondagens e escavações, foram identificadas: estruturas de combustão, concentrações de material cerâmico e artefatos líticos lascados. O sítio Sonrisal II, possui uma área total de 4.800 m², 80 m de comprimento e 60 m de largura, estando localizado a 300 m do rio Sensorial, município de Camaçari. Após a realização dos registros, sondagens e escavações, foram identificadas: estruturas

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

de combustão, concentrações de material cerâmico e artefatos líticos polidos. Ambos sítios foram pesquisados e registrados por Luiz Fernando Erig Lima²¹, em 02 de junho de 2006.

O sítio arqueológico Fazenda Rancho Alegre, no município de Simões Filho, foi pesquisado e registrado por Carlos Alberto Santos da Costa²², em 14 de novembro de 2000. É descrito como um sítio arqueológico pré-colonial da tradição Tupiguarani. No local foram realizados registros e coleta de superfície, onde foram identificados: artefatos cerâmicos e líticos (lascas de quartzo e pedra de hematita com marcas de uso).

No ano de 2009, o pesquisador Marco Aurélio Nadal de Mais²³ registrou cinco (05) sítios arqueológicos no município de Simões Filho, sendo eles:

Sítio arqueológico BA-SF-01: É caracterizado como um sítio pré-colonial cerâmico da Tradição Aratu e de Contato. Possui uma área total de 9.156 m², 54 m de comprimento e 54 m de largura. Após a realização dos registros e da coleta de superfície, foram identificadas: manchas pretas e concentrações de material cerâmico.

Sítio arqueológico BA-SF-02: É caracterizado como um sítio pré-colonial cerâmico. Possui uma área total de 7.853 m², 50 m de comprimento e 50 m de largura. Após a realização dos registros e da coleta de superfície, foram identificadas e concentrações de material cerâmico.

Sítio arqueológico BA-SF-03: É caracterizado como um sítio pré-colonial cerâmico da Tradição Aratu. Possui uma área total de 5.538 m², 42 m de comprimento e 42 m de largura. Após a realização dos registros e da coleta de superfície, foram identificadas concentrações de material cerâmico.

Sítio arqueológico BA-SF-04: É caracterizado como um sítio pré-colonial cerâmico da Tradição Aratu e de Contato. Após a realização dos registros e da coleta de superfície, foram identificadas e concentrações de cerâmica indígena e porcelana colonial.

Sítio arqueológico BASF-05: É caracterizado como um sítio arqueológico histórico, referindo-se aos trilhos de trem de uma antiga ferrovia da região. No local, foram realizados registros e coleta de superfície.

O sítio arqueológico denominado de Ruínas de Mapele foi registrado pela pesquisadora Jacionara Coelho da Silva²⁴, em 22 de novembro de 2004. O sítio é caracterizado como histórico, onde foram identificadas estruturas de construções do período colonial.

²¹ Idem.

²² Relatório de registro de sítio arqueológico - Projeto de mapeamento do Recôncavo e litoral Sul da Bahia - Município de Simões Filho.

²³ Projeto de Levantamento Arqueológico Empreendimento Fazenda Real Residência, 2009.

²⁴ Estudos Arqueológicos na Área de Implantação do Gasoduto Dow - Aratu - Camaçari Petrobrás.

Os registros arqueológicos bibliográficos referentes a esses sítios evidenciam a existência de vestígios cerâmicos, líticos e pinturas, que caracterizam a ocupação de grupos indígenas horticultores da tradição Aratu e Tupi.

Outro elemento importante nesse contexto de patrimônio arqueológico é o relato dos cronistas do período colonial que informam sobre a existência sambaquis próximos à cidade de Salvador, desaparecidos em decorrência do seu aproveitamento como matéria-prima para a fabricação de cal, para construir os maiores edifícios soteropolitanos²⁵ daquele período.

Com relação aos vestígios coloniais, podemos destacar os sítios arqueológicos: Engenho de Jacarecanga I, Jacarecanga II e Engenho São João.

Em Jacarecanga I, foram encontradas as ruínas de uma construção com características que a definem como colonial. Os restos de paredes, colunas ou pilastras isoladas, tijolos soltos e fragmentos de telhas, todos em superfície, espalham-se sobre uma área bastante grande até alcançar o mangue. (COPENE/BOURSCHEID, 2000)

Quanto ao tipo de materiais construtivos, tijolos, telhas e argamassa, foi observado que eles correspondem ao formato, dimensões, tipo de pastas, composição interna e evidências de queima próprias do período pré-industrial. Esta constatação, que alude ao fator cronológico, parece ir ao encontro das informações apresentadas por Carlos Ott, sobre Jacarecanga, na obra já mencionada. Assim, pensamos que pode se tratar se não do próprio engenho de Jacarecanga, pelo menos de alguma instalação dele, que permitisse a produção e escoamento do açúcar (COPENE/BOURSCHEID, 2000).

O Engenho de Jacarecanga II, cuja denominação ordinal foi dada a outro local, referido por dois informantes, Jorge Senna da Rocha Pita e o já citado Aurelino da Silva, também como Engenho de Jacarecanga. Trata-se, segundo os informantes, de uma área com maior número de restos arquitetônicos e muitas paredes em pé. Provavelmente trata-se de um conjunto melhor conservado, situado a vários quilômetros de Jacarecanga I, em direção a Candeias.

O sítio Engenho São João (atual Fazenda São João ou Três Irmãos), está localizado a poucos quilômetros de Madeira e consiste no corpo da casa grande do engenho, que, na sua feição atual, corresponde ao século XIX. Segundo informações obtidas no IPAC-BA, existiriam também restos da capela da segunda metade do século XVII (IPAC-BA, 1982:47) (COPENE/BOURSCHEID, 2000).

²⁵ Soteropolitano é o gentílico usado para o indivíduo que nasce em Salvador, no estado da Bahia.

8.3.12.2.3 Informações Etnohistóricas

O primeiro registro do termo etno-história remete a 1909, quando Clark Wissler o empregou como referência à utilização de documentos escritos e dados arqueológicos para a reconstrução da história de culturas indígenas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; ROJAS, 2008). No princípio a etno-história estava ligada ao estudo de sociedades culturalmente não-ocidentais e ágrafas. Nesse sentido, pretendia-se que a história destes povos fosse produzida por outras culturas predominantes, portanto, em situação colonial. A “história dos povos sem história” foi questionada por Rojas (2008), onde o autor destaca que a maioria das diferentes culturas nativas da América é essencialmente oral, portanto não se deve desprezar o fato de que logo no princípio da dominação colonial muitos indígenas foram alfabetizados nas línguas europeias, bem como em outras línguas indígenas que foram submetidas a sistemas gráficos europeus. Esse processo, de acordo como autor, altera significativamente o conjunto de registros que podem ser usadas como fontes para a escrita da história indígena. Em 1988 a promulgação da Constituição Federal, assegurou alguns direitos aos povos indígenas, especialmente o direito aos seus territórios tradicionais, propiciando uma grande demanda e valorização das pesquisas diacrônicas sobre os povos indígenas no Brasil.

A partir da década de 1950, antropólogos, historiadores, geógrafos e arqueólogos, passaram a se interessar pela problemática da etno-história. A consolidação como um método que congrega, principalmente, aportes teóricos da antropologia e da história. (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; ROJAS, 2008; TRIGGER, 1982) utilizando evidências documentais e tradições orais para estudar as transformações nas culturas das sociedades sem escrita. A inclusão das metodologias arqueológicas possibilita pensar em uma abordagem mais holística incluindo a história pré-colonial indígena no escopo da preocupação dentro de uma perspectiva de longa duração (EREMITES DE OLIVEIRA, 2001; EREMITES DE OLIVEIRA, 2003).

Nesse sentido, os dados apresentados referem-se as primeiras décadas do século XVI. Considerando que na região de estudo a maioria dos sítios arqueológicos é de origem indígena, é relevante considerar quais foram essas populações que ocuparam esse território - e que foram registradas por ocasião dos primeiros contatos com a sociedade colonial - tendo em vista que alguns desses sítios mais recentes podem estar relacionados a esses grupos do passado.

Quadro Regional

Quando os portugueses chegaram, no século XVI d.C., na região que atualmente compreende o recôncavo baiano (Figura 8.3-987), estava ocupada por povos considerados descendentes dos grupos Tupiguarani: Os Tupinambás, como consequência do processo de conquista e colonização

portuguesas, foram dados como desaparecidos enquanto entidades sociais distintas, seja pelo aniquilamento puro e simples, ou pela sua incorporação ao novo contingente populacional (COPENE/BOURSCHEID, 2000).

Historicamente, a região da Bahia pode ser dividida em três grandes zonas, a primeira abrangendo a cidade de Salvador (a cidade e seu termo e a parte norte do recôncavo); a segunda compreende parte sul do recôncavo e do litoral, áreas de povoamento muito antigo, que se ligavam à capital por via marítima; e a terceira área correspondente ao restante do território, dividido nas sub-zonas Agreste, ao norte da cidade de Salvador, centro-oeste, povoada no século XVII, tradicional área de mineração, e a subzona formada por uma vasta superfície que se estendia dos extremos sudoeste e oeste à vasta região do São Francisco (MATTOSO 1992:90-3; COPENE/BOURSCHEID, 2000).

Segundo Mattoso, o recôncavo baiano abrangeria todas as terras adjacentes, ilhas e ilhotas, “bem para além das praias, vales, várzeas e planaltos próximos ao mar”, cuja unidade proviria do clima, úmido, com variados microclimas, e da vegetação, floresta fluvial, degradada a partir da sua exploração econômica mercantil. (COPENE/BOURSCHEID, 2000).



Figura 8.3-993. Mapa histórico do recôncavo baiano (Fonte: Google imagens).

O Tratado Descritivo do Brasil, de Gabriel Soares de Souza, de 1587, apresenta inúmeros dados sobre o recôncavo baiano: relevos e hidrografia devidamente nomeados, vegetação e fauna, núcleos de

instalação colonial, engenhos, fazendas e capelas, com os respectivos nomes de oragos²⁶, moradores e proprietários, fornecendo informações adicionais sobre as potencialidades da região em termos de exploração de recursos.

e tornando por este rio abaixo [o Cotegipe] sobre a mão direita obra de meia légua, está uma ilha de Jorge de Magalhães, mui formosa por estar toda lavrada de canaviais, e no meio dela num alto tem nobres casas cercadas de laranjeiras arruadas, e outras árvores, coisa muito para ver; e descendo uma légua abaixo do engenho Cotegipe está a ribeira que se chama do Aratu, na qual Sebastião de Faria tem feito um soberbo engenho de água, com grandes edifícios de casas de purgar e de vivenda, e uma igreja de São Jerônimo, tudo de pedra e cal, no que gastou mais de doze mil cruzados (SOUZA, 1971:149).

A referência a Matoim²⁷ é especialmente relevante, pois é um dos melhores monumentos preservados da sociedade agrária do Recôncavo colonial, conhecido como o Engenho Freguesia, assim o descreve Soares: "Saindo pela boca de Matoim fora, virando sobre a mão direita, vai a terra fabricada com fazendas e canaviais dali a meia légua, onde está outro engenho de Sebastião de Faria, de duas moendas que lavram com bois, o qual tem grandes edifícios, assim do engenho como de casas de purgar, de vivenda e de outras oficinas e tem uma formosa igreja de Nossa Senhora da Piedade, que é a freguesia deste limite, a qual a fazenda mostra tanto aparato da vista do mar que parece uma vila" (ib.: 149) (COPENE/BOURSCHEID, 2000).

Gabriel Soares de Souza descreve em sua obra, que já no primórdio da ocupação colonial, os campos cultivados com cana de açúcar se sucedem de maneira quase ininterrupta em todo o recôncavo (COPENE/BOURSCHEID, 2000).

Por este rio de Pirajá abaixo, e da boca dele para fora ao longo do mar da baía, por ela acima, vai tudo povoado de formosas fazendas e tão alegres da vista do mar, que não cansam os olhos de olhar para elas" (ib.:1 47).

...e entrando por ele acima [o Matoim] mais de uma légua, vai povoado de muitas e mui frescas fazendas, fazendo algumas voltas, esteiros e enseadas, e no cabo desta légua se alarga o rio muito de terra a terra..." (ib.: 148).

E indo correndo a ribeira do Salgado deste engenho a meia légua, está tudo povoado de fazendas, e no cabo está uma que foi do deão da sé..." (ib.:149).

"Defronte desta ponta está o fim da ilha da Maré, daqui torna a fugir a terra para dentro, fazendo um modo de enseada em espaço de uma légua, que toda está

²⁶ Santo a que é dedicado um templo ou capela.

²⁷ Região situada à margem da Baía de Aratu, onde doravante fora construído o Engenho de Matoim.

povoada de nobres fazendas e grandes canaviais..." (ib.: 150, ênfases adicionadas; COPENE/BOURSCHEID, 2000).

Sebastião da Rocha Pita, em seu relato da História da América Portuguesa, publicada em 1730, apresenta um panorama do recôncavo na primeira metade do século XVIII, período onde a região tem considerável desenvolvimento econômico.

O seu recôncavo é tão culto e povoado, que se lhe descrevêramos as fábricas e lhe numeráramos os vizinhos, gastaríamos muitas páginas e não poucos algarismos"... "diremos somente que existem nele cento e cinquenta engenhos"... "Há várias fazendas de canas, algumas tão grandes em extensão, e pela bondade do terreno tão fecundas, que rendem dois mil e dois mil e quinhentos paes." (Pita, 1976: 49).

O número de pessoas que habitam o recôncavo, onde residia os trabalhadores e os escravos que andam no serviço dos engenhos, das canas, das outras lavouras, e os que servem nas casas, excede o cômputo de cem mil almas de confissão, além dos que não são capazes dos Sacramentos" (Pita, 1976: 49; COPENE/BOURSCHEID, 2000).

No final do século XVIII, o número de engenhos parece ter aumentado consideravelmente. Segundo Luís dos Santos Vilhena o recôncavo continha mais de 260 engenhos de todos os tipos. Ao mesmo tempo ele chamará a atenção para o uso intensivo das terras de massapê, próximas ao mar, sem que elas sejam devidamente adubadas, face ao que elas já apresentavam sinais de certo declínio produtivo (Vilhena, 1969:174) (COPENE/BOURSCHEID, 2000).

Em 1859, em visita ao Brasil, Avé-Lallemat, escreve o panorama desenvolvimentista do recôncavo baiano:

A imensa importância dessa região para a agricultura e o comércio exportador dela derivado trouxe também maior facilidade de comunicações entre a Bahia [cidade] e os citados distritos. Linhas de vapores entre Valença, Nazaré, Cachoeira... ligam semanalmente, muitas vezes essas localidades... transportando muita gente com pequena bagagem dum lado para outro... (Avé-Lallemant, 1980:31; COPENE/BOURSCHEID, 2000).

Até o século XIX, o Brasil tinha na produção açucareira o seu motor social; no que tange o desenvolvimento do açúcar no país, os Engenhos tem papel fundamental na medida em que

atuavam diretamente na organização social, política e econômica do país. Tais questões ficam bem claras nas obras dos historiadores Wanderley Pinho e Carlos Ott, respectivamente²⁸.

Segundo os dois autores, uma nova dinâmica se instaura a partir das últimas décadas do século XIX: as propriedades se dividem, na mesma proporção em que se multiplicam os herdeiros; unem-se, associando laços matrimoniais e patrimoniais; e, ao fim, entram, quase ao mesmo tempo, em decadência, recebendo os dramáticos rótulos de "fogo apagado", até se converterem em ruínas (COPENE/BOURSCHEID, 2000).

Outro acontecimento importante durante este período eram as constantes invasões estrangeiras no litoral. Isso gerava a formação de expedições em defesa do território. Normalmente esse contingente para defesa era formado por portugueses e índios, principalmente os aldeados. Na consulta ao site Naufrágios no Brasil²⁹ foi possível identificar alguns naufrágios na região que compõe a área do recôncavo baiano (longe da área de estudo, conforme a Figura 8.3-994). Estes são datados a partir da metade do século XIX, conforme a Tabela 8.3-68.

Tabela 8.3-68. Naufrágios registrados na Baía de Todos os Santos³⁰.

	Embarcação	Data	Localização	Latitude	Longitude
1.	Utrecht	1936	Salvador	13° 07' 51" S	038° 39' 13" W
2.	Sacramento	1668	Salvador	13° 02' 18" S	038° 30' 04" W
3.	Nossa Senhora do Rosário e Santo André	1737	Salvador	12° 58' S	038° 01' W
4.	Queen	1799	Salvador	12° 58' S	038° 01' W
5.	Miraldi	1875	Salvador		
6.	Germania	1876	Salvador	13° 00' 31" S	038° 32' 38" W
7.	Reliance	1884	Salvador	13° 00' 39" S	038° 31' 30" W
8.	Bretagne	1903	Salvador	13° 00' 31" S	038° 32' 07" W
9.	Blackadder	1905	Salvador	12° 56' 12" S	038° 30' 38" W
10.	Cap Frio	1908	Salvador	13° 00' 46" S	038° 32' 05" W
11.	Ariadne Pandellis	1936	Itaparica	12° 52' 866 S	038° 41' 189 W
12.	Irman	1968	Salvador	13° 00' 86 S	038° 28' 440 W
13.	Rebocar do Rio Vermelho	1971 a 1974	Salvador	13° 01' 170 S	038° 29' 600 W
14.	Cavo Artemidi	1980	Salvador	13° 03.310' S	038° 31.551" W
15.	Ho Mei III	1990	Salvador	12° 59' 326 S	038° 32' 393 W
16.	Piaçava	S/D	Itaparica	13° 04' 32" S	038° 39' 26" W
17.	Vapor Jequitaia	S/D	Salvador	12° 56.860' S	038° 30.270' W

²⁸ História de um Engenho do Recôncavo e Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos.

²⁹ Fonte: <http://www.naufragios.com.br/naufragiosbahia.html>

³⁰ <http://www.naufragiosdobrasil.com.br>

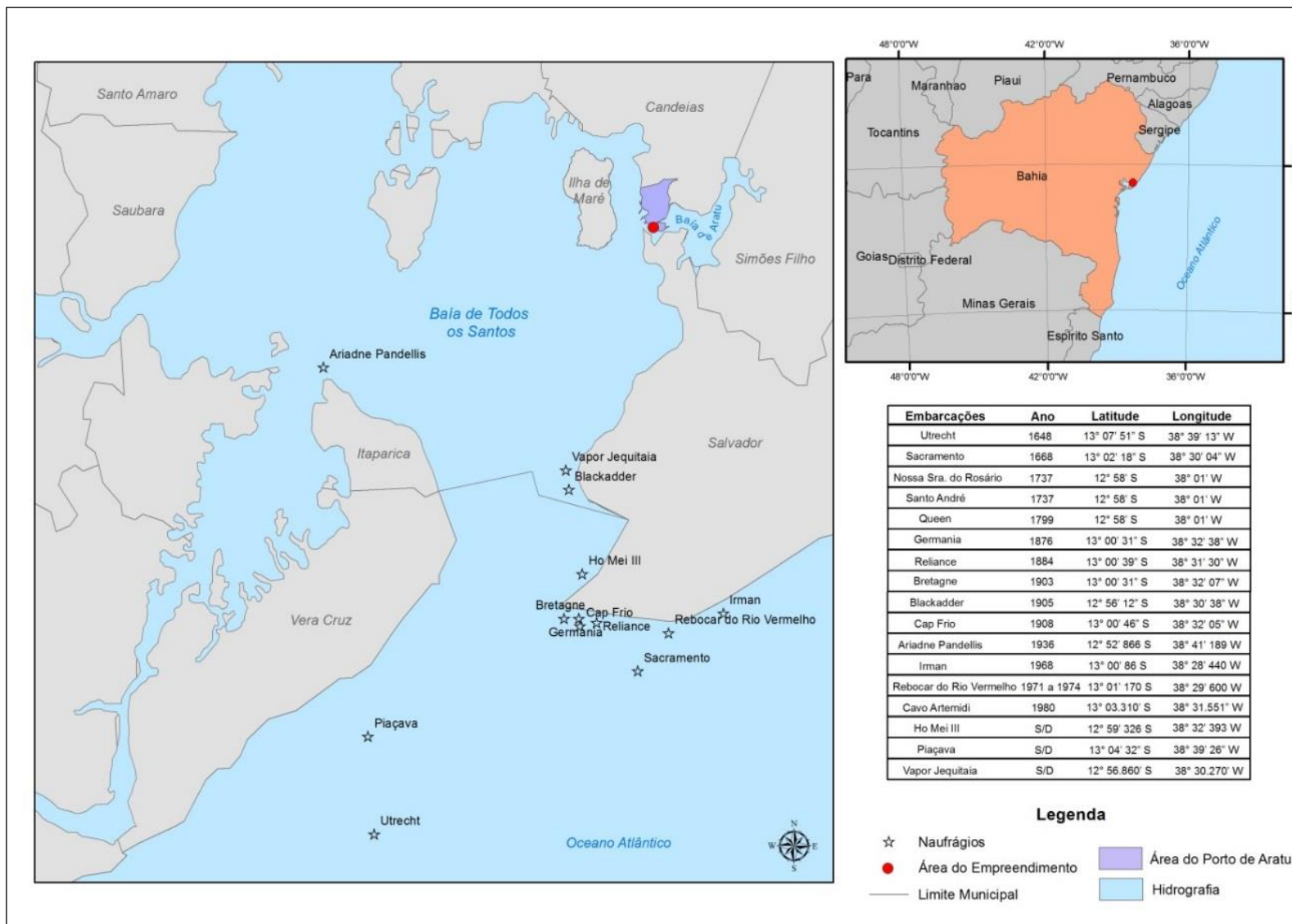


Figura 8.3-994. Ilustração da localização dos naufrágios registrados na Baía de Todos os Santos/BA (Fonte: Bourscheid, 2014).

Considerações

As questões mencionadas permitem inferências arqueológicas importantes na interpretação dos processos socioculturais das sociedades pretéritas, a partir dos vestígios materiais registrados pelas pesquisas arqueológicas, bem como fornecer dados para o levantamento do potencial arqueológico da região e a posterior identificação de grupos étnicos relacionados aos sítios registrados.

A paisagem que se vê atualmente é resultante da ação humana e revela um passado rico relacionado à pré-história regional. Dentro deste processo de construção do conhecimento arqueológico, a intensificação das pesquisas na região de estudo, tende a constituir, uma importante fonte para a reconstituição do processo de contextualização cronológica da arqueologia e da história dos grupos étnicos registrados em tempos pré-histórico e histórico.

Do ponto de vista do patrimônio arqueológico o empreendimento está inserido em uma área de alto potencial relacionado à pré-história regional, tendo em vista os registros existentes e os locais ainda não estudados sistematicamente.

Considerando que este diagnóstico compõe a etapa inicial do estudo, buscou-se estabelecer um panorama geral do conhecimento arqueológico regional, considerando a abrangência do empreendimento.

Mediante Portaria autorizando o Projeto de Diagnóstico Arqueológico Interventivo (Apêndice 8.40), a pesquisa de campo será realizada na AID, com intuito de avaliar o potencial arqueológico por meio de intervenções em subsuperfície, de forma sistemática, aprimorando esta primeira etapa da pesquisa.

Portanto aponta-se para a continuidade das pesquisas arqueológicas, visto que essas ações possibilitarão melhores condições de avaliação, e assim inferir sobre a existência de novos sítios arqueológicos e ainda, em qualquer atividade potencialmente perturbadora do contexto arqueológico, que possa vir, a alterar, expor ou soterrar os vestígios arqueológicos, podendo causar sua destruição parcial ou total, no caso de haver sítios arqueológicos nos locais destinados ao empreendimento.

8.3.13 Considerações Finais

As conclusões aqui elencadas têm por base o trabalho de campo do diagnóstico socioambiental para o Terminal de Uso Privativo da Braskem com vistas ao atendimento das solicitações emitidas pelo IBAMA através do seu Termo de Referência. Destacam-se aqui, ao longo dessa parte final do diagnóstico, dois momentos que permeiam essas considerações.

Em um primeiro momento, a implantação do píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem não altera as configurações econômicas que já estão consolidadas na área. Ao contrário, ela irá fortalecer a ampliação da movimentação de cargas sob responsabilidade da Braskem. A autonomia do processo irá resultar em condições que se pode refletir de forma positiva no setor petroquímico. Assim, abre-se a possibilidade de aumento da atividade, não só no entorno do empreendimento, mas em outros municípios da AI, notadamente Camaçari e Candeias. Os reflexos podem ser identificados na geração de futuras vagas de trabalho e na arrecadação tributária.

Como descrito ao longo do trabalho, as políticas de atração de indústria e de fomento a investimentos para o Estado da Bahia produziram novas configurações espaciais para a Baía de Todos os Santos e, principalmente, na Baía de Aratu. A instalação do Porto de Aratu na presente área sintetiza o resultado de um planejamento elaborado, ainda, em meados dos anos 60 como parte dessa política industrial.

Partindo dessa visão e dos instrumentos de ocupação atualmente em vigor voltados para a atração de capital, o empreendimento não irá significar uma nova modalidade de uso do solo para ADA (ver Item 8.3.9 - Uso e Ocupação do Solo). É um espaço destinado as ampliações das atividades portuárias, reconhecido pelo instrumento legal de parcelamento do solo municipal (Plano Diretor Urbano) de Candeias-BA e está em acordo com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Aratu (Figura 8.3-995).

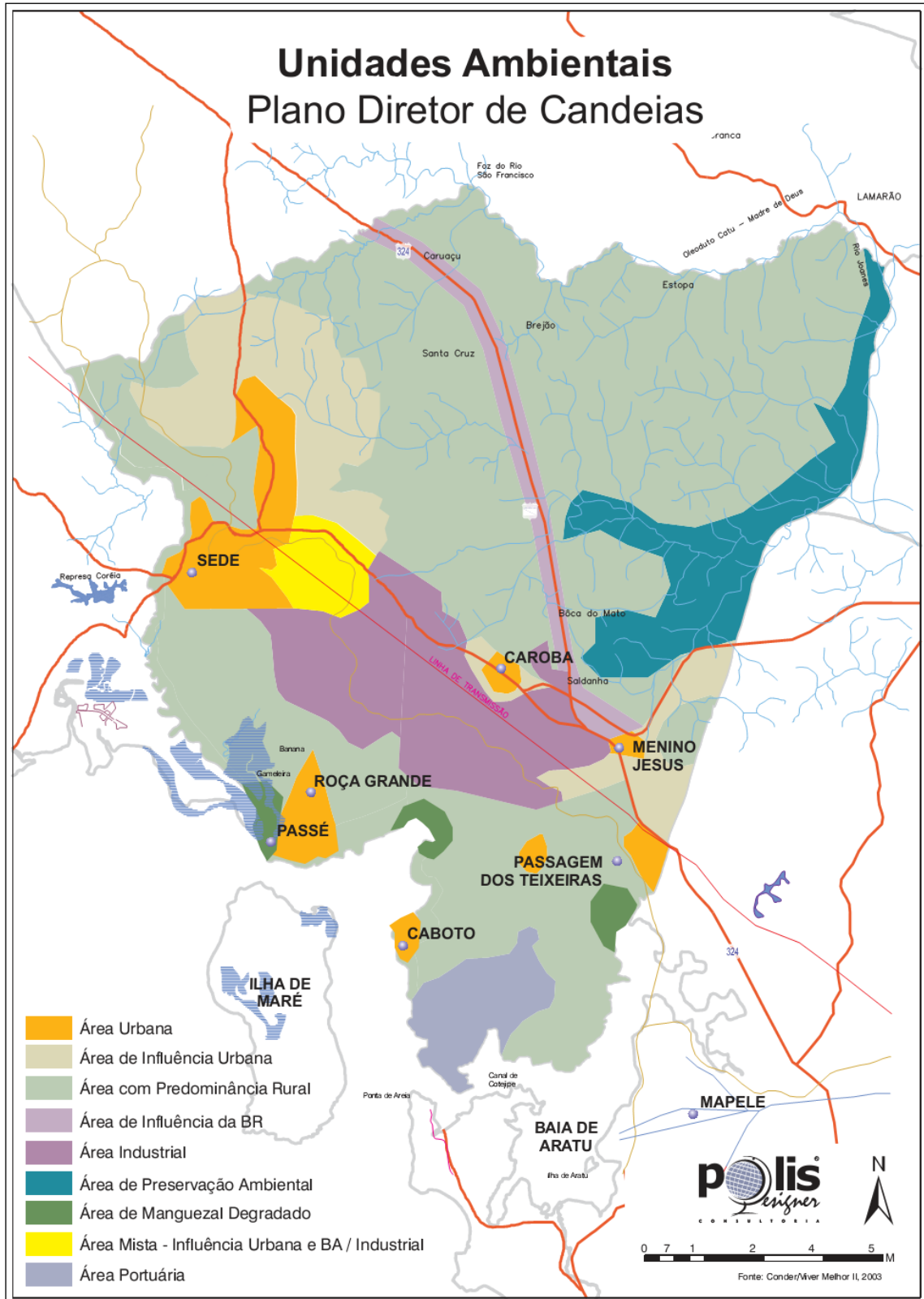


Figura 8.3-995. Unidades Ambientais do município de Candeias (Fonte: Plano Diretor de Candeias, 2006 - Polis Designer).

O segundo momento precede a própria implantação do empreendimento. A Baía de Aratu, antes da implantação dos equipamentos portuários e industriais no seu entorno, era a principal forma de

sobrevivência das comunidades que ocuparam as áreas costeiras dessa região. Oriundos dos processos históricos de ocupação do território que se desenvolveram a partir de exclusões fundiárias do início do século XIX e da metade do século XX, com os novos rumos que a população de maneira geral procura ocupar áreas mais próximas de centros urbanos na busca de oferta de trabalho ou de opções mais baratas para moradias, a pesca e a agricultura, portanto, eram as atividades predominantes para porção significativa de todas essas pessoas. Isso é percebido quanto ao baixo percentual de chefes de família que não são originários das comunidades pesquisadas.

Ao inserir novas modalidades econômicas nessa parte do Estado, criou-se uma convivência, onde durante a fase de implantação de muitos desses empreendimentos, havia o aproveitamento de grande parte dos trabalhadores que estavam ali disponíveis, notadamente nas esferas da construção civil. Isso, entretanto, não alterava o quadro de importância da atividade primária dessas comunidades, pois essas empresas operavam em uma escala muito inferior aos dias atuais.

Com o início das operações, a relação de aproveitamento dos trabalhadores não ocorre no mesmo grau de importância em que a atividade econômica ganha impulso para os municípios onde eles estão estabelecidos e no contexto da Região Metropolitana de Salvador. A defasagem educacional impôs barreiras à medida em que os processos de evolução do trabalho e conhecimento exigiam (e exigem) mão de obra capacitada. Isso culminou, então, numa condição de vida híbrida entre essas comunidades e a produção industrial. Uma parte muito pequena atua diretamente junto a essas empresas ou indiretamente em oportunidades esporádicas de trabalho ou nas cadeias de serviços.

Esse modo de vida híbrido, entretanto, na visão dessas comunidades, apresentou mais perdas do que vantagens. Isso de alguma forma é consequência natural da ausência de mecanismos de proteção ambiental, que só a partir dos anos 80 começaram a ser instalados no Brasil através das legislações e estudos ambientais. O Porto de Aratu, por exemplo, estabeleceu-se em um período anterior aos fundamentos dos requisitos legais ambientais, que hoje estão consolidados através das instituições que compõem o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente).

Dos empreendimentos pertencentes a área da Baía de Aratu, cabe ao Porto de Aratu, a origem dos focos de resistência para a implantação de novas estruturas. As diversas referências quanto a poluição junto as comunidades mais próximas e principalmente aos moradores da Ilha de Maré tem como elemento principal o Porto de Aratu. São denotados, também, a ausência de canais de comunicações com as comunidades.

E a partir desse momento, o resultado é que uma parte da percepção negativa dos entrevistados quanto inserção do Terminal de Uso Privativo da Braskem está atrelada justamente a existência do Porto de Aratu. Assim, não é possível, conforme as entrevistas realizadas, separar em muitas

ocasiões a iniciativa da Braskem do empreendimento do Estado, Porto de Aratu. Por outro lado, a inserção do píer da Braskem só deverá aprofundar, na visão dos entrevistados, os conflitos que se acentuaram nos últimos anos através da troca de desequilíbrios ambientais.

A presença de outros portos (com histórico de acidentes ambientais), também, consolida os conflitos do dia a dia. A ocupação dessas áreas costeiras produz, não apenas a diminuição dos locais de pesca que eram naturalmente apropriados pelos moradores da região para a coleta de mariscos aqui simbolizados nas áreas de mangue e coroas, mas gera redução de oportunidades com a exclusão de área por regras de segurança que são impostas para a atração das embarcações.

A falta de uma infraestrutura pesqueira mínima, mesmo para pescadores artesanais, faz com que a sua atividade se limite a áreas próximas as suas residências. A modalidade de pesca realizada no entorno do futuro empreendimento é caracterizada, assim, por uma necessidade de áreas próximas as comunidades devido a sua pouca capacidade de movimentação. A falta de equipamentos e a inexistência de incentivos para a atividade limitam a atuação de muitos pescadores artesanais (Figura 8.3-996).

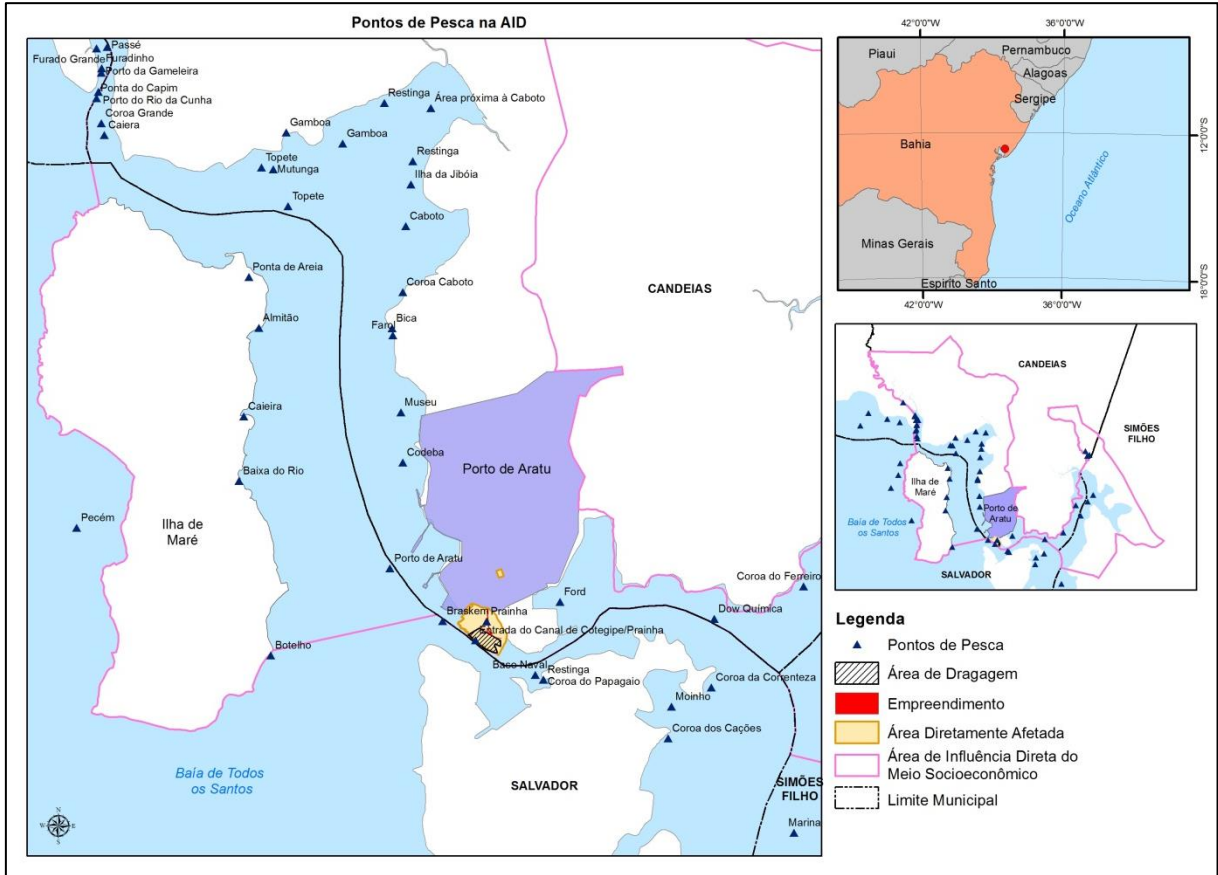


Figura 8.3-996. Pontos de pesca na AID. (Fonte: Bourscheid, 2014).

Cabe a Ilha de Maré e seus habitantes (sem desconsiderar a importância das outras comunidades), os maiores articuladores em prol da manutenção de um ecossistema onde ocorra a sustentabilidade do seu modo de vida. O apoio de movimentos sociais ligados a pesca com o envolvimento de entidades como a Pastoral da Pesca e as trocas de experiências com outros movimentos em âmbito nacional produziram um quadro de forte coesão com o objetivo de reconhecimento do território pesqueiro. Isso tem reflexos inclusive no próprio funcionamento da Colônia Z-4, onde segundo os mesmos, essa instituição e as demais associações da ilha são consideradas uma grande coordenação.

De maneira geral para a AID, esta ainda mostra deficiências relevantes nas questões de saúde, educação, entre outros itens que impactam diretamente na existência dessas comunidades. As distâncias das mesmas até as sedes centrais dos municípios desfavorecem, ainda mais, o quadro (principalmente as que são localizadas em Candeias), pois o suporte é feito por uma infraestrutura de transporte ineficiente que não acompanhou o crescimento da população. A pressão torna-se, ainda mais, relevante, pois tais estruturas são os escapes para os moradores de Ilha de Maré quanto as suas demandas.

O suporte a obra através dessas comunidades pode, também, não acontecer de forma apropriada. As condições de moradias abaixo do ideal e inexistência de equipamentos de hospedagem dificilmente darão o apoio a dinâmica da obra caso haja uma demanda significativa de mão de obra de outros locais. O sistema de transporte precário que atende as comunidades poderia sofrer, ainda mais, devido aos poucos horários e limitações dos veículos.

Para a Área Diretamente Afetada (ADA), o uso dessa faixa pelo empreendimento impacta diretamente na condição de lazer para os habitantes da região. É uma área de fato reconhecida pelo seu valor aprazível e lúdico. Entretanto, a pesquisa junto aos pescadores e pescadoras artesanais da região apontou que a prática do lazer ocorre de maneira predominante nas próprias comunidades. Como já analisado no item sobre turismo na AID/ADA, a inserção do Porto de Aratu produziu uma situação de isolamento sobre essa área, que só pode atualmente ser frequentada com o suporte de barcos até o local ou pelos moradores da comunidade Boca do Rio. Importante citar que na eventualidade de sua implantação, o píer do Terminal de Uso Privativo da Braskem não irá produzir qualquer desapropriação. Para a comunidade que está ali estabelecida, segundo PCA da CODEBA de 2012 e do trabalho de campo realizado pela Bourscheid, a manutenção a partir da pesca pode, eventualmente, sofrer restrições da real efetivação das normas de segurança aplicadas em caso de áreas portuárias e/ou aduaneiras com presença de químicos e/ou petroquímicos.

8.4 Análise Integrada do Diagnóstico

8.4.1 Síntese do Diagnóstico

O empreendimento localiza-se no Recôncavo Baiano, ao sul da Região Nordeste Brasileira, na zona litorânea.

A cidade de Salvador foi fundada há quase 500 anos com a função de capital do Brasil. Por sua localização estratégica e características geográficas em relação ao mar, sempre cumpriu um importante papel como porto marítimo.

A região é densamente ocupada, sendo que os municípios da AID apresentaram crescimento populacional elevado na última década. Isto decorreu principalmente das ações governamentais incentivando o crescimento industrial da região. Atualmente os planos estão se voltando para o desenvolvimento da atividade de turismo, em paralelo à produção industrial.

Tanto o município de Candeias, quanto Camaçari e Simões Filho possuem altos valores de PIB e economia centrada nos setores secundário e de serviços. Predominam as indústrias de transformação e automobilística.

A região do Canal de Cotegipe e da Baía de Aratu já é ocupada por indústrias e terminais portuários, também é ocupada por comunidades onde a pesca tradicional é exercida como fonte de renda e tem sofrido impactos decorrentes das instalações portuárias e manutenção dos canais de navegação e bacias de evolução.

Em vista da densa ocupação e importância regional, a região do Recôncavo tem sido alvo de muitos estudos com foco na avaliação das condições ambientais, planos e programas de desenvolvimento econômico e social, muitos dos quais foram utilizados como referência neste EIA.

Segundo os estudos da qualidade do ar realizados pela CETREL nas diferentes comunidades da região do Porto de Aratu e de estudo de dispersão tendo como origens as indústrias instaladas dentro do porto, as emissões atmosféricas não ultrapassam os limites estabelecidos pela legislação ou pelos valores de referência do INEMA. Os casos registrados de ultrapassagem dos limites ocorreram próximo às fontes, dentro dos sítios industriais. Segundo pode ser visto no diagnóstico ambiental, existem planos de saneamento e de estímulo à piscicultura em andamento na região do empreendimento.

Os principais programas governamentais previstos ou já em andamento concentram-se na área de saneamento básico, através da ampliação e melhoria da rede de esgoto, implantação de aterro sanitário e lagoas de estabilização.

A implantação de programas e projetos de saneamento tem influência direta sobre a qualidade ambiental da região e, indiretamente na área do empreendimento, visto que esta situa-se a jusante das redes de drenagem natural ou construídas que permeiam as áreas urbanizadas (industriais) de Candeias e Camaçari, sendo alvo dos efeitos do lançamento de efluentes das mais diversas fontes.

Qualquer ação ou programa que venha a melhorar as condições de saneamento nas áreas urbanas, seja pela coleta e tratamento de esgotos, pela instalação de aterros sanitários controlados ou pela redução das emissões gera uma melhora nas condições ambientais da região.

Do ponto de vista da geologia, a região caracteriza-se pela presença de depósitos sedimentares e zonas de formação mais antigas aflorando pela erosão das camadas superficiais ao longo do tempo. De maneira geral, na AID em terra ocorrem arenitos e depósitos de diversas origens, incluindo os originados pela ação antrópica, nas zonas de aterro para implantação de estradas e ferrovias ou na zona industrial.

A porção marítima da área de influência apresenta sedimentos lamosos, decorrentes dos mesmos processos formadores que caracterizaram a porção terrestre, resultantes da separação dos continentes.

A tipologia do empreendimento requer atividades de obra em águas do Canal de Cotegipe, sendo necessárias para a implantação do píer e sua bacia de evolução.

Conforme os estudos batimétricos realizados na área, para a construção do berço 1 haverá necessidade de dragagem em uma área de aproximadamente 39.111 m² para atingir a cota de 17 m abaixo do nível de redução designado para a região, gerando um volume a ser dragado de aproximadamente 96.000 m³.

Observaram-se estudos pretéritos, bem como nas amostragens realizadas para o EIA, que os sedimentos da área onde está prevista a dragagem apresentaram alguns parâmetros acima dos níveis definidos para as classes 1 e 2 na Resolução CONAMA nº 454/2012. Destes resultados destaca-se a presença de Cobre e Níquel, possivelmente oriundos do Terminal de Granéis Sólidos (TGS), atualmente desativado. Concluiu-se, na época, que a contaminação era decorrente de usos pretéritos.

Entretanto, nas análises realizadas em amostras de solo coletadas para este EIA, nas áreas da “prainha” e canteiro, os resultados não mostraram índices superiores aos definidos na Resolução CONAMA nº 420/2009.

Na porção em terra da área prevista para o empreendimento não foram identificados movimentos de massa significativos, porém foram observados em vários pontos processos erosivos sob a forma

de erosão laminar ou em sulcos, que estão associados à ocupação antrópica tais como a construção de estradas, a área portuária e industrial, além dos povoados como os de Caboto e da Ilha da Maré. Também são notados pontos de erosão nas margens e praias, em vista da ação das ondas e flutuação das marés.

A suscetibilidade à erosão deverá ser observada quando da implantação dos canteiros de obras e acessos aos diferentes setores do empreendimento.

Na região do empreendimento ocorre exploração minerária de diversas substâncias, tais como areia/argila, calcário, folhelho argiloso, sal-gema e minério de ferro. Os empreendimentos de extração mineral estão situados nas zonas de terra em torno do Canal de Cotegipe. Já as áreas de mineração em água estão localizadas no oceano, na região onde está previsto o bota fora do material de dragagem. Quanto aos processos minerários para a região do futuro píer, foram listados 11 processos tanto para fins de pesquisa como exploração. Observa-se que não foram identificados requerimentos minerários na área do empreendimento, somente na região em seu entorno.

Em vista das características hidrogeológicas, os aquíferos são altamente permeáveis, estando sujeitos a alterações em decorrência do uso do solo a montante, com produção de sedimentos e fluxos de água favorecidos pelos processos erosivos instalados. Os poços de monitoramento instalados para este estudo apontaram camadas de material permeável com profundidades de cerca de 1 m, tornando a área sensível ao risco de contaminação por derramamentos de substâncias químicas e/ou biológicas das águas subterrâneas.

Quanto às águas superficiais, as campanhas realizadas em águas doces, na porção terrestre da área de estudo, apontaram para a ocorrência de contaminantes. Já as amostragens realizadas em águas salinas, ao contrário, indicaram que a qualidade da água é boa, classificada como Classe 1, não causando alterações na biota aquática.

A região onde se insere o projeto situa-se dentro dos limites do Bioma da Mata Atlântica, estando sujeita as definições legais referentes ao bioma.

Em relação à biota, predominam a fauna e flora aquáticas e de transição, proporcionalmente à relação entre ambientes aquáticos e terrestres na área de influência.

A vegetação terrestre da região está bastante alterada e vem sofrendo impactos da ocupação humana desde o período colonial. Dessa forma, encontra-se na All um mosaico contendo pequenas manchas de vegetação arbórea entremeadas com áreas de campo antrópico ou com vegetação exótica. São fragmentos de floresta ombrófila densa de terras baixas, em estágio inicial de sucessão secundária, com predomínio de espécies pioneiras e até mesmo exóticas, evidenciando o caráter secundário da mesma.

A supressão vegetal, portanto, ocorrerá em um ambiente degradado, sem a presença de plantas raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção.

Em vista da forte antropização e descaracterização da cobertura vegetal, a fauna da região é formada basicamente por espécies sinantrópicas.

Nas amostragens realizadas para o estudo foram registradas 18 espécies de anfíbios, sendo que nenhuma consta em listas de ameaça e seis são consideradas endêmicas da Mata Atlântica. Já para os répteis os resultados foram de uma baixa riqueza, com registro de 10 espécies, sendo que nenhuma consta na Lista das Espécies Ameaçadas do MMA.

Já nas amostragens de avifauna foram registradas 51 espécies, sendo que compilando-se dados secundários, este número aumenta para 301. Em campo os registros não apontaram a ocorrência de espécies presentes em listas de ameaça, no entanto dentre as espécies compiladas, seis constam na Lista Nacional de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção (MMA, 2008) e 21 são endêmicas do Bioma Mata Atlântica.

Quanto aos mamíferos continentais, foram registradas em campo quatro espécies, que somadas aos dados compilados resultam em 37 táxons registrados para a região. Duas espécies listadas para a região do empreendimento são consideradas endêmicas do bioma Mata Atlântica. Três carnívoros registrados por compilação de dados secundários, estão classificados como Vulnerável a extinção segundo o Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (MMA, 2008).

A Baía de Aratu apresenta uma ictiofauna diversificada, com ocorrência registrada de 43 espécies, desde pequenos peixes habitantes de recifes até os de grande porte, que ultrapassam 100 kg. A pesca é exercida principalmente de forma artesanal, sendo comum de visualizar a coleta de mariscos e caranguejos.

No local denominado “prainha”, o recente afluxo de embarcações com fins turísticos tem prejudicado o desenvolvimento da pesca artesanal, seja pelos danos causados às redes ou pela produção de ruídos que afastam os peixes. A presença de pescadores na região do futuro Terminal, associada à ocupação industrial das áreas de terra, formaram um quadro desfavorável para a maior parte das espécies da fauna e flora originais.

Existe possibilidade da área ser frequentada por tartarugas marinhas, apesar de não terem sido encontradas vestígios destes animais durante os trabalhos de campo. Pelo grau de ameaça das cinco espécies que ocorrem no litoral brasileiro, o grupo deve receber atenção especial.

Assim como para os quelônios marinhos, não foram registrados mamíferos marinhos durante o estudo. Há referências a 14 táxons na região da Baía de Todos os Santos, do que decorre a

possibilidade de ocorrência de alguma espécie na região do empreendimento. Destas, duas são classificadas na categoria “Vulnerável” e 10 estão na categoria “deficientes em dados”.

Cabe ressaltar que na AII e na AID ainda existem áreas classificadas como Áreas de Preservação Permanente, principalmente os mangues na AID, num total de 37,25 ha. Destaca-se que na ADA não existem áreas que se classifiquem em qualquer das definições de APP conforme estabelecido na Lei nº 12.727/2012.

Foram identificadas quatro unidades de conservação dentro do raio de 10 km em torno do empreendimento, sendo três Áreas de Proteção Ambiental (APA) e uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Das quatro, apenas a APA da Baía de Todos os Santos será interceptada pelo empreendimento. As outras três situam-se a mais de 5 km do empreendimento.

Em relação ao polígono que define a Reserva da Biosfera, o empreendimento situa-se dentro da zona núcleo, sendo indicado nesta classificação o uso para a conservação ambiental.

O local selecionado para a implantação do empreendimento é definido como área portuária pelo Plano Diretor do Município de Candeias. Sua instalação não provocará uma alteração significativa no uso do solo, visto que a região já possui diversos outros empreendimentos do gênero implantados.

Em vista do processo histórico de ocupação da região pelos empreendimentos industriais e, principalmente o Porto de Aratu, percebe-se a geração de conflitos quanto à implantação de novos empreendimentos junto à comunidade local, principalmente pela redução de áreas de pesca e turismo.

É importante frisar que as comunidades próximas ao local do empreendimento não possuem infraestrutura de serviços de saúde, educação e transporte suficiente para seu atendimento, portanto não possuem condições de atender as demandas do empreendimento, estas deverão ser atendidas nas sedes dos municípios da AII.

8.4.2 Análise da Sensibilidade

8.4.2.1 Metodologia Aplicada

Para a análise da sensibilidade da área de influência do empreendimento foram utilizadas técnicas de geoprocessamento de dados cartográficos, com apoio do software ArcGis.

Numa primeira etapa foram gerados os mapas com os temas considerados sensíveis pelos responsáveis pelo diagnóstico ambiental através de cruzamentos dos mapas temáticos pelo critério de soma. O resultado foi discretizado em três classes: baixa, média e alta sensibilidade para apresentação do mapa de sensibilidade de cada meio (ver mapas nos Apêndices 8.41, 8.42 e 8.43).

Os temas utilizados para o Meio Físico foram: movimento de massa, recalque, erosão, maré enchente e declividade. E, para o Meio Biótico: as APP, a vegetação (área antrópica, floresta secundária e mangue) e UC. Os mapas temáticos foram as fontes de informação, utilizando-se os polígonos do mapeamento como áreas para os cruzamentos em SIG.

Para o Meio Socioeconômico foram considerados os pontos de pesca, comunidades e rotas de navegação, com base na espacialização dos dados levantados em campo. Aos pontos de pesca e comunidades foram atribuídos polígonos circulares com 100 m de diâmetro e para as rotas de pesca aplicou-se um buffer de 10 m de largura, de modo que houvesse possibilidade de cruzamento por soma de áreas com os outros temas.

Após, os três mapas dos meios foram somados para obtenção do Mapa de Sensibilidade Ambiental (Apêndice 8.44), com nova discretização em três classes.

8.4.2.2 Resultados

Observando-se os mapas de sensibilidade parciais, por meio, nota-se que na AID ocorrem áreas com média e baixa sensibilidade, principalmente nas zonas em terra, destinadas aos canteiros de obras. Já a ADA no meio aquático está situado em área de alta sensibilidade.

Na Figura 8.4-1 pode ser observado o resultado da soma dos pesos para cada tema avaliado para o Meio Físico.

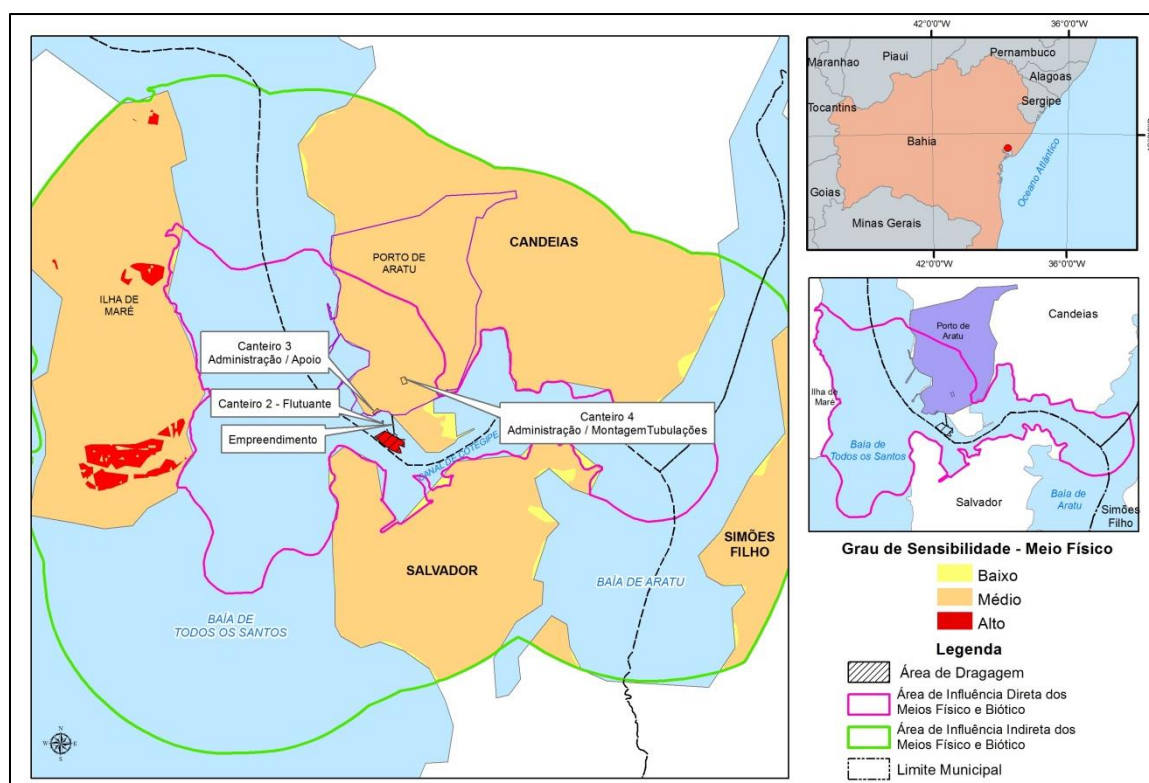


Figura 8.4-1. Sensibilidade dos temas do meio físico para AID e AII do empreendimento.

Os maiores índices de sensibilidades foram encontrados para meio biótico, principalmente nas zonas de remanescentes de matas e APP (Figura 8.4-2). Quanto a este meio, a ADA encontra-se em zonas classificadas como de média sensibilidade em terra e alta sensibilidade em água. Ressalta-se que em função da inexistência de mapeamentos quanto à biota aquática, este tema não foi utilizado para elaboração do mapa de sensibilidade, entretanto consta tanto no Diagnóstico quanto na Avaliação de Impactos referências à necessidade de monitoramentos no caso da implantação do empreendimento.

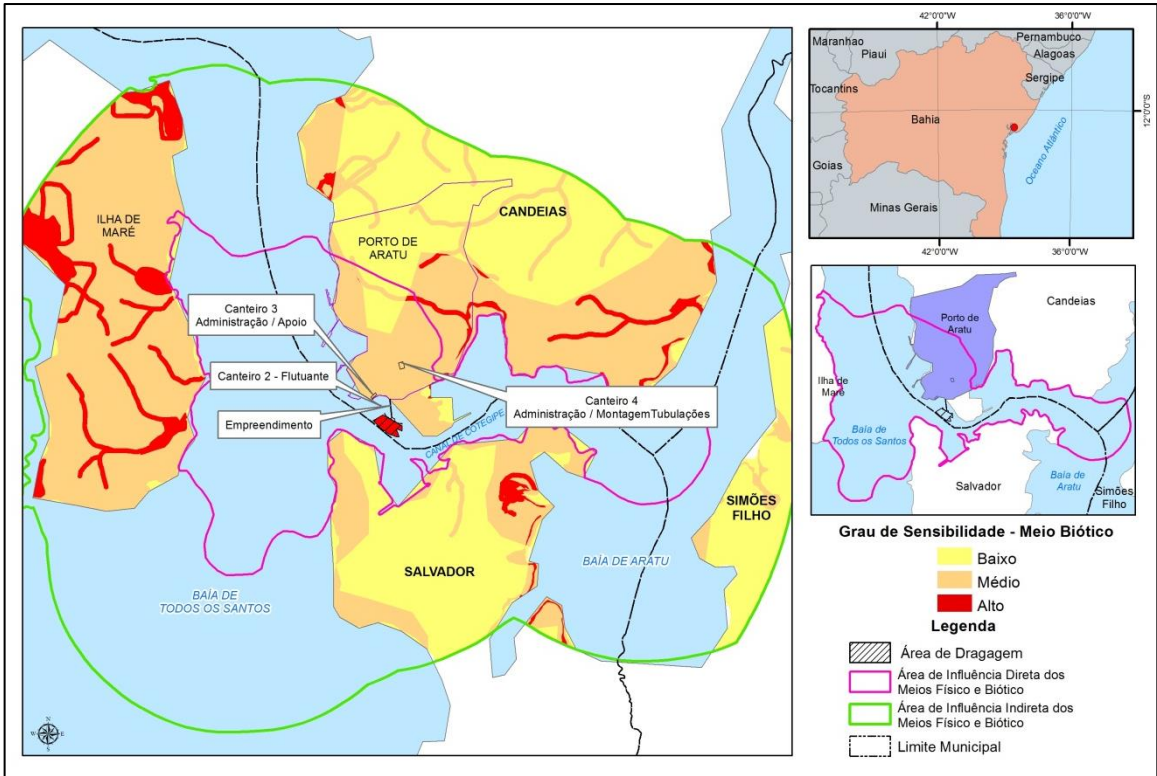


Figura 8.4-2. Sensibilidades para os temas do meio biótico.

A espacialização dos temas da socioeconomia mostra diversos pontos na AID e alguns na ADA (Figura 8.4-3) onde se identificam sensibilidade quanto às práticas de pesca e turismo, além de rotas de pesca e localização das comunidades identificadas na região do estudo. Na ADA, ainda que uma área portuária, pela ocorrência tanto de pesca quanto turismo na região da “prainha” a sensibilidade foi avaliada como média a alta, apesar do conflito já existente entre os dois usos do local, em função da adjacência com o Porto Organizado de Aratu.

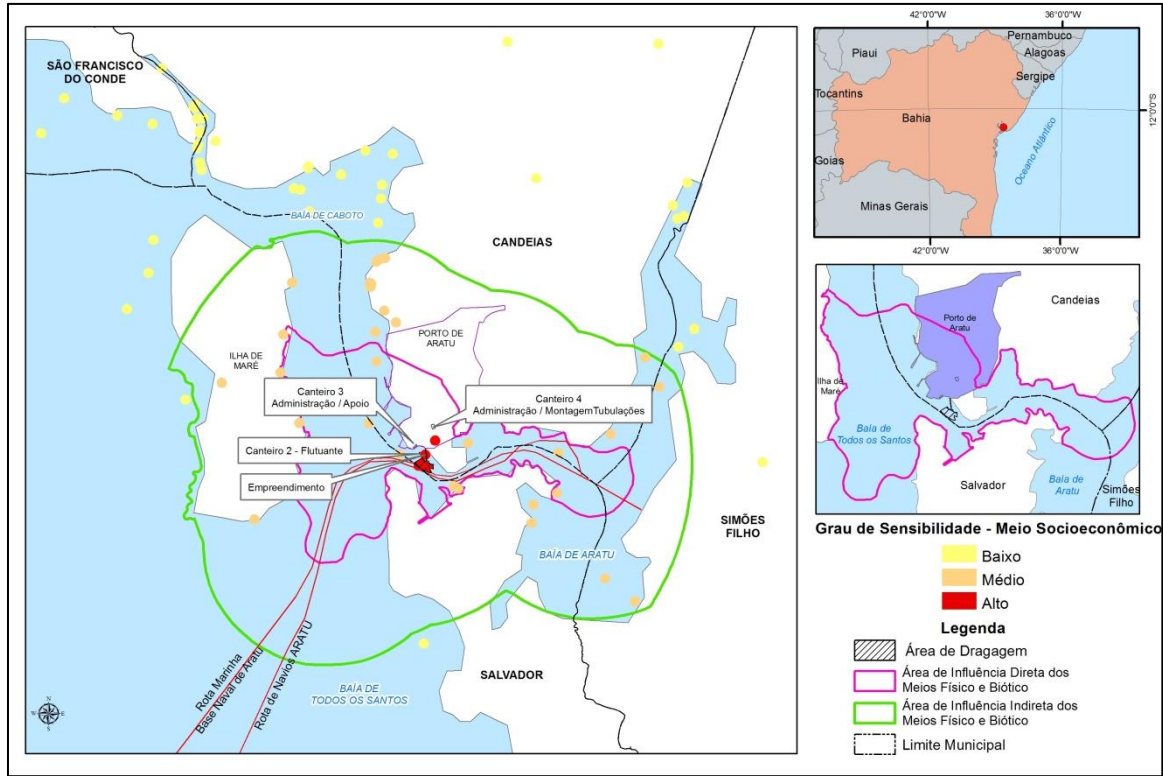


Figura 8.4-3. Sensibilidades identificadas para o meio socioeconômico.

Concluindo a análise, o mapa de sensibilidade ambiental apresenta a conjunção dos três meios, onde se identificam áreas com média e alta sensibilidade na AID e média sensibilidade na ADA em terra e alta em água (ver Apêndice 8.44 e Figura 8.4-4). O resultado se justifica pelo alto nível de antropização da região identificado em todo os temas analisados no diagnóstico ambiental.

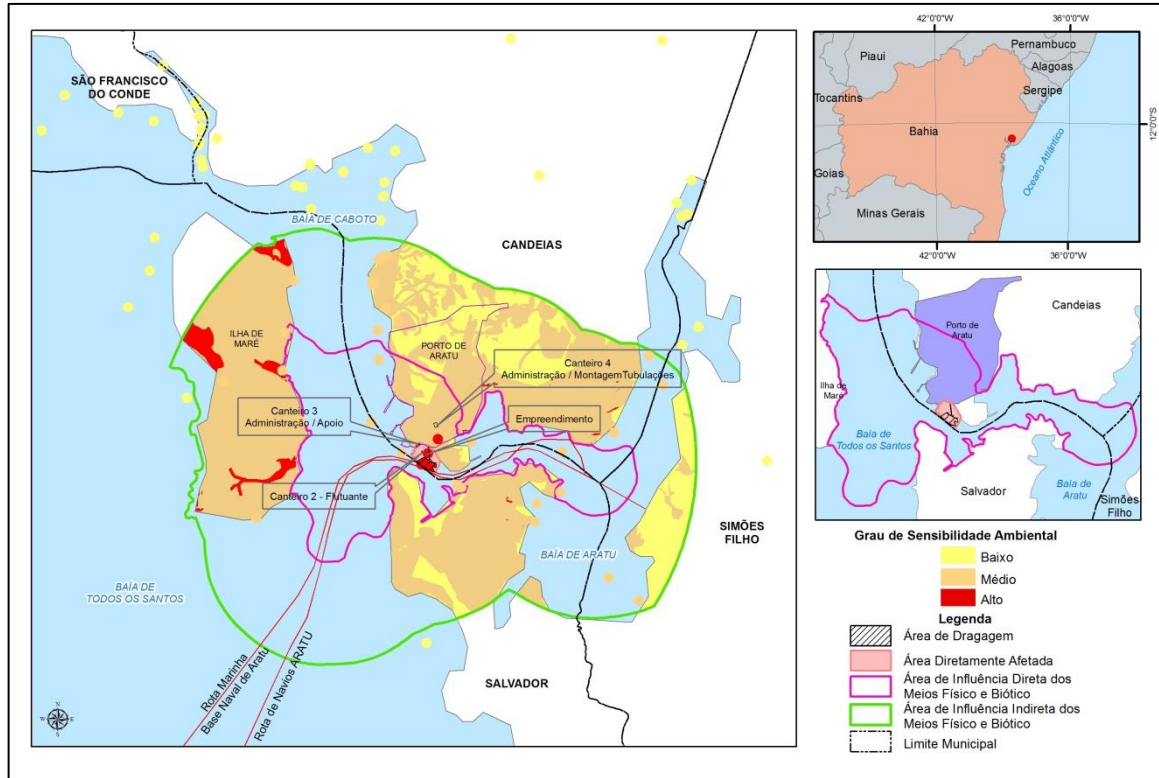
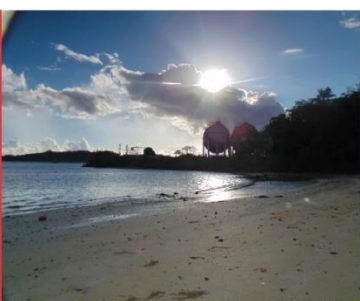
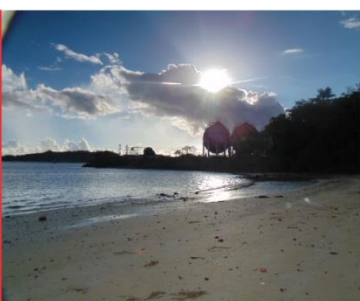


Figura 8.4-4. Sensibilidade ambiental para os três meios avaliados na AID e ADA do empreendimento.

Observa-se que mesmo havendo degradação ambiental, deve ser dada especial atenção às medidas mitigadoras e compensatórias indicadas de modo a reduzir as interferências com o ambiente no caso da implantação do empreendimento.



Apêndice 8.25 – Mapa de Localização das Áreas Urbanas e Comunidades



Apêndice 8.26 – Mapa de Cobertura Telefônica



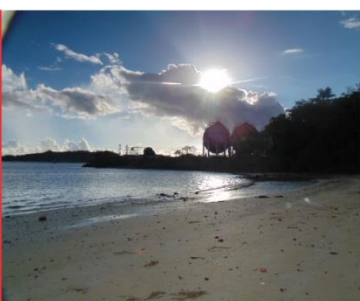
Apêndice 8.27 – Mapa das Vias de Acesso na AII



Apêndice 8.28 – Mapa dos Vetores de Crescimento



Apêndice 8.29 – Mapa das Principais Rotas de Transporte Náutico de Passageiros na AID



Apêndice 8.30 – Mapa de Praias



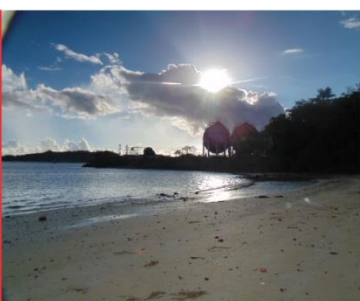
Apêndice 8.31 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo



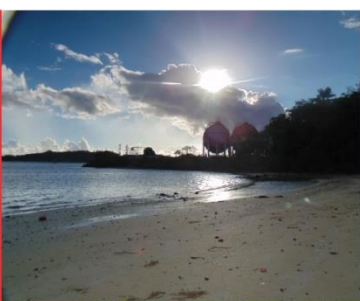
Apêndice 8.32 – Mapa das Rotas dos Pescadores



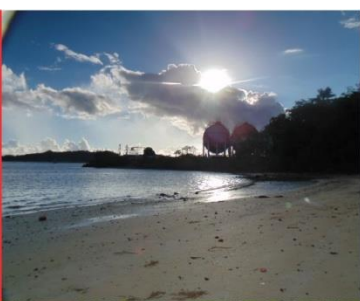
Apêndice 8.33 – Mapa da dos Locais de Pesca, Áreas Urbanas e Comunidades



Apêndice 8.34 – Mapa das Principais Concentrações de Atividade Pesqueira



Apêndice 8.35 – Mapa da Comunidade de Mapele



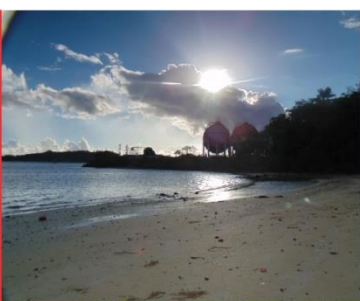
Apêndice 8.36 – Mapa da Comunidade de Caboto e Boca do Rio



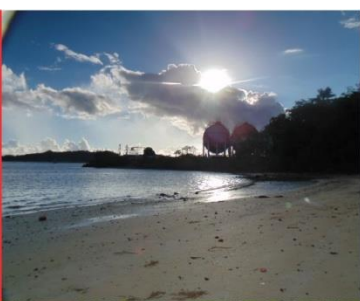
Apêndice 8.37 – Mapa do Distrito de Passé



Apêndice 8.38 – Mapa do Subdistrito de Ilha de Maré



Apêndice 8.39 – Mapa do Distrito de Passagem dos
Teixeiras



**Apêndice 8.40 – Projeto de Diagnóstico Arqueológico
Interventivo**



Apêndice 8.41 – Mapa de Sensibilidade Ambiental do Meio Físico



Apêndice 8.42 – Mapa de Sensibilidade Ambiental do Meio Biótico



Apêndice 8.43 – Mapa de Sensibilidade Ambiental do Meio Socioeconômico



Apêndice 8.44 – Mapa de Sensibilidade Ambiental



Anexo 8.13 – Mapa do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Município de Candeias/BA



Anexo 8.14 – Mapa do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Município de Simões Filho/BA



Anexo 8.15 – Mapa do Plano de Desenvolvimento e Urbano do Município de Salvador/BA



Anexo 8.16 – Carta da Fundação Cultural Palmares em resposta ao Of. 02001.010929/2013